



**ANAIS DA XVI SEMANA
CIENTÍFICA DO UNIFSA**

SEC 2018

CADERNOS DE RESUMOS EXPANDIDOS

ISSN 1807-3166 | ANO 2018 | Nº 16 | Teresina - PI



**CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO**



CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO – NUAPE
PROGRAMA DE EXTENSÃO

XVI SEMANA CIENTÍFICA – SEC 2018

XV Encontro de Iniciação à Docência

XI Encontro de Extensão

V Mostra de Resultados Parciais PIBIC/PIVC

PRODUÇÃO EDITORIAL

Realização: Núcleo de Comunicação - NUCOM/FSA

Supervisão Editorial: Ana Kelma Cunha Gallas (DRT/PI-173)

Capa: Odrânio Rocha

Equipe de produção editorial:

- Walicy Cosse Silva
- Carla Kellen Lima Sousa
- Suzane Sales Oliveira
- José Virgulino de Oliveira Lima
- Brenna Galtierrez Fortes Pessoa

Sistema de Submissão Online: Rogério Gales

XVI SEMANA CIENTÍFICA – SEC 2018 | CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO

Anais da XV Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho (SEC 2018), 29 de setembro a 5 de outubro de 2018. Caderno de Resumos Expandidos [recurso eletrônico], nº 16 (2018), v.1. Teresina, PI: UNIFSA, 2018. 1.283p. Disponível em: <http://189.43.21.151/revista/index.php/anaissec/issue/archive>

Edição Digital

ISSN: 1807-3166

1. Iniciação científica. 2. Pesquisa científica. 3. Caderno de Resumos Expandidos. 4. UNIFSA

XV SEMANA CIENTÍFICA DO UNIFSA - SEC 2018

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Ma. ANTONIETA LIRA E SILVA (Pró-Reitora de Ensino)

Profa. Dra. MARLENE ARAÚJO DE CARVALHO (Coordenadora da Pós-Graduação)

Prof. Dr. ALISSON DIAS GOMES (Coordenador do Núcleo de Iniciação à Pesquisa - NIP)

Profa. Ma. ANA KELMA CUNHA GALLAS (Coordenadora do Núcleo de Comunicação – NUCOM)

Esp. MARCELA RODRIGUES MOURA DA COSTA VALLE (Coordenadora da Extensão)

COMITÊ CIENTÍFICO

PRESIDENTE DO COMITÊ CIENTÍFICO: Profa. Ma. ANA KELMA CUNHA GALLAS

MEMBROS:

Profa. Dra. MARLENE ARAÚJO DE CARVALHO

Profa. Dra. LIANA DANTAS DA COSTA E SILVA

Profa. Dra. DANIELA MOURA PARENTE FERRER

Profa. Dra. MARIA ZILDA SILVA SOARES

Prof. Dr. TONNY KERLEY DE ALENCAR RODRIGUES

Prof. Dr. NELSON JORGE CARVALHO BATISTA

Profa. Ma. JOVINA DA SILVA

Prof. Me. MARCUS VINICIUS LIMA

Prof. Me. ISMERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA

Prof. Me. DANILO TEIXEIRA M DE ANDRADE

Prof. Me. LUIS HENRIQUE DAS S.S SOUSA

Prof. Me. FABIO ARAÚJO LEITE

Profa. Ma. ELDELITA ÁGUIDA PORFÍRIO FRANCO

Prof. Me. JOÃO BATISTA RAPOSO MAZULO FILHO

Prof. Me. ANTÔNIO CARLOS LEAL CORTEZ

COORDENADORES DE GRUPOS TEMÁTICOS (GT) - SEC 2018

Prof. Dr. Josimar Alcantara de Oliveira – UESPI/UNIFSA
Prof. Dr. Francisco Adalberto do Nascimento Paz- UNIFSA
Prof. Dr. Manoel Pinheiro Lúcio Neto – UNIFSA
Prof. Esp. Eliana Pires Conde – IFPI
Prof. Esp. Luno Gomes de Oliveira – UFPI
Prof. Ma. Thanandra Priscila de Sousa Rocha Ferreira – FACEMA
Prof. Me. Antônio de Lisboa Lopes de Araújo – UNIFSA
Prof. Me. Antonio Marcos Vaz de Lima – UNIFSA
Prof. Me. Cícero Tadeu Tavares Duarte – UNIFSA
Prof. Me. Robert Maurício de Oliveira Araújo – UNIFSA
Prof. Me. Adolfo Macito Campos de Oliveira – UNIFSA
Prof. Me. Antônio Walter Gadelha Guimarães – UNIFSA
Prof. Me. Cristovam Colombo dos Santos Cruz – UNIFSA
Prof. Me. Edjôfre Coelho de Oliveira – UNIFSA
Prof. Me. Fábio Soares da Costa – PUCRS
Prof. Me. Francisco Renato Lima – CEAD/DMTE – UFPI
Prof. Me. Gorthon Lima Moritz (UNIFSA)
Prof. Me. Gustavo Luís Mendes Tupinambá Rodrigues – UNIFSA
Prof. Me. José Lopes Pereira Júnior – UNIFSA/ UFPI
Prof. Me. Manoel Eulálio Neto – UESPI/UNIFSA
Prof. Me. Manoel Eulálio Neto – UNIFSA
Prof. Me. Sergio Romualdo Lima Brandim – UESPI/UNIFSA
Prof. Me. Stefano Almeida Lopes – UNIFSA
Prof. Me. Stefano Almeida Lopes – UNIFSA
Prof. Me. Tássio Mascarenhas de Carvalho- UFPI
Profa. Dra. Alessandra Camillo da Silveira Castello Branco – UNIFSA
Profa. Dra. Ana Beatriz de Sousa Gomes – UFPI
Profa. Dra. Carla Solange de Melo Escórcio Dourado – UFPI
Profa. Dra. Clarissa Sousa de Carvalho – UESPI

Profa. Dra. Daniela Fortes Neves Ibiapina – UNIFSA
Profa. Dra. Maria do Amparo Veloso Magalhães – UNIFSA
Profa. Dra. Maria Zilda Silva Soares – UNIFSA / UESPI
Profa. Dra. Mary Gracy e Silva Lima – UESPI/UEMA
Profa. Dra. Odara Maria Sousa Sá – UNIFSA
Profa. Esp. Gisele Lopes Cavalcante – UFPI
Profa. Ma. Aliana Aires – ESPM/SP
Profa. Ma. Ana Carolina Magalhães Fortes – Estácio Teresina
Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas – UNIFSA – SexGen (UFPA) / ComGenero (UESPI)
Profa. Ma. Ana Lina Sales – HU-UFPI
Profa. Ma. Angela Estrela de Sampaio – UESPI/UNIFSA
Profa. Ma. Daiany Caroline Santos Silva – IFPI
Profa. Ma. Francisca Carla Silva de Melo Pereira – UNIFSA
Profa. Ma. Francisca Maria do Nascimento Sousa – UNIFSA
Profa. Ma. Gerlanne Luiza Santos de Melo – Estácio
Profa. Ma. Grasiela Maria de Sousa Coelho – UFPI
Profa. Ma. Hyane Assunção de Araújo – UESPI
Profa. Ma. Jovina da Silva – UNIFSA
Profa. Ma. Juliana Gomes da Silva Soares – UNIFSA
Profa. Ma. Keila Cristiane Batista Bezerra – UNIFSA
Profa. Ma. Larissa Sepúlveda de Andrade Ribeiro – UESPI/UNIFSA
Profa. Ma. Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim – UNIFSA/NASSAU
Profa. Ma. Luciana Pessoa Nunes Santos – UNIFSA
Profa. Ma. Pâmela Laurentina Reis – SexGen (UFPA) / ComGenero (UESPI)
Profa. Ma. Penélope Lira – ESPM SP - UNIFSA
Profa. Ma. Rosália Maria Carvalho Mourão – UNIFSA
Profa. Ma. Sávia Lorena Barreto Carvalho – UESPI

ORGANIZAÇÃO - MONITORES SEC 2018

LÍDERES DOS MONITORES

- Walicy Cosse Silva
- Carla Kellen Lima Sousa
- Suzanne Sales Oliveira
- Maria Camila Leal De Moura

MONITORES:

- Amanda Fernandes Pereira da Silva
- Ana Gabriela Campos Fontinele
- Antonia Kelys Teixeira da Cunha
- Bianca Viana Coutinho
- Brenna Galtierrez Fortes Pessoa
- Cintia Lima Visgueira
- Crisnam Kariny da Silva Veloso
- Daniel da Silva Gomes
- Danielle de Brito Rodrigues
- Débora Cosse Silva
- Dryelle de Castro Melo
- Érica Débora Feitosa da Costa
- Francisca Carolynne Cavalcante Barbosa
- Gabriel Felicio Gomes
- Geovana Rodrigues de Oliveira
- Isnayara da Rocha de Alencar
- Jardson Mendes Carvalho
- Juliana de Sá Goudinho
- Jonanthan Costa Araújo
- Josiane Costa de Mesquita
- Josyane Lima Mendes
- Mailson Rodrigues Pereira
- Maria Michelle Farias Silva
- Mariana Lopes Sousa
- Mateus Raimundo de Carvalho
- Patrícia Nunes dos Santos
- Paulo Natanael Sousa Sales
- Rômulo da Costa Campelo
- Tatiane Carvalho da Silva
- Verônica Lorranny Lima Araújo
- Yasmin Lowrena Gomes de Oliveira
- Renata Pereira da Silva

- Verônica Lorranny Lima Araújo
- Yasmin Lowrena Gomes de Oliveira
- Renata Pereira da Silva

APRESENTAÇÃO

2018 foi um ano particularmente especial: comemoramos 20 anos de nossa instituição, e dezesseis anos da Semana Científica, um dos maiores e mais prestigiados espaços de valorização da iniciação científica do Estado do Piauí.

Ao longo de seus dezesseis anos, a Semana Científica publicou quase três mil trabalhos, contribuindo para levar a um expressivo número de pessoas, o conhecimento resultante de pesquisas, e para o progresso técnico e científico de nosso país. Mas, sobretudo, este evento tem contribuído para formar cidadãos mais éticos, críticos e aptos a transformar o mundo. Novas ideias, novos paradigmas e inovações tecnológicas têm surgido, permeados por conhecimentos científicos.

É na possibilidade de produzir um conhecimento socialmente responsável, ético e crítico que acreditamos. Não temos dúvida que, ao fomentar o conhecimento científico-tecnológico, por meio de eventos como a Semana Científica, favorecemos a pesquisa como processo dinâmico, atrelado à realidade social.

Destacamos, nesse sentido, o trabalho desenvolvido por nossas instâncias de mediação do saber científico: nosso Comitê de Ética da Pesquisa, a Comissão de Ética no Uso de Animais e o NIP - Núcleo de iniciação à Pesquisa, por meio do qual, desenvolvemos projetos de iniciação científica. Desde 2014, ano de sua criação, centenas de trabalhos têm sido apresentados e publicados por bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, e do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC.

Diariamente, no Centro Universitário Santo Agostinho surgem inúmeras iniciativas em prol da iniciação científica. Parabéns a todos que se deixaram contaminar pela paixão pela pesquisa e pelo conhecimento.

Antonieta Lira e Silva

Pró-Reitora de Ensino UNIFSA
Presidente do Comitê de Organização da SEC 2018

EDITORIAL

Em 2018, a SEMANA CIENTÍFICA do CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO, a 16ª edição de sua profícua trajetória, trouxe consigo o enorme desafio de se reinventar. Em 2018, comprometidos em melhorar o debate dos resultados das pesquisas, com a valiosa contribuição de pesquisadores mais experientes, a SEC introduziu o conceito de Grupos Temáticos (GT), que, pela sua própria configuração, se constituiu em um importante espaço de interlocução do conhecimento, a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

Criada em 2002, com o intuito de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico, a Semana Científica do UNIFSA nasceu comprometida com o saber científico que, produzido e avaliado pela sociedade acadêmica e científica, atua como importante instrumento de desenvolvimento. Nesses 16 anos, a SEC não apenas cumpriu esse papel – o de garantir espaço para a apresentação de resultados da investigação científica e o intenso debate sobre o fazer ciência; sobretudo, a SEC abriu espaço para que pesquisadores, em diferentes níveis de desenvolvimento, publicassem os seus trabalhos tornando possível aquilo que Latour e Woolgar (1997) afirmavam sobre a necessidade de “saber escrever, persuadir, discutir”.

Em 16 anos, os Anais da Semana Científica UNIFSA publicou quase 3 mil trabalhos em Anais impressos e por recurso eletrônico, contribuindo para o importante papel de registrar a ciência, “essencial à conservação e preservação de resultados, observações, cálculos, teorias, etc., possibilitando, assim, a crítica, aceitação ou não e aperfeiçoamentos posteriores” (DROESCHER; SILVA, 2014, p.171). Hoje, situados na plataforma de periódicos UNIFSA, e com acesso universal e gratuito, os Anais da SEC vem contribuindo ao longo dos anos para dar maior visibilidade à produção acadêmica e científica dos pesquisadores. Em 2018, a adoção do Resumo Expandido como o formato padrão de comunicação científica contribuiu ainda mais para que esses objetivos fossem alcançados. Os Anais agora são Cadernos de Resumos Expandidos, o que ampliou significativamente o espaço destinado à apresentação de resultados de pesquisas, promovendo maior discussão e interlocução de ideias. E, finalmente, em 2018 a SEC lançou outro importante produto acadêmico: o e-book “Práticas Exitosas e Inovadoras em Pesquisa”, que, além de reunir os melhores trabalhos apresentados nos GTs do evento, em versão completa, pretende estimular a melhoria dos processos do fazer ciência.

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas
Presidente do Comitê Científico UNIFSA

DROESCHER, Fernanda Dias; SILVA, Edna Lucia. O pesquisador e a produção científica. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.1, p.10-189, jan./mar. 2014.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida do laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

XVI SEC 2018 | UNIFSA

GRUPOS TEMÁTICOS | GTs

GT 1

GRUPO TEMÁTICO

QUAL SUA SÉRIE PREFERIDA?
CONTEÚDO TELEVISIVO E CRÍTICA SOCIAL

GT 1 - QUAL SUA SÉRIE PREFERIDA? CONTEÚDO TELEVISIVO E CRÍTICA SOCIAL

Profa. Ma. Daiany Caroline Santos Silva¹
Profa. Ma. Sávía Lorena Barreto Carvalho²

Diante da democratização dos serviços de streaming, da popularização massiva da internet e da telefonia móvel, adquiriu-se, nos últimos anos, um repertório variado de influências advindas de programas televisivos além da programação aberta. Com a chegada desses conteúdos, produzidos especialmente para serem consumidos em esquemas de “maratonas”, ascendendo paixões por seus personagens, observa-se o crescimento da qualidade das narrativas, cada dia mais recheadas de conceitos históricos, inclusivos e políticos. Mesmo o romance, categoria antes relegada ao posto de “apenas” entretenimento ou voltado quase que exclusivamente para o público feminino, vem sendo trabalhado pelas séries de televisão com um aporte contemporâneo que agrega os debates dos feminismos, movimentos de populações minoritárias e leituras sobre diversos ângulos da contemporaneidade. Assim também, os reality shows e programas de auditório vêm trazendo um novo entendimento do que é relevante, engraçado, pejorativo e rompendo com a ideia de que a televisão é o campo do fútil e da desinformação.

O filósofo norte-americano Douglas Kellner lembra que “as lutas concretas de cada sociedade são postas em cena nos textos da mídia”. Esses cenários expõem sentimentalismo, espontaneidade, o grotesco e a cordialidade convivendo em um mesmo espaço. A hibridização é o processo de dialogar com o novo, tendo como ponto de partida a tradição, resultando em uma ressignificação de conteúdos. A ideia de uma hegemonia midiática que se concretizaria no âmbito da cultura de massa, com uma relação verticalizada entre dominadores e dominados, não cabe mais em um cenário globalizado e híbrido. Hoje, vive-se uma espetacularização generalizada do social, onde a difusão dos espetáculos massivos e midiáticos não deve ser encarada apenas com a intenção de manipular os oprimidos.

É preciso lembrar que as culturas nacionais na América Latina foram formadas com contribuições decisivas dos meios massivos, especialmente o rádio e o cinema. Para um povo que estava saindo do meio rural, esse contato era a primeira

¹ Professora do quadro provisório do IFPI/Campus Pedro II, em nível médio e superior. Mestre em Antropologia pela UFPI. E-mail: daianycaroll@gmail.com.

² Jornalista formada pela Universidade Estadual do Piauí, mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí e doutoranda em Políticas Públicas pela UFPI. E-mail: savia.barreto@hotmail.com.

experiência com o urbano como linguagem. Falando com públicos cada vez mais distintos por sexo e principalmente por idade, os meios massivos contribuíram para reorganizar os espaços sociais. Pensadores como Jesús Martín-Barbero defendem que a televisão não deve se restringir apenas a um assunto de comunicação. A televisão é, antes de tudo, cultural, e deveria ser considerada como relevante nas discussões sobre políticas culturais.

A partir dessa compreensão estamos recebendo trabalhos que visem debater as situações acima mencionadas, aliando teoria e debate sobre as mídias televisionadas, pagas ou abertas, que venham a lançar um olhar sobre a produção de ficção na contemporaneidade. As pesquisas, em andamento ou finalizadas, podem basear-se em leituras interdisciplinares e/ou específicas a um campo do conhecimento. Assumindo que o receptor não é um mero consumidor de informações produzidas pelos meios de comunicação, sendo também um produtor de significados, propõe-se o recebimento de estudos transdisciplinares do campo comunicacional, envolvendo política e cultura, além de outras ciências sociais. Almeja-se saber mais sobre a representatividade de populações LGBTs e mulheres, raça/cor, mecanismos de controle dos corpos, relações familiares, de trabalho ou amorosas que se diferenciam por sua capacidade de identificação com os públicos ao qual se destinam.

REFERÊNCIAS

R, D. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 9ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

A INCLUSÃO DO AUTISTA NO MERCADO DE TRABALHO ATRAVÉS DA ABORDAGEM APRESENTADA PELA SÉRIE NORTE-AMERICANA *THE GOOD DOCTOR*¹

Maria Karuline de Sousa Lima²
Marcelo Dias de Negreiros Júnior³



RESUMO

O presente artigo aborda uma questão importante: uma forma de mudar preconceitos e fazer com que seus telespectadores tenham uma nova concepção ressaltando ao público os dilemas que algumas pessoas têm de enfrentar durante sua vida, como preconceito, estereotipação, rotulação e exclusão utilizando a série *The Good Doctor*, uma série televisiva norte-americana que relata a dificuldade que Shaun Murphy, um jovem cirurgião residente, com TEA (transtorno do Espectro Autista) e síndrome de Savant, encontra para ser contratado e ser integrado à equipe médica, mesmo demonstrando saber lidar com soluções em vários momentos de adversidade. As dificuldades que as pessoas com autismo possuem em ser inseridas e integradas no mercado de trabalho, através da problematização apresentada pela série televisiva, adquiridos por uma cultura adquirida pela falta de conhecimento, resultando dúvidas e incredibilidade proporcionando o preconceito para com os mesmos. Almejando a constatação que os autistas possam desempenhar suas funções, de acordo com suas condições e capacidades, asseguradas por lei, este artigo qualitativo resulta de pesquisa bibliográfica e investigações acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Inclusão no Mercado de Trabalho. Série *The Good Doctor*.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as séries televisivas se tornaram um importante mecanismo midiático, abordando temáticas com críticas sociais na qual a sociedade esteja submergida bem como pelo consumismo criado pela indústria cinematográfica. Partindo da importância das séries televisivas como instrumento atual para conscientização de paradigmas na qual a sociedade esteja passando, a série em questão

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda em Psicologia pela UNIFSA – Centro Universitário Santo Agostinho (mariakarulinelima@outlook.com)

³ Graduando em Psicologia pela UNIFSA – Centro Universitário Santo Agostinho. (marcelonegreirosjunior@gmail.com)

proporciona ao telespectador uma visão diferente do universo do espectro autista, a partir de uma obra fictícia dando uma importância na problematização da estereotipação e preconceitos culturais com o autismo.

Partindo da importância das séries televisivas como instrumento atual para conscientização de paradigmas na qual a sociedade esteja passando, a série em questão proporciona ao telespectador uma visão diferente do universo do espectro autista, a partir de uma obra fictícia dando uma importância na problematização da estereotipação e preconceitos culturais com o autismo.

Pessoas com autismo apresentam dificuldades que abrangem a interação social, alterações na comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. (CAMARGO; BOSA, 2009; TAMANAHA, PERISSINOTO; CHIARI, 2008; KLIN 2006).

O presente artigo aborda a relação da série *The Good Doctor*, na qual o protagonista do drama Dr. Shaun Murphy, autista, pretende ser contratado pelo hospital San Jose St. Bonaventure, como médico residente, na qual no primeiro episódio da primeira temporada a diretoria médica do hospital não aprova por maioria a admissão do mesmo, refletindo as questões da inclusão dos autistas no mercado de trabalho e assim criando o debate no campo abordado para futuras pesquisas e embates de políticas públicas para integrar com respeito e reconhecimento aqueles que apresentam o espectro autista por suas capacidades profissionais e acadêmicas assim como todos, garantido por lei, a igualdade de direitos para todos.

METODOLOGIA

A construção do artigo partiu do acompanhamento com um olhar atento e diferencial a série *The Good Doctor*, o presente artigo valeu-se do método de pesquisa qualitativa. Chizzotti (2009) define pesquisa qualitativa como parte do fundamento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a

subjetividade do sujeito. Utilizamos como técnica para coleta de dados, a pesquisa documental. Esta para Gil (2009) caracteriza-se como sendo uma técnica de coleta de dados obtida de maneira indireta que toma a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos. A referente técnica de coleta de dados foi utilizada neste estudo possibilitando um maior aprofundamento e norteamento na construção da pesquisa através da análise dos seguintes materiais: a série norte-americana *The Good Doctor*, está baseada na série ficcional sul-coreana de 2013, que relata a dificuldade do protagonista de nome *Shaun Murphy*, um jovem cirurgião residente com transtorno do espectro autista e síndrome de *Savant*, de fazer parte da equipe médica do hospital San Jose St. Bonaventure e de ser incluso pela comunidade hospitalar e diversos artigos os quais têm relação direta com o tema aqui abordado.

Após a coleta de dados, utilizamos como procedimento de análise dos dados, a técnica de análise de conteúdo, Bardin (1979, p. 220) divide a análise de conteúdo em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos. Na pré-análise ocorre a escolha dos documentos necessários, ou seja, essa etapa se caracteriza como sendo a preparação de material.

Na etapa da exploração do material, acontece o momento de maior aprofundamento do material recolhido e a análise deste, tendo início a interpretação dos pesquisadores a respeito dos dados coletados, como por exemplo, as vivências, através de filmes e/ou séries e leituras sobre o tema em questão. Através desse processo obtivemos as categorias de análise, que surgem como forma de facilitar um traçado analítico e melhor assimilação no que se refere aos diversos aspectos abordados. Sendo assim, elencamos as seguintes categorias: inserção, integração e inclusão. Assim, escolhemos para aprofundar, a categoria da Inclusão, por entender que esta oferecerá maior suporte a nossa temática da Inclusão do Autista no mercado de trabalho, conseqüentemente maiores discussões para a presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As abordagens de intervenção para suporte às pessoas diagnosticadas com autismo têm com o auxílio das ciências humanas, mesmo com os desafios, dignificar com qualidade devida a esse grupo social em especial. Historicamente, quando Leo Kanner (1943) e Asperger (1944), ao citarem o termo autista para categorizar um conjunto de características descritas pelas dificuldades psicossociais, abriu o campo para estudos na área a fim de entender mais o espectro autista. O DSM-IV (2002) caracteriza o transtorno do espectro autista como:

As características essenciais do Transtorno Autista consistem na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo. (DSM-IV, 2002, p. 99).

(...) Os indivíduos com Transtorno Autista podem apresentar uma gama de sintomas comportamentais incluindo hiperatividade, desatenção, impulsividade, agressividade, comportamentos autodestrutivos e, particularmente em crianças mais jovens, acessos de raiva. (DSM-IV, 2002, p. 100).

A partir da definição feita pelo DSM-IV, a respeito do transtorno do espectro autista, e levando a discussão para a série em questão, onde no primeiro episódio da série em questão, a diretoria médica do hospital debate em reunião a admissão do protagonista em relação as suas capacidades profissionais devido ao espectro autista, e assim por maioria decidem pela não admissão do mesmo. Após um evento, teve que voltar atrás da decisão, oportunizando a ele a vaga, mesmo a maioria não acreditando no seu potencial profissional devido aos problemas que o portador do TEA apresenta, em entender as suas particularidades.

No que se diz a respeito do ingresso de pessoas com deficiências no mercado de trabalho, para atender a um direito fundamental de cada cidadão ter uma vida digna e

justa, garantida pela igualdade de direitos e oportunidades, na qual a lei nº8213/91 no seu artigo nonagésimo terceiro, assegura a reserva de cargos para trabalhadores com deficiência em empresas com mais de cem colaboradores. Por outro lado, o contratante pode solicitar que seu funcionário com portador de determinada deficiência comprove qualificação profissional para o cargo ofertado, assegurando a funcionalidade de modo produtivo. O portador do espectro autista em suas deficiências sociais e comunicativas, também é possuidor de enormes qualidades e conhecimento podendo desempenhar inúmeras funções de responsabilidade como abordado na série norte americana, tendo assim como objetivo de lei a disponibilização de um mercado igualitário.

As pessoas com TEA (transtorno do espectro autista) relatam a maioria dos seus problemas em relação a sua inclusão no mercado de trabalho relacionados em conseguir o emprego em si, ter um cargo compatível com sua qualificação profissional e em manter-se nele (SILVA 2013; ROBERTSON, 2009). A partir dessa problematização, a participação do governo por meio das políticas públicas de assistencialismo, que possibilitem uma igualdade no mercado de trabalho, é entender os paradigmas de suporte e de ser serviço, assim como suas funcionalidades, a partir de políticas voltadas à preparação do candidato para sua carreira profissional, o preparo vocacional precoce, a criação de parcerias empresas escolas para estágios, programas com acompanhamento de profissionais da área de serviço social e psicologia desde a fase escolar, oportunizando futuramente demandas que enfrentarão quando ingressarem de fato no mercado de trabalho. O aprofundamento da implantação dessas políticas públicas e da participação da sociedade para a inclusão apresenta ainda poucas abordagens e referências sobre o tema específico tratado. Porém, com o campo de políticas públicas em crescimento, através dos seus órgãos reguladores que fiscalizam e asseguram que o estado possa cada vez mais investir no desenvolvimento e aplicação de tais políticas.

Como citado anteriormente, as dificuldades apresentados pelo protagonista na série e sua relação com a realidade no mercado de trabalho, podemos por outro lado citar casos excepcionais de sucesso em qual esse grupo está incluso devido a facilidade

dos mesmos em lidar com conhecimentos tecnológicos, matemáticas e inúmeras ciências por conta das suas altas habilidades de concentração, ótima memória visual de longo prazo, padrões observatórios de reconhecer padrões, e por esses recursos de habilidades e aptidões, as grandiosas empresas querem investir em suas formações acadêmicas e profissionais, com a ajuda da “mão amiga” *Specialist People Foundation*, organização dinamarquesa que atua na inserção de autistas no mercado de trabalho mundial. Empresa essa que ajuda desde a capacitação por meio de processos criteriosos, com treinamentos de meses de duração desde a parte técnica do candidato com transtorno do espectro autista até o seu aprimoramento do desenvolvimento sócio laboral, e com a empresa contratante que irão contratar os profissionais com TEA.

E assim, correlacionando essa outra realidade do mercado de trabalho para as pessoas com TEA, e a série *The Good Doctor*, na qual no quinto episódio da primeira temporada, após dificuldades passadas pelo personagem principal de ser realmente incluído pelo personagem do Dr. Melendez, o mesmo já confiante no jovem cirurgião, nas suas altas capacidades de lidar com pressão em momentos de adversidades no universo hospitalar, saber apresentar soluções rápidas, o chefe de equipe médica, mesmo contrariado pela família do paciente que é incrédula quanto as capacidades profissionais e técnicas do jovem Dr. Shaun Murphy, lhe entrega os materiais da cirurgia para que o mesmo possa realizar, e que o mais interessante é que o paciente também é portador do espectro autista e que desde o começo da sua internação confiou no jovem médico devido suas semelhanças, e ao contrário da família confiou no trabalho do protagonista da série.

CONCLUSÃO

Sendo assim, a partir das vivências proporcionadas pela série *The Good Doctor* e as leituras sobre o tema para o desenvolvimento desta pesquisa, nos foi possibilitado perceber a importância da inclusão da pessoa com autismo no mercado de trabalho.

Neste contexto, buscamos ressaltar a importância de se conhecer e discutir sobre o assunto em questão, por ser, além de algo pertinente à sociedade, que ganhou inclusive notoriedade pela indústria cinematográfica é também algo de grande impacto na vida das pessoas portadoras do espectro autista. Para além dos objetivos inicialmente propostos pelo estudo, foi possível conhecer o lado de empresas que tem foco justamente no público autista devido as suas grandes capacidades, como já citado na seção anterior. Buscamos com isso contribuir para abrir os horizontes sobre a proposição aqui discutida.

O presente estudo encontra-se em aberto, por tratar-se de uma discussão atual e que ainda necessita de estudos aprofundados, assim, esperamos que este artigo possa contribuir para fomentar futuras pesquisas ou até mesmo que o presente artigo, possa ser retomado futuramente para tal aprofundamento.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, LDA, 1979.
- BONTEMPO, T. **Sensory Processing Patterns in High-Ability Adults with Autism Spectrum Disorders in the Workplace**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Reabilitação) – Kingston, Ontario, Queen's College, 2009
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**/ Antonio Chizzotti. 10. ed- São Paulo: Cortez, 2009.- (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16).
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.
- LEOPOLDINO, Cláudio Bezerra. **Inclusão de autistas no mercado de trabalho: Uma nova questão**. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v.9, n.22, p. 853-868 Janeiro/Abril – 2015.
- JORGE, Miguel R (org.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TRTM: texto revisado**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MELO, Luísa. **Empresas contratam mais autistas – e não é para cotas.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/empresas-contratam-mais-autistas-e-nao-e-para-cotas/> Acesso: 07 set, 2018

ROBERTSON, S. M. **Neurodiversity, quality of life, and autistic adults: Shifting research and Professional focuses onto real-life challenges.** Disability Studies Quarterly, v. 30, n. 1, 2009.

SALGADO, Ana Clara Lopes. **A Inserção de Autistas no Mercado de Trabalho.** Alethes: Per. Cien. Grad. Dir. UFJF, v. 4, n.6, pp.421-438, jul./dez, 2014.

SILVA, A. C. M. da. **Autismo: o acesso ao trabalho como efetivação dos direitos humanos.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Recife, UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, 2013.

QUANTOS “KEVINS” PRECISAM SER NEGLIGENCIADOS ANTES DE SE ACEITAR QUE ELES EXISTEM?¹

Pedro Almeida da Silva Santos Júnior²
Luiz Afrânio dos Santos e Silva Junior³
Ana Caroline Mota de Moura⁴
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO:

Este artigo tem como fundamento o filme “Precisamos Falar sobre Kevin” (*We Need to Talk About Kevin*), fazendo-se uma resenha crítica sobre o enredo da história de uma mãe que tenta ao máximo se aproximar de seu filho mesmo com um antepassado marcado por negligências e aversões. O objetivo deste trabalho é criar um pensamento reflexivo sobre a importância do papel da função materna e como a negligência influencia diretamente na construção da personalidade do seu criado. Para o cunho científico adotou-se a análise da teoria winnicottiana sob os aspectos da função materna exercida. Desde o início encontramos aspectos que fizesse levar a crer que a negligência na função materna tenha contribuído positivamente para a construção da personalidade de Kevin.

PALAVRAS-CHAVE: função materna, psicanálise, personalidade.

INTRODUÇÃO

Lançado em janeiro de 2012, a trama “Precisamos falar sobre Kevin”, narra a história de Eva que mora agora sozinha, em uma tentativa de recomeçar sua vida com seu novo emprego se esquivando arduamente das pessoas após o acidente cometido pelo seu filho Kevin as vésperas do seu aniversário de 16 anos. Este comete um assassinato em massa com jovens de sua escola, além de matar o pai e sua irmã. A história é narrada a partir de flashbacks da mãe diante todo seu convívio com o filho, apresentando a sua relação com ele desde o momento de gravidez mostrando a sua insatisfação com a criança.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Licenciado em Informática (IFPI), Estudante de Graduação do 6º semestre do Curso de Psicologia na UNIFSA. peedrojr@gmail.com

³ Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Psicologia na UNIFSA. junyorsilva1518@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Psicologia na UNIFSA. carol_mota2003@hotmail.com

O artigo analisará o filme com uma visão psicanalítica relacionado à construção de afeto entre mãe e filho e como essa figura materna é importante para a formulação da personalidade do sujeito. A esse pequeno detalhe, Winnicott (1960) menciona que os bebês vêm a ser de modos distintos de acordo com as condições favoráveis ou não a ele. Assim, dado o cuidado recebido da mãe a linha de vida do bebê recebe uma continuidade, mantendo-o com uma “continuidade do ser”.

Cenas exibidas como a angústia sentida por Eva quando seu filho chorava e ao invés de tentá-lo acalmar ela o leva para um canteiro de obras no qual o barulho é maior que o do bebê, mostra como desde o primórdio a mãe se vinculava a Kevin. Dentre esses e outros atos ao crescer Kevin vai demonstrando insensibilidade em relação aos afetos pela mãe. Tendo como base esse contexto o objetivo deste trabalho é criar um pensamento reflexivo sobre a importância do papel da função materna e como a negligência influencia diretamente na construção da personalidade do seu criado.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi elaborado com uma análise do filme *Precisamos falar sobre Kevin (We Need to Talk About Kevin)* a partir de um levantamento bibliográfico que foi realizado no período de maio de 2018. Foram feitas consultas em de livros específicos, a partir de tal levantamento iniciou-se a análise dos resultados encontrados comparando com trechos do filme. A análise partiu sempre do ponto de vista psicanalítico com a visão, em especial, de Donald Winnicott. Foi excluído trabalho que não se apresentavam concluídos ou incompletos e que não apresentavam uma relação com o objetivo pretendido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dor não é demonstrada em nenhum momento. Quando faz pirraça com sua mãe defecando na fralda mesmo quando já crescido, sua mãe o trata novamente com violência, ao remover a fralda suja e limpa-lo. O que ocorre novamente em seguida, o

que faz com que Eva o jogue bruscamente e acaba fraturando seu braço, em nenhum momento o garoto remete dor ou agonia pelo fato. Percebe-se que os traços de dor, angústia e sofrimento são comuns a Kevin, e ele faz com que sua mãe o tenha por perto, mas novamente com ele controlando esse segredo para o pai de que ela causara a fratura. Outra característica presente nele, que Freud (1905/1966) descreve como criança polimorfa perversa, que ocorre quando esta obtém prazer de qualquer lugar de seu corpo ou do externo, com intenção de gerar estímulos prazerosos.

Aproveita-se para ser notado também, o fato de que Kevin busca proximidade afetiva de forma ímpar com sua mãe. O fato de ele perceber a relação de sua irmã (Lucy) está “roubando” a atenção do pai e da mãe faz com que este adoença. Outra pausa, para uma reflexão para o possível complexo de Édipo nesta parte. A função materna dele mais parece estar em dinamicidade estabelecida ao pai e que hora a mãe está em uma função desafiadora e detentora do falo. Porém, quando Kevin tem esse mal-estar e sua mãe o encontra e cuida dele, ele encontra nela o falo, e por poucos instantes ele estabelece contato com ela até ele melhorar.

Uma descrição interessante que foi percebida desta parte é a história que ela conta a ele nessa sua enfermidade é o que é simulado no final do filme com seu ato ou grito de necessidade de contato com a mãe. Na história que ela está contando para ele, narra-se Robin Hood, como um excelente arqueiro, o que Kevin se espelha e se aperfeiçoa na arte. Como os vários soldados foram derrotados e ele vangloriado.

Isso faz com que haja uma aproximação da mãe nunca vista, até mesmo quando o pai chega, Kevin o trata rudemente por ter atrapalhado a leitura da sua mãe. Por instantes, demonstra afeição por aquele momento triunfal. O que nos permite pensar que foi o mais próximo de felicidade que ele conheceria.

Quando sua irmã se machuca e estava sob sua responsabilidade sua mãe começa a questionar-se sobre sua capacidade de auto culpar-se e que retruca rapidamente exaltando culpa alguma ou qualquer remorso. Aqui já um pouco mais crescido.

Recorre-se um pouco para o DSM-IV para advertir sobre a idealização da idade de 18 anos e repetição do desvio de conduta simulares antes dos 15 anos, para

enquadrar-se como psicopatia. Além disso, apesar de a sintomatologia pode ser vista na enganiosidade, indicado por mentiras repetidas, desde o braço quebrado, ao acidente da irmã, o hamster que morreu da irmã; bem como o desrespeito imprudente pela própria segurança e de outros; e falta de remorso, indicada pela indiferença ou o uso de racionalizações ao fato de ter ferido. Que segundo este manual, apenas essas três características já o classificam com Personalidade Sociopática ou Desordem de Personalidade Antissocial.

Na visão psicanalítica este ser teve então a apresentação da Castração, porém ele nega e refuta a ideia de que ela tenha que ser cumprida. Ele está além ou para além do limite do neurótico. O que Freud nomeia de “Rei Bebê”, aquilo que tudo pode, sem limites ou retraimentos. Adiantando um pouco mais o enredo, tudo volta a ser como antes, depois de Kevin melhorar. Sua mãe o flagra se masturbando, ele continua sem nem demonstrar vergonha pelo que está fazendo ou pelo flagrante. Eva continua tentando aproximação, saindo com ele, mas ele percebe como uma convicção social o ato dela. E ele pergunta: “quando fomos felizes”? Resposta essa entendida no final apenas.

Aprimorando cada vez mais a arte de flechas, compra novos cadeados, com a desculpa de empreender, vendendo-os na escola. Mas, tudo fazia do seu plano final. Ao trancar-se na escola recria a história que sua mãe contara de Robin e o ato vanglorioso (ele sai atirando em todos, gerando uma confusão enorme). Sua mãe era rechaçada socialmente por ser considerada culpada por isso. Compreende-se, assim, que ele usou as flechas, arte que vinha aprimorando para recriar tal cena, que levou várias pessoas à morte e a diversas consequências. Além disso, seu pai e irmã também foram vítimas, como Eva percebe, ao chegar em casa. Kevin compreende que sua mãe não compreendia o motivo dele ter feito aquilo, bem ela realmente não entendeu. Mas pela análise ele apenas queria recriar um momento que ele realmente encontrou o que procurava o afeto e amor da mãe, quando lia para ele aquela história. Um guerreiro, era assim, um herói como queria ser visto e agradecido pelo seu ato, quando ele se curva para saldar a plateia alucinatória.

CONCLUSÕES

Esse filme traz a reflexão da importância do cuidado da função materna e paterna e o desenrolar do complexo de Édipo. Não é fácil apenas criticar a mãe, que se sabe que foi bastante negligente e omissa afetivamente à esta criança. Não se descarta as funções genéticas, mas dá-se muita ênfase ao que poderia ter tido uma saída melhor desse complexo de Édipo se a mãe desde a gravidez tivesse dado maior amor e afeto pela criança, não executando com violência a tentativa de reparação por alguma coisa que lhe faltava fazer/ter. O fato de a mãe se distanciar do bebê principalmente nos primeiros momentos de vida pode nos ajudar a entender melhor a personalidade de Kevin, quando ela lembra dos momentos que ela teve com o marido, quando estava no ápice do amor, que ali geraria seu primogênito, de certa forma culpabiliza o nascimento dele como uma quebra de todo esse laço afetivo com seu amor.

Nota-se nenhum interesse por prosseguir com a gestação. No intuito de poder atender as necessidades do bebê, a mãe comumente desenvolve, no final da gravidez e nas primeiras semanas ou meses após o nascimento, um estado de intensa sensibilidade e empatia com o bebê: a “preocupação materna primária” (WINNICOTT, 1956). Ao analisarmos Eva, não podemos notar esse laço afetivo de preocupação, pelo contrário, há um distanciamento afetivo.

Quando acontece o parto e o bebê chora ela pouco demonstrava sentimentos para ele, ou seja, as necessidades primárias da criança não são atendidas. O que se repete por tempos, quando ela se vê em uma situação que não consegue controlar o choro do recém-nascido vai a um passeio e quando percebe o barulho de uma britadeira abafa o som irritando que a criança emite sente um “alívio”.

À vista disso, acredita-se que os estados calmos são aqueles em que o bebê não está integrado e relaxado, podendo entregar-se ao holding materno. Se aprofundarmos o sossego como uma necessidade de comunicação íntima estabelecida entre a mãe e o bebê, através de uma previsibilidade e constância dos cuidados maternos atribuídos da confiança do bebê.

Ao tempo que a calma não está vinculada apenas ao processo de integração, mas de experiência do ser, entende-se que o sossego constitui uma experiência afetiva de bem-estar o qual o bebê desfruta da continuidade de ser (WINNICOTT, 1990). Portanto, podemos perceber nessa história fictícia que a fundação materna em seu estado de mãe suficientemente boa, provocou necessidades que não foram atendidas, que se ligam a um punhado dos traços de personalidade de Kevin. A negligência se faz presente em diversos momentos, com a falta de atenção e aceitação até mesmo do pai por não entender as necessidades de atenção do filho.

REFERÊNCIAS

PRECISAMOS FALAR SOBRE KEVIN. Produção de Lynne Ramsay. Reino Unido: PARIS Filmes, 2012.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-IV. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: ARTMED, 2002, 4a. ed.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. In: **Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 115-229. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 07).

FREUD, S. O sentido dos sintomas. In: **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Volume XV. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 319-321

WINNICOTT, D. W. (1950). A Agressividade em Relação ao Desenvolvimento Emocional. In: _____. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. (1956). **A preocupação materna primária**. In: _____. _____. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. (1958b). A capacidade de estar só. In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GT 2

GRUPO TEMÁTICO

**DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS, FAMÍLIAS E
PARENTALIDADES**

GT 2- DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS, FAMÍLIAS E PARENTALIDADES

Profa. Dra. Clarissa Sousa de Carvalho¹

Profa. Ma. Ana Carolina Magalhães Fortes²

Entendendo a necessidade de refletir sobre diferentes arranjos familiares e direitos sexuais e reprodutivos no contexto atual de retrocesso de direitos, este Grupo de Trabalho propõe discutir pesquisas, finalizadas ou em andamento, que reflitam um entrelaçamento entre parentalidades e direitos sexuais e reprodutivos, incluindo marcadores como geração, gênero, classe, sexualidade, raça e religião. Consideramos temas como gravidez e parto; assistência institucional à saúde reprodutiva e sexual; tutela jurídica dos direitos trans; reconhecimento e assistência a grupos familiares formados por laços socioafetivos maternidades e paternidades, seus exercícios e suas formas desregulação; formas de controle e docilização dos corpos cis e trans; fertilidade/infertilidade. Para tanto, O objetivo do GT é primordialmente analisar tais fenômenos através de uma ótica interdisciplinar, reconhecendo os aspectos micro e macroestruturais de tais temas. Levando em conta a complexidade teórica e empírica dos temas propostos, o GT abrange reflexões advindas de variadas disciplinas, como Comunicação, Antropologia, Direito, Sociologia, Psicologia, dentro outras, para lançar luz a fenômenos em franco processo de transformação na sociedade brasileira. Dessa forma, entendemos também que tais temas podem ser analisados a partir de discursos midiáticos, médicos, institucionais e cotidianos das famílias e grupos parentais em suas mais variadas acepções, com metodologias diversas, a depender da disciplina e do aporte epistemológico e objetivos, como etnografia, análise do discurso, análise de conteúdo, estudo de caso, dentre outras.

¹ Doutora em Comunicação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Tendências e Perspectivas do Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí e Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma universidade. Professora do curso de Jornalismo da UESPI/Campus Torquato Neto.

² Possui graduação em direito pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho (2006) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2013). Conselheira Seccional da OAB/PI (2016-2018). Presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB/PI. Presidente da Comissão Verdade da Escravidão Negra da OAB/PI em 2015. Membro do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Corpo e Gênero – SEXGEN, e COMGENERO. Professora do curso Bacharelado em Direito na Faculdade Estácio de Teresina desde 2016. Professora do curso de Direito da Estácio Teresina.

QUESTÕES DE GÊNERO E SAÚDE MENTAL: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES COM DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO¹

Tahiana Meneses Alves²



RESUMO

O estudo trata dos itinerários de sofrimento psíquico entre mulheres diagnosticadas com transtorno mental e usuárias de um serviço de saúde mental em Parnaíba, Piauí. O objetivo é analisar, desde uma abordagem sociológica, os seus itinerários de adoecimento psíquico, isto é, como se desenrolam as experiências com o transtorno, levando em conta as questões de gênero nas biografias. Adotou-se uma metodologia de caráter qualitativo que teve como técnica principal de recolha de informações a entrevista de história de vida. A análise dos dados foi inspirada na *grounded theory*. Eis as experiências identificadas: contexto familiar (relações entre mães e filhos, relações de poder no contexto da família nuclear, sobrecarga de trabalho feminino na esfera familiar); decepções amorosas (frustração com o amor romântico, infidelidade por parte do parceiro); pobreza; *bullying* e corpo; controle da sexualidade feminina; múltiplas violências. A partir das informações, torna-se possível perceber que relações de gênero desiguais, pouco democráticas, estão presentes nos sentidos do adoecimento psíquico.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, saúde mental, mulheres.

INTRODUÇÃO

O gênero é um marcador sociocultural que se relaciona com a saúde mental. Partimos da perspectiva de Connell e Pearse (2015, p. 42): “O gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais”.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade do Minho/UM. Mestra em Sociologia (Especialização em Cultura e Estilos de vida) pela Universidade do Minho/UM - revalidação pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí/UFPI e Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí/UFPI.

A interface entre gênero e saúde mental ainda não é explorada de forma satisfatória. Seja em termos de pesquisas (BEZERRA, 2017; ZANELLO, 2014) ou de intervenções (ANDRADE, 2014; MALUF, 2010), tais entrelaçamentos são insuficientemente abordados, o que causa implicações desfavoráveis especialmente às pessoas que vivenciam algum sofrimento psíquico. No que toca ao nosso objeto de estudo, convém levar a cabo como o gênero se faz presente nas experiências e nos significados que o transtorno mental tem para mulheres que dela padecem. Incluir a dimensão (inter)subjetiva dos sujeitos está de acordo com as propostas da reforma psiquiátrica, que tem remodelado o modelo de atenção à saúde mental no Brasil. Os princípios e valores reformistas têm investido nas temáticas sobre o sujeito, a subjetividade, as interações humanas, a experiência vivida com a doença, alternativas terapêuticas etc.

Dito isto, buscamos compreender, levando em conta o gênero: Que “causas” as mulheres atribuem à sua condição? Nosso esforço não consistiu em dar conta das causas reais e efetivas, até porque isto engloba outros aspectos (biológicos, psicológicos) que fogem da nossa alçada. A análise incidiu sobre como as pessoas explicam a sua própria situação, mesmo que a forma como organizam os eventos vividos e dão sentido às suas experiências sugiram uma causalidade do adoecer. Abarcam distintos significados que têm a ver, ou não, com o mundo social e, dentro deste, com o gênero.

MATERIAL E MÉTODOS

A investigação teve caráter qualitativo. Adotamos uma abordagem compreensiva. Guiou-se principalmente pelos referenciais teóricos da fenomenologia social, do interacionismo simbólico, das teorias da ação estruturada e dos estudos de gênero/feministas/sobre masculinidades na interface com a saúde mental. Quanto à metodologia, elegemos enquanto método o estudo de casos (YIN, 2001) e enquanto principal técnica de recolha de informações utilizamos a entrevista de história de vida

(BRANDÃO, 2007) com 10 mulheres com diagnóstico psiquiátrico, visto que ela fornece elementos de como o social se manifesta através do “particular”. Também aplicamos um pequeno questionário de caracterização sociodemográfica para perceber o peso de variáveis como *status* conjugal, idade, classe social, orientação sexual, raça/etnia, escolaridade, religiosidade etc. Fazemos observação no interior do serviço. Houve registros em diário de campo. A análise das informações foi realizada com base na *grounded theory* (CHARMAZ, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma primeira categoria presente nas experiências com o transtorno mental diz respeito ao âmbito familiar. Entre estes estão: a fragilização dos laços entre mães e filhos, que pode ocorrer devido à morte da mãe, à ausência do amor materno, à perda do filho e às brigas constantes entre mães e filhos; as dúvidas, dificuldades e angústias no ato da maternar; a experiência de ser “mãe solteira”. Pode-se dizer que todos estes aspectos guardam em comum a desestabilização dos papéis que outrora os sujeitos entrevistados assumiram – ou ao menos acreditavam que era suposto assumirem – no âmbito da família, seja na condição de filhos ou mães. No contexto familiar, a piora da saúde mental também é significada por meio de conflitos no cotidiano da família nuclear marcado por práticas conservadoras e relações hierárquicas. Evidencia-se a tensão em torno de lugares dedicados a cada membro da família que os coloca na situação de exercer/sofrer violência, dominação, poder.

As decepções amorosas também constituem fonte de sofrimento segundo as perspectivas dos participantes. Elas envolvem a frustração com a ideia do amor romântico, a impossibilidade de começar um relacionamento e as infidelidades cometidas pelos/as companheiros/as dos/as entrevistados/as. Para algumas mulheres, há uma decepção com a ideia do “felizes para sempre”, tão difundida no ideal de amor romântico, no contexto de um relacionamento amoroso heterossexual: dar-se conta de que “nem tudo são flores”, ainda mais quando sofrem violências de diversas

modalidades por seus companheiros, está presente na descrição do adoecimento. A compulsoriedade do casamento também surge como algo negativo: algumas mulheres, especialmente as de gerações mais velhas, mesmo diante de um relacionamento o qual reconhecem não sentir mais amor, permanecem casadas por influência de um mandato social extremamente forte.

Outra categoria atribuída ao surgimento da doença mental é a pobreza nos seus diversos desdobramentos: desemprego, fome, privação material, preconceito de classe, condições precarizadas de trabalho, trabalho infantil. Ser alvo de *bullying* também está presente nas experiências com a doença mental. Entretanto, a forma pela qual o *bullying* é significado em termos de sofrimento psíquico também está fundamentada em representações de gênero. Para mulheres, surge relacionado principalmente com o corpo enquanto capital. Até os xingamentos que sofriam (magrela, baleia) têm relação com o que se requer de um corpo feminino quanto aos padrões de beleza valorizados em determinada época e cultura.

A fragilização da saúde mental também é descrita através de relatos que remetem para o exercício da sexualidade entre mulheres. A vigilância da atividade sexual, que não raramente envolve cometimento de violência (física, psicológica, moral) por parte de membros homens da família (pais, sogros, maridos), ocorre para mulheres de diferentes faixas etárias e situações conjugais. Em outros casos, mais extremos, ultrapassa-se a vigilância e parte-se para a “punição” daquelas mulheres que rompem com o *script* desenhado para o exercício da sexualidade feminina. Quem rompe, transgride e, por isso, de alguma maneira, é punida. Identificamos os rompimentos (iniciar a vida sexual antes do casamento e com propósito hedonista, ser “mãe solteira”, sexo como moeda de troca – isto tudo décadas atrás), as punições (exclusão, abandono, violência) e a possibilidade de “salvação” (via casamento com um homem “honrado”) para a mulher “transgressora”.

Outro aspecto apontado pelas mulheres enquanto fragilizador da saúde mental é a violência de diversas modalidades cometida por homens nas suas relações interpessoais. A violência psicológica acaba por perpassar todas as situações. Quanto à

violência física, algumas mulheres foram castigadas ao longo de seus relacionamentos com seus (ex)companheiros quando não quiseram ter relações sexuais, não exerceram “direito” alguma tarefa em casa ou porque quiseram terminar a relação. Quanto à violência moral, relatos sobre humilhações, xingamentos, deboches públicos, calúnias e consequentes sentimentos de vergonha foram eventos frequentes nas vidas de algumas entrevistadas. Quanto à violência patrimonial, percebe-se uma dominação econômica masculina que, neste caso, inculca a ideia da inferioridade e dependência feminina frente ao homem provedor. Há mulheres que sofreram com as retenções econômicas após uma separação conjugal. Quanto à violência sexual, a experiência fragilizadora da saúde mental das mulheres foi descrita a partir de sua forma mais extrema: o estupro. Em todos os casos autorrelatados, elas tinham algum vínculo com o agressor, que foram irmãos mais velhos, cunhados, vizinhos, professores e (ex) companheiros.

CONCLUSÕES

Nas análises das “causas” de adoecimento, foram identificados modelos ideais de feminilidade que orientam as ações sociais e proporcionam relações assimétricas entre homens e mulheres, mulheres e mulheres. As histórias de vida contêm vários eventos cotidianos dos quais é possível perceber que o empreendimento realizado para alcançar o “normal”, em termos de gênero, bem como não alcançar, por vezes, são experienciados de maneira negativa relativamente à própria saúde. Não se conformar aos modelos dominantes de gênero pode suscitar marginalizações que são situadas, nas experiências das entrevistadas, como aspectos fragilizadores da saúde. Mas acrescentamos que o próprio empreendimento de se conformar, de tentar viver de acordo com esses modelos, por si só, pode exigir esforços que, tal como não o fazer, consomem a ponto de também serem significados como aspectos fragilizadores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) pelo apoio financeiro a esta pesquisa através da concessão de uma bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/96628/2013.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. P. M. “(Entre)lançamentos possíveis entre gênero e saúde mental”. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A.P.M. *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2014.

BEZERRA, E. *Saúde mental masculina: prevalência e vulnerabilidades aos transtornos mentais comuns no contexto rural e urbano*. Tese (Doutoramento em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BRANDÃO, A. M. “Entre a história vivida e a história contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica”. **Revista de Sociologia Configurações**, 3, pp. 83-106, 2007. Recuperado em 20 de agosto de 2016, de: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20\(2\).pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20(2).pdf)

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CONNELL, R; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo*. São Paulo: nVersos, 2015.

MALUF, S. W. “Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais”. In: MALUF, S. W.; TORNQUIST, C. S. *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

YIN, R. *Estudo de casos: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLO, V. “A saúde mental sob o viés do gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica”, In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2014.

ELABORAÇÃO DO LUTO DE MÃES DIANTE DA MORTE INTRAUTERINA¹

Antônia de Fátima Sousa²
Ana Kaline da Silva Fonseca³
Patrícia Melo do Monte⁴

RESUMO

A sociedade atual vive em um ritmo tão acelerado que não sobra tempo para falar sobre morte e finitude, dificultando suas estratégias de elaboração de luto frente ao acontecimento. Na maternidade esse processo se agrava, visto que se espera e cria expectativas diante do nascimento de uma criança viva, não morta. Essa pesquisa tem como objetivo compreender como acontece a elaboração do luto de mães diante da morte intrauterina. Foi realizada uma revisão sistemática de literatura, recorreu-se às bases de dados LILACS e SCIELO, utilizando os descritores “Luto”, “Morte Intrauterina” e “Morte Fetal”. Foram pesquisados na base de dados artigos publicados entre 2011 a 2016. Foram selecionados os artigos mais representativos e recentes sobre o tema, totalizando 8 artigos. Sobre os dados encontrados, é possível concluir que existe um grande sofrimento psíquico na elaboração do luto por parte das mães diante da morte intrauterina, necessitando de cuidado diferencial pela equipe multidisciplinar dos profissionais de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Luto, Morte Intrauterina, Morte Fetal.

INTRODUÇÃO

O processo de elaboração de luto é algo complexo em qualquer circunstância. Na nossa cultura, a situação de morte não é experienciado de forma natural, existe um sigilo, não se fala sobre o assunto, o que pode dificultar ainda mais a elaboração da perda do ente querido. Na maternidade, esse processo pode se tornar mais difícil, visto que a espera é pela vida e não da morte.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Antônia de Fátima Sousa: discente do curso de psicologia da UNIFSA, E-mail: fatinhaag1986@gmail.com

³ Ana Kaline da Silva Fonseca: discente do curso de psicologia da UNIFSA, E-mail: nanakaline@hotmail.com

⁴ Patrícia Melo do Monte: doutora em educação, docente do curso de psicologia da UNIFSA, E-mail: patriciamelo2000@gmail.com

A sociedade, ocupada por seu ritmo acelerado, parece ter deixado de lado o fato de pensar sobre a finitude. Nota-se um despreparo no que diz respeito ao enfrentamento dessa situação. O luto como processo individual está diretamente relacionado ao luto como processo social, isso porque cada indivíduo está inserido em uma sociedade que exerce influência sobre os sentimentos e comportamentos gerados pelo falecimento de uma pessoa. Por esta razão, a elaboração psicológica do luto resulta da maneira como um grupo social pensa a morte e se comporta diante dela (CAMPBELL, 2011).

Na morte intrauterina, além da perda da criança, há perda de expectativas, a idealização criada em torno da criança, que nem chega a nascer. Uma interrupção da gravidez reveste-se de sentimentos negativos de frustração, tristeza, desapontamento, raiva, culpabilização, ansiedade e vergonha (SOUBIEUX, 2009). Se estes perdurarem no tempo, podem desencadear crises de ansiedade ou perturbações depressivas. Além disso, a adaptação psicológica a uma nova gravidez fica comprometida (KERSTING et al., 2011). Essa pesquisa tem como objetivo compreender como acontece a elaboração do luto de mães diante da morte intrauterina.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão sistemática de literatura, recorreu-se a base dados LILACS e SCIELO, utilizando os descritores “Luto”, “Morte Intrauterina” e “Morte Fetal”. Foram pesquisados na base de dados artigos publicados entre 2011 a 2016. Foram selecionados os artigos em língua portuguesa, que atendiam ao problema de pesquisa, totalizando 8 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A morte fetal é um evento psicologicamente traumático para a mulher e sua família. As perdas fetais são eventos estressantes que podem ocasionar sérios efeitos psicológicos à longo prazo.

Os estudos de Araújo e Vieira (2001) mostraram que na Antiguidade a morte era tratada com certo romantismo, embora os mortos fossem temidos e se procurava mantê-los afastados. Na Idade Média, o homem convivia de forma mais harmoniosa com a morte, sem grandes temores e era permitido que as crianças participassem dos seus rituais. Por fim, nos tempos modernos, a morte passou a ser negada e a ser vista como representação de fracasso e interrupção nos projetos de vida. Os rituais do nosso tempo clamam pela rapidez e ocultação para que se tenha a ideia de que a morte não ocorreu.

A ocorrência do óbito fetal não tinha, nos tempos antigos, o mesmo significado que tem na atualidade. Na Idade Média, a morte da criança era pouco valorizada, já que esta era vista como um ser sem personalidade. Ao morrer, muitas vezes, não adquiria nome, e quando recebia um nome, era costumeiramente atribuída diretamente a outra criança. Foi a partir do século XIX que a morte da criança começou a ter relevância. As pessoas então conceberam um lugar diferenciado a elas no céu, e algumas vezes eram consideradas por suas mães como anjos ou santos (CARVALHO, 2007). De um fato tratado, como descaso quase que total na Idade Média, perder um filho, no século XIX, tornou-se um evento de profunda comoção e tristeza.

Independente da simbologia da morte do feto deve-se compreender que o óbito fetal não se trata apenas da morte em si, mas também da frustração relacionada à experiência vital da mulher durante da gestação (LUZ et al, 1989). Lewis (1979) enfatiza a importância de se estabelecer a identidade do natimorto e nos lembra que uma morte sem um corpo (que não tenha sido visto por seus pais) parece irreal. O luto após o nascimento de um bebê morto não conta com experiências a serem lembradas após o parto, sendo privadas de lembranças necessárias para a entrada no trabalho de luto. Esses pais são invadidos por um senso de não existência, que supomos ser ainda maior em mulheres que estão maciçamente sedadas durante o parto.

Elaboração do luto fetal

A morte invade as maternidades e espaços onde não costumam ser pensadas. E, parece-nos inevitável que vá exigir um trabalho de elaboração psíquica bastante singular, pois a representação do bebê que não nasceu vivo certamente apresentará dificuldades de se encaixar em nossas representações usuais.

A morte de um filho é geralmente vista como um dos mais dolorosos acontecimentos que podem ocorrer a uma pessoa. No entanto, quando falamos em perdas de bebês intrauterino observamos certas particularidades. A rede social, que cerca os pais que sofreram a perda, tem dificuldades de compreender a dor que estão sentindo, pois para eles é como se o bebê nunca tivesse existido. Espera-se um período de tristeza, mas normalmente não se atribui o mesmo *status* de morte de filho. O não reconhecimento por parte do entorno pode ser muito prejudicial aos psiquismos desses pais, podendo, inclusive, pesar para uma resposta patológica perante a morte do filho.

Em geral, a população que experimenta essa realidade é negligenciada e desconsiderada socialmente, uma vez que até a própria instituição hospitalar não viabiliza a expressão do luto, o desamparo social ao óbito já se inicia nesse espaço, onde médicos e enfermeiros veem essa perda como um fracasso da medicina, oportunizando espaço apenas para os sentimentos de frustração e impotência (SANTOS *et al.*, 2004).

Para a mãe, a construção do vínculo com o filho sonhado precisa preceder a chegada do bebê, e é desse material que emerge a vinculação com o filho. Assim, “a mãe busca reconhecimento do filho perdido, enquanto que, para as pessoas que a acompanham, fica difícil vislumbrar o que ela perde” (IACONELLI, 2007, p. 6). Após o parto de um natimorto, equipe de saúde, família e amigos tendem a privar os pais, especialmente a mãe, de entender, sofrer e elaborar o luto. Kennell e Klaus (1992) afirmam que quando um bebê morre, geralmente elimina-se rapidamente qualquer evidência da morte, o que torna sua comprovação ainda mais árdua de ser reconhecida e elaborada.

Lewis (1979) observou que após o parto de um natimorto, a mãe experimenta um senso duplo de perda. O vazio é experimentado, naturalmente pelas mães após o parto, mesmo com o nascimento de uma criança viva. Mas a sensação de perda é consolada pelo bebê real que vai lhe ajudar a superar a estranheza de perder seu bebê de dentro.

Soubieux e Caillaud (2015) indicam que a morte leva a uma passagem por terrível momento de crise e de perturbação da identidade, multiplicam ao infinito os efeitos conhecidos do pós-parto, configurando um verdadeiro traumatismo. Segundo Bartilotti (2007), é nesse contexto, permeado pela falta de espaço para a expressão da dor, que as repercussões emocionais diante da ocorrência do óbito fetal, começam a ser relegadas e a elaboração do luto, não é processada psiquicamente.

De acordo com Gesteira *et al.* (2006) os rituais fúnebres ajudam no processo de luto, pois a recuperação é centrada na aceitação, e o velório permite que as pessoas se despeçam e que o enlutado seja considerado como tal. Abordagens terapêuticas que possibilitam ajudar os pais no processo de perda do filho, bem como torná-la mais real, consistem em permitir que os pais visitem o recém-nascido, toquem-no, caso queiram, e recolham lembranças possíveis.

No âmbito da assistência psicológica cabe ressaltar que a avaliação deve possibilitar o conhecimento dos aspectos da dinâmica do paciente, facilitando à equipe o seu entendimento, permitindo que os profissionais envolvidos fiquem atentos à necessidade do paciente. É importante a garantia do atendimento psicológico ambulatorial após a ocorrência do óbito fetal. Estudos ressaltam a possibilidade do desencadeamento de diferentes quadros psicopatológicos. Estados de depressão, fobias, ideias obsessivas e quadros de psicose são salientados na literatura científica acerca do tema (LUZ, 1989).

Para Defey (1992), nesse processo de elaboração pela perda da criança, depois de ocorrido o parto, é comum uma sensação na mulher de estar vivendo algo como um sonho. Por não ter a criança aninhada em seus braços para prestar-lhe os cuidados necessários, como havia imaginado, ela não se sente mãe da criança, daí a sensação de

despersonalização. É nesta fase que pode manifestar-se uma depressão clínica, é importante que a mulher possa vivenciar este momento de modo lúcido, para facilitar a reorganização emocional, integrando à sua vida aquela perda real como se fizesse parte de sua própria história vital.

CONCLUSÕES

O óbito fetal representa um episódio dos mais frustrantes e de difícil elaboração na vida de uma mulher e requer uma especial atenção por parte dos profissionais de saúde, principalmente os de psicologia que atuam no âmbito hospitalar, por ser causa de ampla gama de perturbações emocionais na mãe.

A perda na gestação contraria o que se espera sobre o andamento do ciclo de vida. Conhecer os aspectos a serem enfrentados nestas situações traz a possibilidade de prestar um melhor auxílio e acompanhamento, o que se constitui em ação preventiva quanto ao desenvolvimento de dificuldades emocionais posteriores.

A perda intrauterina é um processo complexo e é necessária uma perspectiva multidisciplinar no atendimento às mães que passam por esse processo, cuidar de mães em situação de luto por interrupção espontânea da gravidez deve constituir um desafio em cuidados de saúde. Os profissionais da equipe de saúde precisam saber manejar esses momentos, no que se refere aos sentimentos dos pacientes frente ao fenômeno da morte e aos seus próprios sentimentos. Normalmente é atribuída ao psicólogo a função e a capacidade de facilitar o contato com a difícil realidade de proporcionar um espaço de expressão das emoções e dos sentimentos, favorecendo assim uma maior possibilidade de elaboração do luto do filho perdido.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P. V. R.; VIEIRA, M. J. As atitudes do homem frente à morte e o morrer. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**, Santa Catarina, v. 10, n. 3, p. 101- 117, set-dez. 2001.

BARTILOTTI, M. R. M. B. Intervenção psicológica em luto perinatal. In F. F. Bortoletti (Org.). **Psicologia na prática obstétrica: abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Manole, 2007.

BOEMER, M. R.; MARIUTTI, M. G. **A mulher em situação de abortamento: um enfoque existencial**. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 37 (2), 59-71, 2003.

CAMPBELL, A. B. **O mundo interno diante da morte: a elaboração do luto**. Dissertação de tese, digital 071042511. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, c. 3, p. 50-71, 2011.

CARVALHO, F.T; MEYER L. Perda gestacional tardia: aspectos a serem enfrentados por mulheres e conduta profissional frente a essas situações. **Bol Psicol.** 57(126): 33-48. Jun, 2007.

DEFEY, D., DIAZ, J. R. L., NIÑEZ, M. TERRA, C. **Duelo por unniño que muere antes de nacer: vivencias de los padres del equipo de salud**. 2 ed. Montevideo: CLAP, 1992.

GESTEIRA, S.M.A; BARBOSA, V.L; ENDO, P.C. O luto no processo de aborto provocado. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v.19, n.4, p. 462-467, 2006.

IACONELLI, V. Luto Insólito, desmentido e trauma: clínica psicanalítica com mães de bebês. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, 10(4) 614-623, 2007.

KENNEL, J; KLAUS, M. Atendimento aos pais de um natimorto ou de um bebê que morre. In J. KENNEL & M. KLAUS. **Pais/bebês: a formação do apego**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1992.

KERSTING, A; KROKER, K; SCHLICHT, S; WAGNER, B. Internet-based treatment after pregnancy loss: Concept and case study. **Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynecology**, 32(2), 72-78. Doi: 10.3109/0167482x2011.553974; 2011.

LEWIS, E. **The management of stillbirth coping with an unreality**. *The Lancet*, 308(7986), 619-620. doi:10.1016/ S0140-6736(76)90680-2; 1979

ANÁLISE DO PANORAMA BRASILEIRO ACERCA DAS PRODUÇÕES SOBRE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS¹

Delene Emanuele Falcão Costa²

Giuliane Marques e Silva³

Patricia Melo do Monte⁴

RESUMO

O presente estudo trata de uma análise sobre o panorama brasileiro a respeito das produções que abordam a institucionalização dos idosos. Apresenta-se como método a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com o intuito de compreender as produções acerca do tema, objetivando verificar sobre as pesquisas já realizadas. Analisou-se 8 artigos nas bases de dados consultadas que versavam sobre a institucionalização. Verificou-se a partir das pesquisas realizadas um nível de fragilidade considerável do idoso, desenvolvida pelo abandono familiar, com isso o idoso pode sofrer diversos danos psicológicos, como sentimento de impotência, baixa autoestima, uma tristeza gerada pelo rompimento do vínculo familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento, institucionalização, abrigo.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento primário é um processo gradual e inevitável de deterioração física que começa cedo na vida e continua ao longo dos anos, não importa o que as pessoas façam para evitá-lo. Nessa visão o envelhecimento é uma consequência inevitável de ficar velho. O envelhecimento secundário resulta de doenças, abusos e maus hábitos, fatores que em geral podem ser controlados (PAPALIA, 2012).

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho, *E-mail:* delen.22@hotmail.com

³ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho, *E-mail:* giulianemarques_@hotmail.com

⁴ Doutora em Educação. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho, *E-mail:* patriciamelo2000@gmail.com.

O envelhecimento tem despertado preocupação, principalmente no Brasil, em relação às mudanças que vem repercutindo na sociedade (OLIVEIRA, 2014). Esse acontecimento tem provocado alterações fundamentais na vida das pessoas, redefinindo relações de gênero, alterando o perfil das políticas públicas e arranjos e responsabilidades familiares.

A idade traz consigo transformações que podem afetar diretamente a saúde dos idosos, envolvendo a capacidade física e mental do indivíduo em executar determinadas atividades de vida diária. Estas mudanças podem tornar os idosos inabilitados de cuidarem de si, levando-os a precisar de ajuda e cuidados, principalmente dos familiares.

Araújo (2006) afirma que se por um lado as instituições prestam cuidado e assistência à saúde dos idosos mais debilitados, por outro, isolam-nos do convívio em sociedade, fator que limita suas possibilidades de convivência e de aprendizagem. Contudo, muitas vezes, a Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI) constitui-se na única alternativa viável para preservar mecanismos de sobrevivência diante de dificuldades socioeconômicas, afetivas e familiares vivenciadas no processo de envelhecer. O objetivo deste estudo é estudar obter um panorama das pesquisas brasileiras acerca das temáticas Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI).

MÉTODOS E MATERIAIS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, buscando a compreensão das produções brasileiras a respeito da institucionalização dos idosos. A pesquisa foi feita através de artigos científicos selecionados por busca no banco de dados do SCIELO e LILACS. A pesquisa dos artigos foi realizada entre março e maio de 2018.

A busca nos bancos de dados foi realizada utilizando as terminologias cadastradas nos descritores envelhecimento; abrigo e idosos. Os critérios de inclusão para os estudos encontrados foram artigos de 2012 a 2017 em língua portuguesa que tratam da realidade brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram feitas buscas nos bancos de dados citados e foram encontrados inicialmente 580 artigos, a pesquisa foi realizada utilizando as terminologias cadastradas nos descritores envelhecimento; abrigo e idosos. A partir dos critérios de inclusão, foi feita uma seleção e restaram apenas 8 artigos, de 2012 a 2017 em língua portuguesa que tratam da realidade brasileira e estão incluídos nos fatores necessários. Durante a análise, foram construídas duas categorias para a organização dos dados: as condições de saúde do idoso institucionalizado e a velhice, a morte e os profissionais.

AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO

Almeida *et al* (2017) citam sobre a exclusão social que vivem os idosos, ressaltando pontos a respeito do estado emocional e cultural. Em seu estudo, observou-se também a fragilidade e a tristeza gerada pelo abandono familiar dos idosos, o qual pode causar diversos danos psicológicos, como sentimento de impotência e baixa autoestima. Wehbe *et al* (2016) abordam em seu estudo a fragilidade dos idosos internados e tem o objetivo de investigar a associação entre a fragilidade, a internação e institucionalização em um estudo de acompanhamento de residentes idosos. Cordeiro *et al* (2015) pesquisam a respeito da qualidade de vida de idosos institucionalizados.

Entende-se, a partir dos artigos pesquisados, uma variação de percepção sobre a institucionalização. Marin *et al* (2012) abordam a compreensão dos idosos a partir de sua história de vida, ressaltando que o envelhecimento tende a ser delicado e doloroso para muitos deles. Com frequência, eles se veem frente ao isolamento, à falta de apoio social, à dificuldade em lidar com o próprio processo de envelhecimento, com a morte do cônjuge, o abandono familiar, as dificuldades para se manter financeiramente, o que também pode desencadear doenças físicas e psíquicas, pois esses indivíduos demandam cuidados e responsabilidade que implicam disponibilidade de tempo de seus familiares, normalmente seus principais cuidadores. Na história de vida dos idosos pesquisados,

destacam-se a baixa condição socioeconômica durante todo o curso da vida, a perda precoce do núcleo familiar, a baixa escolaridade, o trabalho infantil e a falta de construção de fortes vínculos afetivos. Revela-se também que foi o conjunto de experiências vivenciadas ao longo da vida que lhes permitiu construir uma trajetória particular, diferente em muitos aspectos do observado entre os idosos em geral.

Jerez-Roig et al (2016) citam a respeito da autopercepção dos idosos sobre sua própria saúde, verificando a prevalência de percepção negativa da saúde e seus fatores associados, por exemplo, perda de peso, presença de doenças reumáticas, entre outras. Oliveira *et al* (2012) verificaram as representações dos idosos sobre a importância de encontrar meios de inclusão social, aspectos esses sociais, tais como o lar, família, amizade e lazer. Como resultados, os idosos apontaram, no que concerne à categoria aspectos psicológicos, a importância da felicidade, independência e a autoestima. No que se refere aos aspectos espirituais, o artigo cita a paz como um item comum, assim como a crença em Deus. Com relação aos aspectos físicos, a saúde foi representada como um fator necessário para a qualidade de vida.

Wehbe *et al* (2016) tiveram como objetivo de pesquisa investigar a associação entre a fragilidade e institucionalização em um estudo de acompanhamento de residentes idosos. Para verificar, foi utilizada a escala EFS (*Edmonton Frail Scale*), que avalia nove domínios representados por 11 itens, incluindo estado cognitivo, estado geral de saúde, independência funcional, suporte social, uso de medicamentos, nutrição, humor, continência e desempenho funcional. Os resultados da pesquisa indicam que a pontuação bruta do EFS e o número de doenças em 2013 foram estatisticamente acentuados.

A VELHICE, A MORTE E OS PROFISSIONAIS

Muitos acreditam que uma das tarefas evolutivas principais do indivíduo e processo de envelhecimento, seja encontrar reparação para as perdas biopsicossociais inevitáveis. Algumas das perdas mais frequentes nessa faixa etária, são a da saúde física,

a diminuição das capacidades, a perda da companhia (sentimento de solidão) e a perda do cônjuge. Alguns idosos optam por residir em uma ILPI, para evitar a solidão resultante da ausência familiar. A perda do trabalho, o declínio do padrão de vida e a diminuição das responsabilidades também são sentidos por alguns velhos como importantes. Outro fator importante é o período da aposentadoria, que pode ser vivida por muitos idosos como uma perda de muito significados, considerando que o trabalho é uma das principais áreas da vida onde a maioria das pessoas investe grande parte de sua energia e tempo, esse processo deveria ser gradativo preparado com cuidado para evitar uma vivência de vazio e empobrecimento psíquico (EIZIRIK; BASSOLS, 2013).

Peres *et al* (2012) utilizarão método da Teoria Fundamentada nos Dados - TFD para compreender a vivência dos profissionais de saúde atuantes em uma ILPI diante do processo de morrer e de morte. A TFD visa compreender a realidade a partir da percepção ou significado que certo contexto ou objeto tem para a pessoa, gerando conhecimentos, aumentando a compreensão e proporcionando um guia significativo para a ação. Extraí aspectos significativos das experiências vivenciadas pelos atores sociais, possibilitando interligar construtos teóricos e potencializando a expansão do conhecimento nas áreas da saúde, psicologia, sociologia e outras, os dados evidenciaram sentimentos dos profissionais de saúde diante do processo de morrer e de morte de longevos institucionalizados.

Os autores concluem sobre a necessidade de conhecimento dos profissionais de saúde sobre tanatologia, considerando que a morte dos longevos institucionalizados revela a importância da interação com troca de experiências como elemento de suporte para o trabalhador. Constatou-se também que muitos profissionais de saúde que convivem diariamente com a possibilidade de morte de um paciente sentem uma necessidade de atendimento/acompanhamento psicológico. Oliveira *et al* (2013) destacam a respeito da necessidade e dos cuidados atendidos, que considera a ILPI como um ambiente ambíguo que acolhe, abriga e atende às necessidades, mas inviabiliza a vida independente e autônoma.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa possui uma relevância acadêmica, uma vez que permitiu obter um panorama das pesquisas acerca da temática envolvendo Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI). Verificou-se a partir das pesquisas realizadas um nível de fragilidade considerável do idoso institucionalizado, podendo sofrer diversos danos psicológicos, como sentimento de impotência, baixa autoestima, tristeza gerada pelo rompimento do vínculo familiar. Os estudos ressaltaram a ILPI como um lugar ambíguo, em que há acolhimento e cuidados, embora não seja incentivada a autonomia ainda existente. O processo de cuidar do idoso exige algumas habilidades e virtudes indispensáveis para o perfil daquele que cuida e supõe-se que as fundamentais seriam: o amor, o zelo, a paciência e a dedicação.

Entende-se que fazem necessários estudos da psicologia envolvendo a temática e a importância de encontrar meios de inclusão social para os idosos. Também é preciso mais estudos sobre a tanatologia, pois a morte é um assunto que não se esgota mesmo com muitas pesquisas na área, é um evento natural, mas experienciado de maneira dolorosa na cultura ocidental. No entanto, precisa ser amplamente discutida nas escolas, nos lares, nos locais de trabalho, nos encontros religiosos, ou seja, no cotidiano das pessoas, assim, acredita-se, que poderá se tornar um evento menos negativo e mais natural.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. F.; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. O idoso nas instituições gerontológicas: um estudo na perspectiva das representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 89-98, maio/ago. 2006.

ALMEIDA, C. A. P. L. et al. Significados atribuídos por profissionais de saúde ao processo de envelhecimento de idosos institucionalizados. **Northeast Network Nursing Journal**, v. 18, n. 5, p. 639-646, 2017.

CORDEIRO, L. M. et al. Qualidade de vida de idosos frágeis e institucionalizados. **Actapaul. enferm.** [conectados]. 2015, vol.28, n.4, pp.361-366.

DE OLIVEIRA, J. M.; ROZENDO, C. A.. Instituição de longa permanência para idosos: um lugar de cuidado para quem não tem opção? **Rev. Bras. Enferm.**67(5): 773-9, 2014 Sep-Oct.

EIZIRIK, C. Laks; BASSOLS, A. M. S. **O Ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica.**2ªed. Porto Alegre, Artmed, 2013.

FERRETTI, F.; SOCCOL, B. F.; ALBRECHT, D. C.L. Viver a velhice em ambiente institucionalizado. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 423-437, 2014.

FABRÍCIO-WEHBE, S. C. *C.et al.* Associação da fragilidade em idosos internados e institucionalizados na comunidade. **Revista brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 4, p. 691-696, 2016.

HADDAD, D. F. **Vivências de perda e luto de idosos residentes em uma instituição asilar de longa permanência em Ribeirão Preto-SP.** 2008. 64f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2008.

JEREZ-ROIG, J. et al. **Autopercepção da saúde em idosos institucionalizados.** **Ciênc. saúde coletiva.** vol.21 no.11 Rio de Janeiro Nov. 2016

MARIN, M.J. S. et al. Compreendendo a história de vida de idosos institucionalizados. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** [online]. 2012, vol.15, n.1, pp.147-154.

OLIVEIRA, P. P. ; AMARAL, J. G.; VIEGAS, S. M. F.; RODRIGUES, A. B. Percepção dos profissionais que atuam numa instituição de longa permanência para idosos sobre a morte e o morrer. **Ciênc. saúde coletiva [online].** 2013, vol.18, n.9, pp.2635-2644.

PAPALIA, D.; OLDS, FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: AMGH, 2013.

VIEIRA, K. F. L. et al. Representações sociais da qualidade de vida na velhice. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2012, vol.32, n.3, pp.540-551.

MULTIPARENTALIDADE: A POSSIBILIDADE JURÍDICA DO RECONHECIMENTO SIMULTÂNEO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E BIOLÓGICA E SEUS EFEITOS¹

Márcia Lorena Rodrigues Barbosa²

Bárbara Cândi Sobral Araújo³

Carla Dias Coelho⁴

João Marcos de Araújo Rocha⁵

Lucas Iago Leal Sepúlveda⁶

Marta Fernandes Santiago⁷

RESUMO:

Trata-se de estudo que retrata a questão da multiparentalidade como uma realidade no direito brasileiro, e como tal, possui efeitos jurídicos tanto para os pais quanto para os filhos. Valeu-se do entendimento de especialistas no tema para fundamentar a possibilidade do reconhecimento desse instituto, bem como a ampliação do conceito de família que é trazido pelo texto constitucional e que se coaduna com a realidade dos lares brasileiros. Após a realização da pesquisa bibliográfica, conclui-se pela possibilidade jurídica do reconhecimento simultâneo da paternidade socioafetiva e biológica. Nesse sentido, o filho passa a adquirir direitos sucessórios e deveres com relação a ambos os pais, temática que resultou no Provimento nº 3 do CNJ.

PALAVRAS-CHAVE: filiação, sucessão, família.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a multiparentalidade como uma nova realidade no direito brasileiro, mas que não é novidade na dinâmica das famílias no país. Diante disso, apresenta-se o conceito dessa nova forma de representação social da família, suas características, previsão legal e os efeitos advindos dela. Tais efeitos estão embasados

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA - E-mail: lorennabarbosa1@hotmail.com

³ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: barbaracandi@gmail.com

⁴ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: carlacoelho672@gmail.com

⁵ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: joaomarkos993@gmail.com

⁶ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: lucasiago@hotmail.com

⁷ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: martasantiago240@gmail.com

nos direitos da personalidade, que são inerentes à condição humana e por isso não deve haver óbice legal para o exercício e o reconhecimento deles.

O principal objetivo desse estudo é enumerar os efeitos da multiparentalidade fundamentando o seu pleno reconhecimento. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, jurisprudência, artigos da internet e na legislação vigente. Autores como Moacir César Pena Jr., Maria Berenice Dias, Carlos Roberto Gonçalves, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho são alguns dos doutrinadores que partilham da tese de que a multiparentalidade deve ser aceita com todos os efeitos que dela advém.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A multiparentalidade, também conhecida como pluriparentalidade, é oriunda do princípio constitucional de igualdade entre os filhos e se dá na medida em que duas maternidades ou paternidades coexistem simultaneamente, sendo um pai ou mãe biológico e o outro socioafetivo. O desafio é conciliar o interesse de ambos fazendo com que prevaleça o melhor para a criança.

A Lei nº 11.924/2009 altera o art. 57 da Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015, datada de 31 de dezembro de 1973), e é considerado um marco importante no tema, tendo em vista que autorizou enteado(a) a adotar o nome da família da madrasta ou padrasto, sem prejuízo de continuar com os dos seus pais biológicos.

A nova panorâmica do Direito de Família já reconhece a multiparentalidade, por ser ela benéfica aos direitos do filho e se coaduna com a Teoria da Proteção Integral. Assim, além do parentesco natural, resultante da consanguinidade, existe a civil, quando ela se origina de outra fonte.

Na medida em que a sociedade brasileira vai se alterando, o Direito de Família também necessita acompanhar essas profundas transformações, pois o ordenamento jurídico deve se adaptar às novas realidades sociais. A ideia de um filho possuir dois pais

e duas mães, atualmente, se coaduna com as novas formas de representação das famílias.

Nesse sentido, Welter (2013, p.699) retrata o contexto histórico do surgimento da multiparentalidade:

No século XXI é preciso reconhecer que a família não é formada como outrora, com a finalidade de procriação, mas, essencialmente, com a liberdade de constituição democrática, afastando-se conceitos prévios, principalmente religiosos, na medida em que família é linguagem, diálogo, conversação infinita e modos de ser-no-mundo-genético, de ser-no-mundo-(des)afetivo e de ser-no-mundo-ontológico. (...) as paternidades são iguais, não havendo prevalência de nenhuma delas, devendo se conceder todos os efeitos jurídicos em relação a todos os tipos de vínculo filiatório.

A família contemporânea não se preocupa tanto com a formalidade de como se constitui ou do gênero dos seus membros, nem mesmo depende de laços de consanguinidade: o que realmente une a família atual é o afeto e a busca incessante da felicidade e do desenvolvimento dos indivíduos que a formam. Além disso, os moldes da família atual dependem do respeito aos princípios da solidariedade, da afetividade e da dignidade da pessoa humana. No caso de haverem múltiplos vínculos parentais biológicos e afetivos, é um direito reconhecido constitucionalmente que se reconheça a ambos, favorecendo assim todas as partes envolvidas.

Os efeitos jurídicos de todas as relações constituídas através da afinidade possuem reflexos nas demais áreas do Direito, constituindo direitos e obrigações aos membros que constituem essa relação. De acordo com a nova concepção do Direito de Família, uma pessoa não necessariamente pode ter somente um pai e/ou uma mãe; ampliou-se essa possibilidade para uma pluralidade de pais e mães do mesmo filho, incluindo a consanguinidade e a socioafetividade.

Essa inovação já foi vislumbrada pelo Supremo Tribunal Federal que, na sua Repercussão Geral nº 622, reconheceu a possibilidade da pluriparentalidade ou multiparentalidade, *in verbis*:

622 - Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica. Relator: MIN. LUIZ FUX. Leading Case: RE 898060

Agravo de decisão que não admitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 226, caput, da Constituição Federal, a prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da biológica.

A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

Fixada a Tese, Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios", vencidos, em parte, os Ministros Dias Toffoli e Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso, participando do encontro de juízes de Supremas Cortes, denominado Global Constitutionalism Seminar, na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 22.09.2016.

Julgado mérito de tema com repercussão geral, Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, apreciando o tema 622 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, vencidos, em parte, os Ministros Edson Fachin e Teori Zavascki. O Tribunal deliberou fixar a tese na próxima assentada. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso, participando do encontro de juízes de Supremas Cortes, denominado Global Constitutionalism Seminar, na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Falaram: pelo recorrente a Dra. Deborah de Oliveira Figueiredo; pelo amicus curiae Instituto Brasileiro de Direito de Família e IBDFAM, o Dr. Ricardo Lucas Calderón, e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 21.09.2016.

A filiação concomitante é uma tendência no ordenamento jurídico brasileiro que há algum tempo já é comentada pela melhor doutrina, como é o caso de Dias (2015, p. 385):

Todas as novas possibilidades de concepção geneticamente assistidas contam com a participação de mais pessoas no processo reprodutivo. Quer os doadores de material genético, quer quem gesta em substituição e acaba por dar à luz, todos geram vínculos com a criança que nasce com sua interferência. Assim, não mais se pode dizer que

alguém só pode ter um pai e uma mãe. É possível que pessoas tenham vários pais.

A multiparentalidade gera efeitos como qualquer outra forma de filiação ou parentesco e diante da possibilidade de seu reconhecimento jurídico, conforme Provimento nº 3, de 17/11/2009, a inclusão do nome de mais de um pai ou mãe no assento de nascimento, casamento ou óbito, é garantido sem qualquer óbice. Assim, o direito ao nome é um dos efeitos da multiparentalidade, além do direito ao parentesco fruto desse reconhecimento.

Nos casos referentes a menores, surge o direito à guarda, em obediência ao art. 1.612 do Código Civil e o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e do sistema de proteção integral ao ser em desenvolvimento. Tem-se ainda o direito aos alimentos, conforme preconiza o princípio da solidariedade familiar no qual “vislumbra-se, pois, na obrigação alimentar uma decorrência da solidariedade familiar que deriva, como visto, da própria solidariedade social (outrora chamada de fraternidade), constitucionalmente afirmada” comentado por Farias e Rosenvald (2015, p. 672) e citados na monografia de Stephane Ramos Moraes.

Na lição de Póvoas (2012, p.98), citado na monografia de Stephane Ramos Moraes:

Seriam estabelecidas tantas linhas sucessórias quantos fossem os genitores. Se morresse o pai/mãe afetivo, o menor seria herdeiro em concorrência com os irmãos, mesmo que unilaterais. Se morresse o pai/mãe biológico também o menor seria sucessor. Se o morresse o menor, seus genitores seriam herdeiros.

Por fim, aponta-se o direito sucessório oriundo da multiparentalidade, que é tutelado no art. 1.784 e 1.845 do Código Civil e art. 5º, XXX, da Constituição Federal. Dessa forma, fica clarividente que o filho deve ser registrado com o nome de todos os pais, sendo reconhecida a multiparentalidade com deveres e direitos para com eles.

CONCLUSÃO

O reconhecimento da multiparentalidade é simplesmente a união do vínculo de filiação biológica com a socioafetiva, que deixou de ser apenas uma realidade social para se tornar um direito e uma obrigação constitucionalmente previstos. Os princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar, e da afetividade, fundamentam a filiação pluriparental, também conhecida como multiparental.

A posse de estado de filho com relação a um pai ou uma mãe não exclui que outro seja também considerado genitor, nesses casos, não há exclusão do vínculo anterior, mas mera inclusão de outro, que coexistem obedecendo à trajetória e o direito de todo ser humano de conhecer a sua própria história, justificativa pela qual se deve manter incólume as duas maternidades/paternidades, não havendo qualquer conflito.

A multiparentalidade nada mais é que a designação do que a sociedade já reconhece há muito tempo e que agora ganhou a sua devida tutela legal e tratamento jurisprudencial e doutrinário. Ela tem base no princípio constitucional da igualdade entre os filhos que permite a conciliação entre a convivência desses com o pai biológico e o socioafetivo. Trata-se de uma adequação dos fatos e da realidade de milhares de famílias brasileiras à norma que deve se amoldar à dinâmica e à evolução da sociedade. O século XXI rompeu com o conceito de família adotado outrora, trazendo uma evolução legislativa que descarta a limitação meramente religiosa onde família era apenas aquela com formato patriarcal e baseada no casamento.

No dia 22 de novembro do corrente ano foi dado um importante passo no reconhecimento da multiparentalidade, pois o STF através da Repercussão Geral 22 decidiu que “a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”. Esse é considerado um grande avanço, visto que o reconhecimento de dois genitores, entre biológicos e socioafetivos, vinha encontrando

reserva e obstaculizando uma forma de representação social da família que já existe há bastante tempo.

A partir de agora, fica plenamente estabelecido que o filho exposto à multiparentalidade tenha direitos com ambos os pais, assim como o filho tem deveres com todos eles. Os efeitos da multiparentalidade foram reconhecidos para garantir que o filho concorra com todos os herdeiros ou sucessores tanto do pai biológico quanto do socioafetivo, da mesma forma que tem o dever de amparar ambos os pais em caso de necessidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Supremo Tribunal Federal: **Repercussão geral 622 – prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciarepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4803092&numeroProcesso=898060&classeProcesso=RE&numeroTema=622#>. Acesso em: 21 nov. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MORAIS, Stephanie Ramos. **Multiparentalidade e seus efeitos no âmbito do direito de família**. Rio de Janeiro, 2016. Universidade Católica do Rio Janeiro – PUC-Rio. Monografia. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27908/27908.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2017.

WELTER, Belmiro Pedro. **Teoria tridimensional ao Direito de Família**. 5º ed. Extraído de FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil – Famílias. Salvador: JusPODIVM, 2013.

DO PATOLÓGICO AO SAUDÁVEL: UMA REVISÃO LITERÁRIA DA (DES)PATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS¹.

Francisco Marcelo Vieira e Silva²

Anna Karitha Meneses Brito³

Ana Kelma Cunha Gallas⁴

RESUMO:

Ao romper com a pressuposta continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo (PETER; MEYER, 2011), por intermédio dos quais, a identidade é reconhecida e adquire um efeito de substância (BUTLER, 1993; CASTEL, 2001; ARÁN, 2006), a transexualidade passou a ocupar um lugar desafiador no campo social. Os estudos mais recentes sobre a sexualidade humana têm incluído o debate da identidade trans de forma mais recorrente. No entanto, esse debate remete aos primórdios da constituição da transexualidade enquanto entidade nosológica, forjada em um contexto social e político que convergia na necessidade de categorizar e patologizar os corpos que não possuíam uma pertença na lógica binária heteronormativa (TEIXEIRA, 2012; BENTO, 2014). Diante disso, o presente artigo tem como objetivos: discutir os marcos e pressupostos que contribuem para a patologização das identidades *trans* e identificar as ponderações elaboradas pelos teóricos da Teoria *Queer* para os âmbitos científicos, políticos, sociais e psicológicos diante de uma possível despatologização das identidades *trans*.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, transexualidade, identidades de gênero.

INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do Século XX, travestis, *drags queens*, *drag kings* e os/as transexuais têm sido objeto de estudo e de intervenção de um saber que se orienta pela medicalização das condutas (BENTO, 2006). Ao romper com a pressuposta continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo (PETER; MEYER, 2011), por intermédio dos quais, a identidade é reconhecida e adquire um efeito de substância (BUTLER, 1993; CASTEL, 2001; ARÁN, 2006), a transexualidade passou a ocupar um lugar

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Aluno de graduação do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. Bolsista PIBIC/UNIFSA. E-mail: psmarcelovieira@gmail.com.

³ Aluna de graduação do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. Bolsista PIBIC/UNIFSA. E-mail: annakaritha@hotmail.com.

⁴Professora orientadora do trabalho. Mestre em Antropologia e arqueologia (UFPI), Professora do Programa Institucional de Bolsas Iniciação Científica (PIBIC) do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: kelmagallas@outlook.com.

desafiador no campo social. Imersa em controvérsias emergentes em decorrência de uma tendência social de enquadrar as sexualidades dentro do binarismo *cis heterossexual* (TEIXEIRA, 2012; BENTO, 2014), a transexualidade está exposta a uma extensa carga de tabus e preconceitos contra as pessoas trans, que veem suas subjetividades vilipendiadas. Não obstante aos direitos alcançados pelas pessoas LGBTs nos últimos anos – como a recente retirada da transexualidade pela Organização Mundial de Saúde da CID-11 (LONGO, 2018) a transexualidade permanece enquadrada no rol da 5ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (2013), sendo vista por instituições médico-psiquiátricas como uma forma de transtorno mental.

Atualmente, o debate sobre a despatologização das identidades trans ocorre em um cenário social refratário a manifestações da sexualidade e do gênero que escapam à norma heterossexual (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2007).

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa se caracteriza como uma revisão da literatura que busca analisar, através de um levantamento de dados, o estado atual das pesquisas (SILVA e MENEZES, 2005) em relação às identidades trans publicados em documentos, bem como identificar as discussões sobre o processo de despatologização dessas identidades. Nessa pesquisa foram consultadas algumas literaturas relativas ao assunto, como artigos nas plataformas *SciELO* e *LILACS*, no qual possibilitaram a fundamentação do trabalho. Os critérios de inclusão foram os seguintes: trabalhos publicados entre 2008 e 2018; artigos que abordam sobre a patologização da transexualidade; artigos que discutem e articulam a transexualidade com as Teorias de Gênero; artigos que debatem sobre o desdobramento de uma efetiva despatologização nos âmbitos científicos, políticos e sociais. Critérios de exclusão: trabalhos publicados fora do período temporal pré-estabelecido; textos incompletos; trabalhos científicos que tratam o tema do presente trabalho de forma transversal; trabalhos que fogem do tema do presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Ayouch (2015), Oliveira e Grossi (2014) a medicina do século XIX designou atributos naturais biológicos irreduzíveis e essencialistas do masculino e do feminino, incluindo aspectos de sexuação (isto é, uma identidade de gênero) e uma sexualidade (ou seja, uma orientação sexual) bem definidos e rígidos: organismos com pênis eram homens e sentiam atração sexual por mulheres; e organismos com vagina eram mulheres e sentiam atração sexual por homens, sendo a prova última desse fato a possibilidade procriativa (PETER; MEYER, 2011).

Compreendidas como “inversões sexuais” por Havelock Ellis em 1897, os termos homossexualidade e transexualidade são algumas das invenções recentes da ciência criadas para categorizar os sujeitos que não se enquadram na visão hegemonicamente binária heteronormativa (AYOUCHE, 2015).

Em 1952, a primeira intervenção cirúrgica de redesignação sexual em um ex-soldado chamado George Willian na Dinamarca, foi o marco que inaugurou a transexualidade como entidade nosológica. A partir dos anos 1960, as questões ligadas à transexualidade ganham maior repercussão dentro da comunidade médica, sobretudo após a publicação do livro em 1966 *O fenômeno transexual* de autoria de Harry Benjamin, onde o autor apresenta os “critérios científicos” para diagnóstico do verdadeiro transexual, com destaque à relação de abjeção por longo tempo da pessoa transexual com sua genitália, a partir de onde se compreendia que a cirurgia de redesignação sexual era a solução para as enfermidades provenientes dessa “anomalia da natureza” (RODRIGUES *et al*, 2013; BENTO, 2012; AYOUCHE, 2015).

Na década de 1980, a transexualidade foi incluída na 3ª edição Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais – DSM-III, rotulada como disforia de gênero, e no Código Internacional de Doenças – CID-10. Como dito por Arán *et al* (2009), por contrariar a suposta “coerência essencial” entre sexo biológico e gênero defendida pelas práticas discursivas do século XIX, coube à transexualidade ocupar o espaço que

foi aberto pela despatologização da homossexualidade: a patologia não era mais a orientação sexual, mas a identidade de gênero.

A classificação da transexualidade como transtorno mental resultou na elaboração de um protocolo conhecido como *Standard of Care* – SOC, cujo objetivo era estabelecer e orientar um padrão de manejo psiquiátrico, psicológico médico e cirúrgico para as pessoas transexuais (RODRIGUES *et al*, 2013; BENTO, 2012).

Bento (2012) argumenta que o DSM, o CID e o SOC foram instrumentos que institucionalizaram a identidade *trans* como enfermidade e que negligenciam aspectos culturais, históricos, políticos, sociais, econômicos e mesmo psicológicos das pessoas que vivem essa condição. De acordo com Galli *et al* (2013) o reconhecimento social, médico e jurídico da transexualidade só ocorre mediante a submissão compulsória das pessoas trans ao diagnóstico, sendo a transexualidade compreendida como a experiência do *corpo errado* e sua cura/correção se daria através da operação de transgenitalização. Assim, cabe ao “verdadeiro transexual” convencer através da *performance* de gênero que é um “verdadeiro homem” ou uma “verdadeira mulher” – de forma estereotipada – para fazer jus ao diagnóstico (AYOUCH, 2015; PETER; MEYER, 2011).

A patologização dos sexos/gêneros, segundo Júnior (2012), pode ser compreendida como uma categoria – científica, religiosa ou jurídica – de punição humanizada para essas “transgressões criminosas” e, por serem consideradas desvios, estão legitimadas e autorizadas as violências contra elas. O mapeamento promovido pelo ANTRA (2018) é sintomático desta realidade: só no ano de 2017 foram notificados assassinatos de 179 pessoas trans no Brasil, sendo 169 travestis ou mulheres transexuais e 10 homens transexuais. E isso em um contexto onde a subnotificação ainda é recorrente. No entanto, não há base científica para se definir objetivamente um diagnóstico de transexualidade, mas sim uma elaboração protocolar baseada nas convenções hegemônicas sociais, religiosas e morais de gênero para adequar os sujeitos nas categorias heteronormativas (BENTO, 2016; AYOUC, 2015; OLIVEIRA E GROSSI,

2014), ainda que não existam limites claros para aqueles que se reconhecem como LGBT+.

TEORIA DE GÊNERO E DESPATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS

Para Butler (2013, apud LEITE; ROLIM, 2015), o sexo e o gênero são materializados nos corpos através de normas que são constantemente reiteradas, repetidas e ratificadas, assumindo um caráter de substância e normalidade. Butler ressalta a importância de um espaço para a inclusão de experiências de gênero para além de um referencial biológico, sendo importante considerar que as identidades são sempre construídas; elas não são dadas ou acabadas num determinado momento, tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade. Para a Teoria Queer, de um modo geral, tais categorias nada mais são do que efeitos de instituições, práticas e discursos de origens bastante difusa se que a noção de identidade como substância é bastante questionável, tendo em vista que nossos corpos são diuturnamente significados e modificados pelas imposições estéticas, morais e higiênicas da nossa cultura (GALI *et al*, 2013).

Bento e Pelúcio (2012) apresentam os quatro argumentos recorrentes das perspectivas patologizantes e apresenta os contrapontos que compreendem as identidades trans, não como uma doença, mas como mais uma expressão do espectro da sexualidade humana. O primeiro deles é a suposta *diferença natural entre os gêneros*, onde se compreende que os travestis e transexuais são doentes porque ou se nasce homem ou se nasce mulher. Como contraponto, Fausto-Sterling (2001) são citados por Bento e Pelúcio (2012) para elucidar essa questão ao afirmarem que a busca de uma base física para o sexo demonstra que não se trata de uma categoria física e pura e que os sinais e funções que definimos como masculino e feminino vêm misturados em nossas ideias de gênero.

O segundo argumento diz que *as pessoas trans devem ser obrigadas a passar por terapia psicológica*, pois são instrumentos de proteção contra o suicídio, tendo em vista

que supostamente há maior vulnerabilidade dessas pessoas em se arrependem da cirurgia de redesignação de gênero, já que ela caráter irreversível. As autoras dizem que há múltiplas possibilidade e experiências de gênero e os sujeitos que querem passar migrar para o gênero com o qual se identificam são capazes de dar sentido para essas transformações sem a necessidade de uma fundamentação em protocolos de transtorno mental. Não se deslegitima aqui a importância da psicoterapia, mas a escolha em se fazer psicoterapia no exercício do livre arbítrio dessas pessoas.

O terceiro argumento defende *o diagnóstico como instrumento estratégico para que o Estado dê acesso às tecnologias médicas para o processo de transformações corporais*, uma vez que sendo uma doença, o Estado estaria obrigado a dar tal assistência por se tratar de uma questão de saúde. Bento e Pelúcio (2014) entendem que utilizar o diagnóstico como instrumento desloca as pessoas LGBT do lugar de vítima para o de cúmplice do Estado e dos interesses biopolíticos hegemônicos, aceitando que suas verdades são a-históricas e a-temporais. Para essas autoras, o Estado não é substância ou algo abstrato que paira sobre nós, mas é histórico e é construído a partir de cada ato que fazemos. Assim questionar o papel do estado e despatologizar as identidades *trans* não implica em desobrigá-lo de custear os processos transexualizadores, já que o direito à saúde integral não deve ser condicionado ao parecer médico-psiquiátrico.

Por fim, o quarto argumento diz que *o uso do DSM, CID e do SOC é prova última de que a transexualidade é uma doença*, tendo em vista que são materiais provenientes de estudos científicos. As autoras contrapõem essa perspectiva afirmando que não existe teste diagnóstico, exame físico ou avaliações de hormônios sexuais que atestem o suposto transtorno; esses instrumentos apenas materializam uma visão hegemônica e singular de gênero sem qualquer compromisso com a ciência, denunciando o caráter falacioso desses materiais de referência. Butler (2003), por sua vez, nos convida a conceber que aquilo que é comumente visto como “fracasso”, por se desviar da norma, pode ser uma estratégia de resistência e oposição aos limites rígidos do binarismo que constitui o gênero. Ayouch (2015) afirma que ao desfazer a binariedade encerramos a problemática de que a sexualidade é uma escolha arbitrária do *mesmo* ou do *outro* sexo

e questiona a quem o escudo terapêutico – ou patologizante, protege? A pessoa trans ou a ordem social? Não seria o suposto sofrimento vivido pelas pessoas trans uma acumulação de adversidades sociais, familiares, médicas e jurídicas que provocam essa vulnerabilidade?

CONCLUSÃO

O debate acerca das identidades trans é bastante amplo e está entrelaçado com diversas perspectivas que vão desde rejeitar ou abominar a sua existência pelos sujeitos, ao questionamento incisivo das crenças naturalizantes da heteronormatividade. Conforme discussão trazida por diversos autores, a identidade trans como patologia não é uma descoberta da ciência, mas é a expressão de uma estrutura que não reconhece o corpo trans em suas práticas e, quando o faz, é no sentido de moldá-lo à sua imagem e semelhança. A ciência, ao validar em protocolos do que seria um “verdadeiro transexual”, sacralizou de forma sistemática a compreensão da transexualidade como uma entidade nosológica, cujos sintomas são os critérios utilizados para que o corpo trans seja reconhecido no âmbito social, político, jurídico, etc.

A patologização das identidades trans possuem um efeito dilacerante na subjetividade das pessoas que vivem nessa condição, pois ao se submeterem aos procedimentos para alinhar sua autopercepção sobre a aparência, são obrigadas a aceitarem um diagnóstico que não respeita suas peculiaridades, além de estabelecer uma percepção violenta e estigmatizante sobre suas existências. Assim, é primordial que sejam feitos mais estudos baseados na vivência dessas pessoas sem trazer um pressuposto nosológico como crivo de compreensão de suas subjetividades, mas a partir delas validar suas unicidades e peculiaridades como expressões legítimas de sua humanidade, trazendo à tona o respeito e a dignidade nos diversos âmbitos de nossa sociedade, a fim de que o acesso aos mais diversos espaços sociais e de saúde se torne possível.

REFERÊNCIAS

- AYOUCHE, T. **Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais**. Percurso, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2015, Exigências da clínica e da cultura à psicanálise, pp.23-32.
- BENTO, B.; PELUCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, v. 20, p. 559-568, 2012.
- BENTO, B. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. **Revista Direito e Práxis**, v. 07, p. 496-536, 2016.
- BENTO, B. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan - Graduação em Ciências Sociais da UFSCar**, v. 2, p. 1, 2014.
- BUTLER, J. **Desdiagnosticando o gênero**. Translated by André Rios. *Physis*. 2009, vol.19, n.1, pp.95-126.
- CAVALCANTI, C. S.; SOUSA, D. J. Entre normas e tutelas: pensando (im)possibilidades da psicologia em interface com transgeneridades. In: Alessa Denega; Darlane S. V. Andrade e Helena M. dos Santos. (Org.). **Gênero na Psicologia: saberes e práticas**. 1ed.Salvador: CRP-03, 2016, v. , p. 126-139.
- GALLI, R. A.; VIEIRA, E. M. ; GIAMI, A. ; SANTOS, M. A. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa (Brasília. Online)**, v. 29, p. 447-457, 2013.
- LONGO, Ivan. OMS retira transexualidade da sua lista de doenças. **Revista Fórum**. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/oms-retira-transexualidade-da-sua-lista-de-doencas/>. Acessado em: 27/06/2018.
- RODRIGUES, L. ; CARNEIRO, N. S. ; NOGUEIRA, C. Contributos da psicologia social crítica e dos direitos humanos para a abordagem das transexualidades. In: Sara Magalhães; Teresa Alvarez. (Org.). **Romper fronteiras: a interseccionalidade nas questões de gênero e feministas**. 1ª ed.Vila Franca de Xira: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 2013, v. , p. 49-60.
- TEIXEIRA, F. B. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)**, v. 20, p. 501-512, 2012.

A ELABORAÇÃO DO LUTO NO CÔNJUGE LONGEVO E A SUA AUTONOMIA¹

Francisca Sousa Vale Ferreira da Silva²
Patrícia de Melo Monte²

RESUMO:

Pretende-se discutir como o luto ocorre no idoso, bem como mostrar quais as influências dos novos arranjos familiares para o cônjuge idoso enlutado, demonstrando seus principais sentimentos perante o luto, e fazendo a interface luto no idoso e a sua autonomia dentro de novos arranjos familiares. E para tanto será compilado saberes de vários teóricos, afim de chegarmos a pontuar a autonomia como importante baliza para a continuidade de seus projetos de vida e o bem-estar, sem que para isso tenha que abdicar dos seus princípios e sonhos. Assim, quando o idoso, por morte do cônjuge, tiver que compor novos arranjos familiares torna-se imprescindível o apoio dentro da nova família, sem que para isso o enlutado tenha que abdicar da sua autonomia. Desta forma, importa mais ao idoso receber o apoio para a elaboração do luto e a segurança de uma qualidade de vida, sem ultrajes aos seus objetivos de vida e à sua autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Perdas; Idoso; Independência.

INTRODUÇÃO

Objetiva-se com o presente artigo abordar “A Elaboração do Luto no Cônjuge Longevo e a Sua Autonomia.” Explora-se dentro do processo de luto no cônjuge idoso, a importância da autonomia do idoso dentro dos novos arranjos familiares. A autonomia do idoso, no ambiente familiar, toma lugar de combustível fundamental para a valorização das experiências, saberes e princípios já contextualizados pelo idoso. Não devendo estes, portanto, serem utilizados como moeda de troca ao apoio da família.

Os autores (KÜBLER-ROSS, 2011; BOFF, 2012), abordam o tema “morte” de forma a contribuir bastante com os acervos necessários para o entendimento sobre a tão temida morte. O idoso neste processo requer cuidados e apoio na elaboração do luto, e manutenção e respeito à sua autonomia, dentro dos novos arranjos familiares tecidos. Em meados da nossa revisão será relevante falar do luto e das suas

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA - PI. E-mail: xicadasilva3@outlook.com.

consequências, que, como veremos, podem ir desde o enfrentamento da dor e do sofrimento em relação às perdas até desaguar na necessidade de novos arranjos familiares para o idoso.

Inicialmente discorreremos, de forma sutil, acerca do tema luto. Em seguida, conceituaremos os novos arranjos familiares. Destarte, pontuaremos a importância desta relação para a consequente qualidade de vida no cenário vivenciado pelo idoso enlutado.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta produção está baseada em pesquisa bibliográfica, classificando-se como qualitativa. Sendo utilizado como método a análise de conteúdo, e para elaboração utilizou-se das plataformas Scielo – *Scientific Electronic Library Online* e Google. Foram revisados o luto no idoso, propriamente dito, novos arranjos familiares para o idoso e a autonomia do idoso neste cenário. A ideia principal a ser abordada reside nos principais sentimentos do idoso enlutado, a morte e o morrer para o idoso e a importância da autonomia do idoso em função da qualidade de vida dentro nos novos arranjos familiares, aonde o idoso será protagonista da sua história.

Para atingir o objetivo geral, este estudo foi dividido em quatro categorias: Introdução, Material e Métodos, Resultados e Discussão e Conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O luto é sentido de uma forma singular, e cada um o sentirá somente enquanto vivo. Isso nos faz refletir que a morte do outro é parte de nossas vidas. A maneira com que cada um elabora o luto, é consoante às características sócio culturais, crenças, valores e a relação que foi estabelecida com o outro. É a interface dessas características que desenhará as suas reações e atitudes durante o processo.

O conceito de morte está alicerçado para o ser humano de maneira histórica e cultural. Ariès (1989) conceitua morte como “recalcitrante, constrangedora e mítica”, e aponta a conveniência do ser humano em negar sua finitude.

Quando se fala em morte e morrer, o que se concretiza em nós é o medo. É no momento, em que presenciamos a finitude no outro, que a certeza da nossa morte se desvela. A morte é o eco da nossa única e absoluta verdade, a finitude.

Kübler-Ross (2011, p. 11) “Há muitas razões para se fugir de encarar a morte calmamente [...] morrer é triste demais” [...]. Difícil complementar a autora, mas reafirmaremos, após beber de sua fonte, minimamente, que a morte é uma verdade já fossilizada em nós.

Segundo Boff (2012, p. 31 apud Taverna e Souza, 2014, p. 40) “Cada um morre sua própria morte. Embora rodeado de pessoas queridas, todo ser humano parte deste mundo absolutamente só”. Assertiva que coaduna com sentimentos já engessados por todo ser humano, qual seja a hora da morte de cada um é singular, e não podemos fazer trocadilhos com outrem, nem mesmo convidar o outro para nos fazer companhia nesse momento que é intransferível.

Embora, toda a literatura traga conceitos de morte como algo que todos sabem ser um destino certo e inevitável, o que pesa sobre o homem é entender que o processo morte/morrer, é algo que provoca intenso sofrimento. E no idoso, não é diferente. Ninguém aceita a morte porque já viveu muito a vida.

A dor e o sofrimento se entrecruzam com a elaboração do luto como forma de dar sentido à vivência inevitável, quanto ao enfrentamento da perda do ente querido. Os sentimentos de perda diante do luto do idoso vão além do perder o cônjuge, pois se delineia aí, também, sentimento de impotência diante da morte, de desarranjo cotidiano, de derrotas e dores profundas. Elaborar o luto significa um romper não só de um vínculo, mas de uma história da qual o idoso não pretendia se apartar, sob pena de ficar sem alicerce para sua finitude tranquila.

Segundo Silva, (2018, p. 5 apud Taverna e Souza, 2014) “Ao tratarmos o luto e suas realidades humanas diante da perda e do sofrimento, voltamos o olhar para

eventos que aconteceram, tais como os objetos perdidos, sejam eles materiais ou sentimentais, assim como para as pessoas em nossas vidas”. Somente ao enlutado cabe significar a intensidade da dor e do sofrimento perante a perda do ente querido. Desta forma, o luto é intransferível, e a sua elaboração inevitável e necessária.

Kübler- Ross (2011, p. 11), apresenta 5 (cinco) estágios de reação à perda:

[...] o primeiro estágio, a **negação** (grifo nosso) e o isolamento, servem como um mecanismo de defesa temporário, uma recusa a confrontar-se com a situação. A **raiva** (grifo nosso), segundo estágio, é o momento em que as pessoas externalizam a revolta que estão sentindo. Neste caso, tornam-se por vezes agressivos [...] com o intuito de aliviar o imenso sofrimento e revolta pela perda. Já a **barganha** (grifo nosso), percebida no terceiro estágio de reação à perda, é uma tentativa, de negociar ou adiar os temores diante da situação. A **depressão** (grifo nosso) reativa ocorre quando surgem outras perdas devido à perda por morte. Já a depressão preparatória é o momento em que a aceitação está mais próxima, é quando as pessoas ficam quietas, repensando e processando o que a vida fez com elas [...]. **Por fim, o último estágio de reação à perda é o de aceitação. Quando se chega a esse estágio, as pessoas encontram-se mais serenas frente ao fato de morrer.** (grifo nosso).

O luto no idoso, nesse sentido, pode ser um processo de enfrentamento doloroso, que requer muita atenção e cuidados. Em outras palavras, o luto o coloca em posição de dúvidas em relação ao que reinventar criar ou movimentar em suas vidas. Nesse momento questionador, o devido apoio familiar é contundente para que o idoso enlutado dê novo sentido à vida. Ao se perceber sem o cônjuge, o idoso se depara com uma linha tênue entre seguir em frente ou recuar. Para Azevedo e Castro (2017), o luto tem uma relação direta com o enfrentamento que todo enlutado vivencia diante de uma perda do familiar querido.

Os novos arranjos familiares vão impactar na autonomia do cônjuge enlutado que, por ser idoso, pode precisar, em sua rede de apoio, integrar uma nova família. A família é o lugar seguro para se viver, é reconfortante ter uma família para nos ancorar.

[...] a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas ligadas diretamente às

transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. O sistema familiar muda à medida que a sociedade muda, e todos os seus membros podem ser afetados por pressões interna e externa, fazendo que ela se modifique com a finalidade de assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros. MINUCHIN, 1985, 1988 (apud VALLE, 2009).

Em se tratando do enlutado idoso, a perda do cônjuge pode ocasionar mudanças na estrutura familiar, tornando-se difícil para o enlutado aceitar tais mudanças. A faixa etária é algo que pode complicar não só a elaboração do luto no idoso, mas rescindir o lar do casal como um lugar seguro para o cônjuge enlutado continuar morando.

Com a morte do cônjuge, o idoso precisa de cuidados que poderá implicar numa nova configuração familiar, e ao integrar outra família, o idoso acaba por alterar a rotina do sistema familiar. Essas são mudanças bruscas, que se por um lado podem aumentar a demanda de determinados membros da família, por outro lado podem deixar o enlutado com a autonomia esvaída.

Segundo Szymanski (2002, p.10), autor citado por Gomes (2013) sobre família,

[...] o ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se e atendem aos idosos [...] as trocas afetivas no contexto familiar podem definir as direções do modo de ser com os outros afetivamente e também com as ações que cada membro realizará, configurando-se de diferentes maneiras, deixando marcas que carregarão para a vida toda, construindo, dessa forma, sua identidade. [...].

Quando o idoso perde seu cônjuge, a presença de uma rede social é importante para o enlutado, sendo a nova família um suporte importante para esta articulação de cuidados. O novo arranjo familiar é, pois, a oportunidade de fortalecer vínculos, mas também de dúvidas e reticências para o idoso quanto ao futuro. Nem sempre a nova família é elástica em relação às novas trocas, atenção ou mesmo tempo para dedicação

e acomodação do novo componente da família, o que pode desembocar numa relação agravante dos sintomas do luto para o idoso e de cada membro da família.

Nesse momento, o papel da família é muito importante para que o idoso tenha o suporte necessário para seguir em frente, transformando o sofrimento em realizações rumo ao sentido da vida nova sem o ente querido. Sendo relevante que o idoso enlutado permaneça também com sua autonomia para decisões importantes no seu dia-a-dia. De acordo com ZIMERMAN (2000 apud GOMES, 2013), a elaboração das perdas para o idoso é dinamizada, a partir do momento que sua experiência e vivência são utilizadas e valorizadas pela rede que o cercam, seja ela familiar, social ou de saúde, favorecendo sua qualidade de vida e contínuos projetos de vida.

A autonomia do idoso dentro dos novos arranjos familiares deve ser respeitada, assim como a elaboração do luto no idoso deve ser apoiada, e a ele deve ser ofertadas possibilidades para continuar a sonhar e, acima de tudo, qualidade de vida para a finitude do seu ciclo vital na ausência do cônjuge que se foi.

As pesquisas realizadas consubstanciaram nossas reflexões, e com base nesses teóricos percebe-se que, de maneira geral, a dor e o sofrimento pelo luto no idoso é algo a que não se pode evitar, e a morte e o morrer parece ser a única certeza que temos. Contudo, quando a nova família constituída colabora ativamente para que o idoso enlutado, apesar das perdas, pela ausência do cônjuge que se foi por morte, continue a laborar no sentido de manter-se autônomo, polariza a magnitude do empenho do enlutado em seguir com seus projetos de vida.

CONCLUSÕES

A importância de se discutir o luto no cônjuge idoso fazendo interface com a autonomia do sujeito dentro dos novos arranjos familiares, é mostrar que o apoio familiar não deve ultrapassar os limites necessários ao exercício de autonomia do idoso enlutado, sob pena de colocar a autonomia e os projetos futuros deste como moeda de troca para receber a atenção e cuidados necessários à qualidade de vida. Tratou-se aqui

dos principais sentimentos do idoso perante a perda do cônjuge, e da importância de se manter a autonomia do idoso dentro de novos arranjos familiares vindouros com a morte do cônjuge.

Seria a autonomia na fase sênior uma moeda de troca? Findamos, aqui, não por esgotar o tema, mas por entender que nosso discurso subsidiará outras questões a serem levantadas, no entorno do tema.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **Sobre A História Da Morte No Ocidente Desde A Idade Média** (2ª ed.). Lisboa: Teorema, 1989;

AZEVEDO SOARES, L., & CASTRO, M. (2017). LUTO: **Colaboração Da Psicanálise na Elaboração da Perda**. *Psicologia E Saúde em Debate*, 3(2), 103-114. <https://doi.org/10.22289/V3N2A9>;

BOFF, Clodovis M. **Escatologia Breve Tratado Tológico-Pastoral**. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2012;

DELALIBERA, Mayra et al. **A dinâmica familiar no processo de luto: revisão sistemática da literatura**. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1119-1134, Apr. 201. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232015000401119&lng=en&nrm=iso acesso em/03junho 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015204.09562014>;

GOMES, M.R. **A Percepção da Morte pelo Idoso em Contexto Institucional de Lar Residencial**. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo. Professor Orientador Doutor Ernesto Candeias Martins. https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2396/1/TESE_Ana_Gomes.pdf, 2013.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre A Morte e o Morrer**. São Paulo: Martins Fontes p. 11, 2011;

TAVERNA, Gelson, SOUZA, Waldir. **O Luto e Suas Realidades Humanas Diante Da Perda E Do Sofrimento**. *CADERNO TEOLÓGICO DA PUCPR, CURITIBA, V.2, N.1, P.38 - 55, 2014*. www2.pucpr.br/reol/index.php/teologico?dd1=14546&dd2=6898&dd3.. Acesso em: 30 maio, 2018.

LUTO DE CASAIS HOMOAFETIVOS POR NÃO PODEREM GERAR FILHO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA¹

Maílson Rodrigues Pereira²

Francisco Marcelo Vieira e Silva³

Jardson Mendes Carvalho⁴

Patrícia de Melo Monte⁵

RESUMO

Em decorrência de diversas transformações em nossa sociedade, o conceito de família e os paradigmas explicativos têm sofrido alterações para abarcar a pluralidade das configurações mais recentes (WAGNER *et al*, 2009). Casais homoafetivos têm buscado a possibilidade de cuidar e educar crianças, seja pela via da adoção seja através de outros métodos, como a fertilização *in vitro* e a inseminação artificial. Há alguns que, dada a impossibilidade de ter filhos através do método natural reprodutivos, podem enfrentar um processo de luto. Pensando nisso, o objetivo geral deste trabalho é analisar as percepções dos casais homoafetivos diante da situação de não poder gerar o próprio filho e, como desdobramento, identificar os sentimentos de casais homoafetivos no contexto investigado, bem como quais são as estratégias que os sujeitos utilizam para a formação da família. O presente trabalho é uma revisão sistemática, pois trata-se de uma junção de estudos e baseados na leitura de seus resultados, no intuito de sintetizá-los de avaliá-los criticamente e reflexivamente. Para a realização dessa pesquisa foram feitas buscas no Scielo, Pepsic e no Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: “casais homoafetivos”, “luto” e “filhos”. Como recorte temporal, utilizamos o período entre 2005 e 2018 para a seleção prévia dos artigos. Os estudos demonstram que os pais impossibilitados de gerar filhos pelas vias naturais, devem reconstruir um pacto afetivo para o acolhimento de um filho gerado por outras pessoas. O processo de luto enfrentado por eles é mais uma batalha a ser vencida, pois o sentimento que circundam esse luto tem caráter doloroso. É cabível salientar que o estudo dessa temática é, ainda, incipiente para reflexões mais contundentes, o que é possível constatar pela pesquisa feita para a produção deste trabalho, tendo em vista o escasso material encontrado para a sua fundamentação. Sugere-se que sejam feitos trabalhos de campo para coletar novas informações a respeito das experiências e questões que atravessam os casais homoafetivos que vivem essa.

PALAVRAS CHAVES: Luto. Filho. Família.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduando do curso de Bacharelado em Psicologia, formação de Psicólogo, pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: rodriguesmailson30@gmail.com

³ Graduando do curso de Bacharelado em Psicologia, formação de Psicólogo, pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: psmarcelovieira@gmail.com

⁴ Graduando do curso de Bacharelado em Psicologia, formação de Psicólogo, pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: jarsoncarvalho@hotmail.com

⁵ Mestre e doutora em educação pela Universidade Federal do Piauí. Professora na Universidade Estadual do Piauí e do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: patriciamelo2000@gmail.com

INTRODUÇÃO

Apesar do senso comum e diversas instituições naturalizarem a concepção nuclear de família como se essa fosse um desdobramento inerente à espécie, diversos modelos existiram no percurso da existência humana, o que traz à tona um fator sócio-histórico e cultural para o estabelecimento das configurações familiares (MEIRELES e TEIXEIRA, 2014). Compreende-se como família o agrupamento que possui convivência constante no mesmo espaço, ligados ou não por consanguinidade, marcado por relações de gênero, papéis individuais e as relações de afeto que determinarão a sua configuração (MIOTO, 2000; MEIRELES; TEIXEIRA, 2014).

Diante da entrada da mulher no mercado de trabalho, a legalização do divórcio, bem como a abertura para a vivência e a legitimidade das diversas identidades sexuais, o conceito de família e os paradigmas explicativos têm sofrido alterações para abarcar a pluralidade das configurações mais recentes (WAGNER *et al*, 2009). Nesse sentido, família homoparental é considerada revolucionária por destituir o princípio “fundamental” da diferenciação sexual (PASSOS, 2005). Casais homoafetivos têm buscado, para além da legitimidade jurídica e social de sua união, a possibilidade de cuidar e educar crianças, utilizando-se para isso tanto a adoção quanto de outros métodos, como a fertilização *in vitro* e a inseminação artificial. Dentre eles, há aqueles que dada a impossibilidade de ter filhos *in natura*, isto é, através do método natural reprodutivos, podem enfrentar um processo de luto (PASSOS, 2005). Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar as percepções de casais homoafetivos diante da situação de não poder gerar o próprio filho. Já os objetivos específicos são verificar os sentimentos de casais homoafetivos no contexto investigado e apontar as estratégias que esses sujeitos utilizam para formação de suas famílias

METODOLOGIA

A presente pesquisa é uma revisão sistemática que, de acordo com Cordeiro *et al* (2007) trata-se uma junção de estudos baseados na leitura de seus resultados, no

intuito de sintetizá-los e de avaliá-los criticamente e reflexivamente. Para a realização dessa pesquisa foram feitas buscas no Scielo, Pepsic e no Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: “casais homoafetivos”, “luto”, “filhos” e “família”. Como recorte temporal, utilizamos o período entre 2005 e 2018 para a seleção prévia dos artigos.

Os critérios de inclusão foram artigos que tinha algum tipo de ligação coma temática, artigos em português e que contemplasse o período de publicação previamente estabelecido. Já os critérios de exclusão foram artigos que não possuíam nenhum assunto com a temática abordada, artigos em línguas estrangeiras, além de artigos que estivessem fora do crivo temporal. Em seguida, foram lidos os resumos dos artigos, e selecionados para leitura mais detalhada aqueles que se articulava com a temática e os objetivos do presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O imaginário social, no que diz respeito à filiação e representações de família, é apegado à ideia de que os laços consanguíneos são fundamentais para a constituição da “verdadeira família”, cuja a vida é concebida a partir de uma relação heterossexual sob o manto do casamento. Pessoas solteiras casais com filhos biológicos que desejam adotar, casais com problemas de fertilidade, casais de meia idade, casais homossexuais, dentre outros modelos de família, podem vivenciar preconceitos e angústias relacionadas ao não cumprimento da “norma biológica e natural”. Essa leitura recai e atravessa pessoas e/ou casais homoafetivos trazendo para dentro de suas experiências *o estar fora da possibilidade de procriar* dentro desse modelo, emergindo sentimento de perda, inadequação, decepção e fracasso (SCHETTINI *et al*, 2006).

Muitos casais optam por utilizar as Tecnologias Reprodutivas ou a adoção para suprir esse desejo de ter filhos. Em entrevistas semiestruturadas feitas com casais homoafetivos, Vitule *et al*. (2015), levantaram que entre homens gays há uma tendência de ver as Tecnologias Reprodutivas como algo artificial, em detrimento das mulheres

lésbicas, que tendem a compreender como algo natural, haja vista que elas passam por todo o processo gestacional, o que lhes garante o estabelecimento de vínculos de forma mais intensa em decorrência dos laços biológicos, permitido às mulheres, mas não aos homens.

Vitule *et al.* (2015) concluem que, apesar de muitos casais homossexuais trazerem em seu discurso a importância das famílias escolhidas, eles trazem ainda uma ênfase nos laços biológicos como questão central para as suas experiências parentais: as mulheres lésbicas por aderirem com maior frequência às TR, e os homens gays por relatarem um desejo de ter alguém que tem *a sua cara, sua genética ou o seu sangue*, ainda que, entre os entrevistados, a adesão foi para a adoção.

Os casais de homens gays ainda apresentam receios em admitir uma mulher como genitora substituta, por temerem que o vínculo materno fale mais alto e que percam o filho para a mãe biológica, o que revela um medo que coloca aspectos biológicos sobre os aspectos afetivos. Esse receio de que o vínculo sanguíneo se sobressaia à relação afetiva em algum momento também está presente entre casais que, pelos mais diversos motivos, não podem gerar filhos (VITULE, 2015; SCHETTINI *et al.*, 2006). Numa perspectiva psicanalítica, isso ocorre porque para conceber um filho, o casal homoafetivos terá que abrir mão de um princípio narcísico de continuidade biológica e apelar para agentes externos que possibilitem a concepção do filho. Não poder gerar e transmitir vida pode se constituir uma ferida existencial na experiência dos homoafetivos que desejam ter filhos e, ainda que haja atualmente diversos meios para conceber uma criança, todas exigem um grande esforço do casal para estabelecer as contingências de gestação que, muitas vezes, é de difícil assimilação (PASSOS, 2005).

A aceitação da própria incapacidade de procriar pelas vias naturais envolve uma série de reformulações que vão desde a identidade pessoal às relações de casal e da família. Os pais impossibilitados de gerar filhos pelas vias naturais devem reconstruir um pacto afetivo para o acolhimento de um filho gerado por outras pessoas. É preciso subsidiar os casais de que a diferença que eles possuem em detrimento do que cultura

e a sociedade postulam não é um produto da natureza, mas o resultado das relações de poder estabelecidos dentro do corpo social (SCHETTINI *et al.*, 2006).

As famílias homoparentais que buscam ter filhos encaram a incitação de se depararem com uma maneira menos conflitante para a efetuação de suas vontades. Vendo que é a inviabilidade de procriar filhos requer um esforço psíquico que contorna, em razão, duas questões centrais, de acordo com Passos:

A primeira se refere às contradições vividas por cada membro do casal que, se, por um lado, deseja ter filhos, por outro se sente impedido de gerá-los. A decisão parece impor um trabalho de difícil elaboração, uma vez que se trata de abrir mão de um princípio narcísico de continuidade biológica e aceitar a submissão a agentes externos no que diz respeito à concepção do filho. A segunda diz respeito ao esforço empreendido pelo casal no sentido de encontrar a forma menos ameaçadora de conceber esse filho (PASSOS, 2005, p. 34).

Podemos entender que independe de qual for o modelo escolhido, poderá haver constantemente uma incompletude e uma inviabilidade de reproduzir, marcadas no desejo projetado no filho, ocasionando uma perda simbólica ou processo de luto pela não concepção de um filho biológico, causando ao casal homoafetivo sentimentos de quebra de sua continuidade.

Segundo Passos (2005), a aflição da fecundidade está no meio das demandas de esterilidade. Por não conseguir transportar a vida, torna-se uma angústia existencial que pesa muito. Machucados que precisam de um grande tempo e um extenso trabalho de luto, fase importantíssima em todos os momentos de esterilidade do cônjuge. Compreende-se que os lutos não vivenciados podem tornar o processo de tornar-se pais mais difíceis. Assim, trabalhar o luto torna-se um aspecto essencial e, a partir disso, o casal homoafetivo poderá construir uma parentalidade mais sólida, implicando num trabalho de estruturação da sua impossibilidade de gerar filhos. Portanto, mesmo com esses sentimentos, representações e afetos de não poder conceber um filho biológico,

os casais homoafetivos podem se utilizar de outras formas para construir suas próprias famílias.

Nos achados de Vitule, Couto e Machin (2014) os autores identificaram que adoção como estratégia de composição familiar é mais frequente em casais homoafetivos do gênero masculino, pois a maioria dos entrevistados argumentou que os outros tipos de estratégias possibilitariam um apego maior com essa terceira pessoa, preocupando-os de forma significativa no sentido da construção de vínculo biológico. Já as mulheres têm uma percepção diferente em relação à adoção, à medida que preferem gerar seu próprio filho, uma vez que desejam cuidar da criança desde os seus primeiros meses de nascimento, o que o método da adoção às vezes não permite, seja pelas dificuldades jurídicas dos tramites, seja pela demora na adoção (VITULE; COUTO; MACHIN, 2014).

A recomposição também é uma das formas de se construir uma família homoparental. Muitos homoafetivos que tiveram relacionamentos héteros e tiveram filhos, às vezes conseguem constituir um seio familiar com parceiro trazendo o filho (a) para fazer parte dessa nova família (PASSOS, 2005). A co-parentalidade também está no rol das possibilidades da constituição de uma família homoafetiva, e está se caracteriza pela geração de um filho por um dos pares com um homem ou a mulher não necessariamente homossexual (PASSOS, 2005). Esta que é conhecida popularmente como barriga de aluguel. E por último há uma quarta opção que é inseminação artificial. Nesta um dos pares ou ambos é feita do ovulo ou sêmen para ser fecundado por uma outra pessoa (PASSOS, 2005).

Então, a partir das variedades estratégicas que possibilitam a formação de uma família por casais homoafetivos, não se tem um consenso pelo qual meio é mais utilizado por esses casais, porque vai depender muito dos desejos dos futuros pais, ou futuras mães diante dessa situação (VITULE; COUTO e MACHIN, 2014).

CONCLUSÃO

É possível perceber os anseios e preocupações de casais homoafetivos para a constituição de suas famílias, pois ao mesmo tempo que há empecilhos, dentre eles os biológicos, para a construção dessa composição familiar, eles ainda sofrem inúmeros preconceitos por viverem em uma sociedade heteronormativa, onde só é considerada legítima a família formada por um casal heterossexual. Por isso, é importante a luta pelas conquistas desses direitos, ou seja, pela afirmação e representatividade de casais homoafetivos no sentido de combaterem preconceitos e afirmado-se como cidadãos de direitos.

O processo de luto enfrentado por eles é mais uma batalha a ser vencida, pois o sentimento que circundam esse luto tem caráter doloroso. É cabível salientar que o estudo dessa temática é, ainda, incipiente para reflexões mais contundentes, o que é possível constatar pela pesquisa feita para a produção deste trabalho, tendo em vista o escasso material encontrado para a sua fundamentação. Sugere-se que sejam feitos trabalhos de campo para coletar novas informações a respeito das experiências e questões que atravessam os casais homoafetivos que vivem essa.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, M. C. L. A., VERÍSSIMO, H. V., & LOURENÇO, G. O. A adoção de crianças por gays. In: **Psicologia & Sociedade**, 25(3), 631-641, 2013.

FRANCA, M. R. C. Famílias homoafetivas. In: **Rev. bras. Psicodrama**. 2009, vol.17, n.1, pp. 21-33.

GOMES, A. E. F. **Representações dos estudantes de Direito e Psicologia sobre a adoção homoafetiva**. In: VIII Colóquio Nacional Representações de Gêneros e de Sexualidades. Campina Grande: realize editora, 2012. v. 3.

MEIRELES, F. S; TEIXEIRA, S. M. **As diversas faces da família contemporânea: conceitos e novas configurações**. In: **Informe Econômico**, Universidade Federal do Piauí, p. 38 - 44, 24 jun. 2014.

PASSOS, M. C. **Homoparentalidade:** uma entre outras formas de ser família. In: *Psicol. Clin;* Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 31-40, 2005.

SANTOS, J. V. de O.; ARAUJO, L. F. de; NEGREIROS, F.; CERQUEIRA-SANTOS, E. **Adoção de crianças por casais homossexuais:** as representações sociais. In: **Temas psicol.** Vol.26, n.1, pp. 75-91 2018.

SOUZA, M. C. **Os casais homoafetivos e a possibilidade de procriação com a utilização do gameta de um deles e de técnicas de reprodução assistida.** In: *Revista da EMERJ,* v. 13, nº 52, 2010

WAGNER, A. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea** - Pesquisas e reflexões. Artmed: Porto Alegre. 1ª edição, 2011.

GT 3

GRUPO TEMÁTICO

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE, TRABALHO E
POLÍTICAS DE SAÚDE

GT 3 - DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE, TRABALHO E POLÍTICAS DE SAÚDE

Prof. Dr. Francisco Adalberto do Nascimento Paz¹

Prof. Me. Tássio Mascarenhas de Carvalho²

Segundo Gomes (2015) o trabalho com eixos temáticos permite a concretização de pesquisas e encaminhamentos para facilitar a organização dos assuntos, de forma ampla e abrangente, a problematização e o encadeamento lógico dos conteúdos e a abordagem da historicidade na análise dos temas. Este grupo tem como objetivo discutir sobre o papel do Cooperativismo Social e da Economia Solidária na efetivação dos Direitos Humanos. Vislumbra refletir sobre os Programas de Inclusão Social pelo Trabalho, as políticas para a inserção das pessoas com sofrimento mental no mercado de trabalho e as enfermidades decorrentes das práticas abusivas e ilegítimas nas relações trabalhistas. Finalmente, busca refletir sobre as políticas públicas de saúde, à luz dos Direitos Humanos, assim como sobre os principais temas alusivos ao Meio Ambiente, numa perspectiva interdisciplinar.

Diante dessa realidade de acordo com Pereira *et al.*,(2016), torna-se curial a análise da questão ambiental sob a ótica do meio ambiente do trabalho, por ser tema de profunda discussão e importância devido ter-lhe sido concedido tratamento singular, abrangente e ter sido elevado a direito fundamental pela Constituição Federal de 1988. Para Zumires (2009) o meio ambiente do trabalho caracteriza-se, pois, como a soma das influências que afetam diretamente o ser humano, desempenhando aspecto chave na prestação e performance do trabalho. Pode-se, simbolicamente, afirmar que o meio ambiente de trabalho constitui o pano de fundo das complexas relações biológicas, psicológicas e sociais a que o trabalhador está submetido podendo trazer graves problemas a saúde humana.

¹ Possui graduação em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS pela Universidade Federal do Piauí UFPI (2000). , Doutorado em BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR APLICADA A SAÚDE pela (2017), Mestre em Genética e Toxicologia Aplicada(2012) pela Universidade Luterana do Brasil -ULBRA- RS. Especialista em Metodologia do Ensino de Biologia (2001) pela Universidade Federal do Piauí UFPI especialista em Docência do ensino superior pelo centro universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Professor no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: pazadalberto19@hotmail.com.

² Doutorando em Administração das Micro e Pequenas Empresas pelo Centro Universitário Campo Limpo Paulista - UNIFACCAMP. Mestre em Administração das Micro e Pequenas Empresas pelo Centro Universitário Campo Limpo Paulista - UNIFACCAMP, Brasil. Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT (2010). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2012). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual do Piauí (2014). Especialista em Gestão Público pela UFPI.

O artigo 225, da Constituição Federal do Brasil, estipula que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Nota-se que o dispositivo em foco é categórico ao afirmar que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida, ou seja, à própria saúde. Para este eixo temático espera-se receber trabalhos de estudos e pesquisas sobre direitos humanos, políticas públicas, enfermidades relacionadas a saúde humana e questões ambientais mantendo uma relação interdisciplinar entre as diversas áreas do conhecimento científico.

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL NO DESASTRE DE MARIANA SOB O VIÉS DO RACISMO AMBIENTAL¹

Tamyres Laysla Messias²
Aruanna Aparecida Carvalho Borges³



RESUMO

Os danos ao meio ambiente são cada vez mais comuns e por mais que existam legislações que cuidem do tema, não raro a responsabilidade aplicável a esses casos não é suficiente para cumprir com os objetivos da sanção, quais sejam, o de prevenir e reprimir a ocorrência de novos danos. Como exemplo disso, trata-se no presente artigo científico, do desastre da Barragem de Fundão, considerado até hoje um dos maiores desastres ambientais no Brasil. Ocorre que 3 (três) anos após o ocorrido, muitas das famílias atingidas ainda não foram devidamente assistidas, a maior parte delas faz parte de comunidades negras. Nessa esteira, esse trabalho ocupa-se de fazer uma análise bibliográfica sobre essa temática, discutindo se as indenizações por danos ambientais têm como determinante também o racismo ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: indenização, meio ambiente, terceiros atingidos.

INTRODUÇÃO

O rompimento da Barragem de Fundão despertou o país para a constatação de que quando ocorre uma catástrofe ambiental, os problemas que geralmente surgem são de ordem socioambiental e não se resumem somente aos impactos na natureza, mas precipuamente na vida de terceiros atingidos direta ou indiretamente, e esses, via de regra, demoram anos para serem ressarcidos, quando o são. No caso específico ora em

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Direito pela faculdade CEUT. Advogada. Especialista em Docência do Ensino Superior – Faculdade FAIBRA. Colunista do site Themis Vagas sobre Direitos do Consumidor. E-mail: messiasesoaresadv@gmail.com

³ Graduada em Direito pela UESPI. Autora do livro: Ensaios e reflexões sobre o Direito. E-mail: aruannacarvalho10@gmail.com

análise, o prejuízo alcançou ribeirinhos, pescadores, agricultores, assentados de reforma agrária, indígenas e ainda resultou na morte de 19 (dezenove) pessoas.

Cidades próximas careceram do fornecimento de água potável, fontes de renda foram destruídas e por ter atingido comunidades negras rurais como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, aflorou-se a discussão sobre a inserção de alguns desastres na classificação de racismo ambiental, como é o caso desse, tendo em vista ter ocasionado a perda de materiais simbólicos, bem como da herança cultural e histórico-patrimonial, o que na visão de Wanderley (2015, p.02) justificaria a ausência de medidas para tentar reverter a situação:

Nesse sentido, a presença de grupos étnicos politicamente minoritários, economicamente vulneráveis e, por isso, com pequenas possibilidades de fazer ouvir suas demandas por direitos na esfera pública, pode ser compreendida enquanto elemento central na localização das barragens de rejeitos, bem como em sua sobrecarga, a ausência de controle e de fiscalização estatal, no descaso com a implantação de alertas sonoros e planos de emergência e na forma como foi conduzido o atendimento às vítimas. Essa correspondência pode ser explicada pelas injustiças e indícios de racismo ambiental presentes nos processos de flexibilização do licenciamento ambiental.

Diante dessa conjuntura, o objetivo do trabalho é fazer uma sucinta análise dos mecanismos de ressarcimento do dano ambiental, perpassando pelas suas dificuldades de implementação, como a deliberação do *quantum* indenizatório e o alcance dessas indenizações, versando ainda sobre o racismo ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A responsabilidade civil pressupõe a reparação de um dano, sendo que esse é atribuído a um agente que deve responder com seu patrimônio pelo prejuízo causado. A função de tal reparação é fazer com que a situação possa chegar ao mais próximo possível do *status quo ante*.

Esse instituto é delimitado por Gonçalves (2018, p.19) ao destacar que:

Toda atividade que acarreta prejuízo traz em seu bojo, como fato social o problema da responsabilidade. Destina-se ela a restaurar o equilíbrio moral e patrimonial provocado pelo autor do dano. Exatamente o interesse em restabelecer a harmonia e o equilíbrio violados pelo dano constitui a fonte da responsabilidade civil.

Sob esse viés, percebe-se que a responsabilidade civil tem como pressuposto a violação de um dever jurídico e o dano oriundo dessa mácula. Vale ressaltar ainda a diferença entre responsabilidade civil e obrigação, sendo o primeiro fruto do descumprimento dessa última. O escopo da responsabilidade civil não se resume à reparação do dano, mas também punir, educar e prevenir. Existe em seu bojo uma forte medida de repreensão social, a qual o ofensor é impelido a respeitar os direitos dos demais dentro da sociedade.

No que tange a legislação aplicada, cabe ressaltar que a Carta Magna em seu artigo 225, § 3º prevê a tríplice responsabilidade do poluidor, seja ela pessoa física ou jurídica, além de disciplinar as demais matérias sobre o meio ambiente. A teoria adotada pelo constituinte originário foi a do conservacionismo que nas palavras de Almeida (2018, p.38), seria:

Uma corrente que permite a interferência do homem na natureza e o uso e consumo racional dos recursos naturais – em oposição à doutrina radical preservacionista, uma onda do movimento ambientalista que pretendia a preservação irrestrita dos recursos naturais.

A teoria adotada para a responsabilidade civil de cunho ambiental é objetiva, que é aquela que prescinde de dolo ou culpa, conforme se depreende do art. 14, §1º da Lei nº 6.938/1981. No tocante ao dano ambiental, aplica-se a teoria do risco integral que aponta que a atividade exercida por quem causou o dano por si só já justifica não aceitando qualquer tipo de excludente de responsabilidade.

De acordo com a lição de Almeida (2018, p.52):

Por esta teoria, o agente potencialmente poluidor assume todos os riscos da atividade em gerar danos ao meio ambiente e não poderá lançar mão dos institutos de excludentes de responsabilidade tais quais a culpa exclusiva da vítima, fatos de terceiros e força maior.

Além de todas as celeumas aqui postas, uma tem recebido a atenção dos estudiosos do tema, qual seja, o *quantum* indenizatório e se os mecanismos para reparação dos danos são eficientes. O arbitramento do *quantum* indenizatório é de suma importância para a justiça dos casos concretos postos à análise do Poder Judiciário. Por ser o escopo dessa indenização antes do caráter reparador, o educativo, o valor deve ser de tal monta que desmotive o agente a reincidir no cometimento do dano, mas essa não é uma tarefa fácil.

Para Fiorillo (2013, p.66):

De fato, a maior dificuldade encontra-se dá em razão da ausência de parâmetros legais e até mesmo doutrinários, mas ainda assim é possível que se apresentem alguns critérios que devem ser levados em consideração no momento da estipulação do *quantum debeat*, como as circunstâncias do fato, agravidade da perturbação (intensidade leve, moderada ou severa; tamanho da área afetada; duração da agressão; tempo de recuperação da área afetada) e condição econômica do poluidor.

Sob esse viés, cabe a distinção entre o dano à moral e o dano com efeitos morais, sendo o primeiro relacionado aos direitos da personalidade e a sua exteriorização, logo, trata-se de um bem juridicamente protegido. Já no que tange ao dano com efeitos morais, tem-se a consequência do dano ou os seus efeitos.

Assim, no que tange ao dano ambiental, para alguns doutrinadores como o citado acima, caberia tanto o dano material quanto o moral. Ocorre que no Brasil não raro se burlam leis ambientais sem qualquer resquício de responsabilidade, ou quando ocorre um dano de grandes proporções ambientais e conseqüentemente irreparável sob o ponto de vista de se retornar o meio ambiente à situação anterior, o valor

arbitrado é ínfimo, o que desperta nos cidadãos uma sensação de impunidade e desvalorização dos bens naturais.

Exemplo disso foi o desastre ocorrido em Minas Gerais, mais especificamente em Mariana, em 5 (cinco) de novembro do ano de 2015. Ocasão em que uma barragem, conhecida como Barragem de Fundão, rompeu ocasionando o maior impacto ambiental já experimentado no Brasil.

Em 5 de novembro de 2015, 34 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro jorraram do complexo de mineração operado pela Samarco e percorreram 55 km do rio Gualaxo do Norte e outros 22 km do rio do Carmo até desaguar no rio Doce. No total, a lama percorreu 663 km até encontrar o mar, no município de Regência (ES).¹

As consequências desse desastre foram nefastas e vitimou mortalmente 19 (dezenove) pessoas, desalojou centenas e atingiram muitos outros municípios próximos à barragem, além da destruição total de plantações, pastagens, rios, 26 (vinte e seis) espécies que viviam no Rio Doce, córregos e chegou a atingir o mar após os 62 (sessenta e dois) milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração percorrerem mais de 600 km (quilômetros) e causou um grave problema de desabastecimento de água potável na região.

Após 3 (três) anos do acontecido ainda não foi possível mensurar os prejuízos, mas apesar dos números da tragédia serem grandiosos, o da indenização é ínfimo. O número de vítimas indiretas nunca foi devidamente calculado. A Samarco, responsável pela barragem e suas controladoras Vale e BHP Billiton, alegam não ter responsabilidade por se tratar de um acidente, apesar do Ministério Público afirmar que eles detinham a informação de que a barragem corria o risco de romper, mas mesmo assim, negligenciaram.

Sobre o processo criminal o site G1, informa que:

¹ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41873660>. Acesso em: 12/09/2018.

Em 18 de novembro de 2016, a Samarco, suas controladoras Vale e BHP Billiton e a VogBr, além de 22 pessoas, se tornaram réus em um processo criminal que investiga as 19 mortes como homicídio. Este processo foi suspenso em julho de 2017, após dois dos réus alegarem ilegalidade no período autorizado para a quebra do sigilo telefônico. Em 13 de novembro de 2017, o processo foi retomado após a Justiça determinar que não havia base para anular o processo. Não há prazo para o julgamento.

Ainda dentro dessa temática percebe-se que grande parcela da população atingida é oriunda de comunidades negras rurais que além de perderem seu meio de subsistência, tanto viram ser levados pela lama sua história e suas referências culturais, conforme explana Santos (1999, p.05):

O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores renitentes, para quem o dinheiro globalizado – aqui denominado ‘real’ – já não é um sonho, mas um pesadelo.

Os julgamentos que envolvem esse desastre se arrastam, enquanto muito pouco é efetivamente realizado principalmente no que diz respeito à ajuda às vítimas:

A Samarco afirmou que a denúncia do Ministério Público Federal desconsiderou as defesas e os depoimentos dados logo após o rompimento, que comprovam que a empresa não tinha conhecimento prévio dos riscos à estrutura.

A Vale disse que é acionista e não controladora da Samarco e, portanto, nunca teve participação na gestão operacional da barragem de Fundão. A mineradora afirmou ainda que nunca teve conhecimento de qualquer risco na estrutura e que confia que a Justiça vai reconhecer a inocência da empresa e de seus executivos.

A BHP Billiton repudiou as acusações contra a empresa e seus executivos. A mineradora disse ter convicção na comprovação da inocência da empresa e de seus funcionários no processo.¹

¹ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/processos-e-acordos-marcam-30-meses-do-desastre-da-barragem-de-mariana.ghtml>. Acesso em: 12/09/2018.

Já o processo ambiental no valor de R\$155 bilhões, segue para a sua quinta tentativa de acordo. A ação civil pública que totaliza R\$ 20 bilhões, teve o prazo do pagamento da sua primeira parcela prorrogado. A maioria das famílias atingidas ainda aguardam ajuda emergencial, o Termo de Ajustamento de Conduta segue sendo adiado, enquanto as vítimas ainda não tiveram suas vidas restituídas.

O que se quer chamar atenção aqui é para o fato de que o próprio local escolhido para a exploração e instalação é habitado em sua maioria por comunidades negras, que por sua vez, têm menos espaço de fala quando os desastres acontecem ou quando se percebe que o trabalho de fiscalização ambiental está ocorrendo de forma desidiosa.

Para Pacheco (2007, p.06):

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia.

Assim, percebe-se que o racismo ambiental se dá desde o momento da escolha do local para exploração de recursos naturais, até o ressarcimento pelos danos causados. Geralmente os riscos ambientais se constituem em locais povoados por minorias hipossuficientes, o que faz com que passe despercebido fiscalizações inapropriadas e ressarcimentos irrisórios por danos incalculáveis, assim como a não adoção de medidas preventivas.

CONCLUSÃO

Dessa forma, percebe-se que o racismo ambiental determina tanto o local de exploração ambiental, por ser mais fácil conseguir mão de obra barata e pressionar pessoas com maiores necessidades financeiras a se submeterem a baixos salários, condições de trabalho sem os cuidados de proteção adequados, dentre outros fatores. No desastre de Mariana, a demora dos julgamentos e os inúmeros acordos que só beneficiam a Samarco, comprovam a invisibilidade da situação das vítimas. A lama não levou só bens materiais, mas a qualidade de vida, a história e a dignidade de quem foi atingido e que ainda amarga pela morosidade do Poder Judiciário, pelas justificativas incabíveis dos responsáveis e da falta de assistência que se manifestou desde antes da tragédia ocorrer, visto se tratar de uma tragédia anunciada pela falta de manutenção e fiscalização adequada. Tem-se então que na responsabilização por dano ambiental é necessário que se aprofunde a discussão do racismo ambiental para que as indenizações levem em consideração a hipossuficiência das vítimas e ainda, no caso específico da Barragem de Fundão, que aos processos seja dada a devida urgência e atenção, visto já ter se passado 3 (três) anos do ocorrido sem que as famílias tenham sido dadas a oportunidade de se recuperarem.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Maria Pilar Prazeres de. **O dano moral ambiental coletivo**. 1.ed. - Florianópolis: *Tirant lo Blanch*, 2018.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 13ª ed. Vol. IV. São Paulo: Saraiva, 2018.

MOTA, Camila Veras (enviada especial da BBC Brasil a Mariana (MG)). **Apos dois anos, impacto ambiental do desastre em Mariana ainda não é totalmente conhecido**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41873660>. Acesso em: 12/09/2018.

PACHECO, Tania. 2007. “Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour”. In: *Development in Practice*. Aug.2008, Vol.18(6).

Disponível em:
http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1869, sob o título “**Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**”.

PAES, Cintia. **Processos e acordos marcam 30 meses do desastre da barragem de Mariana**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/processos-e-acordos-marcam-30-meses-do-desastre-da-barragem-de-mariana.ghtml>. Acesso em: 12/09/2018.

SANTOS, Milton. **O chão contra o cifrão**. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 fev.1999. Caderno Mais, p.5.

WANDERLEY, L. J.. “**Indícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana**”, 2015. Relatório preliminar. Grupo PoEMAS. Disponível no site: <http://www.ufjf.br/poemas/> acesso em: 13/09/2018.

DIREITO À SAÚDE NO BRASIL E SUA EFETIVAÇÃO POR MEIO DA JUDICIALIZAÇÃO¹

Ester Moreira Silva²
Andréia Nádia Lima de Sousa Pessoa³

RESUMO: O direito à saúde está disposto na Constituição Federal como direito fundamental garantido a todos os brasileiros, contudo, frequentemente sua efetivação tem sido realizada por meio da judicialização, que é um fenômeno crescente no Brasil e consiste na transferência de poder político para o Judiciário para a concretização dos direitos. Desta forma, o objetivo do trabalho é, por meio de uma análise bibliográfica e jurisprudencial, discutir se o Judiciário é a melhor solução para efetivação desse direito em virtude da ineficácia do SUS e das políticas públicas de saúde.

PALAVRAS- CHAVE: Constituição, Políticas Públicas, Acesso à Justiça.

INTRODUÇÃO

Em virtude de um processo histórico de conquistas e avanços de direitos fundamentais, a Constituição Federal de 1988, que segundo Sarlet (2015, p. 125), “surgiu em um Estado Social que buscava a proteção de direitos fundamentais básicos

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Discente do 8º Período do Centro Universitário Santo Agostinho. Bolsista PIBIC/UNIFSA 2018/2019. E-mail: estemoreirasilva@outlook.com.br.

³Mestre em Direito Internacional e Econômico pela Universidade Católica de Brasília-UCB. Professora de Direito Constitucional do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: andreianadia@bol.com.br.

que garantem o mínimo existencial”. Dentre eles, há o direito à saúde como uma norma programática regulamentada com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Todavia, há uma lacuna entre o direito fundamental à saúde garantido constitucionalmente e ausência de sua efetivação pelo Poder Público, surgindo o fenômeno da Judicialização da Saúde, em que ao juiz é atribuída a tarefa de decidir sobre os limites da prestação da saúde por meio de decisões que interferem nas políticas públicas.

Sendo assim, em 2011, a explosiva procura por soluções judiciais chegavam a mais de 240 mil processos na área da saúde, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça. Já em 2017, esse número chegou à quase 1,5 milhão como estimou o juiz federal Clenio Jair Schulze, membro do Comitê de Saúde do Estado de Santa Catarina, que apresentou o dado durante a audiência pública sobre a judicialização da saúde realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 11 de dezembro de 2017.

O objetivo do trabalho é, pois, fazer uma breve análise sobre a Judicialização da Saúde sob o prisma constitucional, à luz dos princípios da isonomia, da dignidade da pessoa humana e da reserva do possível, e ainda da separação dos Poderes, e discutir se o Judiciário é a solução mais viável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da mesma forma que não existe relação humana sem sociedade, é necessária a figura do Estado para dirigir, coordenar tal agrupamento. É no âmbito do Estado de Direito que se tem a identificação da Constituição como a norma fundamental de um país. Dessa forma, já dizia Ulysses Guimarães (1988, p.598-59) durante o discurso de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, que " a Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança"., aduzindo que o sentimento jurídico do povo é a fonte de todo o Direito, e que, no Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi uma resposta ao clamor popular.

Nesse contexto, surgem os direitos sociais como direitos fundamentais de segunda dimensão, dentre eles o direito à saúde, atribuindo ao Estado a participação ativa na concretização da justiça social. Assim, no Brasil a população é o titular do direito à saúde, e como aduz Sarlet:

A inserção de um leque de direitos sociais no título dos direitos fundamentais, somada ao regime jurídico- constitucional dos direitos fundamentais, ainda mais em face de seu desenvolvimento doutrinário e jurisprudencial, asseguraram aos direitos sociais um lugar de destaque na agenda jurídica e política. (2015, p.593).

É a garantia à efetividade desses direitos que promove a democracia, assegurando que o país seja um Estado Social Democrático de Direito, pois a Constituição determina um programa de ação que depende da elaboração de políticas públicas. Dessa maneira, Executivo, Legislativo e Judiciário devem estar consonantes perante as normas constitucionais. Entretanto, a não efetivação desses direitos dispostos no texto constitucional, bem como, a democratização do Acesso à Justiça (artigo 5º, XXXV, CF) terminam por estimular uma explosiva procura por soluções judiciais, através do instituto da “judicialização da saúde” que é a transferência de poder político para o Judiciário visando à concretude da tutela relativa aos direitos fundamentais à saúde.

Embora o direito ao acesso à saúde esteja regulamentado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), disposta de forma mais específica na Lei 8.080 de 1990 e também na Lei 8.142 de 1990, não obstante a ineficácia do Poder Público e as lacunas legislativas, o Judiciário manifesta-se para efetivação desses direitos constitucionais.

Dessa forma, a tese que se sobressai é a de que há direitos básicos que não podem ser restringidos pelo Estado, e que há a responsabilidade solidária entre os entes políticos na prestação da saúde, podendo qualquer um deles ser acionado judicialmente pelo cidadão sem qualquer discriminação. Dallari (2005, p.309) menciona que “é inadmissível uma desigualdade, que garante tudo a alguns, enquanto nega tudo a outros, mesmo que sejam socialmente inúteis”. Assim, o Judiciário surge para sanar a

omissão governamental, visto a ineficiência e falta de efetividade do SUS, a fim de impedir o retrocesso das conquistas sociais alcançadas e dar efetividade às normas da Carta Magna. Como bem exposto pelo exemplo do Tribunal de Justiça do Piauí em decisão judicial proferida liminarmente, referente a mandado de segurança que condenou o Estado do Piauí a fornecer medicamento necessário à parte autora:

MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR DEFERIDA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. DEVER DO ESTADO. JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. CFRB, ART. 6º E 196. SÚM. 01 E 02 TJ/PI. Trata-se de AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA com pedido liminar [...] onde a parte autora postula a concessão de liminar para que seja ordenada à autoridade apontada como coatora o fornecimento imediato da medicação necessária para o tratamento. [...] É o relato do necessário. Primeiramente, vale salientar que a concessão de liminar no mandado de segurança reclama a presença cumulativa dos requisitos da relevância da fundamentação e da possibilidade de ineficácia da medida, resultante do ato impugnado, caso seja indeferida (Lei 12.016/2009, art. 7º, III). [...] **É cediço que a Constituição Federal garante a assistência integral à saúde, de modo que, a princípio, a recusa da Administração em fornecer o necessário tratamento a quem dele necessite afronta o direito que é constitucionalmente garantido a todos. [...] o direito à saúde é indissociável do direito à dignidade da pessoa humana, impondo-se ao Poder Público dar pleno cumprimento a esta garantia constitucional. [...] Entretanto, diante da multiplicidade dos processos, com pedidos de tutelas de urgência, ó preciso estar atento para o debate sobre a judicialização do direito à saúde, pois a garantia das prestações de direitos sociais não pode ocorrer de forma desavisada a ponto de desequilibrar a política estabelecida pelos governos para a área da saúde, principalmente no que tange as possibilidades orçamentárias. [...] Entendo, portanto, presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do fundado receio de dano irreparável, uma vez que a jurisprudência tem se firmado no sentido de que é possível o controle jurisdicional de políticas públicas, para garantir o mínimo existencial, protegendo, no caso dos autos, o núcleo duro do direito à vida e à saúde, diante da essencialidade do medicamento para a continuação do tratamento. [...] DIANTE DO EXPOSTO, DEFIRO A LIMINAR** para determinar que a autoridade coatora forneça à Impetrante o medicamento reclamado, de acordo com a prescrição médica, até a resolução de mérito da presente ação.

[...] Publique-se. Intimem-se. Teresina, 26 2013. (TJ-PI - MS: 00019302720138180000 PI 201300010019301, Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 27/03/2013). (**Grifo nosso**) (BRASIL, 2018).

Destarte, o Judiciário não pode se eximir de assegurar ao cidadão o acesso a um direito fundamental e essencial como o direito à saúde. Embora tal tarefa esteja atribuída constitucionalmente aos órgãos administrativos do Executivo, a quase total ineficácia de seus programas e políticas públicas de saúde transformou a via judicial, ultimamente, a única maneira de obtenção da efetivação de tal direito.

O problema mostra-se ainda mais evidente quando, de acordo com o caso concreto, surgem formas diferentes de concepção do direito à saúde servindo a interesses diversos, o que aumenta o descrédito no desenvolvimento de políticas públicas universais. São inúmeras as decisões em direito difuso que deixam o magistrado como uma espécie de “gênio da lâmpada” para decidir de que maneira deve (ou não) atender a tal interesse. Nesse ambiente é que se coloca a questão: podem juízes e tribunais interferir nas deliberações dos órgãos que representam as maiorias políticas? Barroso aduz que:

[...] O Judiciário deverá intervir sempre que um direito fundamental – ou infraconstitucional – estiver sendo descumprido, especialmente se vulnerado o mínimo existencial de qualquer pessoa. (2008, p.16).

Do mesmo modo, a Ministra do STF, Cármen Lúcia, em audiência pública com representantes da indústria farmacêutica realizada em 04 de dezembro de 2017, discorreu sobre a urgência em debater possíveis alternativas para enfrentar o número crescente de ações judiciais envolvendo o direito à saúde:

Se o número de ações que ingressam em juízo corresponderem a uma má prestação dos serviços de garantia dos meios de saúde para os cidadãos, eu preciso reestruturar o Poder Judiciário porque não estamos colocando em questão o direito fundamental à saúde (MUNIZ, 2017).

Todavia é muito difícil identificar quais efeitos podem surgir das normas constitucionais que disciplinam o direito à saúde, principalmente no papel do juiz em reconhecer um direito subjetivo individual (ou coletivo) no que tange a uma tarefa atribuída constitucionalmente ao Executivo.

Além disso, há o conflito entre os princípios da reserva legal e do mínimo existencial, com uma grande diferença entre o que a Constituição garante como necessário para a mínima preservação da dignidade da pessoa humana e o que o Estado realmente pode assegurar devido à sua proposta orçamentária. Isto porque o mínimo existencial deve atentar para a necessidade/possibilidade do Estado e do beneficiário do serviço de forma que o benefício (tratamento hospitalar/medicamento) não seja concedido de forma desigual, ao passo em que tal concessão não pode ultrapassar a reserva legal, ou seja, os recursos disponíveis do Estado para a gestão e efetivação das políticas públicas básicas.

Sendo assim, o grau de intervenção da justiça constitucional dependerá do nível de concretização dos direitos estabelecidos na Constituição, devendo para tanto, respeitar os próprios limites constitucionais, respeitando os princípios da reserva legal e priorizando a dignidade da pessoa humana para efetivação do direito à saúde.

CONCLUSÃO

O direito à saúde, previsto constitucionalmente como direito social, necessita da atuação estatal para sua efetivação. Além disso, em virtude da Inafastabilidade da Jurisdição, não há óbice para que o cidadão recorra ao Judiciário para a concretização da tutela desse direito, em razão da atual ineficiência do sistema público e das políticas públicas de saúde conforme constatou-se na pesquisa. Todavia, é preocupante a frequência cada vez maior em que o cidadão busca a tutela jurisdicional para concessão de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares, visto que o Judiciário, ao primar pela constituição, sobrepõe o mínimo existencial frente ao princípio da reserva legal.

Sendo assim, conclui-se que embora o Judiciário adentre nas esferas de competência dos demais entes federativos ao decidir sobre a concessão dos serviços de saúde, não deve se abster em garantir a concretização de tal direito, fazendo da judicialização da saúde instrumento necessário diante do dever de primar pela efetividade da Constituição e preservação da dignidade da pessoa humana, visto que o direito à saúde é garantido a todos.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial.** Rio de Janeiro: Instituto Idéias, 2008.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Piauí.** Mandado de Segurança no 00019302720138180000- PI(2013.0001.001930-1). Impetrante: FlorizadeAraujo. Impetrado: Estado do Piauí e outro. Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. Tribunal Pleno. DJ: 27/03/2013. JusBrasil, 2013. Disponível em: <<https://tj-pi.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/290983705/mandado-de-seguranca-ms-19302720138180000-pi-201300010019301?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

CNJ. **Brasil tem mais de 240 mil processos na área de saúde.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/56636-brasil-tem-mais-de-240-mil-processos-na-area-de-saude>>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

DALLARI, D. A. **Elementos da teoria geral do Estado.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GUIMARÃES, U. **Transcrição oficial do discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988 publicado no DANC de 5 de outubro de 1988,** p. 14380-14382. Disponível em: <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/plenario/discursos/escrevendohistoria/constituinte-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf> . Acesso em: 14 de agosto de 2018.

JOTA. **Processos sobre judicialização da saúde chegam à 1,5 milhão em 2017.** Disponível em: <<https://www.jota.info/justica/processos-sobre-judicializacao-da-saude-chegam-15-milhao-em-2017-12122017>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

MUNIZ, M. **Cármem defende urgência em casos sobre direito à saúde.** Disponível em: <<https://www.jota.info/jotinhas/carmen-defende-alternativas-para-judicializacao-da-saude-05122017>>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Casa Civil. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990:** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

SARLET, I. W. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. ampl., incluindo novo capítulo sobre princípios fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2015.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR: UMA EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE¹.

Marta Sousa Sá²

Ana Clara Jovita de Arruda Santos³

Daryelda Rodrigues Cardoso⁴

Vanessa Bezerra de Sousa⁵

Ramon Pereira Feitosa⁶

RESUMO

O Programa Farmácia Popular do Brasil visa aumentar o acesso a medicamentos, disponibilizando produtos subsidiados. O trabalho descreve como o profissional farmacêutico, um agente de saúde, executa ações educativas que auxiliem em uma adequada atenção farmacêutica, obtendo assim resultados mensuráveis. Dessa forma, o principal objetivo do proposto trabalho é fazer um levantamento bibliográfico, explorando a importância do profissional farmacêutico na dispensação dos medicamentos essenciais e no acompanhamento aos pacientes por meio da Atenção e Assistência prestada pelo profissional. Aborda-se um estudo descritivo, através de revisão integrativa com consultas na base de dados SCIELO, LILACS e BIREME, utilizando os seguintes descritores: Farmácia popular, atenção básica farmacêutica e SUS; num período de 1988 a 2018. Um total de 82 artigos foram encontrados, dentre os quais 18 foram selecionados, onde 85% apontaram que o Programa contribui para o

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica do curso Bacharelado em Farmácia – CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO, marta.sousa.sa@gmail.com

³ Acadêmica do curso Bacharelado em Farmácia – CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO, aruudaana@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso Bacharelado em Farmácia – CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO, cardosodary@hotmail.com

⁵ Acadêmica do curso Bacharelado em Farmácia – CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO, bezerrav800@gmail.com

⁶ Acadêmica do curso Bacharelado em Farmácia – CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO, rhamonfeather@gmail.com

atendimento integral à população, garantindo ampliação do acesso a medicamentos por meio de copagamento; rompendo barreiras socioeconômicas e políticas, influenciando então, no uso racional do medicamento e reafirmando a importância do profissional farmacêutico nas Políticas de Saúde Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde, assistência e política.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os avanços na saúde pública no Brasil foram significativos, principalmente no tocante aos progressos tecnológicos da indústria farmacêutica, proporcionando medicamentos cada vez mais eficazes e seguros. A utilização de medicamentos tornou-se prática indispensável na contribuição para o aumento da qualidade e da expectativa de vida da população (BUSS, 2000).

Com a Constituição Federal, em 1988, e a consequente criação do SUS, a saúde passou a ser um direito do cidadão e um dever do Estado, devendo o último garantir a população, através de políticas sociais e econômicas, o pleno acesso universal às ações e serviços de saúde (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o programa Farmácia popular nasceu, garantindo que a população não interrompa um determinado tratamento por falta de dinheiro, contribuindo, portanto na diminuição dos gastos do SUS com as internações que são provocadas pelo abandono do tratamento. Assegurando o acesso aos medicamentos considerados essenciais e, ainda, o seu uso racional contribuindo para a valorização e o aperfeiçoamento do serviço de Assistência Farmacêutica como estratégia peculiar da atenção básica à saúde (DE BERNARDI *et al.*, 2006).

O farmacêutico como profissional de saúde deve buscar além da aquisição e dispensação do medicamento, implementar atividades relacionadas à promoção de saúde, facilitando o acesso da população aos medicamentos essenciais. Portanto, o principal objetivo do suposto trabalho foi fazer um levantamento bibliográfico, explorando a importância do profissional farmacêutico na dispensação dos

medicamentos essenciais no programa farmácia popular, e no acompanhamento aos pacientes por meio da Atenção e Assistência prestada pelo profissional.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter quantitativo descritivo, onde, para a pesquisa bibliográfica, foram consultadas várias literaturas relativas ao assunto, artigos publicados na internet e que possibilitaram que este trabalho tomasse forma para ser fundamentado.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de 82 artigos coletados das bases: Scielo (*Scientific Electronic Library Online*). Utilizaram-se como descritores para a pesquisa Farmácia popular, atenção básica farmacêutica e SUS. Os critérios de inclusão para os estudos foram artigos completos em língua portuguesa relacionados ao uso da temática, publicados entre 1998 a 2018, selecionados 18 artigos e foram excluídos artigos incompletos, de língua estrangeira e artigos que não se encaixavam no tema proposto. Após a coleta de dados, fez-se a leitura de todo o material, posteriormente realizou-se uma análise descritiva, buscando a compreensão e a organização dos resultados, agrupando-os em tabelas feitas no Microsoft Word 2010, para uma melhor discussão dos dados

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os progressos tecnológicos da indústria farmacêutica têm proporcionando medicamentos cada vez mais eficazes e seguros e para garantir o acesso aos medicamentos considerados essenciais e, ainda, o seu uso racional, requer tanto o aperfeiçoamento do serviço de Assistência Farmacêutica quanto Programas de Saúde que garantam a atenção básica à saúde (De Bernardi *et al.*, 2006).

No exemplo em questão temos o PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL (PFPPB); que surgiu como proposta de campanha eleitoral para a presidência da República, no ano de 2002 e teve sua implementação em 2004, objetivando a ampliação

de acesso a medicamentos por meio de copagamento. Os agentes envolvidos no compartilhamento dos custos são os usuários e o Governo Federal, que por meio do Ministério da Saúde reduz drasticamente o impacto do preço dos medicamentos no orçamento familiar. (MACHADO *et al.*, 2011).

Em 2006, por meio da Portaria nº 491, de 9 de março, o Ministério da Saúde expandiu o PFPB por meio da parceria entre o governo federal e o setor varejista farmacêutico; ação está denominada “Aqui Tem Farmácia Popular” que perdura até os dias de hoje mediante o credenciamento da rede privada de farmácias, aproveitando a logística já existente da rede farmacêutica (BRASIL, 2018).

Ao proporcionar o acesso dos medicamentos deve haver concomitantemente Assistência Farmacêutica, visto que, a adesão ao tratamento deve ser compreendida como atribuição básica do processo de dispensação, orientada segundo técnicas apropriadas desenvolvidas sob supervisão permanente do farmacêutico responsável. Deve ainda, haver atendimento personalizado de acordo com as necessidades de cada usuário, por meio de detecção, prevenção e resolução dos problemas e demandas apresentadas. (BRASIL, 2018)

O papel do Farmacêutico envolve atender os usuários, fundamentalmente quanto a utilização responsável, segura e correta dos medicamentos. A natureza e duração do tratamento, via de administração, posologia, regime de administração, possíveis efeitos indesejáveis, possíveis interações medicamentosas, efeitos esperados, bem como os controles necessários para efetivação do tratamento, constituem o conjunto básico de orientações que todos os usuários do programa devem receber (FERREIRA, 2018).

A vinculação da dispensação de medicamentos à apresentação de receituário médico, em todas as vertentes do Programa Farmácia Popular do Brasil, mesmo para aqueles definidos como de dispensação isenta de prescrição, funciona como elemento de inibição da automedicação, que tem níveis elevados no país, ajudando a promover e reforçar o uso mais racional da terapia medicamentosa.

As unidades, além de contarem com efetiva assistência do farmacêutico, dispõem ainda de instrumentos para obtenção de informações técnicas, tais como livros, textos, manuais, revistas técnicas e, se possível, acesso ao banco de dados sobre medicamentos.

Assim, todos os usuários do Programa têm direito ao acompanhamento do seu tratamento pelo farmacêutico da unidade. Esse processo se dá mediante o cadastramento dos pacientes na unidade em dispositivo apropriado, disponibilizado pelo Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz. Além do cuidado com a saúde, esse acompanhamento permite obtenção de dados e informações necessárias para averiguações dos impactos sanitários do Programa.

Nesse contexto, um estudo recentemente avaliou o impacto do “Aqui tem Farmácia Popular” sobre indicadores de saúde, como mortalidade e internações hospitalares. Os resultados evidenciaram que o PFPB é socialmente eficiente, na medida em que a economia com os gastos de internação e com as vidas salvas é maior que os custos do programa (FERREIRA, 2017).

Reiterando este estudo, é possível considerar que o PFPB contribui para o atendimento integral à população no âmbito do SUS, principalmente àquelas pessoas que possuem dificuldade para manter o tratamento farmacológico de doenças crônicas devido ao alto preço dos medicamentos. Além disso, o PFPB proporciona a ampliação das condições de bem-estar da população, rompendo barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais, o que influencia diretamente sobre o acesso a medicamentos e seu uso racional pela população.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, percebeu-se a importância e necessidade da Assistência Farmacêutica no Programa Farmácia Popular do Brasil, na qual o farmacêutico como profissional do medicamento, atua desde o acesso até a dispensação; envolvendo

orientações e o acompanhamento do tratamento medicamentoso, reforçando o uso racional e garantindo atenção básica e efetiva à saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. 5 de setembro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília; 1988.

BRASIL. **Manual de Informações às Unidades Credenciadas**: Sistema de Co-Pagamento. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Efeitos do copagamento de medicamentos sobre saúde no Brasil: evidências do programa Aqui Tem Farmácia Popular. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, p. 67-117, jun. 2017. Acesso em: 22 ago. 2018.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciênc. Saúde Coletiva**. v. 5, n. 1, p. 163-77, 2000.

DE BERNARDI, C. L. B.; BIEBERBACH, E. W.; THOMÉ, H. I. Avaliação da assistência farmacêutica básica nos municípios de abrangência da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul. **Saúde Soc.** v. 15, n. 1, p. 73-83, 2006.

MACHADO, C. V.; BAPTISTA, T. W. F.; NOGUEIRA, C. O. Políticas de saúde no Brasil nos anos 2000: a agenda federal de prioridades. **Cad. Saúde Pública**. v. 27, n. 3, p. 521-532, 2011.

PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **SÉRIE A. NORMAS E MANUAIS TÉCNICOS**. Brasília – DF, 2005.

A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS DE BIOSEGURANÇA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS OCUPACIONAIS NO AMBIENTE HOSPITALAR – UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

Brian Araújo Oliveira²

Nágila Silva Alves³

Anne Caroline Araújo Silva⁴

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.

RESUMO

Objetivo: Evidenciar por meio da literatura a importância das medidas de biossegurança na prevenção de doenças ocupacionais no ambiente hospitalar. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa com busca na base de dados da biblioteca virtual em saúde (BVS), onde incluíram-se ensaios clínicos controlados e randomizados, caso-controle e publicados nos últimos cinco anos e excluídos artigos não disponíveis na íntegra, relato de caso e revisões de literatura. **Resultados:** De acordo com os 7 artigos estudados, todos obtiveram resultados que apontam que os acidentes de trabalho são recorrentes em ambientes hospitalares, criando a necessidade de uso correto das medidas de biossegurança, a fim de reduzir os índices de acidentes ocasionados por esses tipos de materiais. **Conclusão:** Conclui-se que as medidas de biossegurança são importantes na prevenção de doenças ocupacionais no ambiente hospitalar.

Palavras-Chave: Prevenção; Doenças Ocupacionais; Material Biológico; Hospital.

INTRODUÇÃO

Os profissionais de saúde, durante a realização de seu trabalho, estão expostos a uma série de riscos que podem interferir em suas condições de saúde. Entre esses riscos estão os

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduando pela UNIFSA, brian15araujo@gmail.com.

³ Graduada pela UNIFSA, nagila._@hotmail.com.

⁴ Graduanda pela UNIFSA, annepaulo28@hotmail.com .

agentes físicos, químicos, psicossociais, ergonômicos e biológicos. Contudo, no ambiente hospitalar, merece destaque o risco biológico, pois é o mais frequente, principalmente devido à manipulação de material contaminado (NOWAK *et al*, 2013).

Dentre os riscos com materiais biológicos podemos destacar as doenças infectocontagiosas como as principais fontes de transmissão de microrganismos para os profissionais. Outra importante fonte de contaminação refere-se ao contato direto com fluidos corpóreos durante a realização de procedimentos invasivos, ou pela manipulação de artigos, lixo e até mesmo as superfícies contaminadas, sem que medidas de biossegurança sejam utilizadas (LUZ; BERETTA, 2016).

Ao adquirir infecção, aumentam-se o tempo de internação e os custos sociais e econômicos da instituição de saúde. Portanto, todos da equipe multiprofissional são responsáveis por este controle, por meio de medidas educativas e uso de boas práticas (GARCIA; PASSOS; REIS, 2016). Apesar da importância pouca atenção tem sido dada aos riscos de acidente de trabalho, envolvendo os profissionais de saúde, o que se observa é que a ausência de uma metodologia de avaliação de riscos compatível com as características dos serviços de saúde não possibilita um meio seguro de atuação profissional (REZENDE *et al*, 2015).

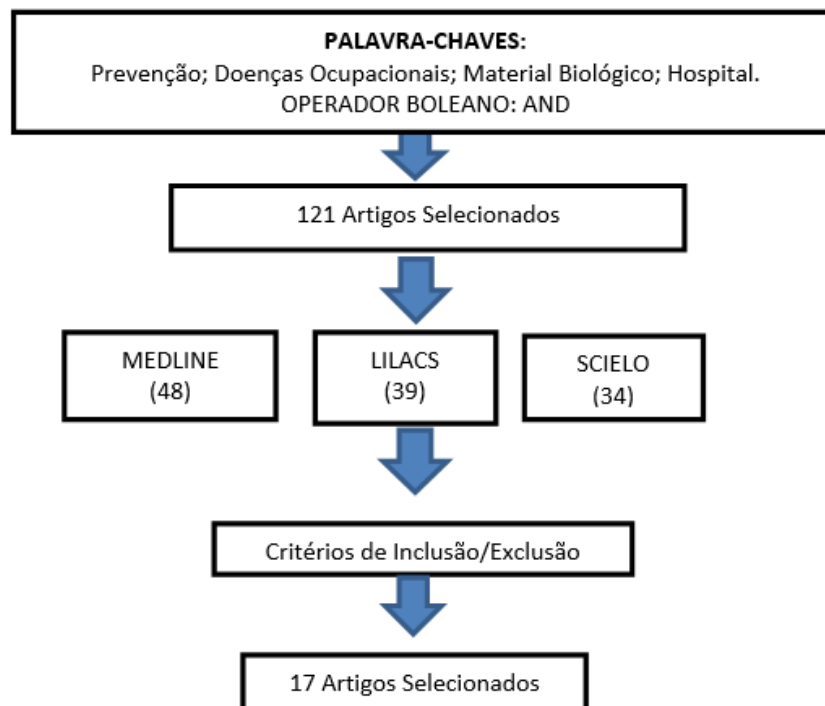
METODOLOGIA

O presente estudo está caracterizado como uma revisão integrativa realizada entre agosto e setembro de 2018 com artigos publicados no período de 2014 a 2018 nas bases de dados eletrônicas da biblioteca virtual em saúde (BVS) nos indexadores MEDLINE, LILACS e SCIELO. Foram incluídos ensaios clínicos controlados, estudos randomizados, publicados nos últimos cinco anos e excluídos artigos não disponíveis na íntegra, relato de caso e revisões de literatura.

As palavras chaves utilizadas nos indexadores da BVS Prevenção, Doenças Ocupacionais, Hospital e Material Biológico, seguiram a descrição dos termos do DESC (descritores em ciências e saúde) e foram combinados utilizando-se o operador booleano AND.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 1: Fluxograma.



Fonte: Pesquisadores Responsáveis, 2018.

Entre os acidentes de trabalho que ocorrem em instituições hospitalares destacam-se os ferimentos com perfuro cortantes, que representam um grave problema, tanto pela frequência com que ocorrem, como pela repercussão que representam sobre a saúde desses trabalhadores (FENGLER; STUMM; COLETE, 2016). Desse modo, cria-se a necessidade de uso correto das medidas de biossegurança, a fim de reduzir os índices de acidentes ocasionados por esses tipos de materiais.

Tabela 1. Resultados obtidos pela análise dos artigos

AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS
BARBOZA <i>et al</i> , 2016.	Identificar a percepção dos profissionais de enfermagem acerca da exposição aos riscos biológicos em sua atividade laboral e a sua adesão frente aos EPIs em um Hospital de grande porte, no município de Pelotas (RS). Com 10 participantes.	Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado em um Hospital de médio porte no município de Pelotas (RS). Inicialmente foi realizado o levantamento junto ao CCIH do hospital estudado, a unidade hospitalar com maior número de acidente de trabalho notificados, envolvendo material biológico, no ano de 2009, pela equipe de enfermagem.	Observou-se que os trabalhadores reconhecem o risco biológico e demonstram conhecimento quanto à importância do uso de EPIs, porém não aderem a todos os equipamentos por considerá-los desconfortáveis ou em condições inadequadas para o uso. A luva foi destacada como o EPI mais usado pela equipe de enfermagem neste estudo, já os óculos, a máscara e o avental também foram citados, mas com menor ênfase.
CARVALHO <i>et al</i> , 2016	Caracterizar as exposições ocupacionais envolvendo material biológico segundo as fichas de comunicado de acidente de trabalho de um hospital público brasileiro de referência em doenças infecciosas	Estudo retrospectivo descritivo, com abordagem quantitativa com 117 participantes.	65,8% das exposições ocorreram entre técnicos de enfermagem, pela via percutânea (59,8%); envolvendo sangue (58,1%); o material utilizado foi agulha oca (42,7%).
FENGLER <i>et al</i> , 2016	Comparar os acidentes de trabalho com perfuro cortantes antes e após a implementação de dispositivos de segurança.	Trata-se de um estudo transversal, quantitativo, tipo antes-e-depois e retrospectivo, cuja coleta de dados foi realizada em um hospital da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Para auxiliar criou-se um instrumento para coleta de dados. Foram coletados dados referentes ao período de março de 2012 a abril de 2014.	Foram notificados 27 acidentes de trabalho com perfuro cortantes, no período de coleta de dados, sendo 22(81,4%) acidentes antes do uso destes materiais com dispositivo de segurança (ADS) e cinco (18,5%) acidentes após (DDS).

CAMILO <i>et al</i> , 2015	Analisar a ocorrência e as características dos acidentes com material biológico em um hospital oftalmológico no nordeste do Brasil.	Estudo transversal, com análise retrospectiva dos dados dos pacientes, realizada por meio de um levantamento dos acidentes com material biológico notificados à Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) com uma amostra de 34 pessoas	Onde 15 (44,1%) foram auxiliares/técnicos de enfermagem, 8 (23,5%) com instrumentadores, 5 (14,7%) com médicos em treinamento, 4 (11,8%) com médicos formados e 2 (5,9%) com equipe de profissionais de limpeza.
LUIZE <i>et al</i> , 2015	Descrever as condutas relatadas pelos profissionais de enfermagem de um hospital especializado em oncologia do interior paulista após exposição a material biológico.	Realizou-se um estudo de corte transversal com 441 integrantes da amostra.	82 (18,6%) referiram ter sofrido exposição nos últimos doze meses. Ressalta-se que 47 (57,3%) profissionais notificaram o acidente oficialmente e procuraram atendimento clínico especializado. O motivo mais frequentemente relatado pelos sujeitos que não adotaram nenhuma conduta (72,1%) foi considerá-la desnecessária
JUNIOR <i>et al</i> , 2014	Identificar o perfil dos profissionais envolvidos em acidentes com instrumentos perfuro-cortantes em hospital referência no interior do Tocantins.	Trata-se de um estudo retrospectivo com coleta de dados no serviço de vigilância epidemiológico do hospital, a partir do início de notificação obrigatória, com uma amostra de 114 pessoas.	Onde 34(30%) eram homens e 80(70%) mulheres, os técnicos de enfermagem foram os mais acometidos (n=56; 49%). Em relação ao material orgânico, o sangue foi o mais prevalente (77%). Os acidentes ocorreram principalmente durante procedimento cirúrgico (n=40; 35%) e a agulha com lúmen foi o principal agente (54,4%).
ROCHA <i>et al</i> , 2014	Avaliar o conhecimento dos profissionais de saúde que atuam em unidades hospitalares sobre biossegurança.	Trata-se de um estudo transversal, observacional, prospectivo e descritivo, composto por uma amostra de 63 questionários respondidos por profissionais da área de saúde, envolvendo 25 técnicos de enfermagem, 8 fisioterapeutas, 14 enfermeiros, 1 médico, 1 odontólogo e 1 nutricionista.	Foi observado que 72% dos trabalhadores tem consciência e identificam os riscos e que estão expostos, sabem definir equipamentos e práticas seguras. 80% afirmam utilizar equipamentos de proteção individual sempre e independente do diagnóstico, porém em níveis distintos de conhecimentos visto que apenas 61% tiveram treinamento sobre o tema, gerando uma insuficiência nas práticas da biossegurança.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Uma das formas de evitar acidentes com maiores proporções é o uso de equipamento de proteção individual (EPI), que constitui uma barreira protetora para o trabalhador, pois reduz efetivamente os riscos. Contudo, os profissionais de saúde relatam que a rapidez na execução das tarefas, que muitas vezes induz o trabalhador a um fazer repetitivo sem o adequado planejamento, o desconforto visto que o EPI pode vir a atrapalhar a agilidade no procedimento, bem como a falta de disciplina, contribuem há o não uso do EPI, negligenciando os riscos biológicos (BARBOZA *et al*, 2016).

Os autores corroboram sobre a importância das medidas de biossegurança na prevenção de doenças ocupacionais no ambiente hospitalar, sugerindo maior rigor na supervisão do uso de equipamentos de proteção específica, bem como o treinamento e conscientização a respeito da utilização das medidas de prevenção de riscos ocupacionais.

CONCLUSÃO

Após a análise das bibliografias foi possível concluir-se, que as medidas de biossegurança são importantes na prevenção de doenças ocupacionais no ambiente hospitalar, no entanto, há necessidade de maior conscientização dos profissionais sobre o uso destes equipamentos afim de diminuir a incidência destas patologias. Logo se sugere novas pesquisas sobre a temática proposta, visto que há necessidade de mais evidências científicas.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, M. C. N.; ALMEIDA, M. S.; RODEGHIERO, J. B. H.; LOURO, V. A.; BERNARDES, L. S.; ROCHA, I. C. Riscos biológico e adesão a equipamentos de proteção individual: percepção da equipe de enfermagem hospitalar. **Rev. Pesq. Saúde**. Mai-Ago, 2016.

CAMILO, E. N.R.; ARANTES, T. E. F.; HINRICHSEN, S. L. Análise epidemiológica dos acidentes com material biológicos em um hospital oftalmológico. **Rev. Bras. Oftalmol.** 2015.

CARDOSO, T. A. O.; COSTA, F. G.; NAVARRO, M. B. M. A. Biossegurança e desastres: conceitos, prevenção, saúde pública e manejo de cadáveres. **Physis - Revista de Saúde Coletiva.** Out-dez, 2012.

CARVALHO, P. C. F.; JANUARIO, G. C.; LOPES, L. P.; REIA, P. C.; MALAGUTI, S. E. T. Exposição a material biológico envolvendo trabalhadores em hospital especializado em doenças infecciosas. **Revista Baiana de Enfermagem.** Salvador: Jul-set, 2016.

FENGLER, A. C.; STUMM, E. M. F.; COLETE, C. F. Acidentes de trabalho pré e pós-implementação de dispositivos de segurança em materiais perfurocortantes hospitalar. **Rev. enferm. UFPE on line.** Recife: Set, 2016.

GALLAS, S. R.; FONTANA, R. T. Biossegurança e a enfermagem nos cuidados clínicos: contribuições para a saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Set-Out, 2010.

GARCIA, R. A. M.; PASSOS, D. M. B. R.; REIS, A. T. Biossegurança e controle de infecções. **Rev. Enferm. UFPE on line.** Fev, 2016.

JUNIOR, E. P. S. J.; BATISTA, R. R. A. M.; ALMEIDA, A. T. F.; ABREU, R. A. A. Acidente de trabalho com material perfurocortante envolvendo profissionais e estudantes da área da saúde em hospital de referência. **Rev. Bras. Med. Trab.** 2015.

LUIZE, P. B.; CANINI, S. R. M. S.; GIR, E.; TOFFANO, S. E. M. Conduas após exposição ocupacional a material biológico em um hospital especializado em oncologia. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis: Jan-Mar, 2015.

LUZ, R. F. C.; BERETTA, A. L. R. Z. Acidentes de trabalho com material biológico no setor hospitalar. **RBAC.** 2016.

NOWAK, N. L.; CAMPOS, G. A.; BORBA, E. O.; ULBRICHT, L.; NEVES, E. B. Fatores de risco para acidentes com materiais perfuro cortantes. **O Mundo da Saúde.** São Paulo, 2013.

REZENDE, L. C. M.; LEITE, K. N. S.; SANTOS, S. R.; MONTEIRO, L. C.; COSTA, M. B. S.; SANTOS, F. X. Acidentes de trabalho e suas repercussões na saúde dos profissionais de enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem.** Salvador: Out-dez, 2015.

ROCHA, F. C. S.; MENESES, R.; CERQUEIRA, T. C. F.; BERGAMASCO, M. T. R.; CACAU, L. A. P.; MAYNARD, L. G. Conhecimento de biossegurança por profissionais de saúde em unidades hospitalares. **Cadernos de Graduação - Ciências biológicas e da saúde Unit**. Aracaju: Mar, 2014.

RODRIGUES, L. M. C.; SILVA, V. K. B. A.; SILVA, C. C. S.; MARTINS, M. O. Biossegurança na atenção à saúde da família: a percepção dos trabalhadores de enfermagem. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**. Jan-Mar, 2014.

SARQUIS, L. M. M.; BAPTISTA, P. C. P.; MININEL, V. A.; SILVA, F. J.; FELLI, V. E. A. Exposição ao material biológico: consequências para os profissionais de enfermagem. **Cienc. Cuid. Saúde**. Out-Dez, 2013.

SILVA, W. L.; RESENDE, F. A.; CAMPOS, L. C. **Biossegurança no laboratório de análises clínicas: uma abordagem no laboratório do Hospital Municipal no interior de Minas Gerais**. 2016.

SOUSA, A. F. L.; QUEIROZ, A. A. F. L. N.; OLIVEIRA, L. B.; MOURA, M. E. B.; BASTISTA, O. M. A.; ANDRADE, D. Representações sociais da Enfermagem sobre biossegurança: saúde ocupacional e o cuidar prevencionista. **Rev. Bras. Enferm**. Set-Out, 2016.

A PSICOLOGIA EM CONTEXTO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO CANUDOS¹

Jonanthan Costa Araújo²
Disraeli Reis da Rocha Filho³

RESUMO

A prática da psicologia imersa no contexto de extensão universitária por meio do Projeto Canudos, mostra a preocupação e a articulação da Psicologia com o campo comunitário e o seu compromisso com as estruturas coletivas por meio de um trabalho biopsicossocial e interdisciplinar, desenvolvendo práticas nos campos sociais e comunitários, veste a preocupação as questões sociais e suas demandas, desconstruindo práticas tradicionais, restritivas, excludentes e elitizadas. Dessa forma esse relato visa trazer um olhar acerca da necessidade de mais psicólogos estarem inseridos nesse contexto. A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho constituiu em um Relato de Experiência, cujos resultados e discussão têm por finalidade proporcionar uma discussão crítica acerca das práticas da psicologia como campo prático e a sua importância frente a trabalhos de extensão universitária, de viés social, assim como sua atuação nas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: atenção à saúde, saúde pública, psicologia comunitária.

INTRODUÇÃO

No decorrer do processo de evolução da Psicologia como campo de atuação, várias modificações foram ocorrendo, tanto na sua prática quanto nas demandas atendidas, passou a levar em conta fatores socioculturais e históricos. Segundo Gonçalves e Portugal (2016), essas modificações vieram por meio da mudança de clientela e do foco da psicologia, passando a ter profissionais engajados com questões sociais e mobilizados a reinventar metodologias de trabalho. Essas mudanças entram também em conformidade com a Lei 8080, que assegura a todos “condições para a

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação do 9º semestre do Curso de Psicologia na UNIFSA. E-mail: jonanthanaraujo@gmail.com

³ Enfermeiro, docente no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Mestre em Enfermagem pela UFPI. E-mail: disraelerocha@gmail.com

promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes”, possibilitando a desconstrução de práticas tradicionais, restritivas e elitizadas.

A Saúde Pública no Brasil, conforme Carvalho (2013) perpassou por diversos caminhos até alcançar o Sistema Único de Saúde – SUS, que assegura a Saúde como direito de todo cidadão e dever do Estado. Entretanto é comum a ausência desse dever em muitas realidades brasileiras, para amenizar essas situações surgem variadas manifestações civis. O Projeto Canudos é uma dessas organizações civis que presta assistência a comunidades carentes. Essa etapa foi realizada no sertão baiano no município de Canudos, berço de Antônio Conselheiro e nacionalmente conhecido devido a Guerra de Canudos.

O presente estudo se justifica frente contribuição dos relatos de experiência para a comunidade científica acerca das práticas em psicologia social/comunitária no Projeto de Extensão Universitário Canudos-Ba, assim como ajudar futuros extensionista e/ou profissionais engajados na área social.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em um estudo descritivo, tipo relato de experiência, vivenciado por um docente de Psicologia, através de um Programa de Extensão Universitária do Centro Universitário Santo Agostinho no Projeto Canudos. As atividades foram desenvolvidas com diferentes faixas etárias divididos em atendimentos individuais, nas visitas domiciliares e na orientação a professores. O cenário desse estudo foi o em três povoados do Município de Canudos-Bahia, sendo Canudos Velho, Rasinho e Rio do Vigário. Os atendimentos e atividades foram desenvolvidas com moradores do Município de Canudos-BA., em três povoados, Rasinho, Canudos Velho e Rio do Vigário. Os trabalhos tinham duração das 08 horas às 19 horas em média, durante os dias 28 de junho a 06 de julho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os trabalhos desenvolvidos nas práticas da psicologia dentro do Projeto Canudos foram divididos em três atividades, sendo elas: atendimento individual, Visita Domiciliar e Orientação a Professores (vide tabela).

Tabela 01. Descrição das formas de atendimentos e da quantidade de usuários por atendimento

FORMA DE ATENDIMENTO	NÚMERO DE USUÁRIOS
Atendimento Individual	07
Visita Domiciliar (VD)	04 famílias
Orientação a Professores	30 professores

Fonte: Pesquisa direta

Os atendimentos individuais tiveram como propostas, promoção e prevenção da saúde mental, por meio de um acolhimento, que começava já com as triagens feitas por outros voluntários de outras áreas acadêmicas. Estruturados conforme o tempo de cada atendimento, sendo dividido por sessões que em média duravam cerca de cinquenta minutos para cada usuário, podendo se estender mediante a complexidade de cada demanda. As propostas individuais não tiveram objetivo de resolver todas as demandas dos usuários do serviço, visto que não se tratou de um processo psicoterápico, dessa forma o foco das atividades advinha da subjetividade das demandas de cada usuário e de suas individualidades, não cabia nada além de uma escuta cuidadosa, empática e rica em atenção, quando necessário se fazia orientações e aconselhamentos psicológicos, utilizando técnicas e dinâmicas consolidadas na Psicologia.

Dentre todos os processos técnicos e as dinâmicas utilizadas no decorrer dos atendimentos a mais utilizada foi uma técnica da abordagem Cognitivo-Comportamental chamada Psicoeducação. Esse processo “[...] é uma intervenção psicoterapêutica a qual tem como objetivo focar mais as satisfações e ambições

relacionadas aos objetivos almejados pelo paciente do que uma técnica voltada para curar determinada doença” (LEMES; NETO, p. 18, 2017 *apud* AUTHIER, 1977). Segundo esse autor o foco dessa técnica é dar ao usuário as capacidades de entender, por meio da (re)educação de um transtorno, um sintoma ou emoções e assim conseguir lidar de forma positiva, permite uma prevenção eficaz e com resolubilidade.

Essa técnica fora bastante utilizada devido aos recorrentes casos de crises de ansiedade, “borboletas no estômago”, “suor frio”, ao nervosismo e insônia relatados na maior parte dos casos atendidos. Em todos esses foram feitos da Psicoeducação sobre a ansiedade como sendo uma emoção biológica e inata do ser humano, tomando como base o DSM-V (2014) que diferencia o transtorno de ansiedade do medo e ansiedade adaptativa pelo grau, persistência e duração dos sintomas. Porém, em nenhum dos casos houve suspeitas de Transtornos Ansiosos, por não se encaixarem nos critérios diagnósticos do DSM-V ou CID-10.

Outra atividade desenvolvida foram as Visitas Domiciliares (VD), tomando como base as práticas já realizadas pelos agentes do Programa Saúde na Família. O Caderno de Atenção Domiciliar, produzido pelo Ministério da Saúde (2012), traz o trabalho da equipe de assistências a atenção domiciliar como uma atenção “substitutiva ou complementar”, que funciona como um trabalho complementar a outros meios de assistência à saúde promove ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em saúde, dando continuidade do cuidado para que não existam rupturas no cuidado prestado que já está inserido ao serviço e integra o usuário e sua família às Redes de Atenção à Saúde ofertados pelo SUS e pelo SUAS.

O trabalho das VD's foi realizado em grupo interdisciplinar e multiprofissional, onde por meio de um olhar multifocal proporcionado por uma metodologia de trabalho mais voltada à interdisciplinaridade proporcionando aos voluntários que participam dos grupos de VD, uma maior compreensão acerca do sujeito tomando não apenas um único saber, de uma determinada área do conhecimento, por entender que estas, diante das

suas visões de homem e de suas correntes teóricas acabam por reduzir, em certo sentido, o homem a sua própria visão. Dessa forma, conforme é:

“[...] é conceituada pelo grau de integração entre as disciplinas e a intensidade de trocas entre os especialistas; desse processo interativo, todas as disciplinas devem sair enriquecidas. Não basta somente tomar de empréstimo elementos de outras disciplinas, mas comparar, julgar e incorporar esses elementos na produção de uma disciplina modificada” (COSTA, p. 109, 2007).

Desse modo, um trabalho interdisciplinar proporciona aos sujeitos uma nova metodologia prática, relacionado o conhecimento de diferentes áreas da saúde como forma de analisar e obter dados mais variados acerca da família visitada e dos indivíduos nela imerso e dessa forma poder auxiliar de forma mais efetiva, visto a família está imersa em um sistema que não é unitário, mas complexo e variado. O grupo de VD-II do Projeto Canudos trabalhou de forma multiprofissional, por conter um acadêmico de psicologia (UNIFSA), uma acadêmica de Enfermagem (UNIFSA), duas de medicina (Faculdade de Medicina do ABC), uma de nutrição (UNIFSA) e um orientador formado em Educação Física (UNIFSA).

A interdisciplinaridade se deu, no grupo de VD-II, na medida em que um estudante ia complementando e auxiliando os outros de áreas diferentes a compreender as demandas que iam surgiam no decorrer dos relatos apresentados pelos familiares, a atuação da psicologia se deu na medida em que se percebia a variedade das demandas, reconhecendo o campo da saúde como vasto e complexo e dessa forma dando bases a uma intervenção que fosse imediata e com foco nos sujeitos.

O principal aspecto positivo da atuação em equipe é a possibilidade de colaboração de várias especificidades que denotam conhecimentos e qualificações distintas (CAMON, p. 177, 2011). Ainda segundo Camon (2011), esse mesmo aspecto de trabalho em equipe frente a várias especificidades também pode ser um gerador de estresses e conflitos, onde por vezes através dessa variedade de conhecimentos e

saberes podem vir a dificultar a compreensão mútua e a uniformidade de uma dada tarefa.

Entretanto, diante desse quadro de prática interdisciplinar, a psicologia muito pôde contribuir com a equipe tomando como foco uma escuta empática, apurada e na observância dos meandros que surgiam dos pequenos gestos e falas e disso se analisar questões/conflitos que a ficha de dados a ser coletados não abarcava de forma clara e nem os outros acadêmicos estavam, por conta da sua própria formação, acostumados a desenvolver dentro daquela anamnese. A análise de pequenos gestos pôde fazer com que o grupo percebesse em uma de suas visitas uma demanda de violência física que uma mulher de uma das famílias visitadas sofreu de um ex-marido e que ainda estava a lhe provocar sérios conflitos e crises de ordem emocional.

O trabalho interdisciplinar não é apenas um inserir-se no contexto de grupo multiprofissional, mas de interagir, readequações e adaptações de conteúdos já aprendidos com novos que surgem dessa troca sempre buscando beneficiar as famílias e suas demandas (CAMON, 2011). Dentro do Grupo VD-II essa troca muito foi observada, onde por meio do próprio relato de uma das alunas de medicina, pôde ter aprendido uma forma menos objetiva e pragmática de realizar a anamnese preestabelecida pelo projeto, que de certa forma se tornava, em alguns contextos, invasiva frente aos questionamentos, onde por meio da troca com o acadêmico de psicologia, novas formas mais sutis, focadas num discurso mais subjetivo, adentrando na história da família e por meio de um diálogo conseguir as informações necessárias para a anamnese, porém de forma mais descontraída e informal.

CONCLUSÃO

Diante da experiência vivida em Canudos – Bahia, por meio do Projeto Canudos, foi possível perceber a relevância da psicologia em contexto de saúde pública, tendo em vista que por meio dos diversos atendimentos, seja os individuais ou coletivos realizados

tiveram como propostas, promoção e prevenção da saúde mental, por meio de um acolhimento, da escuta empática, por vezes realizando orientações psicológicas e por meio da realização de atividades interdisciplinaridade contribuíram de forma imprescindível na promoção da assistência e suporte em saúde. Esse relato serve de subsidio futuro para os novos acadêmicos que por ventura se aventurem nas extensões universitárias ou profissionalmente nas áreas sociais e comunitárias.

REFERÊNCIAS

Brasil – **Legislação: CF; Leis 8.080 e 8.142; LC 141.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CARVALHO, G. A saúde pública no Brasil. **Rev. Estudos Avançados.** São Paulo, SP. Vol. 27, N. 78, p. 07-26, 2013.

COSTA, R. P. Interdisciplinaridade e equipes de saúde: concepções. **Ver. Mental.** Barbacena, MG. Ano V, n. 8, p. 107-124, jun. 2007.

DSM-V – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento; ed. 05, Porto Alegre: Artmed, 2014.

GONÇALVES, M. A. & PORTUGAL, F. T. Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. **Psicologia & Sociedade.** Rio de Janeiro, 28(3), 562-571, 2016.

LEMES, C. B.; NETO, J. O. Aplicações da Psicoeducação no Contexto da Saúde. Trends in Psychology / **Temas em Psicologia.** Porto Alegre, RS. Vol. 25, nº 1, 17-28, Março 2017.

Camon, V. A. A. (org.) Psicologia da Saúde: um novo significado para a prática clínica. Ed. 2, São Paulo: Cengage Learning, 2011.

IMPLICAÇÕES DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM¹

Marianne Raquel Bonfim Borges²

Francisca Cindy de Sousa Albuquerque²

Larissa Raynara Bandeira Barros Costa³

Maria Merciane Medeiros do Nascimento Ferreira⁴

Maria Nillane da Silva⁵

Liana Dantas da Costa e Silva Barbosa⁶

RESUMO

O presente trabalho objetiva as complicações do esgotamento profissional, frente às condições insuficientes de trabalho e situações psicossociais. Devida à exaustão psíquica e a sobrecarga de função, o favorecimento da decorrência da Síndrome de Burnout em profissionais da Enfermagem que encaram frequentemente pacientes com desordem física e/ou mental, propiciando um envolvimento emocional com os enfermos, onde há uma exigência de cuidados de forma intensiva e prolongada, além da falta de equipamentos adequados para a utilização em procedimentos, causando uma exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização profissional. Exige-se a implementação de ações que tratem da saúde ocupacional em hospitais para os profissionais, assim como a, fiscalização referentes a atendentes sem uso adequado de materiais e atendimentos psicológico para enfermeiros periodicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Burnout, Enfermagem, Profissionais.

INTRODUÇÃO

O profissional de Enfermagem possui uma jornada de trabalho envolvendo mais de um vínculo empregatício, ocasionando uma sobrecarga de tarefa, podendo ser fonte

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, E-mail: marianebonfim2@hotmail.com

³Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, E-mail: f_cindy@outlook.com

⁴Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, E-mail: lraynara903@gmail.com

⁵ Graduada do Curso de Enfermagem- UNIFSA, E-mail: mercymed123@outlook.com

⁶ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, E-mail: marianillane12@gmail.com

⁶ Psicóloga especialista em Psicologia Clínica e Saúde Mental, Doutora em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde- UNIFSA, E-mail: dantaslina@bol.com.br

de adoecimento físico e mental. Devido ao contato direto com o paciente e seus familiares, acabam evidenciando situações envolvendo desgaste, a partir do quadro de angustia, sofrimento ou óbito de enfermos, acarretando o aparecimento da Síndrome de Burnout (SB).

A Síndrome de Burnout acomete profissionais que desenvolvem uma interação com clientes. Isso se torna cada vez mais um processo de exaustão interpessoal que se depara com condições impróprias no hospital, causando revolta pela falta de equipamentos adequados para os procedimentos. Esse desgaste ocorre por meio da falta de controle, carga horária extensa, remuneração baixa, reconhecimento insuficiente no seu trabalho e questões psíquicas (FRANÇA; FERREIRA 2012).

O desenvolvimento dessa doença envolve fatores individuais e laborais, sendo, portanto, multicausal, acarretando no seu principal sintoma, o estresse crônico, podendo progredir para ataques de pânico e depressão. Por se tratar de um distúrbio psíquico, muitas instituições empregadoras ignoram a saúde mental dos seus funcionários, insistindo apenas na capitalização do trabalho de seus empregados (SATO-RODRÍGUEZ; PÉREZ-FERNANDEZ 2015).

O objetivo desse estudo é analisar as complicações psicossociais, ressaltando as condições de trabalho existentes e as condições psíquicas que interferem na interação enfermeiro-paciente.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática, para obter conhecimentos sobre o assunto abordado, a partir do levantamento e avaliação dos dados, análise e interpretação de artigos contidos de bases de dados e apresentação da problemática. Durante a revisão sistemática, foram encontrados 636 artigos, utilizando a combinação dos descritores: Burnout, Enfermagem e Profissionais. Usou-se como seleção para os critérios de inclusão, artigos indexados de 2012 a 2015, disponibilizados

na íntegra (texto completo) e resumos simples, nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Os demais artigos excluídos equivalem a pesquisas que não são relacionados com a temática e os objetivos do estudo.

O levantamento de dados foi realizado pelo banco de dados online, no mês de setembro de 2018, através de pesquisas indexadas na BVS (Biblioteca Virtual de Saúde). Utilizaram-se as bases de dados online: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System* on-line (MEDLINE) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A incidência de jovens que ingressam na vida profissional e apresentam Síndrome de Burnout, são ocasionadas pela falta de autoconfiança, à hierarquia (dificultado a comunicação) e o desleixo de profissionais com maior tempo de profissão. Os novos enfermeiros chegam com uma perspectiva de mudança, que logo é abalada pela conformidade de profissionais mais experientes, causando frustração técnica. Tal desgaste é sinal de uma alteração no ambiente, revelando mais sobre o ambiente de trabalho, do que dos próprios trabalhadores (FRANÇA, *et al.* 2012).

Outro fator abordado na literatura existente é a, sobrecarga de trabalho, em que, muitos profissionais apresentam mais de um vínculo empregatício e a dificuldade em conciliar essas funções, leva a uma alienação e apatia de seus trabalhadores com dupla jornada de trabalho. Esses profissionais relatam que se sentem exaustos, referindo a um estado de fadiga diária e encontra-se com os recursos internos reduzidos para enfrentar situações que envolvem desgaste físico ou mental, devido às condições insalubres de trabalho (FRANÇA, *et al.* 2012).

Cansaço e exaustão emocional estão correlacionados com o envolvimento afetivo com o paciente e seus familiares, comprometendo o diálogo profissional, fatores

apontados como o estopim para uma possível depressão, confirmado depois de perdas de pacientes, afetando o convívio social e familiar.

A interação enfermeiro-paciente se baseia nas formas do cuidar do enfermo, desde a fase inicial da vida. Muitos profissionais por terem contato direto, terminam envolvendo-se com os sentimentos do paciente, a partir dessa afeição, o profissional se submete ao apego emocional, baseando suas crenças na recuperação do paciente e frustrando-se no meio de uma perda. Quando o corpo ou a mente sofrem, a pessoa é afetada em sua totalidade e muitos enfermeiros não se observam com a síndrome de Burnout, causando sentimento de repudia quando alguém tenta lhe informar (SILVA, *et al.* 2015).

A despersonalização está relacionada com a falta de treinamento regular da equipe, afetando diretamente a população, devido ao alto nível de tensão existente, afetando a agilidade frente aos problemas presentes. Essas atitudes refletem conduta negligenciada e de acordo com o Código Penal são crimes de ofensa à integridade física por negligência ou de homicídio por negligência (PAI, *et al.* 2015).

Os padrões predispostos nos hospitais facilitam a diminuição da autonomia, uma vez que os controles de situações não estão baseados nas suas decisões, afetando suas atividades, por não se sentirem suficientes, causando adoecimento mental. Estudos revelam, que enfermeiros se sentem restringidos frente à autonomia medica, por causa da necessidade de respeitar a hierarquia existente.

No presente estudo houve um maior número de artigos no ano de 2015, com abordagens voltadas para a depressão correlacionadas a Síndrome de Burnout, seguida do ano de 2012 com dois artigos. A metodologia que mais se destacou foi a quantitativa, por causa do seu grande número de dados, extraído de uma quantidade maior de pessoas. Com relação aos periódicos das produções científicas pode-se notar que houve uma predominância de artigos na Revista Escola de Enfermagem da USP e Acta Paulista de Enfermagem, duas publicações em cada revista. Em relação ao local do estudo

relacionado à temática, São Paulo apresentou cinco artigos, Barcelona um artigo e Brasília um artigo.

CONCLUSÃO

O estudo aponta uma série de problemas aos profissionais de Enfermagem ao esgotarem-se em âmbito de trabalho, ressaltando as causas e as consequências decorrentes da Síndrome de Burnout, salientando que o tema servirá de objeto para outros estudos por tratar-se de um tema bastante amplo e que visa à compreensão sobre o esgotamento e a sobrecarga de trabalho de profissionais da Enfermagem gerando assim, uma síndrome que pode ser minimizada se tratada por uma abordagem de debate que possibilitar a diminuição do desenvolvimento da doença.

Exige-se a implementação de saúde ocupacional em hospitais para os profissionais existentes, havendo a identificação de sinais e sintomas precoces referentes à síndrome de Burnout, para a realização de avaliação, detecção, tratamento e reabilitação psicossocial relacionado com o estresse psicofísico e sobrecarga de trabalho, objetivando qualidade de vida do trabalhador e oferecendo para os funcionários bem-estar tanto físico, quanto emocional, em um ambiente de trabalho propício.

Em seu cotidiano de trabalho, o enfermeiro apresenta uma sobrecarga intensa por ser responsável pelo bom funcionamento do serviço à assistência de Enfermagem, onde está supervisionando os técnicos e auxiliares de Enfermagem, e com essa responsabilidade acaba sendo mais cobrado diariamente pela administração do hospital, pelos médicos, pelos próprios colegas de profissão, e pelo o atendimento ao cliente. Na maioria das vezes tornando-se mais vulnerável pela pressão constante no âmbito de trabalho, acarretando um estresse crônico.

A administração do hospital deve proporcionar condições de melhorias para que o enfermeiro possa desenvolver suas habilidades e suas potencialidades, abrangendo

sua sistematização ao cuidado, promovendo auto realização na sua profissão com mais segurança e capacitação mental, abordando meios de comunicação que divulgam informações e desenvolvendo estudos sobre a SB.

Desse modo, que a Síndrome de Burnout é o acometimento gerado pelo desequilíbrio da interação entre o trabalho, o trabalhador e o cliente onde juntas são negativas, esclarecendo que a saúde e o bem-estar do profissional em seu âmbito de trabalho devem ser repensados com cautela, pois a qualidade de vida está direcionada com a satisfação do bem-estar profissional.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, N. N.; LUCCA, S. R. Síndrome de burnou em técnicos de Enfermagem de um hospital público do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.18, n.1, p 68-79, 2015.

FRANÇA, F. M.; FERREIRA, R. Síndrome de Burnout e os aspectos sócio-demográficos em profissionais de Enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.25, n.5, p. 743-748, 2012.

FRANÇA, S. P. S. *et al.* Preditores da Síndrome de Burnout em enfermeiros de serviço de urgência pré-hospitalar. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.25, n.1 ,p 68-73, 2012.

PAI, D. D. *et al.* Violence, Burnout and Minor Psychiatric Disorders in Hospital Work. **Revista Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v.49, n.3, p. 457-464, 2015.

SILVA, D. S. D. *et al.* Depression and suicide risk among nursing professionals: an integrative review. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, v.49, n.6, p.1023-2031, 2015.

CONTRIBUIÇÕES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NA EFETIVAÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM¹

Ludymila Freitas de Amorim²
Grace Kelly Lima da Fonseca³
Adriele Dantas do Val Silva⁴
Dean Douglas Ferreira de Olivindo⁵

RESUMO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) visa diminuir o índice de mortalidade masculina no país através de estratégias que melhorem a qualidade de vida dessa população, alinhada com a Estratégia Saúde da Família (ESF), pois entende-se que muitos agravos poderiam ser evitados caso os homens realizassem, com regularidade, as medidas de prevenção primária. Objetiva-se buscar na literatura evidências relacionadas a analisar as contribuições da ESF na efetivação da PNAISH. Trata-se de um estudo de revisão da literatura, descritivo e com abordagem qualitativa, realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores Saúde do Homem e Estratégia Saúde da Família. Após os critérios de inclusão e exclusão, selecionaram-se 13 artigos para análise e discussão. Os resultados encontrados, segundo a perspectiva conceitual analisada foram: a ausência da população masculina na atenção primária à saúde, motivos pela procura aos serviços de saúde na visão dos gestores das equipes de ESF e dos homens, limitações que impedem a implementação da PNAISH de forma efetiva na atenção primária e desenvolvimento de ações que melhorem a qualidade de vida da população masculina. Concluiu-se que é necessária maior participação da ESF para melhoria da qualidade da assistência à saúde do homem.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do Homem, Estratégia Saúde da Família, Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Discente do curso de bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: ludymilaamorim22@gmail.com

³ Discente do curso de bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: gracekelly.adm8@gmail.com

⁴ Discente do curso de bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: adrieledovale@gmail.com

⁵ Professor do curso de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: dean_olivindo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a expectativa de vida do homem é menor do que a da mulher, isso se deve a vários fatores como violência no trânsito, bebida alcoólica e principalmente pelo fato do homem não dá atenção para a saúde e não realizar consultas médicas com tanta frequência, contribuindo assim para os altos índices de morbimortalidade (BRASIL, 2017).

Diante disso o Ministério da Saúde (MS) criou em 2009 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) que visa diminuir o índice de mortalidade masculina no país através de estratégias que melhorem a qualidade de vida dessa população. Essa política propõe-se facilitar o acesso às ações e aos serviços de assistência à saúde, organizar, implantar, qualificar e humanizar, em todo o território brasileiro, a atenção integral à saúde do homem (BRASIL, 2009).

A PNAISH está alinhada com a Política Nacional de Atenção Básica, pois entende-se que muitos agravos poderiam ser evitados caso os homens realizassem, com regularidade, as medidas de prevenção primária. Mobilizar a população masculina brasileira pela luta e garantia do direito social à saúde é um dos desafios dessa Política, nessa perspectiva buscamos respostas para a seguinte questão de pesquisa: como a estratégia de saúde da família tem contribuído para a efetivação da saúde do homem? Objetiva-se com o estudo descrever e analisar as contribuições da Estratégia Saúde da Família na efetivação da PNAISH.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão da literatura, descritivo e com abordagem qualitativa. A busca dos dados foi realizada no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Como descritores da pesquisa foram utilizadas as palavras Saúde do Homem e Estratégia Saúde da Família. Como critérios de inclusão buscaram-se artigos completos, em português, publicados entre 2011 e 2018, limite masculino, assunto

principal estratégia saúde da família e saúde do homem e com relevância para o estudo. Foram excluídos textos incompletos e duplicados, em outros idiomas e trabalhos publicados antes de 2011. Ao fim da busca, selecionaram-se 13 artigos para análise e discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde 2009, foi implementada no Brasil a PNAISH, destinada a população masculina entre 20 a 59 anos com o intuito de melhorar as condições de saúde dos homens por meio de ações de promoção, prevenção e proteção à saúde, possibilitando o acesso aos serviços de saúde, qualificando e humanizando a atenção integral à saúde do homem (CARNEIRO *et al.*, 2016).

Alguns estudos referem a ausência da população masculina na atenção primária à saúde, tendo em vista que estes serviços, no decorrer do tempo, têm focado e desenvolvido mais ações voltadas a saúde de mulheres, crianças e idosos. O distanciamento dos homens nas unidades básicas de saúde (UBS) pode ser explicado pelo fato destas não realizarem atividades ou programas direcionados especificamente para este público e esses preferirem utilizar serviços que respondem mais rapidamente e objetivamente às suas demandas, como farmácia e pronto socorro (MOURA *et al.*, 2014)

A invisibilidade dos homens nas UBS ocorre principalmente por eles priorizarem o trabalho, colocando as atividades laborais em primeiro lugar, e o cuidado à saúde em segundo plano não restando tempo para frequentar as unidades de saúde em decorrência do ritmo de trabalho ser tão intenso, caracterizando assim, o principal fator para a baixa procura. (SOUSA *et al.*, 2016). Segundo VIEIRA *et al.* (2013) outros motivos pelos quais os homens não procuram os serviços básicos de saúde são a demora no atendimento, vergonha pela exibição do corpo para os profissionais, medo da descoberta de uma patologia grave, estereótipo de gênero de dificultam o autocuidado e não se identificarem alvo do atendimento.

Quando se trata da procura aos serviços de saúde na visão dos gestores das equipes de estratégia da saúde da família, se destacam três motivos principais: a presença de doença aguda ou crônica, busca de medicamentos, tanto prescrição quanto dispensa e situações específicas da saúde do homem, como disfunção erétil, obstrução urinária, suspeita de câncer de próstata, vasectomia e busca de preservativo. Já na visão dos homens entrevistados, a maioria referiu ter buscado por atendimento no último ano pelas seguintes razões: doença aguda (inclui dor repentina), exames de rotina e acidente. Somente um entrevistado relatou busca para exame da próstata e nenhum para medicamento. Evidenciou-se também a procura por saúde mental. (MOURA *et al.*, 2014)

Existem algumas limitações que impedem a implementação da PNAISH de forma efetiva na atenção primária como a falta de programas específicos para a saúde do homem, indisponibilidade de profissionais capacitados para as particularidades da saúde masculina. (SILVA *et al.*, 2012). Como também deficiência de recursos materiais e humanos e falta de interesse do próprio homem em cuidar da sua saúde. (CARNEIRO *et al.* 2016).

Diante disso, se faz necessário o desenvolvimento de ações na estratégia saúde da família que melhorem a qualidade de vida da população masculina como consultas individuais, grupos de educação em saúde que intensifique realização de exames preventivos para neoplasias e patologias crônicas, uso de preservativos, drogas , planejamento familiar, divulgação de exames preventivos, assistência nas empresas fora do horário de expediente, atividades lúdicas e orientações pelos agentes comunitário de saúde (ACS) durante as visitas domiciliares. (JULIÃO; WEIGELT, 2011).

CONCLUSÃO

Constata-se a partir do exposto que a estratégia saúde da família, como porta de entrada do serviço de saúde, não tem contribuído com êxito para a efetivação da saúde do homem.

Diante desse fato ações de saúde em todos os níveis de atenção devem ser realizadas no intuito de reduzir as causas de morbidade e mortalidade na população masculina. É dever da estratégia de saúde da família, como porta de entrada do serviço de saúde, garantir o acesso a uma rede de atenção e linha de cuidados especializados que promova a qualidade de vida da comunidade.

A PNAISH está aliada com a Política Nacional de Atenção Básica, porém, a população masculina brasileira ainda busca os serviços de saúde por meio da atenção especializada. Alterar essa realidade é fundamental, quebrando os estigmas impostos pelo modelo biomédico imposto na cultura nacional, despertando na população masculina maior preocupação com a qualidade de sua saúde e busca dos serviços de saúde com foco na atenção primária, para cuidados em nível preventivo.

Tendo em vista os aspectos observados, é de fundamental importância que a estratégia e saúde da família mude sua postura em relação a saúde do homem. Para que os resultados sejam satisfatórios é preciso que nas unidades tenham profissionais capacitados para atender as particularidades da população masculina e que a equipe desenvolva atividades e programas voltados para esse público que chamem a atenção e facilitem o acesso.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. P. P.; PEREIRA, M. A. Públicos masculinos na estratégia de saúde da família: estudo qualitativo em Parnaíba-PI. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, 2015. Disponível em:<<http://submission.scielo.br/index.php/psoc/article/download/127955/9247>>. Acesso em 31 ago 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 92 p. disponível em:<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/saude_do_homem.pdf>. Acesso em 31 ago 2018.

CARNEIRO, L. M. R.; *et al.* Atenção integral à saúde do homem: um desafio na atenção básica. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 4, p. 554-563, 2016.

Disponível em:<<http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/download/5301/pdf>>. Acesso em 31 ago 2018.

DUARTE, S. J. H.; OLIVEIRA, J. R.; SOUZA, R. R. A Política Saúde do Homem e sua operacionalização na Atenção Primária à Saúde. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, n. 1, p. 308-317, 2012. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5555758.pdf>>. Acesso em 31 ago 2018.

GOMES, R.; *et al.* Os homens não vêm! Ausência e/ou invisibilidade masculina na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 983-992, 2011. Disponível em:<https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232011000700030&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em 31 ago 2018.

JULIÃO, G. G.; WEIGELT, L. D. Atenção à saúde do homem em unidades de estratégia de saúde da família. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 1, n. 2, p. 144-152, 2011. Disponível em:<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reufsm/article/viewFile/2400/1743>>. Acesso em 31 ago 2018.

MARLI Mônica. Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos. 2017. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/%C3%A2%E2%82%AC%C2%A6/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe%C3%A2%E2%82%AC%C2%A6>>. Acesso em 31 ago 2018.

MOURA, E. C.; *et al.* Atenção à saúde dos homens no âmbito da Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 429-438, 2014. Disponível em:<https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232014000200429&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 31 ago 2018.

RADIGONDA, B; *et al.* Avaliação do acompanhamento de pacientes adultos com hipertensão arterial e ou diabetes melito pela Estratégia Saúde da Família e identificação de fatores associados, Cambé-PR, Brasil, 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, p. 115-126, 2016. Disponível em:<https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S2237-96222016000100115&script=sci_arttext>. Acesso em 31 ago 2018.

SILVA, P. A. S.; *et al.* A saúde do homem na visão dos enfermeiros de uma unidade básica de saúde. **Esc Anna Nery**, v. 16, n. 3, p. 561-8, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ean/v16n3/19>>. Acesso em 31 ago 2018.

SOUSA, A. R.; *et al.* Homens nos serviços de Atenção Básica à Saúde: repercussões da construção social das masculinidades. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 30, n. 3, 2016. Disponível

em:<https://portalseer.ufba.br/index.php/Enfermagem/article/download/16054/pdf_76>. Acesso 31 ago 2018.

SOUSA, A. R.; *et al.* Homens nos serviços de Atenção Básica à Saúde: repercussões da construção social das masculinidades. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 30, n. 3, 2016. Disponível

em:<https://portalseer.ufba.br/index.php/Enfermagem/article/download/16054/pdf_76>. Acesso em 31 ago 2018.

VIEIRA, K. L. D.; *et al.* Atendimento da população masculina em unidade básica saúde da família: motivos para a (não) procura. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 120-127, 2013. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/pdf/1277/127728366017.pdf>>. Acesso em 31 ago 2018.

XAVIER, S. Q.; *et al.* Grupos de educação em saúde: aproximação da população masculina à unidade básica de saúde. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/5057/505750946016/>>. Acesso em 31 ago 2018.

CÂNCER TIREOIDIANO INFANTO-JUVENIL REVISÃO DE LITERATURA¹

Alanna Nascimento Alvarenga²

Cinara Lima Visgueira³

Geovana Moura Nogueira⁴

Maria do Amparo Veloso Magalhães⁵

RESUMO

O câncer tireoidiano é considerado uma neoplasia muito rara na faixa etária infanto-juvenil, sendo que o sexo feminino é o alvo mais recorrente de apresentação desta neoplasia e quando descobertas já está em período avançado de metástases a distância. No entanto, esta faixa etária apresenta bom prognóstico. Por ser um câncer muito raro, não há muitos relatos na literatura. OBJETIVO: Descrever o câncer tireoidiano em crianças e adolescentes. MÉTODO: O estudo será realizado através de um levantamento bibliográfico dos artigos em estudo dos últimos 17 anos, tendo como objetivo descrever o câncer de Tireoide em crianças e adolescentes. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Nesta faixa etária o tumor se manifesta de modo assintomático, resultando em um diagnóstico tardio, fazendo com o que está patologia seja agressiva para o paciente. No entanto, não há relatos de óbito na literatura. CONCLUSÃO: O câncer de tireoide em crianças e adolescentes se comporta de maneira agressiva, no entanto, por terem um bom prognóstico diminui a incidência de óbito dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Carcinoma, Tireoide.

INTRODUÇÃO

O câncer na definição científica faz referência ao termo neoplasia, de modo específico aos tumores malignos, sendo uma doença com características de malignização (transformação) de células normais (ALMEIDA, 2005).

O termo Infanto-juvenil refere-se ao mesmo tempo, ao período da infância, da adolescência e da juventude e o art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

³ Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁴ Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁵ Doutorado em Biologia Celular e Molecular Aplicada à saúde pela Universidade Luterana do Brasil- ULBRA.

pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes, aquela entre doze e dezoito anos de idade (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.).

Neste período de vida, as neoplasias malignas da Tireoide são muito raras, tendo como o sexo feminino o seu principal alvo (BARROS 2017). Além de raras, são muito agressivas em comparação a de um adulto, no entanto, há um melhor prognóstico do carcinoma tireoidiano (SZELIGA, 2001). Histologicamente o tipo mais comum é o carcinoma papilífero, sendo o folicular menos comum, medular e anaplásico muito raros (SZELIGA, 2001).

Segundo dados do *Surveillance, Epidemiology, and End Results* (SEER) em um período entre 1975-2010 comprovaram que crianças menores de 10 anos de idade é mais raro o aparecimento de carcinoma (1:1.000.000.000) em relação a crianças de 10 a 14 anos de idade (6:1.000.000.000) e de jovens de 15 a 19 anos de idade (23:10.000) (PEREIRA, 2013). Apesar de sua importância clínica, os cânceres de Tireoide, são muito pouco relatados na faixa etária infanto-juvenil devido a sua pouca incidência de relatos de clínicos (PEREIRA, 2013). Assim, o objetivo desse estudo é apresentar uma revisão da literatura sobre o câncer tireoidiano que acometem as crianças e pré-adolescentes

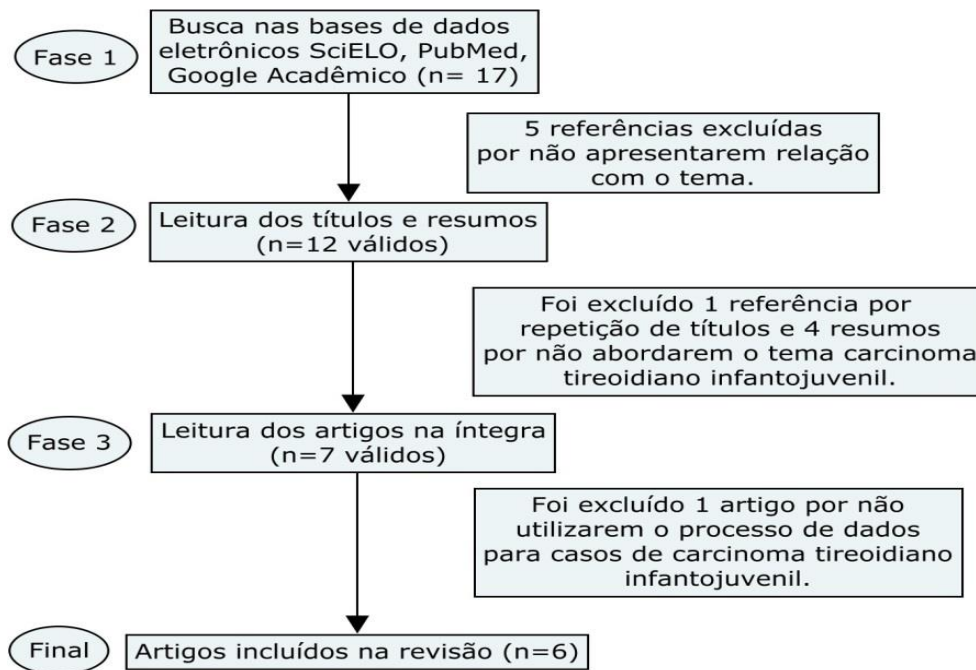
MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada um levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicos SciELO, PubMed, Google Acadêmico, sobre o câncer tireoidiano infanto-juvenil

Foram encontrados ao todo 17 artigos. Foram excluídos os artigos que não problematizaram ou não abordaram o tema proposto. Foram selecionados e incluídos aqueles que foram considerados adequados para a realização do estudo.

Foi utilizado como critério de inclusão artigos em estudo retrospectivo dos últimos 17 anos (período de janeiro de 2001 a julho de 2018) na língua português.

Figura 1. Busca, seleção, inclusão e exclusão dos estudos sobre o câncer tireoidiano infanto-juvenil



Fonte: produzido pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a infância o tumor geralmente se apresenta de modo assintomático. Os pacientes apresentam nódulos na Tireoide, e essa manifestação é dada como clínica inicial dos casos de Carcinoma e Tireoide (SZELIGA, 2001; CORBO 2004). Tendo em vista essa manifestação assintomática, os tumores quando diagnosticado nas crianças, estão em período de metástases ganglionar cervical ou metástase pulmonar, se tornando um câncer agressivo.

Embora o carcinoma geralmente se exiba em um comportamento agressivo, estes pacientes possuem um prognóstico mais favorável, sustentando uma boa resposta aos tratamentos cirúrgicos ou à radioterapia (PEREIRA, 2013)

O carcinoma diferenciado da Tireoide (CDT) é considerado uma doença muito rara na infância, principalmente em crianças menores de 10 anos de idade. A prevalência do sexo feminino sobre o sexo oposto é muito alta, este fato se deve por motivos hormonais que podem estar envolvidos na patogênese do carcinoma tireoidiano (PEREIRA 2013). Contudo, uma revisão de prontuários de 15 pacientes da Unidade de Endocrinologia Pediátrica (UEP) do HC-UFPR (fevereiro de 1998 a março de 2003) apresenta dados onde neste grupo de quinze pacientes o sexo feminino não houve predomínio. (CARDOSO, 2004)

Os trabalhos de Corbo e Cardoso apontam o histórico familiar da doença como um fator predisponente ao seu desenvolvimento em descendentes.

A literatura relata que os procedimentos cirúrgicos e radioterapia representa a conduta de tratamento mais viável para o câncer tireoidiano infantojuvenil, diminuindo assim as recorrências e consequente mortalidade destes pacientes (PEREIRA, 2013)

CONCLUSÃO

O câncer da Tireoide é uma doença rara na faixa etária infanto-juvenil e mesmo com os carcinomas se apresentando de modo muito agressivo, geralmente em estágios de metástases à distância, há um bom prognóstico para esses pacientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V.L. *et al.* Câncer e agentes antineoplásicos ciclo-celular específico e ciclo-celular não específicos que interagem com o DNA: uma introdução. **Revista Química Nova**, São Paulo, v.28, 2005.

BARROS, L. F. *et al.* Estudo de revisão da qualidade de vida e câncer infanto-juvenil **Revista Rede de Cuidados em Saúde**, v.10, 2017.

CARDOSO, A.A. *et al.* Câncer de Tireoide na infância e Adolescência- Relato de 15 casos. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 48, 2004.

CORBO, ROSANA. Considerações sobre o câncer de Tireoide na infância. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 48, 2004

PEREIRA, D.P. *et al.* Caracterização clinicopatológica de carcinoma papilífero de tireoide em crianças e adolescentes: uma série de casos. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, vol.12, dez.2013.

SZELIGA, D.V.M. *et al.* Carcinoma de tireoide em crianças e adolescentes- revisão de seis casos. **Jornal de Pediatria**, 2001.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1997. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, DF, jul 2017.

ANÁLISE DE COMPORTAMENTOS INDICATIVOS DE ESTRESSE EM MACACOS-PREGO CAPTURADOS¹

Ivana Nunes Gomes²

Carlos Yann de Sousa Coêlho³

Lucas Fernandes Pereira Franco⁴

Luiz Afrânio de Sousa e Silva Júnior⁵

Helena Felipe da Silva⁶

Milena Moura Fé Araújo Portela⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O presente estudo apresenta como tema os comportamentos indicativos de estresse manifestados por primatas. Tentou-se responder à seguinte problemática: quais comportamentos indicam estresse do primata em cativeiro? Os objetivos da pesquisa eram: a identificação de comportamentos típicos da espécie em seu ambiente livre, bem como, os comportamentos saudáveis em cativeiro. Uma análise acerca dos comportamentos que apresentam estresse da espécie após a captura e durante a estadia em zoológicos foi realizada. Ademais, identificou-se ainda as formas de intervenção satisfatórias para a melhoria do ambiente e estadia dos animais, visando a melhoria e o manejo mais apropriado, mesmo que em cativeiros de parques zoológicos. O estudo utiliza o método de revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa a partir de buscas na base de dados: Google Acadêmico e no endereço eletrônico da plataforma da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), selecionando artigos publicados de 2003 a 2018. Alguns resultados encontrados indicaram que o manejo inadequado e a má adaptação da espécie ao novo ambiente produzem danos permanentes ao organismo, fazendo os primatas se limitarem a movimentos estereotipados, comportamentos não comuns à espécie, e a baixa imunidade perante o dia a dia.

PALAVRAS-CHAVE: Primatas, ambiente, bem-estar.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação do 7º período do curso de Psicologia na UNIFSA. Email: ivanagnunes@hotmail.com

³ Estudante de Graduação do 7º período do curso de Psicologia na UNIFSA. Email: yann.coelho@outloo.com

⁴ Estudante de Graduação do 7º período do curso de Psicologia na UNIFSA. Email: lucasfrancosjp@gmail.com

⁵ Estudante de Graduação do 7º período do curso de Psicologia na UNIFSA. Email: junyorsilva15@gmail.com

⁶ Estudante de Graduação do 7º período do curso de Psicologia na UNIFSA. Email: helenacpd2000@gmail.com

⁷ Psicóloga clínica docente da UNIFSA, mestre em análise do comportamento na PUC-SP: Email: milenamourafe@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O conceito de estresse que iremos utilizar no estudo trata-se do apresentado por Breazile (1987), para ele existem três tipos de estresse: “eustresse” que serve para manter o animal em contato com o meio e serve para homeostase do organismo; o “estresse neutro” que não é maléfico tampouco benéfico ao organismo do animal; e o “distresse” que muitas vezes acarreta respostas que interferem no bem estar do animal e é capaz de propiciar patologias como hipertensão, ineficiência reprodutiva, etc. o estresse que iremos nos referir nesse estudo se trata, segundo Breazile, do distresse, em relação, a captura e permanência de primatas em zoológicos, é necessário um estudo prévio e preparação do ambiente para a recepção da espécie, a instalação de animais a novos ambientes, pois diante de uma nova rotina inadequada, um quadro de imunidade baixa pode, por vezes, influenciar no acometimento desses animais a patologias (SILVA, 2015).

Com a pesquisa acerca das questões pertencentes ao estresse relacionado a transição do animal de seu habitat natural para uma vida privativa, o estudo foca em primatas, mais especificamente *Cebus Apella*, que possui vida em sociedade organizada, e por se tratar de uma espécie pouco estudada. Tais primatas, utilizam ferramentas para auxílio no seu dia a dia, mostrando capacidades interessantes ao estudo. As análises serão feitas inicialmente por identificar comportamentos típicos da espécie em seu ambiente livre; depois identificar os comportamentos saudáveis em cativeiro, para só então, analisar os comportamentos que representam estresse após a captura e durante sua estadia em zoológicos.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado foi o de revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa. O início da pesquisa se deu no primeiro semestre de 2018 com visitas ao

zoológico local e a partir de buscas na base de dados: Google Acadêmico e no endereço eletrônico da plataforma da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Como critério de inclusão, optou-se pelos artigos publicados entre os anos de 2003 e 2018, disponibilizados na língua portuguesa, a partir dos descritores: Cativoiro, Estresse, Macaco-Prego, Comportamento e Etologia. Como critério de exclusão, descartou-se os artigos que não se encontravam disponibilizados na íntegra e os estudos que não condiziam com o objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o desenvolvimento da pesquisa, foi feito um primeiro levantamento dos estudos relacionados ao tema, o resultado foi de 6491 artigos. Foram selecionados 13 estudos, provenientes de cruzamentos duplos e triplos dos descritores já mencionados (Tabela 1).

Tabela I - Distribuição das referências obtidas e selecionadas conforme os descritores estabelecidos. Teresina, 2018.

Descritores Cruzados	Resultados Obtidos	Resultados Selecionados
Macaco-prego/Estresse	840	1
Macaco-prego/Etologia/Estresse	141	1
Macaco-prego/Cativoiro	1330	4
Macaco-prego/Comportamento	4,180	7

Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde – BVS.

A maior parte dos artigos selecionados foram publicados por Biólogos, no total de 6 estudos, seguido de 3 artigos publicados na área de psicologia, 1 pesquisa publicada por zootécnicos, 2 artigos na área de medicina veterinária e mais 1 na área de

antropologia. Quanto ao tipo de estudo 6 artigos eram pesquisas quantitativas, seguidas de 6 pesquisas qualitativas e 1 do tipo quanti/quali. Quanto ao período de publicação, encontrou-se mais artigos no ano de 2013, somando um total de 30,7%, seguido do ano de 2010, com percentual de 23,07%. No ano de 2015 o percentual encontrado foi de 15,3%. Os anos de 2004, 2008, 2012 e 2017 somaram a mesma quantidade de artigos, aproximadamente 7,7%.

Os macacos-prego, *Cebus*, são classificados entre os Macacos do Novo Mundo. Segundo Feagle (1998 apud ALBUQUERQUE et al. 2013, p. 1) “os macacos-prego têm corpo totalmente coberto por pelos, cauda semi-preênsil, falanges pequenas e dedo oponível, sendo os primatas neotropicais que apresentam maior destreza manual”. Possuem infâncias longas e instrutivas. Na vida livre, vivem em grupos tendo um macho adulto como líder. As fêmeas alcançam a maturidade sexual primeiro que os machos. São espertos, ágeis, utilizam de ferramentas tanto na hora das brincadeiras como na hora da alimentação, como: na quebra de coco e catação de insetos. Existem autores que afirmam que o uso de ferramentas pelo *Cebus* é advindo da capacidade que vêm sendo aprimoradas através das gerações. Os autores que defendem essa posição acreditam que essas capacidades seriam desenvolvidas tanto por suas habilidades motoras quanto por se tratar de um espécime que apresenta grande interesse aos estímulos ambientais presentes (DELAGE E GALVÃO, 2010).

Em vida livre, a principal ocupação do macaco-prego é a busca por alimento. Tal atividade, por ocorrer em um espaço físico amplo, torna-se desafiadora e demanda muito do seu tempo. Como consequência, favorece o bem-estar do animal, mantendo-o distraído e ativo em suas atividades laborais. Estão prontos para a reprodução logo após o nascimento de seus dentes caninos e chegam a viver até os sessenta anos (NAGLE E DENARI, 1982 apud LIMA et al., 2015). Já em cativeiro, os hábitos diários desses animais dependem do que seus tratadores fornecem a eles. Diante do estresse desenvolvido frente às novas condições de privações em decorrência do confinamento, o macaco desenvolve hábitos anormais em seu repertório. De acordo com Veiga et al.

(2005 apud BORGES 2008, p. 2) “entre os comportamentos estão: a automutilação, distúrbios sexuais, como a masturbação excessiva, coprofagia, vômitos e movimentos estereotipados, hiperatividade, letargia, problemas sociais e hiperagressividade” estes comportamentos disfuncionais são indicadores de estresse sofrido pelo animal. A interação com humanos pode gerar nos macacos interações agonísticas, como expor os dentes, que muitas vezes são desconsideradas e interpretadas como um comportamento engraçado típico destes animais (SANTOS E MARTINEZ, 2015). O comportamento que maior evidencia o estresse no animal é a estereotipia, caracterizada por movimentos repetitivos do macaco, como por exemplo, bater com algo na cabeça repetidas vezes.

Conforme supracitado, elementos como: o contato com humanos, um cativeiro mal estruturado, uma dieta pobre e a insuficiente estimulação ocupacional, podem desencadear estresse ao animal. Tal estresse é causado por uma complexidade de fatores que atuam diretamente no bem-estar do animal, produzindo alterações em seu comportamento (SILVEIRA E SILVA, 2015).

As motivações para o encarceramento de um animal são as mais diversas. Muitos animais silvestres como os macacos-pregos acabam sendo caçados, perdendo a sua liberdade e habitat natural, por ser uma espécie inteligente e adestrável. Como afirma Nagahama e Souza (2013, p. 4) “proporcionando as condições ambientais necessárias, eles são capazes de aprender diferentes tipos de tarefas complexas” o que os tornam animais atraentes ao comércio e aos Zoológicos.

Alguns autores (COSTA 2004, apud FIGUEIREDO, 2001, p. 2) afirmam que a vida em cativeiro é necessária, para manter espécies preservadas. Além disso, o acesso da comunidade a esses animais, via zoológico, possibilita inclusive um trabalho de conscientização da população acerca da preservação dos animais. Para espécies ameaçadas de extinção, a criação em um espaço delimitado, possibilita um maior controle reprodutivo do animal, porém, na maioria dos casos a detenção desses animais é objetivando a mera diversão da sociedade, sem muitos cuidados éticos.

Para uma boa manutenção no comportamento do macaco-prego podem ser desenvolvidas diferentes técnicas de melhoria no ambiente. O enriquecimento ambiental é o principal método utilizado, onde são criados ambientes que simulam o seu habitat natural. Esse é o melhor caminho para evitar o estresse do animal (SANTOS *et al.* 2003 apud RODRIGUES *et al.*, 2010, p. 3). Destarte, que é eficaz não padronizar a forma de enriquecimento ambiental para todas as espécies. O local deve ser personalizado para cada espécie em questão, com o propósito de atender o máximo de necessidades do animal relacionadas ao contexto natural. No caso de macacos-prego o enriquecimento ambiental consiste em enriquecer sensorialmente o meio em que o animal se encontra, com métodos como o forrageamento e ferramentas para brincadeiras, estímulos sonoros e outras atividades (COSTA; SOBRINHO; FERMOSELI, 2013).

Foi feito um experimento de enriquecimento ambiental e cognitivo por Albuquerque, Melo e Oliveira (2013) onde foram fornecidos aos macacos-prego meios de incrementação de seus hábitos diários, com plantas da Família Myrtaceae (jabuticabeiras) e inseriu-se ração em cabaças e em novelos feitos de cipós. Observou-se no estudo, que os macacos tentaram retirar as rações contidas nos cipós, tentaram e quebraram as cabaças para retirar as sementes, se movimentaram através dos cipós, cheiraram, tiraram suas folhas, tornando-se assim o recinto um ambiente rico e ativo para os animais. Ante o exposto, um fator importante de prevenção do estresse está relacionado ao arranjo adequado de condições ambientais a espécie.

CONCLUSÃO

Os comportamentos apresentados pelos macacos-prego em zoológicos, podem ser identificados por seus visitantes em um primeiro momento, como: engraçados e divertidos, quando olhados de modo “superficial”. Entretanto, tais comportamentos, muitas vezes estão relacionados a estereotípias, masturbações, expressões agonísticas,

sinais esses, indicativos de estresse. O estresse é a tentativa do animal em passar pela situação e recobrar sua vida normal. Quando os processos não ocorrem satisfatoriamente, o macaco passa então para a exaustão onde todo o organismo cai em debilidade. Enfraquecido, esse nível de estresse pode se tornar irreversível. Entretanto, em alguns casos, esses indícios são ignorados. Quando retirados do seu habitat natural e alocados em condições artificiais e promovedoras de estresse, acabam se desenvolvendo em situações de vulnerabilidade. Ressalta-se, portanto, a relevância da manutenção da vida destes animais em condições salubres e éticas. Pois, só com a verdadeira conscientização do cuidado será possível usufruir do seu direito a uma vida digna.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. R. et al. **Padrão de atividades de um grupo de sapajusflavius em cativeiro no parque estadual dois irmãos, Recife-PE**. XIII Jornada e Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX 2013 – UFRPE: Recife, 09 a 13 de dezembro.

ALBUQUERQUE, J. R.; MELO, J. R. O.; OLIVEIRA, L. C.; **Enriquecimento ambiental e cognitivo como estratégia para promover o bem-estar em um grupo de sapajusflavius (schreber, 1774)(cebinæ, primates)**.XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX 2013 – UFRPE: Recife, 09 a 13 de dezembro.

BORGES, P. M.; et al. **Comportamento de macaco prego (cebusapella) mantido em cativeiro no zoológico de Presidente Prudente**. 4º Simpósio de Ciências da UNESP. p. 5, Dracena – SP. 2008.

COSTA, O. G.;Educação ambiental-experiências dos zoológicos brasileiros. REMEA-**Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 13, 2004.

COSTA, B. S. A; SOBRINHO, J. P. P; FERMOSELI, A. F. O. Utilização de diferentes técnicas de enriquecimento ambiental para primatas (cebus sp.) em cativeiro. v. 1 n. 3. Maceió – AL. **Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde**. 2013.

DELAGE, P. E. G. A.; GALVÃO, O. F. **Generalidade da aprendizagem em situações de uso de ferramentas por um macaco-prego, CebusApella**. 2010.

LIMA, F. H. et al. **Vasectomia e laqueadura de trompas em macacos-prego (*Sapajusnigritus*) e quatis (*Nasuanasua*) no município de Palmital, SP**. 8º Congresso de extensão universitária da UNESP, p. 1-4, 2015.

NAGAHAMA, M. M; SOUZA, C. B. A. Escola Experimental de Primatas: Análise da coerência entre pressupostos e práticas empíricas. Vol. XV, nº 3, p. 72-87. São Paulo. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 2013.

RODRIGUES, L. S. F. et al. Comportamento e distribuição de um grupo de macaco-prego (*Cebusapella* Linnaeus, 1758) mantido em cativeiro. **CES Revista**, v. 24, n. 1, p. 45-57, 2010.

SAITO, C. H. et al. Conflitos entre macacos-prego e visitantes no Parque Nacional de Brasília: possíveis soluções. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, 2010.

SANTOS, J. G.; MARTINEZ, R. A. Compartilhando espaços verdes urbanos: interações entre macacos-prego (*Sapajus* sp.) e humanos numa reserva florestal na Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 13, n. 4. 2015

SILVA, Y. C. L.; FRANCO, P. N.; LIRA, T. P. **Ocorrência de candidatropicalis em macaco-prego (*sapajusapella*) no zoológico municipal de são vicente**: relato de caso. 2015

SILVEIRA, F. L. A.; SILVA, M. H. P. Acerca do olhar do outro, ou sobre “tratadores” e animais em cativeiro-Por uma etnografia no “zoo” em contexto urbano (Belém-PA). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 54-74, 2017.

ASPECTOS ABORDADOS PELA ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO À MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL¹

Naiara Vitória do Nascimento Soares²

Gabriela Emily Pereira do Nascimento³

Raylla Fontinele Barroso⁴

Liana Dantas da Costa e Silva Barbosa⁵

RESUMO

Relacionar as intervenções da Enfermagem, presente na literatura, diante de mulheres que tenham sido acometidas por violência sexual e esclarecer a importância da abordagem humanista no acolhimento. **Metodologia:** Pesquisa integrativa baseada na literatura existente, indexada em acervos eletrônicos: SCIELO, Google acadêmico, Periódicos Grupo Tiradentes, BVS e REDALYC. Seleção de dados utilizando: violência sexual, assistência integrativa a saúde da mulher, cuidados de Enfermagem e humanização, bem como duas perguntas norteadoras. Critérios de inclusão e exclusão: estudos do período de 2014-2018; em português e espanhol completos na íntegra; relação com Enfermagem e/ou psicologia. Dezesete (17) artigos responderam às perguntas em questão. **Resultados:** 17 estudos abordaram a temática, sendo que 8 afirmaram que a Enfermagem prioriza o atendimento humanizado, 6 o encaminhamento para outros profissionais e 3 seguiam o modelo biomédico de assistência. **Conclusões:** Este estudo é ressaltado a importância do atendimento holístico pela Enfermagem a mulher vítima de violência sexual, visto que influenciará na continuidade da assistência e enfrentamento da situação pela mulher violentada sexualmente.

PALAVRAS-CHAVE: violência sexual contra mulher; assistência de Enfermagem; humanização da assistência.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Aluna do curso Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA, Teresina-PI, 2018. E-mail: naiaravih@gmail.com

³Aluna do curso de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA, Teresina-PI, 2018. E-mail: gabrielaemilybs@gmail.com

⁴Aluna do curso Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA, Teresina-PI, 2018. E-mail: rayllafontaine98@gmail.com

⁵Docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. Doutora em Biologia Celular e Molecular Aplicada a Saúde. Teresina-PI. E-mail: dantaslina@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A violência sexual faz parte de uma das mais antigas e amargas expressões da violência contra a mulher representa uma grave violação dos direitos humanos. É um problema onde a maioria das vítimas tenha sido abusada principalmente por seu parceiro íntimo, dentro do contexto familiar. Por ser global, a Organização Mundial da Saúde passou a tratar o tema como um problema de saúde pública (SILVA, 2017). O abuso sexual traz problemas à saúde feminina tanto no fisiológico, pois a mulher pode ser acometida por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST'S), sofrer ferimentos, além de uma gravidez indesejada. Ao olhar emocional, está se torna susceptível a alterações mentais, como ansiedade, isolamento, pânico e depressão (TIGREIRO *et al.*, 2018). Diante do problema é necessário preparo científico e técnico da equipe multiprofissional para atender e colaborar com a recuperação da saúde física e psíquica desse público (SANTOS e ALMEIDA, 2017).

Na atuação dos enfermeiros, é necessário que estejam preparados para atender e orientar à vítima de abuso, visto que são responsáveis pelo primeiro contato com ela (LIMA et al., 2017). Ela deve ser bem acolhida, passar por exame físico completo, dando ênfase no ginecológico, ter suas lesões tratadas e encaminhadas para os outros membros da equipe multiprofissional. Sabendo-se da importante função da Enfermagem no acolhimento a essa demanda, o estudo tem como objetivo relacionar as intervenções da Enfermagem, presentes na literatura, diante de mulheres vítimas de violência sexual e esclarecer a importância da abordagem humanista no acolhimento de Enfermagem.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa integrativa baseada na revisão da literatura quanto a abordagem da Enfermagem às mulheres vítimas de violência sexual. Para o estudo foram utilizadas pesquisas realizadas no período de 2014 a 2018, indexadas em acervos

eletrônicos que respondessem a duas perguntas norteadoras: “quais aspectos são abordados pelo enfermeiro no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual?” e “qual a importância do apoio emocional prestado pelo enfermeiro a essas mulheres?”. Foram filtrados apenas os artigos que tratavam do assunto no âmbito das áreas da Enfermagem e psicologia, em português e/ou espanhol e como critérios de exclusão todos aqueles que não abordavam a temática trabalhada e anteriores ao ano de 2014.

Inicialmente selecionou-se 81 arquivos que apresentaram os descritores citados. Após leitura do título e resumo de cada artigo foi reduzido para 33, e estes foram submetidos a uma leitura analítica. A partir daí foram filtrados esse total de 17 artigos que abordavam exclusivamente as intervenções da Enfermagem à mulher vítima de violência sexual. Em seguida, os resultados foram estudados, organizados em discussão e interpretados. As coletas dos dados foram feitas em agosto do ano de 2018. Os bancos de dados utilizados foram SCIELO, Google acadêmico, Periódicos Grupo Tiradentes, REDALYC, BDNF, MEDLINE e LILACS, sendo o acesso aos três últimos através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Descritores: violência sexual, assistência integrativa a saúde da mulher, cuidados de Enfermagem e humanização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o estudo analítico e interpretação dos dezessete artigos, eles foram organizados por temáticas semelhantes e emergiram 3 categorias: assistência de Enfermagem com um olhar mais humanizado; assistência embasada em encaminhamentos para realização de exames complementares e atendimento de outros profissionais da equipe; e assistência que segue o modelo biomédico.

Na primeira categoria, assistência de Enfermagem com um olhar mais humanizado, 8 artigos priorizavam a assistência mais humanizada, com um olhar voltado tanto para as alterações físicas, como para o trauma psicológico que a vítima terá que enfrentar e buscavam criar um elo de confiança com a mulher, para que esta sentisse segurança e acolhimento para com o profissional. Esse modelo de atendimento

é evidenciado, por exemplo, por Paixão (2014) a que se refere que a Enfermagem não é apenas uma arte de cuidar, mas deve ser uma ciência que busca analisar minuciosamente cada detalhe da vítima violentada sexualmente, e se deve atentar a outros problemas que possam também afetar a integridade emocional e psíquica da mulher vítima de violência sexual (SANTOS et al, 2018);(SOUZA e OLIVEIRA,2016);(ROSILENY,2018); (GUERRA et al, 2017); (FORNARI e LABRONICI,2017); (VISENTIN et al,2015); (ACOSTA et al,2015).

Os profissionais de Enfermagem na maioria dos casos realizam o primeiro contato com a paciente em todas as redes de atenção à saúde, por isso devem estar preparados para tais situações, para que assim possa reconhecer a magnitude desses problemas, possibilitando o apoio à saúde mental para os envolvidos, saindo da questão biológica para o social, bem como emocional (VIEIRA et al., 2014). É importante que a equipe multiprofissional informe para a paciente tudo o que será realizado em cada etapa da assistência, sendo indispensável as informações básicas, como a importância de cada uma delas, o encorajamento para enfrentar os conflitos e problemas decorrentes da situação vivida, também deve-se respeitar a decisão de recusa para a realização de algumas das etapas. Delziovo (2018) destaca que quando as mulheres vítimas de violência sexual procuram os serviços de saúde, buscam encontrar medidas protetoras que consigam, entre outras, evitarem as infecções sexualmente transmissíveis, tendo em vista que uma das maiores preocupações é a contaminação com o HIV ou ter outro problema decorrente destas infecções. Baseado nesta afirmação foram agrupados 06 estudos na segunda categoria que trata de encaminhamentos para a realização de exames complementares e atendimento à outros profissionais da equipe, em que os autores afirmam que os enfermeiros priorizavam o encaminhamento para realização de exames clínicos como exame físico completo com ênfase no ginecológico e em seguida os laboratoriais como testes para detecção de IST'S e coleta de vestígios, em busca de sêmen ou qualquer material que sirva de identificação do

agressor (ROSILENY *et al.*,2015); (SANTOS e ALMEIDA , 2017); (PINTO *et al.*, 2018); (BAPTSTA *et al.*,2015); (BRASIL,2015); (TIGREIRO *et al.*,2018).

Na terceira categoria que visa o modelo biomédico 3 autores destacaram que a Enfermagem focam na prestação de assistência às vítimas de violência sexual seguindo o modelo biomédico, na qual priorizam ao atendimento para curar a patologia em si, onde é realizado um exame físico céfalocaudal completo para observar as lesões, registrar qualquer evidência de traumatismo: alteração da pele, equimose, lacerações, secreções, roupa rasgada, entre outras características (GURRA *et al.*, 2017); (SOUZA e OLIVEIRA, 2016); (AMARAL, 2014).

É importante ressaltar que as mulheres vítimas de violência sexual sofrem de forma devastadora, podendo apresentar desequilíbrio mental e físico, aumentando consequentemente o risco de desenvolverem outras patologias, como cefaleias crônicas, alterações físicas, alterações gastrointestinais, uso abusivo de drogas e depressão. O que torna muito importante o atendimento direto a essas causas, podendo levar a cura ou melhora imediata do trauma sofrido.

CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu a busca e avaliação críticas das evidências bibliografias disponíveis que englobavam o tema e os resultados encontrados foram reunidos e sintetizados por semântica. Estes demonstraram que a Enfermagem em diferentes unidades de atendimento prioriza diversos aspectos, entre eles: assistência humanizada, atendendo holisticamente, permitindo confiança, acolhimento e segurança à paciente e assim contribuindo com a resiliência desta; encaminhamento aos outros membros da equipe multiprofissional, com a finalidade de realizar exames clínicos e laboratoriais para detectar possíveis infecções contraídas; e assistência seguindo modelo biomédico, visando a procura e tratamento de alterações físicas nos corpos das vítimas e posterior tratamento de doenças recorrentes da agressão.

Portanto, com o desenvolvimento desse estudo, confirma-se a extrema

importância do atendimento da Enfermagem à pacientes vítimas de violência sexual, visto que a abordagem dos diversos aspectos envolvidos na situação, interfere na continuidade da assistência e enfrentamento da situação pela mulher violentada.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F. et al. **Violência contra mulher por parceiro íntimo: (IN)Visibilidade do problema.** Florianópolis: Texto Contexto Enferm, 2015. p.121-127. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015001770013>>. Acesso em: 24 de ago. 2018.

BAPTISTA, R. .S. et al. **Violência sexual contra mulheres: a prática de enfermeiros.** v. 16. n°2. Campina Grande: Revista Reve, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3240/324038465010/>>. Acesso em: 24 de ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Norma técnica: atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios.** Brasília, 2015.

AMARAL, A.P. **Elaboração de um protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência no município de ouro preto/mg.** Florianopolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172921/ALVARINA%20PIRES%20AMARAL-EMG-TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

DELZIOVO, C.R. et al. **Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil.** v.23, n .5. (n.l): Ciênc. saúde coletiva, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n5/1687-1696/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

FORNARI, L. F; LABRONICI, L. M. **O processo de resiliência em mulheres vítimas de violência sexual: uma possibilidade de cuidado.** São Paulo: Cogitari Enfermagem, 2017. Disponível em: <<http://www.saude.ufpr.br/portal/revistacogitare/wp-content/uploads/sites/28/2018/02/52081-222583-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

GUERRA, A. C. et al. **Síndrome do trauma de estupro: diagnóstico e prescrição de Enfermagem.** v.14. n°1. Fluminense: Boletim NEPAI-NESEN, 2017. Disponível em: <<http://www.jsncare.uff.br/index.php/bnn/article/view/2946>>. Acesso em 21 de ago. 2018.

LIMA, L.A.A. et al. **Assistência de Enfermagem às mulheres vítimas de violência doméstica**.v.6. n2. Teresina: RevEnferm UFPI, 2017. p.65-68.Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/5783/pdf>>. Acesso em: 16 de ago.2018.

PAIXÃO, L. A. B. N. **Assistência de Enfermagem à mulher vítima de violência**. Brasília: (n.l) , 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9306/1/2014_LeonardoAugustoBacellarDeNovaesPaixao.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

PINTO, L.S.S.et al. **Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual**. Ciência & Saúde Coletiva. v.22, n.5 , p.1501-1508, 2017. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1501.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

ROSILENY,R.L. et al. **Violência sexual contra a mulher: contribuições para a Enfermagem**. v.3,n.2, p. 5-20.Accietna, 2015. Disponível em : <<http://publicaciones.usat.edu.pe/index.php/AccCietna2014/article/view/329/324>> Acesso em: 24 de agosto de 2018.

SANTOS, E. S.; ALMEIRA, M. A. P. T. **Atendimento prestado pelos serviços de saúde à mulher vítima de violência sexual**. v.11. n.35. Pernambuco: Revista Multidisciplinar de Psicologia,2017.Disponível em:<<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/721>>. Acesso em: 18 de ago. 2018.

SANTOS,W.J. et al.**Domestic Violence Against Women Perpetrated by Intimate Partner: Professionals’ Social Representations in Primary Health Care**. Rio de Janeiro: RevFundCare Online,2018. Disponível em <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6197/pdf>>.Acesso em: 25 de agosto de 2018.

SOUZA, M. M. S; OLIVEIRA, M. V. P. **Violência sexual contra a mulher e o papel do enfermeiro revisão da literatura**. Aracaju: Repositório Institucional Tiradentes, 2016. Disponível em: <<http://openrit.grupotiradentes.com:8080/xmlui/handle/set/1582>>. Acesso em: 22 de ago. 2018.

TIGREIRO, T. H. et al. **Não adesão ao seguimento ambulatorial por mulheres que experienciaram a violência sexual**. vol.47. n.1. Florianópolis: Texto e Contexto-Enfermagem, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/010407072018006490015>>. Acesso em: 16 de ago. 2018.

VIEIRA, L. B. et al. **Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos**. vol 67. n. 3. Brasília: Rev. bras. enferm. mai. jun. 2014. Disponível em:

<<http://pesquisa.bvsalud.org/enfermeria/resource/pt/lil-715695>>. Acesso em: 17 de ago. 2018.

VISENTIN, F. et al. **A Enfermagem na atenção primária ao cuidar de mulheres em situação de violência de gênero.** v. 33. n° 3. Medellín: Invest. Educ. enferm, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17533/udea.iee.v33n3a20>>. Acesso em: 24 de ago. 2018.

INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA EM SAÚDE: DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE ¹

Victória Mércia de Sousa Alves¹

Matheus de Sousa Alves²

Raynarqa Raquel Pereira da Silva³

Victor Fernando de Sousa Alves⁴

RESUMO

As infecções hospitalares são um grave problema devido as suas consequências como a elevação dos custos hospitalares aumento das taxas de mortalidade e morbidade hospitalar. O ponto determinante que deve ser observado pelos profissionais da saúde é a prevenção, que evita a proliferação microbiana e consequentemente as infecções. É indispensável a racionalidade e a participação ativa dos profissionais de saúde dentro da CCIH para a orientação acerca do uso de antimicrobianos, para oferecer equilíbrio entre a prescrição e a ministração, evitando o risco de ocorrer resistência microbiana. A interação entre os agentes mórbidos com o meio ambiente e o homem pode determinar uma infecção a partir do momento em que diminuem as defesas naturais do organismo em relação ao agente agressor. A infecção hospitalar, segundo a maioria dos autores, inclui os processos infecciosos adquiridos no hospital e os não identificados na admissão do paciente por dificuldade diagnóstica ou prolongado período de incubação, e que se manifestem durante a sua permanência e até mesmo depois de sua alta.

PALAVRAS-CHAVE: Infecção Hospitalar, Prevenção, Controle.

INTRODUÇÃO

No Brasil, tem-se monitorado e controlado às infecções hospitalares por meio de Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e por meio dos comitês de investigação de mortes no hospital, os quais contribuem para a qualidade da assistência. Considerando que as infecções hospitalares constituem risco à saúde dos usuários dos hospitais, a sua prevenção e controle envolvem medidas de qualificação de assistência,

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduada em Bacharelado em Enfermagem, UNIFSA. E-mail: victoriamentfermeira@gmail.com

³Acadêmico de Farmácia, UNIFSA. E-mail: matheus321sousa@gmail.com

⁴Acadêmica de Fisioterapia, UNINASSAU. E-mail: raynararaquel2000@gmail.com

⁵Victor Fernando de Sousa Alves, Graduado em Bacharelado em Farmácia, UNIFSA. E-mail: victor_70cent@hotmail.com

da vigilância sanitária e outras tomadas no âmbito do Estado, do Município e de cada hospital (OLIVEIRA et al., 2015). A CCIH é um órgão de assessoria a autoridade máxima da instituição de saúde que tem por finalidade executar ações de controle de infecção hospitalar.

Devido a essa necessidade surgiu a CCIH, que é composta por profissionais de diversas áreas e tem como papel instituir e desempenhar o PCIH, que busca prevenir e minimizar pioras infecciosas proporcionando melhor qualidade de vida ao paciente (MENDES et al., 2015). Infecção hospitalar é uma das principais causas de morbidade e mortalidade, ocorrendo devido a falhas nos tratamentos e a não realização de normas de controle das infecções hospitalares. O aumento da resistência antimicrobiana e o uso indevido de antibióticos é um problema de saúde global. Este trabalho objetiva estudar as infecções que estão relacionadas à assistência em saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura pelo método de revisão integrativa. Foi utilizado como palavras-chaves: Infecção Hospitalar; Controle; Prevenção. Foram encontrados ao todo 497 artigos. Posteriormente as publicações foram pré-selecionadas. Para conduzir esta revisão foi formulada a seguinte questão norteadora: qual a produção de conhecimento sobre os desafios para a prevenção e controle das infecções relacionadas a assistência em saúde? Portanto, os artigos que foram considerados para a concretização desse estudo foi um total de 11 artigos. Os dados coletados neste estudo foram apresentados em três seções. A primeira expõe as características dos artigos capturados, tais como o número de autores, títulos dos periódicos consultados, ano de publicação, país e o tipo de estudo. A segunda apresenta a caracterização das evidências científicas segundo o período de publicação.

A terceira seção apresenta a síntese de cada um dos artigos pesquisados, contendo número de autores, nome dos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no quadro 1 a seguir, nota-se a caracterização dos artigos selecionados através de título, ano da publicação, onde todas as publicações selecionadas foram realizadas no Brasil, sendo três em 2013, dois em 2014, três em 2015, dois em 2016 e um em 2017. Em relação ao delineamento de estudo, prevaleceu o método de pesquisa transversal, descritiva.

Quadro 1. Caracterização das publicações científicas seguida de título, ano, local e tipo de estudo. Teresina-PI, 2017.

Nº	TÍTULO DO ARTIGO	ANO	PAÍS	TIPO DE ESTUDO
1	Prevenção e controle de infecção em unidade de terapia intensiva neonatal	2013	Brasil	Estudo de cunho descritivo com abordagem qualitativa
3	Sistemas governamentais de vigilância de infecções relacionadas à Assistência à Saúde no Brasil	2014	Brasil	Estudo transversal, descritivo e exploratório
3	Infecções relacionadas à assistência à saúde: desafios para a saúde pública no Brasil	2014	Brasil	Narrativa crítica
4	Caracterização das infecções relacionadas à assistência à saúde em um hospital de ensino do Nordeste do Brasil	2017	Brasil	Estudo transversal, descritivo com abordagem quantitativa.

Fonte: produzido pelos autores (2018)

Tabela 1. Caracterização das evidências científicas segundo o período de publicação. Teresina-PI, 2017.

VARIÁVEIS	Nº	%
PERÍODO DE PUBLICAÇÃO		
2013	3	27,3%
2015	3	27,3%
2014	2	18,2%
2016	2	18,2%
2017	1	9%
TOTAL	11	100%

Fonte: produzido pelos autores (2018)

Foram estabelecidas algumas variáveis relevantes para apreciação das produções científicas da temática da pesquisa analisada, onde prevaleceram os artigos publicados no ano de 2013 e 2015 (27,3%), já as publicações dos anos de 2014 e 2016 tiveram porcentagem de 18,2%, 2017 com 9%, conforme pode-se observar na tabela.

Quadro 2. Resumo dos desafios para prevenção e controle de infecções hospitalares encontrados nos artigos desta revisão integrativa. Teresina-PI, 2018.

Nº	AUTORES/ANO	Desafios para Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares
1	LORENZINI; COSTA; SILVA, 2013	Devido à alta incidência de IRAS, no Brasil, estima-se que 3% a 15% dos pacientes hospitalizados desenvolvem Infecção Hospitalar. A educação em saúde, por meio de orientações, constitui-se em estratégia relevante de prevenção de infecções, no entanto, um dos grandes obstáculos enfrentados pelos profissionais na área da saúde é o não entendimento dos familiares sobre as fontes de risco. As infecções têm origem em vários fatores como; a condição do paciente, a gravidade da doença, o fluxo de entrada de visitas de familiares aos pacientes e o tempo de internação. Entretanto, ressalta-se que se não houver controle por parte da equipe multidisciplinar ocorrerá uma tendência maior à proliferação de IRAS.

2	NOGUEIRA JUNIOR; PADOVEZE; LACERDA, 2014	O Brasil possui sistemas de vigilância de infecções hospitalares. Entretanto, essa ainda é uma realidade parcialmente desconhecida, gerando a formação de redes desintegradas e individualizadas. O governo de vigilância de IRAS deve ter vistas a uniformização de práticas, trazendo reflexões sobre a relevância da saúde pública. O estudo enfatiza a relevância adoção de comportamentos como a correta higienização das mãos como um importante mecanismo de prevenção e controle de IH. E todos os trabalhadores que compõem a equipe multiprofissional devem estar treinados para executar medidas de controle e prevenção de IHS, cabendo ao gestor prover os meios para tal.
3	PADOVEZEI; FORTALEZA, 2014	As IRAS apresentam impacto sobre letalidade hospitalar, duração da internação e custos. O aumento das condições que induzem à internação de indivíduos cada vez mais graves e imunocomprometidos, somado ao surgimento da resistência a antimicrobianos, confere às IRAS e relevância especial para a saúde pública. Fatores de risco relacionado à escassez e qualificação de recursos humanos, associados à estrutura física inadequada em serviços de saúde e ao desconhecimento de medidas de controle de IRAS, contribuem para esse cenário.
4	SOARES et al., 2017	Foi levando em consideração a maioria dos microrganismos que compõe a microbiota das mãos, presume-se correlação com a baixa adesão às normas técnicas para higienização das mesmas por parte dos profissionais de saúde. Com isso, foi apontado que cerca de 30% dos casos de infecções são considerados preveníveis por medidas básicas como; a higienização das mãos, com água e sabão ou álcool a 70%, a medida mais simples, efetiva e de menor custo.

Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Conforme o quadro 2, os estudos selecionados mostraram a interação entre os agentes mórbidos com o meio ambiente e o ser humano pode definir uma infecção a

partir do momento em que diminuem a defesas natural do organismo em relação ao agente agressor. A infecção hospitalar, segundo a maioria dos autores, inclui os processos infecciosos adquiridos no hospital e os não identificados na admissão do paciente por dificuldade diagnóstica ou prolongado período de incubação, e que se manifestam durante a permanência do paciente no hospital e até mesmo depois de sua alta. Segundo a avaliação da temática das publicações elegidas, foi observada de maneira ampla a importância das medidas de controle e prevenção das IRAS, como a higienização das mãos, tida como a medida mais simples e eficaz para controle das infecções.

CONCLUSÕES

Pelo exposto neste trabalho, observou-se que as IRAS constituem um importante problema de saúde no Brasil e no mundo. Sua ocorrência vem produzindo grande impacto na saúde levando milhares de pessoas à morte, causando sofrimento e danos aos usuários dos serviços de saúde. Os desafios encontrados nas publicações analisadas relacionadas à assistência à saúde podem ser favorecidos por meio das seguintes ações; políticas de prevenção e controle de infecção como também uma vigilância contínua e efetiva da infecção, incentivada por meio de campanhas, reuniões clínicas, seminários sobre adesão às medidas de precauções-padrão.

REFERÊNCIAS

LORENZINI, E.; COSTA, T. C.; SILVA, E. F. Prevenção e controle de infecção em unidade de terapia intensiva neonatal. **Rev GaúchaEnferm**, v.34, n.4, p.107- 113, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgefn/v34n4/14.pdf>>. Acesso em 31 de Maio de 2018.

MENDES, A. L. et al. Resultados da implementação de um protocolo sobre a incidência de Infecção do Trato Urinário em Unidade de Terapia Intensiva. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.24, p.2804, 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt_0104-1169-rlae-24-02804.pdf>. Acesso em 03 de Maio de 2018.

NOGUEIRA JUNIOR, C.; PADOVEZE, M. C.; LACERDA, R. A. Sistemas governamentais de vigilância de infecções relacionadas à Assistência à Saúde no Brasil. **RevEscEnferm USP**, São Paulo, v.48, n.4, p.656-61, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n4/pt_0080-6234-reeusp-48-04-656.pdf>. Acesso em 25 de Maio de 2018.

OLIVEIRA, F. R. P. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e atuação do farmacêutico hospitalar: contexto e importância. **Boletim Informativo Geum**, v. 6, n. 3, p. 37-42, jul./set., 2015. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/geum/article/view/3877>>. Acesso em 20 de Abril de 2018

PADOVEZEI, M. C. FORTALEZA, C. M. C. B. Infecções relacionadas à assistência à saúde: desafios para a saúde pública no Brasil. **Rev Saúde Pública**, v.48, n.6, p.995-1001, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n6/pt_0034-8910-rsp-48-6-0995.pdf>. Acesso em 30 de Maio de 2018.

SOARES, S. G. S., et al. C. Caracterização das infecções relacionadas à assistência à saúde em um hospital de ensino do Nordeste do Brasil. **RevEnferm**, Teresina, UFPI, v.6, n.2, p.37-43, Abr-Jun, 2017. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/5933/pdf>>. Acesso em 18 de Abril de 2018.

O USO E A REGULAÇÃO DO AMÁLGAMA¹

Sarah de Araujo Mendes Cardoso²

Mirna Raquel Rocha de Sousa³

Aurea Maria Cavalcante Sousa⁴

Jacyara Pinheiro Morais Barros do Nascimento⁵

Celena de Sousa Dias⁶

Eduarda Helen Farias Carvalho⁷

Maria do Amparo Veloso Magalhães⁸

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O amálgama é um material bastante utilizado nas restaurações dentárias, mesmo existindo elementos que o substituem, não há material de igual eficácia. Porém, o Amálgama de Prata é usado em sua versão não encapsulado, isso gera toxicidade tanto ao organismo humano, quanto ao meio ambiente. Por isso, há a necessidade de regulamentar sua produção, utilização e descarte. Essa discussão se iniciou em 2007 quando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente formalizou a parceria global do mercúrio para minimizar ou eliminar o uso desse produto. Além disso, já havia sido criada a Associação Sueca dos Pacientes de Mercúrio Odontológico, fundada em 1978. Concomitante, a Convenção do Minamata convocou os governos a elaborar um instrumento legalmente vinculante para o controle do uso de mercúrio, visando proteger a saúde humana e o meio ambiente, iniciando um processo de negociação global. Nisso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária lançou uma Resolução Nº 173, de 15 de setembro de 2017, proibindo a fabricação, importação e comercialização do mercúrio e do pó para a liga de amálgama e regulando seu descarte. Essa resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Odontologia Sustentável. Amálgama Dental. Evolução do Amálgama. Resolução Anvisa.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²⁻⁶ Alunas do 2º período de Odontologia da UNIFSA

⁸ Professora e D em Biologia Celular e Molecular Aplicada e professora na UNIFSA

³⁻⁶ Alunas do 2º período de Odontologia da UNIFSA

⁸ Professora e Doutora em Biologia Celular e Molecular Aplicada e professora na UNIFSA

INTRODUÇÃO

Os agentes químicos são produtos que podem atingir o trabalhador pela via respiratória (poeira, gases, vapor) ou que podem ser absorvidos por meio da pele ou ingestão e para o cirurgião-dentista o Amálgama de Prata (AP) está entre os principais causadores do risco de contaminação química (PEREIRA et al., 2017).

O AP é um material restaurador consagrado pelo uso na Odontologia. Embora nos últimos anos tenha havido uma procura maior pelas restaurações estéticas, quando indicado, permanece como material de eleição para restaurações posteriores intracoronárias. O uso do amálgama pode causar contaminação devido a presença de mercúrio, podendo ocorrer no momento da manipulação da substância, no ar pelos vapores de mercúrio ou na eliminação dos seus resíduos no ambiente (BRASIL, 2006).

Um exemplo claro e trágico na história, que despertou grande interesse e preocupação, principalmente na academia, foi o envenenamento que ocorreu em Minamata, no Japão, em 1960, onde uma indústria de aldeídos, que utilizava o metilmercúrio como agente catalisador, despejava seus resíduos na Baía de Minamata, contaminando a água e os peixes, que eram consumidos pela população local. Isso causou grandes agravos à saúde da população, desencadeando a morte de 65 pessoas por intoxicação e o nascimento de crianças com grandes distúrbios genéticos, principalmente neurológicos (GUIMARÃES).

Há necessidade, portanto, de realizar um acompanhamento rigoroso dos resíduos químicos do AP. Assim, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) classifica os resíduos de Amálgama como “substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade”. Havendo o gerenciamento e descarte adequados destes resíduos, o AP não gera prejuízo significativo à saúde e ao meio ambiente, porém os seus resíduos gerados em consultórios odontológicos, centros de saúde e outras unidades correlatas podem levar a contaminação ambiental se não

dispostos apropriadamente. Assim, a contaminação do ambiente constitui risco quando são dispostos imprópriamente no lixo, ou se descartados nos sistemas de esgoto que servem esses locais. A ANVISA proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, do mercúrio e do pó para liga de amálgama não encapsulado indicados para uso em Odontologia.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa apresentada baseia-se no método revisão de literatura, avaliando e buscando interpretar os diversos estudos realizados acerca do tema amálgama dentais. Sendo abordados, assim, artigos que vão desde sua origem e início da sua utilização na odontologia, até a Resolução RDC Nº 173, da ANVISA, de setembro de 2017, que em seu artigo 1, deixa clara a proibição da fabricação, importação, comercialização e uso em serviços de saúde do amálgama não encapsulado. O objetivo principal dessa pesquisa é demonstrar a evolução do uso do amálgama e a Resolução da ANVISA que restringe sua forma de uso visando a proteção individual e coletiva da sociedade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Além dos padrões de beleza da sociedade contemporânea, contribuíram para o declínio do amálgama os efeitos dos desastres ocorridos em Minamata, no Japão, em 1956. Naquele ano começaram a surgir os primeiros casos de contaminação por mercúrio, despejados nos rios por uma indústria química instalada na região. O fato levou centenas de pessoas à morte (FILHO, 2014). A repercussão internacional do acidente gerou um movimento que busca a proibição do uso de qualquer forma de mercúrio em produtos e processos industriais. E como o amálgama odontológico leva mercúrio em sua composição, passou a fazer parte da discussão.

A contaminação através do mercúrio produz efeito danoso à saúde e aos indivíduos atingidos. A exposição crônica de pouca intensidade a qual o paciente e o profissional que usam amálgama odontológico, pode, ao longo do tempo levar acumulação de

mercúrio no sistema nervoso central ocasionando depressão, cansaço, perda de memória entre outros. Esses sintomas, em algumas vezes, são atribuídos às restaurações dentárias, contudo não é possível afirmar se essa seja a causa (BELLESTER,2001).

Para viabilizar melhor monitoramento de contaminação da saúde pública e ambiental, foi estabelecido o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS), que visa minimizar a produção de resíduos, tratá-los e encaminhá-los de forma segura ao destino final e deste modo prevenir e controlar riscos ocupacionais desse setor (PINTO, MOTTA, RAPTOPOULOS, 2014)

Para Grigoletto et al. (2008) fica evidente que o risco e a toxicidade que o mercúrio libera no meio ambiente só causa dano quando atinge a cadeia alimentar. No entanto, a possível contribuição do mercúrio através do uso na odontologia pode ser controlada com medidas preventivas de segurança na manipulação e na disposição final (ALCÂNTARA et al., 2015).

Segundo Dr. Rafael Yague Ballester “O amálgama e o mercúrio não são a mesma coisa, mas o produto é tóxico e exige a adoção de protocolos de proteção aos pacientes, aos profissionais e ao ambiente”. Os cuidados começam na seleção do material que irá ser usado, sendo mais seguro a versão encapsulada.

DISCUSSÃO

O descarte de forma inapropriada dos resíduos de amálgama dentário tem gerado grandes problemas, pois os danos causados por ele comprometem os recursos naturais e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações (BRRASIL, 2003). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os resíduos sólidos de saúde, que incluem o amálgama não encapsulado contêm um alto potencial de contaminação biológica e química (BALLESTER et al.,2001; OMS, 2005; SILVA, 2009).

Muitos pacientes têm trocado as restaurações de amálgama por outros materiais, por fatores estéticos, já que existem materiais, como a resina composta, que substitui,

de certa forma, o amálgama e preserva a estética do dente, como também são menos prejudiciais ao meio ambiente e ao corpo humano. Contudo, mesmo que essa troca tenha promovido uma redução na utilização do amálgama na Odontologia, também se têm contribuído para aumentar a contaminação ambiental, uma vez que a remoção deste material gera resíduos que são despejados nas redes de esgotos. Dessa forma, não chegam às estações de tratamento ou são despejados inadequadamente em rios e oceanos contaminando o meio ambiente, pois o mercúrio que compõe o amálgama pode ser liberado por reações químicas naturais, como o calor, que ocorre no meio ambiente (NOTA et al., 2004).

RESOLUÇÃO DA ANVISA

Segundo a ANVISA, na resolução RDC N 173/17, de Setembro de 2017, no artigo 1º, foi publicado:

Ficam proibidas, em todo território nacional, a fabricação, a importação e a comercialização, assim como o uso de serviços de saúde, de mercúrio e do pó da liga do amálgama na forma não encapsulada indicado para o uso em odontologia.

Essa resolução, prevista para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2019, estabelece que esse resíduo que contém mercúrio em sua composição deve ser acondicionado em recipiente inquebráveis e hermeticamente fechado, sob selo de enxofre, atribuído ao responsável o cuidado no descarte adequado desses resíduos produzidos.

A Lei Nacional de Resíduos Sólidos, instituída em 2010 e regulamentada pelo decreto 7404/2010, estabelece que a responsabilidade deve ser compartilhada da equipe profissional em relação ao descarte de resíduos. Desse modo, tanto o cirurgião-dentista quanto a equipe devem dar atenção ao tema. A penalidade prevista para o descarte inadequado inclui multa.

O objetivo dessa resolução é promover o descarte adequado e seguro dos resíduos de amálgama minimizando, assim, os riscos de contaminação ambiental.

CONCLUSÃO

É compreensível o posicionamento racional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, proibindo o uso de amálgamas não encapsulados e prevendo a possível substituição total dessa liga à longo prazo. Essa versão segura deve passar por instalações adequadas no consultório odontológico, uso de equipamentos de proteção e descarte adequado do material. A logística que obriga o fabricante a coletar e descartar corretamente o material ainda é incipiente no Brasil, pois o país convive com diferentes realidades, o desafio é avançar no alcance de toda a população. Assim, em casos mais simples, a restauração com resina composta é possível e em cavidades mais extensas a porcelana ou a zircônia podem ser utilizadas. Logo, até sua tendência substituição total, a longo prazo, o uso do amálgama encapsulado é seguro e eficaz na utilização odontológica.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, I. C. G. et al. **O futuro do amálgama na prática odontológica: o que o clínico precisa saber**, *Revista Tecnologia e Informação*, Rio Grande do Norte, n. 2, p. 32-41, 2015.

BALLESTER, R.Y; MARKARIAN, R.A; LOGUERCIO, A.D. **Alteração dimensional de amálgama de prata e liga à base de gálio**. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, v.15, n.4, p. 341-347, out/dez 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. *ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde*. Brasília: ANVISA, 2006.

BRASIL. *Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. Resolução Nº 173 de 15 de setembro de 2017*. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=18/09/2017&pagina=46>>. Acesso em: 29 de agosto, 2018.

FILHO, L. E. R.; JORGE, W. A.; TURBINO, M. L. **Amálgama dental: qual o futuro do ensino?** Disponível em: <http://www.fo.usp.br/wp.content/uploads/Anais-Simpósio-Amálgama-Dental-2014.pdf>. Acesso em 15 de maio. 2018.

GAMELEIRA, F. H. S. et al., **Educação ambiental como estratégia para inserção da sustentabilidade na formação em Odontologia**. 2015. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GRIGOLETTO, J. C.; OLIVEIRA, A. da S.; MUÑOZ, S. I. S.; ALBERGUINI, L. B. A.; TAKAYANAGUI, A. M. M. **Exposição ocupacional por uso de mercúrio em odontologia: uma revisão bibliográfica**. Acessado em: 2018 Maio 03. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232008000200029&script=sci_arttext&lng=.

GUIMARÃES, G. A. **Efeitos tóxicos do mercúrio**. Disponível em: http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=residuos/index.php3&conteudo=./residuos/artigos/toxicidade_mercurio.html. Acesso em 05 de maio, 2018.

OIKAWA, T; PINHEIRO, M.C.V; FERREIRA, L.B; TODA, K.L. **Avaliação dos teores de mercúrio na urina dos graduados de Odontologia**. *Revista Paranaense de Medicina*, Belém, v.21, n.3, set, 2007.

PEREIRA, J. G. D.; PAZ, D. C.; COLTRI, M. V.; SILVA, R. H. A. **Adicional de insalubridade e periculosidade na prática odontológica – uma revisão**. *Revista Brasileira de Odontologia Legal-RBO*, São Paulo, v. 4, n.3, p. 89-100, 2017.

PINTO, M. L.; MOTTA, L. J.; RAPTOPOULOS, G. S. **Ações sustentáveis e gestão de resíduos em odontologia**. In: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, 3., 2014, São Paulo. *Anais...* 2014.

SANTOS, D. T.; DIAS, K. R. H. C.; SANTOS, M. P. A. **Amálgama dental e seu papel na odontologia legal**. *Revista Brasileira de Odontologia*, Rio de Janeiro, v. 73, n. 1, p. 64-68, 2016.

AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹

Maria Aline Viana de Lima²

RESUMO

O presente estudo tem como tema as consequências da violência doméstica contra as crianças. Teve como objetivo geral analisar as consequências da violência no ambiente familiar sofrida pelas crianças e adolescentes e objetivos específicos analisar como vem sendo enfrentamento e combate à violência doméstica e compreender também sua articulação junto à rede de serviços voltados à criança e ao adolescente. A Metodologia utilizada foi do tipo bibliográfica através de artigos sobre o tema deste estudo publicados nas bases de dados SCIELO, artigos de revista e Google acadêmico. O período de coleta dos dados foi entre os meses de setembro a outubro de 2017. Diante disso, o presente estudo apresentou uma compreensão acerca da violência doméstica contra crianças e adolescentes, no entanto o estudo não buscou ser conclusivo em relação ao tema proposto, mas sim abrir novos caminhos para outras discussões no sentido de elucidar cada vez mais a sociedade sobre essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças e Adolescentes; Instituição; Violência Doméstica.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo abordar as consequências da violência doméstica contra crianças e adolescentes, o qual vem crescendo na sociedade, especialmente, quando falamos desse tipo de violência no contexto familiar, onde as consequências são as mais diversas e podem deixar sequelas irreparáveis, tornando-se um problema de cunho social.

A violência é uma questão que permeia a condição humana. Sua visibilidade tanto pode ser relacionada às formas pelas quais se manifestam quanto a capacidade da sociedade em percebê-la afetivamente.

O interesse por esta temática justifica-se pela necessidade de reflexão a respeito da violência no contexto brasileiro escolhendo tratar especificamente da violência contra crianças, e não dos demais grupos que são alvos deste fenômeno, por uma

reflexão mais rica de um objeto de estudo delimitado a expandir um olhar sobre os tipos de violência e entender como se dá o desvelamento de uma das facetas da questão social, ressaltando o compromisso social da instituição no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Diante disso, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar as consequências da violência doméstica sofrida pelas crianças e adolescentes. Os objetivos específicos deste estudo consistem em descrever os tipos de violência, física, psicológica, sexuais e negligencia e identificar as consequências da violência doméstica contra a criança.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia realizada nesta pesquisa foi de natureza bibliográfica, onde foi utilizado como instrumento da coleta de dados artigos sobre o tema deste estudo publicados nas bases de dados SCIELO, artigos de revista e Google Acadêmico, no período entre os meses de setembro a outubro de 2017.

A análise dos dados foi realizada através da seleção minuciosa de todo o material pesquisado, em seguida realizou-se leituras objetivando extrair dos mesmos assuntos que estavam de acordo com a temática proposta neste estudo, onde foi realizada uma discussão sobre cada autor pesquisado, expondo seus pontos principais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falar sobre o tema violência implica expor uma realidade de banalização que acontece nas mais diversas variáveis; pois desde o início do nascimento do homem; ele dentre os seres vivos, é uma peça principal na pratica da violência.

De acordo com Cavalcanti (2005), a liberdade é um direito essencial ao ser humano, sendo consagrada no rol da primeira geração dos direitos humanos. Quando

essa liberdade é violada através da violência, esse direito está sendo impedido de ser manifestado através da vontade da pessoa.

Conforme observado, a violência pode ser conceituada como toda ação ou omissão com caráter de constranger ou violentar a pessoa, causando lesões físicas, psicológicas e morais. Por sua vez, a violência doméstica pode ser conceituada como toda ação ou omissão praticada por pais, parentes ou responsáveis contra a criança e o adolescente, causando danos físicos, morais e psicológicos.

Na atualidade, falar sobre o tema violência implica trazer às claras, uma realidade de banalização que acontece nas mais diversas variáveis; pois desde os primórdios, do início do nascimento do homem ele dentre os seres vivos, é uma peça principal na prática da violência.

Assim, a violência constitui-se também como um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto, utilizando excessivamente a força (MINAYO, 2001). A violência doméstica é a violência, explícita ou velada, ocorrida no seio familiar, partindo do abuso físico e/ ou psicológico dos pais, biológicos ou adotivos, por aquele que possui a guarda da criança ou até mesmo indivíduos próximos à criança, segundo Cavalcanti (2005). Violência física é definida como o uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, familiares, responsáveis ou pessoas próximas, como objetivo de ferir, provocar danos ou levar a criança ou adolescente à morte, deixando ou não marcas evidentes.

Souza (2002) destaca que a violência sexual ocorre quando um ou mais adultos, sejam eles pais, responsáveis, conhecidos ou desconhecidos, tem com a criança ou adolescente contato físico ou não de caráter sexual, ou relação sexual ou propriamente dita, com a intenção de ser estimulado sexualmente ou de estimular outras pessoas.

Nesse quesito, Souza (2002) observa que a violência sexual intrafamiliar é aquela que ocorre dentro da própria família sendo de natureza incestuosa, pois o autor tem vínculo de parentesco e responsabilidades par com a criança ou adolescente, e as relações sexuais entre eles são proibidas por leis ou costumes.

Violência psicológica é toda interferência negativa do adulto sobre a criança formando na mesma um comportamento destrutivo. Existem mães que sob o pretexto da disciplina ou da boa educação, sentem o prazer em submeter os filhos a vexames, sua tarefa mais urgente é interromper a alegria de uma criança através de gritos, queixas, comparações, palavrões, chantagens, dentre outros, o que pode prejudicar a autoconfiança e autoestima (ROSAS; CIONEK, 2006). Negligencia pode ser considerada também como descuido, ausência de auxílio financeiro, colocando a criança e o adolescente em situação precária: desnutrição, baixo peso, doenças, falta de higiene.

Além de todos esses direitos, colocam ainda a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Enfim, legalmente as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica tem todo um amparo teoricamente pautado em lei, porém, a vigilância da prática é de suma importância, pois, há vários indivíduos querendo violar tais direitos.

CONCLUSÕES

O estudo realizado considerou vários dados e respondeu a perguntas que estão relacionadas aos objetivos escolhidos para desenvolvê-los. Observou-se que a partir das entrevistas que a violência doméstica praticada a crianças e adolescentes expressa uma cultura de violência transmitida de geração em geração sendo vivenciada por outros membros da família ao longo de suas vidas tendo esta pratica manifestada em um ambiente que é visto como inviolável, onde reina a paz e harmonia.

Neste sentido, compreende-se que a violência doméstica contra crianças e adolescentes vêm acompanhadas a um grande desafio, isso por se tratar de uma problemática que repercute em todos os meios sociais e que afeta e altera toda a estrutura familiar. Por isso, muitas vezes os atos violentos ficam restritos entre quatro paredes daquilo que para muitos é entendido como lar, onde muitas vezes a violência é usada como forma de uma boa educação atrelada a submissão.

Este estudo vem com a perspectiva de avançar na busca de compreender estes fatos, juntamente com eles meios de intervenção a este problema social que nos revela um triste cenário de violação de direitos, de cidadania e de respeito, e mais especificamente contra crianças e adolescentes, vítimas da violência doméstica.

Portanto, o presente estudo apresentou uma compreensão acerca da violência doméstica contra crianças e adolescentes, no entanto não se pretende ser conclusiva em relação ao tema proposto, mas sim abrir novos caminhos para outras discussões no sentido de elucidar cada vez mais a sociedade sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 901, 21 dez. 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/7753>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

MINAYO, M. C.S. Violência contra crianças e adolescentes: questão Social, questão de saúde. **Revista Brasileira Materna Infantil de Recife**. V. 1, n. 2, p. 91-112, 2001.

ROSAS, F. K; CIONEK, M. I. G. D. **O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem**. Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.

SOUZA, J. **Violência sexual na infância: a dinâmica familiar**. Itajaí (SC) Papyrus, 2002.

A PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: O CASO DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS¹

Edmar Souza das Neves ²

RESUMO

Propomos neste texto, realizar um resgate histórico da oferta da prática da atividade física no sistema penitenciário brasileiro no período de 1928-1949. Para tanto, foram pesquisadas fontes secundárias em relação à política educacional ao sujeito sentenciado e fontes primárias com relação à oferta da prática da atividade física — relatórios ministeriais, os quais relatam de que forma a prática da atividade física era ofertada aos apenados. Assim como, descrevem os objetivos esperados com o desenvolvimento das atividades físicas. Concluímos que a oferta da prática da atividade física no sistema penitenciário brasileiro foi utilizada pelo poder vigente da época como forma de tratamento ao homem criminoso, uma vez que, almeja-se com diversas atividades oferecidas controlar e disciplinar as ações do sujeito preso, tanto impulsos violentos como o desejo sexual.

PALAVRAS – CHAVE: Atividade física – Sujeito preso - sistema prisional.

INTRODUÇÃO

Nos percalços da história, a atividade física/exercício físico foi utilizada como uma técnica para delineamento de valores, hábitos e comportamentos considerados adequados para a manutenção do *status quo*. Assim, a nova ordem social estabelecida pela burguesia exigia uma intervenção médica, intervenção essa na maioria das vezes autoritária sobre aqueles que eram tidos como foco privilegiado de doenças, como por exemplo, os hospitais, os manicômios, as prisões, os portos e os cortiços. Foi a partir desta aplicação prática da

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Doutor em Educação pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE. Docente da Universidade Federal do Piauí. E-mail: edmar.das@bol.com.br

medicina social delineada pelo pensamento higienista e eugenista, que se formou o núcleo que deu origem à “economia social e à sociologia do século XIX” (FOUCAULT, 1993, p. 103).

Quando analisamos a oferta da prática da atividade física no sistema prisional brasileiro no início do século XX, observamos através das fontes históricas que as práticas físicas passam a ser utilizadas como uma forma de tratamento ao homem criminoso, já que o crime estava associado à hereditariedade, degeneração e higiene. Assim a atividade física era utilizada para controlar, moralizar e disciplinar o corpo biológico e social do homem criminoso, contribuindo para sua ressocialização. Desta forma, era necessário que os corpos individuais fossem moldados, não mais por meio de artifício ou aparelhos corretores, mas pelo rígido controle da vontade. Juntamente com o ritual do banho frio, os exercícios físicos tornavam-se essenciais para o controle da disciplina e vigilância. Neste contexto, diz Foucault, “a única cerimônia que realmente interessa é a do exercício” (1977, p. 126). Assim, o objetivo deste estudo é apresentar algumas iniciativas de oferta da prática da atividade física/exercício físico em alguns estabelecimentos penais do início do século XX, com objetivo de demonstrar de forma mais específica como cada estabelecimento penal utilizou as atividades físicas/exercícios físicos no seu interior.

MATERIAL E MÉTODO

Para estruturação deste estudo utilizamos a metodologia da investigação qualitativa de natureza histórica. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental junto aos relatórios da Penitenciária de Florianópolis; produzidos pelos diretores do referido estabelecimento prisionais no período de 1928-1949, os quais relatam de que forma a prática da atividade física era ofertada aos apenados. Assim como, descrevem os objetivos esperados com o desenvolvimento das atividades físicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisarmos os estudos de Edelvito Campelo D’Araújo sobre a Penitenciária de Florianópolis no que se refere ao período de 1935 e 1940, facilmente identificamos a influência de três doutrinas – Degeneração (Louco Hereditário), Criminoso Nato e Inferioridade Racial – que conduziram o pensamento médico e jurídico no final do século XIX e início do XX. A partir destas teorias, o sujeito criminoso passa pela análise em sua totalidade, indo do seu tipo físico até a raça a que pertence. O mal da degenerescência poderia estar relacionado tanto à mistura de raças quanto de doenças congênitas, como por exemplo a sífilis (REBELO, 2004).

Naquele momento o diagnóstico do sujeito criminoso era realizado com base em preconceitos e determinismo. Segundo Schwarcz (1993), quanto mais distante dos padrões de beleza considerados adequados, ou quanto mais “feio”, mais criminoso era o sujeito.

Uma possível explicação para a forma como a atividade física é utilizada pelo sistema prisional de Florianópolis pode ser encontrada nos escritos da historiadora Nancy Stepan (1990), quando elucida que o Brasil da transição do século XIX para o século XX vivenciava uma revalorização do nacionalismo e novas formas de controle social em moldes do pensamento eugenista, no qual eugenizar significava sanear. Uma vez que deslocou-se o problema da miscigenação para o do “grupo social doente” e, isso, segundo o pensamento higienista que predominava, deveria ser resolvido com métodos sanitário e medidas higiênicas. Desta forma, o poder vigente estava preocupado em “saneamento da raça” e a extinção dos indivíduos loucos e criminosos, conseqüentemente perniciosos para a sociedade, assim como para o desenvolvimento do futuro da nação (REBELO, 2004).

A Teoria da Degeneração também conhecida como Teoria do Louco Hereditário foi postulada pelo psiquiatra alemão Benedict Morel, que entendia a loucura como uma patologia hereditária e em seus estudos agrupou e classificou os loucos como degenerados os quais deveriam ser afastados do convívio social. Para ele, a loucura era provocada por um distúrbio mental congênito que levava o sujeito a insanidade e a loucura. No entanto, diagnosticar a loucura hereditária (degeneração mental) não era algo fácil, pois caberia ao médico distinguir

o que poderia ser de origem herdada hereditariamente do sócio moral — adquirido no convívio social.

Para Carrara (1987), as origens da degeneração eram: o paludismo, o ópio, as fomes, o álcool, as epidemias, as intoxicações alimentares, as indústrias, as profissões insalubres, as doenças infecciosas ou congênitas, miséria, temperamento doentio, imoralidade dos costumes e influências hereditárias.

Desse modo, a imoralidade poderia gerar doenças e levar o sujeito a cometer o crime, através dos laços genealógicos. Desta forma, para avaliar a saúde mental de determinado sujeito, o médico deveria realizar um levantamento minucioso da história da família, levando em consideração a incidência de doenças nervosas, como também da existência de atos inaceitáveis socialmente como crimes.

Além disso, o corpo físico que tivesse deformação anatômica também era objeto constituinte da degeneração, pois no entendimento de Morel, a amoralidade também era uma. Portanto, a teoria da degeneração postulada por Morel foi utilizada por Araújo na Penitenciária de Florianópolis para justificar que o homem criminoso seria apenas um produto da degenerescência, o que permitiu por sua vez o uso da Teoria do “Criminoso Nato” desenvolvida por Lombroso.

Cesare Lombroso¹ foi um médico psiquiatra que ajudou na medicalização do crime. Dentre suas inúmeras contribuições para tratamento do homem criminoso encontra-se a sua obra “O Homem Criminoso”, datada do ano de 1876, onde desenvolveu a Teoria do “Criminoso Nato”. Seria então a “criminalidade hereditária” e não transmitida através das relações de convívio social, mas sim em decorrência de um contexto criminógeno modelado por taras degenerativas e hereditárias. Lombroso, baseado no método de classificação da espécie, classificou os homens criminosos. No livro que publicou no ano de (1906) intitulado, “O crime, causa e remédios”, o médico psiquiatra incluiu como elementos causadores do crime também fatores sociológicos e climáticos, que eram influenciados pelas características

¹Para conhecer de forma mais aprofundada sobre a vida desse médico psiquiatra que tanto contribuiu com o pensamento prisional ver: Darmon, 1991.

das cidades, da imprensa, da densidade demográfica, da imigração e emigração, da privação, da inflação, do álcool e pauperismo (DARMON, 1991).

Assim, a partir dos estudos de Lombroso, a antropologia criminal se instituiu na aplicabilidade de técnicas da antropometria e da craniologia, assim como no exame dos corpos dos criminosos e no tratamento estatístico dos resultados. No entanto, Lombroso não acreditava que eram as variações antropológicas que davam origem ao criminoso nato algo patológico.

A constatação dessas teorias era usada para respaldar o tratamento oferecido ao sentenciado na Penitenciária de Florianópolis. Pois considerava Araújo que somente uma intervenção baseada no pensamento científico poderia curar o homem criminoso de sua insanidade mental e seus delírios bizarros. Nesse sentido, a ciência e unicamente a ciência poderia intervir de forma precisa sobre a alma do homem criminoso (ARAÚJO, 1938, p.71).

Ainda neste relatório Araújo demonstra preocupação com o número de criminosos negros presente na Penitenciária de Florianópolis. Relata este autor que a população carcerária da Penitenciária de Florianópolis é formada por 288 sentenciados dentre estes sentenciados, há 4 mulheres, 10 estrangeiros, 6 alemães, 1 espanhol, 1 polonês e 1 suíço. 30 menores delinqüistes, 35 loucos e 200 negros que apresentam características de loucura o que leva a crer que o ato criminoso mantém relação com a raça do indivíduo (ARAÚJO, 1938, p. 69).

A teoria da Inferioridade Racial foi apresentada pelo médico maranhense Nina Rodrigues — que foi fortemente influenciado pelos estudos de Morel e Lombroso. Nina Rodrigues, associava a raça com o crime. Como Lombroso, Nina Rodrigues trabalhava com a hipótese que via no criminoso nato uma natureza irresponsável (CARRARA, 1987).

Com base no apresentado até o presente momento podemos afirmar que Araújo no desenvolvimento de sua atuação profissional fez uso dessas teorias e as tornou praticamente irrefutáveis, tanto pelo uso da estatística quanto pela análise positiva dos fatos. Araújo, com base nos inúmeros justificava e convalidava as teorias aqui descritas, muito embora em nenhum dos relatórios aqui analisados apresentou gráficos estatísticos, apenas menciona dados aleatórios.

No que se refere à oferta da prática da atividade física/exercício físico, Araújo utilizou como uma técnica de tratamento ao homem criminoso por ser compreendida como uma forma que contribuía com a medicalização do crime na Penitenciária de Florianópolis.

O caráter medicalizador que a prática da atividade física/exercício físico exercia naquele recinto penal, Araújo atribui às atividades físicas uma funcionalidade curativa para os comportamentos desviantes e ao mesmo tempo de utilidade para as atividades do trabalho. Observa-se no discurso de Araújo, que as atividades físicas funcionam como um remédio para todos ali presentes — brancos/negros. Era um remédio que tinha a capacidade disciplinar e curar o corpo do homem criminoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitarmos a História e a Historiografia do Sistema Penitenciário Brasileiro, na passagem do século XIX para o XX, que foi fundamental para mostrar a história registrada nos relatórios ministeriais pelos diretores dos estabelecimentos prisionais e que trazem as evidências de como os discursos penitenciários foram produzidos.

Esse movimento que acontecia na América e na Europa refletiu-se nas discussões das questões penitenciária do governo brasileiro que, baseado no modelo de prisões e de controle social da América e da Europa buscou garantir a eficiência do tratamento ao homem criminoso, e a manutenção da ordem pública.

Com base nos documentos aqui analisados observamos que a prática da atividade física foi utilizada de maneira específica como forma de tratamento ao homem criminoso no século XX, uma vez que as atividades oferecidas variavam de instituição para instituição, as quais dependiam da forma como seus diretores viam a necessidade de ofertá-las, indo desde o banho de sol às práticas de modalidades esportivas como voleibol, futebol, basquete, assim como a ginástica, entre outras.

No caso da penitenciária de Florianópolis a oferta da prática da atividade física/exercício físico era utilizada como um mecanismo útil para disciplinar, controlar o desejo sexual e corporal do sujeito preso.

Neste sentido, conforme os relatórios ministeriais aqui analisados, podemos inferir que, no início do século XX, a oferta da prática da atividade física, também considerada por alguns diretores como práticas esportivas, se justificava devido a um conjunto especial de atributos que o seguimento de suas regras tirava milagrosamente do corpo e da alma dos homens, tornando-se promotora de saúde, assim como regeneradora das virtudes e da moral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. M. **Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861.** 336 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

D'ARAÚJO, E. C. **Relatório do diretor da Penitenciária de Florianópolis.** Santa Catarina, 1940.

DARMON, P. **Médicos e Assassinos na Belle Époque: a Medicalização do Crime.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FLEURY, A. A. P.; JAGUARY, V.; TOLENTINO, A. N. et al. Relatório da Comissão Inspectora da Casa de Correção da Corte. In: BRASIL. **Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça,** Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

NUNES FILHO. **Relatório de 1932 da Casa de Correção do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior/repartição Central de Polícia. 1933.

REBELO, F. Sífilis. **Crime e Eugenia: Penitenciária de Florianópolis (1935/1945).** Textos e Debates – NUER/UFSC, nº 11. Florianópolis, 2004.

RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ROLIM, I. F. **Probidade e Civismo:1939-1942.** Rio de Janeiro: ENEFD, 1943.

ATENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PROJETO DE EXTENSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA¹

Jucyara do Nascimento Rodrigues²

Mariana Lopes da Silva³

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho⁴

Kácio dos Santos Silva⁵

RESUMO

O trabalho trata-se de um estudo descritivo na modalidade relato de experiência e tem como objetivo descrever a trajetória, desafios e dificuldades durante a participação no Projeto Canudos destacando a importância da assistência fisioterapêutica no contexto de promoção de saúde em um povoado localizado no sertão da Bahia. As ações foram desenvolvidas no povoado de Canudos Velho que originalmente é chamada de Belo Monte (Alto Alegre), Razinho e Rio do Vigário (Bahia), no período de 30 de junho à 08 de julho de 2018 com uma carga horária de 8h diárias. Essa região fica situada onde aconteceram as batalhas durante a Guerra de Canudos. A participação nesse projeto permitiu a convivência com outras pessoas, o compartilhamento de experiências, conquista de saberes, busca de desafios, visão do outro com empatia, além de permitir colocar em prática toda aquela teoria vista em ambiente acadêmico. A extensão hoje deixa de ser um mero complemento propagador do que é visto em sala de aula e passa a ser peça fundamental na formação acadêmica de um futuro fisioterapeuta que passa a ter uma visão sensata e crítica de determinadas situações, destacando assim um novo delineamento de profissional, o profissional mais humano.

PALAVRAS-CHAVE: fisioterapia, extensão universitária, comunidade.

1 Trabalho apresentado na XVI Semana científica do Centro Universitário Santo Agostinho- SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de Setembro a 5 de Outubro de 2018.

2 Graduanda em Bacharelado em Fisioterapia pelo Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, Teresina, Piauí; jucyaranascimento65@gmail.com

3 Graduanda em Bacharelado em Fisioterapia pelo Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, Teresina, Piauí; marianalopes.ml82@gmail.com

4 Biomédico pela Faculdade Maurício de Nassau, Teresina, Piauí; pauloosergio1@outlook.com

5 Mestrando em Educação – UFPI; Professor do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA; kaciosam@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A inserção do fisioterapeuta nos serviços de atenção primária à saúde é um processo em construção, associado, principalmente a criação da profissão, rotulando o fisioterapeuta como reabilitador, voltando-se apenas para uma pequena parte de seu objeto de trabalho. Essa lógica de conceitualização, durante muito tempo, excluiu da rede básica os serviços de fisioterapia, acarretando uma grande dificuldade de acesso da população a esse serviço e impedindo o profissional de atuar na atenção primária (RODRIGUES, 2008; BORGES et al., 2010).

As instituições de ensino superior exercem um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades em diversas áreas, inclusive na saúde. A extensão universitária tem papel fundamental no processo de produção e difusão de conhecimentos em busca de uma sociedade inclusiva com o desenvolvimento integral do ser humano, oferecendo, por meio de suas ações, respostas para a transformação social (ARRAIS et al., 2009).

Sendo assim, o aluno participante desses projetos de extensão é favorecido, pois a partir das práticas realizadas é possível ponderar aspectos éticos, direitos e deveres do cidadão, caráter, obrigação social, permitindo também um direcionamento para o mercado de trabalho, desenvolvimento de novas aptidões, indagações, conhecimento de diversas pessoas e culturas. Diante de tudo isso ainda traz para a comunidade benefícios com o atendimento especializado e sem nenhum custo (MARTINS, 2008).

Este trabalho tem como objetivo descrever a trajetória, desafios e dificuldades durante a participação no Projeto Canudos destacando a importância da assistência fisioterapêutica no contexto de promoção de saúde em um povoado localizado no sertão da Bahia.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho trata-se de um estudo descritivo na modalidade relato de experiência. Essa prática foi vivenciada por acadêmicos do curso de Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Farmácia, Psicologia e Odontologia do Centro Universitário Santo Agostinho, coordenados por

três professores da mesma instituição, lá se reuniram a outros acadêmicos e profissionais do estado de São Paulo que completaram o grupo. O projeto Canudos é uma iniciativa da Universidade Metodista e acontece desde 2011, sendo que Centro Universitário Santo Agostinho está no seu terceiro ano de participação.

A seleção ocorreu em duas etapas: 1- Apresentação de plano de ação escrito; 2- Entrevista. Na primeira etapa foram selecionados 24 projetos dentre os 90 inscritos. Desses 24 só 23 realmente se fizeram presentes na entrevista e depois da realização de várias atividades, 10 foram escolhidos para fazer parte dessa missão.

As ações foram desenvolvidas no povoado de Canudos Velho – Bahia, que originalmente é chamada de Belo Monte (Alto Alegre), no período de 30 de junho à 08 de julho de 2018 com uma carga horária de 8h diárias. Essa região fica situada onde aconteceram as batalhas durante a Guerra de Canudos.

Nos meses que antecederam a viagem foram realizadas reuniões e capacitações para os participantes, elaboração de material didático, educativo e intervencional bem como a preparação de ações que seriam desenvolvidas de acordo com a necessidade da comunidade.

Ao chegarem, alunos e professores no município, foram recepcionados pela líder comunitária daquela localidade e pelo coordenador geral do projeto, em seguida foram estes distribuídos nas casas de alguns moradores nas quais iriam passar todo o período de ocorrência das atividades vinculadas ao projeto. A divulgação do projeto foi efetivada através dos próprios alunos por meio de diálogo com os moradores nas visitas domiciliares realizadas. O público alvo eram os domiciliados no município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço físico para a construção do local para atendimento de fisioterapia se restringia a uma sala de uma biblioteca com duas mesas, duas cadeiras e uma maca para ser dividida entre fisioterapeuta e médico. O primeiro dia foi destinado a abertura da caixa com os materiais conseguidos por meio de doação, manejo da sala, disposição das cadeiras, mesas e maca, limpeza do local. Nos dias seguintes começaram a acontecer as visitas domiciliares,

onde foram feitos mapeamento das famílias e ainda a divulgação dos atendimentos que aconteceriam e suas especialidades (Odontologia, Fisioterapia e Psicologia). As atividades realizadas na fisioterapia sempre priorizaram o paciente. Todos chegavam no espaço de fisioterapia com uma fixa de triagem, passava por uma avaliação com o fisioterapeuta e em seguida recebia um tratamento pertinente a sua queixa. Além do tratamento propriamente dito (uso de recursos da eletrotermoterapia e terapia manual) para alívio de dor, as pessoas que chegavam com queixas musculoesqueléticas também recebiam orientações para melhorar hábitos e posturas pela acadêmica de fisioterapia.

Para Ribeiro; Soares (2015) os estudantes verificaram que a extensão é uma prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, expressando que o graduando percebe a necessidade de que a fisioterapia expanda o seu olhar em relação aos determinantes do processo saúde doença e amplie a sua prática em direção à promoção da saúde atendendo à demanda da população, saindo do paradigma exclusivo da recuperação da saúde e reabilitação. A partir daí haverá uma aproximação com os indivíduos envolvidos com o intuito de melhorar o auxílio prestado, sendo assim pode-se destacar a transformação social como principal objetivo dos projetos de extensão universitária (RODRIGUES, 2013).

Para Barbosa et al.(2010) a fisioterapia em seu processo de trabalho na Atenção Básica, deve suprir a demanda da comunidade reduzindo danos e agravos, com uma prática integral que perpassa pela educação em saúde, acolhimento, atendimentos individuais, grupos operativos e realizando visitas domiciliares, quebrando o paradigma de ser uma profissão apenas reabilitadora.

Em contrapartida Neuwlad; Alvarena (2005) diz que o fisioterapeuta, como os demais profissionais de saúde, tem sólida formação acadêmica, para atuar no desenvolvimento de programas de promoção de saúde. Porém, frequentemente, tem suas atividades profissionais reconhecidas na reabilitação e na recuperação de pessoas fisicamente lesadas com atuação, portanto, em níveis de atenção secundária e terciária à saúde.

Para Bispo Júnior (2010), o fisioterapeuta deve realizar ações junto à Estratégia de Saúde da Família, utilizando seus saberes tão vastos na área da saúde, como vigilância dos

distúrbios cinesiofuncionais, orientações posturais, desenvolvimento da participação comunitária e incentiva ao estilo de vida saudável.

A formação do fisioterapeuta atual deve objetivar a capacitação de um profissional atuante nos níveis de promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde do ser humano, não só para curar, mas para evitar que aconteça (ARRAIS, HILDEGARDESet al., 2009).

O objetivo da atuação da fisioterapia não se dará, exclusivamente, no indivíduo doente e sequelado; antes, porém, a atuação será direcionada às coletividades humanas, buscando transformar hábitos e condições de vida, promovendo saúde e evitando, conseqüentemente, distúrbios do sistema locomotor, apresentando uma missão primordial de cooperação mediante a nova realidade de saúde que se apresenta, através da aplicação de meios terapêuticos físicos, na prevenção, eliminação ou melhora de estados patológicos do homem, na promoção e na educação em saúde (OKI, PRÉVE e PEREIRA, 2012).

CONCLUSÃO

Conclui-se que essa experiência abre portas para novos caminhos, serve de subsídios para outras atividades quem envolvam a prática fisioterapêutica e o aprendizado dos estudantes que participaram do projeto, diante disso a atenção fisioterapêutica foi executada ultrapassando as barreiras da sala de aula. A possibilidade de troca de experiência entre os integrantes da equipe e também com a comunidade proporciona ao acadêmico a vivência de diferentes realidades. Dentro desse contexto foi possível estabelecer relações de reciprocidade entre os profissionais que buscavam o mesmo objetivo: o bem-estar da população, assim surge uma visão crítica e reflexiva do acadêmico frente às situações vivenciadas obtendo com isso uma base mais sólida nesse vínculo entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, R., HILDEGADES, M., PESSOA, I. M. B. S., COELHO, C. C. Educando para a saúde: uma atuação da fisioterapia na extensão universitária. **Vivencias**, Natal, v. 5, n. 8, p. 107-111, 2009.

BISPO, J. P. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciência &** Saúde Coletiva, v. 15, p. 1627-1636, 2010.

BORGES, A. M. P., SALÍCIO, V. A. M. M., GONÇALVES, M. A. N. B., LOVATO, M. A contribuição do fisioterapeuta para o programa de saúde da família-uma revisão da literatura. **UNICiências**, v. 14, n. 1, 2015.

MARTINS, E. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. **Ciências &** Cognição. v. 13, 2008.

NEUWALD, M. F., ALVARENA, L. F. Fisioterapia e educação em saúde: investigando um serviço ambulatorial do SUS. *Boletim da Saúde*, v. 19, n. 02, 2005.

OKI, M.; PRÉVE, A.; PEREIRA, J. **A atuação do Fisioterapeuta na Atenção Básica no Município de Florianópolis (SC)**. Coleção Gestão da Saúde Pública, v. 7, 2012.

RODRIGUES, R. M. **A fisioterapia no contexto da política de saúde no Brasil: aproximações e desafios**. *PerspectivasOnLine 2007-2011*, v. 2, n. 8, 2008.

RODRIGUES, A. L. L., DO AMARAL COSTA, C. L. N., PRATA, M. S., BATALHA, T. B. S., NETO, I. D. F. P. **Contribuições da extensão universitária na sociedade**. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT*, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.

CORRELAÇÃO ENTRE VITAMINA D E O CÂNCER DE MAMA¹

Tamires Kelly dos Santos Lima Costa²
Erica Jorgiana dos Santos de Moraes³
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho⁴
Valdeni Anderson Rodrigues⁵
Centro Universitário de Saúde, Ciências
Humanas e Tecnológicas do Piauí

RESUMO

Considerando-se as alterações metabólicas ocasionadas pela a vitamina D, o presente estudo teve por objetivo analisar a correlação da vitamina D em mulheres diagnosticadas com câncer de mama. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências disponíveis em artigos originais produzidos sobre o tema pertinente relacionado a vitamina D com o do câncer de mama. Com os descritores: Mortalidade, câncer de mama e vitamina D, indexadas no (DECS), com recorte temporal de 2013 a 2018, no idioma português, inglês e espanhol. Ao todo foram recuperados 97 trabalhos. Após filtrá-los de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, restaram 7 que melhor se enquadravam no tema proposto. Apesar das evidências de que o estado nutricional adequado em vitamina D, bem como sua suplementação pode auxiliar em um melhor prognóstico do câncer de mama, os estudos ainda são controversos. Com base na revisão dos estudos, a vitamina D está possivelmente associada a maior sobrevida global de pacientes de câncer de mama e diminuição da chance de recidiva da doença. No entanto, há evidências de que a Vitamina D pode modificar o microambiente tumoral do câncer de mama e ter papel na definição das características patológicas do tumor. A deficiência de Vitamina D tem sido implicada como fator de risco no desenvolvimento do câncer de mama.

PALAVRAS-CHAVE: Mortalidade, câncer de mama e vitamina D.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: tamireslimatkl@gmail.com.

³Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: ericajorgiana@hotmail.com

⁴ Biomédico pela Faculdade Mauricio de Nassau; E-mail: pauloosergio1@outlook.com

⁵ Graduando de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: valdeni.anderson@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao passar dos anos e com o avanço dos estudos científicos nenhuma vitamina foi tão exaustivamente estudada na sua possível relação com a carcinogênese e no prognóstico de doentes com neoplasia quanto a vitamina D (SILVA et al, 2017). Segundo Boneti e Fagundes (2013), a vitamina D não é considerada uma vitamina atualmente, e, sim, um hormônio esteroide que regula uma grande variedade de processos biológicos independentes, incluindo o metabolismo ósseo, a resposta imune inata, a proliferação e diferenciação celular.

Estudos recentes, também apontam a deficiência em vitamina D como fator de risco para o câncer de mama (CM). Esta vitamina é um regulador transcricional de vários genes envolvidos na regulação do ciclo celular, diferenciação, apoptose e angiogênese (BONETI; FAGUNDES, 2013). O tipo de câncer mais comum entre as mulheres no Brasil é o CM, ficando atrás apenas do câncer de pele não melanoma. Mulheres com deficiência de 25(OH) D têm cinco vezes mais chance de desenvolverem o CM, e níveis muito baixos de 25(OH) D estão relacionados à progressão mais rápida de câncer metastático (OLIVEIRA et al, 2017).

Portanto, considerando-se as alterações metabólicas ocasionadas pela a vitamina D, o presente estudo teve por objetivo analisar a correlação da vitamina D em mulheres diagnosticadas com câncer de mama.

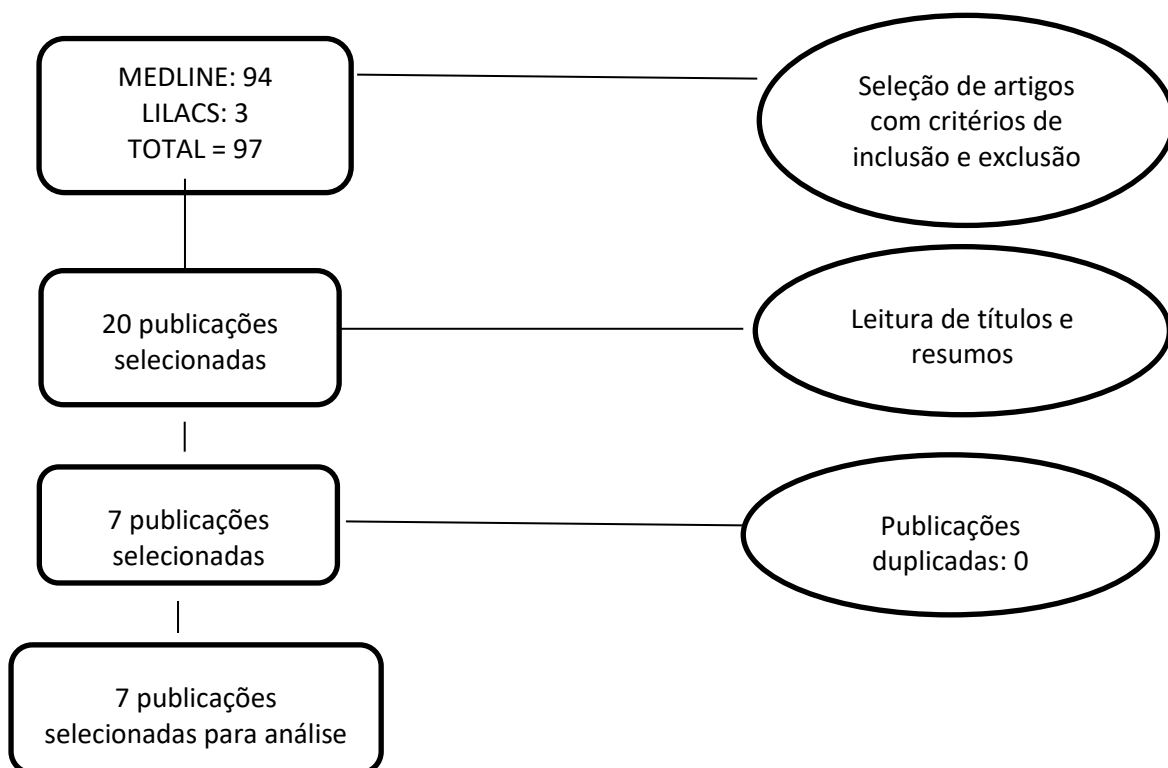
MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências disponíveis em artigos originais produzidos sobre o tema pertinente relacionado a vitamina D com o do câncer de mama. Como pergunta norteadora definiu-se: Qual a correlação entre a vitamina D com o câncer de mama segundo as evidências científicas?

A busca de artigos foi realizada em periódicos de língua espanhola e portuguesa, cujas bases de dados foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).

Os seguintes descritores, de acordo com os descritores em ciências da saúde (DECS), foram utilizados para a busca dos artigos: Mortalidade, câncer de mama e vitamina D. Consideraram-se como critérios de inclusão: ser um estudo primário, estar no recorte temporal de 2013 a 2018, disponível na íntegra, gratuitamente, no idioma português, inglês e espanhol. Excluiu-se editoriais, resumos de dissertações e teses e artigos de fóruns. Ao todo foram recuperados 97 trabalhos de acordo com os descritores utilizados. Após filtrá-los de acordo com os critérios de inclusão e leitura dos títulos e resumos, observou-se que 7 artigos abordavam o tema de interesse, sendo considerados para análise. Alguns artigos apareceram em mais de uma base de dados, sendo contabilizados apenas uma vez. Como maneira de saturar os dados a partir do cruzamento avaliou-se o estudo por meio de um instrumento validado por experts Ursi (2014), como quesito para elaboração de um fluxo de seleção dos estudos. A seguir, apresenta-se o fluxograma da pesquisa e seleção dos artigos em cada base de dados.

Figura 1- Fluxograma do processo de seleção das publicações, Teresina, Brasil, 2018.



Fonte: Fluxograma elaborado pelos autores.

No processamento e análise dos dados para a seleção dos artigos foi observada algumas características dos estudos, através de um roteiro contendo identificação do artigo (ano, autores, delineamentos da pesquisa, principais resultados e conclusões). A síntese dos dados extraídos dos artigos foi apresentada de forma descritiva em tabelas e quadros, reunindo o conhecimento produzido sobre o assunto investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 7 (100%) estudos selecionados, foram encontrados 3 (43%) no LILACS, 4 (57%) na MEDLINE, sobre a originalidade das pesquisas estavam em idioma português e inglês. Identificou-se a escassez de estudos latinos sobre a temática. No **Quadro 1** a seguir, revela os estudos e as bases de dados e os títulos das pesquisas.

Quadro 1. Principais títulos de artigos entre os anos de 2013 a 2018, Teresina, Brasil, 2018.

PUBLICAÇÃO (A _N)	TÍTULOS	BASE
A1 SILVA; DE SOUSA TEIXEIRA, CORREIA, 2017	Vitamina D e Melanoma	LILACS
A2 BONETI; FAGUNDES, 2013	Vitamina D e câncer	LILACS
A3 OLIVEIRA et al, 2017	Vitamina D e câncer de mama: uma revisão da literatura	LILACS
A4 SPERATI et al, 2013	Vitamin D Supplementation and Breast Cancer Prevention: A Systematic Review and Meta- Analysis of Randomized Clinical Trials	MEDLINE
A5 ROSE et al, 2013	Blood levels of vitamin D and early stage breast cancer prognosis	MEDLINE
A6 KIM, Y.; JE, Y; 2014	Vitamin D intake, blood 25(OH)D levels, and breast cancer risk or mortality: a meta- analysis	MEDLINE
A7 HUSS et al; 2014	Serum level of vitamin D, parathyroid hormone and calcium in relation to survival following breast cancer.	MEDLINE

Fonte: Lilacs, Medline.

Desta maneira, elencaram-se os principais resultados e conclusões dos estudos publicados na literatura, conforme o **Quadro 2**:

Quadro 2. Principais artigos com resultados e conclusões, Teresina, Brasil, 2018.

Publicação (A _n)	Resultados	Conclusões
A1	A relação entre a vitamina D e o melanoma torna-se mais controversa quando a obtenção de vitamina D através da exposição à radiação ultravioleta pode estar associado ao aumento do risco de melanoma.	Não se deve recomendar aos doentes com melanoma prolongar os períodos de exposição não protegida para aumentar os níveis de vitamina D sob risco de aumentar a incidência de tumores da pele, incluindo novo melanoma.
A2	Em metanálise sobre a vitamina D e prevenção de câncer de mama, foi encontrada redução de 45 % do risco de câncer em mulheres com níveis séricos de 25(OH)D (calcidiol) em torno de 60nmol/L quando comparadas com mulheres com níveis mais baixos (31), indicando que a vitamina D apresenta evidências de envolvimento na carcinogênese do câncer de mama.	A suplementação, a exposição solar, a ingestão adequada das doses recomendadas e políticas de implementação de vitamina D em alguns tipos de alimentos são medidas importantes relacionadas com a prevenção de alguns tipos de câncer.
A3	O estado nutricional em vitamina D, bem como a suplementação em pacientes com diagnóstico de CM, ou em tratamento quimioterápico, tem o risco de morte e recidiva da doença diminuída.	Alguns pontos ainda não estão claros como o papel da vitamina D na inibição da progressão da doença e a quantidade de vitamina D ingerida.
A4	Nem a dosagem de vitamina D nem o modo de administração afetaram significativamente o risco de câncer de mama. No entanto, a eficácia do tratamento foi um pouco maior quando a vitamina D foi administrada na dosagem mais alta e em combinação com cálcio.	O uso de vitamina D parece não estar associado a um risco reduzido de desenvolvimento de câncer de mama em mulheres na pós-menopausa.
A5	Estes resultados suportam uma associação de baixos níveis de vitamina D com aumento do risco de recorrência e morte em pacientes com câncer de mama em estágio inicial.	Dada a natureza observacional dos estudos incluídos, não se pode concluir que esta associação é causal.
A6	Entre as pacientes os níveis sanguíneos elevados de 25 (OH) D estiveram significativamente associados a menor mortalidade por câncer de mama.	O alto nível de vitamina D está fracamente associado ao baixo risco de câncer de mama, mas fortemente associado a uma melhor sobrevida do câncer de mama.
A7	Os níveis de 25(OH) D e mortalidade por câncer de mama foram associados de forma mais efetiva com entre as pacientes no primeiro e terceiro estágio, em comparação com o segundo. Uma relação inversa foi encontrada quando associados aos níveis de cálcio, com a menor mortalidade no terceiro estágio, em comparação com o primeiro.	Este estudo mostra que o 25(OH)D no pré-diagnóstico e o cálcio podem afetar a sobrevida após o câncer de mama.

Fonte: Lilacs, Medline.

Baseando-se nos resultados e conclusões identificou-se que a vitamina D inibe o crescimento de células derivadas de tumor da mama e promove a apoptose em células de câncer de mama. Em um nível molecular, a vitamina D ativa (1,25 (OH)₂ D) tem mostrado agir de várias formas, como reparo de DNA aprimorado, imunomodulação e proteção contra antioxidantes, embora ainda não existam estudos aprofundados sobre o assunto (HUSS et al; 2014)

No entanto, Speratiet et al (2013) sugere que quando comparados esses resultando associando cálcio e/ou placebo a mulheres saudáveis tomando vitamina D (vit D) como agente único ou como parte de um tratamento combinado não apresentaram risco reduzido de desenvolvimento de câncer de mama. Na análise de sensibilidade, a dosagem de vit D e o modo como é administrado não afetou o resultado de interesse numa extensão significativa, embora a eficácia do tratamento tenha parecido um pouco melhor quando a vit D foi administrada na dosagem mais elevadas e em combinação com cálcio.

Sendo assim, foram apresentados vários fatores que podem influenciar a atividade da vitamina D o que merece investigação adicional para que se possa compreender melhor a influência desta vitamina no desenvolvimento e prognóstico do câncer de mama.

CONCLUSÕES:

Apesar das evidências de que o estado nutricional adequado em vitamina D, bem como sua suplementação pode auxiliar em um melhor prognóstico do câncer de mama, os estudos ainda são controversos. Com base na revisão dos estudos, a vitamina D está possivelmente associada a maior sobrevida global de pacientes de câncer de mama e diminuição da chance de recidiva da doença.

No entanto, há evidências de que a Vitamina D pode modificar o microambiente tumoral do câncer de mama e ter papel na definição das características patológicas do tumor. A deficiência de Vitamina D tem sido implicada como fator de risco no desenvolvimento do câncer de mama.

REFERÊNCIAS

BONETI, R. S, FAGUNDES, R. Vitamina D e câncer. **Revista da AMRIGS**, v. 57, n. 1, p. 71-77, 2013.

HUSS, L et al. Serum levels of vitamin D, parathyroid hormone and calcium in relation to survival following breast cancer. **Cancer Causes & Control**, v. 25, n. 9, p. 1131-1140, 2014.

KIM, Y.; JE, Y. Vitamin D intake, blood 25 (OH) D levels, and breast cancer risk or mortality: a meta-analysis. **British journal of cancer**, v. 110, n. 11, p. 2772, 2014.

OLIVEIRA, C. F. de et al. VITAMINA D E CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO DA LITERATURA. **Revista Presença**, [S.l.], v. 2, p. 59-68, 2017. ISSN 2447-1534.

ROSE, A. A et al. Blood levels of vitamin D and early stage breast cancer prognosis: a systematic review and meta-analysis. **Breast cancer research and treatment**, v. 141, n. 3, p. 331-339, 2013.

SILVA, J. M., SOUSA TEIXEIRA, C., CORREIA, M. Vitamina D e Melanoma. **Revista da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia**, v. 75, n. 1, p. 37-41, 2017.

SPERATI, F et al. Vitamin D supplementation and breast cancer prevention: a systematic review and meta-analysis of randomized clinical trials. **PloS one**, v. 8, n. 7, p. e69269, 2013.

IMPORTÂNCIA DA TERAPIA NUTRICIONAL COM FUNGOS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DO CÂNCER¹

Erica Jorgiana dos Santos de Moraes²

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho³

Valdeni Anderson Rodrigues⁴

Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí

RESUMO

Considerando-se a associação dos fungos medicinais no tratamento das neoplasias, o presente estudo teve por objetivo analisar a importância da terapia nutricional com fungos medicinais no tratamento do câncer. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências disponíveis em artigos originais produzidos sobre o tema pertinente relacionado a suplementação fúngica e o câncer. Com os descritores: Terapia, neoplasia e agaricales, indexadas no (DECS), com recorte temporal de 2000 a 2018, no idioma português, inglês e espanhol. Ao todo foram recuperados 159 trabalhos. Após filtrá-los de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, restaram 5 que melhor se enquadravam no tema proposto. A terapia nutricional com fungos medicinais promove significativa redução dos efeitos adversos causados pelo uso de quimioterápicos, portanto podemos constatar que os fungos medicinais possuem ações nutricionais, farmacológicas e medicinais e uma dieta rica em suplementação fúngica pode trazer melhorias ao prognóstico de pacientes. No entanto, faz-se necessário explicar detalhadamente os possíveis efeitos adversos, toxicidade, mecanismo de ação e doses terapêuticas necessárias para tratamento efetivo das neoplasias.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia, neoplasia, agaricales.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o câncer é um dos problemas de saúde pública mais complexos que o sistema de saúde brasileiro enfrenta, ele é descrito como uma falta de controle da divisão celular e capacidade de invadir outras estruturas orgânicas, sendo resultado da ação de fatores endógenos e exógenos. O processo de oncogênese é dividido em estágios: iniciação,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí

³ Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí

⁴ Graduando de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: valdeni.anderson@hotmail.com.

promoção e progressão, muitas vezes o câncer uma dieta apropriada exerce um papel importante nos estágios podendo preveni-los (FORTES et al, 2006).

Muitas vezes o câncer se desenvolve em decorrência de dietas inadequadas, elaboradas com alto teor de gordura saturada, colesterol e açúcares e baixa ingestão de verduras, frutas, legumes e cereais, o interesse no uso dos cogumelos e fungos medicinais como suplementos na alimentação tem crescido de modo expressivo, esse crescimento atribui-se aos seus efeitos antitumorais, anticarcinogênicos, antivirais, anti-inflamatórios, além de que propiciar outros benefícios para a saúde, podem assim ser utilizados como coadjuvantes na terapia contra o câncer (NOVAES et al, 2011). Certos fungos medicinais possuem componentes capazes reduzir os efeitos adversos quimioterápicos, normalizar a função intestinal, atuar beneficemente no metabolismo trazendo assim benefícios na prevenção e no tratamento do câncer sobretudo através da estimulação do sistema imunológico (NOVAES; NOVAES; TAVEIRA, 2007).

Este trabalho objetivou examinar através da literatura qual a importância da terapia nutricional com fungos medicinais no tratamento do câncer, visando a conscientização sobre os benefícios que eles podem trazer para nossa saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências disponíveis em artigos originais produzidos sobre o tema relacionado a importância da terapia nutricional com fungos medicinais no tratamento do câncer. Como pergunta norteadora definiu-se: Qual a importância da terapia nutricional com fungos medicinais no tratamento do câncer segundo as evidências científica?

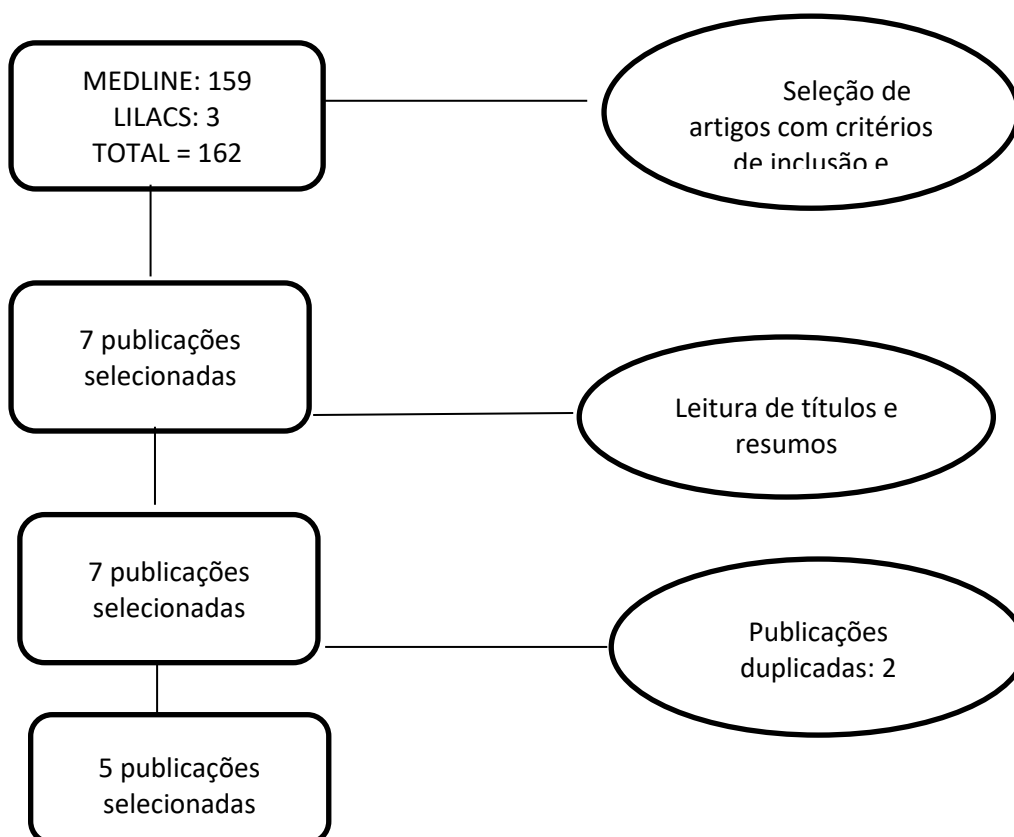
A busca de artigos foi realizada em periódicos de língua portuguesa e em inglês, cujas bases de dados foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).

Os seguintes descritores, de acordo com os descritores em ciências da saúde (DECS), foram utilizados para a busca dos artigos: Terapia, Câncer, Agaricales. Consideraram-se como critérios de inclusão: ser um estudo primário, estar no recorte temporal de 2000 a 2018 para

que o leque de artigos achados seja por conta da temática, disponível na íntegra, gratuitamente, no idioma português, inglês e espanhol. Excluiu-se editoriais, resumos de dissertações e teses e artigos de fóruns. Ao todo foram recuperados 159 trabalhos de acordo com os descritores utilizados. Após filtrá-los de acordo com os critérios de inclusão e leitura dos títulos e resumos, observou-se que 5 artigos abordavam o tema de interesse, sendo considerados para análise. Alguns artigos apareceram em mais de uma base de dados, sendo contabilizados apenas uma vez. Como maneira de saturar os dados a partir do cruzamento avaliou-se o estudo por meio de um instrumento validado por experts Ursi (2014), como quesito para elaboração de um fluxo de seleção dos estudos.

A seguir, apresenta-se o fluxograma da pesquisa e seleção dos artigos em cada base de dados.

Figura 1- Fluxograma do processo de seleção das publicações, Teresina, Brasil, 2018.



Fonte: Fluxograma elaborado pelos autores.

No processamento e análise dos dados para a seleção dos artigos foram observadas algumas características dos estudos, através de um roteiro contendo identificação do artigo (ano, autores, delineamentos da pesquisa, principais resultados e conclusão). A síntese dos dados extraídos dos artigos foi apresentada de forma descritiva em tabelas e quadros, reunindo o conhecimento produzido sobre o assunto investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 5 (100%) estudos selecionados, foram encontrados 3 (60%) no LILACS, 2 (40%) na MEDLINE, sobre a originalidade das pesquisas estavam em idioma português e inglês. Identificou-se a escassez de estudos latinos sobre a temática. No **Quadro 1** a seguir, revela os estudos e as bases de dados e os títulos das pesquisas.

Quadro 1. Principais títulos de artigos entre os anos de 2000 a 2018, Teresina, Brasil, 2018.

PUBLICAÇÃO (A _n)	TÍTULOS	BASE
A1 CAMARGO; KANENO, 2011	Antitumor properties of ganoderma lucidum polysaccharides and terpenoids: [review]	LILACS
A2 FORTES; NOVAES, 2006	Efeitos da suplementação dietética com cogumelos Agaricales e outros fungos medicinais na terapia contra o câncer	LILACS
A3 NOVAES; NOVAES; TA VEIRA, 2007	Natural products from Agaricales medicinal mushrooms: biology, nutritional properties, and pharmacological effects on cancer	LILACS
A4 MARTIN; BROPHY, 2010	Commonly consumed and specialty dietary mushrooms reduce cellular proliferation in MCF-7 human breast cancer cells	MEDLINE
A5 NOVAES; VALADARES; REI S; GONÇALVES; MENEZES , 2011	The effects of dietary supplementation with Agaricales mushrooms and other medicinal fungi on breast cancer: evidence-based medicine	MEDLINE

Fonte: Lilacs, Medline.

Desta maneira, elencou-se os principais resultados e conclusões dos estudos publicados na literatura, conforme o **Quadro 2**:

Quadro 2. Principais artigos com resultados e conclusões, Teresina, Brasil, 2018.

Publicação (A _n)	Resultados	Conclusões
A1	Os dados indicam que <i>G. lucidum</i> pode ser usado como uma ferramenta complementar para o tratamento do câncer pacientes.	Os polissacarídeos <i>G. lucidum</i> constituem o principal composto imunomodulador e produz um efeito antitumoral direto. Por outro lado, os triterpenos matam células tumorais induzindo apoptose e interferindo no ciclo celular.
A2	Os efeitos farmacológicos dos cogumelos nutricionais e medicinais têm sido relatados em vários estudos clínicos experimentais e os resultados são promissores no tratamento adjuvante do câncer de mama. O tratamento associado com cogumelos está mostrando melhorias nos parâmetros imunológicos e hematológicos do câncer de mama, bem como na qualidade de vida desses pacientes.	Estudos clínicos randomizados são necessários para elucidar possíveis mecanismos de ação e os benefícios desses fungos em relação ao tempo de sobrevivência, progressão da doença e possível metástase no câncer de mama.
A3	Os resultados demonstraram que a suplementação com <i>Agaricus sylvaticus</i> promove redução significativa dos efeitos quimioterápicos adversos, normalização das funções intestinais e melhora significativa da qualidade de vida em pacientes com câncer colorretal.	Estudos clínicos e experimentais demonstram que a suplementação dietética com cogumelos Agaricales e outros fungos medicinais exercem efeitos nutricionais, medicinais e farmacológicos imprescindíveis, podendo ser utilizada como coadjuvante na terapia contra o câncer.
A4	Estudos sobre os efeitos nutricionais e farmacêuticos da dieta com suplementação de cogumelos Agaricales mostraram melhora no prognóstico de pacientes com câncer.	Ensaio clínicos controlados randomizados são necessários para estabelecer critérios para administrar as doses adequadas de cogumelos Agaricales como terapia complementar em pacientes com câncer.
A5	A liberação de lactato desidrogenase, como marcador de necrose, foi significativamente aumentada após a incubação com maitake (MT), mas não com outros cogumelos teste. Além disso, o extrato de MT aumentou significativamente a apoptose, ou morte celular programada, conforme determinado pelo método terminal de marcação com desoxinucleotidil, enquanto outros cogumelos de teste apresentaram tendências de $\pm 15\%$.	No geral, todos os cogumelos de teste suprimiram significativamente a proliferação celular, com maitake (MT) induzindo ainda mais apoptose e citotoxicidade em células humanas de cancro da mama. Isso sugere que tanto os cogumelos comuns quanto os especializados podem ser quimioprotetores contra o câncer de mama.

Fonte: Lilacs, Medline.

Novaes et al (2011) relataram um estudo de caso que pacientes com câncer de mama que receberam quatro doses diárias (1,6 g cada) de *Agaricus sylvaticus* revelaram que com a suplementação resultou no aumento do número de células natural killer (NK) em 75,7% dos pacientes. Mais da metade dos pacientes estavam recebendo quimioterapia ou radioterapia, que normalmente reduz os números de células NK no corpo.

Baseando-se nos resultados e conclusões identificou-se que *Agaricus sylvaticus* promove significativa redução dos efeitos adversos causados pelo uso de quimioterápicos (FORTES; NOVAES, 2006). Corroborando com esse dado Novaes; Novaes; Taveira (2007) afirmam que nenhum efeito adverso dos fungos Agaricales tem sido descrito na literatura especializada. De acordo com modelos tumorais experimentais, o contínuo administração de 10,5% e 2,5% de *A. bisporus* na dieta de ratos com 6 semanas de idade induziu a formação de tumores no fígado, estômago e ovário em alguns grupos.

CONCLUSÕES

Considerando as evidências destacadas nos resultados dos estudos, podemos constatar que os fungos medicinais possuem ações nutricionais, farmacológicas e medicinais, portanto uma dieta rica em suplementação fúngica pode trazer melhorias ao prognóstico de pacientes.

Contudo, é preciso pontuar a necessidade de estudos futuros sobre o tema afim de explanar detalhadamente os possíveis efeitos adversos, toxicidade, mecanismo de ação dos principais componentes bioativos presentes nos fungos medicinais e doses terapêuticas necessárias para tratamento efetivo das neoplasias.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Marcela R.; KANENO, Ramon. Antitumor properties of *Ganoderma lucidum* polysaccharides and terpenoids. **Annual Review of Biomedical Sciences**, p. 1-8, 2011.

FORTES, Renata Costa et al. Efeitos da suplementação dietética com cogumelos Agaricales e outros fungos medicinais na terapia contra o câncer. **Rev Bras Cancerol**, v. 52, n. 4, p. 363-71, 2006.

MARTIN, Keith R.; BROPHY, Sara K. Commonly consumed and specialty dietary mushrooms reduce cellular proliferation in MCF-7 human breast cancer cells. **Experimental biology and medicine**, v. 235, n. 11, p. 1306-1314, 2010.

NOVAES, M. R. C. G.; NOVAES, Luiz Carlos Garcez; TAVEIRA, Vanessa Cunha. Natural products from agaricales medicinal mushrooms: biology, nutritional properties, and pharmacological effects on cancer. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 53, n. 4, p. 411-420, 2007

NOVAES, Maria Rita Carvalho Garbi et al. The effects of dietary supplementation with Agaricales mushrooms and other medicinal fungi on breast cancer: evidence-based medicine. **Clinics**, v. 66, n. 12, p. 2133-2139, 2011.

CORRELAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO EM PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA¹.

Erica Jorgiana dos Santos de Moraes²

Tamires Kelly dos Santos Lima Costa³

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho⁴

Valdeni Anderson Rodrigues⁵

Centro Universitário de Saúde,
Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí

RESUMO

Considerando-se as alterações metabólicas ocasionadas pela a obesidade, o presente estudo teve por objetivo analisar a correlação da obesidade em mulheres diagnosticadas com câncer de mama em tratamento quimioterápico. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências disponíveis em artigos originais produzidos sobre o tema pertinente relacionado obesidade com o do câncer de mama. Com os descritores: Obesidade, fármacos, neoplasias da mama, indexadas no (DECS), com recorte temporal de 2000 a 2018, no idioma português, inglês e espanhol. Ao todo foram recuperados 340 trabalhos. Após filtrá-los de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, restaram 5 que melhor se enquadravam no tema proposto. Na ausência de um consenso de doses quimioterapêuticas, alguns oncologistas baseiam seus cálculos de dose no peso corporal ideal sugerindo que a influência da obesidade na associação e utilização de algumas drogas terapêuticas pode ser um fator clínico importante em pacientes com sobrepeso. Foi possível analisar que a obesidade interfere direta ou indiretamente na ação das drogas dificultando o prognóstico de pacientes com câncer de mama o que substancia o investimento de novos estudos nesta área em busca de respostas até então não alcançadas através desse estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Obesidade, fármacos, neoplasias da mama.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: ericajorgiana@hotmail.com

³ Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: tamireslimatkl@gmail.com.

⁴ Biomédico pela Faculdade Mauricio de Nassau; E-mail: pauloosergio1@outlook.com

⁵ Graduando de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: valdeni.anderson@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

No panorama mundial o câncer de mama é o tipo de neoplasia que mais atinge as mulheres, seja em países em desenvolvimento ou em países desenvolvidos. No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA) em 2016, foram estimados 57.960 casos novos de câncer de mama, com um risco de 56,20 casos para cada 100 mil mulheres. Os quimioterápicos constituem uma das modalidades terapêuticas disponíveis para o tratamento do câncer de mama, havendo diversas equações para a estimativa da individualização das doses quimioterápicas, geralmente baseadas na massa corporal atual, massa corporal ideal e/ou área de superfície corporal (KIRJNER; PINHEIRO, 2007). Concomitantemente aos diversos tratamentos empregados, poderão ocorrer alterações no estado nutricional, com destaque para o ganho de peso excessivo como uma das alterações mais observadas neste público alvo (SCHEIBLER et al, 2016).

De acordo com crescente número de publicações atualmente aborda uma associação significativa entre baixo nível de atividade física acarretando ao sedentarismo e obesidade geral a um pior prognóstico das pacientes em tratamento e controle para o câncer de mama, além de exercer papel relevante nos fatores de prognóstico negativo para câncer de mama, aumentando as taxas de mortalidade dessa população (OLIVEIRA et al, 2016). Portanto, considerando-se as alterações metabólicas ocasionadas pelo câncer de mama e o uso de quimioterápicos, o presente estudo teve por objetivo analisar a correlação da obesidade em mulheres diagnosticadas com câncer de mama em tratamento quimioterápico.

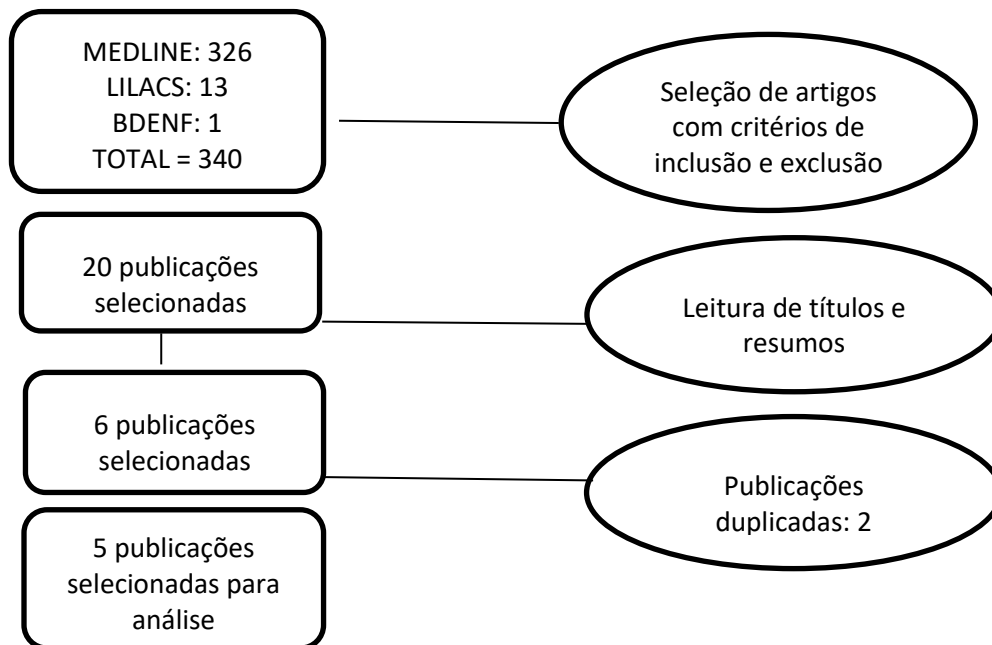
MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências disponíveis em artigos originais produzidos sobre o tema relacionado a importância da terapia nutricional com fungos medicinais no tratamento do câncer. Como pergunta norteadora definiu-se: Qual a relação entre a obesidade e o tratamento com quimioterápico em pacientes com câncer de mama segundo as evidências científicas?

A busca de artigos foi realizada em periódicos de língua espanhola e portuguesa, cujas bases de dados foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS),

Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Base de dados em Enfermagem (BDENF). Os seguintes descritores, de acordo com os descritores em ciências da saúde (DECS), foram utilizados para a busca dos artigos: Obesidade, fármacos, neoplasias da mama. Consideraram-se como critérios de inclusão: ser um estudo primário, estar no recorte temporal de 2000 a 2018, disponível na íntegra, gratuitamente, no idioma português, inglês e espanhol. Excluiu-se editoriais, resumos de dissertações e teses e artigos de fóruns. Ao todo foram recuperados 340 trabalhos de acordo com os descritores utilizados. Após filtrá-los de acordo com os critérios de inclusão e leitura dos títulos e resumos, observou-se que 5 artigos abordavam o tema de interesse, sendo considerados para análise. Alguns artigos apareceram em mais de uma base de dados, sendo contabilizados apenas uma vez. Como maneira de saturar os dados a partir do cruzamento avaliou-se o estudo por meio de um instrumento validado por experts Ursi (2014), como quesito para elaboração de um fluxo de seleção dos estudos. A seguir, apresenta-se o fluxograma da pesquisa e seleção dos artigos em cada base de dados.

Figura 1- Fluxograma do processo de seleção das publicações, Teresina, Brasil, 2018.



Fonte: Fluxograma elaborado pelos autores.

No processamento e análise dos dados para a seleção dos artigos foram observadas algumas características dos estudos, através de um roteiro contendo identificação do artigo (autoria, ano, título, base de dados, delineamentos da pesquisa, principais resultados e conclusões dos estudos). A síntese dos dados extraídos dos artigos foi apresentada de forma descritiva em tabelas e quadros, reunindo o conhecimento produzido sobre o assunto investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 5 (100%) estudos selecionados, foram encontrados 2 (40%) na MEDLINE, 2 (40%) no LILACS e 1 artigo (20%) na BDNF; sobre a originalidade das pesquisas estavam em idioma português e inglês. Identificou-se a escassez de estudos em espanhol sobre a temática. No **Quadro 1** a seguir, revela os estudos e as bases de dados e os títulos das pesquisas.

Quadro 1. Principais títulos de artigos entre os anos de 2000 a 2018, Teresina, Brasil, 2018.

PUBLICAÇÃO (A _N)	TÍTULOS	BASE
A1 OLIVEIRA et al, 2016	Perfil de mulheres com câncer de mama tratadas com quimioterapia	BDNF
A2 SCHEIBLER et al, 2016	Qualidade de vida, estado nutricional e consumo alimentar de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico	LILACS
A3 KIRJNER; PINHEIRO, 2007	Interferência da Obesidade no Tratamento Quimioterápico em Mulheres com Câncer de Mama	LILACS
A4 FANG et al, 2013	High body mass index is associated with worse quality of life in breast cancer patients receiving radiotherapy	MEDLINE
A5 CRESPI; BOTTAI; SANTARPIA, 2016.	Role of inflammation in obesity-related breast cancer	MEDLINE

Fonte: BDNF, LILACS, MEDLINE.

Desta maneira, elencaram-se os principais resultados e conclusões dos estudos publicados na literatura, conforme o **Quadro 2**:

Quadro 2. Principais artigos com resultados e conclusões, Teresina, Brasil, 2018.

Publicação (A _n)	Resultados	Conclusões
A1	Observou-se maior incidência do câncer de mama na faixa etária entre 40 e 69 anos, totalizando 156 casos do total de 195. A obesidade esteve presente em 61 (31,28%) mulheres; e outras 27 (13,84%) apresentaram sobrepeso. Ao considerar a somatória das mulheres com excesso de peso e as que apresentavam obesidade, totalizaram 45,12%.	Possibilitam ações de saúde planejadas em todos os níveis de atenção e conseqüentemente promoção de melhores condições de vida para populações-alvo.
A2	Sobrepeso e obesidade foram encontrados respectivamente em 37,1% e 37% das mulheres de acordo com o índice de massa corporal. A média do consumo de calorias, carboidratos, lipídios, colesterol, fibras, cálcio e ferro foi significativamente inferior à recomendação, com destaque para nutrientes como fibras (91,4% dos casos), cálcio (87,7% dos casos) e ferro (mais de 90% dos casos).	A qualidade de vida das mulheres com câncer de mama em quimioterapia foi considerada baixa e elas apresentaram uma elevada prevalência de sobrepeso e obesidade. Além disso, o consumo alimentar foi superior à recomendação para proteínas e vitamina C, e inferior para calorias, carboidratos, lipídios, colesterol, fibras, cálcio e ferro.
A3	Especula-se que a obesidade possa exercer um papel importante no metabolismo das drogas citotóxicas, podendo influenciar na farmacocinética das mesmas, interferindo no resultado da terapia. Ainda não há consenso a respeito da dose ideal para esses pacientes.	Estudos mostram que a presença da obesidade pode interferir direta e/ou indiretamente no tratamento quimioterápico de mulheres com câncer de mama, o que substancia o investimento de novos estudos nesta área em busca de respostas até então não alcançadas.
A4	Um IMC mais elevado esteve fortemente associado a um pior escore geral da avaliação funcional da terapia do câncer-geral no tratamento e um maior declínio no bem-estar físico, que persistiu após o tratamento.	Maior IMC foi associado com pior qualidade de vida para pacientes com câncer de mama antes, durante e após a radioterapia (RT), e também foi associado com redução do retorno à qualidade de vida basal 3 meses após RT.
A5	Em pacientes obesos, níveis alterados de vários mediadores inflamatórios que regulam a expressão de aromatase e estrogênio são um dos mecanismos responsáveis pelo aumento do risco de câncer de mama. Atenção crescente também tem sido dada à inflamação adiposa local e ao papel desempenhado pelos macrófagos como determinantes da recorrência e do prognóstico do risco de câncer de mama.	O eixo inflamação-obesidade oferece diferentes vias de sinalização molecular para intervenções terapêuticas e potenciais alvos farmacológicos.

Fonte: BDEFN, LILACS, MEDLINE.

Baseando-se nos resultados e conclusões levando-se em conta que apesar de ser considerado um câncer de relativamente bom prognóstico quando diagnosticado e tratado precocemente, observa-se que as taxas de mortalidade por câncer de mama (CM) continuam elevadas no Brasil, muito provavelmente porque a doença ainda é diagnosticada em estágios avançados, o que se comprova com os resultados apresentados por **A1** e dos dados exibidos na literatura, e quando associado a outros fatores de risco como obesidade, as chances de desenvolvimento desse tipo de câncer aumentam (Oliveira et al, 2016).

A amostra das pacientes com câncer de mama incluída no estudo da **A2** a maioria apresentou, de acordo com o IMC, sobrepeso (37,1%; n=26) e obesidade (37,1%; n=26), cujo estudo demonstrou elevada prevalência de excesso de peso entre as participantes, consumo alimentar divergente das recomendações preconizadas para uma alimentação saudável e escores relativamente baixos de qualidade de vida. Entende-se que esses fatores são de fundamental importância no prognóstico de pacientes oncológicos e na promoção da saúde desta população (SCHEIBLER et al, 2016).

Comparando as informações levantadas da **A2** e comparando com as da **A3** na ausência de um consenso de doses quimioterapêuticas, alguns oncologistas baseiam seus cálculos de dose no peso corporal ideal, outros na média entre peso ideal e peso corporal total, e outros usam peso corporal total. Estes dados sugerem que a influência da obesidade na associação e utilização de algumas drogas terapêuticas pode ser um fator clínico importante em pacientes com sobrepeso (KIRJNER; PINHEIRO, 2007; SCHEIBLER Et al, 2016).

CONCLUSÕES

Levando-se em conta as evidências destacadas nos resultados dos estudos, foi possível observar que o sobrepeso e a obesidade têm uma grande influência no metabolismo de algumas drogas quimioterápicas podendo interferir na farmacocinética e nos resultados, pois dificulta na eficácia dos tratamentos.

Sendo assim, como as doses terapêuticas ideais ainda não estão em consenso de acordo com os dados apresentados na literatura, foi possível analisar que a obesidade

interfere direta ou indiretamente na ação das drogas dificultando o prognóstico de pacientes com câncer de mama que substancia o investimento de novos estudos nesta área em busca de respostas até então não alcançadas através desse estudo.

REFERÊNCIAS

CRESPI, Elisa; BOTTAI, Giulia; SANTARPIA, Libero. Role of inflammation in obesity-related breast cancer. **Current opinion in pharmacology**, v. 31, p. 114-122, 2016.

FANG, Penny et al. High body mass index is associated with worse quality of life in breast cancer patients receiving radiotherapy. **Breast cancer research and treatment**, v. 141, n. 1, p. 125-133, 2013.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Tipos de câncer: mama, 2015. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/mama>. Acesso: 23 agosto 2018

KIRJNER, Aline; PINHEIRO, Rosilene de Lima. Interferência da obesidade no tratamento quimioterápico em mulheres com câncer de mama. **Revista brasileira de Cancerologia**, v. 53, n. 3, p. 345-54, 2007.

OLIVEIRA, Taliana da Silva Gomes et al. Perfil de mulheres com câncer de mama tratadas com quimioterapia. **Rev. enferm. UFPE online**, v. 10, n. 11, p. 4097-4103, 2016.

SCHEIBLER, Juliana et al. Qualidade de vida, estado nutricional e consumo alimentar de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 4, p. 544-553, 2016.

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE FATORES QUE LEVAM AO SURGIMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT¹

Caroline Silva de Oliveira²

Michele Campos Nascimento³

Naiara de Oliveira Silva⁴

Sijane Beatriz de Miranda Costa⁵

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

A Síndrome de Burnout está relacionada à quebra ou enfraquecimento da relação indivíduo/trabalho. Objetivo: a identificação e análise de fatores que podem contribuir para o surgimento da Síndrome de Burnout. Metodologia: o presente artigo tratou-se de uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa. Foi feito um levantamento bibliográfico em sites como Google Acadêmico, Scielo, utilizando a plataforma da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Como critério de inclusão foi selecionado artigos que obtivessem essas características: relatassem sobre a Síndrome de Burnout, que estivessem em português e restringindo-se aos anos de 2002 a 2018. Como critério de exclusão, optou-se por não utilizar artigos que tivessem em outra língua a não ser em português, além daqueles também que não atendiam as expectativas do tema abordado. Descritores: Síndrome de Burnout, esgotamento profissional, estresse. Foram encontrados um total de 08 artigos. A análise foi feita sobre dois tópicos: Aspectos Psicofisiológicos da Síndrome de Burnout e Aspectos geradores da Síndrome de Burnout. Para concluir foi ressaltada a importância do cuidado com o grande empenho profissional, pois geralmente são transformados em cargos de estresse e esgotamento.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Burnout, trabalho, estresse.

INTRODUÇÃO

A partir da Primeira Revolução Industrial as formas de trabalho mudaram, assim também como as remunerações. Passou a existir, portanto, um mercado de trabalho

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 8º Semestre do Curso de Psicologia da UNIFSA. E-mail: karol.ine@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação 8º Semestre do Curso de Psicologia da UNI FSA. E-mail: micheleecf@hotmail.com.

⁴ Estudante de Graduação 8º Semestre do curso de Psicologia da UNIFSA. E-mail: naiarathe@hotmail.com.

⁵ Estudante de Graduação 8º Semestre do Curso de Psicologia da UNIFSA. E-mail: sijanebeatrys@hotmail.com.

competitivo e com elevada carga horária. O capitalismo interfere diretamente na vida dessas pessoas, e com isso o indivíduo passa a se doar totalmente ao trabalho.

Burnout é uma síndrome de esgotamento profissional e tem sido considerado um problema social de extrema relevância. Refere-se a vários tipos de mudanças no ambiente de trabalho, onde o aumento da produtividade e as mais variadas formas de destaque profissional podem trazer consequências à saúde do trabalhador. Profissões que exigem um contato muito proximal e emocional com outras pessoas podem ser consideradas mais arriscadas e sujeitas a qualquer tipo de transtorno, inclusive a Burnout. A adoção de estratégias individuais e organizacionais é fundamental, para combater a síndrome ou diminuir seus efeitos sobre os trabalhadores com a síndrome, segundo Frاسquillo (2005).

Com as exigências de uma sociedade contemporânea, o indivíduo passou a se dedicar exageradamente ao trabalho profissional, enfrentando assim novos desafios. Contudo, nem sempre o trabalho possibilita realização profissional, que por fim acabam em problemas de insatisfação afetando a vida pessoal e social, trazendo uma consequência negativa. Diante de fatores como esses apresentados anteriormente, o objetivo desse artigo é: identificar a relação dos fatores apresentados com o surgimento da síndrome de Burnout.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa, onde o resultado não precisará ser quantificado e sim analisado subjetivamente. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas desse processo, onde não entra o uso de métodos e técnicas estatísticas. Seu procedimento foi de uma pesquisa bibliográfica, na qual foi produzida através de materiais e conceitos já disponibilizados e publicados em artigos, livros, internet. Diante dos artigos lidos, buscamos nos aprofundar naqueles que apresentassem fatores relacionados ao surgimento da Síndrome de Burnout. O levantamento bibliográfico foi feito no período de março de 2016. Como critério de inclusão selecionou-se artigos que obtivessem essas características: relatassem sobre a Síndrome de Burnout, artigos em português, restringindo-se aos anos de 2002 a 2018. Como critério de exclusão, optou-se por não utilizar artigos que tivessem em outra língua a não ser em português, e os artigos que não

atendiam as expectativas do tema abordado. A revisão dos artigos se deu por meio de consultas nas bases de dados como: Scielo e Google Acadêmico, utilizando a plataforma da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o levantamento foram encontrados 80 artigos. De acordo com os critérios de inclusão selecionou-se um total de 08 artigos. A síntese das bases de dados e das referências selecionadas está referida na tabela abaixo:

Quadro I - Distribuição das referências obtidas nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico seguindo os descritores estabelecidos. Teresina, 2016.

BASE DE DADOS:	Nº DE ARTIGOS:
Scielo	05
Google Acadêmico	02
Dialnet	01

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo

Após o levantamento dos artigos nas bases de dados citadas, foram selecionadas duas categorias: aspectos Psicofisiológicos da Síndrome de Burnout e Aspectos geradores da Síndrome de Burnout.

Aspectos Psicofisiológicos da Síndrome de Burnout

Foram encontrados 05 artigos para elaboração desta categoria. As investigações realizadas no campo da ciência que se inicia na década de 70 têm revelado que suas possíveis consequências estão relacionadas aos distúrbios individuais (como a depressão), ocasionando problemas no trabalho (como licenças médicas frequentes), segundo Tamayo (2002).

Os trabalhadores que sofrem dessa síndrome apresentam sinais e sintomas somáticos, psicológicos e comportamentais, onde os somáticos são cefaleia, doenças cardiovasculares, insônia e dispnéia. Humor depressivo, irritabilidade, ansiedade, frieza, ceticismo e desinteresse estariam enquadrados nos sinais e sintomas psicológicos. (DE SOUZA, 2018). Segundo Novais et al (2016, *apud* De Souza, 2018) já em relação as alterações psicofisiológicas podem ser citadas a impaciência, alterações da memória, irritabilidade e também transtornos cardiovasculares, fadiga, cefaleia e dor muscular.

De acordo com Gil-Monte; Peiró (1997 *apud* TAMAYO, 2002) a definição da Síndrome de Burnout é padronizada pela: Exaustão Emocional que são sentimentos de fadiga que geram o esgotamento energético emocional; A despersonalização que dá lugar às atitudes negativas do profissional em seus relacionamentos (insensibilidade, indiferença, falta de preocupação em realizar o trabalho da maneira correta, etc.); e o aspecto de sua realização pessoal, que dissemina o pensamento de que não é competente no que faz e por esse motivo sua satisfação afeta negativamente em seu desempenho no trabalho.

O esgotamento profissional está associado à incapacitação e ao nível exacerbado das condições sociais, econômicas e individuais, que influenciam e interferem na forma de trabalhar do profissional. Cita-se também que a idade, o estado civil, tempo de trabalho, sobrecarga e conflitos interpessoais e com os clientes diariamente, entre outros fatores desencadeiam esse esgotamento profissional segundo Da Silva (2008). Teixeira *et al.* (2012) informam que a Síndrome de Burnout está relacionada a soma de fatores que podem ser tanto de ordem física como orgânica, entrando também o fator psíquico. Tudo isso vai concretizar-se em sintomas como: perda de concentração mental, fadiga fácil, fraqueza, mal-estar, instabilidade emocional, descontrole, agressividade, irritabilidade, depressão, angústia, palpitações cardíacas, suores frios, tonturas, vertigens, dores musculares, de cabeça, estomacais, dentre outras.

Aspectos geradores da Síndrome de Burnout

Foram utilizados 03 artigos para elaboração deste tópico. Mudanças no ambiente de trabalho podem gerar um desgaste pessoal, que leva a pessoa a se desmotivar das atividades

que exerce no seu campo profissional. Diante dessa desmotivação o sujeito começa a se desprender de suas responsabilidades e daí não consegue dar conta de suas obrigações, isso desencadeia em diversos outros fatores, levando ao surgimento da Síndrome de Burnout (SILVA,2012).

Quando se identifica possíveis causadores de estresse no ambiente de trabalho, já pode se ter um alerta quanto às mudanças que precisam ocorrer. Isso tudo deve ocorrer bem no início, para que alguns dos efeitos negativos sejam barrados precocemente, fazendo do trabalho um lugar saudável, produtivo e prazeroso. A educação em saúde, utilizada por debates temáticos, panfletos e palestras são o suporte para uma gama de informações necessárias para auxiliar os trabalhadores a perceberem os sintomas da Síndrome de Burnout bem cedo e tomarem os devidos meios através do autocuidado (DA SILVA, 2018).

A correria na dinâmica das organizações, das transformações sociais e jurídicas tem tido grande influência no processo de saúde e adoecimento dos trabalhadores. A grande vulnerabilidade a estressores ambientais e situacionais ocasiona no estresse ocupacional, fazendo com que haja uma crescente exaustão emocional e despersonalização, como também um índice menor de realização profissional. Os estressores mais comuns no ambiente de trabalho são: jornada exaustiva, baixo salário, problemas com colegas, procedimentos complicados e ausência de recursos pessoais e materiais (VASCONCELOS, 2017).

CONCLUSÃO

Através desse estudo foi possível observar a importância que tem em ressaltar assuntos que estão relacionados com o elevado estado de estresse, como a Síndrome de Burnout. É importante ressaltar esse tipo de Síndrome, pois nos dias atuais com o uso abusivo da tecnologia e a grande concentração no consumo e materialismo, as pessoas acabam por se prenderem nesses aspectos e ultrapassam seus limites, tanto físico como psíquico. Quando essa Síndrome ataca no ambiente de trabalho é muito mais preocupante. É sempre importante se autoanalisar, pois a Burnout ataca quando menos se espera. Não vai depender totalmente das horas trabalhadas, mas também do grande esforço com que certas atividades estão sendo executadas, pois quanto mais empenho se coloca em exercícios diários mais o

emocional é afetado. Esse esgotamento profissional começa individualmente, quando a pessoa se empenha demais e não se preocupa com as consequências de estresse que poderão surgir.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Andréa Tenório Correia; MENEZES, Paulo Rossi. Esgotamento profissional e transtornos mentais comuns em agentes comunitários de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 5, p. 921-929, 2008.

DA SILVA, Jorge Luiz Lima et al. Prevalência da síndrome de Burnout entre professores da Escola Estadual em Niterói, Brasil. **Revista Enfermería Actual en Costa Rica**, n. 34, p. 1, 2018.

DE SOUZA, Marcela Jorge de Araújo et al. REFLEXÕES SOBRE A DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro–Unipac ISSN**, v. 2178, p. 6925.

FRASQUILHO, Maria Antónia. Medicina, uma jornada de 24 horas? Stress e burnout em médicos: prevenção e tratamento. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 23, n. 2, p. 89-98, 2005.

SILVA, J. L. L.; DIAS, André Campos; TEIXEIRA, Liliane Reis. Discussão sobre as causas da Síndrome de Burnout e suas implicações à saúde do profissional de Enfermagem. **Aquichán**, v. 12, n. 2, p. 144-59, 2012.

TAMAYO, Mauricio Robayo; TRÓCCOLI, Bartholomeu Tôrres. Construção e validação fatorial da Escala de Caracterização do Burnout (ECB). **Estudos de Psicologia**, v. 14, n. 3, p. 213-21, 2009.

TOMAZELA, NATHÁLIA; GROLLA, POLLYANNE PROVINCIAATTO. Síndrome de Burnout. Educação e Brasileira: extinção ou sustentabilidade na universidade. 5º Simpósio de Ensino de Graduação, 2007.

VASCONCELOS, Eduardo Motta; DE MARTINO, Milva Figueiredo. Preditores da Síndrome de Burnout em enfermeiros de unidade de terapia intensiva. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 4, 2017.

O PERFIL DA MULHER DE NEGÓCIOS NO MERCADO DE TRABALHO VAREJISTA¹

Maurício Amorim Araújo Júnior²

Pâmela Oliveira de Azevedo Siqueira³

Izalia Araújo Feitosa⁴

Cristiane Vieira da Silva Sousa⁵

Faculdade Maurício de Nassau - UNINASSAU

RESUMO

O presente estudo apresenta como tema o perfil da mulher de negócios no mercado de trabalho varejista. Buscou-se responder à seguinte problemática: Qual o perfil da mulher empreendedora no mercado de trabalho varejista? Portanto, o objetivo geral da presente pesquisa foi descrever o perfil da mulher empreendedora que atua no mercado de trabalho nas mais diversas atividades varejistas, apontando o que essas mulheres têm em comum e diferente. O estudo utiliza o método de revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa a partir de buscas na base de dados: Google Acadêmico, selecionando alguns artigos publicados de 2000 a 2018, em que foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Algumas pesquisas indicaram que a mulher empreendedora está cada dia mais forte e atuante na sociedade, mostrando, assim, que a mesma tem um papel importante para o desenvolvimento da economia do nacional e mundial. As mulheres como visto, não estão mais satisfeitas em serem empregadas e sim estão aos poucos dominando o mercado de trabalho varejista, mostrando uma nova cara para um mundo que no passado tinha a sua essência machista.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil, Mulher, Trabalho.

INTRODUÇÃO

Historicamente a inserção da mulher no mercado de trabalho se deu pela escassez de operários do sexo masculino nas indústrias devido a convocações para a guerra, assim os donos de fábricas se viram obrigados a contratar mulheres, o que em pouco tempo se tornou algo vantajoso, pois os salários delas eram inferiores e o trabalho era exercido com grande qualidade e organização.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Discente do 6º Período de Psicologia da Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: mauricioamorimpsi@gmail.com.

³Discente do 6º Período de Psicologia da Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: pamsiqueira.psi@gmail.com.

⁴Discente do 6º Período de Psicologia da Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: izaliafeitosa@hotmail.com.

⁵Discente do 6º Período de Psicologia da Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: crisobreira@outlook.com.

Na atual conjuntura brasileira, se apresenta um cenário de crise e queda significativa no número de empregos formais. Isso tem levado várias pessoas a abrir seu próprio negócio, assim, o quantitativo de empreendedores e especialmente do gênero feminino tem crescido nos últimos anos. Assim, o empreendedorismo feminino é também a exteriorização do anseio de independência e valorização, tendo em vista que a mulher dona do seu próprio negócio sente-se no comando de seu destino e no de sua família, possibilitando-lhes uma melhoria na qualidade de vida.

A independência profissional, financeira e a visibilidade social, são os principais motivos que levam a mulher a empreender. Conquistar um lugar de destaque na sociedade e ter em suas mãos a possibilidade de melhorar a vida de sua família e de outras, através da geração de emprego e renda é algo que desperta o interesse dessas mulheres. O problema da pesquisa é: qual o perfil da mulher empreendedora no mercado de trabalho varejista? Portanto, o objetivo geral da presente pesquisa foi descrever o perfil da mulher empreendedora que atua no mercado de trabalho nas mais diversas atividades varejistas, apontando o que essas mulheres têm em comum e diferente.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo utiliza o método de revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa a partir de buscas na base de dados: Google Acadêmico, selecionando alguns artigos publicados de 2000 a 2018, em que foi realizada uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico, que para Gil (2007), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas, ainda segundo o autor.

Podemos caracterizar esse estudo ainda quanto a sua natureza, classificando-o como do tipo exploratória descritiva. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 188):

Estudos exploratório-descritivos combinados – são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.

O levantamento bibliográfico ocorrerá a partir da delimitação dos critérios de inclusão sendo estes critérios: artigos que remetem ao tema abordado e/ou temáticas congêneres na íntegra e publicações em português. Como critério de exclusão optou-se por não utilizar textos incompletos e documentos em língua estrangeira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, constatou-se que o quantitativo de artigos relacionados ao tema em estudo está sendo bastante discutido. Observou-se que o perfil da mulher empreendedora aponta o que essas mulheres têm muitos aspectos em comum e alguns diferentes nas diversas atividades varejistas.

A independência profissional, financeira e a visibilidade social, são os principais motivos que levam a mulher a empreender. Conquistar um lugar de destaque na sociedade e ter em suas mãos a possibilidade de melhorar a vida de sua família e de outras, através da geração de emprego e renda é algo que desperta o interesse dessas mulheres preocupadas em driblar as adversidades bem como os próprios limites que a sociedade historicamente as impôs.

O empreendedorismo feminino é também a exteriorização do anseio de independência e valorização, tendo em vista que a mulher dona do seu próprio negócio sente-se no comando de seu destino e no de sua família, possibilitando-lhes uma melhoria na qualidade de vida.

A mulher empreendedora tem como característica a dedicação, a empatia, a compreensão, a criatividade, a organização, que desperta o interesse de acadêmicos, curiosos e estudiosos do tema a desvendar o que ela possui de especial e pessoal que empresta ao seu negócio. O empreendedorismo feminino e a liderança feminina têm muito em comum, ambos

possuem a mesma característica de altivez e determinação, nas palavras de Torreão (2007, p.115):

A liderança feminina vem demonstrando sua atuação positiva através de ações e movimentos em busca de seus direitos e ideais, além de reconhecimento de suas reivindicações em prol de todos. O posicionamento das mulheres na sociedade começou a obter mudanças a partir do momento em que as mesmas se inseriram em atividades socialmente produtivas, ou seja, destinadas ao gênero masculino.

Andreoli e Borges (2007, p.290), também fazem essa comparação ao dispor que:

Um empreendedor de sucesso deve apresentar um perfil versátil, compassivo e cooperativo, perfil este encontrado facilmente na gestão feminina. Desse modo a vida organizacional não se prenderia a níveis hierárquicos, resultando em uma descentralização, com intuito de maior compreensão as adversidades e conseqüentemente maior abertura a criatividade.

As empreendedoras adotam como estilo gerencial a objetividade e o comportamento estratégico e inovador, a ênfase na qualidade e a valorização de seus funcionários. O número de empresas criadas e chefiadas por mulheres tem aumentado nos últimos anos, o que demonstra que as mulheres despertaram para a valorização de seu esforço pessoal e profissional (GONÇALVES, 2011). À medida que as mulheres vão se destacando no empreendedorismo, cresce o interesse pelo tema na busca de entender esse fenômeno do empreendedorismo feminino que se tornou tendência mundial. De uma inserção tímida no mercado de trabalho a intensas transformações no cenário empresarial a mulher tem surpreendido até mesmo aos mais atentos a conjuntura econômica.

O empreendedorismo feminino tem suscitado diversos questionamentos sobre suas características, em que um dos fatores do sucesso de empreendimentos geridos por mulheres passa pelo entendimento da questão de gênero, pela compreensão de que as mulheres, de um modo geral, desenvolvem um estilo singular quando administram, haja vista que sua abordagem de liderança é fruto de um aprendizado originado na infância sobre valores, comportamentos e interesses voltados mais para a cooperação e relacionamentos (MUNHOZ, 2000).

Ser dona do próprio negócio significa ter mais autonomia para escolher o seu ritmo de trabalho e destacar-se nas relações profissionais e realizar-se nas ceara pessoal. Não depender de terceiros sejam eles pais ou maridos também é algo que satisfaz as empreendedoras. Assim o empreendedorismo feminino tem dado satisfação à mulher em diversos setores de sua vida.

As principais fontes desta satisfação diferenciada das empreendedoras remetem ao ritmo de trabalho, à quantidade mínima de interferência de terceiros e aos interesses pessoais satisfeitos. Pode-se argumentar, então, que a satisfação das empreendedoras se deve ao fato de poder atuar com autonomia e ter poder de decisão, fatores importantes na satisfação de mulheres que lideram e que predizem o bem-estar psicológico de mulheres casadas (JONATHAN, 2011). As mulheres têm valores, princípios e sentimentos próprios e a forma como lida com eles as singularizam (SCOTT, 1992). Seu modelo de gestão é pautado no planejamento o que a leva a ser menos impulsivas, o que não quer dizer que não sejam práticas. No trato com seus funcionários conseguem se relacionar de forma mais harmônica e compreensiva.

CONCLUSÃO

Portanto, observa-se como a mulher empreendedora está cada dia mais forte e atuante na sociedade, mostrando, assim, que a mesma tem um papel importante para o desenvolvimento da economia do nacional e mundial. As mulheres como visto, não estão mais satisfeitas em serem empregadas e sim estão aos poucos dominando o mercado de trabalho varejista, mostrando uma nova cara para um mundo que no passado tinha a sua essência machista. No estudo conclui-se que as mulheres empreendedoras possuem um perfil que as caracterizam em alguns aspectos comuns e diferentes.

Diante da impossibilidade de se esgotar o tema aqui proposto, a pesquisa apresentou apenas as principais características desta temática tão ampla. Entender o empreendedorismo feminino vai muito além das linhas descritas aqui, dado que ele se altera de acordo com a personalidade de cada mulher, portanto teceram-se apenas regras gerais sem o intuito de limitar o enorme potencial de cada mulher.

REFERÊNCIAS

- ANDREOLI, Taís Pasquotto; BORGES, William Antonio. **Empreendedorismo feminino: uma análise do perfil empreendedor e das dificuldades enfrentadas por mulheres detentoras de um pequeno negócio.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/producaoacademica/empreendedorismofeminino/uma-analise-do-perfil-empreendedor-e-das-dificuldades-enfrentadas-por-mulheres-detentoras-de-um-pequeno-negocio/410/>> Acesso em: 25 Ago. 2016.
- DOLABELA, F. **O segredo de Luísa.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GONÇALVES, M. D. A. **Desafio das mulheres empreendedoras da cidade de Natividade – TO.** Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração – EaD, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3015/1/2011_MariadasDoresAraujoGoncalves.pdf> Acesso em: 25 ago. 2016.
- JONATHAN, E. G. **Mulheres empreendedoras: o Desafio da escolha do empreendedorismo e o Exercício do Poder.** *Psicol. clin.* Rio de Janeiro, v.23, n. 1, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MUNHOZ, G. S. Quais as contribuições que o estilo feminino de liderança traz para as organizações empreendedoras? In: Encontro Nacional de Empreendedorismo, 1., 2000, Maringá. *Anais...* Maringá: EGEPE, 2000. p. 164-176.
- SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKER, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- TORREÃO, N. A liderança feminina no desenvolvimento sustentável. **Revista Àrtemis.** V.7 p. 101-121. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2155/1913>> Acesso em: 25 ago. 2016.
- TRUMP, I. **Mulheres Inteligentes Jogam para Ganhar: Não importa de onde você começa: supere todas as expectativas no trabalho e na vida.** São Paulo: Lua de Papel, 2010.

UTILIZAÇÃO DE FOTOPROTETORES BIOATIVOS ADVINDOS DE VEGETAIS COMO PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PELE¹

Erica Jorgiana dos Santos de Morais²

Tamires Kelly dos Santos Lima Costa³

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho⁴

Valdeni Anderson Rodrigues⁵

Centro Universitário UNINOVAFAPI

RESUMO

Considerando-se que a exposição inadequada e exacerbada a radiação solar tem causado grande preocupação, o presente estudo teve por objetivo analisar a utilização de fotoprotetores naturais como agentes da prevenção do câncer de pele. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências disponíveis em artigos originais produzidos sobre o tema pertinente relacionado a utilização de bioativos para a prevenção de câncer de pele. Com os descritores: fotoproteção, câncer de pele, plantas medicinais, indexadas no (DECS), com recorte temporal de 2013 a 2018, no idioma português, inglês e espanhol. Ao todo foram recuperados 25 trabalhos. Após filtrá-los de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, restaram 6 que melhor se enquadravam no tema proposto. O uso de agentes vegetais se faz principalmente no intuito de contribuir, ou seja, a associação funcionaria como um coadjuvante com os agentes próprios para fotoproteção devido à baixa capacidade de fornecer valores altos ou significativos de FPS. Porém, as fórmulas de ativos naturais vêm sendo empregados em formulações fotoprotetoras associadas aos filtros UV, uma vez que, comprovada sua capacidade de absorver a radiação solar e antioxidante podem intensificar a proteção final do produto e/ou neutralizar os radicais livres.

PALAVRAS-CHAVE: Fotoproteção, câncer de pele, plantas medicinais.

INTRODUÇÃO

A exposição inadequada e exacerbada a radiação solar tem causado grande preocupação, principalmente devido à redução da camada de ozônio, pois é responsável por

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: ericajorgiana@hotmail.com

³ Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: tamireslimatkl@gmail.com.

⁴ Biomédico pela Faculdade Mauricio de Nassau; E-mail: pauloosergio1@outlook.com

⁵ Graduando de Enfermagem pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí; E-mail: valdeni.anderson@hotmail.com.

diversos danos ao organismo devido à radiação ultravioleta, entre eles podem ser citados manchas na pele, despigmentação cutânea, queimadura solar, envelhecimento da pele e o principalmente câncer de pele (NASCIMENTO; SANTOS; AGUIAR, 2013). Dentre os tipos de câncer de pele existentes o Carcinoma Basocelular (CBC) é o mais comum representando cerca de 70 a 80% de incidência, ele é constituído de tumores celulares basais na pele e o principal desencadeador é a radiação UV (ZINK, 2014). A pele possui defesa contra os efeitos da radiação, mas é necessário ampliá-la, e uma das maneiras mais eficazes é a aplicação de fotoprotetores, que são responsáveis por prevenir ou minimizar esses efeitos (MELO; RIBEIRO, 2015),

Entre as substâncias ativas presentes nos vegetais que podem ser utilizadas em formulações para proporcionar uma proteção mais ampla, estão os antioxidantes como as vitaminas C e E, os taninos, alcaloides e flavonoides (SOUZA, CAMPOS, PACKER, 2013). Os benefícios de utilizar compostos vegetais em formulações se dão à fotoproteção e também a sua ação antioxidante que combate o fotoenvelhecimento e protege o DNA (CARVALHO et al, 2015). Este trabalho objetivou analisar através de uma revisão de literatura a utilização dos fotoprotetores naturais como agentes na prevenção do câncer de pele, para assim, conscientizar as pessoas para o uso do filtro solar como método efetivo no controle da patologia.

MATERIAL E MÉTODOS

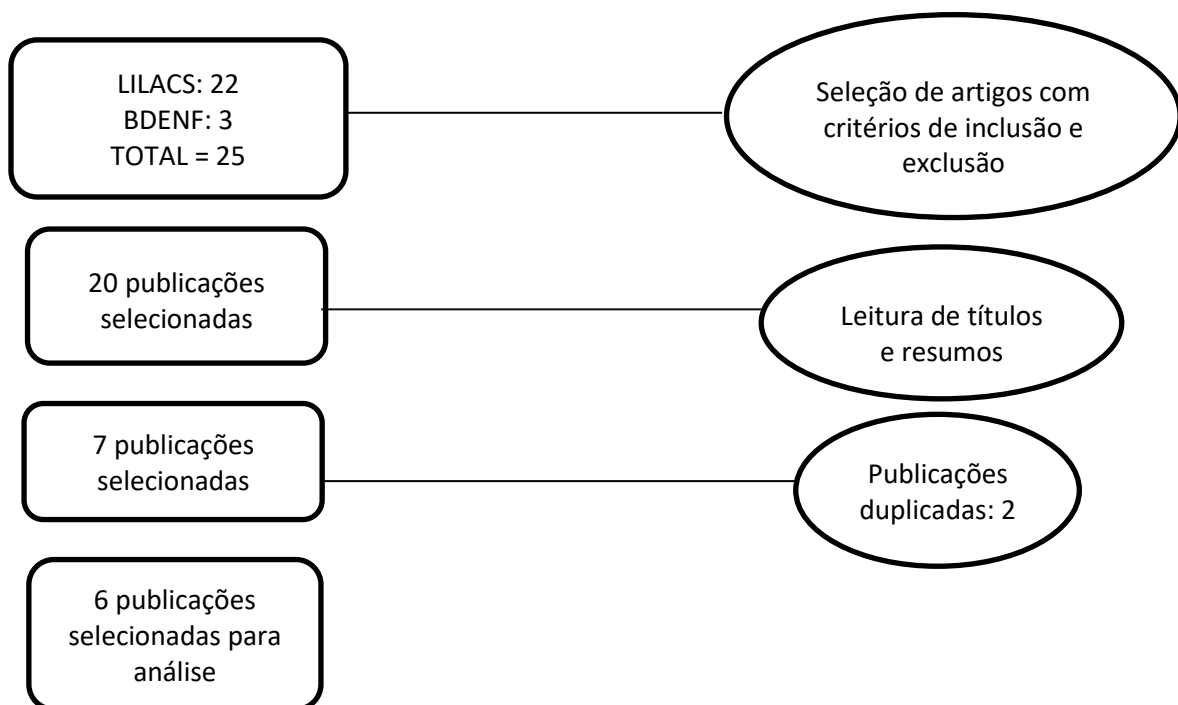
Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências disponíveis em artigos originais produzidos sobre o tema relacionado a importância da terapia nutricional com fungos medicinais no tratamento do câncer. Como pergunta norteadora definiu-se: Segundo as evidências científicas a utilização de fotoprotetores bioativos advindos de vegetais funciona para a prevenção do câncer de pele?

A busca de artigos foi realizada em periódicos de língua portuguesa, inglesa e espanhola, cujas bases de dados *online* foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de dados em Enfermagem (BDENF). Os seguintes descritores controlados, de acordo com os descritores em ciências da saúde (DECS), foram utilizados para

a busca dos artigos: fotoproteção, câncer de pele, plantas medicinais utilizando o operador Booleano AND. Consideraram-se como critérios de inclusão: ser um estudo primário, estar no recorte temporal dos últimos cinco anos de 2013 a 2018, disponível na íntegra, gratuitamente, completo no idioma português, inglês e espanhol. Excluiu-se editoriais, resumos de dissertações e teses e artigos de fóruns.

Ao todo foram recuperados 25 trabalhos de acordo com os descritores utilizados. Após filtrá-los de acordo com os critérios de inclusão e leitura dos títulos e resumos, observou-se que seis artigos abordavam o tema de interesse, sendo considerados para análise. Alguns artigos apareceram em mais de uma base de dados, sendo contabilizados apenas uma vez. Como maneira de saturar os dados a partir do cruzamento avaliou-se o estudo por meio de um instrumento validado por experts Ursi (2014), como quesito para elaboração de um fluxo de seleção dos estudos. A seguir, apresenta-se o fluxograma da pesquisa e seleção dos artigos em cada base de dados.

Figura 1- Fluxograma do processo de seleção das publicações, Teresina, Brasil, 2018.



Fonte: Fluxograma elaborado pelos autores.

No processamento e análise dos dados para a seleção dos artigos foram observadas algumas características dos estudos, através de um roteiro contendo identificação do artigo (autores, ano, título, base de dados, delineamentos da pesquisa, principais resultados e conclusões dos estudos). A síntese dos dados extraídos dos artigos foi apresentada de forma descritiva em tabelas e quadros, reunindo o conhecimento produzido sobre o assunto investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 6 (100%) estudos selecionados, foram encontrados 5 (83,3%) na LILACS e 1 artigo (16,7%) na BDEF; sobre a originalidade das pesquisas estavam em idioma português. Identificou-se a escassez de estudos em espanhol e inglês sobre a temática. No **Quadro 1** a seguir, revela os estudos e as bases de dados e os títulos das pesquisas.

Quadro 1. Principais títulos de artigos entre os anos de 2013 a 2018, Teresina, Brasil, 2018.

PUBLICAÇÃO (A _N)	TÍTULOS	BASE
A1 SOUZA et al, 2016	Câncer de pele: hábitos de exposição solar e alterações cutâneas entre agentes de saúde em um município de Minas Gerais	BDEF
A2 NASCIMENTO; SANTOS; AGUIAR, 2013	Fotoprotetores orgânicos: Pesquisa, inovação e a importância da síntese orgânica.	LILACS
A3 SOUZA; CAMPOS; PACKER, 2013	Determinação da atividade fotoprotetora e antioxidante em emulsões contendo o extrato de <i>Malpighia glabra</i> L. – Acerola.	LILACS
A4 ZINK, 2014	Câncer de pele: a importância do seu diagnóstico, tratamento e prevenção.	LILACS
A5 CARVALHO et al, 2015.	Estudo do impacto da utilização de ativos vegetais em fotoprotetores	LILACS
A6 MELO; RIBEIRO, 2015	Novas Considerações sobre a Fotoproteção no Brasil: Revisão de Literatura	LILACS

Fonte: Bdef, Lilacs.

Desta maneira, elencou-se os principais resultados e conclusões dos estudos publicados na literatura, conforme o Quadro 2:

Quadro 2. Principais artigos com resultados e conclusões, Teresina, Brasil, 2018.

Publicação (A _n)	Resultados	Conclusões
A1	O efeito imediato da exposição solar parece ser um fator determinante no aparecimento das complicações e os resultados apontaram que 92% dos agentes comunitários ficaram mais de 6 horas expostos ao sol; 100% deles receberam protetor solar, mas 5% desses não o utilizaram; 52% usaram apenas um método de fotoproteção.	Identificou-se a necessidade de uma política abrangente, por parte dos Órgãos Municipais competentes, a fim de minimizarem os riscos gerados por essa atividade, bem como do Ministério do Trabalho e Emprego, para uma regulamentação e fiscalização das medidas de fotoproteção oferecidas por empregadores.
A2	Um fotoprotetor orgânico ideal deve proteger a pele contra os raios UVB (290-320 nm) e UVA (320-400 nm), possuir um fator de proteção solar (FPS) seguro, ser fotoestável e não ser fototóxico.	Evidencia-se uma promissora e importante linha de pesquisa, preconizada nas necessidades decorrentes de novos fotoprotetores orgânicos ideais e, sobretudo, com o subsídio empresarial contemporâneo e pragmático, para tornar esses produtos acessíveis à população.
A3	A emulsão composta pelo extrato de acerola apresentou absorção na região UVB com absorvância máxima em 290 nm. Na concentração utilizada, a acerola não apresentou FPS _{≥2} , assim não pode ser considerado planta com potencial fotoprotetor, porém foi confirmada atividade antioxidante na formulação	A associação do extrato de acerola com os filtros químicos apresentou-se estável frente aos ensaios de estabilidade e ação sinérgica na proteção da pele contra os danos induzidos pela radiação UV.
A4	Considerando que cada lesão de câncer de pele não melanoma (CPNM) é única e o seu tratamento deve ser direcionado para cada tipo de paciente, técnicas cirúrgicas e não cirúrgicas estão sendo desenvolvida para alcançar a remissão completa do tumor, preservando o tecido normal, a função da área comprometida e para atingir um melhor resultado estético.	Portanto, aprender sobre o desenvolvimento CPNM, bem como seu diagnóstico e tratamento, pode impactar nas medidas de saúde pública e contribuir para a prevenção de novos casos.
A5	Pesquisas revelam que a substituição total de ativos vegetais nas formulações não é significativa para uma proteção solar eficaz. Entretanto, a mistura desses ativos naturais com filtros solares sintéticos pode ser uma alternativa, com grande possibilidade de potencialização do efeito.	Novos estudos devem ser realizados para substituir os ativos sintéticos já utilizados, com vias de obter uma formulação fotoprotetora segura, eficaz e sustentável.
A6	Há relação da radiação solar no Brasil com a pele dos brasileiros e evidências mostram a importância da fotoproteção para essa população.	Nenhuma medida fotoprotetora consegue isoladamente proteger de forma completa, então deve-se fazer a associação de filtros solares, fotoprotetores naturais e físicos, e antioxidantes

Fonte: Bdenf, Lilacs.

Baseando-se nos resultados e conclusões identificou-se que a cor da pele ou a profissão escolhida podem ser fatores de risco para o câncer de pele. Estudo feito por **A1** demonstrou o quanto os agentes comunitários estão expostos aos raios solares quando realizam suas atividades nas residências dos clientes e estão sujeitos a uma exposição solar ainda maior pois a maioria desses trabalhadores exercem suas atividades em período de alta incidência de raios solares, horário este em que há grande incidência de raios UVB, principais responsáveis pelo surgimento do câncer da pele e outros problemas dermatológicos a médio e em longo prazo (SOUZA et al, 2016).

Sendo assim, fazem necessário uso de “barreiras” capazes de proteger a pele contra os a exposição prolongada ao sol evitando assim o desenvolvimento de cânceres como melanomas. Uma solução alternativa para estes casos foi o emprego de combinações de moléculas fotoprotetoras nos filtros solares. Dados apresentados pelo **A2** relatou uma classe especial de filtros orgânicos agem tanto como via de absorção quanto através da reflexão dos raios UV (NASCIMENTO et al, 2013). Em contrapartida, segundo **A5** estes agentes orgânicos naturais apresentam, frequentemente, fotoproteção muito inferior às empregadas especificamente para este fim. Assim, ambos os estudos completam que o seu uso se faz principalmente no intuito de contribuir, ou seja, a associação funcionaria como um coadjuvante com os agentes próprios para fotoproteção em uma formulação de filtro solar devido à baixa capacidade de fornecer valores altos ou significativos de FPS (NASCIMENTO et al, 2013; CARVALHO et al, 2015)

Seguindo essa linha de pesquisa, conforme estudos experimentais feitos por **A3** com a *Malpighia Glabra* L (extratos de acerola) ela não apresenta potencial fotoprotetor, mas a presença dos compostos flavonoídicos proporciona atividade antioxidante *in vitro*. A associação do extrato seco de acerola em formulações cosméticas fotoprotetoras é de grande valia, uma vez que ambos atuam em sinergismo e se complementam na proteção contra os danos induzidos pelas radiações UV (SOUZA; CAMPOS; PACKER, 2013).

De acordo com **A5** é importante destacar, também, que a utilização de ativos vegetais não só pode aumentar a proteção contra os raios ultravioleta como também trazem benefícios

à pele, devido a sua alta capacidade antioxidante (CARVALHO et al, 2015) já que a incidência de raios solares é comprovadamente um dos principais fatores de envelhecimento cutâneo e aparecimentos de cânceres de pele.

CONCLUSÕES

Levando-se em conta as evidências encontradas, o uso de fotoprotetores de origem vegetal possui múltiplos benefícios agindo além de filtros solares como antioxidantes protegendo contra o envelhecimento precoce da pele por causa dos efeitos nocivos da exposição prolongada ao sol.

Contudo, para atingir um efeito satisfatório a associação com outros filtros se mostra necessário de acordo com os estudos abordados, já que pesquisas sobre o assunto ainda não foram tão potencialmente exploradas e não comprovam que sua ação está diretamente relacionada na prevenção de câncer. Porém, atualmente, as fórmulas de ativos naturais vêm sendo empregados em formulações fotoprotetoras associadas aos filtros UV, uma vez que, comprovada sua capacidade de absorver a radiação solar e antioxidante podem intensificar a proteção final do produto e/ou neutralizar os radicais livres.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Juliana Cajado Souza et al. Estudo do impacto da utilização de ativos vegetais em fotoprotetores. **InterfacEHS**, v. 10, n. 2, 2015.

MELO, M. M; RIBEIRO, C. S. C. Novas Considerações sobre a Fotoproteção no Brasil: Revisão de Literatura/New Considerations on the Photoprotection in Brazil: Literature Review. **Revista ciências em saúde**, v. 5, n. 3, p. 80-96, 2015.

NASCIMENTO, L. F.; SANTOS, E. P.; AGUIAR, A. P. Fotoprotetores orgânicos: Pesquisa, inovação e a importância da síntese orgânica. **Revista Virtual de Química**, v. 6, n. 2, p. 190-223, 2013.

SOUZA, F. P.; CAMPOS, G. R.; PACKER, J. F. Determinação da atividade fotoprotetora e antioxidante em emulsões contendo o extrato de *Malpighia glabra* L. – Acerola. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 34, n. 1, p. 69-77, mar. 2013.

SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro et al. Câncer de pele: hábitos de exposição solar e alterações cutâneas entre agentes de saúde em um município de Minas Gerais. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2016.

ZINK, B. S. Câncer de pele: a importância do seu diagnóstico, tratamento e prevenção. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 13, 2014.

O USO DAS NARRATIVAS PARA O ENTENDIMENTO DO PROCESSO

SAÚDE-DOENÇA¹

João Alexandre da Silva Neto²

Francisca da Silva e Silva³

Ellen Cristina da Costa Leite Sousa⁴

Antônio Marcos Vaz de Lima⁵

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o reconhecimento das narrativas como um elemento para a compreensão dos contextos mais amplos, diferenciados e mais complexos, das experiências das pessoas e o modo específico como elas fazem a construção e constituição de suas vivências, e por meio das narrativas os profissionais da saúde buscam desenvolver as práticas do cuidado e cura, através da análise das ações e experiências destes usuários. As narrativas representam entender o paciente como personagem de seu próprio adoecer e que, como sujeito, interage com outros saberes e poderes. Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de artigos sobre a Reforma Psiquiátrica, o uso de narrativas e seu desenvolvimento positivo, portanto adoção das narrativas como método terapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental, Psiquiatria, Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A partir de uma revisão de literatura identifica-se que o uso do método das narrativas e das histórias de vida dos sofredores psíquicos é de grandes avanços, tanto para os profissionais de saúde quanto para os usuários, ao analisar as narrativas de cada sofredor psíquico é uma forma de acessar núcleos culturais, pois as histórias conectam o mundo interior ao exterior, o subjetivo ao objetivo, assim estabelecendo identidades. As narrativas apontam para uma concepção de saúde que integra os elementos da subjetividade e da organização social e cultural, pode-se identificar, nas falas, um significado amplo para a concepção de saúde, que incorpora perspectivas, como a de bem-estar, autoestima, lazer,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

^{2,3} Acadêmicos de Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho, joaxandreneto@gmail.com, kykka_sylva@hotmail.com.

⁴ Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Piauí, ellenleite@hotmail.com.

⁵ Discente do Centro Universitário Santo Agostinho, vazdelima7@gmail.com.

atividade física e bom humor ao processo saúde-doença. Esse trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da utilização das narrativas dos sofredores psíquicos para compreender o processo saúde-doença que envolve, e sua contribuição para o processo de desinstitucionalização psiquiátrica, assim, a desinstitucionalização da assistência em saúde mental comanda uma parceria direta entre profissional e saúde em serviços comunitários. As narrativas das pessoas trazem um enredo que não fica limitado a cumprir passivamente o papel atribuído ao paciente, de tomar remédios, comparecer a consultas e/ou fazer exames de rotina.

A forma e o sentido de suas falas se aproximam de uma abordagem integral. As narrativas, portanto, sinalizam a possibilidade de transformar o significado de saúde e doença e de buscar novos hábitos de vida que promovam seu bem-estar. E podem representar um ganho em relação a questões objetivas, e um controle sobre a doença. Por vezes é construída a partir da presença de situações ou pessoas que trazem novos significados à vida, ou a partir das necessidades de assumir novos papéis sociais e familiares.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de artigos sobre a Reforma Psiquiátrica, o uso de narrativas e seu desenvolvimento positivo, realizada através da busca nas bases de dados Lilacs, Scielo e Bireme, na qual foram escolhidos criteriosamente artigos a partir do DeCS sobre o tema entre os anos de 2013 e 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos possibilitaram o desenvolvimento dos diagnósticos sobre a saúde mental dos usuários para promover um processo de melhoria contínua nos processos existentes, com avanços nos aspectos que revelam o caráter humano construído por meios dos eventos, as interações entre as pessoas que qualifica e reflete nas emoções, a forma de compreensão do mundo e a necessidade de estabelecer diálogo entre o profissional e o

usuário e, por fim, a importância das narrativas para a antropologia da saúde, No entanto, a importância da narrativa não está apenas na representação das ações e experiências, mas em como esses eventos agem no protagonista e nas experiências humanas, ou em outras palavras, a narrativa revela o caráter humano tanto como iluminado, quanto constituído por meio de eventos.

A narrativa é uma das formas fundamentais pelas quais os humanos organizam suas compreensões do mundo, então o ato da narrativa, “narrar” a experiência de vida faz parte da necessidade humana de ser entendida pelo outro, e de se manter em comunicação, pois a narrativa permite que as pessoas construam sentido ao que vivenciam, descrevendo as ações tomadas, o ponto crucial é que a narrativa é o meio pela qual o sujeito selecionam os eventos “ Reais”, em aquilo que os une para comunicar sua interpretação dos fatos, pois o dramas sociais da vida humana geram narrativas múltiplas, segundo os atores e sua interpretação, que envolvem uma sequência de eventos e sua seleção metafórica para expressar um ponto de vista particular, o cuidado tem sido almejado, através da capacitação de todos os sujeitos envolvidos nesse processo (paciente, familiares, profissionais e sociedade), a valorização e compreensão da narrativa, pelos profissionais de saúde, podem, assim, ampliar a capacidade de escutar e interpretar as falas e demandas dos pacientes para além dos sinais e sintomas expostos no encontro clínico, e, por conseguinte, facilitar o entendimento do significado das Histórias dos pacientes.

A falta desta percepção pode interferir negativamente na efetividade das ações terapêutica. É melhor compreender a doença mental, quebrando as barreiras do cuidado digno destas pessoas adoecidas, qualificação da assistência à saúde mental.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que a adoção das narrativas como método terapêutico para o tratamento dos sofredores psíquicos é relevante para os profissionais de Enfermagem, pois abre espaço para a construção do processo de cuidar psicossocial do usuário de forma competente e de acordo com os princípios humanísticos.

REFERÊNCIAS

GUALDA, D.M.R.; CAMPOS. E.A.; MELO.L.P. **Enfermagem, antropologia e saúde**. 1.ed, Barueri, SP: Manole, 2013 (Serie Enfermagem e saúde)

MARTIN. D.; NAKAMURA. E.; QUIRINO. J. F. S. **Antropologia para Enfermagem-** Barueri, SP- Manole: 2009 (serie Enfermagem).

OS PRINCIPAIS FATORES QUE CULMINAM PARA BAIXA ADESÃO DO HOMEM AOS SERVIÇOS DE SAÚDE¹

João Alexandre da Silva Neto²
Francisca da Silva e Silva³
Lúcio Petterson Tôrres da Silva⁴
Belarmino Santos de Sousa Junior⁵

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar os principais fatores que culminam a baixa adesão do homem ao serviço de saúde, trata-se de um estudo de revisão de literatura, a fonte de busca desta pesquisa foram constituídas das bases eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), foi analisado que existe uma grande resistência que dificulta a procura do homem aos serviços de saúde, e que os condicionantes dessa resistência têm perpassado historicamente por diferentes aspectos, essa resistência reflete no perfil de morbidade e mortalidade. Os estudos mostraram que os principais fatores que culminam na baixa procura dos homens à assistência de saúde, consistem no fato do mesmo se considerar forte e invulnerável, além do receio de descobrir que está doente, diante desses fatos, percebe-se a necessidade de intervenções nos serviços de saúde, que são responsáveis por estimular o homem a buscar os serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção primária, Saúde do homem, Profissionais de saúde.

INTRODUÇÃO

Pesquisas têm apontado uma baixa adesão do homem aos serviços de saúde, tendo como consequência um aumento nos indicadores epidemiológicos de morbimortalidade desse público, onde se percebe que a expectativa de vida do homem é menor que a feminina constituindo um verdadeiro problema de saúde pública, esse fato pode está relacionado a diversos fatores (VIEIRA, 2013). As relações entre masculinidade e cuidado em saúde têm sido analisadas com base na perspectiva de gênero, focalizando as dificuldades dos homens na

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

^{2,3} Acadêmicos de Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho, joaoxandreneto@gmail.com, kykka_sylva@hotmail.com.

⁴ Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP, petterson17@gmail.com.

⁵ Docente do Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP, sousajunyor@gmail.com.

busca por assistência de saúde e as formas como os serviços lidam com as demandas específicas dos homens, o que pode ampliar as dificuldades (COUTO, *et. al* 2010).

Considerando esses aspectos, questiona-se: Quais os fatores que contribuem para a baixa adesão do homem aos serviços de atenção básica de saúde? Acredita-se que o homem apresenta alguns fatores que não lhe permite buscar a assistência aos profissionais de saúde da atenção primária, por isto este estudo busca as literaturas, para nortear que pretende ser identificado. O presente estudo tem como objetivo identificar os fatores que interferem na busca do serviço de saúde pelo público masculino, fator esse contribuinte para novos estudos sobre a temática.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo tipo revisão de literatura, o levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consulta em uma das bases de dados de relevância para a produção do conhecimento em saúde: SciELO. A busca na base de dados foi realizada durante o mês de maio de 2018. Na base SciELO foi utilizada apenas a palavra-chave “Saúde do Homem”, o levantamento dos dados se deu a partir da busca de fontes com o foco na Saúde do Homem na atenção básica e Enfermagem.

Os critérios para busca foram artigos nacionais publicados entre os anos de 2009 a 2018 que estivessem na área de ciências da saúde. Após definidos os critérios foram encontrados 185 artigos, onde após leitura dos títulos foram pré-selecionados 40 artigos, e depois de feita leitura dos resumos na íntegra foram selecionados 15 artigos, e desses apenas 5 foram lidos na íntegra e inclusos na revisão. Foram excluídas as publicações duplicadas, bem como o que não respondia à questão norteadora e que não estava entre os critérios de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as publicações selecionadas para o presente estudo, percebemos que vários fatores reforçam a baixa procura dos homens pelos serviços de saúde, sendo esses

fatores relacionados às características do homem como biopsicossocial e a organização dos serviços de saúde. Segundo Vieira (2013), a baixa procura dos homens pelos serviços de saúde, deve-se ao fato de que esse público se considera um ser forte, herói, invulnerável e saudável, e optam por deixar o acesso aos serviços para os grupos mais necessitados, além do temor de descobrir uma patologia grave ao procurar o serviço de saúde. Ainda de acordo com estudo realizado pelo autor acima citado, a ausência de assistência por especialistas na área também é considerada um fator. De acordo com Silva (2013), os serviços de saúde possuem uma organização despreparada, em termos de recursos humanos e materiais e não estimula o acesso da população masculina aos serviços de saúde. Desse modo a estratégia de saúde da família é considerada um ambiente preparado apenas para atender grupos frágeis como crianças, adolescentes, idosos e mulheres, sendo esses também os grupos mais envolvidos nas campanhas de saúde pública. Para Silva (2012), os serviços de atenção primária à saúde não contam com programas e ações voltadas para o homem, sendo esse uma importante barreira que interrompe o vínculo entre as necessidades do homem e a organização dos serviços na atenção básica, o que faz o homem considerar que a busca por serviços de saúde faz parte do cotidiano da mulher, e veja a unidade básica de saúde como espaço feminilizado.

Dentre as questões alegadas pelos homens em relação a não buscar os serviços de saúde, está relacionado a dificuldade de acesso a esses serviços, onde na maioria das vezes é necessário mais de uma consulta, além de ter de enfrentar filas para ser atendido (Gomes, *et al.* 2011). Ainda relacionado ao acesso aos serviços de saúde, outro fator relatado pelo público masculino está relacionado ao horário de funcionamento dos serviços de assistência a saúde que condiz com o horário de trabalho, sendo esses fatores que podem interferir na jornada de trabalho (SILVA, 2013).

CONCLUSÃO

No presente estudo foi possível identificar os principais fatores relacionados à baixa procura do homem pelos serviços de saúde, sendo os mesmos relacionados aos aspectos

sociais e culturais de ser homem, bem como aos fatores organizacionais das instituições de serviços de saúde.

Os principais fatores que culminam na baixa procura dos homens à assistência de saúde, consistem no fato do mesmo se considerar forte e invulnerável, além do receio de descobrir que está doente, e a falta de especialista na área. O despreparo organizacional das instituições tanto no que diz respeito à estrutura, bem como aos recursos humanos e materiais, o número de consultas necessárias, bem como ter de enfrentar filas para ter acesso aos serviços e por fim, o horário de funcionamento dos serviços de saúde que coincide com o horário da jornada de trabalho.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de intervenções nos serviços de saúde, que são responsáveis por estimular o homem a buscar os serviços de saúde, sendo necessário, ampliar as campanhas, capacitar os profissionais dos serviços de saúde, preparar e ampliar estrutura organizacional da unidade, criar estratégias de captação da população masculina, visando uma maior demanda de homens em busca de assistência à saúde.

REFERÊNCIAS

COUTO, Márcia Thereza *et al.* O homem na atenção primária à saúde: discutindo (in)visibilidade a partir da perspectiva de gênero. **Interface (Botucatu)** [online]. 2010, vol.14,n.33,pp.257-270.

GOMES, Romeu *et al.* O atendimento à saúde de homens: estudo qualitativo em quatro estados Brasileiros. **Physis**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 113-128, 2011.

SILVA, Patricia Alves dos Santos *et al.* A saúde do homem na visão dos enfermeiros de uma unidade básica de saúde. **Esc. Anna Nery**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 561-568, 2012.

SILVA, Patrick Leonardo Nogueira *et al.* Política de atenção à saúde do homem no Brasil e os desafios da sua implantação: uma revisão integrativa. **Enferm. glob. Murcia**. v. 12, n. 32, p. 381-413, 2013.

AS ESTRATÉGIAS ASSISTENCIAIS DA ENFERMAGEM EM ACOLHER O HOMEM DA ZONA RURAL NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE¹

João Alexandre da Silva Neto²

Francisca da Silva e Silva³

Lúcio Petterson Tôrres da Silva⁴

Belarmino Santos de Sousa Junior⁵

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar as estratégias para o acolhimento da população masculina na zona rural. Trata-se de um estudo de revisão integrativa do tipo descritivo exploratório, tendo como bases de dados: Scielo e Lilacs. Critérios de inclusão: artigos publicados em português, artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados de 2005 a 2018. Os descritores utilizados foram: Saúde do homem, Promoção de saúde do homem e homem da zona rural. A partir da análise dos artigos, considera-se que é fundamental a discussão sobre as masculinidades para os serviços e profissionais de saúde, bem como para a população, no sentido de romper com o paradigma de invulnerabilidade dos homens e de fazer ressoar as necessidades desse grupo, muitas vezes, esquecidas e embutidas não só pelo sistema de saúde, mas pelo próprio homem.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento, Atenção Básica, Saúde do homem.

INTRODUÇÃO

O pouco número de serviços na atenção básica voltado especificamente para as demandas relacionadas às questões de gênero masculino reflete em uma organização defasada dessa infraestrutura de atendimento à saúde, e, associado à deficiência na capacitação dos profissionais que atuam nestes serviços, constitui uma das principais barreiras para a construção de uma rede que atenda às necessidades da população masculina. Os homens percebem mais dificuldades para serem atendidos, por avaliarem as unidades

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho, joaoxandreneto@gmail.com

³ Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho, kykka_sylva@hotmail.com

⁴ Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP, petterson17@gmail.com

⁵ Docente do Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP, sousajunyor@gmail.com

básicas de saúde como um ambiente feminilizado, em que os serviços são designados quase que exclusivamente para mulheres, crianças e idosos (FIGUEIREDO, 2005).

Culturalmente, a busca por assistência à saúde pode identificar certa fragilidade do homem, o que é pouco aceito na cultura ocidental. Outrossim, ser homem é associado à invulnerabilidade, força e virilidade. Tais particularidades são incompatíveis com a demonstração de sinais de fraqueza, medo, ansiedade e insegurança, representada pela procura aos serviços de saúde, o que coloca em risco a masculinidade e aproxima o homem das representações de feminilidade (GOMES *et al*, 2007).

De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil (2008), os elementos culturais de estereótipo e gênero masculino são os principais motivos da não adesão dos homens aos serviços de atenção primária, prestados nas unidades básicas de saúde.

O presente estudo tem como objetivo avaliar o contexto sócio antropológico do homem da zona rural, seguida da criação de um planejamento estratégico que vise acolher o homem na atenção básica de saúde a partir de suas necessidades e sua disponibilização.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão integrativa do tipo descritivo exploratório, tendo como bases de dados: Scielo e Lilacs. Critérios de inclusão: artigos publicados em português, artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados de 2005 a 2018. Critério de exclusão: artigos com resultados incompletos. Os descritores utilizados foram: Saúde do homem, Promoção de saúde do homem e homem da zona rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É de grande valia a participação do homem em redes de atenção à saúde que proporcione ações de promoção e prevenção eficientes e eficazes. Com fins de

orientar/educar esse gênero a recorrer a melhor qualidade de vida e a minimizar a exposição à riscos de agravos à saúde. Com base no trabalho da atenção básica, é plausível a efetivação da prevenção do câncer de próstata, infecções sexualmente transmissíveis (IST's) tabagismo e também um estilo de vida mais saudável. Orientando sobre a importância do toque retal e a quebra do preconceito e machismo, contribuindo assim, para prevenção de futuras complicações de saúde (FIGUEIREDO, 2005).

Diante disso, é fundamental a discussão sobre as masculinidades para os serviços e profissionais de saúde, bem como para a população, no sentido de romper com o paradigma de invulnerabilidade dos homens e de fazer ressoar as necessidades desse grupo, muitas vezes, esquecidas e embutidas não só pelo sistema de saúde, mas pelo próprio homem (STORINO *et al*, 2013). Não deixando de lado que a população da área rural prioriza sua cultura, crenças e tradições, pontos marcantes em sua vida social que deve ser trabalhado com atenção e cuidado.

Quando se trata de cuidado com a saúde, o trabalho tem sido considerado um empecilho ao acesso aos serviços de saúde ou à continuidade de tratamentos já estabelecidos. Falta de tempo, impossibilidade de deixar as atividades e/ou medo de que a aparição do problema de saúde e a falta de tratamento médico possam prejudicá-los, ocasionando a perda do posto de trabalho. São as apreensões em homens que adoecem no trabalho, por doenças ocupacionais ou não (FERRAZ, 2012).

Os homens do setor rural estão mais expostos aos riscos ocupacionais relacionados ao seu trabalho e mesmo diante as queixas não procuram a unidade básica de sua micro área, buscando apenas por automedicação.

CONCLUSÃO

Os serviços de atenção primária na localidade rural devem visar às condições de trabalho e seus agravos, as necessidades e dificuldades da determinada população. Buscando conscientizar o homem do campo, produtor e o trabalhador rural acerca do cuidado de sua saúde e de seu bem-estar. Considero que foi de grande importância para formação acadêmica

à construção deste trabalho. Onde nós, futuros profissionais de saúde podemos nos aperfeiçoar sobre o conteúdo abordado e refletir sobre a importância do plano assistencial de saúde, para garantir à população o acesso de uma atenção à saúde de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem**. Brasília: MS; 2008.

FIGUEIREDO, W. Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária. **Ciênc Saúde Coletiva**. 2005.

GOMES, R., NASCIMENTO E. F, ARAÚJO F. C. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e de homens com ensino superior. **Cad Saúde Pública**. 2007

STORINO L. P.; SOUZA K. V.; SILVA K. L.; Necessidades da saúde de homens na atenção básica: acolhimento e vínculo como potencializadores da integralidade. **Esc Anna Nery**. 2013.

RELAÇÃO DA RELIGIOSIDADE E SAÚDE DA POPULAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA¹

Ana Beatriz Silva Castro²

Cléssia Aparecida Alves de Mato³

Lara Cristina Costa Ramos⁴

Phelipe Hamon Cantanhede da Silva⁵

Danyel Pinheiro Castelo Branco⁶

Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA

RESUMO

A religião está ligada ao saber do homem com a busca do divino. Essa busca pode ocorrer de várias maneiras, desde os objetos considerados sagrados até as atitudes, como por exemplo, a prestação de cultos. A definição de estar doente pode ser abrangida como a percepção de efeitos e sintomas desagradáveis que, identificados pelo médico ou pelo paciente, também representa a doença como uma construção social e modificável, de acordo com o grupo social e com a identidade cultural. **Objetivos:** Avaliar a relação da religiosidade e a saúde da população. **Métodos:** Este estudo institui-se de uma revisão sistemática, tendo por base artigos publicados nos últimos 08 anos, referentes aos idiomas portugueses e ingleses, por meio dos quais são avaliadas a relação da religiosidade e a saúde da população. **Resultados:** Através dos artigos seletos, resulta-se que a religiosidade pode interferir na saúde da população devido às crenças aderidas e praticadas acarretando consequências boas ou ruins que interferem no estado da saúde da população. **Conclusão:** Foi possível observar de acordo com a revisão feita nos artigos selecionados, que as crenças religiosas interferem diretamente na saúde da população devido à influência existente em cada religião.

Descritores: Religião. Saúde. População.

INTRODUÇÃO

O século XXI tem sido marcado por inúmeras manifestações religiosas, muitas delas vêm desde a antiguidade, porém novas correntes tem se formado e disseminado no mundo atual. Esta ascendência religiosa deve-se ao fato das exigências crescentes geradas pelas

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²⁻⁵ Acadêmicos do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA, Teresina, Piauí.

⁶ Professor orientador do trabalho. Docente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, Teresina, Piauí.

peças em seu cotidiano, bem como da busca de sentidos para a vida em um mundo tão agitado e instável. A definição de estar doente pode ser abrangida como a percepção de efeitos e sintomas desagradáveis (fadiga, cefaleia, dor no corpo, sono, fraqueza, falta de apetite, febre) que, identificados pelo médico ou pelo paciente, também representa a doença como um a construção social e modificável, de acordo com o grupo social e com a identidade cultural (MELLO, 2013.).

Observa-se nos estudos, que muitas pessoas atribuem a Deus ou outras divindades o aparecimento ou a resposta dos distúrbios de saúde que as acometem e recorrem frequentemente a Eles como recurso cognitivo, emocional ou comportamental para enfrentá-los (religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença). Mesmo adversa ao modelo médico, à antropologia baseada nas crenças religiosas adotou como elemento de reflexão o amplo número dos recursos terapêuticos e das modalidades dentro e fora do campo médico oficial, permitindo o aparecimento de conhecimentos e práticas que se combinam, refazem e se estabelecem no conjunto da sociedade brasileira (ALVES, 2015).

Com isto é possível observar que uma das características mais unânimes da cultura na sociedade brasileira é a crença em espíritos, podendo notar em estudos de religiosidade nas camadas populares civilizadas, que têm mostrado a função central dos cultos religiosos enquanto ambientes terapêuticos. (MELLO; OLIVEIRA 2013)

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de uma revisão sistemática, no período de Maio de 2018, através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados Lilacs, Medline e Scielo, com os descritores: Religião; Saúde; População. Posteriormente serão aplicados os critérios de inclusão, sendo eles: estudos publicados nos últimos 08 anos (2010-2018), artigos publicados nos idiomas inglês e português, estudos que abordem a relação da religiosidade com saúde. E os critérios de exclusão: artigos que não se encontrem no período estabelecido, artigos de revisão sistemática e de literatura, teses e dissertações, assim como artigos cujo texto completo não se encontra disponíveis.

RESULTADOS

Inicialmente, foram encontrados 15 artigos, sendo 04 por meio da base de dado Medline, 06 na Lilacs e 05 na Scielo. Desses, dois estava duplicado nas referidas bases de dados, restando 13 artigos para a leitura, dos quais 08 foram excluídos por não serem adequados aos critérios determinados. Dos 08 artigos selecionados para análise, 3 foram excluídos por não contemplar o tema proposto, restando apenas 5 para participar deste estudo. Após revisão das referências destes, nenhum outro trabalho foi incorporado. Ao fim das buscas de dados, a revisão foi composta por quatro artigos, e o fluxograma da [Figura 1](#) detalha todos os procedimentos de busca pelas pesquisas selecionadas para a confecção desta revisão.

Tabela 1: Resultados dos artigos selecionados.

AUTOR ANO	TIPO DE ESTUDO	AMOSTRA UTILIZADA	METODOLOGIA	RESULTADOS
(MELLO; OLIVEIRA 2013)	Pesquisa exploratória de caráter etnográfico	Um terreiro de umbanda.	O trabalho de campo se deu através da observação participante, com visitas espaçadas e organização das observações em diário de campo, entrevistas abertas, conversas informais e materiais pessoais dos frequentadores e dirigentes do centro, bem como pelo registro audiovisual.	Entendemos não ser possível compreender as questões de saúde da umbanda sem entender a cosmologia e a organização social desse universo cultural. Assim, pensar a questão da doença e da cura no interior dessa religião implica em considerar sua cosmologia, seus rituais e a prática de seus agentes. Portanto, fazem-se necessárias algumas referências, ainda que sintéticas, sobre os fundamentos da religião umbandista.

(DUARTE; WANDERL EY 2011)	Estudo Transversal	A amostra foi composta por 30 pacientes idosos, com idade igual ou acima de 65 anos, internados na enfermaria geriátrica do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo.	Dos 30 idosos participantes da pesquisa, nove eram do sexo masculino (30%) e 21 do sexo feminino (70%). Apesar de a enfermaria geriátrica admitir pacientes acima de 65 anos, 73% dos pacientes estavam na faixa etária entre 81 e 95 anos; a média de idade ficou em torno dos 85 anos. Quanto à religião, 73% denominam-se católicos, 17% evangélicos, 7% espíritas e 3% outras religiões. É interessante frisar aqui que 100% dos pacientes evangélicos são do sexo feminino.	Em relação a importância que o indivíduo atribui a religião e espiritualidade em sua vida (religiosidade intrínseca), a grande maioria dos pacientes referiram sentir a presença de Deus em suas vidas, bem como as crenças religiosas estão por trás da forma como vivem. Apesar disso, quando questionados em relação à frequência com que participam de atividades sociais religiosas, como ir a cultos, templos ou encontros religiosos, apenas 20% dos pacientes frequentam uma ou mais vezes por semana. A maior parte referiu frequentar tais encontros uma vez por ano ou menos (30%), sendo que 17% dos pacientes não frequentam há mais de dois anos.
(OLIVEIRA <i>et al</i> 2013)	Estudo Transversal	101 pacientes da clínica médica e cirúrgica do Hospital das Clínicas de Marília no período de novembro de 2010 a abril de 2011.	Foi utilizado um instrumento padrão que foi aplicado a todos os participantes do estudo. Esse questionário possuía 16 questões fechadas de múltipla escolha, que avaliaram os seguintes aspectos: Questões sobre dados demográficos e sociais: idade, sexo, escolaridade, estado civil, etnia, motivo da internação, renda familiar e religião. Índice de religiosidade: foi utilizada a versão em português da escala de religiosidade da Duke-DUREL e Abordagem da espiritualidade e integralidade do cuidado: duas questões sobre a	Dos 101 sujeitos, que relataram altos níveis de religiosidade e sua grande influência na inter-relação com a saúde. Destes, 84,2% acreditavam que “cuidar da saúde é também ser atendido suas necessidades religiosas, 81,1% dos profissionais deveria reconhecer as crenças religiosas como parte do plano terapêutico e 81,3% acreditavam que suas crenças religiosas ajudavam a compreender e lidar com o processo de saúde-doença.

			influência da religião ou da espiritualidade no lidar com a saúde.	
(BARRICEL LI <i>et al</i> 2012)	Estudo Qualitativo	A amostra foi composta de 60 idosos ativos, frequentadores de grupos de convivência.	Foram aplicados dois instrumentos: questionário genérico Medical Outcomes Study 36-Item Short-Form Health Survey (SF-36), para avaliar a qualidade de vida, e Escala de Orientação Religiosa Intrínseca e Extrínseca, além de entrevista orientada por um questionário sociodemográfico.	Não houve diferença estatisticamente significativa em todos os domínios relacionados do SF-36 entre as mulheres com religiosidade intrínseca e extrínseca. Entre os homens, somente foi encontrada diferença estatisticamente significativa no domínio “estado geral de saúde”, que foi considerado melhor entre aqueles com religiosidade intrínseca.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A lógica no discurso religioso, ao classificar as doenças em material e espiritual, traz embutida a supremacia do espiritual em questões relacionadas com as práticas de saúde em seus diversos aspectos correlacionados (MONTEIRO, *et al* 2012). Nos estudos encontrados por (MELLO, OLIVEIRO 2013) em suas amostras analisadas a maioria das pessoas acredita na ação do sagrado na prevenção e na cura de enfermidades. Cerca de 89% da população concorda que religião é importante, 50% já se utilizaram de algum tipo de serviço religioso. Destas apenas 6,72% da população afirmava não possuir religião. Não por coincidência, os problemas de saúde estão entre as principais razões que levam as pessoas a procurarem ajuda religiosa no diz respeito a problemas relacionados a saúde.

Em suma, as práticas religiosas têm complementado as práticas médicas oficiais e, mesmo que às vezes estigmatizadas, subsistindo o modelo biomédico hegemônico. A saúde é vivenciada pelos adeptos como o equilíbrio das forças vitais ou a harmonia com a natureza, como verificamos em muitas de nossas ações religiosas (SILVA, 2017). Nesse contexto social que engloba os serviços de saúde com as práticas religiosas, um dos desafios foi lidar com a

intolerância religiosa (GOMES, 2016) uma vez, que grande parte das equipes de saúde é formada por pessoas de outras religiões (católicos e evangélicos), que muitas das vezes dificultam o acesso dos adeptos aos serviços oferecidos pelo SUS.

Quando comparado aos estudos de (DUARTE, 2011) Apesar do maior número de internações hospitalares ocorrerem entre adultos, o número aparentemente baixo de internações de idosos oculta elevada taxa, pois são internados com maior frequência. Frente a esses dados, faz-se relevante reconhecer a importância da religião e espiritualidade na vida de idosos, especialmente em situações de agravos à saúde, visto que tais aspectos são utilizados com frequência no enfrentamento de eventos estressores. Para tanto, sugere-se que os profissionais de saúde que trabalham com o público idoso estejam familiarizados com o tema e cientes da relevância na vida dos mesmos. Após a análise do conteúdo (ALVES, et al 2015) de como a espiritualidade/religiosidade dos usuários aparece no atendimento, sendo percebidos efeitos variados na saúde dessas pessoas. Percebe-se, portanto, uma incompreensão da espiritualidade/religiosidade em toda a sua extensão, talvez por falta de preparo ou de uma sensibilidade maior por parte dos profissionais. Semelhantes aos resultados encontrados (BARRICELLI, et al 2012) numa abordagem mais ampla, argumenta-se que possui semelhanças resultante da correlação religiosidade e qualidade de vida se devem ao fato de a qualidade de vida ter um conceito multidimensional que envolve aspectos físicos, sociais e emocionais.

CONCLUSÃO

De acordo com este estudo foi possível observar que a religiosidade tem forte influência sobre os fatores relacionados à saúde da população devido às crenças impostas em cada religião específica, impondo barreiras ou facilitando a atuação do profissional da área da saúde sobre essa população. Porém apesar dos resultados encontrados, necessita-se mais estudos com tema abordado para que se tenha expansão da sua real importância sobre a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. A empresa da cura divina: um fenômeno religioso. **A cultura do povo. São Paulo: Cortez & Moraes**, p. 111-119, 2015.

BARRICELLI, Inês de Lourdes Ferraz OBL et al. Influência da orientação religiosa na qualidade de vida de idosos ativos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: 5ª Edição. **Revista e Atualizada. Editora Saraiva**, 2013.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; KOLLER, Sílvia Helena; PEREIRA, Maria Teresa Lisboa Nobre. Religião, saúde e cura: um estudo entre neopentecostais. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 24, n. 3, p. 82-91, 2014.

SOUZA, ALVES, D.; JUNGES, José Roque; LÓPEZ, Laura Cecília. A dimensão religiosa dos usuários na prática do atendimento à saúde: percepção dos profissionais da saúde, 2015.

DE OLIVEIRA, Gabriela Romano et al. Saúde, espiritualidade e ética: a percepção dos pacientes e a integralidade do cuidado. **Buscando a excelência na disseminação do conhecimento científico**, v. 11, n. 2, p. 140-4, 2013.

DUARTE, Flávia Meneses; DA SILVA WANDERLEY, Kátia. Religião e espiritualidade de idosos internados em uma enfermaria geriátrica. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 49-53, 2011.

FERREIRA, Jaqueline; ALVES, P. C.; MINAYO, MC de S. O corpo sócio. **Saúde e doença: um olhar antropológico**, p. 101,12, 2013.

GOMES, Djean Ribeiro. Intolerância religiosa: uma discussão a partir da experiência do centro de referência Nelson Mandela. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 8, n. 19, p. 248-260, 2017.

MELLO, Márcio Luiz; OLIVEIRA, Simone Santos. Saúde, religião e cultura: um diálogo a partir das práticas afro-brasileiras. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 4, p. 1024-1035, 2013.

MONTERO, Paula et al. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. Espiritualidade e saúde: passado e futuro de uma relação controversa e desafiadora. **Revista de psiquiatria clínica**, v. 34, n. 1, p. 3-4, 2007.

A INFLUÊNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO DE CASO COM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI¹

Lucas Silva Mendes de Andrade²
Thiago Rodrigo de Oliveira Araújo³
Maurício Mendes Boavista de Castro⁴

RESUMO

Dentro de um cenário competitivo, onde a sociedade está cobrando maiores obrigações das organizações, o conceito de Responsabilidade Socioambiental está em pauta cada vez mais. Neste trabalho buscou analisar o comportamento dos universitários do curso de Administração da Universidade Federal do Piauí, em Teresina-PI, em relação às suas decisões no momento da compra. Analisou-se a percepção destes em relação às práticas de responsabilidade socioambiental e quais critérios são adotados no momento da compra, além da caracterização destes consumidores quanto ao gênero, estado civil, faixa etária e renda mensal. Para obtenção dos dados, foi realizado um estudo de caso por meio de coleta de dados com aplicação de questionário semiestruturado para 101 consumidores. Os resultados revelaram que os consumidores demonstram preocupação com as questões socioambientais, o que confirma os resultados de estudos anteriores (CASTRO, SIQUEIRA e KUBRUSLY, 2007; OLIVEIRA E GOUVEA, 2010), entretanto, essa preocupação não é refletida nas suas escolhas de consumo. Estes acreditam que as empresas praticam responsabilidade socioambiental, sobretudo, por interesses comerciais e estratégia de marketing. Dessa forma, torna-se importante uma abordagem mais significativa sobre a responsabilidade socioambiental nas instituições de ensino, além de mostrar-se necessário que as empresas divulguem mais suas ações responsáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social Empresarial, Comportamento do Consumidor, UFPI.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Lucas Silva Mendes de Andrade, graduando em Administração pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. *E-mail:* lucasxsm@gmail.com.

³ Thiago Rodrigo de Oliveira Araújo, Mestre em Administração, Universidade Federal do Piauí – UFPI. *E-mail:* thiagorodrigoaraujo@gmail.com.

⁴ Maurício Mendes Boavista de Castro, Mestre em Administração, Universidade Federal do Piauí – UFPI. *E-mail:* mauricioboavista@ufpi.edu.br.

INTRODUÇÃO

Para Kotler (2007), muitas pessoas veem as empresas como a causa de vários males econômicos e sociais, assim, movimentos de consumidores aconteceram basicamente pelo descontentamento público com as instituições. Os defensores dos consumidores exigem que a sociedade tenha o direito de influenciar os produtos e as práticas de marketing para melhorar a qualidade de vida (KOTLER, 2007). O novo consumidor está julgando e identificando organizações que são sustentáveis ou não. Essa busca além da qualidade dos serviços e produtos, a participação das empresas em ações que visam o bem-estar da sociedade e do planeta. Dessa forma, a problemática das questões ambientais tem assumido papel central na comunidade e tem gerado forte impacto sobre o comportamento do consumidor.

Para o Instituto Ethos (2012), as empresas que incorporarem e aplicarem os princípios socioambientais poderão alcançar resultados como valorização da imagem institucional, maior lealdade do consumidor, longevidade, entre outros. Assim, as práticas de ações sustentáveis e sociais contribuem para que a empresa seja mais competitiva e tenha boa reputação no mercado. Sendo assim, o estudo buscou analisar o seguinte problema: A responsabilidade socioambiental influencia a decisão de compra do consumidor? Para isso, buscou-se conhecer a percepção dos universitários do curso de Administração da Universidade Federal do Piauí-UFPI, em Teresina, em relação à responsabilidade social empresarial. Além de identificar os aspectos levados em consideração por eles no processo de decisão de compra.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é classificada como exploratória, que segundo Gil (2007), tem como objetivo proporcionar mais familiaridade com o problema com vista a torná-lo mais explícito.

Foi efetuado um estudo de caso, que do ponto de vista de Fonseca (2002) é caracterizada como o estudo de uma entidade bem definida como uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou entidade social.

Utilizado questionários que, de acordo com Malhotra (2006) é um conjunto formalizado de perguntas para obter informações do entrevistado. Sendo realizada a aplicação de questionários contendo 19 (dezenove) questões com respostas estruturadas e não estruturadas.

Em relação à abordagem do estudo, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, para interpretação dos dados e das relações entre os entrevistados. Utilizada também a abordagem quantitativa, a qual “[...] procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma da análise estatística” (MALHOTRA, 2006, p. 154).

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2018, com a população de 414 alunos do curso de Administração da Universidade Federal do Piauí-UFPI, situada na cidade de Teresina – Estado do Piauí. Foram aplicados 101 questionários.

A quantificação dos dados e a mensuração estatística foram realizadas através do software Microsoft Office Excel 2007, permitindo a sumarização dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na distribuição da amostra de 101 consumidores, verificou-se que há uma maior concentração do gênero feminino (51%) e de jovens com idade predominante entre 20 e 30 anos (82,2%).

A maioria dos respondentes afirma conhecer pouco sobre o tema responsabilidade socioambiental (46%), além de não saber conceituá-lo com clareza (75%). Esses dados corroboram com o estudo de Boulstridge e Carrigan (2000) que mostrou que a maior parte dos consumidores carece de informações sobre a responsabilidade social corporativa.

Tratando-se da responsabilidade social ser uma obrigação das instituições, (94%) dos consumidores disseram que “sim”, dessa forma, presume-se que para eles a empresa é responsável pelas consequências sociais e ambientais de suas ações, e isto deve funcionar como uma filosofia da organização, em que deve guiar todas as suas ações e decisões (FERRELL *et al.* 2000).

Verificou-se uma alta expectativa dos consumidores quanto às ações de responsabilidade social, visto que para 94% as empresas e o governo devem praticar ações responsáveis. Assim, organizações governamentais podem e devem usar a ABNT NBR ISO 26000:2010 para informar sua suas políticas, decisões e atividades relacionadas aos aspectos da responsabilidade social, além de assegurar o cumprimento de leis e regulamentos, e dar auxílio às organizações em seus esforços para atuarem de forma socialmente responsável de várias maneiras, como no reconhecimento e promoção da responsabilidade social (ABNT, 2010).

Referente às decisões de compra, a maioria (50%) não procura saber antes da compra a preocupação da empresa com ações de responsabilidade social, corroborando com os dados obtidos na “Pesquisa 2006 e 2007 – Responsabilidade Social Empresarial – Percepção do Consumidor Brasileiro”, onde afirma que apenas um em cada três brasileiros busca informações sobre o comportamento das empresas (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Ademais, quando perguntados se pagariam mais por um produto ou serviço que cause menor impacto ambiental 82% afirmou que sim. Por conseguinte, 73% afirmam adquirir produtos elaborados com material reciclado de forma esporádica, sendo que 25% afirmam nunca comprar esse tipo de produto. Numa visão mercadológica, Kotler (2000) argumenta que o comportamento de consumo desvinculado da preservação ambiental tende a submeter às gerações futuras a um ônus econômico e social intolerável, resultante do esgotamento de recursos e da poluição decorrente do uso indiscriminado de produtos provocadores de deterioração do meio ambiente.

À respeito da frequência de compras vinculadas à responsabilidade social, a maioria disse que às vezes (52%); enquanto que 32% responderam que raramente. Isso mostra que a maioria não tem compensado os esforços das empresas em demonstrar suas ações de responsabilidade social.

Verificou-se também que para 41% dos entrevistados, o critério que mais influencia sua decisão compra é o preço, já outros 38% decidem suas compras pela qualidade do produto, ou seja, eles esperam eficácia operacional das organizações.

No tocante à sensibilidade dos consumidores em relação às questões ambientais, a maioria diz se sentir responsáveis pelas suas ações e às consequências que estas trarão ao meio ambiente (91%). Entretanto, um número menor está disposto a reduzir o padrão de consumo em prol da preservação dos recursos naturais (62%) enquanto que os demais não dispostos a reduzir o seu consumo para ajudar o meio ambiente (38%). Nesse sentido, Furriela (2001) diz que o consumidor possui um papel de ator de transformação de modelos socioeconômicos, ele pode pôr em vigor um novo sistema, com uma presença mais equilibrada do ser humano na Terra, e assim, atender as suas necessidades sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Em relação à visão dos consumidores sobre as empresas praticarem ações de responsabilidade social, 90% dos respondentes não acreditam que as empresas praticam ações de responsabilidade social, pelo simples fato de estarem preocupadas com a sociedade e o meio ambiente. Isso confirma com a “Pesquisa 2006 e 2007 – Responsabilidade Social Empresarial – Percepção do Consumidor Brasileiro”, a desconfiança do consumidor em relação à atuação empresarial no âmbito social e ambiental é o principal desafio para as empresas que incorporam os princípios da RSC em suas práticas (INSTITUTO ETHOS, 2006). Araújo (2006) diz ainda que apesar da responsabilidade social ter tomado certa importância na sociedade atual, seu entendimento ainda é alvo de controvérsias e múltiplas interpretações. Ademais, 46% dos respondentes enxergam as ações de Responsabilidade Social como uma forma que as empresas utilizam para melhorar a imagem frente ao mercado, por meio das estratégias de marketing.

CONCLUSÕES

Concluiu-se que apenas uma parcela dos respondentes deve ser considerada como “consumidores conscientes”, visto que, por alguma razão, a maioria dos consumidores ainda não está contribuindo para a continuação do exercício da responsabilidade socioambiental nas empresas.

Ademais, a responsabilidade social não influencia diretamente na decisão de compra desses consumidores uma vez que a maioria não se mostra disposta em saber antes de

qualquer compra se a empresa é socialmente responsável, além de que dificilmente prefere comprar em empresas que trabalham com responsabilidade social.

Dessa maneira, torna-se importante uma abordagem mais incisiva e significativa sobre o tema por parte do governo e das instituições de ensino, com o intuito de desenvolver um conhecimento socioambiental nas pessoas, e através da conscientização formar consumidores mais informados, e com valores éticos em nossa sociedade.

Mostra-se necessário que as empresas divulguem mais suas ações responsáveis, demonstrando os impactos positivos na sociedade e no meio ambiente, sendo o marketing um dos principais meios de multiplicação da imagem e do entendimento de responsabilidade socioambiental. E assim, conduzir os consumidores à uma conscientização de classe de classe e consumo mais sustentável.

É sugerível ainda que as empresas conscientes utilizem instrumentos como campanhas publicitárias, inscrição em prêmios e obtenção de selos oferecidos por governos ou entidades representativas de classe para tornar públicas suas ações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.R.M. **Responsabilidade social e satisfação do consumidor**: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR ISO 26000**: diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, 2010. 110 p. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield_description\]_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield_description]_65.pdf)> Acesso em: 11. mai. 2018.

BOULSTRIDGE, E.; CARRIGAN, M. Do consumers really care about corporate responsibility? Highlighting the attitude-behavior gap. **Journal of Communication Management**, 2000.

CASTRO, F. A. C.; SIQUEIRA, J. R. M.; KUBRUSLY, L. S. **A Influência da Responsabilidade Social Corporativa no Comportamento do Consumidor na Cidade do Rio de Janeiro**. In: XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2007.

ETHOS, I. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf>. Acesso em: 20. mar. 2018.

ETHOS, I. Pesquisa 2006 e 2007 – Responsabilidade Social Empresarial – Percepção do Consumidor Brasileiro. São Paulo, 2006. Disponível em: **Pesquisa 2006 e 2007 – Responsabilidade Social Empresarial – Percepção do Consumidor Brasileiro**. Acesso em: 5. mai. 2018.

FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERRELL, L. **Business ethics: ethical decision making and cases**. 4 ed. Boston: Houghton Mifflin, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURRIELA, R. B. **Educação para o consumo sustentável**. Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente: Programa conheça a educação do Cibec/Inep – MEC/SEF/COEA, 2001.

KOTLER P. **Administração de marketing**. 10 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2000.

KOTLER P.; ARMSTRONG G. **Princípios de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Tradução Laura Bocco. 4 ed. Porto Alegre: bookmam, 2006. 720 p. 28 cm.

OLIVEIRA, B.; GOUVÊA, M. A. **A importância das ações sociais empresariais nas decisões de compra dos consumidores**. Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 4, p. 791-800, 2010.

AS IMPLICAÇÕES PRAGMÁTICAS E SENSORIAIS DA TEORIA AMBIENTALISTA DE FLORENCE NIGHTINGALE NA PRÁTICA DE ENFERMAGEM¹

Marta Gonçalves da Silva Filgueira Rocha²

Driely Araújo Soares Silva³

Francisco Honeidy Carvalho Azevedo⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O intuito do presente trabalho encontra-se na realização de uma revisão de literatura, onde os seis artigos analisados possuem como sustentáculo a Teoria Ambientalista de Florence Nightingale e suas diversas implicações nos mais variados campos da Enfermagem. Para tal discussão, constam reflexões holísticas a respeito de outras bases, que também afirmam a importância das boas condições do ambiente em torno do paciente, como: Teoria Interpessoal de Peplau, Teoria Filosófica de Hall, Teoria dos Princípios Básicos de Henderson, Teoria do Autocuidado de Orem, Teoria prescritiva de Wiedenbach, Teoria das necessidades Humanas Básicas de Horta, Teoria da Adaptação de Roy e Teoria Holística de Levine. Panoramicamente, o objetivo desta pesquisa se mostra na relação entre os pressupostos de Nightingale e os quatro componentes essenciais para a prática da Enfermagem: ser humano-indivíduo, sociedade-ambiente, saúde e Enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: holística, ambiente, saúde.

INTRODUÇÃO

A preocupação como bem-estar do indivíduo ao longo do tempo, sobretudo no decorrer do século XIX onde as mais variadas ciências estão em processo de desenvolvimento, tem sido para o campo da saúde um dos grandes desafios. Logicamente que em consonância com os avanços tecnológicos provenientes da Revolução Industrial (entre os séculos XIX e XX) ocorreria o advento de novas pesquisas, métodos e técnicas que ampliaram as concepções da Enfermagem como ciência ao valorizar não apenas as técnicas específicas envolvidas no

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

²Acadêmica de Enfermagem, primeiro período, no Centro Universitário Santo Agostinho, em apresentação de trabalho durante a semana científica, *martarochaoliveira@outlook.com*.

³Acadêmica de Enfermagem, primeiro período, no Centro Universitário Santo Agostinho, co-autora do presente trabalho apresentado durante a semana científica.

⁴Doutor em Biologia Celular e Molecular Aplicada a Saúde pela ULBRA-RS, orientador do presente trabalho e professor da disciplina de Saúde Ambiental no Centro Universitário Santo Agostinho

processo de cura de enfermidades mas também o universo ao redor do paciente, como atesta a mais importante obra de Florence Nightingale, “Notas Sobre a Enfermagem: o que é e o que não é”, escrita em 1859, traduzida para o português em 1984.

Sob este viés podemos convencionar que a Teoria Ambientalista de Florence Nightingale se baseia em condições e fatores específicos, para a compreensão do quadro geral das enfermidades, situações estas que levam ao surgimento de nosologias (ramo da medicina que estuda e classifica as doenças). Destacando-se entre os fatores: guerra, miséria, desnutrição, fome, condições sanitárias insalubres, bem como a interação entre os ambientes físico, psicológico, social e espiritual.

O oposto destas adversidades traz melhoras significativas no tratamento do enfermo, onde primariamente o profissional deve tratar dos aspectos gerais que envolvem a profilaxia do ambiente que circunda o doente antes mesmo de utilizar os métodos e técnicas para promoção de diagnósticos, tratamentos e reabilitações.

MATERIAL E MÉTODOS

Tornou-se necessário para o sucesso deste trabalho acadêmico, a revisão de literatura baseada em discussões presentes em seis artigos, fazendo com que a pesquisa seja alicerçada através de fontes bibliográficas e que enalteça o pioneirismo de Florence Nightingale em suas pesquisas a respeito da Teoria Ambientalista.

O levantamento de dados foi realizado pela internet (bancos de dados online), com o recorte temporal dos artigos e trabalhos científicos publicados (indexados) na *Scientific Eletronic Library Online – SciELO* e situam-se em diferentes cronologias, visto que as pesquisas permeiam os anos entre 1962 a 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Será exposta na tabela abaixo a caracterização dos artigos selecionados para análise e formatação das discussões, bem como as informações bibliográficas gerais a respeito dos mesmos.

Tabela 1: Caracterização dos artigos quanto aos núcleos temáticos acerca dos resultados sobre as implicações da Teoria Ambientalista de Florence Nightingale.

AUTOR/ANO	RESULTADOS
Medeiros et al, 2015	Análise da teoria ambientalista de Florence Nightingale com base no modelo metodológico proposto por Johnson e Webber.
Lima et al, 2013	Soluções simples e pouco onerosas para facilitar a vida de crianças expostas ao HIV.
Haddad et al, 2011	Trajectoria curricular da Escola de Enfermagem Anna Nery, e reflexões sobre os princípios éticos da profissão de Enfermagem
Silva et al, 2010	A visão holística que abrange os campos biológico, social, psicológico e espiritual em um ambiente de centro cirúrgico.
Macedo et al, 2008	Tecnologias empregadas na assistência de Enfermagem à mulher durante o trabalho de parto visando a teoria ambientalista.
Neto et al, 1990	Abordagem da teoria holística através da interligação entre três situações, denominadas <i>círculos</i> ou <i>esferas</i> .

Fonte: Elaborada pelos autores.

Correlacionando os campos teóricos de Medeiros *et al.*(2015) e Silva *et al.* (2010) percebemos que respectivamente foi analisada a teoria ambientalista de Florence Nightingale com base no modelo metodológico proposto por Johnson e Webber. Evidencia-se como notório que os preceitos da teórica mencionada ao longo do trabalho foram pactuados e servem de parâmetro na contemporaneidade, sendo sua obra: “Notas Sobre a Enfermagem: o que é e o que não é” escrita em 1859, traduzida para o português em 1984, um marco na História da Enfermagem, por sua grande relevância e simplicidade vocabular.

O artigo citado, acima de tudo, insere os cuidados com o ser humano de um ponto de vista holístico, e que abrange os campos biológico, social, psicológico e espiritual. Sempre

canalizando estas preocupações ao universo restrito de um ambiente de centro cirúrgico alinhado às necessidades do paciente e que obedeça aos critérios de organização, arquitetura planejada, funcionalidade, salubridade, higiene e de material humano (profissionais da Enfermagem competentes e preparados).

O mesmo princípio se enquadra perfeitamente em todos os artigos analisados neste trabalho podendo de maneira comparativa perceber o mesmo viés nos excertos de Lima *et al.* (2013) e Haddad *et al.* (2011), onde respectivamente utilizou-se de recursos simples e de baixo custo com objetivo de identificar as demandas de cuidado domiciliar de crianças nascidas expostas ao HIV de modo a proporcionar melhores condições de vida. Em mesmo sentido, no trabalho seguinte, percebeu-se as implicações da Teoria Ambientalista na disciplina *fundamentos de Enfermagem* na Escola de Enfermagem Anna Nery (entre 1962 e 1968).

Reforçando ainda mais os pressupostos da Teoria Ambientalista a discussão de Macedo *et al.* (2008) se baseia em um estudo desenvolvido abrangendo as principais tecnologias empregadas na assistência de Enfermagem à mulher durante o trabalho de parto, sempre visando a teoria ambientalista como sustentáculo e é claro, excluindo a concepção limitada e imediatista a respeito da obstetrícia, ao trabalhar que o momento da concepção da vida deve passar por etapas que tranquilizem a gestante e harmonizem o ambiente até o nascimento da criança. Dentre as etapas, as que mais se destacam no artigo são: o ambiente e o parto, o papel do acompanhante, a privacidade da gestante, a presença atenciosa da enfermeira, o ambiente acolhedor e a higiene do local onde o parto ocorrerá.

O mesmo viés evidencia-se nas leituras de Neto *et al.*, (1990) através da ênfase na reverência pelo dom da vida, respeito pela dignidade, autonomia e resolutividade para a ação dinâmica, em relação às crenças de cada indivíduo, bem como a abordagem da teoria holística através da interligação entre três situações, denominadas *círculos* ou *esferas*. O primeiro círculo é o dos cuidados, baseado na “exploração dos sentimentos”. O segundo círculo é o da Essência – visando a motivação do paciente. O terceiro ciclo é o da cura, onde o enfermeiro trabalha suas potencialidades técnicas para promover a cura das patologias.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu de maneira abrangente, demonstrar que a Teoria Ambientalista de Florence Nightingale é, de fato, uma das maiores referências sobre temáticas de melhoramentos físicos, sociais e emocionais no ambiente que cerca um paciente acometido de alguma enfermidade, seja para proporcioná-lo a cura ou para enfrentamento da doença em longos períodos de tratamento, mostrando que este ramo teórico aborda a Enfermagem como uma espécie de arte terapêutica e um processo interpessoal, onde um indivíduo que se encontra doente ao se relacionar positivamente com um enfermeiro preparado (habilidade de: educador, conselheiro, especialista e líder) para reconhecer as necessidades do paciente, teria visíveis progressos no percurso até a cura da enfermidade, que muitas vezes ultrapassa o âmbito do paciente e abrange um contexto familiar e comunitário.

REFERÊNCIAS

HADDAD, Veronica Cristin do Nascimento. A teoria ambientalista de Florence Nightingale no ensino da escola de Enfermagem Anna Nery. **Scientific Eletronic Library Online – SciELO**. UFRJ. p. 755-761.2011.

LIMA, Ivana Cristina Vieira de. Demandas de cuidado domiciliar da criança nascida exposta ao HIV na ótica da teoria ambientalista. **Scientific Eletronic Library Online – SciELO**. Fortaleza, CE. p. 64-71. mar./ago. 2013.

MACEDO, Priscila de Oliveira. As técnicas de cuidado de Enfermagem obstétrica fundamentais pela teoria ambientalista de Florence Nightingale. **Scientific Eletronic Library Online – SciELO**. UFRJ. p. 341-347. 2008.

MEDEIROS, Ana Beatriz de Almeida. Teoria ambientalista de Florence Nightingale: uma análise crítica. **Scientific Eletronic Library Online – SciELO**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. P. 518-524. 2015.

NETO, David Lopes. Holismos nos modelos teóricos de Enfermagem. **Scientific Eletronic Library Online – SciELO**. R. Brás. Enferm., Brasília, v. 52, n. 2, p. 233-242, abr./jun. 1999.

NIGHTINGALE, Florence. **Notas sobre Enfermagem: o que é e o que não é.** Tradução de Amália Correa de Carvalho. São Paulo: Cortez; 1989.

SILVA, Denise Conceição. Ambiente do centro cirúrgico e os elementos que o integram: implicações para os cuidados de Enfermagem. **Scientific Electronic Library Online – SciELO.** UFRJ. Escola de Enfermagem Anna Nery. p. 427-434. 2010.

REPERCUSSÕES NUTRICIONAIS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA¹

Dhully Kássia Abreu Silva²

Gilberto de Araújo Costa³

Graci Mendes de Moraes Lima⁴

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA¹

RESUMO

Esse presente estudo trata sobre a gravidez na adolescência. O foco principal é saber as repercussões nutricionais da gravidez na adolescência. A adolescência é o período de desenvolvimento humano que se inicia com alterações hormonais e corporais (puberdade), finalizando com a consolidação de sua personalidade, é considerado como o estágio transitória de criança para fase adulta. Nesse contexto, o objetivo geral desse estudo consistiu em saber como se encontra a convivência das adolescentes grávidas com seus pais, e como objetivo específico, verificar se essas adolescentes estão sendo bem cuidadas pelos seus pais, e se encontram em harmonia com sua família. Utilizou-se como metodologia a revisão integrativa. A amostra foi constituída de 20 artigos, no período de março a maio de 2018, com publicações entre os anos de 2000 a 2017. A pesquisa foi realizada na base de dados: Scielo, Unicesumar, UFPE, UniBrasil, Acervo digital, Researchgat.net e inicepg. A partir da pesquisa realizada foi possível perceber que a prevenção da gravidez na adolescência requer uma educação formal bem delineada, que possa permitir um bom recebimento das informações adequadas sobre educação sexual, e métodos contraceptivos além de estabelecer uma comunicação com os adolescentes onde os mesmos possam expressar suas ideias, temores, dúvidas.

Palavras chave: gravidez, Objetivo principal é saber como se encontra a convivência das adolescentes grávidas com seus pais. Assim como, verificar se essas adolescentes estão sendo bem cuidadas pelos seus pais, e se encontram em harmonia com sua família.

INTRODUÇÃO

A adolescência é o período de desenvolvimento humano que inicia com alterações hormonais e corporais (puberdade) finalizando com a consolidação de sua personalidade, é considerado como o estágio transitória de criança para fase adulta. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) de 1990 classifica adolescente como o indivíduo com idade de 12 a 18 (BRASIL, 2008), enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS), estipula como limite cronológico da adolescência a idade entre 10 e 19 anos. Nessa fase, ocorrem mais de 20% do crescimento total da estatura e mais de 50% da formação da massa óssea adulta (OMS,1995).

Portanto, percebe-se a importância de um estudo atentando para o crescente número de gestações na adolescência, assim como o modo como se tem dado o cuidado e a atenção à gestação na adolescência no âmbito familiar.

Objetivo principal é saber como se encontra a convivência das adolescentes grávidas com seus pais. Assim como, verificar se essas adolescentes estão sendo bem cuidadas pelos seus pais, e se encontram em harmonia com sua família.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura, onde esse processo engloba uma busca de análise e comparação do meu objeto de estudo, esboçando os dados relevantes

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Acadêmica do 8º semestre do Curso de Nutrição no UNIFSA. E-mail: dhully_sombria@hotmail.com

³Orientador do Trabalho. Mestre em Economia de Empresas. Doutorando em Engenharia Biomédica.

Profº do Curso de Nutrição no UNIFSA. E-mail: gilbertodearaujocosta@gmail.com

⁴Co-Orientadora do Trabalho. UNIFSA. E-mail: gracimmlima@hotmail.com

apresentados. Neste trabalho, nos propomos a comparar os artigos disponíveis fazendo assim uma combinação dos estudos relevantes das diversas metodologias.

A coleta dos dados ocorreu nos meses de março a maio de 2018, mediante busca on-line nas seguintes bases de dados consultados: Scielo, Unicesumar, UFPE, UniBrasil, Acervo digital, Researchgat.net e inicepg; foram pesquisados vinte artigos entre os anos de 2000a 2017, no Brasil e no Exterior.

Foram incluídos os artigos que relatam sobre o estado nutricional das adolescentes grávidas, discorrendo sobre o assunto em debate. Foram excluídos os artigos que se contrapõem aos critérios de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de feita a análise dos artigos selecionados, os resultados foram organizados em dois quadros e três tabelas. No Quadro 1 enumeramos os artigos (n=20) em algarismos normais em ordem crescente, incluindo o título, ano, autores e os objetivos respectivamente.

Quadro 1 - Distribuição dos artigos de acordo com seus autores, ano, título e objetivo. Teresina - PI, 2018.

N	Título	Ano	Autores	Objetivos
1	Anemia e deficiência de ferro em gestantes adolescentes.	2000	Elizabeth Fujimori; Daniela Laurenti; Luz Marina Núñez de Cassana; Ida Maria Vianna de Oliveira; Sophia Combluth Szarfarc.	Tendo em vista essas considerações e a escassez de estudos que caracterizem o estado nutricional de ferro de gestantes adolescentes, planejou-se este estudo com tal objetivo, e com o intuito de fornecer subsídios à prestação de assistência pré-natal e aos programas de combate à anemia gestacional.
2	Gravidez na adolescência, sua influência o peso dos recém-nascidos.	2000	Andréa leitão ribeiro	Avaliar a associação entre a idade materna e o peso do recém-nascido. Estimar a associação entre a idade materna e o baixo peso ao nascer, Estimar a associação entre a idade materna e o baixo peso ao nascer, ajustando pelas demais covariáveis do modelo teórico proposto, que possam atuar como variáveis de confusão.
3	Consumo alimentar de gestantes adolescentes atendidas em serviço de assistência pré-natal.	2003	Daniela Vasconcelos de Azevedo; Helena Alves de Carvalho Sampaio.	Estabelecer o estado nutricional, identificar fatores de risco, possibilitar interferências terapêuticas e profiláticas no sentido de corrigir distorções e planejar a educação nutricional.
4	O consumo alimentar de gestantes adolescentes no Município do Rio de Janeiro.	2004	Denise Cavalcante de Barros; Rosângela Alves Pereira; Silvana Granado Nogueira da Gama; Maria do Carmo Leal.	Investigar o consumo alimentar de gestantes adolescentes no Município do Rio de Janeiro, descrevendo os alimentos mais consumidos, a ingestão diária de energia, proteína, ferro, vitamina C, folato e cálcio, e a sua associação com variáveis selecionadas.

Fonte: O autor.

5	Risco nutricional entre gestantes adolescentes.	2005	Glayriann Oliveira Belarmino; Escolástica Rejane Ferreira Moura; Nancy Costa de Oliveira; Giselle Lima de Freitas.	Identificar o acometimento de risco nutricional em gestantes adolescentes; averiguar hábitos alimentares; e verificar percepções destes quanto à importância de nutrição adequada na gravidez.
6	Gravidez e comportamento alimentar em gestantes de uma comunidade urbana de baixa renda no município de Rio de Janeiro, Brasil.	2008	Mirian Ribeiro Baião; Suely Ferreira deslandes	Teve como objetivo compreender os sentidos de aceitação atribuídos à gravidez e como eles influenciam no comportamento alimentar de mulheres que vivem em uma comunidade de baixa renda no Município do Rio de Janeiro, Brasil.
7	Perfil nutricional de gestantes atendidas em primeira consulta de nutrição no pré-natal de uma instituição filantrópica de São Paulo	2008	Ana Carolina Moreira Nochieri; Flávia Aparecida Lama Belmonte; Magali Figueiredo de Assunção; Maria do Carmo Azevedo Leung	O presente estudo teve como objetivo analisar o perfil nutricional tendo como base os registros coletados no banco de dados dos prontuários de 219 gestantes atendidas em primeira consulta de pré-natal, no ambulatório do Amparo Maternal.
8	Perfil epidemiológico de adolescentes atendidas no pré-natal de um hospital universitário.	2009	Thelma Spindola; Larissa Freire Furtado da Silva.	a caracterização de adolescentes atendidas na consulta do pré-natal de um hospital universitário do município do Rio de Janeiro.
9	Consumo alimentar de gestantes adolescentes cadastradas na unidade básica de saúde de Mandaguçu-PR.	2009	Luanna monto vaneli; Flavia Auler.	Teve como objetivo analisar o consumo alimentar de gestantes na fase da adolescência e compará-lo frente aos inquéritos alimentares quantitativos com dados qualitativos.
10	Estado nutricional e segurança alimentar em gestantes adolescentes.	2009	Rocio Quintero Tavares; Ma Nelcy Muñoz Astudillo; Luz Elena Álvarez Sierra; Gloria Amparo Medina Perea.	Valorizar estado nutricional e percepção de segurança alimentar, de gestantes adolescentes consultados em Instituições da ESSE Saúde Pereira durante o ano 2009.
11	Reincidência da gravidez em adolescentes de Teresina, PI, Brasil.	2010	Inez Sampaio Nery; Rita de Cássia Magalhães Mendonça; Ivanilda Sepúlveda Gomes; Ana Catharina Nunes Fernandes; Delviane Costa de Oliveira.	Objetivou-se analisar os fatores sócio-econômico-cultural e obstétrico da reincidência de gravidez na adolescência em Teresina, PI, Brasil por meio de um estudo interrelacional retrospectivo.
12	Gravidez Na Adolescência: Análise Contextual De Risco E Proteção.	2010	Elder Cerqueira Santos; Simone dos Santos Paludo; Eva Diniz Bensaia dei Schirò; Silvia Helena Koller	Teve como objetivo identificar as diferenças existentes entre um grupo de adolescentes que viveu a experiência de gravidez durante a adolescência.

13	Caracterização do estado nutricional de gestantes adolescentes e do peso de nascimento de seus bebês.	2011	Sara leal de lima; Carolina segura battilani; Cristiane faccio gomes.	objetivo caracterizar o estado nutricional de gestantes adolescentes e o peso de nascimento de seus bebês.
14	Gravidez não planejada no extremo Sul do Brasil: prevalência e fatores associados.	2011	Silvio Omar Macedo Fritsch David; Alejandro González-Chica; Juraci A. Cesar; Raul Andrés Mendoza-Sassi.	Decidiu-se por avaliar o efeito de possíveis fatores associados à ocorrência de gravidez não planejada no Município de Rio Grande (Rio Grande do Sul).
15	Estado nutricional e consumo de ferro em gestantes carentes.	2012	Guedes, FS; Cardoso, LCF; Soar, C.	Descrever o estado nutricional e avaliar o consumo de ferro de gestantes carente
16	Gravidez recorrente na adolescência e os desfechos negativos no recém-nascido: um estudo no Município do Rio de Janeiro.	2012	Elaine Fernandes Viellas; Silvana Granado Nogueira da Gama; Mariza Miranda Theme Filha; Maria do Carmo Leal.	O objetivo do estudo foi estimar a magnitude da gravidez recorrente na adolescência verificar os fatores associados ao fenômeno e os principais resultados perinatais.
17	Ingestão de energia e de nutrientes e baixo peso ao nascer: estudo de coorte com gestantes adolescentes.	2013	Aline Bull Ferreira Campos; Rosangela Alves Pereira; Juliana Queiroz; Cláudia Saunders.	Avaliar a ingestão de energia, de macro e de micronutrientes por adolescentes no primeiro e no segundo trimestres de gestação e estimar sua associação com o peso do concepto ao nascer.
18	Avaliação nutricional e análise da ingestão protéica em gestantes.	2013	Rosicléa Marafon Sempre bom; Edilcéia Ravazzani.	Teve por objetivo analisar o consumo dietético protéico em gestantes.
19	Adolescentes: por quais motivos elas engravidam?	2014	Danielli Gindri Resta; Isabel Cristina dos Santos Colomé; Alessandra Bernadete Trovó de Marqui; Lilian ZielkeHesler; Cristiane Eisen.	Identificar os motivos da gravidez na adolescência e as características sócias demográficas das adolescentes.
20	A prevenção da gravidez na adolescência: uma revisão integrativa.	2017	Bianca Dargam Gomes Vieira; Ana Beatriz Azevedo Queiroz; Valdecyr Herdy Alves; Diego Pereira Rodrigues; Juliana Vidal Vieira Guerra; Carina Bulcão Pinto.	Analisar o conhecimento científico brasileiro produzido sobre a prevenção da gravidez das adolescentes.

Quanto as regiões do estudo relacionada à temática em questão, podemos destacar a região Sudeste com um total de 12 artigos perfazendo 60% das produções científicas selecionadas; seguida pela região Sul com 25% e as regiões Nordeste e Noroeste com 10 e 5% respectivamente. Já as regiões Norte e Centro-Oeste não apresentaram nenhum estudo voltado para esta finalidade.

Tabela 1: Regiões de estudo dos artigos selecionados. Teresina - PI, 2018.

REGIÃO DE ESTUDO	Nº	%
Norte	0	0
Nordeste	2	10
Sudeste	12	60
Noroeste	1	5
Sul	5	25
Centro-Oeste	0	0
Total	20	100

Fonte: o autor

Após o estudo das variáveis listadas anteriormente, elaborou-se o Quadro 2, a partir da identificação do foco de estudo das 20 produções científicas selecionadas para compor a amostra. Foram identificados os principais assuntos abordados nas produções científicas selecionadas, possibilitando a construção de três categorias temáticas com os respectivos artigos relacionados a cada uma delas.

Quadro 2 – Distribuição dos artigos segundo o foco do estudo. Teresina – PI, 2018.

Foco do estudo	Identificação dos artigos
Consumo alimentar de gestantes adolescentes	1,11,15
Estado nutricional e segurança alimentar	14,16
Gestação na adolescência	7,12,13,18 e 19

FONTE: o autor

CONCLUSÕES

A prevenção da gravidez na adolescência requer uma educação formal bem estabelecida com boa base familiar; permitindo assim, assimilar informações adequadas sobre educação sexual, e métodos contraceptivos; assim como, instituir um elo de comunicação na família permitindo que os adolescentes possam expressar suas ideias, temores, dúvidas.

Com base nos resultados do estudo, percebe-se o empenho de pesquisadores no sentido refletir sobre os cuidados e a convivência das adolescentes grávidas no âmbito familiar e o que tem sido feito em relação à essa problemática. Muitas coisas ainda precisam ser repensadas e não foram encontradas intervenções sólidas e estruturadas no âmbito familiar.

AGRADECIMENTOS

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

REFERENCIAS

AQUINO, C. M, *et al.* Pregnancy in adolescent: relation to low birth weight. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. V. 24 (B), p. 513-9, 2002.

BAIÃO, M. B.; DESLANDES, M. R. Gravidez e comportamento alimentar em gestantes de uma comunidade urbana de baixa renda no Município do Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n 11, p. 2633-2642, nov., 2008.

BARROS, D.C.; *et al.* O consumo alimentar de gestantes adolescentes no Município do Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 20, Sup1:S121-S129, 2004.

BELARMINO, G. O.; *et al.* Risco nutricional entre gestantes adolescentes. **Acta Paul Enferm.** V. 22, n 2, p. 169-75, 2009.

CATALAMO, P. M.; EHRENBERG, H. M. The short and long term implications of maternal obesity on the mother and her offspring. **BJOG.** V. 113, n. 10, p. 1126-33, 2006.

HOQUE, M.; HOQUE, S. comparison of perinatal and obstetric outcomes among young adolescents, early adolescents and adult pregnant Women from rural South Africa. **Safer J Public Health.** V. 7, n. 2, p. 171-6, 2010.

KASSOUF, A. L. Accounting for education, experience and health as investments in human capital. In: Guilhoto, J. J. M. & Hewings, G. J. D. (Org.). *Structure and structural change in the Brazilian economy: the political economy of Latin America.* Burlington: Ashgate Publishing limited. Pp.219-246, 2010.

KASSOUF, A. L. Returns to education and training program in the Brazilian urban and rural sectors. **Revisita de Economic e Sociologic Rural.** V. 35, n. 2, p. 60-76, abr./jun, 1997.

LIMA, S. L.; BATTILANI, C. S.; GOMES, C. F. Caracterização do estado nutricional de gestantes adolescentes e do peso de nascimento de seus bebês. **N.** 18, v.101, p. 54-59, 2011.

MONTOVANILI, L.; AULER, F. Consumo alimentar de gestantes adolescentes cadastradas na unidade básica de saúde de Mandaguá-PR. **Revista Saúde e Pesquisa,** v. 2, n. 3, p. 349-355, set./dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Saúde reprodutiva de adolescentes: uma estratégia para ação. Uma declaração conjunta da OMS, FNUAP e UNICEF. Traduzido por: Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF/Brasil e Fundo das Nações Unidas para Atividades de População – FNUAP. Brasil: dez, 1993.

RESTA, D. G.; *et al.* Adolescentes: por quais motivos elas engravidam? **Rev. Enferm UFPE online.** Recife, v. 8, n. 5, p. 1229-36, maio, 2014.

SILVA, L. F. F. Perfil epidemiológico de adolescentes atendidas no pré-natal de um hospital universitário. **Esc. Anna Nery. Revista Enferm.** Jan./mar, 2009.

SOUZA, G. P. Evolução da gravidez em adolescentes matriculadas no serviço pré-natal do centro de saúde em São Paulo (Brasil). **Rev. Saúde Pública, São Paulo,** n. 15, p. 449-54, 1981.

VIELAS, E. F.; *et al.* Gravidez recorrente na adolescência e os desfechos negativos no recém-nascido: um estudo no Município do Rio de Janeiro. **Rev. Bras. Epidemiol.** V. 15, n. 3, p. 443-54, 2012.

INSPIRÔMETRO DE INCENTIVO NO PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIA TORÁCICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA¹

Eduardo Kellyton de Oliveira Costa²

Camila Araujo Lima²

Daniela Lima de Almeida²

Milka Kellen Maciel Leite²

Odeany Ferreira Moura²

João Batista Raposo Mazullo Filho³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Introdução: Complicações pulmonares pós-operatórias podem ocorrer após cirurgias pulmonares afetando desfavoravelmente o curso clínico e aumentando o risco de morbidades e mortalidade. A Fisioterapia respiratória atua prevenindo, amenizando ou revertendo essas possíveis complicações, sendo a inspirometria de incentivo uma das técnicas utilizadas. **Objetivo:** Avaliar o efeito do uso da inspirometria de incentivo no período pós-operatório de cirurgia torácica sobre a função pulmonar, força da musculatura ventilatória, complicações pulmonares e o tempo de internação hospitalar. **Materiais e Métodos:** A busca incluiu as bases Medline/Pubmed, Embase e Scielo, além de busca manual, de setembro a outubro de 2017. Foram incluídos estudos randomizados que avaliaram o uso da inspirometria de incentivo em comparação com outros métodos de tratamento fisioterapêutico em pacientes no pós-operatório de cirurgia torácica (pulmonar). Resultados: Dos 105 artigos encontrados, três foram incluídos. Todos os estudos selecionados avaliaram a função pulmonar, sendo a sua melhora evidenciada em apenas um estudo. Apenas um avaliou e apresentou melhora na força da musculatura ventilatória. As complicações pulmonares, assim como o tempo de internação hospitalar, não foram reduzidas ou evitadas após o uso da inspirometria de incentivo. **Conclusão:** Não existem evidências suficientes que justifiquem a recomendação da inspirometria de incentivo no pós-operatório de cirurgias pulmonares sobre a função pulmonar, o tempo de internação hospitalar, força da musculatura ventilatória e as complicações pulmonares.

PALAVRAS-CHAVE: cirurgia; complicações pós-operatórias; modalidades de fisioterapia.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Acadêmicos do Curso de Fisioterapia no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.

³ Doutor em Biologia celular e molecular (Ulbra-RS), Teresina, Piauí.

INTRODUÇÃO

O procedimento cirúrgico causa redução da capacidade pulmonar e disfunção diafragmática, além de prejudicar as trocas gasosas, a atividade mucociliar e a eficácia da tosse, podendo acarretar em atelectasias, hipoxemia, infecção traqueobrônquica, pneumonia, insuficiência respiratória aguda e dependência da ventilação mecânica. O local da incisão cirúrgica, seja ela por toracotomia (incisões anterior, axilar, antero-latero-posterior) ou por esternotomia (vertical, arciforme ou ômega), e o próprio processo anestésico (barbitúricos, fenóis, imidazóis, fenciclidinas e benzodiazepínicos), são fatores que levam a um padrão respiratório restritivo. (SBRUZZI, et al 2012).

As principais alterações espirométricas passíveis de ocorrerem após cirurgias pulmonares estão relacionadas com a capacidade vital (CV) e a capacidade residual funcional (CRF). A capacidade vital pode estar diminuída em 50% a 60% e a capacidade residual funcional em 30%, principalmente durante as primeiras 16 a 24 horas, havendo uma recuperação dos valores normais até o quinto dia de pós-operatório. Dentro desse contexto, a fisioterapia respiratória tem sido indicada com a finalidade de prevenir, amenizar ou reverter as possíveis complicações pulmonares passíveis de desenvolver-se no período pós-operatório de cirurgia torácica (FERNANDES, et al 2011) Estudos destacam a importância de aprimorar os volumes e capacidades pulmonares precocemente. Uma das técnicas utilizadas por fisioterapeutas é a inspirometria de incentivo, que consiste na utilização de um equipamento para estimular os pacientes a realizar inspirações profundas através de sustentação máxima da inspiração. A fisioterapia também pode interferir em outro desfecho importante em pacientes submetidos a cirurgias pulmonares que é o tempo de internação hospitalar (PINHEIRO, et al 2011).

Uma revisão realizada por Agostini demonstrou em seus resultados que pacientes que realizaram fisioterapia obtiveram um tempo menor de internação (5,73 vs 8,33 dias) em relação aos grupos controles. Baseado nestas considerações, o objetivo deste estudo foi

avaliar, através de uma revisão de literatura, o uso da inspirometria de incentivo no período pós-operatório de cirurgia torácica (AGOSTINI, et al 2010).

MATERIAL E MÉTODOS

Foram selecionados ensaios clínicos randomizados (ECRs) com pacientes que realizaram cirurgia torácica (pulmonar) e que receberam como tratamento fisioterapêutico a inspirometria de incentivo associada ou não à fisioterapia convencional em comparação com a fisioterapia convencional. Que tenham avaliado ao menos um dos seguintes desfechos: função pulmonar, força de musculatura inspiratória, complicações pulmonares pós-operatórias e tempo de permanência hospitalar.

Os critérios de exclusão adotados foram: estudos que incluíram na sua amostra indivíduos com doenças neuromusculares ou em pós-operatório de cirurgia torácica cardíaca, cirurgia abdominal alta e artigos com informações incompletas e sem grupo controle.

A busca foi realizada, de maneira independente e em duplicata, nos seguintes bancos de dados eletrônicos: Medline (via Pubmed), *Physiotherapy Evidence Database* (Pedro), Embase e Scielo. De maneira complementar, foi realizada uma busca nas referências de estudos publicados sobre o assunto. A pesquisa ocorreu no período de Setembro de 2017 a Outubro de 2017 e contemplou as seguintes palavras-chave na língua inglesa: “Thoracotomy”, “Thoracic Surgery”, “Thoracic Surgical Procedures”, “Physiotherapy”, “Postoperative Complications”, “Physical Therapy Modalities”, “Incentive Spirometry”.

Em adição a uma combinação de alta sensibilidade de palavras para busca de ECRs e seus descritores em português: “Toracotomia”, “Cirurgia Torácica”, “Fisioterapia”, “Complicações Pós-operatórias”, “Modalidades de Fisioterapia”, “Inspirômetro de Incentivo”. A busca foi limitada a estudos em português e inglês, publicados no período de 1997 a 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: Resultados das buscas por artigos sobre inspirometria publicados no período de 1997 a 2013

Autor (ano)	Tema do Estudo	Tipo de Cirurgia	Intervenção	Resultados
Weiner et al. ¹⁶ (1997)	Inspirometria de incentivo e treinamento muscular inspiratório sobre a função pulmonar após ressecção pulmonar	Lobectomia Pneumonectomia	GI: 30 minutos TMI + 30 minutos inspirometria de incentivo (30 vezes) antes e depois da cirurgia GC: Não recebeu nenhum treinamento	Melhora significativa da força muscular inspiratória no GI (PI _{máx} : pré 69,5±2,4; pós 81,2±3,5 cmH ₂ O) p=0,0001 Aumento significativo entre o GI e o GC nos valores preditos do VEF1 e da CVF (p=0,001)
Gosselink et al. ¹⁷ (2000)	Inspirometria de incentivo após cirurgia torácica	Cirurgia Pulmonar Cirurgia de Esôfago	GI: Manobra lenta de inspiração máxima sustentada com inspirômetro de incentivo, seguida de expiração forçada e tosse GC: Manobra lenta de inspiração máxima sustentada, seguida de expiração	Não houve diferença entre os grupos em relação à restauração da função pulmonar, ao tempo de internação hospitalar e a incidência de complicações pulmonares
Agostini et al. ¹⁵ (2013)	Eficácia da inspirometria de incentivo em pacientes após toracotomia	Pneumonectomia Lobectomia Segmentectomia Toracotomia Exploratória	GI: Inspirometria de incentivo + tosse assistida + mobilização precoce + exercícios para MsSs (ombro) GC: Inspirações profundas + tosse assistida + mobilização precoce + exercícios para MsSs (ombro)	Não houve diferença significativa entre os grupos em relação às complicações pulmonares pós-operatórias, ao tempo de internação hospitalar e a restauração da função pulmonar

Fonte: elaborada pelos autores.

Os pacientes que são submetidos a esse tipo de cirurgia apresentam uma probabilidade de desenvolverem complicações pulmonares, visto que a própria manipulação cirúrgica associada à necessidade de anestesia geral, dor e imobilidade no leito podem levar a uma depressão da função pulmonar, a uma alteração da mecânica pulmonar e a um desenvolvimento de um padrão respiratório anormal. A disfunção diafragmática que pode ocorrer interfere negativamente no processo de troca gasosa, diminui a efetividade da tosse, comprometendo o transporte mucociliar, culminando na retenção de secreções.

A hipoventilação pode estar presente em função de alguns fatores, como o próprio processo anestésico, a dor, o comprometimento dos músculos respiratório se é considerada um dos fatores responsáveis pelo aparecimento das atelectasias. No pós-operatório de cirurgias torácicas, a redução na função pulmonar pode estar associada às mudanças do padrão ventilatório, a retenção de CO₂, a redução da pressão arterial de O₂ e ao comprometimento dos mecanismos de defesa pulmonar, podendo evoluir para CPPs. Entre as complicações mais frequentes encontram-se atelectasias, pneumonias, insuficiência respiratória, enfisema subcutâneo e escapamento de ar prolongado²⁴. Dos três estudos analisados na presente revisão, dois não encontraram relação direta entre o uso da inspirometria de incentivo e a melhora da função pulmonar pós-operatória.

Uma possível explicação para este resultado é que o efeito da inspirometria de incentivo sobre os volumes e capacidades pulmonares é temporário, não se prolongando após o seu uso. Considerando as alterações fisiológicas decorrentes da cirurgia torácica e as possíveis complicações que podem ocorrer a nível pulmonar, a fisioterapia respiratória torna-se uma medida terapêutica muito importante de cuidado no período pós-operatório, prevenindo ou restringindo a evolução das complicações através de técnicas de higiene brônquica e de expansão pulmonar. As CPPs, além de contribuírem de maneira significativa para as morbidades e mortalidade peri-operatória, acabam por aumentar também o tempo de internação hospitalar e elevar os custos hospitalares. A permanência hospitalar é um desfecho a ser considerado, visto que o prolongamento da internação leva, geralmente, a um comprometimento da capacidade funcional, com consequentes mudanças na qualidade de vida dos

CONCLUSÕES:

Não existem evidências suficientes que justifiquem a recomendação da inspirometria de incentivo no pós-operatório de cirurgias pulmonares sobre a função pulmonar, o tempo de internação hospitalar, força da musculatura ventilatória e as complicações pulmonares. Ressalta-se que existem poucos estudos na literatura atual que abordam o uso da inspirometria de incentivo no pós-operatório de cirurgia pulmonar e, em função disto, há a necessidade de realização de mais ECRs para abordar o tema.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI P, NAIDU B, CIESLIK H, STEYN R, RAJESH PB, BISHAY E, KALKAT MS, SINGH S. **Effectiveness of incentive spirometry in patients following thoracotomy and lung resection including those at high risk for developing pulmonary complications.** Thorax. 2013;68(6):580-5.

Agostini P, Cieslik H, Rathinam S, Bishay E, Kalkat MS, Rajesh PB, Steyn RS, Singh S, Naidu B. **Postoperative pulmonary complications following thoracic surgery: are there any modifiable risk factors?** Thorax. 2010;65(9):815-8. <http://dx.doi.org/10.1136/thx.2009.123083>

FERNADES EO, TEIXEIRA C, SILVA LC. **Thoracic surgery: risk factors for postoperative complications of lung resection.** Rev Assoc Med Bras. 2011;57(3):292-8.

GOSELINK, R, SCHREVER K, COPS P, WITVROUWEN H, DE LEYN P, TROOSTERS T, LERUTO A, DENEFFE G, DECRAMER M. **Incentive spirometry does not enhance recovery after thoracic surgery.** Crit Care

PINHEIRO AC, NOVAIS MC, NETO MG, RODRIGUES MV, SOUZA RODRIGUES E JR, ARAS R JR, CARVALHO VO. **Estimation of lung vital capacity before and after coronary artery bypass grafting surgery: a comparison of incentive spirometer and ventilometry.** J Cardiothorac Surg. 2011;6:70.

SBRUZZI G, SILVEIRA AS, SILVA DV, CORONEL CC, PLENTZ RDM. **Estimulação elétrica nervosa transcutânea no pós-operatório de cirurgia torácica:.** Rev Bras Cir Cardiovasc. 2012;27(1):75-87

WEINER P, MAN A, WEINER M, RABNER M, WAIZMAN J, MAGADLE R, ZAMIR D, GREIFF, Y. **The effect of incentive spirometry and inspiratory muscle training on pulmonary function after lung resection.** J Thorac Cardiovasc Surg. 1997;113(3):552-7. [http://dx.doi.org/10.1016/S0022-5223\(97\)70370-2](http://dx.doi.org/10.1016/S0022-5223(97)70370-2)

TRABALHOS PROBLEMÁTICOS DESTE GT

NÍVEL DE IMUNIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO BRASIL – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA – ERROS NA REFERENCIAÇÃO – PLÁGIO (PEDIDO A CORREÇÃO) – MESMO GRUPO DA NÁGILA AGUARDANDO

GT 4

GRUPO TEMÁTICO

IDENTIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVISMOS LGTQI+

GT 4. IDENTIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVISMOS LGTQI+

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas¹

Profa. Ma. Pâmela Laurentina Reis²

Nas últimas décadas, os temas relacionados ao gênero e à diversidade sexual atravessaram o campo das políticas públicas e dos movimentos sociais, encontrando eco, também, no âmbito acadêmico (MACRAE, 1990; PISCITELLI et al, 2004; FACCHINI, 2005; RAMOS, 2005; CITELLI, 2005; CARRARA; SIMÕES, 2007; DANILIAUSKAS, 2011). Toma-se como referência para a legitimação das temáticas de gênero e de sexualidade nos fóruns internacionais, especialmente, a partir da década de 1990, que contribuíram para o processo de construção e de legitimação da noção de “direitos sexuais” e procriativos, permitindo a inserção dessas temáticas na agenda política internacional. Nesse sentido, este Grupo de Trabalho pretende explorar a relação entre Estado e os movimentos sociais na produção de conhecimento e de políticas públicas voltadas para o gênero e para a diversidade sexual. A partir das noções sobre identidade sexual e de gênero, resultam a construção de políticas que visem à diminuição da desigualdade e a aquisição de direitos sociais. O paradigma das identidades sexuais e de gênero fixas, cuja ideia é sintetizada pelas letras LGTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer e Intersexuais+) garante, no plano prático, direitos específicos para estas populações, e por outro, contribui para essencializar essas identidades (COLLING, 2015). A busca por direitos e a atuação das agências estatais, bem como a segmentação do mercado, atento aos gostos das minorias, contribuíram para “tornar viável uma modalidade de política identitária”, cuja “multiplicação de categorias destinadas a nomear o sujeito político do movimento” GLBTQI, acabam por corresponder a políticas públicas igualmente específicas (FACCHINI; FRANÇA, 2009). Assim, coloca-se em discussão os impasses e tensões dos movimentos e ativismos LGTQI em relação às suas demandas gerais e específicas, situando-as no plano das relações de poder. Este GT tem como objetivos, portanto: a) analisar a atuação do movimento e o ativismo LGT que tem por base a afirmação das identidades sexuais e de gênero, observando as suas tensões, dissidências, disputas e

¹Mestre em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (2011-2013). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (1993). Pós-graduada em Imagem e Publicidade (UFPI, 2002); Docência do Ensino Superior (FSA, 2007); Gestão em Comunicação Corporativa (UFPI, 2008). Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Integra o Grupo de Pesquisa CNPq, SEXGEN - Sexualidades, Corpo e Gênero (UFPA) e ComGênero - Comunicação e Gênero (UESPI). Organizadora executiva da Semana Científica do UNIFSA, desde 2003. Membro da Coordenação Editorial da Revista FSA.

² Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Ensino Superior e Pesquisadora vinculada aos Grupos de Pesquisa: SEXGEN - Sexualidades, Corpo e Gênero (UFPA) e ComGênero - Comunicação e Gênero (UESPI).

dilemas; b) discutir os limites dos marcos legais e políticos que giram em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades; c) mapear as principais ações de grupos e coletivos que atuam em favor dos LGBTQI+ e o “ativismo queer” e/ou de “dissidência sexual e de gênero”. Pretende-se problematizar a relação entre Estado e movimentos sociais na produção de políticas públicas voltadas para o gênero e para a diversidade sexual, a partir das seguintes categorias analíticas: Direitos Humanos, Diversidade Sexual e de Gênero, Identidade Sexual e de Gênero, Movimento e ativismo LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer e Intersexuais +.

REFERÊNCIAS

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 28, p. 65-100, 2007.

CITELI, Maria Teresa. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002):** revisão crítica. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal:** tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil Sem Homofobia.** Dissertação de Mestrado em Sociologia da Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990 / Regina Facchini. – Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BICHA MORRE, E NÃO VIRA PURPURINA: a representação de corpo e envelhecimento de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa¹

Mesaque Silva Correia²



RESUMO

Este artigo teve como vocação investigar a compreensão de corpo e envelhecimento de um grupo de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa e que vivem da prostituição. Para tanto, nos apropriamos dos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Como técnica de coleta de dados, utilizamos os procedimentos metodológicos da História Oral Temática e entrevistamos e entrevistamos oito homossexuais com idades entre 18 a 35 anos, do gênero masculino. Os dados coletados foram submetidos à análise clássica de conteúdo proposta por Bardin (2011). Da análise das falas dos depoentes, foi possível extrair quatro categorias de análise, entretanto, neste estudo trabalharemos apenas com a categoria “Bicha não morre, vira purpurina”. Encontramos que os sujeitos participantes do estudo, por partirem da concepção de que por serem homossexuais não morrerão, virarão purpurina, não se preocupam com o envelhecimento e por serem profissionais do sexo, entendem o corpo como instrumento de trabalho que na maioria das vezes precisa ser lapidado/esculpido. Conclui-se que a representação social de que “Bicha não morre, vira purpurina” faz com que muitos homossexuais ignorem o processo de envelhecimento. Por outro lado, essa mesma representação faz com que eles desprezem os perigos ocasionados pelo consumo de álcool, drogas, sexo sem proteção, processos estéticos clandestinos com uso de hormônio, anabolizantes e próteses. Ficando evidente que a referida representação torna-se um problema de saúde pública, uma vez que esses sujeitos acabam morrendo precocemente por falta de autocuidado com a saúde.

PALAVRAS – CHAVE: Corpo, Envelhecimento, Homossexualidade.

INTRODUÇÃO

Estudos como de Costa (1998) revelam que vivemos a “era do envelhecimento”, na qual tanto os países desenvolvidos como os países periféricos passam por um processo de

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Pedagogo pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP; Licenciado em Educação Física pelo Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP; Especialista em Educação Física Escolar pelo Instituto Brasileiro de Atuação no Ensino Superior e Pós-Graduação – IBAESP; Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu – USJT; Docente da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Educação Física Escolar – GEPEEFE/UFPI/CNPq.

envelhecimento de sua população. Na atualidade, o envelhecimento humano é entendido como um fenômeno social que vem ganhando repercussão nas diferentes esferas da estrutura social: econômica, política e cultural.

Sabe-se que os debates sobre a questão do envelhecimento relacionam-se com o aumento da esperança de vida, diminuição da taxa de fecundidade, do controle epidemiológico, ampliação de serviços públicos, entre outras temáticas, constituindo-se uma vertente de pesquisa que desperta o interesse de pesquisadores que buscam compreender a velhice e o envelhecimento (SALGADO, 1982). Entretanto, Minayo e Coimbra Jr. (2002), nos alertam que os estudos que buscam conhecer o fenômeno da velhice e do envelhecimento tornam-se insipientes no momento em que não trazem o olhar daqueles que vivenciam a experiência de envelhecer. Restringindo o processo de envelhecimento a uma visão apenas de perdas biológicas e a fragilidades dos movimentos, associando a velhice a invalidez, solidão e doenças. Neste sentido, estudar a experiência do envelhecimento implica em considerar a pluralidade de significados atribuídos ao processo de envelhecimento pelos distintos atores sociais como uma forma de superação da identidade estereotipada que a maioria dos sujeitos possui desta fase da vida, possibilitando a reflexão e problematização de ser, pensar e viver a velhice, abrindo novos caminhos e outras possibilidades de perceber e viver a velhice (DEBERT, 2004). Assim, tem sido referendada a necessidade de se (re) pensar e reconstruir o imaginário social sobre as representações sobre velhice (MINAYO; COIBRA JR), o Brasil é interpretado culturalmente como um país jovem, do futebol e do carnaval (DAMATTA, 1984), mas por outro lado, a população brasileira passa por processo de envelhecimento que é marcante em termos de dados quantitativos.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), sabe-se que 9,8% da população do país, é de idosos correspondendo a, aproximadamente, 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. De acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o país, onde há um crescimento populacional mais acelerado do mundo, o que o coloca no sexto lugar no ranking mundial, superando a população idosa da França, Itália e Reino Unido.

O fato é que na conjuntura da sociedade brasileira, o culto ao corpo, à beleza, à boa forma física e ao vigor, tornou-se um valor fundamental, o que tem feito da imagem humana e da aparência física uma espécie de símbolos de apreciação social, os quais fomentam o hedonismo e o narcisismo. Conforme Maia e Albuquerque (2000), as culturas da imagem presente nas sociedades contemporâneas valorizam o prazer imediato e contribuem para o aumento das práticas patológicas narcísicas. Para esses autores, essa prática cultural colabora para a valorização de uma imagem ideal que nem sempre pode ser alcançada pelos sujeitos. Birman (1999) ressalta que nas sociedades pós-modernas há uma predominância da cultura do narcisismo, onde seus membros buscam a exaltação da autoimagem e a exteriorização de si mesmo, o que faz com que o cuidado excessivo com a aparência se converta em um objetivo de vida.

No tocante à realidade da sociedade brasileira, onde isso também ocorre, a velhice se apresenta como incômoda, devendo ser afastada e negada pelos sujeitos. Desta forma, o “ser velho” é tido como estereótipo porque o corpo evidencia marcas do tempo que não podem ser apagadas e, por mais que este corpo humano seja trabalhado para rejuvenescer, não consegue mais ser atlético, firme e liso como antes. Além disso, socialmente a juventude e o vigor físico são utilizados como parâmetros em oposição à velhice, que na maioria das vezes é associada apenas a perdas biológicas progressivas (MINAYO; COIBRA JR, 2002).

Quando problematizamos a temática do corpo e envelhecimento nas lentes sociais de sujeitos homossexuais, encontramos na literatura científica que nos percalços da história, os homossexuais foram constrangidos, julgados, torturados, coisificados e submetidos a políticas de higienização social alicerçadas no ideal de pureza e homogeneização das sociedades (FOUCAULT, 2010). Fazendo com que muitos estruturassem estratégias de sobrevivência para manter-se socialmente vivos. De acordo com Brito (2012), os homossexuais socialmente possuem seus corpos aprisionados no armário em virtude do estranhamento social, estranhamento que gera a discriminação e a violência, levando os homossexuais a vivenciarem as trilhas da clandestinidade e da evidência, do crime e do direito, da obediência e da rebeldia. O que faz com que muitos construam uma visão equivocada de si mesmo.

Em Denis Endsjo (2014), encontramos que no Brasil a intolerância e a exacerbação das práticas homofóbicas e heterossexistas são alarmantes, mesmo diante do discurso da aceitação e da liberdade de expressão. Assim sendo, perante o contexto social vigente, a saída sexualizada do gueto, quase sempre não conduz a outro lugar que não seja o da frustração, da hostilidade, da intolerância, do preconceito, tornando-se alvo fácil nos discursos de ódio de alguns atores sociais, contrariando o “mito da tolerância”, pois em uma sociedade como a nossa, orientada pelos padrões heterossexuais, não se pode dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, já que nesta sociedade coexiste um poder do discurso e um discurso do poder, que acaba por determinar a circulação de outros discursos. Desta forma, este estudo tem a vocação investigar a representação de corpo e envelhecimento de um grupo de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa e que sobrevivem da substituição.

MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa é caracterizada como uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada que foi realizada com 10 (dez) homossexuais que vivem na fronteira Brasil/Guiana Francesa e sobrevivem da prostituição. Os dados coletados foram submetidos à análise clássica de conteúdos proposta por Bardin (2011). Destacamos que foi acordado com o grupo de idosos a garantia do anonimato e a privacidade das informações obtidas em decorrência das entrevistas cedidas, atendendo aos princípios éticos que regem o estudo científico com seres humanos, instituídos pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que normatiza no Capítulo IV, que o respeito à dignidade humana requer que toda pesquisa se estruture após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. Clarificamos ainda, que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da – UFPI.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O estudo completo é composto de quatro categorias de análises extraídas dos depoimentos dos depoentes. Entretanto, para atender a estrutura metodológica exigida pelo evento, trabalharemos apenas com a categoria “Bicha não morre, vira purpurina”. A referida categoria foi escolhida por retratar o objetivo geral do estudo que foi de: investigar a representação de corpo e envelhecimento de um grupo de homossexuais residente na fronteira Brasil/Guiana Francesa e que sobrevivem da prostituição. No momento em que foram questionados sobre suas percepções sobre o envelhecimento e o cuidado que mantinham com a saúde corporal os participantes do estudo responderam que:

Meu amor, desde criança sempre escutei que Bicha não morre não, se não morre não envelhece. Na verdade temos é truques para driblar a velhice!! Eu cuido do meu corpo e mantenho a forma com processos estéticos que aqui é bem baratinho, tem veado que aplica em veado (SUJEITO – 1).

Não penso na velhice, acho que para nós ela nem chega. Temos uma célula que não nos deixa envelhecer. Na verdade, bicha vira purpurina. Por isso que tenho esse carão e esse corpão. Veado tem que ser homem duas vezes porque pra fazer o que fazemos tem que ter mais que um saco. Quando coloquei silicone na bunda, fiquei uma semana a base de anestésico em cima da cama, além de algumas taise (drogas) (SUJEITO– 5).

Aqui na fronteira ninguém pensa em velhice, aqui velho não sobrevive, morre de fome. Nós acreditamos que somos eternas e jamais envelheceremos. Aí, pra que isso seja real, é cuidar do corpão e do carão. (SUJEITO – 8).

Sou gay, e gay não morre, vira purpurina. Velhice é para os mortais e os mortais jamais farão o que faço. (PROFESSORA – 10).

Esses depoimentos revelam a falta de preocupação dos entrevistados para com o processo de envelhecimento. Fica evidente em seus depoimentos que para o envelhecimento é uma fase da vida que jamais chegará, isso porque, associam o envelhecimento a morte. Segundo eles, se não morrerão, virarão purpurina, jamais envelhecerão. Na esteira do pensamento de Borges (2008) encontramos que a atitude natural do indivíduo é sempre considerar a morte e o envelhecimento na segunda pessoa, não reconhecendo esse fato para si. O que justificaria a concepção dos depoentes quanto ao processo de envelhecimento. Da mesma forma, Delalibera (2005) elucida, que o sujeito percebe a sua identidade efetiva a partir do seu encontro, através de sua própria imagem refletida no espelho. O que pode respaldar a percepção que os entrevistados possuem de “Corpo”. Entretanto, é mister salientar, que a referida representação de corpo e envelhecimento faz com que o grupo de entrevistados encontrem estratégias nem sempre adequadas para manter o que consideram como corpo adequado.

Segundo dados do DATASUS (2014), nos últimos dez anos a morte de homossexuais na Fronteira Brasil/Guiana Francesa vem crescendo assustadoramente. O maior número de mortes 56% ocorre em virtude do uso exacerbado de álcool, drogas e por doenças sexualmente transmissíveis. 20% em virtude de processos estéticos inadequados realizados em lugares improvisados, 24% em virtude da violência urbana. O que comprova que a representação social que o grupo de entrevistados possui quanto as categorias “Corpo e envelhecimento” é totalmente equivocada e apresenta-se como um problema de saúde pública, uma vez que tal representação faz com que muitos deles ignorem o processo natural de envelhecimento e por acreditarem que jamais morreram desconsideram os perigos dos processos os quais se submetem para alcançar o corpo ideal e manter a jovialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que no bojo da sociedade brasileira, o culto ao corpo à beleza, à juventude e o vigor físico tem se tornado cada vez mais um objeto de preocupação das diversas camadas sociais e faixas etárias. Pelo fato do padrão de beleza ser delineado socialmente, o mesmo é

aceito e acordado através das regras sociais, assim como se torna um objetivo de vida para alguns grupos de indivíduos. No caso do sujeito entrevistados, o envelhecimento não é entendido como uma fase de suas vidas, uma vez que para eles, jamais envelhecerão porque não morrerão. Tal representação faz com que eles recorram a inúmeros processos estéticos para manter-se jovem, e ao recorrerem a esses processos desconsideram os perigos os quais estão submetidos e acabam perdendo a vida precocemente. Os depoimentos aqui apresentaram demonstram que tal representação social se transforma em um problema de saúde pública que necessita de intervenção governamental urgente e eficaz na tentativa de conscientizar esse grupo de indivíduos com relação aos perigos os quais estão submetidos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BORGES, M. (2008). **O Idoso e a finitude**. Recuperado em 04 setembro, 2018, de: <http://www.cuidardeidosos.com.br/o-idoso-e-a-finitude/htm>.

BRITO, J. M. Homossexualidade na escola: em uma sociedade em que o modelo ideal é ser cisne, todos somos “patinhos feios”? In: **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP** - Campinas – 2012, p. 2-12.

COSTA, E. M. S. **Gerontodrama: a velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade**. São Paulo: Agora, 1998.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DELALIBERA, M.A. (2005). **A imagem do corpo e a angústia sobre o corpo no envelhecer e no morrer**. São Carlos (SP): Trabalho de conclusão de curso. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP, 2004.

ENDSJO, D. O. **Sexo e religião: do baile de virgens ao sexo sagrado homossexual**. Tradução: Leonardo Pinto. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução. Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987.

MAIA, M; ALBUQUERQUE, A. Get there now. Cultura contemporânea, imediatismo e desamparo. **Pulsional Revista de Psicanálise**, v. 13, n.132, 81-88, 2000.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.

A CONSTRUÇÃO DO TERMO GÊNERO: UMA ANÁLISE TEÓRICA¹

Maria Leidiane Sena²

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

A história é construída cotidianamente através de repetições de comportamentos apreendidos conforme o seu meio cultural, de acordo com sua idade, sexo e religião. Buscou-se compreender a construção e significado da palavra gênero e por que não há um consenso quanto ao seu significado. Através de uma análise sócio histórica bibliográfica, em que se confrontou a concepção de autoras de grande relevância para o tema, como Beauvoir, Scott, Saffioti, Rubin e Butler. Entende-se que questionar conceitos abre espaço para um extenso debate. Assim, conclui-se que gênero é constituinte dos processos históricos, onde a pesquisa de autoras que, partindo de uma análise teórica, buscou compreender as questões estruturais em que se moldou o significado e as condições que delimitaram espaços femininos e masculinos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Significado, Teorias.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre o conceito de gênero é reviver a história e compreendê-la em seus diversos momentos. Pretende-se fazer um resgate histórico sobre o conceito gênero, compreender e identificar a sua origem. A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza qualitativa e se baseia numa pesquisa de caráter bibliográfico. Buscou-se conhecer e explorar as mais diversas contribuições científicas disponíveis sobre o assunto. Por meio da análise e da perspectiva de autoras abordadas neste estudo, intentou-se confrontar as teorias e questioná-las, entendendo que não há uma verdade absoluta, mas um conjunto de fatores que se inter-relacionam e se transformam mutuamente. Caracteriza-se por ser um método sistemático e que poderá contribuir com novos conhecimentos.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho (Piauí- Brasil). Pós-Graduada em Família e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Santo Agostinho (Piauí- Brasil). E-mail: leidianesena06@gmail.com).

DISCUSSÃO

Há expressões linguísticas dotadas de significados, algumas carregam em si conceitos amplos e diversos. “Para os pós-estruturalistas, ‘linguagem’ não designa palavras, mas sistemas de significação – ordens simbólicas – que precedem o domínio real da fala, da leitura e da escrita” (SCOTT, 1995, p. 81). Assim, possuem definições para além da análise verbal, trazem concepções, visões, julgamentos historicizados que objetivam caracterizar os seres e explicar suas formas de lidar com o mundo. Nesse sentido, a palavra gênero é caracterizada como polissêmica, ou seja, possui diversos significados, de acordo com o contexto.

Partindo da concepção de que através da linguagem são estabelecidas formas de pensar e fazer, o linguista Ferreira (1986, p. 844) analisa a palavra da seguinte forma: “categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas”, ou seja, os termos gramaticais, embora busquem, não podem explicar os conceitos na sua totalidade.

O termo gênero passou a ser difundido por autoras feministas em busca de uma nova linguagem que desconstruísse conceitos arraigados na sociedade. A escritora francesa Simone de Beauvoir, com o livro “O segundo sexo” (1949), foi precursora ao questionar essas construções, para ela, os corpos não devem ser analisados somente através do viés biológico, mas como produtos de uma relação desigual. Influenciada por uma perspectiva existencialista, ela afirmou que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, sendo a essência desenvolvida por meio de vivências. Beauvoir (1949) reafirma os corpos como produtos de uma simbologia que atravessa épocas e transforma indivíduos em feminino e masculino, e que as condições do ser mulher são impostas, e, portanto, não seriam naturais.

No entanto, foi com Gayle Rubin (1975) que o termo gênero passou a ser difundido em uma perspectiva feminista. Rubin (1975) sistematizou ideias e buscou identificar a origem da opressão e submissão social feminina. Para ela, seria preciso entender como se deu essa dominação para que só assim pudesse revertê-la. A autora formulou o conceito de “sistema: sexo/gênero”, que seria um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. No entanto, ao fazer essa diferenciação entre

sexo/gênero, a autora cria uma dicotomia, separa as noções de biológico e social, como se as questões relativas a sexo fossem naturais e as pertinentes a gênero, mutáveis. Logo depois da obra “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, de Gayle Rubin (1975), outro ensaio trará uma nova forma de pensar a classe “gênero”. Joan Scott (1990, p.72) trouxe uma nova perspectiva ao dizer que “a palavra gênero indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. A autora enfatiza que o termo “gênero” é utilizado para denominar as relações sociais entre os sexos.

Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1990, p. 75).

A partir desse conceito se buscou analisar e distinguir como foram atribuídas as práticas que comumente são associadas ao sexo feminino e masculino. Entende-se que há paradigmas históricos que deslocaram ideias, associaram-na a diversas acepções questionáveis, mas que foram naturalizadas. Para Scott (1990, p. 14), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder”. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Gênero é a forma de organizar a sociedade a partir da diferenciação de papéis, de atributos, de valores, deveres e obrigações entre os sexos.

De acordo com Scott (1990) e questionando a análise de Rubin (1975), entende-se que gênero é um saber sobre as diferenças sexuais, e que dentro destas relações estariam imbricadas tantas outras, cheias de significados e simbologias construídos através de uma percepção engessada. Assim, Scott (1990) reforça que se deve pensar para além de questões que envolvam apenas homens e mulheres, mas que há um universo de simbologias que organizam a sociedade.

Assim, Saffioti (2004) revisa as concepções de gênero em Rubin (1975) e Scott (1990), critica o sistema dual conceituado por Rubin, questiona sua abordagem e a classifica como neutra, faz uma retomada à contribuição de Scott, entendida como uma rica análise, porém questionável. A autora inova ao trazer de volta o conceito de patriarcado; ela entende que o termo gênero carrega uma dose de ideologia, porque, segundo a autora, há múltiplas concepções de gênero em relação ao conceito de patriarcado, e que o uso contínuo do termo distrai a atenção do que ela considera central, que é a ideologia patriarcal; e que essa estaria ligada à desigualdade e à opressão, fomentando essa relação. Para a autora, a ideologia do patriarcado mascara uma estrutura societária baseada na desigualdade, uma relação de poder entre homens e mulheres, sustentada pelo binômio exploração-dominação. Segundo Saffioti (2004), na base do patriarcado estaria uma relação hierárquica que tem em sua gênese a ideologia e a violência, a qual confere direitos sexuais dos homens sobre as mulheres. Dessa forma, o patriarcado foi absorvido pela cultura, atravessando as estruturas da sociedade e do Estado, transformando-se num “direito” conferido ao homem, reforçando o binarismo homem-mulher (SAFFIOTI, 2004).

Atualmente questiona-se a utilização do termo como não abrangente a todas às identidades. A partir dos anos 1980, Judith Butler passou a indagar sobre essa construção cultural e dirá que essa concepção é entendida como uma natureza manipulável, e que estas atribuições ou interpelações fomentam o discurso e o poder exercido, delimitam e ratificam aquilo que pode ser legalmente descrito como humano, criando fissões entre o que é aceitável dentro do gênero, tornando questionável tudo o que vai contra essas normatizações. A autora reafirma que formas de exclusões produzem um conjunto de apagamentos radicais, impossibilitando articulações culturais. Para Butler (2000), gênero não seria apenas uma mera expressão da biologia, ela se propõe a dissolver a dicotomia sexo/gênero. Ao afirmar que “a construção não é nem o sujeito, nem o seu ato, mas um processo de reiteração [...] não existe nenhum poder que atue, mas apenas uma atuação reiterada, que é poder em sua persistência e instabilidade” (2000, p. 163). Essa reiteração se dá nas repetições de atos, ideias, costumes, gestos que reforçam o ser feminino e masculino em um ato performativo. A autora propõe repensar as concepções de gênero. Afirma que as diferenças sexuais são reforçadas em

práticas discursivas em que ambas são indissociáveis. Dessa forma, as possibilidades de resignificação podem gerar rearticulações que contestam as práticas regulatórias, forçando uma mudança (BUTLER, 2000).

CONCLUSÃO

Essas contribuições foram valiosíssimas para o que se pretendeu, de forma resumida, abordar. Sabe-se que em diferentes épocas, as autoras foram influenciadas por mudanças estruturais na sociedade e o modo como se gestaram essas transformações influenciaram-nas nas suas análises. Portanto, é preciso questionar essas concepções, estimular o debate nos mais diferentes espaços, ou seja, romper com um espaço estritamente acadêmico. As considerações aqui abordadas não se constituem em um trabalho findado. Sabe-se que as transformações na sociedade estão em constante movimento, em que há uma mudança de ideias, que se modificam e se desenvolvem criando novos conceitos e novas formas de saber sobre as relações sociais. Assim, em um contexto dialético em que nada é absoluto ou imutável, esse estudo se propôs a se debruçar sobre essas construções e apreender sobre esse processo histórico; que não é pleno, mas, sim, transformável.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo**.v. 2. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1949.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. 18. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

RUBIN, G.; BUTLER, J. "Tráfico sexual: entrevista". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2016.

SAFFIOTI. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente)

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Mulher e realidade**: mulher e educação. Porto Alegre, vozes, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SUICÍDIO DE LGBTs: ATÉ QUE PONTO A HOMOFOBIA PODE IMPACTAR UM INDIVÍDUO?¹

Ana Gabriela Campos Fontinele²

Anna Karitha Meneses Brito³

Isis Belém Gomes dos Santos Sobreira⁴

Maria Alexandra da Cruz Pereira⁵

Taynan Matheus Sousa Gonzaga⁶

Wendy Helen Salazar Costa⁷

Patrícia Melo do Monte⁸

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Entendida como um papel fixos que são vinculadas ao sexo masculino e feminino, a heteronormatividade é hoje entendida como algo natural pois foi naturalizada com o passar dos anos e das culturas. A mesma colocada como modelo gerando, assim, um sentimento de superioridade e exclusão em relação às outras manifestações de orientação sexual. O presente trabalho teve como objetivo desenvolver uma revisão de literatura acerca do preconceito concernente à homofobia e as possíveis consequências que são geradas, buscando mostrar as formas como essas implicações são expressas na cultura e no meio social, enfatizando os impactos e repercussões psicossociais na vida das vítimas que sofrem constantemente manifestações homofóbicas, como exemplo desses impactos trouxemos o suicídio para a discussão. Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, adotando-se como metodologia a revisão da literatura. Dentro do aspecto da pesquisa qualitativa, este trabalho não utilizou instrumentos estatísticos, nem na coleta nem no tratamento de dados.

PALAVRAS-CHAVE: orientação sexual, suicídio, cultura.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Graduada do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: gabifontenele@hotmail.com

³ Graduada do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: annakaritha@hotmail.com

⁴ Graduada do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: isisxsobreira@gmail.com

⁵ Graduada do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: mellalex380@gmail.com

⁶ Graduando do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: taynangonzaga@outlook.com

⁷ Graduada do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: wendyhellensc@gmail.com

⁸ Orientador- Professor do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: patriciamelo2000@gmail.com

INTRODUÇÃO

A heteronormatividade, entendida como papéis fixos que vinculam-se ao sexo masculino e feminino foi naturalizada de tal forma que respalda-se em um ideal no que se entende por natureza. E coloca a heterossexualidade como modelo, gerando, assim, um sentimento de superioridade e exclusão em relação às outras manifestações de orientação sexual. Esse processo, resulta, portanto no estigma e preconceito contra as identidades homossexuais (FILHO; MARRETO, 2008).

Como consequência, a homofobia é um fenômeno que torna-se presente a um nível nacional, sendo evidenciada em pesquisas que revelam constantemente assassinatos de gays, travestis e lésbicas. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), uma organização não governamental que desde os anos 80 divulga anualmente dados sobre crimes de ódios causados pela homofobia, no ano passado foram registrados 343 mortes contra a comunidade LGBT no ano de 2017. Isso significa que a cada 25 horas um homossexual é morto.

O termo homofobia foi criado em 1971, pelo psicólogo George Weinberg e significa a repressão, violência e descrédito dirigidas aos homossexuais. Podendo surgir de indivíduos heterossexuais direcionadas às pessoas não heterossexuais, bem como também entre indivíduos homossexuais, pertencentes aos mesmos grupos ou a todas as atitudes discriminatórias que fazem menção à não-heterossexualidade (MOTT, 2000). Esse preconceito e as violências resultantes, podem se evidenciar de diversas formas, entre elas podemos citar: a violência institucional, intrafamiliar, interpessoal e cultural. Esta, por sua vez, ocorre por meio de crenças, valores e práticas sociais que estão irraizados e fixados de forma rígida, apresentando-se sob formas severas de discriminação, que podem chegar às formas mais graves de humilhação (BRAGA, 2017).

Interessa-nos aqui abranger especificamente os efeitos dessa opressão na comunidade LGBT, nas quais podemos observar inúmeras características que evidenciam essa suscetibilização. De acordo com Filho e Marreto (2008) a negação da orientação sexual para si mesmo e para os outros, tentativas de mudança da sua orientação sexual, sentir-se que nunca é suficientemente bom, baixa auto-estima e imagem negativa do próprio corpo,

depressão, vergonha, defensividade, raiva e/ou ressentimento, desprezo pelos membros mais assumidos, tentativas de passar por heterossexual, casando-se com alguém do sexo oposto para ganhar aprovação social, na esperança de “ficar curado”, além de outros comportamentos autodestrutivos e abuso de comidas ou substâncias, incluindo álcool e outras drogas.

Mediante essas implicações, produzimos o seguinte questionamento que gerou essa pesquisa: os homossexuais estariam mais vulneráveis ao risco de suicídio? Procuramos, mais especificamente, analisar e compreender a relação entre a homofobia e o suicídio entre os sujeitos que sofrem constantemente com o preconceito gerado por sua identidade sexual e de gênero.

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver uma revisão de literatura acerca do preconceito concernente à homofobia e as possíveis consequências que são geradas, buscando mostrar as formas como essas implicações são expressas na cultura e no meio social, enfatizando os impactos e repercussões psicossociais na vida das vítimas que sofrem constantemente manifestações homofóbicas.

O interesse pelo tema foi motivado pelas discussões a cerca da homofobia e suicídio, que tramitam há alguns anos no campo científico e social, mas necessita de um suporte, principalmente no que diz respeito a duplicidade desses polos, pouco abordados juntos na literatura. Nesse delineamento serão pontuadas de forma objetiva a correlação e analogia entre as atitudes homofóbicas e as repercussões mais graves decorrentes, que podem contribuir para fomentar o autocídio, objeção atual que se faz necessária ser abordada.

METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, adotando-se como metodologia a revisão da literatura. Dentro do aspecto da pesquisa qualitativa, este trabalho não utilizou instrumentos estatísticos, nem na coleta nem no tratamento de dados. Com vistas à operacionalização desta metodologia, a investigação foi desenvolvida com a mediação de três categorias analíticas: LGBT, Homofobia e Suicídio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Dinis (2011) a homofobia é um dos preconceitos ainda tolerados na contemporaneidade. No cenário político brasileiro facilmente se pode recordar e observar vários nomes em defesa de alguns movimentos das minorias, porém a luta a favor dos direitos e combate à violência contra gays, lésbicas, bissexuais e trans ainda é uma pauta com pouca visibilidade. Atualmente o preconceito étnico-racial, sexismo contra mulheres e outras formas de preconceitos como para com a população negra é dificilmente expressada publicamente. No entanto, com relação à população LGBT, preconceitos e expressões de ódio são não apenas tolerados, mas incentivados e visto como uma forma de afirmação da heterossexualidade masculina.

Pensar na homofobia em si traz uma responsabilidade de cunho ético, social e político. A homofobia cria espaços e se manifesta através das agressões verbais ou físicas que por sua vez, os indivíduos sofrem com tais manifestações, pois não se enquadram no modelo heterossexual e são vítimas de chacota, desrespeito, discriminação e preconceitos. Assim, “os preconceitos e discriminações assumem expressões diversas contra aqueles/as que questionam a ordem sexual e de gênero, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (VIANA, 2015, p.26).

No final dos anos 70 surgiram os primeiros estudos sobre bullying, que foi desenvolvido pelo norueguês Dan Olweus, o mesmo define o termo como a exposição repetitiva de um estudante a ações de agressão (físico e/ou verbal) por parte de uma ou mais pessoas com a intenção de infringir dano ou desconforto sobre a vítima (OLWEUS, 1993). O bullying é usado contra os estudantes que estão fora do padrão esperando dos grupos dentro das escolas, padrão esse heteronormativo. Ainda existe outro termo utilizado que é o bullying homofóbico que serve para classificar aqueles indivíduos que praticam esse tipo de agressão contra os gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que não se enquadram na heteronormatividade.

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver no mundo, os desejos e a sexualidade socialmente estabelecidos para as pessoas terem que seguir um padrão de vida, inclusive um padrão de gênero com uma perspectiva determinista biológica quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.

O termo “hétero” significa outro, diferente, ou seja, o antônimo de “homo”, que significa igual, segundo Luís Henrique Sacchi dos Santos (2007). A palavra heterossexual diz respeito à atração que uma pessoa sente por outra(s) do sexo oposto do seu, enquanto que a palavra homossexual corresponde à atração que uma pessoa sente por outra(s) do mesmo sexo. Ainda considerando o termo heteronormatividade, Santos (2007, p. 01) ressalta que

“cabe dizer que ‘norma’ pode também estar associado ao ‘normal’, ou seja, aquilo que segue uma normal.

Dessa forma, pode-se compreender o termo heteronormatividade como aquilo que é visto como normal, principalmente no que diz respeito à sexualidade, sendo assim tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes. Segundo Butler (2008, p. 39) afirma que: “[...] a matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidades’ não possam existir”.

Contudo o termo é naturalizado na sociedade e na cultura, isso diz respeito a uma historicidade social no tempo e lugar de como o comportamento heterossexual é legitimado de “normal”. Desde o século XIX, o discurso médico tem se ocupado de formalizar a heteronormatividade e o binarismo dela decorrentes “normatizando as condutas sexuais e as expressões da masculinidade e da feminilidade em parâmetros de saúde/normalidade ou doença/anormalidade” (LIONÇO, 2009, p. 48). O reconhecimento do indivíduo diante de sua adequação em um modelo binário, ou seja, ao sexo masculino ou ao sexo feminino, desconsiderando-se aquilo que o adolescente percebe de se mesmo como sujeito reconhecido de seus direitos, isso se for considerado legalmente homem ou mulher em favor de um modelo binário.

Ao longo do tempo e do espaço o corpo vai sofrendo modificações físicas, psicológicas, tanto na sua aparência quanto no seu funcionamento. Ao se depararem com situações constrangedoras de violência o homossexual sofre consequências de longo prazo, sendo uma delas o suicídio, em decorrência dos conflitos com sua identidade sexual e de gênero, por causa dos preconceitos sofridos no decorrer de sua vida.

Podemos observar nos dados alarmantes que são as altas taxas de suicídio entre jovens LGBT, que são significativamente maiores se comparadas à população jovem em geral. Acada dia, três jovens no Brasil cometem suicídio. Estatística levantada pelo grupo Ejovem mostra que a taxa anual de suicídios entre adolescentes brasileiros LGBT é superior a mil, ultrapassando a média internacional, revelando uma sociedade brasileira hostil, que discrimina a pessoa LGBT, e nega até mesmo sua existência. Segundo Sousa (2016) é correto afirmar que atualmente os jovens LGBT assumem mais cedo sua sexualidade, o que os levam a sofrerem mais rapidamente a homofobia.

A atração pelo mesmo sexo, como primeira experiência, a escuta de comentários homofóbicos, a hostilização verbal e ataques físicos ou a diminuição do rendimento escolar são situações que podem levar o jovem à depressão, à baixa estima, ao ódio contra si próprio, à frustração, à confusão sobre o que fazer, a níveis altos de stress por

manter o “segredo”, ao isolamento e a pensamentos sobre a morte. (MOTT, 2003, Pesquisa GGB – Grupo Gay da Bahia).

Um aspecto interessante a se destacar aqui é a falta de estatísticas sobre o suicídio de indivíduos LGBTs. Apesar de algumas literaturas apontarem os LGBTs como grupo de risco, a OMS, OECD e Mapa da Violência não especificam esses grupos em seus relatórios.

Segundo Junior (2015) isso se deve não à omissão ou negligência por parte dos relatórios, mas pela inexistência de notação específica nos atestados de óbitos. Nesse sentido, a subnotificação dos casos de suicídio, ao mesmo tempo que dissimulam a dimensão numérica do fenômeno suicida, por outro mascaram aspectos específicos, como a dos LGBTs, ao dissolvê-los em categorias gerais, como idade e sexo. Por outro lado, ainda, confirmam o suicídio enquanto tabu social. Segundo Rubem Alves:

A morte do suicida é diferente. Pois ela não é coisa que venha de fora, mas gesto que nasce de dentro. O seu cadáver é o seu último acorde, término de uma melodia que vinha sendo preparada no silêncio do seu ser... Mas no corpo do suicida encontra-se uma melodia para ser ouvida. Ele deseja ser ouvido. Para ele valem as palavras de César Vallejo: “su cadáver estava lleno de mundo”. O seu silêncio é um pedido para que ouçamos uma história cujo acorde necessário e final é aquele mesmo, um corpo sem vida. (1991, p. 12)

Fukumitsu (2013, p. 117) fala que o conceito de parte e do todo é adequado para se refletir sobre o suicídio. No ato suicida, há um “desejo de matar parte daquilo que não está organizado, mas confunde a parte com sua totalidade. Algumas vezes, generaliza e acaba por departamentando os problemas que são partes do viver com problemas para viver”.

Segundo Conde (2016) é preciso considerar que o suicídio existe a partir de um sujeito que lhe deu forma e configuração. O conhecimento das vivências subjetivas do sofrimento emocional / psíquico pode dar pistas para a compreensão do ato cometido. O suicídio de pessoas LGBTs segundo Nafaguchi e Adorno (2016) comunica, dentre tantas coisas, que ainda é difícil estarem vivos quando sua orientação sexual (orientação do desejo afetivo-sexual – ou a falta dele) e sua identidade de gênero são postas a prova o tempo todo na sociedade.

CONCLUSÃO

Afirmar que a homofobia gera o suicídio de um sujeito homossexual seria de certa forma um tanto exorbitante e precipitado, sem promover aqui pesquisas a um nível quantitativo que provem essa sentença. Porém o que foi possível perceber no decurso dessa produção ao sintetizar os aportes teóricos existentes na literatura que abordem esses temas, foi uma soma de fatores subsequentes ao preconceito, que acabam por propiciar uma série de comportamentos que adjacentes às condições externas acarretam e culminam em um suicídio de um sujeito já fragilizado emocionalmente.

Interessa-nos citar os aspectos que mais se repetem ao longo do desenvolvimento da pesquisa e que são fatores desencadeantes. O que muito ocorre e que foi percebido é a negação da orientação sexual dos homossexuais para si próprio e para as outras pessoas, comportamentos de baixo auto estima em que muitas vezes sentem-se como se nunca fossem suficientemente bons, tentativas de se passar por heterossexual para ganhar a aprovação dos outros e principalmente a vulnerabilidade e conseqüente depressão, acarretada pela soma desses fatores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **O morto que canta**. In: Do suicídio: Estudos brasileiros (pp. 11–15). Campinas: Papyrus, 1991.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CONDE, M. **O Arco-Íris Dde Luto: Homofobia Internalizada e Suicídio**. Dissertação (Dissertação em Psicologia) – UniCEUB. Brasília. 2016.
- SOUSA, K. J. A. de. **As Diversas Manifestações Homofóbicas e suas Consequências no Cotidiano das Minorias LBT**. Revista Clóvis Moura de Humanidades. Vol.2, nº1. 2016.
- DINIS, N. F. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência**. Educ. rev. [online]. 2011, n.39, pp.39-50.
- FUKUMITSU, K. O. **Suicídio e Gestalt-terapia**. São Paulo: Digital Publish & Print, 2012.
- GRUPO GAY DA BAHIA**. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/>>. Acesso em: 12 de junho de 2018.
- JUNIOR, A. F. **O comportamento suicida no Brasil e no mundo**. Revista Brasileira de Psicologia, 02(01), Salvador, Bahia, 2015
- LIONÇO, Tatiana. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços e impasses**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.

MOTT, L. **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil**. In: Grupo Gay da Bahia, Bahia, 2000.

MOTT, L. R. **Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil**. Bahia. ed. Grupo gay da Bahia. 1997

NAFAGUCHI. T. e ADORNO. R. de C. F. **Suicídio, Gênero e Sexualidade na era digital**. *Sau. & Transf. Soc*, Florianópolis, v.7, n.3, p.22-35, 2016.

OLWEUS, Dan. **Bullying Ats Chool: What We Know And What We Do**. Oxford: Blacwell Publishing, 1993

Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

SANTOS, L. H. S. dos. **Heteronormatividade e Educação**. In: Seminário De Gênero e Sexualidade na Escola, Brasília, 12 de novembro de 2007.

TEIXEIRA FILHO, F. S.; MARRETTO, C. R. A. **Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências**. *Revista de Psicologia da Unesp*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 19, mar. 2018. ISSN 1984-9044. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/978>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

GT 5

GRUPO TEMÁTICO

**ESTUDOS SOBRE O CORPO: O MOVIMENTO COMO PROCESSO DE
DIÁLOGO SOBRE GÊNERO, IDENTIDADE E RELAÇÕES COM AS MÍDIAS**

GT 5 – ESTUDOS SOBRE O CORPO: O MOVIMENTO COMO PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE GÊNERO, IDENTIDADE E RELAÇÕES COM AS MÍDIAS¹

Thanandra Priscila de Sousa Rocha Ferreira²

Fábio Soares da Costa³

O corpo é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, sendo submetido às mais diversas reflexões e abordagens, como a biológica, a estética, cultural, sociológica e filosófica. Os processos dialógicos que envolvem o corpo e seus movimentos em relação com questões de gênero, identidade e mídia são demasiado importantes para a reflexão na academia. Le Breton (2011) afirma: “sem o corpo, que lhe dá um rosto, o homem não existira”, esse tensionamento nos parece providencial, necessário e oportuno, pois a modalização midiática tão eloquente nos dias atuais vem invisibilizando o corpo, seus movimentos e suas características orgânicas, tecnológica, cultural e social. Os processos de construção e reconstrução de um corpo social e cultural são, também, influenciados pelas mídias, onde suas representações são construídas e reproduzidas. Neste Grupo Temático (GT), pretendemos que sejam desenvolvidas aproximações das mídias, nas suas mais diversas modalidades, com as inúmeras formas de se movimentar e as perspectivas de identidade e gênero, através dos corpos, que dialogam com o movimento e essa exacerbada midiática do corpo. O objetivo deste GT é discutir sobre os processos de coisificação midiática do corpo, além de verificar as recentes formas de construção cultural midiática sobre ele, oportunizando debates sobre o corpo e enfatizando o movimento como processo de diálogo sobre gênero, identidade e relações com as mídias. Trazer para a cena científica os diferentes imaginários de corpo e movimento, suas representações e conceitos é nosso intento. Receberemos contribuições trans e multimetodológicas, que transitem entre a Análise de Conteúdo, a Análise de Discurso, a Análise Textual Discursiva, Observações Sistemáticas e Revisões Sistemáticas que tenham

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (2018). Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual do Piauí (2005) e Especialização em Fisiologia do Exercícios e Grupos Especiais (2008) pela mesma IES. Bailarina clássica pela Escola de Dança do Estado do Piauí - Lenir Argento (2002), atualmente é titular da D e T Consultoria Esportiva, Professora Auxiliar I da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão. Coreógrafa e Professora responsável pelo Núcleo de Dança e Cultura - Facema.

³ Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (1999). Especialista em Supervisão Escolar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2002). Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFPI (2015) e Doutorando em Educação pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGEDU/PUCRS (2016). Bolsista CAPES/PROEX. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Consumo, Mídia, Relações Sociais e Saúde - CONSUMIRES - PUCRS. Coordenador de Esporte e Escolar da Fundação dos Esportes do Piauí - FUNDESPI e Professor da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. Tem experiência na área de Educação Física Escolar e Coordenação de projetos esportivos e sociais. Principais pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento nos temas: Imagem corporal, corporeidade, saúde, qualidade de vida, juventudes, educação, educação física, gênero, representações simbólicas e dispositivos midiáticos.

em seu desenvolvimento aspectos críticos e reflexivos potentes para disparar discussões que entrelacem o corpo e seus movimentos com as questões de gênero, identidade e a mídias. Nas mídias, o corpo se relaciona socialmente numa perspectiva constitutiva natural e cultural, recebendo atenção especial que promove uma gama de representações sociais produzidas e reproduzidas por produtores de conteúdos e consumidores midiáticos, voltados quase sempre para a conquista do bem-estar. Para a compreensão e discussão destes conteúdos, diversos autores contribuirão nesse diálogo, a exemplo de Foucault (2008) que discute o corpo sob a ótica das formas de poder moderna, Hall (2006) que relaciona o corpo como forma de manifestação e identificação cultural e Le Breton (2011) com reflexões sobre o que ele denomina corpo moderno que, “ter um corpo é mais que ser um corpo”. Com base nisto, saúde, moda, beleza, dieta, fitness e comportamento são os principais assuntos em voga. Não obstante a estas inferências nos perguntamos: como são apresentados estes corpos? Que modelos corporais, de comportamento e valores são representados por eles? Estas e outras problemáticas nortearão as reflexões deste GT, levando em consideração o conjunto textual/imagético contido nas mídias, à procura do entendimento sobre as representações sociais e simbólicas alicerçadas por diferentes dispositivos, em vistas da coisificação ou da possível libertação estereotipal desses corpos, tendo sempre o movimento em cena, como forma dialógica sobre os gêneros, as identidades e as relações com as mídias.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 25ª Edição, 2008.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA NO IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE O CORPO NEGRO NA REVISTA RAÇA¹

Edvaldo Cesar da Silva Oliveira²

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí

Luís Otavio Teles Assumpção³

Universidade Católica de Brasília



RESUMO

O objetivo do estudo é fazer uma análise das falas contidas na revista Raça e como essa revista promove a valorização do corpo negro no combate ao racismo e os processos de discriminação racial. A Metodologia foi qualitativa do tipo interpretativa, realizando investigação nas publicações da Revista Raça, a seleção da revista para análise se deu, por seu alto grau de publicações sobre a temática negra e sua aceitação no mercado. Instrumento foi leitura e seleção de textos da revista que promovam relações com o corpo negro e sua relação social, amostra composta de 02 revista de anos diferentes para ter maior amplitude de interpretação. A análise do texto retirado foi baseada na análise do discurso. Resultados, uma questão recorrente é a ideia do vigor físico, algo constante dentro do pensamento social sobre o negro a ideias que somente atividades relacionadas ao capital físico serem os mais propensos para a comunidade negra, **“os únicos rostos negros mais próximos das suítes dos executivos de Hollywood são os dos seguranças”**, As dificuldades para a aceitação do negro nos diferentes campos e espaços midiáticos(jornais, revistas, televisão, cinema) **“Ingressar neste meio não é fácil principalmente para uma menina muito jovem e negra”**. Considerações finais o combate ao racismo é algo constante e prevalente dentro da comunidade negra em diferentes frentes de resistência e enfrentamentos, ficando o campo midiático um local fértil para desenvolver e chamar a sociedade para o debate.

PALAVRAS CHAVE: Negro. Corpo. Mídia.

INTRODUÇÃO

As ideias de controle e manipulação social através da propaganda midiática, são observadas em nossa história social em diferentes momentos históricos. A mídia consegue manipular o imaginário das pessoas de acordo com as necessidades existentes. **“A ideia de**

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Mestre, Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Piauí, edvaldooliveira32@hotmail.com

³ Doutor, Universidade Católica de Brasília, luiso@ucb.br

imaginário, que durante muitos séculos ficou ‘abandonada’ em função da dominação de determinadas filosofias racionalistas, se tornou recorrente no dia-a-dia, entrando na linguagem do cotidiano da sociedade contemporânea com grande destaque” (MAROUN; VIEIRA, 2008, p.178).

O imaginário possui o campo fértil da proliferação de ideias em nossa sociedade. Para Augras (2000) o imaginário concerne todas as criações do homem. Segundo Maffesoli (2001, p.10), “o imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade. O imaginário estabelece vínculo, é cimento social, ultrapassa o indivíduo, impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo”. Diferentes “corpos, carregam consigo elementos históricos, éticos, étnicos, técnicos, filosóficos e políticos que devem ser estudados e praticados” (OLIVEIRA; PEREIRA; et al,2009, p.03) faz com que diferentes concepções de corpos sejam construídas, alguns aceitos outros discriminados e rejeitados. Os diferentes corpos extrapolam essa identificação para questões de gênero e sexualidade. O profissional de educação física deve compreender os sentidos, símbolos e significados - expressos segundo algum/alguns dos imaginários circulantes, e não aquela ideia do corpo midiático, constituído de pessoas brancas, magras, heterossexuais. Por tudo isso, o objetivo desse estudo é fazer uma análise das falas contidas na revista Raça e como essa revista promove a valorização do corpo negro no combate ao racismo e os processos de discriminação racial.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi qualitativa do tipo interpretativa, exige observação aprofundada e rigorosa da situação dos sujeitos no contexto da pesquisa, faz parte de um projeto de tese de doutoramento aprovado pelo comitê de ética da Universidade Católica de Brasília com o parecer número 2543614/18. Foi realizada investigação nas publicações da Revista Raça procurando identificar a visão de corpo desenvolvida. A seleção da revista para análise se deu por seu alto grau de publicações sobre a temática negra e sua aceitação no mercado.

O instrumento da pesquisa foi leitura e seleção de textos da revista que promovam relações com o corpo negro e sua relação social. A amostra foi composta de 02 revista de anos diferentes para ter maior amplitude de interpretação. A análise do texto retirado foi baseada na análise do discurso que segundo Moreira, Simões e Porto (2005, p.110), “prevê o relato ingênuo do sujeito investigado, em que o pesquisador procura entender o discurso formulado por ele”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento Negro (MN) é uma das articulações sociais mais exitosas da história do país. É o MN que vai combater e destruir o mito da democracia racial; desenvolver ações de resgate da autoestima da população negra. “E vai formular e pleitear políticas compensatórias para combater as desigualdades geradas pela discriminação e pelo racismo” (SANTOS, 2009, p.88).

Essa associação pejorativa de Raça foi que levou a ampliação do termo para Negritude e com isso mostrar a importância de ser e se assumir negro numa sociedade muitas vezes ‘preconceituosa e segregativa. Na verdade, isso foi consolidado principalmente para justificar e “legitimar sistemas político-econômico e sociocultural hierarquizados entre povos e mantedor de um estado de coisas existentes” (SOUSA, 2010, p.26).

Os pensamentos racistas que permeiam nossa sociedade muitas vezes ganham forma no imaginário coletivo de parcela da população através de propagandas midiáticas vigentes. Causando situações constrangedoras para comunidade negra. Principalmente por fugir do padrão midiático de beleza pautado na branquidão, cabelos lisos, ou pior sofre assédios por suas formas corporais definidas que no passado levantava a curiosidade e o desejo sexual de parte da sociedade dominante branca

O termo racismo advém do conceito de Raça, pois atribui uma tensão social para quem usa e principalmente para quem é classificado. No conceito de Raça, fica claro, que sua criação e utilização as vezes foi feita para desqualificar ou imputar diferenças bastantes segregativas

dentro do contexto social proposto, “seja como palavra de uso comum ou de definição conceitual, sabemos quando podemos empregá-la de forma a afrontar, desconcertar” (SOUSA, 2010, p.22)

Quando nos referimos a assuntos relacionados a comunidade negra é quase inevitável a discussão sobre os entendimentos referentes aos conceitos de Raça, Etnia e agora mais recentemente como uma extrapolação desses últimos, Negritude.

A terminologia Negritude aparece por volta da década de 30 em uma poesia de Aimé Césaire, poeta martinicano. No dicionário Frances esse termo foi apresentado como “conscientização, atitudes, sentimentos, posições políticas, valores morais, espirituais, psicológicos”, por conta de sua ampla definição, esse termo causa perturbações no momento de sua explicação. (FERREIRA, 2006, p.172). No dicionário Aurélio o termo Negritude possui um significado também bastante complexo, A palavra se forma a partir de negro + -idade, sufixo latino que significa “qualidade”, “maneira de ser”, “estado”, “propriedade”. Sendo exposta no nosso dicionário até hoje com essas múltiplas interpretações, “ estado ou condição das pessoas da raça negra; Ideologia característica da fase de conscientização, pelos povos negros africanos, da opressão colonialista” (FERREIRA,2010; FERREIRA, 2006, p.10).

Uma questão recorrente é a ideia do vigor físico, algo constante dentro do pensamento social sobre o negro a ideias que somente atividades relacionadas ao capital físico serem os mais propensos para a comunidade negra o que não é verdade, o movimento de negritude deve quebrar esse paradigma físico.

“Os únicos rostos negros mais próximos das suítes dos executivos de Hollywood são os dos seguranças”
(RAÇA, nº107, ano 11, Fev,2007 p. 25)

“Aprisionando em estereótipos que foram filmados desde o período da chanchada”
(Jeferson de diretor de cinema, Raça, 2007, p.79)

Raça não pode ser substituída por Etnia para demonstrar certos aspectos da Negritude. A construção do conceito de Etnia devia permitir que fossem “compreensíveis os

padrões que estabelecem a agregação ou o afastamento das populações humanas, sem que para isso tivessem que recorrer a explicações baseadas em racionalidades biológicas” (SOUSA, 2010, p.29). Quando verificamos os esportes praticados em sua maioria por pessoas abastardas com uma maioria branca e ter como expoente principal um negro, devemos entender como um avanço na construção desse novo pensamento acerca da sociedade negra”. Negritude seria a ampliação desses entendimentos para algo bem mais importante que é a importância empoderada que o termo traz para o negro” (MUNANGA,2004, p.5). Devemos ficar atentos ao poder alienador que a mídia pode causar na população, criando uma nuvem de fumaça para disfarçar seus verdadeiros objetivos, fazendo com que o imaginário coletivo seja alimentado com diferentes ideias muitas vezes racista e preconceituosas sobre a comunidade negra. O mundo imagina/contamina todos os campos da vida social, seja ele qual for (MAFFESOLI, 1993).

“Tem cara preta na Formula 1”
(RAÇA, nº107, ano 11, Fev,2007 p. 25)

As dificuldades para a aceitação do negro nos diferentes campos e espaços midiáticos (jornais, revistas, televisão, cinema) da sociedade são bem claras nas falas, pois mostra que ainda existe um padrão seguido quase dogmaticamente e quando esse padrão é quebrado aparece a Negritude para defender formas menos discrepantes de acesso a bens materiais e simbólicos para todos. Seria a luta simbólica dentro da sociedade que discrimina e agrega negatividade a tudo que for relacionado ao negro, a visão estereotipada do negro está carregada de ideias negativas com muitos preconceitos envolvidos e reproduzidos. O negro está associado a feiura, sujeira, emocionalidade, exotismo, e ainda, a condição de sensitivo, superpotente para o sexo e para o trabalho braçal. Conforme foi exposto em alguns texto e/ou ações que, “não somente esvazia de sentido, como também desqualifica sujeitos negros, ao referenciá-los como portadores de caracteres estranhos à noção de humanidade. Tornar-se branco seria, para o negro, a única forma de tornar-se gente”, por isso exercer a Negritude é defender formas menos discrepantes de acesso a bens materiais e simbólicos para todos os cidadãos e cidadãs negros (SOUSA,2010, p.35).

“Ingressar neste meio não é fácil principalmente para uma menina muito jovem e negra”

“O negro na tela tem sido modismo. Muitos desses filmes têm se apegado ao lado folclórico da cultura negra”

(RAÇA, nº107, ano 11, Fev,2007, p.55)

Para os cidadãos e cidadãs negros “é necessário romper com o modelo de cultura europeia” conforme observado por Sousa,2010, p.35 e bem ilustrado no pensamento acima explicitado, apesar das dificuldades em se romper com essa ideia de negro como forma pejorativa ou estereotipada do branco. “Um dos objetivos fundamentais da negritude era a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros” conforme observado por Munganga,2004, p.02.

Nós negros estávamos carentes de uma representação decente na publicidade. Cresci vendo propagandas de TV e revistas exibindo mulheres brancas na maioria loiras. Cresci querendo ser uma das Paquitas, mas todas eram brancas e loiras... Essas coisas têm um peso muito grande na autoestima da gente, principalmente, quando se é criança. Talvez, por isso, muitos negros crescem pensando que o branco é sinônimo de superioridade e nós, o contrário. Ser negro é símbolo de lutas e vitórias. Sinto orgulho em ser descendente daqueles que foram a base do desenvolvimento do Brasil e que, apesar de todos os problemas (discriminação, exclusão, falta de qualidade de vida, etc.), conseguem sorrir e muitas vezes ir contra as estatísticas (Lucyana da Silva, Eu na Raça, 2008, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos entender que o combate ao racismo é algo constante e prevalente dentro da comunidade negra em diferentes frentes de resistência e enfrentamentos, ficando o campo midiático um local fértil para desenvolver e chamar a sociedade para o debate desse problema tão recorrente no Brasil, ficando a revista Raça um veículo de luta forte no processo de combate ao racismo e a discriminação e injúria racial ainda existente em nosso país. É importante fazer dessa discussão uma constante dentro do cenário acadêmico, pois isso possibilitara a formação de pensadores mais conscientes sobre as questões da trajetória do negro do Brasil e seus futuros desdobramentos mais otimistas para um futuro próximo.

REFERÊNCIAS

AUGRAS, Monique Mil janelas: teóricos do imaginário. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.107-131, 2000.

FERREIRA, Lígia F. **“Negritude”, “Negridade”, “Negrícia”: história e sentidos de três conceitos viajantes**. USP: Via Atlântica nº 9, p. 163 – 183, jun/2006;. Disponível <http://www.fflch.usp.br/dlc/posgraduacao/ecl/pdf/via09/Via%209%20cap12.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, Editora Positivo, SP, 2010.

HARAWAY, Donna J. **Raça: doadores universais numa cultura de vampiros**. In. *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan@_Meets_Oncomouse™*. New York; London: Routledge, 1997. p. 01-46 [Tradução livre de Sandra Maria da Mata Azerêdo]

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre,. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. n.15, p.74-81, 2001.

MAFFESOLI, Michel. Os imaginários sociais. **Psicologia e Práticas Sociais**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.5-22, 1993.

MAROUN, Kalyla e VIEIRA, Valdo. Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade, **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 171-186, dez. 2008.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. . **Análise de conteúdos: técnica de elaboração e análise de unidades de significado**. In: Revista Brasileira de Ciências e movimento, Brasília-DF, v. 13, n. 4, p. 107-114, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, Niterói, n. 5, p. 15-34, 2004.

OLIVEIRA, Edvaldo Cesar da Silva ; PEREIRA, Diogo Lousada A.; PRADA, Davi de Melo; ANDRADE, Francisco Jose Morácio de. atividade física e qualidade de vida no imaginário dos alunos de educação física da face/Teresina – Piauí, **Educação Física em Revista**, v. 3, nº 3, 2009.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil, **Rev. bras. Ci. Soc.** V..24, n.70, SP, June, 2009.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. raça, etnia e negritude: aportes teórico-conceituais para debates, **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 4, n. 3, p.18-45, agos 2010.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: QUAL O LIMITE?¹

Jacqueline Patrícia Alves Sousa²

Rosália Maria Carvalho Mourão³

Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA

RESUMO

A pesquisa versa sobre A Liberdade de Expressão nas Redes Sociais, com o objetivo de identificar o conceito de liberdade, avaliar elementos de ódio, destacando se há um limite para a liberdade de expressão nas redes sociais. A relevância do tema configura-se no fato de que um dos fatores que contribuem para os abusos e ofensas explicitadas nas redes sociais consiste na irresponsabilidade com que alguns tratam e deliberam suas opiniões atacando uns aos outros, isso é abuso de direito. Para tanto, a pesquisa se desenvolverá a partir do levantamento de dados bibliográficos acerca do tema. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico partindo dos conceitos de liberdade de expressão como sendo o direito de manifestar livremente opiniões, ideias e pensamentos, como afirma a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, no art. 4º, que a liberdade consiste em poder fazer tudo àquilo que não prejudique outrem. Destacaremos ainda o discurso de ódio conforme explana Carcará (2014) que demonstra o discurso de ódio como uma manifestação de ideias que incita a discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos minoritários na sociedade. Utilizamos ainda o método qualitativo de cunho interpretativo. E ainda o método comparativo observando as relações sociais e suas manifestações nas redes sociais; observando a liberdade de expressão se há ou não um limite.

PALAVRAS-CHAVE: liberdade de expressão, limite, discurso de ódio.

INTRODUÇÃO

A busca pela aceitação, exposição ou atenção a todo custo, principalmente dos jovens, se perdem entre ofensas e indiretas. Para algumas pessoas, seja rebeldia, maldade, baixa autoestima ou imaturidade, o uso das redes sociais acaba sendo um desastre. Pode-se

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Especialista em Docência Superior pela Faculdade Ademar Rosado (2016), jacque-patricia@hotmail.com;

³ Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2007), rrosapi@yahoo.com.br

expressar o que tem vontade, mas a imagem sua e do outro deve ser preservada garantindo o direito constitucional. O meu direito termina quando o seu começa.

Segundo Bobbio (1998) sociedade entende-se por uma esfera de relações entre indivíduos, grupos e classes econômicas na qual têm lugar conflitos econômicos, religiosos, sociais e ideológicos que o Estado tem a seu cargo resolverem, intervindo como mediador ou suprimindo-os. O “indivíduo” a que este trabalho se refere é o ser humano dotado da plenitude de suas faculdades mentais e de sua maioria nos termos das leis do Estado no qual está inserido.

A “Liberdade”, por sua vez, é a faculdade individual de escolher livremente dentro dos limites da lei, da moral e dos bons costumes. (SANTOS, 2001, p.150). Dirimidos tais conceitos difundiremos a liberdade de expressão analisando a existência de um limite da mesma nas redes sociais; Identificando o conceito de liberdade; Avaliando elementos de ódio; e ainda realizando o levantamento de dados bibliográficos acerca do limite da liberdade de expressar.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa utilizada neste trabalho foi de cunho bibliográfico partindo dos conceitos de liberdade de expressão, discurso de ódio de renomados autores como CARCARÁ (2014), BRUGGER (2007), BOBBIO (1998), dentre outros, bem como jurisprudências com o teor abordado, com o método qualitativo de cunho interpretativo. E ainda o método comparativo observando as relações sociais e suas manifestações nas redes sociais, coleta de jurisprudência; análise de conteúdo de argumentos jurisprudenciais.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A Liberdade de expressão é o direito de manifestar livremente opiniões, ideias e pensamentos. Mas até que ponto, para a própria organização de Estado e para a convivência em sociedade não necessita de limites para expressão da liberdade?

Nas palavras do próprio Mill, o princípio do dano:

É o princípio de que o único fim para o qual as pessoas têm justificação, individual ou coletivamente, para interferir na liberdade de ação de outro, é a autoproteção. É o princípio de que o único fim em função do qual o poder pode ser corretamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a sua vontade, é o de prevenir dano a outros. (MILL, 2011, p.35).

Observa-se que o referido princípio coroa a liberdade do indivíduo em realizar condutas que não impactem negativamente a sociedade, que só digam respeito a si. Sendo assim, um indivíduo pode moldar seu plano de vida como bem entender e, desde que não cause danos a outrem, suas atitudes podem ser perversas, tolas ou incorretas. Seria a proclamação do que bem afirma a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789:

A liberdade consiste em poder fazer tudo àquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela Lei (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789, art. 4º).

Mas haverá quem questione: estando este indivíduo inserido em minha comunidade, serei obrigado a conviver com atitudes que discordo serem corretas? Não, absolutamente. Ninguém é obrigado a procurar sua companhia, pois temos o direito de conviver com quem consideramos agradável. Do mesmo modo, temos o direito de alertar essa pessoa de que suas atitudes não estão coniventes com os padrões de costume da comunidade na qual está inserida, ou das consequências de seus atos. Se um indivíduo resolve por sair seminu todos os dias às ruas, há de se alertá-lo das consequências para sua reputação em seu bairro, em seu emprego e com sua família, mas o juiz final de suas atitudes é ele próprio.

DISCURSOS DE ÓDIO

“A minha liberdade termina quando começa a do outro”

Sair falando o que quer como quer e para quem quiser não pode ser camuflado como liberdade de expressão deve ter suas ressalvas, pois externalizar os próprios pensamentos e

opiniões não é um direito absoluto, principalmente quando se fere o outro. Quando o Estado prende um sujeito por incitação à violência ou discurso de ódio, não está punindo a liberdade de expressão, mas sim a pondo em seus justos limites. É mister destacar que a liberdade traz responsabilidade. Ser livre é você poder fazer “tudo” e ser responsabilizado por suas ações. A garantia de tal liberdade é benéfica desde que você possa dizer e sustentar o que disse se responsabilizando por isso.

Conforme explana Carcará (2014, p.56 apud MEYER-PFLUG, 2009, P.97) “O discurso de ódio consiste na manifestação de ideias que incitam a discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”. De acordo com a maioria das definições, o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que tem a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas. (BRUGGER, 2007, P. 118).

O discurso de ódio ataca, é intolerante, incita a violência, seja verdade ou mentira, hoje com as redes sociais a opinião tem poder de chegar o mais longe e o mais rápido que possa se imaginar. Recentemente um caso que repercutiu nas Redes Sociais foi o da Dentista Delzuite Macedo, acusada de Racismo contra bebê de um mês, a polícia afirma que não há dúvidas sobre o crime e que a dentista já responde a pelo menos outras oito denúncias de racismo. Quem denunciou foram os pais do bebê, Emmanuel de Casto e Thaiane Ribeiro, eles revelaram que não é a primeira vez que têm problemas com a dentista.

“Ela é desequilibrada e já teve problema com minha esposa por ter sido colocada para fora de um apartamento. Na última sexta feira, quando íamos passando eu, minha esposa com minha filha de um mês nos braços, ela jogou uma tesoura em direção ao veículo, por sorte conseguimos fechar o vidro do carro a tempo e a tesoura pesou no vidro. Logo mais à noite ela foi no Facebook e fez essas postagens racistas. Fomos na delegacia e entramos com processo de racismo e tentativa de homicídio”, afirmou Emmanuel (Informação verbal).

Dias depois do ocorrido, dia 17 de abril de 2018, Delzuite foi presa em Teresina e se preparava para fugir para São Paulo. A família da acusada diz que ela sofre de transtornos

mentais. O racismo é crime previsto na lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, nenhum cidadão deve ser discriminado seja por sua cor de pele, nacionalidade, orientação religiosa, cultural ou sexual. Khaled Jr (2018) coloca o ódio como um afeto e não um sentimento como outro qualquer, muito menos é o antônimo de amor. Gratuitamente as pessoas se ofendem nas Redes Sociais meramente para ganhar fama ou porque não estão satisfeitos com o sucesso do outro.

ONDE ENCONTRAR O LIMITE DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Há quem defenda que a zona limite para a expressão está no momento em que um discurso ofende um indivíduo. Se se observar atentamente, certamente este não seria o ponto, pois se assim o fosse, a experiência demonstra que toda vez que uma opinião fosse fortemente atacada, obstando o locutor de uma resposta à altura, este se sentiria ofendido graças ao domínio intelectual do outro. Ou, ainda, a manifestação em público de convicções distintas poderia facilmente ofender aquele indivíduo mais apegado às suas crenças.

O limite seria, então, a verdade das ideias? Ou seja, se um indivíduo quer proferir uma opinião que vai de encontro às ideias da época ele deve ser coibido pelo Estado tal como Galileu foi coibido pela Igreja Católica? É difícil crer que este possa ser o limite, pois dizer que tal ou qual opinião é correta ou incorreta é pressupor que somos infalíveis, é dizermos que estamos sempre certos em nossos estudos, enquanto se nota que a Humanidade está em constante movimento intelectual. Sendo assim, agindo neste sentido, correr-se-ia dois riscos: o de privar a expressão de uma opinião correta, o que corresponde a impedir que o homem troque o erro pela verdade, assim como o de impedir a expressão de uma opinião errada, que é negar ao indivíduo uma impressão mais clara e viva da verdade que ele traz consigo, pois tal como afirma Mill: “As nossas crenças mais justificadas não têm qualquer outra garantia sobre a qual assentar, senão um convite permanente ao mundo inteiro para provar que carecem de fundamento”. (MILL, 2011, p.48). E, ainda, saindo de tal perspectiva dualista, segundo a qual uma opinião é inteiramente correta ou inteiramente errada, têm-se aquelas opiniões que trazem consigo parte da verdade. Desse modo, tudo se torna questão de combinar e conciliar opostos. Logo a verdade também não pode ser limite para a liberdade de expressão.

Retomando ao que se defende no início do trabalho, é tempo de aplicar o princípio do dano à liberdade de expressão. Pergunta-se então: o limite da liberdade de expressão é o dano que causa aos demais? Busca-se defender que sim. Um indivíduo pode manifestar-se livremente sobre qualquer assunto, desde que não cause danos diretos e evidentes a outrem.

CONCLUSÕES

A liberdade de expressão deve ser orientada para o bem, e não, para a banalização de conceitos. Devemos preservar o respeito e a dignidade de outrem. Ela deve ser utilizada como fonte de orientação, informação, contribuição para o bem comum e para a educação, e não, para a degradação. Se observarmos o mundo, a ideia central é que não há uma verdadeira e objetiva liberdade de expressão. O pensamento, a opinião de cada um de nós é pré-determinada, enraizada nos nossos modelos familiares, educacionais, culturais e ideológicos, não se esquecendo da educação escolar e da religião, o grupo e o meio social, assim, como as informações úteis ou não dos meios de comunicação.

Não há direito absoluto, uma vez que, os mesmos estão limitados por outros direitos ou por valores coletivos da sociedade. A liberdade de expressão deve respeitar os limites éticos, morais, sociais e familiares, deixando de lado, e não confundindo com a imoralidade, palavras de baixo calão, ou qualquer forma e pensamento destrutivo de conceitos como o respeito, a dignidade humana, as opções das pessoas, não tornando, portanto, um meio prejudicial e danoso. Para qualquer sociedade a liberdade de se expressar é extremamente benéfica, porque será através dela que os cidadãos poderão participar sugerir ou criticar. O objetivo da liberdade de expressão é tornar o cidadão um ser “pensante”.

Os limites da liberdade de expressão elencadas na nossa Carta Magna (CF) são: a vedação do anonimato, o direito de resposta, o direito a ações indenizatórias, o direito à honra e à privacidade. Sendo assim, a liberdade de expressão é um passo construtivo à sociedade, desde que tenhamos o respaldo à veracidade dos fatos alegados, em sua totalidade, respeito à dignidade e a liberdade das pessoas.

Não podemos confundir a liberdade de expressão com a degradação, banalização e inversão de valores. Desenvolve-se a ideia do princípio do dano dentro do âmbito da liberdade

de expressão e conclui-se que a liberdade de se manifestar pode ser realizada até o momento em que não causará prejuízos diretos e evidentes a demais indivíduos, sendo dever de o Estado coibir e/ou punir as ações que transgridam este limite. No caso, entretanto, da máquina estatal não mover esforços para coibir ou punir as ações danosas a outrem, por indiferença ou desconhecimento, é direito do cidadão denunciar a situação sem, entretanto, estar incorrendo em uma ofensa ao princípio do dano, pois, na realidade, o que o cidadão busca é proporcionar que ele seja respeitado através da punição da atitude denunciada.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Matteucci & Pasquino. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em 10.05.18.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5-janeiro-1989-356354-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05.05.18

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso de ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Revista de Direito Público, Brasília, v. 15, n. 117, jan.-mar. 2007.

CARCARÁ, Thiago Anastácio. Discurso do ódio no Brasil: elementos de ódio na sociedade e sua compreensão jurídica/ Thiago Anastácio Carcará. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

KHALED JUNIOR, Salah H. Discurso de ódio e sistema penal. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

MILL, John Stuart. Sobre a Liberdade. Trad. P. Madeira. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 2011.

SANTOS, Washington dos. Dicionário Jurídico Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

AS REPRESENTAÇÕES DOS CORPOS FEMININOS NAS CAPAS DA REVISTA TPM¹

Samanta Petersen da Rocha Lima²
Gustavo Fortes Said³
Universidade Federal do Piauí - UFPI

RESUMO

Em uma sociedade em midiatização, as revistas femininas ajudam a legitimar e a disseminar estereótipos, padrões de comportamento e reforçam diversas crenças, dentre elas, de como deve ser a relação entre a mulher e seu corpo, sendo este muitas vezes associado a um padrão estético ideal. Neste sentido, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar como a *Trip Para Mulher (TPM)*, uma revista que se propõe a ir contra os padrões pré-estabelecidos, apresenta em suas capas a questão da estética corporal da mulher para analisar se a publicação apenas reafirma o padrão ideal já consagrado ou se ela mostra em seu conteúdo uma maior diversidade corporal, uma vez que é de suma importância que a mulher possa compreender que ela não precisa se enquadrar em determinados padrões estéticos para ser feliz. Como estratégia metodológica foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) de três edições da referida revista, de forma que, como resultado, pudemos perceber que nos títulos das chamadas de capas a *TPM* tenta desconstruir a ideia de que a mulher precisa ser magra e que a relação com o seu corpo não deve se basear no seu peso corpóreo. Contudo, as modelos que protagonizam as capas ainda possuem um corpo que mesmo não sendo o ideal, ou seja, que esteja totalmente dentro do padrão pré-estabelecido pela sociedade e pela mídia, ainda não foge totalmente dele.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa feminina, mulher, imagem.

INTRODUÇÃO:

Desde suas primeiras publicações no início do século XX, as revistas femininas brasileiras têm sido uma das instâncias sociais e de poder que reafirmam e disseminam para as mulheres as normas e padrões de comportamento e de beleza que são aceitos pela sociedade vigente. Logo, elas são um espaço midiático que trazem em suas páginas estereótipos sobre o feminino que podem ser usados pelas leitoras como referência para a formação de seus perfis

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista Capes. Especialista em “Novas Tendências e Perspectivas do Jornalismo”.

³ Doutor em Comunicação e professor de Comunicação do curso de graduação e do mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Piauí.

identitários, sendo necessário que elas representem em suas publicações as múltiplas identidades, papéis sociais, valores estéticos e comportamentos que a mulher pode ter. Especialmente, porque os aspectos destas representações perpassam não apenas a forma como a mulher se vê, mas também a maneira que a sociedade a percebe (BUITONI, 2009; MIRA, 2013).

Esse papel e o alcance da mídia têm se ampliado cada vez mais em uma sociedade em midiatização. Assim, nosso objetivo é analisar como a questão da estética corporal feminina, ou seja, como o corpo da mulher deve ser, é retratada nas capas da revista *Trip Para Mulher (TPM)*, visto que ela se apresenta como estando na contramão das demais publicações do gênero e, portanto, não apresentaria um único padrão corporal e de beleza, mas sim traria a pluralidade da mulher brasileira. Deste modo, este estudo de caso visa analisar como a *TPM* representa em suas capas a questão estética corporal da mulher para analisar se a revista apenas reafirma o padrão ideal já consagrado pelas demais publicações femininas ou se ela apresenta a múltipla diversidade corporal da mulher brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

Visando analisar como a revista *Trip Para Mulher (TPM)* apresenta em suas capas a questão da estética corporal da mulher, essa pesquisa utiliza como aporte metodológico a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) que a partir do exame de certos elementos constitutivos, que podem estar sendo ditos ou não ditos, auxilia na exploração do nosso corpus que são as edições 61 (dez.2016/jan.2017), 123 (ago.2012) e 152 (abril/2015) da referida revista. Estas edições foram selecionadas por terem como destaque, em suas manchetes de capa, chamadas referentes à estética corporal feminina.

Para este estudo de caso o foco são as capas, pois elas reúnem o verbal e o não verbal que, associados, são imprescindíveis para a construção dos sentidos apresentados por esse veículo de comunicação. As capas, com seu forte apelo visual formado por imagens e textos, são ainda utilizadas para seduzir o leitor, despertar sua atenção e o desejo pela leitura. É nelas

também que os periódicos impressos apresentam os temas e assuntos que serão tratados naquela edição e o seu posicionamento ideológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As questões relativas à imagem corporal da mulher estão presentes desde as primeiras publicações femininas quando estas apresentavam para as mulheres da alta sociedade brasileira modelos de identidade e de beleza feminino. Ao longo dos tempos, estas representações foram se alterando, mas foi, sobretudo, no século XX que ocorreram mudanças nas quais não apenas a aparência corporal era considerada importante, mas o peso da mulher, o seu Índice de Massa Corpórea (IMC).

Desta forma as imagens propagadas pelas revistas femininas fazem parte da construção de um imaginário coletivo sobre como a mulher leitora da revista, ou não, deve se parecer. O perfil feminino proposto na capa e nas páginas das publicações voltadas para o público feminino atesta que aquele é o modelo a ser seguido, pois é confirmado pelo caráter espetacular da mídia (HEINZELMANN; STREY, 2010, p. 08).

Como explica Sant’Anna (2016), entre as décadas de 1930 e 1950, os temas relativos à boa forma ainda não eram pauta nos veículos femininos, todavia já se mostrava como deveria ser a “mulher ideal” com seu “corpo violão”. Em meados de 1960, a beleza corporal da mulher passa a ser associada a da mulher longilínea e magra, que exibia seu corpo em minissaias ou em biquínis. Neste período, os periódicos femininos começam a apresentar não apenas as imagens de mulheres que seguiam estes padrões estéticos, mas também matérias sobre como perder peso para se enquadrar nesse padrão. Na década de 1980, com o aumento das dietas, da proliferação das academias de ginástica e do crescimento da prática da atividade física e da disseminação do uso do silicone e de outros tipos de procedimentos estéticos, passa-se a exigir da mulher um corpo cada vez mais em forma, sem celulites, estrias ou marcas.

Além disso, essa estética corporal ideal apresentada pelas publicações femininas vem associada a um estilo de vida no qual um belo corpo pode ajudar a trazer sucesso pessoal,

familiar e profissional. E o culto ao corpo acaba associado a padrões de comportamentos que a mulher deve seguir para conquistar sua felicidade e o sucesso nas mais diversas áreas de sua vida (BRAGA, 2005; MIRA, 2013). E, como analisa Santaella (2004, p. 125-126),

Ora, nas mídias aquilo que dá suporte às ilusões do eu são, sobretudo, as imagens do corpo, o corpo reificado, fetichizado, modelizado como ideal a ser atingido em consonância com o cumprimento da promessa de uma felicidade sem máculas.

E muitas vezes este sucesso está associado a um relacionamento amoroso. Logo não se trata mais apenas de uma autoimagem, mas sim, de uma subjetivação do corpo da mulher ao olhar do homem (BRAGA, 2005). E cada vez mais o corpo ideal se torna um objeto de desejo de homens, que querem ao seu lado estas mulheres, e de mulheres, que querem atingir, a todo custo, este ideal de beleza vendido como perfeito e como sinônimo de felicidade e sucesso.

Na atualidade, o modelo ideal de beleza corporal, incentivado pela sociedade, pela imprensa feminina e pelos demais veículos de comunicação, é limitador, pois para ser considerada bonita é necessário ser jovem, extremamente magra e com traços europeus (pele, cabelos e olhos claros, cabelos lisos). Deste modo, ao longo do século XX, o padrão corporal de beleza da mulher se estabeleceu como um modelo que ignora a diversidade racial e cultural brasileira e valoriza um tipo de corpo bem distante da média da sociedade brasileira.

Afirmando-se contra essa tendência, a *TPM*, desde a sua primeira edição em maio de 2001 e, especialmente, após o lançamento do Manifesto TPM, divulgado em 2012, declarava ser "contra qualquer tentativa de enquadrar a mulher em um padrão, cercar seu desejo e diminuir suas possibilidades" (LUNA, 2012).

Assim, na edição 61, que tem como protagonista não uma personalidade da mídia (cantora, atriz ou modelo), mas uma mulher “comum”, a *TPM* traz como título da manchete principal: “Você não é gorda! Quantas vezes você se olhou no espelho e enxergou defeitos que só você vê? *TPM* alerta: acreditar na mídia e perseguir um ‘corpo de modelo’ pode detonar sua saúde e sua cabeça! Por que tantas mulheres sofrem de distúrbio de imagem?”.

Ao lado da foto da modelo da capa há ainda a legenda: “Vanessa Trielli: 30 anos, 59 quilos e 1,66 de altura: ‘Sou a melhor versão de mim mesma’”.

Na edição 123, estrelada pela cantora Gaby Amarantos, a *TPM* discute “Eu não visto 38 e daí?”, destacando a relação da protagonista da capa com seu peso: “Gaby Amarantos: ‘acham que se você não é magra tem que ser infeliz. Eu me sinto sensual’”. Há ainda uma chamada para um ensaio de quatro mulheres nuas que “revelam suas perfeições e imperfeições”, uma para a entrevista com a atriz Cristiana Oliveira focada também na sua relação com seu corpo e seu peso: “Gorda, modelo, gorda de novo, magra e sex symbol: a trajetória e o aprendizado da atriz Cristiana Oliveira” e outra enfocando o mesmo aspecto com a lutadora Cris Cyborg: “A luta de Cris Cyborg contra as adversárias de MMA e a balança”. Além dessas, a revista traz outras duas chamadas de capa destacando a mesma temática: “A filósofa Marcia Tiburi provoca: ‘a calça 38 é um caixão’”; e “Nina Lemos e o mistério da comida gorda”.

Já a edição 152, que traz na capa a cantora Pitty, é denominada “Especial Peso: dietas, bullying, ‘corpo perfeito’, programas de TV. Quanto a obsessão pelo peso pesa sobre nossas cabeças”. Há ainda a chamada para a entrevista de uma empresária sobre sua luta para perder peso: “A pedido do pai, Sharon Azulay largou a escola para se dedicar ao emagrecimento. Seis anos depois da morte dele, a herdeira da marca Blueman confessa: ‘só consegui perder 50 quilos depois que ele morreu’”. E outra criticando o excesso de matérias disponíveis na mídia sobre alimentação: “Badulaque. Nina Lemos faz detox de notícia e de comida e sobrevive para contar”.

Portanto, no *corpus* analisado neste estudo de caso pode-se perceber que as questões relativas à estética corporal da mulher e o seu peso são debatidos e questionados não apenas nos títulos das chamadas de capa da matéria principal, mas também de outras publicadas nas referidas edições. Ainda é possível perceber que nos títulos a revista questiona a necessidade da mulher se enquadrar no padrão estético corporal considerado ideal, sua relação com seu peso e até mesmo com a sua alimentação e a necessidade da mulher desassociar a questão corporal e estética a sua felicidade.

CONCLUSÕES

Os dados levantados neste estudo de caso nos evidenciam que a *TPM* busca, por intermédio dos títulos de suas matérias, desconstruir o que seria o padrão de corpo feminino ideal apresentado em outras publicações femininas e nas demais mídias. Neste sentido, a *TPM* tenta mostrar que não é preciso ser magra para se ter sucesso ou ser feliz. Todavia quando analisamos as modelos das capas podemos ver que, apesar delas não se encaixarem no modelo de mulher europeia, uma delas, a cantora Pitty, se enquadra no padrão estético de uma mulher magra e as outras duas (Gaby Amarantos e Vanessa Trielli) podem não ser reconhecidas como magras, contudo ainda não podem ser consideradas totalmente fora do padrão corporal pré-estabelecido como ideal. Além disso, as duas estão vestidas de forma a esconder seu abdômen, ou seja, uma parte do corpo feminino que dentro do padrão estético ideal não deve possuir gorduras ou imperfeições. Assim, mesmo pregando que a mulher pode não se encaixar no padrão pré-estabelecido pela sociedade e pela mídia, a revista esconde ou omite essa parte do corpo das modelos na capa. É também possível perceber que as três modelos não possuem manchas na pele, nem estrias e/ou celulite.

Deste modo, por mais que coloque a relação entre a beleza feminina, seu peso e a estética corporal em debate nestas edições, a *TPM* não consegue apresentar uma pluralidade de corpos femininos e os que são exibidos pouco fogem do padrão, assim a revista continua a enquadrar e legitimar o corpo feminino em determinados modelos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAGA, Adriana. Corpo-Verão: agendamento corporal na imprensa feminina. In: **Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico**, Covilhã, v.III, 2005. p. 403-412. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110829-actas_vol_3.pdf>. Acesso em 07/09/2018.

BITTONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2009.

HEINZELMANN, Fernanda Lyrio; STREY, Marlene Neves. Meninas da Capricho, mulheres da Vogue: imprensa feminina e a invenção da adolescência eterna. **Colóquio de Moda**, São Paulo, v.06, 2010. Disponível em:

<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/72014_Meninas_da_Capricho_Mulheres_da_Vogue_-_Imprensa_Femin.pdf>. Acesso em: 07/09/2018.

LUNA, Fernando. **Você é Livre?**, 2012. Disponível em:

< <http://revistatrip.uol.com.br/tpm/voce-e-livre>>. Acesso em: 16/04/2016.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revista**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Ed. Olho D'Água/Fapesp, 2013.

SANTAELLA, Lúcia. **Corpo e Comunicação**: sintoma da cultura. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e beleza: “sempre bela”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. p.238-259.

DE COISA À PESSOA HUMANA: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO GÊNERO FEMININO¹

Mateus Felipe de Oliveira Vitória²

Victor Gabriel Reis da Costa³

Valdomir Marques de Sousa⁴

Faculdade de Tecnologia do Piauí- FATEPI

RESUMO

Frequentemente, os estudos sobre a participação da mulher nas sociedades discutem que estas eram subordinadas aos maridos, e voltadas para a esfera doméstica. Porém, essa participação (ainda que lamentável) atinge proporções ainda maiores e específicas, principalmente no âmbito jurídico. Verifica-se, ao longo da História do Direito, que as sociedades de maiores e inestimáveis contribuições para a Ciência Jurídica sempre estão fundadas em dois alicerces: a supremacia masculina, e a religião. Essa combinação gerou uma total subordinação da mulher no decorrer da História humana, que ainda permanece e manifesta consequências nos dias atuais. O trabalho objetiva apresentar uma discussão histórica sobre a submissão e participação da mulher utilizando a pesquisa bibliográfica juntamente com a pesquisa de campo na modalidade narrativa, validada por outros estudos a respeito da temática. Com relação aos resultados da pesquisa, possibilitou uma visão holística de como se consolidou a cultura de subordinação da mulher ao homem, e promoveu estímulo para conhecer a realidade que constituiu o campo jurídico no decorrer da história.

Palavras-chave: Participação da mulher. Sociedades. Subordinação.

INTRODUÇÃO

O estudo encontra-se dividido em seções que abordam fenômenos primordiais a partir da gênese e evolução do Direito nas civilizações, marcado por uma cultura de total submissão feminina, analisando de maneira holística, pautada em especialistas e autores que abordam e explicam as civilizações primitivas, clássicas, medievais, modernas e pós-modernas, incluindo o contexto e a condição da mulher na sociedade brasileira atualmente.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharelado em Direito na Faculdade de Tecnologia do Piauí- FATEPI- mfovitorio@hotmail.com

³ Bacharelado em Direito na Faculdade de Tecnologia do Piauí- FATEPI- vgrcosta@hotmail.com

⁴ Professor mestre orientador na Faculdade de Tecnologia do Piauí- domirmarques@yahoo.com.br

Percebe-se, após a análise minuciosa dos fatos, que o referido assunto se torna de grande relevância para se compreender a realidade histórica dos fenômenos e evoluções relacionadas à cultura subserviente da mulher no que se refere a sua inferioridade, compreendendo nesse contexto, as sujeições realizadas pela figura masculina ao ser feminino nas civilizações que evoluíram ao longo da história.

Objetiva-se com o presente trabalho apresentar uma discussão sobre a inferioridade feminina no tocante à gênese e evolução do Direito dentro de algumas das mais destacadas civilizações históricas, bem como explicar a construção da cultura subserviente no contexto das relações sociais, na perspectiva de compreender como se dá a formação cronológica da submissão da figura feminina à masculina.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico, considerando como principais autores Flávia Lages de Castro, Simone de Beauvoir, bem como outros especialistas no estudo do direito e condições femininas ao longo do processo evolutivo das sociedades. Utilizou-se como técnica de investigação a entrevista realizada no mês de abril de 2018, através de um roteiro semiestruturado, ancorada na pesquisa narrativa, baseada na autora Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A MODERNIDADE FEMININA

Adotando o constante sistema patriarcal, a sociedade da modernidade, onde a cultura subserviente era conduzida a uma situação de normalidade e aceitação pelas demais ramificações do corpo social, buscava-se entender a mulher como um ser com poucas peculiaridades e curiosidades que deveriam ser descobertas. Entretanto, alguns teóricos da supracitada época afirmam que foi nesse período que a mulher conseguiu um significativo espaço na esfera social, adquirindo uma pouca e relativizada estabilidade financeira, já que participava da vida empregatícia, mesmo que de forma discriminatória, como afirma Beauvoir (1967, p. 175):

Na verdade, a situação é sem equilíbrio e é por essa razão que lhe é difícil adaptar-se a ela. Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que a dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva. Como nas civilizações primitivas o ato amoroso constitui para ela um serviço que tem o direito de cobrar mais ou menos diretamente. A não ser na U.R.S.S., em toda parte se permite à mulher moderna encarar o corpo como um capital passível de exploração.

Portanto, depreende-se que o desempenho e as diversas funções exercidas pela mulher na Idade Moderna, independentemente da sua respectiva classe social, isto é, servindo apenas como uma parte acessória de um todo: a sociedade.

A pós-modernidade é uma era marcada por várias transições de pensamentos, padrões e atitudes relativas ao corpo social, mais especificadamente nos anos de 1980, onde há uma expressiva relativização do tradicional e conservador como paradigmas atenuantes de cada indivíduo que se relacionava. É nesse contexto de transições paradigmáticas que a mulher se encaixa como uma detentora de participação e atuação política, social, econômica e jurídica ao longo das diversas ramificações da sociedade, surgindo novas linhas de pensamentos que são de suma importância para a compreensão da análise conceitual sobre a cultura subserviente. Com a ascensão da globalização, facilitada pela difusão e acesso às informações preocupadas com a organização político-econômica mundial, a mulher pôde finalmente retomar o seu espaço nas sociedades, a exemplo do Brasil, um dos mais antigos territórios povoados das Américas.

ERA DA IGUALDADE ENTRE GÊNEROS

Marcado por uma sociedade patriarcal desde o seu surgimento, até a década de 1970, o Estado brasileiro vê renascer a igualdade de fato entre homens e mulheres, como se evidencia nas palavras de 90% de entrevistados (de ambos os sexos), de uma pesquisa realizada em campo, ao se pedir uma descrição histórica de seus familiares desde os seus bisavôs, como afirma a depoente:

As mudanças foram drásticas, porque no tempo dos meus bisavós era bem difícil para a mulher, tanto na questão do poder de decisão, já que não

tinham este direito, o homem que mandava, eram só donas de casa. Sem contar que os trabalhos atuais são diferentes dos trabalhos de antigamente. Se você quisesse comer, teria que pisar o arroz, plantar o feijão e etc. fora a questão dos filhos, que eram muitos naquele tempo, onde era mais trabalho para mulher, ou seja, cuidar de todos. No tempo de minha avó as coisas não mudaram muito com relação a isso, mas no período da minha mãe as coisas já mudaram. Ela conseguiu uma liberdade maior, trabalhou, teve comercio, participava no lucro da família, já que o meu pai trabalhava fora e ela ficava no comercio e cuidando dos filhos ao mesmo tempo. Já a minha geração foi mais liberdade e autonomia, consegui estudo, me formar, trabalhos e hoje tenho toda minha independência pessoal e trabalhista. (Entrevista concedida 02/04/2018)

Nesse exposto, entende-se que a ideia de subserviência da mulher ao homem não é permanente, de acordo com as esferas analisadas na sociedade, já que a partir de algumas gerações de parentesco a mulher é encontrada em uma situação de igualdade perante o seio familiar, social e político.

Entretanto, é tênue afirmar que a mulher não possui os mesmos direitos que os homens tipificados em lei, ou até mesmo direitos que garantam a participação efetiva da mulher em outras áreas que não estejam previstas na legislação. Ademais, o que vem sendo ultimamente estudado por alguns teóricos é o reconhecido usufruto desses respectivos direitos por parte das mulheres, mas há direitos iguais, ao contrário do que se evidencia nas palavras de Muraro (2001, p. 42):

Segundo os cânones tradicionais destes últimos séculos, às mulheres ainda estaria vedado o domínio das grandes generalizações e dos grandes vãos teóricos, reservados exclusivamente aos homens. Ciência, arte e religião seriam domínios mais masculinos, porque às mulheres estaria reservado o domínio concreto, que lhes permitiria resolver melhor os problemas imediatos do cotidiano, e o da intuição, que lhes facultaria uma relação mais profunda com as crianças sob seu cuidado.

Nesse enquadramento, torna-se de suma importância frisar que, no tocante ao lar, e nesse contexto de pós-modernidade, a responsabilidade dentro de casa, que era do homem na maioria das civilizações (primitivas, clássicas, medievais e modernas), é mitigada e transferida para a mulher como forma de notificá-la ou adverti-la sobre determinada circunstância que possa ocorrer dentro do seio familiar, eximindo o homem de uma eventual

culpa. Entretanto, mesmo com essa responsabilidade transferida, a decisão final é facultada à figura masculina, sendo a única forma de responsabilidade do homem dentro de casa, como mostra-se nas palavras de 30% de 10 (dez) entrevistados (de ambos os sexos), de uma pesquisa realizada em campo, ao se perguntar quem tem poder de decisão na sua convivência, como diz a depoente:

Na minha convivência, quem tem poder de decisão varia bastante entre o pai e a mãe, por conta de que o pai muita das vezes ele dar a decisão final. Porém, por causa que a mãe permite, porque ela dar a sua opinião, mas deixa para ele dar a decisão final e poder se responsabilizar da decisão dele depois. (Entrevista concedida 03/04/2018)

Nessa paisagem, é notório que a transferência de responsabilidade do homem para a mulher não é realizada em sua plenitude, pois percebe-se que a decisão de escolha no ambiente familiar ainda é facultada ao homem, mesmo a mulher possuindo as poucas responsabilidades transferidas pelo homem, onde poderá haver uma possível imputação de culpa, como mostra Beauvoir (1967, p. 145):

As mulheres são escravizadas à cozinha, ao lar, fiscalizam-lhes ciumentamente os costumes; confinam-nas em um ritual de *savoir-vivre*, que trava qualquer tentativa de independência. Em compensação, honram-nas e cercam-nas das mais requintadas delicadezas. "A mulher casada é uma escrava que é preciso saber colocar num trono", diz Balzac; está estabelecido que, em quaisquer circunstâncias insignificantes, o homem deve eclipsar-se diante delas, ceder-lhes o primeiro lugar; ao invés de fazê-las carregar fardos como nas sociedades primitivas, insistem em desobrigá-las de toda tarefa penosa e de toda preocupação, o que significa livrá-las ao mesmo tempo de toda responsabilidade.

Nesse encadeamento de ideias postas, além da inteira relativização do significado do “ser mulher”, tem-se a discriminação efetiva por parte dos maridos, chefes, tios avós e outros membros considerados partícipes no processo de convivência da mulher ao longo das eras paradigmáticas estudadas no presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho serviu de contribuição para todo e qualquer aluno que deseje explorar a temática referente à atuação histórica da mulher, na perspectiva de inserir a prática leitora nestes acadêmicos, bem como para qualquer membro da sociedade piauiense, mostrando a realidade em relação à subserviência da mulher e a cultura machista na gênese e evolução do Direito.

Percebeu-se que figura feminina “recomeça” a ter uma participação digna de uma pessoa apenas com o término da Idade Moderna, quando se difundem movimentos feministas, com o Iluminismo, e posteriormente, se solidificam no final da segunda metade do século XX, propiciando o surgimento de uma nova disciplina voltada ao gênero feminino: a História da mulher. Evidenciou-se, portanto, que a figura feminina na atualidade se encontra em um estado jurídico, político e social distinto de seus antepassados no tocante à garantia de direitos e a efetiva participação no seio social.

REFERENCIAS

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **A pesquisa narrativa: uma introdução.** UFMG/CNPq/FAPEMIG. 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Vol.2: A Experiência Vivida, Difusão Européia do Livro, 1967.

MURARO, Rose Marie. **Os Seis Meses Em Que Fui Homem.** 1ª Ed. –Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2001.

CRIME QUALIFICADO NA MÍDIA PIAUIENSE: O FEMINICÍDIO NAS PÁGINAS DO JORNAL MEIO NORTE¹

Ana Kelma Cunha Gallas²
Brenna Galtierrez Fortes Pessoa³
Ana Vitória de Sousa Silva⁴

RESUMO

De acordo com os dados do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Piauí: de 2013 até os primeiros meses de 2018, o número de assassinatos de mulheres cresceu 65%. Em termos comparativos, de 10 de março de 2015 a 17 de junho de 2018, em dados coletados pelo Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da Secretária de Segurança do Estado do Piauí, aponta para a ocorrência de 90 casos de feminicídio, transformando o Piauí no sétimo estado brasileiro em número de mortes violentas de mulheres. Somente no primeiro semestre de 2018, foram registrados 6 casos de feminicídio na capital, até julho de 2018, e 4 casos, no interior do Piauí. Problematisa-se neste trabalho como a imprensa piauiense tem noticiado a violência de gênero, com desfecho fatal, em suas páginas. Como lócus desta pesquisa, adotou-se o Jornal Meio Norte, um dos veículos da imprensa piauiense mais lidos do estado. Foram estipulados dois objetivos específicos: a) investigar o tratamento dado pelo jornal em relação à violência de gênero contra as mulheres, o feminicídio; b) identificar os possíveis motivos para a ocorrência do feminicídio, conforme o registro do Jornal Meio Norte, de janeiro a julho de 2018. Trata-se de uma pesquisa de caráter documental que, através dos resultados obtidos, possibilitará entender os discursos produzidos sobre as ocorrências de feminicídio no Piauí.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio. Imprensa. Piauí

INTRODUÇÃO

A definição legal do termo feminicídio serve para entender os aspectos socioculturais e históricos relacionados ao assassinato de mulheres, termo este que ganhou maior significância por estar situado no campo das relações desiguais de gênero (MENEGHEL;

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Mestre em Antropologia e Arqueologia da (UFPI). Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Integra o Comgênero (UESPI) e SexGen (UFPA). E-mail: kelmagallas@outlook.com

³ Graduada no curso de Bacharelado em Serviço Social- Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: brennagaltierrez@hotmail.com

⁴ Aluna do curso de Bacharelado em Serviço Social- Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: anavi300@outlook.com

PORTELLA, 2017; CAMPOS, 2015). Como fenômeno social, que implica na morte violenta de mulheres em consequência de seu gênero, o feminicídio é um crime qualificado (Lei 13.104/2015), que repercute nas mais diferentes áreas da saúde, da segurança pública, da justiça e da assistência social (GIANNINI, 2018; ROGRIGUES, 2016). Por meio da lei, o poder público reconheceu a gravidade do delito e objetivou fomentar a justiça de gênero (OLIVEIRA et al, 2015; PIRES, 2016), mas não necessariamente alterando os dispositivos que ocasionam, na realidade social, este fenômeno.

Selecionando como lócus desta pesquisa, o Jornal Meio Norte, um dos veículos da imprensa piauiense mais lidos do estado, observa-se que, das 232 páginas examinadas neste veículo, entre os meses de janeiro a julho de 2018, foram identificadas 14 matérias citando o feminicídio. A maior parte destas reportagens sobre o assunto estão na editoria de Polícia, seção do jornal onde são noticiados e comentados os crimes. O objetivo do trabalho foi de analisar as principais motivações dos feminicídios, conforme o registro do jornal, identificando as possíveis causas apontadas.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta investigação se configura como uma pesquisa de caráter documental que, conforme Piana (2009), é realizada através de documentos antigos ou novos, de cunho científico, com o intuito de descrever e comparar fatos, determinando as suas características ou tendências. Os objetos teóricos e analíticos desta pesquisa estão relacionados às áreas de Ciências Humanas e Sociais, articulando três categorias analíticas: Imprensa Piauiense; Feminicídio; Direitos Humanos. Através dos resultados obtidos foi analisado como a imprensa piauiense aborda a violência contra a mulher, mapeando as ocorrências de feminicídio no Piauí, bem como as prováveis causas apontadas. Pelo método da pesquisa documental torna-se possível, ainda, compreender e produzir conhecimento científico a respeito de determinados contornos da realidade social, a partir do acesso e a seleção dos dados do acervo documental, análise e a comunicação dos resultados dos mesmos, considerando ser este processo,

sistemático, cansativo, coeso e engenhoso, por isso a necessidade dessas predicções (SILVA *et al*, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos dados coletados, quatorze (14) mortes de mulheres foram noticiadas no Jornal Meio Norte entre janeiro e julho de 2018, sendo, apenas quatro (04) mortes, consideradas como feminicídio pelo jornal. Todas os crimes foram praticados por homens próximos às vítimas, sendo: maridos (02 casos) e companheiros (02 casos). Em outros casos relatados, quando os agressores eram o cunhado, o pai, ex-marido ou ex-companheiro, a notícia não estava associada diretamente ao feminicídio. A misoginia, termo citado em algumas matérias sobre os crimes, é considerada um sentimento de ódio às mulheres e de repulsa ao feminino, em geral (MONTERANI; CARVALHO, 2016).

Os dados apresentaram dois casos ocorridos na zona Sul de Teresina, em locais ocupados por pessoas socioeconomicamente mais vulneráveis e dois casos localizados no interior do Estado. Uma multiplicidade de justificativas foi apontada pelo Jornal Meio Norte como a possível motivação dos crimes contra mulheres: misoginia (03 casos), ciúmes (01 caso), traição (01 caso), resultados de briga do casal (01 caso). Em muitos relatos, os crimes têm mais de uma motivação, e, em um dos casos apontados, não foi possível identificar a causa, uma vez que a matéria jornalística não forneceu esse detalhamento.

Em relação aos instrumentos utilizados para cometer o crime, observou-se o predomínio de instrumentos perfuro-cortantes, como a faca, assim como, nas matérias, o termo “faca” e “facadas” aparecem em todos os casos estudados no Jornal Meio Norte, inclusive naqueles não foram referenciados como feminicídio. Dentre as armas perfuro-cortantes também foram identificadas a foice, o que revela os possíveis cenários socioculturais e econômicos que constituem o pano de fundo dos crimes. Além disso, as matérias do jornal identificaram que os feminicidas utilizaram outros meios violentos para provocar sofrimento e a morte das vítimas, como golpes, armas de fogo e incêndios por querosene. Esses dados corroboram dados de 2018, sobre a ocorrência de feminicídio em São

Paulo, em que 58% dos crimes foram por objetos perfuro-cortantes como faca, foice e canivete, sendo utilizado, em seguida, armas de fogo (17%); instrumentos “domésticos” (11%); e uso das mãos (10%), além de outros instrumentos (4%) (FERNANDES, 2018). A faca é bastante utilizada nos crimes de feminicídio, por ser um instrumento de cunho ameaçador e existente em todos os âmbitos domésticos, independe de classe social, raça ou gênero (MELO *et al*, 2009).

Tais dados também encontram ressonâncias na pesquisa de Avanci, Pinto e Assis (2017), em que se observa a predominância, nos casos de violência intrafamiliar, do uso do espancamento e de objetos perfuro-cortantes por parte do agressor em pessoas, em sua maioria, do sexo feminino. Foram analisados dados de 24 capitais brasileiras e do Distrito Federal, compreendendo 86 serviços de urgência e emergência e englobando um total de 4.893 indivíduos. Conforme as conclusões deste mapeamento, o espancamento e a força corporal foram os meios utilizados por 24,4% dos agressores. Foram mais agredidas crianças e adolescentes do sexo feminino (33%) do que do sexo masculino (15,6%), e nestes casos, a pesquisa aponta um dado interessante: um quarto das violências que chegam nos serviços de urgência e emergência foram ocasionadas por agressões de familiares, sendo especialmente a mãe a principal agressora na infância e adolescência; o parceiro íntimo na vida adulta, e os filhos na velhice: “destaca-se a alta prevalência de atendimento às mulheres vítimas da violência pelo parceiro íntimo, coadunando com o achado de Stark e Flitcraft (1996), que apontam a violência conjugal como a maior causa de lesão corporal nos serviços de emergência” (AVANCI; PINTO; ASSIS, 2017). Tais evidências apontam para as dimensões existenciais dos agressores e vítimas, que têm promovido o aumento da taxa anual de mortalidade de mulheres no país, vítima de violência. Nesse sentido, um achado relevante desta pesquisa, é a constatação de que muitas mulheres são vitimizadas pela violência intrafamiliar em, praticamente, todo o período da vida: “o que remete às questões culturais de gênero fortemente presentes nas relações familiares, nas quais ser menina, mulher e idosa impõe um lugar de inferioridade e desigualdade entre os membros da família, podendo gerar tapas, murros, humilhações e até morte” (VIEIRA, 2008, apud AVANCI; PINTO; ASSIS, 2017).

Nas notícias investigadas no Jornal Meio Norte, os meses mais violento foram janeiro e março, ambos com 4 feminicídios. Em março, os crimes foram registrados nos dias 02, 20 e 21, 26, e, em março, nos dias 10, 11, 13 e 21. Em fevereiro e em julho ocorreram apenas 01 feminicídio em cada mês. Em maio, foram 02 casos, nos dias 01 e 30 e em junho 03 casos nos dias 01, 04 e 05. Os meses de julho e fevereiro foram o que tiveram a menor incidência de feminicídio, com apenas com 01 morte no dia 22 de fevereiro e outra no dia 13 de julho, respectivamente na cidade de Teresina.

O apelo sensacionalista foi enfatizado pelas manchetes do jornal, evidenciando o grau de violência usado pelos feminicidas, como, por exemplo: “Diretora de escola é morta com 26 facadas” ou “Mulher é assassinada com 8 facadas por marido”. Há controvérsias quanto ao papel das mudanças comportamentais decorrentes da divulgação dos crimes pela imprensa, em que destacar não significa, propriamente, abordar de forma crítica o problema. Assim, os discursos produzidos sobre a violência contra a mulher podem, na articulação da “intensidade de relatos acontecimentos”, engendrar diferentes ‘regimes de visibilidade’, contemplando, dessa maneira, “aquilo que não se revela de imediato à percepção social, mas que está em diálogo com o que se vê” (ANTUNES, 2016, p.64-65), reiterando certas concepções acerca da violência contra a mulher.

Em algumas situações, as manchetes do Jornal Meio Norte identificam o lugar em que ocorreu o feminicídio: “Crime de feminicídio é registrado na Zona Sul”. E, em três títulos, apresenta-se a figura masculina como protagonista da história, informando ao leitor um possível destino do homicida: 1) “Homem assassina mulher e se mata”; 2) “Decretada prisão preventiva de acusado”; 3) “Homem mata a esposa e enteado com foice”. Mas, em sete notícias, as protagonistas são as próprias vítimas, as mulheres: 1) “Mulher grávida de seis meses é assassinada”; 2) “Menina de dois anos é assassinada facadas pelo pai”; 3) “Mulher é esfaqueada por ex-companheiro”; 4) “Mulher esfaqueada por ex-marido recebe alta”; 5) “Suplente de vereador é morta a facadas”; 5) “Mulher é assassinada com 8 facadas por marido”; 6) “Dona de casa é vítima de feminicídio”; 6) “Diretora de escola é morta com 26 facadas”; 7) “Mulher vítima de incêndio morreu no HUT”. Em uma pesquisa sobre a violência contra a mulher, nos órgãos de imprensa e mídia brasileiras, em 2016, aponta, em todas as

mídias a responsabilização de maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados como principal agressor ou homicida: “de todos os delitos provocados e concentra-se nos casos que implicaram a morte de mulheres” (ANTUNES, 2016, p.62). A pesquisa utilizou 344 matérias, sendo 18 do radiojornal, 86 dos jornais impressos, 134 do portal e 106 dos telejornais, e, especificamente, no que diz respeito especificamente a relatos que envolviam crimes que redundaram na morte de mulheres, foram recolhidas 158 matérias, sendo 8 do radiojornal, 34 dos jornais impressos, 71 do portal e 45 dos telejornais, no qual pode ser verificada uma relação entre os homens próximos à vítima como agente que produz a violência que desembocará em assassinato. “A intimidade em algum grau aparece como o contexto chave para caracterização dos homicídios” (ANTUNES, 2016, p.62). Nestes casos, o interesse jornalístico aponta claramente para uma percepção de que tais mortes são uma consequência natural do “relacionamento íntimo”, resultado “de uma dinâmica de violência que passa por diferentes ciclos de tensão no relacionamento” (ANTUNES, 2016, p.62).

CONCLUSÃO

Discute-se se os discursos produzidos sobre os crimes de feminicídio no Piauí, através dos veículos de mídia, favoreceu ampliação das discussões sobre a violência contra a mulher, indicando a urgência de denunciar a escalada de violência misógina associadas ao sistema patriarcal, responsável direto pela organização das desigualdades de gênero no campo social. O Piauí, assim como os demais estados nordestinos, tem no machismo, combinado com a cultura sexista, o dispositivo ideológico que tem provocado o aumento de mortes de mulheres por motivos misóginos. Embora a pouca utilização da nomenclatura “Feminicídio” nas matérias jornalísticas da imprensa, tal visibilização contribui para fortalecimento das lutas feminista sobre a violência contra a mulher (MENEGHEL; PORTELLA, 2017; FROTA et al, 2011). Em contrapartida, o tom sensacionalista adotado nas matérias jornalísticas indica uma ausência de discussão crítica sobre a ocorrência dessa violência contra as mulheres, indicando que, em uma sociedade onde a lógica do mercado domina as relações sociais, a violência também se torna uma mera mercadoria, cujo objetivo é meramente elevar os lucros da

empresa (PEREIRA, 2011). Aponta-se, assim, para a necessidade de problematizar a violência de gênero e discutir as formas de superá-la no campo social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Elton. Na cena da notícia: vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres. In: MARTINS, Moisés de Lemos et al (Ed.). **Figurações da morte nos media e na cultura: entre o estranho e o familiar**". Braga, Portugal: Cs Edições, 2016.

AVANCI, Joviana Quintes; PINTO, Liana Wernersbach; ASSIS, Simone Gonçalves de. Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 22, p. 2825-2840, 2017.

CAMPOS, Carmen Hein de. Violência, crime e segurança pública feminicídio no Brasil uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, jan.-jun. 2015

CERQUEIRA, Daniel, et al. **Altas da violência 2018**. Rio de Janeiro, IPEA/ FBSP, 2018.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Raio X do Feminicídio em SP é possível evitar a morte**. Núcleo de Gênero MPSP, 2018.

FROTA, Maria Helena de Paula; SANTOS, Vivian Matias dos; BARROSO, Hayeska Costa; ALVES, Daniele Ribeiro. Uma expressão da violência de gênero no Ceará: o assassinato de mulheres. **JOINPP**. São Luís, MA. 2011.

GIANNINNI, Renata Avelar; MORAES, Orlinda Cláudia Rosa; DIAZ, Marcelo. **Gênero, justiça e segurança no Brasil e na Colômbia: como prevenir e tratar da violência contra mulheres?** Artigo Estratégico: Instituto Igarapé, 2018.

MELO, Zélia Maria de; SILVA, Diogivânia Maria da; CALDAS, Marcus Túlio Caldas. Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 111-119, jan./mar. 2009.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenário. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, jan.-set. 2017.

MOTERANI, Geisa Maria Batista; CARVALHO, Mio de. Misoginia: A Violência Contra A Mulher Numa Visão Histórica E Psicanalítica. **Avesso do avesso**. v.14, n.14, p. 167-178, nov. 2016.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e Violência De Gênero: Aspectos Sociojurídicos. **Revista On-line do CESED – Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento**. v. 16, n. 24/25, jan.- dez. 2015.

PEREIRA, Cláudia Nolasco de Abreu. **Violência contra a mulher e mídia: um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do município de Macaé/RJ.** Rio das Ostras, 2011. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal Fluminense- Polo Universitário de Rio das Ostras, Rio das Ostras, 2011.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

PIRES, Julie Ferreira. **O direito das mulheres no cenário sociojurídico brasileiro e o feminicídio: quando a violência doméstica se torna fatal.** Porto Alegre, 2016. 40f. Artigo extraído do Trabalho de Conclusão de Curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2016.

RODRIGUES, Annelise Siquera Costa. **Feminicídio no brasil: uma reflexão sobre o direito penal como instrumento de combate à violência de gênero.** Volta Redonda, 2016. 83f. Monografia - Bacharel em Direito na Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2016.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da; DAMACENO, Ana Danielle; MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Pesquisa Documental: Alternativa investigativa na formação docente. **Anais IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE.** PUCPR - III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009.

O SUJEITO E COISIFICAÇÃO DO CORPO: UMA PERCEPÇÃO DA SUBJETIVIDADE POR MEIO DA REDE SOCIAL INSTAGRAM¹

Thayna Larissa Soares de Oliveira²
Mesaque Silva Correia³
Universidade Federal do Piauí – UFPI

RESUMO

No presente artigo, há uma apresentação e percepção da construção da subjetividade a partir da rede social Instagram. O trabalho traz uma explanação dos tópicos que envolvem a questão da subjetividade, identidade e sobre a funcionalidade do Instagram por meio de uma pesquisa exploratória descritiva com a análise de algumas postagens utilizadas pelo treinador Gilmar Oliveira no seu Instagram. O objetivo é desenvolver uma análise sobre a percepção da produção e recaracterização de subjetividades por meio dos recursos imagéticos e textuais desse aplicativo, tomando como objeto de estudo, o Instagram fitness do Treinador Gilmar Oliveira. E assim, foi possível perceber que a construção da subjetividade é um processo engendrado a partir do olhar do outro, ou do público. E que relação da subjetividade e identidade na atual sociedade é concedida diante do que se expõe e isso vai deixando de lado questões primordiais constituintes da subjetividade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia, Identidade, Imagem.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma análise sobre a construção da subjetividade criadas a partir do Instagram fitness do Treinador Gilmar Oliveira (@treinadorgilmaroliveira). A princípio o tema tratado e norteador desta análise, é a subjetividade, uma questão ainda sem definição específica, embora venha sendo discutida por diversos autores e estudiosos.

É abordada uma explanação sobre o Instagram, desde seu lançamento, seu modo de utilização e as características que a ferramenta possibilita para que a subjetividade seja criada, ou melhor, recriada, visto que, este aplicativo apresenta características da construção da subjetividade pós-moderna, principalmente pela maneira de exposição, espetáculo, vigilância e entretenimento.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) e Graduada em Educação Física da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail:Thaynaoliveira431@gmail.com.

³Professor Doutor em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. E-mail: MesaqueSilvaCorreia@ufpi.edu.br.

A escolha parte de um interesse pessoal, pois, ao observar suas publicações, elas se tornaram bastante intrigantes. Visto que diariamente há postagens, e pelo fato de sua popularidade nesta rede social, uma vez que, construiu diante do olhar do público a imagem de especialista e perito quanto o assunto é o universo fitness na capital Teresinense.

Com o objetivo de se comprovar o processo de construção de subjetividade através do Instagram, este artigo busca correlacionar os recursos imagéticos e textuais inerentes a esta rede social, para a criação, apropriação e exposição do “eu” ao olhar público de forma que a ideia de subjetivo-íntimo passa a ser desestruturada e desconstruída.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória descritiva. Sendo utilizada uma análise de algumas postagens e hashtags utilizadas pelo treinador Gilmar Oliveira no seu Instagram. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa ex-post-facto.

A fim de analisar o processo de produção de subjetividade no Instagram, enquanto dispositivo de enunciação que produzem discursos sobre a construção da imagem fitness, foi escolhido como objeto de análise o perfil do IG (Instagram) do consultor esportivo de Teresina/PI, Gilmar Oliveira, especialista em Fisiologia e Biomecânica, obesidade e emagrecimento e proprietário da Quality Fitness.

Além da análise do perfil do Instagram, foi feito um recorte para a análise de apenas três postagens, visto que a descrição textual das publicações postadas é repetitiva e o corpo selecionado para o estudo apresentam recursos imagéticos e textuais suficientes para a realização da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Instagram possuía 910 publicações (até a data analisada - Novembro de 2015), que vão desde a midiatização da vida íntima e privada até frequentes *repost* que faz de especialistas sobre programas de treinamento e condicionamento para adaptação fisiológica, o treinador Gilmar, como é popularmente conhecido nesta rede social, encarna e representa, para o olhar dos quase 12 mil seguidores (também, até a data analisada), que age respaldado pelo conhecimento adquirido pelas especializações que traz no currículo e pela imagem que

construiu para o olho público, do profissional capacitado para oferecer o treinamento adequado para qualquer biotipo e especialmente para seu público específico: atletas nas categorias *crossfit*, overall, fisiculturistas.

A princípio, foi realizada uma análise da fotografia de perfil do consultor que é retratado para seus seguidores como o mito do herói, que salta intrepidamente os limites do conhecido para enfrentar o desconhecido e ter confiança de que, quando chegar o momento, terá recursos necessários para enfrentar seus dragões. No caso, os dragões são as críticas dos pseudoespecialistas e os comentários críticos de alguns em relação ao treinamento que submete seus alunos. E a mais importante personificação desse dragão é e a batalha diária na busca do controle corporal, baixo índice de gordura, aumento de massa muscular, a sobreposição e o domínio do limite fisiológico e psicológico. A busca do corpo perfeito.

Na imagem de perfil, o treinador aparece com a cabeça baixa e o braço apoiado na perna, vestido em uma camiseta regata que até parece escolhida propositadamente para deixar visíveis seus músculos preponderantes, como se fossem entidades com vida própria. A cabeça é apoiada nas mãos cruzadas, tentando de certa forma fazer, subliminarmente, referência ao equilíbrio entre o corpo e a mente. Fazendo assim, o enunciador construir isso com a imagem perfeita. Mas, a abundância muscular dá a confirmação de que a batalha é contínua, exigem treinos frequentes, suor, dedicação, conhecimento e de que embora cansado, ali está um vencedor. (Imagem 1)

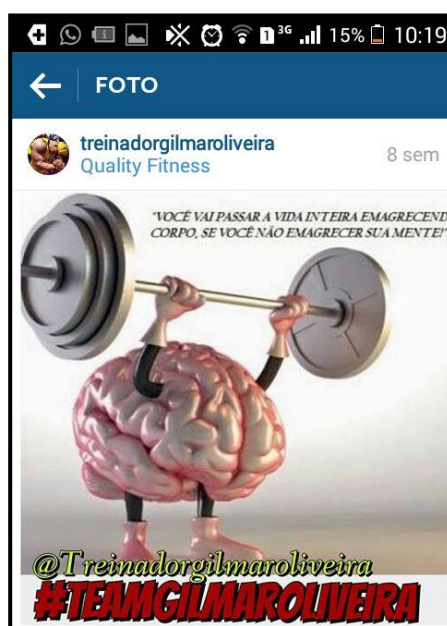
Imagem 1- Perfil do instagram do Treinador Gilmar Oliveira



Fonte: Instagram @TreinadorGilmarOliveira

Reforçando esta análise, Foucault (1983, p.32) constata que o olhar do outro deve constituir um olhar sobre si e abrir todo outro campo de visibilidade que se situa agora no interior do próprio indivíduo, pensamentos, desejos, paixões, e que deve ser observado, nos vários sentidos da palavra, por ele mesmo. Partindo para a análise da primeira postagem, ela reforça o perfil do treinador Gilmar quando faz alusão através da imagem da cabeça apoiada nos braços, ao equilíbrio que procura entre a mente e o corpo. Ele utilizou o recurso imagético de um cérebro com pernas e braços que levantam um peso. A frase que acompanha a foto diz: “Você vai passar a vida inteira emagrecendo corpo, se você não emagrecer sua mente”. Esse discurso enfatiza que o cuidado com o corpo deve partir do cérebro, da cognição, do interior para o exterior. Tanto mente e corpo deve ser sometidos a exercícios diários, mas o controle parte do cérebro para o corpo. Logo abaixo da foto, para se apropriar e legitimar esses enunciados, são sobrepostas, a logomarca do treinador Gilmar com o link do seu Instagram.

Imagem 2 - 1ª postagem a ser analisada



Fonte: Instagram @TreinadorGilmarOliveira

O discurso do team Gilmar vem logo abaixo da imagem. O enunciador utiliza o recurso da intertextualidade ao trazer uma frase de Reinaldo Vasconcelos Pereira para reforçar a

construção da imagem de que corpo e mente deve caminhar em harmonia, até mesmo para os atletas que o procuram na luta pela definição corporal e o aumento da massa muscular, desmistificando a imagem que o público tem de que o treinador explora do atleta apenas a busca desenfreada pelos bíceps em detrimento do conhecimento.

A frase de Pereira reforça o pensamento do *team* Gilmar, uma vez que, relata que o culto ao corpo vira doença, e assim, a mente sofre e o corpo padece. O consultor se auto-define como especialista no assunto e publica junta a essa postagem o discurso indireto dos seus alunos: “Treinador Gilmar, tento de tudo para emagrecer, mas não consigo. “O que eu faço?”. E legitima seu discurso de que o cuidado deve partir de dentro para fora. “Você quer emagrecer ou ser emagrecida (a força)? Com protocolos e soluções milagrosas?”. Mas uma vez ressalta a harmonia entre corpo e mente, alegando que não adianta se submeter a intervenção cirúrgica, caso não tenha uma boa mente. E logo abaixo aparecem as seguintes tags: #Team de Campeões, # Cola em mim que tu brilha, # Dor hoje músculo amanhã, # Rumo ao extremo. Por meio dessas tags, é construída sim uma imagem dos alunos treinados pelas mãos do Gilmar. Caracterizados como pessoas que fazem parte de um time de campeões, que irão brilhar nas suas redes sociais e nas competições pelo físico adquirido, terão respaldo, sentirão dor hoje, mas logo adquirirão músculo e verão que o treino valeu a pena. Por isso, o pensamento Foucaultiano (1983) explica que os dispositivos de visibilidades modernos se constituem de uma subjetividade exteriorizada em que as esferas de cuidado e controle de si se fazem na exposição pública, no alcance do olhar, escrutínio ou conhecimento do outro.

A segunda postagem analisada traz uma fotomontagem do treinador Gilmar e seu time de campeões. Vestido com uma camiseta regata usado por jogadores de basquete norte-americanos, calça e boné na cor azul escuro, tentando se assemelhar à típica imagem do técnico americano de uma prestigiada equipe de atletas, é cercado pela imagem dos seus alunos campeões. Do lado direito, três rapazes, exibem suas barrigas minuciosamente definidas por gominhos de músculo, os bíceps avantajados e cinturas finas. Do lado esquerdo, cinco mulheres. Cabelos longos, com biquínis brilhosos, utilizados em competições. Na descrição da imagem, o consultor chega a fazer uma analogia entre o sucesso dos seus atletas nas competições esportivas com o sucesso na vida, chegando a transparecer que a realização

dos seus alunos confunde-se com a sua própria realização profissional e pessoal. O lugar onde o eu se realiza e se efetiva é na proximidade do olhar do outro, na sua potencialidade de ser visto, e não tanto no recolhimento de uma interioridade relativamente opaca (BRUNO, 2013).

Imagem 3- Postagem analisada, fotomontagem dos alunos (atletas)



Fonte: Instagram @TreinadorGilmarOliveira

Assim, fica claro a capacidade interativa que o Instagram proporciona através das imagens e o crescimento de seguidores e alunos com o treinador, como uma imagem pode dizer mais que palavras, às vezes só ela já é suficiente para que pessoas que buscam o mesmo ideal do “corpo perfeito” ou até pessoas que nunca tinha pensado sobre o assunto, comece a se interessar e procurar o treinador, com a intenção de obter resultados rápidos e contínuos, como são vistos em seu IG. Porém, o que é esquecido muitas vezes, é que cada corpo é um corpo, cada um possui um tipo de metabolismo, genética e construção muscular, e indiscutivelmente isso define grande parte do processo; outra coisa bastante importante a se ressaltar é que, o que é exposto nem sempre é o retrato do real, existem muitos fenômenos capazes de distorcer, ou pelo menos ajeitar a própria realidade.

CONCLUSÃO

A partir da análise do perfil e das postagens do Instagram do treinador Gilmar, pode-se concluir que a construção da subjetividade é um processo engendrado a partir do olhar do

outro, ou do público nesse caso. O treinador aproveita a visibilidade que conquistou nesta rede social para se apropriar da imagem de especialista e de perito no assunto de corpo fitness.

Esse recurso utilizado na mídia, neste caso, Instagram, uma rede social bem difundida principalmente entre os jovens, faz com que as pessoas absorvam essa espetacularização do corpo, e que o corpo ideal tem que ser daquela forma que eles passam, e acaba que muitas pessoas se submetem a procedimentos os quais podem até fazer mal a saúde, indo além do que o corpo suporta. No entanto, o entrelace entre subjetividade e identidade na atual sociedade é concedida diante do que se expõe e do que o outro absorve daquilo, mas, isso vai deixando de lado questões primordiais constituintes da subjetividade humana, pois o que é mostrado faz farte de um processo filtrado, no caso da imagem fitness, o que é exposto são apenas os resultados e a imagem corporal obtida a partir de esforços, sob ângulos, formas e efeitos que nada caracterizam a realidade do sujeito.

REFERÊNCIAS

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, G. **Instagram**: Treinador Gilmar Oliveira. Disponível em <@treinadorgilmaroliveira>. Acesso em 06 de Dez de 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

GT-6

GRUPO TEMÁTICO

COMUNICAÇÃO, MODA E DESIGN: PESQUISA E INOVAÇÃO

GT 6 - COMUNICAÇÃO, MODA E DESIGN: PESQUISA E INOVAÇÃOProfa. Ma. Aliana Aires¹Profa. Ma. Penélope Lira²

Este grupo de trabalho analisa, debate e reflete questões abrangentes relacionadas à comunicação, à moda e ao design, apreciando, em especial, os processos criativos, as práticas e teorias aplicadas ao estudo desses campos. Destacam-se tópicos como a gestão do design, diversidade, inclusão, ergonomia, corpo, circuitos midiáticos e de consumo, e os mais variados métodos de desenvolvimento e análise de novos produtos e serviços; considerando a relação produção-consumo, dentre outras temáticas não citadas que proponham reflexões interdisciplinares sobre moda, mídia e design. Pretende-se discutir as conexões existentes entre as citadas áreas, fomentando novas perspectivas de estudo e análise, contribuindo assim, para o desenvolvimento deste campo e como oportunidade de discussão científica, ainda carente no estado do Piauí, envolvendo ainda cursos como design gráfico, moda, publicidade, arquitetura. Como aporte teórico, sugerimos alguns autores que discutem as temáticas apresentadas no grupo em questão: Gilles Lipovetsky, Maria Aparecida Bacegga, Dorotéia Baduy Pires, Mary Douglas e Baron Isherwood.

REFERÊNCIAS:

CITELLI, Adilson (Org.). **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto 2014.

PIRES, Dorotéia Baduy (Org.). **Design de Moda Olhares Diversos**. Estação das Letras e Cores. 2008.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Introdução - Consumo e identidade**: leituras e marcas. In: BACCEGA, Maria Aparecida (Org.). **Comunicação e culturas do consumo**. São Paulo: Atlas, 2008. p.1-11.

LIPOVETSKY, Gilles. Sedução, publicidade e pós-modernidade. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 12, julho 2000. p. 7-13.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

¹ Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM- SP, tendo realizado doutorado sanduíche na Parsons- The New School, em Nova York. Professora em cursos de graduação e especialização em Moda e Design.

² Mestre em Comunicação e Consumo – Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM / SP, Designer Gráfica e Publicitária do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA / PI

SENHORA DE ALENCAR: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA LITERATURA E NA TELENOVELA “ESSAS MULHERES”¹

Lia Calaça Aguiar²
Núbia de Andrade Viana³
Universidade Federal do Piauí- UFPI



RESUMO

O objetivo do estudo é analisar as representações presentes no figurino criado para a personagem Aurélia da adaptação novelística *Essas Mulheres* (2005), que foi inspirada pela obra de José de Alencar (1829-1877) intitulada *Senhora* (1875) e como transpuseram a indumentária da literatura para a televisão em forma de figurino, verificando se a narrativa identitária foi fiel ao personagem literário. O artigo problematiza a relação da transposição de narrativas nas duas linguagens, usando como ponto em comum o vestuário da protagonista. Além de Alencar, autores como Lipovetsky (2009), Ortiz (1991), Lukács (1965) e outros, foram consultados formando uma base apropriada para as análises metodológicas de forma qualitativa, descrevendo, explicando e comparando ambas as mídias. A partir das análises foi concluído que apesar das dificuldades presentes no movimento entre mídias, uma preenche com imagens as lacunas deixadas à imaginação do leitor da outra, enriquecendo as representações da personagem.

PALAVRAS-CHAVE: Moda. Telenovela. Figurino.

INTRODUÇÃO

Os trabalhos de José de Alencar são nacionalmente reconhecidos pela riqueza de detalhes empregada nas descrições e a constante menção ao cenário social em que os personagens estão inseridos como componente da narrativa. O foco do presente estudo é a obra *Senhora* (1875), que foi adaptada para a televisão pela Rede Record de TV na novela *Essas mulheres* (2005), buscando as descrições do vestuário e de sua adaptação para o figurino e a forma como eles são permeados pela personalidade da protagonista.

O tipo de pesquisa aplicado foi o qualitativo, sendo feita de forma descritiva e explicativa, tornando-se também um estudo comparativo entre a obra e a novela. Além das

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Design da Moda e Estilismo da Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI. Endereço eletrônico: liacalaca@hotmail.com.

³ Mestra em Comunicação e Professora do curso de Moda, Design e Estilismo, na UFPI. Endereço eletrônico: nubia.and@gmail.com.

obras de Alencar, foram utilizados para construção da análise autores como Lipovetsky, Ximenes, Roche, Lukács, entre outros que ajudam a compor o embasamento necessário desta pesquisa.

A problemática central é se o figurino criado para a personagem na telenovela representou devidamente a protagonista criada por José de Alencar. O objetivo é compreender as possibilidades de estudo que se ramificam a partir de algo aparentemente simples como o vestuário descrito, buscando mostrar a validade dessas linhas de pensamento para algo ainda atual.

DOS FOLHETINS ÀS TELENOVELAS

Lipovetsky (2009, p.25) afirma que “a moda é formação essencialmente sócio-histórica, circunscrita a um tipo de sociedade”, ou seja, sofrendo alterações ou não ela ainda representa o corpo social, essa concepção é percebida no vestuário descrito presente na literatura do século XIX sendo usado como elemento da narrativa, onde os personagens são retratados como indivíduos inseridos em sociedades com personalidades e características únicas (RIBEIRO, 2008), principalmente para o Romantismo no Brasil que era visto como uma compilação de boas maneiras, sabedoria, coragem e cortesia vivida por seus heróis e heroínas, que todo mancebo ou mocinha da época deveria saber e seguir.

Os modelos femininos retratados eram exemplos de como as mulheres deveriam ser para estarem à altura de seus futuros matrimônios com homens igualmente civilizados, para que dessa forma tivessem famílias felizes e pais satisfeitos, tornando-se sustento de uma sociedade educada e civilizada. Os costumes da sociedade elegante da época e a relação entre homens e mulheres era nítida na indumentária desse período: as mulheres restritas em seus espartilhos e crinolinas, transmitiam sempre um ar de submissão e de fragilidade, estando à sombra do poderio masculino, servindo como mosteiros da riqueza de suas famílias (ROCHE, 2007).

O excesso nas descrições, porém, não banalizava a escrita, tudo era relevante dentro da narrativa, "sem elementos acidentais, tudo é abstrato e morto [...] mas por outro lado,

precisa superar na representação a casualidade nua e crua, elevando-a ao plano da necessidade” (LUKÁCS, 1965, p. 45), é requerida então nesse estilo uma nova percepção da vida social, por isso o vestuário ganha destaque nesse cenário, essa descrição representava e classificava os personagens, trocar de roupa, logo, significava mudar algo em sua situação (ROCHE, 2007).

Da escrita para o visual, as telenovelas surgem como “folhetins eletrônicos” (ORTIZ et al., 1991, p.11), o vestuário, antes descrito, passa a ser visto. Os primeiros figurinos em cena no Brasil eram improvisados, feito às pressas com função básica de cobrir os corpos dos atores. Com a evolução da transmissão televisiva, os recursos também foram aprimorados, especialistas na área que atuavam no teatro foram consultados e surgiu a necessidade de elaborar o traje de cena, transformando-o em elemento significativo (MUNIZ, 2004).

O figurino é o vestuário utilizado em cena que materializa a narrativa que integra uma composição de elementos em cena (WAJNMAN, 2012, p. 150), é ainda a identidade do personagem sem que nenhuma palavra sobre ele seja pronunciada, pois através dele se pode identificar quem ele é e de onde veio (MARIANO; ABREU, 2012, p. 165). É, portanto, “vestir a palavra”, onde mesmo com as trocas de roupas é possível ver o personagem em todas elas e conhecê-lo mais intimamente (AREUDA, 2007, p. 15). Entretanto, figurino e moda são divergentes, apesar do primeiro utilizar a moda, acaba por assumir uma função representativa narrativa que identifica o personagem e conta sobre ele, diferentemente da efemeridade da segunda (MARIANO, ABREU, 2012, p. 164). A moda representa estilos de vida, um determinado momento ou reflexo social, mas cabe ao figurino captar essa essência e utilizá-la como narrativa, manipulando a vida (WAJNMAN, 2012, p. 160).

METODOLOGIA

A telenovela *Essas Mulheres* (2005), foi exibida entre 02 de maio a 22 de outubro de 2005, totalizando cento e quarenta e nove capítulos, escrita por Marcília Moraes e Rosane Lima, dirigida por Flávio Colatrello Jr. (GHASPAR, 2015) e o figurinista foi Cássio Brasil (ATRAVÉS. TV, 2016). A cena escolhida corresponde a noite de núpcias dos protagonistas da

obra, que foi analisada comparando as duas mídias de maneira descritiva e explicativa, visando os aspectos subjetivos a serem percebidos e compreendidos que ambas possuem em comum.

A novela é uma adaptação livre das obras de José de Alencar, o termo adaptação, no entanto, significa todo o processo de transposição de uma obra/ texto para o cinema ou televisão, com o intuito de atender as necessidades de um novo público (FRIO, 2013). A transposição gera rupturas mesmo quando se busca uma fidelidade na transmissão dos significados retidos no original (FERREIRA, 2006), logo, algo é tirado de “seu lugar ‘normal’ e implantado em outro, em geral, gerando um incômodo de alguma natureza” (RIBEIRO, 2009, p. 20).

PERFIL DE AURÉLIA/ SENHORA

Senhora em 1875, período em que o autor já se considerava “sênior” por sua experiência extensa adquirida em vida (SOARES, 2012, p. 109), o escritor que traça, descreve que esta mulher era uma década mais experimentado nos manejos sociais do que aquele que havia escrito tantos outros anteriormente. A estória da estrela que “há anos raiou no céu fluminense”, é retratada como verídica, mas sem escapar por completo das “exuberâncias de linguagem e afoitezas de imaginação” do escritor (ALENCAR, 1998, p. 13). Aurélia Camargo surge rica e formosa, ninguém sabe ao certo de onde, dezoito anos, órfã, e logo proclamada “rainha dos salões”, “deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em disponibilidade”, mas que na intimidade do seu lar nas Laranjeiras é outra, é calma, gentil e tranquila, apesar da mente elevada e madura.

Ela então decide se casar e pede ao seu tutor, seu tio Lemos, que cuidasse dos trâmites para a compra de seu futuro marido. O pretendente é Fernando Seixas, um jornalista amante dos prazeres e do luxo que já havia dissipado as poucas economias deixadas por seu falecido pai, logo, logo seu estado de pobreza o faz aceitar a oferta de apenas cem contos de réis para se casar com uma desconhecida. Tal é, pois, a felicidade de Fernando ao ver que a noiva é Aurélia, uma antiga paixão do passado, mas agora revestida de uma herança milionária.

Uma visão geral dos figurinos da personagem na telenovela permite observar que eles são dominados pelo branco puro, cor alcançada devido aos avanços tecnológicos no setor têxtil do século XIX, proporcionando uma cor para a pureza que se ajustasse ao pudor das moças burguesas (RODRIGUES, 2010). Em Aurélia o branco era ostentado em tecidos finos, trabalhados e acompanhado de joias finíssimas, mas a totalidade aparentava sempre simplicidade ou até mesmo pouco esforço para a elaboração de sua aparência.

Aurélia, que aceita o pedido de casamento de Fernando, oculta sua participação nas negociações, para que na noite de núpcias se seguisse o momento adequado para a revelação de todo o seu plano de vingança, uma cena marcante que é o alvo deste estudo.

Aurélia surge vestindo um “trajo de esposa”, atravessando a alcova dos noivos, ela trazia, segundo Alencar (1998):

[...] uma túnica de cetim verde, colhida à cintura por um cordão de torçal de ouro, cujas borlas tremiam com seu passo modulado. Pelos golpeados deste simples roupão borbulhavam os flocos de transparente cambraia, que envolviam as formas sedutoras da jovem mulher. [...] O casto vestuário da moça recatava-lhe as graças do talhe; entretanto quando ela andava, e que seu corpo airoso nadava nas ondas de seda e cambraia, sentia-se mais n’alma do que nos olhos o debuxo da estátua palpitante de emoção. (ALENCAR, 1998, p. 88-89).

O recato do traje é poder de sedução desta mulher virgem e dona de sua vida. A imagem de Aurélia desse momento na novela, capítulo cinquenta e oito, cena quarenta (45’ 56’’) é de uma mulher poderosa (Fig. 1): ela leva sobre a camisola alva um penhoar de veludo vermelho, longo, com a gola arrematada por um espesso acabamento de pele cinza, os cabelos ainda são os mesmos do casamento, recolhidos por completo de forma elaborada, acompanhada por um par de pequenos brincos.

Figura 1: Aurélia e Fernando em sua noite de núpcias.



Fonte: disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=naByjk7eJk&index=58&list=PLI-dqTIFbAViQtKF29w5_iXP8MLQKnP1h>. Acesso em: 14 fev. 2017.

A característica comum entre texto e cena é o recato presente no traje e o efeito que ele, e a mulher que o carrega, exercem sobre Fernando. O que a novela transmite visualmente ao telespectador é a posição em que ambos os atores estão nesta “comédia” que ambos representaram até ali, como afirma Aurélia, pois este é o momento que ela tanto havia planejado e ambos devem então assumir seus papéis, ela “uma mulher traída” e ele “um homem vendido” (ALENCAR, 1998, p. 91). A pompa do traje carmim de Aurélia contrasta com os trajes azuis de Fernando, complementadas pelo posicionamento em cena, em que ela parece amedrontar o rapaz.

Em ambas as mídias ela se veste com cuidado, para este preciso momento em que a traição de um amante seria vingada e não pela mão de outrem, mas por ela mesma. Todo o planejamento que se consuma nesse ato é parte predominante da personalidade de Aurélia, o uso deliberado de sua riqueza, apesar de recente dentro do enredo prova a consistência do caráter criado por Alencar e mantido durante a exibição da novela. O traje carregava consigo toda a preparação de um coração antes pobre e incapaz, mas agora rico e rancoroso pronto para receber sua paga de vingança.

No decorrer da telenovela, os figurinos de Aurélia obedecem a sua nova posição social, com tecidos luxuosos, joias discretas, mas de grande valor. Quanto às cores, há o predomínio do branco, mas seguindo os desígnios do autor de que Aurélia “tinha dessas audácias só

permitidas às mulheres realmente belas, de afrontar a monotonia de uma cor” (ALENCAR, 1998, p. 166), a personagem surge em cena diversas vezes com trajes em cores vivas e até mesmo estampas. Segundo Soares (2012), todo o conflito da trama foi gerado pela troca inadequada de responsabilidades entre os protagonistas, em que ela assume o papel de homem e ele o de submisso à sua *Senhóra* (grafia original), logo, o diálogo travado através das roupas dentro do código patriarcal deveria corresponder ao perfil ideal de mulher submissa, de inteligência razoável, “vestida tanto como sujeito quanto como objeto página” (XIMENES, 2011, p. 46), mas o vestuário descrito por Alencar e os figurinos da novela apresentavam uma mulher convicta em suas decisões e com poder para executar seus desejos, uma liberdade que pouquíssimas possuíam nesse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As protagonistas de Alencar foram construídas com perfis complexos, mas que dialogavam com o público leitor de suas obras, a descrição dos vestuários era apenas uma consequência da personalidade de cada mulher descrita, logo, a adaptação naturalmente os consultaria para a elaboração dos figurinos. A transposição não foi feita dentro dos limites criados pelo texto de Alencar, mas isso não significou um distanciamento do perfil da protagonista, que acabou por possuir figurinos com características intrínsecas de sua personalidade. Alencar traçou com tamanha clareza os perfis de suas personagens, que a novela, apesar de certa infidelidade na adaptação, não conseguiu e nem precisou dissociar a identidade dessas mulheres dos trajes que apresentavam. O vestuário em Alencar muitas vezes é central na vida de uma personagem, ultrapassando os limites da banalidade dentro da narrativa, e que naturalmente deveria, e até certo ponto, foi representado na novela.

Importante mencionar o quanto adaptar uma obra escrita para uma com imagens em movimento é difícil. Quantos filtros e mediações são impostos de uma mídia para outra, por isso justificam-se aqui os distanciamentos que apresentados entre as imagens e o livro, mostrando que, obviamente, não há como ser totalmente fiel, mas que a caracterização e o figurino enriquecem as representações.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, José de. **Senhora**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

AREUDA, Lilian. **Entre tramas, rendas e fuxicos: o figurino na teledramaturgia da TV Globo**. São Paulo: Globo Livro, 2007.

Através. TV, Processo criativo em foco. **Cássio Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://atraves.tv/cassio-brasil/>>. Acesso em: 26 de jan. de 2017.

FERREIRA, Érica Eloize Peroni. **A transposição da Literatura para o Cinema: reflexões preliminares**. In: CONGRESSO ANUAL BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0143-1.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

FRIO, Fernanda. **As fronteiras entre tradução e adaptação: da equivalência dinâmica de Nida à tradaptação de Garneau**. TradTerm, São Paulo, v. 22, Dezembro/2013, p. 15-30.

GHASPAR, Emerson. **Essas Mulheres: arte não é quantidade e sim qualidade**. 2015. Disponível em: <<http://oplanetatv.clickgratis.com.br/colunas/bau-da-tv/essas-mulheres-arte-nao-e-quantidade-e-sim-qualidade.html>>. Acesso em: 26 de jan. de 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965.

MARIANO, Rose Mary; ABREU, Lia Márcia Borges de. Figurino para a TV. In: VIANA, Fausto; MUNIZ, Rosane (Orgs). **Diário de pesquisadores: traje de cena**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012. P. 163 a 167.

MUNIZ, Rosane. **Vestindo os nus: o figurino em cena**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004. ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela: História e Produção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

RIBEIRO, Ana Elisa. Notas sobre o conceito de “transposição” e suas implicações para os estudos da leitura de jornais on-line. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 15-30, jul./dez., 2009.

RIBEIRO, Luis Felipe. **Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

ROCHE, D. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)**. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores. 2010.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Moça educada, Mulher civilizada, Esposa feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar**. Bauru: Edusc, 2012.

VASCONCELLOS, Lícia Maria Vieira; CAETANO, Vitor Nunes. **Diálogo entre representação social e identidade: considerações iniciais**. CAP-UERJ, Rio de Janeiro, Nona edição, 2014.

WAJNMAN, Solange. O figurino imaginado da TV: O que se pode aprender com ele. In: VIANA, Fausto; MUNIZ, Rosane (Orgs). **Diário de pesquisadores: traje de cena**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012. P. 148 a 162.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

MODA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: ESTUDO DE CASO DA REVISTA VOGUE BRASIL¹

Émille Cristhine de Almeida Passos²

Monalisa Pontes Xavier³

Universidade Federal do Piauí- UFPI

RESUMO:

A revista Vogue Brasil se organiza em torno de informações sobre assuntos ligados a moda e tudo que envolve esse universo, fazendo circular sentidos que atuam como modelizações de subjetividades a serem seguidas, copiadas, consumidas. O presente artigo busca entender como a revista constrói seu público leitor e como as imagens de moda veiculadas põem em circulação diferentes identificações. Diante disso, ambicionamos compreender como se dá essa relação dos leitores para com as imagens de moda, como a roupa pode comunicar classe social, religião, diferenciação de grupo por meio das revistas de moda, passando assim aos leitores determinados modos de agir, de se vestir, de se mostrar não só hoje, mas ao longo dos anos. Traremos então o seguinte questionamento para o desenvolvimento do estudo: Que modos de subjetivação são produzidos nas imagens de moda na revista Vogue Brasil? Com o propósito de acompanhar e percorrer todo esse processo, tomaremos mão da cartografia como estratégia de pesquisa para o desenvolvimento da pesquisa. Percebendo enfim, que a revista Vogue Brasil é uma revista direcionada para um público leitor que consome moda como informação e que busca estar sempre em dia com as últimas tendências, as imagens veiculadas na revista ofertam para a circulação diferentes identificações, mostrando assim diferentes perfis ao seu público leitor.

PALAVRAS-CHAVE: subjetividade, Vogue Brasil, cartografia.

INTRODUÇÃO:

A moda está se relaciona com diversas questões sociais, atravessando comportamentos, gostos, arte, roupas e modos de se comunicar, podemos falar então, que a moda estabelece relações com os sujeitos. É possível encontrar no mercado diversas opções de revistas de moda, principalmente voltadas para o público feminino. Levaremos nosso olhar para as capas da revista Vogue Brasil.

Com o propósito de acompanhar e percorrer todo esse processo, tomaremos mão da cartografia como estratégia de pesquisa para o desenvolvimento da pesquisa. Na cartografia,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (PPGCOM), pós-graduada em Criação de Imagem e Styling de Moda, formada em Design de Moda, emillepassos@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação, professora de psicologia da Universidade Federal do Piauí, professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, monalisapx@yahoo.com.br.

o caminho do pesquisador está mais próximo dos movimentos da vida, na qual o cartógrafo segue pistas que guiam seu trabalho de pesquisa, sem a hierarquização e pontuação do próximo passo a ser seguido e sim a habitação do cartógrafo no território que busca compreender (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015).

O presente projeto, se debruça em aportes teóricos acerca da produção de subjetividades, ambicionando compreender a produção de subjetividades na relação com as imagens de moda presentes na revista Vogue Brasil. É importante destacarmos que o presente artigo é parte da dissertação ainda em curso e traz elaborações parciais.

Temos como objetivo geral na pesquisa compreender que modos de subjetivação são produzidos nas imagens de moda da revista Vogue Brasil. E, por meio deste, os objetivos específicos são: a) Cartografar as imagens de moda que a revista Vogue Brasil põe em circulação; b) Entender como as imagens de moda produzem perfis subjetivos; c) Conhecer quais são esses perfis subjetivos; d) Compreender como esses perfis subjetivos engendram modos de subjetivação.

MATERIAL E MÉTODOS:

Imagens de moda e processos de subjetivação: a cartografia como acionamento teórico-metodológico

Para nossa pesquisa que se pauta em processos de subjetivação no contexto da mediação em processo, utilizamos como estratégia de análise a cartografia. Faz se necessário então uma breve explicação acerca desse referencial teórico-metodológico.

O termo cartografia nos remete à cartografia tradicional, que está ligada ao conhecimento geográfico, trata-se de um estudo preciso e tem como especificidade traçar mapas de regiões, demarcações de espaço. Aqui coloca-se em ênfase um local estático. A cartografia a que nos referimos é uma cartografia de sentidos, que, ao contrário de demarcação de territórios de estados, países, cidades, diz respeito a territórios subjetivos, existenciais, sociais, políticos, históricos. Esses territórios estabelecem relações entre si e com o meio em que estão inseridos (Prado Filho e Teti, 2013, p. 47).

Nessa prática de pesquisa, o cartógrafo habita um território em que vai traçando seus passos e construindo seu plano de experiência, rodeando-se pelos efeitos do seu próprio percurso de investigação (Passos e Barros, 2010, p.17-18). Sendo assim, trata-se de um referencial teórico metodológico com movimentação contínua, onde o cartógrafo, por habitar seu território de pesquisa, gera um entrelaçamento entre o pesquisador, o objeto de estudo e produção do conhecimento (Passos e Barros, 2010). O olhar cartográfico possibilita desenhar a rede na qual o objeto está inserido. Através da cartografia é possível produzir territórios de sentidos e de novos conhecimentos. Nesse momento e antes de começar com nossas impressões iniciais acerca das capas da revista, explanaremos um pouco mais sobre a revista *Vogue Brasil*, para em um outro momento trazer aspectos iniciais obtidos por meio das imagens.

Em maio de 1975, com edição de Luis Carta, nasce a revista *Vogue Brasil*, com o intuito principal de disseminar informações sobre moda e assuntos diversos e atuais relacionados ao tema, direcionando seu olhar para o mercado e estilo de vida de luxo. A revista trazia um design diferenciado para as revistas brasileiras, com o uso de fotografias, algo até então pouco visto no Brasil. Em sua primeira edição, em maio de 1975, sob direção do atual editor, a revista *Vogue Brasil* trazia em suas páginas uma enorme lista publicitária de marcas de luxo, na qual buscava chamar atenção do seu público principal. Durante esses anos, ainda é uma revista bastante consumida por leitores que se interessam em assuntos relacionados a moda e afins.

A *Vogue Brasil* tem uma projeção de 365.000 leitores no Brasil, 61% está na classe AB, mais da metade desse número são mulheres que estão entre 25 a 54 anos. A revista no Brasil conta com uma tiragem de 109.000 exemplares.¹ Para o presente artigo nos apoiaremos na capa da primeira edição da revista e na capa da revista de edição comemorativa de 5 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹Dados divulgados pelo Mídia Kit 2017, disponibilizado pela revista.

A moda ao longo da sua evolução construiu um relacionamento com o sujeito, estabelecendo modos de se mostrar ao mundo exterior. As pessoas, ao se vestirem, conseguem passar por meio da roupa sentimentos, sensações, conflitos, vontades, além de posições sociais. A constante mudança na moda, a transição presenciada por nós a cada vez que uma tendência nova é lançada, nos faz pensar em como se dá essa relação do sujeito com a roupa.

Em busca de estar “por dentro” das tendências de moda, os sujeitos na era contemporânea estão cada vez mais vivenciando com veículos comunicacionais, desde revistas, jornais, televisão e redes sociais em busca de novas informações acerca de assuntos diversos. Podemos afirmar que esses veículos são produtores de subjetividade nessa sociedade, são utilizados para mostrarem as pessoas, estilos de vida diferenciados, para que se enxerguem de diferentes formas.

Nas revistas de moda, por meio das imagens de moda, assim como a produção e a disseminação massiva de modelizações de sujeitos encontramos também uma diversidade de perfis identitários que devem ser seguidos/assumidos como formas de os sujeitos se sentirem “encaixados” em determinados grupos e/ou na “moda”, sendo reconhecidos como supostamente incluídos em determinados grupos sociais perante os olhos dos outros. Temos aí protótipos de subjetividades que se constituem nos espaços de visibilidade, ou na exterioridade da exibição ao olhar do outro. Compreender os processos de subjetivação nos espaços e segundo modos como são forjados contemporaneamente se faz relevante para pensar e problematizar o sujeito e a sociedade na qual ele adquire existência, a saber a sociedade em midiatização.

Guattari (2012) apresenta uma concepção de subjetividade que é desenvolvida no coletivo, por todas as relações diárias do indivíduo, desde simples ações, romances, até desenvolvimento tecnológico, transitando por questões econômicas, políticas e históricas (Xavier, 2009, p. 115).

Portanto, devemos compreender o coletivo em sua dimensão de multiplicidade, ‘algo que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como alguém da pessoa,

junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica de afetos mais do que de uma lógica de conjunto de bem circunscrito’ (GUATTARI, 2012, p. 19)

Podemos perceber esses estilos e diferenciação de grupos na revista Vogue Brasil, que apresenta diferentes comportamentos aos leitores, colocando como cardápio uma gama variada de comportamentos por meios de suas imagens de moda. A sociedade na atualidade, busca se encaixar em determinados grupos principalmente por meio da moda e é a partir daí que elas buscam consumir as revistas que mostram para esses leitores diferentes modos de ser.

É importante que pensemos em uma subjetividade como algo além do interior, esta não é construída por uma forma de imposição, mas sim por múltiplos e inúmeros vetores de subjetivação que nos relacionamos ao longo de nossa existência, permanecendo na nossa linha de pensamento de uma subjetividade engendrada por meio do coletivo.

Rolnik (1997) traz a perspectiva de uma subjetividade distinta de interioridade e explica conceitualmente a subjetividade por meio de uma metáfora. A autora nos mostra então dois lugares, o lugar de “dentro” e o lugar de “fora”, em que podemos dizer que “dentro” é o interior, a alma, o espírito e o “fora” é a dimensão exterior, tradicionalmente algo que está fora do indivíduo. Diante da metáfora da pele feita por Rolnik, podemos dizer que o “dentro” é um momento o “fora” também é um momento, “dentro” é sempre o outro do “fora” e “fora” é sempre outro do dentro. Por meio disso, podemos compreender a desconstrução da ideia da subjetividade como dimensão de interioridade, uma suposta essência, e perceber a subjetividade por meio de entrelaçamentos a partir de encontros múltiplos e heterogêneos.

Pensemos então esses encontros múltiplos como um emaranhado que se interligam e se modificam ao longo de nossa vida, daí podemos perceber que estamos sempre em obra e que diferentes dimensões nos atravessam em nossas relações diárias.

Rolnik (1997) nos mostra que nas sociedades de consumo, modos de subjetivação são ofertados como modos de consumo por meio de inúmeras instâncias, entre elas as mídias, o que a autora vai denominar de ‘identidade prêt-à-porter’. Em suas palavras:

Trata-se de uma droga disponível em profusão no mercado da mídia, sob todas as formas e para todos os gostos: são as miragens de personagens globalizados, vencedores e invencíveis, envoltos por uma aura de incansável glamour, que habitam as etéreas ondas sonoras e visuais da mídia; personagens que parecem pairar acima das turbulências do vivo e da finitude de suas figuras. Mimetizando um destes personagens imaginários, ele passa a falar uma língua-jargão lotada de clichês, sem ancoragem em sensibilidade alguma, o que soa especialmente *fake* quando se trata de um repertório com uma certa sofisticação intelectual. Obviamente ele nunca chega lá, já que lá é uma miragem. E quanto mais se frustra, mais corre atrás; e quanto mais desorientado, estressado, ansioso, perseguido, culpado, deprimido, em pânico, mais ele se droga. Um círculo vicioso infernal. (ROLNIK, 1997, p. 30-31)

Essas discussões se fazem importantes para relacionarmos a produção de subjetividade nos dias atuais em meio aos veículos comunicacionais. A revista Vogue Brasil dissemina por meio de suas imagens de moda determinados modos de ser, passando estereótipos para os leitores. Esses leitores buscam cada vez mais ficar por dentro do que está na moda e do que usar para se encaixar nos modelos atuais lançados à circulação por esses veículos comunicacionais da atualidade.

A velocidade das mudanças de estereótipos segue as mudanças do mercado, ou seja, são efêmeras. Com as constantes transições e a incapacidade de acompanhar todos esses padrões impostos na sociedade, os sujeitos acabam então sofrendo uma territorialização em modelos identitários, por conta dessas identidades pré-estabelecidas que se modificam a todo momento. Ou seja, sujeitos inconstantes e que apenas buscam se inserir no que está sendo proposto a eles.

Temos então uma relação dos sujeitos para com as revistas de moda que abraçam um público bem considerável de pessoas e que consomem seus conteúdos, a Vogue Brasil, nosso objeto de estudo, tem um público mesclado entre mulheres e homens que gostam de ler sobre assuntos que se organizam em torno de informações sobre moda, beleza, estilo de vida, gastronomia, viagens e celebridades, fazendo circular sentidos que atuam como ofertas de modos de ser *pret-à-port*, como modelizações de subjetividades a serem seguidas, copiadas, consumidas.

Diante de tudo o que foi exposto, visualizaremos agora as capas da revista Vogue Brasil que nos darão base para as análises, importantes para a compreensão e percepção dos referenciais bibliográficos aqui já citados.

Figura 2. Capa Vogue Brasil, 1ª ed, maio de 1975. Capa Vogue Brasil, 59ª ed, maio de 1980



(Fonte: www.pinterest.com.br, 14/06/2018)

Em sua primeira edição, em maio de 1975, sob direção do atual editor, a revista Vogue Brasil trazia em suas páginas uma enorme lista publicitária de marcas de luxo, na qual buscava chamar atenção do seu público principal. A primeira capa foi fotografada por Otto Stupakoff, pioneiro na fotografia de moda no Brasil, e estrelada por Betsy Monteiro de Carvalho. A Vogue Brasil a denomina de “a maior locomotiva social dos anos 70”¹, inaugurando o conceito de trazer socialites para suas capas e editoriais de moda, imprimindo em sua capa uma mulher da alta sociedade e mostrando por meio do olhar, da vestimenta e da colocação da modelo que a revista estava direcionada para um público que consome luxo e bens importados como bem colocados nas chamadas.

Na segunda capa, cinco anos mais tarde, já nos é passada outra proposta de imagem. Uma mulher com um meio sorriso e com os ombros desnudos, mostrando uma grande diferença entre as duas modelos propostas. Na imagem 2, com a foto de Viviane Vasconcelos, olhamos para uma mulher com aparência e colocação mais jovem e imprimindo o momento

¹Fonte: <https://vogue.globo.com/moda/moda-news/noticia/2015/04/primeira-capa-da-vogue-brasil-e-estrelada-por-betsy-monteiro-de-carvalho.html> (acessado em 12/04/2018)

feminino do período, na qual tem-se uma mulher com um posicionamento perante a sociedade diferente de cinco anos anteriores, mostra também um posicionamento da revista diferenciado, no período eles estavam tentando se encaixar e vender para um mercado mais diferenciado, ainda que o de luxo.

CONCLUSÕES

Por meio de nossas impressões trata-se de uma revista que busca direcionar o olhar para um consumo de moda de luxo, mas não somente a roupa em si e sim o universo que ela envolve e se insere. Por meio das capas, é possível percebermos imagens que passam modos de ser para os seguidores e pessoas que buscam cada vez mais informações e relações com as imagens, visualizando estilos de vida e acontecimentos sobre assuntos diversos para se encaixar nessa sociedade em constante mudança. Além disso é possível perceber as mulheres na sociedade ao longo dos anos e como elas se portam de maneira diferenciada a cada década.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Regina; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: ESCÓSSIA, Liliana; KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo (org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 11-43.

_____. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, André (org.). **Imagem-máquina**: a era das tecnologias do virtual. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, p. 177 – 191.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (orgs.) **Pistas do método cartográfico**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela. **A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 38, pag. 45-59, 2013.

ROLNIK, Suely. Uma Insólita Viagem à Subjetividade. Fronteiras com a Ética e a Cultura. In: LINS, Daniel (Org.). **Cultura e Subjetividade**: saberes nômades. 3 ed. Campinas: Papirus, 1997. P. 25-34.

XAVIER, Monalisa. **Tecendo saberes, articulando alianças**: um estudo sobre as subjetividades contemporâneas a partir das contribuições de Adorno e Guattari, 2009, (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2009.

SLOW FASHION E BRECHÓS - UMA NOVA FORMA DE CONSUMIR MODA¹

Fernanda Alves da Cruz²

Faculdade Aldemar Rosado e Fundação Delta do Parnaíba

RESUMO

O consumismo está cada vez mais perdendo espaço e os alguns consumidores de roupas estão com mais consciência ambiental, reconsiderando a maneira como entregam seu dinheiro para a indústria. O movimento do slow fashion trouxe reflexão sobre a forma de consumir moda. Os consumidores estão se interessando cada vez mais pela sustentabilidade, autenticidade e transparência das marcas. Isto é o que chamamos de 'novo consumidor' ou 'consumidor consciente'. Pautado em pesquisa bibliográfica, documentário e em vivências, o presente trabalho apresenta uma reflexão em torno do consumo consciente, abordando as práticas do slow fashion e o surgimento e a importância dos brechós. Objetiva-se mesmo que, numa pequena parcela, contribuir com o pensamento inovador e questionador acerca do consumo de moda.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo consciente, slow fashion, brechó, propósito.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento do Slow Fashion, uma nova mentalidade de consumo coloca o acesso acima da posse, você não precisa mais comprar um bem para ter acesso a ele, promove a produção com menor impacto ambiental, pensando na qualidade do produto final, tem o uso de materiais sustentáveis sem descarte de resíduos tóxicos no ambiente, e com uma preocupação com o lado social da produção. Norteia a atualidade na moda, orientando na busca por alternativas de menor efeito para os recursos naturais como: trocar, consertar e fazer. E aparece como uma opção totalmente socioambiental mais sustentável no mundo da moda. É o olhar voltado para o consumo consciente, com os brechós e os armários compartilhados, surge uma nova maneira de adquirir moda, estimulando o uso e reuso.

O aumento dos brechós é muito válido, dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostram que empresas que comercializam artigos usados cresceram 210% em cinco anos. O número passou de 3.691 para 11.469 entre 2007 e 2012.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Fernanda Alves da Cruz - Especialista em Moda, Cultura e Mercado pela Faculdade Aldemar Rosado – FAR e Fundação Delta do Parnaíba - FUNDELTA. E-mail: fernanda_cruzz@hotmail.com.

No ano de 2015, aumentou para 13,2 mil negócios, o que representa um crescimento de 22,2%. Trata-se de um dos pilares da sustentabilidade, posto em prática a reutilização de algo que já foi de alguém e que não será apenas jogado no lixo, poupando a natureza do trabalho de decomposição do objeto. É o chamado “consumo consciente”.

Brechós aparecem como um verdadeiro exemplo de negócio sustentável. Esse empreendimento se apresenta como uma possibilidade de prolongamento do ciclo de vida dos produtos, de redução do descarte prematuro, do acúmulo de lixo, surge como modernidade de consumo consciente, estilo inovador e contemporâneo no mundo da moda. Nesse sentido o slow fashion e brechós surgem como uma nova tendência para o desenvolvimento sustentável.

MATERIAL E MÉTODOS

A inspiração para o artigo veio do livro: Moda com Propósito de André Carvalhal e do documentário: Lowsumerism, da Box1824 empresa de pesquisa especializada em tendências de comportamento e consumo. Artigos científicos que abordaram os temas: Slow Fashion, brechós e consumo consciente e os livros: O Ócio Criativo de Domenico De Masi e O Bom Negócio da Sustentabilidade de Fernando Almeida foram lidos para enriquecer a pesquisa e fundamentar os resultados.

O método utilizado foi a interpretação das leituras propostas, o entendimento acerca do documentário, assim como os relatos vivenciados pela autora do artigo e visitas a brechós de Teresina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro do slow fashion, esperam-se novas soluções: criação socialmente responsável e distribuição econômica, onde a produção valoriza os recursos locais; elimina hierarquias entre estilistas, produtores e consumidores; evita intermediários na cadeia de distribuição e possibilita a melhor distribuição econômica entre os agentes da produção.

No que tange a atuação colaborativa/cooperativa de trabalho, o movimento slow fashion preza pela formação de cooperativas capazes de promoverem a colaboração entre os agentes da cadeia têxtil, considerada uma forma de gerar um comércio mais justo. O processo do slow fashion vai desde a escolha do tecido da roupa, até o seu descarte ao fim da vida útil. As marcas nesse formato utilizam mais tempo de produção para garantir mais criatividade, qualidade e reduzir os impactos ambientais. Além disso a produção valoriza o trabalho manual, o artesanato e técnica do designer. Propiciam um modo de pensar, agir e consumir com os clássicos “qualidade sobre quantidade” e “menos é mais” além de resgatar o valor das roupas, distanciando a imagem da moda como algo descartável e o consumo como uma fonte (infinita e impossível) de superação de frustrações. Afinal entende-se por consumo, atividade econômica que consiste na utilização, aquisição de bens ou serviços, enquanto consumismo refere-se a um modo de vida orientado por uma crescente propensão ao consumo, em geral supérfluos, em razão do seu significado simbólico (prazer, sucesso, felicidade).

Na hora da compra, o consumidor não paga apenas pela peça, ele está incentivando todo um sistema de moda, desde o tempo de produção, os impactos causados no ambiente e o preço encontrado nas etiquetas, além do mais será perceptível de onde vem essa peça, qual seu histórico e matéria-prima utilizada, conhecendo todo o ciclo do produto. E o consumidor poderá questionar mais o mercado e, por fim, pode optar por qual marca consumir. Ficará fácil para nós clientes termos acesso a essas informações e produtos, visando não perder as principais características do movimento: o feito a mão, a produção local, o responsável e o propósito.

As novas formas de consumo que podemos identificar tem visto como: o consumo consciente, colaborativo e economia do compartilhamento são novas formas que estão presentes no Slow Fashion, surgindo a partir daí atuais maneiras dos consumidores e das marcas se relacionarem. A sustentabilidade na moda deverá expressar, daqui pra frente, essa nova consciência, a ressignificação da roupa, a conscientização da indústria e quem faz a moda acontecer e, a partir dessas mudanças, despertar e motivar uma transição comportamental dos consumidores. Esse propósito é inovador e vem transformando a vida de muitas

organizações, que estão indo além do lucro, adotando a prática *slow fashion* para potencializar seu impacto na sociedade e dispendo da moda como veículo de transformação.

No que diz respeito à sustentabilidade na moda, os *brechós* significam uma das soluções mais efetivas para a questão do pós-consumo. Eles representam a plataforma principal para distribuição de roupas que seriam descartadas prolongando assim, a vida útil das peças. Além disso, proporcionam o surgimento de uma nova economia baseada no descarte: nada mais sustentável do que reaproveitar o que se tornaria lixo para gerar renda e diminuir o impacto negativo da indústria da moda no meio ambiente.

Alguns estão começando a mudar velhos hábitos. Muitos estão percebendo que quanto menos quiserem ter, menos dinheiro precisarão, e estão se movendo em outra direção, na qual trocar, pegar emprestado, comprar em grupo, passa a ser uma alternativa para uma vida mais leve, menos dependente de dinheiro. É uma nova filosofia de vida. (CARVALHAL, 2016, p.143.).

Os *brechós* se enquadram na economia colaborativa, tendência atualmente de nicho promissor, pois o consumo de peças usadas, exclusivas e reaproveitadas tem se tornado uma alternativa de consumo de moda. É um negócio direcionado a vários públicos que buscam opções de consumo consciente, preços baixos e peças exclusivas. A experiência da compra em um *brechó* pode ser estimulada por três fatores fundamentais: necessidade, curiosidade e ideologia. E hoje é necessário olhar para esse nicho de forma profissional e crítica, visto que os estabelecimentos precisam ter vitrines atraentes, diversidade de peças e preços acessíveis que são atrativos fundamentais para o bom andamento dos *brechós*, e como já estão prontas, as peças de 2 mão, não demandam a extração de novos recursos, nem gastos de energia ajudando a repensar a nossa relação com o lixo com a obsolescência dos nossos objetos pessoais. Em tempos de economia criativa, sustentabilidade e inovação, os *brechós* fazem parte de um novo modelo de consumo cada vez mais em alta. É uma maneira de consumir roupas de forma mais atual, consciente, reduz a quantidade de recursos já utilizados na produção e é uma relação onde todos ganham: comerciante, consumidor e meio ambiente.

A autora desse artigo, uma consumidora exagerada, também pôde vivenciar a prática do slow fashion, trazendo para sua vida um consumo mais consciente, através de uma experiência de 1 ano sem comprar roupas de qualquer natureza. Vê-se que conseguiu uma reeducação no propósito do consumo, com questionamentos antes da compra, negativas e clareza quando foi entendido que compensa dar um novo sentido as nossas peças do vestuário, assim como ao consumo consciente. Reutilizou-se as mesmas peças de várias formas, em outras composições e em inúmeros looks, as tornando novas aos olhos de quem vê e usa, aproveitando também para customizar, adaptar e adequar de acordo com o gosto ou a necessidade, além de trocar e aderir a vendas de peças em bom estado e desuso total para brechós da cidade, gerando contentamento pela iniciativa, ganhos, conduta que a deixou menos dependente do consumo.

Uma experiência única sobre comportamentos de consumir moda com propósito que nos fez acreditar que novos intuitos existem e não somente a compra impulsiva e sem sentido, pode fundamentar o consumo. O consumo foi visto de uma nova maneira, por outro viés. Uma postura que tem credibilidade e inovação na forma de consumir, gerando espanto, questionamentos e admiração, trazendo reflexões sobre essa escolha e ganhando adeptos.

O slow fashion fez com que mudássemos a forma como vemos a moda. E pra ter uma consciência fashion e inovadora é preciso se conhecer. Olhar pra você e saber do que gosta, como se sente vestindo suas roupas favoritas repetidas vezes, se conhecendo acima de tudo. Pois a moda vem da forma como nos aceitamos, exergamos e sobre nossas escolhas. O desenvolvimento de senso crítico por parte do consumidor, que passa a ter um olhar mais empático e consciente, surge como peça fundamental capaz de gerar mudança. Os consumidores vêm se auto policiando para trocar as tentadoras “made in China” por etiquetas acompanhadas de fotos de quem costurou a peça ou, ainda, por peças de roupa que recebem carinhosamente o nome da costureira, como forma de ressaltar e homenagear seu trabalho. Trazendo o consumo consciente.

É importante que se tenha em mente que o consumidor está mais engajado com questões humanitárias e que ele vai procurar por lojas que sejam transparentes no que tange a sua linha de produção. A mudança comportamental referente ao consumo da moda, ressalta

que a escolha de peças atemporais e de boa qualidade implica na diminuição da compra. Antes de comprar, planeje. Para comprar com consciência e evitar conflitos do tipo “não sei para que comprei isso”, o consumidor deve, antes de ir às lojas, responder a quatro perguntas básicas: o que vou comprar, para que vou comprar, quando vou comprar e onde vou comprar.

O princípio desta nova forma de pensar é ser mais consciente, consumindo menos produtos e procurando alternativas a partir de recursos naturais, sem agredir o meio ambiente. Também é possível realizar trocas, consertar objetos estragados e/ou fazer seus próprios itens, vivendo somente com o que é realmente essencial. O termo Lowsumerism se origina a partir das palavras “Low” e “Consumerism” que na tradução livre significa “Baixo Consumismo”. A palavra se originou a partir da pesquisa de tendência de comportamento e consumo, realizada pela empresa Box 1824 e publicada em forma do vídeo “The Rise of Lowsumerism” na internet. Trazendo o conceito de volta às origens e viver com o que é realmente necessário.

É exatamente nesse momento de ressignificação, quando começamos a entender nossa responsabilidade não só como consumidor, mas como protagonista social, que a moda (e o consumo) consciente têm espaço para florescer. A partir da nossa curiosidade e vontade de saber, buscamos informações e nos tornamos aptos para fazer escolhas conscientes. Sabendo das questões socioambientais envolvidas na produção de uma peça, provavelmente teremos chance de fazer escolhas melhores, não só para nós, mas para o mundo.

CONCLUSÕES

Boa parte do nosso consumo é influenciado por nosso estilo de vida, por nossos valores pessoais e até, em alguns momentos, por nossa forma de encarar algumas situações. Moda consciente, ou consumo consciente, é ser consciente do que se está comprando. Mas a realidade é que não estamos mais em tempo de consumir com tamanha falta de conexão. É exatamente nesse momento de ressignificação, quando começamos a entender nossa responsabilidade não só como consumidor, mas como protagonista social, que a moda (e o consumo) consciente têm espaço para florescer. Entende-se que o slow fashion trouxe um novo significado para o consumo, foi a quebra do paradigma do consumismo a qualquer custo,

movimento que ganhou visibilidade, notoriedade e nos fez refletir sobre uma infinidade de questões morais e biosustentáveis, promovendo o consumo inteligente.

Empresas que adotaram posturas diferentes na fabricação de peças poupando o meio ambiente e ajudando na causa da sustentabilidade, trouxeram novidades em como oferecer moda e com a chegada dos brechós veio essa excelente opção sustentável, pois apresentam uma redução do descarte e acúmulo de lixo, mas também uma forma de estar na moda com roupas recicláveis e modernas. Ser sustentável com estilo, é “o processo de transformar resíduos ou produtos inúteis em novos materiais ou produtos de maior valor e uso.

E nessa quase reciclagem fashion, os brechós podem ser uma fonte preciosa de matéria-prima, indo de encontro com o movimento slow, do menos é mais, causando impactos positivos no meio ambiente. A partir da nossa curiosidade e vontade de saber, buscamos informações e nos tornamos aptos para fazer escolhas realmente conscientes. Sabendo das questões socioambientais envolvidas na produção de um produto, provavelmente teremos chance de fazer escolhas melhores, não só para nós, mas para o mundo.

E diante de tantas mudanças que tem atingido o homem contemporâneo, ele é obrigado a refletir sobre o tipo de consumo que pratica e sua consequência para o meio ambiente. A moda consciente, ainda está no início, e como toda transformação começa com pequenas atitudes, essa nos mostra, de maneira clara, que uma nova forma de consumo está surgindo e transformando o pensamento e o comportamento da sociedade, principalmente no que diz respeito ao consumo de moda.

REFERÊNCIAS:

A importância do consumo consciente no mercado da moda. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

Brechó. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-brecho,37587a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em: 16 jul. 2018.

Brechós atendem às mudanças do mundo da moda. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/brechos-atendem-as-mudancas-do-mundo-da-moda>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

O consumo consciente e seu impacto na moda. Disponível em:<<http://slowly.com.br/o-consumo-consciente-e-o-seu-impacto-na-moda>> Acesso em: 22 jun. 2018.

O que é o Slow Fashion. Disponível em;<<http://slowly.com.br/o-que-e-o-slow-fashion/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CARVALHAL, André. **Moda com propósito:** manifesto pela grande virada. São Paulo: Paralela, 2016.

MASI, Domenico de. **O Ócio criativo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

THE Rise of Lowsumerism. Porto Alegre: Box 1824. 20.

SEMIÓTICA DA MODA: A DIFERENÇA ENTRE TRAJE, VESTUÁRIO E INDUMENTÁRIA¹

Julliana Borges Brussio²

Josenildo Campos Brussio³

RESUMO:

O presente estudo propõe-se a analisar a diferença entre a indumentária, o vestuário e o traje, através da semiótica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, visto que faremos uso de monografias, dissertações, artigos científicos e sites confiáveis sobre o tema. Para discutir alguns conceitos de moda e suas manifestações no vestuário, no traje e na indumentária, utilizaremos autores como Lipovetsky, Barthes, Netto. Para discutir alguns conceitos sobre semiótica e semiótica da moda, utilizaremos autores como Alexander Pierce, Lúcia Santaella e Nizia Villaça. Apresentamos uma análise semiótica do uso da cor branca nas vestimentas, indumentárias e trajes nas diferentes sociedades. Percebemos através da pesquisa a importância de se conhecer estes processos históricos e sociais de construção da moda em seus diversos usos (indumentária, vestimenta, trajes), buscando compreender seus valores simbólicos, suas representações sociais e significações culturais no cotidiano do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: semiótica, moda, indumentária.

INTRODUÇÃO

Considerado a sociedade atual como dependente de signos, a semiótica está em todos os lugares e pode analisar quaisquer meios de comunicação, seja verbal ou não. A análise semiótica da vestimenta classifica-se nesta preposição. O presente artigo retrata um estudo sob a superfície da semiótica da moda, analisando sua interação com o meio social e a forma como esta relação influi no comportamento de indivíduos dentro do meio social, bem como, ressignifica as suas representações sociais e culturais no cotidiano do ser humano.

Fez-se necessário também um estudo mais aprofundado acerca da história da indumentária, a fim de contestar a necessidade arcaica de inclusão social e, principalmente,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Julliana Borges Brussio, UFPI (Universidade Federal do Piauí), Curso de Moda, Design e Estilismo, E-mail: jully.brussio@hotmail.com.br.

³ Josenildo Campos Brussio, UFMA (Universidade Federal do Maranhão), Campus de São Bernardo, Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Sociologia, E-mail: josenildobrussio@gmail.com.

de estratificação a partir da indumentária, desde o surgimento da moda como moda – e suas relações com a futilidade – e inclusive das relações de poder do homem primitivo e como estas podem ser analisadas sob perspectivas semelhantes na sociedade atual.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, visto que faremos uso de monografias, dissertações, artigos científicos e sites confiáveis sobre o tema. Para discutir alguns conceitos de moda e suas manifestações no vestuário, no traje e na indumentária, utilizaremos autores como Lipovetsky, Barthes, Netto. Para discutir alguns conceitos sobre semiótica e semiótica da moda, utilizaremos autores como Alexander Pierce, Lúcia Santaella e Nizia Villaça.

MATERIAL E MÉTODOS:

Considerando a sociedade atual como dependente de signos para o bom funcionamento das relações humanas, é correto afirmar que estes estão por toda parte. Desde placas e sinalizações até meios menos óbvios como gestos, vestimentas e colorações. A semiótica é a área que estuda estas demarcações: signos e suas objetividades, o canal de comunicação que os liga e o resultado final de entendimento. Por tal, não seria errôneo considerar que a semiótica está em tudo.

[...] A teoria linguística, cujo objeto de análise é a linguagem – que não deve ser entendida como simples sistema de sinalização, mas como matriz de comportamento e pensamento humanos – tem por objetivo a formulação de um modelo de descrição desse instrumento através do qual o homem enforma seus atos, vontades, sentimentos, emoções e projetos. (NETTO, J. T. C., 2014, p.15)

Como afirma Pierce (2005), um *signo* é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez, um signo mais desenvolvido. Ao *signo* assim criado, ele denomina interpretante do primeiro signo. O *signo* representa alguma coisa, o seu objeto”. O *Representamem* é esta coisa que representa. É a maneira que este “algo” está representado. O *Objeto* é esta coisa que é representada. É o “algo” que iremos analisar. O *Interpretante* é como este “algo” será

interpretado. É, por sua vez, uma terceira coisa que, surgindo na mente do intérprete no momento em que ele percebe aquela primeira coisa (*representamen*), faz com que ele a interprete desta maneira, como sendo, de fato, não uma coisa em si, mas uma coisa que representa uma outra coisa.

Analisando estas categorias, Pierce (2005) estabelece os critérios de primeiridade, secundidade e terceiridade do signo. Sendo a primeiridade relacionada aos aspectos qualitativos e pré-reflexivos do signo (cor, forma, volume, textura, som). A secundidade está relacionada com a manifestação (existência) do signo (a relação de causa e efeito). A terceiridade é a conexão entre a qualidade e o fato do signo (interpretação do signo), ou seja, é quando o objeto passa a representar alguma coisa.

Para a nossa proposta de análise da semiótica da moda, nesta pesquisa, ficamos no campo da primeiridade, pois é o momento em que o “*representamen*” se manifesta ao outro. Este momento muito nos interessa na análise deste objeto à luz da teoria da Temperatura das Cores criada pelo psicólogo alemão Wilhelm Wundt (1832-1920), que as classifica em um círculo cromático, onde suas emissões de calor relacionam-se diretamente às sensações sentidas ao observá-las. Um estudo realizado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, cataloga-as:

“As cores quentes são estimulantes e produzem as sensações de calor, proximidade, opacidade, secura e densidade. Em contraste, as cores frias parecem nos transmitir as sensações de frias, leves, distantes, transparentes, úmidas, aéreas e calmantes” (FARINA, psicodinâmica das cores em comunicação, 2007).

Por tal, classifica-se o uso de cores frias mais adequadas para determinadas estações, como inverno e outono. As cores quentes seriam no verão e primavera, ademais, há cores que, usadas em qualquer estação são consideradas adequadas – principalmente nas mais frias por serem as neutras: cinza, preto e branco.

Cores neutras são elegantes, são aquelas que não exigem atenção para si, mas realçam graciosamente o visual e fazem resplandecer a pessoa que usa a roupa e não a peça. Pense numa moldura para a beleza natural de cada um.

Neutros são clássicos e atemporais, jamais saem de moda. Uma peça de roupa em cor neutra facilmente se torna algo para se guardar para o resto da vida. [...] (PÁDUA, Bárbara, 2013).

Assim sendo, adota-se a perspectiva onde trajar tons neutros passa maior sensação de elegância – traçamos a análise semiótica a partir daqui. Em seguida, os modelos de peças que favorecem o corpo lhe deixando no que seria o padrão de beleza ideal – e irreal – social. Seja mais alto, mais magro, curvilíneo, pálido e outras possibilidades que compõe o modelo de beleza de determinado grupo. As mensagens capitadas pela junção das peças e suas tonalidades influem diretamente no julgamento da personalidade que a pessoa poderia vir a ter e assim sua convivência em meio social sofre drásticas alterações mediante seu vestuário.

Eis aqui o ponto conexo entre as teorias de Pierce e Wundt, no que diz respeito a interpretação e análises dos signos. Sendo a primeiridade, a apreensão do signo em relação aos aspectos qualitativos e pré-reflexivos como cor, forma, volume, textura, som, quais critérios ou condições possibilitariam tal interpretação ao indivíduo/sujeito?

Para responder a esta pergunta, ficaremos com a argumentação de Lúcia Santaella (2007):

Consciência em primeiridade é qualidade de sentimento e, por isso mesmo, é primeira, ou seja, a primeira apreensão das coisas, que para nós aparecem, já é tradução, finíssima película de mediação entre nós e os fenômenos. Qualidade de sentir é o modo mais imediato, mas já imperceptivelmente medializado de nosso estar no mundo. Sentimento é, pois, um quase-signo do mundo: nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa indeterminada de predicação das coisas (SANTAELLA, 2007, p. 54)

Mantendo esta perspectiva, trazemos então o conceito de indumentária como um conjunto de vestimentas, pinturas e acessórios que compõe uma imagem sob um indivíduo, de maneira que a moda não se refere única e especificamente à indumentária, mas a uma série de elementos que fazem parte da vida da sociedade em um determinado período.

Moda vem do latim *modus*, cujo significado é modo. Moda, segundo Palomino (2002), é muito mais do que roupa, é um sistema que integra o simples uso das roupas do dia-a-dia a um contexto maior, político, social, sociológico. Ela se expressa de maneira mais gritante no

vestuário. Através dele se produz uma série de signos que expressam significados distintos. “A moda, como outros processos culturais, produz significados, constrói posições de sujeitos, identidades individuais e grupais, cria códigos que guerreiam entre si” (VILLAÇA, 2006, p. 24).

“O traje constitui-se no modo pessoal, como um usuário adota a indumentária que lhe é proposta por seu grupo. [...] A indumentária é propriamente dito, o objeto da pesquisa sociológica ou Histórica” (BARTHES, 2005, p.270). Portanto, o traje é o processo em que o indivíduo se apropria da indumentária ou da moda, essa apropriação pode ser breve ou permanecer por um longo tempo. Quando permanece, o traje passa a ser visto como um conjunto de símbolos de uma comunidade, ou seja, algo tradicional para o cotidiano de um povo.

Se considerarmos este conjunto como expositor de ideias, então, este pode ser analisado sob uma perspectiva semiológica. A semiótica da moda gira em torno desta definição – um estudo sob a semiótica emitida a partir dos signos representados na indumentária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

É importante ressaltar que vivemos numa sociedade baseada e necessitada de signos para o bom funcionamento. Sejam estes signos verbais ou não (como o caso da vestimenta), as relações de poderio começam a partir do contato visual com a silhueta formada através das roupas e que este julgamento ocorre de forma inconsciente por ser natural do ser humano.

A moda é intrínseca à vida de toda a sociedade. Mesmo aqueles que dizem não se importar com o que vestem acabam, de alguma forma, sujeitos às variações dos modismos. Afinal de contas, moda não é apenas vestir, é um conjunto de informações que orientam costumes e comportamentos e variam no tempo e na sociedade. Aí estão incluídos, além de roupas e adornos, a música, a literatura, a arquitetura, os hábitos, enfim, tudo o que pode mudar com o tempo e que, a cada época, é ditado por determinada tendência.

Destarte, a análise de indivíduo realizada através da observação ocular da vestimenta é natural e fundamental ao ser humano. Assim, ele pode pré-formar seus conceitos e opiniões a respeito de um elemento e classificá-lo no grau de hierarquia social em que está inserido.

Para ilustrar os resultados da nossa pesquisa e dado o pouco espaço para desenvolver as nossas concepções, faremos um breve relato da relação semiótica da cor branca com a moda. Para isso, utilizaremos como fonte bibliográfica a monografia de Patrícia da Silva Stefani (2005), *Moda e comunicação: a indumentária como forma de expressão*, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Começamos por lembrar que desde as civilizações mais antigas, a roupa branca sempre foi usada como referência de poder. No período clássico, o branco era a simbologia das nuvens, a morada dos Deuses. As primeiras roupas de baixo eram invariavelmente brancas, representando limpeza. Na Europa Antiga, em que o banho não era um hábito intenso, a simples troca da roupa de baixo, mesmo com o corpo sujo, significava que a pessoa já estava limpa. Como o sabão não era um item tão abundante na época quanto nos dias atuais, andar com vestes alvejadas indicava também riqueza (STEFANI, 2005, p. 63).

Na cultura indiana, adquiriu outro significado, de luto, por simbolizar a passagem para um lugar melhor. Outra importante associação trazida pelo branco é a ideia de paz. A bandeira branca sinaliza o pedido de trégua em uma guerra e, atualmente, os participantes de manifestações pedindo o fim da violência vestem-se com a cor para expressar sua ideologia.

Um dos maiores simbolismos do branco é representado pela figura da noiva. A tradição ocidental estabeleceu, durante muito tempo, que todas as noivas deveriam se casar com vestes dessa cor, o que significava que tal moça era virgem. Hoje em dia, no entanto, nota-se um grande número de noivas portando vestido em tonalidades creme, fruto das mudanças da sociedade moderna, que não “exige” mais que as mulheres casem virgens (STEFANI, 2005, p. 63).

Na moda, o branco – a união de todas as cores – forma, junto com o preto – a ausência das mesmas – a dupla das consideradas “cores básicas”. Por ser a união de todas as cores e simbolizar paz e tranquilidade, o branco também é a cor preferida pelas pessoas na noite de 31 de dezembro. Uma simbologia que acabou virando tradição nesse ritual de passagem de um ano para o seguinte.

Além das atribuições citadas acima, o branco também assume o papel de diferenciador social. As roupas de profissionais da área de saúde, geralmente brancas, tornam essas pessoas

facilmente identificáveis na sociedade. Sendo assim, acaba também significando *status*, embora os profissionais da área médica estejam substituindo o branco pelo verde (STEFANI, 2005, p. 64).

CONCLUSÕES

Pode-se concluir, a partir dos estudos que deram embasamento a este trabalho, que a moda é uma forma de expressão. O traje está sempre submetido aos preceitos da indumentária, tais como desejo de se sentir aceito em determinado grupo, momentos históricos e opções oferecidas pelo mercado. Ainda assim, o processo de escolha do traje, apesar de todas as influências midiáticas ou de grupos de referência, é um ato individual.

Isto posto, deve-se considerar a indumentária como um painel expositor de ideias e opiniões, sendo que estas direcionam o relacionamento social de cada indivíduo. É pessoal a cada um a escolha de quais ideias e opiniões ele se dispõe a expor – e que tipo de imagem ele quer ter perante a sociedade.

É este o ponto que a semiótica se propõe: em estudar os fenômenos de emissão de signos e significados, o meio no qual é emitido e o resultado obtido pelo captador. Na vestimenta, este é um processo natural e muito rápido, além de essencial para o bom mantimento das leis sociais no qual cada indivíduo está inserido.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Inéditos**. Vol 3. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARINA, M. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 4a ed. São Paulo (Brasil): Edgar Blucher Ltda, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do efêmero – a moda e seus destinos na sociedade moderna**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

NETTO, J. Teixeira Coelho. **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PÁDUA, Bárbara. **Blog: Lindo é ser Feliz. Cores neutras e quais são.** Disponível em:
<http://lindoehserfeliz.blogspot.com/2013/07/cores-neutras-o-que-sao-quais-sao.html>.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

STEFANI, Patrícia da Silva. **Moda e comunicação: a indumentária como forma de expressão.** Juiz de Fora/MG: UFJF, 2005. (Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora)

VILLAÇA, Nizia. **A cultura como fetiche, corpo e moda.** In: VILLAÇA, Nizia; CASTILHO, Kathia. *Plugados na moda.* São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

MUNDOPOSTO: POSICIONAMENTO DE MARCA ATRAVÉS DO VISUAL MERCHANDISING¹

Evely Samara Rodrigues de Sá²

Gláucia Glenda Marinho Moraes³

RESUMO:

O principal desafio das marcas é ganhar destaque, mudar percepções, ser lembrada, criar boas sensações para fidelizar os clientes. Por isso o visual merchandising vem ganhando grande destaque no mercado de moda, pois ele é responsável por criar uma atmosfera de compras através de um layout atraente, produtos bem posicionados, trabalhando o potencial mental dos consumidores assim, comunicar de forma mais clara e natural a mensagem que a marca deseja passar. Além de criar um ambiente que melhore o humor dos clientes e com isso impulse as vendas. O presente trabalho fez uma análise do Visual merchandising da Loja Mundoposto, através de pesquisas etnográficas com visitas e fotografias da loja, onde foi possível observar como as técnicas de Visual merchandising estão colaborando para o fortalecimento da marca, analisando as principais ferramentas do VM.

PALAVRAS-CHAVE: Visual Merchandising, marca, Mundoposto.

INTRODUÇÃO

O valor de uma marca é adquirido através do destaque positivo que a mesma causa na mente dos clientes, tornando-a exclusiva. Para isso é necessário a uma marca possuir um bom posicionamento e definir seu público alvo para ocupar uma posição sólida contra a concorrência, além de melhorar a memorização.

Conquistar a mente dos clientes não é tarefa fácil, dentre várias estratégias utilizadas pelo marketing, o merchandising tem sido um grande destaque. O Visual Merchandising é uma forma avançada do merchandising, que trabalha os aspectos sensoriais, através de comunicação visual, cores, aromas, música, iluminação para estimular a resposta dos clientes e influenciar o seu comportamento de compra.

Pretende-se com esse trabalho analisar como o Visual merchandising da loja Mundoposto contribui para o posicionamento e fortalecimento da marca. A mesma está no

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Pós-Graduanda do Curso de Pós-Graduação em Moda, Cultura e Mercado - Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão; Faculdade Ademar Rosado – FAR.

³ Pós-Graduanda do Curso de Pós-Graduação em Moda, Cultura e Mercado - Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão; Faculdade Ademar Rosado – FAR.

mercado há 14 anos e, a cada dia, vem ganhando destaque na moda piauiense por possuir um posicionamento bem definido: vender peças leves, que transmitam alegria com estampas exclusivas e modelagens básicas. Assim, o objetivo geral desse estudo foi entender e identificar como o visual merchandising no ponto de venda da Mundoposto reforça o posicionamento da marca. E os objetivos específicos: apresentar a marca Mundoposto; conceituar o Visual Merchandising e definir suas técnicas; e identificar as estratégias de Visual Merchandising utilizadas na Mundoposto, de acordo com seu posicionamento.

VISUAL MERCHANDISING

Nas lojas físicas, o ponto de venda é um dos principais elementos que devem estar coerentes com o produto e o que a marca quer transmitir, pois é nele que o cliente desperta o seu comportamento de compra. O PDV representa um papel característico e importante na entrega de promessas da marca, ele também é responsável por ambientar o produto dentro de uma loja, lhe oferecendo maior destaque e facilitando o desejo pela aquisição do produto. A influência que o ambiente da loja tem sobre o consumidor é imediata e tridimensional. Daí surge o merchandising, a ferramenta do marketing responsável por valorizar a exposição do produto no ponto de venda.

Assim, pode-se definir o Visual Merchandising como um instrumento que ultrapassa o visual e envolve a percepção por meio dos cinco sentidos de forma desenvolvida, para criar uma atmosfera de compras. A vitrine atua como o chamariz da marca, é através dela que se faz o elo entre consumidor e produto. Nela, deve estar exposto os principais produtos e da melhor forma, contando uma história para o público, através das cores, layout, disposição dos produtos, iluminação entre outros elementos que a vitrine pode apresentar.

As cores influenciam no comportamento das pessoas e são capazes de provocarem reações em nosso corpo. Os aspectos visuais de loja são importantes e podem ajudar a atingir a diferenciação, sendo importante a escolha da correta cor e iluminação (PARENTE, 2000). O consumidor não deseja apenas adquirir um produto, deseja senti-lo, e para isso, precisa estar envolvido. O som certo para a ocasião certa é uma boa estratégia na fidelização da marca.

Ao som de uma música agradável, os compradores que tendem a comprar por impulso, compram ainda mais (...). A música atua subconscientemente sobre nós e sobre a nossa forma de estar. (CAVACO, 2010, p. 86).

O olfato também é um sentido importante nesse processo. Segundo Batey (2010) “as pessoas são capazes de se lembrar de aromas com 65% de perfeição depois de um ano, enquanto a lembrança visual de uma fotografia cai para cerca de 50% depois de apenas três meses”. Assim, o aroma é uma das ferramentas do VM, pois o olfato humano facilita a lembrança de emoções, cria personalidade ao ambiente e provoca desejos.

ESTUDO DE CASO: MUNDOPOSTO

“Feito no Piauí” é o slogan que a marca Mundoposto carrega. Uma marca/loja piauiense que teve seu início em 2004 quando o proprietário da marca, Igor Leite, na época funcionário da Colcci e Levi’s, era um admirador da forma como as marcas nacionais se posicionavam no mercado através de seu visual merchandising, marketing e relacionamento com o cliente.

A Mundoposto é uma marca referência na moda piauiense por retratar a regionalidade com muita leveza, alegria e estilo. Segundo Igor, a Mundoposto transmite em suas peças que a vida é colorida e leve, sempre remetendo as boas sensações e energias do litoral, enfatizando a regionalidade através de roupas e acessórios com estampas exclusivas, t-shirts com frases de autoestima piauiense... sempre valorizando o que é criado no Piauí, embora suas coleções semestrais possam ser inspiradas em outras culturas, estados ou países, percebe-se que ainda trazem a identidade local.

O seu público alvo são homens e mulheres jovens, antenados, descolados, que prezam pelo conforto e leveza no vestuário, que gostam de viajar, de praia, mar... A marca possui loja física no bairro São Cristóvão em Teresina- PI, zona nobre da capital piauiense. Igor conta que a loja iniciou com ponto físico na região central de Teresina, mas que depois de algumas reclamações dos próprios clientes e de uma pesquisa mercadológica, decidiu mudar para a zona onde reside boa parte de seus clientes.

A forma como a loja se apresenta externamente é responsável por transmitir a imagem e causar impacto. Uma apresentação externa bem desenvolvida é uma das principais responsáveis por atrair consumidores.

A fachada da Mundoposto passa uma sensação mais intimista, que busca um público seletivo por possuir uma fachada discreta e cores neutras. Embora faça uma boa receptividade com um release da marca no portão de entrada.

1. Fachada. Junho de 2018.



Fonte: acervo pessoal.

O logotipo, em letras divertidas, representa o que a marca deseja transmitir: com cores fortes que dão astral, e em variadas cores que, segundo Igor Leite, representa essa mistura de culturas e também remete ao arco-íris. Já o símbolo da coroa, que está presente desde o primeiro logo, passa a ideia de soberania, domínio, poder... porque é assim que os clientes vestem a marca devem se sentir.

O ponto-de-venda desperta estímulos sensoriais que comunicam a identidade da marca por meio da arquitetura, iluminação, som, cores, aromas, displays entre outros. O ponto de venda da Mundoposto funciona como uma vitrine, composto por cenários com manequins que representam a figura humana e que são trocados semanalmente de acordo com a ação vigente na loja (lançamento de coleção, liquidação entre outros). Espaços criativos, com fundo e piso em madeira, contando sempre uma história, dentro de uma

cenografia que remete à praia e às cidades brasileiras históricas, é assim que se compõe o ponto de venda da marca.

A loja física é bem iluminada principalmente por receber bastante iluminação solar durante o dia e possui lâmpadas fluorescentes focando nos produtos e lâmpadas incandescentes que fazem parte da composição cenográfica.

O som ambiente é outro diferencial da marca: existe uma *playlist* específica para o ponto de venda que é mudada periodicamente e faz uma junção de ritmos como rock, MPB, bossa nova, samba, entre outros, com a intenção de provocar várias sensações nas pessoas, mas sobretudo valorizar a música brasileira.

Outro método utilizado pela marca para diferenciar seu produto e despertar emoções e bem-estar aos consumidores é o aroma. Ao utilizar aromas característicos da região piauiense, a marca causa a identidade dos produtos através do cheiro. Os especialistas dessa área afirmam que os aromas são capazes de entrar na área do cérebro mais primitiva, o sistema límbico que é a unidade responsável pelas emoções e comportamentos sociais.

Remetendo à vida praiana e valorizando o regionalismo piauiense, a Mundoposto acerta ao oferecer, na entrada de seu espaço físico, picolés de marca local, com sabores de diversas frutas tropicais. Agradando o paladar de sua clientela e valorizando as produções piauienses.

2. Entrada. Junho de 2018.



Fonte: acervo pessoal.

E é através de cada detalhe do grande trabalho de VM na sua loja física que a Mundoposto reforça o seu posicionamento: uma marca leve, alto astral, de grandezas, que

voa o mundo, mas que mantém o olhar voltado para seu estado, suas riquezas, seu litoral, seus produtores, entre outros aspectos, que podemos identificar na imagem a seguir. Nela, observamos que o assento é uma canoa reformulada; as coleções, assim como alguns objetos decorativos, remetem à outras cidades, países. Ao entrar na loja, você encontra o mundo no Piauí e percebe o Piauí no mundo.

3. Loja Física. Junho de 2018.



Fonte: Instagram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade apresentar a marca Mundoposto, entender brevemente como se deu início, sua identidade e suas ações para criar um posicionamento no mercado. No segundo capítulo foi apresentado o conceito do Visual Merchandising e suas técnicas. Já o terceiro capítulo identifica quais estratégias de Visual Merchandising são utilizadas na loja física da marca Mundoposto para reforçar seu posicionamento e ambientar seus clientes de forma adequada e harmônica. Os objetivos deste trabalho foram explorados e alcançados, deixando esclarecido e exemplificado a importância do Visual Merchandising para enaltecer o posicionamento de uma marca.

Analisando a loja física da marca Mundoposto, de acordo com as técnicas de VM, foi identificado os métodos utilizados e percebeu-se ainda mais a identidade da marca e seu posicionamento. Através da loja física, nota-se como a Mundoposto cria uma valorização da sua regionalidade e ao mesmo tempo se faz global. A iluminação, o cheiro, os sabores e os elementos que compõem a loja dizem tudo sobre a marca, reforçando sua identidade, firmando seu posicionamento e exemplificando bem a importância do Visual Merchandising.

Conhecer as técnicas de Visual Merchandising e saber aplicá-las de forma estratégica, garante à loja física de uma marca benefícios que muitas vezes são ignorados, como a harmonia entre marca, loja e produtos; o estímulo sensorial no consumidor e o desejo de compra a partir desse elo.

REFERÊNCIAS:

BATEY, Mark. **O significado da marca: como as marcas ganham vida na mente dos consumidores**. Rio de Janeiro: Best Business, 2010.

BLESSA, Regina. **Merchandising no Ponto-de-venda**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CAVACO, Nanci Azevedo. **Consumismo é coisa da sua cabeça: o poder do neuromarketing**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010

FERRACCIÚ, João de Simoni Soderini. **Promoção de vendas**. São Paulo: Editora Makron Books, 1997.

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. São Paulo: Atlas, 2000

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. E Alfredo Alves de Farias. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ZAMBERLAN, Luciano; SPAREMBERGER, Ariosto; DARONCO, Edimara; BLUME, Marcelo. **Gerenciamento de ponto de venda**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2009.

MODA E DESIGN: COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS NA ELABORAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS DO VESTUÁRIO¹

Maria de Jesus Farias Medeiros ¹²
Universidade Federal do Piauí - UFPI

RESUMO

O estudo sobre Moda e Design: compartilhamento de conhecimentos na elaboração dos processos produtivos do vestuário, aborda as práticas guiadas por métodos de ensino-aprendizagem, com aportes de pesquisas, metodologias acerca de conteúdo da unidade: Tecnologia da Confecção. Aliado ao percurso criativo e produtivo que reforçam a prática didática em sala de aula, corrobora na formação acadêmica do aluno. O contexto atual da indústria de moda exige mais competitividade e conhecimento para investir nos processos criativos do segmento de moda-vestuário. Porque vestir o corpo exige conhecimento de ordem ergonômica e antropométrica aliado aos tipos de material produzidos. Nesta perspectiva, a problemática se ancora com os objetivos nomeadamente propostos às questões da formação acadêmica. Contemplam as técnicas e tecnologias que viabilizam a prática e o aprimoramento na formação superior. A pesquisa tem enfoque qualitativo, exploratório e suporte bibliográfico, com fundamentação teórica nas etapas de criação e produção. Envolve a convergência dos tipos de modelagem: plana, tridimensional e computadorizada possibilitando aprender e inovar na criação de protótipos diferenciados. O estudo se ampara em autores de referência da área e associa contribuições do design no desenvolvimento projetual, durante o percurso desenvolvido na disciplina de modelagem avançada no Curso de Moda e Design da Universidade Federal do Piauí. Os procedimentos identificam o desafio e as dificuldades na confecção das formas e comunicam resultados compartilhando a teoria e prática na elaboração de produtos.

PALAVRAS-CHAVE: modelagem, processos criativos, protótipo.

INTRODUÇÃO

O Design de Moda é uma área de grande repertoria para a formação acadêmica. Modelagem do vestuário é apenas um elo, contemplado na cadeia de produção têxtil, diversificada e complexa. O desenvolvimento de produto de moda-vestuário abarca vários processos e, para realçar a forma, consideram-se o estilo, o design, as referências

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018

² Professora da UFPI. Mestra - em Marketing (Administração), UFC-FEAAC, Fortaleza, 2008; Especialista em Design Têxtil de Moda - Marista-Fortaleza, 2007; Bacharel em Estilismo e Moda-UFC, 1999, Áreas: História da Moda; Tecnologia Têxtil; Tecnologia da Confecção (modelagem e montagem); Projeto e Desenvolvimento de Produtos e Gestão de Moda. jesuspop@ufpi.edu.br

antropométricas, ergonômicas e a confecção. Da matéria-prima até a confecção do produto final, depende de muitos fatores determinados pelo consumidor que elege produtos com estilo, modelagem diferenciada, design elaborado, motivado pela oferta de mercado.

O corpo se presta como suporte para realçar formas dos diversos tipos de materiais têxteis ou, outros similares com o propósito de promover o conforto à necessidade do usuário. Neste caso a modelagem de roupas exige saberes multidisciplinar na criação e desenvolvimento de roupas.

Conforme Castilho (2004, p.16), o corpo anatômico compreende o corpo biológico com suas proporções e componentes formais das variáveis vertical, horizontal e revelam uma anatomia plástica. Dentre as diferentes características que possui o corpo topológico (altura, volume e proporção), ele é a base ou suporte para ser modelado, vestido, ornamentado.

Para Rech (2013), estes argumentos se revelam diante da competitividade e dinâmica da cadeia produtiva, um aporte de pesquisa sobre os “estudos do futuro”, frente aos avanços técnicos e tecnológicos. A configuração do estudo está presente no sistema de moda, com destaque para os criadores, designers, estilistas e modelistas, profissionais integrantes da indústria de moda. Assim, a moda é um campo competitivo e se presta a produzir bens de consumo com o propósito de ofertar produtos com grande rotatividade, conforme as prospecções de tendências. Os modelos industriais tornaram-se globalizados e exigem rapidez na distribuição de novas ofertas. Nesta perspectiva, a formação profissional dos diversos atores, agrega sustentabilidade à concorrência dos negócios. Estes conteúdos traduzem saberes no espaço da academia, possíveis de manter, inovar e ampliar o conhecimento.

Portanto, o estudo apresenta práticas de aprendizagem, na disciplina de Modelagem Avançada (laboratório de formas), desenvolvida no penúltimo semestre (oitavo), do Curso de Bacharelado em Moda, Design e Estilismo da Universidade Federal do Piauí. Conta-se em média 35 alunos matriculados. No âmbito acadêmico, a formação do curso de Moda e Design é feita de forma multidisciplinar. Estes são os objetivos que tratam do aprendizado no eixo disciplinar (tecnologia da confecção) de modelagem e de montagem contribuindo com resultados relevantes para o desenvolvimento do produto moda-vestuário.

MATERIAL E MÉTODOS

A atividade de modelar é uma atividade necessária ao conhecimento. Traduz importância no desenvolvimento do eixo disciplinar para a formação profissional. No Brasil a Indústria de Confeção é um segmento econômico presente em todo o território. No âmbito dos cursos superiores de moda e de design, o saber e o fazer produto de vestuário-moda, requer um ordenamento de fatores. Desta forma, utiliza-se o corpo do manequim com suas linhas principais, demarcadas. Através delas iniciamos o percurso criativo no desenvolvimento de peças, conforme as medidas de referências. Sobre este corpo, tem-se o domínio de elaborar formas padronizadas. No estudo, propomos outros recursos de aprendizagem, orientadas com técnicas diferenciadas daquelas convencionais, permitindo processos de construção/desconstrução das linhas do corpo e da silhueta. Os materiais são os mesmos necessários nas práticas como: tecidos, fita colante, filme termocolante, alfinetes, tesoura, marcadores, na composição do protótipo que se pretende criar. Amaden-Crawford (1998); Duburg e Tol (2012); Fischer (2010); Nakamichi (2012); Rosa (2017) são os aportes teóricos da pesquisa que fundamentam este trabalho, ancorado na pesquisa qualitativa e caráter descritivo, realizada em sala de aula.

Construção e desconstrução da modelagem com a técnica de “encapsulamento” da forma

A disciplina de Laboratório de Modelagem Avançada (oitavo semestre), do curso de Moda e Design encerra um ciclo de aprendizagem da série de modelagem plana básica, modelagem plana feminina, modelagem plana infantil e masculina e moulage (tridimensional). O eixo disciplinar contempla ainda o Laboratório de Tecnologia de Montagem e Tecnologia Têxtil. No processo aprende-se praticar técnicas, manipular e manusear equipamentos de costura no ambiente produtivo, partindo do planejamento, da criação e confecção do produto-vestuário-moda. É na modelagem que se revela a essência da construção de uma peça. Deste modo, o percurso da Modelagem Avançada inicia com releituras e novas interpretações das diversas modalidades estudadas que conduzem a realização do projeto de produto vestuário-moda.

As etapas do percurso – encapsulamento/desencapsulamento do manequim

O manequim é revestido com filme termoplástico transparente, para proteção de revestimento do mesmo. Na sequência, cobre-se com fita crepe colante de 4 cm em média. A aplicação é feita no sentido vertical do corpo (parte superior), partindo do degolo e ombro, até a linha do quadril. Aplica-se a fita de forma repetida até envolver o corpo por inteiro, (frente e costa), com aplicação firme, resultando uma forma de escultura – o encapsulamento. Sobre a peça, cria-se o desenho desejado, estudando as linhas do corpo, marcando-se novas linhas não convencionais e, que não cause alteridade de funcionalidade ergonômica. Os recortes produzem novas linhas sem comprometer a forma. O objetivo é a criação da peça sob medida, uma prática exercida na alta-costura.

Tridimensionalidade e Bidimensionalidade: forma, desenho, moldes e planificação

A peça capsula é retirada do manequim e recortada nas linhas projetadas (fig.1). São processos e operações de convergência das práticas de modelagem tridimensional e modelagem bidimensional na mesma atividade. Na sequência promovem-se os recortes acrescentados de margens de costura. O resultado criativo é percebido pelos recortes que seguem linhas transversais e promovem efeito sob medida, dando aspecto de beleza estética a peça. As linhas convencionais, referem-se as linhas do corpo que determinadas pelas normas técnicas e antropométricas. Partindo desta indicação elabora-se um redesenho de novas linhas que atendam o total mínimo de recortes, vislumbrando a quantidade de moldes. Quanto menos moldes forem extraídos avalia-se o projeto mais eficiente e criativo. Conforme alguns projetos, é possível criar um desenho elaborado da parte superior (blusa), com apenas dois blocos de moldes, dando efeito inusitado a peça sem costuras de ombros e de laterais e, veste o corpo funcionalmente. Na planificação dos moldes, procede-se com o encaixe, o risco, e o corte. No encaixe ocorre uma inovação, pois os moldes não atendem o sentido do fio do tecido na execução do corte da peça e, não compromete a estética da mesma. Quase sempre se posicionam no sentido transversal, com efeito enviesado.

Figura 1: Laboratório de Modelagem Avançada



Fonte: imagens da autora

Figura 2: Laboratório de Modelagem Avançada



Fonte: imagens da autora

Montemezzo (2003) e Souza (2006) explicam sobre os parâmetros essenciais do projeto de produto vestuário/moda que agregam ao design do produto: qualidades técnico-construtivas com ênfase no caimento; qualidades ergonômicas - conforto e segurança; qualidades estéticas - sob a ótica da agradabilidade. Todo o enfoque projetual da modelagem considera ainda a matéria-prima, o acabamento, o estilo e o conteúdo de moda. Desta forma executamos práticas mais elaboradas considerando custo e benefício dos materiais e inovação de práticas criativa orientada pelo design de moda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme foram administrados e executados os conteúdos, ao final de 60h a disciplina de Modelagem Avançada mostra resultados satisfatórios, em razão do percurso planejado. Consideramos como avaliação os resultados teórico-práticos, que envolve os critérios de participação, de desenvolvimento, de aprendizado e de produção de protótipos. Procedemos com uma avaliação formal do eixo, através de um questionário semiestruturado, aplicado com identificação e tem o objetivo de aferir resultados que requer a disciplina. A identificação é para confrontar a avaliação do professor com a do(a) aluno(a) durante toda a vivência. Indaga-se sobre os pontos positivos, negativos e acrescentam-se sugestões. Nesta produção, dos 30 alunos envolvidos, em 2017.2, metade afirmou ter dificuldades por questões de afinidades com o eixo disciplinar. Reconhecem que a intensidade das práticas mexe com a criatividade e torna-se importante na formação profissional. Por último tem-se a confirmação da avaliação do eixo, feito individualmente sem identificação do aluno, na página on-line da IES, pelo sistema do SIGAA-Sistema Integrado de Avaliação Acadêmica.

Na discussão, foram confrontados os dados obtidos com a literatura, mostrando a validade da metodologia utilizada para atingir as conclusões e indicando, quando necessário, sua relevância, vantagens e possíveis limitações.

As facilidades e dificuldades da atividade

De início, os alunos avaliaram certa facilidade em apresentar o desenho estilizado e o técnico com a inspiração da criação. Porém, tiveram dificuldades em ajustar à modelagem, ao compreender a funcionalidade da peça, em razão da percepção da estética com os critérios da vestibilidade. Para SOUZA (2006), é na forma que se dá a totalidade do objeto além do seu contorno, onde convergem outras possibilidades atribuindo um caráter múltiplo de possibilidades. As dificuldades encontradas em todo o percurso geraram certa demora na produção. Alguns se empenharam, se concentraram e avançaram na atividade; outros, nem tanto, pois apresentaram diversos bloqueios e inabilidades para as tarefas.

O procedimento de modelagem e montagem é de ordem prática, além de contemplar os ensinamentos teóricos com aportes de vários materiais disponíveis. Ao longo do ensino e aprendizagem, percebe-se que os alunos, desenvolveram suas habilidades e competências associadas ao gosto e às preferências de suas vocações. Portanto, a maioria se mostrou interessada, mas em razão do desafio conter um percurso de diversos comandos (criar, tratar o material têxtil, interagir com os vários processos e a relação interdisciplinar), buscaram se ajustar aos processos orientados na atividade e mostraram resultado satisfatório.

Diante da avaliação, os participantes narraram critérios positivos com os resultados da disciplina e ainda consideraram ser um período limitado, pois os desempenhos geraram perspectivas de aferir outras habilidades no eixo disciplinar.

CONCLUSÕES

O estudo é uma vivência recorrente, pois trata da oferta regular da disciplina a cada semestre. Procedemos com as avaliações para aferir resultados e também promover ajustes necessários a esta atividade. Os resultados sinalizam a condução pertinente às práticas mensurados através dos pontos positivos e negativos, além de buscar mais experimentos com materiais têxteis nas suas estruturas e composições. Afirma-se que os conteúdos administrados atendem as diretrizes metodológicas onde os resultados têm se mostrado satisfatórios. Motivo para expor, publicar resultados e valorizar o ensino-aprendizagem no desenvolvimento do produto de vestuário-moda na indústria de confecção. Desta forma ressaltamos o cumprimento dos objetivos traçados para a formação do designer, inseridos no projeto pedagógico de curso.

Portanto exaltamos na atividade de modelar, uma contribuição projetual de estratégias de trocas e de ideias que corroboram com o aprendizado em cada grupo, com a utilização de processos de modelagem avançada explorando os processos metodológicos adequados. No contexto, outros métodos bastante elaborados são desenvolvidos e, desta forma elegemos a prática da modelagem tridimensional, um recurso importante para o processo criativo orientado pelo design no desenvolvimento de produto moda-vestuário.

REFERÊNCIAS

- AMADEN-CRAWFORD, Connie. **The art of fashion draping**, 2 ed. New York: Fairchild, 1998.
- BOUERI, José Jorge. **Sob medida**: antropometria, projeto e modelagem. In: PIRES, Dorotéia Baduy (Org.); et al. Design de moda: olhares diversos. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2008. p. 347-369.
- CASTILHO, Kathia. **Moda e linguagem**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.
- DUBURG, Annette. **Moulage**: arte e técnica no design de moda. Tradução: Bruna Pacheco. – Porto Alegre : Bookman, 2012.
- IIDA, Itiro. **Ergonomia**: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.
- JONES, Sue Jenkyn. **Fashion design**: manual do estilista. São Paulo: Cosac Naif, 2005.
- MONTEMEZZO, Maria Celeste F. S. **Diretrizes metodológicas para o projeto de produto de moda no âmbito acadêmico**. 2003. 97 f. Dissertação (Mestrado em Desenho Industrial) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2003.
- PIRES, D. B. **O desenvolvimento de produtos de moda**: uma atividade multidisciplinar. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, P&D, DESIGN, 6, 2004. São Paulo. ANAIS...São Paulo: 2004, 1 CD-ROM.
- RECH, Sandra Regina. **Estudos do Futuro**: uma contribuição para a indústria da moda. ANAIS IX Colóquio de Moda, Fortaleza, 2013.
- RECH, Sandra Regina. **Moda**: por um fio de qualidade. Florianópolis: Udesc, 2002.
- SOUZA, Patrícia de Mello. **A modelagem tridimensional como implemento do processo de desenvolvimento do produto de moda**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenho Industrial) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2006. Bauru, 2007.

GT 7

GRUPO TEMÁTICO

LABORATÓRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS

GT 7 - LABORATÓRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS

Profa. Ma. Larissa Sepúlveda de Andrade Ribeiro¹

Prof. Me. Gorthon Lima Moritz²

A proposta desse Grupo Temático está respaldada nas diretrizes apresentadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), por meio de setores como a UNCTAD (*United Nations Conference Trade and Development*) e o ISAR (*International Standards of Accounting and Reporting*), ONU/UNCTAD/ISAR, para formação superior de profissionais. Dessa forma, essas diretrizes servem para nortear a construção de propostas curriculares das IES e por vezes, criação e implantação de linhas de pesquisas, com o propósito de incentivar o desenvolvimento de habilidades investigativas nos alunos de graduação, Pós-Graduação, egressos, docentes e também na comunidade.

Dessa forma, o perfil do profissional que deve ser capaz de atuar em diferentes espaços, torna-se necessário que a sua formação esteja alinhada às necessidades do mercado. O objetivo deste Grupo Temático é possibilitar publicação de estudos que contemplem as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e na sociedade como um todo, provocadas pelos avanços tecnológicos e do conhecimento. Esse fenômeno tem afetado as trocas a gestão das organizações, investimentos, informação e cultura, integrando as economias e os negócios. Com isso, surgiu a necessidade de se discutir a contribuição de LABORATÓRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS. Sabe-se que as práticas de gestão exigem um profissional que possa atuar além de suas fronteiras. Segundo Riccio e Sakata (2004), as instituições de ensino [...] dos diversos países são estimuladas a adequar-se à nova realidade proveniente das mudanças provocadas pela globalização. Assim, nesse Grupo Temático considera-se que deve haver “convergências nas abordagens do conhecimento, formando profissional com competências teórico-práticas”.

Nessa perspectiva, o mercado de trabalho precisa de profissionais qualificados capazes de entender as dimensões das transformações impostas pela globalização às economias locais, como afirmam Magalhães e Andrade (2006). Já conforme Pereira e outros (2005), a

¹ Contadora com Especialização em Auditoria e Mestrado em Controladoria. Doutoranda do curso: Doutorado Profissional em Ciências Contábeis - FUCAPE. Coordenadora e Professora efetiva do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho –Teresina (PI).

² Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT; Graduado em Direito pela Associação de Ensino Superior do Piauí - AESPI; Especialista em Perícia Contábil pelo CEUT; Especialista em Direito Fiscal e Tributário pelo Instituto de Estudos Empresariais - IEJ; Mestre em Engenharia de Produção na UNIP; Professor do curso de administração de empresas do ICEV; Professor dos Cursos de Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Engenharia de Produção no Centro Universitário Santo Agostinho.

qualificação em nível mundial não é exigência imposta por leis ou outros fatores legais, mas, sim, por uma demanda social concreta resultado de uma sociedade que possui seus mercados cada vez mais integrados. Esse GT receberá inscrições de pesquisas que permitam discutir estratégias diversas, tendo em vista apresentar um tipo ideal de resolução de gestão de custos. Dessa forma, contempla estudos bibliográficos, de caso, de campo, comparativo e relato de experiências, o que possibilitará aos pesquisadores docentes e discentes das diversas áreas de conhecimentos, de instituições de ensino superior, a publicação de estudos acerca da gestão de custos para a competitividade. Os artigos aprovados no GT, seus autores apresentarão oralmente no evento, oportunidade de discussão e enriquecimento dos mesmos.

¹ Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

²Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

REFERÊNCIAS

AFONSO, Roberto A E. **A Contabilidade gerencial como instrumento de melhoria do desempenho**. 3º Prêmio de Monografia Tesouro Nacional. Brasília, DF. ESAF, 2009.

ALDAY, Herman E. Contreras. **Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica**. Revista FAE. Curitiba. V.3. maio/ago 2000.

AZEVEDO, Maria Gorete Araújo Sousa de. **Custos na Administração Pública: Estudo de Caso na Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará**. Tese de Mestrado Profissional em Controladoria. UFCE Fortaleza, 2005.

CASTRO, Róbison Gonçalves de; GOMES, Luciano de Souza. **AFO administração financeira e orçamentária**. 5. ed. Brasília, 2001.

CATELLI, Armando e Outros. In: **Congresso Internacional de Custos**, 7 e Congresso da Associação Espanhola de Contabilidade Diretiva, 2– Leon, Espanha, julho/2001.

DRUKER, Peter F. **Administrando para o futuro**. São Paulo: Pioneira, 2012.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 4. ed. São Paulo: ATLAS, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Estratégia Empresarial: uma abordagem empreendedora**. São Paulo. Atlas. 2014.

ÍNDICE DOS ATOS DE INFRAÇÕES COMETIDOS PELOS CONTADORES FISCALIZADOS¹

Mariana de Oliveira Santos²

Joice da Cunha Soares³

Lilane de Araújo Mendes Brandão⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O profissional contábil além das constantes atualizações para seguir a legislação vigente, possui o Código de Ética que regulamenta a profissão. O presente artigo tem como objetivo geral analisar o processo de fiscalização e as penalidades aplicadas aos profissionais da contabilidade do Piauí em consequência das infrações cometidas pelo não cumprimento do que está estabelecido no CEPC Código de Ética do Profissional Contábil. A pesquisa apresenta o resultado que identificou a percepção sobre a ética profissional de Ciências Contábeis. Realizou-se uma pesquisa do tipo descritiva com levantamento dos dados no órgão de fiscalização responsável. As informações utilizadas para as análises foram: as ações e as atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelo Conselho Regional de Contabilidade, as decisões dos processos julgados e as autuações aplicadas aos profissionais da contabilidade. Os dados analisados foram submetidos a métodos estatísticos básicos e análise de conteúdo dos relatórios do CRC, PI. Observou-se, que as infrações mais cometidas pelos profissionais é a Emissão de Decore com um percentual 48%, em seguida Ausência de Responsáveis para informações em visitas com 19,58%.

PALAVRAS- CHAVES: Ética, Infração, Profissional.

INTRODUÇÃO:

A contabilidade é uma atividade que está presente em todos os segmentos de negócios, incluindo ainda as organizações não empresarias e demais entidades. É uma profissão cujo resultado do trabalho desenvolvido tem repercussão na sociedade,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduando em Ciências Contábeis. Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: mariana.ester.oliveira@gmail.com.

³ Graduando em Ciências Contábeis. Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: Joice.soares14@gmail.com.

⁴ Mestre em Matemática. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: lilanebrandao@gmail.com.

notadamente junto aos usuários das informações contábeis, neles são incluindo o fisco, os investidores, acionistas, instituições financeiras, trabalhadores, dentre outros.

A fiscalização do exercício da profissão contábil é exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, por intermédio dos fiscais designados para esta tarefa, objetivando valorizar a imagem da profissão, como também a proteção ao usuário da contabilidade. Há uma percepção de que nem todos os profissionais seguem regularmente as premissas de ética para o exercício da Contabilidade, o que tornam necessários dispositivos de sanções para essas ações indevidas (ALVES, 2007).

Dessa forma, conhecer o código de ética, sua fiscalização e punições garantem um entendimento mais completo para as atividades do especialista contábil. Os dados usados para a realização desse estudo englobam de forma geral todos os profissionais da área da contabilidade, ou seja, todos os profissionais registrados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem natureza descritiva, com pesquisa documental e abordagem qualitativa e quantitativa. Esses procedimentos de métodos se justificam, pois, se buscou avaliar relatórios, com mensurações numéricas simples e análise de conteúdo, com visita na sede física do CRC, bem como as informações disponíveis no sítio do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí, sobre as infrações e penalidades aplicadas aos profissionais contábeis do Piauí.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ética e Moral

Ética é o conjunto de valores morais e princípios que orientam a conduta humana na sociedade. A palavra ética tem origem grega (éthos), que significa “caráter moral”. Ser ético ou ter um comportamento íntegro refere-se a um modo exemplar de viver seguindo os valores morais e sociais.

Conforme Silva (1995, p. 62):

“Aristóteles a empregou pela primeira vez para denominar um dos seus livros, *Ética a Nicômaco*, onde descrevia que a ética existe, sempre, para a busca incessante da felicidade, da virtude, da prudência e da Justiça cultivada pelos homens”.

Moral são os preceitos e regras que governam as ações dos indivíduos, segundo a justiça e a equidade natural; as leis da honestidade e do pudor; a moralidade. Para Passos (2004), a moral vem do latim *mores*, que quer dizer costume, conduta, enquanto que ética vem do grego *ethos* e quer dizer costume, modo de agir.

Ética e moral possui significados diferentes, mas finalidades semelhantes. Elas têm o compromisso de construir bases que irão orientar a conduta do indivíduo.

Ética Profissional

A sociedade espera que todo profissional seja ético, prudente, responsável e obedecem as normas que regulamentam sua profissão. Ao exercer a profissão de Contabilista e prestar contas para o governo e para a sociedade em geral, o Contador passa por várias situações éticas em seu cotidiano. O dever para o Contabilista está relacionado ao cumprimento dos prazos tanto para finalidade fiscal quanto para a tomada de decisões pelos gestores das organizações.

Para Lopes (2006) o profissional contabilista não deve deixar de lado a conduta ética ao exercer a profissão, sendo capaz de integrar o conhecimento técnico, apesar da elevada competitividade.

O Código de Ética

Um código de ética geralmente busca relacionar as condições ou regras para um comportamento adequado nas relações entre profissionais de uma mesma classe, e nas relações que estes desenvolvem com diversas instituições na sociedade. Estas regras são organizadas e coladas para consenso das pessoas que representam a instituição profissional.

Ao exercer a profissão de contabilista, devem-se observar os princípios, postulados e convenções contábeis para os exercícios da atividade. Conforme Braga (1998) “A observância

dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)”.

Principais infrações e suas penalidades

Estabelece, portanto, o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade que constitui infração, por exemplo:

- I - Transgredir o Código de Ética Profissional;
- II - Exercer a profissão sem registro no CRC ou, quando registrado, esteja impedido de fazê-lo;
- III - Manter ou integrar organização contábil em desacordo com o estabelecido em ato específico do CFC;
- IV - Transgredir os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

É comum quando se comete uma infração ela conseqüentemente acarretará em uma penalidade que o profissional terá que cumprir.

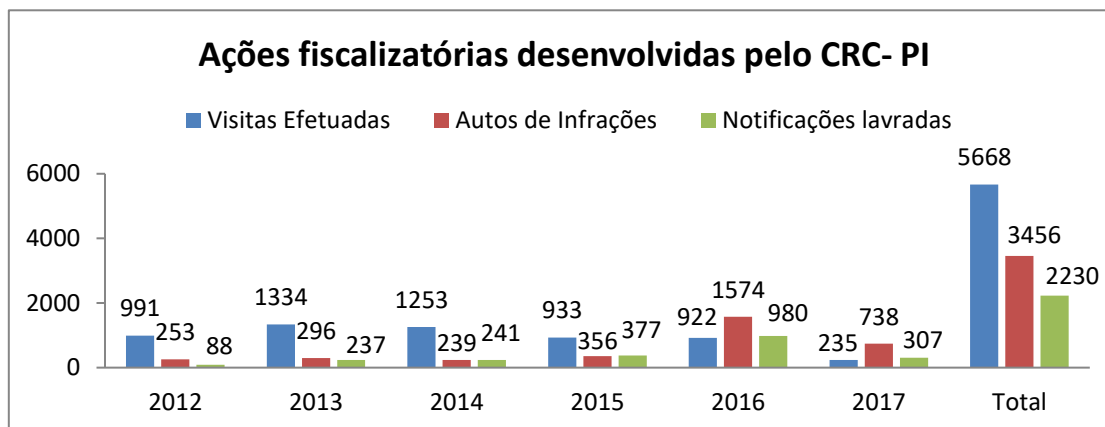
O artigo 12 do Código de Ética do Contabilista trata das penalidades que o contador possa a vim receber segundo a gravidade, é aplicada para cada caso uma das seguintes penalidades: **advertência reservada**, advertência ao contador, quando o mesmo comete algum ato imprudente, **censura reservada** comunicado pessoal enviado ao contador pelo conselho, informando sobre sua infração de forma reservada, **censura pública** comunicado público ao contabilista infrator, onde toda classe contábil fica conhecendo o infrator.

RESULTADOS DA PESQUISA:

Os dados relacionados nessa pesquisa referem-se às infrações e penalidades sofridas pelos contabilistas no Estado do Piauí e foram obtidas, a partir de um levantamento nos relatórios do Departamento de Fiscalização do CRC-PI e nos relatórios de atividades disponibilizados no site virtual deste mesmo conselho, durante o período correspondente entre os anos de 2012 a maio de 2017. Nesse período foram realizadas um total de 5.668

visitas fiscalizatórias pelo CRC- PI, dentre as diligências efetuadas, estão os autos de infrações e as Notificações Lavradas. Tais dados foram analisados e desta consolidação extraíram-se os seguintes resultados:

Figura 1: Resultados das Ações Fiscalizatórias desenvolvidas pelo CRC - PI



Fonte: Relatórios das atividades do CRC- PI

Observamos que, no ano de 2016 ocorreu um nível elevado de autos de infrações representando cerca de 45,54% do total bruto, também notamos que 2014 foi o ano em que aconteceu o menor número de autos de infrações, correspondendo a 6,91%.

Tabela 1– Quantidade de infrações aferidas pelo CRC-PI no período 2012-2015.

TIPOS DE INFRAÇÃO	ANO DA INFRAÇÃO				
	2012	2013	2014	2015	TOTAL
A CORBERT. DE LEIGO/ALTERA. DE ENDEREÇO	4	3		1	8
AUSÊNCIA DE RESP. P/ INFORM. EM VISITAS	55	108	20	41	224
A VERB DE ALT. CONTR. OU DISTR SOCIAL	2		1	1	4
BASE LEGAL DE DECORE	108	126	171	155	560
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6	8	3	6	23
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS / DENÚNCIA	5	5		3	13
FALTA DE REGIST. DA ORG. CONTÁBIL NO CRC	16	5	17	97	135
FALTA DE REGISTRO DO ESCRITÓRIO	10	2	3	9	24
LEIGO E/OU PROFISSIONAL SEM REGISTRO	3	11	5	6	25
DESCUMPRIMENTO DE PRAZO ESTABELECIDO POR NOTIFICAÇÃO NO CRC	38	20	13	11	82
OUTROS	6	8	6	26	46
Total do tipo de infrações no período de 2012 a 2015	253	296	239	356	1144

Fonte: Relatórios das atividades do CRC, PI.

É notório que as infrações mais frequentes identificadas no período estudado são as relacionadas com emissão de DECORE, tanto sem base legal, quanto com informações divergentes (48,9%) e a Ausência de responsável para informações, que obteve (19,8%). Vale ainda ressaltar a falta de registro da organização contábil no CRC, com (11,80%) e esse item deve ser analisado com cuidado, pois as organizações que desejam prestar serviços contábeis devem estar habilitadas e para isso precisam ter registro em dia no CRC.

Tabela 2 – Quantidade de punições aplicadas pelo CRC-PI de 2015 a maio de 2107

PENALIDADES JULGADAS NA CÂMARA E PLENÁRIO				
PENALIDADES	2015	2016	2017	Total
Advertência Reservada	22	6	11	39
Arquivamento	70	53	31	154
Baixa em Diligência	0	7	3	10
Censura Pública	0	1	1	2
Censura Reservada	0	0	1	1
Multa	42	40	15	97
Multa e Advertência Reservada	115	127	88	330
Multa e Censura Pública	21	22	10	53
Multa e Censura Reservada	22	35	0	57
Suspensão e Advertência Reservada	0	3	0	3
Suspensão e Censura Pública	1	8	0	9
Suspensão e Censura Reservada	22	1	0	23
TOTAL	315	303	160	778

Fonte: CRC- PI.

Após, julgamento dos processos na câmara e plenária realizados pelo CRC – PI tem-se o aval cabível para tomada de decisão de acordo com cada auto de infração.

Ao analisar as decisões dos julgamentos das infrações é importante ressaltar que um processo pode gerar mais que uma decisão, ou seja, um profissional infrator pode receber mais de uma penalidade. No período de 2015 a 2016, a decisão por arquivamento dos processos possuía uma grande participação, chegando a 19% nos dois primeiros anos. Esse percentual de Arquivamentos foi superado pelos números de Multas e Advertências Reservadas, que se aplica a esses profissionais chegando a 41% no ano de 2016, a Multa Censura Reservada é uma decisão, já com participação menor, tendo no ano de 2016 o maior percentual sobre a decisão, de 11,55%, as suspensões, também possuem uma pequena representatividade no total de decisões, alcançando sua maior participação no ano de 2015 com 7,30%, a censura pública e a cassação, consideradas penalidades máximas, são aplicadas de forma pouco frequente.

Notou-se nos resultados que a penalidade mais frequente aplicada aos profissionais infratores é multa com advertência reservada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como propósito analisar as infrações cometidas pelos profissionais contábeis do Estado do Piauí, no período de 2012 a maio 2017, identificando quais infrações são cometidas, além de penalidades aplicadas com mais frequência, resultados dos processos julgados pelo CRC-PI. Os resultados apresentados na presente pesquisa buscaram reunir informações necessárias para que pudesse ser desenvolvida a análise estatística dos dados coletados, corroborando para que objetivo geral do estudo fosse atingido.

Assim, é possível concluir, que uma parcela dos profissionais contábeis existente no mercado ainda comete infrações ao CEPC e a legislação profissional. Essa situação encontrada é preocupante, pois novos profissionais estão surgindo no mercado e os mesmos erros continuam sendo cometidos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. S. *et al.* Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista. **Revista Contabilidade & Finanças** – USP, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34224>. Acesso em 30 de maio de 2017.
- BRAGA, H. R. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 803/96**. Aprova o código de ética profissional do contabilista, p.77-87. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_803.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2017.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ (CRC, PI). **Portal da Transparência e Acesso a informações**. Piauí. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>Acesso em 7: jun. 2017.
- LOPES, E. G. *et al.* Uma análise avaliativa de atitudes de estudantes de ciências contábeis e dilemas éticos sob uma perspectiva de gênero maturidade acadêmica e ambiente institucional. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 209. 222, abr./jun. 2006.
- PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.
- SILVA, A. C. M. O código de ética deve mudar? **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 26, n. 105, p. 61-63, set/out. 1995.

GT 8

GRUPO TEMÁTICO

CONTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

GT 8 - CONTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

Profa. Ma. Angela Estrela de Sampaio¹

Profa. Esp. Eliana Pires Conde²

A proposta desse Grupo Temático está respaldada nas diretrizes apresentadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), por meio de setores como a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) e o ISAR (*International Standards of Accounting and Reporting*), ONU/UNCTAD/ISAR, para formação superior de profissionais. Dessa forma, essas diretrizes podem ser utilizadas como guia por qualquer instituição de ensino superior para a construção de suas propostas curriculares e por sua vez, criação e implantação de linhas de pesquisas, com o propósito de incentivar o desenvolvimento de habilidades investigativas nos alunos de graduação, Pós-Graduação, egressos, docentes e também na comunidade.

Nesse contexto, o profissional atua em diferentes espaços o que implica em uma formação que esteja alinhada às necessidades do mercado, portanto, o objetivo deste Grupo Temático é agregar estudos que contemplem resultados das transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e na sociedade como um todo, provocadas pela globalização. Esse fenômeno tem afetado as trocas a gestão das organizações, investimentos, informação e cultura, integrando as economias e os negócios. Com isso, surgiu a necessidade de consolidar estudos que tratam da contabilidade com a transversalidade e sustentabilidade, e que sejam compreendidas por sujeitos de diferentes organizações. Desta forma, as práticas de gestão exigem um profissional que possa atuar além de suas fronteiras. Segundo Riccio e

¹ Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba, Especialista em Auditoria pela PUC/MG, em Contabilidade pela UFPI (PI) e em Docência Superior pela Faculdade Santo Agostinho. Mestra em Economia pela Universidade Federal do Ceará - UFC(CE). Exerce atividade de magistério na Faculdade Santo Agostinho e Universidade Estadual do Piauí, campus Torquato Neto, em Teresina - PI

² Possui graduação em Bacharelado em Administração de Empresas pela Associação de Ensino Superior do Piauí (1998). Atualmente é docente da UNINASSAU.

Sakata (2004), as instituições de ensino [...] dos diversos países são estimuladas a adequar-se à nova realidade proveniente das mudanças provocadas pela globalização.

Assim, esse Grupo Temático considera que deve haver “convergências nas abordagens do conhecimento, formando profissional com competências múltiplas.

A sociedade atual e mundo do trabalho precisam de um profissional qualificado capaz de entender as dimensões das transformações impostas pela globalização às economias locais, como afirmam Magalhães e Andrade (2006). Já conforme Pereira e outros (2005), a qualificação em nível mundial não é exigência imposta por leis ou outros fatores legais, mas, sim, por uma demanda social concreta resultado de uma sociedade que possui seus mercados cada vez mais integrados. Esse GT apresenta-se como proposta de estudo que possibilitará aos pesquisadores docentes e discentes das diversas áreas de conhecimentos, de instituições de ensino superior, a publicação de estudos acerca da CONTABILIDADE E MEIO AMBIENTE. Podem inscrever-se nesse GT pesquisas bibliográficas, de campo, relato de experiências, estudo de caso, pesquisa-ação. Os trabalhos aprovados pelos coordenadores do GT serão apresentados oralmente pelos seus autores no evento, oportunizando debate temático, tendo em vista a melhoria do estudo.

REFERÊNCIAS:

BAIMA, Cesar. Do Lixo ao Mangue em Flor. **Planeta Terra**, p. 18-19, maio de 2011.

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A Grande Transformação Ambiental: Uma Cronologia da Dialética Homem-Natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1987.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

REUTILIZAÇÃO DO COPO DESCARTÁVEL TRITURADO COMO FIBRA NO CONCRETO¹

Laécio Guedes do Nascimento²

Aleff Oliveira Coelho Moura³

Welliton Romão de Sousa⁴

Samuel Campelo Dias⁵

Diego Silva Ferreira⁶

Francisco Honeidy Carvalho Azevedo⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O presente trabalho considera os aspectos ambientais, como a geração de resíduos, visando a possibilidade de reciclagem e o desenvolvimento sustentável de novos materiais a serem utilizados na construção civil. Verifica-se que dentre outros resíduos, os plásticos estão presentes nos resíduos sólidos urbanos em quantidades significativas e devem-se procurar formas de reduzir os problemas oriundos do seu descarte. Este trabalho aborda o uso do copo descartável como fibra misturada ao concreto com o objetivo de destinação sustentável evitando assim a degradação do meio ambiente. Segundo a pesquisa realizada no UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho, chegou-se à conclusão que nos anos de 2017 e parte de 2018 foram adquiridos para o uso na instituição cerca de 260 caixas de copos descartáveis gerando cerca de 920 kg quase uma tonelada de resíduos. Para o estudo, foram coletados copos plásticos no UNIFSA, levado ao laboratório, feito a lavagem e a trituração foram adicionadas porcentagem específica do material em estudo para o mesmo traço de concreto resultando num aumento de 50% na resistência do concreto com fibras de copos descartáveis para o concreto convencional, apresentando um crescimento significativo.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Copos Plásticos, Concreto.

INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil é reconhecida como uma das mais importantes atividades para o crescimento econômico de um país, porém é também responsável por

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, laecioguedes25@hotmail.com

³Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, aleffocm@hotmail.com

⁴Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, wellitonsousa@outlook.com

⁵Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, samuel.c.dias@hotmail.com

⁶Mestrando em Engenharia dos Materiais, Instituto Federal do Piauí, diegof.engenheiro@gmail.com

⁷Doutor em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde, Universidade Luterana do Brasil, honeidy@gmail.com

impactos ambientais e globais consideráveis devido ao alto consumo de recursos naturais e geração de resíduos; mesmo gerando muitos empregos é necessário conciliar a atividade produtiva com o crescimento sustentável e menos agressivo ao meio ambiente (PINTO, 1999).

Atualmente existe uma preocupação com o descarte do copo descartável por ser um material plástico e de difícil degradação estão se promovendo campanhas para o uso de canecas ou garrafas no trabalho e escolas (BORGES, 2011).

O descarte correto só irá acontecer de forma adequada, quando houver uma consciência quanto a importância de reciclagem e/ou reuso do material, já que o descarte errôneo prejudica o meio ambiente, aos trabalhadores, estudantes, comunidades e a população mundial (GINZBURG, 2007).

O objetivo deste trabalho é analisar em diferentes porcentagens a influência da fibra plástica sobre a resistência do traço do concreto.

MATERIAL E MÉTODOS

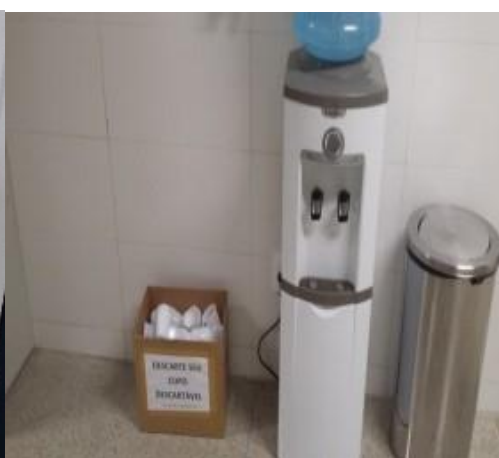
De início, verificou-se que havia um grande consumo de copos descartáveis na Instituição de Ensino, com isso foram distribuídos caixas para coleta dos copos descartáveis em pontos estratégicos no UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho com o intuito de coletar o máximo possível de material conforme a figura 1 e 2.

Figura 1: Coleta de copos descartáveis.

Figura 2: Coleta de copos descartáveis.



Fonte: Autor, 2017.



Fonte: Autor, 2017.

Após a coleta, os mesmos foram direcionados para o laboratório para passarem pela lavagem e em seguida a trituração adquirindo assim as fibras a serem utilizadas no concreto conforme as figuras 3 e 4.

Figura 3: Lavagem do material.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 4: Material triturado.



Fonte: Autor, 2018.

Após coleta, iniciou-se a preparação do traço do concreto a ser analisado determinando assim os pesos específicos para dosagem do material sendo: 5 kg de cimento, 7 kg de areia, 9,5kg de brita e 2200 ml de água.

Primeiramente, procede-se a dosagem do concreto sem a adição da fibra para termos como referência do concreto padrão como base inicial adicionando assim posteriormente as porcentagens da fibra nos traços subsequentes compondo-se de 0.25%, 0.5%, 0.75% e 1.00% em relação ao peso inicial do cimento. Destaca-se que os ensaios técnicos foram realizados segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, sendo tomadas as medidas cabíveis para que as variações de resistência encontradas fossem resultados exclusivamente da variação nas proporções das adições das fibras adquiridas dos copos descartáveis presentes no traço, sendo elas:

- Moldagem de todos os corpos de prova realizada no mesmo dia e nas mesmas condições climáticas;
- Controle de umidade dos materiais tanto da brita quanto da areia;
- Uso de balança eletrônica digital para pesagem dos materiais;

- Limitação do tempo de mistura na betoneira (2 min.);
- Limitação de vibração (adensamento) dos corpos de prova;
- Padronização da areia, cimento e fator água/cimento para todos os traços;
- Verificação da trabalhabilidade do concreto a partir de *Slump Test*;
- Rompimento de todos os corpos de prova para coleta de dados realizados no mesmo dia.

O uso de balança eletrônica digital permitiu maior precisão no peso dos materiais plásticos utilizados na produção do concreto.

Todos os traços com porcentagens distintas do material plástico triturado foram submetidos e misturados na betoneira por tempo determinado e igual para todos como finalidade de se evitar divergências sendo que isso poderia afetar na resistência das amostras. Houve também um controle no adensamento do concreto para evitar que alguns traços fossem adensados mais que os outros, reduzindo assim o número de vazios e aumentando a resistência dos demais (NEVILLE, 2015).

A padronização de materiais utilizados nos moldes foi essencial para que atestasse os resultados obtidos, conservando o mesmo tipo de areia com uma única granulométrica para todos os corpos de prova, o tipo de cimento e o fator água/cimento, de forma que a resistência encontrada fosse tão somente pelas variações de porcentagem do material plástico (FABRO *et al*, 2011).

O *Slump Test* foi utilizado para analisar a trabalhabilidade do concreto a partir do abatimento do tronco de cone, esse ensaio possibilita que seja garantido o controle do fator/água cimento em todos os corpos de prova (NBR NM 67, 1998).

Por tanto, foi de fundamental importância que o rompimento de todos os corpos de prova fosse realizado aos 28 dias através da prensa hidráulica elétrica (Figuras 5 e 6) para que se possa avaliar qual a influência dos resíduos plásticos na resistência do concreto (SILVA *et al.*, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obedecendo as técnicas e controle da qualidade dos ensaios realizados na verificação de resistência à compressão dos corpos de prova de acordo com NBR 5738/94 - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova, conforme as (figuras 5 e 6), foram obtidos os resultados dos ensaios de compressão, considerando a média dos resultados em cada moldagem e com isso foi gerado um gráfico em barras que demonstra as resistências na colunas 1, 2, 3, 4 e 5, os resultados das resistências à compressão do concreto convencional é de 23,8 Mpa, concreto com adição de 0,25% com 28 Mpa, concreto com adição de 0,50% com 34,3 Mpa, concreto com adição de 0,75% com 35,8 Mpa e concreto com adição de 1,0% com 34,4 Mpa, conforme representado na figura 7.

Figura 5: Prensa hidráulica elétrica.

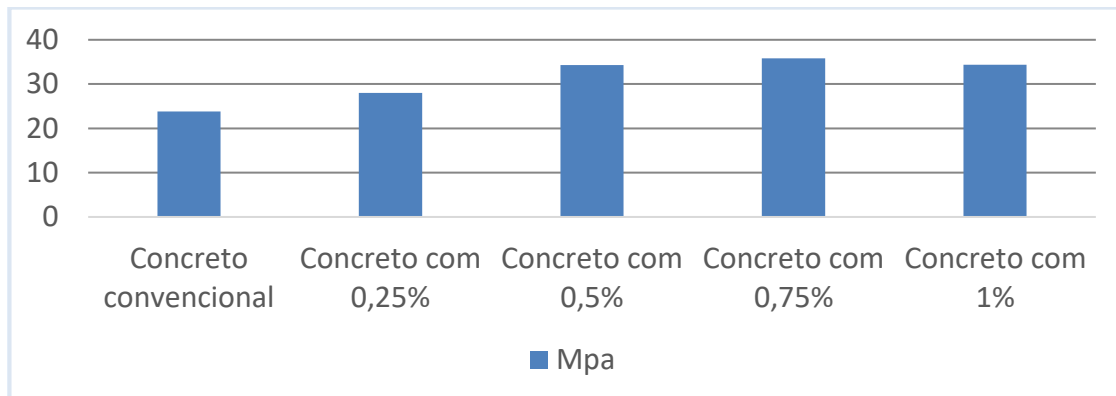
Figura 6: Corpo de prova sendo comprimido.



Fonte: Autor, 2018.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 7: Gráfico das resistências de concretos com adições de fibras de copos descartáveis.

Fonte: Autor, 2018.

Percebe-se um ganho de resistência gradativo quando adicionado as diferentes porcentagens de copos descartáveis, sendo a maior com 0,75% de material reciclado atingindo uma resistência de 35,8 Mpa, um aumento de 50% de resistência em relação ao concreto convencional. Analisando somente este parâmetro, o aumento da resistência no concreto possibilita o uso desse material em ambientes que necessitem de um suporte maior. O resíduo plástico pode ser adotado como matéria prima para adição no concreto em pequenas quantidades aumentando sua resistência mecânica, gerando um material novo que além de contribuir com o aumento de suporte do concreto, pode ajudar na diminuição da poluição do mundo.

CONCLUSÕES

Segundo os resultados encontrados, concluímos que o acréscimo das porcentagens das fibras nos traços quando comparado com o traço sem adição desse resíduo apresentou um crescimento significativo da resistência do concreto. Dessa forma recomenda-se de forma complementar, que sejam realizados mais estudos para determinar as propriedades de resistência do concreto com fibras adquiridas de copos descartáveis, assim como testes diversos quanto aos ataques químicos, ao fogo, a resistência à flexão, à abrasão e aos demais ensaios tecnológicos a que o concreto é submetido. A partir disso, será possível verificar a

aplicação desse tipo de material nas obras e serviços oriundos da construção civil. Portanto, cabe aos diversos grupos de pesquisadores e fornecedores o desenvolvimento e aplicação de projetos sustentáveis para minimizar os impactos ambientais que esse material pode vir a causar ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR NM 67**: Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas **NBR 5739**: Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 1994.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5738**: Moldagem e cura de corpos-de-prova cilíndricos ou prismáticos de concreto. Rio de Janeiro, 1994.

BORGES, J. **Agora, na Starbucks, o vilão e o copo**, 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/agora-o-vilao-e-o-copo/>> Acesso em 06 nov. 2018.

FABRO, F.; GAVA, G. P.; GRIGOLI, H. B.; MENEGHETTI, L. C. Influência da forma dos agregados miúdos nas propriedades do concreto. **Revista Ibracon de Estruturas e Materiais**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 192-212, 2011.

GINZBURG, C. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Disponível em:<<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/sinais.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

NEVILLE, A. M. **Propriedades do concreto**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 912p.

PINTO, T. P. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. 1999. Tese em Doutorado em Engenharia – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, B. V.; BARBOSA, M. P.; SILVA FILHO, L. C. P.; LORRAIN, M. S. Investigação experimental sobre o uso de ensaios de aderência aço-concreto para estimativa da resistência à compressão axial do concreto: Parte 1. **Revista Ibracon de Estruturas e Materiais**, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 715-736, out. 2013.

IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SEGMENTO INDUSTRIAL CERÂMICO¹

Maria Eduarda Irene Melo²

Elaine Maria de Nazaré Lima³

Helano Diógenes Pinheiro⁴

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

RESUMO

A crescente preocupação ambiental a respeito do impacto das atividades humanas, em especial aquela relacionada ao contexto empresarial-industrial direciona hoje espaço considerável de discussão. Nesse sentido, o setor da indústria cerâmica, alvo dessa pesquisa, é um importante segmento econômico no Brasil e sujeito a impactos ambientais. Desse modo, este estudo trata de uma pesquisa acerca da sustentabilidade voltada para o segmento ceramista, com o objetivo de analisar seu processo produtivo e identificar a implementação das práticas ambientais respondendo ao questionamento de como estas práticas são visualizadas pela empresa. Para obtenção dos resultados foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, utilizando a técnica bibliográfica para identificação destas práticas além de entrevista e visita às instalações da indústria a fim de coletar os dados *in loco*. Os resultados demonstraram a utilização da biomassa como matriz energética, aplicação de programas de consumo consciente de água e energia, uso de papéis e embalagens recicláveis, preservação da mata ciliar e uso racional do solo, além de uso de equipamentos mais eficientes, como os caminhões de entrega. A implementação dessas ações, estão segundo a literatura consultada, condizentes com um desenvolvimento sustentável, redução de custos, pelo melhor uso dos insumos e redução de desperdícios dos materiais.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Cerâmica, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO:

O crescente impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente, conduziu a adoção de práticas mais sustentáveis pelas empresas, em vista da extração excessiva de recursos naturais e o descarte de resíduos sem tratamento, característico do contexto empresarial-industrial atual que busca competitividade pela ótica econômica. Segundo

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Maria Eduarda Irene Melo, graduanda do curso de Administração-UESPI, Torquato Neto; E-mail: mariaeduarda.irene@gmail.com.

³ Elaine Maria de Nazaré Lima, graduanda do curso de Administração-UESPI, Torquato Neto; E-mail: elainlima17@gmail.com.

⁴ Helano Diógenes Pinheiro, professor doutor do curso de Administração-UESPI, Torquato Neto; E-mail: helanodp22@gmail.com.

Barbieri (2011, p. 4), o “aumento da escala de produção tem sido um importante fator que estimula a exploração dos recursos naturais e eleva a quantidade de resíduos”.

As ações empresariais mesmo antigas neste meio, ainda sofre resistência na implementação de práticas administrativas e operacionais voltadas ao enfoque ambiental (BARBIERI, 2011). Mesmo com a legislação demonstrando os benefícios da integração entre gestão empresarial e ambiental, percebe-se que a aderência a essa agregação requer um longo caminho para se tornar uma prática orgânica (ANUÁRIO AMBIENTAL, 2014).

Apesar dos princípios e ferramentas pretenderem-se de aplicação geral, cada contexto possui suas próprias especificidades. Neste estudo escolheu-se uma empresa do ramo cerâmico, em vista de ser um importante segmento da área industrial, objetivando analisar seu processo produtivo e assim identificar a implementação de ações ambientais nesse segmento. Nesse sentido, surge o questionamento como as práticas sustentáveis podem ser visualizadas pela indústria cerâmica? Portanto, a visão da metodologia 3BL (*triple bottomline*) foi elencada nesta análise, pelo fato desta abordagem medir o desempenho social, ambiental e financeiro, a qual objetiva criar valor para todas as partes interessadas (GLAC, 2014).

MATERIAL E MÉTODOS

O cenário da pesquisa foi desencadeado a partir do estudo de caso de uma indústria do segmento cerâmico, a qual está presente no mercado desde 2001 e situada em dois municípios do Piauí, União e Miguel Alves. A empresa se destaca pela tecnologia, controle e inovação desenvolvidos para atender as exigências do mercado.

Inicialmente foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por se fazer uso de estudo sistematizado desenvolvido em consulta a livros, revistas, e material eletrônico acessível ao público geral (MORESI, 2003). Como estratégia de pesquisa utilizou-se o estudo de caso, com um corte transversal, a fim de se captar as práticas relatadas in loco. Quanto aos fins caracteriza-se como descritiva. Conforme Gil (2009, p. 28) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. A abordagem classifica-se como qualitativa, a qual é aquela que não utiliza dados numéricos, mas como

fonte o ambiente natural, no qual o pesquisador é essencial, por fazer a análise dos dados coletados (MORESI, 2003).

Para coleta dos dados realizou-se uma entrevista concomitantemente com dois gestores da unidade de União, administradora e engenheiro de produção, apoiada por um formulário construído a partir da revisão de literatura. Do relato dos gestores, foi realizada uma visita às instalações da empresa observando se adotava as práticas identificadas. Portanto, a entrevista foi fundamental para explorar informações de sustentação da pesquisa, pois permite captar o relato direto do responsável. A realização da visita após a entrevista permitiu a constatação in loco das práticas relatadas, conforme disposto e discutido na seção seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise do processo produtivo

A empresa pesquisada possui duas unidades no estado do Piauí, localizadas nos municípios de União e Miguel Alves. A unidade de União produz uma vasta opção de blocos cerâmicos, enquanto a unidade de Miguel Alves produz telhas e lajotas. A partir dos dados da entrevista e da visita técnica, foi possível ter o conhecimento da preocupação que a empresa tem com o desenvolvimento de práticas sustentáveis e de como isso impacta no melhoramento das funções dos demais funcionários, traduzindo-se na busca por eliminação de desperdícios de materiais. Amato Neto (2011), ressalta que rever os processos para reduzir a geração de danos ambientais, a primeira medida é a de não gerar resíduos.

Isso foi evidenciado no processo produtivo pela realização da queima da biomassa para geração do produto final, com o uso de cavaco de eucalipto e de bambu pela filial de União, material importado de outras regiões por empresa terceirizada, e utilizado integralmente como matriz energética. A obtenção dessa biomassa permite a preservação da flora local. Dentro dessa perspectiva, existe um projeto a longo prazo de plantação de uma floresta de eucalipto no entorno da empresa, reduzindo os custos com a compra do cavaco, visando desenvolver ecologicamente a região e a indústria.

Quanto à unidade de Miguel Alves, a queima é feita com o coco babaçu, devido a abundância no município, o qual é colhido sempre aqueles que já foram desprendidos dos galhos evitando o desmatamento da árvore, além da plantação de mudas ocasionando arborização no entorno da fábrica.

A queima considerada perfeita pelo aproveitamento integral da biomassa permite diminuição dos poluentes emitidos. Ao contrário de pedaços maiores de madeira, pois lança mais poluentes pela variação da temperatura nas máquinas, gerando produtos fora dos padrões. Logo, utilizar estes materiais, exige-se uma visão global no lugar de ações pontuais, pois como alerta Willard (2014), estão fadadas ao fracasso as medidas de redução cujos custos revelam-se maiores do que a economia obtida. A argila é utilizada integralmente, e retorna ao processo inicial caso necessário antes da etapa de queima. Portanto, segue uma Economia Circular, que objetiva “manter produtos, componentes e materiais em seu mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo” (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2017). Isto é, pela geração de valor do insumo na cadeia produtiva, pela diminuição de desperdício de materiais.

Visão quanto às práticas sustentáveis

Conforme a revista EXAME (2018), nos últimos 4 anos o segmento da construção civil passou por dificuldades, contudo a perspectiva é que alavanque em 2% este ano. Dado ao vínculo deste setor com a indústria cerâmica, torna-se necessário a visão deste último a respeito do desenvolvimento sustentável, a partir de práticas ambientais em detrimento da produção aumentada.

O uso da argila, por exemplo, necessita de autorização para ser extraída, a empresa possui esta autorização, tornando-se um diferencial. Além disso, a preservação das árvores locais é valorizada, pois a empresa manuseia cavaco de bambu e de eucalipto de outras regiões, autorizados pelo IBAMA, além da queima perfeita.

Nesse panorama a indústria cerâmica é alvo de licenciamento às atividades de produção e extração. Neste âmbito existe a resolução do Ministério do Meio Ambiente 237/97 de 19/12/1997 que mostra a extração e tratamento de minerais e a industrialização de

produtos minerais não metálicos como obrigatórias de licenciamento (ANICER e SEBRAE, 2013 apud SILVA 2016).

A partir dos dados coletados, foi possível notar a aplicação da melhoria contínua e inovações em observância da lei pela empresa estudada, em vista dos interesses ambientais e operacionais. A empresa afirma que os produtos oferecidos por ela, em especial os blocos estruturais, asseguram a redução em até 20% do custo total das obras, além de possuírem menor peso, favorecerem uma melhor qualidade de vida pelo conforto térmico, emite menos CO₂ e utiliza uma menor quantidade de água.

Em vista da ação empresarial aliada às leis ambientais, a indústria cerâmica em questão possui incentivos do Governo e os certificados como o Programa Setorial de Qualidade-PSQ e o Amigo da Natureza instituído pelo Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza – IBDN, o que resulta em confiabilidade por parte das construtoras e clientes.

No segmento ceramista, os principais clientes são as construtoras, o que demandam produtos cerâmicos e exigem um estoque amplo. Nesta realidade, a aquisição de equipamentos tecnológicos, como exemplo, caminhões munck, pela indústria estudada proporcionou uma produção acelerada e uma oferta pareada a demanda requerida. Portanto, é fundamental a busca por melhorias para ganhar mercado alinhando à preocupação ambiental como afirma o Conselho de Informação sobre Biotecnologia- CIB (1999) apud Mastella (2002) em direcionar mudança e adaptabilidade.

Nesse sentido a Anicer e Sebrae (2013, apud Santos 2016), afirmam que a principal dificuldade do setor cerâmico é crescer de forma sustentável, isto é, alinhar sua atividade em constante crescimento preservando o meio ambiente. Desse modo, a ação conjunta entre a atuação empresarial através de práticas sustentáveis como já elencadas sobre a empresa estudada, mais a regulamentação e fiscalização dos órgãos com a consciência ambiental dos usuários, pode desse modo proporcionar um ganho ambiental imensurável e unir um desenvolvimento sustentável pela prática de uma construção sustentável (CIB, 1999 apud MASTELLA, 2002).

A política ambiental pela indústria cerâmica em questão permite obter tanto a redução de custos como também vantagem competitiva, a partir da aplicação de programas de

consumo consciente de água e energia, uso de papéis e embalagens recicláveis, preservação da mata ciliar e uso racional do solo.

O valor de incorporar ações de sustentabilidade e gestão socialmente responsável é difundida literatura atual, demonstrando que as empresas que adotam tais práticas aumentam seu valor de mercado e sua sustentabilidade ao longo do tempo (AMATO NETO, 2011; OLIVEIRA, 2013; WILLARD, 2014). Portanto condizente com a definição do Instituto Ethos (2018) de um negócio sustentável e responsável, isto é, uma atividade econômica direcionada para o desenvolvimento sustentável que gera competitividade a partir da geração de valor econômico-financeiro, e por consequência a redução de bens extraídos da natureza.

CONCLUSÕES

Diante do que foi apresentado, o estudo possibilitou uma visão ampla do gerenciamento ambiental pela empresa de estudo, com o impacto positivo de suas atividades sustentáveis no meio ambiente como também na credibilidade que passa ao mercado. A implementação de práticas sustentáveis, traçadas como objetivo da pesquisa foi exposto pela empresa como a geração de produtos de qualidade com considerável custo-benefício, pela eficiência do uso dos recursos naturais com menor índice de perdas e em consonância às leis ambientais.

Como limitação da pesquisa, está o fato de se realizar a coleta em apenas de forma transversal, o que, por um lado, permite a verificação se naquele momento as práticas respaldam a consolidação de uma gestão ambiental na empresa, mas, por outro, não captam as mudanças no processo. Sugere-se, portanto, para continuidade desta pesquisa, a realização de estudos longitudinais. Também é interessante realizar estudos quantitativos que possam verificar o impacto da gestão ambiental sobre o desempenho da empresa, comparativamente a abordagem convencional.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. Sustentabilidade e produção: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.

ANÁLISE. **Análise Gestão Ambiental**. São Paulo: Análise Editorial, 2014.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2011.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Disponível em:
<<http://www.ellenmacarthurfoundation.org/business/reports>> Acesso em 23 de novembro de 2017.

EXAME. **Setor de Construção Civil deve crescer 2% em 2018**. Disponível em:
<<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/setor-de-construcao-civil-deve-crescer-2-em-2018/>>. Acesso em 20 de julho de 2018.

GLAC, K. *Wiley Encyclopedia of Management*, edited by Professor Sir Cary L Cooper. Copyright, 2014 John Wiley & Sons, Ltd.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2009.

INSTITUTO ETHOS - **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade social**. Disponível no endereço eletrônico <www3.ethos.org.br>, acesso em julho de 2018.

MASTELLA, D. V. **Comparação entre os processos de produção de blocos cerâmicos e de concreto para alvenaria estrutural, através da análise do ciclo de vida**. 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MORESI, E. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

SANTOS, S. B. G. **Sustentabilidade empresarial: uma abordagem ambiental de empresas do setor cerâmico localizadas no município de Cacoal/RO**. 2016. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WILLARD, B. **Como fazer a empresa lucrar com sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2014.

REUTILIZAÇÃO DE PNEUS INSERVÍVEIS EM COMPACTAÇÃO DE SOLOS¹

Laécio Guedes do Nascimento²

Samuel Campelo Dias³

Antônio Sobrinho Sousa⁴

Maurício Pessoa Rosa⁵

Matheus Alves Borges⁶

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Neste artigo é apresentado o estudo experimental do comportamento do solo coletado na região nordeste, cidade de Teresina-PI. Foram adicionados às amostras de solo compactado misturas de borrachas granuladas resultantes da trituração de pneus sem nenhuma função de utilização. Realizaram-se ensaios de caracterização sendo eles a análise granulométrica, densidade real, limite de liquidez e de plasticidade, e ensaios de compactação (massa específica seca do solo e umidade ótima). Foram definidos padrão para os ensaios a fim de quantificar o comportamento no sentido de destinar esses materiais sem nenhuma função de utilização mantendo a qualidade inicial dos solos de Teresina ou quaisquer outras regiões que tenham solos com características similares. Os ensaios foram realizados para o solo tradicional (sem adição) e em misturas com 1%, 2%, 3%, 4% e 5% de borracha granulada. Os resultados foram convincentes e observou-se que ao adicionar os percentuais não houve alterações consideráveis no grau de compactação do solo podendo ser misturados e compactados sem que altere o desempenho e a qualidade do material estudado. A análise dos resultados, por meio do ensaio de compactação, evidenciou que há possibilidades da utilização de borrachas de pneus triturados em formas granulares em trabalhos de compactação de solos.

PALAVRAS-CHAVE: REAPROVEITAMENTO, RESÍDUOS, SUSTENTABILIDADE

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), o Brasil teve em 2016 um crescimento de 3 milhões na sua frota em relação ao ano anterior, atingindo a marca de 93 milhões de veículos. Com esse crescimento, um dos problemas que surge é a grande

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduando em Eng. Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, laecioguedes25@hotmail.com

³Graduando em Eng. Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, samuel.c.dias@hotmail.com

⁴Graduando em Eng. Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, sobrinho.antonio@hotmail.com

⁵Graduando em Eng. Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, mauriciopessoa049@gmail.com

⁶Graduando em Eng. Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, matheusborges.if@gmail.com

quantidade de pneus que são produzidos e descartados, tendo em vista que estes não têm destinação certa após o uso, e seu descarte feito de forma incorreta causa grandes danos ao meio ambiente, pois, segundo Scagliusi (2011), um pneu descartado de forma incorreta na natureza leva em torno de 600 anos para se decompor.

Como forma de controlar o passivo ambiental gerado pelos pneumáticos surgiram leis para regulamentar a coleta e a destinação final, ambientalmente adequada, dos pneus inservíveis, como a Resolução nº 416/09 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Mais recentemente, foi instituída, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, onde foi estabelecido a logística reversa para alguns tipos de resíduos, dentro os quais encontra-se os pneus, a qual prevê ações envolvendo os agentes da cadeia produtiva, com o objetivo de facilitar o retorno dos resíduos para que sejam tratados e reaproveitados em novos produtos.

Desta maneira, este trabalho tem como objetivo fazer um comparativo entre amostras de solo com adição de resíduos de pneus, relacionando a umidade máxima e a máxima densidade, apresentando uma destinação sustentável para este material inservível.

MATERIAL E MÉTODOS

O solo foi coletado em sua forma natural em uma jazida situada na Fazenda Real Residence, Rodovia BR 343, km 15, área localizada na cidade de Teresina, Piauí. Suas coordenadas geográficas são: 5°03'40.2''S e 42°39'01.5''W. As borrachas granulares provenientes de pneus triturados foram concedidas por uma recicladora exclusiva de pneus inservíveis localizada no bairro Angelim, na cidade de Teresina, Piauí, onde são executados todos os procedimentos de reciclagem para a reutilização e reabilitação de pneus.

Após coleta dos materiais, foram levados ao laboratório para a realização dos ensaios. Antes do início dos ensaios a amostra foi preparada conforme norma NBR 6457-2016. O solo foi colocado para secagem no sol por 48 horas para que o mesmo atinja a umidade higroscópica, mesmo deixando a amostra secar por um longo período sempre permanecerá uma umidade residual. Logo depois de atingir a umidade higroscópica foi realizado o destorroamento no almofariz e mão de gral revestida de borracha para desagregação do solo

que está em forma de torrões. Após isso foi realizado o quarteamento do material para separação do solo para os ensaios, a fim de reduzi-lo, foram eliminadas duas partes e selecionadas as outras duas. Das partes selecionadas foram pesados 6 kg para o ensaio de compactação de solo sem adição de borracha, e com adições de 1% a 5% em relação ao peso inicial da, e 1,5kg para os ensaios de granulometria, densidade real (DR), limite de liquidez (LL) e limite de plasticidade (LP). Os ensaios de caracterização do solo foram realizados somente para amostra sem adição de borracha triturada no intuito de verificar quais as características do solo coletado da jazida.

O Quadro 1 mostra os parâmetros ensaiados para a caracterização do solo seguidos de seus resultados e suas normas regulamentadoras.

Quadro 1– Ensaios de caracterização do solo em estudo

Parâmetros	Resultados	Normas
Percentual retido na P200	56%	NBR 7181-2016
Densidade real do solo	2,581 g/cm ³	DNER-ME 093/94
Limite de Liquidez	31,00%	NBR 6459-2016
Limite de Plasticidade	16,90%	NBR 7180-2016
Índice de Plasticidade	14,10% (Medianamente plástica)	NBR 7180-2016
Densidade máxima do solo	2,028 g/cm ³	NBR 7182-2016
Umidade ótima na compactação do solo	10,20%	NBR 7182-2016
Tipo de material	Solo argiloso	IPR-DNIT-719 2006
Classificação do solo	A-6	IPR-DNIT-719 2006

Fonte: Tabela elaborada pelos autores, 2018

Após a execução dos ensaios de caracterização da amostra foram executados os ensaios de compactação com as adições de borracha, sendo ensaio com nenhuma adição, e outros ensaios com adição de 1% a 5%. O método utilizado para o ensaio de compactação foi estabelecido pela NBR 7182/16 e tem como objetivo diminuir o volume de vazios entre as partículas de solo, determinando a variação das massas específicas secas em função da umidade e, com isso, determinar a curva de compactação do solo. Esta curva apresenta a massa específica aparente máxima do solo seco e a umidade ótima.

Utilizou-se nesse ensaio o cilindro e energia de compactação intermediária (Figuras 1 e 2), que se baseia em moldar o corpo de prova em cinco camadas sucessivas, aplicando 26 golpes com o soquete em cada camada.

Figura 1: Compactação por camadas



Fonte: Autor, 2018

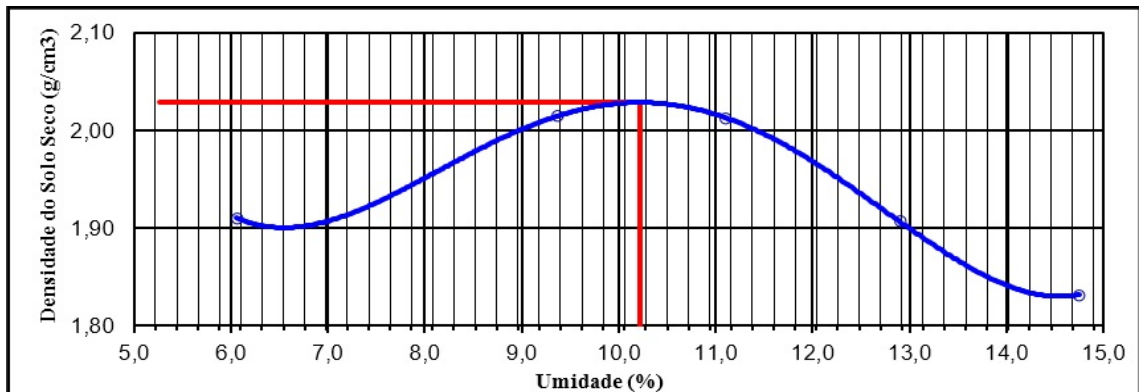
Figura 2: Amostras compactadas com adições de pneus



Fonte: Autor, 2018

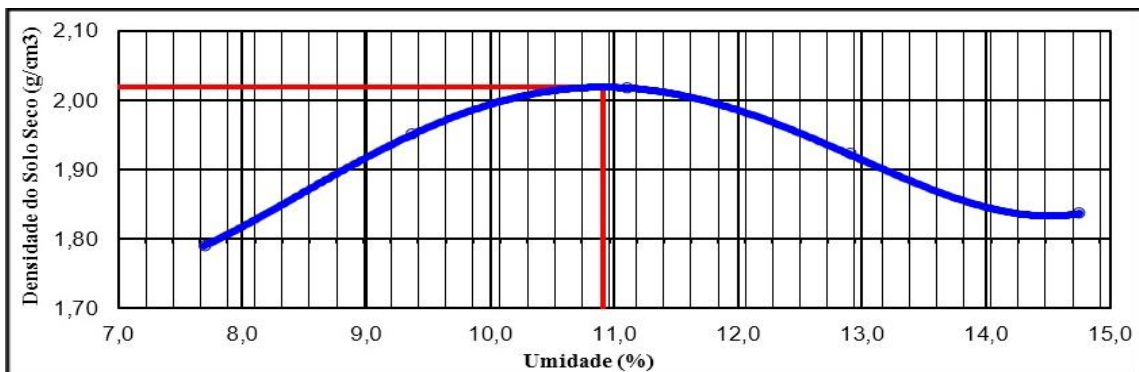
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foi realizado o ensaio de compactação para a amostra sem adição de borracha, obtendo uma umidade ótima de 10,2% e densidade máxima de 2,028 g/cm³ conforme mostrado no gráfico da Figura 3.

Figura 3– Curva de compactação do solo sem adição de borracha

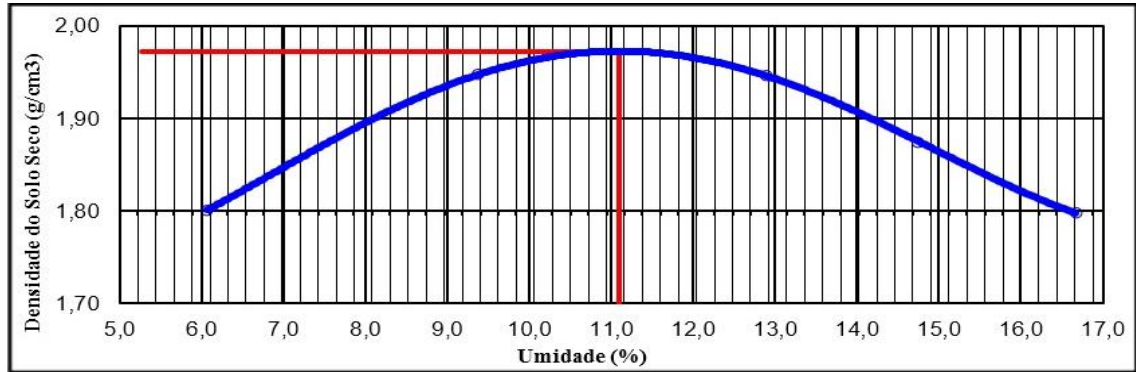
Fonte: Autor, 2018

Na sequência, procedeu-se o ensaio de compactação para as amostras com adição de borracha, com percentuais de 1%, 2%, 3%, 4% e 5%, respectivamente. Para o ensaio de compactação da amostra com percentual de borracha de 1%, teve umidade ótima de 10,9% e densidade máxima de 2,018 g/cm³ conforme mostrado no gráfico da Figura 4.

Figura 4– Curva de compactação do solo com adição de 1% de borracha

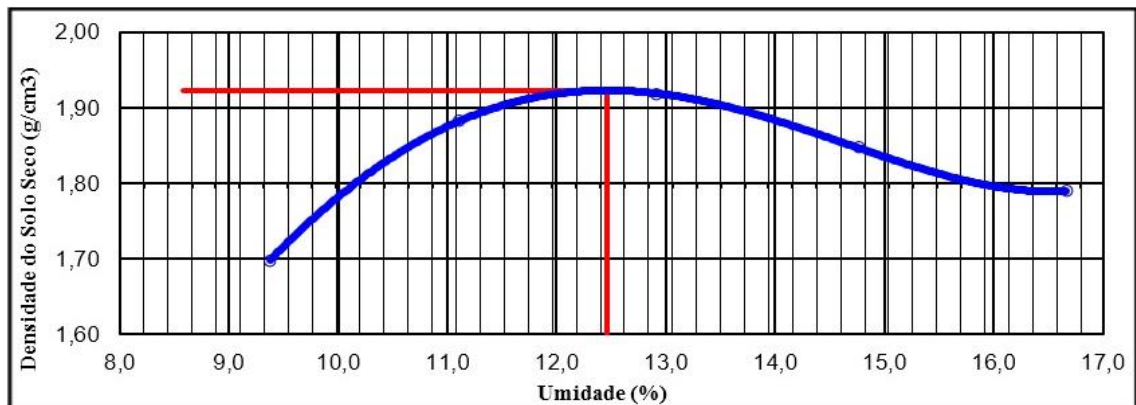
Fonte: Autor, 2018

Já para a amostra com percentual de 2% de borracha, o ensaio de compactação gerou uma umidade ótima de 11,1% e densidade máxima de 1,972 g/cm³ conforme mostrado no gráfico da Figura 5.

Figura 5– Curva de compactação do solo com adição de 2% de borracha

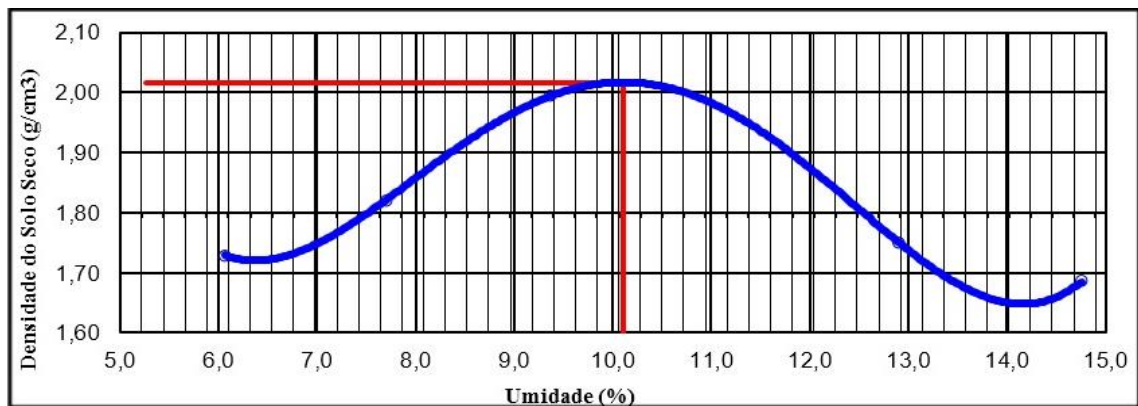
Fonte: Autor, 2018

Para o ensaio de compactação da amostra com percentual de borracha de 3%, teve umidade ótima de 12,5% e densidade máxima de 1,923 g/cm³ conforme mostrado no gráfico da Figura 6.

Figura 6– Curva de compactação do solo com adição de 3% de borracha

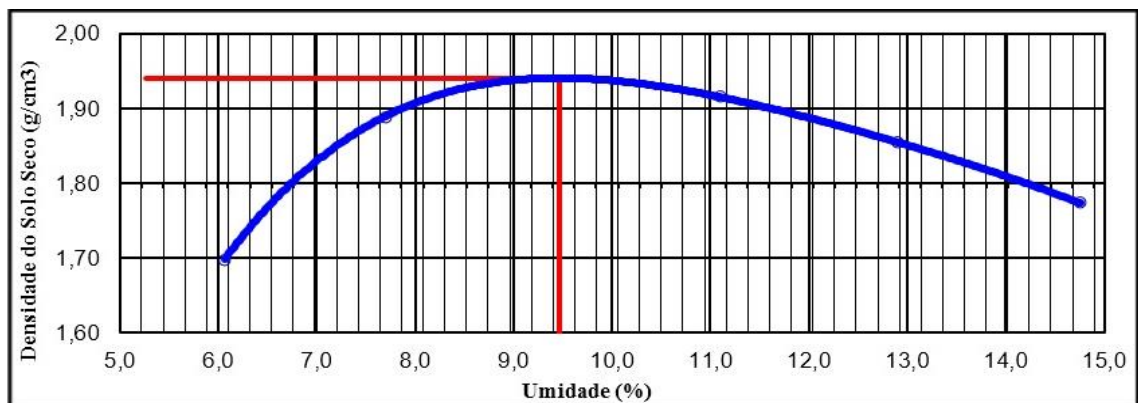
Fonte: Autor, 2018

Para o ensaio de compactação da amostra com percentual de borracha de 4%, teve umidade ótima de 10,1% e densidade máxima de 2,017 g/cm³ conforme mostrado no gráfico da Figura 7.

Figura 7– Curva de compactação do solo com adição de 4% de borracha

Fonte: Autor, 2018

Para a amostra com o maior percentual de borracha adicionado, 5%, o ensaio de compactação teve umidade ótima de 9,5% e densidade máxima de 1,940 g/cm³ conforme mostrado no gráfico da Figura 8.

Figura 8– Curva de compactação do solo com adição de 5% de borracha

Fonte: Autor, 2018

CONCLUSÕES

Os pneus inservíveis podem ser descartados em solos compactados sem que altere o desempenho e a qualidade do maciço. A análise dos resultados, por meio do ensaio de

compactação, evidenciou que há possibilidades da utilização de borrachas de pneus triturados em formas granulares em trabalhos de compactação de solos. Dessa forma recomenda-se, de forma complementar, que sejam realizados mais estudos para determinar às propriedades mecânicas do solo, após a adição de borracha, analisando assim, a resistência à compressão, resistência à tração por compressão diametral, resistência ao impacto, resistência à flexão. A partir disso, será possível verificar a aplicação desse tipo de material em obras de pavimentação, aterros, dentre outras. Portanto, cabe a todo conjunto de pesquisadores e fornecedores o desenvolvimento e aplicação de projetos sustentáveis para minimizar os impactos ambientais que esse material tem causado atualmente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA pelo apoio à pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6457**: Amostras de solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização. Rio de Janeiro, 2016, 12p.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6459**: Solo – Determinação do limite de liquidez. Rio de Janeiro, 2016, 6p.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 7180**: Solo – Determinação do limite de plasticidade. Rio de Janeiro, 2016, 7p.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 7181**: Solo – Análise granulométrica. Rio de Janeiro, 2016, 16p.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 7182**: Solo – Ensaio de compactação. Rio de Janeiro, 2016, 9p.

BRASIL. **Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA: Resolução nº 416**. Brasília, DF: CONAMA, 30 de setembro 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=616/>>. Acesso em: 06set. de 2018.

_____. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra Estrutura e Transportes. IPR-DNIT-719: **Manual de Pavimentação**. 3.ed. Rio de Janeiro, 2006. 274 p.

_____. IBGE. **Brasil em síntese**, 2016. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/22/0?ano=2016>>. Acesso em 06set. de 2018.

DNER. Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. **DNER-ME 093: Solos – Determinação da densidade real**, 1994.

SCAGLIUSI, S. R. **Reciclagem de pneus inservíveis: alternativa sustentável à preservação do meio ambiente**. Tese apresentada para a obtenção do título de doutora em ciências. Tecnologia Nuclear – IPEN/CNEN – USP. São Paulo, 2011.

GT 9

GRUPO TEMÁTICO

FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS

GT 9 - FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Prof. Me. Manoel Eulálio Neto - UESPI¹
Prof. Me. Stefano Almeida Lopes - UNIFSA²

O estudo das finanças pública e privada é de fundamental importância em qualquer nação. Em toda economia existem dois agentes econômicos responsáveis pela geração de emprego: o Governo e as Empresas (tanto públicas quanto privadas). Desta forma, o estudo das finanças pode elevar a eficácia e eficiência tanto das empresas, promovendo uma maior elevação da geração de empregos, quanto do Governo, propiciando uma melhor alocação e distribuição dos recursos públicos visando o aumento do crescimento econômico e do desenvolvimento do país. Sobre a importância das finanças para as empresas, mais especificamente o planejamento financeiro, Ross (2013, p. 93) já ressalta que “A falta de um planejamento de longo prazo eficiente é um motivo frequente para problemas financeiros e fracasso empresarial”. Ross (2013, p. 93) também afirma que, “O planejamento financeiro estabelece orientações para a mudança e o crescimento de uma empresa”. Ele também menciona os seis Ps da finança: “*Proper Prior Planning Prevents Poor Performance* (planejamento adequado com antecedência evita desempenho ruim)” (ROSS, 2013, p. 94).

O estudo das finanças é importante pois, conforme Gitman (2010, p. 6), “[...] a maioria das decisões empresariais é medida em termos financeiros [...]”. O estudo das finanças permite, ainda, otimizar o desempenho econômico-financeiro das empresas e, desta forma,

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Superior do Vale Do Parnaíba (1992) e Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (2007). Pós-Graduação em Administração Financeira (UNIVERSO - 1996); Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior (FSA -2008). Atualmente é professor do UNIFSA e Estácio-CEUT. Professor efetivo da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

² Economista registrado no Conselho Regional de Economia (CORECON-PI). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC-CAEN). Professor do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) na Graduação e Pós-graduação. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Financeira.

umentar a sustentabilidade das empresas gerando um aumento e manutenção da geração de emprego e renda em uma economia.

Em relação as finanças Públicas, Rezende (2012) menciona que as funções do Governo cresceram de forma substancial, principalmente após a década de 30, com a grande depressão sofrida nessa época. O Governo passa então a possuir um papel de maior peso na economia fazendo interferências, quando o mercado falha, visando a promoção do bem-estar. Giambiagi (2011, p. 9) reforça a importância do Governo afirmando que: “[...] a existência do governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas”. Matias (2012, p. 1) também ressalta que “[...] as Finanças Públicas, além de assegurar a manutenção da administração e dos serviços públicos, se apresentam também como essenciais para corrigir desequilíbrios, promover a distribuição de renda e manter a economia sob controle”. Por isso, é muito importante que este tema seja discutido por empresários/investidores, gestores públicos e estudantes, pois desta maneira, pode-se encontrar formas de aumentar a sustentabilidade tanto das empresas quanto do Governo, elevando assim a geração de emprego e renda na economia, promovendo um crescimento econômico que leva a um desenvolvimento sustentável da economia.

O objetivo deste Grupo Temático é agregar valor à semana científica gerando discussões e debates sobre o tema proposto. A metodologia de análise dos trabalhos neste Grupo Temático, levará em conta as contribuições geradas pelos trabalhos discutidos. Este GT receberá inscrição de trabalhos do tipo: Bibliográfico, de Campo, Estudo de Caso, Pesquisa-ação, Relato de experiência, dentre outros.

REFERÊNCIAS

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. Lawrence J. Gitman .12ª. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2010.

ROSS, Stephen A. et al. Fundamentos de administração Financeira. - 9. Ed.- Porto Alegre : AMGH, 2013.

Manual de economia. Amaury Patrick Gremaud... [et al]. Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio S. de Vasconcellos e Rudinei Toneto Jr. – 6ª ed. 5ª tiragem - São Paulo: Saraiva, 2014.

GIAMBIAGI, Fabio. Finanças Públicas: teoria e práticas no Brasil. Fabio Giambiagi, Ana Cláudia Além. - 4. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. José Matias-Pereira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDE, Fernando Antonio. Finanças Públicas. Fernando Antonio Rezende da Silva. – 2. ed. – 8. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

OS BANCOS COMUNITÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO NA REGIÃO NORDESTE DO PAÍS¹

Kátia Brasil Calixto Brasil²
Silvana Maria Soares Ramos³



RESUMO

No Brasil, persistem profundos abismos no acesso da população de baixa renda aos serviços bancários convencionais, em consequência surgem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) tendo como objetivo diminuir os efeitos da exclusão social por meio da inclusão financeira. Alguns municípios brasileiros optaram pela implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que se enquadram como sendo um tipo específico de instituição de microcrédito solidário, pois trabalha com moedas sociais, crédito para a produção e empréstimos com juros subsidiados com a finalidade do desenvolvimento local a partir do fomento dos potenciais econômicos, sociais e culturais que as pessoas possuem em uma dada localidade. Neste sentido, a pesquisa propõe o seguinte questionamento: como a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local? E apresenta como objetivo geral analisar a influência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento implantados na região nordeste do Brasil no desenvolvimento socioeconômico territorial local por meio da concessão do microcrédito. Sendo assim, foi proposto o estudo bibliográfico analisando a relação entre o BCDs e o desenvolvimento socioeconômico local na região nordeste do Brasil. Constatou-se que os BCDs possuem um papel importante no desenvolvimento socioeconômico nos territórios onde atuam.

PALAVRAS-CHAVE: finanças solidárias, inclusão financeira, desenvolvimento socioeconômico.

INTRODUÇÃO:

No cenário contemporâneo brasileiro, persistem profundos abismos no acesso da população de baixa renda aos serviços bancários convencionais e às Instituições de Microfinanças (IMFs) voltadas para a comunidade. Tendo como objetivo diminuir os efeitos

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Mestre em Administração, Professora do Bacharelado em Administração (CCSA-UESPI), Orientadora PIBIC-UESPI, katiabrasil.adm@hotmail.com.

³ Mestre em Administração, Professora do Bacharelado em Administração (CCSA-UESPI), Orientadora PIBIC-UESPI, silvanamsr@yahoo.com.br.

da exclusão social ao mesmo tempo poder proporcionar uma inclusão financeira, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), considerados empreendimentos de economia solidária, vêm sendo implantados no Brasil desde a década de 90.

Segundo França Filho *et al.* (2009), um Banco Comunitário caracteriza-se por ser uma iniciativa com princípios de organização popular e solidária, possui uma relação direta com o desenvolvimento local a partir do fomento aos potenciais econômicos, sociais e culturais que as pessoas possuem em uma dada localidade, atuando tanto no lado social (associativismo, estímulo às práticas da economia solidária e integração das pessoas através do convívio social) quanto no lado econômico (abertura/expansão de empreendimentos próprios, geração de renda, circulação da moeda circulante social). Corroborando com o autor, A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2007, p.11), definiu que [...] os BCDs são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

Neste sentido, a pesquisa propõe o seguinte questionamento: como a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local? E apresenta como objetivo geral analisar a influência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento implantados na região nordeste do Brasil no desenvolvimento socioeconômico local por meio da concessão do microcrédito; e especificamente: mapear os bancos comunitários implantados na região nordeste do Brasil; Verificar a relação do Banco Comunitário com o desenvolvimento socioeconômico local; Construir a contextualização teórica do assunto. Sendo assim, foi proposto o estudo bibliográfico analisando a relação entre o BCDs e o desenvolvimento socioeconômico local na região nordeste do Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa fundamentou-se no pressuposto de que a atuação dos BCDs implantados na região nordeste do Brasil na concessão do microcrédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico local. Optou-se pela pesquisa qualitativa, por se tratar de uma abordagem

que oferece as condições mais apropriadas para aproximação do objeto de pesquisa, combinando o uso de fontes documentais e bibliográficas. O presente trabalho teve sua construção a partir da realização de uma pesquisa bibliográfica por meio de artigos (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018), dissertações (BANDEIRA, 2016), teses (RIGO, 2015) e periódicos (CARVALHO, 2013) que tratam a respeito do assunto e foi desenvolvida em etapas: realizou-se levantamento bibliográfico do conteúdo de sustentação teórica sobre Bancos Comunitários e o desenvolvimento socioeconômico local preliminar e leitura dos respectivos materiais selecionando os de maior aplicabilidade; parametrizou-se os principais elementos da relação teórica coletada a fim de poder evidenciar o pressuposto, responder ao questionamento norteador e atingir aos objetivos predefinidos na análise dos dados considerando à análise da relação proposta. Após essas etapas, a pesquisa foi finalizada apresentando os resultados a que se propôs.

Como forma de dar suporte e embasamento às análises que foram utilizados os estudos teóricos de Morduch (1999), que retrata o papel das Instituições de Microfinanças (IMFs); Yunus (2007, 2011), que defende a importância do microcrédito como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico local; França Filho (2007), que explica como os BCDs desenvolvem suas políticas de atuação baseadas nos princípios da economia solidária objetivando favorecer o bem estar humano e social; e França Filho e Silva Junior (2009), que evidenciam a proposta dos BCDs no fortalecimento das economias locais com a interação entre demanda e oferta em um processo conjunto realizado com os moradores da localidade observando as necessidades reais dos territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Atualmente a Rede Brasileira é formada por 103 (cento e três) Bancos Comunitários no Brasil, sendo a região nordeste possui os seguintes quantitativos: Bahia com 09; Sergipe 01; Paraíba 02; Rio Grande do Norte 01; Piauí 02; Maranhão 01; e Ceará 36, totalizando 52 BCDs em funcionamento (REDE, 2018). Esse levantamento evidencia o primeiro objetivo que trata do mapeamento dos bancos comunitários implantados na região nordeste do Brasil,

apesar de atualmente haver a implantação de novos BCDs, que por estarem em fase inicial ainda não foram oficialmente contabilizados pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

O segundo objetivo, propõem a verificar a relação do Banco Comunitário com o desenvolvimento socioeconômico local. De acordo com dados da seção Regional do Jornal Diário do Nordeste (2013), em todo o Ceará existem 37 moedas circulando e destas, 31 no interior, fomentando o empreendedorismo. Em Timbaúbas, distrito de Juazeiro do Norte (CE), o banco de desenvolvimento comunitário beneficia 13 mil pessoas de uma comunidade de pessoas pobres e que anteriormente não possuíam acesso ao microcrédito.

O Banco Palmas atualmente possui 14 mil clientes, contribuindo para a geração de 3.500, postos de trabalho gerados no bairro. Cerca de cinco mil pessoas beneficiadas por treinamento e quatro mil oportunidades no mercado de trabalho. De 15 mil assistidos, quase nove mil são mulheres beneficiadas com o Programa Bolsa Família (MELO NERI, 2008).

O Banco dos Cocais, implantado na cidade de São João do Arraial (PI), faz circular 25 milhões em cocais (moeda social), e estimula a economia solidária fazendo com que o dinheiro no município circule através de investimento feito pela instituição nos setores produtivos, especialmente com a liberação de microcrédito para a promoção de pequenos negócios. Além disso, a instituição arrecada dinheiro da receita da prefeitura para o Fundo Municipal de Apoio a Economia Solidária, que é usado como microcrédito (COSTA, 2015).

O Estado da Bahia possui atualmente 09 BCDs e desde 2008 o Banco Comunitário Ilhamar (BA) já realizou mais de 700 empréstimos a comunidade e isto gerou um montante de R\$100.000,00 liberados para empréstimo, esta ação do banco possibilitou a criação de diversos empreendimentos econômicos solidários, onde além dos resultados econômicos, o banco consegue fortalecer as ações associativas existente na comunidade (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2017).

No Estado de Sergipe o BCD Jardim Botânico promove ações e projetos para melhoria da comunidade, incentivando e fortalecendo o protagonismo social e o envolvimento dos indivíduos no processo econômico em prol do desenvolvimento local. Os atores locais passam a atuar diretamente na gestão de uma organização que visa o desenvolvimento comunitário,

o fortalecimento da organização local e a formação de lideranças para conduzirem seus próprios projetos de desenvolvimento (RAPOSO *et al*, 2014).

A cidade de Alcântara, no Maranhão, implantou o primeiro banco comunitário quilombola do país, Banco Quilombola, sendo o primeiro no País organizado por povoados descendentes de escravos e cuja moeda social é o Guará. O impacto econômico na comunidade foi imediato por meio de oportunizar a abertura de novos pequenos empreendimentos, valorizando a cultura local e fortalecendo a autoestima.

No município de São Miguel do Gostoso (RN) por ser rota turística no estado, houve o fortalecimento na abertura de micro empreendimentos com o início das atividades do Banco Solidário do Gostoso, para a grande parte da população local que é muito pobre, e neste caso o banco foi um vetor de desenvolvimento local em termos econômico financeiros pois potencializou a veia empreendedora local. (G1 NORDESTE, 2015).

O que os BCDs se propõem e executam são ações geradoras de desenvolvimento socioeconômico local a partir de uma gestão executada pela comunidade, que visam promover o fortalecimento da economia local e a articulação dos atores locais - produtores, consumidores e prestadores de serviços – vinculando-os ao movimento dos princípios da economia solidária (FRANÇA FILHO, 2007).

No terceiro objetivo propõe-se a construir a contextualização teórica do assunto, neste caso a região Nordeste do Brasil, possui um projeto intitulado “Projeto Bancos Comunitários de Desenvolvimento em Rede”, coordenado pelo professor Genauto Carvalho de França Filho coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA (ITES/EAUFBA) e Financiado pela Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, cujo objetivo visa fortalecer iniciativas conjuntas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) da Região Nordeste, nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia, enquanto práticas de finanças solidárias voltadas ao desenvolvimento de comunidades.

Identificou-se que, na região nordeste os BCDs estão localizados em territórios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para facilitar o acesso de pessoas marginalizadas economicamente e que são potenciais empreendedores de pequenos

negócios locais; desta forma, podem ser vistos como instituições criadas para ocupar um espaço relacionado a uma parcela da sociedade que as instituições financeiras de mercado não se interessam em satisfazer (RIGO, 2015).

A principal função desempenhada pelos BCDs é a de agente de crédito que minimiza problemas socioeconômicos através de uma estratégia de desenvolvimento local a partir das potencialidades dos moradores do território impulsionando o comércio local na geração de emprego e renda.

CONCLUSÕES

Conclui-se que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento possuem o importante papel de vetor no desenvolvimento socioeconômico local na região nordeste do Brasil enquanto agente de fomento a inclusão da população excluída do sistema financeiro tradicional. Os BCDs são um agente de transformação local, de aplicação de políticas de microcrédito, de incentivo aos pequenos empreendimentos sejam formais ou informais, resgatando a qualidade de vida das pessoas e a autoestima.

Para finalizar, afim de que cumpram o papel inovador que lhes cabe e o alcance às populações mais pobres e desassistidas desse País, como se propõe e já demonstraram que são capazes, os BCDs enfrentam muitos desafios. O que impressiona, no entanto, com os resultados que até então têm alcançado principalmente por atuarem em realidades territoriais difíceis. Pensamos que, com apoio institucional adequado no âmbito de uma política pública de finanças solidárias, os BCDs têm potencial de se tornarem mecanismos efetivos de enfrentamento a pobreza.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, C. I. A. **Microcrédito emancipatório no Nordeste do Brasil? Estudo de caso do Crediamigo Comunidade nos municípios de Caucaia- CE e Maranguape-CE**. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2008. Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12112/1/CarlosIAB.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016

BRASIL, FUNDAÇÃO BANCO DO. <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-606.htm>. Acesso em 25/08/18

CARVALHO, G. C. **Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho**. Revista NORUS, Novos Rumos Sociológicos, Pelotas, v. 1, n. 1, 2013.

COSTA, Catarina. Portal de Notícias G1 PI. <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/02/sem-agencia-bancaria-cidade-do-piaui-cria-banco-local-e-moeda-propria.html>. Acessado em 07/07/2018.

DIÁRIO DO NORDESTE, Jornal. <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/banco-popular-multiplica-empresendedores-no-interior-1.216715>. Acessado em 07/07/2018.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 1., 2007, Juazeiro do Norte. Anais... Juazeiro do Norte, 2007.

_____; SILVA JUNIOR, J. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. In: DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA, São Paulo: Almedina, 2009.

MORDUCH, J. **The Microfinance Promise**. Journal of Economic Literature, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, 1999.

NERI, M. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen Brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NETO SEGUNDO, J. de M.; MAGALHÃES, S. **Bancos Comunitários: Economia Solidária e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2009.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

RAPOSO, Jaciara Gomes et al. Revista Desenvolvimento Social. Edição Especial, 2014. (ISSN 2179- 6807). file:/// **O Banco Comunitário como plataforma de desenvolvimento socioeconômico local: o caso do Banco Comunitário JARDIM BOTÂNICO**.pdf

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário: serviços solidários em rede.**

Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2007.

RIGO, Ariadne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teorias e práticas.** 2014. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SELA, V. M.; SELA, F. E.; COSTA, S. C da. **A Importância do Microcrédito para o Desenvolvimento Econômico e Social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-2602.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCOMP/Banco Palmas,** 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias.** Cadernos Gestão Social, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-18, set./dez. 2007. Edição especial.

SILVA JÚNIOR, J. T.; GONÇALVES, S. M. da S.; CALOU, A. L. **Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países.** São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo.** São Paulo. Ed. Ática, 2011.

O CLIMA ORGANIZACIONAL COMO FATOR INTEGRANTE DA MOTIVAÇÃO E PRODUTIVIDADE NUMA FRANQUIA DOS CORREIOS¹

Rafaela Conceição Andrade²

Rhubens Ewald Moura Ribeiro³

Ricardo de Sousa Oliveira⁴

Carlos Alberto de Sousa Ribeiro Filho⁵

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO:

Para alcançar o sucesso dos negócios, um dos fatores que proporcionam tal objetivo é a motivação da sua equipe. Essa motivação, dentro de outros fatores, pode ser adquirida de acordo com o clima organizacional em que a empresa gera aos seus colaboradores. A micro e pequena empresa é hoje uma das opções para quem não dispõe de muito capital para investir, onde ela oferece oportunidade de o empreendedor ter seu próprio negócio. Apesar do aumento desse tipo de empresa no mercado brasileiro, a cada três microempresas abertas, uma acaba fechando antes mesmo de dois anos de sua existência. Isso se deve, dentre uma gama de causas, ao péssimo clima organizacional dessas empresas que afetam a motivação e a produtividade das mesmas. Este trabalho tem como objetivo geral analisar como a cultura organizacional influencia a produtividade e motivação dos funcionários de uma franquia dos Correios (Havaí Comércio LTDA), bem como tem seus objetivos específicos avaliar como essa cultura é absorvida por seus colaboradores, descrever como ela afeta e influencia a produtividade e a motivação dos mesmos. Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, fazendo-se uso de entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, bem como análise de conteúdo, onde foi possível evidenciar que a Havaí Comércio LTDA oferece um bom clima organizacional, motivação, comprometimento e reconhecimento aos seus colaboradores. Esse estudo possibilitou a compreensão da importância de se oferecer e oportunizar um bom clima organizacional para que todos os integrantes de uma empresa possam alcançar sucesso em seus negócios.

Palavras-Chave: Clima Organizacional. Cultura Organizacional. Motivação. Produtividade.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharelado em Administração, rafaelajoshua@hotmail.com.

³ Administrador (Universidade Federal do Piauí- UFPI). Professor do Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA, rhubens.ribeiro@gmail.com;

⁴ Bacharelado em Administração pelo Centro Universitário Santo Agostinho, ricardooliveira@gmail.com;

⁵ Administrador (IFPI). Especialista em Mercado Financeiro.

INTRODUÇÃO

O clima organizacional é um fator que pode interferir no desempenho do colaborador, pois, se não fosse um bom clima organizacional as pessoas não iriam enxergar a organização como lugar propício para desenvolver tarefas (MAGGIONI et al., 2015). O clima organizacional refere-se especificamente às propriedades motivacionais do ambiente interno de uma organização como o desempenho humano e a satisfação no trabalho e relações interpessoais. O grau de satisfação material e emocional das pessoas é medido pelo clima organizacional. Na prática o clima depende das condições econômicas da empresa, da estrutura organizacional, das oportunidades de participação pessoal, do significado do trabalho, da escolha da equipe, do preparo e treinamento dos funcionários, do estilo de liderança, da avaliação e remuneração da equipe (SPINDOLA; OLIVEIRA, 2009).

A micro e pequena empresa é uma opção para quem não dispõe de muito capital para investir em grandes campanhas, e as franquias veem oferecendo essa oportunidade de se ter um negócio próprio, porém é necessário que se analise bem vários aspectos antes de montar seu negócio. Ainda que a participação das microempresas tenha aumentado constantemente no Brasil e na maior parte do ambiente mundial, a cada três organizações que são abertas, uma morre antes do segundo ano de vida (SILVEIRA, 2011).

Não há dúvidas de que para alcançar o sucesso dos negócios depende também do ambiente proporcionado pela organização, pois, quando a empresa apresenta um bom clima de trabalho, aliado ao reconhecimento do trabalho feito pelo colaborador, este se transforma num “sócio” interessado no alcance da rentabilidade organizacional, influenciando positivamente no desempenho coletivo (PEDRO, 2006). E é nessa perspectiva que o tema se torna relevante e é dada sua devida importância.

Este trabalho têm os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

- Analisar como a cultura organizacional influencia a produtividade e motivação dos funcionários.

Objetivos Específicos

- Avaliar como a cultura organizacional é absorvida pelos colaboradores.
- Descrever os fatores da produtividade e motivação.
- Avaliar a influência da cultura organizacional.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado na pesquisa foi qualitativo, pois o mesmo oportunizou pressupostos e o uso de estruturas interpretativas teóricas que possibilitaram ao estudo da interferência do clima organizacional na motivação e na produtividade dos colaboradores da empresa, onde foi possível identificar os significados que os mesmos atribuem (CRESWELL, 2014).

Para a coleta dos dados, foi aplicada entrevista focalizada no assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. E ainda, com a complementação da observação direta. (ANDRADE, *et al.*, 2013).

O procedimento de análise de conteúdo foi utilizado, pois proporcionou uma metodologia com amplas possibilidades de escolha, que conceitua entrevista como um método de investigação específico e a classifica como diretivas ou não diretivas, ou seja, fechadas ou abertas (BARDIN, 2016).

Quanto à interpretação, a análise de conteúdo permeou-se entre dois polos: o rigor com que cuida da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Essa é uma técnica refinada, que exige que o pesquisador tenha disciplina, dedicação, paciência e tempo. Faz-se necessário também, que ele tenha certo grau de intuição, sobretudo na definição das categorias de análise. Sem jamais esquecer, do rigor e da ética, que são fatores essenciais (BARDIN, 2016). Tudo isso oportunizado de forma fácil, acessível e livre por todo os componentes da empresa Havaí Comércio LTDA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1: fatores de motivação ao trabalho

Entrevistados	Respostas (com base na pergunta 1)	Extrato
01	Necessidade financeira	A necessidade e o bom relacionamento da equipe
02	Gosta da equipe	
03	Oportunidade	
04	Necessidade	
05	Oportunidade, necessidade	
06	Necessidade, aprendizado	
07	Pagar as contas	
08	O ambiente de trabalho	
09	Amizade de longa data	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

De acordo com a pesquisa os entrevistados demonstraram que a principal razão pela qual vão ao trabalho é a necessidade financeira e a oportunidade que ali encontraram de fazer parte da equipe de trabalho, embora alguns tenham relatado que a motivação é o clima organizacional agradável. É importante que as organizações valorizem o capital humano, para que se transformem em fonte de motivação e satisfação nos objetivos organizacionais (FERREIRA, 2017).

Quadro 2: Como percebe a atual remuneração

Entrevistados	Respostas (com base na pergunta 2)	Extrato
01	Dentro do padrão (comercial)	É percebida somente como sendo a básica e que poderia ser acrescida de gratificação produtiva
02	Poderia ser melhor	
03	Está adequada recebe gratificação	
04	Razoável, poderia ter gratificação	
05	Normal (comercial)	
06	Insatisfatório, não quer mudar de cargo	
07	Poderia ser melhor	
08	Básica, não existe plano de carreira	
09	Acha normal, trabalha um turno	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Durante a entrevista foi unânime a referência do salário base comercial com insatisfatório, mas que poderia ser melhorado se acrescido de uma gratificação em cima da produtividade mensal da empresa para seus colaboradores, fator esse que seria bem motivador para os colaboradores.

Quadro 3: Condições do ambiente de trabalho (iluminação, ventilação, equipamento, etc.)

Entrevistados	Respostas (com base na pergunta 3)	Extrato
01	Boas, almeja mais espaço físico	No geral as condições do ambiente são adequadas, porém podem ser melhoradas.
02	Satisfatória, falta local adequado para as refeições.	
03	Falta de um refeitório, maior espaço para produção	
04	Bom, falta de um refeitório	
05	Falta de espaço para produção	
06	Boas. Um carro maior	
07	Boas, aumento de combustível	
08	Boas, maior espaço para produção	
09	Melhorar a iluminação, e maior espaço	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Um ambiente adequado de trabalho faz grande diferença na produtividade do colaborador. No geral a agência oferece condições adequadas quanto a iluminação, ventilação (ar condicionado na

agência inteira), equipamentos, transportes, o que não significa que poderia ser melhor. O espaço físico da loja na área de tratamento das mercadorias torna-se mínimo diante da demanda da loja, sendo a sugestão de melhoria comentada por todos à ampliação do espaço da produção e a obtenção de um lugar apropriado para a realização das refeições já que a maioria opta por fazer as refeições na própria agência.

Quadro 4: Como descreve o ambiente de trabalho entre os colegas

Entrevistados	Respostas (com base na pergunta 4)	Extrato
01	É uma família	Saudável, onde todos são respeitados por seus colegas
02	Estritamente profissional	
03	Maravilhoso	
04	Ótimo	
05	Não tem o que reclamar	
06	Ótimo	
07	Bom	
08	Harmonioso	
09	Amigável e respeitoso	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

O clima organizacional é um valor de grande valia para as organizações e para as pessoas que nela trabalham, um bom envolvimento em grupo facilita a compreensão dos objetivos da empresa, uma comunicação efetiva envolve todo o capital humano, agregando valor para a empresa e para seus funcionários.

Quadro 5: Grau de responsabilidade

Entrevistados	Respostas (com base na pergunta 5)	Extrato
01	Grande	O trabalho é um ciclo onde um depende do outro para concluir a atividade.
02	Grande	
03	Muita responsabilidade	
04	Alto	
05	Exige muita atenção	
06	Alto	
07	Alto	
08	Alto	
09	Alto	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

A responsabilidade compreendida pelos funcionários é percebida em todos os níveis, onde cada um percebe como alto o grau de responsabilidade de tarefa por mais simples que seja, já que um

erro no tratamento das encomendas atrasa o processo produtivo, e quando não pode ocasionar pontos negativos para a franquia diante do Correio Central, já que são constantemente avaliados.

Quadro 6: Assumir maior responsabilidade

Entrevistados	Respostas (com base na pergunta 6)	Extrato
01	Possível	Oportunidade de mostrar seu potencial
02	Tem medo do novo	
03	Não tem interesse	
04	Possível	
05	Sente capacidade	
06	Possível	
07	Desde que não fique sobrecarregado	
08	Não. Está muito bem	
09	Assumiria	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Como a empresa tem a cultura de treinar seus colaboradores em todas as funções existentes na empresa (colaboradores internos), preparando esse funcionário para substituir qualquer um que seja, no momento de necessidade, assim a empresa não fica com sua força de trabalho comprometida fato esse que acaba por ressaltar o comprometimento dos colaboradores com a empresa. Utilização e desenvolvimento de capacidades é um dos fatores analisados por Walton na qualidade de vida no trabalho (SANTOS, 2002).

Quadro 7: É reconhecido?

Entrevistados	Respostas (com base na pergunta 7)	Extrato
01	Sim	Sim. Todos se sentem reconhecidos pelo seu trabalho.
02	Sim	
03	Sim	
04	Sim	
05	Sim	
06	Sim	
07	Sim	
08	Sim	
09	Sim	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Todos os entrevistados se declararam reconhecidos no que fazem, o que eleva seu grau de satisfação na empresa, ser confiada uma tarefa à qual sabe que tem a capacidade de executá-la da

melhor forma. Tratar os outros como gostaria de ser tratado é uma regra de ouro que proporciona satisfação e põe respeito ao próximo (SILVA; SOUZA; MARIANO, 2016).

Quadro 8: Expor ideias, sugestões

Entrevistados	Respostas (com base na pergunta 8)	Extrato
01	Sim, mesmo que não aceite	Sabem que podem ser ouvidos
02	Não.	
03	Bem à vontade	
04	Sim	
05	Não tem idéias a expor	
06	Sim. Vai ser ouvido	
07	Sim. Na oportunidade certa	
08	Sim. Receptividade	
09	Sim. Liberdade para falar o que tiver errado	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

É gratificante saber que se pode colaborar de alguma maneira para melhoria e crescimento da empresa, mesmo sabendo que nem todas as sugestões são viáveis a maioria sente-se à vontade para compartilhar suas ideias. Essas ideias são sempre relatadas de maneira isolada.

CONCLUSÕES

O objetivo da realização dessa pesquisa de campo na agência dos correios foi descobrir como a motivação da organizacional influencia a produtividade de seus colaboradores, observações realizadas durante a pesquisa foi evidenciado muitos pontos positivos a respeito do clima e a motivação dos colaboradores, como em toda empresa, também existem problemas que merecem atenção.

Embora o clima organizacional seja positivo, o fator que mais motiva seus colaboradores é o fator financeiro, onde todos desejam ser melhor remunerados, embora a agência não ofereça aos seus colaboradores a possibilidade de crescimento dentro da empresa, todos mostram-se satisfeitos em suas funções, pois sabem que um depende do outro para que ocorra todo o processo produtivo.

Quando questionados sobre os benefícios da empresa, a resposta foi de que não existia nenhum benefício oferecido, contudo durante a pesquisa foi constatado que os colaboradores, assim desejarem podem ter plano de saúde em cooperação com a empresa associada aos correios, no caso as franquias, outro benefício oferecido pela empresa é a possibilidade de seus colaboradores poderem

se ausentar da empresa para resolverem problemas pessoais desde que não interfira no funcionamento das empresas.

Um fato comentado por todos os entrevistados é o de que a agência precisa de mais espaço já que sua demanda é grande, então faz-se necessário ampliar a área produtiva com melhor distribuição dos móveis e a transferência do refeitório para uma área externa o que possivelmente resolveria ambos os problemas: a falta de espaço e a falta de um local adequado para as refeições.

A pesquisa obteve resultado satisfatório, expondo que a empresa é um bom lugar para se trabalhar, onde os colaboradores se sentem motivados e reconhecidos no que fazem, apontando que são respeitados, demonstrando comprometimento com a empresa, confirmando a literatura de que com um bom clima organizacional, valorização dos funcionários, fazem eles sentirem-se como parte da família.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. C.T; MIZAE, G. A; ANDRADE, G. H. N; BRITO, M.J. **A Aplicação do Modelo da Dinâmica da Cultura de Hatch e a Pesquisa Multimétodos**: uma contribuição metodológica, V.17, n 25, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, ano, 2016.

CRESWELL, JOHN W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo cinco abordagens**, 3ª edição, Porto Alegre: Penso, 2014.

FERREIRA, F.P,A, **Análise do clima Organizacional dos Colaboradores as Secretaria de Administração e Contratações do Senado Federal**, 2017.

MAGGIONI, AF; AMARAL, DG; SANTOS, M. M; CARVALHO, M B de, O imaginário organizacional das relações interpessoais, **Revista Ciências Humanas e Sociais Unit**, vol. 2, nº 03, 2015.

PEDRO, W. J. A. **Gestão de pessoas nas organizações**, **Revista UNIARA**, n.17/18, 2006.

SANTOS, S. C. M, **Qualidade de vida no Trabalho**, Setembro, 2002.

SILVA, J. F da; SOUZA, K. A. N; MARIANO, M. O. C, **Ética e Responsabilidade Social Empresarial: Impactos da Ausência e Benefícios da Presença**, 2016.

SPINDOLA, MB; OLIVEIRA, A P D, **SynThesis Revista Digital FAPAM**, Para de Minas, vol. 01, nº 01, 2009.

SILVEIRA, J. I. F. **A aprendizagem organizacional em microempresas**. Brasília, 2011.

GT 10

GRUPO TEMÁTICO

PRÁTICAS INOVADORAS DE GESTÃO COM QUALIDADE

GT 10 - PRÁTICAS INOVADORAS DE GESTÃO COM QUALIDADE

Josimar Alcantara de Oliveira¹

Cristovam Colombo dos Santos Cruz²

A proposta desse Grupo Temático, está respaldada nas diretrizes apresentadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), por meio de setores como a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) e o ISAR (*International Standards of Accounting and Reporting*), ONU/UNCTAD/ISAR, para formação superior de profissionais. Dessa forma, essas diretrizes podem ser utilizadas como guia por qualquer instituição de ensino superior para a construção de suas propostas curriculares e por sua vez, criação e implantação de linhas de pesquisas, com o propósito de incentivar o desenvolvimento de habilidades investigativas nos alunos de graduação, Pós-Graduação, egressos, docentes e também na comunidade.

Nessa perspectiva, o perfil do profissional que deve ser capaz de atuar em diferentes espaços, torna-se é necessário que sua formação esteja alinhada às necessidades do mercado, portanto, o objetivo deste Grupo Temático é agregar estudos que contemplem resultados das transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e na sociedade como um todo, provocadas pela globalização. Esse fenômeno tem afetado as trocas a gestão das organizações, investimentos, informação e cultura, integrando as economias e os negócios. Com isso, surgiu a necessidade de informações matemáticas e estatísticas mais claras e objetivas, e que fossem compreendidas por sujeitos de diferentes organizações. Desta forma, a harmonização das práticas de gestão exige um profissional que possa atuar além de suas fronteiras. Segundo Riccio e Sakata (2004), as instituições de ensino [...] dos diversos países são estimuladas a adequar-se à nova realidade proveniente das mudanças provocadas pela globalização. Assim, esse Grupo Temático considera que deve haver “convergências nas

¹ Doutor em Engenharia de Produção (Universidade Paulista – 2016); Mestre em Finanças de Empresa (Universidade Federal da Paraíba – 2002); Especialista em Docência do Ensino Superior (Centro Universitário Santo Agostinho – 2007); Especialista em Contabilidade (Universidade Federal do Piauí – 1998); Bacharel em Ciências Contábeis (Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – 1989). Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Piauí – UESP. Coordenador de Curso de Graduação em Ciências Contábeis no UNIFSA. Professor de Pós-Graduação, Membro da Comissão Própria de Avaliação, Membro do Comitê de Ética do UNIFSA. Coordenador local do Minter em Economia do Setor Público (Universidade Federal do Ceará) - Coordenador local do Minter em Engenharia de Produção – UNIP/UNIFSA.

² Graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (1994) e em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí (1985). Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (2008). Professor de Contabilidade Gerencial, Tributária e Financeira e de Direito Tributário.

abordagens do conhecimento nos diversos países, formando profissional com competências semelhantes.

Atualmente, o mercado precisa de um profissional qualificado capaz de entender as dimensões das transformações impostas pela globalização às economias locais, como afirmam Magalhães e Andrade (2006). Já conforme Pereira e outros (2005), a qualificação em nível mundial não é exigência imposta por leis ou outros fatores legais, mas, sim, por uma demanda social concreta resultado de uma sociedade que possui seus mercados cada vez mais integrados. Portanto, a proposta do grupo de trabalho é possibilitar aos pesquisadores docentes e discentes das diversas áreas de conhecimentos, de instituições de ensino superior, a publicação de estudos acerca de Práticas Inovadoras de Gestão com Qualidade. Poderão inscrever-se nesse GT Pesquisas: Bibliográfica, Estudo de Caso, Relato de Experiência, Estudo Documental, De campo e Pesquisa-ação. Os autores dos trabalhos aprovados farão exposição oral e possibilitarão o debate enriquecedor da pesquisa em pauta.

REFERENCIAS

COSTA NETO, Pedro Oliveira. **Administração com Qualidade**. São Paulo: Blucher, 2010

DAVEL, E.; VERGARA, S. **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2001.

DIAS, J. M. G. **Preditores do comportamento organizacional na EMATER/MG**.1993. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2002.

FLEURY, M.T.L.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

GREY, C. **O fetiche da mudança**. Revista de Administração de Empresas, v. 44, n. 1, p. 10-25, jan./mar. 2004.

PROGRAMA DE JOVEM APRENDIZ SUA EFETIVIDADE MEDIANTE LEGISLAÇÃO BRASILEIRA¹

Luís Fernando Silva Monteiro²

Jovina da Silva³



RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o programa de jovem aprendiz, sua efetividade diante da Legislação brasileira. Possibilita a inclusão social com o primeiro emprego de carteira assinada, assegurando seus direitos trabalhistas, tornando-se importante no desenvolvimento profissional, adquirindo conhecimento e práticas no mercado. Diante do cenário em que o jovem adquirir protagonismo e características profissionais, formação técnica através de parceria entre empregadores e as entidades formadoras habilitadas. O estudo tem caráter bibliográfico e abordagem qualitativa. Tem como fundamentação Teórica os autores como, Chiavenato (1999), Rizzini (2002), Oliveria (2009) e Morin (2000). Analisando os resultados, observa-se o interesse pelo primeiro emprego, mas o jovem ao deparar-se com uma realidade com a qual não estava preparado ou imaginado acaba desistindo ou protelando os estudos para poder trabalhar, neste sentido, infere-se que a Empresa volta seu olhar no desenvolvimento profissional do jovem, busca desenvolver suas competências.

PALAVRAS CHAVES: Programa do jovem aprendiz, legislação, formação profissional.

INTRODUÇÃO

Observa-se atualmente o grande interesse de jovens almejam o mercado de trabalho, buscando melhorar a situação de vida e qualificação profissional. Partindo desta assertiva, sabe-se que o futuro de uma nação depende dos jovens que estão inseridos no mercado de trabalho, e a ele dado uma boa educação.

O cenário atual do Brasil aponta que o desemprego e a rotatividade são muito maiores entre os jovens de acordo com manual de aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego, não por que eles não sabem o que querem ou por que o mercado não os queira,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Discente Bacharel em Administração da UNIFSA. luissfernando@hotmail.com

³ Docente da UNIFSA e Mestre em Educação (UFPI). profjov@hotmail.com

mas por que, na maioria das vezes, o ingresso no mercado de trabalho se dá de forma precária, sem acesso à qualificação adequada e com jornadas que desestimulam a continuidade dos estudos. Desta forma, o programa de aprendizagem, oportuniza a entrada do jovem no mercado de trabalho auxiliando a formação profissional do jovem, mas acaba afastando-se pelos motivos citados.

A empresa como um espaço de aprendizagem e desenvolvimento do jovem, tem um papel fundamental. O sujeito desenvolve e adquire habilidades que forma seu perfil profissional e beneficia a empresa com uma mão de obra jovem e flexível a desenvolver funções em sua área de atuação.

JOVEM APRENDIZ E O MERCADO DE TRABALHO

O Trabalho infantil, tendo um impacto relevante na revolução industrial por volta do século XIX, em que boa parte das famílias se sustentava apenas com o trabalho em suas pequenas propriedades rurais em que antes a principal preocupação era a educação, colocar os filhos na escola. Logo após o início da revolução em relação ao poder econômico da família foi necessário inserir o jovem no trabalho e muitas vezes priorizando ele em vez dos estudos.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o Brasil era palco de profundas e rápidas transformações. Apesar da mentalidade essencialmente rural-agrária, o país se urbanizava a passos largos e demandava do Estado uma reorganização de suas forças políticas. Nesta passagem da vida rural para a urbana, ganhava particular relevo os conhecimentos médicos sobre higiene, notadamente aqueles sobre o controle e prevenção de doenças infectocontagiosas. Dada a importância evidente e imediata da prática médica para a vida social urbana, sua influência foi decisiva, [...] Os olhares preocupados dos médicos voltaram-se para a criança, sobretudo a criança filha da pobreza (RIZZINI, 2002, p. 16).

Nessa compreensão há uma analogia em relação ao aprendiz pautada as necessidades fisiológicas, em que posteriormente detinha uma visão abstrata, partindo desse modo para estudo das causas biológicas da delinquência infantil. CORREA (2001. p. 81), neste sentido, observa-se que:

Pretendia-se defender os interesses gerais da sociedade transformando essas pobres crianças, fadadas ao crime e à miséria, em valores humanos e sociais, criando uma assistência, não só dos criminosos de hoje, mas principalmente dos de amanhã, que são os menores abandonados e delinquentes.

Nessa perspectiva, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em alusão ao jovem aprendiz no mercado de trabalho. Esta instituição estabeleceu a idade mínima, que passou a ser de 14 (quatorze) anos, ou, à idade de conclusão da escolaridade obrigatória, previsto seu art. 2º, parágrafo 2, que trata da proibição do trabalho noturno, nas restrições nos trabalhos em indústrias e dentre outras.

Com relação a contratação, a Lei Nº 10.097/00 assegura no art. 428 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho):

O contrato e aprendizagem é contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze anos e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Considerando a Legislação referida, para que seja considerado jovem aprendiz, ele deve ter entre 14 a 24 anos está regulamente matriculado em uma instituição de ensino, fundamental, médio, técnico profissionalizante ou ensino superior. O empregador tem o direito de escolher a idade e o nível de escolaridade, em atendimento a necessidade da empresa. Consoante o artigo 428 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o qual foi alterado pelo Decreto Lei 5452/43:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005).

Dessa forma, a empresa tem como obrigação a contratação dos jovens de acordo o art. 429 da CLT, com redação dada pela Lei 10.097/00, determina que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular aprendizes nos Serviços Nacionais de Aprendizagem. A previsão é repetida pelo art. 9º do Decreto Regulamentar nº 5.598/2005. Portanto observa-se, para que ocorra a contratação por cada estabelecimento da empresa pública ou privada torna-se necessário obedecer equivale a no mínimo, 5% (cinco por cento), e no máximo, 15º (quinze por cento), dos trabalhadores existentes, cujas funções demandem formação profissional. O percentual é calculado por estabelecimento e não em relação à empresa toda. Deste modo, a empresa que tenha mais de uma filial cada uma deve seguir o percentual exigido.

No momento da seleção, é necessário que a empresa tenha capacidade qualificada de seleção, observando a necessidade diferencial do perfil dos jovens e as habilidades humanas. Milkovich e Boudreau (2000) ressaltam que:

Existem provavelmente uma variedade infinita de formas de medir as informações dos candidatos e outras tantas continuam sendo criadas a cada dia. Os testes informatizados e a triagem genética eram absolutamente desconhecidos há alguns anos; hoje, muitas empresas lançam mão dessas técnicas. No entanto, as técnicas tradicionais de coleta de informações, como o uso de formulários e entrevistas, ainda são as mais amplamente utilizadas.

Rocha (1997) descreve essa importância como: “uma boa gestão de pessoas é condição necessária para o sucesso” e Chiavenato (1999) entende que “lidar com as pessoas deixou de ser um desafio e passou a ser vantagem competitiva para as organizações bem-sucedidas”. Neste sentido, alguns setores de RH contribuem qualitativamente para empresa e para o jovem, identificando os interesses de ambos buscando alinhá-los.

O processo de seleção parte do ponto de que o aprendiz é diferente de outro tipo de profissional, pois o objetivo principal é aprendizado, assim, durante a seleção é necessário analisar os interesses e plano de vida do jovem. Quando a empresa ver o menor aprendiz como um sujeito que está na empresa para aprender e se desenvolver profissionalmente e lá se propõe a contribuir para que isso ocorra, possibilitando a este aprendiz o desenvolvimento

que resulta em um bom desempenho na empresa, com este apoio e incentivo se motiva a desenvolver um bom trabalho.

Os desafios que envolve a formação do jovem aprendiz estão ligados as necessidades de cada profissional, suas etapas em relação à aprendizagem e às demandas do mercado, que cada vez é mais exigente. Para Morin (2000), a globalidade de conhecimentos é o desafio da própria complexidade; os componentes que constitui o todo, econômico, político, sociológico, psicológico e mitológico, são inseparáveis. Um jovem incapaz de perceber o contexto fica cego, inconsciente e irresponsável.

Partindo desse pressuposto, é crucial a formação teórica do profissional visto que é através da formação que ele desenvolve as capacidades para atuar na empresa. Em consequência, o jovem constrói uma visão crítica profissional e seu plano de vida baseado em suas necessidades e experiências concretas.

Diante há formação o jovem desenvolve habilidades, adquirido saberes que são colocados em prática na empresa em que atua, e simultaneamente as habilidades operacionais. O sujeito ao final da experiência do programa ele se encontra habitado a ingressar no mercado de trabalho de um modo seguro e confiante. A empresa transforma um jovem em um profissional eficiente, confiando em seu potencial e tornando um colaborador, que ao mesmo tempo em que aprende, contribui.

As pessoas devem ser visualizadas como parceiras das organizações. Como tais, elas são fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações: a inteligência que proporciona decisões racionais e que imprime significado e rumo aos objetivos globais. E é neste ambiente, que os colaboradores compartilham conhecimento e desenvolvem as suas competências. (CHIAVENATTO, 2004, p.8).

O jovem durante e depois da experiência no programa desenvolve habilidades de comunicação, liderança, proatividade, tornando-se um jovem apto ao mercado. Ao iniciar sua carreira profissional, depara-se com várias descobertas, 1º salário, responsabilidades profissionais, direitos do trabalhador e principalmente, é inserido em um espaço de

profissionais capacitados. Desta forma, o jovem é instigado a se desenvolver e buscar autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de Jovem Aprendiz nas organizações é sem dúvida uma ótima estratégia para desenvolver e adquirir novos talentos. O mesmo abre portas para jovens motivados a trabalhar, desenvolver habilidades profissionais. Oportuniza no mercado de trabalho o primeiro emprego, com os benefícios garantidos por lei, desta forma na medida em que se tornam responsáveis, com as obrigações que lhes são impostas, se refugiarão das ruas, do mundo das drogas, da prostituição e dentre outras formas negativas.

Dessa forma, a empresa capacita o jovem de forma teórico e prático, e o jovem aprendiz, com um bom desempenho tem possibilidade em acordo com a política da empresa de ser contratado. Verificando-se que a empresa tem papel fundamental no desenvolvimento do jovem, é importante que está o valorize e capacite-o, vendo ele não só como aprendiz mais sim um colaborador em formação que trará benefícios para empresa.

Diante do exposto, ressaltam-se os interesses comuns entre empresa e aprendiz de incentivar o trabalho do aprendiz, demonstrando a importância e vantagens para empresa e para o jovem. Pois, a partir do momento em que estes têm a chance de ingressar no mercado, passa por uma transformação, ou seja, na forma de ver o mundo e no exercício da cidadania.

REFERENCIAS

BRASIL. **Decreto n 7.566 de 23 de setembro de 1909**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909>. Acesso em: 20.mar.2018.

_____. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Área Profissional: Gestão e Negócios**. 2000. Brasília, DF. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em: 21.mar.2018.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando com as Pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GUIMARÃES, M. F.; ARIEIRA, J. O. **O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão**. Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

MORIN, E. **Cabeça bem Feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento**: Beltrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, O. **Trabalho e Profissionalização de Adolescente**. São Paulo: Editora LTR, 2009. 320 p.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança. 20 de novembro de 1959**. Disponível em:<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 15.mar.2018.

ROBBINS, S. S. P. **Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações**. 4. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ROCHA, J. A. O. **Gestão de Recursos Humanos**. Lisboa: Editorial Presença. 1997.
SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. 3. d. Brasília: TEM, SIT, SPPE, ASCOM, 2009. 84 p.
VADE MECUM. **Seleção leis**. São Paulo: Saraiva, 2010. 2247p.

GESTÃO DE CUSTOS: SUA IMPORTÂNCIA PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS¹

Andressa Line Campelo de Lima²

Gorthon Lima Moritz³

Islara Rayane de Sousa Sena⁴

Larissa de Almeida Barbosa⁵

Sebastião Rodrigo Campelo da Silva⁶

Simone Costa dos Santos⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Este artigo busca evidenciar a importância dos custos para geração de informação como ferramenta para as tomadas de decisões empresariais. Justifica-se pela necessidade de informações seguras para auxiliar as empresas em suas decisões, e os custos são elementos que dão base para esse fornecimento de informações gerenciais, bastando conhecê-los e saber como utilizá-los. O presente trabalho trata inicialmente de como se relacionam as contabilidades de custos e gerencial, e no decorrer, será tratado especificamente de pontos importantes que ligam essas contabilidades com o propósito de auxiliar os gestores como a contabilidade em si, os custos, a gestão de custos e as informações gerenciais. O conteúdo disposto foi obtido através de pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo. Por meio das pesquisas realizadas, pode-se concluir que os custos são realmente importantes para elaboração de informações gerenciais como forma de proporcionar subsídios para as tomadas de decisões empresariais.

Palavras chave: contabilidade, custos, gestão.

INTRODUÇÃO

Devido à revolução industrial e o consequente aumento das empresas industriais, a contabilidade identificou o problema para a adaptação dos processos de apuração dos resultados comerciais para as empresas industriais. Logo, empresas comerciais apenas revendiam produtos adquiridos por outros, enquanto que empresas industriais além de comprar matérias, usavam fatores de produção para transformar essas matérias em produtos para revenda. A solução para este problema nas empresas industriais foi continuar usando o mesmo método de apuração dos resultados das empresas comerciais, mas aplicando uma

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²⁻⁷ Acadêmicas do curso Ciências Contábeis – Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

substituição. Os itens de compra foram trocados pelo pagamento efetuado nos fatores que são alocados a produção de um bem. Esses gastos utilizados na produção passaram a ser denominados de custos de produção e a contabilidade que cuidava dos gastos para a produção de produtos passou a ser chamada de contabilidade de custos.

A Contabilidade de custos no seu início tinha como principal função apenas avaliar os estoques em empresas industriais e apurar os seus resultados, pois havia uma complexidade maior do que nas empresas comerciais. Com o passar do tempo a assumiu duas novas destinações importantes dentro da contabilidade gerencial. Passou a ter como função auxiliar o controle e as tomadas de decisões empresariais. Contabilidade Gerencial ou contabilidade de gestão é uma ferramenta utilizada para auxiliar na gestão de negócios é estratégica no que diz respeito fornecer subsídios à administração das organizações. Dado o crescimento de empresas, e conseqüentemente o afastamento entre administradores, ativos e colaboradores administrados, a contabilidade de custos passou a ser vista como uma eficiente ferramenta para auxiliar no desempenho das empresas, no tocante gerencial.

Como custos pode ser entendido como o valor pago ao trabalho necessário para a produção ou aquisição de bens, por isso, é possível que haja dúvidas com relação as terminologias dentro contabilidade de custos, das quais podem ser confundidas o desembolso, gastos, custos, despesas, investimento e desperdícios. E o questionamento é, não é tudo a mesma coisa, ou seja, sinônimos? Não, não é! Embora estejam entrelaçadas para ajudar na obtenção de informações, para cada uma destas terminologias existe um significado que as compreendem. Nesse contexto o questionamento é, os custos são realmente importantes para gerar informações gerenciais? O presente artigo tem como objetivo evidenciar a importância dos custos para elaboração de informações gerenciais, e a utilização dessas informações no auxílio as tomadas de decisões empresariais.

GESTÕES DE CUSTOS

Segundo Pompermayer & Lima (2002). Quanto mais intensa a concorrência a que estiver submetida uma empresa, mais importante será dispor de um sistema de custos que

lhe permita conhecer seus custos e, a partir daí, encontrar uma posição vantajosa diante de seus concorrentes. De acordo com Oliveira & Perez (2009) A principal função do sistema de custeio é indicar o custo incluso no processo de produção de bens ou de prestação de serviços. Além da informação sobre o custo pode providenciar informações sobre os gastos incorridos nos diversos setores que compõem a estrutura organizacional da empresa. Castro et al. (2015) entende que devido ao mercado atual, onde existe muita competitividade e em constante mudanças, é válido as tomadas de decisões oportunas e planejadas, podendo estas serem vitais para a organização. Devido a isso, a gestão estratégica de custos torna-se uma ferramenta importante para as organizações, visto que, oferece informações seguras, possibilitando um planejamento de mercado consistente e preparando seus gestores e administradores para enfrentar diversas situações. Conforme Martins (2010).

A expressão “gestão estratégica de custos” vem sendo utilizada nos últimos tempos para designar a integração que deve haver entre o processo de gestão de custos e o processo de gestão da empresa como um todo. Entende-se que essa integração é necessária para que as empresas possam sobreviver num ambiente de negócios crescentemente globalizado e competitivo.

Segundo Silva (2013), o conhecimento e o domínio das técnicas de apuração de custos são fundamentais para o gerenciamento eficiente e eficaz visando a continuidade de uma empresa. Conhecer, administrar e controlar com muita propriedade os custos e despesas gerados para a produção e comercialização de seus produtos ou serviços é importante e todas as empresas deveriam fazer estas coisas. Ressalta que os objetivos do estudo de gestão de custos são fornecer informações sobre a rentabilidade e desempenho de diversas atividades da empresa; auxiliar no planejamento, controle e desenvolvimento das operações; fornecer informações para as tomadas de decisões.

A gestão de custos é uma ferramenta que busca oferecer as empresas informações que lhes permitam manter no mercado produtos de qualidade a um custo menor do que aquele oferecido pelos concorrentes. Neste contexto a análise da relação de custo/volume/lucro e aplicação de mecanismos como margem de contribuição, ponto de equilíbrio contábil e a alavancagem operacional, são instrumentos que podem contribuir

significativamente na tomada de decisão (CARETO, JAYME, TAVARES & VALE, 2006)

Shank & Govindarajan (1997) apud Castro et al. (2015) entendem que:

É uma análise de custos vista sob contexto mais amplo, em que os elementos estratégicos tornam-se mais conscientes, explícitos e formais. Aqui, os dados de custos são mais usados para desenvolver estratégias superiores a fim de se obter uma vantagem competitiva.

INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Segundo Corbett (1997) apud Queiros e Rentes (2010). A Contabilidade de custos não é capaz de fornecer informações á correta tomada de decisão. A menos que seja feito a apropriação dos custos pelos métodos de custeio por absorção, variável, ABC ou qualquer outro que tenha como base os custos. De acordo com Szuter et al. (2005) vários profissionais têm se restringido ao produto gerado pela contabilidade, mas que este não está proporcionando informações necessárias para as decisões. Ludicibus & Oliveira (2003) apud Szuter et al. (2005), afirma que o mercado tem tido forte percepção sobre as demonstrações contábeis não apresentarem realidade com relação a estrutura contábil e financeira.

De acordo com Rosa (2004). Tomadas de decisões envolvem o processo de controle, decisão e execução onde é fundamental a gestão de conhecimento. Para isso, é preciso distinguir informações gerenciais e operacionais. Onde as informações gerenciais possibilitam a continuidade das operações dentro do ciclo operacional das empresas. E as informações operacionais são destinadas a auxiliar os processos de decisões. Existem vários fatores importantes para tomadas de decisões, como objetivos, alternativas, competições, criatividade, tecnologia e pressão do tempo, e para isso, é fundamental o auxílio dos sistemas de informações gerenciais e de apoio à decisão. Segundo Leone (2000, p. 21) apud Pompermayer & Lima (2002):

“A visão gerencial dos custos completa-se no momento em que visualizamos custos na empresa e/ou instituição como um centro processador de informações, que recebe(ou obtém) dados, acumulados de forma organizada, analisa-os, interpreta-os, produzindo informações de custos para diversos níveis gerenciais”.

Segundo Oliveira &Perez Jr (2009). As informações que um sistema de custo eficiente e eficaz deve proporcionar de forma detalhada são os custos diretos, indiretos, fixos e variáveis; geradores de custos; atividades e processos que agregam ou não o valor a seus produtos e serviços; margem de contribuição de cada produto ou serviço; departamento deficitários, que precisam sofrer processos de melhoria; mix de produtos para maximizar o lucro e obter a melhor rentabilidade; preços competitivos baseados na determinação e análise do ponto de equilíbrio. “Todos os sistemas de informações gerenciais são compostos por fontes internas e externas à organização. Essas fontes permitem trazer fatos do passado, presente e projetar futuros cenários prováveis”. (VICO MAÑAS 2012 apud AMORIM. 2015). Segundo Padoveze (2012) apud Amorim (2015). As necessidades dos gestores de empresas, de informações contábeis para o processo de planejamento, execução e controle de suas atividades e para avaliação de desempenho, são satisfeitas pelos diversos instrumentos que contabilidade gerencial proporciona, através dos sistemas de informações contábeis gerenciais. Para Amorim (2015) os sistemas de informações contábeis tem por finalidade reunir e transmitir as informações necessárias e importantes sobre o negócio de forma a auxiliar o gestor os processos decisórios:

Os dados gerados pelo sistema de custos constituem-se em importante elemento dos sistemas de informações gerenciais, pois representam os resultados de um trabalho de processamento alicerçado num modelo de sistema exaustivamente desenhado e elaborado para atender as necessidades gerenciais específicas da empresa, levando em conta seus objetivos e metas, seus parâmetros e prioridades. Essas informações deverão advir de contatos iniciais com usuários do sistema (gerentes de produção, finanças, recursos humanos, vendas, marketing, contabilidade, engenharia, projetos, desenvolvimento de produtos) para que os sistemas de custos produzam relatórios gerenciais confiáveis, eficientes e úteis para diversas áreas funcionais da empresa (POMPERMAYER, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos percorridos no texto, entendemos que os dias de hoje requer o máximo de atenção aplicada a gestão de organizações. E para isso, a contabilidade foi criada, e aprimorada com o passar do tempo, para lidar com as adversidades

dos negócios empresariais e auxiliar na constante mudança em que vivemos, proporcionando sobrevivência de empresas e minimizando riscos para os empreendedores ao investir.

Como foi visto a contabilidade de custo que antes era apenas para avaliar estoques, hoje é uma ferramenta importante utilizada para manter o equilíbrio gerencial e para fornecer informações que auxiliam nas decisões. Os custos contribuem de fato, e são importantes para geração de informação. Utilizados para o cálculo de fixação do preço de venda adequado de um produto ou serviço; para encontrar a margem de contribuição do produto ou serviço, que é o valor conhecido como uma sobra para cobrir os custos e despesas fixas e ajudar na lucratividade da empresa, importante também para a análise do ponto de equilíbrio em unidades monetárias e quantidade que diz respeito a quanto em reais ou em unidades deve ser vendido para haja equilíbrio na organização, que quer dizer nem lucro, nem prejuízo. É necessário que além de conhecer os custos alocados aos produtos ou aos serviços prestados, saber distinguir para que seja alocado de forma coerente, e assim, obtenhamos informações confiáveis e úteis. As informações gerenciais quando obtidas e aplicadas de forma correta podem ajudar na alavancagem de uma empresa, assim como, a falta dessas informações ou utilização inadequada podem fazer com que a empresa só decline até entrar em falência.

Diante das informações analisadas, pode-se concluir que, os custos, o gerenciamento de custos e as informações gerenciais são ferramentas essenciais para o cuidado na gestão de empresas de qualquer porte, e de qualquer segmento de mercado. Pois auxiliam no alcance do sucesso empresarial com informações mais precisas, dotadas de segurança para as tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS:

AMORIM, Diego F. B.. A importância da contabilidade gerencial para a gestão dos negócios. **Revista científica semana acadêmica**, Fortaleza, v.1, n. 000078, 2015. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-da-contabilidade-gerencial-para-gestao-dos-negocios>> . Acesso em: 21 de maio de 2018.

CARETO, E. S. ; JAYME, G.; TAVARES, M. P. Z.; VALE, V. P. Gestão estratégica de custos: custos na tomada de decisão. **Revista de economia da UEG**, Anápolis(GO), n.2, v.2, Jul/Dez, 2006.

- CASTRO, C.A. O.; SANTOS, E.M.; HIRAIDE, R. A. B.; GOMES, A.; LAMEU, M. A.; LIMA, I.G. **A gestão estratégica de custos como diferencial competitivo para micro e pequenas empresas**. 2015, Disponível: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2015/gest_estrategica_custos.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2018.
- ELISEU, Martins. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDICIBUS, Sérgio. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, Gustavo. P. de. **Contabilidade Tributaria**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ, José H. **Contabilidade de custos para não contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- POMPERMAYER, C. B.; LIMA, J.E.P. Finanças empresariais. Curitiba, **Associação Franciscana de ensino senhor bom Jesus**. p.49- 68, 2002.
- POMPERMAYER, C. B. Sistemas de gestão de custos: dificuldades na implantação. **Rev. FAE**. Curitiba, n.3, v.2, p.21-28, set/dez. 1999.
- QUEIROZ, J. A.; RENTES, A. F. Contabilidade de custos vs. Contabilidade de ganhos: respostas às exigências a produção enxuta. **Rev. Gest. Prod.**, São Carlos. N.2, V.17, p.377-388, 2010.
- RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ROSA, F. S. Contabilidade e gestão do conhecimento como apoio á tomada de decisão. **Rev. CRCSC & Você – CRCSC**. Florianópolis, n.8, v.3, p.37-54, Abril/Jul., 2004.
- SILVA, N. M., Objetivos e os tipos de gestão custos. **Administradores.com**. 2013. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/os-objetivos-e-os-tipos-da-gestao-de-custos/70883/>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.
- SZUSTER, Natan; SZUSTER, Fortunné R.; SZUSTER, Flávia R. Contabilidade: Atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. **Rev. contabilidade Financeira – USP**, São Paulo, n.38, p,20 – 30, 2005.
- VICECONTI, Paulo. E. V; NEVES, Vicente. **Contabilidade básica**. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ZANLUCA, Júlio. C. Os princípios da contabilidade , 2016. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principiosfundamentais.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

GT 11

GRUPO TEMÁTICO

**GESTÃO ORGANIZACIONAL E MAPEAMENTO DE
PROCESSOS**

GT 11 - GESTÃO ORGANIZACIONAL E MAPEAMENTO DE PROCESSOS

Prof. Me. Cícero Tadeu Tavares Duarte¹

Luno Gomes de Oliveira²

Esse GT - Grupo Temático em Gestão Organizacional e Mapeamento de Processos se justifica por ter um caráter interdisciplinar, ou seja, pode atender estudos acerca de trabalhos em organizações de diversos segmentos contemplando várias áreas do conhecimento. As organizações não possuem um nível de gestão elevado o que estimula os alunos um aprofundamento ao tema desse GT. Compreende-se o Mapeamento de Processos como uma forma moderna de entender a gestão podendo ser usado pela gestão em vários níveis, a fim de padronizar e provocar uma melhoria contínua, fazendo com que as organizações se mantenham flexíveis e inovadoras em ambientes competitivos e turbulentos.

Nessa perspectiva, esse GT objetiva agregar valor à semana científica com o tema de Gestão Organizacional e Mapeamento de Processos contemplando as várias áreas e focando no Mapeamento de Processos como ferramenta de gestão para a organização.

Segundo Campos (2014) só se pode gerenciar o que se pode medir, dessa forma o gerenciamento só será possível quando os gestores são capazes de mensurar e acompanhar os indicadores de desempenho. Já Villela (2000) diz que as organizações investem anualmente montantes significativos dos seus recursos em reestruturação para manterem-se flexíveis e inovadoras em ambientes competitivos e turbulentos. O gerenciamento de processo pode ser trabalhado com o padrão BPM - *Business Process Management*.

¹ Possui graduação em Administração pela Faculdades Estácio de Teresina (2001), especialização em Gerência de Recursos Humanos pela Universidade Estadual do Ceará(2004), especialização em MBA em Gestão Empresarial pelo Fundação Getúlio Vargas(2002) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Paulista(2016). Diretor Administrativo da Tadeu Duarte & Consultores Associados. Professor do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA.

² Engenheiro Eletricista pela UNIFSA, Mestrando em Engenharia Elétrica pela UFPI.

REFERÊNCIAS

BALDAM, Roquemar de Lima et al. **Gerenciamento de processos de negócios: BPM– Business Process Management**. São Paulo: Érica, 2007.

VILLELA, Cristiane da Silva Santos et al. **Mapeamento de processos como ferramenta de reestruturação e aprendizado organizacional**. 2000.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. INDG Tecnologia e Serviços, 2004.

ESTUDO DE CASO SOBRE APLICAÇÃO DO 5W1H E 5 PORQUÊS NO PROCESSO DE ANÁLISE DE FALHA E MELHORIA DE INDICADORES¹

Kaique Barbosa de Moura²

Letícia Ibiapina Fortes³

RhubensEwald Moura Ribeiro⁴

Alan Kilson Ribeiro Araújo⁵

Carlos Alberto de Sousa Ribeiro Filho⁶



RESUMO:

Hoje um grande problema enfrentado pelos sistemas produtivos é a interrupção da produção, seja por motivos logísticos, financeiros, ou analíticos, nenhum gerente de fábrica deseja que seus processos sejam paralisados, nem mesmo por alguns minutos. Além dos motivos mencionados, um em especial vem sendo uma das grandes preocupações na indústria: quebra. O ritmo de produção nos dias atuais contribui para que as mesmas ocorram, e cabe a equipe de manutenção descobrir de forma analítica por que tal quebra aconteceu. O presente artigo tem por objetivo analisar a efetividade na aplicação das ferramentas 5W1H e 5 porquês no processo de análise de quebra/falha ocorridas durante a produção de refrigerantes. Por meio deste, foi possível verificar uma melhora no senso crítico dos técnicos com relação as análises após as intervenções e maior clareza para a equipe de PCM com relação as peças que mais se danificavam durante o processo produtivo, além de uma melhora nos indicadores de micro e macro paradas.

PALAVRAS-CHAVE: 5W1H, 5 porquês, manutenção.

INTRODUÇÃO:

Atualmente, pode-se perceber que o ritmo de produção está cada vez mais intenso. Isso ocorre pela alta demanda criada pelos consumidores e pela rápida entrega daquilo que é produzido. Trabalhos excessivos como os verificados nas linhas de produção, geram impactos negativos durante a produção. E o mais temido deles torna-se o mais propenso a acontecer: quebra.

¹¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduando em Engenharia de Produção, UNIFSA, *E-mail*: kaique.96moura@gmail.com.

³Graduanda em Engenharia de Produção, UNIFSA, *E-mail*: ibiapinafortes@gmail.com.

⁴Mestre em Administração, UNIFSA, *E-mail*: alankilson@hotmail.com.

⁵Mestre em Engenharia de Produção, IFPI, *E-mail*: carlosribeiro@gmail.com.

⁶Especialista em Mercado Financeiro, IFPI, *E-mail*: carlosribeiro@gmail.com.

Existem ferramentas que podem ajudar nesse dilema vivenciado pelos gestores. Uma delas é o 5W1H que auxilia na percepção clara sobre o que realmente aconteceu e através das respostas obtidas, pode-se traçar um plano de ação para solução do problema encontrado. A outra é os 5 porquês que ajuda a encontrar a causa raiz do problema e assim elimina-lo de vez.

A proposta deste artigo é aplicar essas duas ferramentas no processo de análise de quebra/falha de uma empresa do ramo de bebidas, sediada em Teresina-PI. Observando os resultados obtidos, verificar-se-ão a viabilidade e implantação das mesmas no setor de manutenção da empresa mencionada.

5W1H:

No atual cenário econômico, muitas empresas têm fechados as portas. Seja por problemas financeiros, problemas estratégicos, é inegável as empresas estão fazendo tudo que é possível para permanecerem no mercado. Pode-se notar que em muitos casos, o sonho de ter o próprio negócio acaba sucumbindo diante das inúmeras dificuldades encontradas pelas empresas recém-nascidas, que poderiam ter sido previstas anteriormente à abertura do empreendimento.

Assim, o planejamento para a abertura de uma empresa deve ser detalhado e consistente, contendo informações do que deve ser feito, em um determinado prazo, por quem deve ser executada essa ação e outras informações complementares. Esse planejamento deve ser seguido fielmente a fim de se obter um bom resultado. Dessa forma, a ferramenta 5W1H atua como suporte no processo estratégico, pois conforme Meira (2003), esta permite, de uma forma simples, garantir que as informações básicas e mais fundamentais sejam claramente definidas e as ações propostas sejam minuciosas, porém simplificadas.

Para Silva e Pereira (2012), a metodologia de trabalho nas organizações apresenta uma série de mudanças por conta das informações que ocorrem em tempo real e o incremento de tecnologias que proporcionam agilidade no processo de tomada de decisões, que não funciona mais como uma alternativa e sim como necessidade para a própria sobrevivência da empresa no mercado.

A ferramenta 5W1H (posteriormente 5W2H) foi criada por profissionais da indústria automobilística do Japão como uma ferramenta auxiliar na utilização do PDCA, principalmente na fase de planejamento. Polacinski (2012) descreve que a ferramenta consiste num plano de ação para atividades pré-estabelecidas que precisem ser desenvolvidas com a maior clareza possível, além de funcionar como um mapeamento dessas atividades. O autor continua discorrendo e ressalta que o objetivo central da ferramenta 5W2H é responder a sete questões e organizá-las.

Na tabela abaixo, são apresentadas as etapas para estruturação da planilha do plano de ação 5W1H:

TABELA 1 – Estruturação do 5W1H.

Pergunta	Tradução
What?	O que?
When?	Quando?
Where	Onde?
Why?	Por que?
Who?	Quem?
How?	Como?

Fonte: negociosecarreira.com.br (2018).

5 PORQUÊS

Segundo Glasser (1994), a técnica dos 5 porquês surgiu em meados da década de 70 no Japão. Criado pela Toyota na busca pela qualidade plena de seus processos, o método consiste em, após definido exatamente o problema, questionar o porquê por cinco vezes, até que se encontre sua verdadeira causa. Essa técnica funciona muito bem com problemas mais simples, com causas diretas.

A seguir, temos um exemplo de aplicação desta ferramenta:

TABELA 2 – Exemplo de aplicação dos 5 porquês.

Perguntas	Problema: produto com defeito
Por que o produto apresentou defeito?	Porque houve problemas na fabricação.
Por que houve problemas?	Porque a máquina apresentou defeito.
Por que a máquina apresentou defeito?	Por falta de manutenção.
Por que não foi realizada manutenção?	Porque o responsável não sabia sobre os cuidados necessários que deveria tomar com a máquina.
Por que não sabia?	Porque seu gerente não passou as instruções.

Fonte: Autoria Própria (2018).

METODOLOGIA

A metodologia consiste em elaborar um relatório de análise de quebra/falha, incluindo as duas ferramentas mencionadas na pesquisa e todas as informações que devem ser inseridas e todos os campos que devem ser preenchidos.

FIGURA 1 – Relatório de Quebra/Falha.

RELATÓRIO DE QUEBRA / FALHA					Registro N.º :	
CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELA MANUTENÇÃO						
Setor/ Local:		Equipamento / Tag:		Data:	Turno:	
Tempo Total da Parada /Quebra:	Horário Inicial	Horário do Término	Tempo em Minutos	Classificação de Macro Parada		
				Grave <input type="checkbox"/>	Média <input type="checkbox"/>	Leve <input type="checkbox"/>
				Mecânica <input type="checkbox"/>	Elétrica <input type="checkbox"/>	Operacional <input type="checkbox"/>
Relate o momento de parada e ações tomadas:						
Princípio de Funcionamento do Conjunto envolvido na Falha:						
TIPO DA QUEBRA / FALHA						
Componente Danificado		Perda de Regulagem				
[]		[]				
Foi necessário buscar componentes no Almoarifado ?	Não []	Foi encontrado o componente no Almoarifado ?	Não []	Qual o Tempo ?		
	Sim []		Sim []			
Foi necessário adaptar outro componente ?		Não →		Qual o Tempo ?		

Fonte: Autoria Própria (2018).

O mesmo é feito em formato de planilha no Excel e disponibilizado para equipe de manutenção da empresa imprimir o mesmo assim que for necessário. Por fim serão apresentados os resultados obtidos e em seguida os mesmos irão para a equipe de PCM para que o mesmo seja registrado em planilha, gerando um histórico.

Na tabela abaixo é mostrado em etapas como será desenvolvido o relatório:

TABELA 3 – Metodologia para implementação do 5W1H e 5 porquês.

Nº da Fase	Descrição
1	Divulgação da proposta à equipe de manutenção.
2	Esclarecimento da metodologia e regras aos colaboradores.
3	Elaboração documento contendo de maneira coerente as ferramentas 5W1H e 5 porquês.
4	Finalização da elaboração.
5	Acompanhar os relatórios preenchidos e verificar os resultados alcançados.

Fonte: Autoria Própria.

Após aplicação da programação proposta, caberá a empresa, após os resultados obtidos, adotar de maneira definitiva o relatório de análise de quebra/falha. O arquivo em formato no Excel foi disponibilizado à equipe de PCM da empresa e disponibilizado para ser impresso quando for necessário.

RESULTADOS

No primeiro contato, houve resistência em adotar o novo modelo. Para alguns técnicos era mais trabalhoso realizar o preenchimento depois que ocorresse a troca de turno, ou seja, no momento que o técnico já havia encerrado suas atividades. Com a adesão gradativa da nova análise, foi possível perceber o atingimento das metas estabelecidas pela organização, com destaque para o indicador de confiabilidade, que no período pesquisado, chegou a pouco mais de 80%:

FIGURA 2 – Indicadores de despenho.

INDICADORES DE DESEMPENHO		Metas
Fator de utilização	48,08%	
Disponibilidade	82,69%	72,81%
Confiabilidade	83,88%	71,00%
Operacionalidade	91,18%	51,43%
Qualidade	99,89%	98,82%
Eficiência de linha bruta	76,48%	80,01%
Eficiência de linha	76,40%	80,01%
Utilização de Linha	63,17%	59,80%
Utilização de Ativos	30,37%	59,80%

RESULTADOS	
Produção bruta (cx)	363.242
Produção líquida (cx)	362.838
DBL	0,11%
Capacidade da linha (cx/h)	1.598
Produção máxima no período (cx)	1.188.580
Produção no período (UC)	119.964
Produção máxima no período (L)	12.716.526
Produção (L)	3.867.234
Produção (UC)	681.091

Fonte: Autoria Própria (2018).

O senso crítico do corpo técnico ajudou significativamente para que os equipamentos, durante seu funcionamento, quebrassem menos, além de contribuir para que o PCM criasse mais planos de manutenção preventiva, que futuramente poderá se tornar uma ordem de serviço periódica.

CONCLUSÃO

Considerando os resultados obtidos, sugere-se que a nova análise seja utilizada continuamente pelos técnicos de manutenção elétrica, mecânica e instrumentação, inclusive os analistas e técnicos de PCM e que sejam analisados os indicadores mensalmente, identificando pontos de evolução e pontos que merecem atenção crítica no que diz respeito a falhas identificadas no processo de produção.

Vale ressaltar que a mudança será efetiva se todos os gestores de produção e manutenção servirem de exemplo para a implantação, continuando com as motivações, explicações, treinamentos e aproveitando as oportunidades para divulgação dos benefícios

do uso do novo relatório, tendo o suporte da equipe de PCM da fábrica. O apoio da direção e gerência torna-se fundamental para a mudança cultural.

Assim, a busca pela melhoria contínua deve ser almejada, mesmo tendo alcançado resultados satisfatórios, todos devem continuar trabalhando a fim de que o crescimento da eficiência dos equipamentos possa crescer todos os dias.

REFERÊNCIAS:

CAMPOS, V.F. **Gerenciamento da rotina no trabalho do dia a dia**. 9.ed. Nova Lima: FALCONI, 2013.

GLASSER, W. **Administração de liderança: qualidade e eficácia com uma moderna técnica de gerenciamento: a teoria do controle**. Editora Best Seller, 1. ed., 1994.

MEIRA, R. C. **As ferramentas para a melhoria da qualidade**. Porto Alegre: SEBRAE, 2003.

POLACINSKI, E. et al. **Implantação dos 5Ss e proposição de um SGQ para uma indústria de erva-mate. Gestão Estratégica: Empreendedorismo e Sustentabilidade** - Congresso Internacional de Administração, 2012. Disponível em <http://www.admpg.com.br/2012/download.php?id=3037%20&q=1>.> Acessado em 12 set 2018.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

XENOS, H. G. **Gerenciando a Manutenção Preventiva: o caminho para eliminar falhas nos equipamentos e aumentar a produtividade**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 1998.

CONCEITO E IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT): UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Marta Gislayne Gomes Leite¹
Fernanda Tamyris de Oliveira Lopes²

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo conceituar e demonstrar a importância da implantação do programa de qualidade de vida no trabalho para o desempenho das empresas. Para realização deste estudo, foram selecionados artigos que possuíssem questões relacionadas à qualidade de vida no ambiente organizacional, a metodologia utilizada foi uma revisão de literatura. A partir dos resultados, observou-se que o conceito de QVT está atrelado à proposta de oferecer boas condições de trabalho aos colaboradores, a implantação deste programa influencia em resultados positivos para empresa. Nota-se em como o campo da QVT consegue abranger as necessidades do empregador e empregado, o conceito errôneo de relacionar QVT à gastos não consegue se sustentar visto que muitas organizações estão, mesmo que de forma tímida, implementando ações de QVT na sua cultura.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia organizacional, bem-estar, trabalho.

INTRODUÇÃO:

Segundo Nadler e Lawler (1983apudANDRADE; VEIGA, 2012, p.306), diversos autores defendem conceitos diferentes acerca da Qualidade de vida no trabalho (QVT). Contudo, percebe-se que possuem um ponto em comum: entender este conceito como um movimento que vai contra a rigidez dos métodos Tayloristas, já que este método propõe que os empregados sejam submetidos a trabalhos acelerados e com rígida disciplina para gerar um aumento na produtividade. A QVT, portanto, nasce com o intuito de promover a humanização do trabalho, o bem-estar dos colaboradores e uma maior participação destes em decisões relativas à empresa.

Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

¹Fernanda Tamyris de Oliveira Lopes: Especialista em Avaliação Psicológica, graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI. *E-mail:* fernandarh@credishop.com.br

²Marta Gislayne Gomes Leite: Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho UNIFSA. *E-mail:* marta.gislaynegomes@gmail.com

Devido às diversas variáveis e mudanças na tecnologia, no mercado de trabalho e no contexto sociocultural, o cenário organizacional está cada dia mais competitivo. Para habituar-se ou até mesmo sobreviver a essa nova realidade, as empresas estão inovando e investindo nos seus processos organizacionais para manterem-se nesse mercado competitivo. Os trabalhadores são de fundamental importância dentro deste processo, e com isso há uma pressão naqueles que compõe a empresa para terem um desempenho de excelência e alcançar os resultados e metas de forma satisfatória. Deste modo, a preocupação com o ser humano no seu ambiente de trabalho é notável em pesquisas e organizações por meio de atividades que privilegiam a saúde do colaborador (ANDRADE; VEIGA, 2012).

O objetivo deste estudo é demonstrar através das pesquisas o conceito e importância da qualidade de vida no trabalho, como a implantação deste programa traz benefícios para os resultados da empresa, além de proporcionar uma melhor estadia para o colaborador durante a jornada de trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

Para realização deste trabalho, foram selecionados artigos que possuíssem questões relacionadas à qualidade de vida no trabalho. Foi realizada uma revisão de literatura que tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com todas as produções que já foram escritas, ditas ou filmadas anteriormente (MARCONI; LAKATOS, 2007). Utilizaram-se os descritores “qualidade de vida”, “produtividade” e “resultados” nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. O critério de inclusão foram artigos publicados nos anos de 2007 a 2017. Foram excluídos da pesquisa artigos que apresentavam fuga ao tema e que não estivessem na língua portuguesa.

Para Chiavenato (2004) no futuro a tarefa realizada pelos gestores dentro das organizações serão mais desafiadoras e complexas devido a várias mudanças dentro das empresas e no seu contexto, o autor aborda vários fatores que podem ocasionar tais mudanças, podemos citar: O crescimento das organizações, competitividade aguda, taxas elevadas de inflação, visibilidade, globalização, desenvolvimento tecnológico etc. Tais

mudanças acarretarão numa nova forma de organização, fazendo com que os administradores possuam uma mentalidade para novos tempos.

De acordo com Ribeiro e Santana (2015), uma organização é composta por pessoas e sua sobrevivência dependerá do modo como essas pessoas se comportam para atingir o sucesso da empresa. Logo, a produtividade advém da motivação dos colaboradores, sendo, portanto, fundamental a valorização dos funcionários e a identificação por parte da empresa de fatores que influenciam a satisfação e bem-estar profissional, a QVT auxilia grandemente na identificação e melhora de tais elementos que interfiram na satisfação dos seus empregados. Em uma sociedade que a cada dia se renovam, as empresas devem também acompanhar este ritmo de mudanças e crescimento, nesse cenário observa-se a ampliação e influência da área de Psicologia Organizacional para contribuir com o alcance dos objetivos organizacionais, seja através da Qualidade de Vida no Trabalho ou demais dimensões da área.

A partir das leituras realizadas a respeito da QVT, percebe-se a ênfase dada pelos pesquisadores sobre como as ações de QVT influenciam na produtividade dos colaboradores e no seu bem-estar físico e psíquico, ou seja, resultados estes que conseguem satisfazer tanto às necessidades da empresa como de seus funcionários. Constata-se a efetividade da QVT quando observamos um aumento considerável no número de atividades feitas por algumas empresas com o intuito de promover o bem-estar para seus colaboradores, influenciadas por empresas maiores que obtém um bom desempenho e evolução frutos da implantação da QVT no ambiente de trabalho.

Os resultados das ações de QVT trazem um efeito positivo para o andamento da organização. Além de focar na satisfação e bem-estar do funcionário, a produtividade e esforço do colaborador passam a ser consequência deste programa oferecido pela empresa. A QVT ratifica o que diz as pesquisas, pois ao focar no funcionário e oferecer a ele boas condições de trabalho, sua motivação e satisfação em produzir resultados para empresa será uma decorrência.

CONCLUSÕES

A concepção de que a QVT não muda ou altera os resultados da empresa, seu ambiente de trabalho e a relação das pessoas é totalmente antiquado, as pesquisas apontam que é indispensável a implantação da QVT para a evolução da empresa. No entanto, ainda há um bom número de pessoas que possuem o pensamento tradicional de que não precisam adequar suas empresas aos funcionários, ou que consideram que implantar um programa de qualidade de vida dentro das empresas resultará em um gasto elevado e que não trará benefícios para organização.

A qualidade de vida do colaborador é muito importante para a produtividade e desempenho e conseqüentemente para o ambiente organizacional. Faz-se necessário que sejam feitas mais pesquisas acerca deste assunto, falar sobre seu conceito, práticas e resultados é essencial para esclarecer dúvidas e ajudar algumas empresas a ter uma visão diferencial e ampliada sobre a QVT.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e meios para conclusão deste trabalho, ao Centro Universitário Santo Agostinho pela oportunidade de fazer o curso de Psicologia, por nos possibilitar um excelente aprendizado com docentes capacitados, e de oferecer à classe acadêmica experiências ímpares como a participação na Semana Científica. À empresa Credishop S/A pelo apoio e por me possibilitar vivências riquíssimas que muito contribuirão para minha carreira profissional. E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. P.; VEIGA H. M. S. **Avaliação dos trabalhadores acerca de um programa de qualidade de vida no trabalho: validação de escala e análise qualitativa**. Revista Psicologia: Ciência e Profissão, 32(2), 304-319, mai, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000200004> Acesso em: 04 ago. 2018.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004. 84 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.129 p.

RIBEIRO, L. A.; SANTANA, L. A. **Qualidade de vida no trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional**. Revista de iniciação científica-RIC. Cairu, 2(2), 75-96, ago, 2015. Disponível em<http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/06_QUALIDADE_VIDA_TRABALHO.pdf> Acesso em: 10 ago. 2018.

SANTOS, D. F. A. D. **Qualidade de vida no trabalho: um estudo sobre a percepção dos funcionários do centro estadual de ensino fundamental Tucunduva**.(Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, RS, 2012.Disponível em:<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1426>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GT 12

GRUPO TEMÁTICO

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E O IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO
NAS ORGANIZAÇÕES

GT 12. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E O IMPACTO ECONOMICO-FINANCEIRO NAS ORGANIZAÇÕES

Antônio de Lisboa Lopes de Araújo¹
Hyane Assunção de Araújo²

Esse GT – Grupo Temático em “Eficiência Energética e o Impacto Econômico-Financeiro nas Organizações” se justifica devido a permanente necessidade de aprimoramento profissional de áreas que visam à redução de custos e obtenção do desenvolvimento sustentável das organizações, sejam elas empresas ou residências. Além disso, apresenta caráter interdisciplinar, pois utiliza conceitos de engenharia, economia, entre outros, aos sistemas energéticos.

Como Vasconcelos (2014) alerta, em qualquer sociedade os recursos produtivos são limitados em contrapartida a necessidade humana é ilimitada, gerando problemas de escassez. Logo, a escassez de recursos impõe um limite à capacidade produtiva de uma sociedade, por isso convém buscar alternativas de produção, por meio de estudos, como o da análise da curva (ou fronteira) de possibilidades de produção (CPP).

Dada que eficiência significa produzir o máximo possível de bens ou serviços com o menor dispêndio de recursos ou insumos disponíveis (PINHO; VASCONCELOS, 2015). A eficiência energética (ANEEL, 2005), demonstra a relação direta entre eficiência econômico-financeira e a ergonomia, pois busca artifícios que possibilitem conforto térmico, visual e acústico aos usuários com baixo consumo de energia, além de causar menor impacto ao meio ambiente.

Segundo Lamberts; Freitas, em entrevista a CBCS Notícias (2013) analisando o comportamento do consumidor contemporâneo, aponta que o consumo mais cresce é na área de refrigeração do ambiente. Considerando a realidade local, podemos confirmar essa opinião. Principalmente no segundo semestre quando as temperaturas se elevam em nosso estado. As pessoas adquirem cada vez mais equipamentos de climatização ocasionando um alto consumo de energia. Por isso é preciso priorizar edificações, sistemas, com eficiência energética.

Nessa perspectiva, objetiva-se nesse GT agregar valor à Semana Científica com o tema: Eficiência energética e o impacto econômico financeiro nas organizações, estimulando o debate acerca da eficiência energética no setor de Engenharia, à luz do desenvolvimento

¹ Economista pela UFPI - Mestre em Economia pela UFC. Professor de Economia no UNIFSA

² Engenheira Eletricista pela UESPI; Especialista em Docência do Ensino Superior pela FAR; Professora Substituta de Engenharia Elétrica na UESPI

sustentável, gestão ambiental e redução de gastos de consumo de energia elétrica e consequentemente a redução da conta de luz, nas empresas e residências. Para tanto, serão aceitas nesse grupo de estudo pesquisas do tipo: bibliográficas, de campo, estudos de casos e relatos de experiências. Os estudos aprovados pelos coordenadores do GT serão apresentados oralmente pelos seus autores, os quais possibilitarão discussão de enriquecimento do tema de suas pesquisas.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de Energia Elétrica no Brasil**. 2. ed. Brasília: ANEEL, 2005.

CBCS Notícias. **Boletim Informativo do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável: COBERTURA ESPECIAL Energética Eficiência**. 2013. Disponível em: <http://www.cbcs.org.br/userfiles/download/cbcsnoticias_7ed.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2018

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de (org.). **Manual de Economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MULTIMEDIDOR DE CONSUMO ELÉTRICO¹

Maria Eli Carreiro Pinheiro²

Aislan Sousa Silva³

Joelma Oliveira Rodrigues⁴

Valéria Sousa Lima⁵

Centro Universitário Santo Agostinho



RESUMO

Diante da crise hídrica em nossos reservatórios e a constante utilização das usinas térmicas, as contas de energia estão cada vez mais onerosas. Devido à problemática atual uma das soluções buscadas para diminuir esse impacto financeiro é a eficiência energética, que nada mais é do que realizar a mesma produção com o um consumo menor de energia. Dessa forma, o presente resumo tem como objetivo apresentar um equipamento de medição de consumo de energia elétrica de residências e pequenas indústrias, que foi desenvolvido pelos autores desse estudo ao longo da disciplina de automação II do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade Santo Agostinho, pois uma forma de desenvolver tais medidas de eficiência energética é conhecer o quanto e quando é consumido e quais os equipamentos que mais consomem. Assim, acredita-se que o equipamento desenvolvido pelos autores para medir o consumo de uma residência ou equipamentos elétricos através da tensão, corrente e potência é uma ferramenta importante para a eficiência energética e também para a eficiência econômica, pois está associada a um método de produção mais barato e, seu acompanhamento de dados pode ser feito através da tela de LCD presente no produto, celular ou computador.

PALAVRAS-CHAVE: medição, eficiência energética, curva de carga.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica do 9º semestre do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica – UNIFSA, 123mariaeli@gmail.com

³ Acadêmico do 9º semestre do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica – UNIFSA, aislan.ss4@gmail.com

⁴ Acadêmica do 9º semestre do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica – UNIFSA, joelma-live@outlook.com.br

⁵ Acadêmica do 9º semestre do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica – UNIFSA, valeria.lima819@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente a energia elétrica está presente na maioria das atividades da sociedade moderna. No entanto, os reajustes das bandeiras tarifárias têm impactado cada vez mais na conta do consumidor e uma solução para esse problema é eficiência energética. “Eficiência que significa fazer mais (ou, pelo menos, a mesma coisa) com menos, mantendo o conforto e a qualidade” (EPE, 2009). Então é possível realizar as mesmas atividades consumindo menos, através de produtos mais econômicos e eficácia nos hábitos consumidores. O Selo Procel facilitou bastante à aquisição de produtos mais econômicos, as informações contidas nele ajudam a comparar a eficácia de produtos da mesma categoria. Porém, os hábitos consumidores e quanto consome cada etapa da produção são mais difíceis de ser analisados porque o único registro que se tem é dos kWh consumidos nos últimos 12 meses na conta de energia.

Neste sentido, o presente estudo tem com objetivo apresentar um equipamento de medição de consumo de energia elétrica. O multimedidor aqui apresentado tem a finalidade de detalhar de forma mais precisa esses hábitos, além de indicar quanto está sendo consumido, registrar em um determinado período e tornar possível a criação de uma curva de carga, fundamental para um projeto de eficiência energética e reduzir custos na produção tanto em curto prazo como em longo prazo, e isso ocorre por meio da medição da tensão, corrente e potência onde o máximo que o equipamento suporta é até 220V e 100A, capaz de suportar a carga de uma grande residência e pequenas indústrias. A leitura dos dados pode ser feita de forma instantânea pela tela de LCD presente no equipamento ou através de computadores e celulares, pois o mesmo envia por Bluetooth até 10m. No computador, através do EXCEL é possível fazer a curva de carga e ter um estudo mais minucioso, em que os registros de um determinado período podem ser armazenados.

MATERIAL E MÉTODOS

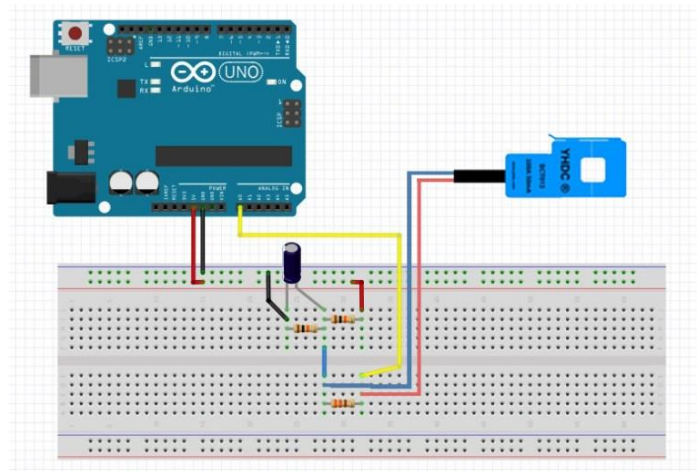
Como o objetivo é medir tensão, corrente, potência, transmitir via *bluetooth* e fazer a curva de carga no EXCEL. Será necessário um circuito para medir corrente e outro para tensão, a potência pode ser obtida através da programação do arduino, pois segundo a lei de Ohms ela é o produto da tensão e corrente. Também é necessário um circuito para o *bluetooth* e para o LCD, então o equipamento consiste de 4 circuitos independentes conectados ao arduino. Já na transmissão como os dados não são enviados em formato de texto é preciso do Software CoolTerm que salva no bloco de notas e torna viável importar os dados para o EXCEL.

Os materiais necessários para o desenvolvimento do equipamento estão descritos abaixo:

- Arduino uno;
- Módulo HC-05;
- Resistor 330 Ω ;
- Resistor 650 Ω ;
- Potenciômetro 10k;
- Sensor 127-220V;
- Sensor de corrente não invasivo 100A SCT-013;
- 02 resistores 10k Ω ;
- 01 resistor 33 Ω e 10W;
- Capacitor 10 μ F;
- Protoboard;
- Fios jumper;
- Cabo de teste;
- Display LCD 16x2;
- 01 Caixa 22x22x12;
- Botão Liga/Desliga.

Primeiramente será tratado sobre o circuito de corrente, o sensor escolhido foi o SCT-013 e tem como principal vantagem, o fato de não precisar de qualquer alteração no circuito para medir a corrente elétrica alternada, apenas enrola ele em um dos fios ligados ao equipamento a ser monitorado. “a corrente (em ampères) através de uma área é a quantidade de carga que passa através dessa área na unidade do tempo”. (SADIKU, Matthew N. O., 2012). Essa citação nos explica como o sensor funciona e porque não há saída de tensão nele, por isso é necessário um capacitor para o arduino poder fazer a leitura dos dados e também associar em série resistores de 10k Ω e colocar em paralelo com o de 33 Ω para a proteção do arduino porque a corrente é maior do que ele suporta. Como podemos observar na Figura 01.

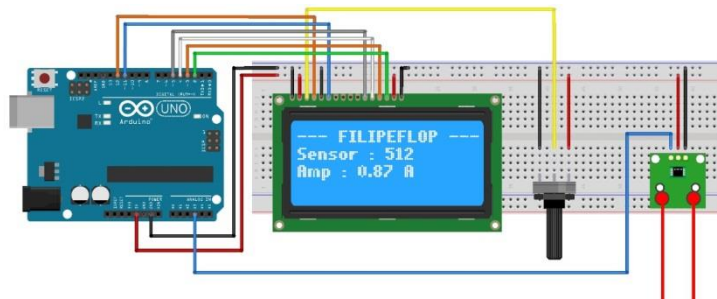
Figura 01: circuito de medir corrente.



Fonte: Demetras, Ezequiel. 2017.

Para o circuito de tensão, O sensor é de 127-220V e tem a capacidade de detectar tensão alternadas, para maior segurança do sensor vem aptoacoplador onde faz isolamento da rede AC e DC, além disso conta com três pinos que são VCC, GND E OUT, podendo assim fazer a análise do nível de tensão e também dando informações precisas em tempo real. Na figura abaixo possui também o circuito do LCD que possui um potenciômetro para variar o contraste da tela.

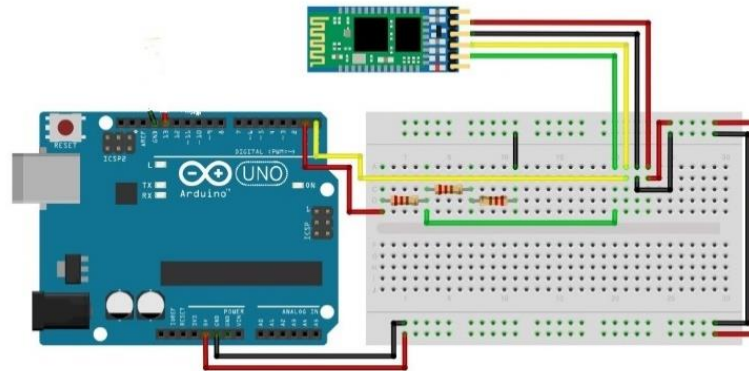
Figura 02: circuito do LCD e medir de tensão



Fonte: Arduino Portugal, 2018.

A transmissão de bluetooth na figura 03, onde o Módulo HC-05 faz uma forma mais fácil de comunicação pois ele pode agir no modo mestre ou no modo escravo ,pode ser alimentado de 3,3 a 5,0 V, Frequência 2,4GHz Banda ISM, Sensibilidade igual ou maior que 84dBm com 0,1% BER, Velocidade Síncrona 1Mbps/1Mbps. Para a proteção do módulo é feita uma associação em série de resistores de 330Ω e 650Ω.

Figura 03: circuito de transmissão via bluetooth.



Fonte: Thomson, Adilson. 2015

Todos esses circuitos serão montados no protoboard e testada. Depois de concluída a montagem é feita a programação, que comandará todo o sistema. São necessários as bibliotecas Wire para o sensor de tensão; LiquidCrystal para a tela de LCD e o EmonLib para o sensor de corrente, então é nomeado cada variável e identificado os pinos em que estão conectados. No void setup há a calibração do sensor de corrente, onde a corrente de entrada (100A) é dividido pela tensão de saída (0,05A) resultando 2000, esse valor dividido pela resistência da saída (33 Ω) resulta o valor da calibragem que é 60, 0606.

Figura 05: programação no arduino parte I.

```

Arquivo Editar Sketch Ferramentas Ajuda
sketch_may06a
#include <Wire.h>
int tensao=A1;
float valortensao;
int amostragem = 1000;
float mediaTotal = 0;
float valorFinal = 0;
#include<LiquidCrystal.h>
int seg=0;
int minu=0;
int hor=0;
int dia=0;
LiquidCrystal lcd(11, 10, 5, 4, 3, 2);
#include "EmonLib.h"
EnergyMonitor SCT013;
int pinSCT= A0;
int potencia;

void setup()
{
  analogReference(DEFAULT);
  lcd.begin(16,2);

  SCT013.current(pinSCT, 61.0606);
  Serial.begin(9600);
  pinMode (tensao, INPUT);
  delay(500);
}

```

Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018

No void loop é feita a calibragem do sensor de tensão, como ele utiliza outra unidade de medida pegamos essa grandeza e através da relação de diretamente proporcional associamos com a tensão medida em uma tomada qualquer com um multímetro, o resultado é o valor final. Também foi feito um cronograma para mensurar o tempo medido e qual o horário de cada medição, informações importantes para curva de carga. Como o programa é extenso e o arduino leva mais tempo para fazer a leitura completa e gera um atraso em média de 2 segundos, por isso o minuto tem apenas 30,5 segundos.

Nas Figuras 07 e 08 há a nomeação da tela do LCD, teremos corrente, tensão, potência e o cronograma.

Figura 06: programação no arduino parte II.

```

Arquivo Editar Sketch Ferramentas Ajuda
sketch_may06a

void loop() {
  valorFinal= 0;
  mediaTotal = 0;

  for (int index=0; index < amostragem; index++){
    valortensao = analogRead (tensao);
    mediaTotal= mediaTotal + valortensao;
    delay(1);
  }
  mediaTotal = mediaTotal/amostragem;
  if((mediaTotal > 100) & (mediaTotal < 500)){
    valorFinal = ((mediaTotal*5)/1023)*124.68;
  }
  double Irma = SCT013.calcIrma(1480);
  potencia = Irma*tensao;

  static unsigned long ult_tempo = 0;
  int tempo = millis();
  if (tempo-ult_tempo>=1000)
  {
    ult_tempo = tempo;
    seg++;
  }

  if(seg>=30.5)
  {

```

Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Figura 07: programação no arduino parte III

```

Arquivo Editar Sketch Ferramentas Ajuda
sketch_may06a

if (seg>=30.5)
{
  seg = 0;
  minu++;
}
if (minu==60)
{
  minu = 0;
  seg = 0;
  hor++;
}
if (hor==24)
{
  hor=0;
  minu=0;
  dia++;
}

Serial.print( Irma);
Serial.print(" ");

Serial.print( valorFinal);
Serial.print(" ");

Serial.print( potencia);
Serial.print(" ");

Serial.print(hor);
Serial.print(":");

```

Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Figura 08: programação no arduino IV.

```

lcd.print(hor);
lcd.setCursor(10,0);
lcd.print(":");
lcd.setCursor(11,0);
lcd.print(minu);
lcd.setCursor(13,0);
lcd.print(":");
lcd.setCursor(14,0);
lcd.print(seg);

delay(500);
}

```

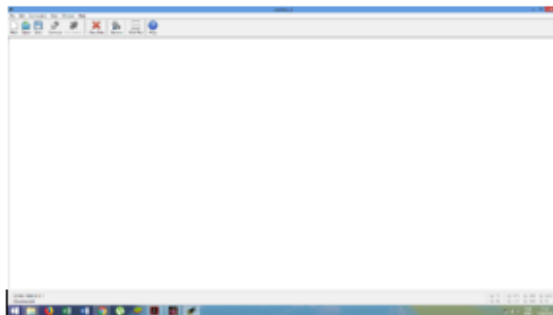
Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Após montar, programar, testar e aprovar, o circuito será transferido do protoboard para uma placa de cobre e ajustado a caixa de MDF. A transmissão via bluetooth é bem simples, por isso não há necessidade de programação, porém é necessário a utilização do Software TermCool que permite que os dados coletados pelo arduino seja registrado no bloco de notas já no formato de texto.

Depois de registrado e salvo, os dados são importados para o EXCEL. É muito importante lembrar que o arduino utiliza ponto enquanto o Excel utiliza vírgula entre as casas decimais então tem haver a substituição o quanto antes para não dar erro nas fórmulas.

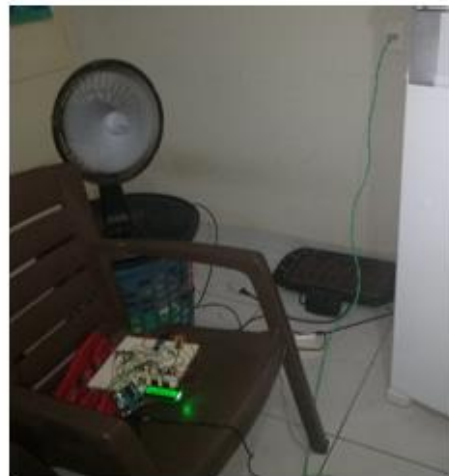
Na figura 09 temos a interface desse software de fácil manuseio. Na figura 10 a primeira coluna é corrente, a segunda é tensão, a terceira é potência e a quarta é o cronograma. Perceba que o arduino separa as casas decimais por meio de ponto enquanto o EXCEL utiliza vírgula, então há necessidade de substituir o ponto pela vírgula para não haver erro nas fórmulas. Para medir o consumo de uma residência foi necessário conectar no quadro de distribuição para medir a corrente e para medir a tensão usou-se uma tomada, como está demonstrado na figura 12.

Figura 09: interface do TermCool.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Figura 10: teste do equipamento ainda no protoboard.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Figura 11: equipamento pronto.



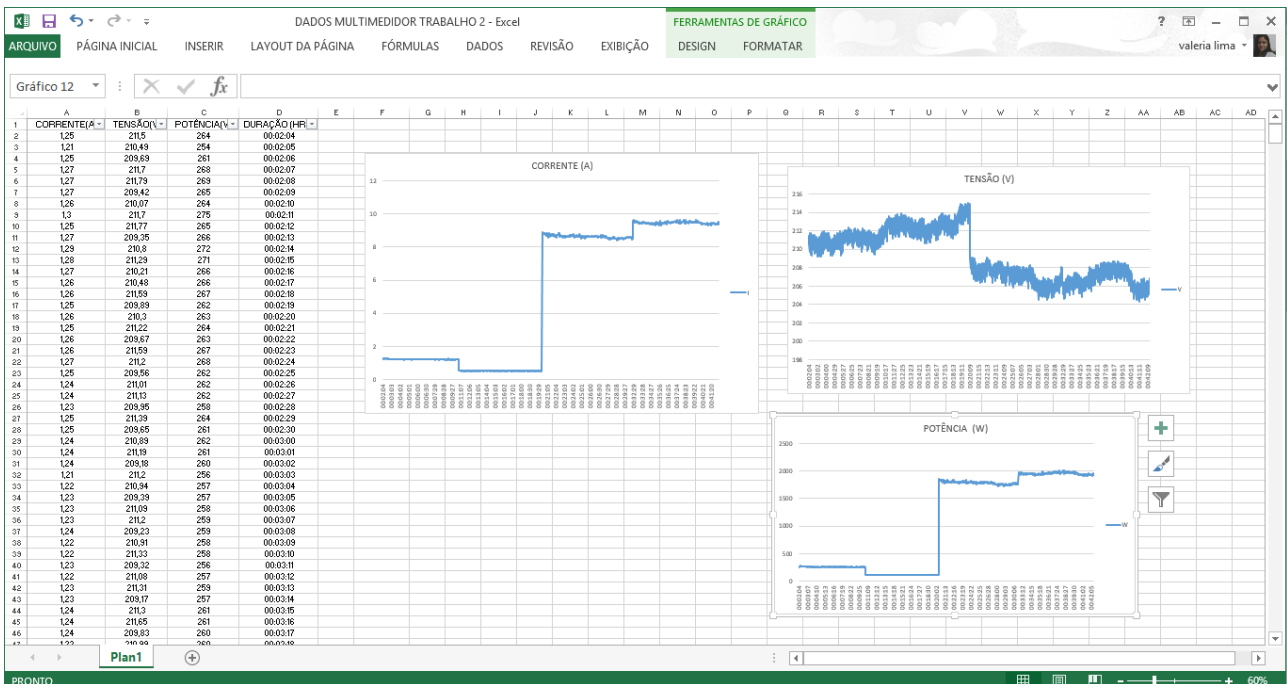
Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018

Figura 12: medição do consumo de uma residência.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018

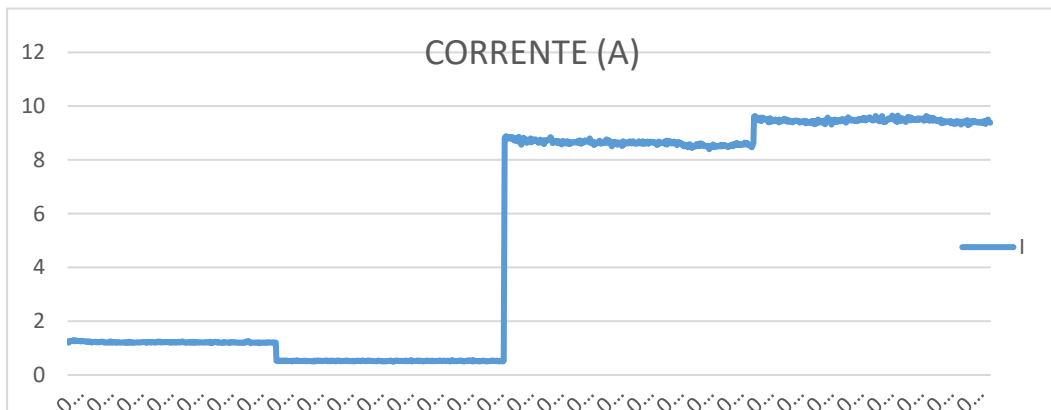
Figura 13: dados no EXCEL.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018

Para teste, colocamos o multimetido durante 40 minutos em ponto da cozinha de uma residência em que se utilizava vários equipamentos. No primeiro momento está ligado um ventilador e uma geladeira, no segundo momento o ventilador é desligado, no terceiro momento uma grelha elétrica é ligado e no quarto momento o ventilador volta a ser ligado. Os resultados podem ser observados nos gráficos abaixo:

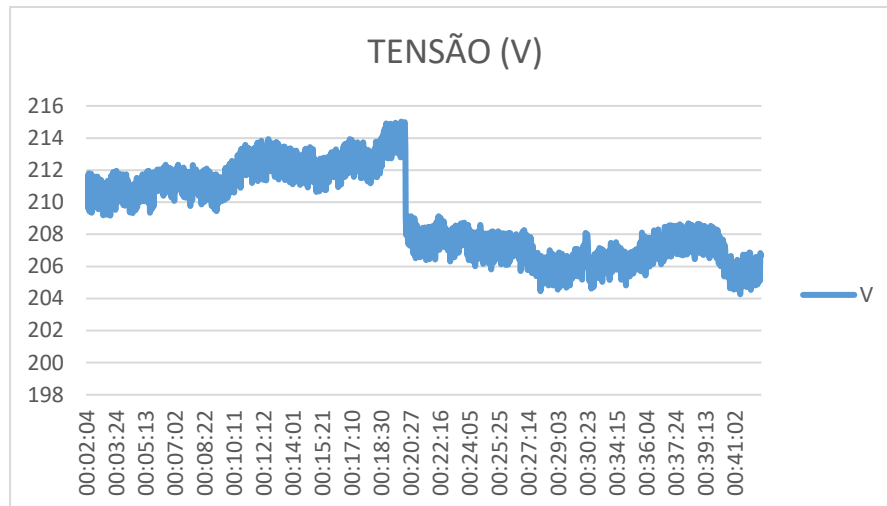
Gráfico 01: curva da corrente.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Nota-se uma elevada corrente quando a grelha elétrica é ligada, pois o componente fundamental para a conversão de energia elétrica em energia térmica é resistor: “a potência dissipada em um resistor é uma função não linear da corrente ou tensão” (ALEXANDER & SADIKU, 2013).

Gráfico 02: curva da tensão.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

No gráfico da tensão, no momento que há conexão de vários aparelhos ao mesmo tempo em apenas um ponto há uma queda de tensão. Como confirma a lei de KirChhoff para tensão (LTK):

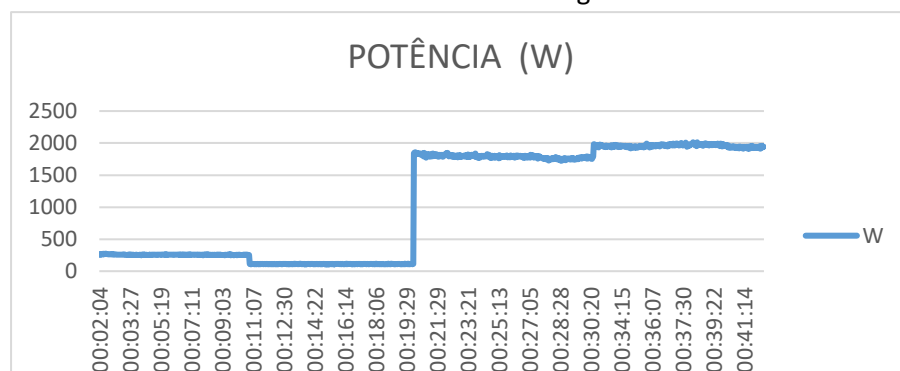
Expresso matematicamente, a LTK ou lei de malhas, afirma que

$$\sum_{m=1}^M V_m = 0$$

“Onde M é o número de tensões no laço (ou o número de ramos no laço) e V_m é a m -ésima tensão” (ALEXANDER & SADIKU, 2013).

Podemos concluir que o ponto de conexão é o laço e os ramos são os aparelhos, por isso há queda de tensão.

Gráfico 03: curva de carga.



Fonte: Pinheiro; Silva; Rodrigues; Lima; 2018.

Por fim, tem-se a curva de carga indicando o período em que foi medido. Nota-se que a queda na potência causada pela retirada do ventilador no segundo momento é o mesmo aumento quando ele é conectado novamente. A churrasqueira elétrica além de aumentar o pico máximo, também ocasionou variação que até então era linear. Esses resultados nos possibilita uma análise para desenvolver um método tecnicamente eficiente, isso se dá através da otimização dos resultados. Como explica a citação a seguir:

A otimização dos resultados da firma poderá ser conseguida quando for possível alcançar um dos dois objetivos seguintes:

- a) maximizar a produção para um dado custo total; ou
- b) minimizar o custo total para um dado nível de produção.

(VASCONCELLOS & GARCIA, 2014)

A maximização da produção exige um planejamento, através da análise do consumo de energia de um equipamento e do seu desempenho na produção é possível ver quais estão sobrecarregados ou ociosos. Assim, é possível saber por onde começar a otimização dos métodos de produção. Também diminui custos a longos prazos, pois saberá qual equipamento que está tendo um bom rendimento e qual pode ser substituído por outro mais eficiente, evitando gastos desnecessários. Como a energia é um custo direto, ou seja, varia conforme a produção, para produzir mais precisa de mais equipamentos operando ou mesma quantidade operando por período maior. Para minimizar os custos uma forma é estudando os picos nas curvas de cargas, pois nos mostra onde deve ter medidas a fim de diminuir o consumo obtendo uma economia de custo a curto prazo.

CONCLUSÕES

Na sociedade contemporânea, a energia elétrica é considerada algo indispensável no cotidiano das pessoas, tanto para o conforto, como para o desenvolvimento da qualidade de vida do ser humano, dentre outros aspectos. Diante do que foi exposto e analisado, devido a problemática atual da crise hídrica nos reservatórios de água, a constante utilização das usinas térmicas, e conseqüentemente as contas de luz se tornam cada vez mais onerosas, entende-se que uma das soluções buscadas para diminuir esse impacto financeiro e também econômico é a eficiência energética.

Dessa forma, o presente estudo trouxe um aparelho de medição do consumo de energia elétrica de uma residência que foi desenvolvido pelos autores, como uma forma de desenvolver medidas de eficiência energética e conhecer o quanto e quando é consumido e quais os equipamentos que mais consomem, através da tensão, corrente e potência.

A partir do que foi desenvolvido, entende-se que o aparelho é uma ferramenta importante para a eficiência energética e também para a eficiência econômica. É possível uma leitura instantânea pelo celular e pelo próprio equipamento e pode ser também utilizado para detectar pontos quentes. Já em relação a curva de carga é interessante deixar medindo durante uma semana para ter acesso aos hábitos e picos máximos de consumo da residência, dessa forma fica mais fácil para elaborar um projeto de eficiência energética sabendo quais os equipamentos que mais consomem e como eles são utilizados. Os projetos de eficiência energética resultam em eficiência econômica, pois influenciam no planejamento da produção, reduz os custos a curto e longo prazo, consequentemente produtos mais baratos e mais competitivos no mercado. Ao terminar o estudo, é necessário ressaltar o crescimento e amadurecimento dos pesquisadores e, a pesquisa constitui-se em um processo que deve instigar novas discussões e suscitar novas interrogações.

REFERÊNCIAS

o que é eficiência energética. (2007). Acesso em 15 de setembro de 2018, disponível em www.inee.org.br: http://www.inee.org.br/eficiencia_o_que_eh.asp?Cat=eficiencia

ALEXANDER, C. K., & SADIKU, M. N. (2013). *Fundamentos de circuitos elétricos*. Porto Alegre: Bookman.

DEMETRAS, E. (30 de outubro de 2017). *SCT-013 - SENSOR DE CORRENTE ALTERNADA COM ARDUINO*. Acesso em 15 de abril de 2018, disponível em portal.vidadesilicio.com.br: <https://portal.vidadesilicio.com.br/sct-013-sensor-de-corrente-alternada/>

EPE. (2009). *EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA*. Acesso em 12 de setembro de 2018, disponível em www.epe.gov.br: <http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/eficiencia-energetica>

Portugal, A. (março de 2018). *Circuito_LCD_20x4_ACS714*. Acesso em 20 de abril de 2018, disponível em www.arduinoportugal.pt: <https://www.arduinoportugal.pt/image-sitemap-1.xml>

SADIKU, Matthew N. O. (2012). *Elementos de eletromagnetismo*. Porto Alegre: Bookman.

THONSEM, A. (06 de JULHO de 2015). *Tutorial Módulo Bluetooth com Arduino*. Acesso em 20 de ABRIL de 2018, disponível em www.fliflop.com: <https://www.filipeflop.com/blog/tutorial-modulo-bluetooth-com-arduino/>

VASCONCELLOS, M. A., & GARCIA, M. E. (2014). *Fundamentos da Economia*. São Paulo: Saraiva.

ANÁLISE DE POTÊNCIA DAS PLACAS FOTOVOLTAICAS INSTALADAS COM BASE NA IRRADIAÇÃO SOLAR EMITIDA NA CIDADE DE TERESINA¹

Edvan Carneiro Almeida², Betânia Soares dos Santos³, Marcos Gabriel Mendes Silva⁴

2. Centro Universitário Santo Agostinho, Engenheiro Eletricista, Especialista em gestão de energia, Teresina/PI

3. Centro Universitário Santo Agostinho, Engenharia Elétrica, Teresina/PI

4. Centro Universitário Santo Agostinho, Engenharia Elétrica, Teresina/PI

RESUMO:

A eficiência dos painéis fotovoltaicos é um fator que deve ser questionado e analisado, pois, infelizmente ainda não se tem uma eficiência igual que é prometida pelos fabricantes. Isto se dá por diversos fatores aos quais devem ser analisados para garantir uma melhoria deste sistema de geração de energia. Essa geração promissora, está em crescimento, pois, além de utilizar a radiação para seu funcionamento (fonte de energia mais abundante do planeta), traz poucos impactos ambientais, sendo importante ressaltar este importante fator, pois esta é uma das mais discutidas questões sobre geração de energia elétrica, além de trazer benefícios financeiros para quem as utiliza. É mais do que necessário esta discussão e análise da eficiência das placas solares, pois assim estaremos mais perto de dar ao investidor uma proposta real.

PALAVRAS-CHAVE: Eficiência, Energia Solar, Geração Renovável.

INTRODUÇÃO:

A busca por fontes renováveis de energia está cada vez mais presente no cotidiano, houve o aumento do número de pesquisas sobre fontes alternativas de energia e que tenham poucos impactos ambientais, onde possam vir a ser um meio seguro de produção de energia elétrica. Neste patamar que se encontra a geração fotovoltaica, sendo ela uma geração de energia renovável e que traz benefício, tanto na instalação quanto na manutenção, também

1

apresenta baixo impacto ambiental. No entanto, ainda possui desvantagens em relação aos custos e eficiência, por este motivo ainda é pouco difundida no Brasil.

Segundo Lamberts; Freitas, em entrevista a CBCS Notícias (2013) analisando o comportamento do consumidor contemporâneo, aponta que o consumo mais cresce é na área de refrigeração do ambiente. Considerando a realidade local, podemos confirmar essa opinião. Principalmente no segundo semestre quando as temperaturas se elevam em nosso estado. As pessoas adquirem cada vez mais equipamentos de climatização ocasionando um alto consumo de energia. Por isso é preciso priorizar edificações, sistemas, com eficiência energética. “Além de ser abundante renovável e não poluidora a energia solar é a solução ideal para oferecer energia às áreas remotas de difícil acesso aonde não chega o fornecimento de energia elétrica convencional”, (GOMES, 2012).

Esse recurso energético renovável não gera gases poluentes e muito menos ruídos nocivos para o meio ambiente, assim como para as pessoas. Sendo a sua implantação de fácil acesso assim como a sua manutenção, tem vida útil de aproximadamente 25 anos, esses módulos fotovoltaicos tem uma fácil flexibilidade para a sua execução e produção de energia elétrica. “A utilização de tecnologias de aproveitamento de energia solar é vantajosa quando comparada a outras fontes de energia por eliminar a emissão de gases estufa e outros gases contribuintes para a poluição do ar atmosférico; não produzir ruídos; reduzir a necessidade de utilização de outros tipos de energia provenientes de fontes não renováveis”, (KALORIGOU,2009).

Este tipo de geração utiliza como matéria prima a luz do sol, onde os módulos fotovoltaicos conseguem transformar a radiação solar, sendo a mesma a mais abundante fonte de energia do planeta, em energia elétrica. Vale ressaltar que sem a luz solar não é possível se ter qualquer geração a partir desses módulos, mas também que as regiões com baixos níveis de irradiação podem-se ter um bom aproveitamento deste tipo de geração de energia, porém, deve-se observar se o mesmo irá satisfazer a demanda necessária do consumidor.

A **Energia solar** é a designação dada a qualquer tipo de captação de energia luminosa (e, em certo sentido, da energia térmica) proveniente do sol, e posterior transformação dessa

energia captada em alguma forma utilizável pelo homem, seja diretamente para aquecimento de água ou ainda como energia elétrica ou mecânica, no caso estudado neste artigo é a energia fotovoltaica, na qual temos a transformação de radiação proveniente da luz do sol diretamente em energia elétrica.

A célula fotovoltaica consiste numa camada única e de grande superfície p-n do diodo de junção, gerando energia elétrica utilizável a partir de fontes de luz com os comprimentos de onda de a luz solar, sendo as células fotovoltaicas fabricadas por placas de silício. “Atualmente as células solares existentes são feitas, cerca de 95%, de silício cristalino” (SANTOS, 2011).

A Terra recebe cerca de 170 petawatts de radiação solar na zona superior da atmosfera, sendo que cerca de 30% é refletida para o espaço, enquanto o restante é absorvido pelas nuvens, mares e massas terrestres. O espectro de luz solar, na Terra, é mais difundido em toda a gama visível e infravermelho, e uma pequena gama de radiação ultravioleta (RESEARCHGATE).

Irradiação Solar em Teresina

Segundo a Tabela 1 os meses mais quentes em Teresina são os meses de setembro, outubro e novembro, com o mês de agosto sendo o mês mais seco do ano e outubro o mês com a temperatura mais quente com máxima de 35,8°C, média de 29,3°C e mínima de 22,9°C.

Tabela 3: Tabela climática de Teresina

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	26.8	26.5	27	26.9	26.8	26.8	26.9	28.2	29.2	29.3	29	28
Temperatura mínima (°C)	22.4	22.3	22.5	22.3	21.5	20.7	20.3	21	22.2	22.9	23.1	22.4
Temperatura máxima (°C)	31.3	30.8	31.5	31.6	32.1	32.9	33.5	35.4	36.3	35.8	34.9	33.6
Temperatura média (°F)	80.2	79.7	80.6	80.4	80.2	80.2	80.4	82.8	84.6	84.7	84.2	82.4
Temperatura mínima (°F)	72.3	72.1	72.5	72.1	70.7	69.3	68.5	69.8	72.0	73.2	73.6	72.3
Temperatura máxima (°F)	88.3	87.4	88.7	88.9	89.8	91.2	92.3	95.7	97.3	96.4	94.8	92.5
Chuva (mm)	190	234	307	252	117	21	11	6	11	21	63	116

FONTE: (CLIMATEDATA, 2017)

O artigo em questão apresenta a análise de um sistema fotovoltaico instalado na cidade de Teresina PI onde se tem uma abundante incidência de radiação solar, pois está localizada próxima a linha do equador. Segundo ao site CLIMATEDATA (2017) a média de temperatura varia entre 25°C e 30°C durante o ano, sendo junho, julho, agosto, setembro e outubro as meses mais quentes, ou seja, apresentam maior incidência solar assim oferecendo uma maior eficiência no sistema fotovoltaico.

Com os dados obtidos do Centro de referência para as Energias Solar e Eólica Sérgio de S. Brito (CRESESB), Tabela 2 e Tabela 3, é possível perceber a radiação média em cada mês do ano, e também calcular a potência em cada mês, baseado no cálculo da potência. Nota-se que o gráfico da irradiação média varia a cada mês como é possível analisar no gráfico obtido pelo CRESESB.

Tabela 2: Irradiação solar média mensal

Estação: Teresina

Município: Teresina, PI - BRASIL

Latitude: 5,001° S

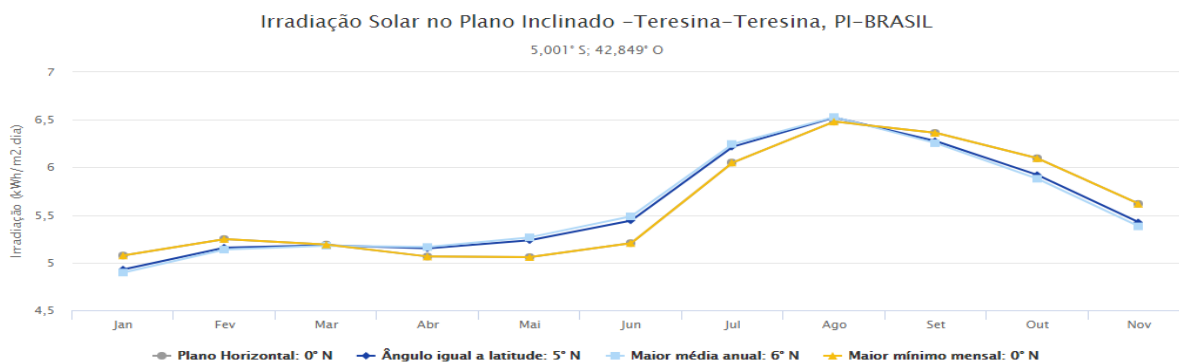
Longitude: 42,849° O

Distância do ponto de ref. (5,089167° S; 42,801944° O): 11,1 km

#	Ângulo	Inclinação	Irradiação solar diária média mensal [kWh/m ² .dia]													
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média	Delta
☑	Plano Horizontal	0° N	5,08	5,25	5,19	5,06	5,06	5,21	5,51	6,05	6,48	6,36	6,10	5,62	5,58	1,42
☑	Ângulo igual a latitude	5° N	4,93	5,16	5,18	5,15	5,23	5,44	5,74	6,22	6,52	6,28	5,92	5,42	5,60	1,60
☑	Maior média anual	6° N	4,90	5,14	5,18	5,16	5,27	5,49	5,79	6,25	6,53	6,25	5,88	5,38	5,60	1,63
☑	Maior mínimo mensal	0° N	5,08	5,25	5,19	5,06	5,06	5,21	5,51	6,05	6,48	6,36	6,10	5,62	5,58	1,42

FONTE: (CRESESB, 2017)

Devemos levar em conta que os fatores climáticos são necessários para essa produção média, e que a radiação solar nem sempre está em alta durante todo o ano, tendo meses que a radiação solar está baixa, assim oferecendo uma potência menor ao sistema que depende diretamente da mesma. Basicamente, quando um cliente compra um arranjo de painéis fotovoltaicos, a empresa fornece os dados específicos de determinada marca de placa solar, ou seja, a voltagem, a potência a ser produzir, a eficiência da placa e a vida útil. Sendo que a empresa leva em conta os dados da radiação solar média para informar esses dados da placa, ou seja, ela não leva em conta a ausência da radiação em dias chuvosos e nublados, ou dias em que a radiação solar é mínima.

Tabela 3: Irradiação solar no plano inclinado

FONTE: (CRESEB, 2017)

Na Tabela 3 é demonstrado a variação da irradiação solar apresentada entre o Plano horizontal, o ângulo igual a latitude, o ângulo médio máximo anual e o ângulo mínima mensal.

O local onde se foram colhidos os dados, foi uma empresa localizada em Teresina, onde iremos chamar está de Empresa 01, ela trabalha diretamente com manutenção, instalação e projetos de sistemas fotovoltaicos. Os dados foram colhidos nos meses mais quentes da cidade de Teresina exceto no mês de agosto, pois a mesma estava em manutenção do sistema. Este artigo tem como objetivo o estudo do caso do sistema fotovoltaicos empregado na Empresa 1, afim de analisar a eficiência energética com base na irradiação média solar da cidade de Teresina; Sendo utilizada neste sistema 20 placas da marca SUNRÍSE, onde será feita a comparação com a eficiência informada pelo fabricante. Em relação à eficiência, é um dos principais pontos que ainda precisam analisar e pesquisar, pois ainda não há o aproveitamento de 100% do valor informado pelo fabricante com o todo, sendo este o objetivo deste artigo.

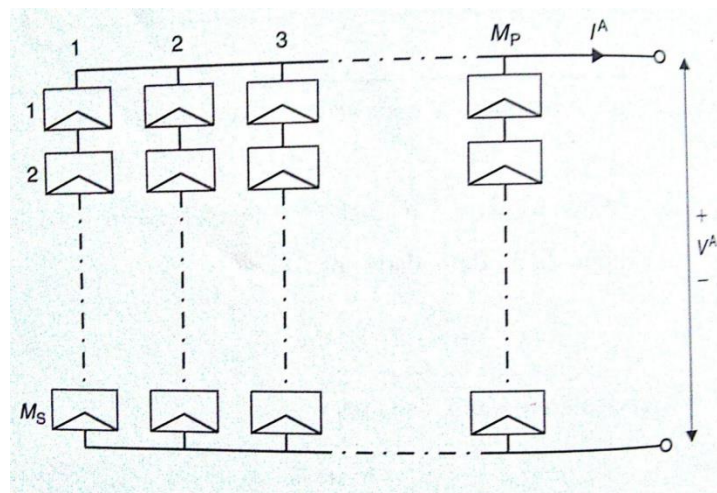
MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da análise de dados da irradiação solar em Teresina, a coleta de dados foi realizada através de pesquisas em sites relacionados ao tema, trabalhos de conclusão de curso, livros e documentos fornecidos pela NETLUX. Inicialmente foi realizada uma pesquisa sobre a radiação solar média na cidade de Teresina, em seguida, foi analisada a potência elétrica gerada pelas placas fotovoltaicas e, posteriormente, foi feita a comparação dos resultados com as especificações do fabricante para analisar a eficiência das placas, se realmente a fabricante oferece os resultados prometidos nas especificações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Segundo as informações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) o módulo fotovoltaico da Sunrise, é constituído de silício policristalino com 60 células e moldura de liga de alumínio anodizado com uma garantia de 25 anos para saída de energia com uma potência máxima de 240W com condições normais de temperatura a 45°C e produção média de 30KWh/mês com eficiência energética de 14,8% e classificação energética “A”. Os módulos fotovoltaicos da SUNRISE instalados na empresa NetLux estão conectados em arranjos. Um arranjo com M_p módulos em paralelo aonde cada *string* tem M_s módulos em série como mostrado na figura. A Empresa 01 contem 20 módulos conectados nos quais se tem, dois arranjos e duas *strings*, aonde os módulos em paralelo produz corrente total do arranjo I^A e os módulos em serie produz tensão V^A no sistema como mostrado no exemplo da figura abaixo:

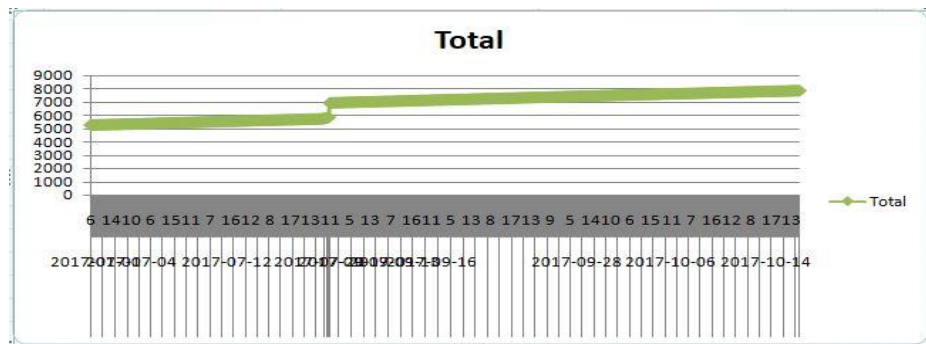
Tabela 4: Arranjo de módulos em paralelo e em série



FONTE: (KALORIGOU, 2017)

A análise do módulo fotovoltaico da SUNRISE foi feita em cima do arranjo com os 20 módulos, ou seja, o valor de tensão, corrente e potência, foram feitas em cima dos 20 módulos. Os dados que foram coletados nos meses de julho, setembro e outubro, foram analisados e verificou-se que a média acumulada de energia gerada em KWh (quilowatt hora) de cada mês desde o dia 6 e março até o dia 17 de outubro pelas placas fotovoltaicas da marca SUNRISE foram de 5497,69Kh para o mês de julho 7192,93 KWh para o mês de setembro e 7647,26 KWh para o mês de outubro em que a última contagem quando foi dia 17 de outubro de 2017.

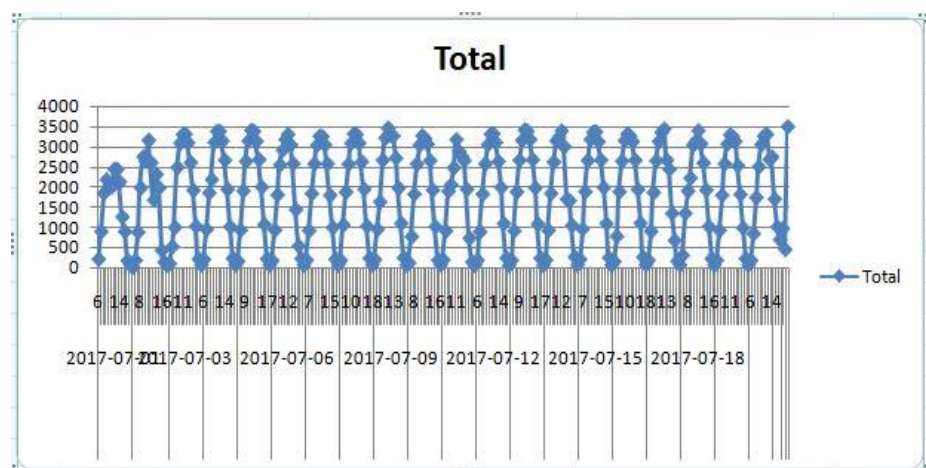
Tabela 5: Gráfico da média de energia gerada acumulada em KWh nos meses de julho, setembro e outubro.



FONTE (NETLUX, 2017)

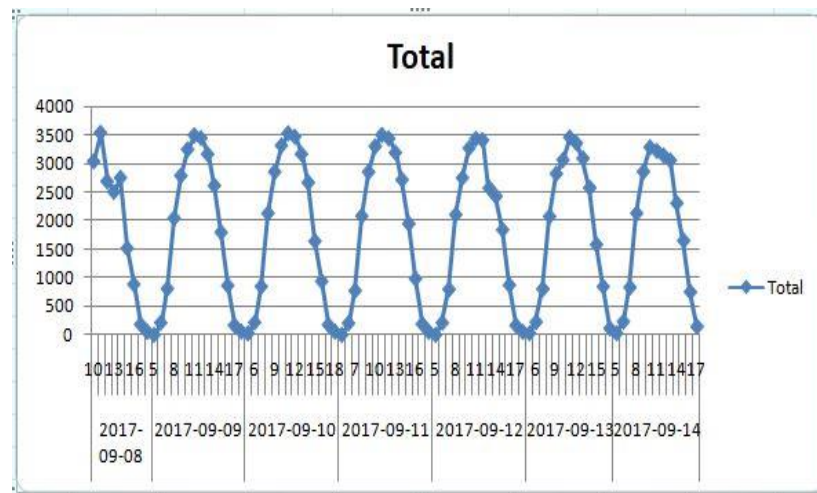
Em cada mês analisado, verificou-se a média mensal de potência (W). O mês de julho, Tabela 6, apresenta uma média de potência mensal (W) de 1907,90 W e média de geração de energia CA (KWh) de 5346,07 KWh, o mês de setembro, Tabela 7, apresenta uma média de potência mensal (W) de 1934,49 W e média de geração de energia CA (KWh) de 6999,01 KWh e no mês de outubro, Tabela 8, a média mensal (W) é de 1781,80 W e média de geração de energia CA (KWh) de 7542,76 KWh. Sendo assim o mês com a maior média mensal analisada, foi o mês de setembro, Tabela 8, confirmando a análise feita pela CRESESB, em que o mês de setembro, Tabela 8, recebe a maior irradiação solar média mensal dentre os meses pesquisados e apresentados.

Tabela 6: Gráfico da potência média (W) do mês de julho



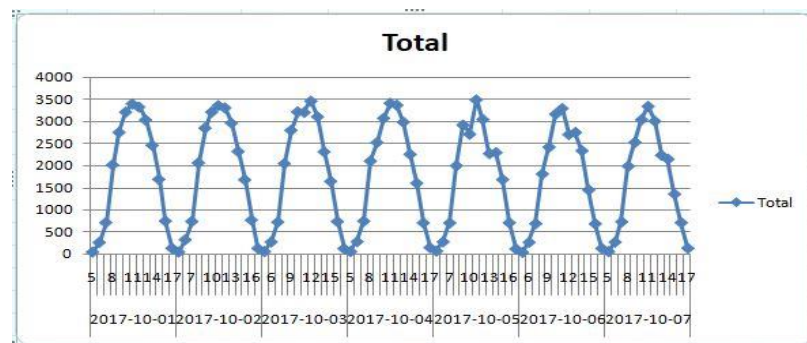
FONTE: (NETLUX, 2017)

Tabela 7: Gráfico de potência gerada de uma semana pelos módulos fotovoltaicos da marca Sunrise no mês de setembro.



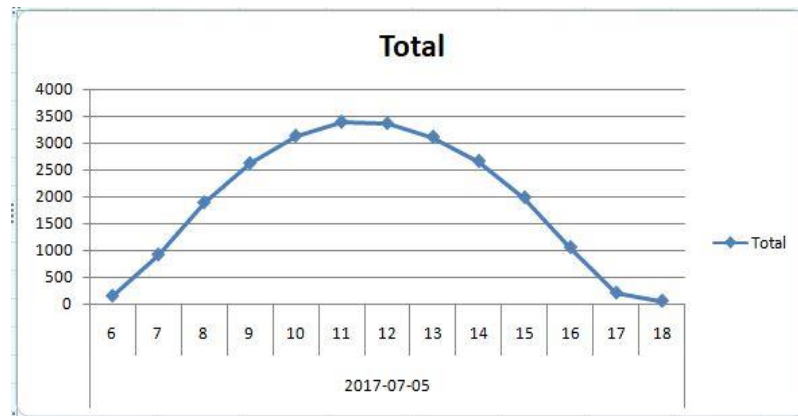
FONTE: (NETLUX, 2017)

Tabela 8: Gráfico de potência gerada de uma semana pelos módulos fotovoltaicos da marca Sunrise no mês de outubro.

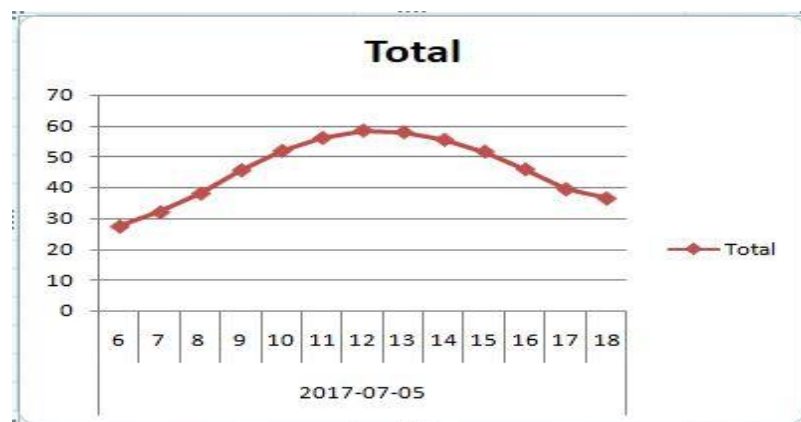


FONTE: (NETLUX, 2017)

A potência apresentada pelo fabricante da placa fotovoltaica SUNRISE, determina uma potência de 240 W para cada placa instalada com tolerância de 0 a $\pm 3\%$, ou seja, com as 20 placas instaladas gerando energia a 100% durante o dia, o valor gerado seria de 4800 W, com tolerância de +3% a potência gerada seria de 4944. Analisando os gráficos abaixo verificou-se que a potência média gerada nessa semana do mês de julho foi de 1827,28W, com máxima produzida de 3393,4W no dia 5 de julho de 2017. A potência média apresentada em uma semana do mês de setembro e de 1989,84W, com máxima potência produzida de 3533,5W no dia 8 de setembro de 2017 na tabela 23. Analisando também a tabela 20 da semana de outubro, verificou-se que a potência média gerada nessa semana foi de 1849,56W, com máxima potência produzida de 3496,16W no dia 5 de outubro.

Tabela 9: Gráfico do dia com a maior potência da semana de julho**FONTE: (NETLUX, 2017)**

Note, que a maior potência atingida neste dia foi de 3393,4W, sendo a prometida pelo fabricante para este sistema com 20 placas e considerando a tolerância de 0 a $\pm 3\%$, seria de 4944W, ou seja no dia de maior geração a placa não entrega o prometido.

Tabela 10: Gráfico de temperatura do dia com a maior potência energética da semana de julho**FONTE: (NETLUX,2017)**

Neste gráfico podemos observar que os horários com maiores níveis de irradiação solar se dá nos horários de 11:00hrs até 13:00hrs, neste dia, e o pico de potência gerada se deu nos mesmos horários, ou seja, como já esperado as maiores potências se dão quando a irradiação solar está em seus maiores picos, o que mostra que regiões com grandes níveis de incidências solares terá um maior aproveitamento deste sistema, lembrando que regiões com aspectos contrários a estes também podem implantar este sistema.

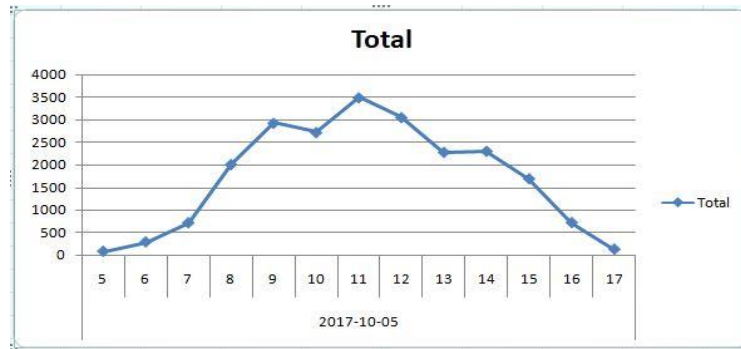
Tabela 11: Gráfico do dia com a maior potência da semana de setembro**FONTE: (NETLUX, 2017)**

No mês de setembro, que segundo o CRESEB tem maiores índices de irradiação solar na cidade de Teresina, também apresentou maiores níveis de potências gerada pelo sistema como já era esperado, porém, nem mesmo neste mês no seu dia de maior geração em nenhum momento a potência chegou à esperada, segundo as especificações do fabricante.

Tabela 12: Gráfico de temperatura do dia com a maior potência energética da semana de setembro**FONTE: (NETLUX, 2017)**

Como no gráfico anterior, os horários de pico e geração se dão nos horários entre 11:00hrs e 12:00hrs, como já foi citado acima.

Tabela 13: Gráfico do dia com a maior potência da semana de outubro



FONTE: (NETLUX, 2017)

Em outubro é possível observar também que a potência gerada não chegou à prometida, ou seja, isto é uma das desvantagens para o cliente que espera que a mesma que lhe foi prometido, porém é entregue uma potência abaixo da esperada e em nenhum dos dias analisadas a potência ultrapassou a maior potência do mês de setembro.

Tabela 14: Gráfico de temperatura do dia com a maior potência energética da semana de outubro



FONTE: (NETLUX, 2017)

É possível notar segundo os gráficos que o horário de pico de produção de energia elétrica por meio da radiação solar é entre às 11:00h e 12:00h da manhã, onde a potência máxima chega aproximadamente 3500 W, refutando a potência que a Empresa 1 promete ao cliente. Mesmo nos horários de pico, a potência gerada nunca chegou a marca de 4000 W como consta nos gráficos acima, até mesmo com temperaturas consideradas altas.

CONCLUSÃO

Nota-se que a eficiência energética entregue pelas placas não chega realmente aos 100% prometidos nas especificações do fabricante de tal placa, sendo este um dos problemas para o convencimento da implementação deste sistema. Com as análises podemos notar que as placas da marca SUNRISE chegam somente aos 3393,4W de potência, sendo que o prometido pela fabricante é de do mínimo 4800W diários, onde pelos gráficos diários do sistema implantado é observado que em nenhum dos meses observados se chegou a esse valor, ou seja, a eficiência desta placa chega somente aos 36% do prometido, onde podemos concluir que a mesma oferece baixa eficiência.

Os horários de maior geração se dão, como já esperado, em horários de maior radiação, onde na cidade de Teresina segundo os gráficos se encontram nos horários das 11:00h às 12:00h, observa-se os horários de maior potência gerada. Segundo CRESESB o mês de maior irradiação solar, é o de setembro, como esperado também foi o de maior potência, na qual a geração foi 1934,49 W de potência e média de geração de energia CA (KWh) de 6999,01 KWh, e a maior diária com máxima potência produzida de 3533,5W no dia 8 de setembro de 2017.

Deve-se levar em conta que esse estudo da real eficiência dos módulos fotovoltaicos é algo importante a ser debatido em relação ao quanto financeiramente isso pode impactar na instalação desse projeto e até mesmo na própria produção. Pois ao mesmo tempo, tanto o cliente como a própria empresa podem ficar em um prejuízo significativo em relação às perdas de potência gerada pelos painéis fotovoltaicos.

A placa fotovoltaica, apresentando um aproveitamento total da irradiação solar média, passando a produzir o esperado por meio de cálculos realizados, causaria um impacto econômico-financeiro benéfico tanto para cliente como para empresa, nos quesitos de produção de energia elétrica, eficiência energética e lucro em longo prazo. Assim atraindo mais consumidores para este sistema, também levando a redução dos seus preços segundo a lei da oferta e procura, e o mais importante tendo a eficiência energética prometida pelo fabricante oferecendo a potência esperada pelo cliente.

Deve também pesquisar quais são os elementos que provocam a falta de eficiência deste sistema, a fim de melhorá-lo, para que o fabricante chegue a entregar 100% das suas especificações e também os elementos que fazem com que os equipamentos não durem a vida útil total especificada também pelo fabricante, assim afetando diretamente na economia da implantação e futuramente na manutenção da geração de energia solar.

REFERÊNCIAS

CRESESB, **Centro de Referência para energia Solar e Eólica**; ed.especial, 2004.

GASQUET, **Estudo para implantação de sistema de energia solar fotovoltaica**, 1997

KALOGIROU, **Utilização da energia solar como fonte alternativa para geração de energia elétrica**, 2009

KALOGIROU, SOTERIS A. **Engenharia de energia solar: processos e sistemas** – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 844 p. 422 f. 1 v.

KALOGIROU, S. A. **Solar energy engineering: processes and systems**. 1.ed. San Diego (EUA): Elsevier, 2009.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de (org.). **Manual de Economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CBCS Notícias. **Boletim Informativo do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável**:

COBERTURA ESPECIAL Energética Eficiência. 2013. Disponível em: Acesso em: 24 de maio de 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de Energia Elétrica no Brasil**. 2. ed. Brasília: ANEEL, 2005.

GT 16

GRUPO TEMÁTICO

**ESTUDOS AVANÇADOS DE DIREITO PENAL À LUZ DO
GARANTISMO PENAL**

GT 16 - ESTUDOS AVANÇADOS DE DIREITO PENAL À LUZ DO GARANTISMO PENAL

Gustavo Luís Mendes Tupinambá Rodrigues¹

Antônio Walter Gadelha Guimarães²

O GT – Estudos avançados de direito penal à luz do garantismo penal abordam temas jurídicos relacionados a uma (re)interpretação das normas jurídicas penais em consonância com a teoria do garantismo penal de Luigi Ferrajoli, voltada a assegurar que a aplicação da norma penal dentro do ordenamento jurídico deve, sistematicamente, resguardar os direitos fundamentais consagrados na Constituição, quando do exercício da função punitiva do Estado, amparado na concepção de Estado Constitucional de Direito, evitando assim, que a aparelhagem estatal possa ultrapassar os limites delineados em lei e na Constituição, o que efetivamente resultaria em lesão aos direitos fundamentais. Neste GT serão aceitas propostas de trabalhos que abordem a análise interpretativa das normas jurídicas penais em vigor em nosso ordenamento jurídico em consonância com a Constituição Federal de 1988, avaliando o aporte de normas jurídicas existentes, a coerência interpretativa das normas penais com o pensamento garantista, a necessidade de (re)avaliar as interpretações aplicadas pela justiça brasileira, tomando por referência as decisões formuladas pelo Supremo Tribunal Federal, bem como a necessidade de sanar situações lacunosas existentes em nosso ordenamento. A metodologia é revisão bibliográfica com ênfase na análise de obras científicas de direito e sociais que fomentem a necessidade de adequar o direito posto com as necessidades sociais pulsantes destacadas pelas ciências sociais. Os teóricos utilizados podem versar sobre áreas, como: direito, sociologia, antropologia, merecendo destacar o pensamento de autores que contribuem efetivamente para essas ponderações, tais como: Luigi Ferrajoli, Aury Lopes Júnior, Gustavo Badaró, Lenio Streck e outros.

¹ Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, especialista em Direito Administrativo pela Universidade Federal do Ceará-UFC, graduado em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Advogado militante desde 1999, atuação na Docência Superior desde 2004, sobretudo em disciplinas de Direito Público, como Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Penal. Atualmente vinculado aos quadros funcionais do Centro Universitário Santo Agostinho-FSA e da Estácio Teresina.

² Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (2010). Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará (1999) e graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1998). Exerce o cargo de Delegado de Polícia Civil do Estado do Piauí desde 2001. Professor do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA e da FACID WYDEN.

REFERÊNCIAS:

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Manual dos recursos penais**. 2. rev., atual e ampl. São Paulo: RT, 2017.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**. 4. ed. São Paulo: RT, 2014.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. vol. 1. 5. ed. São Paulo: Lumen Juris, 2010.

STRECK, Lênio. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do direito. 11. ed. rev., atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

A APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DE FEMINICÍDIO¹

Élyda Mary de Carvalho Linhares²

Verônica Acioly de Vasconcelos³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O assassinato de mulheres por razões de gênero constitui em problema social grave, que perpassa fronteiras de países, credos, etnias, orientações sexuais, idade e classe social. A partir disso, foi inserida no sistema penal brasileiro, a circunstância qualificadora de feminicídio, dando visibilidade aos crimes de feminicídio, a desigualdade de gênero e a violência contínua enfrentada pela mulher por ser mulher. Com a criação da qualificadora, este trabalho objetivou diferenciar a investigação criminal do homicídio para a investigação criminal do feminicídio. Inicialmente foi identificado o que seria gênero e sua importância no direito, pois analisar o crime com um “olhar” sensível à perspectiva de gênero, auxilia no correto enquadramento à referida qualificadora, em seguida foi trazida a tipificação do feminicídio, sua evolução e desdobramentos. Em última análise, pretendeu-se comparar as linhas de investigação e identificar como a investigação de feminicídio estaria sendo desenvolvida pela Polícia Civil do Piauí. Para a análise do tema, utilizaram-se fontes bibliográficas, baseando-se na natureza teórica da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio, Violência, Investigação Criminal.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema social e cultural de grande complexidade, mesmo existindo mecanismos de proteção as mulheres, constantemente estas são agredidas de diferentes formas, chegando até, a serem mortas em razão de serem mulheres.

É relevante apontar nesse artigo os dados do Mapa da Violência 2015, que registraram no ano de 2013, 4.762 homicídios de mulheres no Brasil, colocando o país na 5ª posição internacional

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí- UFPI (2014); Discente do curso de Bacharelado em Direito (10º período) no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.

³ Doutoranda em Direito e Políticas Públicas pela UNICEUB. Defensora Pública do Estado do Piauí. Orientadora do trabalho e professora do Centro Universitário Santo Agostinho.

entre os 83 países do mundo. Com isso, não se pode ignorar tal problema, pois essas mulheres vítimas viviam em uma sociedade marcada pela desigualdade e violência de gênero.

No Brasil, têm como marco de políticas públicas a criação da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, instituída em 2006. Entretanto, uma questão relevante não estava sendo abordada como deveria, ou seja, o homicídio de mulheres pela razão de serem mulheres. Essa questão só foi tipificada com a Lei nº 13.104/2015, que alterou o artigo 121 do Código Penal, colocando o Femicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. As mortes de mulheres não devem ser tratadas como mortes comuns, pois as vítimas, os agressores e toda a sociedade, estão inseridos dentro de uma cultura machista, desigual, preconceituosa, discriminatória, misógina e sexista, que naturaliza tais práticas. Neste sentido, a temática a ser desenvolvida é uma questão atual e complexa

O presente trabalho tem o propósito de analisar a importância da perspectiva de gênero, e sua contribuição na investigação criminal de feminicídio. Com isso, adveio especificamente o interesse em compreender como essa perspectiva foi aplicada na Polícia Civil do Piauí e a forma que essa incorporação refletiu na atuação das autoridades policiais.

MÉTODO

O trabalho apresenta uma natureza teórica e a metodologia aplicada foi à pesquisa bibliográfica, que por meio da legislação, doutrina, documentos públicos, trabalhos científicos e pesquisas, foram possíveis discutir, analisar e revisar os conceitos que demandam dessa temática. A abordagem do estudo foi através do método dedutivo, que utiliza uma corrente de raciocínio descendente, onde parte de uma análise geral para a particular, até chegar à conclusão (GIL, 1994).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso deste trabalho perpassa três capítulos. O primeiro capítulo trata dos aportes teóricos de gênero, seus conceitos e desdobramentos, e sua inserção dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Destarte, entende-se a importância do conceito de gênero para compreender como se instituem as relações sociais entre os sexos, no que tange suas práticas, seus discursos, suas diferenças e desigualdades. Segundo Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que são percebidas entre os sexos. Essas diferenças aparecem de forma relacional, ou seja, entender as informações sobre as mulheres inevitavelmente constrói informações sobre os homens.

O termo gênero não pretende negar as diferenças biológicas que existem entre os corpos sexuados, mas enfatiza Louro (2010), que a construção social e histórica é produzida em cima dessas características biológicas, e nesse contexto, ressalta Scott (1995), que essas diferenças dão significados culturais e posicionam as relações através de hierarquias.

Compreendido o que seria gênero e seus relevantes desdobramentos, há de se perceber a importância dessa perspectiva aplicada ao Direito. Apesar de a Constituição afirmar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, foi necessária a intervenção do Estado (MOREIRA, 2016), como recomenda, o § 8º do art. 226 da CF, que assegura a assistência familiar pelo Estado, tendo este que criar mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Houveram mudanças legislativas, como a Lei Maria da Penha e o Femicídio, estas levantaram discussões e politizaram debates acerca da violência contra a mulher (MOREIRA, 2016). Porém, há muitos desafios a percorrer, visto que, o atendimento à mulher em vários setores da Rede de Acolhimento, principalmente na área jurídica, é carente, pois falta o alicerce na perspectiva de gênero. O segundo capítulo aborda a evolução do termo feminicídio, seu conceito, comparações com outras legislações e sua criação legal. As discussões sobre femicídio/feminicídio se tornaram visíveis na América Latina quando, no início dos anos 1990 (PASINATO, 2011), os números de mulheres assassinadas e desaparecidas aumentaram drasticamente. Esse fenômeno ocorreu no México, em que aproximadamente 400 mulheres e meninas foram mortas, e muitas delas sofreram mutilações, torturas e violência sexual, tendo seus corpos abandonados em terrenos baldios (MELLO, 2016).

No Brasil, a categoria analítica “femicídio” foi utilizada em 1995 por Heleith Saffioti e Suely Almeida, em uma análise sobre homicídios de mulheres dentro das relações conjugais e foi retomado em 1998 (PASINATO, 2011). Diante dessas nomenclaturas, termos e conceitos apresentados, Adriana de Mello (2016) diz ser útil considerarmos para o Direito Penal apenas a compreensão de mortes intencionais de mulheres, motivadas por razões de gênero, dessa forma, feminicídio será o termo adotado nesse trabalho, visto que esta é a nomenclatura assumida pelo Poder Legislativo. A tipificação de feminicídio nos países da América Latina iniciou em 2007 com a Costa Rica. Este foi o primeiro país a criminalizar o feminicídio em sua lei penal, e após isso 15 países criaram formas de coibir e punir esses crimes (MELLO, 2016). Em 2015, foi sancionada a Lei nº 13.104, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, partindo do projeto da CPMI da Violência contra a Mulher.

O terceiro e último capítulo, compreende o avanço da análise da investigação criminal, a comparação da investigação criminal de homicídio com a de feminicídio, e na sequência delinea alguns pontos a linha da investigação na Polícia Civil do Piauí. Sob o viés normativo, encontramos o conceito de investigação criminal, fundamentado no artigo 1º da Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei 49/2008). A referida lei percebe a investigação criminal como um conjunto de diligências que servem para analisar a existência do crime, localizando autores e colhendo provas. Reafirma ainda, através do seu art. 3º, que os Órgãos de Polícia Criminal são competentes para realizar tais diligências.

No Brasil, a investigação criminal é orientada pelo Caderno Temático de Referência: Investigação Criminal de Homicídios (2014). Este Caderno informa que a investigação é realizada pelos agentes policiais e normatizada nos artigos 6º, 7º, 8º e 9º do Código de Processo Penal (CPP), sendo materializada por meio do inquérito policial. A investigação proposta nesse Caderno Temático (2014) é

dividida em duas etapas: *Investigação Preliminar e Investigação de Seguimento*. A primeira etapa define todos os procedimentos de investigação e coleta de vestígios realizados no primeiro momento em que a polícia recebe a informação da ocorrência de um homicídio, os trabalhos na cena do crime e a chegada dos primeiros agentes policiais ao local (CADERNO TEMÁTICO, 2014).

No que se refere ao feminicídio, em 2006 foi criada no Brasil, as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídio), motivada por um Modelo Latino Americano (2014) para investigar as mortes de mulheres, porém com adaptações as realidades sociais, jurídicas, políticas e culturais do país.

Sobre essa linha de investigação, tomando como base a linha de investigação de homicídio, podemos inferir que, a investigação de feminicídio não veio substituir a investigação de homicídio, contrariamente, sua finalidade é transformar o “olhar” do profissional da área policial a perspectiva de gênero e principalmente, agregar elementos para facilitar o enquadramento da qualificadora ao caso concreto.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí convidou, antes da publicação oficial das Diretrizes Nacionais (2016), a consultora Wânia Pasinato, para fazer a primeira capacitação de delegados sobre gênero, no período de uma semana em Teresina. Após essa capacitação, o estado do Piauí foi convidado a adotar as Diretrizes, considerando assim, o primeiro estado brasileiro a fazê-lo (NEME; MARTINS, 2017).

Posteriormente, de acordo com a delegada Eugênia Villa, a Polícia Civil do estado buscou a construção de uma metodologia própria de investigação de feminicídio, intitulada Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero, para mostrar aos policiais que a dinâmica da investigação do feminicídio difere do homicídio, pois no feminicídio tem algo chamado de razões de gênero, que escapam da modulação jurídica e da formatação legal (VILLA, 2016). A capacitação foi promovida pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero, compreendeu a capacitação técnica dos policiais à metodologia proposta de investigação e seminários de sensibilização e abordagem do tema. De dezembro de 2016 a fevereiro de 2017, foram capacitadas 311 pessoas, nos municípios de Parnaíba, São Raimundo Nonato, José de Freitas, Barras, Floriano e Água Branca (NEME; MARTINS, 2017).

O Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança do estado, forneceu dados atualizados acerca do feminicídio, registrando 90 casos no período de 10 de março de 2015 a 24 de maio de 2018¹. Após a leitura desses dados, compreende-se a importância de trazê-los para discussões no diagnóstico da violência contra a mulher. Contudo, são reconhecidos os principais obstáculos no entendimento de se obter esses dados, como por exemplo, a subnotificação de feminicídios, ou seja, muitas ocorrências ainda não foram consideradas com a qualificadora real de feminicídio, pois requer uma investigação diferenciada do homicídio e em alguns casos existe a incompreensão das autoridades a cerca dessa demanda (SILVESTRE; NATAL, 2018).

¹ <https://cidadeverde.com/noticias/273006/dia-de-combate-ao-feminicidio-reforca-luta-contra-mortes-crueis-de-mulheres> Acesso em: 28.05.18

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como foco central analisar a perspectiva de gênero aplicada na investigação criminal de feminicídio, tentando vislumbrar sua especificidade, importância e desafios. A priori, foram conceituados gênero, patriarcado e violência de gênero, consideradas categorias importantes de análises de investigação social dos assassinatos de mulheres por razões de gênero.

Compreendido os conceitos das categorias acima citadas, fez-se necessário apontar a evolução do plano normativo trazido pelo Direito, na busca de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Nesse ponto, ainda foi ressaltado a importância da perspectiva de gênero na atuação da investigação, pois com o olhar diferenciado sob a ótica de gênero, o profissional certamente reconhecerá o contexto de violência apresentado, podendo aplicar corretamente a qualificadora.

Com o feminicídio inserido no Código Penal como qualificadora do homicídio, tornou-se necessária uma investigação diferenciada da investigação de homicídio tradicional, com isso, baseando-se no Protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio), o Brasil criou em 2016, as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídio).

As Diretrizes Nacionais objetivaram aprimorar a investigação policial, o processo judicial e o julgamento das mortes de mulheres por razões de gênero, reconhecendo ainda os contextos de desigualdades que tornam as relações vulneráveis, por fim, o documento permitiu responsabilizar o Estado na sua atuação de prevenção e punição desses crimes.

Cabe ressaltar, que as Diretrizes Nacionais representam apenas guias de orientação na atuação do profissional, não constituindo caminhos obrigatórios a serem seguidos. Em Teresina, no ano de 2016, foi criada a Delegacia da Mulher na zona sul da capital, para investigar os crimes de feminicídio e a violência doméstica que ocorre nessa região. Sua criação deu visibilidade ao assassinato de mulheres e buscou investigar os casos através de uma realidade empírica. Após a capacitação dos delegados do Piauí acerca das Diretrizes Nacionais e da perspectiva de gênero, foi construída pela Polícia Civil do Estado uma investigação própria, intitulada Metodologia Investigatória do Feminicídio, que pretende integrar a investigação policial as variáveis de gênero. Esta Metodologia adota o programa operacional das Diretrizes Nacionais, baseando-se em três componentes metodológicos: fático, jurídico e investigatório (probatório).

Encontramos na temática algumas limitações e obstáculos, primeiramente houve o difícil acesso aos dados essenciais à pesquisa, em seguida, percebeu-se que o grande obstáculo é a subnotificação dos feminicídios, pois muitas autoridades desconhecem a qualificadora, e não tipificam corretamente os casos apresentados. Portanto, entende-se que a capacitação na perspectiva de gênero tornará a investigação de feminicídio mais eficiente, pois a autoridade além de reconhecer na prática casos que demonstrem desigualdade e violência de gênero, certamente contribuirá para que crimes como estes possam ser penalizados corretamente, dando uma resposta eficaz a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 02 mar.2018.

_____. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 21 mar 2018.

_____. **Investigação criminal de homicídios (Caderno temático de referência)**. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. 124 p. Disponível em <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pop/investigacao_criminal_homicidios.pdf> Acesso em 12 maio. 2018.

CADENA, Anamelka Albuquerque. **Metodologia investigatória na perspectiva de gênero, desenvolvida no Estado do Piauí**. 2018. Portal Nacional Delegados. Disponível em <<https://www.delegados.com.br/juridico/metodologia-investigatoria-na-perspectiva-de-genero-desenvolvida-no-estado-do-piaui-2-6>> Acesso em 20 maio. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. 1º ed. Rio de Janeiro. Mundo Jurídico, 2016.

MOREIRA, Laís de Araújo Moreira. **Direito e Gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re) democratização brasileiro** (pág. 10) 2016. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/25010>>. Acesso em 03 maio.2018

NEME, Cristina; MARTINS, Cauê. **Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Feminicídio Teresina (PI). Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública – CASOTECA FBSP 2017 / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. – (Série Casoteca FBSP, v. 1). 144p.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos pagu (37), jul./dez. 2011, p. 219-246. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008>

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVESTRE, Giane; NATAL, Ariadne. **Investigação lenta e falta de prioridade levam a subnotificação de feminicídios**. 2018. Disponível em <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/investigacao-lenta-e-falta-de-prioridade-levam-subnotificacao-de-feminicidios/>> Acesso em 15 maio. 2018.

WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil, 2015**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em 05 ma.2018

PRISÃO PREVENTIVA À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: UMA ANÁLISE DE CASOS OCORRIDOS NA CENTRAL DE INQUÉRITOS EM TERESINA, PIAUÍ¹

Eudóxia Maria Dias Neta²

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O trabalho apresentado tem como objetivo fazer uma análise de como ocorre às prisões preventivas decretadas em face do princípio da presunção de inocência, na central de inquéritos em Teresina, Piauí. Este estudo se mostra necessário para que seja analisado se as prisões preventivas na Central de Inquéritos de Teresina estão sendo aplicadas de forma excepcional, pois para prender preventivamente é preciso que esteja demonstrado o efetivo risco da liberdade do indivíduo, e se tais prisões estão em consonância com o princípio da presunção de inocência. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da análise foi à pesquisa documental, que consiste na coleta de dados diretamente no cenário envolvido na temática, realizada com a finalidade de apurar através dos julgados que converteram prisões em flagrantes, em prisões preventivas o correto uso do instituto da prisão preventiva. Observa-se que os requisitos legais para a aplicação da prisão preventiva, contudo, vem sendo violados na Central de Inquéritos de Teresina, Piauí, ocasionando lesão a um dos bens jurídicos mais relevantes: a liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: prisão preventiva, presunção de inocência, análise de julgados.

INTRODUÇÃO:

O Processo Penal estuda e regula os procedimentos necessários para que o Estado possa exercer sua legalidade penal. A sanção penal somente poderá ser aplicada quando os métodos previstos no conjunto de normas jurídicas forem respeitados. No Direito Penal Brasileiro, a liberdade é a regra, pois somente após a obtenção de provas e demais providências necessárias, será prolatada uma sentença e tornada inalterável por força da coisa julgada, só assim, seriam corretas a aplicação da prisão-pena.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 05 de outubro de 2018.

² Graduanda do décimo período do curso Bacharelado em Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, E-mail: diasneta@hotmail.com

Se para alguns vem consagrado na Constituição Federal o princípio da presunção de inocência, para outros, o que o Constituinte visou proteger na Carta Magna foi o princípio da não-culpabilidade. Contudo, qualquer que seja a interpretação dada ao referido princípio, uma consequência em comum é possível de ser extraída: enquanto a sentença não for definida na via recursal, não pode se falar em culpado.

A gênese desta pesquisa surgiu dos anseios da pesquisadora em perceber como e em que circunstâncias se dão as prisões preventivas na Central de Inquiridos de Teresina, Piauí, se estão sendo usada com os crivos, os critérios e as condições necessárias para que ocorra.

Com o objetivo de analisar a existência de incompatibilidade entre a prisão preventiva na Central de Inquiridos e o princípio da presunção de inocência. Através de revisão bibliográfica; da coleta de informações dos mandados sobre prisões preventivas que será realizado na central de Inquiridos de Teresina e analisar através das decisões o correto uso desse instituto.

MATERIAL E MÉTODO

O método de abordagem utilizado foi o descritivo, Para Gil (2011, p. 42), a pesquisa descritiva tem como objeto primordial a descrição das características de determinado fenômeno, ou então, o estabelecimento de variáveis.

A metodologia para o desenvolvimento da análise contará com a realização da pesquisa documental, que é uma fase realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto.

Esta pesquisa será desenvolvida nas seguintes fases distintas, mas complementares e interligadas: 1ª Fase: fase inicial de nivelamento: leitura e fichamento de uma bibliografia básica acerca do tema; 2ª Fase: coleta de bibliografia: levantamento das obras publicadas em livros e periódicos especializados; 3ª Fase: Discussão e fichamento do material bibliográfico coletado; 4ª Fase: Pesquisa documental: coleta e análise das decisões, na Central de Inquiridos de Teresina Piauí, nos meses: Setembro, Outubro e Novembro de 2017.

A Central de Inquéritos de Teresina Piauí funciona no segundo andar do prédio do Fórum Central Teresina Joaquim de Sousa Neto, competindo à mesma receber e apreciar os autos de prisão em flagrante, decidindo, sobre o relaxamento da prisão ilegal, a decretação da prisão preventiva ou a concessão da liberdade provisória, com a aplicação de medida cautelar, se for o caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente ocorreu a visita a Central de Inquéritos, em Teresina Piauí, momento em que foi autorizado e disponibilizado o material a ser estudado. O período analisado foi compreendido dentro de um recorte temporal de três meses, entre o dia 01 de setembro ao dia 30 de novembro de 2017, contabilizando quinhentos e noventa e sete prisões em flagrantes, sendo que dessas trezentos e vinte, foram convertidas em prisão preventiva. O que se percebe é que a privação de liberdade preventiva é verdadeira regra nas decisões analisadas. Como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Comparativo das prisões preventivas e prisões em flagrante.



Fonte: Central de Inquéritos.

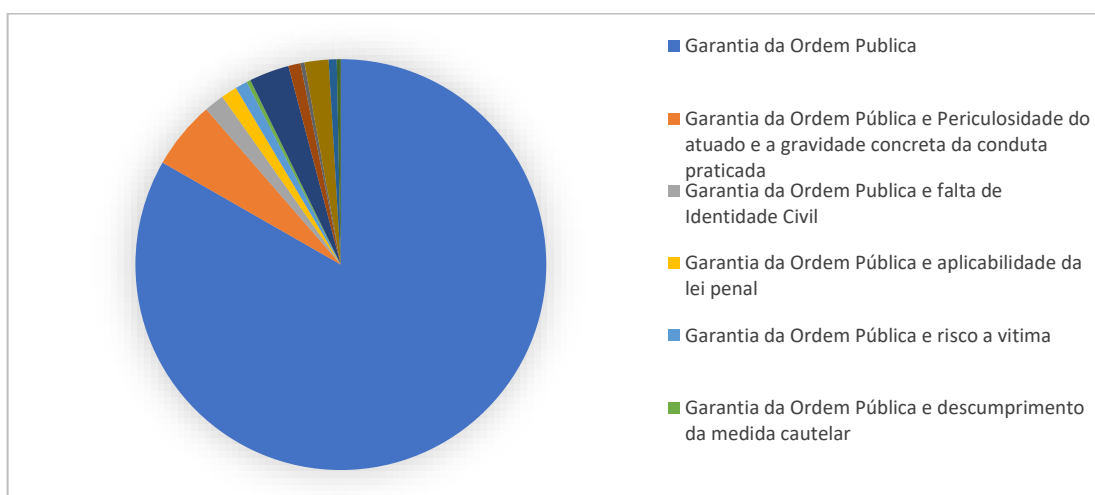
Das trezentos e vinte prisões em flagrantes convertidas em prisões preventivas só foram possíveis a análise de trezentos e dezessete, pois três não foram encontradas no

sistema *Themis Web*. Do estudo das trezentos e dezessete decisões, analisando o que motivou as prisões observa-se que, duzentos e noventa e quatro tiveram como fundamento para a conversão em prisão preventiva, o risco ou a garantia da Ordem Pública. Dessas duzentas e noventa e quatro, em dezessete delas, além da Ordem Pública foi acrescentada como justificativa a periculosidade do atuado e a gravidade concreta da conduta praticada.

Das duzentas e noventa e quatro, em cinco delas além da Ordem Pública foi utilizado o fundamento da falta de identidade civil. Em quatro delas além da Ordem Pública a necessidade da prisão para aplicação da lei penal. Em três delas, além da Ordem Pública foi utilizado o fundamento do risco à vítima. Em uma delas além da Ordem Pública e descumprimento de medida cautelar.

Em treze decisões o fundamento para decretação da prisão preventiva foi o preenchimento dos requisitos do artigo 312 do Código de processo penal e em três decisão foi o preenchimento dos requisitos do 313 do Código de Processo penal, em uma o motivo foi o preenchimento dos requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. Em oito decisões a justificativa foi a falta de identidade civil do atuado. Em duas decisões para garantir a aplicação da lei penal. Em uma decisão o motivo foi por causar risco a vítima e em uma decisão a justificativa foi a fuga do atuado do distrito. Como vem descrita no gráfico 2:

Gráfico 2: Motivações das prisões preventivas.



Fonte Central de Inquéritos.

Observa-se que a justificativa mais utilizada para se prender preventivamente foi o fundamento da Ordem Pública, sozinha ou acompanhada de outro pressuposto. O que comprova que são decisões em sua maioria imprecisas, sem fundamentação contextualizada, que não demonstra onde o termo Ordem Pública usado de forma genérico, está ameaçado com a liberdade do acusado.

Ressalta ainda uma aparente padronização das decisões, observa-se que nas decisões em que o autuado foi pego portando droga e dinheiro a fundamentação para conversação em prisão em flagrante, tendo como motivo a garantia a Ordem Pública foi a seguinte:

Quanto à garantia da ordem pública como motivo autorizador da manutenção da custódia do conduzido, há que se ressaltar que tal conceito reflete a paz, e a tranquilidade que poderão ser abaladas caso não seja recolhido a prisão, tendo ainda estreita vinculação com a periculosidade e o risco que trará à sociedade, caso permaneça em liberdade.

Quando se generaliza uma mesma fundamentação, sem se atentar para as peculiaridades do caso concreto, sem a análise aprofundada dos requisitos e pressuposto que autorizam a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, fica claro o uso inadequado e abusivo das prisões preventivas.

Contudo as decisões que não indicam qualquer motivação idônea, que tem como base apenas o risco de reiteração delitiva, por vezes, transcrevendo jurisprudências e indicando tão somente o texto literal da lei, sem levar em consideração as peculiaridades do caso em comento, são insuficientes para legitimar uma prisão.

CONCLUSÃO

Sendo a prisão preventiva um instituto processual de caráter tipicamente cautelar. Tal medida excepcional só deve ser aplicada quando preenchido seus requisitos e pressuposto, quais sejam: *Fumus commissi delicti*, *Periculum Libertatis* e as condições de admissibilidades. Vale ressaltar que as decisões que decretam a prisão preventiva devem ser sempre fundamentadas.

Como visto, a prisão preventiva somente pode ser decretada quando for imprescindível e fundamentada na lei, no intuito de atender a finalidade do processo, já que se o acusado ficar em liberdade durante seu andamento colocará em risco sua efetividade. Caso seja decretada com outro fundamento, que não seja a prevenção, ferirá o princípio da presunção de inocência.

Por outro lado, entende-se que a antecipação cautelar da prisão não se mostra incompatível com o princípio constitucional da presunção de inocência, desde que se observem os pressupostos legais para a antecipação da prisão e, acima de tudo, se avalie sobre sua real necessidade, uma vez que a regra é a liberdade do acusado.

Observa-se que os requisitos legais para a aplicação da prisão preventiva, contudo, vem sendo violados na Central de Inquéritos de Teresina, Piauí, ocasionando lesão a um dos bens jurídicos mais relevante: a liberdade. Assim quando se analisa os motivos dessas prisões noventa e dois por cento delas tem como fundamento a Ordem Pública e é na vagueza desse conceito que se demonstra a possibilidade do exercício arbitrário das prisões cautelares.

Constatou-se que as prisões preventivas ocorridas na Central de Inquéritos de Teresina, Piauí, não estão sendo decretadas em obediência aos critérios e as premissas necessárias para que ocorra, além da motivação das prisões terem basicamente como fundamento a Ordem Pública, as fundamentações das decisões são aparentemente padronizadas e generalizadas não levando em consideração o caso concreto. O que leva a entender que essas prisões não estão sendo determinadas considerando o caráter excepcional da medida cautelar o que vem de encontro ao princípio da presunção de inocência.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, M.; VICENTE, P. **Direito Constitucional Descomplicado**, Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRUZ, R. S. **Prisão Cautelar** – dramas, princípios e alternativas, 3. ed. jusPOIVM, 2017.

LOPES JR, A. **Direito processual penal**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de processo penal**. 6. Ed – São Paulo: Atlas, 2014.

MINAGÉ, Thiago M. **Prisões e medidas cautelares à luz da constituição: o contraditório como significante estruturante do processo penal**. 4. Ed. Florianópolis SC: Empório do Direito, 2017.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 18. Ed. rev. Ampl. Atual de acordo com as Leis nº 12.830, 12.850 e 12.878 – São Paulo: Atlas, 2014.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2015

SANTOS, Plínio Luiz Lima. **A Prisão Cautelar e o Princípio da Presunção de Inocência**. 2015. Texto disponível no site: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=14967. Consultado em 17/10/2017.

TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar. **Curso de Direito Processual Penal**. 12. Ed. Ver, e atual – Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

VADE MECUM Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2016.

DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART.156 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E A AMBIÇÃO DA VERDADE¹

Vitoria Andressa Loiola dos Santos²

Pedro Igor Sousa de Oliveira³

Háislla Rafaella do Amaral Silva⁴

Juliano de Oliveira Leonel⁵

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

A pesquisa tem por escopo identificar o fundamento de existência do processo penal num Estado Democrático de Direito, enquanto instrumento de proteção dos direitos e garantias fundamentais, destacando que a ambição da verdade não é compatível com um processo penal humanitário. Partindo desse raciocínio preliminar, foi possível verificar as bases ainda inquisitoriais do processo penal brasileiro, assentado na busca da verdade real, pois a gestão das provas continua nas mãos do juiz (princípio inquisitivo) *ex vi* o artigo 156 do CPP. No estudo foi possível vislumbrar a não conformidade da lei infraconstitucional (artigo 156 do CPP) com os mandamentos constitucionais e internacionais, observando-se a não aplicabilidade do princípio *in dubio pro reo*, gerando a então ambição pela busca da verdade real no processo penal. Desse modo, através do estudo de teorias críticas sobre processo penal, chegou-se à conclusão que há uma deficiência ideológica ultrapassada entre o CPP, de matriz autoritária, que impede o seu avanço.

PALAVRAS CHAVE: processo penal, constituição, verdade real.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo desvelar o fundamento de existência do processo penal num Estado Democrático de Direito e sua relação com a produção da verdade, analisando a natureza jurídica do processo enquanto situação jurídica, a imparcialidade do juiz e a gestão da prova como núcleo fundante do sistema processual penal.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharelanda do curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, E-mail: vitorialoiola02@gmail.com

³ Bacharelado do curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, E-mail: pedroigor_abreu@hotmail.com

⁴ Bacharelanda do curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, E-mail: haislla_ras@hotmail.com

⁵ Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e Professor do Curso de Direito da UNIFSA, E-mail: julianoleonel@hotmail.com

Assim, pretende-se analisar o artigo 156, II do CPP, a fim de se verificar a sua (in)constitucionalidade e “a busca verdade real” no processo penal.

O objetivo principal é demonstrar qual o fundamento do processo penal, enquanto conquista civilizatória, num Estado Democrático de Direito, pensado como instrumento de aplicação do direito penal, mas, também, como um instrumento a serviço de um projeto democrático traçado pelo texto constitucional.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir dos objetivos levantados, foi definida a metodologia de pesquisa. Esta constituiu-se em pesquisa bibliográfica descritiva onde ocorreu a realização de leituras a partir da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional observando considerações conceituais sobre o processo penal e seus sistemas, assim como o estudo da sua “evolução” saindo de 1941 até 1988 (Promulgação da Constituição).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo penal é uma guerra¹e a sua natureza jurídica é desvelada pelo conceito de situações jurídicas que brotam ao longo do procedimento. Assim, o processo é um jogo, que será vencido pelo jogador mais habilidoso e não necessariamente pelo mais justo, já que as sentenças podem ser justas ou injustas. Em assim sendo, se o processo é um jogo, numa Democracia, o que mais interessa são os respeitos das regras do jogo, ou seja, o *fair play* processual. Por isso, no Estado Democrático de Direito, o fundamento de existência do processo penal não é a busca da verdade real (pois, isso se trata de um mito) e nem a segurança pública (algo factível num Estado Autoritário), mas sim a proteção dos direitos e garantias fundamentais.

¹ GOLDSCHMIGT, “o processo é uma guerra inserida na mais completa epistemologia da incerteza”. LEONEL DE OLIVEIRA, Juliano. Tribunal do Juri Aspectos Processuais. Florianópolis/SC. Editora: EmporioModara, 2017,p.19.

No entanto, o Código de Processo Penal brasileiro possui um viés fascista² por conta de ter sido criado no estado novo (Getúlio Vargas), em 1941, ainda sob vigência de outra Constituição (a de 1937). É nítida, através da exposição de motivos do CPP a observância desse viés arbitrário e a adoção de um processo penal pensado desde uma perspectiva de segurança pública, com a relativização das garantias fundamentais:

De par com a necessidade de coordenação sistemática das regras do processo penal num Código único para todo o Brasil, impunha-se o seu ajustamento ao objetivo de maior eficiência e energia da ação repressiva do Estado contra os que delinquem. As nossas vigentes leis de processo penal asseguram aos réus, ainda que colhidos em flagrante ou confundidos pela evidência das provas, um tão extenso catálogo de garantias e favores, que a repressão se torna, necessariamente, defeituosa e retardatária, decorrendo daí um indireto estímulo à expansão da criminalidade. Urge que seja abolida a injustificável primazia do interesse do indivíduo sobre o da tutela social. Não se pode continuar a contemporizar com pseudodireitos individuais em prejuízo do bem comum. Este o critério que presidiu à elaboração do presente projeto de Código (exposição de motivos do CPP de 1941).

Observando tal exposição, é fácil perceber que o CPP foi erigido dentro de uma lógica de eficiência repressiva do Estado contra os delinquentes e na supremacia do interesse público (segurança) sobre o privado (direitos dos réus), de onde se extrai que as regras do jogo (devido processo legal, ampla defesa, contraditório, vedação de prova ilícita, juiz natural, etc) seriam as responsáveis pela impunidade e indireto estímulo à criminalidade.

Com o surgimento da Constituição Federal de 1988 e todo o arcabouço democrático trazido por ela como os direitos e garantias fundamentais (que, no entendimento de alguns é a chamado de defesa da impunidade), observa-se uma clara e inegável contradição, inclusive, ideológica, entre o Código de Processo Penal e o atual texto constitucional. Assim, nos dias de hoje, o processo penal apesar de ser um instrumento para a aplicação do direito penal no caso concreto (princípio da necessidade), também deve ser um instrumento de proteção do indivíduo contra abusos do poder do Estado.

² LEONEL DE OLIVEIRA, Juliano. Tribunal do Juri Aspectos Processuais. Florianópolis/SC. Editora: EmporioModara, 2017, p.25.

Nesse sentido, o Estado tem o poder de punir e o deve fazer dentro dos limites democraticamente projetados na Constituição Federal, assim como KHALED JR afirma que:

O processo deve ser um limite ao poder; se não fosse esse seu sentido, sequer precisaria existir. Trata-se de um meio de redução da complexidade que condiciona a manifestação do poder punitivo a um conjunto de requisitos, exigindo que o processo seja o caminho necessário – único possível – para a imposição da pena (KHALED JR, 2013, p.142).

Portanto, como possuímos um Código de Processo Penal que fora criado em um período ditatorial (1941) e uma Constituição Democrática, por óbvio, é necessário se fazer uma filtragem constitucional e convencional (observando a Constituição e os tratados internacionais de direitos humanos), pois as regras infraconstitucionais do estatuto processual penal brasileiro precisa passar por uma dupla conformidade: controle de constitucionalidade e controle de convencionalidade.

É certo que se faz necessário estudar os sistemas processuais, admitindo a existências de duas espécies diferentes: inquisitório e acusatório.

De plano, não se almeja realizar uma historiografia dos sistemas processuais. Mas, “uma pequena construção dos sistemas processuais é necessária” (GLOECKNER, 2013, p. 134) para sedimentar as noções elementares a fim de se analisar a constitucionalidade ou não do artigo 156 do CPP.

Inicialmente, poder-se-ia conceituar, sistema processual penal como “o conjunto de princípios e regras constitucionais, de acordo com o momento político de cada Estado, que estabelece as diretrizes a serem seguidas à aplicação do direito penal a cada caso concreto” (RANGEL, 2012, p. 46).

Apona, ainda, Lopes Jr (2012, p. 118-119), as seguintes notas características do sistema acusatório, na atualidade:

a) clara distinção entre as atividades de acusar e julgar; b) a iniciativa probatória deve ser das partes (decorrência lógica da distinção entre as atividades); c) mantém-se o juiz como um terceiro imparcial, alheio a labor de investigação e passivo no que se refere à coleta da prova, tanto de imputação como de descargo; d) tratamento igualitário das partes (igualdade de oportunidades no processo); e) procedimento é em regra oral (ou predominantemente); f)

plena publicidade de todo o procedimento (ou de sua maior parte); g) contraditório e possibilidade de resistência (defesa); h) ausência de uma tarifa probatória, sustentando-se a sentença pelo livre convencimento motivado do órgão jurisdicional; i) instituição, atendendo a critérios de segurança jurídica (e social) da coisa julgada; j) possibilidade de impugnar as decisões e o duplo grau de jurisdição.

Já o sistema inquisitório, de maneira pura, é um modelo histórico, onde há um ‘desamor’ pelo contraditório, de acordo com Cunha Martins (2010). Lopes Jr (2012, p. 122), esclarece que:

O sistema inquisitório muda a fisionomia do processo de forma radical. O que era um duelo leal e franco entre acusador e acusado, com igualdade de poderes e oportunidades, se transforma em disputa desigual entre o juiz-inquisidor e o acusado. O primeiro abandona sua posição de árbitro imparcial e assume a atividade de inquisidor, atuando desde o início também como acusador. Confundem-se as atividades do juiz e acusador, e o acusado perde a condição de sujeito processual e se converte em mero objeto da investigação. (...) O juiz atua como parte, investiga, dirige, acusa e julga. Com relação ao procedimento, sói ser escrito, secreto e não contraditório.

Lopes Jr (2012) destaca ainda que, o sistema acusatório predominou até o Século XII, quando passou a sofrer a crítica de que a inércia do juiz, no campo da gestão da prova, fazia com que o julgador tivesse que decidir com base em um material probatório defeituoso, fruto de uma atividade incompleta das partes. Assim, ao longo do Século XII até o XIV, o sistema acusatório vai sendo substituído pelo inquisitório, em razão “dos defeitos” da inatividade das partes na produção das provas, levando o Estado a assumir a gestão da prova, a fim de não se deixar apenas nas mãos dos particulares essa função, pois isso comprometeria a eficácia do combate à criminalidade.

Aliás, a gestão da prova é o núcleo fundante dos sistemas processuais. Dessa forma, a mera separação das funções de acusar e julgar no processo penal não é o que realmente define e diferencia o sistema inquisitório do acusatório³.

³Apontada pela doutrina como fator crucial na distinção dos sistemas, a divisão entre as funções de investigar-acusar-julgar é uma importante característica do sistema acusatório, mas não é a única e tampouco pode, por si só, ser um critério determinante, quando não vier aliada a outras (como iniciativa probatória, publicidade, contraditório,

Com acerto, Goldschmidt (1935) ensina que no sistema acusatório, a produção da prova, ou seja, a apresentação de requerimentos e o recolhimento do material probatório compete às partes, cabendo ao juiz tão-somente decidir.

Coutinho (2001, p. 28), no mesmo sentido, afirma que “a gestão da prova, na forma pela qual ela é realizada, identifica o princípio unificador” do sistema processual, apontando que o princípio dispositivo é o núcleo estruturante do sistema acusatório, onde a gestão das provas está nas mãos das partes, sendo o juiz um mero espectador, enquanto no princípio inquisitivo a gestão das provas está nas mãos do julgador, cabendo-lhe a produção de ofício.

Nota-se que o artigo 156 do CPP claramente adota o princípio inquisitivo, ao entregar a gestão da prova para o juiz, que de ofício, poderá determinar a produção da prova, claramente pela adoção do mito chamada verdade real. Isso evidencia que o CPP acolhe o núcleo fundante do sistema inquisitorial, enquanto a Constituição Federal claramente delinea uma opção por um sistema acusatório.

Por outro lado, no aspecto judicial, a imparcialidade do juiz é um pressuposto de validade do processo e para assegurar sua efetivação a Constituição Federal define garantias que asseguram o cumprimento desta, além de vedar juízos e tribunais de exceção (não condizentes com o Estado democrático de direito).

O artigo 156, II da então discussão dessa pesquisa disciplina *in verbis*: “Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: II - determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante”.

É evidente que o artigo acima mencionado traz um grande perigo para a democracia, pois permite que o juiz primeiro decida para depois ir atrás da prova (a primazia da hipótese sobre o fato), o que fatalmente evidencia a parcialidade do julgador, que deixando a condição de juiz imparcial passa a ocupar e a desempenhar o papel que seria das partes. Como esclarece

oralidade, igualdade de oportunidades etc) (LOPES JR, 2012, p. 131). Em sentido contrário, Badaró (2014, p. 48-49) leciona que “A essência do modelo acusatório é a nítida separação entre as funções de acusar, julgar e defender. Para ele, “Em suma, o sistema acusatório, quanto à atividade probatória, deve reconhecer o direito à prova da acusação e da defesa, podendo ainda o juiz ter poderes para, em caráter subsidiário ou suplementar, determinar *ex officio* a produção de provas que se mostrem necessárias para o acerto do fato imputado”.

Aury Lopes Jr. (2013): “se dúvida persiste no julgamento, o único desfecho admissível seria a absolvição do acusado, forte no *in dubio pro reo*, e não o ativismo judicial”, em que, assim ocorrendo, pode gerar numa prova desfavorável ao réu, que deveria ter sido produzida pela parte da acusação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo penal, como caminho necessário para a aplicação do direito penal no caso concreto, é um jogo, sendo que numa democracia a legitimidade do poder jurisdicional brotará do respeito das regras do jogo. Assim, o processo penal não deve ser um instrumento de segurança pública e de busca da verdade, mas sim de proteção do investigado/réu contra os abusos do poder estatal.

Ademais, o único sistema processual compatível com a Democracia é o acusatório e, por isso, a gestão da prova deve ser entregue para as partes (princípio dispositivo).

Dessa maneira, o juiz deve julgar de acordo com as provas produzidas pelas partes, pois quando o juiz determina provas de ofício, certamente, perderá sua imparcialidade. Logo, é inegável que a CF adotou o sistema acusatório e o CPP, por outro lado, ao acolher o princípio inquisitivo no artigo 156, está em descompasso com o texto constitucional.

Dessa forma, é inegável a inconstitucionalidade do artigo 156 do CPP, por se tratar do acolhimento de um sistema inquisitivo, com clara violação do modelo acusatório proposto pelo texto constitucional.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O Papel do Novo Juiz no Processo Penal**. In COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (Org.) *Crítica à Teoria Geral do Direito Processual*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____. Introdução aos Princípios Gerais do Processo Penal Brasileiro. **Revista de Estudos Criminais**. Porto Alegre: Nota Dez Editora, 2001.

GOLDSCHMIDT, James. **Problemas Jurídicos y Políticos del Proceso Penal**. Barcelona: Bosch, 1935.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Nulidades no processo penal**. Bahia: Editora Juspodivm, 2013.

KHALED JR, Salah Hassan. **A busca da verdade no processo penal: para além da ambição inquisitorial**. São Paulo, Editora Atlas, 2013.

_____. **Ordem e progresso: a invenção do Brasil e a gênese do autoritarismo nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2014.

_____. *et al.* **In dubio pro hell: profanando o sistema penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2014.

LEONEL, Juliano de Oliveira. **Tribunal do Júri Aspectos Processuais**. Florianópolis. Editora Modara. 2017.

LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

A INSTRUMENTALIDADE CONSTITUCIONAL DO PROCESSO NA SEARA PROBATÓRIA CRIMINAL¹

Alexandra Bezerra de Sousa Gonzaga²

Juliano de Oliveira Leonel³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O presente estudo trata-se de revisão bibliográfica que objetiva discorrer acerca do Princípio da Presunção de Inocência e suas implicações no campo probatório do Processo Penal. Para tanto, busca resposta para a seguinte questão: as regras do devido processo estão sendo instrumentalizadas conforme os valores constitucionais na seara probatória criminal? A Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 5º, inciso LVII, garantiu que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, porém mais do que incorporar um direito ao texto constitucional, é preciso protegê-lo e efetivá-lo, sobretudo, no campo do processo penal, por ser nessa esfera em que se dão as invasões mais incisivas do Estado nos direitos fundamentais dos cidadãos. Assim, na seara probatória criminal, por estar o réu protegido pela presunção de inocência, a carga da prova está inteiramente nas mãos do acusador, entretanto verificam-se decisões judiciais em sentido oposto. É cediço que o processo enquanto situação jurídica é uma guerra inserida na mais completa epistemologia da incerteza, porém nessa guerra faz-se necessário o respeito às regras do jogo. Daí a imperiosa necessidade de efetivar a instrumentalidade constitucional do processo penal, para que este sirva de ferramenta de contenção do poder arbitrário estatal no exercício do *jus puniendi*.

PALAVRAS CHAVE: Presunção de inocência, ônus probatório, processo penal.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo a seguinte garantia processual: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (CF/88, art. 5º, LVII). É o célebre princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade em favor do indivíduo, uma garantia fundamental que, na seara probatória, faz recair sobre o Estado todo o ônus de provar a culpabilidade do réu submetido a julgamento.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduada em Direito pelo UNIFSA. Pós-Graduada do Curso de Docência do Ensino Superior do UNIFSA. E-mail: alexandrabezerra.adv@hotmail.com.

³Mestre em Direito pela UCB. Professor Orientador da presente pesquisa. E-mail: julianoleonel@hotmail.com.

Ocorre que em flagrante desrespeito a ordem constitucional estabelecida, muitas decisões judiciais, infelizmente, corroboradas por parte da doutrina pátria, exigem do órgão acusador provar apenas os elementos descritivos e normativos do delito, enquanto impõem ao réu o ônus de provar causas excludentes e exculpantes eventualmente existentes.

Neste contexto, surge o presente estudo que, sem a pretensão de esgotar o tema, objetiva alertar que, encarado o processo como situação jurídica, e, portanto marcado por incertezas, é indispensável que as regras do “jogo” sejam obedecidas em busca da verdade que os “gladiadores” processuais desejam ver instrumentalizada sob o comando dos valores constitucionais. Daí a evidente necessidade da instrumentalidade constitucional do processo penal.

INSTRUMENTALIDADE CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL

De acordo com Carvalho (2006, p.5), os princípios “são as ideias fundamentais que constituem o arcabouço do ordenamento jurídico; são os valores básicos da sociedade que podem, ou não, se constituírem em normas jurídicas”.

O Princípio da Presunção de Inocência está disposto no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, e informa que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Cuida-se de verdadeira garantia individual, pela qual toda pessoa é considerada inocente, devendo ser tratada como tal, até que se tenha uma decisão irrecorrível que a declare culpada.

Sua origem data de 1789 na França, através da célebre Declaração Universal dos Direitos do Homem, que visava à proteção do cidadão face ao arbítrio estatal. Nesta época, em pleno Iluminismo, percebeu-se a necessidade de se insurgir contra o sistema processual penal inquisitório de base romano-canônica. Depois disso, foi adotado em 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que em seu art. XI, nº 1, incluiu-o como garantia de que: “Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa”.

Posteriormente, em 1969, o aludido princípio foi contemplado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), sendo que este importante acordo internacional traz em seu art. 8º, n.º 2, a disposição de que "toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa". Apenas em 1988, passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro, com a promulgação da Constituição Federal, onde foi elevado à categoria de princípio constitucional.

Deste modo, o princípio em análise dita uma regra a ser observada na “batalha” travada nas “arenas” processuais, qual seja, que o indivíduo ao ser submetido a algum tipo de procedimento ou processo judicial, conta a seu favor com uma presunção de inocência, que só poderá ser elidida mediante prova em contrário, esta devendo ser inteiramente produzida pelo órgão incumbido da acusação.

Tecendo esclarecimentos acerca da visão do processo como situação jurídica, preleciona Leonel¹:

Partindo-se da concepção de processo enquanto situação jurídica de Goldschmidt (1935), o processo é uma guerra inserida na mais completa epistemologia da incerteza. Assim, necessário se faz assumir que um processo penal que se propõe a ser democrático é aquele que serve para proteger os direitos fundamentais, através de regras do jogo democráticas, decorrendo desse respeito, inclusive, a legitimidade da sentença condenatória, e não se alvora num instrumento de busca da verdade (que no processo penal é contingencial). Logo, inegável a instrumentalidade constitucional do processo penal.

Por sua vez, Calamandrei em sua visão do processo como um jogo, explica que as partes devem, em primeiro lugar, conhecer as regras do jogo. Logo, devem observar como funcionam na prática, eis que a atividade processual trabalha com a realidade. Portanto:

A sentença – na visão de CALAMANDREI – deriva da soma de esforços contrastantes, ou seja, das ações e das omissões, das astúcias ou dos descuidos, dos movimentos acertados e das equivocações, considerando que

¹ LEONEL, Juliano de Oliveira. **Processo penal humanitário e a necessidade de sua dupla conformidade**. In: LEONEL, Ana Letícia Anarelli Rosati; MAGALHÃES, Natália de Andrade (Org.). **Perspectivas Jurídicas: um novo olhar**. Teresina: Garcia, 2016.

o processo, neste ínterim, “vem a ser nada mais que um jogo no qual há que vencer” (CALAMANDREI apud LOPES JR.)¹.

Arrematando os dois conceitos delineados, Lopes Jr. ²traz o seguinte esclarecimento:

Tanto no jogo como na guerra, importam a estratégia e o bom manuseio das armas disponíveis. Mas, acima de tudo, são atividades de alto risco, envoltas na nuvem de incerteza. Não há como prever com segurança quem sairá vitorioso. Assim deve ser visto o processo, uma situação jurídica dinâmica inserida na lógica do risco e do *giuoco*. Reina a mais absoluta incerteza até o final. A luta passa a ser pelo respeito às regras do devido processo e, obviamente, antes disso, por regras que realmente estejam conforme os valores constitucionais. (grifo do autor).

Assim, importa que na arena do julgamento, onde pairam tantas incertezas, o ator processual sirva-se, ao menos da certeza de que o processo seja utilizado como instrumento para fazer valer as normas processuais em conformidade com os comandos constitucionais. Portanto, percorrendo a seara probatória criminal, objeto principal de nosso estudo, é preciso que o réu certifique-se que jamais terá invertido o ônus da prova em seu prejuízo, ainda diante de eventuais causas excludentes ou exculpantes.

Dissertando sobre provas, Carnelluti (2005, p.17) as conceitua como sendo “os objetos mediante os quais o juiz obtém as experiências que lhe servem para julgar”. E continua:

Aqui pode servir também a famosa imagem da gruta: o juiz está encadeado numa caverna, de costas para a abertura por onde entra a luz e não vê mais que as sombras, sobre a parede de frente, dos objetos que passam por detrás dele; as provas são aquelas sombras, em face das quais, às vezes, consegue-se e outras vezes, não se consegue conhecer a verdade. Ele não tem outro modo de conhecê-la fora destas sombras; daqui o cuidado que devemos pôr para nos dar conta do que as mesmas são.

O *caput* do artigo 156 do Código de Processo Penal dispõe que a prova dos fatos cabe àquele que fez a alegação, porém após a necessária filtragem constitucional desse dispositivo, resta claro que o acusado, em processo criminal, não se obriga a provar a sua

¹LOPES JR., Aury; SILVA, Pablo Rodrigo Alflenda. **A incompreendida concepção do processo como “situação jurídica”**: vida e obra de James Goldschmidt. Disponível em:

<<http://www.pucrs.br/edipucrs/Crimin.eSist.Jurid.PenaisContemp.II.pdf>> Acesso em: 09 de set. 2018. p.190.

²Ibid. p. 194.

inocência, já que esta é presumida constitucionalmente, sendo, pois, ônus da acusação a derrubada de tal presunção.

Para Aury Lopes Jr.¹, as sentenças condenatórias fundamentadas na falta de prova da tese defensiva como se o réu tivesse que provar sua versão de negativa de autoria ou da presença de uma excludente, laboram em erro, já que não existe uma “distribuição”, senão que a carga probatória está inteiramente nas mãos do Ministério Público. Dissertando, ainda, acerca do ônus probatório em processo penal, afirma que:

Gravíssimo erro é cometido por numerosa doutrina (e rançosa jurisprudência), ao afirmar que à defesa incumbe a prova de uma alegada excludente. Nada mais equivocado. A carga do acusador é de provar o alegado; logo, demonstrar que alguém (autoria) praticou um crime (fato típico, ilícito e culpável). Isso significa que incumbe ao acusador provar a presença de todos os elementos que integram a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade e, logicamente, a inexistência das causas de justificação (LOPES JR., 2006, p.190).

Interessante, ainda, a exposição de Lopes Jr.², acerca do ônus probatório, em que este já deslocando a questão para a dimensão da assunção do risco pela perda de uma chance de obter a captura psíquica do juiz, segue prelecionando:

O que sim podemos conceber, indo além da noção inicial de situação jurídica, é uma assunção de riscos. Significa dizer que à luz da epistemologia da incerteza que marca a atividade processual e o fato de a sentença ser um ato de crença, de fé (como explicaremos a seu tempo), a não produção de elementos de convicção para o julgamento favorável ao seu interesse faz com que o réu acabe potencializando o risco de uma sentença desfavorável. Não há uma carga para a defesa, mas sim um risco. Logo, coexistem as noções de carga para o acusador e risco para a defesa. (grifo do autor).

De acordo com Greco (2007, p.44), “as normas infraconstitucionais devem, sempre, ser analisadas e interpretadas de acordo com os princípios informadores da Carta

¹Ibid. p.183.

²Ibid. p.183.

Constitucional, não podendo, de modo algum, afrontá-los, sob pena de ver judicialmente declarada a sua invalidade”.

Desse modo, quando o aplicador da norma jurídica deparar-se com a situação, no âmbito processual penal, em que deverá levar a efeito a distribuição do ônus da prova, antes de optar por fazer valer isoladamente o artigo 156 deste diploma legal deve, em atitude vigilante, verificar se o aludido dispositivo guarda conexão com a dogmática constitucional, sob pena de lançar por terra os preceitos mais significantes do ordenamento jurídico pátrio.

Senão vejamos o que ensina Prado (2003, p.83): “o conteúdo essencial desses direitos fundamentais – limite dos limites - assinala uma fronteira que o legislador não pode ultrapassar, delimita um terreno que a lei limitadora não pode invadir sem incorrer em inconstitucionalidade”.

Acerca da instrumentalidade processual, ensina Lopes Jr. ¹:

O processo, como instrumento para a realização do Direito Penal, deve realizar sua dupla função: de um lado, tornar viável a aplicação da pena, e de outro, servir como efetivo instrumento de garantia dos direitos e liberdades individuais, assegurando os indivíduos contra os atos abusivos do Estado. Nesse sentido, o processo penal deve servir como instrumento de limitação da atividade estatal, estruturando-se de modo a garantir plena efetividade aos direitos individuais constitucionalmente previstos, como a presunção de inocência, contraditório, defesa, etc.

CONCLUSÃO

Do exposto, restou evidenciado que o processo penal trata-se de um jogo permeado de incertezas tal qual é incerta a realidade trazida a julgamento, bem como que este mesmo processo tem por finalidade assegurar o respeito das regras desse jogo, devendo ser um instrumento a serviço da proteção e efetividade dos direitos e garantias previstos na Constituição Federal. Neste ponto, o operador do Direito não deve agir motivado por

¹LOPES JR., Aury. **A Instrumentalidade Garantista do Processo Penal**. Disponível em: http://www.juspodivm.com.br/jp/i/f/%7B34561569-847D-4B51-A3BD-B1379C4CD2C6%7D_022.pdf. Acesso em: 04/04/2014.p. 10.

quaisquer pressões, que seja, estranhas ao mundo processual, devendo, antes de tudo, submeter suas decisões ao crivo dos princípios fundamentais que norteiam todo o ordenamento jurídico.

Neste arcabouço de normas constitucionais garantistas, destacou-se o princípio da presunção de inocência e sua necessária aplicação ao campo probatório criminal, demonstrando com isto, a imperiosa necessidade de efetivar a instrumentalidade constitucional do processo penal, para que este sirva de ferramenta de contenção do poder arbitrário estatal no exercício do poder-dever de julgar.

REFERÊNCIAS

CARNELUTTI, Francesco. **Das Provas no processo penal**. Trad. Vera Lúcia Bison. Campinas: Impactus, 2005.

CARVALHO, L.G.Grandinetti Castanho de. **Processo Penal e Constituição: Princípios Constitucionais do Processo Penal**. 4ª ed. Rev. e amp. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal – Parte geral**. 9. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

LEONEL, Juliano de Oliveira. **Processo penal humanitário e a necessidade de sua dupla conformidade**. In: LEONEL, Ana Letícia AnarelliRosati; MAGALHÃES, Natália de Andrade (Org.) **Perspectivas Jurídicas: um novo olhar**. Teresina: Garcia, 2016.

LOPES JR., Aury. **Introdução Crítica ao Processo Penal: Fundamentos da Instrumentalidade Constitucional**. 4ª ed. rev, atual. eamp. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____; SILVA, Pablo Rodrigo Alflenda. **A incompreendida concepção do processo como “situação jurídica”**: vida e obra de James Goldschmidt. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/Crimin.eSist.Jurid.PenaisContemp.II.pdf>> Acesso em: 09 de set. 2018.

LOPES JR., Aury. **A Instrumentalidade Garantista do Processo Penal**. Disponível em: http://www.juspodivm.com.br/jp/i/f/%7B34561569-847D-4B51-A3BD-B1379C4CD2C6%7D_022.pdf. Acesso em: 04/04/2014.

PRADO, Luiz Regis. **Bem Jurídico-Penal e Constituição**. 3. ed. rev., atual. eamp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO CASO LULA À LUZ DO GARANTISMO PENAL¹

Larissa Silva Nunes²

Thiago Alves Carneiro³

Gustavo Luís Mendes Tupinambá⁴

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a presunção de inocência, e como problemática a violação de um dos princípios basilares do garantismo penal, tendo como embasamento a prisão em 2ª instância do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo desta pesquisa é analisar a violação do princípio da presunção de inocência no caso Lula à luz do garantismo penal, tendo em vista a importância desse princípio para que se alcance julgamentos democráticos e o respeito às regras do processo penal. A presunção de inocência se define como uma garantia concedida a alguém acusado de praticar uma infração penal, por meio dela esse alguém não pode ser considerado culpado enquanto a sentença penal condenatória transite em julgado, por meio dessa garantia a pessoa acusada deve ser tratada como inocente, pois é essa a presunção que recai sobre ela, se ela não recebe tal tratamento, se antes mesmo desse trânsito em julgado se inicia um cumprimento de pena, esta tá sendo antecipada e ocorre então uma inversão, o tratamento está sendo dado como se culpado fosse, e não inocente. Tem como metodologia pesquisas bibliográficas, diplomas normativos, julgados e artigos publicados.

PALAVRAS – CHAVE: prisão, desrespeito, análise.

INTRODUÇÃO

Antes de adentrar na problemática da pesquisa acerca da presunção de inocência é importante definir o que seria o garantismo penal. De acordo com as ideias de Luigi Ferrajoli, diante do tão conhecido poder de punir do Estado, o garantismo penal surge como um

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Larissa Silva Nunes, graduanda no Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho
E-mail: larissa_nunes97@hotmail.com

³ Thiago Alves Carneiro, graduando no Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho
E-mail: thiagocarneiro97@hotmail.com

⁴ Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, especialista em Direito Administrativo pela Universidade Federal do Ceará-UFC, graduado em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Professor orientador deste trabalho.

remédio para os males do referido poder, dentre estes, arbitrariedade, parcialidade, violação de direitos fundamentais, entre outros. O garantismo penal, portanto, fazendo jus à sua terminologia é um conjunto de garantias do indivíduo frente à atuação estatal, principalmente quando este padece da aplicação de um dos mais importantes instrumentos de proteção ao indivíduo.

A importância da discussão desse tema ganha relevância quando nos deparamos com a violação de uma garantia essencial ao cidadão, qual seja a liberdade, estando esta disciplinada no art.5º do texto constitucional. O desrespeito à essa garantia foi responsável pela violação da presunção de inocência que deu ensejo a uma antecipação de pena, havendo, portanto, no caso presunção de culpabilidade e não de inocência, gerando a condenação em 2ª instância do ex-presidente Lula.

O objetivo do referido trabalho é analisar a violação do princípio da presunção de inocência no caso Lula à luz do garantismo penal.

MATERIAL E MÉTODOS

O aludido trabalho foi formulado por meio de pesquisas bibliográficas, se utilizando de doutrinas, diplomas normativos e artigos publicados. Além disso, houve orientação de militantes no tema.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, ao se analisar a violação da presunção de inocência, pode-se concluir que o Poder Judiciário está cada vez mais incoerente em suas decisões. Conclui-se ainda que com tal violação vem à tona a insegurança jurídica, e isso se justifica quando o Judiciário não segue o entendimento jurisprudencial. Ratificando o que já foi relatado, ocorre na verdade uma presunção de culpa e não de inocência, como garante a Constituição Federal.

Outro fator importante para essa vergonhosa violação seria o midiatismo, a opinião pública e o clamor social interferindo nas decisões jurisdicionais, que devem ser frutos de um

juízo imparcial, todos esses fatores se encontram cada vez mais impregnados nas decisões de casos onde se têm como partes pessoas públicas, o que evidentemente ocorreu no caso aqui discutido.

O texto constitucional assegura que ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, portanto, nitidamente estamos diante de inocente, sendo assim é inadmissível falar em antecipação de pena, é inadmissível essa decisão do Poder Judiciário indo de encontro ao texto da Lei Maior, uma vez que, esta deve sempre prevalecer, portanto, somente após o trânsito em julgado e não havendo mais nenhuma possibilidade de recurso é que tal prisão seria legítima.

Beccaria afirma sobre as interpretações da lei: “ O juiz deve fazer um silogismo perfeito. A maior deve ser a lei geral; a menor, a ação conforme ou não à lei; a consequência, a liberdade ou a pena. Se o juiz for constrangido a fazer um raciocínio a mais, ou se o fizer por conta própria, tudo se torna incerto e obscuro”. O processo penal é um instrumento de aplicação da lei penal, estamos diante de uma vida humana, um ser, e assim reiteramos mais uma vez, que prevaleça a lei, e não os homens.

Por fim, não se trata de defesa de impunidade, o discurso aqui não é esse. Trata-se, como assegura James Goldschmidt, do respeito das regras do jogo. Muito se fala em justiça, porém, esta deve ser buscada observando as determinações legais e não de qualquer forma. Para que as coisas continuem como estão, ou seja, o não respeito à lei maior, que se faça pelo menos pelos meios legais, ou seja, que se convoque uma nova assembleia nacional constituinte, porque enquanto isso não acontecer, a lei magna deve prevalecer, e não apenas no papel como foi ilustrada por Kelsen.

Os fins jamais justificarão os meios, e vale ressaltar que em um Estado democrático de direito o mínimo que se espera de um Processo na esfera penal é as garantias, a forma e não menos importante o direito.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em primeiro lugar, a Deus, que sempre acreditou em nosso potencial.

Agradecemos aos nossos amados Pais, por nos manter e serem nossa base sólida em meio a esse árduo terreno da vida.

Agradecemos aos colegas do Curso de Direito, que como amigos sempre nos deram força e incentivo na vida acadêmica.

Agradecemos a IES Centro Universitário Santo Agostinho, por nos proporcionar tamanha oportunidade.

Por fim, agradecemos a todos que de alguma forma contribuem em nossa formação.

REFERÊNCIAS:

BORGES, Eduardo. Cesare Beccaria, Lula e a presunção da inocência. Disponível: <https://jornalggn.com.br/noticia/cesare-beccaria-lula-e-a-presuncao-da-inocencia-por-eduardo-borges>, acesso em: 4.set 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FERRARI, Rafael. O princípio da presunção de inocência como garantia processual penal. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11829, acesso em: 4.set 2018

GOLDSCHMIDT, James. **A incompreendida concepção de processo como “situação jurídica”: vida e obra de James Goldschmidt.**

LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal**, 15ª edição, 2018.

O ABORTO À LUZ DA PRIORIDADE ABSOLUTA DO DIREITO À VIDA: DILEMAS E PERSPECTIVAS ¹

Alexandra Bezerra de Sousa Gonzaga²

Jovina da Silva³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

À luz da Constituição Federal, especificamente do artigo 227, devem ser resguardados, com prioridade absoluta, os direitos infanto-juvenis, entre eles, o direito à vida. Tal princípio vem ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º. Este último Diploma Legal garante o direito à vida sobre duplo aspecto: direito de nascer e de sobreviver, de modo que a proteção legal, de ordem prioritária, tem início ainda na fase intrauterina. Diante disso, no presente estudo propõe-se questionar a aplicação do artigo 128, inciso II, do Código Penal, o qual autoriza o aborto quando a gravidez é proveniente de estupro. Destarte, na aludida circunstância, instalar-se-á o confronto de dois bens jurídicos de valor fundamental, ambos tutelados legal e constitucionalmente: de um lado, a vida humana em desenvolvimento e, de outro, a liberdade da mulher em exercer seu direito de autonomia reprodutiva, sendo que um deles terá que ceder em benefício do outro. Portanto, surge o problema: A liberdade para abortar prevista no artigo 128, II, do CP é superior à prioridade absoluta do direito à vida assegurada constitucionalmente? Em busca desta resposta, e sem a pretensão de esgotar o tema, realizou-se esse estudo que, por meio de revisão bibliográfica, propõe levar a efeito uma relevante e promissora reflexão teórica acerca da temática.

PALAVRAS-CHAVE: prioridade absoluta, direito à vida, aborto.

INTRODUÇÃO

O ato de interpretar e aplicar o Ordenamento Jurídico à realidade concreta nem sempre é tão cômodo e pacífico, pois certas normas são criadas e aplicadas graças ao sacrifício de outras. É o que ocorre, por exemplo, com a disposição legal contida no artigo 128, inciso II,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Direito pelo UNIFSA. Pós-Graduada do Curso de Docência do Ensino Superior do UNIFSA. E-mail: alexandrabezerra.adv@hotmail.com.

³ Professora Orientadora do estudo. Graduada em Direito, Filosofia e Pedagogia. Ma. Em Educação E-mail: profjov@hotmail.com.

do Código Penal brasileiro que permite o aborto em caso de gravidez decorrente de estupro. Tal autorização para abortar entra em choque com outro bem de valor supra que é a vida humana em desenvolvimento no útero materno, cuja tutela vem amplamente disciplinada tanto em preceitos de ordem constitucional (CF/1988, art. 5º, caput; art. 227) e supralegal (Pacto de São José da Costa Rica, Art. 4º, 1,1992), como na legislação infraconstitucional (art. 7º, CC, 2002; Art. 2º, ECA 1990).

Posto o conflito, indaga-se: qual destes bens jurídicos tem maior valor e, portanto, é carecedor de uma maior proteção: a liberdade da gestante, a quem deve ser assegurado o direito de escolha acerca da interrupção, ou não da gravidez indesejada? Ou é a vida do ser indefeso ainda em desenvolvimento que deve ser protegida com absoluta prioridade? Considerando que o princípio da supremacia constitucional é dogma fundamental do ordenamento jurídico brasileiro, a resposta terá que ser extraída do próprio ordenamento jurídico à luz de uma filtragem constitucional.

O ABORTO SENTIMENTAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Disciplinando os Direitos Fundamentais, o artigo 5º, caput, da CF/88 dispõe que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. A acepção constitucional do “direito à vida” é ampla, significando a capacidade de fruir de todas as vantagens e prerrogativas que são atribuídas ao ser. Neste viés, ensina Liberati (2007, p. 21): “Sem a garantia da vida não é possível o exercício dos demais direitos fundamentais. A vida é pressuposto da personalidade (art.2º, CC, 2002)”.

Neste mesmo sentido, posiciona-se Moraes (2002, p. 63), ao afirmar que o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos. Portanto, faz-se necessário compreender a partir de que momento o ordenamento jurídico entende que há vida para fins de proteção. O artigo 2º do Código Civil dispõe que “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a

salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Logo, percebe-se a preocupação do legislador com a figura do nascituro, reconhecendo-lhe direitos, anteriores ao nascimento. Corroboram Amin (2010, p.34):

Salvaguardar interesses do nascituro, sem lhe conferir personalidade é limitar sua tutela aos direitos de ordem patrimonial, sem lhe assegurar durante sua vida intrauterina a gama de direitos formadora dos direitos da personalidade que hoje refletem a dignidade preconizada na Carta Constitucional.

Além disso, cumpre destacar que o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), documento internacional que ingressou em 1992 no ordenamento pátrio com *status* de norma suprallegal, o qual traz preceito em que reconhece o direito do nascituro à vida (artigo 4º, nº 1- Direito à vida) “toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”. Ainda no que tange a celeuma de detectar o momento preciso do surgimento da vida, Greco (2008, p. 242) transcreve trecho da obra *Comentários ao código penal* de Néelson Hungria, no qual este último preleciona:

O código, ao incriminar o aborto, não distingue entre óvulo fecundado, embrião ou feto: interrompida a gravidez antes do seu termo normal, há crime de aborto. Qualquer que seja a fase da gravidez (desde a concepção até o início do parto, isto é, o rompimento da membrana amniótica), provocar sua interrupção é cometer o crime de aborto.

Segre (2006, pág. 45), por sua vez, cita trechos da obra do bioeticista português Almeida Santos, na Revista *Ética em Cuidados de Saúde*, em que este último alerta para algumas questões fundamentais que se colocam numa perspectiva científica e numa visão sociojurídica, e ensina sobre o embrião:

Deve outorgar-se ao embrião humano o direito de ser respeitado de forma integral e com a dignidade que, no mínimo, deve ser garantida a um ser humano, ainda que numa fase incipiente do seu processo evolutivo contínuo, sendo desejável que lhe venha a ser reconhecido direito a proteção legal e jurídica como sujeito de pleno direito.

Neste sentido, assinala Bulos (2008, p.414) que “tanto a expectativa de vida exterior (vida intrauterina) como a sua consumação efetiva (vida extrauterina) constituem um direito fundamental, sem ele nenhum outro se realiza”. O artigo 227 da Constituição Federal de 1988, bem como o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), alertam para o Princípio da Prioridade Absoluta quanto aos direitos de que são titulares esses seres ainda em desenvolvimento. Portanto,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF/88, art. 227).

Seguindo a diretriz constitucional traçada pelo artigo 227, o ECA revolucionou o Direito Infanto-Juvenil, adotando o sistema garantista da doutrina da Proteção Integral. Neste sentido reza seu artigo 3º: “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e [...]”.

A doutrina da proteção integral veio romper com os padrões pré-estabelecidos, e levar, pela primeira vez, as crianças e adolescentes a titularerem direitos fundamentais, em igualdade de condições com qualquer ser humano adulto, entres eles o direito fundamental à vida. Logo, direito de nascer e de sobreviver dignamente. Dessa forma, tendo em vista o Princípio da

Prioridade Absoluta e a doutrina da Proteção Integral quanto aos direitos desses sujeitos em desenvolvimento, mostra-se desarrazoado qualquer ato ou conduta no sentido de restringi-los, sobretudo, o direito à vida, que, como visto é pressuposto para exercício dos demais.

Discutir o fato do aborto é, sem dúvida, conduzir o estudo para caminhos radiantes onde se processarão as mais acaloradas dissensões, pois tal discussão é extensa e antiga. O legislador pátrio admitiu duas hipóteses autorizadoras de aborto – também chamadas de aborto legal _ que são consideradas exceções de antijuridicidade e possuem previsão legal no artigo 128 do Código Penal (1940). Este dispositivo dedica um de seus incisos ao estudo do aborto terapêutico ou necessário e, outro, à análise do aborto psicológico ou sentimental, este último discutido no presente estudo. Não se pune o aborto praticado por médico: se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (CP, art. 128, II). Trata-se da figura nominada doutrinariamente de aborto sentimental ou psicológico.

O artigo 5º, caput, da Constituição Federal, assegura o direito à vida, assinalando a inviolabilidade de tal direito. Além disso, preceitua o artigo 227 da Lei Excelsa que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com **absoluta prioridade**, dentre outros mais, o direito à vida. De acordo com Greco (2007, p.44), “as normas infraconstitucionais devem, sempre, ser analisadas e interpretadas de acordo com os princípios informadores da Carta Constitucional, não podendo, de modo algum, afrontá-los, sob pena de ver judicialmente declarada a sua invalidade”.

Na análise do inciso II do artigo 128 do Código Penal, percebe-se o confronto de dois bens fundamentais: de um lado, a vida humana em desenvolvimento, tutelada pelo nosso ordenamento jurídico desde a concepção; do outro a liberdade da mulher, vítima de estupro, sobre seu próprio corpo. Vida ou Liberdade. O Nascituro e a Mulher: ambos, vítimas de uma violência lasciva cuja consequência importará em grande sacrifício para um deles.

A Constituição Federal ampara de modo irrestrito o direito fundamental tanto à liberdade quanto à vida, garantindo a inviolabilidade dos mesmos. Por sua vez, o Diploma Penal de 1940 outorgou permissão para que seja realizado o aborto no que tange à gravidez decorrente de estupro, tendo optado o legislador infraconstitucional, nesta circunstância, por

valorizar a liberdade de escolha e de decisão da mulher em detrimento da vida do nascituro, em que pese ser a vida, como já foi dito, o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais. Nesse sentido, é oportuno o pensamento de (ISHIDA 2009, p. 16) “na hipótese do aborto sentimental, não existe propriamente o chamado estado de necessidade a justificar a supressão da vida intrauterina. Não existiria uma proporção entre o bem suprimido (vida intrauterina) e o bem sobrevivente (dignidade da gestante”.

Por fim, não se pode permitir que o preço maior por tal violência, assaz desprezível, seja pago pelo ser indefeso que passa a se desenvolver no útero materno. Do contrário, seria consagrar uma verdadeira aberração jurídica, do ponto de vista principiológico criminal, pois haveria uma quebra do princípio da intranscendência da pena, permitindo-se que esta, da forma mais grave possível (pena de morte) ultrapassasse a pessoa do condenado.

CONCLUSÃO

À luz do exposto, percebe-se que a aplicação do artigo 128, inciso II, do Código Penal, é desarrazoada após o advento da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e da Constituição Federal de 1988, bem como do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, diante dos dois mencionados bens tutelados juridicamente, o Ordenamento Jurídico, sistematicamente considerado como um todo uno e indivisível, mormente, sobre os ditames constitucionais, estabelece nítida preferência pelo primeiro deles, portanto, o direito à vida do nascituro.

Conclui-se ressaltando que, em nenhum momento, o presente estudo buscou desconsiderar o sofrimento enfrentado pela mulher vítima de estupro, que em virtude desse ignóbil ato de violência veio a engravidar. É notório que não se pode aplacar tal sofrimento. Este demanda medidas especiais, desde já sugeridas, de apoio psicológico, material, espiritual, moral, entre outras, que possam fazer ressurgir a dignidade da vida, duramente pisoteada pela conduta abominável do ferino estuprador.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Andréa Rodrigues. **Dos Direitos Fundamentais**. IN: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. (Org.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- BRASIL. Código Penal. **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **VadeMecum Acadêmico de Direito**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2018.
- BRASIL. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2018.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Vade Mecum Acadêmico de Direito. 27 ed. São Paulo: Rideel, 2018.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- GRECO, Rogério. **Curso de direito penal – Parte especial**, vol. II. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.
- _____. **Curso de direito penal – Parte geral**. 9. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.
- ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. **Direito da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2007.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- SARMENTO, Daniel. **Legalização do aborto e Constituição**. In: CAVALCANTE, Alcilene; XAVIER, Dulce. (Orgs.). **Em Defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.
- SEGRE, Marco. Considerações éticas sobre o início da vida: aborto e reprodução assistida. In: CAVALCANTE, Alcilene; XAVIER, Dulce. (Orgs.). **Em Defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA SOBRE OS JULGAMENTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI¹

Danesara da Conceição Lima²

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Atualmente a mídia está se desenvolvendo com uma rapidez inacreditável e isso reflete diretamente na sociedade que é o principal foco da mídia. A mídia tem como principal objetivo divulgar notícias que possam prender os seus telespectadores. A sociedade é diariamente influenciada pelo poder que a mídia possui, sendo assim é preciso analisar a colisão entre a liberdade de imprensa e a divulgação de notícias moldadas pela mídia. É preciso discutir a fundo essa influência midiática ressaltando a sua real abrangência e se a mesma é capaz de corromper até mesmo o instituto do tribunal do júri e a possível alienação do corpo de sentença e, por conseguinte a reprodução da alienação sofrida no momento do julgamento no tribunal do júri, para tanto a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica com pesquisa em livros e artigos científicos utilizando o método dedutivo. Essa pesquisa foi dividida em três capítulos: no primeiro foram analisados os aspectos jurídicos que permeia o instituto do tribunal do júri. No segundo capítulo foi feita uma abordagem acerca da sociedade midiaticizada e a necessidade que a mesma possui de exteriorizar a notícia e no terceiro capítulo a abordagem se deu acerca da possível influência midiática sobre o julgamento do tribunal do júri.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia, Alienação, Sociedade Midiaticizada.

INTRODUÇÃO

O instituto do Tribunal do júri é sem dúvida o maior sistema democrático inserido no ordenamento jurídico, pois através dele é possível propiciar a sociedade uma efetiva participação no júri popular. O tribunal do júri está inserido artigo 5º, XXXVIII da constituição federal, tem como finalidade ampliar a defesa do acusado permitindo que ao invés de um juiz togado julgar e proferir a sentença com a possibilidade que esta seja feita por um juiz leigo.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Discente do curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.

Desta forma o tribunal do júri é formado por pessoas desprovidas de conhecimentos jurídicos, mais que podem julgar seus pares acerca de crimes dolosos contra a vida.

O presente trabalho irá analisar o instituto do tribunal do júri e a possível influencia que seu julgamento pode sofrer tendo em vista que os juízes leigos são retirados de uma sociedade completamente alienada pela mídia. Será demonstrado como a mídia sensacionalista influencia e impressiona a sociedade acerca de notícias por ela divulgada com o escopo de chamar sua atenção promovendo verdadeiros espetáculos.

Para tanto num primeiro capítulo será abordado os aspectos gerais do tribunal do júri, bem como seu conceito, os seus princípios constitucionais e uma análise acerca da competência do tribunal do júri. No segundo capítulo será feita uma análise sobre a sociedade midiaticizada, um breve esboço sobre a história da midiaticização, será demonstrado que esse fenômeno permeia pela sociedade desde os primórdios e que sempre foi inerente a sociedade a necessidade de exteriorizar a notícia. E no último capítulo será examinado a influência midiática acerca dos julgamentos do tribunal do júri, demonstrando que é possível que o corpo de sentença do tribunal do júri sofra influência da mídia e isso venha a acarretar prejuízos a integridade do instituto, e que os direitos fundamentais possam até mesmo não serem cumpridos em sua integridade causando um injusto julgamento ao ofendido.

MATERIAL E MÉTODOS

O tema abordado é de suma importância, visto que a lisura do instituto do tribunal do júri pode ser abalada frente à enorme influência que a indústria midiática detém sobre toda a sociedade. Contudo não deixará de analisar a colisão entre a liberdade de expressão e a manipulação das informações dispersas pela mídia.

Para tanto o método de abordagem desse trabalho será feito pelo método dedutivo com uma vasta pesquisa bibliográfica. Com o objetivo de analisar a influência midiática e a possível corrupção dos julgamentos do tribunal do júri apontando as falhas mais evidentes acerca da influência midiática sobre o instituto do tribunal do júri para que assim possa ser

aplicado todas as garantias admitidas em um julgamento justo e assim a correta aplicação da justiça em um estado democrático de direito.

CONCLUSÃO

Devido à grande importância que o instituto do tribunal do júri tem no nosso ordenamento jurídico faz-se necessário direcionar uma maior importância para esse órgão do poder judiciário já que cabe a ele a apreciação de algumas das atividades, mas cautelosas que é o julgamento.

O tribunal do júri busca a inserção democrática da sociedade por meio dos juízes leigos, visto que é permitido que pessoas da sociedade ingressem no corpo de sentença e que por meio dessa premissa faça vez de juiz e possa julgar seus pares. São pessoas retiradas da sociedade pessoas que não possuem nenhum conhecimento jurídico e são dadas a essas pessoas a oportunidade para julgar crimes dolosos contra a vida. No entanto, essas pessoas são retiradas de uma sociedade que está cada vez mais dependente da mídia, uma sociedade que vive a espera das mazelas oferecidas pela indústria midiática e esta por sua vez promove um verdadeiro espetáculo afim de que essa sociedade possa se sentir cada vez mais atraída pelo que é divulgado.

Outro problema da mídia é que a mesma oferece as notícias de uma maneira pré-moldada, ou seja, a notícia chega ao telespectador de uma forma construída que difere da realidade e a sociedade quando recebe essa notícia passa a se sentir íntima do que foi noticiado podendo até fazer juízo de valor acerca do que foi noticiado. Ademais outra preocupação relevante acerca do tribunal do júri é sobre a influência midiática no julgamento do tribunal do júri, visto que os juízes leigos que fazem parte do corpo de sentença são pessoas retiradas do rol dessa sociedade que é diretamente influenciada pela mídia, pois essas pessoas também fazem parte da sociedade que recebe e reproduz o que a mídia divulga.

Através do presente trabalho é possível perceber a importância do instituto do tribunal do júri e apreciar seus méritos, mas não se pode deixar de lado um possível empecilho acerca

do que seria um julgamento justo e correto sem interferências que o torne um meio não confiável perante o ofendido que espera por uma justiça sem falhas. Desta forma, é preciso que se busque métodos que possam salvaguardar a integridade e a lisura nos julgamentos do tribunal do júri aplicado aquilo que um estado democrático de direito necessita que é a justiça em toda sua integralidade resguardando suas garantias constitucionais.

REFERÊNCIAS

AFONSO, E. (2008) A divulgação científica para o Grande Público: O papel das Relações Públicas. O caso do CIMAR . Tese de mestrado. Porto: Universidade Fernando Pessoa. <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1056/2/emiliaafonso.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2018.

BRASIL. Código de Processo Penal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm> Acesso em: 22 de maio de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 16 de maio 2018.

CASTELLS, Manuel. Sociedade Midiatizada. In: MORAES, Dênis de (Org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

FAUSTO NETO, Antônio. Jornalismo: sensibilidade e complexidade. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.03-92, dez. 2009.

GOMES, Marcus Alan de Melo. Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

HJARVARD, Stig. The Mediatization of Society. A Theory of the Media as Agents of Social and Cultural Change. NordicomReview, vol. 29, n. 2, p. 113, 2008.

KELLENER, Douglas. Sociedade Midiatizada. In: MORAES, Dênis de (Org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**-7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONEL, Juliano de oliveira; FELIX, Yuri. Tribunal do júri: aspectos processuais. 2º impressão. Florianópolis: Empório Modara, 2017

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Dênis de. Sociedade Mdiatizada. In: MORAES, Dênis de (Org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. Tribunal do Júri-6. ed. rev. Atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

RANGEL, Paulo. Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica. 3. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RUBLECKI, Anelise. (2012). Jornalismo líquido e a webnotícia profissional: metamorfoses produtivas, deslocamentos conceituais e o duplo estatuto das notícias. Estudos de |Jornalismo e Mídia. v.9, n.1, p. 146.

STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do júri**: símbolos & rituais. 3. ed. rev. modif. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 32. ed. , rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. (2007). Jornalismo midiaticado: a mídia diante do espelho .In: FELIPPI, Ângela; PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. Metamorfoses jornalísticas: formas, processos e sistemas . Santa Cruz do Sul: Edunisc.

SODRÉ, Muniz. Sociedade Mdiatizada. In: MORAES, Dênis de (Org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2008.

GT 17

GRUPO TEMÁTICO

**INTERFACE ENTRE DIREITO, LITERATURA,
CINEMA E MÚSICA**

GT 17 - INTERFACE ENTRE DIREITO, LITERATURA, CINEMA E MÚSICA

Luciana Pessoa Nunes Santos¹
Sergio Romualdo Lima Brandim²

O GT – Interface entre Direito, Literatura, cinema e música aborda temas jurídicos de forma diferenciada, observando a intertextualidade entre diversas áreas e sua contribuição para o conhecimento do fenômeno jurídico e atuação dos futuros operadores do Direito. Hoje, muitos manuais tentam simplificar os temas jurídicos, com isso, não os aprofundam nem desenvolvem a capacidade de raciocínio e senso crítico dos acadêmicos. As artes, nesse sentido, contribuem para instigar e desenvolver essa capacidade crítica, despertando a sensibilidade ao permitir vivenciar situações e desenvolver a empatia, possibilita novas visões de mundo, oportuniza outras argumentações jurídicas, possibilita ao acadêmico observar os mais variados métodos de interpretação no exercício hermenêutico jus-literário. Neste GT serão aceitas propostas de trabalhos que abordem a interface de obras literárias, cinematográficas e musicais com o Direito a partir da análise desse material acerca de temas jurídicos, como pena de morte, leis justas e injustas, o impacto das normas na vida dos cidadãos, diferença de justiça e vingança. São diversas as possibilidades de análises de filmes que abordam julgamentos, júri, juiz, promotor, advogado e o bom andamento do processo. A música guarda relação com o universo jurídico, abordando violência doméstica e relações jurídicas cotidianas. O objetivo é refletir sobre a relação do Direito com outras formas de expressões artísticas, no caso, Cinema, Literatura e música e a contribuição destes para a formação de um acadêmico mais crítico e um ensino-aprendizagem mais dinâmico e

¹ Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes, em Comunicação Institucional pela Universidade Federal do Piauí e em Docência Superior pela Faculdade Santo Agostinho. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Piauí.

² Mestre em História pela Universidade Federal do Piauí (2007). Possui Graduação em Licenciatura Plena Em História pela Universidade Estadual do Piauí (2000). Atualmente é professor do Centro Universitário Santo Agostinho e professor auxiliar da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

inovador. A metodologia é revisão bibliográfica com ênfase na análise de obras literárias sob o viés jurídico e das relações intertextuais da música e do cinema com o Direito. Os teóricos utilizados podem ser das mais variadas áreas: Filosofia, Direito, História, Literatura, Antropologia, Cinema, Música, dando destaque para os que contribuem efetivamente para a divulgação dessa intertextualidade, como: Lênio Streck, André Karam Trindade, Henriete Karam, Calvo Gonzales, Alexandre Morais da Rosa, Luis Alberto Warat.

REFERÊNCIAS

FARIAS, Edilsom. **Liberdade de Expressão e Comunicação**: teoria e proteção constitucional/ Edilsom Farias. –São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito & Literatura**: anatomia de um desencanto - desilusão jurídica em Monteiro Lobato. Curitiba: Juruá, 2002.

MARÇAL, Gabriela. Ação expõe letras de músicas brasileiras com referências a feminicídio e estupro. **O Estado de São Paulo**, 10.mar.2018. Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,acao-expoem-letras-de-musicas-brasileiras-com-referencias-a-femicidio-e-estupro,70002221768>>. Acesso em: 08.maio.2018.

TRINDADE, Karam André; GUBERT, Roberta Magalhães; et al. Vingança e justiça na encruzilhada do Direito. In: **Direito & literatura**: reflexões teóricas. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008.

SCHWARTZ, Germano. ...E o Direito encontra a Literatura. In: **A Constituição, a Literatura e o Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA FEMININA NO FORRÓ BRASILEIRO FRENTE À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA¹

Liliane Batista Soares Magalhães de Sousa²

Rosália Maria Carvalho Mourão³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a banalização da violência feminina no forró brasileiro frente à liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana. Tendo, assim, o objetivo de analisar o excesso dessa liberdade de expressão contida no forró brasileiro, como meio de banalizar tal violência e, assim, afrontar a dignidade da pessoa humana. Todos os dias, em todos os lugares do mundo, milhares de mulheres são vítimas de alguma forma de violência, seja por meio de espancamentos, agressões, humilhações, assassinatos. Deste modo, a violência sofrida por essas mulheres não é um assunto pessoal, restringido apenas as vítimas e seu âmbito familiar. Mas, um problema de ordem mundial. Embora os mecanismos de combate tenham ajudado muito na contenção de tal violência, ainda é necessário, observar fatores que incitam, influenciam e naturalizam sua continuidade. Ademais, pesquisas e decisões jurisprudenciais, demonstram que um dos fatores dessa naturalização são: as músicas. Passando, por conta de sua força cultural, a impregnar o cotidiano da sociedade. Consequentemente, em muitas situações: o homem banaliza e a mulher naturaliza! Para tanto, a pesquisa se desenvolve a partir do contexto histórico que nos fez herdar essa imagem deturpada da mulher. Além de analisar a letra de algumas músicas do forró brasileiro. Assim, ponderando valores garantidos à toda sociedade. Por fim, vale ressaltar que foi utilizada como metodologia tanto o método dedutivo quanto o dialético para a obtenção dos resultados. Utilizando-se como técnica, a pesquisa descritiva e bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Violência feminina. Forró brasileiro. Direitos fundamentais.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Liliane Batista Soares Magalhães de Sousa- Ensino Superior Incompleto- Bacharelado em Direito no Centro Universitário Santo Agostinho- lilianebsms@gmail.com

³ Rosália Maria Carvalho Mourão- Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí- Direito - Centro Universitário Santo Agostinho - rrosapi@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é social, cultural e histórica. Durante muitos anos, a mulher teve sua imagem atrelada à submissão dos homens. Enquanto estes eram considerados os provedores do lar, as mulheres não tinham voz, detinham apenas a função exclusiva de cuidar da casa. E, claro, obedecer às ordens do seu provedor. Ademais, o que acontecia no seio desses lares, era assunto dos pares, inclusive a realidade cruel, fria e dura dessas mulheres, que eram vítimas de atrocidades cometidas por esse “superior” que lhe impunha todas as ordens. Nesse sentido, a violência se perpetra até os dias atuais, baseada na mesma ilusão de outrora: a superioridade do provedor. Embora, os mecanismos de combate tenham ajudado na contenção de tal violência, ainda é necessário, observar os fatores que as incitam, naturalizam e influenciam. Desse modo, com base em pesquisas de especialistas e decisões jurisprudenciais pátrias, um dos fatores dessa naturalização sofrida pelas mulheres são: as músicas. Passando, por conta de sua força cultural, a impregnar o cotidiano da sociedade.

Para tanto, a pesquisa se desenvolve com a necessidade de combater essas formas de naturalização. Objetivando analisar se a música é utilizada como instrumento para autoafirmação do comportamento dos homens diante do gênero feminino, uma vez que as melodias passam a extrapolar a liberdade de expressão e a ferir a dignidade da pessoa humana.

MATERIAL E MÉTODOS

Na pesquisa foi utilizado tanto o método dedutivo quanto o método dialético para a obtenção dos resultados. E como técnica, a pesquisa descritiva e bibliográfica, uma vez que, seu objetivo principal foi analisar as opiniões dos autores acerca da problemática e os principais conceitos envolvidos, podendo concluir que o forró brasileiro é fator influenciador da violência feminina, com observância do princípio da dignidade da pessoa humana e os limites da liberdade de expressão que devem ser observados. Sendo utilizado para tais conclusões, materiais já publicados, como livros, artigos, periódicos, entre outros. Além de observar estudos de casos e jurisprudências pátrias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no método dedutivo utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, partindo de argumentos gerais, pôde-se observar a colocação de alguns autores no âmbito da violência feminina,

alertando em relação à sua banalização na nossa sociedade quando uma omissão, por exemplo, pode causar um conseqüente dano. Além de observar, os conceitos dessa violência sofrida e conseqüentemente à afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana quando os limites em relação à liberdade de expressão são violados nas letras de melodias do forró brasileiro, estilo musical em estudo. Ademais, foi utilizado a comparação de ideias de alguns autores, chegando ao resultado assim, que a música é fator de banalização da violência sofrida por essas mulheres. O conteúdo do forró brasileiro atual é utilizado tanto como um instrumento de autoafirmação dos homens, em um contexto machista como a própria consumação da violência contra essas mulheres.

CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, com a presente pesquisa que as músicas, em especial o gênero em estudo: o forró brasileiro, na medida que extrapolam em suas letras à liberdade de expressão, a violência feminina é tanto banalizada como consumada, uma vez que tais melodias expressam conteúdos que deturpam a imagem feminina, passam a violar, direta e indiretamente, a dignidade da mulher. As composições passam a influenciar e prejudicar o estado emocionalmente. Sendo parte de nossa cultura, desde tempos passados, desencadeiam profundos processos de transformação social, os quais afetam tanto o indivíduo vítima: a mulher quanto o universo que o rodeia em todas as suas manifestações e formas.

A música passa a ser utilizada como instrumento de construção de significados ao homem. Assim, o que o homem ouve, passa a ser internalizado. E então, a refletir nas suas ações e comportamentos. Desse modo, é possível vislumbrar no presente trabalho que o objetivo relacionado a limitação da liberdade de expressão contida nas manifestações musicais com o teor maléfico e de interferência na dignidade das mulheres, não é restaurador da censura. Entretanto, busca-se ponderar tal direito citado com o princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, é através da ponderação de um direito e de um princípio fundamental, que serão garantidos todos os privilégios da mulher, resguardando um em respeito ao outro, protegendo de um lado tanto o direito à liberdade de expressão quanto o respeito à dignidade da pessoa humana e a estima aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Não se pode garantir um direito e restringir o outro. A mulher deve ser beneficiada de um, sem ter o outro prejudicado. Além disso, não se pode tirar o direito de um cidadão, suprimi-lo (um artista de produzir suas músicas), visando garantir a dignidade da mulher. O que se busca, resguardado até mesmo na nossa Constituição, é a garantia de todos os direitos e princípios dentro de seus limites. Afinal, sempre que a dignidade da pessoa humana se encontrar em caso de colisão de direitos fundamentais, deve-se optar no que leve em maior grau de consideração a decisão que garanta a dignidade da pessoa humana na aplicação do caso concreto.

É por meio da nossa própria conversão cultural, que valores femininos vão ganhando o seu verdadeiro rumo. Se a música tem papel ativo em estimular a violência, uma vez que o que é expressado nas melodias passa a ser esperado socialmente, seria também por esse meio, com o conteúdo da verdadeira essência feminina expresso nessas melodias que esse papel difundido até hoje na nossa sociedade (a visão culturalmente deturpada) passaria a ser redirecionada para uma forma positiva de se ver esse gênero. E, assim, atingir o real objetivo de tal musicalidade. E, então, desfazer essa visão maléfica da mulher presente em tais letras. Nesse contexto, leis, campanhas governamentais no sentido de coibir a perpetuação de tais melodias passam a ser justificantes para punição e imposição de valores que não poderiam mais ser expressos no nosso seio social. Visando, assim, garantir por meio da nossa própria educação, uma modificação da situação até aqui exposta. E, claro, dar uma importância para tal assunto, não permitindo a omissão que se fez vilã da naturalização desse mal.

REFERÊNCIAS

ALFONSI, Daniela do Amaral. **Para todos os gostos: um estudo sobre classificação, bailes e circuitos de produção do forró**. Dissertação de Mestrado de Antropologia Social. USP, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/.../DISSERTACAO_DANIELA_DO_AMARAL_ALFONSI.pdf>. Acesso em 12.maio.2018.

AMAZONAS. **Apelação n 02271053120108040001**. Relator: Wellington José de Araújo. Amazonas, 26 de Outubro de 2015. JusBrasil, 2015. Disponível em: <<https://tj-am.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/205933487/apelacao-apl-2259831720098040001-am-0225983-1720098040001/inteiro-teor-205933503>>. Acesso em: 17.out.2017.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985. p.19.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08.out.2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 19.out.2017.

BRASIL. **Lei nº 11.769, de 18 de Agosto de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm>. Acesso em: 17.maio.2018.

BRASIL. **Lei 12.573, de 11 de Abril de 2012**. Disponível em:

<http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-12573-2012-ba_239632.html>. Acesso em: 20.maio.2018.

CAMARGO, Zezé de; LUCIANO. **O Defensor**. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/zeze-dicamargo-e-luciano/o-defensor.html>>. Acesso em: 09.maio.2018.

COHEN, Marina. **Especialistas acreditam que músicas banalizam violência contra a mulher**. O globo, 17 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/especialistas-acreditam-que-musicas-banalizam-violencia-contra-mulher-18067514>>. Acesso em: 15.out.2017.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**/ Maria Berenice Dias. – 2. Ed. Ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FARIAS, Edilsom. **Liberdade de Expressão e Comunicação**: teoria e proteção constitucional/ Edilsom Farias. –São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

FORRÓ, Aviões do. **Mulher Doidera**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/avioes-do-forro/573732/>>. Acesso em: 10.maio.2018.

FORSTER, Susan Christina. **Canção: violência contra a mulher**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11282/cancao-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 13.out.2017.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**/ Claudio Luiz Bueno de Godoy. – São Paulo: Atlas, 2001.

GONZAGA, Luiz. **Mulher de Hoje**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/luiz-gonzaga/1561805/>>. Acesso em: 09.maio.2018.

GROUT, Donald J., PALISCA, Claude V. **História da Música Ocidental**. 5.ed. Lisboa: Ed. Gradiva, 2007.

JESUS, Damásio de. **Violência Contra a Mulher**: aspectos criminais da lei 11.340/2006. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MAGNÍFICOS. **Me usa**. Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/forrozao-das-antigas/me-usa/>>. Acesso em: 17.maio.2018.

MARÇAL, Gabriela. **Ação expõe letras de músicas brasileiras com referências a feminicídio e estupro**. O Estado de São Paulo, 10.mar.2018. Disponível em:

<<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,acao-expoem-letras-de-musicas-brasileiras-com-referencias-a-feminicidio-e-estupro,70002221768>>. Acesso em: 08.maio.2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, 2010.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06.maio.2018.

NAVARRO, Andréia. **Violência contra a mulher: dos números à legislação**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31601/violencia-contra-a-mulher-dos-numeros-a-legislacao>>. Acesso em: 10.out.2017.

PETERS, Thayra. **Liberdade de expressão e dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42293/liberdade-de-expressao-e-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em: 18.out.2017.

PINHO, Rodrigues Cesar Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**/ Rodrigo Cesar Rebello Pinho- 15. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.

PUCHIVAILO, Mariana Cardoso; HOLANDA, Adriano Furtado. A história da musicoterapia na psiquiatria e na saúde mental: dos usos terapêuticos da música à musicoterapia. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, 2014. Disponível em: <<http://www.revistademusicoterapia.mus.br/wp-content/uploads/2016/10/Revista-Brasileira-de-Musicoterapia-Ano-XVI-n%C3%BAmero-16-2014-completa.pdf>>. Acesso em 10.maio.2018.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**./ Losandro Antonio Tedeschi- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TEIXEIRA, Hélio. **Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Lev Vygotsky**. 07 de Dezembro de 2015. Disponível em: < <http://www.helioteixeira.org/ciencias-da-aprendizagem/teoria-do-desenvolvimento-cognitivo-de-lev-vygotsky/>>. Acesso em: 18.maio.2018.

RODADA, Saia. **Tapa na Cara**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/saia-rodada/792991/>>. Acesso em: 12.out.2017.

RODADA, Saia. **Lapada na Rachada**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/solteiros-do-forro/527327/>>. Acesso em: 12.out.2017.

WEIGSDING, Jessica Adriane; BARBOSA, Carmem Patrícia. **A influência da música no comportamento humano**. Arquivos do MUDI. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/download/25137/pdf_59>. Acesso em 13.maio.2018.

O BOATO – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA MÍDIA EM MEIO AO MUNDO JURÍDICO, SOB ANÁLISE DO CASO FERNANDA LAGES¹

Anna Paula Soares Ribeiro²

Beatriz de Jesus Costa Cavalcante³

Rosália Maria Carvalho Mourão⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Trata-se de artigo jurídico, que toma por objetivo esclarecer a antinomia existente entre os direitos constitucionais: à informação, a que toda sociedade detém, em face do direito à imagem, resguardado a cada cidadão como indivíduo em particular, pertencente a uma comunidade. Com o intuito de problematizar a relação entre esses dois direitos que transpassam por uma linha tênue, ainda mais quando são empregados em um contexto social onde os indivíduos são sedentos por informação, e uma mídia fervorosa pelo furo midiático. O escrito tomará como base de sua discussão, a obra O Boato – verdade e reparação no caso Fernanda Lages – do autor Eneas Barros, a legislação brasileira, doutrinas, jurisprudências, artigos científicos, dentre outras fontes que direcionarão os questionamentos trazidos no curso do texto, todos correlacionados aos direitos à informação e a imagem, e suas nuances previstos no ordenamento jurídico e sua aplicação. Com esses elementos, o artigo busca continuamente motivar e trazer questionamentos contundentes ao leitor, conduzindo-o a uma reflexão pautada nos direitos a que nos são garantidas, mas limitados, visto o seu aspecto não absoluto examinado caso a caso. Ao final apresentando os meios utilizados para resolver tal contradição e, como a doutrina e tribunais vêm enfrentando a questão nos casos concretos.

PALAVRAS-CHAVE: mídia, direito de informar, direito a informação.

INTRODUÇÃO

Buscamos por meio deste escrito relatar, tomando por base o livro-reportagem “O Boato” de Eneas Barros, o infortúnio que uma notícia mal elaborada pode causar, interferindo na vida de uma pessoa tachada como principal suspeito de um crime, imagem esta incorporada ao engenheiro Jivago Castro decorrente dos meios de comunicação que o apresentaram como autor da morte da estudante

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Anna Paula Soares Ribeiro; Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Faculdade Santo Agostinho - UNIFSA; E-mail: anna_paularibeiro@outlook.com.

³ Beatriz de Jesus Costa Cavalcante; Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA; E-mail: trizcosta@hotmail.com.

⁴ Professora de Direito e Literatura da UNIFSA. E-mail: rrosapi@yahoo.com.br

Fernanda Lages. Um dos jornalistas a lançar o nome do engenheiro foi Arimatéia Azevedo que trazia a sociedade piauienses esclarecimentos e exercia sua liberdade de expressão. Dentro desse contexto elucidamos a relevância da proteção a direitos fundamentais relativos aos personagens citados acima, diante do confronto entre a liberdade de expressão e a vida privada pautada na imagem e intimidade do indivíduo. E ainda a dignidade da vítima que fora maculada, diante da exposição de sua vida íntima, levantando ainda o questionamento sobre a falta de punibilidade mais severa relativa a indiscrição quanto a falta de responsabilidade do meio midiático, quanto a notícias infundadas, sendo contundente que uma simples retração e indenização por danos morais não reconstrói uma idoneidade manchada.

Discutimos por fim o objetivo deste trabalho que a discussão sobre esse crime que abalou o Piauí, deslindando a relevância de cada direito sob seus aspectos e divergências buscando compreender a importância da relativização dos mesmos no limite de sua aplicação, os quais são assegurados individuais com valor fundamental constitucional.

MATERIAL E MÉTODOS

O artigo foi baseado no romance-reportagem de Eneas Barros, foi feita uma revisão bibliográfica de doutrinadores constitucionalista que discutem sobre liberdade de expressão e violação aos direitos da personalidade.

DISCUSSÃO

Esta produção tem por base teórica no âmbito jurídico artigos científicos, publicados na Revista Jurídica como o de Rodrigo Santos Neves sobre a privacidade como direito da personalidade que pode ser devastado pelo meio midiático de acordo com a forma que uma notícia pode chegar para sociedade. Pautado ainda em doutrinadores como Carlos Alberto Bittar, que busca conceituar e contextualizar os direitos da personalidade neste âmbito de valor fundamental constitucional, o qual afirma deter um caráter protetivo devendo ser respeitado e resguardado na esfera da relação interpessoal.

Ainda para facilitar e em contraponto enriquecer o presente trabalho foram incorporados ao texto outros juristas como Flavio Martins Nunes Alves Junior, que explica em seu livro sobre Direito

Constitucional, as semelhanças e diferenças entre a vida privada e a intimidade do indivíduo e o círculo concêntricos que se encontram e interpretam princípios como um direito de “estar só”.

Este trabalho ainda é composto por julgados numa forma de interpretar na prática como esses direitos são assegurados a cada indivíduo e ainda entendido como direito fundamental indicado na Constituição e como a violação a esses direitos trazem prejuízos aos cidadãos brasileiros.

Outro conceituado jurista assimilado foi Luis Roberto Barroso, que deslinda o direito basilar da constituição que é a dignidade da pessoa humana, sendo este direcionado a vítima que ilustra a obra que norteia este texto do escritor e jornalista Eneas Barros, o livro “O boato – verdade e reparação no caso Fernanda Lages, que vai ilustrar o caso de maior repercussão no Estado do Piauí, que estabeleceu confronto entre o engenheiro Jivago Castro que buscava defender sua inocência, e o jornalista Arimaiteia Azevedo, que buscava apresentar para a sociedade a atuação da polícia e Ministério Público para desvendar tal caso. Assim surge o nome do livro e o principal motivo de até hoje não se ter concluído o caso, já que também existia o confronto entre a polícia que afirmava se tratar de um suicídio e a promotoria não se conformava com tal suposição e elencava que existia um assassino.

O autor ainda nos faz ter uma análise por meio do âmbito jornalístico, ilustrando os direitos como ir em busca da verdade dos fatos, mas ainda, deveres de atuação, como o de “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas”, estes constantes do Código de Ética do Jornalista.

CONCLUSÕES

Ao tratar-se de um assunto tão atual e controverso, onde as análises desse tema foram pautadas em uma obra literária, mais especificamente um livro-reportagem, no qual relata a morte de uma jovem de apenas 19 anos e, o quão longe foi à mídia, ao tomar para si o posto de juiz, de um verdadeiro tribunal inquisidor, onde o julgamento ocorrera em praça pública, sem direito de respostas nas mesmas proporções às acusações lançadas contra um suposto assassino. Averiguamos e discutimos, com argumentos contundentes, baseando-nos nas leis, juristas e doutrinas, e o modo como tais consequências podem atingir a quem sofre com o fervor midiático, sendo capaz de alcançar e macular a honra de alguém, causando danos psicológicos, e sociais, que não se limitam apenas as

peessoas tomadas como bode expiatório, uma pessoa sobre a qual recaem as culpas alheias, mas também a todos a sua volta, em especial a família.

Tornamos perceptível o quão próximo e flexível é a linha que separa o direito a informação e o direito a imagem, não existindo uma medida, um cálculo ideal, mas sendo estritamente específico caso a caso, particular, próprio de cada um, como bem vem sendo aplicado esse entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). E assim se construiu o texto deste artigo, sendo respaldado em bases de grande importância e respeito no mundo jurídico, analisamos a partir de um caso concreto, marcante no cenário policial do Estado do Piauí, a aplicação das normas e do trato social, voltados aos direitos a imagem e a informação, trazendo ao leitor uma reflexão quanto a responsabilidade social da mídia no mundo jurídico.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação. Versão provisória para debate público.** Mimeografado, dezembro de 2010.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. 2007. Disponível em:

http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf.

Acesso em: 10 agosto 2018

JUNIOR, Flávio Martins Nunes Alves. **Curso de Direito Constitucional.** 1 ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MORAIS, Alexandre. **Curso de Direito Constitucional.** 33 ed. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

NEVES, Rodrigo Santos. **A privacidade como direito da personalidade.** Revista dos Tribunais, Brasília, v. 955, n. 3724, p.67-88, maio 2015.

O Boato: análise jurídica da violação dos direitos de personalidade da estudante Fernanda Lages¹

Maria Clara Pinheiro do Vale Batista²

Maria Clara Vieira Borges³

Rosália Maria Carvalho Mourão³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Hodiernamente, a sociedade vem sendo vitimizada pela falta de humanização de uma grande parte da mídia, que compreendem a ideia de liberdade de imprensa como algo que possa ser utilizado para justificar a falta de ética e bom senso na hora de veicular fatos inverídicos e fotos sem a devida autorização, e que causam um grande dano à imagem da vítima. Desse modo, decidimos abordar esse tema em cima do livro *O boato*, de Eneas Barros, que apresenta nitidamente o que pode acontecer quando se usa sem as devidas precauções, informações inadequadas sobre a vida de um ser humano, que no caso, seria Fernanda Lages Veras, de 19 anos. Desde sua morte os jornalistas começaram a publicar informações desonrosas sobre a reputação da estudante. Destarte, é importante analisar o fato para que os respectivos reivindicadores saibam quais medidas legais acautelar a fim de reparar a imagem e a honra do injuriado e ademais, que os funcionários da imprensa ponderem sobre as consequências de propagar notícias que possam lesar a dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVES: liberdade de imprensa, reivindicadores, dignidade da pessoa humana.

INTRODUÇÃO

O referido trabalho trata de um assunto pouco abordado, entretanto, com grande relevância. É bastante comum que sites, jornais e revistas, publiquem notícias sensacionalistas das quais não se tenha o real conhecimento do fato e nem tampouco busquem de forma ética e adequada esse conhecimento. Consequentemente, não são poucas as pessoas que já tiveram ou ainda tem sua vida afetada por publicações de notícias falsas ou errôneas em meios de comunicação. Ou como diz o título do livro base deste trabalho, os chamados Boatos.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica do Curso de Direito. UNIFSA — Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: mariaclarapdovale@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito. UNIFSA — Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: cclaraborges@gmail.com

³ Professora de Direito e Literatura da UNIFSA. E-mail: rrosapi@yahoo.com.br

O atual Código Civil protege os Direitos da Personalidade, que podem ser considerados como os direitos referentes à pessoa humana e à sua dignidade, como a vida, a honra, a imagem, o nome e a intimidade, e são amparados também constitucionalmente no Art. 5º. O falecido detém de uma moral e uma imagem que devem ser zeladas perante a sociedade, o que não aconteceu com Fernanda Lages, tendo grande parte de seus direitos contrariados.

Indubitavelmente, o objetivo geral deste artigo é conscientizar a imprensa, de forma que a mesma repense antes de publicar notícias falsas ou errôneas que possam ofender a imagem do ofendido, que no caso deste artigo encontra-se morta, sendo assim, sem condições de agir em sua própria defesa. E o objetivo específico é de auxiliar os representantes legais da estudante para requerer que cesse a lesão ou mesmo a ameaça de lesão ao direito da personalidade e reclamar as perdas e danos sofridos.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a efetuação do presente artigo utilizou-se o livro *O boato* de Eneas Barros, inspirado nos fatos ocorridos de um evento trágico e vexatório com grande repercussão local, narrados por esse grande escritor piauiense. Foi feita uma revisão bibliográfica com base na obra literária, na Constituição Federal, Código Civil, Lei de imprensa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao acompanhar a história de Fernanda Lages no livro *O Boato*, pode-se constatar os muitos direitos violados não somente pelos operadores de imprensa como pelos operadores da própria justiça em relação a estudante, de forma que pessoas responsáveis judicialmente pelo caso ajudaram a criar o desprestígio de Fernanda, afirmando coisas das quais não se tinham o menor conhecimento e repassando essas mesmas informações inverídicas para a imprensa. O caso ganhou grande repercussão, atraindo a atenção da população para o modo misterioso de como ocorreu, divergindo opiniões de curiosos referentes à causa da morte da estudante. Até os dias atuais, a grande maioria da população acredita que Fernanda não cometeu suicídio, e sim que a mesma foi morta de forma brutal por algum suposto amante, do qual a vítima guardava informações que pudessem comprometer a imagem e a moral. Ao serem propagados esses tipos de notícias vexatórias não apenas a imagem da própria vítima, como também a imagem da família é fortemente afetada.

De acordo com a Constituição Federal em seu Art. 220, “é livre a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, desde que atendam os direitos referentes à personalidade e a dignidade da pessoa humana”. A Constituição tutela tanto o direito à informação quanto os direitos personalíssimos, não existindo direito absoluto e sendo avaliado no caso concreto qual deve prevalecer em detrimento do outro. Não é permitido, portanto, que a imprensa veicule imagens sensacionalistas que ostentem o corpo de vítimas fatais em estado desfigurado ou degenerativo, proporcionando aos seus conhecedores cenas impactantes e aversivas, não respeitando o direito à intimidade da vítima e muito menos o momento abalado em que se encontra a família da mesma.

Foi, infelizmente, nesse tipo de contexto em que a família de Fernanda Lages Veras se encontrou no período subsequente à morte da estudante. Imagens do corpo ferido da estudante e com a roupa elevada em razão da queda foram reproduzidas sem nenhuma preocupação com a imagem da mesma e com o sofrimento pelo qual a família já estaria passando. Segundo o art. 20 do Código Civil

Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

É necessário frisar que os Direitos da Personalidade são fortemente protegidos pelo atual Código Civil e amparados pela Constituição em seu Art. 5º e que esses direitos têm como base a pessoa humana e sua dignidade, sendo a vida, a honra, a imagem, o nome e a intimidade direitos invioláveis. No Direito Civil, é entendido que a personalidade jurídica tem início do nascimento com vida e se extingue com a morte, tendo fim os efeitos de natureza personalíssima. Destarte, não é possível mover qualquer tipo de ação em nome do falecido, pois o mesmo não mais possui personalidade para tal, possuindo sim uma tutela jurídica dos direitos de personalidade da pessoa morta. Por conseguinte, os lesados indiretamente, ou seja, o cônjuge sobrevivente ou os parentes, em linha reta ou colateral até quarto grau, serão as partes legítimas para pleitear a ação em nome próprio e por um direito próprio, já que estão sendo lesados, mesmo que de forma indireta. Segundo o art. 12 do Código Civil temos:

Pode-se exigir que cessasse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

Sendo assim, é possível que os legitimados legais utilizem os meios jurídicos para reclamar perdas e danos referente a exposição da imagem de Fernanda Lages, pelos veículos de comunicação, que de forma ofensiva exploraram a imagem da estudante, violando o princípio da dignidade humana da família que já sofreu bastante com a morte do ente querido e ainda tem constantemente veiculado notícias falsas.

CONCLUSÕES

De acordo com o apresentado, concluímos que apesar de existirem leis que garantem os seus direitos de imagem, não é o bastante para lhe dar segurança sobre como os jornais e sites irão usar e abusar de informações que podem não ser verdadeiras e acabar mudando o rumo da história, o que aconteceu com a vida de Fernanda Lages, que mesmo morta, teve sua trajetória na terra contada em boatos, que nunca foram comprovados. Com isso, é muito importante verificar se a notícia que você está lendo é realmente verídica, e se não for verdadeira, não compartilhar, pois é algo que destrói a vida de qualquer ser humano integro, e não só a vítima, mas também de seus familiares.

REFERÊNCIAS

BARROS, Eneas. **O Boato**: verdade e reparação no caso Fernanda Lages. Teresina: Nova Aliança, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.

BRASIL. Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

VADE MECUM SARAIVA. 13ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MORTE E VIDA SEVERINA, A ONIPRESENÇA DA MORTE FRENTE AO ANSEIO POR UMA VIDA DIGNA¹

Hellen Karoline dos Santos Farias²

Caroline Rodrigues Ferreira³

Natália Pereira da Silva⁴

Rosália Maria Carvalho Mourão⁵

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O presente trabalho relaciona direito e literatura, através da análise da obra Morte e Vida Severina – Auto de Natal Pernambucano, de João Cabral de Melo Neto, possibilitando uma compreensão sobre o processo migratório intra-regional, perfazendo assim, uma reflexão crítica acerca do problema social que é causado pela falta de condições dignas de sobrevivência no campo devido às secas, evidenciando ser tal problema uma realidade que viola a dignidade da pessoa humana. O estudo será desenvolvido, principalmente, a partir da referida obra, da legislação brasileira, doutrinas, jurisprudência, revistas científicas, boletins jurídicos, periódicos, artigos científicos, obras acerca do tema, dentre outras pesquisas no campo jurídico que tenham como tema direitos humanos. Objetiva-se assim, analisar através da obra Morte e vida Severina como o processo migratório intra-regional evidencia a condição de miséria causada pela seca no sertão e compreender tal situação como violadora do direito constitucional à vida. Concluiu-se, portanto, a necessidade de efetivação de políticas públicas que visem proporcionar uma vida digna as pessoas que dependem do meio rural para sobreviverem, e enquanto migrantes sejam oportunizados, através de aparatos estatais, meios dignos à subsistência, já que o sair do campo nem sempre significa abandonar a miséria.

PALAVRAS-CHAVE: direito, literatura, migração.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de graduação 7º período do curso de Bacharelado em Direito no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, hellenkaroline57@gmail.com

³ Estudante de graduação 7º período do curso de Bacharelado em Direito no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, carolineerodriguesf@gmail.com

⁴ Estudante de graduação 7º período do curso de Bacharelado em Direito no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, nataliaps@outlook.com.

⁵ Docente da disciplina de Direito e Literatura do curso de Bacharelado em Direito no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, rrosapi@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma análise da obra “Morte e Vida Severina - Auto de Natal Pernambucano”, escrita por João Cabral de Melo Neto, que através de versos narra a história de Severino, personagem principal, migrante que foge da seca do sertão nordestino em direção ao litoral em busca de sobrevivência, encontrando em sua trajetória a morte em diversas formas, a “morte em vida, vida em morte, Severina” (MELO NETO, 2000, p. 59), a condição de morte em vida é representada pela mais completa e absoluta exclusão social.

Tendo-se em vista o que aduz o caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que traz a garantia de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, deve-se frisar que o direito à vida transcende ao direito de viver, pois abarca o sentido de viver com dignidade, qualidade de vida, com liberdade, e com o mínimo de cidadania, conforme denota (MORAES, 2003, p. 87):

O direito humano fundamental à vida deve ser entendido como direito a um nível de vida adequado com a condição humana, ou seja, direito à alimentação, vestuário, assistência médica-odontológica, educação, cultura, lazer e demais condições vitais [...].

Dessa forma, tem-se como objetivo compreender a partir da referida obra de que forma a seca no sertão nordestino brasileiro e seus efeitos – o processo migratório intra-regional – frente à insuficiência de políticas públicas por parte do Estado, são fomentadores de um evidente desrespeito ao direito constitucional à vida digna.

MATERIAL E MÉTODOS

O sistema de pesquisa conforme o procedimento será bibliográfico, pois será desenvolvido a partir de materiais já elaborados acerca da temática, como livros, artigos científicos, revistas e periódicos, que, conforme Lakatos (2002), é um sistema de pesquisa que reúne a estrutura e a análise sobre determinada área do conhecimento por meio de uma avaliação quantitativa de inúmeros dados bibliográficos.

Já quanto ao seu objetivo é descritiva, pois objetiva retratar as características do objeto estudado, expondo com precisão os fatos, para estabelecer a natureza das relações entre as variáveis delimitadas no tema. Odília Fachin (2010) entende que a pesquisa descritiva busca analisar variáveis e a forma como elas se relacionam com um determinado fenômeno. Quanto a sua abordagem é qualitativa, pois se busca analisar e interpretar aspectos mais profundos, fornecendo uma análise mais detalhada acerca do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A metodologia utilizada a partir da pesquisa bibliográfica permitiu ampliar os conhecimentos acerca do tema proposto abrangendo vários aspectos relacionados com a literatura. Isto fez com que o trabalho fosse mais preciso e claro ao expor a temática sobre o contexto da obra “Vida e Morte Severina”, assim podemos discutir sobre quais meios viáveis para implementar as políticas públicas de inserção e planejamento governamental. Observa-se que a obra ao retratar a trajetória de caminhada de Severino, personagem principal, aos poucos vai também retratando o cenário de dificuldades na vida no sertão nordestino e a busca incessante das pessoas por condições de vida melhores.

Ao confrontar os dados obtidos por meio da leitura da obra com a atual sociedade contemporânea, observa-se que ainda persiste as injustiças entre diferentes regiões do Brasil - e até mesmo dentro do mesmo Estado, onde as áreas urbanas são bem mais desenvolvidas que as rurais - em que o nível de estrutura, saneamento básico, saúde, condições de emprego e educação permanecem, ao longo da história, de forma marcante, sem expectativa de mudanças. Portanto, isso só foi possível porque a literatura surge nesse ambiente de incertezas como um instrumento de reflexões sobre o passado, fazendo com que haja uma comparação com o presente para poder criar meios de melhorar o futuro de maneira acertada. Assim, percebe-se que a literatura é fundamental para o entendimento da sociedade e o contexto no qual as pessoas estão inseridas. Sua relevância é inquestionável para o aprendizado humano e foi essencial para a construção do presente trabalho, pois permitiu uma nova visão com pensamentos críticos acerca do tema proposto.

CONCLUSÕES

A sociedade apresentada na obra é como um espelho da sociedade contemporânea, esta vive em constante transformação e uma extrema globalização com alta tecnologia, porém com uma nítida

desigualdade de oportunidades que desencadeiam em situações como a de Serevino, que se retira em busca de dignidade.

Apesar da grande evolução tecnológica, a humanidade passa por um grande problema no que diz respeito a organização político-territorial. Embora a obra trate sobre um caso de migração regional, ambientado no século passado e no Nordeste brasileiro, há uma nítida similaridade com o que tem acontecido, por exemplo, com os venezuelanos e imigrantes sírios, que buscam no Brasil ou em outros países um refúgio para se esconder da guerra, fome, perseguição política, religiosa ou étnica. É da natureza humana a busca por melhores condições de vida, pois é nato do ser humano a busca por sua dignidade. Portanto, a obra é atemporal e uma forma de nos conscientizar desta problemática mundial.

Conclui-se, portanto, ser latente a necessidade de políticas públicas de inclusão e de diminuição das desigualdades sociais e regionais, que haja assistência para aqueles que residem nas áreas mais pobres e menos favorecidas do Brasil, e, para aqueles que migram, que lhes sejam assegurados assistência e oportunidades para que se integrem de forma plena e que possam alcançar as melhores condições que tanto almejam.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. Migrações sertanejas: o Sertão é uma espera enorme. Disponível: <http://www.efdeportes.com/efd181/migracoes-o-sertao-e-uma-espera-enorme.htm>, acesso em: 25/06/2018;

MELO NETO, João Cabral, **Morte e Vida Severina** – Rio de Janeiro; Objetiva, 2010;

MORAES, Alexandre. **Direitos Humanos Fundamentais**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003;

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 13ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

SARLET Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

AS MÚLTIPLAS ABORDAGENS E A REPERCUSSÃO DO ABUSO SEXUAL NA OBRA O MISTÉRIO DAS BONECAS DE PORCELANA¹

Wesllyanny Keycy Neris Batista ²

Adriano José Sousa Santos ³

Rosália Maria Carvalho Mourão⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O presente trabalho visa analisar as perturbações e traumas desenvolvidos pela personagem Beatriz, personagem-vítima da obra “O mistério das bonecas de porcelana”, de Eneas Barros. Em conjunto com a obra, o texto foi elaborado sob a égide de três áreas do conhecimento: jurídica, psicológica e literária, estando elas intrinsecamente ligadas para o desenvolvimento do objetivo deste trabalho. Por se tratar de um texto com viés multidisciplinar entre o direito, a psicologia e a literatura, abordar-se-á questões como: quais as facetas do abuso sexual? Onde os crimes praticados no livro estão tipificados? Qual a relação existente entre o abuso sexual e o desenvolvimento de traumas na personagem principal da obra? O esclarecimento dos objetivos e questionamentos deste trabalho dar-se-á por meio de pesquisas em livros, artigos, ECA, Constituição Federal Brasileira e Código Penal, a fim de suscitar discussão e reflexão no leitor para que ele esteja ciente da complexidade do comportamento humano e como uma atitude drástica, como o abuso sexual de crianças, pode vitimar tal indivíduo para o resto de sua vida se intervenções não forem realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: abuso sexual infantil, traumas psicológicos, direito positivo.

INTRODUÇÃO

“(…) Grande é a poesia, a bondade e as danças...

Mas o melhor do mundo são as crianças” (Fernando Pessoa)

Relatos de abuso sexual infantil é um fato cada vez mais frequente na atualidade. Não por ser uma realidade contemporânea, já que essa violência possui ramificações antigas e

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante do 3º período do curso de bacharelado em Direito do UNIFSA.

E-mail: wesllyannyneris17@gmail.com

³ Estudante do 3º período do curso de bacharelado em Direito do UNIFSA. E-mail: adrianonef@gmail.com

⁴ Professora de Direito e Literatura do UNIFSA. E-mail: rrosapi@yahoo.com.br

profundas (TRINDADE, 2011). Tal realidade invade o contexto familiar e social das vítimas, pois são violências que ocorrem no seio familiar, na escola e na vizinhança. É levando em consideração todos esses aspectos que o escritor Eneas Barros narra as aflições vividas por Beatriz, personagem-vítima da obra. Ao mostrar-se uma criança altamente vulnerável, por sofrer de carência e abandono por parte dos pais, Beatriz é facilmente atraída pelas demonstrações de afeto e carinho advindas de seu futuro abusador, Josino. No desenrolar da obra, o leitor desenvolve um olhar crítico e essencial, direcionando-o a uma autoconscientização da gravidade do assunto retratado no livro, e do necessário combate à violência sexual contra crianças. Em consonância com a obra, esse trabalho objetiva mostrar as facetas e consequências do abuso sexual relacionando-o com os olhares da psicologia, do direito e da literatura.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho utilizará os métodos de pesquisa bibliográfica e descritiva, pois será desenvolvido a partir de materiais publicados em livros, revistas, artigos, além de ter como propósito registrar, analisar e correlacionar o abuso sexual e suas influências nos comportamentos concebidos por Beatriz. Todas as informações e os dados que serão aqui explicitados foram obtidos através de leitura, pesquisa e observações minuciosas de grandes referências sobre o assunto: abuso sexual infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nota-se que o abuso sexual é uma realidade de riscos e confusões não só para a vítima, mas também para o agressor, para a família e para os profissionais que farão parte do tratamento. Tal afirmação não serve para isentar ou sequer absolver o agressor, mas possui o intuito de expor para reflexão o quanto atitudes e comportamentos não ressignificados podem causar danos posteriormente. A descrição acima aborda claramente o que aconteceu na infância de Josino, personagem-agressor do livro, que aos doze anos teve um golpe de

tesoura desferido em seu olho direito, causando dano irreparável à sua visão. A partir desse acontecimento Josino passou a odiar crianças e tornou-se avesso a tudo que fosse ligado à infância, e amadureceu dentro de si a ideia de que um dia encontraria uma forma de se vingar daquela marca (BARROS, 2015). Foi dessa forma, que o ferido também resolveu ferir, abusando da inocência de sua primeira vítima que possuía apenas sete anos de idade.

A violência de caráter sexual pode levar a vítima a ter condutas atípicas levando em consideração o comportamento anterior a concretização do abuso. Destarte, estando um responsável diante de uma criança com manifestações duvidosas, elas devem ser prontamente observadas, como, por exemplo: “mudança brusca de comportamento com relação aos amigos, medo de determinadas pessoas ou lugares” (FRANÇA, 2008, p. 247). Todas essas consequências relatadas só afirmam a gravidade da ferida causada ao psíquico das vítimas de abuso sexual.

A aproximação entre o agressor e a vítima de abuso sexual se dá por meio do estabelecimento de um vínculo de confiança conquistado com oferecimento de presentes, carinho, atenção e afeto à criança que, por muitas vezes, tem carência de todas essas demonstrações. É dessa forma, que Josino se aproxima de Beatriz, oferecendo-lhe lindas bonecas de porcelana e cativando a garota, para que consiga ter sua confiança. Na obra, a aproximação mostra-se como uma etapa indispensável, pois é por meio dela que Beatriz não reage aos pedidos estranhos de Josino: “... mostrou como ela deveria se comportar. Beatriz achou estranho, mas ele era de confiança de seu pai e seu amigo, pois já havia lhe dado três bonecas. E assim ela fez tudo o que ele queria, satisfazendo o seu desejo doentio” (BARROS, 2015, p. 89).

Em decorrência do abuso, Beatriz rapidamente desenvolveu comportamentos alheios aos que tinha anteriormente, o que é esperado que a criança desenvolva, segundo D. Marcelli (2004), ao afirmar que é possível o aparecimento de distúrbios alimentares (recusa de alimentação), distúrbios afetivos, desinteresse pelas brincadeiras, dificuldades escolares, isolamento e confusão. Beatriz foi acometida por todos esses comportamentos e, principalmente, pela confusão. A menina passou a confundir o real e o imaginário dando vida às suas bonecas e às suas contínuas fantasias. E assim sucedeu-se até a sua juventude.

Segundo Freud (1908, p. 175), “a propagação generalizada e superpotência da fantasia instalam condições de decadência na neurose e na psicose”. Foi o que ocorreu com Beatriz. O limite entre a fantasia e a realidade foi rompido, como uma consequência do abuso sexual sofrido, levando-a a ter um comportamento deveras infantil para sua idade. Em determinado momento da narrativa a garota se diz grávida, mas ao final da obra é possível constatar que tudo não passava de uma fantasia e até uma manifestação imaginária de um grande desejo que possuía (de ter filhos para cuidar deles da forma como ela mesma não foi cuidada por parte dos pais).

Noutro momento da obra, Beatriz que já tinha sido vítima de abuso sexual, foi vítima de mais um crime, dessa vez praticado pelo próprio tio, que tomava as rédeas da criação de Beatriz e da irmã, e cuidava do patrimônio deixado pelos pais da menina que faleceram em decorrência de um acidente de trânsito. O tio ciente da fragilidade de Beatriz, pois a menina demonstrava claramente que sofria com perturbações ao fazer da sua vida uma verdadeira fantasia, não resistiu às insinuações vindas de Beatriz, sendo que essas insinuações eram frutos das perturbações mentais que a menina desenvolveu, e terminou se relacionando com a já crescida Beatriz. No âmbito do Código Penal, o ato realizado pelo tio Léo é crime. Pode-se levar a frente tal afirmação ao ser feita a análise do art.218-B que diz:

Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Ao compreender-se o que está tipificado e comparar ao acontecido entre Beatriz e Tio Léo, é possível enxergar o pleno encaixe entre a conduta do agente (o tio) e o que está descrito no tipo penal, pois a menina sofria de perturbações mentais naquele momento, não possuindo o discernimento necessário para decidir se o ato sexual era ou não de sua vontade.

CONCLUSÃO

Ao confrontar-se a obra literária *O mistério das bonecas de porcelana* com o que está previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Penal, nos livros e aprofundamentos sobre psicologia, é possível enxergar as devidas repercussões obtidas com cada uma das áreas referidas.

Conclui-se, assim, que os crimes praticados por Josino e tio Léo ferem integralmente o que está tipificado no ordenamento jurídico brasileiro. Lesiona a legislação penalista nos seus artigos 217-A, 218 ao 218-B, pois são dispositivos que asseguram ao menor a sua liberdade e dignidade sexual, bens jurídicos que não foram preservados nos atos praticados; Transgredem também o ECA nos seus artigos 15 ao 18, que asseguram à criança o direito de ter sua integridade física, psíquica e moral preservadas, prerrogativas que também foram desrespeitadas; e, por fim, mas não menos importante, violam a Constituição Federal, no seu art. 227, mas vale ressaltar que os agentes ativos desse ato tipificado na Constituição não se referem apenas a Josino e tio Léo, como também aos pais e familiares de Beatriz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Desta forma, a obra “*O mistério das bonecas de porcelana*” abriu caminhos ao leitor para que ele fosse capaz de compreender, por meio da narrativa da história de vida de Beatriz, o quanto o abuso sexual é fator determinante para o agravamento do estado psíquico de um

indivíduo, levando-o a sofrer consequências drásticas e muitas vezes, sem sequer ter a oportunidade de se recuperar.

Em vista dos argumentos apresentados, é imprescindível que todos se conscientizem que o combate ao abuso sexual infantil vai muito além do que está previsto no direito positivo. É questão de militância! Aliando-se Estado, família e sociedade, ter-se-á a construção de um ambiente mais saudável e propício para crianças. Como defende o poeta Nicolas Behr “a infância é a camada fértil da vida”, então, é necessário que todos continuem a defender essa fertilidade, incentivando e proporcionando às crianças os meios necessários para terem sua dignidade íntegra e garantida.

REFERÊNCIAS

BARROS, Eneas. **O mistério das bonecas de porcelana**. Teresina: Nova Aliança, 2015.

BARTUCCI, Giovana. **Psicanálise, literatura e estética de subjetivação**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2011.

BITENCOURT, Luciane Potter. **Vitimização Secundária Infanto-Juvenil e Violência Sexual Intrafamiliar**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FRANÇA, Genival. **Medicina legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FREUD, Sigmund. **Der Dichter und das Phantasieren**, AS, vol. X, 1908.

GRECCO, Rogério. **Curso de Direito Penal**, v, III. Niterói, RJ: editora Impetus, 2014.

MARCELLI, Daniel. **Manual de psicopatologia da Infância de Ajuriaguerra**. 5ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PINTO, Inácio. **Para além do crime: o crime de abuso sexual contra a criança e o adolescente como fator determinante de distúrbio psíquico na obra “O mistério das bonecas de porcelana” de Eneas Barros**. 2016. 26f. Artigo (Bacharelado em Direito)- Faculdade Santo Agostinho, Teresina, PI, 2016.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

A 13ª EMENDA ENQUANTO PROJETO POLÍTICO DE DENEGAÇÃO DE DIREITOS A POPULAÇÃO NEGRA¹

João Paulo da Silva²
Faculdade Ademar Rosado- FAR

RESUMO

O presente trabalho buscar discutir questões atinentes ao encarceramento em massa do povo negro a partir da análise do documentário a 13ª emenda. A obra cinematográfica retrata a desumanização dos corpos negros, após abolição da escravatura nos Estados Unidos, enquanto política de Estado denegatória de cidadania e dignidade humana, assim como projeto econômico eleitoral lucrativo, institucionalizado e de fácil aceitação social. O retrato do documentário incita problematização da realidade do sistema carcerário brasileiro, que associa o corpo negro ao crime, encarcerando-o preventivamente e duplamente condenando-o (pelo Estado e pela sociedade). Seus objetivos congregam esforços para discutir a situação de vulnerabilidade social que as pessoas negras possuem no Brasil, enquanto alvos de um sistema jurídico-policial que o tem como inimigo, a ser detido e combatido. O estudo efetuará reflexões a respeito do racismo estrutural, das disparidades sociais entre brancos e negros no Brasil e da omissão estatal na oferta de cidadania ao grupo minoritário em estudo, a partir da análise do documentário a 13ª emenda, que apresenta uma realidade social norte-americana de sistema penitenciário e de justiça semelhante a brasileira. Herrera Flores, Zaffaroni, Vera Andrade, Lima e Angela Davis compõem parte da bibliografia, vez que a pesquisa será bibliográfica, com análise de natureza técnica qualitativa dos aspectos relevantes do documentário. Por fim, vislumbra-se fazer uso da sétima arte, através da 13ª emenda (filme), enquanto ferramenta para debate de temáticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: encarceramento em massa; povo negro; 13ª emenda.

INTRODUÇÃO:

A 13ª Emenda consiste em documentário que retrata a realidade americana de encarceramento em massa da população negra enquanto projeto político estatal pós escravidão, visto a omissão estatal em conferir cidadania e dignidade humana aos indivíduos escravizados ser ação voltada a manutenção de poder e privilégio dos componentes da classe social privilegiada. Assim,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² João Paulo da Silva, especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Ademar Rosado, E-mail: jpsilva106@gmail.com

conforme Andrade (2003), o Estado exerce o controle social dos indivíduos através de práticas que os mantem segmentados, por critérios de raça e classe, ao tempo em que suas ações não dotam todos os indivíduos de igualdade formal e material.

O documentário retrata as especificidades da realidade norte americana de superlotação dos presídios por pessoas negras, com críticas acentuadas sobre os temas controle social da população, opressão do capitalismo, influência dos meios de comunicação e da mídia e segmentação da população negra enquanto ferramenta de manobra política e enriquecimento econômico. Ocorre que, o retrato social brasileiro das penitenciárias reflete situação semelhante a norte americana ao tratarmos dos pontos abordados. O estudo comparativo da realidade social das penitenciárias brasileiras com os argumentos expostos no documentário a 13ª emenda, dirigido pela ativista e diretora Ava Duvernay, será o foco do estudo, com pinceladas teóricas da criminologia crítica e dos efeitos da escravidão na pós-modernidade.

Angela Davis (2018) defende que a luta pelo não encarceramento deve ocorrer de maneira global, pois ainda se utiliza de força e esforços de uma maioria oprimida historicamente para se manter vantagens de uma minoria não negra em países que se utilizaram da escravidão por longos séculos. Herrera Flores (2008) compreende que a evolução social ocorre através da busca incessante por ampliação dos direitos humanos, o que faz cair por terra a teoria universal de direitos humanos pelo fato do ser humano” e Zaffaroni (2014) estabelece que o inimigo a ser combatido pelo Estado faz parte de uma controle social onde os indivíduos que sofreram processos históricos de negação de direitos ainda são, modernamente e de uma nova forma, os alvos de combate do Estado.

Um Estado de Direito só se torna democrático de fato ao tempo em que respeita e expande os direitos humanos com adoção de ações que procurem igualar todos seus indivíduos. Há de se questionar as implicações do documentário como forma de escancarar realidade vislumbrada e que deve permear os espaços acadêmicos, políticos e sociais.

MATERIAL E MÉTODOS

O primeiro passo metodológico consistirá na análise do documentário a 13ª emenda, dirigido pela diretora Ava Duvernay e produzido pela Netflix. Por tratar-se de título que se refere a emenda introduzida na constituinte que aboliu a escravidão nos Estados Unidos da América, há de se identificar as pertinências temáticas da realidade carcerária americana com a brasileira. Assim, as discussões

ocorrerão sobre a realidade carcerária brasileira, onde a maioria das pessoas presas são negras e ali estão de forma preventiva; também como sobre o papel do Estado na não adoção de políticas públicas para o povo negro, fator que mantém, até hoje, privilégios sociais para uma minoria branca. Para dialogar com o estudo, utilizar-se-á pesquisa bibliográfica nas áreas das ciências sociais, dos direitos humanos e da criminologia crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão pertinente transita entre o campo social e jurídico e busca correlacionar e compreender os motivos do número significativo de pessoas presas no Estado Brasileiro, em sua maioria de forma preventiva, serem de cor negra/parda. Destarte, far-se-á questionamentos sobre o estereótipo do ser negro e pobre no Brasil, a partir do processo histórico de anulação de suas existências, pela não adoção de políticas públicas estatais que conferisse direitos humanos mínimos àqueles que não mais era tido como escravos.

Utilizar a análise fílmica facilita a compreensão de questões sociais pouco discutidas e ainda não vislumbradas, pelo senso comum, como situação conectada com um processo histórico de denegação de direitos pelo agente estatal. Assim, tratar de teorias como direito penal do inimigo, controle social de humanos por agentes formais e informais e processo de luta por direitos não segmentado por gerações são facilitados pelos elementos que compõem o áudio visual (documentário em análise) pela sua estética e proposição.

A 13ª emenda trata da realidade do sistema de justiça norte americano. Ao referir-se ao todo reúne polícia, política de segurança pública e Poder Judiciário, integrados por uma máquina administrativa e política excludente e racista. Lima (2016) utiliza a terminologia “população incômoda” ao referir-se aos indivíduos que são vistos como inimigos a serem combatidos pelo Estado. A concretude da segmentação das pessoas negras, no contexto específico estudado, facilmente apresenta pontos de conexão com o Estado brasileiro, que racista em sua estrutura sociopolítica dialoga com temas antiprogressistas na evolução dos direitos humanos, como militarização da polícia e armamento do cidadão comum.

Não à toa, tristemente, aponta Jair Bolsonaro como candidato líder em pesquisas, político reprodutor de discurso simplista, que não põe em voga as questões histórico sociais que, ao incriminarem as pessoas negras, não associam a ausência da “mão” estatal enquanto agente produtor

de políticas públicas de redução das desigualdades sociais. Não mais que necessário, faz-se urgente o debate sobre o encarceramento em massa da população negra no Brasil e suas implicações sociais.

CONCLUSÕES

Portanto, a 13ª emenda retrata situação de encarceramento da população negra e violência estatal como retrato social facilmente visualizado em demais contextos sociais. A realidade do sistema carcerário brasileiro apesar de complexa introduz no imaginário social preconceitos contra indivíduos, que de antemão, foram/são segmentados por um Estado que, ao tempo da abolição da escravatura, não cuidou de questões essenciais inclusivas de uma parcela de pessoas negras, que obtiveram o direito a liberdade por escrito, mas mantiveram-se presos a um Estado que em nada se preocupou na oferta de dignidade humana dos mesmos.

Deveras, a necessidade de ir além em questões ainda tão obscuras à maioria deve adotar técnicas que facilitem a compreensão do máximo de pessoas possíveis, sobretudo, ao tratarmos de problemáticas com raízes históricas, a exemplo das questões raciais. O encarceramento em massa da população negra resulta de proposta do Estado Brasileiro, que possui ideais capitalistas, excludentes e racistas, fatores que desnivelam seus indivíduos por critérios de raça e classe. A semelhança dos Estados Unidos da América, para reduzir os danos que o encarceramento em massa de pessoas negras produz, deve o Poder Público e a sociedade civil dialogar sobre a temática e procurar soluções com integral respeito aos direitos humanos.

Assim como Davis (2018) propõe, os excluídos sociais devem, em conjunto e de maneira globalizada, pensar na libertação das amarras que dificulta o avanço de direitos e auxilia na reprodução de estruturas sociais excludentes. A luta pelo fim do aprisionamento de indivíduos, por mais utópico que possa parecer, deve ser pensada enquanto hipótese que minimiza os efeitos da dominação e controle social de grupos, que desde a colonização se mantem no poderio econômico e social. Pensar a produção cinematográfica de Ava Duvernay enquanto produto político e científico de constatação de realidade não localizada é estender os efeitos do cinema para além do entretenimento gratuito. É ato impresso dos direitos humanos na sétima arte.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 2ª ed, Porto Alegre: Livraria do advogado, 2003.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 1.ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1.ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUVERNAY, Ava. **A 13ª emenda**. Longa metragem. EUA: Netflix, 2016.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re) invenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

LIMA, Igor Frederico Fontes de; Oliveira, Ilzver de Matos. **Desmilitarização das polícias, política criminal e direitos humanos no Estado Democrático de Direito**. Brasília: Revista de Criminologias e Políticas Criminais, v. 2, n. 1, p. 1 – 19, jan/jun. 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2014.

“O ALIENISTA”: SOMOS TODOS LOUCOS; A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OS DESVIOS QUE CONTEMPLAM ESSE PERFIL¹

Luzianny Magalhães da Silva²

Rosália Maria Carvalho Mourão³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar a loucura, com base em discussões sobre a real identidade de um louco. Para isso, relacionamos a pesquisa historiográfica com a obra “O Alienista” de Machado de Assis, que traz uma abordagem profunda sobre a forma como a sociedade no século XIX, tratava o problema da loucura no Brasil, tomando como base um padrão específico de normalidade. Contribui também, para os estudos sobre as regras sociais, é feita uma breve apresentação do texto machadiano e, apontando todas as características da sociedade da época, demonstra-se de que forma os mais ricos e influentes auxiliaram na introdução da cultura dos moradores da vila. Durante a época, a loucura estava diretamente ligada por uma relação de poder, que ao introduzir discursos acabava por definir que a exclusão do meio social seria a solução para o problema. Com isso, dá-se início a construção dos primeiros hospícios que tinham como objetivo principal por fim a um transtorno que aumentava cada vez mais. Tanto os diagnosticados como doente mental, como os alcoólatras, os moradores de rua, os que são considerados diferentes, seriam afastados da sociedade e inclusos nesses locais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, cultura, loucura.

INTRODUÇÃO

Durante o fim da Idade Média, o medo à loucura fazia parte da vida da sociedade, as obras de artes, traziam como recursos de expressão para ilustrá-las, apresentando imagens que mesmo com o peso visual, fascinavam a quem admirava, pois revelavam o interior e as fantasias do homem. A loucura surge como revelação das fraquezas e ilusões humanas. Na referida obra, também é feita essa associação: a loucura humana está relacionada a faltas morais, a transgressões de caráter, diferentes. Seu enredo tem como proposta, uma tentativa de avaliar o limite entre a normalidade e a loucura e

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito da UNIFSA. E-mail: luzianny.magalhaes@gmail.com

³ Professora de Direito e Literatura da UNIFSA. E-mail: rrosapi@yahoo.com.br

nos faz refletir sobre o delírio do poder e até aonde nós podemos confiar no outro, sem que déssemos início a rotular as pessoas.

Bacamarte procura discutir o tipo de loucura que existia, desenvolve algumas pesquisas sobre a patologia e tem com a intenção chegar numa verdade absoluta e cura universal, o que não ocorre, ele descrevia as diferenças existentes entre a loucura e a razão, afirmando que o equilíbrio de todas as faculdades é considerado a razão e que ao contrário seria insânia, apenas insânia. Machado de Assis no decorrer da obra, tem como objetivo, comparar a loucura como um território estranho, sem delimitação e sempre em movimento para Bacamarte, médico renomado na Europa e no Brasil, dedica-se a desenvolver estudos psiquiátricos, e para isso dá início à construção da casa-verde na Vila de Itaqui.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do trabalho será adotada a pesquisa bibliográfica, com base em estudos psiquiátricos, artigos e documentos. Devido a isso fez-se necessária a análise e a busca de perfis de pessoas, consideradas loucas, para compreender e concluir, o que levaria a tal definição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender os limites da razão e da loucura faz-se perceber o quanto é perplexa à mente humana, sobre o que pode ser considerado um desvio ou normal diante de comportamentos e sentimentos humanos. Machado de Assis estuda o comportamento social em sua obra e demonstra, a partir do comportamento do protagonista, como pode ser arbitrário e injusto o diagnóstico da loucura; traz também como a sociedade vê o outro, o porquê de ter que existir uma régua de anormalidade para as pessoas, além disso, através de um trabalho minucioso, traz ironia e arranca o riso do seu leitor, com o personagem principal, ridiculamente sério, convicto de seus estudos e saberes e poderoso dentro da sociedade. Os loucos sempre chamavam a atenção alheia, assim, conseguiam despertar diversos sentimentos, tais como: curiosidade, admiração, reserva e medo; o seu tratamento era diferenciado em cada sociedade, em cada momento, em cada cultura.

A discussão dá-se mediante uma nova perspectiva, onde não existe um perfil exato que defina alguém como louco. Com isso foram analisadas características, que na época era considerada anormal

do ser humano, tudo aquilo que ele afetava, em uma sociedade politicamente considerada correta, tanto quanto a participação familiar do mesmo durante o momento. Em seguida serão expostos os perfis, a contextualização de vida e família da pessoa considerada louca, pelos estudos clínicos e profundos atualmente. Será mesmo, que o estudo e discurso científico, é capaz de dar a resposta absoluta? A ciência, nem sempre vai ser aquilo que aparenta ser, por causa da insensatez e da irresponsabilidade de muitos de seus agentes, que acabam por constituir, fonte de medo e de angústia.

Para isso, foram avaliados alguns tipos de perfis; o louco no final da idade média e decorrer da moderna, e outro na atualidade, século XXI. Levando em consideração, grande presença e influência da literatura jurídica e psiquiátrica, no decorrer do conto para facilitar a interpretação do objetivo do autor e para uma compreensão sucinta dos resultados alcançados e das diferenças encontradas nos perfis, levando em consideração a época, sociedade e os costumes nelas existentes. Assim, algumas causas e possíveis impactos de anormalidade do ser humano, tais como os níveis de loucura, puderam ser definidos. Tanto a ciência cultural, como forma de explorar o dever ser, aproxima a literatura do direito, de uma maneira que amplia o mundo de indivíduos a partir do interior do mesmo.

CONCLUSÕES

O trabalho buscou analisar, como a obra o Alienista de Machado de Assis, aborda a loucura, criando um processo identitário que qualificava aqueles que deveriam ser excluídos do convívio com outras pessoas, levando em consideração que a sociedade traçava um perfil de pessoas normais, e quem agisse fora desse perfil, era considerada louca. Abrindo assim, espaço crítico para análise dos desvios cometidos pela sociedade e pelo próprio Simão Bacamarte (personagem principal), o qual tivera a ideia da construção da Casa Verde e estaria disposto ao estudo psiquiátrico. A figura do asilo demonstra a chamada institucionalização da psiquiatria, que se une com o estudo da medicina, e adquire poder em relação aos doentes internados, funcionando como um suplemento de poder, dado a realidade, uma forma de administrar, de criar um regime único e exclusivo. Além disso, levanta-se a questão da validade e veracidade da ciência durante a época.

No entanto, faz-se por compreender que a loucura, é um tema que vai além de traçar um perfil específico, vai além do cotidiano e costumes de muitos, mas se compreende sempre como um julgamento e que tem como tal solução, “a exclusão”, mas para isso seria necessário à produção de um discurso capaz de legitimar a ação. Todos são alienistas, todos os dias as pessoas identificam, loucuras e doenças por toda parte, mas nunca uma única diferença; tratar a doença do outro, é tratar

a própria doença, com isso, a maior intenção do autor seria, expor a loucura de cada leitor, para que cada um ache que todos que estão a sua volta sejam loucos e somente ele o normal; e que cada um é o seu próprio objeto de estudo.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, quero agradecer, primeiramente a Deus, pois sem sua força jamais conseguiria nada. À minha família, que sempre me apoia em todos os meus projetos profissionais e de vida; E principalmente a professora Rosália Mourão, por todo apoio, carinho, dedicação, orientação, auxílio e cobrança para o resultado deste trabalho, sem esse apoio, seria difícil a conclusão deste projeto. Queria agradecer também ao Centro Universitário Santo Agostinho, por apoiar e incentivar, projetos tão importantes na carreira de estudante e de um futuro profissional, a todos muito obrigada.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **O Alienista e outros contos**. São Paulo: Moderna, 2005.

FERNANDES, Célia Regina Delgado. **A Antipsiquiatria brasileira do século XIX**. Revista Conhecimento Prático, Literatura. São Paulo: Escala Educacional. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 35. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. **História das primeiras instituições para alienados no Brasil**. Rev. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz.v.12, n.3, set.-dez. 2005.

Sites especializados:

<http://saudemental.ibict.br/> (Biblioteca virtual em saúde mental).

ANÁLISE DA OBRA “PERFUME: A HISTÓRIA DE UM ASSASSINO” SOB A PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA¹

Janderson Rodrigues de Jesus Sousa²

Rosália Maria Carvalho Mourão³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Este trabalho apresenta a obsessão de Jean Baptiste Grenouille, personagem da obra “O Perfume: A História de um Assassino” de Patrick Süskind, por armazenar a essência de garotas virgens e criar um perfume jamais sentido, assassinando tais jovens para conseguir este feito, o tema assassino em série não tem uma legislação específica no ordenamento jurídico brasileiro e a ideia de que todos estes sejam loucos faz com que nem sempre recebam um tratamento jurídico adequado, já que nem todo assassino em série tem alterações psicológicas. Além da obra literária, foram utilizados como bibliografia: legislação brasileira, artigos e livros de doutrina para apresentar ao leitor uma visão mais realística sobre o assunto e servir de estímulo a estudantes e profissionais do Direito a busca de mais conhecimento referente ao assassino em série e promover debates sobre a ausência de legislação específica para tratar destes casos.

PALAVRAS-CHAVE: Assassino em série, imputabilidade, hiperosmia.

INTRODUÇÃO

O livro “Perfume: A História De Um Assassino” trata-se de um romance policial escrito em 1975, pelo escritor alemão Patrick Süskind. A obra se passa na França do século XVIII, uma época em que havia mau cheiro em tudo e foi no lugar mais fétido de Paris onde nasceu Jean-Baptiste Grenouille, este foi rejeitado pela mãe e por todos nos lugares por onde passou ou

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmico do curso de Bacharelado em Direito da UNIFSA

³ Professora de Direito e Literatura da UNIFSA. E-mail: rrosapi@yahoo.com.br

foi vendido. Por não possuir cheiro algum causava repulsa em quem estava próximo a ele. Grenouille tinha uma hiperosmia jamais encontrada antes, este conseguia sentir cheiro de tudo que existia numa distância razoavelmente longa e memorizava todos os cheiros que sentira. E para satisfazer seu desejo olfativo promoveu uma série de assassinatos para guardar a essência do cheiro das mulheres que ele matava.

Preocupado em buscar entendimento sobre assassinos em massa foi editado um projeto de lei no Senado nº 140/2010 que descreve o assassino em série como aquele que assassina dolosamente três ou mais pessoas que possuam um perfil semelhante, executando os homicídios seguindo um padrão pré-estabelecido, com intervalo entre os assassinatos. Este projeto foi arquivado e não há, portanto, legislação no ordenamento jurídico brasileiro que trate diretamente dos assassinos em série.

De acordo com CASOY, 2008, assassinos em série têm algumas características em comum na infância como: devaneios diurnos, isolamento social e familiar, rebeldia, roubos, baixa auto-estima, possessividade destrutiva, além da Tríade de MacDonald.

O personagem principal da obra sempre fora isolado socialmente e não se importava com nada além de sobreviver e guardar novos cheiros na memória.

MATERIAL E MÉTODOS

É uma pesquisa bibliográfica realizada a partir de livros, dissertações e artigos científicos que tratam sobre assassinos em série e a obra “O Perfume: A História de um Assassino”. Tem como objetivo explorar de forma ampla a legislação brasileira, a doutrina e trabalhos científicos referentes ao tratamento jurídico dispensado ao assassino em série e evitar tratar todos os assassinos da mesma maneira, considerando que cada crime deve ser analisado individualmente e o agente deve ser punido de acordo com sua culpabilidade.

A pesquisa também é descritiva, onde a ficção da obra “O Perfume: A História de um Assassino” e o comportamento de Grenouille serão contrastados com a realidade, através de levantamento de dados quantitativos (MARONI e LAKATOS, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Grenouille sente um cheiro que o deixa extasiado, trata-se de uma jovem ruiva, com cerca de 14 anos, virgem, que limpava nectarinas, coloca suas mãos ao redor do pescoço da jovem e vem a suprimir-lhe a vida. Logo em seguida deita-a no chão retira seu vestido e passa a cheirar todo seu corpo, sentindo então uma felicidade indescritível. Inicia, neste momento, sua jornada assassina com o objetivo de guardar cheiros similares a este e para tanto começa a aprender a arte da perfumaria (SÜSKIND, 1985).

Assassinato ou homicídio ocorre quando uma pessoa causa o fim à vida de um humano nascido com vida. O artigo 121 do código penal brasileiro de 1940 considera homicídio qualificado, matar alguém por meio de asfixia, tortura, crueldade e recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima (BRASIL, 2018). Homicídio qualificado é considerado crime hediondo, crime que por ter maior gravidade, não é permitido fiança, graça ou indulto (MASSON, 2013). Na obra, Grenouille assassina a primeira jovem por asfixia e as demais por um golpe inesperado na nuca, o que caracteriza como crimes hediondos (SÜSKIND, 1985). Grenouille cometia estes crimes hediondos para satisfazer uma necessidade, a de guardar cheiros, pois estes odores o traziam satisfação e felicidade (SÜSKIND, 1985). O olfato é responsável por sensações e experiências, já que, sente odores, analisa e guarda na memória, podendo trazer recordações, alterar sentimentos, o comportamento e o relacionamento com outras pessoas (BARBEITOS, 2009). É este sistema sensorial que leva as pessoas da obra, a perceberem outras pessoas e manterem suas relações interpessoais.

Grenouille ao viajar à Grasse, onde pretendia aprender a técnica da enfleurage, para captar essências que não conseguia por meio da destilação, que aprendera com o senhor Baldini, encontrou um lugar, uma caverna no vulcão Plomb Du Cantal, onde não havia fragmento de cheiro das pessoas, um paraíso olfativo, onde não sentia cheiro de nada e assim poderia descansar seu olfato de todo o odor fétido que havia sentido em toda sua vida. Neste “retiro olfativo” em meio a sonhos e recordações de cheiros como o da jovem ruiva, ele acorda e percebe que está envolvido em seu próprio cheiro que na realidade não era cheiro algum,

imaginando que ele mesmo poderia não existir por não ter odor algum proveniente do seu corpo (SÜSKIND, 1985).

A revolução burguesa de 1789, na França teve seu maior apoio proveniente dos mais pobres e famintos muitos viviam e trabalhavam na rua, nesta época não havia proteção contra riscos sociais e o mundo era bem desigual e a pobreza extrema era acentuada. Neste cenário pessoas vivem de catar lixo, se alimentar de sobras e muitas vezes são tratados como seres inexistentes ante os olhos dos que poderiam trazer alguma melhoria a esta situação e isto leva a questionamentos por quem passa por esse tipo de situação, muitas até esquecendo quem eles são e se há algum motivo para continuar vivendo na miséria sem nenhuma expectativa de mudança de vida, por conta disso muitos se entregam a prazeres promíscuos, drogas ou outra coisa que satisfaça sua necessidade de sentir algo de bom na vida (BURSZTYN, 2003) .

A culpabilidade é critério determinante para caracterizar um crime, é subjetivo de cada indivíduo que deve ter percepção do que é certo e o que é uma conduta reprovável perante a sociedade. A partir desta, é analisada a imputabilidade do agente que cometeu um fato típico e ilícito e por meio de avaliação biológica, psicológica e biopsicológica, que determina a sua capacidade de responder penalmente, pessoas menores de 18 anos e maiores que não possuem sanidade mental são consideradas inimputáveis (BARBOSA, 2016).

O cheiro das pessoas não provém apenas de características físicas como hálito ou frequência de banhos, mas sua personalidade, seus tratos com as pessoas, seus desejos mais íntimos. E isto podia ser percebido por Grenouille e este levou a buscar sucessivamente jovens virgens, ainda puras em suas ações e desejos, e possuir o cheiro puro e agradável que exalavam. Esta atitude o transformou em um assassino em série, não tinha a intenção de matar pois seu desejo não era esse, mas percebeu que o medo afetava diretamente o cheiro das suas vítimas, optando por matar com um único golpe na nuca para que não o vissem nem tivessem tempo de sentir medo dele (SÜSKIND, 1985).

Quando alguém comete duas ou mais infrações penais, que sejam decorrentes de uma ou mais condutas se enquadra no concurso de crimes, uma espécie deste é o concurso material homogêneo, onde há pluralidade de condutas e resultados, e trata-se de crimes

idênticos. Respeitando o princípio da individualização da pena, o magistrado deverá fixar as penas separadamente e realizar o somatório delas. No caso de crime hediondo o apenado iniciará o cumprimento da pena em regime fechado e progredindo de regime atendendo os requisitos legais e obedecendo ao limite máximo de pena privativa de liberdade que é de 30 anos (MASSON, 2017).

Agentes inimputáveis estão sujeitos a medida de segurança, caso realizem alguma conduta descrita no código penal, a ser realizada em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico de forma correspondente à pena que receberia caso fosse agente capaz (GRECO, 2017). Grenouille praticou um concurso de crimes, várias condutas relevantes levando a vários crimes de mesma espécie, não lhe coube perdão quando foi capturado mas conseguiu não ser executado graças ao perfume que criou, que levou todas as pessoas a o verem como um anjo e sentirem pelos outros o mais puro amor. Diante disso, lembrou-se da jovem que limpava nectarinas e pensou que talvez pudesse ter recebido esse amor da parte dela, pela primeira vez pensou sobre seus atos e viu que poderia ter sido tudo diferente caso não tivesse matado aquela jovem. Vendo que nunca receberia amor de alguém decidiu voltar a seu local de nascimento e fazer o que sua mãe tinha planejado para ele. No seu autojulgamento viu que não deveria continuar vivo e decidiu jogar todo o perfume em cima de si mesmo atraindo pessoas que estavam ao redor e estes o devoraram apagando Grenouille por completo da existência (SÛSKIND, 1985).

Crimes hediondos não permitem o recebimento de indulto ou graça, indulto individual, pela gravidade superior deste tipo de crime (GRECO, 2017). A consciência de Grenouille mostrou que ele não era um louco, apenas alguém que buscava alcançar seus desejos de forma egoísta não se importando com o efeito de suas ações nas outras pessoas, mas ao final percebeu que não deveria ter agido de tal forma, vindo a decidir punir a si mesmo e utilizando seu maior desejo para conseguir isso.

CONCLUSÃO

Não há nenhum tratamento legal específico para assassinos em série na legislação brasileira e em muitos casos são considerados doentes mentais ou mentalmente

desequilibrados. Muitos advogados alegam que seus clientes não possuem sanidade mental para que estes não se sujeitem ao sistema prisional o que permite que pessoas que agem com crueldade e sem escrúpulos não respondam penalmente por seus crimes.

Muitos destes possuem pleno discernimento de suas condutas delituosas e entendem que foram ações ilícitas, não se deve permitir que estes se utilizem de uma suposição de que são psicologicamente diferentes e recebam um tratamento psiquiátrico como internados ou tratamento ambulatorial e vivam livremente na sociedade com a oportunidade de cometerem mais crimes. Faz-se necessária uma legislação que puna mais fortemente quem cometa crimes hediondos em série para satisfazer seus desejos e desencoraje quem pretenda fazer o mesmo. São necessários mais estudos para que a sociedade, a mídia e magistrados percebam que nem todo ser cruel tem alteração psicológica. Aplicar medida de segurança não deve ser utilizada como padrão em casos de assassinos em série e sim, punir o criminoso de acordo com sua culpabilidade.

REFERÊNCIAS

BARBEITOS, C. L. P. **Percepção do olfato: folhas que não guardei**. Bahia, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9842>>. Acesso em 13.09.2018.

BARBOSA, I. R. M. **Serial Killers: Inimputáveis ou Semiputáveis à Luz do Artigo 26 do Código Penal?** 2016. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade ASCES. Caruaru, 2016.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Vade Mecum Senador Elmano Férrer**. Teresina: Senado Federal, 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 140, de 2010**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=96886>>. Acesso em 03 set. 2018.

BURSZTYN, M. et.al. **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 19-26.

CASOY, I. **Serial Killer: louco ou cruel?** 8ª ed. São Paulo: Ediouro, 2008.

GRECO. R. **Curso de Direito Penal: Parte Geral, volume I**. 19ª Ed. Niterói, RJ: Impetus, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MASSON, C. **Direito penal esquematizado: parte especial – vol.2**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.

MASSON, C. **Direito penal esquematizado: parte geral – vol.1**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GT 18

GRUPO TEMÁTICO

**DIREITO DE FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE
E A DIMENSÃO JURÍDICA DO AFETO**

GT 18. DIREITO DE FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE E A DIMENSÃO JURÍDICA DO AFETO

Rosália Maria Carvalho Mourão - UNIFSA¹

Gerlanne Luiza Santos de Melo - UFPI²

O GT – Direito de Família na Contemporaneidade e a Dimensão Jurídica do Afeto - tem como objetivo debater temas atuais acerca do Direito de Família, contextualizado nas bases do afeto. As relações jurídicas decorrentes desse ramo do Direito são peculiares e plurais, razão porque se justifica seu estudo de modo interdisciplinar e dialogal com outras áreas do conhecimento como psicologia, antropologia e, de modo geral, as ciências sociais aplicadas. É um ramo dinâmico que se moderniza e atualiza a partir de um comportamento social bastante diversificado. Considerando que a afetividade é, hoje, o principal marco para o delineamento das famílias - inclusive suplantando os vínculos biológicos - tem-se nos sentimentos um novo referencial para o Direito. Assim, a dimensão jurídica do afeto é confirmada pela jurisprudência pátria e se torna um objeto de pesquisa pertinente e atual. Nesse contexto, serão admitidos neste GT os trabalhos que versem, de modo interdisciplinar sobre as questões jurídicas atinentes aos novos modelos de família e seus efeitos jurídicos. A metodologia é, em regra, revisão bibliográfica com ênfase nas obras de autores de vanguarda como Maria Berenice Dias, Cristiano Chaves, Nelson Rosendal, Rodrigo Cunha, Luis Alberto Warat, Luis Gustavo Gomes Fiores e Guilherme Calmon, dentre outros que inovam na interpretação e análise do Direito de Família à luz das relações afetivas, cabendo também relato de experiências exitosas na aplicação do Direito de Família na contemporaneidade.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2007). Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Piauí (1999). Graduação em Direito pelo Instituto Camillo Filho (2006). Professora do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.

² Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) - 2012/2014.

A EXPOSIÇÃO VEXATÓRIA DOS FILHOS POR MEIO DAS MÍDIAS SOCIAIS¹

Luciana Pessoa Nunes Santos²
Carlos Filipe Moura Barbosa Filho³
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O presente trabalho busca tratar de um dos desdobramentos do abuso do poder familiar que se perfaz com a exposição vexatória dos filhos por meio das mídias sociais. Uma nova modalidade que se utiliza da comunicação e veiculação de imagens e vídeos na internet fruto de atual sociedade hiperconectada. Na web se identifica como prática reiterada à exposição excessiva e constrangedora dos filhos por meio das redes sociais, nocivas ao ponto de poderem comprometer o desenvolvimento psicossocial da vítima. O principal objetivo é analisar, à luz da delimitação jurídica do poder familiar, o papel dos pais que adotam tal conduta. A pesquisa tem como embasamento teórico materiais bibliográficos de fonte doutrinária e jurisprudencial, que trarão um aporte jurídico indispensável para a análise de fatos veiculados nas mídias, por meio de vídeos e fotografias de acesso público e como efeito natural uma construção jusfilosófica combatente de tais condutas.

PALAVRAS-CHAVE: direito de imagem, constrangimento, mídias sociais, autonomia dos filhos, relação paterno-filial.

INTRODUÇÃO

A reflexão ora proposta pretende realizar uma investigação crítica ao momento histórico atual que concedeu status de normalidade à exposição vexatória dos filhos por meio

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Mestra em Direito pela PUCRS. Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. Coordenadora do Curso de Direito do CEUPI. lucianapessoa2011@gmail.com

³ Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. carfilipe@hotmail.com

das mídias sociais, quando tais condutas se caracterizam como uma modalidade de abuso do poder familiar repellido pelo ordenamento jurídico pátrio no seu dispositivo art. 1.637, CC assim exposto:

Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes [...], cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar à medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e [...], até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

Para tanto, a pesquisa se pauta em material relatando situações reais coletado nas mídias sociais, de acesso público, para confrontá-lo com os estudos teórico-bibliográficos que são o aporte jurídico ofertado pela doutrina especializada e jurisprudência pátrias.

A relevância do estudo funda-se na necessidade de alerta dos perigos de práticas tão recorrentes, popularizadas e quase pacificamente aceitas. É preciso destacar suas consequências nocivas quanto ao comprometimento psíquico das vítimas e a degradação da relação familiar, ocasionados por quem tem a responsabilidade legal de salvaguarda, tutela e proteção. Ainda, a reflexão propõe uma discussão acerca das raízes dessa exposição excessiva e da necessidade de reconhecimento social, atualmente, medido pela quantidade de curtidas, que normalmente apresenta traços narcisista. O principal objetivo é analisar a delimitação jurídica para o exercício do poder familiar, comparando o papel atribuído aos pais e a conduta de violação do direito de imagem dos filhos que ocorre quando são expostos em situação de constrangimento ou ridicularização, sob o argumento de são cômicos e populares.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa será bibliográfica, fazendo análise da doutrina e jurisprudência referente ao exercício do poder familiar e o direito de imagem dos filhos, a partir de situações reais veiculadas nas mídias, por meio de vídeos e fotografias de acesso público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para conseguir a notoriedade pretendida através de curtidas ou seguidores não há limite para uso de artifícios que podem incluir os próprios membros da família, que muitas

vezes são tratados apenas como objetos decorativos em fotos ou em vídeos. A imaginação se torna único limite para publicação de exposições vexatórias.

As crianças e adolescentes acabam se tornando um alvo de grande predileção, pois carregam consigo atributos como jovialidade, espontaneidade e inocência, sendo dirigidos por um dos pais que fica, geralmente, atrás das câmeras.

Na França é possível que quando os filhos cresçam possam processar seus pais por divulgar imagens suas na internet sob argumento de atentado a sua privacidade e que terá como consequências de um ano de prisão e multa de 45 mil euros, segundo informa (MALACARNE 2017, p.1).

No ordenamento jurídico pátrio, a lei Nº 8.069/1990, que instituiu o estatuto da criança e do adolescente (ECA), determina em seu art.17:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

É possível, infere-se que, também no Brasil, existe fundamentação legal suficiente para tutela dos direitos personalíssimos de imagem e privacidade de crianças e adolescentes em face de condutas violadoras de seus pais. Especialmente considerando que, numa análise superficial dos conteúdos divulgados nas redes sociais, percebe-se que na web a única regra que impera é a de que aquilo que é postado deve ser tão apelativo que acabe arrematando atenção de o maior número possível de visualizações.

Dentre os casos expostos na rede mundial de computadores destaca-se um vídeo em que o pai, usando de sua autoridade frente ao filho, obriga-o a realizar algo que lhe causa pavor, sob ótica de que aquilo significa “virar homem”. Numa analogia com esse caso, tem-se a versão hollywoodiana de abuso do poder familiar no filme de comédia “famosos da web” escrito por (GALLAGHER; GREENE, 2016) em que o personagem Dale Hand usa de qualquer artifício macabro desde, para isso consiga por a filha aos prantos. O irônico é que ele próprio admita que a filha mesmo com mais de dois anos de idade ainda não consiga falar e que tenha dificuldade de ter um sono tranquilo.

A tendência que as crianças e adolescentes sejam astros que orbitam entorno dos pais, estes exercem forte influência sob aqueles e que quando o ambiente que os circunda tendem a ser constante exposição aos holofotes de câmera por qualquer motivo tende a desenvolvimento de personalidade narcisista visto que benesse que este acolhe como sendo centro das atenções, como afirmado por (DOLTO apud ASSIS, 2018, p.2).

A falta de filtro por parte dos pais quanto ao conteúdo de fotos e vídeos divulgados na web podem ser armas para os praticantes de bullying normalmente oriundos da escola em as vítimas frequentam ou mesmo passarem por uma ressignificação em se retira de contexto ingênuo e passa a ser dado um teor sexual e sendo empregado em sites pornográficos. (CUNHA apud MALACARNE, 2017, p.1). Diante de tais condutas praticadas pelos pais que comprometem a saúde das relações com filhos, alguns parâmetros teóricos e filosóficos podem proporcionar a constituição de um vínculo estável e de desenvolvimento, nesse sentido, (GIBRAN 2001, p.11) expõe:

Seus filhos não são seus filhos. Eles são filhos e filhas da vida que ganharam. Eles vieram à vida através de vocês, mas não foram vocês que lhe deram a vida. [...] Vocês são como o arco de onde cada um de seus filhos são flechas que partem. E assim como Ele ama a flecha que voa, ama o arco que é firme.

O presente trecho ressalta a liberdade que os filhos possuem como seres autônomos e que cabe apenas este serem responsável por sua vida, enquanto os pais são vistos como aqueles que possibilitaram a sua chegada ao mundo e que os instruíram com valores necessários para sua jornada em busca de um propósito, pois estes os auxiliaram em algumas etapas do seu rito de passagem.

CONCLUSÕES

Diante da análise bibliográfica e dos fatos veiculados em noticiários ou mesmo por meio de pesquisa de vídeos e fotografias nas mídias sócias as constatações de violação da individualidade, imagem e privacidade das vítimas e a forma como são suavizadas por atenderem as demanda do próprio agente que tende apresentar vestígio de uma psique

narcisista como também dos usuários das redes sócias, em que se apenas busca uma popularidade pauta no exibicionismo sem limites em que o engraçado e vexatório se tornam sinônimos, dentre as consequências a o esfacelamento das relações familiares, restando apenas a busca de novos parâmetros para que possa restabelecer a harmonia, sendo que este estado é defendido na visão de Gibran em que relação de pais e filhos a uma completude necessária para o desenvolvimento destes, em que respeito a individualidade é regra que impera entre cada um membros.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Daniel Machado de. **A exposição dos filhos na internet: Entenda por que a superexposição dos filhos na internet, pode revelar uma desordem psíquica nos pais.** 1. 2018. Disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/familia/pais-e-filhos/a-exposicao-dos-filhos-na-internet>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BRASIL. **Código civil**, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 31 ago. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FAMOSOS da web. Direção: Michael J. Gallagher .Produção de Michael J. Gallagher; Steve Greene. [s.l.], Netflix, 2016. 1.internet.

GIBRAN, Khalil. **O PROFETA.** 1. ed. [S.l.], [s.n.], 2001. 56 p. v. 1. Disponível em: <<https://www.clube-positivo.com/biblioteca/pdf/profeta.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MALACARNE, Juliana. **Qual é o limite da exposição das crianças nas redes sociais? :** Especialista em segurança digital comenta os principais cuidados que os pais devem ter ao postar fotos dos filhos na internet. 1. 2017. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Seguranca/noticia/2017/04/qual-e-o-limite-da-exposicao.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO COMO MEIOS ALTERNATIVOS NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES¹

Daniel Rodrigues da Silva²

Haíslla Rafaella do Amaral Silva³

Isabela Carla Martins Jansen⁴

Rochele Juliane Lima Firmeza⁵

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo avaliar a mediação e conciliação desde da sua historicidade até os dias atuais, como um instrumento capaz de desafogar o judiciário, apresentando de forma específica as suas características, aspectos gerais, conceitos, diferenças e abordar de forma positiva os benefícios que essas técnicas possam trazer nos litígios familiares. Analisa-se os meios que podem trazer celeridade a justiça e até mesmo economizar os gastos futuros se necessário prosseguir com um processo caso os indivíduos envolvidos decidam.

PALAVRAS – CHAVES: Sociedade, Judiciário, Conflitos.

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa tem o intuito de abordar sobre a mediação e a conciliação como meio de desafogar o judiciário, demonstrando sua eficácia com o uso de meios de resolução de conflitos e sua influência positiva nos conflitos familiares. Nos últimos anos a conciliação e a mediação vem se destacando por sua solução célere e pacífica dos conflitos. Percebe-se que esses meios não vieram para sobrepor o poder judiciário, mas para somar forças e tentar inibir

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Email: daniel07a@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Email: haillsa_ras@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Email: isabelajansen8@gmail.com

⁵ Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora do Curso de Direito na UNIFSA, E-mail: rochelefirmeza@hotmail.com

a sociedade a procurá-los, pois mesmo com as novas mudanças no Novo Código de Processo Civil, ainda existe certo receio a recorrer-los, então havendo uma aceitação maior desses meios poderá assim resolver as lides de forma benéfica e amigável. A mediação e a conciliação são formas previstas no novo CPC e aplicáveis no mais variados espécies de direito, tais como direito de família, tendo um especial destaque e de forma nova, impulsionou o equilíbrio e traz como objetivo a resolução da lide e o equilíbrio de forma célere, justa e sem alienações entre as partes envolvidas no processo de litígio do tecido familiar.

Breve Histórico da Mediação e Conciliação:

As modalidades de resolução de conflitos sofreram alterações profundas desde a primitiva autotutela até o seu uso no sistema judiciário atual. Na época em que não existiam leis e o Estado não era superior e forte o suficiente em impor-se, os conflitos eram apenas resolvidos pelos próprios indivíduos vencendo assim sempre aquele com mais força física, não significando que essa forma fosse a mais justa e o resultado fosse mutuamente benéfico. Sendo esses acontecimentos que acabaram dando mais espaço para esses meios alternativos.

Ao remontarmos aos primórdios de nossos dias, da era do homem da caverna, notaremos que não se pode precisar entre as formas utilizadas para se chegar ao Estado-Juiz. Não existe um marco na história que separe as formas anteriores de composição de conflitos e o momento em que o Estado chamou a si essa composição. Nas civilizações anteriores, primitivas, à medida em que os grupos foram crescendo e o interesse pelos bens existentes foi se multiplicando, os conflitos entre seus componentes começaram a surgir. (SOUZA, 2004, p. 41).

Observa –se com a evolução da sociedade a importância de uma mudança na conduta humana, já que o homem é um ser social por sua própria natureza e precisa interagir com outros.

A conciliação que teve seu advento no século XIX, onde alcançou o status constitucional pela Constituição Imperial Brasileira de 1824. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê a pacificação social como um dos seus objetivos fundamentais, atribuindo ao Estado e dando o poder ao juiz para possa opinar, pois com

implementação das alternativas jurisdicionais adequadas céleres, sendo que através do Novo código de Processo Civil, tornou obrigatório desses meios.

Conceito:

A mediação é umas das formas de composição para a resolução rápida de um conflito existente através da facilitação entres as partes com um acordo e a ajuda de um terceiro que auxiliará ambas as partes de como o acordo beneficiará a todos, mas sendo o juiz neutro e imparcial, apenas orientando para que as próprias partes cheguem em um acordo consensual por si mesmo. O pretendido na mediação é permitir de forma geral que uma outra pessoa observe a situação, sem possuir vínculos com as partes e possa orientar ambos para que eles não foquem apenas em suas posições e desejos. Acabando que esse meio além de facilitar, faz com que percebam e voltem sua atenção para os seus verdadeiros interesses.

A mediação se define principalmente como um processo de comunicação ética baseada na responsabilidade e autonomia dos participantes, na qual um terceiro - imparcial, independente, neutro, sem poder decisório ou consultivo, com a única autoridade que lhe foi reconhecida pelos mediados – propicia mediante entrevistas confidenciais o estabelecimento ou restabelecimento de relação social, a prevenção ou a solução da situação em causa. (HOFNUNG, 2007, p.71)

Nota-se que a mediação apesar de ser um meio célere de extinguir um conflito e encerrar todo o processo com um acordo com a ajuda de um terceiro que será neutro e imparcial em todo o caso sem qualquer poder decisório apenas consultivo para orientar da melhor forma possível, sendo a única forma de poder dada ao mediador.

Já a conciliação segundo Sales é um “meio de solução de conflitos em que as pessoas buscam sanar as divergências com o auxílio de um terceiro, o qual recebe a denominação de conciliador”. A conciliação em muito se assemelha à mediação. A diferença fundamental está na forma de condução do diálogo entre as partes. (SALES, 2007, p. 42)

Percebe-se então que esse é o processo pelo qual o conciliador tenta fazer com que as partes evitem e ou desistam de fazer um acordo, tentando estabelecer assim uma ligação

entre eles e levar a ambos o entendimento identificando os problemas causadores e sugerindo soluções possíveis para o encerramento desse processo, mais mantendo-se sempre neutro.

AS ABORDAGENS BENÉFICAS NOS CONFLITOS FAMILIARES

A ciência jurídica por ser uma ciência que evolui e acompanha as revoluções e mudanças contidas no seio da sociedade, buscou e inovou juntamente com o CPC/15, a inclusão ativa dos métodos resolutivos de conflitos (mediação e conciliação) sendo, uma alternativa e um segundo plano para harmonizar e proporcionar as partes os seus devidos anseios e buscas judiciais.

Tendo em vista, e em consonância com o princípio do amplo acesso a jurisdição e também em respeito aos princípios basilares do direito de família e aos direitos matrimonial, convivencial, assistencial e parental, diminuindo os transtornos psicológicos causados com o fim da instituição familiar, já que o objetivo e a função da mesma é proteger, amar e com a convivência a união afetiva, tantos dos cônjuges como principalmente dos filhos.

O artigo 694 do Novo Código de Processo civil traz convergência de esforços para uma solução consensual da controvérsia, ao incluir os institutos da mediação e conciliação.

Art. 694. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras área de conhecimento para a mediação e conciliação.

Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.

Esse artigo do novo CPC/15, evidencia que sempre quando necessário será enviado todos os esforços para que haja a solução consensual de um conflito, dispondo o juiz de auxiliares nas áreas de mediação e conciliação. Sendo essa a primeira modificação a ser feita no qual o magistrado na tentativa de uma solução mais amigável possível da lide, acaba tendo a contribuição de profissionais capacitados na utilização de técnicas específicas.

Tem-se, como resultado positivo, com menor desgaste possível da entidade familiar e menor sofrimento por serem formas céleres, harmoniosas, onde escuta-se ativamente todas as partes e com a orientação, acima de tudo, de um terceiro que figura como uma parte equilibrada por não ter nenhum tipo de ligação ou interesse ativo no objeto ali discutido deixando-se nos conflitos relativos à separação e ao divórcio, possibilitando às pessoas envolvidas no processo da mediação, uma incursão pelos ínvios caminhos das relações humanas, na busca de soluções menos traumáticas, através do restabelecimento do diálogo funcional entre as mesmas.

Aplicação da Mediação e Conciliação nos Conflitos Familiares:

O Direito de Família é muito complexo, por estar relacionado ao ser humano e seus pensamentos, atitudes e sentimentos.

Ao falarmos em família, entramos num vastíssimo campo de incidência de situações anormalizadas, que progressivamente vão aumentando na medida em que se tornam mais complexas as relações interindividuais, se dissipam os princípios éticos e morais de fidelidade e união, e crescem as dificuldades econômicas de subsistência. (RIZZARDO, 2006, p. 1)

A aplicação da mediação e da conciliação nos litígios familiares busca acima de tudo, uma resolução rápida, eficaz e sem muitos sofrimentos litigiosos entre si. Buscando de uma forma amigável, pensada e objetiva a resolução de um conflito que demoraria anos para ser resolvidos na esfera judicial, tendo em vista a celeridade e a oportunidade das partes repensarem e agirem, através da escuta ativa e de métodos aplicados pelos conciliadores e mediadores.

Abordando assim aplicações gerais da mediação e da conciliação como alternativas benéficas na resolução dos conflitos familiares, principalmente, nos casos de separação e de divórcios. Nos quais essa resolução alternativa atinge sua maior aplicabilidade e efetividade. Demonstrando assim nesse panorama geral da sociedade e dos diversos conflitos, inerentes ao âmbito familiar, que será possível fazer um paralelo da transformação dos laços familiares

e da judicialização da sociedade, tomando, como parâmetro, a mediação e conciliação como viés da resolução de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito da família e dos métodos alternativos de conflitos que surgiram com maior eminência com o novo CPC/15 trazendo a importância do tema para a sociedade e para os conflitos familiares que surgiram possivelmente com a evolução do indivíduo e com a divergência por serem um núcleo composto de pessoas das mais diversas personalidades. Com isto, buscamos explicar e comprovar a importância de tais institutos para o mundo jurídico, efetivando, assim, com clareza, novas formas e opções mais céleres, harmônicas e respeitadas para os litigantes envolvidos nos processos de conflitos, tirando um pouco da esfera da jurisdição conflituosa.

Portanto, a família é um dos institutos jurídicos mais importantes para a concepção do ser em sociedade, tendo-a, como base em nosso centro de formação da personalidade e do caráter. O Estado preocupou-se com a criação e efetivação dos meios alternativos na resolução de conflitos e os legisladores corresponderem os anseios emanados pela sociedade, positivando de forma peculiar diversos aspectos positivos de evolução da norma jurídica familiar.

REFERÊNCIAS

ARBITRAGEM: **conceito, natureza jurídica, hipóteses de aplicação e modalidades**. Consultor Jurídico. 05 de agost. 2018. Disponível em:

<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,arbitragem-conceito-natureza-juridica-hipoteses-de-aplicacao-e-modalidades,51150.html>.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo. Brasília, DF, 16 mar. 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 10 de agost. 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família**. Vol. 5. 22. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.p.9.

GUILLEAUME HOFNUNG, Michèle. **La Médiation**. 4 ed. Paris: Presses Universitaires de France – PUF, Que sais-je, 2007. p. 71.

SOUZA, Zoraide Amaral. **Arbitragem – Conciliação – Mediação nos Conflitos Trabalhistas**. São Paulo: LTr, 2004.

TARTUCE, Fernanda. **Diversidade de sessões de mediação familiar no Novo CPC**. Disponível em: < <http://portalprocessual.com/diversidade-de-sessoes-de-mediacao-familiarno-novo-cpc/>> Acesso em: 10. agost. 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIEIRO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 679.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. 4ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SALES, Lília Maia de Moraes. **A mediação de conflitos e a pacificação social**. In **Estudos sobre mediação e arbitragem**. Lilia Maia de Moraes Sales (Org.). Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2007. p. 42.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO RECONHECIMENTO DA CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE FAMILIAR COM BASE NO PROVIMENTO 63/2017 DO CNJ¹

Daniel Menezes Lima²

Ítalo Franklin Galeno de Melo³

Centro de Ensino Unificado de Teresina

Roane Melo Bezerra⁴

UNINOVAFAPI

RESUMO

As relações familiares afetivas ultrapassam as fronteiras dos laços sanguíneos, sendo muitas vezes mais fortes e mais consistentes do que os derivados do mesmo sangue. Foi pensando nesse novo conceito de família que o CNJ procurou desburocratizar a regularização dessas relações. O objetivo do presente trabalho é demonstrar a facilidade com que a filiação afetiva pode ser regularizada, sendo necessário apenas averbação no cartório e preenchimentos de alguns requisitos da lei. O método utilizado foi o estudo bibliográfico e do provimento 67/2017.

PALAVRAS-CHAVE: regularização. Família afetiva. Desburocratização

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de indicar como o se reverberou a evolução do Direito de Família tendo em vista o princípio da dignidade da pessoa humana e a afetividade como critério para a formação de determinadas entidades familiares a luz do Provimento 63/2017 do CNJ, que entre outras providências, dispõe sobre a possibilidade de o reconhecimento da filiação socioafetiva ser efetivado nos cartórios do registro civil de qualquer unidade federativa.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Daniel Menezes Lima bacharel em direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina, E-mail: Dan_menezes@live.com

³ Ítalo Franklin Galeno de Melo bacharel em direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina e Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Ademar rosado' email:italo.mel0@hotmail.com

⁴ Roane Melo Bezerra bacharel em direito pela UNINOVAFAPI e Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Ademar Rosado, E-mail:roanemb@hotmail.com

MATERIAL E MÉTODOS

Para a construção do trabalho foi utilizada a revisão bibliográfica como método para realização de uma Pesquisa Explicativa das necessidades de uma normativa aplicável a vida cotidiana para sanar o problema da dificuldade de registros de filiação socioafetiva extrajudicial homogênea no território nacional.

DA AFETIVIDADE À FORMAÇÃO DA FAMÍLIA

A ideia de família passou por uma evolução extremamente significativa até se tornar a ideia atualmente entendida pelo ordenamento jurídico moderno. Se nos primórdios da sociedade brasileira a ideia de família era totalmente enraizada em conceitos trazidos do direito romano e canônico onde a família era formada por um conjunto de pessoas submetidas a um chefe, como afirma Aurea Pimentel Pereira (1991), baseada na ideia de patriarcado. Hoje temos família como sinônimo de pluralidade, de certo, a instituição familiar moderna tenta se firmar em na sua identificação por meio da solidariedade, fundando-se nos seus laços e na própria afetividade.

O valores trazidos para o reconhecimento de novas famílias são possíveis graças ao advento da Constituição de 1988, que segundo Paulo Lôbo (2015), o constituinte teria se pautado em temas muito mais ligados a afetividade que ao patrimonialismo por força de um clamor popular materializado nas milhares de sugestões recolhidas pela Assembleia Constituinte que versavam sobre temas como o fortalecimento da família como união de afetos, igualdade entre homens e mulheres, guarda de filhos, paternidade responsável, igualdade dos filhos de qualquer origem, entre outras tantas contribuições importantes a instituição da nova ordem constitucional.

Tais manifestações foram importantíssimas para a evolução jurídica e social do conceito de família, uma vez que até a promulgação da Constituição de 1988, existia um rol extremamente taxativo e limitado do que viria a ser uma entidade familiar, visto que apenas os grupos gerados por meio do casamento era conferido o 'status familiar', de acordo com o

disposto pelo Código Civil de 1916 que trazia uma visão restrita e matrimonializada. Em meio a tantas limitações, ainda se fazia presente no ordenamento normas que atribuíam à parte culpada pelo rompimento desse padrão vários tipos de sanções, como pode ser exemplificada pela Lei de Divórcio. Desta forma, “o sacrifício da felicidade pessoal dos membros da família em nome da manutenção do vínculo de casamento” (FARIAS, 2012, p. 36).

Com uma nova Constituição, um enriquecimento de valores e o enfoque mais afetivo na constituição das famílias modernas, fez com que a preocupação com o sujeito e a própria criação das instituições fossem baseadas em princípios indissociáveis do Direito de Família.

Segundo Rodrigo da Cunha Pereira (2012), seria impensável qualquer tipo de julgamento ou concepção em Direito de Família que não se comunique ou que seja destituída da noção ou ideia de dignidade. Pereira (2012) aponta uma série de princípios intrínsecos ao Direito de Família, entre eles um princípio bastante destacado é o princípio da afetividade, segundo ele “O afeto torna-se um valor jurídico, a partir do momento que as relações de família deixam de ser essencialmente um núcleo econômico e de reprodução” (PEREIRA, 2012, p. 1886).

Para que seja reconhecida a filiação socioafetiva, conforme informativo 552 do STJ de relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellize é necessário que fiquem demonstradas duas circunstâncias bem definidas: a) vontade clara e inequívoca do apontado pai ou mãe socioafetivo de ser reconhecido(a), voluntária e juridicamente, como tal (demonstração de carinho, afeto, amor); e b) configuração da denominada “posse de estado de filho”, compreendida pela doutrina como a presença (não concomitante) de tractatus (tratamento, de parte à parte, como pai/mãe e filho); nomen (a pessoa traz consigo o nome do apontado pai/mãe); e fama (reconhecimento pela família e pela comunidade de relação de filiação), que naturalmente deve apresentar-se de forma sólida e duradoura.

Diante da evolução e as necessidades das famílias de fato, constituídas mediante o afeto, em serem reconhecidas perante o ordenamento, o CNJ através do Provimento 63, de 17 de novembro de 2017, disciplinou o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva.

Com esse provimento torna-se possível que o reconhecimento da filiação socioafetiva seja efetivado nos cartórios do registro civil de qualquer unidade federativa.

Para que seja feita o referido reconhecimento à luz do supracitado Provimento é necessário que se obedeça alguns requisitos: Requerimento firmado pelo ascendente socioafetivo (nos termos do Anexo VI), testamento ou codicilo (artigo 11, parágrafos 1º e 8º, do Provimento 63/2017 do CNJ); documento de identificação com foto do requerente – original e cópia simples ou autenticada (artigo 11 do Provimento 63/2017 do CNJ); certidão de nascimento atualizada do filho – original e cópia simples ou autenticada (artigo 11 do Provimento 63/2017 do CNJ); anuência pessoalmente dos pais biológicos, na hipótese do filho ser menor de 18 anos de idade (artigo 11, parágrafos 3º e 5º, do Provimento 63/2017 do CNJ); anuência pessoalmente do filho maior de 12 anos de idade (artigo 11, parágrafos 4º e 5º, do Provimento 63/2017 do CNJ); não poderão ter a filiação socioafetiva reconhecida os irmãos entre si nem os ascendentes (artigo 10, parágrafo 3º, do Provimento 63/2017 do CNJ); entre o requerente e o filho deve haver uma diferença de pelo menos 16 anos de idade (artigo 10, parágrafo 3º, do Provimento 63/2017 do CNJ); comprovação da posse do estado de filho (artigo 12 do Provimento 63/2017 do CNJ).

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a filiação socioafetiva ocorre mediante um vínculo constituído com o filho. O reconhecimento desse tipo de filiação gera, para o responsável, os mesmos direitos e obrigações legais perante o filho, que também terá os mesmos direitos de um filho biológico ou adotivo. O reconhecimento voluntário da filiação será irrevogável, somente podendo ser desconstituído por decisão judicial.

O objetivo dessa normativa do Conselho é, de certa forma, desafogar o judiciário e dar uma resposta mais célere a milhões de famílias que muitas vezes já estão constituídas e carecem apenas de um reconhecimento por parte do estado. Ademais, esse provimento torna-se bastante importante, pois conforme informativo 623 do STJ com relatoria da Ministra Nancy Andrighi, julgado em 10/04/2018 é imprescindível o consentimento de pessoa maior para o reconhecimento de filiação post mortem.

De forma explicativa, vamos imaginar que um menor seja criado desde pequeno não por seus pais biológicos, pois estes morreram precocemente. Perante a sociedade, o trabalho, a escola, o garoto é filho dos seus pais de criação (afetivos), sendo que essa situação nunca foi regularizada. Agora imagine que o menino cresce, tem seu emprego e, morre aos 28 anos sem deixar filhos ou esposa. Seus pais afetivos poderiam receber a pensão por morte?

Segundo o STJ, não! E a explicação deve-se ao fato de que os pais de criação deveriam entrar com uma ação de reconhecimento judicial de filiação socioafetiva, e, como o rapaz era maior de 18 anos, porém encontrava-se morto, não teria como manifestar consentimento na adoção. Percebe-se a importância da regularização desse tipo de relação, quando os pais que deram tudo ao filho desde pequeno, criaram, amaram e ajudaram, não podem após sua morte sequer receber a pensão que lhes seria de direito, caso estivessem formalmente feito a adoção. Insta salientar que é possível reconhecer a paternidade/maternidade socioafetiva mesmo após a morte do genitor, desta forma, o suposto filho pode ingressar com ação pedindo para ser reconhecido como filho socioafetivo do pai ou mãe que já faleceu, conforme STJ no informativo Info 581.

CONCLUSÕES

O reconhecimento de filiação socioafetiva extrajudicial, disciplinada pelo Provimento nº 63/2017 CNJ é, sem dúvidas, uma normativa revolucionária e está colecionando pontos de vistas distintos em relação a suas consequências. Se por um lado o Provimento irá desafogar vários juizados da família em ações de reconhecimento de filiação socioafetiva, dando uma resposta mais célere para quem, reconhecidos os laços afetivos e cumprindo os requisitos trazidos pela normativa, passará a ter todas as obrigações inerentes a paternidade, incluindo todos os seus deveres e direitos legalmente disciplinados, por outro lado, inexistente a necessidade do exame prévio de capacidade do sujeito, seja ela atestado por uma avaliação psicossocial ou a obrigatoriedade da presença do Ministério Público para a fiscalização mais próxima dos direitos do menor, exercer esses deveres e direitos, mesmo a existência da afetividade já devendo ser um requisito fundamental para a constituição de uma família duradoura.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf>. Acesso em: 08. set. 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: Direito das Famílias**. 4a. Ed. Editora Juspodvim, 2014.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: Família**. 6ª. Ed. Editora Saraiva, 2015.

PEREIRA, Aurea Pimentel. **A nova Constituição e o Direito de Família**, Rio de Janeiro: Renovar, 1991

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do Direito de Família**, 2ª edição. Saraiva: São Paulo, 2012.

EFEITOS JURÍDICOS DA VIOLAÇÃO DE PRIVACIDADE DOS FILHOS¹

Pedro Vitor Borges e Silva² - UNIFSA

Luciana Pessoa Nunes Santos³ - UNIFSA e CEUPI

RESUMO

O presente trabalho tem o escopo de analisar, dentro do direito de família, as consequências jurídicas e sociais do conflito de princípios inerentes à relação paterno-filial, onde de um lado temos a análise do poder familiar e suas características, e do outro temos a análise do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. A relevância do tema se destaca no cenário de inovações tecnológicas, onde a comunicação se torna célere e globalizada, possibilitando, por exemplo, por meio da internet, a violação de direitos das crianças e adolescentes que, sem supervisão dos seus pais, ingressam nesse universo. Assim, a presente pesquisa se propõe a fazer uma análise bibliográfica do caso, trazendo a atual doutrina e jurisprudência para revelar meios dirimentes de tais conflitos e permitir um convívio entre pais e filhos de forma harmoniosa garantindo que os pais possam ser bons orientadores dos seus filhos e que os filhos possam ser mais respeitosos e obedientes com seus pais.

PALAVRAS-CHAVES: poder familiar, violação de privacidade, liberdade dos filhos

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa versa sobre os efeitos jurídicos provenientes da violação da privacidade dos filhos por parte de seus pais, para analisar, no contexto do direito de família, as possíveis consequências jurídicas e sociais do conflito entre o exercício do poder familiar, que limita a ação dos filhos, sob o pálio da educação e orientação de responsabilidade dos pais, e as liberdades asseguradas aos filhos pelo estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: pedrovitor_borges@hotmail.com.

³Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. Coordenadora do Curso de Direito do CEUPI. E-mail: lucianapessoa2011@gmail.com.

Embora sejam aspectos inerentes à relação paterno-filial, verifica-se que sua repercussão ultrapassa o âmbito familiar, seja na facilitação para que adultos cometam delitos contra crianças e adolescentes vulneráveis nas internet e redes sociais, seja pela exposição incauta que eles mesmos realizam.

Assim, no cenário de inovações tecnológicas, a presente discussão assume uma significativa relevância, tornando necessário avaliar mecanismos de cerceamento da liberdade de quem está em condição peculiar de desenvolvimento, assim como, os limitadores imprescindíveis para coibir excessos dos pais.

A presente pesquisa, então, se propõe a fazer uma análise bibliográfica do tema, com base na doutrina e jurisprudência mais atuais, com o principal objetivo de revelar meios capazes de dirimir esses conflitos entre exercício do poder familiar e liberdade dos filhos e, destarte, suscitar um convívio entre pais e filhos de forma harmoniosa, garantindo que os pais possam ser bons orientadores dos seus filhos e que os filhos possam ser mais respeitosos e obedientes com seus pais, razão por que da pesquisa é analisar, à luz do direito de família, as consequências jurídicas e sociais desse conflito

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho adotará pesquisa bibliográfica, fazendo análise da doutrina e jurisprudência, a fim de investigar os possíveis efeitos da violação da privacidade dos filhos, identificando os meios de solucionar esses conflitos à luz do direito de família.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se por poder familiar, um conjunto de direitos e deveres que os pais têm sobre os filhos, com o intuito de protegê-los, direcioná-los e educá-los. O ser-humano é diferente dos outros animais da natureza, e uma de suas particularidades é sua condição de total vulnerabilidade ao nascer e durante os anos iniciais de seu desenvolvimento, por isso a necessidade de proteção, cabendo aos pais a função de guiá-los e prepará-los para o convívio em sociedade. A vertente de se enxergar o Poder Familiar como “Autoridade Parental”, nos moldes da França e EUA, parece ser a expressão mais adequada devido ao conceito de

autoridade remeter ao desempenho de uma função legítima baseada no interesse do outro indivíduo (nesse caso os filhos), agindo assim, em conformidade com a posição que ocupam os pais, como verdadeiros tutores e protetores.

A responsabilidade conferida aos pais através de tal poder, tem sua fundamentação jurídica na Constituição Federal de 1988, mais especificamente, nos artigos 227 e 229 nos quais é elencada uma série de deveres, a saber: no art. 227, a definição de se “assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar” e, no art. 229, a determinação de que “compete aos pais o dever de assistir, criar e educar os filhos menores”. Tudo isso, com um objetivo maior de garantir proteção às crianças e aos adolescentes.

São resguardados, assim, aspectos pessoais evidenciando que a criação de filhos não é apenas uma questão patrimonial. Pereira (2016, p.53) ressalta que: “A família mudou sua estrutura funcional de meramente patrimonial para ter propósitos de companheirismo e afetividade e assim passou a ser um *locus* de amor, sonho, afeto e companheirismo”.

Ressaltamos, ainda, que devido à peculiaridade das relações familiares, em especial quanto a crianças e adolescentes, alguns princípios são especificamente aplicados para sua tutela. Dentre eles, destacamos o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que decorre dessa nova noção de núcleo familiar. É um princípio de tamanha importância que chegou a dar causa ao surgimento de um novo princípio, qual seja, o princípio da proteção integral, que traz em seu conceito a necessidade de se priorizar os interesses dos menores em detrimento dos outros sujeitos de direito.

A justificação da adoção da doutrina da proteção integral dá-se pela grande vulnerabilidade dos menores, que se encontram em condição peculiar de desenvolvimento, de sua total fragilidade e necessidade de serem estruturados para que possam desenvolver autonomia e a capacidade de autogovernarem-se. Acerca de tal proteção existe uma linha tênue entre proteção e invasão de privacidade dos filhos, onde podem ocorrer casos em que os pais, no intuito de superproteger os filhos, acabam por sufocar e prejudicar seu desenvolvimento físico, cognitivo, e principalmente social e afetivo.

À luz da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes são assegurados da mesma forma que a qualquer pessoa, no entanto, pela condição peculiar de desenvolvimento que se encontram, tais direitos apresentam vertentes especiais, uma vez que necessitam, para sua efetivação, da atuação da família, sociedade e Estado.

No que tange ao direito à liberdade, enfoque deste trabalho, o ECA elenca alguns aspectos que devem ser enfatizados. Reza o artigo 15 que, “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. E no art. 16 a intenção do legislador se reforça e, faz-se mais clara, ao aduzir que o direito à liberdade compreende a possibilidade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais, assim como também a opinião e expressão.

O desenvolvimento natural do ser humano revela suas necessidades, por exemplo, uma criança que está descobrindo os seus sentidos tem uma carência maior da presença dos pais e, menor de liberdade. Já um adolescente de 12 a 14 anos, tem opiniões, algum discernimento do que é certo e errado, e também, de fazer escolhas que considere melhor para si, como é o caso de ser obrigatória a oitiva do menor disputado em ações de guarda, quando este é maior de 12 anos de idade, por ser ele o mais atingido pelos efeitos da sentença tendo em vista, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, o qual é um dos fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Percebemos, então, que as atribuições referentes ao poder familiar irão diminuindo ao longo do crescimento dos filhos, gradativamente, ao ponto de os pais poderem tornar-se “desnecessários”, conforme esclarece Neder (2015, s.p.)

Ser “desnecessária” é não deixar que o amor incondicional de mãe, que sempre existirá, provoque vício e dependência nos filhos, como uma droga, a ponto de eles não conseguirem ser autônomos, confiantes e independentes. Prontos para traçar seu rumo, fazer suas escolhas, superar suas frustrações e cometer os próprios erros também.

Assim, os pais devem ir concedendo liberdade aos filhos na medida em que vão amadurecendo, sem permitir que eles deixem de reconhecer a sua autoridade, e acabem tornando-se jovens rebeldes, frustrados e sem capacidade de identificar os limites necessários para a segurança das relações intersubjetivas.

Para se fazer um paralelo entre o controle dos pais através da autoridade parental e a privacidade dos seus filhos assegurada pelo ECA, é necessária uma análise mais minuciosa de todo o contexto que envolve esse conflito entre o Poder Familiar e o Melhor Interesse da Criança e do Adolescente.

Existiu um tempo na história em que, segundo Gonçalves (2016, p.360):

Acreditava-se que os filhos eram absolutamente dominados pelos seus genitores, inclusive, nessa época era comum ver um pai decidir pela vida ou morte de um filho, ou até mesmo usar um filho como forma de indenizar terceiros e outros tipos de atitudes que nem sequer são cogitados na sociedade contemporânea.

Entretanto, com o desenvolvimento da tecnologia, destacando-se a Internet, as relações interpessoais se modificam. Essa ferramenta global de comunicação e armazenamento de dados permite a exposição a um maior risco quanto à liberdade sem acompanhamento. O uso das redes sociais por parte dos filhos menores aumenta a responsabilidade dos pais no controle das ações desses filhos.

Sobre o tema, o Colégio Marupiara publicou:

O ambiente online costuma ser um local utilizado pelos jovens para interação com os amigos. Porém, dentro desses grupos e redes sociais podem ocorrer a versão virtual do tão conhecido bullying, o chamado cyberbullying. Por não estarem cara a cara com a vítima, os jovens se sentem mais confiantes para fazerem piadas e brincadeiras mau gosto, visando ofender um ou mais colegas. Além disso, há também os problemas de exposição da intimidade, os assédios vindos de adultos e os crimes cibernéticos. Antes de proibir o uso do celular, é necessário que os pais conheçam o perfil de internauta do seu filho, conversando com ele sobre as redes e sites que ele mais utiliza.

Notemos que o texto traz orientação aos pais para conversarem com seus filhos no sentido de guiá-los e não de impor sua autoridade. A conversa é a melhor forma de criar intimidade com os filhos e uma boa dosagem de compreensão, carinho e amor.

Corroborando para esse raciocínio, a Gazeta do Povo diz que: “Os pais devem orientar seus filhos no uso da internet, do mesmo modo que o fariam em relação às atividades e relacionamentos convencionais. O diálogo deve preceder o uso consciente da internet”. Destarte, a relação dialogal é a ferramenta para o mais adequado exercício do poder familiar, em respeito à autoridade dos pais e o respeito dos filhos.

CONCLUSÃO

Portanto, forçoso é concluir que o Poder Familiar é importante e necessário para que seja oferecido o melhor amparo de proteção aos menores, e levando-se em conta que tal poder possui mais deveres que direitos. Obviamente, devemos considerar que as crianças e, principalmente, os adolescentes, precisam gozar de uma certa liberdade, pois isso, também, faz parte do seu desenvolvimento. A questão é que os pais devem estabelecer algumas restrições ou limites para o uso dessa liberdade. Por conseguinte, o advento da internet favorece maiores riscos, pois servem de plataformas para a prática de diversos crimes, e facilita o anonimato. Logo, a melhor solução a ser adotada seria a utilização de meios constantes de conversas e orientações que, tanto servem para efetivamente proteger os infantes, como também, aproximar pais e filhos e criar laços de confiança e afeto cada vez mais sólidos.

REFERÊNCIAS

CLÁUDIA, Revista. **A vida secreta de nossos filhos: qual o limite entre invasão e omissão?** Disponível em: <<https://www.humanasaude.com.br/artigos/a-vida-secreta-de-nossos-filhos-qual-o-limite-entre-invasao-e-omissao,3556>> Acesso em: 07 Ago. 2018.

COLÉGIO MARUPIARA. São Paulo. 2017. **Proteção ou invasão de privacidade: os pais devem olhar os celulares de seus filhos?** Disponível em: <<http://www.marupiara.com.br/protecao-ou-invasao-de-privacidade-os-pais-devem-olhar-os-celulares-de-seus-filhos/>> Acesso em: 07 Ago. 2018.

CRUZ, Elisa Costa. **O direito dos filhos à privacidade e sua oponibilidade à autoridade parental.** Disponível em:

<http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/O%20direito%20dos%20filhos%20%C3%A0%20privacidade%2010_02_2012> Acesso em: 07 Ago. 2018.

GAZETA DO POVO. Curitiba: Direito e Tecnologia. 2015. **Monitoramento dos Pais na internet X Invasão de Privacidade?** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/direito-e-tecnologia/monitoramento-dos-pais-na-internet-x-invasao-de-privacidade/>> Acesso em: 07 Ago. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil brasileiro**, vol.06: direito de família, 13. ed.- São Paulo, Ed. Saraiva, 2016.

NEDER, Márcia. **A mãe desnecessária**. Disponível em: <<https://www.contioutra.com/mae-desnecessaria>> Acesso em: 07 Ago. 2018.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha, **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**, 3. ed. - São Paulo, Ed. Saraiva, 2016.

MINISTÉRIO DA SOLIDÃO: DEMANDA JURÍDICA PARA DIGNIDADE HUMANA¹

Polyana dos Santos Moraes² - UNIFSA
Luciana Pessoa Nunes Santos³ - UNIFSA e CEUPI

RESUMO

A presente pesquisa enfoca a solidão como um dos principais problemas oriundos de vínculos familiares mal constituídos e analisa a proposta de enfrentamento implementada no Reino Unido por meio do Ministério da Solidão, onde esse sentimento é tratado como um problema de saúde pública, principalmente para idosos. O presente trabalho tem por objetivo investigar o surgimento de um setor governamental para tratar de um problema aparentemente específico, porém de grande repercussão na qualidade de vida e na dignidade humana. Apesar de não ter uma aplicação em âmbito geral e ser implantando apenas no Reino Unido, é relevante a discussão do tema por ser atual, inovador e poderá mudar as relações familiares, servindo de paradigma para outras legislações, inclusive a do Brasil. Para tanto, a pesquisa será bibliográfica, analisando o caso do Reino Unido à luz do direito brasileiro, a fim de avaliar as consequências jurídicas da aplicação desse ministério na realidade pátria.

PALAVRAS-CHAVES: direito de família, solidão, dignidade da pessoa humana.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura a proteção especial da família, considerando-a a base da sociedade. Numa interpretação sistemática do texto constitucional, pautando-se no princípio da dignidade da pessoa humana, infere-se que várias são as espécies de família e

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Email: polymoraes10@hotmail.com

³ Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. Coordenadora do Curso de Direito do CEUPI. Email: lucianapessoa2011@gmail.com

todas merecem a mesma tutela jurídica, como forma de garantir a proteção de cada um de seus membros. Ocorre que, em face de condicionamentos em torno de padrões impostos na sociedade tem sido comum o não desenvolvimento de vínculos afetivos e a inexistência de solidez nos alicerces da família. A solidão, destarte, tem sido uma das principais consequências desse cenário, trazendo doenças psicológicas e físicas que afetam a dignidade humana.

No Reino Unido, a solidão passou a ser tratada como problema de saúde pública e para o seu enfrentamento foi criado o Ministério da Solidão, projeto que foi desenvolvido com o objetivo de reunir pessoas solitárias e integra-las a novos convívios em sociedade. É, portanto, uma forma diferenciada de tratar a questão. Considerando a realidade brasileira, onde a família é chamada a assumir a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros, a discussão desse tema inovador é relevante por ser um paradigma de vanguarda para influenciar a legislação pátria.

O presente trabalho tem, assim, por objetivo investigar o surgimento de um Ministério, entidade estatal, para tratar de um problema aparentemente específico e individual, porém de grande repercussão na qualidade de vida e na dignidade humana e os possíveis resultados de sua implementação, a fim de servir de parâmetro para a realidade jurídica brasileira.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho adotará pesquisa bibliográfica, fazendo análise da doutrina, além de matérias jornalísticas, entrevistas e jurisprudência. Busca-se aplicar uma investigação em torno de um caso particular, que é a instituição do Ministério da Solidão no Reino Unido, para identificar elementos que podem ser generalizados para outras culturas, em especial, o Direito brasileiro.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O Ministério da Solidão foi instituído no Reino Unido a partir de vários fatores que desencadearam o problema que afeta atualmente mais de 9 milhões de britânicos e que

também é uma realidade de vários países, tornando-se um tema que necessita ser discutido: A Solidão, a mais nova epidemia oculta da sociedade atual.

A criação do Ministério da Solidão foi inspirada na deputada Jo Cox, que desenvolvia projetos acerca da solidão e foi morta em 16 de junho de 2016. Após 1 ano e 7 meses desse assassinato, a primeira ministra britânica Theresa May, nomeou Tracey Crouch, como a primeira ministra da Solidão da história do Reino Unido, para implementar os projetos da deputada Jo Cox, beneficiando milhares de pessoas no país.

O Ministério da Solidão foi criado com o objetivo de reunir pessoas solitárias a partir de vários acontecimentos que norteiam o convívio em sociedade, que afetam pessoas na idade infantil, adultos e principalmente as de idade avançada (idosos). Por medo da solidão muitas pessoas suportam o insuportável tentando manter a estabilidade em várias relações, principalmente no casamento. Já em outros casos, muitas pessoas vivem estado de solidão, não possuem ninguém para conversar ou para manter qualquer convívio. Esse medo da solidão é responsável por muitas opções equivocadas de vida, e ajuda a desenvolver doenças psicológicas graves como depressão, que poderão resultar em completo isolamento, prática de crimes ou suicídio.

Nesse cenário, o papel da família se destaca. No Brasil, a família possui uma previsão legal e proteção a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, que traz o Capítulo VII que trata “Da família, da Criança, Do Adolescente e do Idoso”, no qual o legislador estabelece a proteção dos princípios que regem a família e seus membros.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, afirma em seu art. 226, caput: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, assim reconhece a família como a instituição básica da sociedade que tem a proteção do Estado por meio de todas as modalidades de normas. Acerca dos princípios constitucionais que norteiam o Direito de Família destaca-se o princípio da dignidade humana, previsto no art.1º, III da CF. Nesse sentido assevera Tartuce (2017, p.18) que a dignidade humana é algo que se vê nos olhos da pessoa, na sua fala e na sua atuação social, no modo como ela interage com o meio que a cerca. Em suma, a dignidade humana concretiza-se socialmente, pelo contato da pessoa com a sua

comunidade. Contudo destaca-se também o princípio da afetividade como sendo o afeto, um dos principais fundamentos para as relações familiares. Assim também para Tartuce (2017, p. 28) que mesmo não constando a expressão afeto do Texto Maior como sendo um direito fundamental, pode-se afirmar que ele decorre da valorização constante da dignidade humana.

No Brasil vínculos modernos e atuais geraram a criação de novas espécies de famílias, de acordo com Dias (2016, p.135) destacam-se as Famílias Plurais, diversas da família tradicional e convencional que faz menção apenas a um homem e uma mulher como base familiar, unidos a partir do casamento. Porém com a pós-modernidade e com a necessidade de flexionar o termo padrão de família, surgem diversas formas de arranjo familiar, destacando-se como, por exemplo, *i)* a família homoafetiva que é formada por pessoas do mesmo sexo, a qual foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal; *ii)* família paralela, aquela formada por um cônjuge que se relaciona paralelamente com outra pessoa, opondo-se ao princípio da monogamia; *iii)* família poliafetiva (poliamor ou poliamorismo), caracterizada como uma entidade familiar, onde vários integrantes convivem maritalmente; *iv)* família Eudemonista, caracterizada pelo vínculo afetivo que busca a felicidade individual.

Atualmente no Brasil não existe nenhum ministério implantado com essa demanda, pois ainda faltam normas específicas que possam regulamentar diversos casos concretos e garantir a solução desses conflitos. Logo, discute-se se o Ministério da Solidão ou a implantação, no Brasil, de um órgão assemelhado traria contribuição e inovação, inclusive legislativa, sobre a temática, pois existem várias demandas específicas para a criação desse ministério, principalmente porque existem no país milhares de pessoas solitárias e abandonadas pela família, que merecem o devido amparo pela norma e por políticas públicas.

Tendo em vista que a solidão é um problema de saúde pública devido a desencadear diversos quadros de doenças psicológicas, que conseqüentemente afetam aspectos físicos e inclusive a dignidade da pessoa humana, o Ministério da Solidão poderia ser inserido e atuar inserido e atuar em conjunto com o Ministério da Saúde, que é responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. Assim a criação do novo Ministério viria suprir a lacuna atual.

Na presente pesquisa o enfoque da solidão está direcionado para os idosos, vez que é possível vislumbrar com maior clareza seus impactos. As crianças abandonadas terão consequências distintas e os adultos em isolamento não permitem o levantamento de dados. No Brasil, possuem muitos asilos públicos que abrigam idosos solitários, em situação de fragilidade física ou mental e são abandonados pelos seus familiares.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), em seu art. 2º, dispõe que:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (grifo dos autores).

Logo, a implantação do Ministério da Solidão, ou instituição equivalente, poderia passar a investigar o paradeiro das famílias que abandonaram esses idosos que vivem nos asilos ou até mesmo fora de abrigos, assim como desenvolver políticas públicas de estímulo a convivência sem necessariamente punir esses familiares. Nesse mesmo sentido, o art. 230 da Constituição Federal brasileira assegura ao idoso o amparo, através da família, sociedade e Estado, assegurando-lhes a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Logo, acerca inserção dos idosos adverte Madaleno (2017, p.106.) que o idoso no âmbito de proteção fundamental de sua dignidade humana, não sendo do desconhecimento público que as pessoas de mais idade têm sido vítimas da omissão de seus familiares, da sociedade e do Estado.

Devem ser desenvolvidas pelo Estado atribuições alusivas à função de responsabilidade e defesa dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, como políticas públicas de assistência que pudessem reinserir esses idosos abandonados em outros seios familiares caso a família natural não fosse encontrada, bem como a inserção na sociedade, com a finalidade de desenvolvimento de novos convívios e reconstrução de vida desses idosos.

Enfim, a inserção dos idosos em meios de estruturação psíquica, como cursos profissionalizantes, terapêuticos ocupacionais e até mesmo cursos superiores, pois muitos

deixaram de lado a busca por esses objetivos, justamente por viverem em asilos e sem condições que lhes propicie continuar vivendo dignamente.

CONCLUSÃO

O presente estudo analisa, a partir da perspectiva do direito brasileiro, em especial o Estatuto do idoso, a possibilidade de criação de uma instituição semelhante ao Ministério da Solidão, criado no Reino Unido, a fim de implantar políticas públicas de enfrentamento a problemas de saúde inerentes à ausência de vínculos familiares e ao abandono afetivo. Considerando a realidade brasileira, verifica-se que existem justificativas sociais e jurídicas para políticas públicas equivalentes, visando atender demandas alusivas à dignidade da pessoa humana, com base no Direito de família.

REFERÊNCIAS

DEUTSCHE WELLE (Emissora Internacional da Alemanha). **Reino Unido cria Ministério da Solidão** - Pesquisa Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/reino-unido-cria-minist%C3%A9rio-da-solid%C3%A3o/a-42193361>> Acesso em 20 ago. 2018.

TARTUCE, Flávio, **Direito Civil**, v. 5: Direito de Família – 12. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017. P.18-28.

DIAS, Maria Berenice, **Manual de Direito de Família**- 11. Ed. Ver., atual. e ampl –São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. P.135.

MADALENO, Rolf, **Direito de Família**- 7°. Ed. Ver., atual. E ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. P.106.

UNIÃO ESTÁVEL X NAMORO QUALIFICADO¹

Brenda Barros do Nascimento Silva² - UNIFSA

Luciana Pessoa Nunes Santos² - UNIFSA e CEUPI

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a divergência entre a União Estável e os namoros atuais, levando em consideração o julgado do STJ acerca do tema, que fez surgir a denominação do “namoro qualificado”, no qual pode-se melhor distinguir tais modelos de relacionamentos, não os confundindo, bem como, dando celeridade ao judiciário ao julgar os casos em que essas relações se assemelham. A relevância dessa discussão pauta-se nos efeitos jurídicos que lhes são decorrentes e na dificuldade prática de, em muitos casos, distinguir uma relação de namoro da relação de união estável, em razão do nível de intimidade que hoje se verifica entre namorados. Para tanto, o estudo adota como paradigma julgados do Superior Tribunal de Justiça- STJ e, por isso, trata-se de pesquisa bibliográfica que confronta legislação, doutrina e jurisprudência, a fim de traçar os parâmetros necessários para a diferenciação entre os dois tipos de relacionamento. Para tanto, a pesquisa se dará por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando-se de fontes jurisprudenciais, doutrinas e artigos, levando em consideração a progressiva evolução da sociedade em consonância com o Direito de Família e entendimento jurisprudencial acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE: namoro qualificado, parâmetros legais, união estável.

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1988, diversas mudanças foram implantadas e dentre elas, reconheceu-se a união estável como instituto familiar dotado de aspectos jurídicos, todavia,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica de Direito, Centro Universitário Santo Agostinho, brendanasc13@gmail.com.

² Mestra em Direito pela PUCRS. Professora do UNIFSA. Coordenadora de Direito do CEUPI. lucianapessoa2011@gmail.com

longo foi o caminho percorrido para que tal instituto fosse de fato reconhecido, tendo em vista que as uniões afetivas que surgiam fora do casamento não eram aceitas pela sociedade.

Ainda no decorrer do processo de aceitação, o Código Civil de 2002 inovou ao dispor em seu artigo 1.723 que se dará a união estável quando houver a existência de uma relação duradoura, pública e alicerçada com o objetivo de constituir família. Em contrapartida desse acolhimento da União Estável, começou-se a perceber um estreitamento das relações afetivas, em especial na fase do namoro, que em décadas passadas muito se diferenciava de uma entidade familiar. Tal estreitamento trouxe a discussão o fato de o namoro atual muito se parecer com uma relação de União Estável.

Considerando a realidade de tais relações, fez surgir de um julgado do STJ a denominação “namoro qualificado” no qual trouxe inúmeros questionamentos e divergências doutrinárias acerca do tema. Diante do entendimento do Supremo Tribunal de Justiça, no qual entende que no namoro qualificado não existe a vontade de formar família, levando os julgadores atentarem aos pressupostos essenciais para a configuração da União Estável, já tipificada como entidade familiar, bem como observar suas distinções em relação ao namoro qualificado.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho adotará pesquisa bibliográfica, fazendo análise da jurisprudência. Busca-se aplicar uma investigação em torno de um caso particular, que se tornou paradigmático para estabelecer a distinção entre uma relação de namoro nos moldes modernos e a união estável que possui tutela jurídica específica no Direito brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A configuração da União Estável se dá quando entre duas pessoas há uma relação de convivência duradoura, pública e firmada com o objetivo de constituir família, conforme prevê o art. 1.723, do Código Civil.

Consagrada como entidade familiar por meio da Constituição Federal de 1988 em seu art. 226, §3º, é tão protegida e preservada quanto o casamento civil. No entanto, é importante destacar que, no Direito brasileiro, passou por uma longa trajetória até que houvesse essa inserção constitucional.

A designação concubinato foi substituída, em razão de todo o caráter preconceituoso e negativo de que se revestia, o que foi confirmado pelo Código Civil/2002, que diferenciou concubinato de união estável, afirmando no Art. 1.727: “As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato”. Em uma era marcada pelo “*Pater Família*”, onde o homem exercia autoridade sobre sua família e a mulher se via totalmente subordinada ao marido, não é difícil constatar o longo percurso que foi traçado até que esse tipo de entidade familiar - a união estável - fosse aceita.

Ao tocarmos nesse aspecto cultural, devemos ter em mente que desconstruir valores antigos requereu bem mais do que uma lei instituída, logo, tratamos aqui de uma lenta trajetória de extrema discriminação. Na grande maioria dos casos, as relações concubinárias ocorriam em decorrência do impedimento legal do divórcio que somente foi legalizado em nosso ordenamento jurídico no ano de 1977. Entretanto, apesar de tal marco, a mulher passou a ser a maior prejudicada na relação, pois tida como concubina suas possibilidades de ingressar no mercado de trabalho reduziam e ela era obrigada a depender financeiramente do companheiro, tornando ainda pior a situação quando o relacionamento findava, visto que além da forte desaprovação da sociedade, ela se via desamparada, inclusive patrimonialmente.

Pautado nesse mesmo entendimento Lobo (2011, p. 169) explica que:

A mulher separada de fato ou solteira que se unia a um homem, com impedimento para casar, além do estigma, era relegada ao mundo dos sem direitos, quando dissolvido o concubinato, pouco importando que derivasse de convivência estável e que perdurasse por décadas, normalmente com filhos.

Como solução para tal problema, em 12/05/1964, o STF editou a Súmula 380: “Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução

judicial com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum”. Contudo, as leis 8.971/94 e 9.278/96 trouxeram uma inovação para este tema. A lei 8.971/94 versava sobre o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão dos bens conquistados por eles. A lei 9.278/96 trouxe a definição que foi adotada pelo Código Civil/2002. Tal lei serviu para, além de converter a união estável em casamento, delegar que a competência para decidir essas matérias seria da Vara da Família e foi então o marco inicial para a aceitação em meio à sociedade. Após esse reconhecimento social e jurídico da união estável, a discussão atual versa em torno de se estabelecer claramente a distinção entre união estável e uma relação de namoro, em razão da evolução desta última.

Namorar significa “Procurar inspirar amor a; andar em requestos e galanteios” (AURÉLIO, 2010, s.p.). É uma relação afetiva firmada entre duas pessoas com o anseio de estarem juntas, bem como de compartilhar novas experiências (SIGNIFICADOS, 2018). Analisando a evolução histórica do namoro, é válido ressaltar que a década de 50 muito se difere do namoro contemporâneo, pois era tido como um momento no relacionamento onde o casal estaria se preparando para noivar e casar, era a fase de amoldar-se um ao outro.

Nesse período, a namorada deveria mostrar-se “bela, recatada e do lar”, pois essas eram as características da esposa ideal, em contrapartida o namorado deveria além de demonstrar interesse no casamento, ser capaz de prover com o sustento de sua futura família. A aspiração da mulher nos anos dourados não ultrapassava o âmbito familiar e doméstico, e em suma a sua função era de cuidar do lar e da família. E aquela mulher que não seguisse esse padrão estabelecido pela sociedade era apontada como infeliz. (BASSANEZI, 2004)

Com o decorrer das décadas essa linha entre namoro e casamento foi ficando cada vez mais tênue, ao ponto de que hoje já não conseguimos diferenciar as relações amorosas se não analisarmos de perto cada uma.

Tendo em vista todos os avanços e mudanças em nossa cultura, vemos claramente que a ideia de namoro já não é mais a mesma dos nossos avôs. Os namorados dormem juntos, viajam juntos, chamam os pais um do outro de sogros e todos esses estreitamentos nas

relações fizeram com que a cada dia se torne mais difícil diferenciar o namoro de uma união estável.

Em razão de todas essas mudanças, começaram a bater nas portas do judiciário brasileiro casos cujo objeto era a demarcação desse limiar, levando com que no ano de 2015, a Terceira Turma do STJ desse surgimento a expressão “namoro qualificado”, que serviu para diferenciar, principalmente, o namoro atual dos moldes da união estável.

No caso, um casal de namorado foi morar junto no exterior. Ainda fora do Brasil ambos noivaram e o homem comprou com seu próprio dinheiro um apartamento. Ao retornarem pro Brasil eles casaram com o regime de comunhão parcial de bens, porém dois anos após eles vieram a se separar. A ex-mulher ingressou com uma ação judicial requerendo o reconhecimento e a dissolução da união estável no período em que ambos moravam juntos no exterior.

Em primeira instância seu pedido foi deferido, mas o ex-marido interpôs recurso no qual a Terceira Turma do STJ entendeu que não fora caracterizada a presença da união estável, uma vez que na época ambos não estavam juntos com o objetivo de constituir família no presente, mas sim futuramente. Tal entendimento serviu de base para que casos posteriores pudessem ser solucionados com mais precisão. Por fim, entende-se que para acompanhar o dinamismo das relações familiares no decorrer dos anos, precisa-se também de um sistema judiciário ágil e disposto a se adequar aos novos moldes familiares da sociedade.

CONCLUSÕES

É forçoso concluir que o tema em discussão possui relevância jurisprudencial, bem como na prática diária na área do Direito de Família. Observa-se que o namoro nos dias atuais não é mais configurado pelo período em que ambos ficam juntos, mas sim se essa união estará sendo projetada para o futuro e não para o presente como na União Estável. Ainda que seja necessário analisar o caso concreto é de suma importância verificar se há a aplicação do elemento fundamental que caracteriza a União Estável, qual seja o objetivo de constituir

família no presente, entendendo que não é caracterizado esse elemento aplica-se ao caso o entendimento de que se está diante de um namoro qualificado.

REFERÊNCIAS:

BASSANEZI, Carla. Del Priore, Mary. História das mulheres no Brasil. 7 Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Maria Berenice. Da Cunha, Rodrigo Pereira. Direito de Família e o novo Código Civil. 4 Ed. 2 Tir. Rer. Atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

LÔBO, Paulo. Direito civil: famílias. 4 Ed. São Paulo : Saraiva, 2011.

SIGNIFICADOS, **O significado de namoro**. Data de atualização: 14/01/2014. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/namoro/>> Acesso em 14 de Janeiro de 2014.

TJ-DF. Processo nº 20150710229497 - Segredo de Justiça 0022459-81.2015.8.07.0007. Relator: João Egmont. DJE: 27/04/2018. **Jusbrasil**. 2018.< Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/574169928/20150710229497-segredo-de-justica-0022459-8120158070007>> Acesso em 24 de Abril de 2018.

TUTELA JURÍDICA DOS SENTIMENTOS NO CASO “ADRIANO-IMPERADOR”: IMPACTOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES¹

Bruno Andrade Rodrigues² - UNIFSA

Luciana Pessoa Nunes Santos³ - UNIFSA e CEUPI

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a Tutela Jurídica dos Sentimentos a partir do Caso “Adriano Imperador”, com o objetivo de analisar os efeitos para as relações familiares do fato de a imprensa, amparada pela liberdade à informação, por prazo indeterminado, trazer à tona o sofrimento de uma pessoa, violando o direito de que a sua aflição seja esquecida. A relevância do tema configura-se no fato de discutir sob uma nova perspectiva o direito ao esquecimento, trazendo, à luz do Direito de Família, uma discussão acerca de novos direitos e novos olhares sobre direitos subjetivos. Assim, discute-se até que ponto a mídia pode informar sem ofender a dignidade da pessoa humana. Para tanto, contextualiza-se o direito ao esquecimento como direito fundamental, mas também se explica a importância da liberdade de informação e a sua força constitucional, para apresentar o caso do jogador de futebol Adriano-Imperador e sua repercussão, em especial, para identificar que os danos se estendem a familiares e podem, inclusive, macular relações afetivas. A colisão entre o Direito ao Esquecimento e a Liberdade de Informação, portanto, apresenta nuances mais profundas que precisam ser investigadas, para que o Direito se posicione quanto à tutela efetiva dos sentimentos. O estudo consiste em pesquisa bibliográfica de análise de documentos, entrevistas, doutrina e jurisprudência.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ao Esquecimento. Direito de Família. Adriano-Imperador.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa versa sobre a Tutela Jurídica dos Sentimentos a partir do Caso “Adriano Imperador”, com o objetivo de analisar os efeitos para as relações familiares do fato

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Bruno.andrade07@outlook.com.

³ Mestra em direito pela PUCRS. Curso de Direito- UNIFSA e CEUPI. Lucianapessoa2011@gmail.com.

de a imprensa, amparada pela liberdade à informação, por prazo indeterminado, trazer à tona o sofrimento de uma pessoa, violando o direito de que a sua aflição seja esquecida. É oportuno dizer que, todo o moderno Direito de Família gira em torno do princípio da afetividade. Tal princípio se encontra em diversas leis do ordenamento jurídico brasileiro, seja Constituição Federal de 1988, seja o Código Civil de 2002, Estatuto da Criança e do Adolescente, sem contar as legislações internacionais.

Não obstante, a comunidade de existência formada pelos membros de uma família é moldada pelo liame socioafetivo que os vincula, sem aniquilar as suas individualidades. Entretanto, tal liame pode ser enfraquecido por questões exteriores, como é o caso da exposição de uma família pelos veículos de informações, tais como internet, redes sociais, jornais de fofoca, entre outros.

No caso o jogador Adriano teve relações familiares maculadas pelas ofensas, com os vínculos afetivos abalados, é o caso, por exemplo, do que ocorreu em meados de 2010, ano em que houve um desentendimento entre Adriano e Joana Machado, sua noiva à época. Segundo a imprensa, os jogadores do Flamengo se juntaram a Adriano num jantar na Barra da Tijuca. De lá, Adriano, Vagner Love, Bruno, Álvaro e alguns jovens do elenco do clube de futebol Flamengo partiram para um churrasco numa festa, no Morro da Chatuba, na Penha, Rio de Janeiro. Entretanto, os atletas não contavam que Joana Machado, noiva do atacante naquela época, fosse à favela atrás do jogador. De acordo com a mídia, a moça chegou ao local em que se encontravam os jogadores, revoltada, e começou a apedrejar os carros de Vagner Love e Álvaro. Ao se dirigir para o do goleiro Bruno, foi contida e ofendida pelo capitão do time.

O ocorrido foi noticiado pela imprensa com um tumulto de grande proporção, porém, percebe que as notícias publicadas podem ter sido exageradas. Prova disso, é o próprio relato de Joana Machado, que procurou um veículo de comunicação para esclarecer a repercussão do caso. Em entrevista ao site de notícias, iG (2010), Joana, ao ser questionada sobre o que aconteceu de fato na favela da Chatuba e se Adriano teria mandado que a amarrassem numa árvore, respondeu:

A gente brigou, discutiu, me alterei um pouco. Eu sei que me exaltei um pouco além do que devia. Ele não me prendeu na árvore, ele é pessoa pública, não faria isso. Querem me colocar na imprensa como uma coisa que eu não sou. Se fosse qualquer casal anônimo, aquele episódio não passaria de uma briga de casal normal. Mas por ser o Adriano, aconteceu esta repercussão toda.

O IG (2010), ainda questionou como os filhos da ex-noiva de Adriano entendem o que sai na imprensa sobre a mãe deles e a resposta foi:

Eles são pequenos. Meu filho tem 4 anos e minha filha, 11. Ele não entende ainda, mas já teve problema na escola, já se envolveu em briga. Outros alunos foram suspensos, por falarem coisas feias para minha filha. Converso muito com ela. E ela não fala da minha vida para ninguém, tem cabeça muito boa. Mas é complicado ter que explicar isso para uma criança. Sair coisa da sua mãe que não é verdade? Ela fica com raiva de repórter. Fica me dizendo: “Mãe, tio Adriano vai dar uma “porrada” neles.

Indubitavelmente, a mídia, com grande poder de expressão, pode ser uma faca de dois gumes. Em relação ao caso de Adriano-Imperador, usou-se de sua força para ofender a relação amorosa entre o jogador e sua então noiva na época. Certamente, não foi só o casal que saiu prejudicado na história, pois os filhos de Joana Machado, crianças naquele momento, sofreram infortúnios, piadas e ofensas por parte de colegas de escola, de modo a causar-lhes transtornos, suscitando-lhes chateações.

Ainda nessa vereda, Pereira (2006, p. 672), esclarece que as crianças, pelo vínculo afetivo, mantêm uma relação de dependência com aquelas pessoas que a acolheram. No caso em tela, o filho de Joana Machado sentiu-se ofendido por um colega que falou mal de seu “tio Adriano”. Entende-se que Adriano e seu enteado se davam bem, todavia, tiveram a relação abalada por causa de reportagens jornalísticas.

Stolze (2017, p. 1883), acerca da matéria, menciona as considerações da Convenção de Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional: “Reconhecendo que, para o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer em meio familiar, em clima de felicidade, de amor e de compreensão”.

Ademais, tornou-se impossível continuar a relação de afeto entre Adriano, Joana Machado e seus filhos, uma vez que não conseguiram ter paz, devido a exposição excessiva de suas vidas por parte da mídia. Em relato da própria Joana Machado, a imprensa quis distorcer sua personalidade, expondo-a como uma mulher ciumenta, “barraqueira”, que segundo ela, não é assim. Ainda relatou que é difícil o relacionamento, porque Adriano não é anônimo, se fosse, seria apenas uma briga de casal.

Nesse sentido, Martins (2017, p.67), ao explicitar os embates ocorridos entre o Direito ao Esquecimento e a liberdade de informação, relata em sua fala a gravidade que o mundo tecnológico atual influi na vida privada do indivíduo de maneira a adentrar na esfera afetiva:

Na sociedade da informação, tendem a prevalecer definições funcionais da privacidade, que se referem à possibilidade de um sujeito conhecer, controlar, endereçar ou interromper o fluxo das informações que lhe dizem respeito. O problema se agrava à medida que mais informações são compartilhadas, sobretudo nas redes sociais, tornando-se acessíveis por milhões de usuários em qualquer parte do globo, inclusive dados que trazem consigo aspectos intrinsecamente ligados à personalidade dos indivíduos. Nome, sobrenome, endereço, opções religiosas, afetivas e tantas outras são objeto de uma exposição fomentada e enaltecida social e culturalmente.

Há de se perceber, que a imagem da família, outrora existente, ficou manchada, abalando a integridade moral e psíquica da instituição familiar que naquele momento precisava de paz, tranquilidade, sossego e não mais confusão. A imprensa interferiu na vida afetiva do casal, Adriano e Joana Machado, tendo vista a exposição em rede sociais, sites de fofoca, sites esportivos, tirando-lhes a placidez.

Justifica-se a relevância do tema no fato de discutir sob uma nova perspectiva o direito ao esquecimento, trazendo, à luz do Direito de Família, uma discussão acerca de novos direitos e novos olhares sobre direitos subjetivos. Assim, discute-se até que ponto a mídia pode informar sem ofender a dignidade da pessoa humana. Para tanto, contextualiza-se o direito ao esquecimento como direito fundamental, mas também se explica a importância da liberdade de informação e a sua força constitucional, para apresentar o caso do jogador de futebol Adriano-Imperador e sua repercussão, em especial, para identificar que os danos se

estendem a familiares e podem, inclusive, macular relações afetivas. A colisão entre o Direito ao Esquecimento e a Liberdade de Informação, portanto, apresenta nuances mais profundas que precisam ser investigadas, para que o Direito se posicione quanto à tutela efetiva dos sentimentos. O estudo consiste em pesquisa bibliográfica de análise de documentos, entrevistas, doutrina e jurisprudência.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho adotará pesquisa bibliográfica, fazendo análise da doutrina com pertinência temática, além de documentos, entrevistas e jurisprudência. Busca-se aplicar uma investigação dedutiva, a partir da observação crítica do fenômeno geral do direito ao esquecimento, numa perspectiva do Direito de Família, para ao fim elaborar conclusões acerca do caso específico do jogador de futebol “Adriano-Imperador”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Investigar o direito ao esquecimento à luz do Direito de Família trata-se de uma perspectiva nova, razão pela qual as fontes bibliográficas específicas são inexistentes. A discussão pautar-se-á inicialmente na atual análise desse direito pelo viés constitucional. Em seguida, será apresentado o caso do jogador Adriano a partir das matérias veiculadas nas redes sociais e mídia nacional, a fim de se avaliar o conteúdo divulgado, sua dimensão e repercussão, com a consequente violação da dignidade humana, em especial, no aspecto das relações familiares.

Na discussão, confrontar-se-ão os dados obtidos com a literatura jurídica e a jornalística, para avaliar a necessidade de o Direito aprofundar a tutela dos sentimentos humanos. Delimita-se essa percepção considerando os impactos nas relações familiares advindos da violação de direitos individuais, no caso específico deste trabalho, o direito ao esquecimento.

CONCLUSÕES

O trabalho em deslinde analisou o caso do jogador de futebol Adriano-Imperador, numa colisão do Direito ao Esquecimento e a Liberdade de informação, analisando, no caso específico, os impactos que essa violação trouxe às relações familiares. Na apreciação identificou-se que a imprensa, amparada pela liberdade de informação, não pode, por prazo indeterminado, veicular notícias constringendo a integridade moral e psíquica de alguém. É imperioso, portanto, o reconhecimento do direito ao esquecimento, num primeiro olhar, pelo respeito ao indivíduo considerado em si mesmo.

No entanto, no caso de Adriano, os impactos não se limitaram a sua pessoa individualmente, mas atingiram suas relações de confiança e afetividade dentro da família. A sua excessiva exposição na mídia, a repetição de erros passados, atingiram vínculos emocionais mais profundos, nesse sentido, conclui-se que o Direito de Família também deve ser invocado para a tutela de sentimentos, uma vez que apenas esse ramo do direito possui as peculiaridades necessárias para aferir dimensão tão significativa da humanidade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e Aplicação Da Constituição: Fundamento de uma Dogmática Constitucional Transformadora**. Luís Roberto Barroso. 7ª Ed. Rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. REsp nº 1334097/RJ, Relator: Ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, Julgado em 28/05/2013**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/direito-esquecimento-acordao-stj.pdf>>. Acesso em 24 de maio de 2018, 10h13.

BIAL, Pedro Bial. Adriano Imperador - **Conversa com Bial**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pEC9k4OXq7s>>. Acesso em: 30 de maio de 2018

CANÁRIO, P. **Enunciado do CJF põe em risco registros históricos**. In: CANÁRIO, P. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-abr-25/direito-esquecimento-poe-risco-arquivo-historico-dizem-especialistas>. Acesso em 24 de maio de 2018, 10h15.

CANOTILHO, J. J. Gomes. et al. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CHAVES, C.; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB**.11. ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação Constitucional**. Inocêncio Mártires Coelho. 4º Ed. São Paulo: Saraiva 2011.

COSTA JUNIOR, José. **O direito de estar só: Tutela penal da intimidade**. 4º ed, São Paulo: RT, 2007.

CHULAPA, Aloísio Chulapa. **Aloísio Chulapa chora ao vivo falando de Adriano Imperador**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oczndc-h470>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

DIREITO AO ESQUECIMENTO É GARANTIDO POR TURMA DO STJ. Conjur. 2013. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2013-out-21/direito-esquecimento-garantido-turma-stj-enunciado-cjf>>. Acesso em 24 de maio de 2018, 10h00.

DOTTI, R. A. **Proteção da vida privada e liberdade de informação: possibilidades e limites**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

ENUNCIADO N.º. 531. Aprovado na VI Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho de Justiça Federal/STJ: Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/821>>. Acesso em 24 de maio de 2018, 10h17.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional** / Manoel Gonçalves Ferreira Filho. – 38. ed., rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze **Manual de direito civil; volume único** / Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. – São Paulo: Saraiva, 2017. 1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título II. Pamplona Filho, Rodolfo.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil** .14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

IG. Adriano Leite Ribeiro. <<Http://esporte.ig.com.br/futebol/adriano/l1237863647268.html>>. 2012. Acesso em: 30 de maio de 2018.

IG. **Namorada de Adriano fala ao iG com exclusividade: Ele é um bebezão, ele é meu x-tudo.** <[Http://esporte.ig.com.br/futebol/2010/05/04/namorada+de+adriano+fala+a](http://esporte.ig.com.br/futebol/2010/05/04/namorada+de+adriano+fala+a)>. 2012. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

MARMELSTEIN, George Marmelstein. **Curso de Direitos Fundamentais** - 5ª Ed. 2014.

MARTINS, Guilherme Magalhães. **Direito ao esquecimento é garantido por Turma do STJ.** 2013. <<https://www.conjur.com.br/2013-out-21/direito-esquecimento-garantido-turma-stj-enunciado-cjf>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

MARTINS, Guilherme Magalhães. **O direito ao esquecimento na Internet.** In: MARTINS, Guilherme Magalhães (Coord.). *Direito privado e Internet*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 3-28. [1058703] SEN CAM CLD PGR STJ TJD TST STF 340.0285 D598 DPI (STF DIG). Acesso em: 10 de setembro de 2018

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Nem só de Pão Vive o Homem: Responsabilidade Civil por Abandono afetivo.** Disponível em: www.scielo.br/pdf/se/v21n3/a06v21n3.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2018

PIRES, Breiller Pires. **Adriano Imperador, a sobriedade de um craque que trocou o futebol pela favela.** 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/12/deportes/1507827980_653003.html>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

_____. **Do caso Lebach ao caso Google vs. Agencia Espanhola de Proteção de Dados.** Conjur. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-jun-05/direitos-fundamentais-lebach-google-vs-agencia-espanhola-protecao-dados-mario-gonzalez>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SPORTS, Fox Sports. **Entrevista exclusiva com Adriano.** Disponível em: <<https://www.foxsports.com.br/videos/8385091511-veja-integra-de-entrevista-exclusiva-com-adriano>>. 2012. Acesso em: 30 de maio de 2018.

GT 19

**GRUPO TEMÁTICO
CORPO, ÉTICA E ESCOLA**

GT 18. CORPO, ÉTICA E ESCOLA

Prof^o. Me. Antonio Marcos Vaz de Lima¹
Prof^o. Me. Robert Maurício de Oliveira Araújo²
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

JUSTIFICATIVA: A ética apresenta-se como uma área do conhecimento humano de vasta abrangência e que pode ser percebida e aplicada às incontáveis dimensões do pensar e do agir humano. O ser humano ao agir, submete seu agir a um julgamento que se orienta por certos valores guiados por princípios éticos, ou seja, se esta reflexão diz respeito a um indivíduo ou a um grupo que examina se suas ações estão de acordo com determinados valores estabelecidos socialmente, dizemos que estamos no âmbito restrito dos costumes ou da moral. Neste sentido, a escola enquanto instituição legitimada socialmente para o papel de formação de cidadãos críticos e reflexivos, influencia e é influenciada pelo contexto social e cultural no qual se situa, constituindo-se em espaço privilegiado para o estudo e reflexão acerca da formação ética, ou seja, metodologias, práticas pedagógicas e processos formativos no âmbito das práticas corporais que se concretizam nos tempos e espaços escolares. Portanto, o GT CORPO, ÉTICA E ESCOLA, constitui-se em importante espaço para a disseminação, discussão e publicação de produções acadêmicas no âmbito da formação docente, práticas pedagógicas, saberes éticos e suas interfaces com as atividades corporais. **OBJETIVOS:** Proporcionar o espaço acadêmico para o diálogo entre Ética, formação docente, práticas pedagógicas e corpo; Reunir estudos temáticos e pesquisas teóricas e de campo, que defendam, desenvolvam e/ou apresentem definições epistemológicas no campo da formação de professores, prática docente e do desenvolvimento de metodologias de ensino com foco na formação ética através das práticas corporais. **METODOLOGIA:** Serão aceitos para análise no GT CORPO, ÉTICA E ESCOLA estudos de

¹ Mestrado em Ética e Epistemologia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Docente do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

² Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Docente do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

revisão, pesquisas de campo, estudos exploratórios, relatos de experiência, conforme normas da ABNT. **APORTES TEÓRICOS:** Dessa forma, para fundamentar as discussões propostas, é imprescindível que os trabalhos deste GT se alinhem aos empreendimentos teóricos de autores como: Benedetti (2008); Kant (1999); Rodrigues (2008); Rousseau (1992); Tojal (2004); Mazetto (2012), entre outros. Por fim, almeja-se que, neste GT possamos promover reflexões filosóficas e científicas acerca das interfaces entre a ética, formação, prática pedagógica e corpo para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, I.; URT, S. C. Escola, ética e cultura contemporânea: reflexões sobre a constituição do sujeito que não aprende. **Psicologia da Educação**, n.27, p. 141-155, 2008.

KANT, Emmanuel. Sobre a Pedagogia. Trad. FONTANELLA, Francisco Cock. São Paulo, Unimep, 1999.

MAZETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2012.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação e Sociedade**, v.22, n. 76, p. 232-257, 2002

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da Educação. Trad. MILLIET, Sérgio. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992

TOJAL, J. B.; DA COSTA, L. P.; BERESFORD, H. **Ética profissional na educação física**. Rio de Janeiro: SHAPE, 2004.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.302p

O CORPO NEGADO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um retrato da atuação dos professores de Educação Física junto a alunos homoafetivos¹

Mesaque Silva Correia²
Universidade Federal do Piauí - UFPI



RESUMO

Este estudo teve como objetivo verificar como se processa a atuação do professor de Educação Física junto a alunos homoafetivos. Para alcançar os objetivos propostos, nos apropriamos dos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada que foi realizada com 10 (dez) professores de Ed. Física que desenvolvem suas atividades docentes em escolas públicas estaduais da cidade de Macapá – AP. Os dados coletados foram submetidos à análise clássica de conteúdos proposta por Bardin (2011), com a finalidade de sintetização de categorias de análises. Este trabalho revela-nos que, no que tange as aulas de Educação Física, a existência de comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias contra os alunos homoafetivos. Encontramos nas escolas, educadores que se dizem (e se sentem) compromissados com o seu fazer profissional, mas mostram-se cegos para as suas ações, principalmente quando questionados sobre as ações didáticas pedagógicas estabelecidas na quadra de aula junto aos alunos homoafetivos. Portanto, conclui-se a não existência de tratos pedagógicos nas aulas de Ed. Física para as atividades corporais referentes à questão da homoafetividade, mesmo todos os professores verbalizarem ser cientes da presença do homoafetivo em suas aulas.

PALAVRAS – CHAVE: Educação Física Escolar, Corpo, Sexualidade.

INTRODUÇÃO:

A tempos que estudiosos das Ciências Sociais e demais áreas de conhecimento denunciam o caráter arbitrário da dominação masculina em relação às orientações sexuais diversas, sobretudo quando se leva em conta que as orientações sexuais diversas historicamente tem sido alvo de negligência e marginalização, deixando de desconsiderar os valores e os méritos das diferentes formas de expressões afetivas e eróticas do ser humano, por apresentarem como uma ameaça, aos padrões heterossexuais de ser e viver.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduado, Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeus – USJT. Docente da Universidade Federal do Piauí. Email: MesaqueSilvaCorreia@ufpi.edu.br.

Ao estudar a literatura gay no Brasil, tenho observado que as relações homossexuais acontecem na maioria das sociedades na margem da marginalidade ou no invisível da privacidade do segredo. Muito embora, as discussões referentes à sexualidade em território brasileiro sejam antigas, complexas e, extremamente polêmicas. Porém, ainda que os resultados dessas discussões sejam quase que invisíveis no plano social, são necessárias para a oferta de uma educação igualitária e compromissada com a formação de um sujeito que seja capaz de compreender e aceitar as diferenças sexuais.

No plano educacional, esta dicotomia também se faz presente, nos documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, em seu artigo 2ª ressalva que entre as finalidades da educação escolar está o “preparo para o exercício da cidadania” (LDB, 1996. Art.2). A referida lei também expõe que uns dos princípios do ensino é o pluralismo de ideias (LDB, 1996, art. 3) que garante ao professor o direito a discutir e defender determinados pontos de vista que não firmam os princípios norteadores expostos nos Planos Nacionais de Educação. Ainda no ano de 1996, foi criado pelo Ministério da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – documento norteador de como as escolas devem sistematizar seu ensino e de como avaliar os alunos. Juntamente, foram criados os temas transversais dentre eles, o de Orientação Sexual, o que significa que essa temática deveria estar presente nas diversas áreas de estudo, e que essas áreas deveriam buscar metodologias, estratégias pedagógicas e conteúdos que auxiliassem na compreensão adequada de todos os aspectos que são pertinentes a este tema – tabus, diferenças, tolerância e pluralidades.

Portanto, ainda que os documentos aqui citados representem um avanço na educação e no currículo educacional brasileiro, é necessário transformar no solo da escola a teoria em prática e que, por parte dos agentes escolares¹, sejam estruturados processos educativos que levem os alunos em processo de formação, perceberem que a identidade sexual não é única e que é preciso considerar a existência do outro, que é diferente, possibilitando caminhos para a construção das subjetividades. Pois, segundo Garcia (2000)

¹Considera-se neste estudo como “agentes escolares” todos os atores sociais responsáveis pelo funcionamento da escola – Professores, Coordenadores Pedagógicos e Direção escolar.

quase sempre os atores sociais ao se depararem com as condições e contradições da cultura contemporânea, parece que estão se relacionando com algo estranho. No linear, desse estranhamento, o diferente – aquele que pensa e vive oposto a mim, se apresenta como uma noção de categoria que se manifesta e pode indicar um gozo simbólico.

Notadamente, que essa discussão, precisa ser considerada pelos profissionais da Educação Física, uma vez que nesta área de atuação profissional, a temática da homossexualidade quase sempre é silenciada. Na própria literatura científica da área, a temática da homossexualidade é raramente explorada. Todavia, a sexualidade é um objeto preferencialmente legítimo para a disciplina que tem por tarefa compreender a linguagem corporal e trabalhar com o corpo em movimento. Entretanto, a Educação Física ainda insiste em colecionar uma história de “glórias, medalhas e exclusões” (RANGEL, 2009, p. 213).

Diante de tais afirmações, o referido estudo que floresceu não apenas de reflexões pessoais e questões de interesse social, mas adentra a minha existência diária e atuação profissional nos cursos de licenciatura em Educação Física, teve como objetivo verificar se o tema homossexualismo é problematizado nas aulas de Educação Física, e qual o trabalho desenvolvido pelo professor de Educação Física frente aos alunos homoafetivos em dez escolas da rede pública estadual de ensino da cidade de Macapá - AP.

MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, por trabalhar com a percepção subjetiva dos professores acerca do processo do trabalho pedagógico desenvolvido junto aos alunos homoafetividade nas aulas de Ed. Física. Como técnica de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada individual. Para Gil (2013) a entrevista semiestruturada permite visualizar os relatos verbais dos sujeitos, valorizando-os e por meio deles obter informações e experiências dos professores e conhecer os seus comportamentos; e ainda, dá ao pesquisador oportunidade para um cuidado maior na comunicação das questões em oferecer informações.

As referidas entrevistas foram realizadas com dez professores de Educação Física que atuam em dez escolas da rede Estadual de Ensino da cidade de Macapá. É mister salientar que os referidos professores declararam-se ser do sexo masculino e possuem experiência profissional que varia de 3 à 22 anos.

Os dados coletados com a entrevista semiestruturada foi conduzida apoiando-se na análise clássica, um método de exame de textos que considera a qualidade e quantidade do material, argumentando primeiro os “tipos”, “qualidades”, e “distinção” no texto e também frequência com que surgem. Assim, a análise de conteúdo foi além da classificação das unidades de texto para a construção de redes de unidades de análises. Buscou-se representar conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações conforme descritos por Bardin (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O HOMOAFETIVO INVISÍVEL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nessa categoria trabalhamos com a percepção dos professores quanto à presença dos homoafetivos nas aulas de Educação Física. Sabe-se que no contexto da sociedade do século XXI, a instituição educativa exerce um papel fundamental tanto para a inclusão como para a socialização dos indivíduos. Como bem pontua, Milstein e Mendes (2010) é inconcebível que no decorrer do processo pedagógico, o educador não atente para a significação do discurso formador de que faz uma escola respeitar e valorizar sua comunidade dentro de sua cultura organizacional, uma vez que a eloquência do discurso pronunciado verbalmente ou corporalmente contribui para organização do currículo escolar. Entretanto, mesmo diante das circunspeções de Milstein e Mendes (2010), que vão ao encontro das ponderações de Garcia (2010), os participantes da pesquisa destacam não estarem atentos as falas verbais e corporais específicas, já que para eles a escola não deve fazer distinção e nem dá tratamento diferenciado a qualquer aluno, o que nos levou a criação da referida categoria de análise.

A seguir, apresentamos trechos de alguns relatos que ilustram esse aspecto:

Creio que a escola seja um lugar de todos, é isso que diz a Constituição Federal e a LDB. Portanto, não gosto desse negócio de dar mais atenção para um porque se diz diferente (**PROFESSOR – 1**).

Na minha aula não presto atenção na roupa, na fala, nos trejeitos dos meus alunos, cumpro meu papel de educar (**PROFESSOR – 5**).

Esses depoimentos revelam que mesmo diante do discurso pedagógico moderno em que as abordagens contemporâneas para a educação sexual e os pressupostos teóricos e políticos de uma educação sexual de respeito às diferenças em que argumentam a favor de um currículo pós-crítico, alguns educadores ainda fecham os olhos para o dito, o explícito e o oculto no decorrer da vida escolar, e acabam por corroborar com os apontamentos Foucaultianos (1996), quando afirma que existe em nossa sociedade um princípio de exclusão que por sua vez acaba por gerar certa separação e rejeição de determinados discursos sejam eles verbais ou não.

Tendo em vista o exposto, é possível sustentar que mesmo que a escola pública seja um lugar de trânsito livre a todos aqueles que a ela procuram, a ação educativa deve ser singular para valorizar modos de ser e viver específicos e ao mesmo tempo plural para não alienar os alunos no decorrer do processo educativo (NEIRA, 1999). Caso contrário, os alunos com suas singularidades tornaram invisíveis no solo da escola e conseqüentemente no decorrer das aulas.

A HOMOAFETIVIDADE COMO DISCURSO DA RECUSA

Após a análise de conteúdo a categoria de análise, “a homoafetividade como discurso da recusa” trouxe à tona, que no texto das escolas investigadas, esse tema não é entendido como relevante, mesmo os professores reconhecendo a presença dos alunos homoafetivos em suas aulas. Como é observado, nos fragmentos abaixo das entrevistas com alguns professores:

Hoje em dia tudo é cotas, tudo é processo, tudo é crime. Sou de um tempo em que não existe essas coisas, para entrar no curso de Educação Física tinha que ser macho de verdade e mulher guerreira, hoje o aluno faz aula prática se quiser. Então prefiro com a ajuda da prática esportiva colocar todos juntos e assim homem continua sendo homem e mulher continua sendo mulher. É bom pra mim é bom pra eles (**PROFESSOR – 1**).

Não acho relevante abordar o tema, acho que mais prejudica o aluno do que ajuda, afinal, depois da aula ele que sofre as consequências, mesmo porque eles são, mas dizem que não, então, quem sou eu para dizer o contrário. Esse negócio que o corpo fala é mentira, quem fala mesmo é a boca e enquanto ela não se manifesta na minha aula nada posso fazer (**PROFESSOR – 3**).

Esses relatos mostram a dificuldade que os entrevistados têm para abordar a temática homoafetividade no decorrer de suas aulas, fazendo com que o discurso da recusa, do de transferência de responsabilidades prevaleça. O depoimento **do professor – 3**, o significado negativo se desdobra em recusa para se trabalhar o tema, sendo que o mesmo justifica não trabalhar o tema por ser prejudicial ao próprio aluno. Entretanto, Hall (2003) explica que no decorrer do ato pedagógico a negociação e a participação de qualquer reivindicação de uma cultura particular implica na aceitação de um sistema de diferenças.

A partir da discussão teórica deste trabalho e da análise do conteúdo das entrevistas, é possível compreender que o trabalho dos professores de Educação Física frente aos homoafetivos é praticamente inexistente, e essa temática ainda se constitui em tabu no ambiente educativo. Para Rangel (2013), quando o professor não apresenta nenhuma atitude efetiva no sentido de impedir as discriminações por parte dos outros alunos, acaba colaborando com a discriminação daqueles que não tem um comportamento ou perfil igual ao que a sociedade estabeleceu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola por receber crianças e jovens no seu processo de formação de identidades deveria tratar a questão do homoafetivo com mais profundidade e não com uma questão “apêndice” do currículo. Os depoimentos dos dez professores entrevistados no decorrer do

estudo mostraram que em nenhuma das escolas existe um trato pedagógico nas aulas de Educação Física para a questão da homoafetividade, que o trabalho do professor de Educação Física quase sempre se manifesta como inexistente haja vista o discurso intenso do tratamento igualitário por eles realizados.

No decorrer da análise dos dados encontrados não foi possível identificar nenhuma atividade específica que levasse a problematização e reflexão da homoafetividade ou até mesmo da sexualidade de forma mais genérica nas aulas, muito embora todos os participantes identificassem a presença do homoafetivo em suas aulas. Pelo contrário, o que ficou evidente foi um discurso da igualdade que descaracteriza o aluno homoafetivo no decorrer das aulas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2dedezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

GARCIA, W. **A forma estranha**: ensaios sobre cultura e homoerotismo. São Paulo: Edições Pulsar, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2013.

HALL, S. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.

MILSTEIN, D; MENDES, H. **Escola, Corpo e Cotidiano Escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

NEIRA, M. G. **Ensino de Educação Física**. São Paulo. Thomson Learning, 1999. (Coleção idéias em ação/coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho)

RANGEL, M. **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

EDUCAÇÃO SEXISTA E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA ESCOLA¹.

Samara Calassa de Albuquerque²

Gabryelly Stephany da Silva Campelo²

Ana Kelma Cunha Gallas³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Em sociedades em que os papéis de gênero são estereotipados, e estabelecidos tão somente pautados em um viés biológico determinista, a educação com base sexista está presente, promovendo a desigualdade entre os sexos, e fortalecendo uma hierarquia entre gêneros. Nesse sentido, na tentativa de compreender a forma como os estereótipos de gênero são naturalizados no Brasil, investiga-se neste trabalho como determinados suportes ideológicos estão presentes na Educação, favorecendo a sua reprodução cotidiana (PEREIRA, 2015). Diante disto, a presente revisão sistemática tem por objetivo compreender a articulação do fenômeno do sexismo com a Educação no Brasil, disseminando concepções naturalizadas sobre os papéis de gênero atribuídos ao homem e a mulher. Os artigos foram pesquisados no Banco de Dados Scielo, tendo a amostra final constituída por 17 artigos, provenientes apenas do Brasil no período de 2014-2018. Através deste trabalho, discute-se que a educação baseada na igualdade de gênero é uma das formas de combater os estereótipos e as ideologias que reforçam a concepção de subalternidade da mulher na sociedade e naturaliza os papéis de gênero no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Estereótipos, Desigualdade de Gênero, Papéis de Gênero.

INTRODUÇÃO

Uma educação é considerada sexista quando não apenas distingue homens e mulheres, mas transforma essas diferenças em desigualdades, que são justificadas como algo estabelecido biologicamente (NASCIMENTO, 2014). Mas, de que forma essa educação reforça a naturalização dos papéis de gênero no Brasil? O sexismo atua de forma horizontal, atingindo não só as mulheres, mas igualmente os homens. A hierarquia entre os gêneros, concebida pelo sexismo, não apenas opõe homens e mulher, mas atribui privilégios e direitos para um

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda no curso de bacharelado em Psicologia (Cursando) pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: campelogabryelly@gmail.com; samara.250@hotmail.com.

³ Professora orientadora do trabalho. Mestre em Antropologia e arqueologia (UFPI), Professora do Programa Institucional de Bolsas Iniciação Científica (PIBIC) do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Pesquisadora do SEXGEN - Grupo de Pesquisa Sexualidade, Corpo e Gênero (UFPA-CNPQ), e do ComGenero - Comunicação, Gênero, Corpo e Sexualidade (UESPI). E-mail: kelmagallas@outlook.com

sexo enquanto retira os mesmos direitos e privilégios de outros. Assim, a educação sexista estabelece, como princípio, a desigualdade entre os gêneros, fundamentando uma série de estereótipos sobre os sexos. “Ser homem ou ser mulher, muito mais do que uma determinação biológica, é uma questão ligada a modelos culturais impostos e idealizados por um grupo social dominante” (BANDEIRA, 2009, p.429).

Atribui-se ao feminino fragilidade, dependência e irracionalidade e ao masculino aspectos que remetem a força e racionalidade, tanto através das brincadeiras, dos livros didáticos como em outras atividades no âmbito escolar e familiar que instituíam funções distintas para os meninos e para meninas. É importante adentrar no contexto escolar, responsável por um papel basilar de formação de valores, afim de entender os possíveis enviesamentos sexistas que podem ter sido internalizados desde a infância. Entender que as representações não são determinadas biologicamente, mas sim, através das relações sociais, é, portanto, questionar essa dicotomia que separam homens e mulheres, atribuindo papéis, de acordo com o sexo (BUTLER, 2003). Logo, reconhecer a educação sexista é entender como esta promove a formação de estereótipos, reforça a naturalização dos papéis de gênero no Brasil e fortalece uma hierarquia entre homens e mulher no meio social.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa é um estudo de abordagem qualitativa, produzida a partir de uma revisão sistemática da literatura. Trata-se de um estudo exploratório de que delimita um recorte temporal entre os anos 2014 a 2018. A revisão sistemática permite uma visualização holística em relação a estudos sobre um determinado tema, uma vez que permite identificar, selecionar e avalia-los criticamente. Além disso, tal abordagem possibilita o encontro de um maior quantitativo de publicações que possam ser incluídas no estudo de revisão para uma análise crítica e reflexiva do material selecionado (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

O processo de busca de artigos ocorreu a partir da combinação dos descritores “Sexismo”, “Sexista”, “Estereótipos”, “Educação Sexista”, “Patriarcal”, “Desigualdade de Gênero” e “Papéis de Gênero”. Foram incluídos nesta busca todos os estudos de revistas

especializadas ou indexados nas referidas bases de dados. A partir da leitura dos resumos, foram incluídos aqueles estudos que preenchem os seguintes critérios: a) temática pertinente ao objetivo da revisão; b) objetivos, métodos e resultados claramente definidos no resumo de cada texto; c) artigos publicados no período de 2014-2018, seguindo o critério de atualidade; d) artigos publicados no idioma português; e) Vínculo com a base de dados *Scielo*. Foram excluídos trabalhos com as seguintes características: a) artigos duplicados; b) artigos que não abordassem a temática da pesquisa e c) não estivessem disponíveis no meio digital. A análise dos dados dos documentos indicados foi realizada através de uma ficha de leitura, que buscou identificar quais os conceitos teóricos utilizados, procedimentos metodológicos e os principais resultados dos estudos encontrados.

A primeira busca dos artigos gerou um resultado de 131 artigos. Para checagem dos critérios, foram analisados título, resumo e palavras-chave dos artigos. Com isso, 24 artigos foram excluídos por serem repetidos e outros 84 por não se referirem diretamente à temática da revisão sistemática (Educação Sexista e Estereótipos de Gênero na Escola). Restaram, assim, 17 artigos que compuseram o corpus de análise do presente artigo. Nesse cenário, a presente pesquisa nos possibilitou um aprofundamento maior acerca do estudo, sendo fundamentada em autores (as) como: Louro (1997), Bandeira (2009), Nascimento (20014 e 2015). Por fim foram realizadas as análises dos dados com relação ao objetivo proposto para esta revisão sistemática. Os descritores mais frequentes dentre os pesquisados (174) foram: “Papéis de Gênero” = 43%, “Desigualdade de Gênero” = 28%, “Sexismo” = 14%, “Patriarcal” = 11%, “Sexista” = 3%, “Estereótipos” = 0,6%, “Educação Sexista” = 0.6%.

Definiu-se a busca no *Scielo* devido essa base de dados ser um repositório digital de amplo acesso, sendo considerado pelos estudantes da graduação e de distintas áreas um contingente valioso de informação científica, de forma acessível, organizada e gratuita. No entanto, de acordo com os dados coletados, é preciso perceber que em uma das maiores bibliotecas digitais do Brasil, a produção acerca da temática educação sexista e estereótipos de gênero ainda é escassa. Discute-se, assim, se a educação sexista está sendo realmente questionada academicamente e quais os impactos destas revisões críticas sobre a realidade, no reconhecimento das demandas sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, os autores dos textos selecionados neste estudo consideram o sexismo uma decorrência do processo de formação social a partir das matrizes patriarcais entendendo que este se expressa em toda atitude de preconceito e discriminação fundamentada no sexo das pessoas, atingindo homens e mulheres através da distinção de papéis e condutas sociais (BEAUVOIR, 1970; MORENO, 1999; MADUREIRA, 2007; CISNE e BRETTAS, 2009).

O termo de origem *sexism* foi, por sua vez, criado por analogia ao termo *racism* na segunda metade dos anos 1960. O termo gênero é entendido, de maneira geral, como a construção social do que é ser feminino ou masculino, já o sexismo atua de forma horizontal e compreende à discriminação de condutas baseada no sexo de cada pessoa dentro de um processo de socialização que revela uma relação de poder desigual entre home e mulher e a reprodução de entendimentos preconceitos (ARAÚJO, 2017; MADUREIRA, 2007). Assim, entende-se, dentre os estudos, que para que o sexismo, principalmente no contexto educacional, seja combatido é preciso que primeiramente seja mais percebido e mais reconhecido e hoje essa temática está cada vez mais problematizada devido ao crescimento do movimento feminista, que a cada dia ganha adeptas e adeptos de todos os segmentos e que se juntam a luta pela igualdade de gênero entendida como um problema social crônico (FORMIGA, 2011).

As imagens do homem e da mulher são construídas com base nos modelos oferecidos pela sociedade – através do discurso dos professores, familiares, amigos, entre outros -, e em uma sociedade educada dentro de uma visão androcêntrica, que considera o homem ou o sexo masculino, como o centro do universo, único apto a governar, determinar leis e estabelecer justiça, é esperado a propagação da ideia de mulher como “sexo frágil”, “ser inferior”, ajudando a mantê-la subjugada e oprimida” (MORENO, 1999). Essa desigualdade entre gêneros é historicamente naturalizada nas relações sociais e, portanto, encontra suporte ideológico para sua reprodução cotidiana dentro das escolas que se utilizam de uma educação sexista (PEREIRA, 2015). E isso influi totalmente na formação do eu social do indivíduo, dos padrões diferenciais de comportamento, com que modelo devem se identificar

e a diferença na valorização atribuída pela sociedade aos indivíduos de cada um dos sexos (CISNE E BRETTAS, 2009; NASCIMENTO, 2014). É então que se entende a necessidade de discussão a respeito da promoção de estereótipos de gênero nas escolas, visto que até mesmo o tema “gênero” na escola está atualmente envolvido em muita polêmica e discussão, pois há divergências na temática que se refere ao acesso a esses conteúdos pelas crianças nas escolas. São poucos os estudos que correlacionam a educação com formação de estereótipos, ainda que no cotidiano seja algo bastante presente e perceptível. Em consonância, os autores entendem que na educação, discussões a respeito de gênero e sexismo são necessárias para desnaturalizar modelos estereotipados de masculinidade e de feminilidade, partindo do entendimento de que os seres humanos não são guiados por seus impulsos biológicos, e se os comportamentos considerados do sexo femininos e masculino fossem naturais e predeterminados não haveria a necessidade de educar de forma tão cuidadosa os aspectos diferenciais que fogem da conduta esperada de cada sexo; seria necessário apenas deixar a natureza atuar, sem interferências (MORENO, 1999; CROCHIK, 1998). “Ser homem ou ser mulher, muito mais do que uma determinação biológica, é uma questão ligada a modelos culturais impostos e idealizados por um grupo social dominante” (BANDEIRA, 2009, p.429).

Percebe-se que antes mesmo do nascimento, desde o momento que pais descobrem o sexo do bebê, as expectativas com relação as suas condutas são instituídas culturalmente e só as constituindo que este indivíduo será bem aceito(a) socialmente como alguém “normal” (BEAUVOIR, 1970). Se for menina usará rosa, terá ursinhos e bonecas, será ensinada a ser calma, passiva, “feminina”. Se for menino usará azul, terá carrinhos e bolas de futebol, será incentivado a ser agressivo, ativo, “masculino” (BEAUVOIR, 1970). Esse sistema afeta ambos os sexos, homens e mulheres, apesar de ser frequente relacionar o universo feminino a inferioridade dentre desse âmbito.

Na escola isso se traduz na organização das crianças em cores diferenciadas para os sexos, que traduz uma distinção, igualmente, expectativas diferenciadas da sociedade para estes indivíduos inseridos no processo educativo. Os livros didáticos e paradidáticos têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de

dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades "características" de homens e atividades de mulheres (LOURO, 1997, P.79). Nos livros didáticos, tornou-se comum, ainda, a representação de meninas brincando de casinha, cuidando de sua boneca-bebê, e, além disso, com uma postura dócil, delicada e frágil, através da qual vislumbra as atribuições impostas a um determinado gênero. Já os meninos aparecem com carrinhos, bolas, armas que reforçam sua liberdade, autonomia, força e independência, e, além disso, associado a figura do guerreiro, forte, valente, herói, o personagem principal. “Os livros de linguagem das primeiras séries do Ensino fundamental parecem um tratado de androcentrismo para estudantes indefesos” (MORENO, 1999, p.39). Esses livros mostram desenhos ilustrativos e textos que destinam papéis diferentes e estereotipados para os meninos e meninas. Portanto, compreende-se que é necessário promover a publicação de livros que não se abasteça de uma perspectiva androcêntrica, com traços sexistas em que a mulher seja discriminada ou que ignorem sua história, pois isto produz nas alunas um sentimento de inferioridade em relação aos meninos, repercutindo em um processo de internalização e aceitação dessa posição naturalizada (DALMÉDICO, 2007).

Os brinquedos considerados de meninas são associados ao cuidado com os filhos, a atribuição da função de dona de casa, estimulando-as a serem passivas e obediente dentro da estrutura familiar, na medida em que são sistematicamente treinadas para serem boas cuidadoras do lar. O cuidado com a cozinha, os utensílios domésticos, a troca de fraldas e mamadeiras, os passeios com suas bonecas-bebês. Já os brinquedos tidos de “meninos”, como carrinhos, aviões, barquinhos, bonecos heróis e guerreiros, monstros e “jogos eletrizante” e de raciocínio lógico, são associados a criatividade, aventura e ao desenvolvimento de habilidades (MORENO, 1999, p. 39). Também aos meninos não se é permitido brincar de bonecas pois tal comportamento não estaria “adequado” ao seu gênero, alegam que este desenvolveria tendências homossexuais no futuro, incutindo preconceitos nas crianças e adolescentes, e assim consequentemente eles acabam por negar tais elementos em suas vidas no intuito de preservar a “moral masculina” que lhes foi ensinada, como também meninas não podem brincar de bola ou brincadeiras que corrompam a “fragilidade feminina”, o que

caracteriza comportamentos homofóbicos associados à lógica patriarcal que rege a divisão sexual do trabalho (BEAUVOIR, 1970; NASCIMENTO, 2015).

Isso também é percebido nas disciplinas escolares, posto que é repassado ideologicamente que os meninos têm maior domínio com matérias envolvendo cálculos matemáticos. Já as meninas teriam maiores habilidades com as disciplinas de ciências humanas. Em resultado disto, esse pressuposto acaba sendo naturalizado e muitas vezes refletem na escolha profissional e na divisão sexual do trabalho, no qual os meninos optam pela área da exatas como por exemplo a profissão de engenharia, e as meninas optam na maioria das vezes por áreas vinculadas à produção social, como pedagogia, enfermagem, serviço social, cursos estes predominante por sua maioria mulheres. Além disso, temos como exemplo dessa separação genérica as aulas de educação física, onde se replica esse sexismo e fomenta a construção da desigualdade de gênero.

A partir do momento que se designa características e julgamentos a algum objeto, através de uma percepção errônea deste, baseada em um entendimento distorcido da realidade, que leva a uma conclusão sem fundamento, há posteriormente uma prática discriminatória gratuita e preconceituosa (CROCHIK, 1998). A violência de gênero é a implicação mais grave do sexismo, tal tipo de violência tem origem nos modelos de masculinidades e feminilidades impostos culturalmente (RAMOS ET AL, 2013, P.333). Esses modelos seguem padrões sexistas que criam estereótipos e crenças do que é ser homem ou mulher. As implicações de que feminino é sinônimo de inferioridade concebem a alta taxa de preconceitos e discriminação que as mulheres sofrem como também o piso salarial inferior aos dos homens. Além disso, sofre quem destoa esse cenário de binariedade e não se encaixa dentro dos padrões de uma educação sexista como os travestis, transexuais e transgêneros.

Nesta perspectiva, a escola pode ser sim uma instância reprodutora das desigualdades de gênero, a maneira como os profissionais da educação vai lidar com essas questões é que vai fazer toda a diferença. Se os professores estiverem prontos para perceber, problematizar e trabalhar as questões acerca da desigualdade de gênero com seus alunos, uma parte do caminho estará sendo percorrida (NUNES, 2012). Não se pode mudar a sociedade a partir da escola, mas se pode e deve estabelecer a escola como um espaço transformador destas

relações, que lança alternativas e ensina a abrir caminhos, na busca de superar a educação sexista ainda presente na mesma e mostra que nós seres humanos, podemos escolher. Além disso, é necessário ultrapassar os portões da escola, pois essa tarefa cabe também à família e a toda a sociedade (MORENO, 1999, p. 80).

CONCLUSÕES

Diante dos resultados os estudos proporcionaram uma profunda reflexão sobre a forma que o sexismo está presente na nossa educação, buscando separar e “encaixar” meninos e meninas nos padrões da sociedade, contribuindo e influenciando os comportamentos dos mesmos. No ambiente escolar meninos e meninas veem com diferentes fatores externos que os classificam, permanecendo assim com tais pensamentos tão limitados e estereotipados pois a educação é construída com base sexista e patriarcal.

A escola pode contribuir de algumas formas, como analisar com os alunos e alunas os papéis atribuídos a cada sexo pela sociedade, discutir sobre a limitação imposta a todas as pessoas quando necessitam submeter-se aos estereótipos imposto para cada gênero (MORENO, 1999). Para erradicar as discriminações, a discussão do tema tem que ir além dos muros das escolas, pois também é de suma importância o papel dos pais nessas desnaturalizações e melhoria da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. T. C. BEZERRA, B. D. G. FERREIA, G. H. L. Educação sexista e suas influências na definição das brincadeiras infantis. **Rev. Includere**, v.03, n.1, p. 583-587, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BANDEIRA, L; Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado. Brasília**. V.24. Nº2. P.401 – 438, maio/ago. de 2009.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 235p.

CISNE, Mirla e BRETTAS, Tatiana. **Que homens e mulheres educamos?** P 61-77. In: TAVARES, Jean Mac Cole e MARINHO, Zacarias (orgs). Educação, saberes e práticas no oeste potiguar. UFC, Fortaleza, 2009.

COSTA, R.A. SILVA, M.E. CARVALHO, V.A. Imagens e discursos que educam: Que educação é essa? **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 28, n. 1 – Jan./Jun. 2015 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <file:///C:/Users/aluno/Downloads/IMAGENS%20E%20DISCURSOS%20QUE%20EDUCAM%20Que%20educação%20é%20essa.pdf > Acesso em: 14 jun. 2018.

CROCHIK, J. L. **Preconceito e Educação Inclusiva**. Brasília: SDH/PR, 2011.

DALMÉDICO, D. A. **A fila como ritual escolar na visão de professores**. 2007. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos. 2007.

FORMIGA, N. S; Inventário do sexismo ambivalente em brasileiros: sua acurácia estrutural. *Salud e Sociedad*. V.2. Nº2. P. 192 – 201. Maio – Agosto de 2011.

NASCIMENTO, B.B. AMORIM, R.S.R.V. **Sexismo e educação: produção teórica**. In: Fórum Internacional de Pedagogia, VIII, 2016, Imperatriz/MA. Disponível em:<https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA7_ID1764_30092016225652.pdf>. Acesso em: 14 jun.2018.

NASCIMENTO, B. B. NASCIMENTO, K. B. PEREIRA, P. B. “Isto é de menino e aquilo é de menina”: percepções de professores e professoras da educação básica maranhense sobre gênero. **Rev. BIOMOTRIZ**, v.11, n.3, p.15-32, dez./2017. Disponível em: <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/BIOMOTRIZ/article/view/15-32>>. Acesso em: 14 jun.2018.

NUNES, I. de M. L. **Gênero e escola não sexista**: O olhar dos/as docentes alunos/as do PARFOR no Maranhão. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, XVII, João Pessoa. Anais...João Pessoa: 2012. p.716-723.

NASCIMENTO, Antônia C. de O. Educação Sexista: Uma reprodução da ideologia patriarcal. In: Congresso Nacional de Educação, II, 2015, Campina Grande/PB. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: Centro Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas (CEMEP). Disponível em:

<http://docplayer.com.br/33058729-Educacao-sexista-uma-reproducao-da-ideologia-patriarcal.html>. Acesso em 14 jun. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997

MARCUSCHI, E. LEDO. A.C.O. Representações de gênero social em livros didáticos de língua portuguesa. **Rev. bras. linguist. apl.** vol.15 no.1 Belo Horizonte Jan./Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982015000100149&lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MADUREIRA, A. F. A; **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a construção de uma cultura democrática. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2007. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1610>> Acesso em: 10. Agosto.2015. 19h.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

PEREIRA, F.C.P. SANTOS, L.G.A. MENDES, S.C.C.M. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicol. Soc.** vol.29 Belo Horizonte 2017 Epub Dec 18, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100411&lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2018.

RAMOS, A. O; GIGER, J. C; GOMES, A; SANTOS, J; GONÇALVES, G; **Escala de cavalheirismo paternalista**: Estrutura fatorial e correlatos com o sexismo ambivalente. *Avaliação Psicológica*. 12 (3). P.333 – 340. 2013.

RIBEIRO, A.S.; PÁTARO, R.F. O sexismo na escola: algumas reflexões. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica Campo Mourão, IX, 2014, Campo Mourão/PR. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_ix_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CH/16.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ROSEMBERG, F; MOURA, N. C; SILVA, P. V. B; Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. **Cadernos de Pesquisa**. V.39. Nº 137. P.489 – 519, Mai – Ago, 2009.

SAMPAIO, R. F., MANCINI, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, 11(1), 83-89.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FORMA E EXPRESSÃO DO PENSAR FILOSÓFICO: REFLEXÕES A LUZ DA FILOSOFIA DO CORPO¹

Reinaldo de Brito Santos²

Gilderlane Kelly Pereira de Sousa²

Guilherme Viana Soares Feitosa²

Roberto Ramon Gomes Silva²

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

Refletiremos no estudo o pensamento da Filosofia referente ao corpo na Educação Física. É importante ressaltar que algumas concepções como o dualismo existem há muito tempo, desde que a filosofia sobre o corpo começou a ser discutida na Grécia Antiga, assim tendo uma repercussão até hoje quando fragmentam o corpo em partes a ser estudado, desta forma não conseguindo solidificar o real significado de forma íntegra do que realmente possa ser o corpo humano. Porém trazendo a nossa realidade de forma crítica e reflexiva sobre as diversas concepções atuais de corpo que repercutem na Educação Física com o objetivo de desconstruir ideais de compreensão do homem que possuem raízes profundas na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia, Educação física, Dualismo

INTRODUÇÃO

Neste trabalho trataremos reflexões a respeito do pensar filosófico do corpo expressos na sociedade que conseqüentemente repercutem na Educação física atual, veremos como pensamentos tão antigos que tiveram grande repercussão na Grécia antiga se faz tão presente nos dias de hoje, trazendo a margem um debate que expõe o quanto educação física e

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmicos de Bacharelado em Educação Física do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

Filosofia caminham juntas na atualidade. Buscando manter uma abordagem crítico-reflexiva sobre as diversas concepções de corpo apresentadas na contemporaneidade.

O corpo sofreu uma multiplicidade de concepções durante os contextos históricos-filosóficos, os primeiros filósofos distinguiram o conhecimento em duas perspectivas sendo elas o conhecimento obtido através do pensamento racional e através da percepção (órgãos dos sentidos) e assim condicionando posteriormente a uma divisão entre o corpo e a mente, pois o conhecimento obtido através da percepção está ligado intrinsecamente ao corpo e o conhecimento obtido através do pensamento racional à mente.

Destacando a linha de pensamento filosófico de Platão afirma que o corpo é a prisão da alma onde trata que os instintos corporais, os prazeres ligados aos sentidos e as emoções são vistos como empecilhos para a alma que busca o Bem. Porém esse pensamento é reformulado através de Aristóteles que para ele a relação corpo e alma não é um problema, pois são um só. A trajetória da concepção de corpo, da origem da filosofia até Aristóteles, teria como marco a priorização da razão e do pensamento racional em detrimento do corpo, sendo este um entrave para se chegar ao conhecimento verdadeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Esse estudo trata-se de uma pesquisa de caráter e natureza qualitativa com método de revisão bibliográfica, que tem com base leituras e debates que ocorreram na disciplina de Fundamentos Filosóficos da Educação Física no curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Universitário Santo Agostinho ministrado pelo o Antonio Marcos Vaz de Lima. Como critério de inclusão cada artigo deveria tratar sobre o estudo da Filosofia referente ao corpo na Educação Física. Foram excluídos os artigos com desenhos de pesquisa que não atendiam os objetivos deste trabalho, demandou inicialmente uma seleção de artigos e das obras mais relevantes acerca do fenômeno estudado como o livro O corpo na filosofia que tem como autor Ricardo Melani onde discorre sobre os sentidos do corpo, tendo como foco principal a filosofia. Melani mostra como as principais correntes filosóficas abordaram o tema do corpo

e como os conceitos e aspectos dessas abordagens estão presentes, ainda hoje, em nossa maneira de pensar.

Em seguida, passou-se a fase de leitura e análise dessas obras de cunho científico e filosófico para posteriormente essas informações foram alinhadas de tal forma a ser relacionada de forma específica ao tema do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que deve-se adotar um novo olhar baseado em expressões filosóficas sobre o corpo humano incluído na atual sociedade. Tendo em vista que a visão de corpo é fragmentada o que leva a trabalhar o ser humano em partes ao invés de sua totalidade. Isso indica que a deformação do corpo tem aumentado onde a sociedade juntamente com a mídia tem estabelecido estereótipos de corpos e influenciado as pessoas que sejam alienadas a buscar cada vez mais esse padrão de corpo.

É possível afirmar, nesse sentido a visão filosófica por ser crítica e reflexiva possa atuar de forma clara enaltecendo o verdadeiro sentido e valor de corpo no atual cotidiano formulando novos pensamentos e conceitos do que possa vir ser esse termo em sua totalidade gerando cada vez mais ao invés de uma dualização do corpo que esta se propagando e fixando cada vez mais ao longo dos séculos onde a mídia e a sociedade levando a uma alienação de um padrão de corpo até mesmo inalcançável.

CONCLUSÕES

A importância de um novo olhar baseado em expressões filosóficas sobre o corpo humano incluído na atual sociedade. Enriquecendo a área profissional e ressaltando importância nesse contexto em que as pessoas se inserem atualmente tendo em vista que a maioria das pessoas não trabalha o corpo e mente em sua totalidade. Nessa perspectiva, a valorização do corpo no atual contexto social capitalista adota-se preço ao invés de valores ao

corpo de acordo com sua posição ou status social na qual existem estereótipos enaltecidos pela mídia que difunde a fragmentação do corpo.

REFERÊNCIAS

JUNIOR, Wilson do Carmo. **Educação física e questão corpo-mente a luz da Filosofia**. Centro esportivo virtual, 1992. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/educacao-fisica-e-questao-corpo-mente-luz-filosofia-1/>

DA SILVA, Albertino José; DA SILVA, Anderson Alves. **Educação física para o corpo e filosofia para a alma**.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física, São Paulo: Brasiliense, 2004**.

A AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA PARA A PREVENÇÃO DO SOBREPESO NÃO É REALIZADA NAS ESCOLAS PÚBLICAS¹.

Thayna Larissa Soares de Oliveira²
Joanna Hariel de Almeida Carvalho³
Mesaque Silva Correia⁴
Universidade Federal do Piauí - UFPI

RESUMO

A população brasileira está deixando de sofrer com a desnutrição infantil, no entanto, há um concomitante aumento da incidência de sobrepeso (SP) nesta população. Assim, o objetivo do estudo foi investigar se avaliações antropométricas (AA) estão sendo realizadas pelo professor de educação física nas escolas e investigar como o professor de Educação Física tem trabalhado com os resultados destas avaliações. A amostra foi composta por 35 professores de Educação Física escolar, sendo 17 professores de escolas públicas e 18 professores de escolas particulares. Todos os professores responderam a um questionário objetivo e não houve diferença significativa entre os grupos. Os resultados mostraram que 42,9% dos professores avaliados realizavam AA, porém apenas 28,6% dos professores repassavam os resultados das AA aos pais e alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Professor, Educação Física, alunos.

INTRODUÇÃO

Dentro de uma esfera social, segundo Filho e Rissin (2003), a população brasileira deixa de sofrer com a desnutrição infantil, no entanto, sofre com um concomitante aumento da incidência de sobrepeso (SP). Na fase adulta, e em adolescentes de 15 a 17 anos, essa probabilidade aumenta para 17,5 vezes. O sistema único de saúde (SUS), que abrange no Brasil 75% das internações, teve um gasto de US\$ 36.007.918,00 no ano de 2001 relacionado ao SP, representando entre 3,2 e 5,85% dos gastos totais do SUS (SICHERI et al., 2007). Contudo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) não mencionam a importância nem mesmo a

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) e Graduada em Educação Física da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email:Thaynaoliveira431@gmail.com.

³ Graduada em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. Email: Joannahariel@hotmail.com.

⁴ Professor Doutor em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. Email: MesaqueSilvaCorreia@ufpi.edu.br.

necessidade da utilização da AA nas escolas, mostrando-se omissos no que diz respeito a atitudes favoráveis à promoção de saúde por meio da avaliação e conhecimento do estado de saúde de seus alunos. Deve-se considerar a importância de diagnosticar e não apenas abordar estes conteúdos em sala de aula, trazendo a AA para as escolas. Pois, sob a perspectiva de Farias e Salvador (2005), a realização desse tipo de avaliação em crianças pode contribuir para diminuir esse elevado índice de crianças sobrepesadas nas escolas, além, de diminuir os gastos públicos com a saúde no tratamento de sobrepeso e doenças associadas.

Neste sentido, o objetivo desse estudo é investigar se AA estão sendo realizadas nas escolas pelo professor de educação física e verificar como esse professor tem trabalhado com os resultados destas avaliações.

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto à utilização das AA na escola, foram avaliados 35 professores de Educação Física, sendo 17 (13H e 4M) de escolas públicas e 18 (14H e 4M) de escolas particulares, sendo que todos assinaram um termo de consentimento. A avaliação se deu por meio de um questionário contendo 17 perguntas objetivas que visavam analisar os seguintes aspectos: sexo e idade dos professores, tempo de conclusão do curso superior, realização intra ou extracurricular da disciplina medida e avaliação física, bem como a realização de uma auto-avaliação em uma escala de 0 a 10 e avaliação sobre o nível de conhecimento e domínio do conteúdo de técnicas de medida e avaliação física. Além disso, o questionário também tinha a intenção de obter informações sobre quais os tipos de avaliações físicas eram realizadas, os equipamentos oferecidos pela escola e a contribuição da equipe pedagógica da escola (EPE) para a realização da AA pelo professor de educação física.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

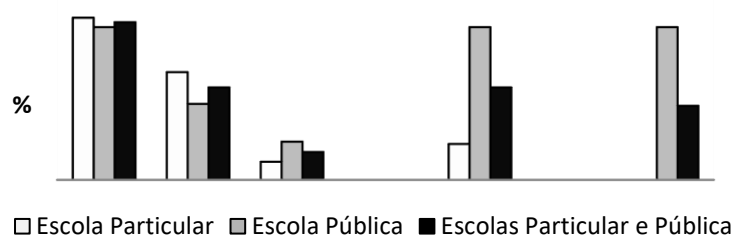
Os resultados mostraram que apesar de 71,4% e 31,4% dos professores investigados terem cursado a disciplina de medidas e avaliação física na graduação e tiveram feito algum

curso extracurricular sobre medidas e avaliação, apenas 42,9% dos professores realizavam AA em seus alunos na escola. Esses dados mostram que a não realização das AA não se deveu a falta de instrumentalização durante o curso superior.

Em relação à auto-avaliação, 74,3 % dos professores avaliados se auto-avaliaram com conhecimento moderado (nota média 6,4 em escala de 0 a 10) em relação ao domínio do conteúdo de medidas e avaliação física, o que nos permite dizer que as AA podem não estar sendo realizadas devido ao despreparo destes professores.

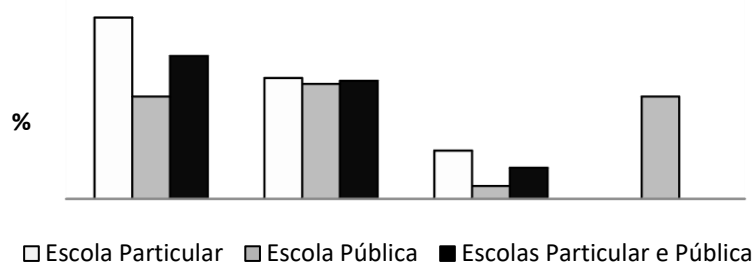
De todas as escolas avaliadas, 68,6% possuíam alguns equipamentos para realização de avaliação antropométrica. Dentre os equipamentos disponibilizados pela escola, 65,7% era balança, 54,3% fita métrica, 14,3% compasso de dobras, 2,9% esfigmomanômetro e 8,6% estetoscópio.

Figura 1. Tipos de avaliações antropométricas que os professores utilizam em suas aulas



Est= estatura; MC= Massa Corpórea; PCQ= Perímetro Cintura Quadril; RCQ= Razão Cintura Quadril; IMC= Índice de massa corpórea; CC= Composição Corporal; PA= Pressão Arterial

A partir dos dados obtidos observamos que 31,4% das escolas não possuíam nenhum destes equipamentos para que houvesse este tipo de avaliação. Alguns professores relataram que apesar da escola fornecer os equipamentos necessários para a realização das AA, não os utilizavam, por motivos burocráticos ou por não saberem da existência dos mesmos. Apenas 11,4% dos professores entrevistados relataram receber algum apoio da equipe pedagógica da escola para a realização da AA. Aproximadamente 43% dos professores não responderam a essa pergunta. Acreditamos que sem o apoio da equipe pedagógica, as estratégias para diagnóstico e redução de sobrepeso na escola podem ser dificultadas.

Figura 2. Gráfico com valor relativo dos equipamentos que as escolas dispunham

FM= Fita métrica; CD= Compasso de dobras cutâneas; EFG= Esfigmomanômetro; ESTET= Estetoscópio.

As AA em crianças nas escolas é importante por ser uma ferramenta efetiva no diagnóstico do estado nutricional dos alunos e poderá por meio dos resultados interferir de maneira efetiva na prevenção do SP tanto em suas aulas como em atividades promovidas pela escola. As AA podem contribuir primeiramente para o direcionamento das aulas do professor de Educação Física tanto no sentido educativo, informativo quanto na programação de atividades recreativas, jogos, esportes, dentre outras atividades que estimulem os alunos à prática de atividade física dentro ou fora da escola. Para Beck (et al., 2007), de acordo com o PCN, o professor de Educação Física é um profissional de saúde responsável por orientar, ensinar e aconselhar seus alunos para tomarem atitudes favoráveis a sua saúde.

Tabela 1. Valores relativos da utilização dos resultados das AA pelos professores.

Escolas	Públicas	Particular	Total
Utilizavam os dados da AA para pesquisa	5,9%	5,6%	5,7%
Utilizavam os dados da AA para fundamentar suas aulas	35,3%	33,3%	34,3%
Repassava os resultados para os pais e alunos	29,4%	27,8%	28,6%
Quantos PEFE realizam interferências em suas aulas a partir dos resultados	47,1%	38,6%	42,9%

Ficou claro na pesquisa que nenhuma das escolas havia uma participação direta da EPE, deixando então a critério do professor esta atuação. Acredita-se que em consequência dessa falta de participação efetiva da EPE da escola para a realização de AA pelo professor, observou-se um restrito programa de prevenção do SP promovido pelas escolas, tendo sido observado apenas em 29,4% das escolas públicas e 27,8% das escolas particulares.

Com relação a campanhas sobre a prevenção do SP nas escolas, 5,7% (2 professores) delas alegou isto ser feito por meio de cartazes, 2,9% (1 professor) por meio de campanhas educativas e 8,6% (3 professores) por meio de palestras sendo que 82,8% não relataram se as escolas promoviam campanhas com este objetivo.

Tabela 2. Valores relativos sobre se há realização de trabalhos de prevenção do sobrepeso na escola.

Escolas	Públicas	Particulares	Total
Existe algum trabalho de prevenção do SP	29,4%	27,8%	28,6%
Aulas explicativas	35,5%	11,1%	22,9%
Palestras sobre SP	5,9%	11,1%	8,6%
Campanhas sobre SP	5,9%	11,1%	2,9%
Cartazes sobre SP	5,7%	0%	11,1%

SP – sobrepeso.

A participação da equipe pedagógica da escola no sentido de estimular a realização das AA foi de 23,5 e 22,2% nas escolas públicas e particulares respectivamente, ressaltando que 42,9% dos professores não responderam esta questão. Quando não há uma atuação efetiva do professor de EFE para a saúde das crianças, os alunos possuem menores possibilidades de conhecer os efeitos deletérios do sedentarismo e da alimentação inadequada, deixando assim de prevenir a instalação do estado de SP (RECH et al., 2010). Dos 15 (42,9%) professores que realizavam essas AA, apenas 10 (28,6%) retornaram aos pais e alunos os resultados destas avaliações. Supondo que cada um destes 10 professores que retornam os resultados das AA

aos pais e alunos, lecione uma aula por semana e que cada turma tenha 45 alunos, seriam então no mínimo 450 alunos que poderiam ter o conteúdo sobre seus resultados das AA trabalhados no intuito de promover a saúde individual e coletiva.

Se considerarmos que 20 (57,1%) dos professores avaliados não realizavam estas AA e 5 (14,3%) dos professores que realizavam AA não retornavam os resultados aos pais e alunos, estão de forma direta deixando de informar no mínimo 1125 alunos e de forma indireta seus familiares sobre as condições de saúde obtida na avaliação. Neste caso estes professores deixaram de conscientizar estas crianças e seus pais sobre o estado de saúde, bem como de permitir que estes tivessem atitudes favoráveis para a prevenção do SP em nossa sociedade que se encontra em torno de 18,5% e 15% nesta faixa etária respectivamente (ARRUDA e LOPES, 2007).

O acompanhamento regular do crescimento e desenvolvimento da criança é feito regularmente antes dos 7 anos de idade, pelo médico, de forma mensal até a criança completar 1 ano, e esse acompanhamento vai diminuindo com o passar da idade. Após os 7 anos de idade não há um acompanhamento regular e a procura pelo médico geralmente é feita quando as crianças apresentam algum sintoma de adoecimento (CIAMPO et al., 2006). Considerando que as AA periódica da criança pelo médico vai sendo mais espaçada com o avançar da idade e de acordo com Silva, Balaban e Motta (2005), a incidência do SP na infância é maior que na adolescência, fica clara a necessidade de um profissional de saúde na realização dessas AA, podendo a mesma ser feita por um professor de Educação Física nas escolas.

Sabendo que, na grande maioria das vezes o SP inicia-se na infância ou na adolescência e que as doenças associadas a elas apresentam seus sintomas de 10 a 20 anos após seu início Os gastos com o sistema de saúde poderiam ser menores se houvessem medidas preventivas (BAGUST et al., 1999). O único profissional da área da saúde que está constantemente em contato com as crianças e adolescentes na escola é o professor de EF. E pode atuar com as AA em seus alunos, retornando os resultados da mesma a eles e assim contribuindo para a redução da incidência do SP, por meio da conscientização e sensibilização das crianças e

adolescentes e seus pais sobre o tema, bem como por tornar suas aulas mais ativas e motivantes para que todos participem ativamente.

CONCLUSÃO

O presente estudo avaliou a utilização de AA por professores de Educação Física em suas aulas. Os resultados mostraram que 42,9% dos professores realizavam AA, porém esse número tornou-se reduzido quando perguntados sobre quais desses professores retornavam os resultados aos pais e alunos. A partir dos dados obtidos no nosso estudo observamos que são necessários mais estudos sobre o assunto para trazer a importância da realização das AA por parte dos professores de educação física escolar, podendo assim futuramente utilizar esses métodos na escola, contribuindo para a prevenção do SP.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, E. L. M.; LOPES, A. S. Gordura Corporal, Nível De Atividade Física E Hábitos Alimentares De Adolescentes Da Região Serrana De Santa Catarina, Brasil. Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum. 2007; 9(1): 05-11.

BAGUST, A.; ROBERTS, B.; LYNNE, H.; ALAN, R.; BARROW, S. The Additional Cost Of Obesity To The Health Service And The Potential For Resource Savings From Effective Interventions. European Journal Of Public Health Vol. 9, No. 4, 1999.

BECK, C. C.; DINIZ, I. M. S.; GOMES, M. A.; PETROSKI E. L. Ficha antropométrica na escola: o que medir e para que medir? Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.;9(1):107-114; 2007.

CIAMPO, L. A. D.; RICCO R. G.; DANLUZZI, J. C.; CIAMPO, I. R. L. D.; FERRAZ, I. S.; ALMEIDA, C. A. N. O Programa De Saúde Da Família E A Puericultura. Ciência & Saúde Coletiva, 11(3):739-743, 2006.

FARPOUR-LAMBERT, N. J.; AGGOUN, Y.; MARCHAND, L. M.; MARTIN X. E.; HERMANN, F. R.; BEGHETTI, M. Physical Activity Reduces Systemic Blood Pressure And Improves Early Markers Of Atherosclerosis In Pre-Pubertal Obese Children. Journal Of The American College Of Cardiology, Vol. 54, No. 25, 2009.

FARIAS, E. D.; SALVADOR, M. R. D. Antropometria, Composição Corporal E Atividade Física De Escolares. Rev. Bras. Cine. Des. Hum. 2005;7(1):21-29.

FILHO, M. B.; RISSIN, A. A Transição Nutricional No Brasil: Tendências Regionais E Temporais. Cad. Saúde Pública, Rio De Janeiro, 19(Sup. 1): S181-S191, 2003.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Comunicação Social 23 De Julho De 2006. www.ibge.gov.br/Home/Presidencia/Noticias/Noticia_Impressao.php?Id_Noticia=625.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro E Quarto Ciclo Do Ensino Fundamental. Educação Física.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ENSINO PRIVADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA¹

Jonanthan Costa Araujo²

Laiane de Moura Dourado³

Carlos Eduardo Gonçalves Leal⁴

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato de experiência do estágio curricular obrigatório em psicologia escolar realizado em uma escola particular da cidade de Teresina, Piauí. No estágio, foram desenvolvidas diferentes atividades, entre elas as que serão relatadas: Orientação Profissional e Grupo de Convivência. As atividades foram direcionadas para alunos do nono ano do Ensino Fundamental e do primeiro a terceiro ano do Ensino. As atividades se constituíram como importante espaço social para promoção do desenvolvimento integral do corpo discente no cenário escolar. A presença do papel do psicólogo escolar na implementação de atividades extracurriculares integradas ao Projeto Político Pedagógico da escola perpassam desafios profissionais e a própria rotina de trabalho na escola.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia escolar, orientação profissional, educação emocional.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar no Brasil “é uma das áreas de pesquisa e de atuação profissional no campo da Psicologia tradicionalmente presente na história dessa ciência” (SOUZA, p. 179, 2009). O psicólogo era aquele que devia ajustar as condutas dos alunos às necessidades da escola, sendo que todos os atores envolvidos sejam eles professores, alunos e familiares precisavam ser trabalhados visando à plena ação da escola.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação do 9º semestre do Curso de Psicologia na UNIFSA. E-mail: jonanthanaraujo@gmail.com

³ Estudante de Graduação do 9º semestre do Curso de Psicologia na UNIFSA. E-mail: laianedourado24@gmail.com

⁴ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Educação pela UFPI. Especialista em Psicologia da Educação pela UFPI. Psicólogo formado pela Faculdade Santo Agostinho (FSA). Atua como Psicólogo na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários da UFPI, na qual também exerce a função de Chefe do Serviço de Apoio Psicológico, e como Docente no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), onde também é membro do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNIFSA). Na UFPI, é pesquisador do Núcleo de Estudos em Educação Especial e Inclusiva (NEESPI).

Conforme Cassins (2007) e Antunes (2008), psicólogos escolares reduzindo práticas psicologizantes, passaram a elaborar críticas radicais à Psicologia Escolar, afirmando que tais práticas produziam uma hipertrofia da psicologia na educação e o reducionismo dos fatores educacionais e pedagógicos. Na década de 80 a Psicologia Escolar remodela suas práticas ao abandonar o enfoque clínico no contexto escolar, voltando sua atenção ao indivíduo e suas dificuldades na escola com concepções mais preventivas cujo objetivo passou a ser o de promover saúde mental, pautado em uma lógica holística.

O presente artigo justifica-se na necessidade de ampliação do conhecimento sobre o assunto, frente contribuição dos relatos de experiência apresentados à comunidade científica acerca das práticas em psicologia escolar considerando que a melhor estratégia para abandonar velhas práticas em detrimento de práticas exitosas advém da disponibilidade de trocas teórico-práticas por meio de materiais bibliográficos à comunidade acadêmica.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em um relato de experiência vivenciado por uma dupla de acadêmicos de Psicologia, ofertado pela disciplina de Estágio em Psicologia Escolar por meio do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. O cenário desse estudo foi uma escola da rede privada de ensino no município de Teresina, capital do estado do Piauí. As atividades realizadas pelo grupo de estagiários tiveram como principais demandas propostas dois grupos de trabalhos, sendo o Grupo de Orientação Profissional e Grupo de Convivência. Os atendimentos e atividades escolares deram início no dia treze de março a quinze de junho de dois mil e dezoito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A consolidação da Psicologia como campo prático no contexto escolar favoreceu práxis exitosas que fogem das tradicionais práticas impostas à psicologia no seu período de surgimento, dessa forma tem-se notado uma crescente diminuição do uso de técnicas clínicas e ampliação dessas práticas para além da aplicação de testes psicométricos. “O trabalho do

psicólogo no Ensino não é um trabalho de intervenção psicológica, mas sim de problematizar e discutir questões que são de alguma maneira, referentes à Psicologia enquanto campo de atuação e de conhecimento” (SOUZA, p.181, 2009).

Diante da variedade prática da psicologia escolar, observaram-se as demandas existentes na escola em que se deu o Estágio Obrigatório em Psicologia Escolar onde surgiram duas propostas de intervenção, sendo elas: um Grupo de Orientação Profissional e um Grupo de Convivência. As intervenções foram destinadas aos jovens do nono ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O grupo de convivência teve como essência os momentos de descontração, construção e desconstrução de pensamento e atitudes que poderiam vir trazer algum prejuízo para esse aluno nos mais diversos contextos em que se insere, pois o objetivo do grupo era dar possibilidades de boa convivência aos participantes entre pares não apenas com os colegas da escola, mas para que se estende a todas as suas atitudes com outras pessoas nos mais diversos contextos sociais que eles viessem a se inserir.

O grupo era dado de momentos em que os alunos poderiam expor suas opiniões, acatar ou discordar das opiniões de seus colegas, visando trabalhar conteúdos socioemocionais que porventura pudessem afetar o rendimento escolar ou até mesmo sua qualidade de vida e o relacionamento entre pares. Para Cardeira (2012, *apud* RAMOS, 2007), ao trabalhar as emoções deve-se buscar pelo ensinamento de como agir em situações do dia a dia, de forma que faça uma ligação com o que se pensa, sente e as emoções próprias e as do outro, pois ao ensinar o indivíduo a lidar com suas emoções e as do outro, ele se torna capaz de identificar, compreender e adequar as suas emoções e sentimentos, bem como desenvolve sensibilidade e competência para atuar na dos que estão ao seu redor. O grupo pôde proporcionar um sentimento de aceitação e respeito pela subjetividade do outro que ali esteve expondo suas vivências e conteúdos. “Em um grupo, existe a alteridade, ou seja, aceitação do outro enquanto sujeito pensante e autônomo, por cada um dos atores sociais que mantêm entre si vínculos e relações afetivas de diversas naturezas” (CIAMPONE *et al*, 2000).

Com o decorrer das atividades foram surgindo vínculos com os alunos e com isso pôde-se perceber o quanto estava sendo enriquecedor cada atividade que ia sendo realizado, cada pensamento que era exposto vinha à certeza de que se estava fazendo a coisa certa. Muitos relatavam que o grupo estava ajudando a reduzir o nível de ansiedade perante as provas e assuntos que lhe causavam sofrimento, segundo o relato de uma das participantes: “no início eu achava que frequentar o grupo de convivência era uma besteira, mas depois fui percebendo o quanto minha ansiedade estava diminuindo e só aí passei a perceber que era devido estar participando do grupo” (relato de uma das participantes). Alguns participantes que afirmavam ser tímidos conseguiram expor suas opiniões, encontraram novas formas resolutivas para enfrentar seus problemas, construíram amizades com pessoas que antes desconheciam e nos relataram ainda que passaram a identificar e lidar melhor com suas emoções.

O Grupo de Orientação Profissional teve como público os jovens do terceiro ano do Ensino Médio que já estavam em processo de preparação para prestar vestibular. Leão (2007) afirma que na perspectiva atual é imprescindível perceber o papel da escola na orientação profissional dos seus estudantes, pois é a partir das escolhas profissionais que o estudante faz sua transição para o mercado de trabalho, sendo que esse mercado de trabalho está cada vez mais competitivo decorrente das mudanças na economia e das altas exigências dos empregadores em relação a seus trabalhadores.

Os objetivos que levaram a continuação do Grupo de Orientação Profissional, veio da necessidade de ampliar o leque de olhares dos jovens frente ao mercado de trabalho, proporcionar autonomia e senso crítico frente às diversas formas de condicionamentos do meio para uma escolha profissional além de dar possibilidade de oferecer apoio psicológico em dúvidas quanto à escolha profissional e ansiedade pré-vestibular e ao futuro profissional.

Para Valore (2008), o processo de desenvolvimento de orientação profissional pressupõe o estudo e a avaliação de questões relevantes na situação de escolha profissional, vai desde o entendimento dos fatores envolvidos no processo de aprendizagem da escolha, das opções de profissionais existentes, das características da clientela que procura tal serviço, da relação do sujeito com o seu desejo e de como isto vai ser articulado com as pressões

sociais, até a investigação dos recursos metodológicos para intervenção em orientação profissional e as possíveis formas de inserir esse trabalho na escola.

Todas as técnicas e dinâmicas utilizadas no grupo tiveram como foco a tomada de consciência do processo de escolha e seus condicionantes, visto que grande parte dos participantes já chegou com uma escolha profissional “formada”, para isso foram usadas metodologias ativas de falas e escuta, uso de materiais didáticos, aplicações e ensino de técnicas de relaxamento muscular e meditação guiada, sendo que na grande maioria das dinâmicas se utilizava de psicoeducação frente a emoções e ansiedades quanto ao futuro e a escolha profissional, técnicas que provocavam insights e tomada de consciência objetivando a orientação no processo de escolha.

Com o fechamento do ciclo semestral e a finalização do grupo de Orientação, foi notado por meio de relato dos participantes o quanto o grupo foi importante para dar base as suas escolhas ou no processo de desconstrução de ideias que tinham sobre determinadas profissões, promovendo uma maior abertura a novas possibilidades. Dentre essa tomada de consciência, muitos passaram a entender que o processo de escolha de profissão pauta-se em autoconhecimento e o grupo passou a ser um lugar de descoberta guiada, promovendo autonomia, segurança e criticidade frente a escolhas. Como campo de atuação amplo em possibilidades de cunho psicopedagógico, de demandas psicológicas, afetivo-relacional, social e familiar, trabalhar as pressões da própria escola e da família e criar condições de dar total apoio aos jovens nesse processo de escolha, sem pressões e críticas, pode ser uma das atividades a ser desenvolvidas dentro de um grupo de orientação profissional, englobando família, escola e alunos favorecendo as escolhas profissionais dos alunos.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, o estágio proporcionou um ambiente favorecedor de conhecimentos e aprendizagens, sendo possível perceber o engajamento de ambas as partes nas atividades estabelecidas, o que contribuiu para uma melhor afinidade entre alunos e estagiários. O nível de interação entre as partes teve principal importância para se chegar

aos objetivos estabelecidos para o trabalho, onde foi possível promover uma ampliação do leque de possibilidades frente ao mercado de trabalho, proporcionando-os uma maior desenvoltura e análise crítica perante a variabilidade de formas de condicionamentos do meio para uma escolha profissional e a importantíssima oportunidade de se ter trabalhado os conteúdos socioemocionais que poderiam afetar a vida dos educando em vários contextos. Diante dos resultados obtidos se ressalta a importante tarefa da psicologia escolar para o campo educacional que precisa ainda de muitas intervenções para se ter um ambiente favorecedor de uma educação saudável.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, p. 469-475, Vol. 12, N. 2, Jul./Dez., 2008.
- CARDEIRA, A. R. **Educação emocional no contexto escolar**. Psicologia. pt. 2012.
- CASSIN, A. M. et al. **Manual de psicologia escolar – educacional**. Curitiba, PR: Gráfica e Editora Unificado, 21ª ed., 2007.
- CIAMPONE, M. H. T; PEDUZZI, M. Trabalho em equipe e trabalho em grupo no panorama de saúde da família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 53, p. 143-147, dez. 2000.
- LEÃO, A. P. A promoção do desenvolvimento vocacional em contexto escolar: O(s) tempo(s) e o(s) modo(s). **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, V. 5, p. 63-78, 2007.
- VALORE, L. A. A problemática da escolha profissional: a possibilidades e compromissos da ação psicológica. IN: SILVEIRA, A. F., et al. (org.). Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais p. 66-76, 2008.
- SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, V. 13, N. 01, p. 179-182, Jan./Jun., 2009.

O RETROCESSO NO COMBATE DA LGBTFOBIA NO BRASIL: O PRECONCEITO VIVENCIADO PELA POPULAÇÃO LGBT NO AMBIENTE ESCOLAR¹

Taynan Matheus Sousa Gonzaga²

Ana Kelma Cunha Gallas³

Maria Aleksandra da Cruz Pereira⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNISA

RESUMO

A escola é um dos primeiros espaços onde essa população sofre preconceito e isso continua sendo reforçado pelos profissionais desse ambiente e pela falta de preparo dos mesmos para lidarem com a temática que nos dias de hoje se faz tão necessária e presente. (LOURO, 2003). Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, adotando-se como metodologia a revisão da literatura. Este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa, aderindo como metodologia uma revisão bibliográfica, onde procuramos discutir o processo de preconceito e exclusão desses alunos e qual o motivo que se dá a evasão dos mesmos da escola. O presente artigo concluiu que ainda há muito a ser superado pelo sistema educacional para que as políticas públicas de gênero e sexualidade sejam efetivadas.

PALAVRAS-CHAVE: LGBT, Diversidade Sexual, LGBTfobia.

INTRODUÇÃO

Em um cenário social refratário a manifestações da sexualidade que escapam à norma heterossexual (NATIVIDADE & OLIVEIRA, 2007; NATIVIDADE, OLIVEIRA & LOPES, 2008), os LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) se constituíram, rapidamente, em uma das populações que mais sofrem violações em seus direitos humanos no Brasil. Muitas dessas violações aos direitos atendem pela rubrica LGBTfobia, que pode ser considerada no sentido

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Professora orientadora do trabalho. Mestre em Antropologia e arqueologia (UFPI), Professora do Programa Institucional de Bolsas Iniciação Científica (PIBIC) do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Pesquisadora do SEXGEN - Grupo de Pesquisa Sexualidade, Corpo e Gênero (UFPA-CNPQ), e do ComGenero - Comunicação, Gênero, Corpo e Sexualidade (UESPI). E-mail: kelmagallas@outlook.com

³ Graduanda do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: mellalex380@gmail.com

⁴ Graduanda do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: mellalex380@gmail.com

de qualquer manifestação hostil, física, psicológica, social ou institucional praticada contra pessoas que apresentem divergência com a norma heterossexual. Teixeira Filho e outros (2007, p. 303) conceituam homofobia como “qualquer sentimento de ódio, repulsa, aversão, descrédito ou desprezo à pessoa homossexual (ou àquelas que se presume serem) ou a tudo que faça referência à homossexualidade no outro ou em si próprio”. Para Gouveia e Camino (2009), a rejeição aos LGBTs não está ligada apenas a uma ameaça objetiva que esse modo de vida representa para os grupos mais conservadores, diante do questionamento subjetivo dos valores que sustentam e afirmam a identidade social do sujeito, tais como virilidade e heterossexismo. (GOUVEIA, 2007; DOISE, 1991; IBÁÑEZ, 1991). Mello (2012), ao discutir a importância da escola como espaço de aprendizado e prática da cidadania, sobretudo, no respeito e tolerância às diferenças, aponta a influência da escola na construção das subjetividades. Devido a essa importância, a escola deve estar preparada para acolher e orientar os alunos, onde seus desejos e práticas sexuais devem ser igualmente respeitados.

Entretanto, em 2007, o Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos apresentou no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos sua concepção sobre os objetivos do Ensino Fundamental, dentre eles: 1) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos; 2) a Educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, à equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação (BRASIL, 2007).

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, adotando-se como metodologia a revisão da literatura. Dentro do aspecto da pesquisa qualitativa, este trabalho não utilizou instrumentos estatísticos, nem na coleta nem no tratamento de dados. Com vistas

à operacionalização desta metodologia, a investigação foi desenvolvida com a mediação de três categorias analíticas: Diversidade Sexual, Políticas de Inclusão e LGBTfobia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço educativo e suas pedagogias são considerados como “um modo de produção cultural diretamente envolvido na forma como o poder e o significado são utilizados na construção e na organização do conhecimento” (SOUZA, 1995). Assim, a Educação e suas pedagogias devem ser entendidas a partir de sua articulação com outros aspectos da vida social, bem como, suas relações com as questões históricas, políticas e culturais, todas elas envolvidas nas tramas do poder. Para Mello et al. (2012), a escola costuma ser um dos primeiros espaços onde pessoas que subvertem as normas de gênero são humilhadas.

O professor tem um papel importantíssimo na formação de opiniões, quando essa temática é discutida em sala de aula o adolescente sente um apoio, tendo em vista alguém de renome e respeito discutindo assuntos relevantes em favor da diversidade sexual e de gênero, ao contrário disso quando a temática é excluída do currículo educacional faz com que os estudantes LGBTs se sintam apavorados e menos acolhidos dentro da escola, isso faz com que LGBTfobia, homofobia, sexualidade e gênero se tornam um tabu a ser discutido em sala de aula.

Os preconceitos, discriminações, intolerâncias e ódios que atingem travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais, segundo os autores, decorrem do questionamento das ordens sexuais e de gênero por estes indivíduos, mas as violências sofridas por essas identidades, não podem ser equiparadas, a priori. Assim, a intolerância sofrida por gays, “não é da mesma ordem que a intolerância que atingem lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista)” (MELLO et al., 2012, p. 100-101). Da mesma forma que as violências que atingem travestis e transexuais, “cujas existências ferem de morte os binarismos macho-fêmea, homem-mulher, o que as torna vítimas preferenciais do terrorismo de gênero” (idem).

Assim, entendendo a sexualidade e o gênero como construções que se dão no campo social, refletindo posições de poder estabelecidas histórica e culturalmente, é possível vincular a Escola (aqui entendida como um espaço indispensável para a construção de subjetividades em uma sociedade) ao processo de visibilidade das identidades que divergem do modelo heteronormativo, predominante, assegurando que práticas e desejos sexuais diferentes sejam possíveis igualmente respeitados (MELLO et al., 2012, p. 101-102).

Assim, desde o final dos anos de 1990, observa-se que “o avanço das políticas de direitos humanos em atendimento às demandas dos movimentos feministas e gays” tem correspondido a um crescimento da presença de religiosos na política partidária e no poder legislativo (MACHADO, 2012), repercutindo no entendimento da laicidade no Estado, visando, sobretudo, interromper, suprimir ou atrasar importantes demandas dos movimentos sociais como o feminista e o das comunidades gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no campo dos direitos. É o que explica, sobretudo, a retirada das metas relacionadas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) quanto nos Planos Estaduais e Municipais, pelos próximos dez anos, ocorrida ao longo de 2015. Assim, evidencia-se que, ao censurar dentro das escolas a discussão sobre as categorias “gênero” ou “orientação sexual”, adia o reconhecimento das identidades que divergem da heteronormatividade, reforçando o isolamento e a retirada de direitos de grupos historicamente excluídos, sobretudo, seu acesso à Educação.

CONCLUSÕES

O presente artigo concluiu através da revisão bibliográfica realizada que a escola pouco pode mudar diante das relações de poder da heteronormatividade arraigado de um discurso de cunho moralista e religioso que tenta barrar as temáticas de gênero e diversidade sexual ainda tratados como tabu no contexto educacional. Constatou-se que ainda há muito a ser superado pelo sistema educacional para que as políticas públicas de gênero e sexualidade sejam efetivadas.

REFERÊNCIAS

MELLO, Luiz. FREITAS, Fátima; PEDROSA, Cláudio; BRITO, Walderes. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas**. n. 07, p. 99-122, 2012.

GOUVEIA, Raimundo, & CAMINO, Leôncio. (1993). Aspectos Psicossociais da Participação Política; a crença na eficácia da ação política. In ***I Encontro de Pós-graduados da UFPB***, João Pessoa, 1, 2 e 3 de dezembro.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. IN: LOURO, G.L.; NECKEL, J.; GOELLNER, S. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 28-40.

TEIXEIRA FILHO, Fernando S.; TOLEDO, Livia Gonsalves; GODINHO, Pedro Henrique. A homofobia na representação de mães heterossexuais sobre a homoparentalidade. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 301-319.

SOUZA, Jane Felipe de. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**. 2011. UDESC, Florianópolis. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf. Acesso em: 09.05.2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872012000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09.05. 2017.

GT 20

GRUPO TEMÁTICO

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PRÁTICA DOCENTE E
METODOLOGIAS DE ENSINO COM ÊNFASE
NA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA**

GT 20 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PRÁTICA DOCENTE E METODOLOGIAS DE ENSINO COM ÊNFASE NA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Prof. Me. Francisco Renato Lima¹
Profa. Dra. Mary Gracy e Silva Lima²

No campo das pesquisas em educação, o entrelaçamento da unidade teoria e prática, da formação de professores e das metodologias de ensino, tendo como foco a aprendizagem mediada pela prática docente, constituem um corpo discursivo e reflexivo recorrente na agenda política e educacional do país. Diante dos desafios de uma sociedade pós-moderna, híbrida e multicultural, busca-se aportes teórico-epistemológicos que ajudem a redimensionar os modos de pensar, fazer e ser educação, com fim na formação crítica, reflexiva e cidadã do sujeito, pautada nos princípios da ética e da responsabilidade social. No Brasil, a partir da década de 1990 do século passado, deu-se o pontapé inicial para a mudança do paradigma conservador, valorizando a necessidade de formar profissionais críticos, reflexivos, propositivos e revolucionários, em seu pensar e fazer, dando nova vida e rumo às estruturas dos modelos educativos, superando práticas escolares enraizadas na ação mecânica e tecnicista, pautada no paradigma newtoniano-cartesiano da educação, materializado nas abordagens tradicional, escolanovista e tecnicista do ensino, que defendem a reprodução do conhecimento. Em consonância com o novo paradigma educacional, com ênfase na produção do conhecimento, tendo o educando sujeito ativo da sua aprendizagem, e sobretudo, visando juntar nossas vozes ao coro que ecoam os mesmos ritmos da canção

¹ Graduado em Pedagogia (UNIFSA) e Letras – Português/Inglês (IESM). Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Professor Substituto (Auxiliar Nível – I) da Universidade Federal do Piauí, lotado no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE). Coordenador de disciplinas do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com.

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia (UFPI). Especialização em Psicopedagogia (UFRJ). Mestrado em Educação (UFPI). Doutorado em Educação Currículo (PUC/SP). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: mgracysl@hotmail.com.

progressista, o propósito deste Grupo Temático (GT) é reunir estudos temáticos e pesquisas teóricas e de campo, que defendem, desenvolvam e/ou apresentem definições epistemológicas no campo da formação de professores, prática docente e do desenvolvimento de metodologias de ensino coerente com esta nova abordagem paradigmática de ação, reflexão e ação docente, que oportunizem ao discente ser protagonista da sua aprendizagem, vivenciando situações práticas, reflexivas e proativas para aprendizagem significativa dos conhecimentos escolares e profissionais. Dessa forma, para fundamentar as discussões propostas, é imprescindível que os trabalhos deste GT se alinhem aos empreendimentos teóricos de autores como: Bacich; Moran (2017), Behrens (2005), Candau (2002/2012), Coelho (2013); Day (2001), Farias *et all* (2014); Freire (1998), García (1999), Gatti *et all*(2013/2015), Kronbauer; Simionato (2008), Lima (2017), Manfredi (1993), Masetto (2003), Melo; Sant’ana (2012), Nóvoa (1995/2000), Pereira (2013), Ramalho; Nuñez; Gauthier (2004), Rangel (2013), Shön (2000), Souza; Iglesias; Pazin-Filho (2014), Tardif (2014), Veiga; D’Avila (2008), Veiga (2004/2012), Zeichner (1993), dentre outros, que possam enriquecer estes estudos reflexivos. Esperamos, assim, que as discussões empreendidas neste espaço formativo, possibilitem (re)pensar questões basilares para a formação e a prática docente como atividades recíprocas e articuladas na fecundação de aprendizagens, ações e de atitudes humanas, que, de fato, contribuam para a transformação da realidade, considerando-se, o fato de que, nesse cenário pós-moderno, emerge as metodologias de ensino ativas, situadas em um contexto de crescente desenvolvimento tecnológico e midiático, do qual a escola não pode furtar-se das condições necessárias para saber lidar, de forma crítica e reflexiva com essas multilinguagens. Por fim, intentamos que, neste GT possamos promover reflexões para a compreensão acerca da interface entre a formação e a prática docente para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

- BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Artmed, 2017
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2005.
- CANDAU, Vera (Org.). **A didática em questão**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CANDAU, Vera (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COELHO, Livia Dias. **Procedimentos de ensino**: um movimento entre teoria e a prática pedagógica. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2013.

- DAY, Christopher. **Desenvolvimento profissional de professores**: os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora, 2001.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de Farias. **Didática e docência**: aprendendo a profissão. Brasília: Liber livro, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.
- GATTI, Bernadete Angelina et *all* (Org.). **Por uma política nacional de formação de professores**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- GATTI, Bernadete Angelina et *all* (Org.). **Por uma revolução no campo da formação de professores**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SIMIONATO, Margareth Fadanelli (Org.). **Formação de professores**: abordagens contemporâneas. São Paulo: Paulinas, 2008.
- LIMA, Francisco Renato. Formação, identidade e carreira docente: endereçando itinerários teóricos sobre o “ser professor” na contemporaneidade. **Debates em Educação**, vol. 9, nº. 18, p. 119-135, 2017.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Metodologia do ensino**: diferentes concepções. Campinas-SP: F.E./UNICAMP, mimeo, 1993, 6p.
- MASETTO, Marcos. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo, Summus, 2003.
- MASETTO, Marcos T. Docência universitária: repensando a aula. In: TEODORO, Antônio. **Ensinar e aprender no ensino superior**: por uma epistemologia pela curiosidade da formação universitária. São Paulo: Cortez: Mackenzie, 2003.
- MELO, Bárbara de Caldas; SANT’ANA, Geisa. A prática da Metodologia Ativa: compreensão dos discentes enquantoautores do processo ensino aprendizagem. **Com. Ciências Saúde**, Brasília, vol. 23, nº 4, p. 327-339, jun. 2012.
- NOVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- NÓVOA, Antônio (Org.). **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 2000.
- PEREIRA, Marcos Villela. **Estética da professoralidade**: um estudo crítico sobre a formação do professor. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013.
- RAMALHO, Betania Leite; NUÑEZ, IsauroBeltrán; Clemerton, GAUTHIER. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e dinamização das aulas**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

SHÖN, Donald. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e para a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUZA, Cacilda da Silva; IGLESIAS, Alessandro Giraldes; PAZIN-FILHO, Antonio. Estratégias inovadoras para métodos de ensinotradicionais - aspectos gerais. **Medicina**. Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 284-292, jun. 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D’AVILA, Cristina (Org.). **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2008.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Técnicas de ensino**: novos tempos, novas configurações. 3. ed. Campinas: Papirus, 2012.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Coord.) **Repensando a didática**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2004.

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores**: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

O USO DO EBOOK NA ABORDAGEM ATIVA DA EDUCAÇÃO: CAMINHOS E POSSIBILIDADES¹

Rannyle Andrade da Silva²
Camila Irene da Silva Araújo³
Isabel Cristina Pereira dos Santos⁴
Louane Roberta de Oliveira Costa⁵
Daniella Oliveira Melo⁶
Márcia Aldeneide Macêdo da Silva⁷
Jovina da Silva⁸

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

As metodologias participativas e as diversas técnicas de ensino-aprendizagem envolvem procedimentos diversificados, promovendo relações nas instituições educativas fundamentando seus projetos pedagógicos no desenvolvimento dos estudantes. Diante disso, objetiva-se refletir sobre a necessidade de adequação das tecnologias no que diz respeito às estratégias e ferramentas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem. A ferramenta escolhida foi o Ebook, conhecido como livro digital que surgiu com a intenção de estimular a leitura de uma forma que acompanhasse as tecnologias sem perder a verdadeira função de um livro. A metodologia desse estudo, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. No ebook abordou-se algumas ferramentas inovadoras que auxiliam os educadores no processo de formação dos alunos, baseados nas tecnologias desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, são elas: *Design Thinking*, *Visual Thinking* e Gamificação. Propôs-se estimular e permitir a inclusão de conteúdos e funcionalidades, utilizando-se: vídeos e animações, visando instigar o aluno por meio de estratégias de ensino, provendo uma maior atenção e interesse, o que permite discutir e problematizar as contribuições e os respectivos impactos dessas técnicas no contexto da aula e demonstrando habilidades, criando cenários de convivência entre professor e aluno.

Palavras Chaves: Metodologia ativa, ensino e aprendizagem, professor/aluno.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Marketing, Especialista em Administração Estratégica, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: rannyleandrades@gmail.com

³ Graduada em Enfermagem, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: mila.irene@hotmail.com

⁴ Graduada em Enfermagem, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: bebel.tina@hotmail.com

⁵ Graduada em Direito e Letras Inglês, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: advlounecosta@gmail.com

⁶ Graduada em Engenharia de Produção, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: daniellaevan@hotmail.com

⁷ Graduada em Direito, Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior – UNIFSA, E-mail: marciacursos@hotmail.com

⁸ Mestre em educação e professora do UNIFSA. E-mail: profjov@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Com o advento dos livros digitais, o ecossistema do livro tem passado por uma mudança radical em todos os seus elementos, o que resultou numa série de transformações que afetam todos os elos da cadeia de valor do sistema editorial autores, editores, bibliotecas e leitores (CORDÓN-GARCÍA, 2016). Nessa perspectiva, participa-se de uma oficina “trabalho docente no ensino superior: impasses, desafios e perspectivas”, na disciplina de Didática na pós-graduação em docência no ensino superior, as autoras refletiram sobre a necessidade de adequação das tecnologias no que diz respeito às estratégias e ferramentas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, facilitando o aprendizado e atingindo um maior número de pessoas ao acesso às informações de qualidade.

Este estudo, teve como objetivos estimular e permitir a inclusão de conteúdos e funcionalidades, com uso de: vídeos e animações, para tornar o processo de aprendizado mais interessante e intuitivo, portanto busca instigar o aluno a utilização de estratégias, provendo uma maior atenção e interesse dos alunos, permitindo discutir e problematizar as diversas contribuições e os respectivos impactos dessas técnicas na aula, seja com estudantes ou com professores em processo de formação pedagógica para demonstrar habilidades, criando cenários de convivência entre professor e aluno, na reconfiguração da aula teórico-prático, transformando as aulas em ações éticas e de solidariedade, escolhendo uma metodologia que valorize a participação ativa e coletiva.

EBOOK COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

As atividades educacionais são planejadas de acordo com a proposta do tema a ser abordado, durante a elaboração do ebook como atividade avaliativa da Disciplina de Didática, considerou-se que os alunos são os protagonistas do processo e o professor o mediador que atua de forma a envolver e desenvolver o pensamento crítico - reflexivo enfatizando o uso das estratégias dentro do contexto educacional. Os livros digitais apresentam relevantes mudanças na configuração do mercado editorial nacional e alterações na dimensão habitual de leitura. A emergência dos livros digitais e o impacto que têm gerado no formato de consumo e de produção editorial no país têm sido discutidos. Para a confecção do Ebook é

necessário: definir bem o tema do ebook; conhecer seu público-alvo; otimizar a produção de conteúdo; organizar e estruturar os tópicos do livro; ilustrar o ebook; escolher o formato (PDF ou Epub), ainda, dedicar-se à formatação e revisão de conteúdo; registrar a obra (é importante registrar o trabalho na Biblioteca Nacional. Dessa forma terá o ISBN, sistema de identificação que inclui os dados de autoria, e ficará mais seguro com relação aos direitos autorais.), escolher a plataforma de distribuição; divulgar o ebook e monitorar os resultados.

A proposta foi apresentar o ebook como ferramenta inovadora e moderna, constituindo um espaço que articulem a interatividade entre os protagonistas do ensino-aprendizagem desenvolvendo uma produção de saber importante para a formação educacional e social do aluno.

EBOOK COMO ESTRATÉGIA INOVADORA: RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Paiva et al (2016), a Metodologia Ativa no processo de ensino-aprendizagem é entendida como uma nova metodologia utilizada para o crescimento profissional, pois aborda um modelo autocrítico no aluno e que desvincula o docente do papel de detentor do saber, de forma que a inserção de metodologias ativas, surge de modo a envolver todas as categorias envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. No ano de 1971 Hart decidiu criar uma coleção eletrônica que abrangesse todo o tipo de livros e que atingisse um público o mais diversificado possível, pois percebeu que “a maior valência criada pelos computadores não seria a computação, mas o armazenamento, a recuperação e a pesquisa daquilo que estava armazenado nas nossas bibliotecas”, portanto o Projeto Gutenberg é considerado a mais antiga biblioteca digital do mundo (MASHABLE, 2014). O ebook resulta desse processo.

Há uma grande variedade de formatos de ebooks. O problema para as editoras é que todos eles são válidos e convenientes para serem usados, dependendo do tipo de documento que se deseja criar (e também do gosto pessoal do editor), para além, obviamente, do tipo de aparelho que se possui, visto que alguns formatos são exclusivos de determinados

dispositivos. Os textos estão disponíveis em vários formatos, como HTML, PDF, ePUB, MOBI e Plucker.

O ebook pode ser considerado como uma inovação na indústria de livros. É certo que a evolução para um modelo de negócio digital nos livros surgiu muito depois de outras indústrias, como a fonográfica ou a cinematográfica, mas hoje se pode dizer que o crescimento do ebook é inevitável e será impossível não ocupar uma larga fatia do mercado no futuro próximo. Apesar dos avanços tecnológicos, muitas pessoas ainda não têm acesso ao utensílio internet, essas pessoas precisam ser inseridas, pois a tendência é evoluir sempre mais enquanto utensílios pedagógicos que circulam através da internet, pois contribui para o desenvolvimento de capacidades cognitivas, procedimentais e atitudinais para o ensino e aprendizagem qualificados.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, entende-se que o compromisso do educador envolve. Uma postura profissional que possibilitará ao aluno a apreensão e a construção de saberes necessários para a formação humana. Portanto, estas ferramentas proporcionam um ensino diferenciado, facilitador da aprendizagem. Assim, o ebook é um instrumento que pode ser utilizado de forma a constituir um aliado eficaz do trabalho docente e proporcionar aos alunos a sua utilização na resolução de problemas, instigando a investigação, a superação dos obstáculos para posteriormente, superá-los e otimizar o processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

COUTINHO, P; PESTANA, O. **EBOOKS**: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial. 2014 Amazonkindle. [S. l.]: Mashable, 2014. [Em linha]. [Consult. 7 jan. 2014]. Disponível em: <http://mashable.com/category/amazon-kindle>. Acesso em: 15 fev.2018

LUCKESI, C.; C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**, 6, ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PAIVA, M.; R.; F.; PARENTE, J.; R.; BRANDÃO, I.; R.; QUEIROZ, A.; H.; B.;. **Metodologias Ativas de Ensino/Aprendizagem**: Revisão Integrativa. SANARE, Sobral - V.15 n.02, p.145-153, Jun./Dez. 2016.

O PERFIL DOS PEDAGOGOS FORMADOS NO ESTADO DO PIAUÍ: UMA COMPARAÇÃO DE SUAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DIANTE DAS NECESSIDADES DO MERCADO DE TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES NÃO ESCOLARES

José Expedito Dias Reis¹

RESUMO

A presente pesquisa responde a seguinte indagação: O Perfil dos Pedagogos Formados no Estado do Piauí - (Brasil), comparando suas Competências e Habilidades diante das necessidades do Mercado de Trabalho, atende as Organizações não Escolares? O Trabalho tem como objetivo de estudo Investigar o Perfil dos Pedagogos Formados no Estado do Piauí - (Brasil), comparando suas Competências e Habilidades diante das necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares. As instituições de Ensino Superior selecionadas com cursos de Licenciatura em Pedagogia foram: Universidade Estadual do Piauí – UESPI, campus Josefina Dêmes, em Floriano(PI); Universidade Federal do Piauí – UFPI, campus Amilca Sobral, em Floriano(PI) e Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI nesta cidade de Teresina. A metodologia utilizada na forma de abordagem do problema é o método Hermenêutico-Dialético, o modelo de investigação é não experimental, o tipo da pesquisa é descritivo, com análise comparativa e o enfoque é híbrido (qualiquantitativo), integrado à Técnica de Análise de Conteúdo (TAC). A amostra foi composta por 64 formandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia que estudaram nas três Instituições de Ensino Superior – IES, do Estado do Piauí; três coordenadores, e 13 professores que lecionaram nos cursos de pedagogia nos anos no ano de 2011 e 2012, totalizando 80 indivíduos. O instrumento de coleta dos dados foi o questionário. As análises dos dados obtidos nos questionários, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e a comparação das matrizes curriculares evidenciaram dentre outros, que: os Cursos de Pedagogia das três IES habilitam para o Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolar, mesmo tendo um diferencial nas matrizes curricular. O pedagogo é indispensável nas organizações, porque desempenham seu trabalho de forma pedagógica e disciplinar e, por isso mesmo, é um trabalho rico e produtivo, porém deve ser mais divulgado e mais esclarecido junto à sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia. Licenciatura. Perfil. Organização não Escolar.

¹ Bacharel em Teologia; Licenciado em Filosofia; Licenciado em Pedagogia, Mestre em Educação (UFPI); Doutor em Educação (UEP) e Graduando em Psicologia (FACID), Professor visitante da Universidad Evangelica del Paraguay - UEP. E-mail: faispi@msn.com

INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia no Brasil, em seus 79 anos de existência, viveu permeado por discussões acerca do currículo proposto, do profissional a ser formado e do campo de atuação dos egressos. Refletir sobre a possibilidade da inserção do pedagogo no âmbito da educação não escolar favorece a garantia do direito à conquista de saberes em ambientes pouco explorados, como é o caso do hospital, penitenciária, Circo, ONGs etc. Para Libâneo (2012), a área de atuação do pedagogo é abrangente e esse aspecto deve ser considerado em sua formação. O autor refere-se à atuação do pedagogo da seguinte maneira:

É quase unânime entre os estudiosos, hoje, o entendimento de que as práticas educativas estendem-se às mais variadas instâncias da vida social não se restringindo, portanto, à escola e muito menos à docência, embora estas devam ser a referência da formação do pedagogo escolar. Sendo assim, o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma Pedagogia (LIBÂNEO, 2012, p. 51).

Sendo assim, o mundo do trabalho espera receber um profissional que seja capaz de organizar, planejar, implementar e avaliar oportunidades de aprendizagem em qualquer instância social que esteja inserido.

O presente artigo é um recorte de minha Tese de Doutorado em Ciências da Educação apresentada à Universidad Evangélica del Paraguay – UEP, sob a Orientação da Prof.^a Dr.^a Liliam Doussou Romero. A pesquisa foi fundamentada nos seguintes teóricos: Abbagnano e Visalberhi, (1992); Almeida (2011); Aquino (2011); Araújo (2011); Brzezinski (2007); Ceroni (2006); Cambi (2009); Duarte (2001); Ferreira (2002); Flores Ochoa (2005); Gohn (2010); Libâneo (1996,1999, 2001, 2004, 2006, 2010); Nassif (1991); Planchard (1969); Quintana (1983); Saviani (1989, 1991, 2005, 2008), Scheibe e Aguiar (1999); Silva (1999), entre tantos outros que investigam a formação de um profissional reflexivo, capaz de interpretar dialeticamente a relação da complexidade com a simplicidade, do contexto macro ou micro, da racionalidade com a criatividade, articulando o plano pessoal e o profissional. Nesta pesquisa objetivamos investigar o Perfil dos Pedagogos Formados no Estado do Piauí, comparando suas Competências e Habilidades diante das necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares.

MATERIAL E MÉTODOS

Na construção desta Pesquisa, justificamos a intenção de levantar informações que pudessem contribuir para a formação do profissional de pedagogia diante da necessidade do mercado de trabalho das organizações não escolar. A pesquisa foi realizada com 64 formandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia que estudaram nas Universidade Estadual do Piauí – UESPI; Universidade Federal do Piauí – UFPI, campus de Floriano e Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI, nos anos de 2011 e 2012; três coordenadores, e treze professores, totalizando 80 participantes.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória pois, segundo Severino (2007, p.123) “busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. Descritiva, que segundo Gil (2008, p. 70), “[...] a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Como confirma Severino (2007, p.122) “[...] a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc”. O procedimento bibliográfico se enquadra no presente estudo, pois se utilizaram além de livros, tese, dissertação e monografia de graduação. Para Heerdt (2010, p.17), “[...] A pesquisa bibliográfica é obrigatória na maioria dos trabalhos científicos, pois é por meio dela que se toma conhecimento sobre a produção científica existente”. Considera-se o método bibliográfico um dos mais importantes da pesquisa, pois serve como base para outros trabalhos a serem realizados tanto na vida acadêmica quanto fora dela.

Esta pesquisa também é documental, segundo Beuren e Raupp (2004, p.89), “[...] baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A pesquisa documental apresenta similaridades com a pesquisa bibliográfica, porém ambas não possuem a mesma fonte.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser considerada mista, (qualiquantitativo), que segundo Creswell (2007, p. 35), este enfoque “[...] emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas da pesquisa”.

Quanto ao método utilizamos o hermenêutico/dialético, por entendermos ser bastante produtivo para fundamentar os estudos qualiquantitativo. A união da hermenêutico/dialética é destinada a compreender de forma mais profunda os textos, exigindo explicação ou compreensão, buscando os significados subentendidos e explicitando as contradições dentro dele. No tratamento dos dados, ele traz para o primeiro plano as condições cotidianas da vida, e busca compreendê-las de forma mais profunda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

A presente investigação, foi norteada pela seguinte questão problematizadora: os profissionais formados nos cursos de Pedagogia atendem às necessidades das Organizações não Escolares? A princípio, realizamos um estudo bibliográfico descrevendo e caracterizando a história do curso de Pedagogia desde a sua origem na Grécia Antiga, até a promulgação das DCNs para o Curso de Pedagogia através da Resolução CNE/CP nº 1/06 (BRASIL, 2006). No Brasil, em toda a sua trajetória, o curso de Pedagogia passou por três regulamentações desde a sua criação em 1939 (Decreto-Lei nº 1190): a) em 1962 (Parecer n. 251/62 - CFE); b) em 1969 (Parecer nº 252/69 - CFE) e c) em 2006, com a promulgação das DCNs para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006). Através deste estudo, foi possível identificar e conhecer as normas legais que o constituíram desde sua criação, e a origem dos questionamentos que ainda acompanham o curso. Nesta pesquisa, confirmamos o que muitos pesquisadores como: Silva (1999); Aquino (2011); Dalla Corte (2011); Tulio (2015), já vinham sinalizando em seus estudos sobre o curso de Pedagogia que é de caráter generalista. As etapas seguintes, foram de análise dos Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia das IES pesquisadas, comparação das Matrizes curricular e aplicação dos questionários com perguntas semiestruturadas aos formandos, docentes e coordenadores de curso.

As análises das matrizes curricular através de comparações, verificou que a UESPI tem em sua matriz curricular duas disciplinas para habilitar o pedagogo em espaços e organizações não escolares que totaliza 150 horas/aula, e 4.13% de sua malha curricular. A FAEPI tem em toda a sua matriz curricular, cinco disciplinas para habilitação do formando para as organizações não escolar, o que equivale a 300 horas/aula, 9.17 % da grade curricular. A UFPI, existem quatro disciplinas totalizando 240 horas, isto é 7.4% de toda matriz curricular, que habilitam o egresso para as organizações não Escolar.

CONCLUSÕES

A contribuição do presente trabalho foi, além de demarcar o corte temporal das discussões, situar o problema frente ao debate e validar o estudo do Perfil do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolar. Pelo exposto, conforme comprovado pelas análises do PPC, respostas dos questionários aplicados aos formandos, docentes e coordenadores dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e comparação das matrizes curricular, constatou-se que a UESPI, FAEPI e a UFPI, tem suas ênfases maiores na docência, porém foi identificado que existe habilitação do Pedagogo para as Organizações não Escolar. Assim, acreditamos ter conseguido dar ênfase às questões relevantes acerca do Perfil do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Soraia Lourenço de. **O Pedagogo e seus Espaços de Atuação nas Representações Sociais de Egressos do Curso de Pedagogia**. 2011, 189f. Dissertação de (Mestrado Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Resolução CNE/CP 1/2006. **Diário Oficial da União**, 16 maio 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 08/11/2012.

_____. Ministério da Educação. **Parecer sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Especial. Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acessado em: 22/02/2013

CRESWELL, Jonh. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

DALLA CORTE, Marilene Gabriel. O Estágio Curricular e a Formação de Qualidade do Pedagogo. 2010. 314f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC, Porto Alegre, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisar. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, J. Carlos. Diretrizes curriculares da Pedagogia: um adeus à Pedagogia e aos pedagogos? 2006. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nova/Textos/JoseCarlosLibaneo.htm>. Acesso em: 20 fev. 2012

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade. São Paulo: Autores associados, 1999.

TULLIO, Juliana Maria Capeline Furman. Identidade do Pedagogo dos anos iniciais do Ensino Fundamental na Escola Pública. 2015, 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015

MEMORIAL REFLEXIVO E PROCESSO DE ENSINO E AUTOAPRENDIZAGEM: UMA EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR¹

Alexandra Bezerra de Sousa Gonzaga²

Jovina da Silva³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O presente memorial objetiva rememorar e relatar a trajetória que percorri enquanto discente do Curso de Especialização em Docência no Ensino Superior, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Para tanto, busco resposta para a seguinte questão: qual a função do memorial como atividade de ensino e autoaprendizagem na Educação superior? Com vistas a apresentar um relato de experiência acadêmica. O meu interesse pela atividade docente vem desde a infância, onde, a partir da observação do perfil de meus professores/as, pude constatar o profundo envolvimento deles com seus alunos, o que me fez desenvolver elos de respeito e admiração, aponto como marco inicial deste sentimento, a convivência com minha mãe, que era professora, e da qual sempre fui fã por excelência. No Ensino Superior, graduei-me em Direito, minha grande paixão profissional, e tornei-me advogada, porém nunca abandonei meu outro sonho, o de ajudar a construir saberes, sobretudo, lapidar seres humanos em sua extraordinária vivência com o outro e consigo mesmo no contexto educacional. O relato desta experiência trilhada durante a mencionada pós-graduação evidencia a importância da formação didático pedagógica para aquele que deseja ingressar na docência, sugerindo, portanto, a necessidade de tal formação para os profissionais que pretendem ser bem-sucedidos na área.

PALAVRAS CHAVE: Docência, desempenho acadêmico, autonomia discente.

INTRODUÇÃO

Desde o início de minha trajetória estudantil, desenvolvi o pensamento de que o professor faz arte e da melhor qualidade. Cuida-se de um exímio artista dedicado em lapidar uma das mais desafiadoras obras da natureza, qual seja, o ser humano. Nesse sentido, esse admirável profissional carrega consigo o poder e a influência necessários para, a um só tempo,

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduada em Direito pelo UNIFSA. Pós-Graduada do Curso de Docência do Ensino Superior do UNIFSA. E-mail: alexandrabezerra.adv@hotmail.com.

³Professora Orientadora do presente relato de experiência em forma de Memorial Reflexivo. E-mail: profjov@hotmail.com.

ensinar e aprender, transformar, libertar, reconstruir, desbravar, enfim, para alicerçar grandiosos projetos e sonhos, bem como ajudar em sua construção.

Diante disso, e na certeza de que precisava buscar a excelência para exercer um ofício tão nobre como este, optei por ingressar no curso de especialização em docência, com a expectativa de obter conhecimento necessário ao exercício da missão de ensinar, aprender, construir e ressignificar saberes junto aos meus futuros alunos. Deste modo, o presente relato de experiência evidencia que a formação continuada é um procedimento contínuo da formação do educador que busca a excelência em sua atuação docente, enfatizando, sobretudo, a indiscutível relevância da formação didática- pedagógica.

NARRANDO A TRAJETÓRIA

A construção da memória reflexiva, na qual ocorreu a descoberta de um valioso tesouro a ser aprendido e praticado no almejado exercício da docência, teve seu ponto de partida na data de 23/06/2017, com a aula inaugural do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, conforme previsto no cronograma do curso. Esta foi muito proveitosa e contribuiu para aumentar ainda mais a expectativa e anseio pelo desenvolvimento do curso que acabara de iniciar.

A primeira disciplina: “Ensino Superior Brasileiro: aspectos históricos, sócio-políticos e legais”, como o próprio nome sugere, nos deu uma visão histórica, sócio-política e legal acerca da educação superior em nosso país, conhecimento valiosíssimo para ingressar na profissão, pois entendo que quanto mais se compreende o contexto que a envolve, mais competentes poderemos ser quando de seu exercício.

Em seguida, foram discutidas as grandes teorias da educação, na disciplina “Profissão Docente no Ensino Superior: Enfoque teórico-metodológico”, a qual foi de grande importância para mim, pois me colocou em contato com os grandes teóricos que marcaram a educação e deixaram um legado de conhecimento valiosíssimo para os que pretendem ser profissionais da área. Nela, comecei a aprender que o professor não é simplesmente aquele que transmite

conhecimentos, mas um verdadeiro mediador que permite que a educação seja participativa e não alienadora. Neste sentido, encantei-me com a visão exposta por Freire (2011, p. 25), a qual aproveito para colacionar trecho aqui:

Não devo julgar-me, como profissional, “habitante” de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. Habitantes de um gueto, de onde saio messianicamente para salvar os “perdidos”, que estão fora. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno.

Na sequência, foi a vez da disciplina “Tecnologias na Educação”. Aí, fui alertada de que como professora, não posso me acomodar, já que preciso estar atualizada com as novas tecnologias, sob pena de me tornar obsoleta. Aprendi, ainda, que a tecnologia não deve definir o caminho que o professor deseja seguir, mas que ela deve ser escolhida e adaptada por ele, como aliada, para realizar uma melhor aula, no sentido de proporcionar maior qualidade ao processo de ensino e aprendizagem. Logo depois, veio o estudo acerca dos desafios e possíveis caminhos a serem percorridos pela educação superior, na disciplina “Educação Superior na Contemporaneidade”, conhecimentos necessários para uma compreensão da educação superior hoje, a partir de seu processo histórico.

Seguindo a trajetória do curso, foi a vez da disciplina “Fundamentos Epistemológicos das Teorias da Educação: Enfoque Psicológico”. Nela, o professor demonstrou-se competente quanto à sua função, realizando aulas participativas, com indicação vasta de conteúdos teóricos, obras e filmes. Enfim, abriu leques e mostrou caminhos para quem quisesse aprofundar os conhecimentos na área.

Nesta disciplina aprendi, de uma forma mais clara, que como docente preciso valorizar os aportes individuais do aluno no processo de conhecimento, ou seja, percebi ser de fundamental importância levar em conta os esquemas cognitivos que ele já possui, seu conhecimento prévio. Além disso, a aula tornará mais interessante com possibilidade de maior aprendizado e interação, se antes da exposição eu conseguir provocar o desequilíbrio no aluno, por meio de perguntas ou situação problema.

Na sequência, passamos pela disciplina “Expressão Corporal para Gestão em Sala de Aula”, onde o professor, com maestria, nos apresentou a dimensão mais afetiva e emocional da aprendizagem, demonstrando a importância das experiências corporais e sua influência na capacidade de aprender. O professor nos mostrou que a vida é uma obra de arte em que deve ser reconhecida a potência de afetar e de ser afetado. Foi tão boa a noção da importância da afetividade que nos foi apresentada que esta aula tornou-se um marco em nossa turma. A partir de então, a sala ficou mais unida, solidária e entrelaçada em todos os sentidos, e, ficou a lição de que precisamos fazer da nossa sala de aula um “bom encontro”.

Depois desta, veio a disciplina “Didática, Currículo e Organização do Trabalho Docente”, a qual, especialmente a mim, constituiu-se num marco importante da compreensão de como ser professor no aspecto prático, ou seja, quanto ao saber fazer. Foi bem intensa e nos permitiu, por meio dos diversos métodos levados a efeito pela mestra, testar o aprendizado e construir saberes por meio de várias atividades desenvolvidas em equipe e individualmente. Posso dizer que ali eu estava, de fato e sem precedentes, aprendendo a profissão, no sentido de como exercê-la, resignificando muitos conceitos, até então internalizados de forma equivocada.

Com efeito, dentre as várias lições aprendidas na minha viagem através da aludida disciplina, posso destacar: que a prática educativa possui papel fundamental na formação humana; que o professor, muito além de mero transmissor de conteúdos, carrega consigo a missão de ensinar o seu aprendiz a pensar certo, o que significa não transferir ou transmitir ao outro que recebe de forma passiva, mas o contrário, provocar, desafiar ou ainda promover as condições de construir, refletir, compreender, transformar, sem perder de vista o respeito a autonomia e dignidade deste outro.

Percebi quão necessária é a didática para a construção qualitativa do docente e do processo educacional no qual ele esteja inserido, já que se constitui num instrumento facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Realmente, é imprescindível, uma educação que pautada pela construção do ser humano em toda sua plenitude, o conhecimento

didático-pedagógico levado a efeito na prática docente. A utilização de tais competências é a rota mais segura para se chegar a uma aprendizagem significativa.

Tal disciplina foi tão inspiradora a mim que arrisquei construir meu Trabalho de Conclusão de Curso acerca do tema: a contribuição da formação didático-pedagógica para o docente do curso de direito, tendo levado a efeito o projeto respectivo, por ocasião da disciplina “Metodologia da Pesquisa em Educação”.

A jornada proposta continuou, agora, enveredando pela disciplina “Responsabilidade Social na Instituição de Ensino Superior”, a qual também trouxe sua importante contribuição alertando-nos, entre outras coisas, que devemos desenvolver responsabilidade social no dia-a-dia do ensino, buscando quebrar a “torre de marfim”.

Logo em seguida, veio a disciplina “Trabalho Docente no Ensino Superior e sua Multidimensionalidade”, que proporcionou encontros proveitosos em que a competência do professor nos levou a um leque de conhecimentos, com variadas formas de participação da turma, como a construção de um artigo científico desenvolvida em equipes, e a leitura e debate de uma obra completa e riquíssima em sala de aula.

Na sequência, foi a vez da disciplina “Avaliação Institucional na Instituição de Ensino Superior”, a qual nos colocou em contato com os variados instrumentos de avaliação aos quais são submetidos a Instituição de Ensino Superior, mostrando-nos sua importância e paradigmas a serem seguidos. Destaco, sobretudo, a importância da gestão e do corpo institucional como um todo, unido e entrelaçado em busca de alcançar as metas traçadas. Certamente, em minha experiência como docente, não descuidarei de tais pontos igualmente relevantes ao exercício da profissão.

Depois, foi a vez da disciplina “Avaliação da Aprendizagem no Ensino Superior”, que serviu para aprofundar e aperfeiçoar os melhores ensinamentos até então obtidos acerca do exercício da docência, bem como para revelar caminhos de excelência ao educador que pretenda ser um aliado e verdadeiro desbravador no novo processo de ensino e aprendizagem que a educação superior hodierna apresenta e reivindica do profissional que queira ser bem-sucedido.

Acostumada, desde as primeiras series de minha vida estudantil, a uma “avaliação produto”, foi causado um desequilíbrio cognitivo e passei a enxerga-la, a partir de então, como “avaliação processo”, sendo esta última uma visão onde a avaliação não é separada formal e erradamente do ensino-aprendizagem, mas é levada a efeito paulatinamente, envolvendo todo o processo de formação.

Nessa perspectiva, por meio da apresentação teórica e prática de várias estratégias de avaliação, a exemplo da prova colaborativa que nos permitiu estar em contato, a um só tempo, com a elaboração, resolução e correção de questionários, aprendemos que o professor tem em suas mãos um leque de possibilidades do que fazer, de como trabalhar a avaliação, esta não podendo ser dissociada do ensino e aprendizagem. Assim, o educador deve ser perspicaz e desenvolver competências necessárias no sentido de melhor se adequar e, assim, utilizar as ferramentas mais eficazes, no melhor momento, com o máximo de aproveitamento.

Na sequência, já nos aventurando rumo ao Trabalho de Conclusão de Curso, veio a disciplina “Seminário de Pesquisa”, onde tive a oportunidade de apresentar meu pré-projeto do Trabalho de Conclusão de Curso em sala de aula.

Praticamente finalizando o curso, foi a vez de viajarmos através da disciplina “Instrumentos de Avaliação”. Esta também foi de grande valia para a construção do nosso aprendizado como futuros docentes, pois a avaliação entendida como processo exige muito do professor, sobretudo no que tange aos métodos e técnicas de avaliar, sendo que tivemos contato com variados instrumentos, inclusive, aprendendo a diferenciar a avaliação em seu aspecto formativo e somativo. Entre as muitas e preciosas lições deixadas pela ilustre mestra, aprendemos que avaliar exige tomada de decisão por parte do educador, a fim de que possa eleger, no momento certo, o instrumento avaliativo necessário e mais adequado ao objetivo almejado.

Finalizando o presente estudo, passamos à construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, tendo cada aluno recebido seu orientador e assinado o termo de compromisso para depositar seu trabalho no prazo de 03(três) meses. Assim, estou construindo meu artigo

científico, com muito entusiasmo e expectativa de contribuir positivamente para a discussão que trago à tona, a saber: A Formação Didático-Pedagógica: contribuição no desempenho do docente do curso de Direito.

CONCLUSÃO

Analisando minha trajetória neste curso, pude perceber, com clareza de detalhes, o quanto evolui a respeito do conhecimento acerca da docência e suas implicações. Pois eu julgava, de forma equivocada, que saber algo (conhecimento cognitivo) era sinônimo de saber ensinar, e que o bom professor “nascia feito”, ou seja, poderia levar a efeito boas aulas apenas a partir do conhecimento e da motivação em ensinar.

Construí uma nova visão de que o conhecimento conteudista é apenas uma parte necessária da competência que preciso desenvolver para educar com excelência. Aprendi, ainda, que não pretendo ser mera transmissora de conhecimento técnico científico que habilite o aluno ao exercício tímido e medíocre de uma profissão, mas desejo desenvolver a competência necessária para construir, junto aos meus alunos, uma sala de aula como lugar de “bom encontro”, com oportunidade de formar um cidadão crítico, reflexivo e plenamente consciente de seus direitos e deveres para o bom exercício da cidadania.

Neste aspecto, percebo que meu sonho inicial sempre foi ajudar a construir cidadãos, e que o ingresso no presente curso me lapidou e vem me capacitando a como fazê-lo, quando um dia me for oportunizada tal missão. Portanto, sou uma aluna grata pela presente especialização, ante a aprendizagem proporcionada, pois me faz querer ainda mais ser professora, e nesta condição, me faz acreditar que posso ser um ponto de acolhimento e apoio para tantos que passarão por mim, de quem aprenderei e a quem poderei ensinar.

Encerro, citando como a minha maior dificuldade enfrentada neste curso, a perda prematura do meu pai, meu grande herói humano, logo nos primeiros meses do curso. Porém tal acontecimento não me levou a querer desistir, mas me fortaleceu a seguir em frente, apesar da dor enfrentada, na certeza do orgulho e admiração que ele sempre teve por mim e

no direcionamento que me proporcionou, durante toda a vida, a sempre seguir em busca de meus sonhos, sendo este, pois, mais um deles.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 34. ed. ver. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Summus, 2012.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **O memorial no espaço da formação acadêmica: (re)construção do vivido e da identidade**. Disponível em: <http://www2.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI2_0121016140628.pdf> Acesso em: 04/09/2018.

“SOMOS TODOS UM SÓ, PELO BRASIL, PELO MEIO AMBIENTE”: GINCANA ACADÊMICA COM GRADUANDOS EM PEDAGOGIA¹

Douglas Pereira da Costa²
Centro de Ensino Tecnológico - CETEC

RESUMO

O estudo trata-se de um relato de experiência profissional docente sobre a prática educativa ao lecionar a disciplina de Gestão e Educação Ambiental aos alunos de uma turma de Licenciatura em Pedagogia de uma faculdade privada. Em que foi planejada e executada uma gincana com título e tema “Somos todos um só, pelo Brasil, pelo meio ambiente”, com o objetivo de refletir de forma lúdica, divertida e em expressões concretas sobre a temática de Educação Ambiental na formação dos graduandos, enfatizando ações de conservação e restauração do meio ambiente no desenvolvimento de conhecimentos, valores, habilidades e atitudes para tais fins. Por tanto, o relato evidencia que foi trilhado um caminho divertido e rico em expressões humanas e formativas que propiciaram o alcance do objetivo proposto com a gincana. Firmando-a como um recurso metodológico de grande valia no processo de formação de professores, sendo adaptável a todas as áreas, públicos e níveis de ensino formalizado.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Gincana Acadêmica. Pedagogia.

INTRODUÇÃO:

A Educação Ambiental (EA), segundo a Lei de Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, deve estar presente em todos os níveis e modalidades do ensino formal ofertado em território nacional. Diante disso, os cursos de formações de professores são direcionados a incluírem nos percursos formadores dos alunos, em todas as disciplinas, impulsionadores da formação crítica e social numa perspectiva ambiental (BRASIL, 1999).

Nesse contexto, Pequeno, Guimarães e Almeida (2010) afirmam que as universidades não podem fugir dessa realidade. E assim, para que a EA seja uma verdade prática, se faz

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Douglas Pereira da Costa: Mestre em Educação, Professor Bolsista do CETEC (Teresina-PI). *E-mail:* douglascosta.15@hotmail.com.

necessário que as instituições de nível superior em parcerias com docentes assumam a responsabilidade de diversificarem e acondicionarem conteúdos e metodologias para fins específicos de uma Educação Ambiental.

Nessa perspectiva, esse trabalho objetiva apresentar sucintamente e de maneira contextualizada, o relato de experiência docente com a realização de uma Gincana Acadêmica com alunos de uma turma de Licenciatura em Pedagogia de Aroazes, estado do Piauí, em regime semipresencial de uma faculdade privada. Tendo em vista a relevante contribuição acerca de métodos e técnicas de ensino na área da temática abordada em todo e qualquer nível de ensino.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho trata-se de um relato de experiência profissional docente (também autor do estudo) sobre a prática educativa ao lecionar a disciplina de Gestão e Educação Ambiental aos alunos de uma turma de Licenciatura em Pedagogia de uma faculdade privada, na modalidade semipresencial, na cidade de Aroazes, estado do Piauí, durante o primeiro semestre de 2018. Assim, evidencia-se um cunho qualitativo na pesquisa, ao deslumbrar a formação social dos indivíduos em estudo (MINAYO, 2001).

Conforme Sampaio e Barros (2015), as formas de ensinar são modificadas com o tempo e evoluem de acordo com as perspectivas educacionais. Acredita-se que esse apontamento seja verídico e cabível para a contextualização no desenvolvimento metodológico de aulas com alunos de nível superior. Pautados nisso, e no que afirma a Lei 9.795 acerca da “[...] busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental” (BRASIL, 1999), foi planejada e executada a Gincana com título e tema “Somos todos um só, pelo Brasil, pelo meio ambiente”.

O objetivo da gincana define o seu significado, em que objetivou refletir de forma lúdica, divertida e em expressões concretas sobre a temática de Educação Ambiental na formação dos graduandos, bem como, sobre assuntos pertinentes a relação do homem com

o meio natural em variados aspectos, enfatizando ações de conservação e restauração do meio ambiente no desenvolvimento de conhecimentos, valores, habilidades e atitudes para tais fins.

O trabalho lúdico com a gincana desenvolve diversas habilidades, disciplinas/temas/assuntos nas atividades, o trabalho em equipe, dentre outras vantagens apontadas por Sampaio e Barros (2015). Sendo assim, relataremos os procedimentos da gincana. Inicialmente, a proposta foi apresentada aos alunos, que em comum acordo, consideraram a ideia pertinente. Por meio de sorteio, a turma de 17 alunos foi dividida em duas equipes, cada uma com um líder, também, escolhido por sorteio.

Após as equipes formadas, professor e líderes das equipes se reuniram para apresentação dos objetivos, disposições gerais sobre o regulamento e as provas que seriam de conhecimento prévio das equipes. E assim, foram acertados detalhes, como as cores que representariam as duas equipes, decididas por verde e amarelo, pois estávamos em ano e período de Copa do Mundo de futebol, pertinente ao tema da gincana; e, ainda, foi combinada data da realização, um dia de encontro presencial e durante os dois turnos (matutino e vespertino). Um ponto importante discutido foi o local em que aconteceria a culminância das atividades, para então, foi escolhido o fundo de um quintal com acesso a roça, bem arborizado por mangueiras e coqueiros e com uma piscina, um local propício a proporcionar o contato com o meio ambiente natural. A partir de então, tornou-se responsabilidade dos líderes das equipes a mobilização de suas equipes para o trabalho em conjunto, a articulação para o cumprimento das provas e motivar todos participantes de maneira que a unanimidade fosse participativa, proativa e criativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De início, destaca-se a importância do planejamento para elaboração e execução da gincana, algo que requer dedicação e empenho por parte do docente, mas que no decorrer do trajeto educativo se torna prazeroso e gratificante, a experiência docente trouxe inúmeros

aspectos que ratificam isso, em sentidos subjetivos, científicos, sociais e educacionais. E, com isso, foi notável o trabalho comum em equipe, em troca de experiências e conhecimentos, na interação social entre si e com o professor e, mais, com o contato com o meio natural em uma realidade local.

Destacamos dois sentidos discursivos sobre esses aspectos, a vertente socioambiental e a construção de valores pelo educando a partir de sua realidade, ambos apresentados por Fernandez (2005), ou ainda, como pontuam Sampaio e Barros (2015), em que no ambiente fora da sala de aula, as figuras de cooperação e amizade se intensificam, vinculando o aprendizado ao patamar importante do afeto. Por tratar-se de discentes de ensino superior, já atuantes ou futuros professores da educação básica, a gincana também se vincula como um exemplo metodológico teórico-prático possível de adaptação para suas realidades como professores, fazendo da Educação Ambiental contínua e permanente, conforme a recomendação da Política Nacional da Educação Ambiental (BRASIL, 1999), ou ainda, para sua real “[...] efetivação nos processos formais de ensino, especialmente da educação básica, impõe a necessidade da formação de educadores/as. Uma atribuição que está posta para as instituições de ensino superior” (PEQUENO; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2010, p. 2).

Através das provas propostas aos graduandos, uma vasta variedade temática de conteúdos e discussões se abre dentro da realização da gincana. Abaixo, foram elencadas as tarefas de conhecimento prévio das equipes.

- Nome da Equipe – As nomearam como Tutti Green (verde) e Recicladores da Alegria (amarela);
- Bandeira da Equipe – A equipe amarela confeccionou com material reciclado;
- Grito de Guerra – Animados e criativos com base na temática;
- Mascote – Ambos foram produzidos com material reciclado, o Tutti (jabuti de jornal) da equipe verde e o boneco 3 R’s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar);
- Paródia – Abordaram a conservação do meio ambiente pela consciência cidadã;

- Roupas de Material Reciclado – Um casal de cada equipe desfilou com o traje produzido, desde as sandálias até os acessórios femininos. Dentre as confecções, teve um vestido de noiva de copinhos descartáveis.

Sobre os conhecimentos teóricos, os alunos estudaram um conteúdo acerca da Educação Ambiental e a Lei 9.795/99. Com base nisso, foram elaboradas duas tarefas: na primeira, os grupos teriam que montar o Objetivo Geral da EA corretamente, que estava impresso em papel e recortado; a segunda, foi a Torta na Cara, jogo de perguntas e respostas, em que os que erravam recebiam tortas no rosto. Com tais atividades, confere uma maneira dinâmica de estudar a teoria, contribuindo com a aprendizagem, a memorização e a compreensão dos aspectos literários e legais do assunto.

Dando continuidade às provas, as que seguem, não eram de conhecimento dos graduandos: O Jogo da Força aplicado com nome de animais em extinção; a separação de figuras de materiais plásticos, de metal, de papel e de vidro nas devidas cores da Coleta Seletiva; o recolhimento do maior número de Tampas de Garrafas da piscina com uma colher amarrada a um cabo de vassoura, referindo-se à poluição das águas de rios, açudes e lagos da região; e, uma Trilha Ecológica com jogo de dado e andando por casas, com tarefas em equipe e individuais, em que centrou vários conteúdos da EA e meio ambiente. E, ainda, artisticamente, mais duas provas que prezaram pela criatividade e expressões diversas. A confecção de um Quadro, apenas com material natural encontrado dentro do ambiente da gincana, e a outra, a produção de uma Propaganda conscientizando sobre os cuidados necessários com o meio ambiente.

Mais do que uma diversificação metodológica, as tarefas desenvolvidas se expandem dentro da aplicação do conhecimento teórico-prático da Educação Ambiental, abordando diversos ramos pertinentes à disciplina. Essa realidade evoca o caráter interdisciplinar alcançado com o desenvolvimento da gincana nesses moldes, onde uma única atividade foi capaz de englobar um universo mais vasto, amplo e abrangente de cada tema. Para Fernandez (2005), a interdisciplinaridade rompe barreiras e promove a abertura ao novo, assim, novos conhecimentos, novas estratégias e novos comportamentos se formaram nos pedagogos em formação. Além de todas discussões apresentadas, destacamos os processos de criatividade

trazidos à tona pelos graduandos nos mínimos detalhes em todas as provas propostas, conforme Sampaio e Barros (2015), em gincanas, isso é esperado e importante para o desenvolvimento acadêmico e social.

Figura 1 – Fotografias de momentos da gincana



Fonte: Arquivo pessoal do docente/pesquisador

Por fim, a gincana encerrou com um círculo composto por alunos e professor, não valorizando a competitividade em se ter uma equipe que obteve mais pontos, mas sim, revitalizando o aspecto cooperativo e do desenvolvimento socioambiental e de relações interpessoais proporcionados aos acadêmicos. Foi um momento de autoavaliação por parte de todos os sujeitos envolvidos na prática educativa.

CONCLUSÕES

O conjunto de tarefas intercaladas foi capaz de gerar múltiplos sentidos para a formação acadêmica, profissional, social, cultural e cidadã dos graduandos em Pedagogia, bem como, um forte componente metodológico no desenvolvimento da disciplina de Gestão

e Educação Ambiental pelo professor de nível superior. Uma forma lúdica e responsável de desenvolver em teoria e praticidade a EA, tão emergente de ações e debates contínuos e necessários no espaço acadêmico. Assim, foi trilhado um caminho divertido e rico em expressões humanas e formativas que propiciaram o alcance do objetivo proposto com a gincana. Firmando-a como um recurso metodológico de grande valia no processo de formação de professores, sendo adaptável a todas as áreas, públicos e níveis de ensino formalizado. Portanto, a experiência relatada evidencia que, conforme o lema da gincana, é se tornando “um só”, um só povo em um só propósito, que podemos lutar por um Brasil melhor em todos os âmbitos e esferas, mais especificamente, na preservação do nosso meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Presidência da República**. Brasília, 27 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 03 set. 2018.

FERNANDEZ, Verônica Cazarotto. **Educação Ambiental: um desafio a Pedagogia**. 2005. 81 f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFMS – RS), 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/573/Fernandez_Veronica_Cazarotto.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 set. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEQUENO, Maria Gorete; GUIMARÃES, Jean Philippe; ALMEIDA, Maria da Conceição V. **Educação ambiental no Ensino Superior: qual seu lugar nos processos de formação docente?** 2010. Disponível em: <http://afirse.com/archives/cd11/GT%2007%20-%20POL%C3%8DTICAS%20E%20PR%C3%81TICAS%20CURRICULARES/719_EDUCA%C3%87%C3%83O%20AMBIENTAL%20NO%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

SAMPAIO, Jemerson Souza; BARROS, José da Silva. O uso de gincanas pedagógicas para auxiliar o ensino aprendizagem. In: Congresso Nacional de Educação, 2, Campina Grande, out. 2015. **Anais eletrônicos...** Campina Grande, CONEDU, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA8_ID_294_12082015120658.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

A LUDICIDADE NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO¹

Edimar Alves Silva Lima²

Jovina da Silva³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O estudo trata da “ludicidade na docência do ensino superior: um caminho em construção”. A escolha do tema surgiu da necessidade de uma análise sobre a contribuição do lúdico no processo de ensino e aprendizagem superior, uma abordagem sobre a ação com as vivências das civilizações primitivas, suas peculiaridades naturais correlacionadas com a cultura do tempo. Seguido de uma compreensão dessa atividade cada vez mais presente na cultura, religiosidade e intelectualidade das gerações seguintes até a contemporaneidade, expressa por meio do jogo, dança, música, dramatização, contribuindo no fazer docente do nível básico ao superior. A trajetória metodológica tem abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico por partir de conhecimentos sistematizados em publicações de teórico que tratam do tema. Os teóricos que contribuem com esse trabalho são: Afonso; Ferrão; Luiz (2013), Alves; Sommerhalder (2011), Citra; Jesuino; Proença (2010), Masetto (2012), e outros que consideram essas questões lúdicas favoráveis ao processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, compreende-se que a ludicidade possibilita autonomia ao estudante de ensino superior, com alternativas para aguçar sua aprendizagem. Compreende-se que esse trabalho contribui para o aprendizado de estudantes pretensos ao exercício da docência e para docentes atuantes nessa área.

PALAVRAS-CHAVE: ludicidade, docência, ensino superior.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz uma abordagem sobre o lúdico enquanto recurso pedagógico no processo de ensinar e aprender no ensino superior, considerando-o como um instrumento facilitador na mediação do conhecimento e no ato de aprender de forma divertida, objeto de estudo de teóricos como: Afonso, Ferrão; Luiz (2013), Alves; Sommerhalder (2011), Citra; Jesuino; Proença (2010), Hoppe; Kraeff (2018), Machado; Wajcickoski (2018); Masetto (2012); Queiroz (2011); e outros pesquisadores, que dão conta da importância do fazer educar

¹-Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²- Pedagogo (UNIFSA), Especialista em Docência do Ensino Superior, Teólogo (INTA), atuante no ensino básico.

³- Mestre em Educação e Professora do UNIFSA.

por meio de dinâmicas, visto que o trabalho se torna favorável à metodologia de ensino do professor, e prazeroso para a aprendizagem do aluno, com probabilidade de rendimento mais significativo. A trajetória desse estudo caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, a qual objetiva analisar a contribuição do lúdico no processo de ensino e aprendizagem na educação superior. Para o alcance desse objetivo busca-se responder a seguinte questão: como o lúdico contribui no processo de ensino a aprendizagem superior? O fenômeno investigado tem correlação com brincadeiras, jogos, músicas, danças, dramatizações e outras atrações, algumas pertinentes às vivências naturais, o que era relativo a cultura dos povos primitivos, outras foram adequadas à realidade das civilizações que sucederam numa trajetória milenar das novas sociedades que foram agregando essas ações às inovações e às suas peculiaridades cultural na vida artista, religiosa e intelectual de cada época e lugar, trazendo uma contribuição para a geração contemporânea. Portanto, espera-se que este estudo possa contribuir para todas as áreas da formação superior.

PERCURSO METODOLÓGICO E CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS

Trata-se de um trabalho de procedimento bibliográfico, realizado por meio de uma revisão em obras literárias de autores confiáveis, defendido por Lima, (2008, P. 48), como a coleta de informações escrita por meio de consulta em fontes fidedignas, e, de natureza qualitativa por se tratar da análise de uma investigação científica dos dados pesquisados, dessa forma compreendida por Gil (2008, p.175).

O objetivo da realização dessa pesquisa traz um olhar transparente dos benefícios que o lúdico proporciona no processo de ensino e aprendizagem superior, por se tratar de contribuição no trabalho do professor, ao desenvolver as habilidades dos alunos de forma prazerosa. Partindo desses pressupostos aliado às considerações defendidas por autores que tratam do ensino e a aprendizagem contextualizada com o lúdico, percebe-se que na contemporaneidade há a necessidade de se trabalhar com esse recurso didático na docência, em atendimento às transformações sociais e em particular a educação. Nesse sentido, analisando as metodologias tradicionais de ensino e aprendizagem outrora propostas para as

atividades pedagógicas, comparadas com os avanços científicos e tecnológicos atuais, a educação precisa ser reorganizada, a partir do seu currículo, e das propostas nele contidas, munidas de uma concepção de métodos que possibilitam o alcance do novo perfil de discente que exige um preparado com um letramento inovador.

Diante desse cenário, Machado; Wajcickoski (2018, p.2) afirmam que as novas metodologias educacionais voltadas para o ensino superior, precisam serem condizentes com a realidade dos estudantes, considerando a “dramatização, a adivinha” e outras atividades lúdicas favoráveis ao avanço cognitivo proponente ascendente da construção do saber e do desenvolvimento social das pessoas. Com esse mesmo pensamento Hoppe; Kroeff, (2018, p.167), expressam que o processo de ensino e aprendizagem inovou-se com o apoio das reformas de 1990, trazendo assim, nova concepção do fazer docente no ensino superior. Nesse sentido, as tecnologias ativas em trâmite na contemporaneidade se tornaram entre outros, recursos possibilitadores do processo de ensino e aprendizagem, mecanismo metodológico favorável, considerando as inovações contidas no saber cognitivo que cada discente leva consigo para os espaços escolar, por tanto, basta que os discentes sejam estimulados e direcionados ao uso destas técnicas inovadoras.

Militão (2006, p.1), no seu argumento sobre a intencionalidade dessas reformas educativas, afirma que o ponto central da questão é a “descentralização dos sistemas de ensino dos países da América latina”. Em suas análises, o referido autor faz importantes descobertas, e dentre elas destaca: garantia para a ampla reforma dos sistemas educativos; a reorganização da gestão educacional, tendo a descentralização como única forma de propiciar a autonomia, e dessa forma, ter condições favoráveis de integrar instituições de ensino e comunidade, criando entre si uma relação harmoniosa das instituições de ensino com a sociedade, na busca por melhoria educacional.

Compreende-se que a promulgação desses trâmites legais sobre a Reforma para o Ensino, assim como as tecnologias ativas, abriram espaço sobre a autonomia das escolas no desenvolvimento de um trabalho que atenda a realidade regional, e sobre tudo aos aspectos culturais, com a inserção do lúdico enquanto ação estratégica, e por tanto, assegurado no

currículo. Por essa lógica, Masetto (2012, p.81), ao se pronunciar sobre a proposta do currículo para a formação no ensino superior, fala da necessidade vital da formação continuada fazer parte da inovação do professor, considerando que esse aspecto integra as diferentes relações “epistêmicas” entre professor e aluno nesse nível de ensino, a partir do saber do discente nesse processo.

Nesse ínterim, percebe-se as transformações com vista a favorecer os aspectos culturais das sociedades desde os primórdios. Colabora com essa concepção Citra; Jesuino; Proença (2010, p.230), quando dizem que o surgimento de uma nova organização social e econômica influencia na vida das sociedades desde as comunidades primitivas.

PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR

O docente enquanto facilitador da aprendizagem no ensino superior enfrenta bastantes desafios na carreira de quem almeja esse ofício, principalmente para quem quer fazer bem o exercício da docência. Consistência e superação são duas molas mestre da questão para ultrapassar os obstáculos. Nesse caso, a solução é a formação continuada, que perpassa o saber adquirido pelo tempo do exercício profissional do professor, à medida que novos paradigmas surgem no contexto social e cultural. Se eximir da ressignificação do saber ser, pressupõe está fadado ao fracasso. Nesse sentido complementa Garcia (1999, p.22)

A formação continuada de professores favorece questão de investigação e de propostas teóricas e práticas que estudam os processos nos quais os professores se implicam, e que lhe permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola.

Relações de interdependência entre professor X aluno: com o uso do lúdico

A relação de interdependência, do professor enquanto mediador e o aluno enquanto centro do processo da aprendizagem constrói o saber. Nesse sentido, é uma construção de letramento adquirido a partir da leitura de mundo, de suas vivências intra e extra familiar. Esse pressuposto demonstra uma preocupação com a linguagem, com a subjetividade, com a

apreciação dos valores éticos, moral e intelectual, dos quais decorre a cidadania. A demais a “construção da cidadania não é uma conquista adquirida em curto prazo, nem simples de se conseguir” Silva; Lima (2016, p.37). A conquista dessa virtude pelo indivíduo exige cumprimento de regras, normas e obrigações para resultar em direitos, dentre eles a educação, regulamentada pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96.

O ponto de partida para essa conquista está no ato de ensinar, e para tanto deve ser realizado em ambiente apropriado, desenvolvido por profissionais que considerem o saber do aluno, estimule, motive e eleve o interesse dele pela aprendizagem. Nessas normativas e condições se encontram “preceitos que determinam a compreensão da educação superior”, bem como as propostas aceitas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) Silva; Lima (2016, p. 37).

O lúdico como instrumento educativo no ensino superior

Estudos dão conta de que as propostas da inclusão do lúdico no processo de ensino e aprendizagem tem sido palco de debates cada vez mais apreciados, por defensores desses recursos como instrumento pedagógico. De acordo com Afonso, Ferrão e Luiz (2013, p.3), o jogo enquanto ferramenta educativa no ensino superior contribui na aprendizagem de forma “interativa e divertida” em conteúdo de determinadas disciplinas, essa maneira de se ensinar e aprender brincando, rompe com a metodologia tradicional. Embora seja uma especulação de maior interesse por autores da educação infantil, há de se compreender, que assim como na educação básica, um jogo no ensino acadêmico, pode trazer resultado plausível na aprendizagem. Esse recurso proporciona ao aluno a seguir múltiplas vertentes: envolvimento com a subjetividade, percepção dos objetivos propostos e estímulo ao querer e ao fazer o aprendido. O ato divertido de aprender, induz uma visão holística ao aluno e ao professor, mediador e avaliador da atividade proposta. Esse olhar colaborativo do lúdico no processo de ensino e aprendizagem é apreciado pelo historiador Huizinga (1980) citado por Alves; Sommerhalder (2011, p.17), como uma ferramenta corroborativa nas vivências sócio-culturais, e assim descreve:

[...] uma atividade voluntária, exercida dentro de determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotados de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana. (HUZINGA, 1980, p. 33).

Nas sociedades primitivas no entender de Citra; Jesuino; Proença (2010), o modelo educacional das pessoas desde criança acontecia pela imitação natural e espontânea, por meio da prática, e não existia escola. Essa informação nos remete a compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem requer direcionamento com estratégias inerentes a particularidades do aluno. Para Friedmann (2012, p.45), a construção da aprendizagem depende em parte da motivação por “iniciativa, e independência para criar ideias”. São características absolutamente peculiares da personalidade integral do indivíduo. Para a referida autora é com essa visão que concebe o lúdico, um caminho “possível” de alternativas no processo do ensino e aprendizagem. Ela proporcionava uma “dimensão” utilitária na “integração” e interação entre as culturas, favorecendo com isso as pessoas nas adversidades cotidianas e dá forma a outras descobertas e enriquece o intelecto do indivíduo. Partindo dessas reflexões sobre o significado que o lúdico representa dentro da dimensão humana Alves; Sommerhalder (2011, p.13) o jogo é a primeira forma de se comunicar com o mundo. É o “ponto de partida” para o ser humano principiar sua relação de aprendizagem com a cultura, e assim ampliar e socializar suas experiências em todos os espaços da aprendizagem sistematizada, inclusive a escolar, desde que a instituição assim o considere. Entre as formas de utilização do educar com o lúdico, sugere “jogos, dramatizações, histórias, músicas, danças e outras.

CONCLUSÕES

O estudo sobre a ludicidade ao longo dos tempos tem sido alvo de investigação por pesquisadores interessados em saber da importância que tem esse fenômeno para as pessoas. As civilizações primitivas tinham em comum uma relação espontânea do lúdico, embora não tivessem uma intencionalidade sistematizada na forma de se divertirem com o que era próprio

da natureza. Essas relações propiciavam às pessoas um letramento consistente e transitório para as gerações sucessivas que aos poucos foram adequando suas diversões com a realidade cultural própria de cada lugar, sem perder a subjetividade contida em cada tipo e forma de divertimento.

Verificou-se que com o passar dos tempos surgiram novos instrumentos de diversão, artificial, industrial com intencionalidade comercial, mas também de cunho educativo, para atender as preferências e escolhas dos brinquedistas que se atualizavam das inovações tecnológicas ascendentes no decorrer dos séculos. Desse contexto surgiu a ideia de se educar brincando no fazer pedagógico, principiando na educação básica, considerando que o ensino e a aprendizagem realizada com o lúdico proporcionam um trabalho mais rentável ao professor e vantajoso na qualidade da aprendizagem do aluno. Foi percebido nesse estudo que os resultados na qualidade do trabalho docente realizado com a ludicidade nesse nível escolar, tem apresentado vantagem na aprendizagem dos alunos que desenvolvem suas habilidades de forma prazerosa nos espaços das instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Ricardo Alexandre, LUIZ, Aldiran; PEREIRA, Clarisse Ferrão. **Utilização de jogos de computador no ensino superior**. Arapiraca: 2013. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2013/cd/266.pdf>. Acesso em: 20/04/2018.

ALVES, Fernando; Sommerhalder Aline. **Jogo e a educação da infância: muito prazer em aprender**. Curitiba: CRV, 2011.

CITRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes; JESUINO, Misto dos Santos; PROENÇA, Michelle Alves Muller. **A historicidade do lúdico na abordagem histórico-cultural de Vygotsky**. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3694625.pdf>. Acesso em: 21/10/2014.

FRIEDMMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão**. São Paulo: Moderna, 2012.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores para uma mudança educativa**. Porta Alegre: Porto editora, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

HOPPE, Luciana; KROEFF, Adriana Maria Santos. **Educação Lúdica no Cenário do Ensino Superior**. Disponível em <http://site.veracruz.edu.br/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/view/175>. Acesso em: 01/09/2018.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACHADO, Beatriz; WOJCIKOSKI, Veridiana S. **O lúdico no ensino superior: uma proposta de inovação pedagógica**. Disponível em: [HTTPS:// WWW.inesul.edu.br/revita/index.php? vol 47](HTTPS://WWW.inesul.edu.br/revita/index.php?vol=47). Acesso em: 27/08/2018.

MASSETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. **Organismo internacional: arautos da descentralização educativa na década de 90**. InterATIVIDADE, v. 1, p1-7, 2006. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/decada-90-reformas-educativas-descentralizacao.htm>. Acesso em: 30/08/2018.

SILVA, Jovina da; LIMA Renato Francisco; **Ensino superior: avaliação e planejamento**. Produção editorial, projeto gráfico e arte: Teresina, 2016.

DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: UM TESOURO VALIOSO¹

Alexandra Bezerra de Sousa Gonzaga²

Jovina da Silva³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O presente estudo objetiva discutir o portfólio como método avaliativo da disciplina Didática, Currículo e Organização do Trabalho Docente, do Curso de Pós Graduação em Docência em Ensino Superior do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, sob a orientação da profª Ma. Jovina da Silva. O relato desta proveitosa vivência acadêmica me permite manter um registro fidedigno do aprendizado construído durante as aulas da referida disciplina, e, assim, poder alargar o campo de conhecimento daqueles que pretendem ingressar no exercício da docência. Essa experiência evidenciou o quanto a Didática é necessária para a construção qualitativa do docente e do processo educacional no qual ele esteja inserido, bem como o quão imprescindível é, uma educação que pautada pela construção do ser humano em toda sua plenitude, é o conhecimento didático-pedagógico levado a efeito na prática docente. A utilização de tais competências é a rota mais segura para se chegar a uma aprendizagem significativa.

PALAVRAS CHAVE: portfólio, didática, docência.

INTRODUÇÃO

A disciplina Didática, Currículo e Organização do Trabalho Docente é integrante da grade curricular do curso de Pós-Graduação em Docência em Ensino Superior ofertado pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, com carga horária de 48 horas, tendo sido ministrada pela professora Ma. Jovina da Silva, em aulas distribuídas entre os dias 29/01/2018 a 03/02/2018, bem como nas datas 17/02/2018 e 24/02/2018.

Durante as aulas foram realizadas diversas atividades que, de forma sistemática e coerente, proporcionaram um conhecimento abrangente acerca da Didática e da importância

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Direito pelo UNIFSA. Pós-Graduada do Curso de Docência do Ensino Superior do UNIFSA. E-mail: alexandrabezerra.adv@hotmail.com.

³ Mestrado em Educação pela UFPI. Professora Orientadora do presente relato de experiência acadêmica. E-mail: profjov@hotmail.com.

de sua valorização no exercício da docência em ensino superior. Deste modo, o Portfólio que materializa o relato desta experiência tão bem vivida acaba sendo uma estratégia proveitosa àqueles que são docentes ou que pretendem ingressar no exercício da docência, pois vem despertar para a incontestável importância da formação didático pedagógica.

DESCOBRINDO NOVOS HORIZONTES PELA DIDÁTICA

A viagem que proporcionou a descoberta de um valioso tesouro a ser aprendido e praticado no exercício da docência do ensino superior, teve seu ponto de partida em 29/01/2018, na primeira aula da disciplina “Didática, Currículo e Organização do Trabalho Docente”, conforme previsto no cronograma da disciplina. Não obstante a data acima prevista, a professora ministrante antecipou a largada ao enviar aos alunos, via e-mail, o texto “A importância da Didática para a formação do docente do Ensino Superior”, acompanhado das orientações de estudo respectivas, a fim de que fosse lido antes do primeiro encontro em sala de aula.

Inicialmente, foi procedida à apresentação geral da disciplina e da “viagem” que se seguiria pelos próximos dias. O texto acima citado fora debatido em sala de aula, de forma direcionada, com ampla participação da turma, uma vez que já havia sido lido previamente por todos. Assim, o debate foi rico e, ao final, foi sugerido que todos respondessem ao questionário proposto, o que certamente proporcionou riqueza ao aprendizado.

O segundo encontro da disciplina aconteceu no dia 30/01/2018. A aula retomou o debate do texto proposto no encontro anterior, oportunidade em que a turma apresentou suas respostas ao questionário formulado como orientação de estudo. Tal discussão foi relevante para enriquecer o conhecimento já adquirido por meio da leitura, com os saberes diversos apresentados pelos colegas à medida que iam discutindo o assunto.

Após o encerramento do tempo reservado para a discussão supracitada, a mestra levou a efeito a ministração de aula, tendo exposto conhecimentos acerca da Trajetória da Didática, de modo que pode sintetizar os pontos mais elementares tanto do primeiro texto, como também do texto “Relações da Didática com as Pedagogias Diretivas e Não-Diretivas”.

Após um período de aula expositiva em que permitiu a discussão com os alunos, a professora levou a efeito uma atividade a ser realizada em sete equipes, cuja ordem de apresentação ficou definida conforme as funções a serem desempenhadas.

Em data de 31/01/2018, foi a vez de testar o aprendizado e construir saberes por meio da atividade que estava a cargo de cada grupo desenvolver. Dessa forma, cada membro reuniu-se em seu grupo e passaram a trabalhar em sala de aula, a fim de atender a missão proposta a cada equipe, preparando a apresentação que ocorreria na culminância da atividade proposta.

A terceira equipe, da qual fiz parte, no período da aula deu-se a elaboração/construção dos questionamentos que estavam sob a nossa incumbência e, que, no momento da apresentação, deveriam ser direcionados às demais equipes. Foi exigido pela professora uma pergunta de nível considerável e bem elaborada, logo, tornou-se imprescindível o cuidado de todos.

Ao fim do tempo estipulado para o planejamento da apresentação coletiva, tiveram início as apresentações. Todas as equipes com seus respectivos membros foram à frente e fizeram uma exposição de seus conteúdos/ideias/questionamentos conforme as responsabilidades que lhes havia sido atribuída. Foi um momento bem interessante, porque a turma empregou tempo e habilidades para construir, estudar, “ressignificar” e transmitir saberes dentro da disciplina. Como também o momento em que puderam perceber o olhar acurado da professora em relação à apresentação de todas as equipes.

Para o novo encontro do dia 01/02/2018, a professora colocou à disposição da turma o texto “DIDÁTICA E DOCÊNCIA aprendendo a profissão” e sugeriu que lêssemos previamente à aula, uma vez que iria ser trabalhado em sala de aula. Este é uma rica fonte de conhecimento que trata do planejamento da prática docente em seus múltiplos aspectos, discorre desde os princípios e sujeitos do planejamento, até as situações de ensino, englobando objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação da aprendizagem.

Na sala de aula, a professora passou a explicar o conteúdo do texto já lido, por meio de aula expositiva e participativa, com a utilização de slides, e direcionou a explanação do assunto de modo a ressaltar os pontos mais elementares a serem compreendidos.

Deveras, foi uma aula bem enriquecedora, pois foram apresentadas as máximas para o Planejamento de Disciplina. Uma abordagem geral sobre a importância de planejar e os frutos que poderão ser colhidos dessa prática. Ao final da aula, a professora apresentou a proposta para as aulas seguintes, a saber, a realização de uma oficina pedagógica, com definição de temas e escolha do material de estudo.

A oficina proposta na aula anterior foi: TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: IMPASSES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS, cujo objetivo era possibilitar aos participantes uma ampliação de conhecimentos e aquisição de habilidades às abordagens de ensino e aprendizagem interdisciplinar e de metodologias ativas.

A atividade consistiu em produção coletiva em que cada equipe deveria apresentar um produto, no qual fizesse constar justificativa, objetivo, fundamentação, procedimentos, avaliação e referências, acerca dos seguintes temas, respectivamente: Equipe 1: Prática Pedagógica Interdisciplinar: Concepção, planejamento e execução; Equipe 2: Sala de Aula Invertida: da concepção à realização; Equipe 3: Portfólio como instrumento metodológico e avaliativo; Equipe 4: Metodologia Ativa: dos fundamentos à prática; Equipe 5: Metodologia Ativa: estratégias diversas; Equipe 6: Pedagogia Ativa Híbrida: concepção e estratégias.

Assim, concluiu-se esse encontro do qual saímos com a certeza de que planejar é uma arte, bem como que os resultados de um bom planejamento são magníficos. Uma disciplina/aula bem planejada é uma verdadeira obra de arte, em que o artista consegue arrancar da plateia os melhores resultados.

No que tange ao encontro realizado dia 02/02/2018, este foi especialmente planejado para ser realizado no Laboratório de Informática do Centro Universitário, haja vista que o mesmo foi voltado completamente para a construção dos produtos, objeto da oficina pedagógica. Portanto, a turma dividiu-se em equipes de modo que os membros reunidos passaram a pesquisar, debater, analisar, estruturar e construir o produto do qual tinham sido incumbidos.

Foi uma aula bem exigente, pois pesava sobre cada um a responsabilidade de jogar na prática o conhecimento teórico adquirido. Ser tirado da zona de comodismo pode causar certo

descontentamento a princípio, mas são doces os frutos colhidos dessa experiência. Afinal, a preguiça de construir não leva a desenvolvimento algum.

Dessa forma, a aula a ser realizada no sábado dia 03/02/2018, estava gerando expectativa e causando apreensão na turma toda, por ser nela que se apresentariam os produtos da oficina pedagógica. A aula estava prevista para ser realizada das 08hs às 12hs e das 14hs às 18hs. No horário acima apazado, tiveram início as apresentações, sendo que uma a uma as equipes foram à frente e apresentaram para a turma o produto que havia sido elaborado.

Como também, após a conclusão de cada equipe, a professora levou a efeito comentário acerca do que havia sido exposto, considerando desde o conteúdo, como as estratégias e habilidades desenvolvidas. Apontando, com isso, algumas inadequações observadas, bem como sugestões e conclusões acerca do trabalho.

Após todas as apresentações/demonstrações, a aula foi encerrada com a certeza de que ficou um riquíssimo leque de possibilidades sugerido para cada um que atentou para as exposições. Resta escolher a ferramenta certa e o momento adequado para levar a efeito como docentes.

Dia 17/02/2018 foi realizado mais um encontro da disciplina, desta feita o objetivo seria levar a efeito a realização de atividade de planejamento de ensino e aprendizagem. Assim, a mestra avisou previamente no grupo de *whatsapp* da turma que como iríamos praticar o planejamento de ensino e aprendizagem em sala de aula, seria interessante levarmos livros de acordo com a área que pretendêssemos ministrar aula.

Na parte teórica desta aula, a professora discutiu o planejamento de ensino e aprendizagem, tendo ensinado/orientado como construir um Plano de Disciplina, bem como um Plano de Aula, demonstrando cada um de seus elementos constitutivos.

Entre as muitas coisas aprendidas, chamou-me a atenção a interligação/comunicação que deve haver entre os elementos de um plano de disciplina, pois todos devem considerar um objetivo maior e comum. Portanto, primeiro defino os objetivos a serem atingidos; baseados nesses objetivos escolho os conteúdos a serem ministrados e faço uma previsão das

habilidades que quero que meus alunos desenvolvam, escolho os recursos didáticos a serem utilizados e os instrumentos da avaliação da aprendizagem dos alunos.

Na segunda parte do dia, foi realizada a prova escrita e individual com a turma. Uma avaliação muito bem elaborada que exigia dos alunos múltiplos saberes acerca do conteúdo, sobretudo, habilidades para conseguir interpretar e responder a contento. Portanto, encerrou-se esse encontro, tendo ficado para o próximo e último da disciplina, a importante missão das demonstrações de aula por parte dos alunos.

Finalmente, chegou o dia 24/02/2018, último encontro da disciplina, quando seria levado a efeito plano e demonstração de uma situação didática, ou seja, a demonstração de aula. Este encontro foi dedicado a esta finalidade, sendo que o tempo foi reservado para as equipes ao longo do dia.

Enquanto isso, quem não estava apresentando, deveria realizar a avaliação de quem estava, sendo que a professora distribuiu para cada aluno um roteiro de avaliação a ser preenchido, do qual constavam as seguintes exigências: Atribuição de nota de desempenho da Equipe apresentadora da atividade, de 01 a 05, conforme os critérios: 1. Domínio do Conteúdo. 2. Integração da Equipe. 3. Clareza, Objetividade, Coerência e Coesão. 4. Estratégias Didático-pedagógicas. 5. Recursos Didáticos. 6. Avaliação. Além disso, deveríamos complementar a avaliação fazendo comentários breves de pontos fundamentais para melhoria do desempenho da equipe em questão.

Vale ressaltar que após a apresentação de cada grupo, a mestra fazia intervenções acerca da ministração, de modo a levantar os pontos chaves, fazendo com que o aprendizado fosse aprimorado. Assim, encerramos as atividades, bem como a disciplina. Mas antes da saída para a foto e para casa, a professora levou a efeito comentários sobre a prova realizada na aula anterior, de modo que percebemos a importância da elaboração da avaliação de aprendizagem.

CONCLUSÃO

Concluída a nossa viagem através da disciplina “Didática, Currículo e Organização do Trabalho Docente”, posso citar, dentre as várias lições aprendidas, que a prática educativa

possui papel fundamental na formação humana e que o professor, muito além de mero transmissor de conteúdo, é um mediador de saberes, carrega consigo a missão de ensinar o seu aprendiz a pensar certo. Neste ponto, percebi que o conhecimento didático-pedagógico é necessário para a construção qualitativa do docente e do processo educacional no qual ele esteja inserido, sendo a didática considerada um instrumento facilitador do processo de ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, concluo afirmando ser imprescindível para uma educação que pautada pela construção do ser humano em toda sua plenitude, o conhecimento didático-pedagógico levado a efeito na prática docente. A utilização de tais competências é a rota mais segura para se chegar a uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Marlécio M. da Silva. **RELAÇÕES DA DIDÁTICA COM AS PEDAGOGIAS DIRETIVAS E NÃO-DIRETIVAS.** Disponível em:

<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Revista/N%2012/revista%2012.pdf>

Acesso em: janeiro de 2018.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de: et al. **Didática e Docência: aprendendo a profissão.** Brasília: Liberlivro, 2011.

GONÇALVES, Rita Maria Grilo; ROCHAEL, Magda Cristina Nascimento. **A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA PARA A FORMAÇÃO DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR.** Disponível em: <http://www.fepi.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/253/142>. Acesso em: janeiro de 2018.

EMPODERAMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS POR MEIO DA PEDAGOGIA DO ESPORTE¹

Allan Richer Santos Lopes²

Matheus Gomes de Sousa³

Mesaque Silva Correia⁴

Universidade Federal do Piauí-UFPI

RESUMO

O referido estudo ensaístico tem como objetivo suscitar junto aos profissionais da área da Educação Física Escolar algumas reflexões inerentes à possibilidade de estruturar um processo de empoderamento de professores e alunos por meio da pedagogia do esporte. Uma vez que a prática do esporte, por sua função incontestável no seio da escola, necessita superar o processo esportivo reprodutor e apoiar-se em uma concepção que insira o movimento humano no mundo vivido do educando e o problematize de forma contextualizada para se tornar significativo e, por extensão, uma via de acesso à conscientização social, política e corporal dos alunos. Para tanto, busca apoiar-se em um arcabouço teórico que de forma que possibilita pensar o ensino dos esportes para além das linhas da quadra e das regras do jogo, mas como um conteúdo que pode auxiliar no desenvolvimento social, moral e cognitivo dos alunos.

PALAVRAS – CHAVE: Prática Esportiva, Método de Ensino, Educação Física.

INTRODUÇÃO

A articulação entre Educação Física e Ciências Humanas anuncia a construção de variadas abordagens pautadas em análises culturais. Crítico-emancipatório; Crítico-superador; Plural e Socioculturais são alguns exemplos de abordagens para a prática da Educação Física escolar. Contudo, quase sempre as referidas abordagens ficam muito mais no plano retórico do que na sua efetivação na quadra de aula. Como enfatiza Tani (2002), as propostas pedagógicas desenvolvidas ao longo do tempo e que buscaram superar a educação

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduando em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. allan25526@hotmail.com

³ Graduando em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. matheus_net12@hotmail.com

⁴ Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeus – USJT; Docente da Universidade Federal do Piauí – UFPI. mesaquecorreia@bol.com.br

tradicional na área da Educação Física, até o presente momento pouco conseguiram alterar nas práticas realizadas.

Dessa forma, este estudo tem a intenção de suscitar junto aos profissionais da área algumas reflexões inerentes à possibilidade de existir um processo de empoderamento de professores e alunos por meio da pedagogia do esporte. Uma vez que a prática do esporte, por sua função incontestável no seio da escola, necessita superar o processo esportivo reprodutor e apoiar-se em uma concepção que insira o movimento humano no mundo vivido do educando e o problematize de forma contextualizada para se tornar significativo e, por extensão, uma via de acesso à conscientização social, política e corporal dos alunos. Como bem enfatiza Freire (2009), a problemática da Pedagogia do Esporte encontra-se frequentemente no íntimo daqueles que seriam encarregados de praticar a pedagogia nessa área da cultura humana. Mas para o referido autor, os professores incumbidos de ensinar esportes não se sentem suficientemente convencidos de que é possível fazê-lo.

MATERIAL E MÉTODO

Para atingir os objetivos propostos, utilizamos os pressupostos teóricos e metodológicos do ensaio científico. Para Correia (2017) o ensaio científico tem como vocação colocar em pauta temas relevantes que necessitam serem refletidos e analisados à luz da literatura científica. A sombra desse pensar Minayo (2008) aponta que o ensaio científico ganha sua relevância científica por trazer para o mundo científico pontos de vistas distintos sobre um mesmo fenômeno. Aponta Correia (2017) que no momento de análise da literatura o autor deve inserir seu ponto de vista sobre o fenômeno investigado trazendo nossas contribuições para a ciência.

EMPODERAMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS POR MEIO DA PEDAGOGIA DO ESPORTE

Empoderamento é um termo polissêmico que pode ser compreendido de diversas maneiras e o seu significado ganha contornos dependendo da posição, dos interesses políticos e ideológicos de quem dele se apropria. Em termos conceituais a literatura especializada

apresenta duas vertentes teóricas: a primeira diz respeito a ações filantrópicas que exercem o papel político de ajustamento estrutural, com o objetivo de integrar os atores sociais ao sistema capitalista. A segunda vertente, com a qual comungamos, faz a opção política por defender a autodeterminação de indivíduos e comunidades, com o objetivo de participação efetiva na busca da democracia e equidade, em que o profissional assume o papel importante na mediação de processos propulsores do empoderamento individual e coletivo (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Entretanto, para que não perca sua consistência e propositura no contexto da realidade da Educação em geral e, em particular, da Educação Física escolar, segue seu fio condutor, que é o de fazer com que os sujeitos, coletivamente, apoiados ou não pelo Estado, encontrem caminhos para a efetivação de um processo educativo que não lhes restrinja a liberdade. No caso da Educação Física escolar, o empoderamento de professores e alunos tem consequências diretas no processo de estruturação e significação da disciplina no ambiente escolar. Além disso, o conteúdo esporte, que no decorrer da história da Educação Física tornou-se hegemônico nas aulas, ganha um trato pedagógico que faz uso de uma abordagem *bottom-up*¹ surge do solo da escola, ancorado nas vivências corporais dos alunos e nos significados a elas atribuídos, contrapondo-se a práticas educativas verticalizadas e diretivas, *top-down*² que chegam ao solo da escola desvinculadas das vivências corporais dos alunos e desatreladas de significados por eles atribuídos. A prática esportiva realizada por intermédio da abordagem *top-down* é trabalhada mediante regras institucionalizadas, e a ação pedagógica é centrada na esportização que objetiva a formação de atletas.

Por essa razão, militamos aqui pela estruturação de uma ação educativa que objetive o empoderamento individual e coletivo dos agentes envolvidos no processo educativo. Pois uma proposta educacional, cuja premissa é a capacitação comunitária para reconhecimento

¹ Abordagem bastante utilizada na área da saúde coletiva, que significa entender a ação comunitária como de extrema importância tanto para o processo de resoluções de problemas individuais como coletivos direcionados ao processo saúde/doença. Ver em: Becker, D. et al. *Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (3): 655-667, 2004.

² Igualmente utilizado pela área da saúde coletiva para designar programas de saúde que desenvolvem suas ações de forma verticalizada, que propõem ações a partir de decisões institucionalizadas, focalizadas em questões de prevenção de doenças em oposição à mudança de comportamento. Para esses programas, o *empowerment* é visto como instrumental. Ver em: Becker, D. et al. *Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (3): 655-667, 2004.

de suas necessidades e tomadas de decisões, leva os sujeitos à reflexão individual e coletiva sobre tudo que fazem, o que acarreta um impacto positivo no desenvolvimento social.

Militamos, ainda, pelo uso da abordagem *bottom-up* para a materialização das práticas esportivas no ambiente escolar, pois quando utilizada na quadra de aula tem como essência a valorização das manifestações corporais que se encontram na escola e no universo mais amplo, e almeja à ampliação dos gestos corporais e à participação dos alunos no decorrer das atividades propostas. O professor, ao longo de sua práxis educativa, busca superar a prática do movimento pelo movimento, do jogo pelo jogo e apoiar-se numa concepção em que as necessidades humanas, bem como o mundo vivido pelos educandos, sejam problematizados. As necessidades humanas florescerão do mundo da vida, que é formado no contexto das ações e situações e que fornecerá subsídio de investigação dos temas a serem trabalhados no decorrer do processo educativo.

Da mesma forma que ao induzir à autorreflexão, por meio da pedagogia do esporte, os alunos poderão perceber a coerção auto imposta de que padecem, e passarão a dissolver o “poder” ou a “objetividade” dessa coerção e assumirão um estado de maior liberdade e conhecimento de seus verdadeiros interesses, ou seja, esclarecimento e empoderamento (KUNZ, 2006). Acreditamos que o empoderamento de professores e alunos por meio da pedagogia do esporte será possível no momento em que o ensino dos esportes nas aulas de Educação Física Escolar ultrapassar o desenvolvimento de técnicas, habilidades e destrezas motoras do esporte, e for fomentado um processo educativo em que os conhecimentos teóricos e práticos possibilitem o desvelamento do fenômeno esportivo pelos alunos, levando-os a praticar o esporte de acordo com suas possibilidades e necessidades (KUNZ, 2006).

No nosso entender, professores empoderados, são professores conscientes de seu fazer social. São conscientes de que o ser humano se faz humano apropriando-se da humanidade produzida historicamente. Nesse sentido, os professores compreendem que reconhecer a historicidade do ser humano significa, em se tratando do trabalho educativo, valorizar a transmissão da experiência histórico-social e do conhecimento socialmente existente (DUARTE, 2001).

Infelizmente, no campo da Educação Física Escolar as práticas corporais realizadas quase sempre desconsideram o aluno como sujeito histórico e o conhecimento como um instrumento socialmente construído. De acordo com Sadi (2010), a prática esportiva no ambiente escolar, por falta de fontes teórico-práticas fidedignas, quase sempre é não inclusiva, alienante e garante a perpetuação de preconceitos sexistas. Para o referido autor, o ensino dos jogos populares, esportivos, olímpicos e não olímpicos sem dúvida pode se constituir como um meio eficaz de inclusão, de instigação do aluno como sujeito da procura, da decisão, da ruptura, da opção, desde que não esteja desatrelado da prática pedagógica, isto é, da realidade da Educação Física. Para isso, professores e alunos precisam perceber as origens da alienação e os determinantes da dominação que socialmente é imposta pelo ensino de algumas modalidades esportivas e buscar caminhar no sentido contrário desse discurso fragmentador e alienador do movimento corporal e da autorreflexão na quadra de aula. Portanto, o ensino do esporte na quadra de aula deve ser compreendido como uma via que tanto pode levar a uma falsa consciência, como pode provocar o empoderamento de professores e alunos.

Portanto, não há dúvida que, do ponto de vista educacional, utilizar os princípios da abordagem *bottom-up* e os pressupostos da pedagogia do esporte para trabalhar as modalidades esportivas no ambiente escolar, se constitui em uma via de mão dupla para o processo de empoderamento de professores e alunos. Nesse sentido, o trato pedagógico atribuído aos esportes e ancorado nas necessidades que florescerão do mundo da vida dos alunos, levará a uma posição de inquietude diante dos fatos sociais, tornando os sujeitos investigadores e, assim, agregando às suas personalidades uma característica crítica, garantindo uma posição de administrar os conteúdos adquiridos para além das regras do jogo e limites da quadra.

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES...

Ao finalizarmos este estudo, estamos cientes de que a prática esportiva, enquanto manifestação corporal hegemônica nas aulas de Educação Física, poderá se constituir em um

caminho para o processo de empoderamento de professores e alunos. No entanto, acredita-se que o empoderamento de alunos depende do empoderamento do professor, uma vez que os processos de empoderamento estão intimamente ligados a processos educativos em que a ação dialógica não exclui o debate e o conflito. Ao contrário, o debate e a problematização quanto aos usos do fenômeno esportivo no ambiente escolar, faz com que professores e alunos compreendam a inserção histórica passada, presente e futura do esporte na quadra de aula, e sintam-se motivados e capazes de retroalimentá-lo.

Não há dúvida de que, do ponto de vista educacional, é chegada a hora dos profissionais de Educação Física descobrirem caminhos democráticos e participativos para desenvolvimento de práticas esportivas verdadeiramente comprometidas com a emancipação social, práticas ideais mas necessárias e possíveis de serem realizadas e que, pela dinâmica da vida social e escolar se apresentam como ações concretas e inacabadas, portanto imperfeitas e parciais.

O desafio aqui colocado aos professores é de estruturação de um ensino esportivo para todos os níveis. De um processo educativo que permita que ambos – professores e alunos – experimentem o confronto realmente tenso em que de um lado a autoridade ceda lugar à socialização de poder, e do outro, a liberdade para que não se perca o espírito infantil do descobridor, o de se assombrar com as descobertas e o de se surpreender com o diferente. Esperamos com o estudo contribuir, se não para uma mudança de paradigma quanto ao uso dos esportes no ambiente escolar, mas, ao menos, para que seja alvo de discussões. Com elas aceitamos as discordâncias e concordâncias, pois, se assim for, já teremos caminhado.

REFERÊNCIAS

CORREIA, M. S. **O ensaio científico como meio de produção de conhecimento**. Rio de Janeiro: CBJE, 2017.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano escolar de Vigotski**. 3ª. ed. re. e ampliada. Campinas, SP. Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 55).

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 2009.

KUNZ, E. **Educação física**: ensino e mudanças. 3ªed. Ijuí: Unijui, 2006.

KLEBA, M. E; WENDAUSEN, G. Empoderamento. Saúde e Sociedade. V 8, 733-743, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 27 ed. São Paulo: Vozes, 2008.

TANI, G. Esporte, educação e qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Orgs.). **Esporte como fator de qualidade**. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2002. Cap.3, p. 103-116.

REFLEXÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE DO(A) ASSISTENTE SOCIAL¹

Deslane Layna Gomes Caland²

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger³

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

A docência é marcada pela interação dos saberes específicos da profissão, os da experiência e os conhecimentos didáticos e pedagógicos. Aprofundando essa discussão, o presente artigo analisa as possibilidades e os desafios da prática docente do/a Assistente Social considerando a perspectiva da competência didático-pedagógica e a formação profissional. Ressalta-se que para o/a Assistente Social a docência é uma atribuição privativa e a competência pedagógica é um desafio tendo em vista alguns aspectos de seu processo formativo. Dessa forma a discussão explicita a importância do desenvolvimento desta competência para este profissional com vistas a proporcionar o aperfeiçoamento de sua prática docente contribuindo para construção de uma prática com melhor qualidade. Metodologicamente seguem-se as trilhas da pesquisa bibliográfica e documental, baseada nas leituras dos documentos da ABEPSS (1996), de Faustini (2004), Dantas (2012), Masetto (2012), Oliveira e Silva (2012) entre outros; utilizou-se ainda as legislações que regulamentam a profissão e a prática docente no ensino superior. A pesquisa tem caráter qualitativo, tendo sido construída discutindo a luz do método materialista dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Docente, Assistente Social, Competência Pedagógica.

INTRODUÇÃO

A formação profissional tem provocado inquietações e instigado à construção de pesquisas sobre as diversas e complexas perspectivas que estão presentes nesse processo. A docência tem um papel essencial no processo formativo sabendo ainda que a mesma é marcada por especificidades próprias do contexto sócio-educacional em que se encontra inserida.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Serviço Social (ICF). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: deslanelayna@hotmail.com

³ Doutora em Políticas Públicas (PPP/UFPI); Mestre em Políticas Públicas (PPP/UFPI); Especialista em Administração de Recursos Humanos (UFPI). Docente UNIFSA. E-mail: izabel_herika@hotmail.com

Diante da atribuição privativa do/a Assistente Social à docência em disciplinas específicas que exijam conhecimentos próprios da formação profissional, e outras funções referentes ao magistério delimitadas na Lei nº 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão, inquieto refletir acerca do se fazer docente do/a Assistente Social levantando como questionamento norteador: Quais são os principais desafios e possibilidades da prática docente do/a Assistente Social, considerando sua formação acadêmica na perspectiva didático-pedagógica? Neste sentido foi estabelecido como objetivo analisar as possibilidades e os desafios da prática docente do/a Assistente Social levando em conta a constatação da ausência de disciplinas específicas de caráter didático-pedagógicas em seu processo formativo enquanto bacharel.

BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social surge da necessidade do capitalismo frente aos diversos problemas sociais consequentes da contradição intrínseca deste sistema, que tem como base a exploração de uma classe em detrimento de outra, onde os meios de produção determinam as relações de poder e promovem a exclusão social de uma grande massa proletária (IAMAMOTO, 2011). Nesse contexto o Serviço Social é criado como mecanismo de manutenção da classe hegemônica.

No bojo de um processo histórico de turbulentas mudanças, conforme Iamamoto (2011), como a crise no crescimento econômico, ditaduras nos países latino-americanos (inclusive no Brasil), aumento dos movimentos sociais, foram determinantes para que na década de 1960 tivesse início o Movimento de Reconceituação da profissão, que proporcionou a mudança da postura do Serviço Social em relação à defesa da classe da trabalhadora, numa nova base teórica metodológica o materialismo histórico-dialético, o que vai rebater no processo formativo dos profissionais.

As décadas de 1970 a 1980 foram marcadas pela realização de Seminários, Eventos e Encontros (Araxá -1967; Teresópolis – 1970; Sumaré - 1978, e Alto da Boa Vista -1984) onde foram discutidos a formação e a prática profissional. Para Dantas (2012) como resultado disso

na década de 1990 tem-se o início de um processo de revisão das bases curriculares dos cursos de Serviço Social. A ABEPSS teve o papel de articular e organizar as ideias propostas, para construir um currículo que delineasse os novos rumos da profissão o que culminou na formulação das Diretrizes Curriculares Gerais para o curso de Serviço Social.

As Diretrizes Gerais representam um marco para o ensino no Serviço Social. O documento estabelece 11 (onze) princípios que fundamentam a formação profissional, que por sua vez definem as diretrizes curriculares da formação, implicando na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Para esta capacitação são necessários conhecimentos indissociáveis que estão presentes nos Núcleos de fundamentação sendo estes: “I) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; II) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e III) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS/CEDEPSS 1996, p. 08). São definidas ainda, matérias básicas e atividades indispensáveis no currículo sendo estas o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso.

A Lei nº. 8.662/1993, que regulamenta a profissão, mais especificamente em seu artigo 5º que trata das atribuições privativas deste profissional, estabelece prerrogativas da prática docente dos/as Assistentes Sociais conforme posto a seguir:

V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto no nível de graduação com pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular (BRASIL, 2012, p.46 grifos nossos).

Fica claro nos dispositivos da Lei que somente profissionais com formação em Serviço Social podem exercer a função da docência no que correspondem as disciplinas de conhecimento específico, sendo este é um dos inúmeros campos de atuação do/a Assistente Social é preciso refletir sobre como este profissional lida com as especificidades do exercício da docência.

CARACTERÍSTICAS DA PRÁTICA DOCENTE DO/A ASSISTENTE SOCIAL

O exercício docente do/a Assistente Social no que se refere ao saber ensinar não está vinculado diretamente as Instituições de formação superior ou ao currículo do curso, mas o processo pedagógico que permeia sua prática docente se faz na experiência cotidiana, ou seja, parte da reflexão e da interlocução que este profissional desenvolve em relacionar a teoria aplicada na prática construindo sua ação docente no próprio cotidiano da sala de aula (TARDIF, 2002).

Na busca pelo rompimento com o conservadorismo tem-se de um lado Assistentes Sociais docentes que estão em constante processo de qualificação, se inovando, fazendo pesquisas, investindo em pós-graduações *lato* e *stricto sensu*. Constatou-se isso no aumento do número de cursos de especializações mestrados e doutorados nos últimos anos. De acordo com os dados da GEOCAPES – no ano de 2007 existiam 25 programas de pós-graduação na área de Serviço Social oferecendo cursos de mestrados e doutorados, a última atualização do ano de 2017 mostra a existência de 34 programas (CAPES, 2017). No entanto, ainda há uma preocupação com o bacharel que sai das Universidades, Faculdades e Centro Universitários e já quer atuar como docente sem possuir nenhuma capacidade técnica específica para desenvolver tal prática, ademais diante dessa constatação, está o alargamento do curso de Serviço Social na modalidade Ensino à Distância, que apresenta debilidades no processo formativo.

Sobre a interlocução dos saberes necessários para o desenvolvimento da prática docente do/a Assistente Social aponta-se três tipos de saberes sendo estes os formalizados, os da experiência e os práticos docentes. Os formalizados referem-se ao conteúdo em si das disciplinas, ou seja, aos saberes teóricos já formulados embasados nas matrizes filosóficas e epistemológicas que subsidiam o conhecimento no Serviço Social (FAUSTINI, 2004). Os saberes da experiência surgem da relação entre a experiência prática do exercício como Assistente Social e da experiência em sala de aula com o ensino. Muitos profissionais constroem seu fazer docente de maneira autodidata (DANTAS, 2012). Por isso os professores que estão iniciando no exercício da docência contam com a criatividade e a improvisação em grande parte das vezes.

Sabe-se então que existem lacunas e que estas se referem aos saberes específicos do fazer docente, isto é, os conhecimentos didático-pedagógicos. Tal fator faz com o que o/a Assistente Social docente precise buscar referências da área da educação que ofereçam algum subsídio mais pedagógico a sua prática, devendo considerar claro as próprias especificidades do Serviço Social.

A COMPETÊNCIA PEDAGÓGICA E DIDÁTICO/A ASSISTENTE SOCIAL DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

O saber ensinar, conhecimento pedagógico, conforme aponta Gonçalves (2011) se configura como essencial para o exercício da docência, pois o mesmo é responsável pela dinamização, flexibilidade e eficiência do processo de ensino e aprendizagem, profissionais que não possuem tal competência tem seu fazer prejudicado o que por sua vez tem consequência direta na qualidade da aprendizagem de seus alunos.

Destaca-se aqui a importância da didática para o processo de ensino e aprendizagem. São diversas as compreensões acerca do conceito da mesma, mais comumente encontra-se a ideia de que esta é a “arte de ensinar”, ou que ainda é um conjunto de técnicas, instrumentos e ou estratégias que objetivam mediar e facilitar a aprendizagem. Todavia, apesar dos diferentes entendimentos, tem-se em comum que o objeto de estudo da didática é o processo de ensino e aprendizagem.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece como exigência para a prática da docência no ensino superior cursos de Pós-graduação principalmente na modalidade *strictu sensu*:

Art. 66: A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em um nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por faculdade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico (BRASIL, 2017, p. 44).

Isso demonstra que a própria legislação não coaduna com um processo de formação de qualidade haja vista que a competência pedagógica é considerada dispensável para o exercício docente no ensino superior provocando sérios prejuízos para a qualidade do mesmo.

O artigo 65 da LDB aponta ainda que “A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas” (BRASIL, 2017, p. 44). Dessa forma a lei abre lacunas permitindo assim que o ensino superior seja defasado no que se refere a competência pedagógica.

O curso de Serviço Social tem disciplinas fundadas em eixos que proporcionam uma visão da realidade levando a apropriação dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento das atribuições privativas, por esse motivo somente o/a Assistente Social pode ser professor destas disciplinas fundantes e específicas, e concorda-se com isso, pois nada mais do que correto que o docente que tem a discussão com propriedade possa compartilhar o saber. No entanto, aponta-se que a forma como isso acontece como este ser docente nasce, como ele se constrói não pode ser visto como um processo natural, pois trata-se de uma formação.

Diante disso tem-se que o profissional do Serviço Social ao assumir o papel de professor deve estar comprometido com a busca pelo constante processo de aperfeiçoamento, através de especializações lato e stricto senso, participação em congressos, simpósios e intercâmbios com especialistas, publicações em revistas científicas, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão (MASETTO, 2012). Tal fato poderá fazer que a prática docente seja (re)formulado.

CAMINHOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DA COMPETÊNCIA PEDAGÓGICA DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS DOCENTES

Para aperfeiçoar a competência pedagógica dos/as Assistentes Sociais docentes é possível apontar alguns caminhos, ressalta-se que estes não são os únicos, entretanto entende-se que os mesmos podem ser viáveis para oportunizar a melhoria do desenvolvimento desta competência.

O primeiro caminho é a utilização da pesquisa como mecanismo para aperfeiçoamento da prática pedagógica. Para Oliveira e Silva (2012) a investigação através da pesquisa amplia os conhecimentos e permite reformular a ação docente e como consequência

tem-se benefícios tanto para estes profissionais como para instituições de ensino nas quais trabalham.

Outro caminho refere-se ao investimento na formação continuada dos profissionais com destaque para cursos, oficinas, encontros e especializações *lato* e *strictu sensu* que contribuam para o desenvolvimento das habilidades pedagógicas dos/as Assistentes Sociais docentes. Destaca-se a participação do/a profissional em seminários, encontros, simpósios ou workshops com discussões sobre novas experiências pedagógicas, uso de metodologias ativas e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no ensino superior, entre outros. Tem-se ainda como caminho as qualificações continuadas por meio dos encontros e semanas pedagógicas que geralmente ocorrem a cada início de semestre nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Quanto as pós-graduações *lato sensu*, conforme Masetto (2012) observa-se que muitas IES têm desenvolvido, de maneira positiva, um programa de incentivo a qualificação pedagógica para seus docentes, algumas inclusive através do oferecimento de especializações voltadas para o aprimoramento destas habilidades didáticas. Isso significa que a preocupação com os conhecimentos pedagógicos deve partir também pelas IES com vistas aperfeiçoar seu corpo docente, sendo discutido em nível mais amplo com a proposição de políticas para (re)construção desta problemática (OLIVEIRA e SILVA, 2012).

CONCLUSÕES

O processo de ensino e aprendizagem é marcado por especificidades próprias que exigem conhecimentos e competências pedagógicas específicas. Porém o/a Assistente Social docente por conta de seu processo formativo enquanto bacharel não possui tais conhecimentos. Por isso este profissional precisa se utilizar de estratégias para superar tais deficiências.

O Projeto Ético Político da profissão encontra-se intimamente relacionado com esses desafios, por isso é preciso reascender a todo instante o compromisso pela qualidade da

formação profissional e com a busca pelo aperfeiçoamento contínuo e a certeza de que enquanto sujeito o/a Assistente Social é um ser inacabado em constante processo de construção. Porém não se pode olvidar que a competência didático-pedagógica neste sentido é determinante para a qualidade do processo formativo dos futuros profissionais de Serviço Social, fato este que demonstra que o/a Assistente Social docente precisa se apropriar destes conhecimentos para lidar com as peculiaridades e complexidades presentes no processo de ensino e aprendizagens.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional, **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ano XVII, abr. 1996, p. 143-171.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, 2012. 60 p.

_____. **LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em: 15 de ago/2018.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. GeoCAPES sistema de informações georreferenciadas. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>> Acesso em: 01 set/2018.

DANTAS, M. C. B. **A Prática Pedagógica do Assistente Social Docente**: Contradições e Possibilidades. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. 2012.

FAUSTINI, M. S. A. **O ensino no Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS,2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, Y P. **A Aprendizagem do Saber Ensinar por Assistentes Sociais no Exercício da Docência**. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 18, n. 19, p. 136-147, jan./abr. 2011. Disponível: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/352/387>>. Acesso em: 25 de jul/2018.

OLIVEIRA, V.S.; SILVA, E.R.F. **Ser Bacharel e Professor: Dilemas na Formação de Docentes para a Educação Profissional e Ensino Superior.** Revista HOLOS, ano 28, Volume 2. 2012. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/913>>. Acesso em 14 jul/2018.

MASETTO, M T. **Competência pedagógica do professor universitário.** 2ª ed. revisada. São Paulo: Summus, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES ORIUNDAS DA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Maria de Jesus da Silva Pereira (FATESP)
Marcos Helam Alves da Silva (FATESP/UESPI)

RESUMO

O presente trabalho busca investigar a relação entre Letramento e Educação Infantil. É sabido que as práticas de letramento começam antes mesmo da criança pegar no lápis ou simplesmente conhecer as letras, visto que elas em sua vivência cotidiana com suas famílias e sociedade em que estão inseridas já praticam de maneira intensa e em diversas situações. Assim, o ambiente da Educação infantil se torna o lugar mais que adequado para o trabalho com o letramento, afinal, ela se constitui como uma etapa da educação básica em que o conhecimento adquirido será colocado em prática levando de modo que passe a fazer sentido na vida de casa criança. Assim, objetivamos com esse estudo discutir como o professor da Educação Infantil pode em sua prática pedagógica desenvolver práticas de letramentos com alunos de 4-5 anos de idade. Para tanto, buscamos reflexões teóricas oriundas de Soares (2017); Souza e Serafim (2012); Rojo (2009); Kleiman (2012; 2015); Brandão e Leal (2011), de modo a subsidiar nossas reflexões. A partir de nossas experiências no estágio supervisionado em Educação Infantil, refletiremos sobre como o professor o em sua prática pedagógica desenvolve práticas de letramento com as crianças. Ao trabalhar, por exemplo, com o ensino do nome da criança ela já configura o uso do letramento ao passo que o aluno começa a comparar seu nome com o do colega. Desse modo, consideramos que o letramento tem grande importância dentro de cada criança desde a primeira infância, sendo assim, esse contato e convívio com o mundo letrado favorece na criança o desenvolvimento da linguagem e do pensamento lógico e crítico.

PALAVRAS-CHAVE: LETRAMENTO, EDUCAÇÃO INFANTIL, PRÁTICA PEDAGÓGICA.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos refletir sobre as práticas de Letramento desenvolvidas na Educação Infantil. De acordo com a Legislação Educacional do Brasil, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Educação Infantil constitui-se como a primeira etapa da Educação Básica, ou seja, ela é a porta de entrada para acesso à educação no Brasil. A mesma legislação estabelece que são “finalidades o desenvolvimento integral da criança da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Art. 29 – BRASIL, 1996). Desse modo,

considerando, pois, a sua importância ao acesso da criança a cultura escolarizada propomos com este estudo refletir sobre o papel da educação infantil com instrumento de ampliação do acesso das crianças a cultura letrada, ao mundo da escrita. É válido destacar, tal como, dizem Souza & Serafim (2012) e Brandão e Leal (2011) que as crianças já possuem contato com a cultura letrada desde muito tempo, antes mesmo, de pegar no lápis, afinal, já utilizam a linguagem nas suas mais variadas modalidades com bastante proficiência. Assim, objetivamos: (1) observar as práticas de letramento na Educação Infantil; (2) discutir como o professor da Educação Infantil pode em sua prática pedagógica desenvolver práticas de letramentos com alunos de 4-5 anos de idade; e, (3) Propor atividades práticas de letramento na Educação Infantil.

MATERIAL E MÉTODOS

Nossa pesquisa é oriunda das reflexões desenvolvidas no estágio supervisionado, desse modo, pensamos igual a Torres (2001, p. 306) quando diz:

Para que o ensino seja revertido em aprendizagem, é necessário revolver a terra, penetrar nos saberes, nos talentos, nas motivações, nos afetos, nas dúvidas e nos medos daqueles que aprendem. Aquele que semeia sem revolver a terra consegue, no máximo, espalhar as sementes sobre a superfície sem esperança de que algum dia criem raízes, cresçam e deem frutos.

Assim, para 'revolver a terra', primeiro observamos toda a constituição da escola, como já dito, trata-se de um trabalho oriundo da prática do Estágio Supervisionado, em que é necessário analisar a escola como um todo. Trata-se de um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, localizado na Zona Norte de Teresina, capital do estado do Piauí, mais precisamente no bairro: Matadouro. Contempladas as análises da escola enquanto organismo vivo, inserido numa realidade e pertencente a uma comunidade, aprofundamos ainda mais, e, partimos a observação da sala de aula, nosso propósito, volta-se as atividades desenvolvidas pela professora em que focaremos uma com exclusividade: as práticas de letramento. Passada

a fase de observação da classe, desenvolvemos a regência, e nela, diversas atividades, entre elas, a atividade foco desta reflexão: o ensino do nome da criança, inserido em uma prática de letramento, em que ela deverá utilizar técnicas diversas de uso da linguagem para comparar, associar e reconhecer semelhanças e diferenças entre o seu nome e o nome do colega.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tal como diz Rojo (2009) o letramento diz respeito aos usos sociais da linguagem em práticas cotidianas de uso da linguagem. O conceito de letramento é mais amplo que o conceito de alfabetização que trata da decodificação do sistema alfabético, muito embora, o letramento contemple também as práticas de alfabetização. O que queremos dizer é que, letrar na Educação Infantil, não necessariamente esteja sintonizado com alfabetizar, que agora se desenvolve no ciclo de alfabetização (1º a 3º ano) do Ensino Fundamental. A Educação Infantil, prepara, mas, não alfabetiza, pelo menos do ponto de vista legal. Assim, é evidente e necessário o trabalho com a cultura da escrita, como já dissemos, não no sentido de alfabetizar, mas de encaminhar o aluno da Educação Infantil aos princípios do ciclo de alfabetização. Para isso, as atividades devem ser pensadas e planejadas para que não se constituam como algo mecânico e sem sentido para o aluno. O presente estudo, como já mencionado, propõe alternativas para o trabalho com a cultura letrada escrita, mas, levando em consideração, essencialmente, suas reações, as formas como aprendem e como lhes interessa aprender (BRANDÃO; LEAL, 2011). Assim, a atividade proposta resultou no trabalho com o nome de cada criança, que, colocadas em duplas iam vendo as semelhanças/diferenças do seu nome com o nome do coleguinha, fazendo associações com outras palavras que já são familiares e, tornando-as, sobretudo, protagonistas do seu processo de ensino-aprendizagem.

CONCLUSÕES

Esperamos que, com este trabalho, tenha sido possível mostrar que é possível realizar um trabalho realmente significativo com crianças na Educação Infantil que envolva as práticas de Letramento e a Cultura Letrada. Infelizmente, é comum nas escolas uma prática ainda não tão reflexiva sobre o trabalho com a linguagem em contextos de uso efetivo. Assim, as práticas tradicionais e de mera decodificação como: “Tia, já podemos escrever o nome e o nome da escola” são ainda realidade nas escolas. É óbvio que é necessário que a criança saiba colocar seu nome e o nome da escola em que estuda, mas, é sobretudo necessário, que ela saiba que aquele nome lhe dá identidade, um lugar no mundo e não é apenas um conjunto de letras sem significação. Compreendemos que, na Educação Infantil é possível e necessário estimular e desenvolver práticas mais significativas que envolvam o uso da leitura e da escrita, tornando práticas simples em práticas significativas, visto que, a leitura e a escrita são necessárias ao desenvolvimento da criança, bem como, é necessário que o professor desenvolva projetos, atividades que as envolva significativamente a partir da realidade da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília-DF, 1996.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz; Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa? In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland d de Sousa (Orgs). **Ler e Escrever na Educação Infantil: Discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOUZA, Hellen Danyane Soares Caetano de; SERAFIM, Mônica de Souza. A mediação da Leitura na educação infantil: onde a leitura de mundo precede a das palavras. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris (Orgs). **Leitura e Mediação Pedagógica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

TORRES, R. M. **Itinerários pela educação latino-americana**: caderno de viagem. Porto Alegre, 2001.

O USO DO WHATSAPP COMO FERRAMENTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR¹

Anna Kássia Rodrigues da Silva²

Deslane Layna Gomes Caland³

Josélia dos Reis Pinto dos Santos⁴

Naiana Raquel Moisés César Silva⁵

Richard de Albuquerque Tajra⁶

Jovina da Silva⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

A utilização de ferramentas didático-pedagógicas consiste em um mecanismo de condução do trabalho docente, recurso importante na relação ensino e aprendizagem leva o discente a focar na interação e construção de saberes. Esse estudo objetiva refletir acerca do uso do WhatsApp como ferramenta didático-pedagógica no ensino superior. O percurso metodológico caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa. WhatsApp vem a contribuir de maneira significativa para interação pela grande virtude do aplicativo, pois o mesmo é ultradinâmico comporta a transmissão de um vasto conteúdo: links, vídeos, downloads, entre outros, isso permite uma condição diferenciada em sala de aula e fora dela, permite a empatia entre os sujeitos e, assim, construir um ambiente diferenciado e singular no ato de ensinar e aprender. Ensinar no cenário atual exige uma postura colaborativa onde as instituições de ensino são fundamentais na formação de profissionais preparados e autônomos capazes de inserir-se no mundo do trabalho.

PALAVRAS CHAVE: Recurso didático pedagógico, docente, discente, educação superior.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Bacharel em Enfermagem (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: annakassia.rodrigues@gmail.com

³Bacharel em Serviço Social (ICF). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: deslanelayna@hotmail.com

⁴Licenciada em Pedagogia (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: joselia.voce@hotmail.com

⁵Licenciada em Pedagogia (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: naianacesar@outlook.com

⁶Bacharel em Direito (UNIFSA). Pós-graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: richardtajra@hotmail.com

⁷ Professora Orientadora do Trabalho e Mestre em educação. E-mail: profjov@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura educacional das metodologias ativas onde cada vez mais as tecnologias estão sendo agregadas a métodos educacionais, o uso do WhatsApp caracteriza-se como elemento substancial na medida em que permite a interação instantânea de alunos e professor, pois o mesmo sendo um aplicativo de celular de troca de mensagens de texto, voz, vídeos, download, links e outros; mundialmente utilizado por toda população independentes da faixa etária fomentando a interação entre as pessoas o que pode ser utilizado como ferramenta pedagógica.

A virtude do aplicativo é ser via de mão dupla na troca de informações rápidas e constantes viabilizando a interação. Nos últimos anos outra plataforma digital no caso You Tube tornou-se importante por alimentar de maneira eficiente essa interação, pois o conteúdo vasto sofreu uma elevação da qualidade de seu conteúdo, os diversos canais de informação foram criados com a finalidade de atingir um público maior através da internet, com credibilidade para uso em sala de aula.

Dessa forma, aplicativos fazem parte das TDIC's que implementam o que se chama tecnologias digitais de informação e comunicação, ambiente propício ao ensino construtivista onde a busca de informações, permite trabalhar o conhecimento e construir saberes, tão importantes no cenário atual, onde a competitividade por posto de trabalho são tão disputados estar atualizado sobre o que acontece ao nosso redor é de fundamental justificativa para lograr êxito profissional.

RECURSOS DINÂMICOS DO APLICATIVO WHATSAPP: CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Jornal Gazeta do Povo, na seção “Vida e Cidadania”, a qual traz notícias que envolve o contexto de sala de aula, publicou em sua edição impressa de 24 de maio de 2014 uma notícia assim intitulada: “Professores disputam atenção de alunos com redes sociais: Proibir

smartphones durante a aula ou tentar incluí-los no processo pedagógico virou o grande dilema para os docentes hoje em dia”, a qual a contribui para o debate dessa temática.

Nessa perspectiva vive-se um impasse: professores que se sentem desrespeitados pela forma como os alunos usam os aparelhos de celulares em sala de aula, e alunos que não conseguem sair do universo das redes sociais e mudar o comportamento. Resultados de pesquisas demonstram que “mais da metade dos acadêmicos acessam as redes sociais durante as aulas” (SILVA, LIMA, 2018).

MATERIAL E MÉTODOS

O percurso metodológico caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa. O estudo bibliográfico conforme Severino (2004) permite aos pesquisadores sistematizar em informações teóricas a respeito da temática abordada a partir de fontes como: livros, revistas, artigos, sites e fundamentar, discutir e propor intervenções.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão é o que fazer para tornar a sala de aula um ambiente mais interessante a fim de evitar esse transtorno que penaliza a relação de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a razão de motivar os alunos para usar suas habilidades no manuseio das redes para obter informações basilares para seu aprendizado, é fundamental no aspecto de capacitá-los rumo a uma aprendizagem que constrói a autonomia dos sujeitos.

A autonomia deve focar tanto nos aspectos do ensino *latu sensu*, como *stricto sensu*, contemplando os mais diversos assuntos no que diz respeito ao aprendizado de forma interdisciplinar ou multidisciplinar, conforme os aspectos pedagógicos desenvolvidos em cada disciplina pelo professor no Ensino Superior.

A comunidade acadêmica deve se debruçar sobre essa questão, pois ignorar o uso de celulares em sala de aula gera descontentamento de ambas as partes, implementar uma utilização regrada ou ampla dentro e fora da sala de aula, é elemento integrador da nova visão

de ensinar e educar na era digital. É preciso criar uma relação de alinhamento do ensino e aprendizagem com os fenômenos sociais, políticos e econômicos.

Desse modo, é de fundamental importância a contextualização para o aluno criar uma perspectiva de inserção no mercado de trabalho, ter conhecimento das diversas carreiras existentes, independente do curso escolhido por ele. O discente deve buscar inserir-se no mercado de trabalho, e acima de tudo ter preparo para enfrentar os desafios de manter-se nele. Saber aprender é um processo em evolução permanente, o WhatsApp permite essa interação de maneira constante e ampla sendo uma das ferramentas das metodologias ativas, que vem compor esse arsenal que propagado, conduz a uma dinâmica construtiva em sala de aula.

Não se pode esquecer da empatia que prospera dentro e fora da sala de aula, quando o professor passa a interagir com os alunos ao fomentar de maneira harmônica a interação dos grupos e dos alunos entre si. A empatia constrói a capacidade da auto avaliação e uma postura correta diante do outro, ou seja, o respeito mútuo.

Portanto, deve-se saber orientar os alunos e ser “o professor nota dez” que usa a filosofia, o amor pelo saber, que está disponível para servir de maneira correta os alunos em sua empreitada no aprender. Como colocado pelo professor Mendes em entrevista a Revista Cidade Verde (CURY, 2018) em que destaca as lições de sua vida e do seu mestrado na UNIFOR, onde aprendeu a aplicar a empatia e outros recursos pedagógicos dinâmicos, relacionados com o aprendizado.

A revista Você S/A Especial de agosto/2018 revela as cinco competências mais exigidas nas oportunidades de trabalho no momento: Comunicação, Resolução de Problemas, Atenção aos Detalhes, Pensamento Digital e Poder de Adaptação. Conseguir desenvolver tais habilidades, é garantir espaço no mundo do trabalho, que depende basicamente do compromisso de cada um (MARINO, 2018). Pensar no futuro é o lema de todos que querem garantir espaço, para tanto, é preciso amar o que se faz e na função de professores que são cobrados constantemente em todos os níveis, atualizações com uma visão colaborativa.

Dessa forma, influenciado pelo avanço da tecnologia e pela necessidade de desenvolver novas aptidões, o ensino superior brasileiro passa por uma transformação,

surtem oportunidades não só para professores e empreendedores, mas também para profissionais de outras áreas (LIMA,2018).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, as empresas devem ter uma identidade institucional, a fim de unir seus colaboradores em prol de conquistar o espaço mercadológico. A visualização dos diversos processos envolvidos didaticamente através do WhatsApp compõe elemento construtivo determinante para solução de diversas problemáticas, e esses processos devem ser ensinados no ambiente acadêmico. Esse ambiente deve ser nos próximos anos, terreno fértil para mudanças no modo de pensar e agir dos profissionais por ele formados.

A tecnologia através do aplicativo permite a interação, acesso ilimitado a todos os conteúdos disponíveis na internet, essa realidade deve ser considerada como algo que veio para ficar em nosso meio, fundamental tanto para quem ensina, como para quem aprende, o WhatsApp é uma ferramenta capaz de estabelecer uma conexão, que usada na hora certa, vem contribuir para exploração de inúmeros temas seja antes, durante ou depois das aulas, e traz benefícios para os alunos na relação do ensino-aprendizagem.

A construção de saberes rumo a autonomia do aprendizado é consequência das relações interpessoais, fundamental no sucesso da implementação das mudanças político-sociais e econômicas. Visto que, além de formar indivíduos capazes de atuar no mundo do trabalho, a educação deve criar um ambiente propício a inovação. Os estudantes devem saber agir em equipe, ter empatia de maneira ética e solidária.

A construção de um mundo melhor é fruto da harmonia das relações humanas, onde todos são capazes de unir esforços em prol do saber, as IES devem ter identidade, as pessoas buscarem uma formação competente e as empresas exercerem seu papel social.

REFERÊNCIAS

CURY, Jordana. **Revista Cidade Verde**. Professor Nota 10. Ano 08. ed. 186, p 25.01 de abril de 2018.

LIMA, Francisco Renato. SILVA, Jovina da. **Multilinguagens, tecnologias e letramento em EAD: questões didáticas no ensino superior**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

LIMA, Luciana; **Revista Você S/A**; Edição Especial: Revolução na Educação. ed. 241, jun. 2018.

MARINO, Caroline; **Revista Você S/A**; Edição Especial: Chame a Atenção do Mercado. ed. 243. jun. 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim, FAZENDA, Ivani Catarina Arantes(Orgs.). **Formação docente, rupturas e possibilidades**. Campinas,SP: Papyrus,2004.222p.

GT 21

GRUPO TEMÁTICO

**EDUCAÇÃO, DISCRIMINAÇÕES E RACISMO:
UM DEBATE CONTEMPORÂNEO**

GT 21—EDUCAÇÃO, DISCRIMINAÇÕES E RACISMO: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO

Profa. Ma. Francisca Maria do Nascimento Sousa¹ - UNIFSA

Profa. Dra. Ana Beatriz de Sousa Gomes² - UFPI

O debate em torno da educação brasileira constitui-se, certamente, um dos temas mais férteis, tanto nas pesquisas científicas, quanto no campo dos movimentos sociais e seus processos reivindicatórios. E, o que se pode observar é que quando se discute educação, pensa-se em diferentes focos de análises que vão desde a necessidade da universalização e democratização da escola, passando pela crítica em torno da baixa qualidade do ensino, até preocupações mais contemporâneas como o combate às discriminações e ao racismo, seja no espaço escolar ou na sociedade como um todo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96, já traz essa preocupação, conforme se constata no seu artigo art. 3º., quando preconiza que o ensino no Brasil se desenvolverá dentre dos princípios do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância e consideração com a diversidade étnico-racial”. Autoriza ainda, no seu artigo 26-A, a inclusão nos currículos escolares de conteúdos que abordam a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, em todos os níveis de ensino. Constata-se assim, a importância de trabalhos e pesquisas que contribuam para por em prática esses princípios democráticos. O

¹ Possui graduação em Pedagogia/ Magistério pela Universidade Estadual do Piauí (2001), graduação em Pedagogia/Supervisão Escolar pela Universidade Federal do Piauí (1994) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2001). Atualmente é coordenadora pedagógica da Prefeitura Municipal de Teresina e professora do Centro Universidade Santo Agostinho - UNIFSA.

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestrado em Educação pela UFPI e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professora Associada da UFPI. Coordenadora do IFARADÁ - Núcleo de pesquisa sobre africanidades e afrodescendência da UFPI. Coordenou Cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização do Programa Rede de Educação para a Diversidade/SECADI/MEC no Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI. Diretora de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

objetivo deste Grupo de Trabalho é proporcionar um espaço dentro da XVI Semana Científica do UNIFSA, para o debate em torno das relações étnico-raciais brasileira, analisando as diferentes formas de reprodução do racismo e outras discriminações em diferentes espaços sociais. Pois, como afirma Rocha, Batista e Boakari (2013, p.184) ““percebemos que ainda faltam informações, discussões e debates sobre esse assunto”. E, como acrescenta Gomes (2017, p. 286), “as universidades também tem um papel fundamental na formação docente para a diversidade cultural”. Assim, temáticas como formação de professores; prática pedagógica, material didático, discriminações em espaços de trabalho, construção de autoestima; são temáticas que estarão respaldadas neste GT. Para tanto, se envolverá apresentações de pesquisas bibliográficas, de campo, pesquisa-ação, projetos e relatos de experiências que ajudam a construir reflexões, ideias e atitudes para a superação de tais problemáticas. Pois, conforme diz Candau, (2014, p. 7), “Os processos educacionais estão desafiados pelas questões relativas às diferenças culturais... que constituem a rede de relações presentes na dinâmica escolar”. Os trabalhos submetidos precisarão configurar-se em forma de artigo e deverão ser apresentados via comunicação oral, obedecendo ao *template* oficial do evento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2017.

CANDAU, Vera Maria et. all. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

ROCHA, Michele dos S; BATISTA, Ilana Brenda M.; BOAKARI, Francis Musa. Afrodescendência e pesquisa educacional: tecendo a própria história. IN: BOMFIM, Maria do Carmo Alves;

BOAKARI, Francis Musa; ARAÚJO, João Evangelista (orgs.). **Educação, diversidade e política de inclusão**. Teresina: EDUFPI, 2013.

GOMES, Ana Beatriz; LIMA, Solimar Oliveira. **Africanidades e afrodescendência na produção de saberes da universidade pública**: a experiência da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2017.

THOMAS SOWELL NA CONTRAMÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA NO MUNDO: UM ESTUDO CRÍTICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA COTAS RACIAIS¹

Maria do Socorro Rodrigues Coêlho²
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



Aqueles que se imaginam promovendo a harmonia intergrupos, com tentativa de reduzir disparidades econômicas entre os grupos, raramente levam em conta se sua politização das diferenças pode ter efeito oposto. (SOWELL, 2016, p. 237)

RESUMO

Neste artigo, intenta-se apresentar os pontos focais de discussão em torno das políticas raciais de preferências levantados na obra do professor Sowell intitulada *Ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais*, para fins de, conhecendo-os, propor reflexão quanto à forma de assimilação dessas políticas na Nigéria e nos Estados Unidos, e, em seguida, realizar uma análise crítica do sistema de cotas raciais no Brasil. Tem-se como problema de pesquisa: os resultados negativos da ação afirmativa implementada nos diferentes países analisados por Sowell devem desencorajar a política de cotas raciais no Brasil? Adota-se o método indutivo para análise do sistema de cotas raciais e uma análise qualitativa e reflexiva em torno das premissas apresentadas pelo autor, o qual defende a ideia de que a ação afirmativa tem efeito negativo para a maioria daqueles que ela pretende beneficiar, além de prejudicar a sociedade como um todo, desencadeando discriminação, polarização e guerra civil. O autor entende que a solução para as desigualdades raciais se encontra, não no sistema de cotas, mas numa educação de qualidade oferecida desde as séries iniciais, vez que não concebe que o Estado ofereça ensino inferior durante doze anos e depois admissão preferencial na universidade.

Palavras-chave: admissão preferencial, cotas raciais nos Estados Unidos e Nigéria, cotas raciais no Brasil.

INTRODUÇÃO

A importância de realizar um estudo sobre cotas raciais a partir da leitura da obra de Thomas Sowell torna-se evidente pelas contribuições que ele oferece em relação aos temas

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Doutoranda em Direito no Uniceub - Centro Universitário de Brasília. Professora de Argumentação Jurídica no UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, advogada.

reincidentes no Brasil e no mundo contemporâneo, a exemplo das políticas raciais ou de gênero. Ainda, pela maturidade intelectual e racionalidade que sua reflexão oferece, ao demonstrar que **as certezas são sempre provisórias e que as políticas de ação afirmativa devem passar por uma permanente avaliação**. Pouco lido no Brasil, o autor é um economista formado em Harvard, mestre pela Universidade de Columbia e doutor pela Universidade de Chicago. **Sowell** é negro e mesmo tendo nascido muito pobre, dispensa o discurso de “vítima do sistema”, inclusive opondo-se veementemente, por exemplo, às cotas raciais nas universidades.

O autor é uma referência cada vez mais importante em matéria de políticas raciais ao redor do mundo. Sobre o assunto, escreveu o livro intitulado “*Ação Afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais*(2016)”, no qual apresenta relatório de pesquisa a respeito **das justificativas históricas** que levaram várias nações ao redor do mundo –Estados Unidos, Nigéria, Malásia, Índia, Sri Lanka, Reino Unido, Indonésia, Israel, China, Austrália, Brasil, Ilhas Fiji, Canadá, Paquistão, Nova Zelândia e países sucessores da União Soviética –, a adotar políticas de preferências em favor de grupos seletos de cada sociedade, com vistas a garantir-lhes o **acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho e a obtenção de benefícios sociais**.

Nesse estudo que se empreende, o foco de análise envolve os Estados Unidos e a Nigéria, para que, a partir dos resultados da avaliação da política de cotas raciais desses países apresentada por Sowell, seja possível estabelecer um paralelo com o sistema de cotas no Brasil, produzindo uma reflexão sobre os pontos positivos e negativos desse sistema a partir das inquietações e críticas de Thomas Sowell veiculadas no livro supramencionado.

MATERIAL E MÉTODOS

Adota-se os seguintes procedimentos de análise: leitura integral e crítico-reflexiva da obra de Sowell¹ -*Ação Afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais*-, leitura de autores que apresentem argumentos favoráveis e desfavoráveis ao

¹Vale explicitar que diferentemente de Sowell é a posição Hasenbalg, o qual se declarou favorável às ações afirmativas, posição esta reafirmada em entrevista publicada na Revista Tempo Social (2006, p. 266), concedida a Antonio Sérgio Guimarães: “o sistema de cotas que vem sendo adotado por mais de 20 universidades públicas brasileiras, assim como o ProUni, têm condições de reverter ou minorar o quadro das desigualdades raciais no Brasil. In FIGUEIREDO, Angela. **A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil**. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/297871645_A_obra_de_Carlos_Hasenbalg_e_sua_importancia_para_os_estudos_das_relacoes_das_desigualdades_raciais_no_Brasil. Acesso em 09 set. 2018.

sistema de cotas raciais, discussão dos resultados de pesquisa e confrontação com a realidade brasileira no que tange à política de cotas raciais e seus possíveis desdobramentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as políticas concretas dos governos da Nigéria e dos Estados Unidos¹ e suas consequências empíricas, Thomas Sowell afirma que elas se alicerçam nas condições sociais da atualidade ou em traços históricos de cada nação, sempre fundadas em “um **pleito ou suposição de singularidade nacional**”. Ao fim, conclui pela “existência de um padrão de consequências surpreendentemente similares que se seguem à introdução de políticas de ação afirmativa” (SOWELL, 2016, p. 10).

No âmbito universitário, explica, essas políticas de cotas são acompanhadas de “gradação especial” – “graduação afirmativa”, nos Estados Unidos, ou “nota de favor”, na Índia – a ser concedida aos alunos advindos de grupos minoritários, com o fito de evitar altas taxas de reprovação nas universidades nas quais, é de se sobressaltar, sua admissão só foi possível graças ao fato de que se submeteram a exames com grau de exigência mais baixos (SOWELL, 2016, p. 17).

Calha que nem a duração nem os objetivos dessas políticas de preferências são controlados ou acompanhados, quer pelos grupos preferenciais quer pelos não preferenciais, o que demonstra uma certa indiferença da população quanto à essa realidade político-normativa.

A propósito, constatou-se que, uma vez instituída a citada política em um dado país, os cidadãos preteridos que avistem uma, ainda que remota, possibilidade de serem

¹O debate sobre as políticas afirmativas no campo racial no Brasil tem como tema implícito, que se vincula com o tema da justiça, a questão da identidade racial do negro brasileiro, especialmente a aceitação e valorização da cor e da sua cultura negra. O debate político sobre as ações afirmativas, no plano nacional, tem focado, de forma restritiva, apenas o universo educacional, mas tem produzido teses de que as políticas de reconhecimento das identidades “raciais” colocam em risco a unidade e a identidade nacional, e tendem a reforçar o radicalismo racial, tal qual predominou nos Estados Unidos e na África do Sul no período do “Apartheid”. É dentro desta preocupação que vêm sendo dirigidos argumentos contra as políticas de cotas consideradas raciais. In BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Brasília, Ed. Campus, 2000; MARSHALL, T. H. **Status, cidadania e classe social**. Zahar, 1987

favorecidos por ela, entendeu o autor, reagem das seguintes formas: individualmente, ou o excluído se “reclassifica” como de minoria étnica ou se associa a outros de minoria étnica, apenas para se habilitar legalmente aos benefícios governamentais; ou, coletivamente, um grupo não preferencial se “reclassifica coletivamente” (SOWELL, 2016, p. 22-25).

A reclassificação (“reidentificação”) de indivíduos ou grupos com vistas a atrair para si benefícios preferenciais, no entanto, acaba por desvirtuar as ditas políticas, minando o seu objetivo de compensar as desvantagens econômicas existentes. Isso porque, “o alastramento de benefícios coletivos para grupos não apenas dilui tais benefícios (...) como também deixa os beneficiários iniciais em situação pior depois que os termos da competição são alterados” (SOWELL, 2016, p. 26-28).

Ademais, em resposta às políticas de preferenciais, econômicas ou não, e à lógica de tais políticas – segundo a qual “(...) **o direito às vantagens age como substituto das conquistas**” –, notou-se o êxodo dos desprivilegiados. Registrou-se, ainda, que ambos os grupos, preferenciais e não preferenciais, deixaram de oferecer o seu melhor em busca de serem melhores estudantes e profissionais, como num “jogo de soma negativa”. E, mais, que fez aflorar individualismos e desconfiança intergrupos incompatíveis com os meios acadêmico e profissional. A propósito, o autor aponta como perdas sociais desdobradas da adoção dessas políticas o ressentimento semeado entre os grupos, muitas das vezes, desproporcional aos benefícios transferidos aos preferidos (SOWELL, 2016, p. 29-40). Sowell assevera que nos Estados Unidos, como em outros países, a argumentação para a ação afirmativa tem pouco a ver com sua operação real ou com suas consequências. Supostamente uma maneira de compensar o dano causado por discriminação passada, as preferências e cotas estabelecidas pelas políticas de ação afirmativa não requerem que o indivíduo beneficiário nem o grupo de onde tal indivíduo provém demonstrem qualquer prejuízo específico resultante de discriminação anterior. As constatações apresentadas por Sowell remetem à análise da ação afirmativa no Brasil, que a exemplo do que ocorreu e ocorre nos Estados Unidos, Nigéria e outros países pesquisados, a política de cotas raciais tem o argumento de tentativa de compensar os danos históricos ligados à escravidão e à discriminação. Mas, como bem questiona o autor: há alguma exigência de que o contemplado com as cotas demonstre

prejuízo específico decorrente de discriminação? Esse é um dos aspectos a serem discutidos em seção específica deste artigo.

CONCLUSÃO

Ao analisar de forma pormenorizada o sistema de cotas raciais ou ações afirmativas nos Estados Unidos e Nigéria, Sowell adverte que o estudo da história é uma das maneiras de evitar repeti-la, existe muito da história das políticas de **ação afirmativa** ao redor do mundo que jamais deve ser repetido. Considera que, em muitos países, tais políticas se transformaram em formas de produzir **benefícios, relativamente pequenos para uns poucos e problemas enormes para a sociedade como um todo**. Tanto os advogados quanto os críticos de tais políticas tenderam a superestimar os benefícios que foram transferidos. Ademais, a distribuição das benesses dos grupos preferenciais e cotas com frequência demonstra as mesmas disparidades que as desigualdades sociais mais amplas que elas, supostamente, deveriam remediar. **A ação afirmativa faz tão pouco pelos pobres da América como faz para os de todas as partes do mundo**. A taxa de pobreza entre os negros havia sido reduzida pela metade antes da existência da ação afirmativa e, depois disso, pouca coisa mudou (SOWELL, 2016, p.219).

Cumpra-se que se responda ao problema de pesquisa aqui proposto, qual seja: os resultados negativos da ação afirmativa implementada nos diferentes países analisados por Sowell devem desencorajar a política de cotas raciais no Brasil? Defende-se que boa parte dos problemas apontados pelo autor são recorrentes no Brasil, portanto, somente vale a pena persistir nessas políticas se nossos gestores forem capazes de avaliar constantemente cada uma dessas ações, evitando desvios, privilégios indevidos, que se concretize a autêntica *discriminação positiva*, sem favoritismo.

Nesse sentido, Sowell considera que no contexto da ação afirmativa, obscurecer a distinção entre diferenças de desempenho e favoritismo serve ao objetivo político de oferecer uma justificativa para a intervenção governamental com preferências e cotas para determinados grupos, como forma de compensar supostos favoritismos ou "vantagens"

desfrutados por outros grupos. Contudo, caso queiramos **seriedade na confrontação das realidades**, nosso vocabulário **não pode confundir diferenças de desempenho com favores ou vantagens** (SOWELL, 2016, p.223).

Em síntese, Sowell defende de forma incisiva que o enviesado padrão dos beneficiários dos programas de ação afirmativa deveria não só fazer com que se hesitasse em relação às consequências reais de tais programas, como também questionar a própria suposição sobre a qual se baseia a ação afirmativa. **Supõe-se que uma distribuição desigual de rendas e de empregos desejáveis indica intenções discriminatórias para com os menos afortunados, intenções essas que têm de ser contrabalançadas com políticas preferenciais a seu favor.** Porém, quando essas políticas bem-intencionadas demonstram o mesmo padrão enviesado que o das presumidas más intenções que elas deveriam contrabalançar, então fica difícil evitar a conclusão de que tem de haver o envolvimento de algo mais que intenções (SOWELL, 2016, p. 254).

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Brasília, Ed. Campus, 2000.

CARVALHO, Valdência Geralda de. **A ideia de justiça e a política de cotas raciais no Brasil: dilemas e perspectivas segundo o pensamento de John Rawls**. Disponível em <http://domtotal.com/direito/uploads/pdf/6ce6c5de6d2af40b289ed14818e7aeb6.pdf>. Acesso em 08 de set. 2018.

FIGUEIREDO, Angela. **A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil**. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/297871645> A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil . Acesso em 09 set. 2018.

MARSHALL, T. H. **Status, cidadania e classe social**. Zahar, 1987

SOWELL, Thomas. **A ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais**. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. São Paulo: É realizações, 2016. (Abertura cultural).

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL E PÓS-MODERNO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA DE COTAS E AS POLÍTICAS DE ACESSO ÀS IES BRASILEIRAS¹

Herbert Monteiro de Araújo - UNINASSAU²

Maria Gessi-Leila Madeiros - UFPI³

RESUMO

Esta pesquisa intitulada: Políticas de ações afirmativas no contexto neoliberal e pós-moderno: uma breve discussão sobre o sistema de cotas e as políticas de acesso às IES brasileiras consubstancia-se em entender como ocorre a execução das políticas de cotas e das políticas de acesso às IES brasileiras na interface da sociedade neoliberal e pós-moderna. Os objetivos desta pesquisa são, a saber: Analisar a importância das políticas de cotas e das políticas de acesso às IES brasileiras no dizer dos educadores e pesquisadores e identificar as contradições encontradas no contexto diante da implementação das cotas e das demais políticas de acesso às IES brasileiras. Sabe-se que as políticas de ações afirmativas são palco de discussões e polêmicas no dizer de pesquisadores devido às questões de afetam os direitos constitucionais, os problemas econômicos que perturbam a permanência dos grupos subalternos, étnicos, raciais e outros. Quanto à metodologia, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica literal cujo ponto comum é a discussão entre os autores como BERTÚLIO (2007, apud PACHECO e SILVA, 2007), AQUINO (2010) e outros. Conclui-se que há dicotomia por parte dos autores em relação a essas políticas, ou seja, argumentos contra e a favor, pois na sociedade há fatores socioeconômicos que inibem a permanência dos grupos subalternos.

PALAVRAS CHAVE: Permanência, socioeconômicos, acesso.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intitulada: Políticas de Ações Afirmativas no contexto Neoliberal e Pós-moderno: uma breve discussão sobre o sistema de cotas e as políticas de acesso às IES brasileiras tem, como problemática, entender como ocorre a execução das políticas de cotas e das políticas de acesso às IES brasileiras na interface da sociedade neoliberal e pós-moderna.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Pós-graduando em docência no ensino superior pela Faculdade Maurício de Nassau-FAP/Teresina (PI)

³ Doutorado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Trata-se de pontos a favor e contra no que diz respeito à implementação das políticas de acesso ao ensino superior. Assim, justifica-se aqui de uma forma mais simplificada os fatores comuns que retardam ou que favorecem a execução das políticas de ações afirmativas. Esta pesquisa dialoga-se com Aquino (2010) que explicita a importância do programa universidade para todos (PROUNI); Bertúlio (2007, apud PACHECO E SILVA, 2007) que aborda a discriminação do negro no sistema jurídico brasileiro; Munanga (2007, apud PACHECO E SILVA, 2007), que denuncia de forma direta os grupos contrários às cotas para negros e outros.

Os objetivos desta pesquisa são: Analisar a importância das políticas de cotas e das políticas de acesso às IES brasileiras no dizer dos educadores e pesquisadores e Identificar as contradições encontradas no contexto diante da implementação das cotas e das demais políticas de acesso às IES brasileiras.

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DAS IES PÚBLICAS E PRIVADAS

O Neoliberalismo é uma corrente de pensamento político-econômica que se caracteriza pela privatização dos setores estatais, pela sujeição do indivíduo ao mercado de trabalho, pela aceitação do mercado internacional dentre outras características.

Essa corrente ou forma ideológica do capitalismo ou da sociedade do conhecimento atuarem aborda, por sua vez, fatores que relatam os possíveis defeitos das políticas de ações afirmativas (PAA), ou seja, relatam que, especificamente, não há permanência por parte dos sujeitos das instituições de ensino superior públicas e privadas e, além disso, dos demais sujeitos no que diz respeito aos outros setores da sociedade capitalista.

Concomitantemente, há grupos representativos da sociedade civil (movimentos negros, agentes políticos, burocratas, etc.) que buscam alternativas reparadoras para garantir os direitos dos grupos subalternos nos espaços sociopolíticos. Em relação aos negros, por exemplo, Hermida (2003, p.6) afirma:

O conjunto de ações empreendidas por esses setores significativos da sociedade civil e política, defensora da causa da população negra, procuram elaborar propostas em benefício dessa comunidade que reparem as vítimas do racismo e da discriminação

social através da adoção de medidas reparatórias, que superem as desigualdades existentes. Elas se ancoram na discriminação positiva prescrita na Constituição Federal de 1988, que garante regulamentação dos direitos de igualdade racial.

Segundo o autor, há políticas reparadoras que abordam a proteção desses grupos ditos subalternos (negros, por exemplo), pois visam à inclusão dos tais na sociedade. Essas classes sociais são identificadas por critérios de cor, gênero, étnicos, pela condição social, etc. Assim, são políticas que Jorge Fernando Hermida denomina-as de reparadoras.

Em contrapartida, há contradições e pontos que são abordados por grupos contrários às políticas afirmativas (pesquisadores, jornalistas, membros de carreiras especiais, etc.). Tais argumentos caracterizam-se pela sociedade pós-moderna e Neoliberal e são fatores que denunciam essas políticas. Por exemplo, cita-se a importância do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que, no dizer de Aquino (2010), traz o acesso parcial (50%) ou total (100%) às IES pelo (as) discentes que são de baixa renda ou que não tenham condições de financiar o curso escolhido.

O que uma instituição de ensino superior particular, por exemplo, poderia fazer para que um (a) discente que, aderindo ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) ou Programa Universidade para Todos (PROUNI), continuasse estudando após ter evadido por ser vítima do racismo diariamente ou por ter adquirido dificuldades financeiras (desemprego)?

Percebe-se que há na pergunta acima relações político-econômicas que trazem formas de exclusão e que atingem os aspectos de cor, gênero, condição social, etc. dos sujeitos sociais. Essas relações são oriundas do interesse de mercado capitalista e neoliberal cujas IES são aparelhos ideológicos do Estado (teoria do capital humano). Do ponto de vista pós-moderno, há novas ideias, leis, sistemas judiciais, narrativas que se refletem na história e outros elementos (tais como o design, a mídia, a comunicação, etc.) que trazem novas identidades subjetivas (étnicas, de gênero, culturais, etc.).

As tais são afetadas pelo racismo, pela violência simbólica, pelo *bullying*, e outros meios. Portanto, as políticas afirmativas não garantem, no dizer de Hermida (2003), a abolição

das desigualdades sociais no sentido amplo e nem os fatores socioeconômicos. As cotas, por sua vez, são vistas como meios de acesso por parte dos grupos subalternos, mas não garantem a permanência deles devido aos fatores econômicos em que os sujeitos se encontram e às formas de violência simbólica como o preconceito, por exemplo. Todos esses elementos discutidos têm caráter permanente.

Outro exemplo de elemento que Bertúlio (2007, apud PACHECO e SILVA, 2007) afirma ser de exclusão dos negros é o sistema jurídico nacional brasileiro que aborda dispositivos que destronam os direitos dos negros nos espaços sociais. As cotas não alcançam tais âmbitos ou segmentos da sociedade eliminadores da permanência e dos direitos dos grupos vitimados. E nem alcançam o sistema jurídico brasileiro. Por isso, fica a permanência dos dois lados em conflito com a sociedade no que diz respeito às políticas de ações afirmativas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e reflete literalmente os discursos com os autores envolvidos no tema. Há do ponto de vista metodológico, apenas a tentativa de relatar os aspectos positivos e negativos sobre o tema abordado.

CONCLUSÃO

Não há como pôr fim ao processo de contradição no que diz respeito aos sujeitos que defendem às cotas (raciais e sociais) e as políticas afirmativas e àqueles que se contrapõem as mesmas. Assim, são pontos de vista contra e a favor dessas políticas que assistem a particularidade das classes ditas como vitimadas da sociedade.

Os que se contradizem afirmam que não resolvem os problemas da desigualdade social no sentido amplo, que não garantem a permanência por motivos econômicos, dentre outros. Entretanto, os que são a favor favorecem por meio de programas, leis, movimentos sociais, etc. o acesso aos espaços sociais, políticos e acadêmicos por parte dos segmentos subalternos.

Há inúmeros fatores que são favorecedores e outros que não aprovam as políticas afirmativas e as cotas.

O que importa aqui é entender que essas políticas de ações afirmativas não assistem os grupos subalternos e os negros por causa das relações político-econômicas cujas IES se enquadram no capitalismo. Essas relações têm cunho Neoliberal e são reveladas pelos índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de pesquisa econômica e aplicada (IPEA) e outros.

REFERÊNCIAS

AQUINO, L. MORCHE, B. NEVES, C.E.B. **Acesso e Equidade no Ensino Superior**: PROUNI uma política de inclusão social? Disponível em: WWW.pucrs.br. x 15alcol>Sociologia >. Acesso em: 09 maio 2018.

FILHO, G.R; BERNARDES, V.A. M; NASCIMENTO, J.G. **Educação para as relaçõesétnico-raciais**: outras perspectivas para o Brasil. Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

HERMIDA, J.F. GT1 1-Políticas para o Ensino Superior políticas de ações Afirmativas (PAA), inclusão Educacional e o problema da desigualdade social. Disponível em:<27 reunião. anped.org. br>gt11. Acesso em: 21 març. 2018.

MUNANGA, K. Considerações sobre as políticas de Ações Afirmativas para o Ensino Superior. In:___(org.). **O negro na Universidade**: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PEREIRA, L.R.; ANJOS, D.O. **O professor do Ensino Superior**: perfil, desafios e trajetórias de formação. Disponível em:< hHps://uniso.br>anais-eletronicos-1-es-formação-de-professores/>. Acesso em: 09 maio 2018.

PACHECO, J.Q; SILVA, M. **O negro na Universidade**: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação cultural Palmares, 2007.

GT 22

GRUPO TEMÁTICO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

GT 22 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Prof. Me. Edjôfre Coelho de Oliveira¹ – UNIFSA
Profa. Ma. Grasiela Maria de Sousa Coelho² – UFPI

A educação como direito social, significa por um lado a garantia de uma educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade para todos/as e, de outro, a universalização do acesso e a garantia da permanência bem-sucedida em todas as etapas e modalidades. O objetivo deste Grupo de Trabalho é proporcionar um espaço para a reflexão sobre o acesso e permanência de alunos com dificuldades especiais de aprendizagem, a política nacional de atenção educacional às pessoas com necessidades especiais; os Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; a Formação de professores numa perspectiva de atendimento às pessoas com deficiência; e a Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.

Envolver pesquisas, projetos e relatos de experiências que se desenvolvem no contexto da alfabetização e na construção do processo de letramento, em todas as áreas do conhecimento, contribuindo para a amenização das dificuldades e transtornos da aprendizagem e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino na escola. “Dificuldades de

¹ Licenciado em Letras/Português (UESPI) e Pedagogia (ISESPI), Bacharel em Psicologia (PUC-SP), Especialista em Língua Portuguesa (UFPA), Esp. em Docência do Ensino Superior (UCAM), Esp. em Psicopedagogia Clínico-Institucional (ISECUB), Esp. em Gestão Educacional (ISESPI) e Esp. em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas (FAR) e Mestre em Ciências da Educação (ULHT - Revalidado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS). Professor e Tutor Pedagógico dos cursos de Psicologia e Arquitetura & Urbanismo do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Autor do livro: Bullying na escola: como pais e professores lidam com essa violência?

² Doutoranda pelo Doutorado Interinstitucional em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia em parceria com a Universidade Federal do Piauí. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, na cidade de Teresina -PI, com dissertação intitulada “Formação contínua e Atividade de Ensinar: produzindo sentidos sobre o brincar na Educação Infantil. É graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Magistério pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é professora da Universidade Federal do Piauí. É integrante do grupo de pesquisa FORMAR que visa ao atendimento das necessidades de formação e pesquisa, pretendendo transformar os contextos da ação docente por meio da pesquisa crítica de colaboração.

aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio, ou habilidades matemáticas. Estas desordens são intrínsecas ao indivíduo, presumivelmente devem-se a disfunções do sistema nervoso central e podem ocorrer ao longo da vida. Problemas na autorregulação comportamental, percepção social podem existir com as dificuldades de aprendizagem mas não constituem por eles próprios uma dificuldade de aprendizagem.

Mantoam (2003) alerta que nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações. Um novo paradigma do conhecimento está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural. Redes cada vez mais complexas de relações, geradas pela velocidade das comunicações e informações, estão rompendo as fronteiras das disciplinas e estabelecendo novos marcos de compreensão entre as pessoas e do mundo em que vivemos.

Embora as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições desvantajosas (*handicapping*) (por exemplo, dificuldade sensoriais, deficiência mental, distúrbios emocionais sérios) ou com influências extrínsecas (tais como diferenças culturais, instrução insuficiente ou inapropriada), elas não são o resultado dessas condições ou influências” (NJCLD, 1994, *apud* CRUZ, 1999, p.58). Os trabalhos submetidos precisarão configurar-se em forma de Artigo científico e deverão ser apresentados via comunicação oral, obedecendo ao *template* oficial do evento.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, V. **Dificuldades de aprendizagem**. Fundamentos. Porto: Porto Editora, 1999.
- MANTOAM, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESTEIRA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: os jogos cooperativos como proposta para a inclusão de crianças com Déficit Intelectual nas aulas¹

Maria Clara da Costa Alves²

Geovana Torres da Silva³

Mesaque Silva Correia⁴

Universidade Federal do Piauí – UFPI



RESUMO

Este trabalho objetivou verificar se os jogos cooperativos contribuem para a inclusão do aluno com déficit de inteligência nas aulas de Educação Física. Para tanto, realizou-se um estudo qualitativo do tipo pesquisa-ação. A coleta e análise dos dados decorreram em três fases, uma preparatória e duas principais. Durante a aplicação e problematização dos jogos, ficou clara a participação do aluno com déficit de inteligência nas aulas tanto práticas como teóricas. Concluímos que os jogos cooperativos são eficazes para inclusão do aluno com déficit de inteligência nas aulas de Educação Física, desde que se estruture de um processo educativo em que todos possam se manifestar livremente e respeitar o outro, tanto em suas potencialidades como em suas limitações.

PALAVRAS – CHAVE: Educação Física Escolar; Práticas inclusivas; Necessidades Educativas Especiais.

INTRODUÇÃO

Para entendermos o déficit intelectual, temos o conceito da American Association (2002) que diz que a deficiência mental (déficit intelectual) é considerada condição deficitária, que envolve habilidades intelectuais; comportamento adaptativo (conceitual prático e social); participação comunitária; interações e papéis sociais; condições etiológicas (parte da

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. claracosta409@gmail.com
Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeus – USJT; Docente da Universidade Federal do Piauí – UFPI. mesaquecorreia@bol.com.br

³ Graduanda em Educação Física da Universidade Federal do Piauí. geovanatorres01@gmail.com

⁴ Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeus – USJT; Docente da Universidade Federal do Piauí – UFPI. mesaquecorreia@bol.com.br

medicina que trata de causas de doenças) e de saúde; aspectos contextuais, ambientais, culturais e as oportunidades de vida do sujeito. Assim sendo, é importante citarmos os tipos em que esta deficiência está dividida.

Partindo dessa linha de pensamento, buscaremos informações sobre jogos cooperativos, suas definições e possíveis benefícios para aulas de Educação Física e para a criança com déficit intelectual, quais seus possíveis benefícios para a inclusão e melhoramento no aspecto social e afetivo dessa criança. De acordo com Brotto (1999) os jogos cooperativos são um processo de interação social, cujos objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos. Para Almeida (2008) os jogos cooperativos buscam facilitar o encontro consigo mesmo, com os outros e com a natureza na tentativa de promover a integração do todo, onde sempre a meta coletiva prevalecerá sobre a meta individual. Diante dessa premissa o referido estudo teve como objetivo verificar de que forma os jogos cooperativos podem contribuir para a inclusão da criança com déficit intelectual nas aulas de Educação Física.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

O referido estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação. Para Minayo (2008), a pesquisa qualitativa “busca responder a questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, motivos, valores e atitudes visando compreender a realidade humana vivida socialmente”. Para garantir a rigorosidade do método, a coleta e análise dos dados o acadêmico pesquisador possibilitou inúmeras vivências de jogos cooperativos na tentativa e verificar sua eficácia para inclusão do aluno déficit intelectual nas aulas de Educação Física.

RELATO DAS ATIVIDADES VIVÊNCIADAS

É importante salientar que após a etapa de constatação da percepção que a professora possuía e seus alunos com relação aos jogos cooperativos, partir para etapa

seguinte que foi de possibilitar algumas vivências de jogos cooperativos para comprovar sua eficácia para inclusão do aluno com déficit de inteligência.

Assim sendo, clarificamos que iniciamos essa etapa fazendo uso de uma aula dialógica em que se fizeram presentes tanto a professora **SQ**, como os alunos foco deste estudo, entre eles o aluno **MS**. Tal encontro visou explicitar os sentidos e objetivos da pesquisa e da etapa de vivências possibilitada pelo acadêmico pesquisador, as como, referendar a importância de cada um no processo de desenvolvimento da pesquisa. Já que para Franco (2005) a pesquisa-ação quando utilizada no âmbito educativo permite o envolvimento da comunidade pesquisa, ampliando seus horizontes e a percepção de educação, sujeito e mundo.

Neste primeiro momento de descrição, creio ser de grande relevância destacar a empolgação da comunidade pesquisada com o trabalho a ser desenvolvido. Gostaria de destacar o comprometimento e o empenho da professora **SQ** no sentido de viabilizar a pesquisa, cedendo-me gentilmente suas aulas para desdobramento do estudo. Vale ressaltar ainda, que mesmo as aulas estando sobre meu direcionamento em momento algum a professora **SQ** abandonou a quadra de aula, fato este que contribuiu para o desenvolvimento dessa etapa do estudo.

Após a explanação do trabalho, seus objetivos, método e esperado impacto dos jogos cooperativos para inclusão do aluno com déficit de inteligência, comecei de fato as vivências de jogos cooperativos.

No dia **30 de outubro** dinamizei uma atividade chamada “salto triplo”, a referida atividade tinha como objetivo proporcionar momentos em que os alunos pudessem criar algo em conjunto e o jogo “Salto triplo” pareceu uma atividade adequada, já que unia a construção coletiva com a atividade física.

Para realização deste jogo utilizamos a própria quadra poliesportiva, embora sendo um lugar não apropriado para sua realização, já que o seu piso não absorve o impacto dos saltos.

O jogo foi dinamizado da seguinte forma: um aluno por vez, carregando um pequeno bastão de 30 cm (apetado com material de cabo de vassoura), deveria executar três saltos consecutivos (sem exigência técnica). Ao término dos três saltos, o aluno coloca o bastão no chão, no ponto aonde chegou. O próximo aluno parte daquele ponto, segurando o bastão para a realização de mais três saltos consecutivos. Assim, continuamos, até que todos tivessem executado os saltos. Ao final, marcamos a distância percorrida e desafiamos os alunos a conseguirem aumentá-la.

Salienta-se que o aluno com déficit de inteligência participou da referida atividade e não apresentou nenhuma dificuldade. Verifiquei que conforme a atividade se desenrolava os alunos torciam pelos seus companheiros, pois compreendiam que o bom desempenho do outro seria seu próprio sucesso, como reconheceram os alunos, ao término da aula.

Quando eu terminei de pular, queria que o Gustavo pulasse mais longe para podermos ganhar **(ALUNO - !7)**.

Eu queria que Lú voasse, mas ela caiu pertinho, mas valeu **(ALUNO – 2)**.

Foi muito bom, eu nunca pulei tão longe, foi legal **(ALUNA – 5)**.

Na perspectiva de Silva (2008), no momento em que os educadores, alunos e comunidade reconhecerem que eles têm participação nas tomadas de decisões, maior apego às normas práticas, materiais e procedimentos adotados podem ser esperados. Eles se tornam os protagonistas do processo de aprendizagem, e a própria dinâmica do processo influencia a participação ativa de todos.

No término da atividade conversamos sobre o jogo realizado, a ideia principal era fazer com que os alunos pensassem e repensassem seus atos no desenvolvimento do jogo. Alguns depoimentos nos chamam a atenção:

Eu não pulei muito, só ganhei por conta dos meus amigos **(ALUNA – 9)**.

Eu pulei, mas se fosse só eu não adiantaria nada **(ALUNO – 20)**.

Tal depoimentos mostram a conscientização dos alunos com relação aos objetivos do jogo. Ao reconhecerem a importância do outro para a vitória, reconhecem a importância do outro para seu próprio desenvolvimento. Essa explicação ganha reforço nas ponderações de Silva (2008), quando denota que para se tornar uma escola que realmente atua de forma inclusiva, as práticas devem ser desenvolvidas repetidas vezes a fim de que se institucionalizem. Quando o aluno percebe, por si só, a necessidade da participação do outro, torna-se acolhedor e procura ajudar.

No dia **6 de novembro** apresentei aos alunos um jogo chamado “salvamento do meu companheiro”. Para realização da referida atividade, com a ajuda da professora SQ criei um ambiente adequado para desenvolvimento do jogo. Assim, pegamos aproximadamente quarenta mesas e colocamos no formato de círculo. O aluno que deveria ser salvo foi colocado no centro do círculo como se tivesse caído em um buraco. Colocamos uma corda de náilon atravessando o buraco, para tanto a mesma ficou fixa no alambrado da quadra.

Demos o seguinte comando: o aluno que ficou no centro do buraco deveria gritar por socorro e os demais encontrar estratégias para resgata-lo. Sendo que o mesmo só poderia ser resgatado com o auxílio de uma corda que estava ao lado do buraco. Assim o um aluno deveria pegar a corda e começar a puxar o colega, se não aguentasse o peso do aluno a ser resgatado, podia pedir a ajuda a outro colega ou até a mais um e, assim, sucessivamente, até que fosse possível levantar o acidentado até à altura das mesas.

Os alunos deveriam tomar cuidado para não machucar o colega que já estava acidentado e encontrar estratégias para salva-lo o mais rápido possível. Segundo Brotto (2001), as diversas possibilidades do jogo, como as decisões, ações e observações, podem refletir-se na vida em sociedade, capacitando o aluno para viver em sociedade e tolerar seus semelhantes. No entanto, gostaria de ressaltar que no momento em que o aluno a ser salvo estava quase atingindo a altura das mesas, um dos salvadores soltou a corda e o resgatado caiu sobre os colchonetes. Neste momento resolvi parar atividade para conversar com os alunos sobre o ocorrido. Expliquei sobre os riscos envolvidos e sobre a confiança que o aluno

resgatado estava depositando em seus salvadores e continuamos o jogo, deixando maiores discussões para a roda de conversar.

No decorrer da atividade os salvadores conversaram bastante para poderem encontrar a melhor forma para resgatar seu colega, a participação de **MS** foi uma constante durante toda atividade, do trabalho braçal ao intelectual. Esse jogo exigiu, escuta, criação de estratégias, trabalho em equipe.

No dia **13 de novembro** levando em consideração a grande aceitação do futebol pela grande maioria dos alunos, inclusive as meninas, já que a professora **SQ** desenvolve com frequência tal atividade decidi desenvolver uma atividade que, apesar de alicerçada no futebol espetáculo, pudesse proporcionar a cooperação que tanto almejamos. Assim sendo, seguindo as orientações de Brotto (2001) realizei uma roda de conversar e perguntei aos alunos como poderíamos transformar o futebol em um jogo cooperativo. Mais do que criar um “novo jogo”, a proposta naquele momento era provocar a criação coletiva com o intuito de reforçar o espírito cooperativo do grupo. Nas esteiras de Darido (2003), a Educação Física pode ser ressignificação diariamente, independente da estratégia utilizada. Assim sendo, depois de muito pensar e discutir, desenvolvemos um jogo criado pelos alunos em que não havia goleiros e todos pertenceriam à mesma equipe, com os jogadores distribuídos pela quadra. O jogo começou. Cada jogador podia tocar apenas uma vez na bola e chutaria para o gol o último aluno que a recebesse. No decorrer do jogo paramos várias vezes para discutir as regras e alterá-las, quando o grupo julgava necessário. O encontro deste dia foi especial, pois criamos coletivamente um jogo e redimensionamos sempre que necessário. **MS** sentiu-se totalmente integrado e atuante na quadra de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar se os jogos cooperativos contribuem para a inclusão do aluno com déficit de inteligência nas aulas de Educação Física. A entrevista realizada com a comunidade pesquisada trouxe à tona que os jogos cooperativos já eram

utilizados na escola e que tanto a professora como seus alunos atribuíam um significado positivo aos mesmos.

A aplicação dos jogos cooperativos durante as aulas de Educação Física se mostrou eficaz para uma mudança de postura dos alunos, contribuindo para a interação e cooperação do trabalho em equipe. Durante a aplicação dos jogos, ficou clara a participação do aluno com déficit de inteligência nas aulas tanto de cunho prático como teórico.

Diante das constatações concluímos que os jogos cooperativos são eficazes para inclusão do aluno com déficit de inteligência nas aulas de Educação Física. No entanto, mesmo diante desta constatação inferimos que para os jogos cooperativos se constituírem como instrumento de inclusão social faz-se necessário a estruturação de um processo educativo onde todos possam se manifestar livremente e respeitar o outro, para que as relações interpessoais melhorem e se edifiquem momentos verdadeiramente inclusivos, ricos de aprendizagem que refletem a mais pura sabedoria manifestada pelas relações humanas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, J. P. **A Educação Física Especial e Currículo**. Rio de Janeiro. CBGG, 2008.

American Heart Association Task Force On Practice Guidelines (writing committee to revise the 2002).

BROTTO, F. O. **Jogos Cooperativos**: Um exercício de convivência. São Paulo: SESC, 1999.

_____. **Jogos Cooperativos – O jogo e o esporte como um exercício de convivência** – Santos: Ed. Projeto Cooperação, 2001.

FRANCO, M. S. **A pesquisa-ação como fundamentos epistemológicos da pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: ITU, 2005,

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar educação física**: possibilidades de intervenção na escola. Campinas, SP: Papirus, 2007. Disponível em < <http://books.google.com.br/> >. Acesso em 07/09/2018.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria método e criatividade. 27 ed. São Paulo: Vozes, 2008.

A CONCEPÇÃO DOS PAIS E PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA¹

Camila Cardoso de Oliveira Paz²

Roberta Soares Machado²

Marianne Bertine de Carvalho Araújo³

Érica Mônica de Sousa Vieira⁴

Carlos Eduardo Gonçalves Leal⁵

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O autismo, também denominado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracteriza-se por alterações significativas de comunicação, de integração social e comportamental além de comportamentos e interesses restritos (DSM-V). Será realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão bibliográfica. O objetivo geral do presente estudo é analisar avaliar a concepção dos pais e professores sobre a inclusão escolar dos alunos com transtorno do espectro autista. Os objetivos específicos são: 1) identificar a concepção dos pais sobre o TEA; 2) verificar a concepção de inclusão escolar para os pais e professores; 3) identificar como os professores se adaptam aos alunos que ingressam no sistema regular de ensino. Em sua pesquisa de doutorado Serra (2010), afirma que a escola é o espaço social que irá dividir com a família a responsabilidade de educar uma criança, onde esta criança irá aprender as diferenças individuais e quais são as necessidades grupais. Pôde-se comprovar que muitos pais ainda encontram dificuldades em matricular seus filhos nas instituições de ensino e os professores têm dificuldade em adaptar sua metodologia de ensino aos educandos com TEA.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Concepção dos pais.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduanda em Psicologia – Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: camilacopaz@gmail.com

²Graduanda em Psicologia – Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: roberta_machado12@hotmail.com

³Graduanda em Psicologia – Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: marianne_bertine@hotmail.com

⁴Graduanda em Psicologia – Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: ericamonica74@hotmail.com

⁵Doutor Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Educação pela UFPI. Especialista em Psicologia da Educação pela UFPI - ceduardoleal@hotmail.com

INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, todos os estudantes devem estar juntos aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação, tendo um paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos. Esta política visa como público alvo pessoas com necessidades educacionais especiais.

A falta de conhecimento sobre o Transtorno do espectro Autista e a necessidade de intervenções pedagógicas pode acarretar uma escassez de resultados positivos na aprendizagem destes indivíduos. O TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficits nas dimensões socioeducativas e comportamental (APA, 2013).

Ações do governo promoveram a ampliação de forma significativa acerca do ingresso de alunos com a síndrome em classes populacionais após a implantação da política de 2008. Diante disso, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: como os pais concebem a inclusão escolar dos filhos com transtorno do espectro autista? O objetivo geral do presente estudo é analisar a concepção dos pais no que diz respeito a inclusão escolar dos filhos com autismo. Os objetivos específicos são: 1) identificar a concepção dos pais sobre o TEA; 2) verificar a concepção de inclusão escolar para os pais e professores; 3) identificar como os professores se adaptam aos alunos que ingressam no sistema regular de ensino.

METODOLOGIA

Foi feita uma Pesquisa Bibliográfica que é uma revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, conforme esclarece Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Abordagem Qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre o contexto e ação (MAANEN, 1979, p.520).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Barbosa, Rosini e Pereira (2007) elaboraram uma pesquisa sobre as atitudes dos pais em relação à educação inclusiva, em que mostra que a maioria dos pais possui opinião positiva em relação à inclusão escolar e uma pequena porção mostrou pensamento contrário. Mas de acordo com os autores a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais nas salas e escolas comuns da rede regular de ensino não enfrentara muitas barreiras.

Lemos, Salomão e AGRIPINO-RAMOS (2014) desenvolveram uma pesquisa cujo objetivo é destacar a escola como um importante espaço que ajuda a criança com transtorno do espectro autista a desenvolver várias habilidades, a partir da interação com outras crianças com a ajuda do professor. O estudo foi realizado com quatro professoras do ensino regular e com quatro crianças diagnosticadas com o transtorno do espectro autista, com idades variando entre três e cinco anos.

O estudo realizado teve como resultado, que de maneira geral os professores não apresentam comportamentos de observação das crianças com TEA. Os professores argumentam que não consegue dar uma atenção especial para esses alunos por conta da quantidade de alunos dentro da sala de aula.

Em sua pesquisa de doutorado Serra (2010), afirma que a escola é o espaço social que irá dividir com a família a responsabilidade de educar uma criança, onde esta criança irá aprender as diferenças individuais e quais são as necessidades grupais.

Segundo Mônica Santos (1999), na relação entre família e escola, é preciso que ambas assumam um compromisso de reciprocidade, onde as responsabilidades sejam divididas igualmente. Ou seja, é de extrema importância a colaboração entre as duas, para que o trabalho feito na escola seja dado a continuidade em casa, o que facilita o melhor desenvolvimento da criança. A declaração de Salamanca também reafirma isto, pois para que

a criança tenha suas habilidades fortalecidas e dificuldades melhoradas, se a família não ajudar a escola a fazer um trabalho eficaz, dando continuidade e fortalecendo o que a escola propõe, de nada adianta, pois para que haja um desenvolvimento das habilidades e aprendizagem esta continuidade deve ser estabelecida no meio familiar.

Segundo autora, quando há inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas, a instituição escolar deve respeitar as limitações da criança, visando sempre à inclusão no meio social, adaptando a escola a escola as necessidades da criança. É importante trazer os pais para a realidade da criança dentro deste espaço.

Ainda é presente a queixa dos pais em relação à dificuldade para matricular os filhos com TEA nas escolas, as escolas muitas vezes não querem aceitar estas crianças, nesses casos os pais recorrem a Lei nº 12.764, que institui a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista" para poderem matricular seus filhos.

Em relação aos documentos legais, existem três documentos que alicerçam a prática de inserção do aluno com TEA na escola. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e a Nota Técnica n. 24, emitida pela Revista Psicologia: Teoria e Prática, pelo Ministério de Educação. Apesar desses direitos, os alunos ainda encontram dificuldades na inserção escolar, devido ao desafio que permanece aos educadores com a presença desse aluno em sala de aula.

CONCLUSÃO

A partir dos artigos pesquisados, foi identificado que existem poucos estudos acerca da temática, pôde-se comprovar que muitos pais ainda encontram dificuldades em matricular seus filhos nas instituições de ensino e os professores têm dificuldade em adaptar sua metodologia de ensino aos educandos com TEA.

Segundo Serra (2010) é muito importante que as crianças com TEA estejam estudando, pois na escola a criança irá frequentar mais um grupo social e irá ter a oportunidade de conviver com outras pessoas o que pode ajudar no seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION: DSM – 5. Associação Americana de Psiquiatria: DSM – V – **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, 2013.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BARBOSA, A. J. G.; ROSINI, D. C. e PEREIRA, A. A. **Atitudes Parentais em Relação à Educação Inclusiva**. Rev. Bras. Ed. Espec., vol.13, n.3, p.447-458, 2007.

CAMARGO, S. P. H., BOSA, C. A., **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica e literatura**. Psicologia & Saúde, 21 (1): 65-74, 2009.

MAANEN, J. Van. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades**, Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo. 1979

OLIVEIRA, A. C. **O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**. ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB, Brasília, p.23-24, 2015.

LEMOS, E. L. M. D. SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. **Inclusão de Crianças Autistas: Um Estudo sobre Interações Sociais no Contexto Escolar**. Revista brasileira. Ed. Esp. Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, Jan.-Mar.2014.

SERRA, D. **AUTISMO, FAMÍLIA E INCLUSÃO**. Polêmica, v. 9, n. 1, p. 40 – 56, janeiro/março 2010.

SCHMIDT, D. et all. **Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas**. Revista Psicologia: Teoria e Prática, 17(3), 222-235. São Paulo, SP, jan.-abr. 2016

A TRAJETÓRIA DA LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: aproximações à luz de estudo bibliográfico¹

Larisse Naira Almeida Marques Farias^{2*}

Lorena Talita Sampaio do Nascimento³

Sâmia Maria Costa Rodrigues⁴

Teresa Cristina Moura Costa⁵

Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA

RESUMO

Este artigo traz um discurso acerca da trajetória da luta das pessoas com deficiências e a perspectiva da educação inclusiva: aproximações à luz de estudo bibliográfica. Problematizando se o paradigma da inclusão tem sido reconhecido como um direito para as pessoas com deficiência. Tem como objetivo analisar a perspectiva da educação inclusiva dentro do movimento histórico de lutas por direitos das pessoas com deficiência. A temática é de suma importância, tendo em vistas as lutas das pessoas com deficiências para conseguir uma educação pública, inclusiva e de qualidade, não como favor, mas como direito conquistado. Foi realizada uma revisão de literatura e documental, com base em autores como Herrero (2001), Mantoan (2003), Mazzotta (2005) e Miranda (2004, 2008), entre outros autores relevantes para a discussão, e contribui para o enriquecimento da discussão teórica sobre a temática, sem pretensão de esgotar o tema. O referido estudo evidenciou a existência de exclusão e a marginalização das pessoas com deficiência no Brasil em vários momentos da realidade brasileira, ainda que existam vários dispositivos legais para efetivar a inclusão dessas pessoas na educação esses mostram ser insuficientes, pois os desafios são grandes diante de uma sociedade que não visualiza nas diferenças uma forma de construir uma nova sociedade, negam o direito da inclusão desses cidadãos a educação regular através da discriminação e preconceitos.

PALAVRAS CHAVES: Luta histórica, Inclusão escolar, Pessoas com Deficiência.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Serviço Social no UNIFSA. E-mail: larissenaira@gmail.com

³Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Serviço Social no UNIFSA. E-mail: lorenalaitas@gmail.com

⁴Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Serviço Social no UNIFSA. E-mail: samyamارانata@gmail.com

⁵Doutora em Serviço Social pela UFPE, Mestre em Políticas Públicas pela UFPI, Professora do Curso de Serviço Social do UNIFSA e Coordenadora de Pós-Graduação em Família e Políticas Públicas do UNIFSA. E-mail: tcmcosta@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Movimento das Pessoas com Deficiência no Brasil obteve muitas conquistas em sua trajetória, mas essas conquistas são acompanhadas de grandes desafios, considerando o Estado mínimo de direitos que se vivencia atualmente. Na área da educação, a inclusão escolar tem sido discutida como a tendência com maior potencial para viabilizar o acesso à educação como um direito de todos, embora na prática a sua implementação encontre muitas dificuldades.

Este estudo se constitui numa revisão de literatura, com base em autores como Herrero (2001), Mantoan (2003), Mazzotta (2005) e Miranda (2004, 2008), entre outros autores relevantes para a discussão. Tem como objetivo analisar a perspectiva da educação inclusiva dentro do movimento histórico de lutas por direitos das pessoas com deficiência. Para atingir tal finalidade, busca-se compreender a exclusão no processo educacional como uma realidade historicamente enfrentada pelas pessoas com deficiência, analisar os dispositivos legais que representam as principais conquistas para o público com deficiência na área da educação e refletir sobre a educação inclusiva como tendência mais democrática no processo de aprendizagem.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o alcance dos objetivos desse trabalho, utilizou-se um estudo bibliográfico e documental compreendida, conforme Gil (1987, p. 71), "boa parte dos estudos [...] podem ser definidos como pesquisa bibliográfica, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdos", para ele a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica, o que vai ser diferente é a natureza das fontes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história das pessoas com deficiência sempre teve pouca visibilidade na sociedade brasileira, embora a luta seja diária já que estas pessoas estão inseridas em uma realidade de

violação de direitos em todos os âmbitos. Trata-se de um segmento que historicamente vem sendo desvalorizado no âmbito da sociedade capitalista que classifica os cidadãos pela sua “capacidade produtiva”, considerados inferiores a outros cidadãos. Por outro lado, a conquista pela materialização dos direitos ainda é um processo recente e remete a capacidade de organização das suas pautas no sentido de pressionar o Estado pela incorporação das demandas na agenda pública.

Segundo Miranda (2004), a história do desenvolvimento do atendimento às demandas das pessoas com deficiência pode ser dividido em quatro fases que se manifestam no cenário mundial de forma diferente no cenário nacional. A primeira, na era pré-cristã, é marcada pela negligência e pela ausência de atendimento, onde “os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais” (MIRANDA, 2004, p.2). A segunda fase, destacada como a fase da institucionalização, que vai do século XVIII até meados do século XIX, é observada como a fase “em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais” (MIRANDA, 2004, p. 2).

Sobre a terceira fase, situada no fim do século XIX e meados do século XX, a autora destaca “o desenvolvimento de escolas e /ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa com deficiência uma educação à parte” (MIRANDA, 2004, p. 2). Acerca da exclusão das pessoas deficientes mentais no processo educativo brasileiro, a autora afirma ainda que houve um silêncio quase absoluto. A quarta fase, conhecida como a fase de integração, onde se entendia que o indivíduo deveria ser educado somente até o limite da sua capacidade, veio como fruto do movimento de integração das pessoas deficientes na sociedade na década de 1970 (MIRANDA, 2004).

A década de 1970, com o surgimento do movimento das pessoas com deficiência, possibilitou que as mesmas com pudessem ser protagonistas de suas próprias histórias, tendo em vista que a marginalização que elas vinham enfrentando também é justificada pela exclusão desse público nos momentos de decisão sobre medidas do seu interesse (BRASIL, 2010).

As iniciativas da sociedade civil tiveram tido uma grande importância no atendimento às pessoas com deficiência no Brasil durante o século XX, mas luta do movimento viu a necessidade de buscar a “reconfiguração de forças na arena pública, na qual as pessoas com deficiência despontavam como agentes políticos” (BRASIL, 2010, p.15). Nesse momento da sua trajetória, o movimento das pessoas com deficiência buscava não apenas a conscientização do seu público, mas buscava ações diferentes das de caráter caritativo, que marcou historicamente o atendimento às suas necessidades. Com isso, compreende-se que “as conquistas colhidas na década de 1980 ganharam força de tal maneira que alcançaram mais do que o reconhecimento dos direitos, atingiram a inserção na estrutura do Estado” (BRASIL, 2010).

Essa inserção fez com que aumentasse cada vez mais as forças desses movimentos sociais, que através de lutas contínuas conseguiram reconhecimentos que podem ser observados em dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988, considerada a mais democrática entre todas que o Brasil já teve. Mazzotta (2005, p.79) destaca a importância da promulgação da Constituição Federal de 1988 para a educação especial e para os “aspectos fundamentais, para a definição política e para a ação governamental”. Em vários artigos ficam evidenciados na Constituição Federal o caráter obrigatório do dever do Estado através do “oferecimento de programas suplementares necessários ao atendimento do educando nesse nível de escolarização, e também assegurado, preferencialmente na rede regular de ensino, o atendimento educacional especializado” (MAZZOTTA, 2005, p.78).

O autor destaca o caráter assistencial atribuído pelo Ministério da Educação (MEC) nas políticas de educação especial vai influenciar o cenário nacional, explicitamente, até 1990. Percebe-se que “as principais propostas e planos mantêm-se numa abordagem reducionista, interpretando a Educação Especial como questão meramente metodológica ou de procedimentos didáticos” (MAZZOTTA, 2005, p.200). Sendo uma contradição com o que é proposto na Constituição Federal de 1988, como cabe lembrar que “a Educação não deve ser entendida como simples instância preparadora para o ensino comum, embora se deseje que o maior número possível dos alunos possa dele se beneficiar” (MAZZOTTA, 2005, p.200).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 a obrigação do Estado de prover a educação fica reforçada, e dos seus pontos mais significativos que se pode destacar do professor com recursos adequados para compreender e atender à diversidade dos alunos. Em acordo com a Constituição de 1988, essa lei afirma que o atendimento educacional especializado deve acontecer na rede regular de ensino (MIRANDA, 2004).

Como lembra Herrero (2001, p. 11), as pessoas “com necessidades especiais devem ter as mesmas experiências da escola normal, em um ambiente o menos restritivo possível. Não se pretende fazer do deficiente uma criança normal, mas normalizar sua vida”. Em meados da década de 1990, “no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado Inclusão Escolar. Esse novo paradigma surge como uma reação contrária ao princípio de integração, e sua efetivação prática tem gerado muitas controvérsias e discussões” (MIRANDA, 2004, p.6).

Em 2003, é implementado pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa Educação Inclusiva, direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. Nessa concepção o conceito de inclusão passa a ser:

Trabalhado na educação especial de forma diferente do conceito de integração, no entanto, eles têm a mesma proposta que é inserir os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular. Podemos dizer que a integração passa a ideia de que a pessoa, para ser inserida na escola regular, deve estar em condições para isso, ou em condições de corresponder às solicitações feitas pela escola (MIRANDA, 2008, p.39).

A perspectiva da inclusão na educação é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam, implicando mudanças nesse atual paradigma educacional, para encaixar no mapa da educação escolar as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana (MANTOAN, 2003).

Ao defender a inclusão escolar, Mantoan (2003) destaca que a exclusão assume variadas e perversas formas, apontando sempre o aluno como ignorante diante dos padrões da cientificidade escolar, acerca da relação entre escola e alunos, a autora afirma que deve ser democrática não só ao se abrir para novos grupos, mas também para novos conhecimentos, pois de outra forma ela exclui aqueles que ignoram o conhecimento que ela valoriza, sendo uma democratização de massa que não cria possibilidade de diálogo.

Desse modo, hoje à sala de aula não cabe mais se configurar como um espaço de exclusão, mas sim como um espaço democrático, em que se ofereça “uma proposta pedagógica onde a promoção do atendimento escolar, este de forma especializado sendo complementar ou até suplementar a esses alunos que tenham alguma deficiência” (ORLANDINI, ORLANDINI, DALLAGO, 2015, p.2-3).

Analisar a perspectiva da inclusão escolar na trajetória de luta das pessoas com deficiência pelos seus direitos é reconhecer que o processo de educação não pode mais ser um processo de exclusão e que as pessoas com deficiência precisam ser consideradas nos espaços educacionais como pessoas de direitos, com condições particulares, mas que também possuem habilidades que precisam ser valorizadas no processo de aprendizagem.

CONCLUSÕES

O referido estudo evidenciou a existência de exclusão e a marginalização das pessoas com deficiência no Brasil em vários momentos da história, ainda que existam vários dispositivos legais para efetivar a inclusão dessas pessoas na educação esses mostram ser insuficientes, pois os desafios são grandes diante de uma sociedade que não visualiza nas diferenças uma forma de construir uma nova sociedade, negam o direito da inclusão desses cidadãos a educação regular através da discriminação e preconceitos. Nesse sentido, é necessário que através de divulgações e esclarecimentos para a população que ter alguma deficiência não significa que a pessoa seja incapaz, ao contrário além de outras habilidades que tenham também são seres que tem sentimentos, anseios e desejos como qualquer outro. É de suma importância a inserção desse grupo em todos os âmbitos educacionais, políticos,

sociais, culturais, pois todos eles são espaços determinantes para a consolidação de seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília 2010 (Comp.). Lanna Júnior, Mário Cléber Martins. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20movimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>>. Acessado em: 18 abr.2018.

GIL, Antônio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. São Paulo: Atlas,1987.

HERRERO, M. Jesus Presentación. Educação de Alunos com Necessidades Especiais:Base psicológicas. Tradução de Maria Helena Maurão Alves Oliveira, Marisa Bueno Mendes Gargantini. Caderno de Atividades. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001. Título Original: La educación de alumnos con necesidades educativas especiales.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Porque? Como fazer?** 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <<https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>> Acessado em: 26 ago. 2018

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e política pública**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo **História, deficiência e educação especial**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 15, p. 1-7, 2004. Disponível em:<<http://www.histedbr.fae.unicamp.br.>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico**. 2008. 16f. Artigo, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.2008. Disponível em:< <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/>>. Acessado em: 1 mar. 2018.

ORLANDINI, Alessandra de Sousa; ORLANDINI, Andressa de Sousa; DALLAGO, CleonildaSabainiThomazini. **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DOS DIREITOS**. 2015. 7f. Artigo, Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Paraná. 2015. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/eventos/servicosocialunioeste/docs/edicao_atual/Dallago_Orlandini_Souza.pdf> Acessado em: 26 ago. 2018.

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA POR DOCENTES COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA¹

Bruna Carolyn Paz²

Caroline Silva de Oliveira³

Cícero Tasso Rocha Policarpo⁴

Francisca Rosemeire Moura da Silva⁵

Mariana de Carvalho Medeiros⁶

Michele Campos Nascimento⁷

Milena Moura Fé Araújo Portela⁸

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Introdução: Quando se trata de um âmbito educativo escolar, é possível observar que existe uma grande diversidade de alunos, e que o número de alunos com necessidades educacionais especiais é crescente. O objetivo geral é compreender como os docentes da educação especial estão utilizando a tecnologia assistiva como recurso pedagógico. E os objetivos específicos: analisar estudos que tratem da utilização da tecnologia assistiva na educação inclusiva. Metodologia: Trata-se de revisão integrativa de literatura do tipo qualitativa, os descritores utilizados foram: Educação Inclusiva, Educação Especial e Tecnologia Assistiva. Os dados foram obtidos nas bases de dados como: Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Revistas, restringindo-se aos anos de 2003 a 2018. Como critérios de inclusão selecionaram-se artigos completos em língua portuguesa e que abordassem sobre a temática. Resultados: foram selecionados 10 artigos, e a análise permitiu uma discussão a respeito da preparação dos professores e as dificuldades da implementação de estratégias na educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: tecnologia assistiva, educação inclusiva, docente.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, 29 de setembro a 05 de 2018.

²Estudante de Graduação 8º. Semestre do Curso de Psicologia do UNIFSA. E-mail: brunacarolyna@hotmail.com

³Estudante de Graduação 8º. Semestre do Curso de Psicologia do UNIFSA. E-mail: karol.ine@hotmail.com

⁴Estudante de Graduação 8º. Semestre do Curso de Psicologia do UNIFSA. E-mail: tasso.rochapolcarpo@gmail.com

⁵Estudante de Graduação 8º Semestre do Curso de Psicologia do UNIFSA. E-mail: rose.moura23@hotmail.com

⁶Estudante de Graduação 8º Semestre do Curso de Psicologia do UNIFSA. E-mail: marycarvalho_05@hotmail.com

⁷Estudante de Graduação 8º Semestre do Curso de Psicologia do UNIFSA. E-mail: micheleecf@hotmail.com

⁸Orientador do trabalho. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. Mestre em Análise do comportamento-PUC/SP E-mail: milenamourafe@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Quando se trata de um âmbito educativo escolar, é possível observar o número de alunos com necessidades educacionais especiais é crescente. Com isso, para que o atendimento a essas crianças seja adequado é preciso que haja uma transformação em nível de ajustes e adaptações, principalmente nas estratégias usadas pelos professores para inovarem de maneira a beneficiar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, evitando a evasão desse alunado. Se faz, portanto, necessário que os professores busquem novas práticas pedagógicas que incrementem o trabalho educativo e possam auxiliar na interação e comunicação dos alunos, tornando-os, assim, adaptativos a inserção de novos conceitos didáticos (SILVA, 2016).

Para uma educação inclusiva, faz-se relevante a utilização de metodologias, estratégias e recursos da Tecnologia Assistiva que visam promover a expansão de habilidades e potencialidades, estabelecendo independência e participação dos deficientes na educação em todos os níveis de ensino. De acordo com o COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS (2009), a Tecnologia Assistiva (TA) surgiu devido aos avanços tecnológicos em algumas áreas já denominadas. Se refere a um manejo de profissionais de determinadas áreas de conhecimento que se organizam para auxiliarem no desenvolvimento humano. Essa prática se refere à pesquisa, uso de instrumentos e estratégias para melhor auxiliar as habilidades funcionais de pessoas com algum tipo de deficiência. A execução prática dessa atividade inclui habilidades pessoais, que vão desde um autocuidado até o desenvolvimento de exercícios profissionais. Diante disso, o objetivo do trabalho foi compreender como os docentes da educação especial estão utilizando a tecnologia assistiva como recurso pedagógico.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de revisão integrativa de literatura do tipo qualitativa, onde o resultado não precisará ser quantificado, apenas analisado subjetivamente. Diante do estudo, optou-se aprofundar-se em artigos relacionados ao tema como: Educação Inclusiva, Educação Especial

e Tecnologia Assistiva. Os dados foram obtidos no período do mês Agosto de 2018 por meio de consultas nas bases de dados como: Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Revistas, restringindo-se aos anos de 2003a 2018.

Como critérios de inclusão selecionaram-se artigos completos em língua portuguesa e que abordassem sobre a temática. Como critério de exclusão, preferiu-se não utilizar artigos que não fossem da língua portuguesa e artigos incompletos. Foram excluídos também artigos que não atendiam as expectativas do tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Este trabalho busca mostrar de que forma a tecnologia assistiva tem sido utilizada como recurso pedagógico pelos docentes da educação especial. Durante a elaboração da pesquisa fez-se um levantamento das publicações relevantes ao tema e foram encontrados 65 artigos. Após este levantamento, com prevalência em idiomas em português e textos completos e que fossem relevantes ao tema, com esse levantamento obteve-se 10 publicações abrangendo o tema proposto.

Fonte: Elaboração pelos autores deste artigo

TABELA 1- Resultado dos Artigos Utilizados	
Base de Dados	Nº de Artigos
Scielo	2
Google Acadêmico	6
Revista Brasileira de Educação	1
Revista de Terapia Ocupacional	1

Após o levantamento dos artigos nas bases de dados foi selecionado duas categorias que abrangesse o tema proposto: preparação dos professores para a tecnologia assistiva e Dificuldades da implementação de estratégias na educação especial.

PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A TECNOLOGIA ASSISTIVA

Foram utilizados 4 artigos para a elaboração desta categoria. Segundo Emer (2011), os professores têm uma função muito importante que é aquela que visa a modificação de conceitos, fundamentos e paradigmas que são utilizados por um viés tecnológico e inclusos na educação, onde são considerados como inovadores e que transformam o processo pedagógico para uma melhor prática. Isso só é possível se o professor tiver o conhecimento e manejo do uso de tal tecnologia.

No decorrer dos últimos anos o cenário educacional nacional teve algumas mudanças importantes. Como, as políticas para a educação especial que se destacam dentro da perspectiva da educação inclusiva, tal como: adequação de currículos, política de acesso na escola, estudo acadêmico-científica das tecnologias de informação e comunicação (TIC), aumento de recursos de Tecnologia Assistiva (TA), inserção das salas de recursos multifuncionais (SRM), plano de suporte individualizado, salas de recursos, dentre outras práticas que abrangem inovações e oportunidades igualitárias, que possibilitem a inclusão como um direito de todos (JUNIOR; LACERDA; 2018).

Em uma escola onde a educação inclusiva é implantada, o alunado em geral é beneficiado, tanto os que têm deficiência quanto os que não têm. Contudo, para que aqueles que têm alguma necessidade especial sejam beneficiados, é importante que os responsáveis por essa inclusão estejam preparados para encararem os obstáculos que surgirem e que estejam firmes para tratarem com eficiência essa realidade, e que se utilize de diferentes métodos, como a Tecnologia Assistiva, por exemplo (VERUSSA, 2009).

Segundo Miranda, (1999) assim, todas as técnicas e ações relacionadas ao projeto de uma Educação Inclusiva, com as escolhas metodológicas reconhecidas das diferenças e da procura dos recursos de TA fundamentais para a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, são altamente considerados e vistos pelo paradigma educacional que ordena e fundamenta as ações da escola. Hoje em dia são apresentados novos paradigmas de aprendizagem dos saberes e novas perspectivas, mais bem orientadas que as do passado, sobre a função do professor e a intercessão entre o aluno e o saber.

Um assunto muito discutido por alguns autores é a questão da formação dos professores. Pois, a maioria dos docentes se sente incapaz de atuar com as Tecnologias Assistivas. Apesar de algumas resistências, muitos expressam que se tiverem condições apropriadas, formações, meios e suporte, estão dispostos a se dedicar desenvolvendo habilidades necessárias para o trabalho com os alunos com deficiência. Mas, para que isso aconteça, deve haver investimento dos governos em prestar absoluta assistência na formação inicial e continuada desses profissionais (VERUSSA, 2009 *apud* LIMA, 2006, p.123).

DIFICULDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Foram utilizados 3 artigos para a elaboração desta categoria. Sabe-se que hoje a Lei de Diretrizes Básicas para a Educação garante o direito de crianças com deficiências à educação, juntamente com isso é crescente também a procura das próprias famílias ao serviço. A partir daí entra em questionamento a forma como os profissionais são preparados para trabalhar com a educação especial. Pois, segundo Zulian (2002, p.86) quando o professor tem alguma formação voltada para a educação de crianças com deficiências, essa capacitação está diretamente ligada à educação especial, especializada muitas vezes em deficiências específicas sejam: auditivas, visuais, motoras. No caso o ideal seria que a formação profissional, principalmente dos professores, os permitissem criar estratégias pedagógicas capazes de atender demandas especiais ou não. Saviani (2009) faz referência ao Plano Nacional de Educação, e ao parecer do Conselho Nacional de Educação como dispositivos que tratam a educação especial como secundária.

Rocha, Et al; (2003) traz que fora as questões relacionadas a capacitação dos professores, temos também barreiras estruturais, como por exemplo falta de móveis adaptados, falta de equipamentos e materiais didáticos adaptados para deficiências específicas (visuais, cognitivas, motoras). Estes são também fatores importantes que influenciam no funcionamento da educação especial, e neste caso entra a tecnologia assistiva para auxiliar no ensino dos alunos.

A inclusão não está associada somente ao espaço físico de onde são compartilhados os mesmos direitos. Porém, ainda que o ambiente escolar seja o lugar onde são inseridos e que proporciona uma educação interativa e de ensinamentos qualificados, nem sempre será esse ambiente perfeito, pois percebe-se ainda um ambiente problemático e que não se utiliza de todos os recursos necessários, e até mesmo pelo fato de não haver a participação da sociedade nesse processo de inclusão (SILVA, 2011).

CONCLUSÃO

Após análise dos textos acadêmicos e literatura especializada na temática, pode-se concluir que há uma grande escassez de recursos e de profissionais devidamente qualificados para atender a demanda apresentada, tendo uma grande necessidade de avançar muito tanto no que diz respeito à serviços e produtos acessíveis ofertados aos portadores de deficiência, quanto na disseminação do assunto.

Portanto percebe-se também que, mesmo existindo ainda diversas barreiras para o sucesso efetivo da educação especial, a tecnologia assistiva veio para agregá-la, trazendo alguns recursos e mais facilidade para os profissionais trabalharem com o público-alvo.

REFERÊNCIAS

CADERNOS, P. D. E. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde.de ajudas técnicas, Comitê. Tecnologia assistiva. Brasília: Corde, 2009.

EMER, S. O. **Inclusão escolar**: formação docente para o uso das TICs aplicada como tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional e sala de aula. Programa de Pós – graduação em educação. Porto Alegre, 2011.

GALVÃO F. TEÓFILO A. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demanda e perspectivas. UFBA / Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira. Salvador – Bahia, 2009.

GALVÃO, T.; MIRANDA, T. G. Tecnologia Assistiva e paradigmas educacionais: percepção e prática dos professores. Anais da 34ª Reunião Anual da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Natal: ANPEd, 2011, ISSN: 2175-8484.

JUNIOR, M.O.S; LACERDA, L.C.Z. **Atendimento Educacional Especializado**: planejamento e uso do recurso pedagógico. Revista Brasileira de Educação v. 23, 2018.

ROCHA, E. F; LUIZ, A. ZULIAN, M. A. R. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-78, 2003.

SANTANA, C. L; SANTOS, A. R. D; PEREIRA, A. Inclusão Escolar: a utilização da tecnologia assistiva na educação regular. 3º Simpósio de Educação e Comunicação. Sergipe, 2012.

SAVIANI, D. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40, jan./abr. 2009.

SILVA, M. O. E. D. **Educação Inclusiva**: um novo paradigma de Escola. Revista Lusófona de Educação, n. 19, p. 119-134. Lisboa, 2011.

VERUSSA, E. D. O. Tecnologia assistiva para o ensino de alunos com deficiência: um estudo com professores do ensino fundamental. Marília, 2009.

A TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA¹

Christiane Leal Araújo²

Gercyara Natalya Costa Cavalcante³

Graciela Barbosa da Paz⁴

Luana Karla Silva Lacerda⁵

Pedro Almeida da Silva Santos Júnior⁶

Raphaela Aparecida Silva de Oliveira⁷

Milena Moura Fé Araújo Portela⁸

Centro universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

Este artigo é proveniente de uma análise bibliográfica com base nos bancos de dados do LILACS, SCIELO e Google Acadêmico. Para a elaboração dessa pesquisa justificou-se pelo fato de termos uma formação ainda deficiente na área de tecnologias para alunos em educação especial, bem como o número de publicações na área ainda serem baixos. Foram analisados artigos de publicação nacional e regional. Usou-se os critérios de exclusão: aqueles artigos que não estivessem com publicações no período estipulado, ou que não convergissem com o assunto. Já para os critérios de inclusão: aqueles que tenham cunho científico na área de tecnologias assistivas, metodologias inovadoras e casos de sucesso. Além disso, trouxe uma análise de um caso regional publicado sobre a atuação específica de uma Tecnologia Assistiva no âmbito da deficiência visual. Esse trabalho traz uma discussão crítica no posicionamento das áreas do conhecimento aplicadas à pesquisa na área. Incentivando uma maior representatividade do tema nas discussões acadêmicas. Por fim, buscou-se compreender a notoriedade do conteúdo na última década para entender melhor o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias assistivas, necessidades especiais, educação especial.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante do 6º período de Psicologia do UNIFSA, *christianeleal19@hotmail.com*.

³ Estudante do 6º período de Psicologia do UNIFSA, *gercyara_natalya@hotmail.com*.

⁴ Estudante do 6º período de Psicologia do UNIFSA, *graciellabarbosa10@hotmail.com*.

⁵ Estudante do 5º período de Psicologia do UNIFSA, *lu-karlla@hotmail.com*.

⁶ Licenciado em Informática (IFPI) e Estudante do 6º período de Psicologia do UNIFSA, *peedrojr@gmail.com*.

⁷ Estudante do 6º período de Psicologia do UNIFSA, *rafaela545@hotmail.com.br*.

⁸ Mestre em Análise do Comportamento pela PUC-SP e docente do UNIFSA, *milenamourafe@hotmail.com*.

INTRODUÇÃO

Com a constante mudança que emerge a sociedade, surge novas realidades e novos paradigmas. Novos caminhos de inclusão a pessoa com deficiência. O período escolar é caracterizado pela importância que tem no desempenho da criança, pois o ingresso faz com que seja reconhecida pela sua capacidade de realizar tarefas valorizadas em seu meio. O cenário educacional nacional sofreu mudanças importantes. Destacando-se as políticas da educação inclusiva, como exemplo o desenvolvimento de recursos de Tecnologia Assistiva (TA).

A Tecnologia Assistiva é uma expressão que se refere a uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2006). Tornando-se um imprescindível para a promoção da inclusão, autonomia e melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Para a elaboração dessa pesquisa justificou-se pelo fato de termos uma formação ainda deficiente na área de tecnologias para alunos em educação especial, bem como o número de publicações na área ainda serem baixos. Diante disso a presente pesquisa tem como objetivo analisar estudos que tratem da utilização da TA como recurso pedagógico para alunos da educação especial que trouxe resultados relevantes diante a análise de estudos realizados na área.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo teve como base uma pesquisa bibliográfica com a análise de artigos publicados nos últimos 10 anos. Utilizou-se das bases do Scielo, LILACS, Google Acadêmico como base de procura pelas publicações, além dos critérios de exclusão: aqueles artigos que não estivessem com publicações no período estipulado, ou que não convergissem com o

assunto. Já para os critérios de inclusão: aqueles que tenham cunho científico na área de tecnologias assistivas, metodologias inovadoras e casos de sucesso. Ao todo foram analisados 22 artigos dos quais utilizou-se 4 deles como referência para este trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

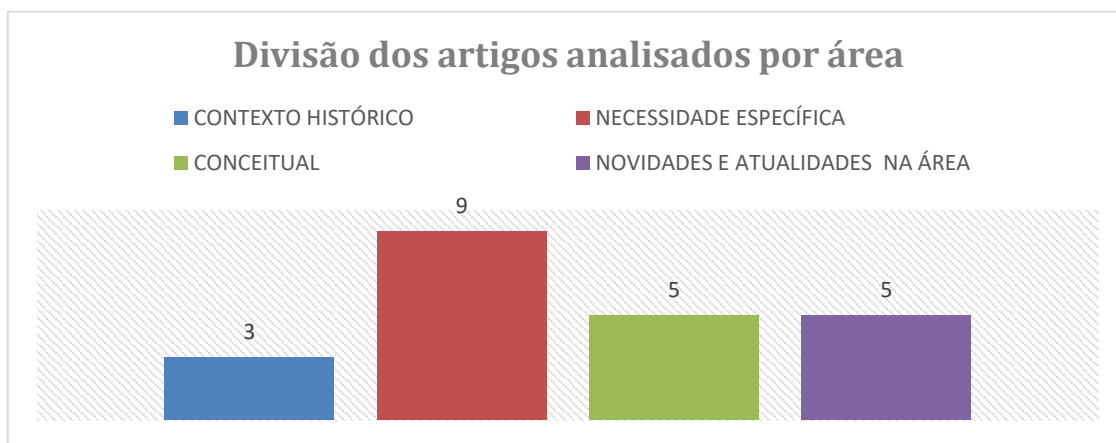
Pode-se notar que as discussões científicas no Brasil se intensificaram na última década ainda uma pequena produção na área. As pesquisas demonstram uma procura por melhoria dos processos pedagógicos pois houve um crescimento no processo de integração/inclusão de alunos especiais.

Na busca de uma melhoria no processo de ensino-aprendizado dos alunos, a utilização das TA's, possibilitou uma maior acessibilidade até mesmo aos alunos com necessidades especiais mais severas (GALVÃO FILHO et al., 2009).

Abaixo segue um gráfico demonstrados as áreas específicas dos artigos encontrados.

Gráfico 1 – Detalhamento por área dos artigos utilizados como base da pesquisa.

Fonte: autoria.



Fonte: elaborado pelos autores

Podemos perceber que os artigos em sua maioria estão divulgados de acordo com as necessidades específicas. O que nos dá uma amostra sobre que necessidades estão sendo estudadas na implantação das TA's. Como representado na tabela abaixo.

Tabela 1. Discriminação dos artigos por necessidade especiais estudadas

NECESSIDADE	QUANTIDADE
DEFICIENCIA AUDITIVA	2
SINDROME DE DOWN	1
DEFICIENCIA VISUAL	2
PARALISIA CEREBRAL	4
TOTAL	9

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se que as pesquisas no rumo das Tecnologias Assistivas no âmbito da paralisia cerebral (PC) têm maior número de publicação. Isso se dá ao alto desempenho das áreas das neurociências, neurologia e medicina investirem em TA's para a captação de respostas cognitivas para pessoas com PC.

No que tange aos trabalhos na mensurável de deficiência auditiva a realidade aumentada é uma dica importante para a compreensão didática do assunto, que trouxe um avanço na compreensão da língua portuguesa, por exemplo.

Para os trabalhos na área de deficiência visual, encontramos a autodescrição (AD) e Tradução Audiovisual (TAD) como funcionais no processo de promoção, acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência visual. Para Alves e Teles (2017), “a consolidação satisfatória da aplicação da AD no país, são necessárias pesquisas que abordem essa mediação tradutória em diferentes ambientes”.

Ao trabalho relacionado a Síndrome de Down foram avaliadas 278 atividades utilizadas com 24 sujeitos, com idades entre 2 e 13 anos, a partir da criação de um protocolo, que inferiu que estavam acessíveis para a população estudada, mas não apresentou resultados significantes ao estudo Borges et al. (2017).

Por fim, os trabalhos verificados sobre paralisia cerebral trazem resultados significantes no que tange às neurociências, neurologia e neolinguística, através de métodos de aprendizagem eficazes com uso de interatividade computacional. (ALVES & MATSUKURA, 2016)

Além dos 22 destaques nacionais, podemos destacar o trabalho regional sobre o DosVox na área da deficiência visual. Estudo esse realizado com pessoas com deficiência visual no âmbito de inclusão digital. Com o título “Avaliação da Inclusão Digital de Deficientes Visuais por meio do Software DosVox” (DIAS OLIVEIRA et al, 2016) articula as dificuldades encontradas na articulação prática das metodologias e as tecnologias assistivas.

CONCLUSÕES

É importante ressaltar que este trabalho trouxe um alerta de o quão se faz necessário a pesquisa na área acadêmica nas mais diversas singularidades das necessidades especiais. Não só no contexto histórico, mas também nas metodologias a serem aplicadas.

Não é fácil obter resultados em pesquisas na área de tecnologia assistivas, pois o investimento no cunho ainda é muito baixo e os projetos demandam um custeio muito alto. Não o bastante o alavancar de metodologias ágeis, Análise do comportamento aplicada vem trazendo também resultados em casos específicos.

Mesmo que possamos elencar diversas possibilidades, não podemos esquecer que há uma necessidade gritante de atualização pedagógica dos envolvidos (escola, corpo docente, pais e alunos) para que haja uma maior integração e real inclusão dos alunos com necessidade especiais.

Pode-se entender que as publicações de cunho acadêmico ainda carecem de maior aprofundamento no que tange a *práxis*. Assim, contribui-se para o posicionamento crítico e induz-se a pesquisa mais assertiva na área.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. J.; MATSUKURA, T. S. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.2, p.287-304, Mai.-Ago., 2011
- ALVES, S. F & TELES, V. C. Audiodescrição simultânea: propostas metodológicas e práticas Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(56.2): 417-441, mai./ago. 2017.
- BORGES. A.L.E. et al. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.4, p.577-594, Out.-Dez., 2017.
- CAT, 2007a. Ata da Reunião III, de abril de 2007, Comitê de Ajudas Técnicas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata%20III%2019%20e%2020%20abril2007.doc>> Acesso em: 05 jun. 2018.
- DIAS OLIVEIRA, M.L.. DIAS, J. L. SANTOS, K.M.C., BORGES, J.A. Avaliação da Inclusão Digital de Deficientes Visuais por meio do Software DosVox. CBIE. 2016. Wcbie.2016.1430
- GALVÃO FILHO, T. A. et al. Conceituação e estudo de normas. In: BRASIL, Tecnologia Assistiva. Brasília: CAT/SEDH/PR, 2009, p. 13-39.

O ENVELHECIMENTO E AS NOVAS FACES DA EDUCAÇÃO¹

Márcia Nunes da Fonseca - UNIFSA²

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger - UFPI/UNIFSA³

RESUMO

Este trabalho analisa as perspectivas de inserção discente da pessoa idosa na educação superior diante das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). Utiliza-se de análise documental, bibliográfica e de conteúdo e, para tanto recorre ao Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Censos da Educação Superior 2015 e 2016, além de referencial teórico, tendo por base os autores consagrados Bosi (1994), Freitas (2006) e Lévy (1999). O estudo aponta a inserção da pessoa idosa na Educação Superior, sendo esta um meio necessário para envelhecimento ativo, mas, para isso, há que considerar as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's) no contexto educacional da pessoa idosa.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento, Ensino Superior, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial que implica em possibilidades e desafios quer seja para a sociedade quer, para a própria pessoa idosa, na busca de autonomia e independência em suas relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Diante disso, tornam-se necessários novos olhares sobre as relações e necessidades da pessoa idosa, especialmente quanto ao processo educacional, já que a educação pode ser

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Direito (UNIFSA). Especialista em Direito Administrativo (UCAM-RJ). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: marcianfonseca@hotmail.com.

³ Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Mestre em Políticas Públicas (UFPI). Especialista em Administração de Recursos Humanos (UFPI). E-mail: izabel_herika@hotmail.com

um meio para um envelhecimento digno e ativo e, um caminho para uma sociedade mais inclusiva. Porém, diante do dinamismo da sociedade de informação, faz-se necessário repensar que estratégias estão à disposição da pessoa idosa ante as mudanças no ambiente de educação, pois evidências científicas apontam que não há limite para o saber, mas que os caminhos de aprendizagem têm se diversificados. Uma das estratégias apontadas nos últimos séculos de processos de aprendizagem é a Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC) que favorece uma melhor inter-relação no processo de aprendizagem.

Assim, este trabalho analisa as perspectivas de inserção discente da pessoa idosa na educação superior diante das tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma a constatar a presença de pessoa idosa nesse cenário educacional, com o fito de acolher esse seletivo grupo populacional no processo ensino e aprendizagem da educação superior, de forma a garantir novas oportunidades de conhecimentos para a construção de um envelhecimento ativo.

Para tanto, este estudo se caracteriza como pesquisa descritiva de cunho qualitativo, tendo como fundamento a análise em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), catalogados pelos Censos de Educação Superior entre 2015 e 2016, referentes ao número de matrículas de idosos ingressantes e concluintes no Ensino Superior, além de teóricos já supracitados, seguindo de análise dialética.

O ENVELHECIMENTO NO CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR

O processo de envelhecimento implica em modificações físicas, psíquicas e sociais e, poderá ser melhor experienciado por meio de mudanças de comportamentos seja na aceitação, inclusão e adaptação da pessoa idosa, no que diz respeito às alterações físicas e mentais a fim de não transformá-lo, de modo equivocado, em fato depreciativo e motivo de chacotas morais.

Ao contrário do que foi construído culturalmente, esse estágio da vida não constitui estritamente limitações físicas, mas significa avanços e privilégios do ponto de vista da experiência, da vivência, do acompanhamento das transformações sociais e aprendizagem.

O processo de envelhecimento torna-se, nessa perspectiva, a manifestação viva e concreta do aprendizado e da evolução da espécie humana frente ao tempo.

Assevera-se a existência do dissenso entre o discurso e a prática no cotidiano das relações. Embora seja público e notório o dever de respeitar os idosos, como prevê o texto legal do Estatuto do Idoso¹, porém por vezes,

a sociedade é maléfica para a velhice [...]. Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre homens e na relação com a natureza, todo o sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho (...). A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho já não é produtor nem reproduzidor (BOSI, 1994, p. 77).

Deve-se entender que a pessoa idosa vivencia uma situação conflitante, pois se, por um lado, a sociedade tende a rejeitar a velhice; por outro, o próprio ser humano experimenta sensações de que a idade lhe propicia para diversas atividades, que requeiram menos do físico e mais da maturidade no sentido de produzir/ construir em favor do grupo social a qual pertence.

Inúmeras reflexões surgem sobre os desafios trazidos pelo envelhecimento: É uma época de improdutividade? Trata-se do encerramento das atividades laborais? O que fazer? Como se posicionar ante esse novo estado físico, mental, subjetivo? Diante as inquietações entende-se que o ato de desenvolver uma atividade ocupacional – remunerada ou não – pode minimizar os efeitos desses sintomas, pois, com a autoestima elevada e inserção social, a pessoa idosa poderá sofrer menos desgaste com o processo de envelhecimento.

Assim, diante das discussões a respeito da pessoa idosa como um ser ativo, participativo e construtivo frente à sua função social, são construídas legislações para esse público específico, dentre elas, um importante documento legal é a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) que promove, através de suas normas e diretrizes, uma inclusão do idoso,

¹O Estatuto do Idoso é uma Lei Federal de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, consolidado como um instrumento de defesa dos direitos de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos no Brasil, sendo resultado de lutas de várias entidades sociais voltadas para a defesa dos direitos da pessoa idosa.

seja no campo educacional, assistencial, político e cultural, à medida que prevê formas alternativas de participação e integração social.

Contudo, tão imperiosa, quanto à previsão legal, é a transformação de posturas e comportamentos da sociedade em relação à pessoa idosa. E a educação é um dos caminhos, pois permite que a população idosa entre nesse cenário e se apresente como manifestação viva e concreta do aprendizado da espécie humana frente ao tempo, através das trocas de experiências e saberes no legado de gerações mais jovens.

A educação é a base para um envelhecimento ativo e pleno, pois como afirma Morin (2002) o dever principal da educação é de armar cada um para o combate vital para a lucidez. Mas, um desafio para a educação é a adaptação às tecnologias, como aponta Kenski (2007), esse também é um duplo desafio da educação: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e apropriação crítica desses novos meios.

Para a construção de novas aprendizagens faz-se necessário o uso de instrumentos mediadores digitais, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), cuja função principal é processar qualquer informação, tendo como equipamento qualquer dispositivo tecnológico que permita a navegação na internet.

A tecnologia pode e deve unir as pessoas no processo educacional à medida que possibilita interação social e comunicação. De forma que pode reduzir algumas mazelas sofridas pela pessoa idosa, como solidão, isolamento e, principalmente a segregação etária. Mas, não se pode olvidar das reais necessidades da pessoa idosa, diante de suas singularidades, para a inserção das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

Lévy (1999) afirma que a coordenação dos saberes pode ocorrer no ciberespaço, o que não é apenas composto por tecnologias e instrumentos de infraestrutura, mas também é habitado pelos saberes e pelos indivíduos que os possuem. O que permite refletir num processo de ensino e aprendizagem compartilhado com trocas de saberes, vivências e do novo saber diante da conexão e interação tecnológica, buscando um equilíbrio das necessidades e habilidades pessoais e sociais.

Nesse sentido, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), em seu artigo 21, parágrafo 1º, destaca a inclusão digital, quando obriga o Poder Público a criar oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados por meio de cursos especiais para idosos que incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

TABELA 01 - MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTANCIA, 2015.

FONTE: Elaborada pela autora com base na Sinopse de Educação Superior 2015. MEC/INEP/DEEP

UF / Categoria Administrativa	Total	De 60 a 64 Anos	65 Anos ou Mais
Brasil	8.027.297	17.268	6.528
Pública	1.952.145	3.506	1.233
Federal	1.214.635	2.243	744
Estadual	618.633	1.121	435
Municipal	118.877	142	54
Privada	6.075.152	13.762	5.295
Nordeste	1.694.680	3.895	1.483
Pública	590.489	1.060	348
Federal	375.771	655	214
Estadual	195.271	380	126
Municipal	19.447	25	8
Privada	1.104.191	2.835	1.135
Piauí	117.241	226	74
Pública	55.545	75	16
Federal	33.409	41	9
Estadual	22.136	34	7
Municipal	.	.	.

Como exposto, a educação garante benefícios a todos os seres humanos, independente de faixa etária, em especial a pessoa idosa por permitir uma socialização e auxílio na manutenção e prevenção de saúde física e/ou mental, com o devido respeito de suas experiências e sapiências. E a inclusão digital é uma estratégia de inserção social ao permitir a pessoa idosa adquirir novos saberes e interações com as outras gerações frente a um envelhecimento ativo e saudável.

Diante de uma educação superior inserida nas tecnologias digitais de informação e comunicação, foi extraído da Sinopse da Educação Superior, os Censos da Educação Superior 2015 e 2016 na faixa etária da pessoa idosa – de 60 anos ou mais – com relação à matrícula no ensino superior, seja instituição pública ou privada, representados nas tabelas a seguir.

TABELA 02 – MATRICULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTANCIA 2016

UF / Categoria Administrativa	Total	De 60 a 64 Anos	65 Anos ou Mais
Brasil	8.048.701	17.603	6.956
Pública	1.990.078	3.734	1.377
Federal	1.249.324	2.370	839
Estadual	623.446	1.204	483
Municipal	117.308	160	55
Privada	6.058.623	13.869	5.579
Nordeste	1.703.678	3.873	1.555
Pública	588.670	1.070	380
Federal	383.805	673	245
Estadual	186.447	367	124
Municipal	18.418	30	11
Privada	1.115.008	2.803	1.175
Piauí	119.274	224	80
Pública	52.845	74	13
Federal	33.233	42	6
Estadual	19.612	32	7
Municipal	.	.	.
Privada	66.429	150	67

FONTE: Elaborada pela autora com base na Sinopse de Educação Superior 2016. MEC/INEP/DEEP

As tabelas demonstram crescente aumento no número de matrículas de pessoas idosas no ensino superior. Com relação às matrículas no Brasil, na faixa etária de 60 anos a 64 anos de idade, houve um aumento de 335 matrículas e na faixa etária de 65 anos ou mais, verifica-se um acréscimo de 428 matrículas entre os anos de 2015 e 2016. Na região Nordeste, por sua vez, um acréscimo de 72 matrículas de pessoas com 65 anos ou mais e, no Piauí, esse aumento representou 06 matrículas para mesma faixa etária.

Percebe-se, pois, uma maior procura pela educação superior de pessoas com 65 anos de idade ou mais, o que pode ser explicado pela própria expansão do ensino superior privado associado à busca de novos saberes e interações com outras gerações frente às tecnologias digitais e as novas necessidades do mercado de trabalho.

CONCLUSÕES

O processo de envelhecimento deve ser visto como fenômeno natural, mas que requer apoios para seu pleno desenvolvimento, e não naturalizado do ponto de vista das transformações biológicas, mentais e físicas. De forma a permitir a remoção das discriminações contra a pessoa idosa através de políticas públicas afirmativas que legitimam o idoso como parte da sociedade e detentores de direitos em relação à participação, autorrealização, autonomia e dignidade.

A educação é um fator construtor e transformador desses comportamentos sociais e pessoais e as tecnologias digitais de informação e comunicação apontam-se como um dos caminhos do processo de ensino e aprendizagem por permitir uma inserção e interação de aprendizagem anulando as distâncias ou dimensões biológicas, geográficas e sociais. A tecnologia, por sua vez, agrega autonomia no dia a dia do idoso permitindo um caminhar independente nos ambientes virtuais, agregando ao seu sábio conhecimento uma sabedoria de conhecimentos.

A inserção da pessoa idosa no cenário do ensino superior, favorece um envelhecimento ativo, no entanto, são necessárias transformações na Educação Superior para receber e atender esse público nas Instituições de Ensino Superior, diante de suas singularidades, e frente às novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, respeitando as suas singularidades e por conseguinte as suas necessidades.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. – 3 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003.

BRASIL. Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Política Nacional dos Idosos**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8842.htm>>. Acesso em: 21 de abril de 2018

FREITAS, E.V. [et al.] **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias**: O novo ritmo da informação. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**/ Pierre Lévy; tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed.34, 1999. 264p, p. 157 – 158

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PASCHOAL, Sérgio. M. P. **Autonomia e Independência**. In: PAPALÈO NETTO. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002

World Health Organization. Active Ageing (**WHO**)– A Policy Framework. A contribution of the World Health Organization to the Second United Nations World Assembly on Ageing. Madri, abril de 2002, p.4

DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E EXCLUSÃO SOCIAL: A LIBRAS COMO CAMINHO PARA INCLUSÃO DO SURDO¹

Marcília Maria Pereira Lima²

Marlene Araújo de Carvalho³

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - na Inclusão Social do Surdo por meio das políticas públicas de inclusão e da legislação pertinente. O referencial teórico do estudo está balizado em autores que pesquisam a temática como Castro e Carvalho (2011), Lopes e Amaral (2008), Honora e Frizanco (2009), Sousa (2015), Novaes (2014), Santos (2002) e a legislação pertinente ao tema. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica por se basear em materiais escritos e/ou gravados, mecânica e/ou eletronicamente, contendo informações já elaboradas e publicadas por outros autores (SANTOS, 2002), cujos resultados encaminham-se para a necessidade de mais estudos e discussões sobre a temática aliados às ações positivas, visando à solução de problemas que levem as pessoas portadoras de surdez, notadamente, a se sentirem pertencentes à sociedade, a se sentirem capazes de prover seu próprio sustento, a possibilidade de ir e vir com a mesma liberdade que outros sem as mesmas dificuldades.

Palavras-chave: LIBRAS, Discriminação e preconceito, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo investigar a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - na Inclusão Social do Surdo por meio das políticas públicas de inclusão e da legislação pertinente. Com o tema proposto, apresenta-se a importância da LIBRAS frente à

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, 29 de setembro a 05 de 2018.

²Graduada em Licenciatura em Normal Superior (ISEAF) e Pedagogia – Licenciatura (UNIFSA); Especialista em Gestão e Supervisão Escolar (UNIFSA); Especialista em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS com Habilitação em Docência e Interpretação (UNIFSA). E-mail: marcilialima1@hotmail.com

³Dra. Marlene Araújo de Carvalho. Licenciada em Letras Português (UFPI); Psicologia (UNIFSA). Doutora em Supervisão e Currículo (PUC-SP); Coordenadora da Pós-Graduação (UNIFSA). E-mail: marlrac@hotmail.com

discriminação e o preconceito como fatores de exclusão social do surdo e analisa-se a sua utilização na Inclusão Social do Surdo, tendo como referência as políticas públicas de inclusão, apresentando também recomendações para minimizar a sua discriminação e preconceitos na sociedade.

O texto encontra-se estruturado em duas seções. Na primeira seção, apresentam-se considerações sobre a discriminação, o preconceito e a exclusão social da pessoa surda a partir da sua história, bem como a importância da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS frente à discriminação e o preconceito como fatores de exclusão social do surdo. Na seção seguinte, discute-se acerca das políticas públicas de inclusão e sua contribuição no combate à discriminação e ao preconceito da pessoa surda na contemporaneidade.

Desse modo, o referencial teórico foi construído com base no contexto histórico da educação inclusiva no Brasil, políticas públicas de inclusão, a partir das quais fez referências à inclusão do surdo na sociedade hodierna à luz da legislação.

Este estudo tem como objetivo geral investigar a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - na Inclusão Social do Surdo por meio das políticas públicas de inclusão e da legislação pertinente. Como objetivos específicos elegeram-se: discutir o preconceito e a discriminação em relação a pessoa surda; conhecer as Políticas Públicas de Inclusão estabelecidas pelo governo; verificar como vem acontecendo a inclusão do surdo na contemporaneidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o alcance dos objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica por se basear em materiais escritos e/ou gravados, mecânica e/ou eletronicamente, contendo informações já elaboradas e publicadas por outros autores (SANTOS, 2002).

Dentre os autores que fundamentam o estudo e pesquisam a temática destacam-se: Castro e Carvalho (2011), Lopes e Amaral (2008), Honora e Frizanco (2009), Sousa (2015), Novaes (2014) e a legislação pertinente ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por muitos séculos pessoas surdas foram alvo de preconceitos muito cruéis, resultando, na maioria das vezes, em exclusão do meio social, privando-os dos direitos básicos constitucionais. Nessa condição, as pessoas surdas eram prejudicadas por não desenvolverem a linguagem oral. Na Antiguidade, quem não falava era porque não pensava e quem não pensava não era considerado humano, pois se considerava que “a fala era resultado do pensamento”. (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 19). Por esta afirmação, percebe-se que a linguagem, o mundo, os seres humanos eram resultados de uma concepção de mundo própria de cada época desde o início dos tempos.

A partir da compreensão da concepção da pessoa surda na Antiguidade, e até bem pouco tempo atrás, tais pessoas eram proibidas de contrair matrimônio, acumular bens e usufruir do convívio social como qualquer pessoa dita normal. Os autores em questão afirmam ainda que povos da Antiguidade como Esparta, China, Atenas, Gália e Roma tiveram atitudes abusivas contra pessoas surdas, tendo sido constatadas muitas atrocidades contra elas, envolvendo desde o sacrifício humano oferecido aos deuses, à execução no mar, no fogo, em um total desrespeito à vida humana. (CASTRO; CARVALHO, 2011).

O preconceito contra pessoas surdas era tamanho que Aristóteles corroborava a crença de animalidade aqueles que eram destituídos de fala, afirmando que “a linguagem era o que dava condição de humano ao indivíduo” (CASTRO; CARVALHO, 2011, p. 15). Com esta afirmação, percebe-se que, os surdos não eram considerados humanos.

Se os surdos não possuíam a condição de humanos, era fácil acreditar que eles não seriam capazes de aprender, considerados doentes mentais, gerando preconceitos, onde o surdo era chamado não de surdo, mas de mudos ou mudinhos, uma vez que as pessoas ao seu entorno desconheciam a relação surdez/ouvinte e capacidade de fala. A própria Igreja Católica corroborava esta mesma crença e pior, ela tinha preocupação apenas com os surdos pertencentes à elite, a fim de não perder privilégios e divisas. Senão veem-se as palavras de Honora e Frizanco (2009, p. 19)

Na Idade Média, a Igreja Católica teve papel fundamental na discriminação no que se refere às pessoas com deficiência, já que para ela o homem foi criado à “imagem e semelhança de Deus”. Portanto, os que não se encaixavam neste padrão eram postos à margem, não sendo considerados humanos. Entretanto, isso incomodava a Igreja, principalmente em relação às famílias abastadas.

No entanto, foi dentro dos muros da própria Igreja, nas clausuras que nasceu a ideia de uma linguagem gestual com os monges que, por terem conhecimento dos livros proibidos e serem proibidos de passar estes conhecimentos e tendo feito voto de silêncio, criaram uma linguagem gestual, razão pela qual foram convidados pela Igreja Católica a se tornarem preceptores de Surdos (HONORA; FRIZANCO, 2009), mas, preceptores de Surdos da elite.

Considerar que as almas de Surdos ricos, ao usarem a linguagem gestual, mesmo incipiente, durante os sacramentos, estas almas poderiam encontrar a salvação no reino do céu, era apenas uma manobra da Igreja para não perder privilégios na sociedade da época. No entanto, o voto de silêncio feito pelos monges foi estratégico para o desenvolvimento dessa forma gestual de linguagem, pois foi a necessidade do uso do gesto para comunicar-se que se foi percebendo que os dedos dos surdos “tagarelavam”, percepção de Strnadová, autora checa surda (Apud HONORA; FRIZANCO, 2009).

A maioria dos Surdos nascidos até meados do século XX, não recebia o benefício da alfabetização ou da instrução escolar. Do século XVIII aos posteriores foi também um período de descobertas, destaque para o médico cirurgião francês Jean-Marc Itard que, não sem requintes de crueldade, fez experiências com Surdos, iniciando este trabalho com o Garoto Selvagem, em 1799, que durou cinco anos, procurando entender as causas da surdez, constatando inicialmente que a causa não era visível, depois dessa experiência, passou a dissecar cadáveres de Surdos, dar descargas elétricas em seus ouvidos, usar sanguessugas para provocar sangramentos e furar as membranas timpânicas de alunos, levando um deles à morte e outros tivessem lesões sérias, para finalmente se convencer de que o surdo só poderia ser educado por meio da Língua de Sinais (HONORA; FRIZANCO, 2009).

É importante ressaltar a importância da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como fator de inclusão social dos surdos como pessoas que possuem identidade e cultura próprias como

qualquer ser humano. Sabe-se que a luta dessa minoria para se incluir na sociedade com os mesmos direitos de todos é histórica que inclui desde movimentos de cunho religioso até a legislação que estabelecem direitos e obrigações. Nesta perspectiva, Novaes (2014, p. 10) enfatiza que:

Se realmente estamos em um Estado Democrático de Direito, essas vozes do silêncio podem exercer um direito democrático, optando, e sendo respeitadas por essa opção, em serem apenas “diferentes”, mas iguais a todo mundo!

Desse modo, faz-se necessário saber que a LIBRAS é a forma que o Surdo brasileiro tem de se comunicar e se expressar com os ouvintes e com seus pares, tendo em vista, ser uma necessidade linguística e cultural da comunidade surda, onde poderá interagir no mesmo pé de igualdade com os ouvintes.

Somente em 2002 com a Lei nº 10.436 (Lei regulamentada oficialmente pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005), a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – é regulamentada, incluindo a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores de todos os níveis (op. Cit. 2009), a fim de que a sociedade seja qualificada para poder comunicar-se com a pessoa surda.

Esta mesma lei coloca prazos, garantias e exigências para a ocorrência de atendimento à pessoa surda, no entanto, na prática, embora se perceba instituições fazendo as adequações para o processo de inclusão do surdo, nota-se que ainda estão muito longe de se ter todas as exigências atendidas. Assim, embora esta legislação ancore os direitos da pessoa surda e dá consistência a sua inclusão na sociedade, haja vista a afirmação de Skliar (1998, p.11, apud. SOUSA s/d p. 2) quando diz: “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”, percebe-se que ela ainda precisa ser reconhecida por todos como uma necessidade de comunicação não só do surdo mas também de toda a sociedade.

Diante do cenário descrito, criou-se no Brasil, em 26 de setembro de 1857 o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, centro de referência nacional na área da surdez e seu principal foco, como órgão do Ministério da Educação – MEC é:

[...] a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos na área da surdez em todo o território nacional, bem como subsidiar a Política Nacional de Educação, na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, sua plena socialização e o respeito às diferenças. (CASTRO E CARVALHO 2011, p.17)

É possível perceber-se que as mudanças ocorridas na atualidade são consequências positivas de lutas; lutas estas empreendidas por meio de leituras, de movimentos sociais, de reivindicações, de produção de conhecimento na área da surdez, de interesses e buscas no resgate à cultura e à educação por meio dos direitos legais que lhes são assistidos e assegurados como sujeitos sociáveis que compartilham o mesmo espaço da grande maioria (ouvintes), lhes garantindo assim, o respeito às diferenças.

Por isso, talvez, haja concordância nos autores de que políticas públicas se definem como “a totalidade de ações, metas e planos que os governos [...] traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”. (LOPES; AMARAL, 2008, p. 5)

Nesta perspectiva, pode-se constatar que em todas as esferas: federal, estadual, municipal e privada há, atualmente, preocupação maior com a inclusão da pessoa portadora de surdez no nível das políticas públicas para o atendimento escolar e ainda provendo outras garantias, conforme a lei nº 10.436, nos Capítulos VI e VII especificamente.

CONCLUSÕES

Com base no objetivo de investigar a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - na Inclusão Social do Surdo por meio das políticas públicas de inclusão e da legislação pertinente, concluiu-se no estudo que há necessidade de uma legislação mais específica, mais direcionada às necessidades do surdo.

Constatou-se que, embora haja necessidade de maiores investimentos das políticas públicas e da consequente disseminação da LIBRAS na sociedade, o estudo aponta importantes contribuições para o desenvolvimento pessoal e profissional da pessoa surda.

Concluiu-se, também, que há falta de investimento para a formação e atualização de profissionais para desenvolver as políticas públicas de educação para a pessoa surda, pois não basta garantir em lei, é preciso fazer acontecer na prática. Para tanto há necessidade de investimento na qualificação dos profissionais que vão lidar com o surdo.

Conclui-se, ainda, que pela história de luta por melhores condições de comunicação e de vida, para/pelo Surdo, é possível inferir a importância, a discriminação, o preconceito e a exclusão social do Surdo em todas as épocas da história da humanidade civilizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 5626 - Planalto. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/.../d5626.htm. Acesso em: 01/09/16. Horário: 16h04min.

BRASIL. Decreto Nº 3.298 - www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 23/09/16. Horário: 15h28min.

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**: livro básico. 3. ed. Brasília: editora Senac/DF, 2011

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desenvolvendo a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney (Supervisão). CALDAS, R. W. (Coordenação). **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Série Políticas Públicas Volume 7. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos**: educação, direito e cidadania. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2014. 188p.: 21 cm.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A,

SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. **A Inclusão da Pessoa Surda**: especificidades no âmbito educacional. www.agapasm.com.br. Acesso em: 17/11/2015. Horário: 21h09min

O IMPACTO DO ESPECIALISTA EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – (LIBRAS) NO EXERCÍCIO NA DOCÊNCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Suely Batista da Silva²

Maria Perpetuo Socorro Batista³

Centro universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar artigo sobre o impacto do especialista em língua brasileira de sinais no exercício na docência no ensino fundamental, no sentido de aprofundar o conhecimento teórico dando embasamento a formação continuada dos especialistas abordando os objetivos gerais e específicos; avaliar o impacto do especialista em libras no exercício da docência, e analisando as limitações e as suas possibilidades especificando os principais conceitos de analisar o impacto do especialista em LIBRAS e identificando os fatores que contribui na formação do profissional que atua no processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos no ensino fundamental. Dando uma visão ampla ao especialista na área de línguas brasileira de sinais no ensino regular dando continuidade à formação e ampliando conhecimento da lingüística das libras, levando para sala de aula, facilitando processo de ensino aprendizagem dos discentes, autores que abordam essa temática: Quadro (2004), Lacerda (2013), Novaes (2014) e Vitkoski (2012), entre outros. Ao finalizar essa pesquisa; analisamos o impacto do especialista em língua brasileira de sinais no exercício de docência no ensino fundamental. Levando para a prática o conhecimento e as consequências causadas por falta de profissionais especializada áreas da língua brasileira de sinais que atua no processo de ensino aprendizagem e a reflexão dos objetivos é alcançar e assegurar os profissionais especializados em libras no ensino regular.

PALAVRAS-CHAVE: Especialista; docência; língua brasileira de sinais; ensino fundamental.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, 29 de setembro a 05 de 2018.

² Graduada em Pedagogia (FAP). Especialista, LIBRAS Com Habilitação em Docência e Interpretação. SILVA, Suely Batista da. O impacto do especialista em língua brasileira de sinais no exercício na docência no ensino fundamental. 2017. 15 p. Artigo Científico (Pós-Graduação LIBRAS Com Habilitação em Docência e Interpretação. E-mail: bsuelybtista@hotmail.com

³ Maria Perpetuo Socorro Batista; prof^{ra} UNIFSA, Graduada em História – UESPI Esp^a; em LIBRAS no IFPI, Esp^a em Educação Especial- UESPI E-mail: Socorrobatistar@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do impacto do especialista em língua brasileira de sinais no exercício na docência no ensino fundamental, e visa aprofundar o conhecimento embasado no especialista e educadores que contribui na formação continuada, através do estudo bibliográfico, no exercício da LIBRAS em sala de aula os alunos surdos e ouvintes.

O objetivo geral da pesquisa é: avaliar o impacto do especialista em libras no exercício da docência, e analisando as limitações e as suas possibilidades, especificando os principais conceitos de analisar o impacto do especialista em LIBRAS e identificando os fatores que contribui na formação do profissional que atua no processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos no ensino fundamental.

Os Principais motivos do surdo é não conseguir compreender conteúdo ensinado são faltas de profissionais que não tem habilidade a áreas, pois a pesquisa mostra a importância do profissional especialista estejam preparados para atuar com os sujeitos. Usuário da língua brasileira de sinais.

Isso é necessário processo de ensino seja utilizado como mecanismo com uso da língua de sinais facilitando e aprimorando os vocabulários do mesmo. Facilitando comunicação entre eles em sala de aulas. Principais motivos do surdo não conseguir compreender conteúdo ensinado são falta de profissionais que não tem habilidade a áreas, pois a pesquisa mostra a importância do profissional especialista estejam preparados para atuar com os sujeitos. Usuário da língua brasileira de sinais.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi feitas com levantamento de literatura bibliográfica deu-se a possibilidade de compreender a importância da formação dos especialistas em língua brasileira de sinais como professores e interprete deixando bem claro como o uso da metodologia de como ensinar para surdo e também ajudar os sujeito a compreender conteúdo ministrado pelo profissional especializado. Os autores que deram suporte a

pesquisa foram: Quadros (2004), Lacerda (2013), Novaes (2014) e Witkoski (2012), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação dos surdos no momento atual passou a ser vista como ciência que estuda a formação do homem e sua origem e ao longo do tempo vem mostrando a sua identidade cultural que os povos surdos na época já conseguiam sobreviver mesmo com dificuldade de se comunicar com outro. Como define Strobel “o povo surdo é o grupo de sujeito surdo que tem costumes, históricas tradições em comum e pertencente às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão”. Isso mostra que surdo é capaz de construir seus valores culturais e sociais. Autores que deu suporte a educação de surdo;

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. (ALMENIDA, 2013, p.44).

Segundo Gesser (2012 p.96). “A construção da identidade cultural surda”. O profissional o surdo é o sujeito tem sua capacidade de compreender e produzir seu conhecimento e tem sua habilidade de desenvolver com demais colegas de sala de aula porém é necessário que todos tenham domínio da língua brasileira de sinais, “A insistência sobre aspectos relacionais na relação de ensino - aprendizagem busca conferir, as crianças surdas, mesmo direito que as crianças ouvintes têm, deve automaticamente ser matriculado no ensino regular” (WITKOSKI, 2012, p.87), isso requer que a escola não exclui o direito dos surdos a ter acesso à língua materna por que isso é cultura surda, ele aprende primeiro a sua língua Materna L1 Libras e depois aprender a segunda Língua L2 que é o português e a Escrita.

Para Gesser (2012, p.102); “Não se pode negar a existência de característica composta por valores, comportamentos, atitudes e práticas sociais na comunidade surda”. Sendo que a língua de sinais é como forte para a comunicação dos mesmos. No entanto a LIBRAS passou a

ser ferramenta de comunicação para surdo mesmo com certa dificuldade ele conseguiram montar grupos de pessoas surdos para se comunicar informalmente.

Para autora a formação específica na área de língua brasileira de sinais ainda é processo muito lento na educação básica, não são reconhecidos dentro do projeto político da escola e na sua organização e de acordo com a lei da diretriz básica da educação está previsto que a educação inclusiva para pessoa com deficiência auditiva tem que estar inclusa no ensino regular junto com demais colegas ouvintes.

O aprendizado bem mais significativo, deixando de lado o preconceito com os demais sujeitos na sociedade. Portanto os professores atuantes na rede de ensino têm que ter habilidade em língua brasileira de sinais. Salamanca defende o direito dos indivíduo na sociedade porem a educação inclusiva, tem como ponto de vista:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem junto, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando – se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através do currículo adequado de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recurso e de uma cooperação com as respectivas comunidades. (SALAMANCA, 1994. p, 12)

Dando a continuidade a concepção de Salamanca (1994), que apresenta a importância da educação inclusiva no ensino regular é fundamental para o mesmo ter acesso ao meio de comunicação onde ele pode se sentir livre para expressar com os ouvintes, diante disso é necessário que o professores tenha formação em letras libras e também terá cesso a sua formação continuada levando seu papel para escola a buscando melhorar atendimento dos alunos no ensino regular levando em condições para que os surdos a ter mesmo acesso com crianças normais no ensino regular.

De acordo com o Decreto 5.626/2005, regulamentada pela Lei 10.436/2002, reconhece a libras como língua da comunidade surda, o discurso da lei visa suprir a necessidade de atender a comunidades surdas e no processo de ensino aprendizagem com inserção das disciplinas de libras é obrigatório nos curso de licenciatura plenas na formação

docentes com determinação de preparar profissionais para ministrar disciplina em língua de sinais em sala de aula.

O sistema da educação são necessários que professores tenha a capacitação específica para atuar com esse tipo de necessidade levando para sala de aula com objetivo de limitar a o conteúdo a ser ensinado. Segundo a LDB trata da educação para todos e dever da família. Porém a Lei determina que:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior. (ALMEIDA, 2013, P.49).

No sentido a determina que o surdo também possa garantir o acesso a formação para atender a necessidade da comunidade surda, e promover na capacitação de professores surdos na rede regular de ensino. Como professor de libras ou instrutor de libras.

CONCLUSÕES

Ao finalizar essa pesquisa; analisamos o impacto do especialista em língua brasileira de sinais no exercício de docência no ensino fundamental Levando para a prática o conhecimento e as consequências causadas por falta de profissionais especializada áreas da língua brasileira de sinais que atua no processo de ensino aprendizagem e a reflexão dos objetivos é alcançar e assegurar os profissionais especializados em libras no ensino regular.

Dentre a formação continuada o especialista em libras no exercício de docência na rede de ensino regular tem como objetivo de atender os alunos surdos e ouvinte no ensino fundamental. Pode se perceber que há grande destaque entre discente e docente e os demais colaboradores, que contribui na construção do conhecimento da língua de sinais no sentido de formar os sujeitos surdos a ser cidadão crítico e social para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, WG. Org. Apresentação. In: **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 9-10. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from Scielo Book.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretriz e Base da Educação**. Brasília, 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994. Acessada em http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf. acesso em 24/11/2015.

GESSER, Andrei; **O Ouvinte e a Surdez - Sobre Ensinar e Aprender a Libras** Ed., 2012.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania**/Edmarcius carvalho Novaes-2 ed. Rio de janeiro: Wak Ed. 2014.

QUADROS, Ronice Müller de. **Idéias para ensinar português para alunos surdos** / Ronice Muller Quadros, Magali L. P.Schmidt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

STROBEL, Karin. **A historia da educação dos Surdos**. Florianópolis 2009 <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBaseHistoriaEducacaoSurdos.pdf>. acessado dia 31 de março 2017 às 11h42min minutos.

WITKOSKI, Silvia Andreis; **Educação de Surdos, pelo próprio Surdo: uma Questão de Direitos**/Silvia Andreis Witkoski. – 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA HOSPITALIZAÇÃO EM CRIANÇAS COM CÂNCER E AS AÇÕES DIMINUTIVAS¹

Driely Araújo Soares Silva²

Raquel Vilanova Araújo³

Marta Gonçalves da Silva Filgueira Rocha⁴

Centro Universitário Santo Agostinho

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, onde foram analisados 10 artigos, selecionados na base de dados BDEFN, relacionados às dificuldades encaradas pelas crianças que estão em tratamento oncológico e às ações voltadas para minoração das mesmas. Nota-se que além dos cuidados físicos as crianças precisam de cuidados humanizados, para que o ambiente hospitalar, durante a sua estadia, ofereça condições para que elas consigam prosseguir no seu desenvolvimento brincando, estudando e estreitando laços.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem Oncológica, Escolaridade, Criança Hospitalizada.

INTRODUÇÃO

Todas as crianças que se deparam com o processo de internação passam por uma adaptação, pois elas precisam se acostumar com novo ambiente, na ausência de seus amigos, seus brinquedos, seus professores, ou seja, uma nova rotina. (MARTINS *et al.* 2016).

É necessário que esse ambiente ofereça ao máximo, tudo o que uma criança precisa para que continue a desenvolver suas atividades sociais e escolares. Para isso, as equipes de profissionais devem enxergar a criança não apenas como um simples detentor de cuidados, mas como seres que precisam de cuidados singulares. É importante que desenvolvam

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Aluna de graduação, Enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: drielyaraujoo@gmail.com.

³ Aluna de graduação, Enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: martarochaoliveira@outlook.com.

⁴ Professora Mestre no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: raquelvila@outlook.com.

métodos de incentivo, como os estímulos lúdicos. Também, pode-se perceber que este assunto é pouco considerado em estudos da Enfermagem, como é notado em pesquisas sobre o cuidado a crianças com câncer, na qual não há relação direta sobre a escolaridade dessas crianças (VIERO *et al.*, 2014). Sendo assim, o objetivo deste trabalho é relatar sobre as dificuldades de crianças em tratamento oncológico e as ações voltadas para a minimização dessas dificuldades, através da revisão de literatura.

MATERIAL E MÉTODOS

Efetou-se uma revisão de literatura, cuja fonte foi a base de dados BDEF – *Enfermagem*, com os seguintes descritores: *Enfermagem Oncológica, Escolaridade e Criança Hospitalizada*. Os critérios de inclusão foram artigos publicados nos últimos cinco anos, entre 2013 e 2018, nas línguas portuguesa e inglesa. Durante a pesquisa, encontraram-se 148 artigos, dos quais 103 artigos foram excluídos após a leitura dos títulos, restando 45 artigos, que foram filtrados resultando em 10 artigos que atendiam aos critérios de elegibilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo encontram-se os resultados deste estudo, sendo, a tabela abaixo de caracterização dos artigos quanto a: Autor, Ano e Resultados.

Quadro1. Caracterização dos artigos quanto as ações e os resultados.

TITULO DO ARTIGO	AUTOR / ANO	AÇÕES	RESULTADOS
Repercussões da clownterapia no processo de hospitalização da criança.	Martins <i>et al.</i> , 2016.	Sessões de clownterapia.	As crianças obtiveram melhorias com relação ao humor, compreensão e relacionamento interpessoal.
O mundo do adolescente após a revelação do diagnóstico de câncer.	Bulla <i>et al.</i> , 2015.	Sessões de brinquedo terapêutico.	Os adolescentes conseguiram expressar como é a vida após o câncer e extravasaram seus medos e preocupações.

Percepções da criança e do adolescente com câncer frente ao diagnóstico e tratamento da doença.	Silva <i>et al.</i> , 2014.	Entrevistas às crianças e adolescentes sobre o seu ponto de vista, diante de alguns aspectos relacionados ao tratamento.	Quase sempre a rotina natural do desenvolvimento da criança é impedida, a aproximação familiar causada pela doença transforma algo ruim em algo produtivo, como ter a presença física constata da mãe. As crenças possibilitam de significação e respostas às perguntas existenciais que se colocam diante da doença.
Meu filho está com câncer: mudanças vivenciadas pelas crianças segundo as mães.	Moreira <i>et al.</i> , 2014.	As mães foram indagadas a respeito dos aspectos das crianças diante do tratamento, quanto ao impacto psicológico, às mudanças cotidianas e às mudanças do corpo.	No comportamento, alguns se mostram mais tristes e quietos, outros mais impacientes, e agressivos; as mudanças sociais foram a privação do contato com amigos e abandono da escola e no corpo foi a queda de cabelo, perda de apetite, constipação intestinal, vômitos, anemias e imunossupressão.
Enfrentamentos da criança com câncer frente ao afastamento escolar Devido internação hospitalar.	Viero <i>et al.</i> , 2014.	Classe hospitalar	Contribuem com apoio e estímulo para continuidade escolar.
A influência do lúdico no cuidado humanizado a pacientes oncológicos pediátricos no Hospital do município de Aracaju-SE.	Silva <i>et al.</i> , 2014.	O espaço da brinquedoteca como estratégia lúdica.	As crianças reagem melhor ao tratamento, os traumas que podem surgir são amenizados e a saudade de casa e da escola são aliviadas.
Brinquedoteca hospitalar no Brasil: reconstruindo a história de sua criação e implantação.	Costa <i>et al.</i> , 2014.	Brinquedoteca hospitalar.	Facilita a interação das crianças, propõe aprendizado, preparam elas para situações novas.
A experiência de crianças com câncer no processo de hospitalização E no brincar.	Dias <i>et al.</i> , 2013.	Sala de recreação.	No espaço elas brincam, pintam, desenham e manifestam sensação de descontração e lazer, o que favorece o enfrentamento da hospitalização.

Atividade lúdica como ferramenta para o cuidado de Enfermagem às crianças hospitalizadas.	Lima <i>et al.</i> , 2011.	Teatro <i>clown</i> , CAT, <i>playground</i> virtual interativo, círculos de leitura/contação de histórias, brinquedos e brincadeiras e o boneco terapêutico.	Redução dos sintomas de depressão, medo e ansiedade, melhora do processo de comunicação e adesão ao tratamento.
Cuidado lúdico à criança hospitalizada: perspectiva do familiar cuidador e equipe de Enfermagem.	Nicola <i>et al.</i> , 2014	Imagioteca.	Ambiente facilitador no processo de internação, a criança se sente mais segura, confiante e confortável.

Segundo Dias *et al.* (2013), as técnicas de distração pela equipe e pelo pais auxiliam na cooperação das crianças para execução de procedimentos e também para estreitar os vínculos entre pais e filhos. Acrescentando, Nicola *et al.* (2014) afirma que o cuidado lúdico contribui para o bem-estar da criança no ambiente hospitalar e gera uma relação de confiança com relação aos profissionais que as atendem.

Conforme trabalho de Silva, Kameo e Sawada (2014), o câncer traduz um momento de acentuada limitação no estilo de vida das crianças e adolescentes, o cuidado não deve ser limitado apenas à severidade da doença, mas também aos impactos no comprometimento da rotina social. No estudo de Moreira *et al.* (2014) as mães relatam que o tratamento oncológico provoca mudanças na rotina do paciente e de seus familiares, sendo as principais, privação do contato com amigos e o abandono da escola.

De acordo com Viero *et al.* (2014), os enfrentamentos encarados pelas crianças durante o tratamento oncológico, como a caracterização agressiva da doença e a hospitalização, afetam o bom progresso escolar. Segundo Bulla *et al.* (2015), o fornecimento de cuidados humanos dos profissionais para como as crianças e adolescentes, torna mais brando o sofrimento e promove melhor aceitação.

Os estudos de Silva *et al.* (2014) afirmam que o lúdico influencia as crianças em processo de internação, pois elas ficam preparadas emocionalmente, para que os profissionais executem os procedimentos rotineiros e contribui para o bom relacionamento entre a criança

e a família. Acrescentando Costa *et al.* (2014), a brinquedoteca é um artifício favorável ao cuidado, pois contribui para manutenção da saúde emocional da criança. Para Lima *et al.* (2014), as atividades lúdicas não importunam o trabalho dos enfermeiros, desde que seja encarda como rotina no cuidar.

De acordo com estudos recentes de Martins *et al.* (2016), através das sessões de clownterapia (terapia do palhaço), as crianças obtiveram melhorias com relação ao humor, compreensão e relacionamento interpessoal.

CONCLUSÃO

Conclui-se que quando a criança é hospitalizada em tratamento oncológico, a maior preocupação passa a ser estabilidade física, porém não se deve esquecer que a criança continua a evoluir mesmo num ambiente hospitalar, portanto, é primordial o fornecimento de condições para que ela não interrompa seu desenvolvimento, o cuidado lúdico, a brinquedoteca e todas atividades descritas no estudo contribuem consideravelmente para o melhoramento na aceitação, na cooperação, no humor e no relacionamento das crianças com seus cuidadores e com os profissionais.

REFERÊNCIAS

BULLA M. L. *et al.* The world of the adolescent after being diagnosed with cancer. **Rev Min Enferm.** 19(3): 689-695 jul/set 2015.

COSTA S. A. F. *et al.* Brinquedoteca hospitalar no brasil: reconstruindo a história de Sua criação e implantação. **Hist. Enf. Rev.** 5(2): 206-223; ago/dez 2014.

DIAS J. J. *et al.* A experiência de crianças com câncer no processo de hospitalização e no brincar. **Rev Min Enferm.** 17(3): 608-613. jul/set 2013.

LIMA K. Y. N. *et al.* Atividade lúdica como ferramenta para o cuidado de Enfermagem às crianças hospitalizadas. **Rev Min Enferm.** 18(3): 741-746 jul/set 2014.

MARTINS A. K. L. *et al.* Repercussões da clownterapia no processo de hospitalização da criança. *J. res.: fundam. Care.* 8(1):3968-3978 jan./mar. 2016.

MOREIRA D. A. et al. Meu filho está com câncer: mudanças vivenciadas pelas crianças segundo as Mães. **RevEnferm UFSM** 4(3):584-593 Jul/Set 2014.

NICOLA G. D. O. *et al.* Cuidado lúdico à criança hospitalizada: perspectiva do familiar cuidador e equipe de *Enfermagem. J. res.: fundam. care.* 6(2):703-715. abr./jun. 2014

SILVA G. M. *et al.* A influência do lúdico no cuidado humanizado a pacientes oncológicos pediátricos no Hospital do município de Aracaju-Se. . **Rev. Ibero de edu e inven enfermeira.** 4(3):26-35. 2014.

SILVA G. M.; KAMEO S. Y.; SAWADA N. O. Percepções da criança e do adolescente Com câncer frente ao diagnóstico e Tratamento da doença. **Rev.Ibero de edu e invenenfermería.** 4(4):15-24. 2014

VIERO V. *et al.* Enfrentamentos da criança com câncer frente ao afastamento escolar Devido internação hospitalar. **RevEnferm UFSM;** 4(2):368-377 Abr/Jun 2014.

GT 23

GRUPO TEMÁTICO

**MULTIDIMENSIONALIDADE DOS SABERES DOCENTES:
PLANEJAMENTO, PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO
EDUCACIONAL**

GT 23 – MULTIDIMENSIONALIDADE DOS SABERES DOCENTES: PLANEJAMENTO, PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Francisca Carla Silva de Melo Pereira¹ - UNIFSA

Jovina da Silva² - UNIFSA

A construção de saberes docentes mudam no tempo e no espaço, em atendimento às demandas advindas das transformações do conhecimento e dos avanços tecnológicos. Nesse contexto, novos desafios são impostos ao ensino básico e superior, o que implica na ressignificação da docência, de suas multidimensionalidades, nas quais cria-se e recria-se diretrizes, modelos e estruturas que caracterizam cada momento histórico.

Ao estudar o ensino e a aprendizagem como seu objeto, a educação precisa construir estratégias de compreender e dialogar com as circunstâncias que estão se configurando permanentemente. No entanto, a prática pedagógica tem caráter social, complexo e plural, atividade realizada por sujeitos munidos de intencionalidade, processo que requer planejamento, implementação e avaliação, transformando-se pela ação e relação entre os sujeitos, a partir de vivências em contextos diversos, tais como: institucionais, culturais, espaciais, temporais, sociais. Por outro lado, transforma esses sujeitos do processo, como preleciona Pimenta (2010).

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2007). Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (1999). Atualmente é tutora pedagógica no Centro Universitário Santo Agostinho.

² Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2007). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (1980), em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa (2011) e em Direito pela Faculdade Santo Agostinho (2014). Especialista em Planejamento Educacional (UFPI / 1984); Especialista em Ensino (UFPI / 1986); Especialista em Administração Educacional (UECE / 1996); Especialista em Avaliação Institucional (UNB / 2002); Especialista Docência do Ensino Superior (FSA / 2007); Especialista em Educação a Distância (UNOPAR / 2015). Atualmente é professora do Centro Universitário Santo Agostinho.

A educação, o ensino e a aprendizagem constituem objeto de investigação, a sistematização e publicação dos estudos acerca dessa temática, significa novas possibilidades que estão emergindo das investigações sobre o ensino e aprendizagem como prática social. Contreras (1990) afirma que a educação participa da trama das ações políticas, administrativas, econômicas e culturais contextualizadas, que incidem nas práxis do ensino e aprendizagem. Esses pressupostos remetem para um trabalho docente alinhado com um domínio dos saberes, com enfoque nas multidimensionalidades do trabalho docente, prática pedagógica e avaliação educacional.

Nessa perspectiva, objetiva-se com esse Grupo Temático (GT) agregar e publicar estudos bibliográficos e de campo, que discutam a MULTIDIMENSIONALIDADE DOS SABERES DOCENTES, com enfoque no PLANEJAMENTO, NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, sob as abordagens de ensino e aprendizagem interativa, interdisciplinar e de metodologias ativas, que procedam ação- reflexão - ação docente, de forma a garantir aos discentes o exercício de sua autonomia no aprendizado, protagonistas que vivenciam situações práticas, reflexivas e interventivas na formação de profissionais competentes.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Artmed, 2017

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2005.

CANDAU, Vera (Org.). **A didática em questão**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

COELHO, Lívia Dias. **Procedimentos de ensino**: um movimento entre teoria e a prática pedagógica. 2.ed. Curitiba: Champagnat, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SIMIONATO, Margareth Fadanelli (Org.). **Formação de professores**: abordagens contemporâneas. São Paulo: Paulinas, 2008.

NOVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 2000.

PEREIRA, Marcos Villela. **Estética da professoralidade**: um estudo crítico sobre a formação do professor. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013.

RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e dinamização das aulas**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

SHÖN, Donald. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e para a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Jovina da; LIMA, Francisco Renato. **Ensino Superior**: Concepção, Avaliação e Planejamento. FUESPI, 2016.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (org.). **Metodologia Participativa e as Técnicas de Ensino-Aprendizagem**. Curitiba: CRV, 2017

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Técnicas de ensino**: novos tempos, novas configurações. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores**: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação Formativa**: Práticas Inovadoras. Campinas: Papyrus, 2012.

A MONITORIA EM DISCIPLINAS DE CÁLCULO PARA REDUÇÃO NOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO E DESISTÊNCIAS NOS CURSOS DE ENGENHARIA: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO SUPERIOR¹

Danilo Teixeira Mascarenhas de Andrade²

Edvan Carneiro Almeida³

Luiz do Monte Torres Filho⁴

Paulo Vitor de Sá Nery⁵

Rodrigo Pereira de Oliveira⁶

Francisco Renato Lima(UFPI/UNIFSA)⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

O presente trabalho traz como discussão um problema que é inerente a todos os cursos que têm o cálculo como disciplina norteadora e base para a grande parte das outras disciplinas da grade curricular. Neste caso, foca-se os cursos de Engenharia, que possuem muitos cálculos e quando o professor não faz a ligação do assunto estudado com o que ele vai usar na prática, o aluno perde o interesse, considerando inclusive, as dificuldades matemáticas que carrega desde a educação básica. Assim, tem-se como objetivo, analisar a relevância da monitoria em disciplinas de cálculo para redução nos índices de reprovação e desistências nos cursos de engenharia. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, a luz de leituras, como: André (2005), Boulos (1999), Conde (2005), Fernandes (2005), Fernandes Filho (2001), Fragelli (2015), entre outros. A análise revela que nos cursos de Engenharia, geralmente encontram-se muitos alunos ainda imaturos e com deficiências trazidas do ensino básico, junto com alunos que ingressam no ensino superior depois de muito tempo longe da escola, que sustentam famílias e trabalham o dia inteiro. Como solução para o problema aponta-se para a importância do monitor, não como “secretário” do professor em sala de aula, e também não como se faz, muitas vezes, nas disciplinas de cálculo, como mero “ensinador” de questões para os mais atrasados. Propõe-se um monitor que avalia a metodologia do professor e traz uma resposta da turma sobre o nível de aprendizado sobre determinado assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Monitoria, Aprendizagem de cálculos, Aprovação e desistência.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Engenharia Civil (UFPI). Mestre em Engenharia de Materiais (IFPI). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: danilotma@msn.com

³ Bacharel em Engenharia Elétrica (UFC). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: edvan-carneiro@uol.com.br

⁴ Licenciado em Matemática (UESPI). Pósgraduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: luizvascaino@yahoo.com.br

⁵ Bacharel em Engenharia Civil (UNIFSA) e Bacharel em Ciências Contábeis (UESPI). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: pvitor_95@hotmail.com

⁶ Bacharel em Engenharia Elétrica (UESPI). Pósgraduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: rpoliveira32@gmail.com

⁷ Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em qualquer curso de graduação e, em particular, os cursos de Bacharelado em Engenharia (Civil, Elétrica, de Produção, de Agrimensura etc.), as disciplinas voltadas para os conhecimentos de Matemática são as mais repelidas pelos alunos. Essa percepção é tida logo nos primeiros contatos do aluno com os métodos de ensino do nível superior, quando o professor, na maioria das vezes, acredita que o aluno tem uma bagagem de conhecimentos bem desenvolvidos nos níveis anteriores (Ensino Médio) e, portanto, supõe que o estudante tenha uma desenvoltura positiva com o conteúdo estudado e goste da disciplina do curso que escolheu estudar.

Entretanto, o que acontece com a maioria dos alunos, é que essa maturidade e domínio de conteúdos matemáticos não acontecem ao mesmo tempo, e, às vezes, é necessário um incentivo para que o discente desperte para as descobertas que o ato de estudar lhe proporciona.

Durante muito tempo, ao se deparar com alunos desse tipo no ensino superior, o mais comum era reprová-lo várias vezes, até perceber que, o aluno, de maneira forçada, não tinha outra saída, a não ser estudar aquele conteúdo – que tem dificuldade e até considera sem sentido – para poder avançar para os outros semestres do curso; ou em outros casos, como ainda hoje ocorre, o aluno simplesmente desiste do curso e procura outro, onde não precise cursar muitas disciplinas com necessidade do conhecimento de Matemática.

Atualmente, uma alternativa possível é o uso dos monitores para essas disciplinas de cálculo, quando são requisitados pelos professores e quando a instituição disponibiliza para auxílio na aprendizagem. No entanto, na maioria das vezes, fica restrito a ajudar os alunos a responder listas de exercícios colocadas pelo professor para reforçar o conteúdo ministrado em sala de aula, algo que também não desperta a maturidade do aluno recém colocado no curso superior.

Desse modo, no presente trabalho discute-se sobre algumas soluções para os problemas de aprendizagem apontados, enumerando as possíveis causas e trazendo uma metodologia que pode beneficiar os principais prejudicados pela situação descrita, focando

no monitor, como figura essencial da integração do professor com os alunos, mostrando a sua importância e aplicações.

A MONITORIA COMO MÉTODO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Quando se discute sobre o papel da monitoria no processo de ensino e aprendizagem, de acordo com Lesage (1999), existem dois métodos de ensino aprendizagem, que são antecedentes ao surgimento do método monitorial, que surge no final do século XVIII.

O primeiro, o método de ensino individual, o professor orientava individualmente cada estudante. Após essa orientação, o aluno iria para seu local de estudo, a fim de desenvolver sua atividade, conforme das orientações dadas pelo professor. A desvantagem desse método era a quantidade muito pequena de estudante que podiam ser orientados por um único professor, além da possibilidade de atos de indisciplina por parte do estudante que já foram orientados, pois ao retornar para o seu lugar, eles decidiam se fariam e quando fariam a atividade. O segundo, o método de ensino simultâneo, que veio para alcançar uma maior quantidade de estudantes, cerca de cinquenta a sessenta, orientados de uma só vez à cerca das atividades a serem desenvolvidas (LESAGE, 1999).

Já o método monitorial, ainda segundo Lesage (1999), foca na mediação da relação professor com seus alunos, através de alunos monitores, vistos como capazes de ensinar. Este método é também conhecido como Bell-Lancaster.

Esse nome remete a Andrew Bell (1753-1832), ministro da igreja anglicana e diretor de uma escola para meninos órfãos da guerra, em Madras, na Índia. Segundo Conde (2005), a partir de 1789, Bell inicia um novo método de ensino nas escolas locais, passou a utilizar nas suas aulas, a escrita sobre pequenos montes de areia. Sendo criticado por sua equipe e pela falta de apoio, começou a utilizar crianças monitoras, que ensinavam, com a ajuda da areia, umas às outras.

Conde (2005) ainda aponta que a escola dirigida por Bell sofria de uma grande restrição orçamentaria. Não há como saber se essa restrição foi a ignição para o desenvolvimento do método criado por ele ou se a tradição, das escolas locais, de escrever em montes de areia,

lhe ajudou a adotar tal método ou a falta de apoio de sua equipe. O que se pode perceber é que sua competência pedagógica é capaz de tornar o que é desfavorável, em algo bastante favorável nas suas práticas pedagógicas, favorecendo a aprendizagem, como se analisa neste estudo, ao discorrer sobre as dificuldades que alunos de cursos de Engenharia enfrentam nas disciplinas de cálculo, por terem dificuldades matemáticas, que muitas vezes, levam a altos índices de reprovação e desistências.

CAUSAS DE REPROVAÇÃO NOS CURSOS DE ENGENHARIA

O mau desempenho escolar é proveniente de diversas variáveis e pode ser observado a partir de diferentes perspectivas, sendo elas, oriundas das políticas educacionais e dos aspectos sociais dos estudantes e do meio em que a Instituição de Ensino Superior (IES) se insere. Tal fracasso, tem sido relacionado aos altos índices de reprovação e evasão nas escolas, englobando todos os níveis de ensino no país. No que tange às práticas pedagógicas e aos projetos político-pedagógicos das secretarias de educação e das escolas, o fracasso escolar tem sido justificado, especialmente, através das práticas avaliativas, que reforçam as diferenças entre as classes sociais, privilegiando aquelas que têm sua cultura identificada com os currículos escolares (FERNANDES, 2005).

A partir de tal problemática, um fator que se destaca como preocupante é a aprovação compulsória– também chamada de aprovação automática – de alunos, que não possuem as habilidades necessárias, mas, para minimizar o impacto dos altos índices de reprovação no ensino básico, são promovidos para as séries seguintes. Com isso, as dificuldades enfrentadas no ensino básico têm sido levadas para o ensino superior, quando os alunos apresentam sérias dificuldades básicas, sobretudo em disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática. Isso ocorre de tal forma, que as IES têm sido obrigadas a aceitar alunos com baixo desempenho em avaliações de entrada no ensino superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

No ensino superior, tal conduta de aprovação é inadmissível, tendo em vista, que se trata de uma formação humana e profissional, onde o aluno deverá sair apto a desenvolver

suas competências profissionais, atendendo as questões éticas e técnicas profissionais, além das avaliações rigorosas, as quais as IES são submetidas. O maior problema é que, há um grande impacto nesses alunos ao chegarem no ensino superior, principalmente em cursos que demandam uma excelente formação básica nas áreas de exatas, como as Engenharias, a Matemática e a Física. Para solucionar tal problema, diferentes políticas e condutas têm sido adotadas por diversas redes de ensino, na tentativa de superação do fracasso e da capacitação dos alunos para prosseguir no curso de graduação (FERNANDES FILHO, 2001).

Nos cursos de Engenharia, há um fato que eleva o número de reprovações, que é a baixa na valorização da profissão, muito valorizada principalmente no passado, mas, atualmente foi reduzida, devido ao grande endividamento dos setores públicos e ao período de recessão que o país enfrenta. Atualmente, o baixo salário do Engenheiro e as poucas vagas de emprego fazem com que os candidatos ao vestibular procurem outras áreas para atuar, contribuindo assim, para diminuir a relação de candidatos por vaga no vestibular, o que ocasiona a diminuição da qualidade dos ingressantes e aumenta o desafio a ser enfrentado pelas IES, no que se diz respeito a elevar o nível de desenvolvimento cognitivo desses ingressantes no curso (FERNANDES FILHO, 2001).

Outro fator que pode ser relacionado com o índice de reprovação é ao perfil dos alunos. A maioria os ingressantes ou são cada vez mais jovens, a partir de 15 anos, e por isso, não fez outro curso superior, devido à baixa faixa etária; ou são adultos, que passaram algum tempo sem estudar e estão retornando aos estudos diretamente em um curso superior. A partir de tal perspectiva, ou os alunos são muito jovens ou estão sem o hábito de estudar.

Aliando tais fatores com o baixo nível do ensino básico em geral, existem os problemas sociais enfrentados, que levam os acadêmicos a trabalharem em uma carga horária de 40 horas semanais, portanto, acordam cedo e trabalham o dia todo e a noite estudam, de segunda a sexta e também têm aulas aos sábados, assim, resta pouco tempo para dividir entre estudo e lazer, acarretando assim, em pouco tempo de prática para os exercícios (FERNANDES FILHO, 2001). Neste casos, em especial, necessita-se de uma intervenção pedagógica às dificuldades de aprendizagem dos acadêmicos de Engenharia, como se discute a seguir

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: TÉCNICAS UTILIZADAS NO ENSINO SUPERIOR EM DISCIPLINAS DE CÁLCULO

A base para uma intervenção pedagógica nas deficiências em conteúdos matemáticos é a identificação do problema. Isso serve como princípio diagnóstico das condições de aprendizagem no ensino superior. Partindo dos dados encontrados, deve-se fazer um levantamento dos conteúdos a serem reforçados para que o aluno possa dar início ao estudo do cálculo de uma maneira mais consistente (BOULOS, 1999).

De acordo com Boulos (1999), o método de intervenção adequado é aquele baseado no ensino e aprendizagem, por meio de realização de atividades durante as aulas e também atividades extraclasse, sempre buscando desenvolver as habilidades já conhecidas pelos alunos, como também, desenvolver novas habilidades, por meio da realização de trabalhos individuais como também trabalhos em grupos com no máximo cinco componentes.

As atividades que serão realizadas em sala de aula, como também, as realizadas extraclasse servem como avaliação no ensino e aprendizagem para ter um real acompanhamento da evolução do aluno. Somente após suprida essas deficiências encontradas nos experimentos realizados é que os discentes serão introduzidos ao estudo do cálculo matemático. Isso fará com que o conteúdo possa ser aplicado de forma mais aprofundada e em ampla consistência (BOULOS, 1999).

Diante das dificuldades matemáticas dos alunos, estudiosos afirmam que é crucial trabalhar a disciplina fazendo um paralelo entre a teoria e a prática. Daí a importância de trabalhar os conteúdos através de estudo de caso, os quais possibilitam que sejam apresentados problemas que os discentes irão encontrar na vida profissional. Com esses estudos de caso, o discente terá a oportunidade de ver como é importante o conteúdo ministrado pelo professor e como será de suma importância esse aprendizado para a vida profissional do discente (ANDRÉ, 2005).

Caberá ao professor estimular ao discentes a encontrar aplicações para o conteúdo. Desse modo, o discente irá transformar o abstrato em um conhecimento concreto e, ao final da disciplina, deverá dominar o conteúdo de cálculo aplicado pelo professor. Nesse percurso

de aprendizagem, o monitor poderá fazer pesquisa de campo com os discentes, para que o conteúdo seja trabalhado de forma mais concreta (ANDRÉ, 2005).

Outras metodologias utilizadas em sala de aula se baseiam em aprendizagem colaborativa, onde os alunos tentam aprender algo juntos e ainda desperta o olhar frente às dificuldades do colega. O método 300, por exemplo, é baseado em aprendizagem ativa e colaborativa, que é utilizada para aumento do rendimento dos alunos nas avaliações, através da possibilidade de fazer duas avaliações e ser considerada a maior nota (FRAGELLI, 2015).

Ainda de acordo com Fragelli (2015), a colaboração entre os estudantes ocorre nos grupos de estudos formados por alunos com bom rendimento e rendimento insatisfatório, além da nomeação de um monitor, que será responsável por sanar as dúvidas dos colegas referentes a disciplina e elaborar duas avaliações, que serão aplicadas aos colegas de rendimento insatisfatório, para torná-los aptos a realizar uma nova avaliação, cujo resultado poderá substituir sua nota anterior, caso seja superior a esta.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou constatar que o fracasso nas disciplinas de cálculo nos cursos de Engenharia tem sido relacionado aos altos índices de reprovação e evasão na escola básica, devido às práticas avaliativas existentes levarem a aprovação compulsória dos alunos, assim as dificuldades enfrentadas no ensino básico têm sido transmitidas ao ensino superior, atreladas a baixa na valorização da profissão, ao ingresso de estudantes cada vez mais jovens ou mesmo adultos que passaram algum tempo sem estudar.

Tendo em vista as dificuldades dos alunos ingressantes no ensino superior, o docente deverá buscar diagnosticar as deficiências em relação aos conteúdos necessários para o estudo do cálculo matemático e saná-las, para facilitar o trabalho realizado pelo monitor, devido às dificuldades em desempenhar o papel de transmissor do conteúdo.

Deste modo, é fundamental a adesão a novos conceitos e propostas de ensino e aprendizagem, com foco nos alunos que ingressaram no curso superior com deficiências em

conteúdos base, e assim estimular uma aprendizagem colaborativa para os alunos tentarem aprender algo juntos e ainda desperta o olhar frente as dificuldades do colega.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.

BOULOS, P. **Pré-cálculo**. Vol 1 Makron Books: São Paulo, 1999.

CONDE, Maria Teresa Barros. O modo de ensino mútuo na formação dos mestres das primeiras letras: uma experiência pedagógica no Portugal Oitocentista. **Revista Lusófona de Educação**. 2005, n. 6, 117-137.

FERNANDES, C. O fracasso escolar e escola em ciclos: tecendo relações históricas, políticas e sociais. In: **Anais** da 28ª Reunião da ANPEd, 2005, Caxambu, p. 01-17.

FERNANDES FILHO, Orlando Prado. O desenvolvimento cognitivo e a reprovação no curso de engenharia. In: XXIX Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, **Anais...** Porto Alegre. 2001. p. 15-22.

FRAGELLI, R. R. Trezentos: aprendizagem ativa e colaborativa como uma alternativa ao problema da ansiedade em provas. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 6, n. 2, p. 860-72, abr. 2015.

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, pp. 9-24.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO BASEADA EM SITUAÇÕES-PROBLEMA: UMA REFLEXÃO SOBRE A GESTÃO SIGNIFICATIVA DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR¹

Adalberto Pereira de Sousa²

Cecília Rodrigues³

Márcia Nunes da Fonseca⁴

Marília Andrade de Oliveira⁵

Rachel Maria de Sousa⁶

Francisco Renato Lima(UFPI/UNIFSA)⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

As reflexões apresentadas neste texto buscam situar o leitor acerca da construção do processo de aprendizagem, aplicando métodos centrados na participação ativa do aluno em sala de aula, bem como, investigar os tipos de metodologias ativas e suas características, focando especificamente, no método situação-problema. Com base nisso, este estudo tem como objetivo, analisar o processo educativo no ensino superior, destacando como essas metodologias auxiliam a prática docente, para então, fazer uma avaliação deste método como perspectiva de aprendizado eficiente. Essa discussão parte de uma revisão bibliográfica de literatura, de abordagem qualitativa, que se baseia na leitura de autores, como: Berbel (1998; 2011; 2012), Pereira (2012), Moran (2015), Souza; Dourado (2015), Voltarelli (2011), entre outros, os quais confirmam a teoria de utilização de metodologias ativas na prática docente. Os entendimentos dos autores sustentam os objetivos do estudo, no sentido de reforçar a necessidade de inserir na prática docente de ensino superior o método de situação-problema. Portanto, diante das mudanças tecnológicas e levando em consideração que os alunos da atualidade pensam de forma diferente, com dinâmicas diferentes, também aprendem de maneira diversificada e os professores têm o papel, de estimular essa aprendizagem de outras formas que não seja somente a aula expositiva tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior, Prática docente, Metodologias ativas.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Bacharel em Administração Pública (UNISUL/SC). Especialista em Gestão e Políticas (FPB/SP). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: adalpssdr13@gmail.com

³Bacharel em Ciências Contábeis (FACET). Especialista em Perícias e Auditorias Contábeis (CEUT). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: cecillia.rodrigues19@hotmail.com

⁴Bacharel em Direito (UNIFSA). Especialista em Direito Administrativo (UCAM-RJ). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: marcianfonseca@hotmail.com

⁵Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (UNIFSA). Especialista em Gestão de Marketing Digital (UNINOVAFAPI). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: mariliaandradejorn@gmail.com

⁶Bacharel em Direito (UNIFSA). Especialista em Comunicação Organizacional (UFMA). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: sousarachel39@hotmail.com

⁷Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As transformações que ocorreram no formato de ensino superior, em decorrência do uso das tecnologias, os desafios impostos aos professores e as oportunidades de aprendizagem, com a inserção de novas formas e meios, exigem dos professores novos métodos de ensino, utilizando as chamadas metodologias ativas.

As metodologias ativas podem ser entendidas como práticas pedagógicas que levem o estudante a pensar, não apenas observar o professor e anotar o conteúdo, mas refletir sobre ele. São práticas que envolvam os estudantes na construção do conhecimento, por meio de atividades nas quais eles possam discutir, escrever, ler, solucionar problemas e ensinar os outros, bem como, atividades que provoquem o fazer com a orientação do professor, que assume o papel de mediador.

Diante da importância que as metodologias ativas possuem no ensino superior nos dias atuais e das inúmeras possibilidades de explorá-las em sala de aula, permitem que o professor vá além da sala de aula. Neste sentido, neste trabalho, foca-se na metodologia de situação-problema, modalidade de estruturação curricular que vem sendo adotada em diversas instituições de ensino.

A proposta deste trabalho é fazer análise a respeito desta metodologia de ensino, que possibilita a indissociabilidade entre teoria e prática, com o objetivo de responder o seguinte problema de pesquisa: o método resolução de situação-problema é eficaz na construção do conhecimento para o ensino superior?

Nesse contexto e com o intuito de aprofundar o estudo da temática abordada, intenta-se investigar se a método de aplicação de situação-problema pode auxiliar nas práticas pedagógicas contemporâneas de professores na educação de faculdades e universidades brasileiras.

O ENSINO SUPERIOR E AS METODOLOGIAS ATIVAS: SITUANDO O TEMA

As atuais mudanças no contexto político, cultural e econômico exigem novos formatos de educação superior, em razão da evolução tecnológica e, por conseguinte, da inquietude

das pessoas em terem as informações ou conhecimentos num momento real. Assim, não mais se permite um processo de ensino e aprendizagem tradicional, no qual o docente é o único sujeito ativo da relação e a sala de aula limitada em quatro paredes.

Neste sentido, Moran (2015, p. 18) cita “teóricos como Dewey (1950), Freire (2009), Rogers (1973), Novack (2009), entre outros”, destacando que eles, “ênfaticamente, há muito tempo, a importância de superar a educação bancária, tradicional e focar a aprendizagem no aluno, envolvendo-o, motivando-o e dialogando com ele”.

Surgem novas concepções educacionais em que permitam ativamente uma interação entre todos os sujeitos do processo educacional, quais sejam, professores – professores; aluno – professor e aluno – aluno. Todos envolvidos no enriquecimento do saber e conhecer.

Essa (re)formulação do processo ensino e aprendizagem se dá por meio das metodologias ativas que, por permitirem uma interação entre os sujeitos e entre disciplinas, uma troca de conhecimentos, uma contextualização das vivências e experiências, contribuem para uma qualidade ímpar no ensino, à medida que aguça a criticidade e a cidadania do sujeito.

Nesse sentido, o método ativo é um processo que visa estimular a autoaprendizagem e a curiosidade do estudante para pesquisar, refletir e analisar possíveis situações para tomada de decisão, sendo o professor apenas o facilitador desse processo (BERBEL, 2011).

Fortalecendo esse conceito, Pereira (2012, p. 6) entende por Metodologia Ativa,

[...] todo o processo de organização da aprendizagem (estratégias didáticas) cuja centralidade do processo esteja, efetivamente, no estudante. Contrariando assim a exclusividade da ação intelectual do professor e a representação do livro didático como fontes exclusivas do saber na sala de aula.

Com isso, não é mais permitido colocar barreiras e isolamentos entre as modalidades de educação presencial e à distância. Cabe ao docente e à instituição de ensino superior se adaptarem e, especialmente ao professor se permitir uma (re)educação pessoal e profissional contínua.

Esse é o novo desafio! Permitir-se aprender diante da enxurrada de tecnologias digitais, a fim de buscar uma capacitação específica de forma a abordar tais metodologias

ativas no ensino superior e nas diversas modalidades educacionais. As metodologias ativas, segundo Bastos (2006, *apud* Berbel, 2011, p. 29) definem-se como um “processo interativo de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema”.

Assim, inúmeras são as metodologias ativas, como possibilidades de organização do trabalho pedagógico no ensino superior, dentre elas, destacam-se: como a apontada a seguir, as situações-problemas ou aprendizagem baseada em problemas e problematização, foco principal deste estudo.

METODOLOGIA DA PROBLEMATIZAÇÃO: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

A aprendizagem baseada em problemas (ABP) – em inglês, *Project Based Learning* (PBL) –, tem por objetivo, possibilitar que os alunos absorvam o conhecimento a partir da solução colaborativa de desafios. O aluno precisa demandar esforços no sentido de explorar as soluções adequadas dentro de um contexto específico — seja utilizando a tecnologia ou os diversos recursos disponíveis. Essa metodologia incentiva a capacidade do aluno de desenvolver um perfil investigativo e crítico perante a situação proposta (SOUZA; DOURADO, 2015).

A importância da utilização das metodologias ativas no processo ensino e aprendizagem se traduz à medida que ter bons conteúdos não é mais suficiente para compartilhar o conhecimento, é necessário, sobretudo, escolher métodos adequados para desenvolver de forma relevante o senso crítico/ reflexivo, a tomada de decisões e a autonomia do aluno pós-moderno.

A problematização como estratégia de ensino e aprendizagem tem como objetivo alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. Este método de ensino foi criado nos anos 60 pelo professor Howard Barrows especificamente para o curso de medicina na Universidade MacMaster, Ontário, Canadá, discutindo problemas reais com seus alunos (VOLTARELLI, 2011).

Berbel (1998) explica que a problematização pode levar o aluno ao contato com as informações e a produção de conhecimento, principalmente com a finalidade de selecionar os impasses e promover o seu próprio desenvolvimento. Aprender por meio da problematização e/ou, da resolução de problemas de sua área, portanto, é uma das possibilidades de envolvimento ativo dos alunos em seu próprio processo de formação.

A aprendizagem baseada em problemas, também conhecida pela sigla PBL – conforme Sakai; Lima (1996), se desenvolve com base na resolução de problemas propostos com a finalidade de que o aluno estude e aprenda determinados conteúdos.

Segundo os autores, essa metodologia da problematização (MP) é formativa à medida que estimula uma atitude ativa do aluno em busca do conhecimento. O docente do ensino superior deverá saber/dominar para o exercício de sua profissão. A análise das situações leva os especialistas a determinarem quais conhecimentos são necessários adquirir para cada uma delas – constituindo os temas de estudos – cada tema relativo à espera cognitiva é transformado em um problema para ser estudado e discutido pelos alunos no grupo tutorial.

A esfera cognitiva do PBL deve garantir que o aluno estude situações suficientes para se capacitar a procurar o conhecimento por si mesmo quando se deparar com uma situação problema ou caso clínico. Encontram-se muitos trabalhos explicativos do PBL.

No desenvolvimento do processo da metodologia da problematização, é necessário garantir algumas características como as descritas a seguir, segundo Berbel (2011, pp. 33-34):

- Os alunos é que problematizam a parcela da realidade associada ao foco do estudo, selecionam um dos problemas para estudar e buscam uma resposta ou uma solução para ele.
- Considera-se a realidade concreta para aprender com ela e para nela intervir, em busca de soluções para seus problemas.
- A participação do aluno se dá no exercício do aprender fazendo.
- A relação teoria–prática é constante.
- O processo se completa com algum grau de intervenção.
- O fato de os alunos, desde o início, analisarem criticamente uma parcela da realidade para problematizá-la e, diante das diferentes possibilidades, elegerem aquele aspecto que consideram mais relevante para o estudo naquele momento [...].
- [...] os alunos vão sendo estimulados a confirmarem suas crenças, seus valores e seus conceitos anteriores, ou a colocá-los em dúvida, ou até reformulá-los, pelos novos aprendizados.

- Todo o processo desenvolvido permite tomar consciência da complexidade dos fenômenos sociais envolvidos no estudo.
- [...] estímulo ao desenvolvimento do pensamento crítico.
- O pensamento criativo dos alunos é estimulado.
- Os alunos são também mobilizados para aprendizados sociais, políticos e éticos, que contribuem para a formação do ser cidadão.
- [O] professor assume a condução e articulação cuidadosa do processo. Isso significa atuar como mediador e não como fornecedor de todas as informações ou autoria de todas as decisões.
- Associada a essa perspectiva de conduta pedagógica, estão as ações de acompanhamento, apoio e feedback constante do professor.
- A avaliação, nesse processo, portanto, é essencialmente formativa.

Pensando a organização didática a partir dessa lógica, que inicia com o planejamento e diagnóstico da realidade e culmina com a avaliação, o professor criativo, de espírito transformador, deve estar sempre inovando suas práticas pedagógicas, alternando as técnicas de ensino utilizadas com aulas expositivas, estudo de texto, estudo dirigido, discussão e debate, seminários etc, buscando a otimização do conhecimento, pois, de acordo com Berbel (2012, p. 18), nesse processo, “teoria e prática se articulam desde o início, visto que tanto a teoria quanto a prática considerada e realizada se apresentam em níveis variados de elaboração, dependendo das condições concretas de que dispomos em cada grupo”.

Com base no explicitado, pode-se afirmar que, há a necessidade de os docentes buscarem novas metodologias de ensino que foquem no protagonismo dos estudantes, favoreçam a motivação e promovam a autonomia destes. É nesse cenário que aponta-se para o caráter ativo da aprendizagem baseada em situações-problemas, como ferramenta didática que possibilita o deslocamento de uma visão tradicional de ensino para uma perspectiva interacionista, na qual docentes e discentes, constroem juntos a aprendizagem, pela dinâmica da alternância de saberes e experiências que constituem a tessitura das relações humanas.

CONCLUSÕES

Neste estudo, apontou-se para as metodologias ativas, como instrumentos que facilitam os processos de ensino e de aprendizagem dos diversos conteúdos trabalhados no ensino superior, já que exigem a participação ativa do aluno, desafiando-o e motivando-o para

construir sua aprendizagem. Sua proposta permite que o aluno, como sujeito do processo, saindo da condição de passivo para uma maneira mais interativa de aprender, com papel fundamental no seu desenvolvimento de competências, que são necessárias aos alunos, como a busca individual pelo conhecimento; a motivação em sala de aula; o trabalho em equipe; o pensamento crítico e aptidão na resolução de problemas; e habilidades de argumentação.

Percebeu-se, nessa análise, que a metodologia ativa denominada de PBL, apesar de já ser bastante utilizada na graduação superior, trata-se de uma metodologia advinda dos anos 60, muito disseminada na área da saúde, que se propõe repensar métodos tradicionais apontando novas práticas de ensino, com enfoque especial no ensino superior. Na maioria das vezes que foi aplicada, os resultados de pesquisas e análises a consideram como uma proposta inovadora, contribuindo dentre as tantas metodologias como uma prática pedagógica, superando as tradicionais formas de ensinar e aprender e que hoje, ganha espaço e aplicação nas outras áreas, como a educação.

Por fim, o uso de novos métodos de ensino, a partir das metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas, vem sendo visto como uma opção estratégica valiosa para a sala de aula, uma vez que tem apresentado resultados satisfatórios no processo de aprendizagem e evolução de conhecimento dos alunos.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

_____. **Metodologia da problematização**: experiências com questões de ensino superior, ensino médio e clínica. Londrina: EDUEL, 1998.

_____. A Metodologia da Problematização em três versões no contexto da didática e da formação de professores. **Rev Diálogo Educ.** 2012; 12: 103-20. 2012.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (Orgs.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Vol. II - PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. p. 15-33. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf>. Acesso 07 mai. 2018.

PEREIRA, R. Método ativo: técnicas de problematização da realidade aplicada à educação básica e ao ensino superior. In: **VI Colóquio internacional. Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão, 2012.

SAKAI, M. H.; LIMA, G. Z. PBL: uma visão geral do método. **Olho Mágico**, Londrina, v. 2, n. 5/6, encarte especial, nov. 1996.

SOUZA, S. C.; DOURADO, L. Aprendizagem baseada em problemas (ABP): um método de aprendizagem inovador para o ensino educativo. **Holos**, 31(5), 182-200, 2015.

VOLTARELLI, J. C. Mitos do ensino superior médico. In: JOÃO NETO, O. R. *et al.* **Aprendizagem baseada em problemas: o mito e a realidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Cadernos UNIFOA, 2011.

RELAÇÃO DE AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR/ALUNO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO ENSINO SUPERIOR¹

Camila Irene da Silva Araújo²

Claudia Maria Pereira Dantas³

Louane Roberta de Oliveira Costa⁴

Márcia Aldeneide Macedo da Silva⁵

Nayara Louana Falcão Silva⁶

Francisco Renato Lima (UFPI/UNIFSA)⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O meio universitário também necessita do desenvolvimento de relações afetivas, principalmente na relação aluno/professor, pois, embora a universidade historicamente tenha se constituído como espaço de formação técnica e profissional, que exige maturidade, compromisso e cidadania, não pode furtar-se ao compromisso de reconhecer e valorizar a dimensão humana dos sujeitos da aprendizagem. Diante desse entendimento, este estudo teve como objetivo, analisar a importância da relação de afetividade entre professor/aluno no ensino superior, como princípio para a construção do conhecimento. Constitui-se, do ponto de vista metodológico, de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, construída à luz das leituras de Aita; Araújo (2006), Almeida (1999), Freire (2011), Veras; Ferreira (2010), Wallon (1986), entre outros. Esses autores, ajudaram a construir uma percepção de que, a construção de relações afetivas entre professor e aluno no Ensino Superior, perpassa pelo reconhecimento dos desafios que envolvem a natureza humana e que interferem na aprendizagem. O reconhecimento disso, é ponto crucial para o estabelecimento de pontes de afetividade e intervenções pedagógicas significativas às dificuldades de aprendizagem vivenciadas pelos alunos. São assim, professores e alunos, sujeitos de ação recíproca e horizontais diante do ato de ensinar e aprender, respectivamente, com base na formação profissional e, também, humana e cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior, Relações afetivas, Interação professor-aluno.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Enfermagem (UNIFSA). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: mila.irene@hotmail.com

³ Licenciada em Pedagogia (UNIFSA). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: dantasluzdasilva@outlook.com

⁴ Licenciada em Letras - Inglês (UESPI) e Bacharel em Direito (UNIFSA). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: advlouaneccosta@gmail.com

⁵ Bacharel em Direito (UNIVERSO). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: marciacursos@hotmail.com

⁶ Licenciada em Pedagogia (UEMA). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: laynha_pooh@hotmail.com

⁷ Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo as relações afetivas têm se tornado essencial para garantir uma boa formação comportamental e profissional em qualquer meio. O indivíduo tem muito mais possibilidade de se interessar por algo que tenha afinidade e proximidade, do que por algo desconhecido e que gere insegurança. Assim, as relações afetivas estão presentes nas vidas de todas as pessoas, desde a vida intrauterina até nas últimas manifestações de vida.

No universo escolar, essas relações funcionam como princípio estruturante da aprendizagem. Desde os primeiros contatos escolares – na Educação Infantil – às relações entre adultos, no Ensino Superior, onde são estabelecidas relações de ensino e aprendizagem, com a finalidade de promover a formação profissional, comprometida com a cidadania e a criticidade. Nessa questão, relativa a afetividade, um aspecto a ser considerado é que o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES) tem se tornado um evento cada vez mais cedo na vida de muitos jovens, recém saídos do Ensino Médio, exigindo, muitas vezes, um olhar mais atento, cuidadoso e afetivo.

Há diversas discussões sobre esse perfil dos alunos que ingressam atualmente nas IES, pois, de fato, percebe-se uma fragilidade emocional na população acadêmica, e, ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que a relação afetiva é o principal determinante que gera interesses dos alunos por determinado assunto, facilitando a aprendizagem. Com esse modelo centrado no aluno, o processo de aprendizagem é voltado inteiramente para suas condições de como o sujeito aprende, em uma dimensão complexa, abrangente e humana.

Desse modo, as relações afetivas dentro da sala de aula no ensino superior precisam ser estudadas no sentido de auxiliar professores e alunos a desempenhar o processo de aprendizagem de forma eficaz, promovendo o sucesso para ambos os envolvidos. Desse modo, objetiva-se, neste estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, analisar a importância da relação de afetividade entre professor/aluno no ensino superior, como princípio para a construção do conhecimento.

SABERES DOCENTES, APRENDIZAGEM E AFETIVIDADE: POR RECIPROCIDADES

A prática docente deve ser pautada em saberes profissionais, experienciais e pedagógicos. Muitos professores possuem o saber profissional, mas têm dificuldades pedagogicamente em transmitir suas experiências e vivências na sala de aula, pois a maioria não teve preparação para isso. Também, para o exercício de sua prática, o docente precisa estar dotado de suporte emocional, paciência e resolutividade, ao lidar com os inúmeros problemas que podem surgir durante o processo afetando negativamente as relações, dificultando a aprendizagem.

Assim, todos os saberes são necessários para desempenhar um bom papel dentro da sala de aula. E, nesse cenário, observa-se uma preocupação de algumas IES, tanto públicas, como privadas com a formação do profissional, buscando enxergá-lo na dimensão técnica, humana e cidadã. Essa mudança no enfoque, parte do entendimento de que a universidade não forma apenas profissionais, forma cidadãos capazes de atuar com justiça e competência na sua área.

Diante disso, as relações afetivas estão envolvidas em diversos aspectos do processo de aprendizagem e a relação aluno/professor influencia bastante nos resultados. Então, a formação dos professores que atuam no Ensino Superior – independentemente de ser licenciado ou bacharel – torna-se um fator crucial para facilitar as relações afetivas, visto que cada situação exige sensibilidade e firmeza no processo de mediação pedagógica do conhecimento.

Nas palavras de Freire (2011, p. 111), “somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente”. Assim, a construção das relações de afeto pressupõem encontro, diálogo, interação e reciprocidade com o outro.

O psicólogo Henri Wallon (1986), com base em uma perspectiva histórico-cultural, destaca-se “nos estudos sobre afetividade, afirmando em sua teoria da Psicogênese da Pessoa Completa, que a dimensão afetiva, ao longo de todo o desenvolvimento do indivíduo, tem um

papel fundamental para a construção da pessoa e do conhecimento” (VERAS; FERREIRA, 2010, p. 220). Essas autoras, em leitura walloniana, destacam que:

[...] o termo afetividade corresponde às primeiras expressões de sofrimento e de prazer que a criança experimenta, sendo essas manifestações de tonalidades afetivas ainda em estágio primitivo, ou seja, de base orgânica e têm por fundamento o tônus. Este, por sua vez, representa a base de onde sucedem as reações afetivas e mantém uma relação estreita com a afetividade durante o processo de desenvolvimento humano. Ao se desenvolver, a afetividade passa a ser fortemente influenciada pela ação do meio social. Tanto que este autor defende uma evolução progressiva da afetividade, cujas manifestações vão se distanciando da base orgânica, tornando-se cada vez mais relacionadas ao social. (VERAS; FERREIRA, 2010, p. 220).

Wallon (2007) aponta ainda que, assim como a afetividade, a emoção também cumpre o papel de aproximar os indivíduos, por meio de reações mais orgânicas e íntimas, em dinâmicas de oposições e desdobramentos entre os sujeitos, e isso, gradualmente, faz surgir às estruturas da consciência. “Essa união interindividual inicia-se nos primeiros dias de vida e se fortalecem a partir das emoções, antes mesmo do raciocínio e da intenção, sendo o fenômeno da emoção, portanto, compreendido como a origem da consciência” (VERAS; FERREIRA, 2010, p. 221).

Assim, emoção, cognição e aprendizagem coexistem na essência do indivíduo, desde a idade pueril a fase adulta, em todas as etapas do desenvolvimento humano. Almeida (1999, p. 29), ressalta que “a inteligência não se desenvolve sem afetividade, e vice-versa, pois ambas compõem uma unidade de contrários” e na dialética da socioconstrução da aprendizagem humana. Assim, continuam Veras; Ferreira (2010, p. 221):

Portanto, podemos afirmar que a afetividade constitui um fator de grande importância no processo de desenvolvimento do indivíduo e na relação com o outro, pois é por meio desse outro que o sujeito poderá se delimitar como pessoa nesse processo em permanente construção. Nesse sentido, é essencial que o professor de Ensino Superior também esteja envolvido nesse processo, considerando a afetividade como parte do desenvolvimento, buscando a formação

integral dos estudantes universitários e uma vivência positiva da aprendizagem.

Cientes desse entendimento, professores e alunos no âmbito do Ensino Superior devem buscar desenvolver a capacidade de cativarem-se mutuamente, criando no espaço da sala de aula, um clima que favoreça a aprendizagem. “[...] propõe-se uma unidade dialética processual, na qual o papel condutor do professor e a auto-atividade do estudante se efetivem em dupla mão [...]” (ANASTASIOU, 2007, p. 20). Esse estabelecimento de relação afetiva pressupõe então, uma disposição e empenho coletivo para o alcance de um objetivo coletivo: o de fazer da formação superior, um espaço de ética e transformação social.

OS DESAFIOS DE APRENDIZAGEM NA RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NO ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DA EFETIVIDADE E DA MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As relações humanas iniciam rapidamente em qualquer meio, mas a intensidade e a durabilidade delas estão cada vez mais difíceis de manter ativas, principalmente nos tempos de hoje, em que as pessoas não dispõem de tempo e até mesmo interesse em fortalecer laços e criar vínculos, pois as tecnologias e o capitalismo incentivam a agilidade, objetividade e meios mais tecnológicos, mas ao mesmo tempo podem correr riscos de não haver qualidade nestas relações.

No Ensino Superior, o processo de ensino e aprendizagem coloca o professor e a sua relação com os alunos, como uma importante tática na construção do conhecimento profissional e científico, mas também, inclui a formação pessoal e cidadã do aluno e impõe uma responsabilidade contínua ao docente, que exige muito estudo e compromisso. O professor não deve considerar apenas a tecnicidade da formação profissional, mas considera o aluno inserido em um contexto, envolvido num meio social e cultural, que interfere em sua aprendizagem, portanto, fator considerável e preponderante para que o aluno aprenda.

Nesse cenário, as emoções são as grandes responsáveis pelo descontrole do ser humano nas várias relações, e isto afeta diretamente no aprendizado no Ensino Superior, onde o aluno que passa por dificuldades e não é dotado de controle emocional suficiente sofre as

consequências e o aprendizado fica prejudicado, provocando péssimos resultados acadêmicos. Sobre isso, Aita; Araújo (2006, p. 59) salientam que:

Os sentimentos e as emoções constituem as forças básicas da vida e estão intimamente relacionados à ação. Seria um grande passo avante se a universidade estivesse preparada para lidar com os problemas de conduta, com a mesma energia que tem caracterizado seus esforços realizados no sentido de desenvolver a capacidade intelectual dos alunos. O ideal da universidade deve ser o de formar indivíduos capazes de controlar suas emoções inferiores, que saibam dominar-se e dirigir-se, que sintam prazer com as coisas belas e elevadas da vida.

Nessa missão, cabe ao professor, o papel de orientador e guia do processo de aprendizagem, por isso, deve estar apto a entender e auxiliar o aluno para que ele consiga superar os desafios e adquirir o conhecimento apesar das adversidades vividas naquele momento. A esse respeito, Freire (2011, p. 160) alerta que:

É falsa a separação entre seriedade docente e afetividade. Não sou melhor professor sendo mais severo, frio, distante e cinzento. **A afetividade não se acha excluída da cognoscividade.** Não posso condicionar a minha avaliação pelo maior ou menor vínculo que tenha com meu aluno. A abertura ao querer bem significa a disponibilidade à alegria de viver. Justa alegria de viver, que não permite que me torne um ser adocicado nem tampouco ou ser arestoso e amargo. A atividade docente é alegre por natureza. Seriedade docente e alegria não são contraditórias e inconciliáveis. Quanto mais metodicamente rigoroso me torno na minha busca e na minha docência, tanto mais alegre me sinto e esperançoso também. A alegria chega no encontro do achado e faz parte do processo da busca. Ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. (Grifos nossos)

Essa responsabilidade faz com que, de fato a execução do trabalho de professor passe a ser complexa e ampla no sentido de compreender todos os fatores externos associados ao aprendizado. É evidente que o professor não resolverá os problemas e não deverá se sobrecarregar emocionalmente com os problemas individuais dos alunos, mas o professor possui capacidade e olhar sensibilizado para identificar os possíveis empecilhos que impedem

a aprendizagem e conseqüentemente serve de suporte para o aluno que precisa naquele momento.

Uma tarefa complicada para um educador, que possui inúmeras turmas, afazeres, vida pessoal, problemas internos e dificuldades do dia a dia, como qualquer pessoa normal apresenta, mas a formação pedagógica do professor tem esse intuito de guiá-lo para refletir e pensar sobre os entraves relacionados à aprendizagem do aluno e as relações afetivas precisam ser absorvidas e entendidas por aqueles que são responsáveis pela formação. Uma formação continuada, por exemplo, auxiliam o docente a formar uma concepção de que esses desafios são partes inerentes às vivências e diversas experiências em sala de aula.

Entende-se, por fim, que, lidar com relações afetivas não é simples, mas o professor deve ter domínio das situações de aprendizagem e de como os alunos constroem o conhecimento, ter a melhor relação possível com os alunos, pois os desafios vão surgir e ele precisa manter-se firme e exercer a sua função com compromisso e foco no principal objetivo que é a aprendizagem do aluno. Assumindo essa postura, a relação de ensino e aprendizagem, se configurará como um espaço de manifestação da natureza complexa e plural do sujeito do Ensino Superior, que para o alcance de seu pleno desenvolvimento profissional e cidadão, exige o reconhecimento de suas tonalidades afetivas.

CONCLUSÕES

A relação professor-aluno no ensino Superior está vinculada a todas as dimensões do processo ensino e aprendizagem, que se desenvolve dentro da sala de aula e não há separação entre o cognitivo e o afetivo, uma vez que são fatores recíprocos, dependentes e interligados que constroem a verdadeira aprendizagem em qualquer nível acadêmico.

É no espaço da sala de aula que essas relações são tecidas, visto que é um dos ambientes onde professores e alunos convivem diariamente. Nessa relação de troca de conhecimentos, o professor precisa mediar a transposição didática de conteúdos, de modo que o aluno se torne sujeito ativo de sua própria experiência de formação profissional e humana.

Para dar conta dessa demanda social, é importante que as instituições universitárias atentem-se para a formação do professor, para além da dimensão conteudística e pedagógica, mas também, emocional e afetiva, considerando as mudanças desses novos tempos, onde a cada minuto surgem novas informações e que podem propiciar o aparecimento de dificuldades na prática docente e o professor precisa sensibilizar-se que não pode mais estagnar no processo, é preciso estar aberto às inovações e acessível a aprender e executar diferentes estratégias de organização do trabalho pedagógico, com o intuito de fortalecer o aprendizado do aluno.

Portanto, a prática pedagógica nessa perspectiva, deve ser pautada em uma relação de corresponsabilização, onde há participação ativa de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem no meio universitário, possibilitando aos sujeitos criar experiências e vivências que servirão de orientação para aprendizagens profissionais e pessoais.

REFERÊNCIAS

AITA, G.; ARAÚJO, C.S.A. Afetividade e aprendizagem no ensino superior. **EDUCERE - Revista da Educação**, Umuarama, vol. 6, n.1, p. 49-60, jan./jun., 2006.

ALMEIDA, A. R. S. **A emoção na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1999.

ANASTASIOU, L. G. C. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (Org.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 7. ed. Joinville: UNIVILLE, 2007. p. 17-42.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

VERAS, Renata da Silva; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde. A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 219-235, set./dez. 2010.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento da criança**. São Paulo: Manole, 1986.

UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE FOMENTAÇÃO SOCIAL: SUJEITOS PENSANTES, CIDADÃOS ATUANTES¹

Alexandra Bezerra de Sousa Gonzaga²
Ana Kaline da Silva Barbosa³
Edimar Alves Silva Lima⁴
Enio Lima Carneiro⁵
Nadja Rodrigues Carneiro Vieira⁶
Francisco Renato Lima (UFPI/UNIFSA)⁷
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a discutir sobre o direito fundamental à educação, assegurado constitucionalmente e o modo como ele vem sendo efetivado pelas instituições de ensino superior, de forma a permitir o pleno desenvolvimento do sujeito, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, ou, se em vez disso, está se resumindo a ser mero instrumento de preparação técnico-profissional, que atenda aos anseios da sociedade capitalista, quanto ao exercício tecnicista de uma profissão. Buscando fazer evoluir o debate sobre a questão, objetiva-se, analisar o papel social da universidade na construção da cidadania e, portanto, do pleno desenvolvimento do cidadão como sujeito de direitos e deveres no mundo em que está inserido. Para alcançar esse propósito, utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, a partir da leitura de autores, como Azevedo (1978), Demo (2000), Echenique; Alves (2009), Mancebo *et al* (2006), Martins (2002), Platão (2014), entre outros. Partiu-se assim, do método dialético de análise teórica sobre o tema, de forma crítica e reflexiva, com base nas opiniões construídas sobre o assunto. Essa leitura permitiu compreender que uma educação superior emancipadora propicia a estimular a criação e a troca de conhecimentos, de forma crítica e reflexiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior, Estado, Sociedade.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Bacharel em Direito (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail:alexandrabezerra.adv@hotmail.com

³Bacharel em Direito (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail:aninhakalinesb@hotmail.com

⁴ Bacharel em Teologia (INTA) e Licenciado em Pedagogia (UNIFSA). Pós-graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail:edimarladeira2010@gmail.com

⁵Bacharel em Administração (UNIFSA). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail:eniolima19@hotmail.com

⁶Licenciada em Geografia (UFPI). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail:nadj_rodrigues@hotmail.com

⁷Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail:fcorenatolima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) faz despontar, logo no *caput* de seu artigo primeiro, o caráter amplo e multidimensional que abarca o processo educativo e formativo do ser humano, ao dispor que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A partir deste e de outros enunciados legais, políticos, filosóficos e/ou sociais, resta plenamente evidenciada a lúdima verdade de que a educação é um instrumento de transformação da sociedade, seja qual for a vertente analisada, em virtude de ser ela a fonte produtora do elemento volitivo e desencadeador das mudanças necessárias.

Neste contexto, importa perquirir se o direito fundamental a educação, assegurado constitucionalmente em nosso país (CF/1988, Art. 205) está, de fato, sendo efetivado por meio das Instituições de Ensino Superior (IES). Em outras palavras, investiga-se se este, da forma como vem sendo administrado está proporcionando, a um só tempo, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, ou, se em vez disso, está resumindo-se a ser mero instrumento de preparação técnico-profissional que atenda aos anseios da sociedade capitalista quanto ao exercício tecnicista de uma profissão.

Assim, o presente estudo, não tem a pretensão de esgotar o tema, mas fomentar o debate acerca do papel social da educação superior na construção da cidadania e, portanto, do pleno desenvolvimento do cidadão como sujeito de direitos e deveres no mundo em que está inserido.

UMA VISÃO FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO: VELHOS PENSAMENTOS FOMENTAM VELHOS HÁBITOS

Hoje, a educação é tratada pelo Estado como uma mera “satisfação” para a sociedade ou um mero meio de angariar fundos para empresários do setor educacional, do que

realmente um fator de transformação social. É inconveniente para os “poderosos” que a população seja devidamente educada, pois assim, as classes populares teriam as ferramentas necessárias para conhecer seus direitos e deveres e, dessa forma, poderia exigir que seus direitos básicos fossem respeitados, não por que o governante A ou B é “bonzinho”, mas pelo simples fato de ser dever dele fazer.

Passando radicalmente do aporte da Filosofia para a nossa época, constatamos a existência de uma cultura de antivalores. Na medida em que recebemos dados de forma reduzida, fato comum atualmente, não temos subsídios para entender o contexto completo dessas informações e o próprio conhecimento acaba sendo limitado. (ECHENIQUE; ALVES, 2009, p. 119).

A população brasileira foi perfeitamente “domada” para mendigar e ser “grata” por resquícios de direitos que já lhes eram seus, pelo simples fato de serem cidadãos. É dever do Estado prover uma educação de qualidade (Art. 6º CF/88) e também, dever dos educadores em geral, prezar por uma educação realmente transformadora, não só para transformar a realidade econômica, mas, principalmente, a mente obsoleta dos integrantes de uma sociedade que já se “acostumou” em “seguir o fluxo” e não em ser parte das engrenagens que fazem a máquina social girar.

Ainda no Século V a.C, Platão (2014) demonstrou que a única forma de erguer uma sociedade em bases sólidas e justas é levantando-a a partir de uma educação forte, baseada na Música (as nove musas do conhecimento) e a Ginástica. Não entendamos como dançar e ir à academia, mas educar a mente e o corpo em um sentido de possibilitar ao indivíduo que seja um profissional competente em suas funções técnicas e, verdadeiramente, atuante como cidadão.

É simples entender o que ele quis dizer, utilizando um breve raciocínio: um profissional mal preparado, que é induzido a escolher suas profissões apenas por questões econômicas e/ou de *status*, torna-se um profissional medíocre, um cidadão incompleto e uma pessoa que não sabe se portar diante dos problemas sociais e, por isso, prefere sentar, reclamar e esperar que as soluções “caiam do céu”. Serão seres frustrados e obsoletos. Como diz Platão (2014, p. 254): “Se adquire conhecimento lenta ou rapidamente. Ou supões que alguém poderia amar

uma tarefa quando lhe é penoso realizá-la e quando muito empenho traz somente pouco retorno?”

Ninguém se propõe a mudar aquilo que não tem conhecimento e, ninguém tem conhecimento verdadeiro quando se tem uma mente fomentada por um “fermento” que o faz voltar ao “cabresto”. O cabresto que a falta de educação traz é bem pior que uma simples limitação de locomoção, traz uma limitação de pensamentos. E não tem como haver mudanças sociais justas e eficazes sem passar pela mudança de pensamento.

Platão (2014), em sua República, argumenta, com maestria, como uma sociedade pode e deve ser conduzida por seus cidadãos, sendo estes atuantes e politizados, de uma maneira, a saber, seu lugar no ambiente ao qual está inserido, sendo que, sem essa base educacional, esse cidadão se frustraria com ele mesmo e sua profissão e seria um ser aquém de sua devida atuação social. “E não achas que se seu esforço é em vão não acabará inevitavelmente por odiar a si mesmo e a própria profissão?” (PLATÃO, 2014, p. 254).

Quando a escolha da profissão é pautada ainda em termos arcaicos e incentivados por pensamentos ultrapassados de *status* e lucro fácil, gera uma angústia profissional e existencial, onde a frustração fará com que a sociedade receba um profissional, às vezes, até bem sucedido financeiramente, mas inapto a exercer um papel de cidadão e profissional ativo em questões sociais.

As engrenagens sociais não funcionarão de forma justa e integradora se as escolhas profissionais se pautarem apenas em escolhas individuais. Por isso, o pontapé inicial para realmente “sacudir” a poeira da podridão social é primeiro, como diria Sócrates (469 – 399 a. c), sabendo os limites da própria ignorância.

A UNIVERSIDADE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CULTURAL DA HUMANIDADE

Os relatos sobre a história do surgimento da universidade dão conta de que não é um fato recente, surgiu na Europa no final do século XII para início do século XIII, e traz consigo um legado para as sociedades que dela se beneficiam numa trajetória de tempo milenar. Porém, no decorrer do tempo, sua existência tem se apresentado com “sentidos e significados

diversos”(CAMPOS, 2012, p. 2), uma demonstração que caracteriza unicamente uma reação do modo de controle daqueles que a frente dela se posiciona, seus gerenciadores.

O modelo de formação profissional advindo da formação universitária teve um cunho da influência do projeto de modernização, que viabilizou a reforma universitária no século XVIII. Esse novo paradigma de educação “defendia a universidade pública” voltado para pesquisa e trouxe uma repercussão sobre o modelo napoleônico-francês, criado para servir exclusivamente a elite de Portugal (MARTINS, 2002). Modelo este, oriundo da França em maio de 1806, período em que Napoleão Bonaparte criou uma corporação estatal de professores voltados exclusivamente para ensino secundário e superior do poder público do Império Francês.

Porém, desprovido do incentivo ao raciocínio crítico e reflexivo, mas dotado de um modo de ensino doutrinador, pelo qual condicionava os educandos ao exercício do espírito dócil com os mesmos moldes da educação religiosa, formado por Jesuítas; totalmente submissos aos ditames do Império, como forma de servir aos interesses seus e da elite, conforme aponta Martins (2002).

A “FALTA DE EDUCAÇÃO” DO ESTADO

O Estado brasileiro na década de 90 adotou políticas econômicas neoliberais que desencadearam políticas sociais excludentes e muito graves, onde o estado do bem-estar social configurou-se no âmbito privado. “Nessa concepção, a ação do Estado é recomendada somente para os casos de “alívio” da pobreza absoluta e de produção de serviços que a iniciativa privada não quer executar” (MACENBO *et al*, 2006, p.40). Assim, nessa concepção neoliberal, o papel do estado mínimo decorre das prioridades de mercado do setor privado. Com isso, são extintas as ideias de direitos sociais por meio da ação do Estado, bem como sua universalidade, igualdade e gratuidade.

Com as privatizações de setores do setor público na política neoliberal, o setor privado ganha força no mercado, a partir de 1990 (MACENBO *et al.*, 2006). Como consequência, segmentos inteiros da economia brasileira foram destruídos, agravando o desemprego e o

aumento da demanda por serviços públicos, em especial, de assistência social, previdência e saúde. A defesa da universalização dos direitos sociais foi substituída pela da focalização e o princípio da igualdade pelo da equidade. Resultando na deterioração dos serviços sociais públicos, principalmente na educação e saúde, levando a transferência da esfera pública para a esfera de mercado. Para Mancebo *et al*(2006, p. 45):

Dessa forma, assistiu-se, principalmente nos países latino-americanos, a um movimento, “estimulado” pelo Banco Mundial, para “criar e garantir um mercado” e as políticas estatais têm suas ações direcionadas com vistas a criar as condições necessárias à privatização, por meio, fundamentalmente, do corte nos gastos com políticas sociais públicas. Para caucionar tais medidas, os serviços oferecidos pelo setor público são apontados como insuficientes e/ou de má qualidade e, ao mesmo tempo, “são geradas formas estáveis de financiamento para dar suporte ao alto custo dos benefícios ou serviços privados”.

Conforme o autor, o setor público, ou seja, o Estado cria condições necessárias para a privatização de atividades que antes eram públicas, levando a corte de gastos com políticas sociais e, conseqüentemente, cria soluções paliativas, para suprir as necessidades básicas que antes eram de total responsabilidade do estado, resultando em benefícios de alto custo para a sociedade.

Com a abertura do mercado internacional e as medidas neoliberais, o Estado-nação brasileiro sofre com essas transformações, onde o governo não consegue garantir as necessidades básicas a todos e fundamenta políticas que levam a população a usufruir de benefícios que, antes o Estado concedia como direito de todos.

A educação no ensino superior sofre a proliferação da abertura de faculdades, pois o governo federal não consegue receber uma boa parte da população. Além disso, passa pela criação de financiamentos estudantis que caracterizam essas políticas que tentam equilibrar a ausência do Estado, da responsabilidade de garantir direito a educação a todos.

A educação no ensino superior deve formar um cidadão atuante na sociedade, o qual, desde a base escolar já teve a chance de vivenciar experiências que o levariam a formar opiniões críticas. Para Azevedo (1978, p.45), “as concepções da universidade são simplificações canhestras de uma concepção mais ampla: a universidade deve ser apenas uma

academia, um local de ensino e de estudos que tem por objetivo último contribuir para dignificar a vida humana”.

Infelizmente, a educação virou um mercado, seus valores que antes eram enaltecidos, tais como formar um cidadão crítico e participativo vem sendo esquecidos. A proliferação de faculdades sem qualidade, nas quais o que importa é o mercado econômico educacional, onde sua principal prioridade é angariar alunos, como se fossem mero produtos, em vez de cidadãos, profissionais conscientes de seus direitos e deveres. “O que mais dói é que, à revelia de toda conversa pedagógica sobre cidadania, as coisas mudam sob a bravura do mercado. Infelizmente, estamos inseridos em sociedades que se movem pelo mercado, em última instância”, ressalta Demo (2000, p. 92), em tom de desabafo e lástima.

CONCLUSÕES

O presente estudo evidenciou a necessidade premente de se repensar a educação em nosso país, alocando-a ao seu merecido posto de prioridade estatal, de finalidade emancipatória e civilizatória, o qual nunca antes lhe foi conferido pelo estado brasileiro, que historicamente, apenas tem reservado àquela o posto de instrumento a serviço dos interesses econômicos.

De fato, as pesquisas empreendidas revelaram que, desde o início da prática educativa em nosso país, os objetivos definidos pela opção socioeconômica brasileira entraram em choque com a prioridade educacional de construção da cidadania e emancipação da população brasileira, o que gerou a famigerada “deseducação” desta.

A educação superior, da forma como vem sendo historicamente praticada em nossa nação, isto é, buscando atender muito mais objetivos de mercado do que de cidadania, tem se limitado em formar profissionais que atendam interesses econômicos, ao invés de verdadeira preocupação com a emancipação do cidadão em toda a sua plenitude e desenvolvimento como sujeito pensante e autor de sua própria história, revela-se muito mais alienadora e prática diretiva a serviço de quem está no “comando do poder” do que instrumento a serviço dos objetivos fundamentais da nação.

Conclui-se afirmando que, um estado democrático de direito, que tenha anseio por uma sociedade mais justa e igualitária onde seus cidadãos sejam conscientes e emancipados acerca de seus direitos e deveres, não pode prescindir de uma prática educativa fomentadora da reflexão crítica e construtora da cidadania.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Carlos de Almeida. **Omissão da universidade?** Rio de Janeiro: Arte Nova, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996.

CAMPOS, Névio de. **Qual o papel social da universidade no século 21?** Jornal Gazeta do Povo. Caderno Opinião. p. 01-02. Publicado em: 18 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/qual-o-papel-social-da-universidade-no-seculo-21-31436hclxguvb4y45vsgmvexa>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

DEMO, Pedro. **Ironias da educação: mudança e contos sobre mudança**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ECHENIQUE, Michel; ALVES, Dimas Pincinato. **Filosofia e vocação para educadores**. Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2009.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, jun. 2006.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, n. Supl. 3, p. 4-6, 2002.

PLATÃO. **A República** (ou da justiça). Tradução e textos complementares e notas Edson Bini. Bauru. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2014.

TECNOLOGIAS E PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS DOCENTES¹

Rannielle Andrade da Silva - UNIFSA²

Francisco Renato Lima - UFPI/UNIFSA³

RESUMO

O processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior atualmente, passa por diversas dificuldades, no sentido de inserir, de forma significativa, as inovações trazidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) aos contextos de aprendizagem. Diante do avanço tecnológico, trazido pela transformação digital e midiática, o ensinar e o aprender assumem novas roupagens e dimensões, complexas de serem entendidas e, principalmente, praticadas. Diante disso, este estudo, tem por objetivo, analisar a influência das TIC como ferramentas estratégicas no processo de ensino e aprendizado no ensino superior. Essa discussão, parte de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, situada a partir da leitura de autores, como: Belloni (2008), Demo (2000; 2001), Gesser (2012), Giroux (1997), Lévy (1999), Moran (2007), Morin (2004), Nóvoa (2008), entre outros. A compreensão depreendida dessa leitura aponta que, as TIC são muito significativas no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior. Elas agregam uma pluralidade de conhecimentos e desafios aos modos como se constrói o conhecimento, exigindo a ressignificação dos modelos de educação, currículo, escola, aula, professor e aluno, vistos por novas perspectivas e lógicas de interatividades sociais, articulando, de forma produtiva, a parceria entre tecnologia e ensino.

PALAVRAS-CHAVE: TIC, Processo de ensino e aprendizagem, Ensino superior.

INTRODUÇÃO

As ‘novas tecnologias’, geralmente associadas ao mundo midiático e digital, são identificadas como ‘Tecnologias da Informação e da Comunicação’ (TIC), as quais, em contextos de tantas mudanças e desafios, imprimem marcas sociais, políticas, culturais e ideológicas, no campo da educação. Essas transformações aproximaram trouxeram o

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduada em Marketing (IEST). Especialista em Administração Estratégica (CEUT). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: rannielleandrades@gmail.com

³ Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

conhecimento para a população, de forma mais acessível e dinâmica, redefinindo tempos e espaços de aprendizagem.

No entanto, apesar dessas aceleradas mudanças, as Instituições de Ensino Superior (IES), não estão conseguindo acompanhar com a mesma velocidade os avanços tecnológicos. Os alunos possuem habilidades com os recursos tecnológicos, enquanto muitos dos docentes ainda apresentam muitas dificuldades e resistências de inserir esses recursos na sua prática pedagógica.

Sobre isso, Moran (2007, p. 12), atesta que “muitas aulas convencionais estão ultrapassadas, aulas baseadas no método expositivo, onde o professor é o retentor do conhecimento e o aluno é o receptor, ou seja, o professor transmite o conhecimento e o aluno decora o conteúdo para a realização de provas”. Uma ruptura com esse modelo pressupõe uma redefinição das concepções de sociedade, educação, currículo, escola e ensino universitário.

Desse modo, neste estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, objetiva-se analisar a influência das TIC como ferramentas estratégicas no processo de ensino e aprendizado no ensino superior. Questiona-se assim: Como os recursos tecnológicos podem ser utilizados, de modo a atender os desafios dos profissionais docentes do Ensino Superior?

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) NO ENSINO E APRENDIZADO DO ENSINO SUPERIOR

As tecnologias funcionam como mecanismos de ação ativa no mundo, possibilitando a construção de conhecimentos e saberes múltiplos entre os sujeitos. As relações de interações e pluralidades de sentidos por elas construídas refletem na postura e comportamento dos sujeitos sociais, que, por meio do recurso tecnológico e digital, alcançam espaços ilimitados geograficamente e realizam experiências de aprendizagem significativa.

Nesse sentido é importante lembrar que o uso efetivo de tecnologia da informação para comunicar conhecimento requer que o contexto interpretativo seja compartilhado também. Quanto mais os comunicadores

compartilharem conhecimentos similares, experiências e conhecimentos anteriores, maior será a eficiência da comunicação do conhecimento por canais de mediação digital. Assim, quanto maior for o grau de compartilhamento de conhecimento contextual em uma comunidade estabelecida, maior será a possibilidade de sucesso na utilização de um repositório central de conhecimento. (SANT’ANA; SANTOS, 2004, p. 55)

Nesse sentido, as TIC podem ser definidas como um conjunto de recursos integrados que funcionam como dispositivos para organizar a vida dos sujeitos em sociedade. Essa organização afeta, sobretudo, as formas de comunicação entre os sujeitos e instituições, seja escolares ou não, na troca e distribuição em massa de informações.

Essa funcionalidade, aplicada ao processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior, implica levar em consideração um jogo de interesses entre os sujeitos envolvidos no processo e as experiências individuais e coletivas, que oportunizem uma participação democrática no trabalho de aprendizagem, com vistas a uma aprendizagem ativa no processo de formação profissional. Desse modo, as TIC passam a somar ao processo de ensino e aprendizagem, fortalecendo a relação entre professor e aluno. Essa demanda, exige, portanto, uma qualificação docente, para o uso adequado – didático-pedagógico – dessas tecnologias em sala de aula. Sobre isso, Belloni (2008, p. 104) alerta:

É essencial, porém, que tenhamos consciência de que sua integração à educação já não é uma opção: essas tecnologias já estão no mundo, transformando todas as dimensões da vida social e econômica: cabe ao campo educacional integrá-las e tirar de suas potencialidades comunicacionais e pedagógicas o melhor proveito.

Esse entendimento conduz a uma redefinição das práticas pedagógicas, com fim, numa melhor qualidade no ensino e aprendizagem. Gesser (2012) aponta que as novas tecnologias trouxeram significativos para a área da educação, em especial no Ensino Superior, contribuindo para o desenvolvimento de metodologias e estratégias diferenciadas no modo de se fazer o ensino, dando assim, uma nova materialização do currículo, de formas de aquisição do conhecimento e acesso às informações que colaborem para efetivação de uma aprendizagem significativa.

Vale situar então, a partir dessas perspectivas, estudos relativos ao uso das TIC no contexto educacional, os quais, mostram que professores as utilizam mais na preparação de aulas – o que envolve o planejamento e a elaboração do material didático – do que em interação direta com alunos, na execução de práticas de ensino e aprendizagem. Assim, apontam Alves (2008), Fernandes (2006), Moreira *et al.* (2005), Paiva (2003), entre outros.

A tecnologia faz parte da nossa realidade em sala de aula, saber conduzir, organizar esse processo e com as mudanças no currículo necessárias é a chave para o sucesso dessa estratégia, diante da diversidade de recursos, disponíveis aos alunos. É preciso então, que haja uma maior e mais efetiva aproximação entre o pensar e o fazer docente, mediado pelas TIC, de modo que atenda os desafios do professor de Ensino Superior em sala de aula.

O DESAFIO DE UTILIZAÇÃO DAS TIC NO ENSINO SUPERIOR: PELA REDEFINIÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A utilização de TIC em sala de aula perpassa por um filtro qualitativo dessas ferramentas. Não basta apenas trazê-las para os contextos de ensino, é preciso que haja investimentos em mudanças pedagógicas, de modo que os recursos e mídias disponíveis não passem inócuos no processo educacional e possam ser superadas as limitações desse uso didático em sala de aula.

Cabe então, situar a problemática que envolve a questão, a partir de Gesser (2012) *apud* Lobo; Maia (2015, p. 23) que aponta algumas limitações da integração das TIC na educação:

- Dificuldade para mudar os modelos curriculares atuais nas IES;
- Vários profissionais da educação ainda são resistentes ao uso da tecnologia como instrumento de EA;
- Falta de conhecimento tecnológico por parte de professores e alunos;
- Facilidade de dispersão dos alunos em frente às tecnologias usadas;
- Falta de apoio financeiro nas IES.

Também Moran (2005) *apud* Lobo; Maia (2015, p. 23) situa algumas das dificuldades de integrar as TIC aos contextos de ensino. “Em alguns aspectos concorda com Gesser, porém, em alguns pontos diverge”, de modo que vale a pena destacar, a título de problematização:

- Alunos estão prontos para o uso das tecnologias, professores, em geral, não. Os professores que não dominam as novas tecnologias, tentam segurar o máximo que podem, fazendo pequenas concessões, sem mudar o essencial. Com isso mantêm uma estrutura repressiva, controladora e repetidora. Os professores sabem que precisam mudar, mas não sabe como.
- Várias IES exigem mudanças dos professores sem dar-lhes condições para que eles as efetuem. Existe investimento em tecnologias, porém, com a falta de preparo dos professores, os administradores se frustram ao ver que tanto esforço e dinheiro empatados não se traduzem em mudanças significativas nas aulas e nas atitudes do corpo docente.
- A maior parte dos cursos presenciais e on-line continua focada no conteúdo, focada na informação, no professor, no aluno individualmente e na interação com o professor/tutor. Convém que os cursos hoje – principalmente os de formação – sejam focados na construção do conhecimento e na interação; no equilíbrio entre o individual e o grupal, entre conteúdo e interação (aprendizagem cooperativa), um conteúdo em parte preparado e em parte construído ao longo do curso.

Nóvoa (2008) alerta para o fato de que se deve compreender o impacto da informação e da comunicação e suas novas maneiras de conhecer e de aprender e como isso implica uma reorganização da escola, em toda sua estrutura, desde lugares físicos a lugares virtuais, que proporcionem a construção da autonomia no processo de aprendizagem e nisso, os professores são considerados pedra fundamental para a transformação no gerenciamento de informações que possam ser transformadas em conhecimentos.

Diante desse cenário, é preciso atuar com competência profissional e intelectual. Isso faz lembrar Giroux (1997), quando destaca que os professores precisam atuar como intelectuais transformadores, concebendo as salas de aula como espaços de projeção de experiências de aprendizagem necessárias ao desenvolvimento de novas formas culturais e práticas sociais, que deem conta da dimensão epistemológica do ato de aprender.

Assim, as tecnologias não substituirão os professores, mas esses agentes passarão a conviver juntos como aliados, numa cooperação entre o humano e o digital e midiático. As práticas existentes não deverão ser esquecidas ou radicalmente abandonadas, mas renovadas com o atual avanço tecnológico, cientes, conforme ensina Morin (2004, p. 30), de que,

“quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo”. Então, cabe ao professor, buscar caminhos de aproximações e possibilidades pedagógicas que reinventem o modo de ensinar. Levy (1999, p. 172) acrescenta, destacando que,

Não se trata de utilizar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de *acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização* que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo os papéis de professor e de aluno. (Grifos do autor).

Não cabe então, como lastimavelmente muitos professores fazem, abrir uma discórdia entre teoria e prática, entre tecnologias tradicionais (como o quadro negro e o giz) e tecnologias inovadoras (digitais e midiáticas) (como *tablets*, celulares e aplicativos móveis). A solução mais viável e inteligente é, apropriando-se da máxima de Demo (2001, p. 07), entender que o desenvolvimento “além de ser moderno, carece ser próprio”, ou seja, assim como a sociedade muda, precisa-se acompanhar essa evolução, e, individualmente assumir a mudança como necessidade urgente de sua prática pessoal e profissional, especialmente no campo do Ensino Superior. E, por fim, como sujeitos de mudanças, aceitar “o desafio de formação do sujeito histórico capaz de desenhar o roteiro de seu destino e de nele participar ativamente”, continua Demo (2000, p. 29).

CONCLUSÕES

No presente artigo, tratou-se sobre os avanços tecnológicos e seu impacto, na educação superior, pelo viés qualitativo da questão, ou seja, como isso tem implicado no desenvolvimento da aprendizagem, somando assim, ao trabalho do professor, que diante desse cenário, precisa criar estratégias e mecanismos de atrair a atenção do aluno, mediante o uso das mídias tecnológicas.

Acredita-se que as TIC são muito significativas no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior. Elas agregam uma pluralidade de conhecimentos e desafios aos modos

como se ensina e se aprende, e que diante dessa dinâmica, os modelos de educação, currículo, escola, aula, professor e aluno precisam ser ressignificados, visto que as IES, precisam adequar sua infraestrutura e práticas pedagógicas de forma eficiente e atenta aos avanços do mundo tecnológico. Portanto, é preciso pensar na organização do Ensino Superior, por novas perspectivas e lógicas de interatividades sociais, articulando, de forma produtiva, a parceria entre tecnologia e ensino. Somente assim, será possível avançar qualitativamente no entendimento da complexidade que envolve o ato de ensinar e aprender em contextos de tantas metamorfoses.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **O Computador e a Internet como instrumentos pedagógicos**: estudo exploratório com professores do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário de escolas do concelho de Vila Verde. Unpublished Master Dissertation. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2008.

BELLONI, Maria L. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Desafios modernos da educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, R. C. M. **Atitudes dos professores face às TIC e a sua utilização ao nível do ensino secundário**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006.

GESSER, V. Novas tecnologias e educação superior: avanços, desdobramentos, implicações e limites para a qualidade da aprendizagem. **IE Comunicaciones**: Revista Iberoamericana de Informática Educativa, n. 16, p. 23-31, 2012.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOBO, Alex Sander Miranda, MAIA, Luiz Cláudio Gomes. O uso das TICs como ferramenta de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. **Caderno de Geografia**, v.25, n.44, p. 16-26, 2015

MORAN, J. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias. In: MORAN, J.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2007. p. 11-72.

MOREIRA, A. P.; LOUREIRO, M. J; MARQUES, L. Percepções de professores e gestores de escolas relativas aos obstáculos à integração das TIC no ensino das Ciências. In: **Anais do VII Congresso Internacional sobre Investigación em Didáctica de las Ciências**, Granada, set. 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2004.

NÓVOA, A. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In: TARDIF, M.; LESSARD, C. (Org.). **O ofício de professor: história, perspectiva e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 225-232.

PAIVA, Jacinta. As tecnologias de informação e comunicação: utilização pelos alunos. **Programa Nónio Século XXI**, 2003.

SANT’ANA, R. C. G.; SANTOS, P. L. V. A. C. Transferência da informação de fatores para identificação do valor de unidades de conhecimento registrado. In: VIDOTTI, S. A. B. G. (Coord.). **Tecnologias e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas**. São Paulo: Polis, 2004. p. 53-75.

WHATSAPP EM SALA DE AULA NO ENSINO SUPERIOR: PROIBIR OU LIBERAR?¹Ivonilde Maria de Morais²Daniella Oliveira Melo³Samara Tavares Serafim Duarte⁴Cícero Tadeu Tavares Duarte⁵Isabel Cristina Pereira dos Santos⁶Francisco Renato Lima (UFPI/UNIFSA)⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Atualmente, as mudanças são frequentes no meio físico, social e, principalmente, educacional. Todos os dias são lançadas novas ideias que geram novos métodos, cujo propósito é melhorar e tornar mais eficientes concepções anteriores. Em uma era tão globalizada, essas mudanças advêm, sobretudo, do contexto das mídias e recursos tecnológicos, que trazem uma nova dinâmica para as relações de interação e aprendizagem humana. Desse modo, objetiva-se, neste estudo, analisar o uso do WhatsApp como ferramenta digital móvel, que pode facilitar o processo de aprendizagem e a prática pedagógica. Para tanto, parte-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, sustentada nas leituras de Feliciano (2016), Kaieski; Grings; Fetter (2015), Moran (2013a; 2013b), Perrenoud (2000), entre outros. Essa análise permitiu constatar que, hoje, com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), lançadas de forma tão desordenadas no dia a dia, dentre elas, o WhatsApp, faz-se urgente tomá-las, a partir de um propósito educativo, que potencialize as situações de aprendizagem, pelo diálogo horizontal entre professores e alunos, que têm na prática de ensino e aprendizagem, uma relação construída, sob a égide dos princípios da mediação pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: WhatsApp, TIC, Mediação Pedagógica.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Enfermagem (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: nildes123@hotmail.com

³ Bacharel em Engenharia de Produção (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: daniellaevan@hotmail.com

⁴ Bacharel em Engenharia de Produção (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: xmara.serafim@gmail.com

⁵ Mestre em Engenharia de Produção (UNIP). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: tadeu@tdca.com.br

⁶ Bacharel em Enfermagem (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: bebel.tina@hotmail.com

⁷ Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Educar é ajudar a construir caminhos para que nos tornemos mais livres, para poder fazer as melhores escolhas em cada momento. Se a tecnologia nos domina, caminhamos na direção contrária, da dependência dela.

(JOSÉ MANUEL MORAN)

Com os recentes avanços tecnológicos, a geração atual denominada de geração Z, que já nasceu imersa em tecnologia, tem acesso rápido a toneladas de informação e interações a cada segundo. A evidência concreta disso, é que a maioria dos jovens hoje possui um *smartphone*, que constitui um exemplo agregador das novas tecnologias utilizadas pela sociedade contemporânea.

Diante disso, fica claro que o método tradicional de ensino na educação superior não é suficiente para manter essa nova geração, que lida de modo diferenciado com a aprendizagem. Por isso, é importante que os educadores saibam olhar para esses novos recursos e mídias tecnológicas, com finalidade didática, reconhecendo sua importância e dominando suas linguagens.

O celular, por exemplo, quando utilizado da maneira proveitosa a aprendizagem em sala de aula tem o poder de melhorar a motivação e o nível de aprendizado dos alunos, pois por meio dele, o professor incrementa suas aulas e apresenta os conteúdos de maneira mais interativa, despertando o interesse genuíno do aluno, pela participação ativa no processo de aprendizagem.

Associado a esse recurso, está o uso do WhatsApp, que também, pode ser direcionado para a sala de aula de ensino superior, através da criação de grupos de discussão e debates sobre determinado assunto, promovendo maior participação do aluno e estendendo a atividade para além de sala de aula, provocando o aluno a buscar referências na internet, que favoreçam a construção de argumentos e opiniões críticas e reflexivas sobre o contexto em que se insere.

Desse modo, este artigo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, objetiva analisar o uso do WhatsApp como ferramenta digital móvel, que pode

facilitar o processo de aprendizagem e a prática pedagógica, partindo das vantagens e desvantagens do uso desse aplicativo em sala de aula, que tem levado inclusive, a polêmica: proibir ou liberar?

TECNOLOGIAS DIGITAIS, MÍDIAS EDUCACIONAIS E APRENDIZAGEM MÓVEL: PELA CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE CONHECIMENTOS

Hoje, as tecnologias digitais estão cada vez mais inseridas no ambiente das Instituições de Ensino Superior (IES), desafiando-as a distanciarem-se dos modelos de ensino tradicional e a inserirem uma aprendizagem mais participativa e integrada e construtivista, gerando assim, vínculos de colaboração entre professores e alunos, em que os primeiros deixam o papel apenas de disseminador dos saberes para o de intermediador de situações de aprendizagem; e os segundos, atuam como partícipes do próprio processo de aprendizagem. Para Moran (2013a, p. 01):

As tecnologias digitais móveis provocam mudanças profundas na educação presencial e a distância. Na presencial, desenraizam o conceito de ensino-aprendizagem localizado e temporalizado. Podemos aprender desde vários lugares, ao mesmo tempo, on-line e off-line, juntos e separados. Na educação a distância permitem o equilíbrio entre a aprendizagem individual e a colaborativa, de forma que os alunos de qualquer lugar podem aprender em grupo, em rede, da forma mais flexível e adequada para cada aluno.

Conforme o autor, as mudanças provocadas pela introdução dessas tecnologias no ambiente educacional, em todas as modalidades de educação, são necessárias hoje, nesse novo contexto em que se vive, no qual, o tempo se torna cada vez mais escasso e o acesso a informação é tão dinâmico e, portanto, o uso de recursos e mídias, é essencial para a plena eficiência de uma série de tarefas ou práticas ligadas à aprendizagem escolar, ou não.

Contudo, conforme Moran (2013a, p.01), “a chegada das tecnologias móveis à sala de aula traz tensões, novas possibilidades e grandes desafios”. Isso porque, os professores têm de disputar cada vez mais, a atenção dos alunos em relação ao uso dessas novas tecnologias, o que gera restrições e até proibições por parte de algumas instituições de ensino, como

estratégia para conter as distrações que são geradas pelo uso delas. Porém, a presença da tecnologia na escola é uma realidade inegável, e que, portanto, exige, sua inclusão, de forma pedagógica e didática, às situações de ensino, de modo que a aprendizagem se torne mais dinâmica e prazerosa. Esse excesso de informações, com múltiplas fontes e as diferentes concepções sobre o mesmo assunto, caracterizam essa época atual de, a chamada era tecnológica, onde a informação se encontra ao alcance de alunos e professores ao mesmo tempo, gerando grande impacto em sala de aula. Esse fato, faz com que ensinar constitua um grande desafio.

Para Perrenoud (2000, p. 125), “a escola não pode ignorar o que se passa no mundo. Ora, as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC ou NTIC) transformam espetacularmente não só nossas maneiras de comunicar, mas também de trabalhar, de decidir, de pensar”. Assim, as mudanças provocadas em todas as áreas do conhecimento, exigem do professor, a capacidade de repensar suas metodologias, definindo enfoques que realmente melhore a transposição didática dos conteúdos, tornando-os útil e interessante para os alunos, em vista de um perfil mais crítico e questionador. Essa atitude pressupõe repensar todo o processo de ensino, desde a construção do planejamento de ensino, tendo como norte o ‘como’ o aluno aprende, dentro dessa nova realidade.

Segundo Moran (2013b), as tecnologias móveis que chegam às mãos de alunos e professores trazem enormes desafios de como organizar os processos de aprendizagem de forma interessante, atraente e eficiente dentro e fora da sala de aula, aproveitando o melhor de cada ambiente, o presencial e o digital.

Assim, o uso de mídias educacionais, atreladas ao desenvolvimento da Web 2.0, dos dispositivos móveis e inteligentes e da internet com banda larga propulsionam uma redefinição das formas de pensar e fazer a educação no ensino superior, pela via da integração, interação, instantaneidade e rápida comunicação audiovisual, propiciada pelos recursos de aprendizagem móvel, envolvendo uma série de recursos e meios de aprendizagem. A aprendizagem móvel, segundo as *Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2014, p. 08):

[...] envolve o uso de tecnologias móveis, isoladamente ou em combinação com outras tecnologias de informação e comunicação (TIC), a fim de permitir a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar. A aprendizagem pode ocorrer de várias formas: as pessoas podem usar aparelhos móveis para acessar recursos educacionais, conectar-se a outras pessoas ou criar conteúdos, dentro ou fora da sala de aula. A aprendizagem móvel também abrange esforços em apoio a metas educacionais amplas, como a administração eficaz de sistemas escolares e a melhor comunicação entre escolas e famílias.

Com essa nova possibilidade de aprendizagem, identifica-se sua contribuição para a interação e fortalecimento das relações sociais, pois o saber compartilhado permite diferentes concepções e aprendizagem. Por estarem em constante aperfeiçoamento às tecnologias móveis tem lançado uma diversidade de novas linhas de telefones celulares, *tablets*, leitores de livros digitais, aparelhos portáteis de áudio e consoles manuais de videogames etc., que podem acessar a internet e possuem aspectos multimídia, facilitando um grande número de tarefas, principalmente aquelas relacionadas à comunicação (UNESCO, 2014).

Sendo uma ramificação das TIC na educação, a aprendizagem móvel utiliza esse tipo de tecnologia mais barata e de fácil gerenciamento individual. Dentre essas tecnologias, a ferramenta comunicativa aparece no chão das IES, com imagem dúbia: muitos o proíbem, considerando um vilão; enquanto outros, advogam sua presença, como recurso produtivo, necessário de ser incorporado às práticas pedagógicas.

O WHATSAPP EM SALA DE AULA DE ENSINO SUPERIOR: PELA NECESSIDADE DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

De maneira cada vez mais recorrente, os sujeitos fazem uso das tecnologias dentro e fora da sala de aula, em especial, o WhatsApp, que atualmente, funciona como ferramenta que permite capturar, armazenar, organizar, pesquisar, recuperar e transmitir a informação, conforme os interesses dos sujeitos da comunicação. Essa ferramenta tecnológica e midiática permite analisar, avaliar e transformar informações recebidas, utilizando-as no processo de assimilação e percepção da realidade com relação ao ato de decisão e ação. Assim, por

pertencer ao contexto das TIC, esse aplicativo apresenta-se como um novo espaço para a construção do conhecimento.

O WhatsApp, assim como outras ferramentas de interação social, esse aplicativo de comunicação instantânea pode trazer benefícios ao processo de ensino e aprendizagem, aproximando-se das perspectivas e interesses dos discentes. Sua função é essencial no processo, em virtude de que, as mensagens enviadas através de aparelhos móveis são mais rápidas, confiáveis e eficientes do que as enviadas por canais alternativos de comunicação (UNESCO, 2014).

Segundo Kaieski; Grings; Fetter (2015), o WhatsApp foi lançado em 2009 e em de 2015 já contabilizava 800 milhões de usuários, com uma média de 1 milhão de novos usuários por dia, alcançando um volume de 30 bilhões de mensagens diárias. Constitui-se de um aplicativo de envio ilimitado de mensagens e como os números atestam, se popularizou de forma exponencial.

Em seu início, essa ferramenta comunicativa instantânea destinava-se apenas a dispositivos móveis (smartphones e *tablets*), mas, em suas versões mais recentes, pode ser utilizado também, em computadores pessoais. Sua funcionalidade possibilita o envio de texto, fotos, áudios, vídeos e, mais recentemente, passou a disponibilizar a opção de efetuar ligações de áudio e vídeo. Segundo Kaieski; Grings; Fetter (2015, p. 04)

Outra funcionalidade que pode ser particularmente importante para as atividades pedagógicas é a confirmação do recebimento e da leitura das mensagens enviadas. Uma das grandes vantagens financeiras do WhatsApp é o seu custo, pois o envio das mensagens é gratuito, sendo necessária apenas uma conexão com a internet para viabilizar o envio de mensagens e a realização de ligações. Assim o usuário pode fazer uso de uma conexão com a internet já existente no ambiente onde ele se encontra, como escolas, comércio e locais públicos.

Essa facilidade aplicável ao contexto pedagógico, segundo Feliciano (2016), possibilita que o aluno desenvolva sua autonomia, pela definição do tempo de estudo, conforme os anseios de descobrir novos conhecimentos e compreender melhor o mundo, na interação com os pares e os membros de seu grupo de estudo. Essa flexibilização aproxima professor e aluno,

criando uma situação de mediada pedagógica pelas TIC, numa construção dinâmica e flexível à aprendizagem.

Esse ato de ensinar implica em uma redefinição do processo de ensinar, voltando-se para a mediação, como processo chave, que envolve o professor, o aluno e os conceitos ou saberes produzidos historicamente. O professor se tornará o mediador entre o aluno e o conhecimento científico, fornecendo as ferramentas necessárias para o sujeito e agir a favor de sua socialização.

A base da mediação na aprendizagem escolar é o uso do pensamento para aprender e não o conteúdo em si. A proposta das TICs compromete-se com as implicações construtivas e colaborativas na aprendizagem, onde professores e alunos, assumem um papel horizontal dentro dos ambientes de aprendizagem. “Na mediação pedagógica, o professor provoca o desequilíbrio epistemológico, problematiza, desafia e ao mesmo tempo estimula a autonomia do aluno, o interesse pelo conteúdo, o gosto por aprender”, atesta Mori (2013, p. 05). Assim, a utilização das TIC no processo pedagógico, em particular o WhatsApp, pode ser inovador se utilizado nessa perspectiva mediadora do processo de ensino e aprendizagem, conforme a necessidade de explorar novos conhecimentos e necessidades interativas, envolvendo aspectos comunicativos, como a escrita, a oralidade, o imagético, o hipertextual, entre outras dimensões propiciadas pelo canal sensorial das mídias.

CONCLUSÕES

A partir da análise de literatura que norteou a escrita deste texto, considera-se relevante o uso da ferramenta WhatsApp como um meio que viabiliza e potencializa o processo de ensino aprendizagem no ensino superior. Os autores supracitados referem-se a essa ferramenta como uma estratégia que oportuniza ao docente inteirar-se das transformações em que o aluno está envolvido, bem como utilizá-la como facilitador, na comunicação entre os sujeitos. Considera-se, entretanto que, o acesso às informações de forma indiscriminada, através das TIC é um grande desafio e pode acarretar prejuízos e vícios no aluno, cabendo ao professor a orientação necessária acerca do uso de tais estratégias, pois

há uma infinidade de possibilidades pedagógicas na utilização do WhatsApp, em sala de aula. Recomenda-se, portanto, ao professor, estabelecer domínio na didática relacionada ao uso da ferramenta em sala de aula, a fim de que, possa utilizá-lo como uma metodologia que permite uma melhor abrangência no processo, contemplando os objetivos ao plano educacional.

REFERÊNCIAS

FELICIANO, Léia A. dos Santos. O uso do WhatsApp como ferramenta pedagógica. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, São Luís, jul. p. 01-09, 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467587766_ARQUIVO_ArtigoAGB.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

KAIESKI, Naira; GRINGS, Jacques Andre; FETTER, Shirlei Alexandra. Um estudo sobre as possibilidades pedagógicas de utilização do WhatsApp. **CINTED-UFRGS: Novas Tecnologias na Educação**, v. 13 nº 2, dezembro, p. 01-10, 2015.

MORAN, José. **Desafios que as tecnologias digitais nos trazem**. p. 01 -06, 2013a. Do livro: **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Papirus, 21.ed, 2013, p. 30-35. Texto disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/desaf_int.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MORAN, J. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias. In: MORAN, J.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013b. p. 11-72.

MORI, Katia Gonçalves. A mediação pedagógica e o uso das tecnologias da informação e da comunicação na escola. In: **Anais do XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC-SP - Currículo: tempos, espaços e contextos**, São Paulo: PUC, 2013, p. 01-12.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. **Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel**. 7, place de Fontenoy, Paris 07 SP, France, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770por.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES¹

Anna Kássia Rodrigues da Silva²

Deslane Layna Gomes Caland³

Josélia dos Reis Pinto dos Santos⁴

Naiana Raquel Moisés César Silva⁵

Richard de Albuquerque Tajra⁶

Francisco Renato Lima (UFPI/UNIFSA)⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

A qualidade da educação depende dentre outros fatores, do processo de formação do professor, de modo que hoje, uma das grandes demandas das políticas de educação se voltam sobre essa prática, a fim de valorizar a formação continuada dos docentes, em todos os níveis de ensino. Observa-se que a formação continuada favorece a qualidade do trabalho docente, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao saber ensinar, para que os alunos aprendam com autonomia e criticidade. Desse modo, objetiva-se, neste estudo, analisar o papel da EaD no processo de formação continuada dos professores, colaborando para o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho docente. Para tanto, parte-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada nas leituras de Alves (2006), Belloni (2002), Freire (1996), Gadotti (2010), Pfeifer; Giareta (2009), Tardif (2002), entre outros; além das regulamentações legais do Ministério da Educação (MEC), como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996; o Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/96; e o Decreto nº 5.800/2006, que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essa análise teórico-legal permite identificar uma preocupação tanto das instituições formadoras como da sociedade, bem como, dos próprios docentes com a formação continuada. Nesse processo, especialmente nos últimos anos, a EaD, por meio das Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC), tem aumentando a eficiência e a aplicabilidade desse processo de ensino e aprendizagem, contribuindo assim, para o aperfeiçoamento das práticas de ensino e aprendizagem em contextos híbridos e multifacetados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância, Tecnologias da Comunicação e da Informação, Formação de professores.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Enfermagem (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: annakassia.rodrigues@gmail.com

³ Bacharel em Serviço Social (ICF). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: deslanelayna@hotmail.com

⁴ Licenciada em Pedagogia (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: joselia.voce@hotmail.com

⁵ Licenciada em Pedagogia (UNIFSA). Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: naianacesar@outlook.com

⁶ Bacharel em Direito (UNIFSA). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: richardtajra@hotmail.com

⁷ Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira ultimamente vive uma situação de transição social, que reflete em mudanças significativas na forma de pensar e de fazer educação. Sob esse ponto de vista, novos paradigmas assumem lugar e a ampliação e sofisticação dos meios de comunicação de massa impulsiona o seu uso nos distintos setores da sociedade, inclusive, nos diversos níveis da educação formal e continuada. Sendo assim, o cenário atual torna-se propício para difusão de uma nova modalidade diferenciada, a saber, a Educação a Distância (EaD).

Essa nomenclatura (EaD) é cada dia mais difundida nos ambientes acadêmicos e vem sendo implementada como política pública para a educação no Brasil, caracterizada por proporcionar flexibilidade no processo de aprendizagem, onde as barreiras de espaço físico são ultrapassadas, propiciando ao educando, maior autonomia em seu processo de ensino e aprendizagem, no que se refere a organização de tempo de estudo, ritmo e local onde será realizada.

Desta forma, este estudo parte do seguinte questionamento: Qual a importância da EaD no processo de formação sequenciada dos professores? A partir disso, tem-se como objetivo analisar o papel da EaD no processo de formação continuada dos professores, colaborando para o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho docente e ao compromisso ético e cidadão ao qual o professor, no exercício de sua prática, não pode furtar-se.

Considera-se assim que, a EaD em um contexto formativo parte da premissa de que ainda é necessário a atualização constante da prática cotidiana, por meio da busca por qualificação profissional, sobretudo, dos professores, que têm que desenvolver sua prática pedagógica em contextos híbridos e extremamente marcados pelo caráter polissêmico e digital criado pelas tecnologias. Desse modo, a formação de professores dentro do contexto da EaD deve ser investigada, a fim de que se pense em alternativas que melhorem o desenvolvimento humano e acadêmico dos sujeitos envolvidos no processo, que se legitima por sua em alta velocidade. É nessa questão que se indaga sobre os procedimentos de como se dará esta formação/atualização, quais as plataformas e quais objetivos serão associados a tais atividades, reflexão que permeia este estudo.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E SABERES DOCENTES

De forma simplificada, pode-se dizer que a função do professor é ensinar e desenvolver o papel social de seu público alvo. Entretanto, a relação dos professores com os saberes não se limita à função de transmissão de conhecimentos já constituídos. A prática docente envolve múltiplos saberes, dentre eles, e sobretudo, aqueles assimilados na formação profissional. Nessa perspectiva,

Todo saber implica um processo de aprendizagem e de formação; e quanto mais desenvolvido, formalizado e sistematizado é um saber, como acontece com as ciências e os saberes contemporâneos, mais longo e complexo se torna o processo de aprendizagem, o qual, por sua vez, exige uma formalização e uma sistematização adequadas (TARDIF, 2002 p. 35).

Nesse cenário, a profissão docente exige uma gama de saberes que são indispensáveis à sua prática, seja de educadores críticos, progressistas ou mesmo, dos ainda conservadores. Esses saberes existem independentemente da opção política ou ideológica do educador. Na formação profissional é necessário que o futuro docente se assuma como sujeito na produção desses saberes.

Freire (1996, p.22), aponta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nesse sentido, o sentido da profissão docente não é apenas ensinar, mas fazer com que o aluno aprenda e se torne sujeito com autonomia e capaz de realizar uma prática crítica e reflexiva. Para que o professor seja competente nessa tarefa, deve dominar um conjunto de saberes que constituem a competência profissional.

E com base nesses conjuntos de saberes e competências traz-se em debate a nova competência atual dos professores, a de interagir por meio da “utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”, conforme aponta o Decreto 5.622/2005 (BRASIL, 2005). É dessa maneira que o professor consegue dar continuidade a cidadania e a construção do conhecimento, tanto pessoal, como de seus alunos, pois esta nova

modalidade – EaD – abre novos rumos e ampliam horizontes as sociedades precárias de um sistema presencial de ensino.

Com essa reflexão, entende-se que a tecnologia vem mostrando uma nova educação. Para Jordão (2009) é primordial para o professor entender a forma como o aluno de hoje aprende, e se preparar para usar estratégias que tornem a aprendizagem significativa. As tecnologias digitais são recursos muito próximos dos alunos, pois apresentam maior rapidez de acesso às informações, cheios de conexões, com inúmeras possibilidades de caminhos a se percorrer.

Essa competência profissional do professor envolve não somente a atualização de novas atividades ou recursos, como também, exerce um papel alternativo a inserção em Instituições de Ensino Superior (IES). O que não se restringe a realidade presencial, mas alcança o espaço formativo da EaD, que também propõe a apropriação de saberes teóricos e metodológicos, cultura histórica e sociológica, além de uma prática reflexiva diante da realidade atual, aplicável ao ensino.

A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)

A EaD é uma modalidade de educação, que permite, para além dos domínios do campo historicamente construído sobre a educação – o presencial –, possibilita uma imersão significativa pelos domínios da virtualidade, rompendo barreiras e encurtando distâncias entre os sujeitos e aprendizagem. Constitui-se assim, uma política legítima de inclusão social e expansão da educação, sobretudo, o Ensino Superior, no Brasil, intercambiando sujeitos e histórias de aprendizagem.

Pfeifer; Giareta (2009) salientam que, a expansão do Ensino Superior brasileiro pela via da EaD, acena para a importância da implementação de políticas de avaliação que sejam mais amplas e articuladas, para que possam acompanhar de perto a qualidade da formação dos profissionais e, em especial, da formação continuada de professores, uma vez que essa modalidade tem sido bastante requisitada por esses sujeitos no processo de aperfeiçoamento da formação e da prática docente.

O advento das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) e a pressão crescente da sociedade para expansão de vagas, a EaD afirma-se hoje, como sendo uma alternativa capaz de mudar os rumos da educação convencional, seja para a formação inicial ou até mesmo na formação continuada. Embora, ainda seja um paradigma que precisa ser negociado e assimilado, tanto por professores como por alunos, devido a inúmeras razões e a resistência que muitos possuem em se adequarem, principalmente daqueles atrelados aos modelos conservadores de ensino. Todavia, percebe-se que os avanços tecnológicos e as facilidades trazidas e proporcionadas pelo uso da Internet nos últimos anos possibilitaram a abertura de novas possibilidades colocando esta modalidade de ensino em uma situação privilegiada (MELO; MELO; NUNES, 2009).

Entretanto, nesse cenário, segundo Gadotti (2010), nem todos estão avaliando adequadamente os impactos que as novas tecnologias estão criando na educação; especialmente no campo da EaD, que vem ultrapassando agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social, convidando-os a tornarem-se educativos. Novas oportunidades surgem para os educadores, tanto na perspectiva de surgimento de novas práticas, como também como novos campos de trabalho. Nesses espaços têm tudo para permitir uma maior democratização da informação e do conhecimento, possibilitando dessa maneira, menos distorção e menos manipulação, menos controle e mais liberdade, na constituição do processo de aprendizagem.

A natureza dessas tecnologias oferece o desenvolvimento de metodologias educacionais que têm aprimorado os processos interativos do aluno com o professor, com a organização educacional, com os bancos de conhecimento. E, nesse quadro, a EaD assume uma função estratégica no sentido de introduzir novas concepções de tempo e espaço na formação de professores.

PERSPECTIVAS DA EaD NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

No Brasil, a Educação a Distância vem sendo ampliada, embasada em avanços na legislação educacional brasileira, a partir da LDB 9394/96, em seus artigos 80 e 81, os quais

delimitam as responsabilidades do poder público, quanto ao incentivo e desenvolvimento dos programas de ensino a distância nos mais diferentes níveis de ensino. Em contrapartida, destaca-se também, o artigo 63, parágrafo III, da lei supracitada, o qual fala a respeito do compromisso que os institutos de educação superior deverão assumir quanto a manter programas de formação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis.

No entanto, não se pode falar sobre EAD no Brasil sem tocar no assunto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que conforme decreto nº 5.800/06, é um sistema voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, dando prioridade para formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Esse sistema conta, para seu funcionamento, com a incorporação das novas tecnologias, que, segundo Belloni (2002), seu uso é entendido como um processo de inovação educacional, contribuindo para a informação e comunicação dos processos educativos. Para a autora, o uso das novas tecnologias contribui de forma significativa para a inovação do ensino, que tornar-se mais acessível com a utilização de equipamentos como o telefone e a televisão, mas, principalmente no século XX, por meio de instrumentos como o computador, a videoconferência e a internet que tem colaborado para facilitar o acesso da EaD. Dessa forma, é possível contribuir para superar a emergência posta pela educação e para que as novas demandas possam ser amenizadas, já que cada vez mais a população solicita a ampliação de vagas no sistema educacional.

Alves (2006) aponta que a EaD se situa como uma proposta capaz de atender às atuais demandas sociais de formação e inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Aliada a essa conjuntura, a exigência legal de que todos os professores da Educação Básica detenham uma escolaridade de nível superior, inicial e continuada, reforça a necessidade do aumento da oferta de vagas neste nível de ensino, devendo-se considerar as dificuldades de acesso à universidade, decorrentes do isolamento regional e a falta de infraestrutura. Assim sendo, o Brasil vem gradualmente incorporando aos seus sistemas de ensino a modalidade de EaD, contribuindo, assim, para a ampliação de vagas em todos os níveis de ensino e nos cursos de

formação continuada para professores e outros profissionais, atendendo a um aumento expressivo da demanda por vagas.

Assim, do ponto de vista social, a EaD, assim como qualquer outra forma de educação, deve construir-se a partir de sólidas concepções sobre sociedade, educação, currículo e ensino, de modo que cumpra seu compromisso social de, oportunizar espaços de aprendizagem democrática para professores, profissionais que, no desenvolvimento de suas práticas, têm constantemente, a necessidade de redefinir princípios filosóficos e pedagógicos que contribuam para a consolidação de práticas de ensino e aprendizagem dinâmicas e efetivas.

CONCLUSÕES

A EaD vem, há décadas, ganhando espaço na sociedade brasileira, no entanto, apesar de sua expansão, ainda existem dúvidas sobre a qualidade dos cursos disponibilizados pelas instituições que adotam essa modalidade de ensino, porém esta, disponibiliza inúmeras prerrogativas como a possibilidade de acompanhamento das disciplinas na residência do aluno, já que, muitos trabalham em longas jornadas diárias, o que impossibilita sua entrada em instituições de ensino presenciais.

Especialmente, no campo da formação de professores, a EaD, tem se constituído como parte de uma ampla e contínua política nacional, empenhada em promover a mudança nos modos de pensar o ensino e a democratização da escola, por meio da preparação de profissionais – professores – que atuem na dinâmica dos novos modelos e propostas educacionais vigentes, que têm em sua base, o princípio da autonomia e da inclusão social.

Portanto, a EaD encurta distância e estende espaços de conhecimentos, funcionando como parte de um processo de transformação contínua ao qual a sociedade está envolvida e com o ensino não poderia ser diferente, em virtude de sua característica processual. A velocidade desta transformação será cada vez maior e exigida dos professores, por isso, sua ininterrupta necessidade de buscar o aperfeiçoamento de sua prática, com vista a formar alunos para a autonomia crítica.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Roberto M. A nova regulamentação da EAD no Brasil. In: SILVA, Marco (Org.). **Educação online**: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 417-439.

BELLONI, M. L. **Educação à distância**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996.

_____. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº9394/96. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 5.800**, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

JORDÃO, Teresa Cristina. A formação do professor para a educação em um mundo digital. **Tecnologias digitais na educação**. Ano XIX boletim 19 – Novembro-Dezembro/2009.

MELO, P. A. de.; MELO, M. B. de.; NUNES, R. da. S. A Educação a Distância como política de política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**. v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ago. 2009.

PFEIFER, M.; GIARETA, P.F. Expansão da educação superior no Brasil: panorama e perspectiva para a formação de professores. In: **Anais Eletrônico do IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE**. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUC-PR, 2009

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

R³ SUSTENTÁVEL (RECICLAR, REUTILIZAR E REDUZIR)¹

Douglas dos Santos Rodrigues²

Francisco das Chagas Marques de Barros³

Joyce Desidério Assunção⁴

Sarah Meneses Rocha⁵

Débora Cristina Couto Oliveira Costa⁶

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O presente trabalho relata a experiência da prática pedagógica, com intervenção por meio do projeto “R³ Sustentável” (reciclar, reutilizar e reduzir). Realizado na Escola Municipal do Mocambinho que tinha em seu espaço interno locais com acúmulo de lixo. O projeto possui o objetivo de conscientizar e despertar o interesse pela preservação do meio ambiente e ensinar sobre reaproveitamento de garrafas pets. A criação do projeto se justifica por proporcionar uma visão de responsabilidade com o meio ambiente estimulando mudanças de atitudes para preservação em conjunto com o desenvolvimento sustentável. Os principais procedimentos metodológicos adotados foram a arrecadação de garrafas pets e transformá-las em materiais para plantação de mudas e de algumas hortaliças. O resultado mais expressivo com a implantação da horta foi a melhora do convívio social dos alunos assim como a preocupação da limpeza e manutenção do local, pois antes da realização do projeto, o local não tinha nada de atraente, apenas lixo, areia e alguns matos que já estavam crescendo em todo o espaço. Conclui-se que devido ao empenho dos envolvidos permitiu os bons resultados alcançados, inclusive a construção de valores e mudanças de postura em relação à preservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Educação Física, Escola.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente ao longo dos tempos passou por diversas transformações graças aos avanços no setor industrial. Infelizmente vieram também às consequências, que podemos

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física – Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: douglasrodrigues7777@gmail.com;

³ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física – Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: franciscobarros1982.fb@gmail.com;

⁴ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Física – Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: joygerio22@gmail.com;

⁵ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Física – Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: sarahmeneses10@hotmail.com;

⁶ Mestre, Professora do curso de Educação Física do Centro Universitário Santo Agostinho e da Universidade Estadual do Piauí.

observar em todos os locais, como o descarte de lixo em locais não apropriados, que é o caso constatado na instituição que o projeto ocorreu, tendo dentro e ao redor do espaço da escola locais propensos ao acúmulo de lixo.

De acordo com Moran (2017) a aprendizagem é mais significativa quando motivamos os alunos intimamente, quando eles acham sentido nas atividades que propomos, quando consultamos suas motivações profundas, quando se engajam em projetos em que trazem contribuições, quando há diálogo sobre as atividades e a forma de realizá-las. De acordo com DIAS (1994), se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, o que significa que ao tratar de qualquer problema ambiental, deve-se considerar todas as dimensões.

Hortas inseridas no ambiente escolar podem ser um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar, unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo ensino-aprendizagem, estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperação solidária entre os agentes sociais envolvidos (MORGADO, 2006). O projeto possui o objetivo de conscientizar e despertar o interesse pela preservação do meio ambiente e ensinar sobre reaproveitamento de garrafas pets.

MATERIAL E MÉTODOS

O seguinte trabalho caracteriza-se por um relato de experiência realizado nos meses de maio e junho de 2018, na Escola Municipal Mocambinho, localizada na rua Dr. Antônio Pereira Martins, 600, Alto Alegre, Teresina-PI, sendo selecionado 6 turmas, sendo 3 turmas do ensino fundamental anos iniciais e 3 turmas dos anos finais, no total de 140 alunos participaram de forma direta na realização do projeto, para uma práxis na busca da construção do saber dos alunos de forma inovadora e interativa, e de acordo com Teóricos como Dewey (1950), Freire (2009), Rogers (1973), Novack (1999), entre outros, enfatizam, há muito tempo, a importância de superar a educação bancária, tradicional e focar a aprendizagem no aluno,

envolvendo-o, motivando-o e dialogando com os alunos levando os mesmo a porém em ação/ pratica o saber teórico ensinado na sala de aula, projeto seguiu um cronograma, cuja as etapas foram:

- 1 Apresentação do projeto aos docentes e discentes;
- 2 Coleta de dados para elaboração de um plano de ação;
- 3 Correção e preparo do solo
- 4 Adubação e plantio das sementes
- 5 Colheita e consumo

Após a aceitação do projeto pela direção da escola e a apresentação aos alunos, selecionamos algumas turmas para ajudar com a construção da horta. Isso porque a escola era muito grande e possuía mais de 15 turmas, contando do ensino fundamental anos iniciais e finais.

As turmas selecionadas do ensino fundamental anos iniciais ficaram responsáveis pelo plantio das sementes. Já as turmas escolhidas do ensino fundamental anos finais ficaram responsáveis pela preparação e organização da horta. As turmas foram selecionadas com o auxílio da professora de Educação Física da escola, cujo um dos critérios da seleção foram participação e organização dos alunos.

Os legumes e hortaliças plantados foram: cheiro verde, quiabo, pimentão e vagem. Também foram plantadas algumas flores, mas somente para enfeitar ao redor da horta, como a Alamanda e a Flox.

Os materiais utilizados no projeto foram:

- Garrafas pets (cada aluno foi responsável de trazer garrafas para a produção da horta)
- Tintas, tesouras, pincel para tinta (materiais da própria escola)
- Adubo e sementes (investimento próprio dos organizadores)
- Mudas de plantas (doação da escola)

Depois de todas as sementes plantadas, selecionamos outras turmas para ficarem responsáveis por regar a horta e cuidar de toda a manutenção necessária. Tais como a limpeza do local e a verificação do crescimento.

Para finalizar o projeto, visitamos todas as salas que estagiamos. Os intuitos foram falar sobre a importância da preservação pelo projeto que foi desenvolvido e realizar uma avaliação de reflexão com os alunos das ações desenvolvidas de forma, a garantir aos docentes o exercício de sua autonomia no aprendizado com finalidade dos mesmos darem continuidade ao projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a implantação da horta, se tornou visível o bom convívio social dos alunos. Assim como a preocupação da limpeza e manutenção do local, pois antes da realização do projeto, o local não tinha nada de atraente, apenas lixo, areia e alguns matos que já estavam crescendo em todo o espaço.

O projeto foi realizado como uma prática pedagógica dentro do nosso estágio, por isso não foi possível concluir a quinta etapa que foi proposta no cronograma que foi a colheita e consumo. Sendo assim deixados para os docentes da escola e as turmas responsáveis pela observação da horta.

A última etapa não foi concluída, mas todas as outras tiveram êxito. Por isso todos os objetivos foram alcançados, dentre eles a adoção de atitudes de respeito, colaboração, cooperação e um dos resultados que observamos foi o interesse desenvolvido pela preservação do meio ambiente por parte tanto dos alunos quanto do corpo docente da escola.

Pode se afirmar que os estudos literários de Dewey (1950), Freire (2009), Rogers (1973), Novack (1999) e Moran (2017) entram em comum acordo na questão de enfatizar que a aprendizagem é mais efetiva quando o professor leva o aluno a práxis, aprendizagem é se torna mais significativa quando motivamos os alunos intimamente e eles acham sentido nas

atividades propostas pelo professor, desse modo as metodologias ativas são caminhos para avançar mais no conhecimento profundo, nas competências socioemocionais e em novas práticas que levam o aluno a reflexão sobre o conteúdo transmitido por seu professor.

CONCLUSÃO

A iniciativa do trabalho em utilizar garrafas pets na construção dos canteiros da horta, mostrou-se como uma medida eficiente, que agregado ao processo de reaproveitamento das mesmas, veio somar com a preservação do meio ambiente, reciclando as garrafas, impedindo o seu descarte e conseqüentemente, a geração de mais resíduos nos lixões. Contudo a intervenção pedagógica do projeto R³, veio a contribuir em diversos aspectos, com o público que assistiu e vivenciou esse trabalho, de maneira a conscientizar sobre questões, de desmatamento, poluição, mau uso dos recursos naturais, o projeto desenvolvido, teve elos com ideias presentes na escola, de educar os alunos acerca de cuidados com a natureza presente no espaço.

REFERÊNCIAS

BACICH, L; MORAN, J. Metodologias Ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Educação física: Secretaria de Educação Fundamental: Brasília MEC/SE, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 08 jun. 2018.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e prática. São. Paulo: Gaia, 1992.

MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015. Disponível em http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf

MORGADO, F.S. (2006). A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do Projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis. 2006. 45p. Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. Aprender a aprender. 2. ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas. 1999.

ROGERS, C. Liberdade para Aprender. Belo Horizonte: Ed. Interlivros, 1973.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) E INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO SUPERIOR: PELA MEDIAÇÃO E INTERATIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ¹

Brunna Galtierrez Fortes Pessoa²
Kelly Cristine Alves Sobrinho Carvalho³
Lilia Virginia Dias Braga⁴
Tarcia Freire Neiva⁵
Francisco Renato Lima(UFPI/UNIFSA)⁶
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a relevância da utilização das TIC, de forma interdisciplinar no ensino superior; bem como, propor sugestões para a efetivação de práticas em que os docentes participem da elaboração de metodologias que evidenciem a articulação entre disciplinas, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas. Aborda-se a relevância do trabalho interdisciplinar no processo de ensino e aprendizagem; a utilização das TIC como formas de estudo e aprendizagem; e apresenta-se, sugestões de utilização das TIC de modo a articular as diversas disciplinas nos cursos do ensino superior. Metodologicamente, procedeu-se da seguinte forma: quanto aos procedimentos técnicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica; quanto aos objetivos, a pesquisa está classificada como explicativa, exploratória e descritiva, realizadas através de revisão de literatura, fundamentada em autores, como: Fazenda (2011), Masetto (2013; 2015), Moran (2013), Morin (2002), Severino (2007), Valente (2002), entre outros. Os resultados da pesquisa apontam que, apesar da existência e utilização de instrumentos de mídias, de plataformas e programas de aprendizagem, as TIC (informática e telemática) ainda precisam e devem ser melhor aproveitadas no ensino superior, como formas de promoção do estudo e da aprendizagem, e não apenas como alternativa diferenciada de transmissão de informações, mas sobretudo, de renovação das formas de construir o conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior, TIC, Interdisciplinaridade.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Licenciada em Educação Física (UFPI). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: brunnagaltierrez@hotmail.com

³ Licenciada em Pedagogia (UNIFSA). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: kcasobrinho@hotmail.com

⁴ Licenciada em Artes (UFPI). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: tiadogabriel@hotmail.com

⁵ Licenciada em Pedagogia (UNIFSA). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (UNIFSA). E-mail: tarcia.freire@gmail.com

⁶ Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Inúmeros estudos bibliográficos apontam para as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) como instrumentos edificantes da aprendizagem. No ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), essa realidade já se faz presente. Apesar disso, faz-se necessário o aperfeiçoamento da mediação pedagógica do professor quanto a utilização desses recursos e ferramentas, de forma interdisciplinar.

As dificuldades registradas pelos docentes acerca de como lidar com as ferramentas tecnológicas se complexificaram e cedem lugar aos questionamentos: Como utilizar com tecnologias em diferentes contextos e situações de ensino e aprendizagem? Que ferramenta utilizar em determinado momento e contexto de aprendizagem? Como articular as disciplinas de um curso superior, por meio do uso das tecnologias?

Em todas as esferas de suas práticas, os homens atuam como sujeitos coletivos. Por isso, o saber só será autenticamente humano e autenticamente saber, quando se der interdisciplinarmente. (SEVERINO, 2007). Nesse sentido, cabe aos docentes, aliado ao incentivo da coordenação pedagógica no âmbito do ensino superior, buscar alternativas para os usos adequados das TICs como instrumentos eficazes na promoção da interdisciplinaridade.

Diante disso, este estudo tem por objetivo analisar a relevância da utilização das TIC, de forma interdisciplinar no ensino superior; bem como, propor sugestões para a efetivação de práticas em que os docentes participem da elaboração de metodologias que evidenciem a articulação entre disciplinas, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas. Para tanto, aborda-se o conceito de interdisciplinaridade, de TIC e apresentam-se direcionamentos para a articulação de ambas, amparando-se em sugestões de ações, por parte da coordenação pedagógica de cursos, que apresentem e fomentem o uso das ferramentas tecnológicas e das plataformas de aprendizagem.

A INTERDISCIPLINARIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A interdisciplinaridade “surge como crítica a uma educação por “migalhas”, como meio de romper o encasulamento da Universidade e incorporá-la à vida, uma vez que a torna inovadora ao invés de mantenedora de tradições” (FAZENDA, 2011, p. 73). Concernente com essa proposta, a dinâmica da realidade contemporânea exige dos aprendizes, versatilidade para a resolução de situações cotidianas e reais. Essas, não vem compartimentadas, tampouco são divididas em tempo ou espaço. Elas aparecem juntas e conectadas, exigindo a propriedade de conhecimentos variados por parte daquele que irá solucioná-las. Segundo Fazenda (2011, p.73), a interdisciplinaridade caracteriza-se pela “a colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência (Exemplo: Psicologia e seus diferentes setores: Personalidade, Desenvolvimento Social etc.). Caracteriza-se pela reciprocidade nas trocas e com o objetivo de enriquecimento mútuo”.

A autora adverte, porém, que a interdisciplinaridade não pode ser vista como uma panaceia que irá garantir um saber unificado. Ela permitirá sim, a discussão de pontos de vista que serão suporte para a reflexão aprofundada acerca da conexão entre os saberes das disciplinas.

Para Fazenda (2011) a interdisciplinaridade é possível, quando se respeita a verdade e a relatividade de cada disciplina, objetivando um conhecer melhor, como uma maneira de compreender e modificar o mundo e de restabelecer a unidade perdida do saber.

É importante ressaltar que a defesa da interdisciplinaridade não prescinde da inexistência de disciplinas, mas da contextualização dos saberes que as integram. A complexidade da prática pedagógica e das situações com as quais o futuro profissional formado no ensino superior se deparará, requer múltiplos enfoques orientados pelas abordagens das várias ciências, para que se alcance uma unidade. Esta, será maior que a soma das partes que a constituiu.

A mediação dos processos que levam o múltiplo ao uno, remete ao conceito de complexidade na educação, cuja compreensão encontra-se em Morin (2002). Tal pensamento critica o racionalismo cartesiano e defende que as disciplinas devem ser contextualizadas para propiciar a construção do uno, do todo, maior que as partes analisadas. Outro conceito

presente em Morin (2002) e que auxilia o entendimento do conceito de interdisciplinaridade (e, mais especificamente no campo semântico do autor, da transdisciplinaridade) é a “compreensão”. Quando algo não é familiar, as pessoas tendem a rejeitar e evitar compreender.

O modelo reducionista cartesiano prejudica as interações e a compreensão, quando fragmenta o conhecimento, fazendo com que o todo não constitua as partes. Tal modelo, portanto, não pode mais ser sustentado. A compreensão fragmentada das situações cotidianas reais prejudica a intervenção eficaz sobre ela. Há sempre pequenas partes de um conjunto que se relacionam entre si e com o todo. E as aproximações sucessivas nessas relações permitem uma compreensão mais abrangente da realidade. Portanto, o docente do ensino superior, para trabalhar interdisciplinarmente, e, quem sabe, alcançar o patamar transdisciplinar, deve lembrar em sua prática que não é possível compreender elementos isolados de qualquer totalidade contextual, nem tampouco compreender cada contexto de uma só vez.

AS TIC NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As TIC permitem que o sujeito da aprendizagem estabeleça interações com seu repertório de conhecimentos, com seus pares e com as informações a serem transformadas em conhecimento. Tais interações, constituem o que Valente (2002) denomina como espiral da aprendizagem, caracterizada pelo ciclo descrição-execução-reflexão-depuração-nova descrição.

O sujeito aprende, nessa perspectiva, por intermédio de sua interação com o contexto, com a sociedade e com os símbolos culturais. Por meio da organização e reorganização cognitiva, buscando a auto-organização e o equilíbrio, constituindo-se em um estado de permanente movimento e mudança. A proposição de situações desafiadoras que favoreçam a construção de conhecimentos requer intervenções pedagógicas que atuem na Zona de Desenvolvimento Proximal – ZDP dos sujeitos da aprendizagem (VYGOTSKY, 1984).

Nesse sentido, as TIC o desenvolvimento do autoconhecimento e da autonomia para a elaboração dos próprios conhecimentos pelos sujeitos aprendizes. Apesar disso, elas não

são suficientes para garantir a aprendizagem, tampouco devem ser vistas como remédio para todos os problemas educacionais referentes, principalmente a dinamização e promoção do interesse dos alunos para a busca da aprendizagem.

De acordo com Peraya (2002, p. 49), as tecnologias de suporte ao processo de ensino e aprendizagem não garantem uma revolução educacional, mas reconfiguram “o campo do possível”. As propriedades intrínsecas à cada tecnologia, plataforma educacional ou programa educativo, por exemplo é que, corretamente mediadas pela ação docente, favorecerão o alcance de objetivos educacionais. Por esse motivo, são constantes os produtos de pesquisas que trazem propostas reformuladas e novidades no âmbito da tecnologia e educação.

É importante ressaltar a importância da sensibilização dos docentes por parte das coordenações dos cursos de graduação para a utilização eficiente das TIC, como formas de promoção do estudo e da aprendizagem e não apenas como alternativa diferenciada de transmissão de informações (MASETTO, 2015).

É necessário então, a sensibilização dos agentes escolares e a preparação dos docentes. Diante de tantas mudanças e reorganizações do modo de ensinar é possível que haja resistência, o que demanda esclarecimentos quanto a viabilidade dessa nova reestruturação educacional. Todos os envolvidos nesse processo precisam compreender a importância dessa remodelação que envolve cada um dos personagens do processo educacional.

A ARTICULAÇÃO ENTRE TIC E INTERDISCIPLINARIDADE: O USO PEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR

A educação atual está inserida num contexto de transformações, em que os recursos tecnológicos estão cada vez mais presentes na vida das pessoas, oportunizando mais acesso ao conhecimento. Diante disso, é exigido da educação superior uma atuação mais concreta e direcionada para que os estudantes se apropriem das informações de modo eficiente.

Segundo Morin (2013), quando a instituição de ensino superior inclui as tecnologias da informação e comunicação em seu projeto pedagógico a ser incorporados no curso ou área

do conhecimento, proporciona uma série de benefícios. Pois se torna um espaço rico de aprendizagens significativas e assim, proporciona aos alunos uma aprendizagem mais ativa.

Assim, professores passam a ter acesso a ambientes virtuais como WebCT, o Blackboard, o Eureka, o LearningSpace, o Aulanet, o FirstClass, o TopClass, o Universite, e outros, que são ambientes virtuais que contém uma série de ferramentas educacionais, que possibilitam que se tenha controle sobre quem acessa o ambiente e o que é necessário ser feito em cada etapa do curso (MORAN, 2013).

Existe também, um conjunto de tecnologias, chamadas popularmente de tecnologias 2.0, como, por exemplo, blog, podcast, wiki, entre outras, que são tecnologias abertas, fáceis e gratuitas, que possibilita os alunos serem protagonistas de seu aprendizado, proporcionando a interação entre si e com as pessoas em rede de internet.

Essas tecnologias possibilitam que professores e alunos sejam produtores e divulgadores de pesquisa e projetos. Pode-se criar uma página, para disponibilizar os materiais didáticos, como textos, vídeos, apresentações etc. Isso diminui o tempo usado para passar informação nas aulas e pode-se destinar uma parcela maior do tempo para discutir sobre o conteúdo (MORAN, 2013).

Por meio da Internet, por exemplo, o professor pode focar mais na pesquisa, ao invés de dar respostas prontas. Possibilita também a formação de grupos de discussão através de *chats* e fóruns, que permite alunos e professores a compartilharem informações sobre algum tema. Existem também, os blogs, que possibilitam aos professores, acompanhar o progresso dos alunos, nas ideias e exposição escrita. Pode conversar diretamente com eles, mostrar materiais, fazer discussões, divulgar questões e serve para avaliar o percurso do aluno ao longo de um tempo (MORAN, 2013).

Ferramentas como o Wiki e Google Docs permitem a construção de ideias e escrita de forma colaborativa, com o intuito de melhorar o que os outros já fizeram. O que “pode contribuir para o amadurecimento da classe, uma vez que permitem que todos os alunos aprendam entre si. O professor pode ver o crescimento do grupo, analisando as diferentes versões de um projeto ou texto” (MORAN, 2013, p. 44), que contribua para a construção de uma proposta interdisciplinar.

Partindo dessa perspectiva e da necessidade de integrar o conhecimento, as TIC representam um papel fundamental a medida que são utilizadas para proporcionar uma aprendizagem significativa. Seu uso está cada vez mais presente no fazer pedagógico do professor, no entanto, isso ocorre, geralmente, de forma fragmentada e o grande desafio é relacionar o uso dessas tecnologias ao trabalho interdisciplinar. Nesse contexto de mudança, a tecnologia pode contribuir para a conexão dos saberes e essa inclusão digital no processo de ensino-aprendizagem abre espaço para a interdisciplinaridade que exige uma reorganização curricular no processo de formação dos professores e uma postura docente ousada e inovadora.

CONCLUSÕES

Considerando o ensino dinâmico e a inserção no mundo informatizado, exigidos pela sociedade atual, as Instituições de Ensino Superior (IES) e, sobretudo, os docentes, precisam desprender-se da postura passiva e simplesmente transmissora de conteúdos. O aluno de ensino superior, que já chega à instituição trazendo diversos tipos de conhecimentos e informações, necessita de um orientador que o direcione à afirmações verídicas e o leve a construção do conhecimento adquirido, através da criticidade e da reflexão dessas informações.

Nessas construções de ações e fazeres pedagógicos, a interdisciplinaridade aparece como um princípio organizador de metodologias facilitadoras da aprendizagem, que contribui grandemente para a inserção no mundo informatizado, ao passo que possibilita aos docentes, maior interação entre seus fazeres pedagógicos e aos alunos uma fusão do conhecimento aprendido e maior familiarização do conhecimento com sua vida cotidiana.

Portanto, o repensar no modo de formar novos profissionais e a reflexão sobre a prática docente, a postura interdisciplinar e a utilização de recursos tecnológicos facilitadores da aprendizagem devem ser constantes, visto que os mesmos não anulam a figura do professor, mas aliam-se a ele, para a promoção e construção de um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MORAN, J. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias. In: MORAN, J.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 11-72.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PERAYA, D. O ciberespaço: um dispositivo de comunicação e de formação midiaticizada. In: ALAVA, S. **Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais?** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SEVERINO, A. J. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, I. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2007. p. 31-44.

VALENTE, J. A. A Espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos. In: JOLY, M. C. (Org.). **Tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo Editora, 2002, p. 15-37.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

REPROVAÇÃO, EVASÃO E FRACASSO ESCOLAR: ESPELHOS SOCIAIS DE PROPOSTAS/PROGRAMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL¹

Francisco Renato Lima (UFPI/UNIFSA)²

RESUMO: Neste estudo, temos como objetivo discutir sobre os fenômenos da reprovação, evasão e fracasso escolar como possíveis consequências de práticas, propostas ou programas de avaliação da aprendizagem escolar. Elucidamos tais pontos a partir de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, à luz das leituras de Althusser (1985), Bonamino; Franco; Fernandes (2002), Dubet (1997) e Grinspun (2002), entre outros, que nos ajudam a problematizar alguns pontos críticos que perpassam esse campo social, dentre eles, nos atemos ao seguinte fato: a sistemática de avaliação educacional, pautada na lógica separatista entre aprovados e reprovados, tem contribuído para a evasão e o fracasso escolar, uma vez que, para o aluno, a reincidência de maus desempenhos nas atividades escolares pode significar um estímulo para a desistência do projeto de cidadania que a escola oferece, ou, pelo menos, deveria oferecer, conforme a missão social historicamente assumida. No entanto, na prática, esta parece ser ainda um ideário ou uma quase utopia, pois o que visualizamos, muitas vezes, é uma burocratização dos processos avaliativos, reduzindo-os apenas à realização de provas, de caráter tradicional e somativo, que pouco ou quase nada contribuem para o fortalecimento de uma avaliação formativa e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação e reprovação, Evasão escolar, Fracasso escolar.

INTRODUÇÃO

O fracasso como vem nos apresentando, é inadequado, porque se baseia em dados estatísticos amplos e não em objetos de pesquisa. Dados estatísticos servem como atrativos ideológicos e são noções que encobrem práticas e experiências multifacetadas que não podem ser taxadas simplesmente, pois se encontram em diferentes relações sociais (CHARLOT, 2000, p. 10).

A lógica excludente e elitista do modelo capitalista atual perpassa por todas as esferas sociais, entre elas, a escola, interferindo particularmente na definição dos mecanismos de avaliação da aprendizagem do aluno. A reprovação escolar, que traz como consequência

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Mestre em Letras – Estudos da Linguagem. Atualmente é Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível - I, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

imediate a evasão e o fracasso escolar dos alunos, é vista no cenário educativo como um problema preocupante, com implicações graves, levando à exclusão do sujeito, de modo que podemos tratá-la como um problema social. Embora a educação seja um direito de todos, como garantem as leis, na prática, ainda ocorre certo distanciamento entre o previsto na legislação e as práticas sociais.

No contexto escolar esse problema ocasiona-se por diversos fatores, mas, particularmente, por meio da avaliação que, dependendo do modo como é concebida e praticada em sala de aula, pode se transformar em um elemento de transformação e de democratização do ensino, ou o seu oposto: um instrumento hierárquico de controle das relações de poder dentro do espaço educativo, resultando na reprovação do aluno, que por se sentir excluído do processo, está vulnerável à evasão e ao fracasso escolar. Desse modo, neste estudo temos como objetivo discutir sobre os fenômenos da reprovação, da evasão e do fracasso escolar como possíveis consequências de práticas, propostas ou programas de avaliação da aprendizagem, que em pleno século XXI, ainda se reduzem muito ao modelo tradicional e hierárquico na linha vertical entre um professor, detentor de um saber, que manda; e um aluno, passivo no processo, que apenas obedece.

O resultado da manutenção dessa prática arcaica, em pleno século XXI, é a construção social de um quadro de reprovação escolar, que desemboca na evasão e no fracasso do aluno. Fracasso este, que visto sob uma ótica crítica e reflexiva, é apenas uma amostra de um todo muito mais amplo (o Sistema Educacional) que naufragou, e, portanto, já está carecendo de reparos, de “recuperação”, expressão típica do contexto avaliativo, que representa uma espécie de válvula de escape, uma última chance de termos acesso a um direito social há tempos legitimado: uma aprendizagem significativa, construída no chão de uma escola cidadã, alicerçada pelos princípios da democracia e da legitimidade social coletiva.

METODOLOGIA

A construção metodológica do estudo parte de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, à luz das leituras de Bonamino; Franco; Fernandes (2002), Dubet (1997) e Grinspun (2002), ao nos utilizarmos de suas ideias para problematizarmos as construções

sociais, ideológicas e culturais que interferem na condução pedagógica do ato avaliativo, a partir da correlação entre este ato e a reprovação, a evasão e o fracasso escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As relações de causa e consequência entre a reprovação, a evasão e o fracasso escolar do aluno estão relacionadas a fatores internos e externos à escola. Os primeiros relacionam-se, principalmente, com os mecanismos de avaliação da aprendizagem praticados pela escola, que julgam e rotulam segregativamente os alunos. Os segundos relacionam-se a aspectos sociais, como as políticas governamentais, o desemprego, a desestruturação familiar, a desnutrição, a escola (na forma como procede com a avaliação, por exemplo) e até mesmo, a própria criança. No entanto, é importante considerarmos, conforme Grinspun (2002, p. 69), que “as dificuldades para superar o fracasso escolar estão mais no campo social do que no campo pessoal, embora sempre recaia sobre o indivíduo a responsabilidade maior desta recuperação”. Para Castro; Regattieri (2009, p. 31)

O insucesso escolar deveria suscitar a análise de causas dos problemas que interferiram na aprendizagem, avaliando o peso das condições escolares, familiares e individuais do aluno. O que se constata é que, em vez disso, o comportamento mais comum diante do fracasso escolar é a atribuição de culpas, que geralmente provoca o afastamento mútuo.

Estudos na área da sociologia da educação apontam que a compreensão da desigualdade educacional focaliza uma atenção especial sobre a família, pois como sabemos, é neste grupo social que temos nossos primeiros contatos culturais e formamos nossos ideais. É devido a isso que temos buscado uma compreensão maior sobre a questão, não se referindo apenas a aspectos econômicos, mas também aos esforços para o acesso a bens que tenham alguma simbologia e materiais entre seus membros. Dessa maneira, podemos definir a família como sendo, muitas vezes (embora, sem generalizações), um ambiente de apoio para os estudos, permitindo que os alunos adquiram melhores desempenhos escolares, pois “é na família, como sua configuração determinada, que se conjugam as características de seus

componentes” (BONAMINO; FRANCO; FERNANDES, 2002, p. 06). O pensamento de Anastasi (1965, p.597) reforça essa problemática:

Certos aspectos da vida familiar da classe baixa tendem a minar a autoconfiança e a segurança emocional da criança e desencorajar o desenvolvimento intelectual. Estas diferenças refletem-se em ajustamento emocional mais deficiente e realização escolar inferior por parte das crianças de classe baixa.

As causas da evasão e do fracasso escolar podem ser relacionadas à família devido à condição financeira desta, pois quanto mais baixos forem os níveis sociais e de escolaridade, menos tempo a criança poderá permanecer na escola, ou seja, sua condição de vida ou a dificuldade de acompanhamento do aluno implica no sucesso das atividades escolares.

Outro fator que pode implicar bastante é a desigualdade socioeconômica, problemas como má alimentação e desnutrição, que mesmo moderada é uma das principais causas da alteração no desempenho mental e escolar. A necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas de casa, e também a sobrecarga de trabalho, pode levar ao baixo desempenho na aprendizagem dos alunos, principalmente aqueles que procuram estudar a noite.

Levando em consideração as consequências sociais em relação à reprovação e à evasão escolar em condições individuais, outro fator que está relacionado à organização de nossa sociedade é o sistema capitalista. Daí Dubet (1997) apontar que é importante considerar a dinâmica da escola, a qual poderia apresentar reflexões no sentido de desconstruir as ideias relativas ao comportamento dos alunos na escola ou da educação que os mesmos recebem de sua casa, ou seja, a criança é o reflexo de tudo o que ela observa ao seu redor.

O autor define o sistema rígido de controle escolar, no qual situamos a avaliação, como um fracasso moral e pedagógico. Em um primeiro momento ele demonstra ter uma eficiência rápida para controle de uma relação pouco regulada, mas depois, acaba por afastar ainda mais o aluno da escola. Há um fato que é necessário: um trabalho no sentido de uma transformação por parte das crianças e dos adolescentes em alunos, quando estes não têm vontade de se tornar alunos. Segundo o autor, deve acontecer uma conscientização por parte dos

professores, que trabalham com alunos em diferentes termos de desenvolvimento e desempenho escolar.

No entanto, o retrato social que temos visto ser reproduzido na escola é a reprodução das mazelas da sociedade em que está inserida, prevalecendo o conflito entre as classes sociais, entre escalas segregacionistas de dominantes e dominantes, o que perpassa pelo modelo avaliativo somatório e excludente que vivenciamos. Nisso, percebemos o papel da escola, enquanto Aparelho Ideológico do Estado (AEI), em alusão à concepção althusseriana (ALTHUSSER, 1985), que inclui a instituição nessa configuração de poder e possibilidade de ação social.

A escola favorece a formação social capitalista quando pretende sujeitar os indivíduos à ideologia dominante, garantir a reprodução da força de trabalho por meio da reprodução de habilidades, além de garantir a reprodução da submissão às regras da ordem estabelecida dentro desse regime de exploração e repressão (ALTHUSSER, 1985, p. 22).

Assim, pela via dos mecanismos sociais da avaliação, que na grande maioria das vezes têm força de coerção social e doutrinação ideológico sobre a aprendizagem do aluno, definindo quem “passa” e quem “não passa” – aprovados e reprovados – constrói uma forte muralha de segregação social. Essa muralha limita, tolda e obscurece os caminhos do aluno dentro da escola de tal modo que o caminho que se apresenta como ‘mais fácil’ é o afastamento da instituição, construindo, assim, um quadro de distorção social nas oportunidades de garantia e acesso aos direitos de igualdade de oportunidades e legitimação da cidadania.

CONCLUSÕES

No decorrer do processo avaliativo são notáveis inúmeras vantagens e desvantagens, as quais dependem das escolhas tomadas pela escola e pelo professor, em particular, que, no cumprimento de seu papel como agente de transformação social, contribui significativa para a definição dos passos da caminhada dos alunos, interferindo nas escolhas e no desenvolvimento psicossocial do sujeito. Esse fato faz com que se reflita sobre a clareza, a

transparência e os princípios éticos que governam a tarefa de avaliar, a fim de que ela possa transformar-se em um mecanismo de responsabilidade social e construção compartilhada da cidadania.

As discussões aventadas neste texto apontam para um conjunto de elementos sociais e culturais, que juntamente à ação da escola, interfere nos processos de reprovação, evasão e fracasso escolar do aluno. Nesse entremeio, portanto, a escola precisa constituir-se como fator que influencia na eficácia da construção da igualdade social entre as classes, fornecendo uma concepção de que vivemos em uma sociedade justa e democrática, com oportunidades para todos, e que para que esse objetivo se cumpra, o papel das propostas e programas de avaliação escolar é reconhecer e valorizar a dialética das dinâmicas sociais envolvidas da heterogeneidade constitutiva do ato de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANASTASI, A. **Psicologia diferencial**. São Paulo: EPU, 1965.

BONAMINO, A.; FRANCO, C.; FERNANDES, C. Repetência escolar e apoio social familiar: um estudo a partir dos dados do SAEB 2001 – relatório técnico. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Laed. **REP -Revista Espaço Pedagógico**, v.17, n. 1, Passo Fundo, 2002, p. 112-124.

CASTRO, J. M., REGATTIERI, M. (Org.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. São Paulo: Cortez, 2000.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5, p. 222-231, maio/ago.1997.

GRINSPUN, Míriam P. S. Zippin. **A orientação educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JOGO DE PERCURSO APLICADO A DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL ¹.

Maria Teresa Guimaraes Fortes²

Johnatan da Silva Costa ³

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

Essa pesquisa foi realizada em uma escola particular de Teresina-PI, metodologicamente utilizou-se a modalidade relato de experiência e a análise de conteúdo. Objetiva-se analisar as vantagens da aplicação dos jogos de percurso para conquistar a atenção dos alunos na disciplina de língua inglesa. Especificamente buscou-se: Explicitar a função dos jogos de percurso no processo de ensino e aprendizagem e identificar os benefícios da metodologia didático- pedagógica na realização das atividades escolares em sala de aula. Conforme os resultados obtidos, viu-se que é preciso tecer uma nova metodologia de ensino fomentada pelos conhecimentos, experiências, valores, costumes e crenças dos alunos. A evolução desse processo depende da maneira em que o professor adapte o conteúdo a ser aprendido ao contexto social do corpo discente, o jogo de percurso foi fundamental já que a linguagem prático-sensorial e abstrata tornam-se uma unidade indissolúvel nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino e aprendizagem, recurso didático-pedagógico, docência, discência.

INTRODUÇÃO

Conforme as experiências obtidas em sala de aula em uma instituição escolar particular, observou-se que apesar da professora de inglês utilizar metodologias pedagógicas conforme as normas pedagógicas e administrativas da instituição educacional, o corpo discente tem apresentado falta de atenção e interesse pela disciplina de inglês, essa condição, reflete diretamente no desempenho escolar dos alunos, portanto, surgiu a necessidade da pesquisadora enquanto professora identificar e elaborar recursos psicopedagógicos alternativos através do instrumento lúdico intitulado como “Jogos de percurso”, para

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Professora da instituição Poeta da Costa e Silva e pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Docência no Ensino Superior.

³ Psicólogo do Centro de Referência de Assistência Social e Orientador de Trabalhos científicos.

despertar a atenção e interesse do corpo discente e promover o desempenho escolar dos mesmos.

A questão norteadora desse estudo foi ancorada na seguinte indagação: Como aplicar o jogo de percurso e superar os desafios no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de inglês? A revisão de literatura foi tecida por meio do objetivo geral de analisar as vantagens da aplicação dos jogos de percurso para conquistar a atenção dos alunos na disciplina de língua inglesa. Nesse sentido, a realização dessa finalidade foi ancorada nos objetivos específicos tais como: explicitar a função dos jogos de percurso no processo de ensino e aprendizagem e, identificar os benefícios da metodologia didático pedagógica na realização das atividades escolares em sala de aula.

O JOGO DE PERCURSO NA SALA DE AULA: CONCEPÇÃO E RELATO DE EXPERIÊNCIA

A pesquisa objetiva investigar as vantagens da aplicação dos jogos de percurso para conquistar a atenção dos alunos na disciplina de língua inglesa. Para tanto, foi necessária à utilização de procedimentos metodológicos científicos para validar as informações teórico-práticas sobre a aplicação do jogo de percurso na sala de aula. Com relação ao método de procedimento técnico, optou-se pelo estudo de cunho bibliográfico.

MATERIAL E MÉTODOS:

De acordo Severino (2004) o estudo bibliográfico permitiu a pesquisadora levantar informações teóricas a respeito do papel das provas pedagógicas, a importância dos jogos educativos no processo de ensino aprendizagem e os benefícios da metodologia didático-pedagógica nas atividades escolares através do apoio de livros, revistas, artigos sites para validar a aplicação do jogo de percurso na disciplina da língua inglesa. Foi realizado também um levantamento de informações *in loco*, tendo em vista a demanda a ser trabalhada e fundamentar a temática através da revisão de literatura.

Conforme Gil (2007) a modalidade de pesquisa de campo, possibilitou a pesquisadora entrar em contato com a realidade estudada, permitindo efetuar as observações, para identificar a necessidade de aplicação do jogo de percurso na referida disciplina, pois, posteriormente os dados empíricos foram fundamentais para realizar a análise e discussão dos resultados.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram às observações, pois, realizou-se no primeiro momento, a observação na instituição escolar particular, a fim de levantar a demanda a ser trabalhada, com a finalidade de elaborar o jogo de percurso adaptado a disciplina da língua inglesa. Sobre a função da observação Barros (2010, p.76) diz que: “Observação é uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda pesquisa científica observa significa aplica atentamente os sentidos a um objetivo para dele adquirir conhecimento claro e preciso. Da observação do cotidiano formula-se problemas que merecem”.

A análise e discussão dos resultados obtidos foi realizada através análise de conteúdo, pois, De acordo com Bardin (2009, p.13) essa perspectiva é realizada por meio de um: “Conjunto de técnicas com procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, caracterizando-se um meio de estudo das comunicações realizadas entre outros atores e atrizes investigados(as), com ênfase no conteúdo de suas mensagens”. A análise de conteúdo permitiu a pesquisadora verificar a eficácia da aplicação do jogo de percurso por meio dos pressupostos teóricos e dos dados coletados *in loco*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da professora pesquisadora efetuar a aplicação do jogo de percurso na sala de aula, foi fundamental compreender que o mesmo configura-se como um instrumento de avaliação formal pedagógico, portanto, seu propósito foi promover o desenvolvimento do aspecto cognitivo, afetivo, social e corporal do corpo discente. Dessa maneira, primeiramente faz-se necessário falar sobre a função das avaliações pedagógicas, pois são fundamentais para identificar as capacidades e limites dos alunos diante as dificuldades dos problemas de

aprendizagem, assim como, a sua evolução nas atividades escolares, portanto, esse instrumento avaliativo permite identificar o que o aluno aprendeu e o que deveria ter aprendido, portanto, faz-se necessário a aplicação do jogo de percurso enquanto recurso didático pedagógico para avaliar e promover o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e psicomotor do corpo discente (GIACÓIA, 2012).

Ao longo do desenvolvimento do estudo discorreu-se também sobre o papel dos jogos educativos no processo de ensino aprendizagem, com isso, viu-se que o trabalho com jogos educativos promove a adesão dos alunos à disciplina de inglês de forma natural em detrimento da arbitrária, pois, o envolvimento espontâneo na atividade lúdica oportuniza a professora pesquisadora adaptar o conteúdo da disciplina de inglês às regras do jogo de percurso, com isso, alunos aprendem indiretamente no ato de brincar, pois, a função social da língua inglesa é trabalhada durante a estratégia didático-pedagógica lúdica na qual é aplicada na realidade do corpo discente ou representação social do mesmo, portanto, essa condição estimula o corpo discente a promover a atenção voluntária, a memorização ativa, raciocínio lógico e o pensamento abstrato (NICOLETTI; FILHO, 2004).

Dessa forma, foi visto os benefícios da metodologia didático-pedagógica nas atividades escolares, nesse ínterim os recursos didáticos utilizados no espaço escolar proporcionam uma educação dinâmica e uma gestão democrática, pois, a criança tem liberdade para interagir e participar ativamente do jogo de percurso construindo e reconstruindo as regras e normas da atividade lúdica por meio do consenso dos outros participantes da atividade escolar, portanto, os objetivos e metas estabelecidas na elaboração do jogo de percurso configuram-se como alicerce para uma educação de qualidade, já que, os alunos agregam valor ao processo de ensino e também de aprendizagem ao mesmo tempo, isto é, o aluno aprende ao ensinar e ensina ao aprender durante a permuta de ideias com os participantes do jogo didático pedagógico (SOUZA, 2007). Nesse entendimento, foi utilizada uma tabela comparativa com as notas dos alunos obtidas antes e depois da aplicação do jogo de percurso, com isso, validou-se os resultados da aplicação do jogo de percurso didático-pedagógico conforme as informações da revisão de literatura para corroborar cientificamente os objetivos desse estudo. Para preservar o anonimato da amostra pesquisada utilizou-se variáveis numéricas

para representar o corpo discente (1,2,3,4...), a seguir apresenta-se a tabela com dados acerca do desempenho dos alunos na respectiva disciplina.

Tabela 01: Desempenho escolar na disciplina de língua inglesa

ALUNOS	ANTES DA APLICAÇÃO DO JOGO DE PESQUISA	DEPOIS DA APLICAÇÃO DO JOGO PERCURSO
	NOTA	NOTA
1	7,5	9,0
2	9,0	9,7
3	9,0	9,0
4	8,0	9,4
5	6,0	9,0
6	9,0	9,0
7	9,0	10,00
8	8,4	9,0
9	6,5	8,0
10	7,0	9,5
11	6,2	8,7
12	8,0	9,7
13	7,0	8,8
14	8,0	8,4
15	8,5	9,7
16	9,0	9,0
17	7,0	9,2
18	8,5	9,3
19	8,5	9,0
20	6,0	8,0

Fonte: Própria

De acordo com os resultados obtidos compreende-se que antes da aplicação da intervenção com os jogos, alunos apresentaram notas inferiores, portanto, na etapa após a aplicação do jogo de percurso, os alunos obtiveram melhoria qualitativa no desempenho escolar.

Percebeu-se que os alunos que obtiveram notas abaixo da média aprovativa, apresentaram avanço significativo favorecendo seu desempenho escolar na disciplina de língua inglesa. Desse modo, compreende-se que é importante o educador não omitir-se da representação social do corpo discente no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o desenvolvimento cognitivo depende da adaptação da metodologia e avaliação do professor frente ao contexto social dos alunos. Nesse sentido, o desempenho escolar do corpo discente gradativamente evolui de acordo com a atividade lúdica de natureza espontânea, já que o jogo de percurso constitui-se como uma estratégia não arbitrária, portanto estimula a adesão dos alunos ao processo de ensino e aprendizagem (GIACÓIA, 2012).

As notas dos alunos antes da aplicação do jogo de percurso apresentaram a média geral de 7,8 e depois da aplicação do projeto, os alunos obtiveram a média geral de 9,0. Essa realidade reafirma a ideia de Souza (2007), pois o fato de ocorrer à evolução no desempenho escolar dos alunos deveu-se uma nova metodologia didático pedagógica aplicada na sala de aula por meio, do jogo de percurso, já que essa ferramenta possibilita consolidar uma relação participativa entre aluno e professor, com isso, tanto a criança como educador tem a liberdade para interagir e participar ativamente na construção, reconstrução e acompanhamento do jogo no que se refere a organização das regras, metodologia de avaliação e conteúdo apresentado nessa atividade lúdica.

CONCLUSÕES

A educação conteudista cada vez mais se distancia da realidade do corpo discente, dessa maneira é preciso tecer uma nova metodologia de ensino fomentada pelos conhecimentos, experiências, valores, costumes e crenças dos alunos, a evolução dos mesmos

depende da maneira em que o professor adapte o conteúdo a ser aprendido ao contexto social do corpo discente, o jogo de percurso foi fundamental já que a linguagem prático-sensorial e abstrata torna-se uma unidade indissolúvel nesse processo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: 2010.

BARROS, F. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para iniciação científica. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999.

GIACÓIA, L. R. D. **Avaliação psicopedagógica e dificuldades de aprendizagem**: concepção de uma escola particular de São Manuel/SP. *Revista Eletrônica de Educação e Ciência – REEC*, Volume 02 Número 01 Março /2012 Páginas 54-66 ISSN 2237-3462.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NICOLETTI, Angelita A. M e FILHO, Raulito R. G. **Aprender brincando**: A utilização de jogos, brinquedos e brincadeiras como recurso pedagógico. *Revista de divulgação técnico-científica do ICPG*, v.2, n.5. p.91-94, abr. / jun. 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez, 2004.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: **I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM: “INFANCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS”**. Maringá, PR, 2007. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

GT 24

GRUPO TEMÁTICO

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO
CAMPO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

GT 24—PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO CAMPO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Ma. Juliana Gomes da Silva Soares (UNIFSA)
Dra. Maria Zilda Silva Soares (UNIFSA e UESP)

A Teoria das Representações Sociais se situa em um campo de conhecimento das Ciências Sociais que aborda o estudo das interpretações elaboradas pelos sujeitos do senso comum sobre a realidade, bem como seus posicionamentos, conforme tais interpretações. Estes sujeitos são considerados pensadores amadores, termo proposto por Serge Moscovici. Para explicar as formas de posicionamento diante da realidade segundo interpretações sobre a mesma, Moscovici (2015) afirma que elaboramos representações sociais para tornarmos familiar o não familiar, para acessarmos o que é ainda desconhecido. A comunicação é, então, meio para estas elaborações que assumem de forma imbricada um caráter individual e coletivo. Deste modo, esta perspectiva busca a compreensão de como os sujeitos acessam a realidade social a partir das formas de pensá-la e compartilhá-la com o grupo de inserção e, assim, organizam formas de agir sobre tal realidade. Por este motivo, julga-se oportuno promover a ampliação do olhar dos discentes para outras perspectivas de construção e partilha social, propostas pela Teoria das Representações Sociais, de modo a estreitar o contato com outras formas de produção humana forjadas na sua inserção histórica, sociocultural e política.

Este enfoque teórico oportuniza ainda a compreensão de pontos de vistas sobre a realidade humana, que movimentam e modificam a realidade de forma dialética. Neste sentido, o contato com a realidade social e a interpretação de dados fornecidos pelos sujeitos desta realidade, pela perspectiva das representações sociais, possibilita que o saber popular e sua força de transformação seja conhecido pelo saber científico, a fim de compreendermos como os grupos sociais pensam sua realidade e se comportam diante dela.

O Grupo de Trabalho sobre Representações Sociais foi pensado com o objetivo de promover a apresentação e discussão de pesquisas no campo das Representações Sociais que, desde seu surgimento, tem tido bastante adesão por parte dos pesquisadores das ciências humanas e sociais, como também da área da saúde. A teoria e o método das Representações Sociais têm sido cada vez mais utilizados por diversos pesquisadores. As propostas de trabalhos para este GT podem se situar em diversos aportes teóricos num diálogo com a Psicologia Social, tendo como teoria e método as Representações Sociais. Os trabalhos devem ser oriundos de pesquisas de campo e estarem vinculados a cursos das áreas de humanas ou da saúde.

REFERÊNCIAS

MOSCOVICI, S. Representações Sociais: investigações em psicologia social. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR¹

Lyzanka Fontilene Vasconcelos²

Lisiane Rios Santos Sobral³

Patrícia Melo do Monte⁴

Centro Universitário Santo Agostinho –FSA.



RESUMO

O estudo aborda o relato de experiência de estágio supervisionado em Psicologia Escolar, destacando a importância de a escola ser um espaço de prevenção e promoção de saúde, de humanização e como a instituição escolar tem lidado com os fatores geradores de ansiedade e competitividade entre os alunos. A escola é considerada um importante ambiente para o desenvolvimento de indivíduos e assume a responsabilidade de facilitar aos adolescentes o seu ingresso nos cursos superiores. A competitividade instalou-se de forma determinante, e faz parte da vida dos jovens cada vez mais cedo no seu percurso escolar. Assim, percebe-se que os jovens possuem níveis intensos de ansiedade, sobretudo, em momentos de avaliação. Buscou-se verificar a importância da relação afetiva na dinâmica escolar e o reflexo dela no processo ensino aprendizagem neste contexto. Foram feitas observações diretas dentro da sala de aula em uma escola particular de ensino médio de Teresina (PI), onde foi possível identificar fatores geradores de ansiedade, situações de conflito geradas pela competitividade e concorrência entre os alunos. Diante dos resultados obtidos, foi realizado um projeto de intervenção com o objetivo de fortalecer os vínculos afetivos, promovendo uma maior humanização do espaço escolar e o fortalecimento de valores como a coletividade e a solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Afetividade, Psicologia Escolar

INTRODUÇÃO

Diante da importância da promoção e prevenção em saúde com os jovens e adolescentes dentro do ambiente escolar, destaca-se a relevância da afetividade na dinâmica escolar e os seus reflexos no processo ensino-aprendizagem. Segundo (ANTUNES, 2006), ideologicamente, a escola é para repassar informações seguindo um plano metódico,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante do nono semestre do Curso de Psicologia, do Centro Universitário Santo Agostinho – E-mail: lyzanka@hotmail.com

³ Estudante do nono semestre do Curso de Psicologia, do Centro Universitário Santo Agostinho – E-mail: lisianerios@hotmail.com

⁴ Doutora em Educação. Psicóloga. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: patriciamelo2000@gmail.com

garantindo poder cultural. No entanto, a escola deve buscar qualidade de suas relações, percebendo que as relações afetivas são importantes para a construção do desenvolvimento. A escola tem a função pedagógica, mas também cumpre uma função social e política visando à transformação da sociedade, facilitando assim o exercício da cidadania proporcionando oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem, nesse sentido se justificam ações de promoção da saúde voltadas para o ambiente escolar.

A escola surgirá, então, como um lugar privilegiado para este desenvolvimento, pois é o espaço em que o contato com a cultura é feito de forma sistemática, intencional e planejada. (BOCK, 1999). O objetivo deste relato é apresentar a experiência das estagiárias, que desenvolveram atividades de diagnóstico institucional, planejamento, execução e avaliação das ações contidas no projeto implantado na instituição. O projeto foi elaborado com o objetivo de fortalecer os vínculos afetivos, e com isso proporcionar um ambiente saudável e uma política de qualidade de vida, pautada no respeito ao indivíduo, tendo como foco a construção de uma nova cultura de saúde. Promover saúde na escola é considerar a subjetividade dos indivíduos e a afetividade, tornando possível a criação de vínculos dentro desse espaço.

METODOLOGIA

Na etapa de diagnóstico institucional, foram feitas observações diretas em sala de aula, análise de documentos e entrevistas não estruturadas com alunos e com os professores do ensino médio de um colégio da rede particular em Teresina (PI) com ênfase na qualidade das relações entre os diversos atores escolares. Foi enfatizada pelos entrevistados a importância de o ambiente escolar ser um espaço humanizado, onde as relações devem ser permeadas pela amizade e afetividade, com fortalecimento dos vínculos afetivos com toda a comunidade escolar, e assim ser gerado um ambiente escolar menos ansiogênico. Foi elaborado, então, um projeto para atender a essa demanda. A presente prática se desenvolveu durante o estágio supervisionado em Psicologia Escolar, que ocorre no oitavo período do curso de Psicologia. A carga horária total do estágio na escola foi de 90 horas, além de 40 horas de supervisão e 30 horas de atividades complementares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebeu-se durante o estágio que as relações interpessoais e a competitividade podem impactar no bem-estar psicológico e no desempenho acadêmico dos alunos. O afeto em algumas instituições tem recebido pouca importância, em detrimento do valor atribuído à razão, fazendo com que as relações interpessoais sejam afetadas. Para Battro (1976, p.336) nos processos afetivos, intervêm tantos os sentimentos e emoções, como as tendências e os valores.

A afetividade, numa perspectiva piagetiana, possui papel funcional na inteligência, é a fonte de energia de que a cognição utiliza para funcionar, existindo uma relação intrínseca entre afetividade e cognição. No decorrer do seu trabalho, Piaget enfatiza que o processo de formação e enriquecimento afetivo é contínuo e inovador e que a formação de sentimentos está diretamente ligada aos valores e à evolução da sociedade, ou seja, as relações interpessoais são construídas com a cooperação do outro sendo uma troca intrapessoal (BATTRO, 1976). Outro teórico que também dá ênfase a esse tema é Wallon (1968) que defende a ideia de que a escola deve ser um espaço de formação intelectual, afetiva e social.

A afetividade, em sua perspectiva, não é apenas uma das dimensões da pessoa, ela é também uma fase do desenvolvimento, a mais arcaica. Da afetividade diferenciou-se lentamente, a vida racional. Portanto, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira (LA TAILLE ET AL,1992).

Diante da importância dos vínculos afetivos no ambiente escolar, o projeto **Gentileza gera Gentileza**, implantado na instituição, buscou resgatar gestos simples, valores, atitudes diárias com desenvolvimentos de posturas necessárias para a criação e preservação de bons relacionamentos no dia-a-dia escolar. Foram propostas várias atividades no projeto e destacam-se neste relato algumas delas. Durante uma semana, os educandos foram estimulados a ter experiências no seu cotidiano a fazerem gestos gentis com seus colegas, com reflexões sobre o conceito de amizade e respeito, tornando o ambiente escolar humanizado e como consequência pessoas emocionalmente mais saudáveis. O projeto propôs o resgate de valores morais no âmbito escolar, abordando

solidariedade, afetividade e regras de convivência e estimular posturas para preservação dos relacionamentos no dia a dia escolar.

As atividades do projeto **Gentileza gera Gentileza** iniciaram-se com a caracterização da instituição com cartazes, faixas, murais com frases e mensagens sobre a gentileza, otimismo e motivação. Foi realizado o **Amigo Gentil** com os estudantes participantes, sendo feito por cada estudante, o sorteio do nome de um amigo para que recebesse pequenas gentilezas durante toda a semana, sem a identificação do amigo gentil, como bilhetinhos, deixar um chocolate na mesa, etc. Dessa forma, os alunos estiveram mais atentos às relações sociais, buscaram ficar mais próximos uns dos outros fazendo pequenas gentilezas, e por iniciativa própria estenderam para professores e toda a comunidade escolar.

Foi produzido o **Painel da Gentileza**, sendo que cada aluno tinha seu envelope para que os amigos gentis deixassem bilhetinhos e lembranças. Após uma semana, houve uma pequena confraternização para os “amigos gentis” se identificarem e, através de uma roda de conversa, os alunos foram levados a refletirem sobre o poder da gentileza, atitudes para vivermos em um mundo melhor e a importância da expressão dos afetos e sentimentos. Foi possível perceber uma melhor relação entre os educandos de respeito, empatia e companheirismo.

O projeto **Gentileza gera gentileza** foi encerrado com a **Blitz do Amor** e a prática do abraço como símbolo de aceitação do outro e acolhimento, bem como fortalecimento do sujeito para resolução de problemas. Os alunos foram desafiados a fazerem a Blitz do Amor, que aconteceu no intervalo entre as aulas, todos caracterizados com acessórios coloridos, tiaras, perucas coloridas, sendo distribuídos abraços nos alunos nos corredores de toda a escola e sendo incentivada a expressão dos sentimentos em relação aos colegas. Houve a participação da equipe dos Doutores da Alegria, caracterizados de palhaços, que trouxeram uma reflexão sobre a importância dos pequenos gestos na vida de alguém, fizeram brincadeiras, danças com os alunos. Houve ainda a participação de uma banda de alunos da própria instituição fazendo o encerramento do projeto. Ao final, os alunos expuseram sentimentos de alegria, bem-estar e agradecimentos por poderem vivenciar essas situações.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados alcançados com a realização do projeto, percebemos que as condições afetivas favoráveis facilitam a aprendizagem. Nas trocas afetivas, encontramos depoimentos de alunos referenciando o respeito, a colaboração e a valorização de cada um, expressando o desejo de compreender o outro. Percebemos que, quanto maiores forem as condições de se cultivar tais sentimentos no âmbito escolar, maior será a promoção de uma aprendizagem significativa.

Tal experiência permitiu trocas afetivas, que marcaram positivamente não só os educandos, mas toda a comunidade escolar. As relações afetivas são importantes para a valorização das potencialidades do indivíduo e resgate de sua autoestima. A presença do afeto se fez presente na fala dos adolescentes que participaram do projeto, afirmando estarem mais “leves” e com as relações mais humanizadas. Diante disso, percebe-se que o afeto, no processo de ensino aprendizagem, proporciona além de um âmbito escolar favorável, uma educação mais humanizada pautada na transformação e na solidariedade entre os indivíduos. Faz-se necessário que as escolas deem mais atenção a ações voltadas para essa troca afetiva no ambiente escolar, para que assim haja uma promoção e prevenção em saúde dentro desse ambiente, que muitas vezes são geradores ansiosos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **A linguagem do afeto: como ensinar virtudes e valores**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

BATTRO, Antonio M. **O pensamento de Jean Piaget**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

BOCK, Ana Maria Bahia et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

LA TAILLE, Yves; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS; Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: SUMMUS, 1992.

DANTAS, H. Emoção e ação pedagógica na infância: contribuição de Wallon. **Temas em Psicologia**, Sociedade Brasileira de Psicologia, São Paulo, 1993, n.º 3, p. 73-76.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1968

MANIFESTAÇÕES COMPORTAMENTAIS DO TRANSTORNO ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL¹

Patrícia Laysa Silva Soares Campelo de Carvalho²

Nelson Jorge Carvalho Batista³

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O presente artigo caracteriza as manifestações comportamentais de estresse pós-traumático que vítimas de abuso sexual apresentam após tal evento. Tem como objetivo geral identificar as manifestações comportamentais do transtorno de estresse pós-traumático em vítimas de abuso sexual. Foi feita uma revisão bibliográfica, utilizando abordagem qualitativa e levantamento bibliográfico de julho a novembro de 2015, apresentando resultados que demonstram relação significativa sobre o desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático em indivíduos que sofreram abuso sexual. O levantamento da pesquisa foi realizado na Plataforma da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados: Scielo e PubMed. Os resultados obtidos diante das pesquisas realizadas, detectaram com maior relevância prejuízos cognitivos e comportamentais e suas relações com a Terapia Cognitivo – Comportamental (TCC). Concluiu-se, portanto, que o TEPT tem relação direta com a forma que a vítima é abordada, dependendo da violência que ela sofre.

Palavras-chave: Estresse. Estresse pós-traumático. Abuso sexual.

INTRODUÇÃO

A abordagem do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) tem aspectos diferentes de outros transtornos mentais, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM, ocorrendo sempre após um evento traumático significativo. O TEPT aparece com frequência associado a fobias ou quadros de depressão, o que pode gerar medo de sair de casa, falta de interesse pela vida, sentimentos de culpa, baixa autoestima,

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de graduação do 9º semestre do curso de bacharelado em psicologia – formação em psicólogo no Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: laysacampelopsi@gmail.com

³ Professor do Centro Universitário Santo Agostinho, Doutor em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde – ULBRA/RS. E-mail: nelsonjcb@hotmail.com

pensamentos negativos, ideias que depreciam o sujeito, choro exagerado, podendo levar também ao uso de drogas, dentre outros.

Dentre as mais frequentes consequências ocasionadas por um abuso sexual evidencia-se depressão, ansiedade generalizada, dissociação, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtornos alimentares, comportamento delinquente, abuso de substâncias, transtorno do estresse pós-traumático e transtorno de conduta, apontando simultaneamente que a experiência do abuso sexual pode afetar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes de diferentes formas e intensidade (CICCHETTI; TOTH, 2005). A importância para se tratar acerca deste tema, é que não somente é um tema relevante para a sociedade em que vivemos, mas também por ser um assunto atual e que precisa de mais atenção e estudos relacionados. O presente artigo tem como objetivo geral identificar as manifestações comportamentais do transtorno de estresse pós-traumático em vítimas de abuso sexual.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica por meio de uma abordagem qualitativa com levantamento bibliográfico de agosto de 2015 a novembro de 2015 com base em artigos buscados em plataformas de estudo com artigos fidedignos para obtenção do maior número de dados e informações relevantes que visassem enriquecer o presente artigo.

Como critério de inclusão utilizou-se as pesquisas que apresentaram conteúdo relevante, com informações condizentes com a busca, e que tinham entre seus descritores: estresse (*stress*), estresse pós-traumático (*post-traumatic stress*), abuso sexual (*sexual abuse*); artigos em português e inglês. Como critério de exclusão, descartou-se artigos que não obedeciam ao critério de inclusão assim como os descritores obedeciam, artigos que não abordavam os objetivos do presente estudo e que não forneciam informações satisfatórias e relevantes.

As plataformas selecionadas para a obtenção do material utilizado para uma discussão relevante foram *Scielo* e *PubMed*. Deste banco de dados foram escolhidos artigos que

fundamentaram esta discussão e auxiliaram no desenvolvimento de um projeto bem estruturado.

Foram analisados fatores como eventos que produzissem o estresse e transtornos que ocorrem em maior frequência após um trauma. Estas análises nos permitiram desenvolver, compreender e, conseqüentemente, desenvolver um estudo que possa ajudar na atuação para a melhoria de vida de pessoas que tem um episódio traumático em suas vidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos levantados para auxílio no presente estudo totalizam 50, destes, 45 artigos passaram pelos critérios de inclusão sendo relevantes, oferecendo recursos para a formação e discussão do trabalho em questão, e nos critérios de exclusão 5 artigos foram rejeitados, devido à ausência de informações que apresentassem correlação com o tema tratado. Diante das pesquisas realizadas foram detectadas com maior relevância as seguintes categorias: 1) prejuízos cognitivos e comportamentais; e 2) relações com a Terapia Cognitivo – Comportamental (TCC).

1) Prejuízos cognitivos e comportamentais: Muitos autores enfatizam o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) como uma consequência, a curto prazo, muito comum do abuso sexual (FLORES; CAMINHA, 1994), (KENDALL-TACKETT; WILLIAMS; FINKELHOR, 1993), (GABBARD, 1992), (KAPLAN; SADOCK, 1990), (BROWNE; FINKELHOR, 1986). O TEPT está ligado a experiências incomuns da existência humana, que causam um impacto emocionalmente severo no indivíduo (GABBARD, 1992), sendo que o agente causal é externo e a tentativa da vítima de organizar o sentido da experiência traumática gera condutas ou estruturas de pensamento patológicas (AMAZARRAY, 1998), (FLORES; CAMINHA, 1994). Esses sintomas de reexperimentação do trauma são específicos do TEPT, não sendo observados em outros transtornos psiquiátricos. As revivescências podem se apresentar sob diversas formas: sonhos vívidos, pesadelos, pensamentos ou sentimentos incontroláveis, flashbacks.

Foi usada pelos pacientes várias estratégias emocionais, cognitivas e comportamentais para amenizar o sofrimento causado pelos sintomas de hiperestimulação autônoma e

revivências traumáticas a elas associadas, resultando em comportamentos variados de esquiva e no desenvolvimento de um entorpecimento emocional.

O TEPT também é caracterizado pelo sintoma de hiperestimulação autônoma, sendo eles, mais facilmente observados incluindo insônia, hipervigilância, irritabilidade, sobressalto excessivo. Enfatizando assim, que uma pessoa com sintomas de TEPT vivenciou, testemunhou ou foi confrontada com eventos que envolveram ameaça de morte ou de grave ferimento físico, ameaça a sua integridade física ou à de outros ou se o indivíduo reagiu com intenso medo, impotência ou horror.

2) Relações com a Terapia Cognitivo - Comportamental (TCC): A Terapia Cognitivo-Comportamental pressupõe que a maneira como interpretamos as situações influencia nossos sentimentos e comportamentos (BECK, 1997). Consequentemente, crenças distorcidas decorrentes do contato com o evento traumático colaboram para o surgimento de sentimentos contrários à euforia e comportamentos de difícil adaptação podem favorecer, portanto, o desenvolvimento de patologias.

O indivíduo com TEPT pode perder a sensação de segurança e passar a se ver de forma negativa, além de desenvolver um senso de responsabilidade pelo ocorrido (FOA, 1998). Além disso, pode ocorrer relação com o local e de elementos que façam parte da situação, eliciando respostas de ansiedade que foram ausentes anteriormente. Devido à produção de reações ansiogênicas (produção da ansiedade), esses estímulos que as provocam são evitados, lembranças do trauma e quaisquer outros eventos que causam desconforto semelhante, promovendo assim, o alívio momentâneo da ansiedade ao indivíduo portador do transtorno.

Segundo GONÇALVES *et al.*, (2010), a evitação é reforçada negativamente, ocorrendo aumento de sua frequência. O tratamento, portanto, consiste em fornecer ferramentas que auxiliarão o paciente a identificar, avaliar a realidade de suas cognições e a modificá-las caso não sejam realistas, o que é denominado reestruturação cognitiva. A TCC apresenta eficácia comprovada no tratamento do TEPT (MENDES *et al.*, 2008), sendo considerada o tratamento de primeira escolha (BISSON, 2007), (DEANGELIS, 2008). Um teórico que se destacou com sucesso nesta abordagem foi em sua forma de tratamento há a constatação de sua eficácia frente à utilização de técnicas como: relaxamento, psicoeducação, reestruturação cognitiva,

exposição *in vivo* e exposição imaginária. O objetivo destas técnicas é avaliar, modificar e identificar as crenças disfuncionais e expor o indivíduo portador do transtorno a lembranças e situações que por considerá-las perigosas, as evita, porém não apresentam perigo na sua realidade.

Muitos estudos demonstraram a eficácia da terapia de exposição em reduzir a gravidade do TEPT, independentemente do tipo de evento traumático precedente (HEMBREE et al., 2003). Após o tratamento, com a intervenção da Terapia Cognitivo-Comportamental, diversos pacientes não apresentam mais características válidas para a caracterização para o Transtorno de Estresse Pós-Traumático.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que o TEPT tem relação direta com a forma que a vítima é abordada, dependendo da violência que ela sofre. Em geral as ocorrências de maior frequência de sintomas pós-traumáticos em mulheres são decorrentes de uma maior suscetibilidade dessa população a desenvolver sintomas de TEPT e maior indefensabilidade de exposição a determinados tipos de eventos como abuso sexual, violência física. Sendo essas consideradas as principais experiências do trauma que predisõem ao TEPT, abrangendo tanto deslizes no processamento da memória traumática, em consequência da generalização dos estímulos que estão no evento traumático, quanto uma avaliação persistente de perigo ou ameaça.

Partido do problema proposto “quais as manifestações comportamentais do transtorno de estresse pós-traumático em vítimas de abuso sexual?”, concluiu-se que, de acordo com o levantamento feito através dos artigos coletados, esse quadro acontece de forma mundial, onde o TEPT associado ao abuso sexual predomina em indivíduos de todas as idades e todos os sexos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. F. **Violência e abuso sexual na família.** *Psicologia em Estudo*, p. 3-11, 2002.

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BECK, J. S. **Terapia Cognitiva: Teoria e Prática**. Porto Alegre, Artmed, 1997.

BISSON, M. P. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Barueri, 2 ed., p. 371, 2007.

CAMINHA, R. M.; HABIGZANG, L.F. **Reestruturação de memória traumática em abuso sexual infantil**. Terapia cognitivo comportamental na prática: fundamentos científicos e técnicos. Porto Alegre, Artmed, 2003.

CICCHETTI, D.; TOTH, S. L. **Child maltreatment**. Annual Review of Clinical Psychology, 1 ed., p. 409-38, 2005.

COLLIN-VÉZINA, D.; HÉBERT, M. **Comparing dissociation and PTSD in sexually abused school-aged girls**. *Journal of Nervous and Mental Disease*, p. 47-52, 2005.

DE ANGELIS, T. **PTSD treatments grow in evidence, effectiveness**. *American Psychological Association*, 1 ed., p.39, 2008.

ELLIOTT, A.N.; CARNES, C.N. **Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child:A review of the literature**. *Child Maltreat*. 2001.

FIGUEIRA, I; MENDLOVICZ, M. **Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático**. *Revista de Psiquiatria*, vol. 25, São Paulo, 2003.

FOA, E.B.; ROTHBAUM, B.O. **Treating the trauma of rape: cognitive behavioral therapy for PTSD**. New York: Guilford, 1998.

GONÇALVES, R. M; PORTO, P. R; ARAÚJO, N.B. DE. **Impacto da co-terapia no tratamento do TEPT com terapia cognitivo-comportamental**. *Revista Brasileira de Terapia Cognitiva*, v.6, n° 1, Rio de Janeiro, jun. 2010.

HEMBREE, E.A.; FOA, E.B.; DORFAN, M.N. **Do Patients Drop Out Prematurely From Exposure Therapy for PTSD?** *Journal of Trauma Stress*, p. 555-562, 2003.

KAPLAN; HAROLD I. S.; BENJAMIN J. **Tratado de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.

MENDES, D. D.; MELLO, M.F.; VENTURA, P. **A Systematic review on the effectiveness of cognitive behavioral therapy for posttraumatic stress disorder**. *International Journal of Psychiatry in Medicine*, p. 241-259, 2008.

NURCOMBE, B. **Child sexual abuse I: Psychopathology**. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, p. 85-91, 2000.

RUNYON, M. K.; KENNY, M. C. **Relationship of atribucional style, depression and post trauma distress among children who suffered physical or sexual abuse**. *Child Maltreatment*, p. 254-264, 2002.

SAYWITZ KJ; MANNARINO, A.P.; BERLINER, L. **Treatment for sexually abused children and adolescents**. *Am Psychol*. 2000.

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL EM UMA ESCOLA PRIVADA EM TERESINA-PI¹

Juniane Oliveira Dantas Macedo²

Liliana Louísa de Carvalho Soares³

Patrícia Melo do Monte⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO: O presente estudo trata-se de um relato de experiência em uma escola da rede particular na cidade de Teresina-PI durante o estágio supervisionado em Psicologia Escolar. Entende-se que o ambiente escolar é um contexto que cumpre importante função na formação do indivíduo e o psicólogo é um agente que desempenha papel de grande relevância para atingir essa finalidade. Diante disso, ressalta-se o modelo de atuação do psicólogo no âmbito da educação formal possibilitando a realização de pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva, tanto em grupo, como de forma individual. O objetivo geral desse trabalho é discutir sobre a experiência de acadêmicas de Psicologia no desenvolvimento do estágio, apresentando fundamentos técnicos e teóricos utilizados na prática. O estágio durou três meses em turmas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e incluiu atividades de diagnóstico institucional, planejamento, execução e avaliação. Foram realizadas entrevistas e, observação e análise de documentos para a realização do diagnóstico institucional; projetos específicos com abordagem grupal e atendimentos individuais na execução das atividades. As demandas trabalhadas referiram-se ao fortalecimento da colaboração família-escola; sexualidade e luto no contexto escolar. De forma geral, os projetos tiveram boa aceitação entre os agentes escolares e foram adaptados de acordo com as demandas das turmas.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia escolar, sexualidade, projetos.

INTRODUÇÃO

O presente relato trata da experiência vivenciada em uma escola da rede particular na cidade de Teresina-PI durante o estágio supervisionado em Psicologia Escolar. Entendemos que o ambiente escolar propicia importantes experiências, aprendizagens e desenvolvimento para o indivíduo. A instituição escolar onde o estágio foi realizado oferece educação infantil,

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Estudante de graduação do 9º semestre do curso de bacharelado em psicologia – formação em psicólogo no Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: junianedantas@gmail.com

³Estudante de graduação do 9º semestre do curso de bacharelado em psicologia – formação em psicólogo no Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: liliana.csoares20@gmail.com

⁴Doutora em Educação (Universidade Federal do Piauí), Mestre em Educação (Universidade Federal do Piauí). Psicóloga. E-mail: patriciamelo2000@gmail.com

ensino fundamental e ensino médio, funciona em tempo integral e possui uma psicóloga responsável por todos os níveis de ensino.

A área de Psicologia Escolar e Educacional é uma das áreas de pesquisa e de atuação profissional no campo da Psicologia tradicionalmente presente na história dessa ciência no Brasil (SOUZA, 2009). A área foi reconhecida como uma especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia em 1992. O psicólogo, no âmbito da educação institucional, atua de modo a possibilitar a realização de pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva, tanto em grupo, como de forma individual.

A escola pode ser considerada como uma instituição gerada pelas necessidades produzidas por sociedades que, por sua complexidade crescente, demandavam formação específica de seus membros. A escola adotou, ao longo da história, diversas formas, em função das necessidades a que teria que responder, tendo sido, em geral, destinada a uma parcela privilegiada da população, a quem caberia desempenhar funções específicas, articuladas aos interesses dominantes de uma dada sociedade (ANTUNES, 2008). Por muito tempo, os psicólogos exerceram suas funções dentro das escolas de forma equivocada, com a visão unicamente voltada para a testagem e rotulação do aluno (SANTOS E TOASSA, 2015). O objetivo geral desse trabalho é expor a experiência das estagiárias em Psicologia Escolar, apresentando fundamentos teóricos e técnicos utilizados na prática, e refletir sobre as possibilidades e limites nesse contexto.

MATERIAL E MÉTODOS

O estágio supervisionado foi realizado no período de março a junho de 2018, com carga total de 90 horas em campo, sendo duas vezes na semana em uma instituição privada na cidade de Teresina- PI. A atuação ocorreu junto a turmas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e incluiu atividades de diagnóstico institucional, planejamento, execução e avaliação. Foram realizadas entrevistas com professores, alunos e colaboradores da escola; observação em salas de aulas e momentos de recreação dos alunos com o objetivo de conhecer de perto o dia-dia escolar; e análise de documentos para a realização do diagnóstico institucional. Os projetos foram

desenvolvidos a partir do levantamento de necessidades e ocorreram de forma grupal, em sua maioria, e individual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das observações e de entrevistas não estruturadas, foi planejado e executado um projeto para pais, com o objetivo de propiciar um espaço de diálogo sobre as potencialidades, necessidades e dificuldades dos seus filhos, assim como o fortalecimento da relação família-escola. Também foram abordados temas relacionados ao manejo de problemas familiares e acompanhamento da aprendizagem dos filhos, ressaltando a grande importância do ambiente familiar para que ela ocorra. As atividades desenvolvidas, além do diálogo, promoveram interação, esclarecimento de dúvidas e aproximação dos pais em relação à escola

A reunião foi conduzida pela psicóloga, com apoio das estagiárias, e inicialmente foi explicado, através de um slide informativo, sobre os comportamentos comuns da criança no contexto escolar. Os comportamentos foram classificados pelo grupo como positivos e negativos e houve uma discussão sobre como eles podem ser abordados a fim de favorecer o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. No final foi aplicado um *check list* que visava o acompanhamento dos pais em casa com seus filhos a fim de melhorar o relacionamento entre o cuidador e o filho. Foi combinado que, durante três semanas, uma vez na semana seria proposta uma tarefa para os pais fazerem em casa junto com a criança, favorecendo a interação entre ambos. Notou-se adesão e êxito no final do projeto, apesar de algumas dificuldades devido a alguns responsáveis não darem tanta importância, porém houve um *feedback* de alguns pais mostrando que a atividade proporcionou melhora na qualidade da relação com seus filhos.

As várias formas de luto também foram abordadas durante o estágio, uma vez que foram apresentados casos de crianças e adolescentes da instituição, que perderam um de seus pais, tendo a família dificuldade para abordar o assunto com a criança. Esse tema é de grande importância, considerando o desenvolvimento emocional do sujeito, uma vez que, com a

morte de um dos genitores, a criança perde também os pais da forma como eram anteriormente, já que o sobrevivente também se modifica em seus aspectos emocionais, comportamentais e nos papéis que necessitam ser readaptados (RAIMBAULT,1979 apud ANTON; FAVERO, 2015).

Um fato bem memorável de um luto antecipado foi de uma criança por volta de 10 anos que sofria a ausência da mãe que está internada há cerca de 6 meses em estado grave, ao qual não foi permitido fazer nenhuma visita à mãe. Foi observado um comportamento agressivo e baixo rendimento escolar, que foi confirmado após uma entrevista lúdica e observações. Com base na história da criança, foi realizada uma intervenção com a aplicação do livro “Quando alguma coisa terrível acontece”, da autora Marge Heegaard, com o objetivo de trabalhar sua relação social, melhorar seu comportamento agressivo e promover um entendimento de forma lúdica acerca de suas dificuldades. A criança revelou através das afirmações que a mãe era o motivo de todo seu tal comportamento. Uma parte do livro declara: “Onde você estava quando esse desastre aconteceu?” Ao responder, a criança relatou o dia que viu sua mãe pela última vez e como ela foi levada ao hospital. Foram identificadas as emoções presentes e discutidas algumas possibilidades de manejo em relação à raiva, explicando o que fazer quando está com raiva e explicando juntamente com o livro que coisas ruins acontecem também com pessoas boas. Houve sugestão de escrever cartas para a mãe enquanto ela estivesse no hospital, uma forma diminuir sua ansiedade e preparar essa possível “despedida”.

A sexualidade também é uma demanda recorrente no contexto escolar. Com base em entrevistas não estruturadas e observações, foi desenvolvido um projeto sobre sexualidade que englobou desde o 2º ano do fundamental menor até a 1ª série do ensino médio. A sexualidade se faz presente em todo o desenvolvimento físico e psicológico dos indivíduos, manifestando-se desde o seu nascimento até o momento da sua morte. Assim sendo, a sexualidade vai além do ato sexual em si, pois se encontra marcada pela história, cultura e ciência, igualmente como os afetos e sentimentos de cada sujeito. Por se tratar de um tema de grande importância na vida dos indivíduos, constata-se que este assunto é pouco estudado, principalmente no que diz a respeito às práticas educativas voltadas para sexualidade de

crianças no ambiente escolar, pois esta é uma temática extremamente associada a preconceitos, tabus e crenças (RODRIGUES, WECHSLER, 2014).

O projeto de sexualidade foi dividido em etapas para que assim pudesse trabalhar melhor de acordo com atividades adequadas para cada idade. No fundamental menor, do 1º ao 3º ano, o trabalho teve como objetivo trabalhar sexualidade no cuidado com o corpo e higiene pessoal sendo usados fantoches para contar historinhas sobre higiene pessoal (escovar os dentes, lavar as mãos, tomar banho etc.), e cuidados com o próprio corpo. A história falava sobre uma criança que não queria tomar banho e foi aproveitado o momento para falar sobre os toques “legais” e “não legais”, cujo objetivo era falar sobre até onde o contato com o outro é favorável e até onde precisamos comunicar a alguém. A intenção era trabalhar as informações necessárias para as crianças de forma lúdica, e o resultado foi muito positivo com a participação de todos.

Nas turmas do 4º, 5º e 6º ano o objetivo foi trabalhar sexualidade também com o cuidado com o corpo, higiene pessoal, valorização da saúde do corpo e conhecimento breve do corpo humano. Foi passado um vídeo animado de como vem os bebês de forma lúdica, um vídeo sobre higiene pessoal com a turma da Mônica e uma dinâmica chamada “Cuidando da minha adolescência”. No desenvolvimento desta atividade, foi entregue para cada aluno um balão e explicado para eles que aquele balão representava sua vida, sua adolescência, seu momento. Foi explicado para os alunos que eles já eram grandinhos, já conseguiam fazer algumas tarefas sozinhos, conseguiam ajudar nas tarefas de casa, que estão vivenciando a transição da infância para a adolescência. Falou-se também sobre a adolescência de forma breve e discutiu-se sobre as vantagens e desvantagens de crescer. Foi solicitado que após esse momento de conversa, cada aluno enchesse seu balão (que representava sua adolescência) e cuidasse dele, até porque ele representava sua vida e não deixasse ninguém estourar. Após alguns minutos, notou-se o movimento de alunos que queriam estourar o balão do colega. No final foi encerrado o momento com uma conversa a partir da reflexão: “a vida sempre terá dificuldades, alguém que queira estourar seu balão”, e foram discutidas condutas de relacionamento.

Com os alunos do 8º ano, 9º ano do fundamental e 1ª série do ensino médio, o trabalho teve como objetivo trabalhar os conhecimentos sobre métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, refletir sobre o que é ser mãe/pai na adolescência, facilitar o amadurecimento sobre a responsabilidade da maternidade/paternidade e necessidades de assumir as consequências dos próprios atos. Os alunos do 8º ano ficaram responsáveis por fazer pesquisas de métodos contraceptivos, levar imagens e o que foi pesquisado sobre os métodos foi exposto em cartazes. Os alunos do 9º ano ficaram responsáveis por fazer uma pesquisa sobre doenças sexualmente transmissíveis, sendo que os mesmos também levaram em cartazes e imagens e falaram de algumas doenças sexualmente transmissíveis. Após as suas apresentações, houve roda de conversa sobre os temas apresentados. Já o grupo da 1ª série do ensino médio ficou responsável por fazer uma dramatização sobre os dois temas (métodos contraceptivos e DSTs) englobando tudo que foi relatado nos dois primeiros grupos. No final de todo o projeto houve um *feedback* sobre tudo que foi comentado e observou-se um grande êxito nas tarefas organizadas.

CONCLUSÕES

A realidade do contexto escolar é bastante complexa comparada à teoria. No dia-a-dia, deparamo-nos com adolescentes e crianças fragilizadas por conta de questões escolares e familiares. O psicólogo não acompanha somente o aluno em sua particularidade, porém observa tudo aquilo que está relacionado a ele, seja relacionado a família, escola ou outro ambiente que esteja ligado ao educando, intervindo de forma que favoreça o aluno com suas dificuldades, planejando junto com a equipe escolar sua melhoria, fazendo com que diminua as dificuldades ocultadas no seu desenvolvimento.

A articulação de projetos que envolvam temas relacionados à escola e à família é de grande importância neste contexto, tendo como objetivo minimizar as vulnerabilidades que as crianças, adolescentes e jovens trazem ao cotidiano escolar, melhorando até mesmo seu rendimento acadêmico e relacionamento familiar. O psicólogo escolar deve estar atento para que não desenvolva um trabalho de reprodução de um modelo clínico dentro da instituição, trabalhando de forma desarticulada em relação aos demais agentes escolares e abrangendo

um público reduzido em sua atuação. O olhar desse profissional dentro da escola deve ser amplo para as mais variadas demandas existentes, com foco na prevenção dos problemas, e buscando a parceria com os diferentes atores sociais envolvidos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. & Meira, M. E. M. (org.). **Psicologia Escolar: Práticas Críticas**. São Paulo: Casa de Psicólogo, 128 p, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100014. Acesso em: 26 ago. 2016.

ANTON, M. C.; FAVERO, E. Morte Repentina de Genitores e Luto Infantil: Uma Revisão da Literatura em Periódicos Científicos Brasileiros. **Interação Psicol.**; Porto Alegre; 2015.

CARVALHO, T.O; ARAUJO, C. M. M. Psicologia Escolar no Brasil e no Maranhão: percursos históricos e tendências atuais. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. Volume 13, Número 1, Janeiro/Junho de 2009

RODRIGUES, C. P; WECHSLER, A. M. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**. Bebedouro-SP, 2014.

SANTOS, E; BEZERRA, M. S. P. S; TADEUCCI, M, S. R. **Educação: a importância do psicólogo no contexto escolar**. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba.

SANTOS, F. O; TOASSA, G. A formação de psicólogos escolares no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v 19, nº 2,p.279-288, maio/agosto de 2015.

SANTOS, J. V.; GONÇALVES, C. M. **Psicologia Educacional: importância do psicólogo na escola**. Site Psicologia.pt., 2016.

SOUZA, M. P. R.; Psicologia escolar e educacional em busca de novas perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**; Vol.13, Número 1, Janeiro/Junho de 2009.

REVISTA REVESTRÉS: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA CULTURA PIAUIENSE EM UMA DAS PRINCIPAIS REVISTAS DE TERESINA¹

Kamilo Carvalho de Almeida²
Ananda Carine da Silva Soares³
Fátima Thaís Pereira da Silva⁴
Juliana Fernandes Teixeira⁵,
Universidade Federal do Piauí

RESUMO

A Revista Revestrés é umas das principais revistas que circulam em Teresina. Lançada em 2011, ela aborda temas de cunho cultural incluindo artes visuais, culinária, música, cinema e literatura. Por meio da metodologia da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2009), o objetivo é analisar asseções Entrevista, Homenageado da Edição, RevesTipos e RevesGastronomia publicadas nas edições nº 30, 31 e 32 da revista. Analisa-se também as principais características dessa mídia impressa, seu processo de produção, seu foco – a cultura – com a importância do Jornalismo Cultural e apresenta-se as particularidades da Revista Revestrés, tendo como referencial Dourado (2013), Piza (2003), Faro (2010), Mello (2009) e Metcalf (2015). Além disso, são apresentadas as características da Teoria da Representação Social e como a Revestrés atua dando representatividade para aspectos da cultura local segundo Moscovici (1978). Considera-se que a Revista Revestrés contribui para a manutenção do Jornalismo Cultural em Teresina. Para isso, é notório que a revista dá destaque não só para pessoas de Teresina e do Piauí, mas também para figuras de outros estados.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo cultural, jornalismo de revista, representação social.

INTRODUÇÃO

Desde o período de seu surgimento, que aconteceu por volta do século 19, impulsionado pelos avanços que a *Belle Époque* causou, as revistas passaram por transformações, mas muitas características têm sido mantidas. Entre as principais, está a função de entreter, informar e abordar conteúdos de forma aprofundada. Essa abordagem é

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduando do 4º período do Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Piauí. E-mail: kamilocarvalho@hotmail.com

³Graduanda do 4º período do Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Piauí. E-mail: anandacarines@gmail.com

⁴Graduanda do 4º período do Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Piauí. E-mail: thaais131@hotmail.com

⁵ Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: teixeira.juliana.rj@gmail.com

feita por meio da análise de um acontecimento e da procura pela melhor forma de passá-lo ao público leitor, podendo ser entrevista, reportagem, opinião e outras formas (DOURADO, 2013).

Deve-se destacar também o fato desse meio ter um público específico. Além disso, no processo de produção do seu conteúdo, é atribuído ao que será colocado na revista os chamados valores-notícias. Esses valores, de acordo com Wolf (1995), são componentes de noticiabilidade que definem quais fatos serão destacados pelo veículo levando em consideração os gostos e preferências do público leitor.

Entre os periódicos que circulam em Teresina, a Revista Revestrés é destaque. Com isso, o presente artigo apresenta uma análise do conteúdo publicado nas seções Entrevista, Homenageado da Edição, RevesTipos e RevesGastronomia desse impresso. Além disso, é discutido sobre cultura, jornalismo cultural e como essa prática jornalística atua sendo um propagador de Representações Sociais.

MATERIAL E MÉTODOS

Nesse trabalho, é destacado o que impulsionou o surgimento das revistas no Brasil tendo como referencial Eleutério (2011). São mostradas também as características desse meio de acordo com Dourado (2013) e Wolf (1995) e quem participa no seu processo de produção com a contribuição de Breed (1993) e Bernardes (2004).

Fala-se também sobre o foco do artigo, a Revista Revestrés, como foi o seu surgimento e a sua importância para os grupos que possuem pouca representatividade (KELNER, 2001). Essa revista é fruto da parceria de André Gonçalves e Wellington Soares e, desde 2011, ajuda a construir o cenário cultural dando destaque não só para pessoas e locais de Teresina e do Piauí, como também para personagens e lugares de outros estados do Brasil.

Além de falar da Revista Revestrés, são apontadas as características do Jornalismo Cultural de acordo com Piza (2003). Também são destacadas as principais particularidades da revista em destaque como o conteúdo que é abordado nela e seu quadro de funcionários. Busca-se, ainda, mostrar como esse meio impresso atua criando, reproduzindo e mediando

Representações Sociais e são dadas as características desse fenômeno segundo Moscovici (1978).

Por fim, é feita a análise das seções Entrevista, Homenageado da Edição, RevesTipos e RevesGastronomia das edições 30, 31 e 32. Essa análise seguiu o processo de categorização proposto por Bardin (2011) e partiu das seguintes categorias: destaque para Teresina ou para o Piauí e destaque para pessoas de outros estados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse trabalho, parte-se da Teoria da Representação Social que vai além da sociologia e da psicologia tradicional (MOSCOVICI & SOARES, 2003) e emergiu dos estudos de Serge Moscovici (1978). Segundo ele, as representações sociais resultam do processo de construção social da realidade que será comum a um conjunto social. Além disso, essas representações partem de um pequeno grupo que torna determinadas práticas e pensamentos comuns a conjuntos mais amplos.

Nesse sentido, a mídia atua como um dos principais meios para mediar e propagar as representações sociais no mundo (MORENO, 2003). Como exemplo, pode-se citar a Revista Revestrés que desempenha essa função devido seu contexto baseado e inspirado em acontecimentos, pessoas, fatos e costumes majoritariamente locais que ganham notoriedade com as publicações da revista.

A cultura, relacionada à representação social, é resultado do método utilizado pelo periódico para representar, apresentar e comunicar sobre a cultura local ao seu público. Diante disso, é possível dar ênfase ao seu valor representativo e na sua abordagem cultural. Isso é feito por meio de editorias que revelam seções de literatura, apresentam autores locais, destacam costumes, palavreados e imagens que alimentam a perspectiva de representatividade cultural. Por fim, as representações e modelos construídos pelo meio determinam estereótipos culturais positivos.

A partir da busca pela categorização prevista pela metodologia da análise de conteúdo, foi possível observar nas seções Entrevista, Homenageado da Edição, RevesTipos e

RevesGastronomia, ao longo das edições 30, 31 e 32 da revista, os seguintes elementos: destaque para Teresina ou para o Piauí e destaque para pessoas de outros estados.

CONCLUSÕES

A Revista Revestrés desempenha um grande papel de difusão cultural não apenas no estado, mas também em todo o Brasil. Com uma linha editorial diferenciada, a revista constrói narrativas do cotidiano teresinense por meio de textos ricos, boas fotos e uma diagramação bem trabalhada. Com isso, ela ajuda a fortalecer o imaginário piauiense dentro e fora do estado.

Diante da categorização dos conteúdos que mais se repetem dentre as editoriais, é possível perceber a identidade regional tendo em vista o interesse em personalidades locais. Além disso, ao dar destaque para pessoas de outros estados, a revista aborda conteúdos que estimulam o pensamento crítico de quem lê a revista. Ademais, a face do Jornalismo Cultural ganha novos ares não apenas por meio de críticas e resenhas de filmes e livros.

Portanto, a partir da proposta de análise e contextualização dos temas envolta do conteúdo e objetivos da revista, foi possível inferir a mescla entre assuntos nacionais e locais. Isso nos leva à construção do identitário da revista caracterizando-a como um bom produto do jornalismo cultural e um grande meio que contribui para a propagação de representações sociais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Laus Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDES, C. B. **As condições de produção do jornalismo popular massivo: o caso do Diário Popular Gaúcho**. 256 p. 2004. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Poroto Alegre, 2004.

BREED, W. **Controlo social na redação. Uma análise funcional**. IN: TRAQUINA, N. (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja Ltda., 1993.

DOURADO, T. M. S. G. **Revistas em formatos digitais: modelos e novas práticas jornalísticas**. 158 f. il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

ELEUTÉRIO, M. L. de. **Imprensa a serviço do progresso**. In: MARTINS, A. L.;

FARO, J. S. **Nem tudo o que reluz é ouro: contribuição teórica para uma reflexão sobre o jornalismo cultural**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3871>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

GONÇALVES, A. **Entrevista com André Gonçalves, editor da Revista Revestrés**. Juiz de Fora – MG: ACESSA.com. Entrevista concedida a Daniela Aragão. Disponível em: <<https://www.acesa.com/cultura/arquivo/musica/2016/08/08-entrevista-com-andre-goncalves-editor-revista-revestres/>>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós moderno** / Douglas Kellner; tradução de Ivone Castilho Benedetti. - - Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MELLO, L. G. de: **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas** / Luiz Gonzaga de Mello. 17. ed. – Petrópolis, Vozes, 2009. 528p.

METCALF, P. **Cultura e sociedade** / Peter Metcalf; revisão técnica de Danilo Ferreira da Fonseca; tradução de Arioaldo Griesi. – São Paulo: Saraiva, 2015.

MORENO, C. A. C. **Notas sobre as conexões teóricas entre mídia e representação social**. Revista Contemporânea. UERJ. Rio de Janeiro. p. 1-7. 2003.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S.; SOARES, C. C.. **“A máquina conceitual de fazer deuses”** (entrevista). In: FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 28 de setembro de 2003.

PIZA, D. **Jornalismo cultural** / Daniel Piza. 3. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009. (Coleção comunicação)

REVISTA REVESTRÉS - EDIÇÃO RAMSÉS RAMOS. Teresina: Quimera – Eventos, Cultura e Editoração Ltda, n. 31, junho/julho. 2017.

REVISTA REVESTRÉS - EDIÇÃO RUBENS LIMA. Teresina: Quimera – Eventos, Cultura e Editoração Ltda, n. 30, abril/maio. 2017.

REVISTA REVESTRÉS - EDIÇÃO SULICA. Teresina: Quimera – Eventos, Cultura e Editoração Ltda, n. 32, agosto/setembro. 2017.

SANTOS, G. **Revestrés: um modo diferente de mostrar a cultura**. Disponível em: <<http://medimagem.com.br/doses-de-cultura/revestres-um-modo-diferente-de-mostrar-a-cultura-,20667>>. Acesso em: 01 de Junho de 2018.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença. 1987. 247 p.

EU PARO DE PENSAR: ANÁLISE DA MÚSICA ‘TELEVISÃO DE CACHORRO’¹.

Marco Aurélio Batista Gomes – SENAC/PI²

RESUMO

O presente trabalho é uma reflexão teórica, acerca da alienação social provocada pelo consumo de conteúdo televisivo, sem que haja uma crítica consciente da população acerca dos fatos externados pelo midiatismo sensacionalista da Televisão brasileira, o *corpus* desta pesquisa é inspirado na composição da música ‘Televisão de Cachorro’ de John Ulhoa, em 1998, da banda de rock mineira Pato Fu. O objetivo da pesquisa é analisar os trechos da música que fazem alusão à máquina elétrica de assar frango, popularmente chamada de: “televisão de cachorro”, na qual perpassa a ideia de alienação por parte da sociedade que consome os produtos televisivos, como programas de auditório, novelas e telejornais, sem que existam interpretações elaboradas pelos sujeitos do senso comum sobre a realidade nas verdades colocadas. Essa construção teórica adquire relevância ao tratar sobre as representações sociais que são construídas no cotidiano social, sendo assim, é necessário que haja uma conscientização da sociedade a partir do aporte teórico produzido pelos estudos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação, Televisão Brasileira, Televisão de Cachorro.

INTRODUÇÃO

É comum ouvirmos o a expressão “alienação” ou “alienado”, quando tratamos sobre política ou demais questões sociais. Esta condição intelectual para alguns indivíduos sugere que estes possuem um posicionamento deliberado e imutável. Considerando que suas ideias são verdades absolutas, findando assim, qualquer possibilidade de um diálogo questionável ou reflexão crítica. Esta “alienação” intelectual é construída em diferentes frentes, desde costumes familiares, culturais ou econômicos.

Com tudo, para esta pesquisa, pretende-se trabalhar apenas a “alienação” alimentada pelos produtos midiáticos e externadas pela mídia televisiva. Poder manipulativo que se

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Faculdade Santo Agostinho; Professor efetivo do segmento de Informática e Artes do Senac/PI; E-mail: marcoaurelio@pi.senac.br

configura no pensamento do líder negro Malcolm X (1965) “se você não for cuidadoso, os jornais terão você odiando as pessoas que estão sendo oprimidas e amando as pessoas que estão fazendo a opressão”.

Neste trabalho, a proposta de analisar a textualidade da música, "Televisão de Cachorro", vem a discutir sobre as representações sociais referentes aos conteúdos televisivos que são construídos para disseminar um determinado pensamento ideológico proposto pela política editorial das empresas de comunicação. Para tal, este trabalho consiste na análise dos fatores como crítica social, alienação e manipulação. A escolha deste texto se dá por acharmos que esta música, tenta transmitir informações e fazer críticas sociais, e estas análises são objetos de estudo das ciências sociais e dos estudos que abordam sobre as representações sociais. Reforça-se ainda que, os processos de análises críticas, de produtos culturais, são sugestivos, como cita José Luiz Braga (2006):

crítica interpretativa, ou em controle de desvios e equívocos midiáticos, em aperfeiçoamentos qualitativos, na defesa de valores sociais, em aprendizagem e em socialização competentes, na fruição qualificada em termos reflexivos ou estéticos, em informação de retorno, redirecionadora de produtos, em percepções qualificadas. (Braga, 2006, p.46).

Os textos musicais são passíveis de serem utilizados para expressar pensamentos ideológicos, e algumas acabam por si tornarem hinos de lutas sociais como, por exemplo, as canções “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré ou “Cálice” de Chico Buarque. Com pouco menos de notoriedade, a música 'Televisão de Cachorro' atende a este papel de criticidade, ao fazer alusão ao aparelho de forno elétrico utilizado para assar frango, e faz uma associação a imagem de um cachorro que fica inerte e apático ao ver o frango girando enquanto é assado na máquina.

Esta analogia é compreendida nos processos de comportamento como algo alienativo. Em relação à televisão, é compreendida como um meio pelo qual aqueles que se submetem a absorverem tudo o que é emitido na programação televisiva, como produtos, tendências, pensamento, acabam por estarem coniventes ao processo de alienação, tal como o cachorro ao olhar a máquina. Isto pode ser perceptivo quando se trata de opiniões sobre consumo de produtos ou adesão a novos ídolos. Utilizando exemplos de reality shows como Big Brother

Brasil e The Voice Brasil, na qual são criados novos ídolos, que se tornam personalidades da mídia. O Jornal Nacional propõe um discurso de verdade absoluta sobre a política nacional influenciando a uma ideologia burguesa e neoliberal que é facilmente assimilada pela classe econômica e culturalmente menor.

“enquanto uma classe normalmente só pede informação à televisão, porque vai buscarem outra parte o entretenimento e a cultura – no esporte, no teatro, no livro e no concerto –, outras classes pedem tudo isso só à televisão” (BARBERO, 1997, p. 301).

Para Bourdieu, a televisão exerce um poder simbólico de dominação pela imagem, e criar um efeito do que seria o real, "ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver" (BOURDIEU, 1997, p.28). A intertextualidade contida nesta música nos permite uma reflexão sobre a programação televisiva que é ofertada. No trecho:

“Às vezes penso que eu assisto tv, Como o cãozinho que olha o frango rodar, Que mais e mais saboroso de se ver, Aguça cada vez mais meu paladar”. (ULHOA, 1998).

Este parágrafo mostra a afirmação do autor da letra, quando ele se põe na condição de um telespectador que fica inerte ao "*olhar o frango rodar*", e que quando mais ele assiste a programação, os comerciais, cada vez mais ele se mantém inerte à condição de manipulado e passível de consumir o que está sendo colocado. Para Sartori, a televisão consegue mudar a natureza pensante do homem, “o predomínio do visível sobre o inteligível que conduz para um ver sem entender” (Sartori, 2001, p. 16). Isso pode ser visto no trecho:

“E quando uma gotinha de óleo cai, Como uma novidade que entra no ar, Eu paro tudo, eu paro de pensar, Só pra ficar te olhando, televisão”.(ULHOA, 1998).

O autor da música retrata a ociosidade que o conteúdo televisivo provoca nas pessoas. E no verso seguinte deixa explícito o anseio que se cria no inconsciente das pessoas em querer ter tudo o que julgam ser melhor, pelo fato de serem produtos ou tendências que artistas exibem, insuflando na população um estilo de vida socialmente burguês.

“Por que o que está lá dentro, É tudo o que eu quero ter? Por que o que está lá dentro é tudo o que não posso ser?”. (ULHOA, 1998).

Neste verso seguinte, observamos a intenção do autor em fazer crítica com relação ao conteúdo das telenovelas. Quando trata da *morte do galã*, na qual a mídia cria no imaginário dos espectadores a utopia do relacionamento entre os protagonistas da novela, algo facilmente detectado em conversas informais no cotidiano.

“Eu perco horas babando sem saber, Que se o galã morreu não foi por mim, E quando outros cãezinhos vem me imitar, São telespectadores no mesmo canal” (ULHOA, 1998).

Em concluso, observamos a banalização das notícias em programas jornalísticos, a construção do sensacionalismo midiático que cria uma condição de banalização do pensamento crítico das pessoas que se deixam manipular pela criação de símbolos mercadológicos, a idolatria de pessoas e o engessamento de verdades. Não cabe a esta pesquisa julgar a personalidade ética ou responsável destes indivíduos, mas apesar apontar observações substanciais da atual cultura brasileira a partir de uma obra musical.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

BUARQUE, C. **Cálice**. 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RzlniinsBeY>. Acesso em: 06 de Set. de 2018.

MALCOLM, X. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/ODg2OTYx/>. Acesso em: 06 de Set. de 2018.

SARTORI, G. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Bauru: Edusc, 2001.

ULHOA, John. **Televisão de Cachorro**. Minas Gerais: BMG, 1998. (3min41seg).

VANDRÉ. G. **Pra não dizer que não falei das flores**. 1968. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A_2Gtz-zAzM. Acesso em: 06 de Set. de 2018.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LUTO EM TEMPOS MODERNOS E MIDIÁTICOS¹

Pedro Almeida da Silva Santos Júnior - UNIFSA²

RESUMO: O presente artigo é fruto de uma análise bibliográfica procedida pela busca em base de dados do SCIELO, Google Acadêmico. Foram analisados 13 artigos de publicação nacional e internacional através dos descritores: representações sociais, midiático e luto. Utilizou-se, para critérios de inclusão, artigos que tenham autores com titulação mínima de mestrado, publicações relacionadas aos processos do luto em tempos modernos e expressões midiáticas. Para a exclusão, os artigos com titulações inferiores a pesquisas de mestres/mestrados, conteúdos similares com foco divergente ao conteúdo midiático ou inferior aos últimos dez anos de publicação. Ao final, 7 artigos encontravam-se aptos a contribuir com este artigo, os demais excluídos desta pesquisa. Em meio a utilização exacerbada da mídia e o poder de influência da mesma, faz-se necessário o entendimento e estumo mais dedicado a essas representações sociais. Em prol desta justificativa, constitui-se a estruturação deste trabalho com uma análise crítica das representações sociais do processo de luto em virtude dos tempos modernos e midiáticos. Portanto, contribuiu com a visibilidade de tais representações sociais e o contexto crítico e de cunho científico de uma área prática e pertinente do dia-a-dia de praticamente qualquer sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: representações sociais, luto, conteúdo midiático.

INTRODUÇÃO

Com a constante evolução das tecnologias, em especial a rede mundial de computadores (Internet) as representações sociais vem se atualizando cada vez mais. A forma de se pensar vem evoluindo de forma tão gradativa que a própria literatura vem perdendo essa corrida cronológica.

No que tange a ao processo de luto, podemos perceber que é assunto-tabu que vem sendo quebrado de acordo com as demandas sociais pertinentes à saúde mental e adoecimento do sujeito. Ressalta-se que o luto aqui mencionado dispõe da ideologia de luto simbólico – aquele que precede de um acontecimento causador de dor, sofrimento e

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Licenciado em Informática (IFPI) e estudante do 6º período de Psicologia do UNIFSA, peeedrojr@gmail.com

necessidade de resignificação – e luto físico – o qual vem da ordem da perda de alguém/animal pela morte.

Perante as repercussões midiáticas pode-se perceber que os processos de elutamento vem sofrendo algumas alterações etiológicas devido a exposição abrangente das mídias e principalmente da abertura da fala do sujeito.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as representações sociais do processo de luto diante aos tempos modernos e midiáticos, através de uma análise bibliográfica e discussão crítica na área.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa foi realizado uma análise bibliográfica de artigos buscados através dos descritores representações sociais, conteúdo midiático e luto, nas bases do Scielo, LILACS e Google Acadêmico. Foram analisados 13 artigos de publicação nacional e internacional através dos descritores: representações sociais, conteúdo midiático e luto. Utilizou-se, para critérios de inclusão, artigos que tenham autores com titulação mínima de mestrado, publicações relacionadas aos processos do luto em tempos modernos e expressões midiáticas. Para a exclusão, os artigos com titulações inferiores a pesquisas de mestres/mestrados, conteúdos similares com foco divergente ao conteúdo midiático ou inferior aos últimos dez anos de publicação. Ao final, 7 artigos encontravam-se aptos a contribuir com este artigo, os demais excluídos desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante as inúmeras necessidades emergências da sociedade, o processo de luto veio a ser um tópico que demanda necessidade de atenção, principalmente pelo teor e possibilidades do conteúdo midiático presente.

A modernidade emerge e aprofunda-se ao tempo que as relações se eclodem na formação de opinião, espaço, tempo e cultura. Nos estudos de Salmazo-Silva et al (2012), a

morte é vista em forma heterogênea de acordo com o tempo de vivências dos indivíduos, geralmente associados à violência urbana e punição frente aos desvios das normas sociais.

Nos casos em que a morte é eminente, cuidados paliativos, pela visão de Neves (2010) a preparação da família e cuidadores faz-se necessária ao tempo que os doentes conferem grande importância às áreas de intervenção da comunicação adequada e do apoio à família.

No que diz respeito às representações sociais, Campos (2013) considera que duas se sobressaem. A primeira aborda a *morte silenciada*, aquela que é cercada de exclusão total da problemática da morte da circulação social, minimizada ao ambiente que se encontra e de isolamento afetivo, assepsia e negação. Já a segunda, a *morte escancarada*, vem como uma banalização da morte e violência da cultura, que a usa como objeto de consumo e por vezes, fonte de persecutividade. O que o autor declara de forma mais clara como:

“marcada por embotamentos afetivos, já que ela aparece como fetiche, como uma imagem distanciada que não nos diz respeito. Nesse sentido, implica em uma banalização da morte, que passa a bombardear o cotidiano por meio da mídia, criando uma situação de terror constante que parece já não nos afetar mais”. (CAMPOS, 2013, p. 12)

O contrassenso encontrado na presença simultânea destas suas representações sociais levante uma agitação intensa, visto quase retira o espaço para se elaborar o luto e a outra o seduz gradativamente. Para as representações familiares as vivências são expressas por sentimentos semelhantes (BORGES & MENDES, 2012).

O corpo também pode ser celebrado como uma fonte de permanência do simbolismo da pessoa/animal perdido em forma de tatuagens memoriais, conforme estudos de Pinho & Rosa(2013).Diante dessa imagem de tempo que predomina na sociedade em que vivemos nos condiciona como se ficassemos presos a ele (TREVISAN *et al*, 2017).

Apesar de termos uma percepção mais ampla sobre a elaboração do luto, pode-se constatar na fala dos últimos autores que ainda há uma estagnação no processo de resignificação ao tempo que a ideia de negação se faz presente nos enlutados.

Para Mueller (2017), a composição da conteúdo midiático do cotidiano propicia uma interação tão íntega que dá a sensação de aproximação entre os indivíduos, mesmo que geograficamente separados, mas, unidos pela mídia.

Essa união entre massas, reflete por vezes positivamente, por outras negativamente, ao tempo que devido a uma cultura de ódio exaurida na modernidade a representações sociais do cunho empáticos são distorcidas a piadas, menoprezo, apatia e crueldade, tendo em vista que os brasileiros têm ainda uma cultura de humor negro bastante enaltecida mundialmente.

Ao ponto que as repercussões midiáticas aproximam e distanciam, também dão espaço ao indivíduo se abrir e expressar seus sentimento, conforme sua necessidade de transparência (ROGERS, 2014).

CONCLUSÕES

As práticas das representações sociais acompanham a modernidade ao tempo que o homem necessita deste acompanhamento para sua saúde física e mental. Não podemos desconsiderar que é um processo natural do ser e que a ciência vem apenas buscando compreender a associação representacional dos indivíduos.

De fato, necessitamos ter uma maior explanação sobre o assunto. Isocronamente ao fazer um apanhado e reflexão crítica sobre o tema, devemos considerar uma multipossibilidade, além de entender a fundamentação da subjetividade e o papel do sujeito ao condicionamento midiático.

Não é claro se os efeitos midiáticos por si só de fato influem por si só as representações sociais do simbolismo do enlutamento. Mas pode-se crer, com base em toda literatura estudada, que a contribuição é bastante significativa. Podendo esta, acelerar o processo de resignificação quando se encontra uma rede de apoio significativa, bem como pode ser um processo negativo ao ponto de que a rede social ali incluída pode estagnar o sujeito de modo que o coloque em um loop de pensamentos, ora destruidores, ora no passado, ocasionando a negação.

As representações sociais são de forma subjetiva e variam de acordo com o passar do tempo. Faz se necessário compreendê-las ao máximo para acompanhar tal processo e assim ter uma maior disponibilidade de conteúdo compartilhado com fins de melhoria e adequação dos artifícios possíveis.

Portanto, este trabalho se dispôs ao máximo de entender a literatura e construir um pensamento crítico analisando as representações sociais do processo de luto diante aos tempos modernos e midiáticos, através discussão crítica na área.

Não é fácil entender a dor do ser humano, mas é possível através de uma abertura para compreensão, aceitação e construção de uma relação de ajuda.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. D.; MENDES, N. VIVÊNCIAS PERANTEA MORTE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMILIARES DE PACIENTES FORA DE POSSIBILIDADES DE CURA. **REME**, 217-224, 2012.

CAMPOS, É. B. Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise . **Revista de Psicologia da UNESP** 12(1), 13, 2013.

Mueller, L. (XIII, nº 8 - 2017). Luto midiaticizado na contemporaneidade: a reação popular perante a morte no Facebook . **Temática**, 196-211.

NEVES, S. As Representações Sociais da Morte no Doente Paliativo. **O ROSTO SOCIAL DA MORTE**, 200, 2010.

PINHO, M. X.; ROSA, M. D. LUTO EM VERSÃO CONTEMPORÂNEA: AS TATUAGENS MEMORIAIS. **TRIVIUM**, 11, 2013.

ROGERS, C. R. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2014.

TREVISAN, M. *et al.* **Representações sociais da elaboração do luto e de suas dificuldades por parte de filhos e filhas que perderam os pais**. 2017. 189 fl. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

SALMAZO-SILVA, H. *et al.*. As Representações da Morte e do Luto no Ciclo de Vida. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, 15(4), pp. 185-206, agosto, 2012. “Finitude/Morte e Velhice”. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.

EDUCAÇÃO PERMANENTE SOB OS OLHARES DOS PROFISSIONAIS EM FORMAÇÃO NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE DA UESPI ¹

Jordânia Ferreira Mesquita de Oliveira – UESPI²

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger – UNIFSA³

Nayara de Holanda Vieira – UESPI⁴

RESUMO

A Educação Permanente em Saúde (EPS), estratégia de aprendizagem problematizadora do processo de trabalho em saúde, apresenta-se como elemento norteador de (re)orientação da formação dos profissionais. Nesta pesquisa o objetivo deste estudo é analisar as concepções do conceito da EPS no contexto do ensino-aprendizagem do programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da Universidade Estadual do Piauí (RMSFC-UESPI), uma vez que existem visões contraditórias que permeiam essa formação. Utilizou-se como técnica a entrevista semiestruturada realizada com dez residentes de diferentes categorias profissionais, selecionados de forma intencional. Os resultados apontam duas categorias: o *conceito crítico e problematizador da EPS* em que os profissionais apreendem este processo de forma horizontal e indutor de mudanças no trabalho e o *conceito verticalizado segundo a Educação Continuada* que ainda compreende a EPS como mera atualização de conteúdos no cotidiano do fazer profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente. Residência Multiprofissional. Formação em Saúde.

INTRODUÇÃO

O modo como se estruturam e são gerenciados os processos de trabalho configura um dos grandes nós críticos das propostas que apostam na mudança do modelo tecnoassistencial em saúde no Brasil. Esse impasse é resultado das dificuldades relacionadas à formação

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Assistente Social. Residente/Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: jordaniadeoliveira@live.com

³ Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Mestre em Políticas Públicas (UFPI). Especialista em Administração de Recursos Humanos (UFPI). E-mail: izabel_herika@hotmail.com

⁴ Assistente Social. Residente/Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: nayarahol@gmail.com

profissional que se mantém tradicionalmente apoiada num modelo biomédico, clínico, biologicista e focado na doença (MERHY, 2007).

Na contramão desse modelo surge o conceito de Educação Permanente em Saúde (EPS) que coloca que a criação de novas práticas em saúde exige repensar criticamente o processo de trabalho. É uma proposta político-pedagógica baseada na problematização, que coloca o cotidiano de trabalho em constante reflexão para que se efetive a transformação das práticas nos serviços de saúde (PEREIRA; OLIVEIRA, 2014).

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objeto de estudo o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da Universidade Estadual do Piauí (RMSFC-UESPI) e o processo de formação dos seus profissionais residentes sob a ótica da EPS, tendo como objetivo identificar as concepções dos profissionais acerca desse conceito. A relevância social da pesquisa reside na possibilidade de reflexões sobre o processo de formação dos profissionais de saúde, identificando limites e possibilidades da RMSFC-UESPI na perspectiva da EPS e contribuindo para a ativação de mudanças tanto a nível micro político, que abrange as especificidades do programa no contexto local da saúde, quanto no âmbito macro político na tentativa de consolidar e fortalecer o SUS.

MATERIAL E MÉTODOS

O cenário da pesquisa é o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade que no biênio 2014-2016 contava com 16 (dezesseis) residentes das seguintes profissões: Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, Educação Física, Nutrição e Serviço Social. A escolha dos sujeitos aconteceu de forma intencional, onde se procurou conjugar dois critérios: 1) participação de no mínimo um representante de cada categoria profissional; 2) participação de residentes dos três territórios de atuação/vivência da RMSFC-UESPI.

Os dados foram coletados entre setembro e novembro de 2015 com abordagem direcionada a dez sujeitos, sendo o instrumento utilizado a entrevista semiestruturada, com abordagem individual e guiada por um roteiro específico. As entrevistas foram realizadas em conformidade com os princípios da Resolução Nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e

os participantes consentiram mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto de pesquisa foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí sob número de parecer 1.034.749 e CAAE 43138115.6.0000.5209.

A análise dos dados foi feita sob a perspectiva da hermenêutica-dialética. Minayo (2015) utiliza o conceito de hermenêutica como a busca de compreensão de sentido que se dá na comunicação entre os seres humanos. Segundo Guerra (2009), o conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e seu processo de constituição. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediaticidade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento.

Operacionalmente a análise e interpretação dos dados seguiram a proposta de Minayo (2015) que abrange três passos básicos: a) *ordenação dos dados*, onde foi realizada a transcrição das entrevistas; b) *classificação dos dados*, onde foram estabelecidas interrogações para identificação do que surgiu de relevante, emergindo categorias específicas; c) *análise final*, onde se procurou estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base nos objetivos iniciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entender como os residentes compreendem a EPS possibilitou entender quais intencionalidades se manifestam no processo de formação em saúde analisado. Isso porque existem diferenças não apenas conceituais, mas principalmente de abordagem pedagógica entre os termos que têm sido problematizados teoricamente: Educação Permanente em Saúde *versus* Educação Continuada.

A Educação Permanente em Saúde é um processo de aprendizagem que possibilita a construção de conhecimentos a partir de situações do trabalho, onde há a possibilidade de negociar as soluções para os problemas existentes, através do compartilhamento dos

significados e sentidos dos objetos. Ao tomar como foco da aprendizagem o processo de trabalho, as ações de Educação Permanente trazem para a discussão coletiva também o contexto no qual se inserem as práticas de saúde (FUNESA, 2011). Esse é o discurso apresentado por parte dos residentes:

Eu vejo a educação permanente como uma proposta de problematizar o cotidiano dos serviços de saúde, de você ver as demandas daquele serviço, as histórias que ali acontecem para de fato propor mudanças a partir de inquietações que você percebe no dia a dia (...) uma educação também problematizadora, uma educação que se faça pelo coletivo, uma educação igualitária e acima de tudo implicada com o usuário (Residente 10).

A EPS é apreendida pelos sujeitos como possibilidade de transformação das práticas profissionais por meio da reflexão crítica, partindo-se do cotidiano do serviço e do território onde aquele residente está inserido, de forma coletiva e multiprofissional, que o leve a propor mudanças e ao mesmo tempo lançar mão de metodologias ativas no cuidado à saúde, de forma implicada com o usuário: “então é um espaço de produção de conhecimento no qual o profissional tanto produz conhecimento, através do trabalho em equipe, como ele se produz também em relação ao seu conhecimento, à sua atuação, à sua prática” (Residente 2).

A educação tradicional/continuada na formação e no desenvolvimento dos profissionais de saúde tem como objetivo principal a atualização de conhecimentos técnicos e é operada de forma descendente, ou seja, traduz-se num conhecimento produzido de forma verticalizada. Já a educação permanente, além de considerar importante a atualização técnica, possui como objetivo principal a transformação das práticas das equipes de saúde, utilizando-se da problematização coletiva do cotidiano do trabalho em equipe na saúde como ponto de partida para direcionar o aprendizado (Lopes *et al.*, 2007). É nisso que reside a principal diferença entre as perspectivas de educação permanente e educação continuada, como bem pontuado nesta fala:

O que eu entendo por educação permanente em saúde é que ela está muito relacionada ao mundo do trabalho no qual o profissional de saúde está inserido e que ela, ao contrário da educação continuada (...). Eu vejo que a

educação continuada está muito relacionada à sistematização de um pensamento já elaborado, ou seja, é você aperfeiçoar um conhecimento, uma prática, uma técnica (Residente 9).

Embora inseridos num programa que tem como um de seus princípios a educação permanente em saúde crítica e problematizadora, alguns residentes ainda a concebem como uma forma de se aperfeiçoar, agregar conhecimento técnico (cursos, capacitações) ou tudo aquilo que venha a somar/modificar uma graduação:

Educação permanente em saúde pra mim é algo que venha a complementar uma formação e venha a contribuir positivamente no sentido mesmo teórico, de cursos, capacitações. O que eu vou fazer é educação permanente: uma capacitação, um curso teórico, algo nesse sentido, que venha a acrescentar conhecimento (Residente 8).

Esse pensamento reflete a lógica que orienta a mudança no campo da formação em saúde: em primeiro lugar, a educação continuada aponta um caminho planejado centralmente e apoiado em processos racionais onde se espera que a educação atualize, melhore a competência técnica e articule-se com a carreira individual dos sujeitos, não permitindo o questionamento do próprio processo de trabalho. Sob outro viés, a EPS implica que a mudança se alcança a partir de um processo crítico do próprio trabalho e do trabalhador, integrando as demandas objetivas com as experiências que se processam na prática (BATISTA; GONÇALVES, 2011).

Assim, os discursos produzidos pelos residentes da RMSFC-UESPI ora se apresentam como significantes de uma educação crítica e problematizadora, colocando o sujeito profissional no centro do processo de transformação das práticas de saúde, ora se apresentam como uma visão restrita e meramente técnica do processo educativo em saúde. Estas concepções se refletem, por exemplo, em como esses sujeitos apreendem os espaços pedagógicos de formação da RMSFC-UESPI. De um lado são percebidos meramente como momentos de atualização técnica, de outro lado são vistos como propiciadores de reflexão crítica e transformadora, aliada ao processo de ensino-aprendizagem, como veremos adiante.

A transformação das práticas de saúde requer do profissional uma visão ampliada sobre a EPS, pois esta deve partir de uma aprendizagem significativa, uma pedagogia que pressupõe ao profissional de saúde/estudante/residente um papel mais ativo no processo de saúde, potencialmente mais significativo e relacionado com a experiência prévia do sujeito, contrapondo-se aos modelos tradicionais (SILVA *et al.*, 2014). Desta forma, para o residente, considerado como articulador do processo de mudanças das práticas de saúde, a aprendizagem significativa potencializa a sua consolidação como ator político do processo de mudança: “eu vejo como uma educação, uma construção que perpassa não somente pela educação técnica, de conteúdo, mas que perpassa pelo viés político, de gestão e acima de tudo, pelo contexto em que o profissional está inserido (Residente 3)”.

Aqui o residente enaltece a dimensão política do profissional enquanto sujeito central dos processos educativos em saúde. Segundo Ceccim (2005), parece-nos impostergável assegurar à área da formação não mais um lugar secundário ou de retaguarda, mas um lugar central, finalístico, às políticas de saúde. A introdução desta abordagem retira os trabalhadores da condição de “recursos” para o estatuto de atores sociais das reformas, do trabalho, das lutas pelo direito à saúde e do ordenamento de práticas acolhedoras e resolutivas de gestão e de atenção à saúde. Esta perspectiva coloca no centro do processo pedagógico a implicação ético-política do trabalhador no seu agir em ato, produzindo o cuidado em saúde, no plano individual e coletivo, em si e em equipe (MERHY, 2005).

CONCLUSÕES

Tendo como princípio norteador os pressupostos da EPS, a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da UESPI mostra-se como uma estratégia fundamental para a superação de um modelo de formação verticalizado e pouco criativo, ao possibilitar ao residente vivenciar processos de ensino e cuidado propulsores de novos modos de fazer saúde. Entretanto observa-se que ainda perduram concepções verticalizadas da EPS, como educação continuada, meramente técnica e descontextualizada do processo de trabalho em saúde.

REFERÊNCIAS

BATISTA, K.B.C.; GONCALVES, O.S.J. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. **Saúde e Sociedade**. 2011, vol.20, n.4, pp. 884-899.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, v.9, n.16, p.161-77, 2005c.

FUNESA – FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE. Educação Permanente em Saúde no Estado de Sergipe - Saberes e Tecnologias para Implantação de uma Política. **Livro do Aprendiz 2** /Fundação Estadual de Saúde – Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe. – Aracaju: FUNESA, 2011.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LOPES, S.R.S.; PIOVESAN, E.T. de A.; MELO, L. de O. M.; PEREIRA, M. F. P. Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde. **Comunicação, Ciências e Saúde**. 18(2):147-155, 2007.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Orgs.). **Agir em saúde: um desafio para o público**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2007. p.71-111.

_____. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. **Interface, Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, n. 16, p. 161-77, 2005.

MINAYO, M.C.de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PEREIRA, I. C.; OLIVEIRA, M. A. de C. **Atenção primária, promoção da saúde e o Sistema Único de Saúde: um diálogo necessário**. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, C. T. da; TERRA, M.G.; CAMPONOGARA,S.; KRUSE, M.H.L; ROSO, C.C.; XAVIER, M. da S. Educação permanente em saúde a partir de profissionais de uma residência multidisciplinar: estudo de caso. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 2014 set;35(3):49-54.

PROCESSO DE LUTO POR SUICÍDIO EM FAMILIARES: UMA REVISÃO DE LITERATURA¹

Kaio Vitor Gonçalves Fernandes²

Isis Belém Gomes dos Santos Sobreira³

Maria Alexandra Cruz Pereira⁴

Anna Karitha de Meneses Brito⁵

Wendy Helen Salazar Costa⁵

Isabela Vieira de Sousa⁶

Gabriela Fontinele⁷

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Elaborar o luto da morte de uma pessoa amada é um processo muito árduo que demanda bastante energia psíquica do sujeito. E quando essa morte é consumada pelo suicídio, processar esse luto talvez seja uma das tarefas mais dolorosas e difíceis que esses familiares terão que fazer em vida. Este estudo teve por objetivo apresentar uma revisão da literatura relacionada às dificuldades no processo de luto vivenciado por familiares, sobreviventes do suicídio. O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Como resultados obtivemos que o luto por suicídio é considerado como um luto não reconhecido socialmente, por ser carregado de estigmas e preconceito sociais, causando uma alteração na dinâmica familiar e gerando uma série de fatores complicadores a elaboração do luto pelos sobreviventes. O sentimento de culpa é bastante presente, mais intensificado naqueles que possuía conflito com a pessoa na qual tirou a própria vida. Dessa forma, os estudos indicam a importância do suporte, aconselhamento e psicoterapia para os familiares. Assim, vale ressaltar-se a importância de se estudar e publicar na área, proporcionando uma compreensão e suporte social sobre esse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: luto, sobreviventes, suicídio.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmico do 10º Período do Curso de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: kaio_fgv@hotmail.com

³ Acadêmica do 10º Período do Curso de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: isixsobreira@gmail.com

⁴ Acadêmica do 10º Período do Curso de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: melalex380@gmail.com

⁵ Acadêmica do 10º Período do Curso de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: annakaritha@hotmail.com

⁶ Acadêmica do 10º Período do Curso de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: isabelavieira17@gmail.com

⁷ Acadêmica do 10º Período do Curso de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: gabifontenele@gmail.com

INTRODUÇÃO

O suicídio é uma das maiores causas de morte do mundo, considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como grave problema de saúde pública. É um ato socialmente impactante e, por isso, muitas vezes é ocultado pela família e demais pessoas envolvidas (SPIES; CRISTOFER, 2014). O luto por alguém que comete suicídio é diferente das outras formas de morte, o silêncio instala-se, a família enquanto sobrevivente procura esconder a causa da morte e as pessoas ao redor silenciam. É comum haver sentimentos de culpa, por não ter percebido os sinais, impotência, raiva, ansiedade e medo de que outros membros venham a cometer e por se dá conta da sua própria vulnerabilidade (MOURA, 2011). Assim, os familiares, para dar conta da situação, precisam elaborar uma construção com a qual possa atribuir algum sentido para esta experiência (SOUZA, 2005).

Elaborar o luto da morte de uma pessoa amada é um processo muito árduo que demanda bastante energia psíquica do sujeito. E quando essa morte é consumada pelo suicídio, processar esse luto talvez seja uma das tarefas mais dolorosas e difíceis que esses familiares terão que fazer em vida. Portanto, acredita-se que ações assistências e de pesquisa sejam necessárias pelos múltiplos desafios enfrentados no processo de luto dessa demanda que está cada dia mais recorrente na nossa sociedade e que por que por diversas vezes são negligenciadas. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a produção científica em relação às dificuldades no processo de luto vivenciado por familiares, sobreviventes do suicídio.

MATERIAL E MÉTODOS

Com o intuito de cumprir com o objetivo proposto, o presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, onde o levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), LILACS (Literatura Latino Americana de Ciências de Saúde) e SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), mediante o cruzamento das palavras chaves: Luto, Sobreviventes e Suicídio.

Os critérios de inclusão foram: artigos científicos completos, publicados nos últimos 10 anos em língua portuguesa. Foram excluídos artigos incompletos, dissertações, livros, artigos que eram inferiores ao ano de 2007, e de língua estrangeira. Os artigos encontrados foram avaliados e selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. A seleção inicial dos artigos sucedeu por meio da leitura do título e resumo. Sendo excluídos artigos duplicados e aqueles que não abrangiam a temática proposta pelos integrantes. Na segunda etapa foram eleitos os artigos para a leitura completa, selecionando os artigos com que melhor discutirão sobre luto, sobreviventes e suicídio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O luto por suicídio é considerado como um luto não reconhecido socialmente. Por ser repelida pela sociedade, a morte por suicídio possivelmente apresentará mais dificuldades para a elaboração do luto dos sobreviventes e desencadeia o luto mais difícil de ser enfrentado e resolvido de maneira eficaz, em qualquer família (ARAGÃO NETO,2014). Por ser um ato estigmatizado e deliberado, as vidas que são impactadas pelo ato da pessoa se auto aniquilar podem vir a ser rotuladas como vítima ou "coitada", o que acaba dificultando ainda mais o processo de luto dos mesmos. As pessoas que são mais próximos da pessoa que cometeu suicídio ficam com a vida radicalmente transformada e precisam dar significado a essa perda, buscar um sentido em sua vida para o ato de pôr fim a própria vida, como fez o ente querido.

O suicídio pode não significar apenas por um fim em si mesmo, a morte auto imposta é um ato humano que provoca o sofrimento nas pessoas que ficaram e vivenciaram seu impacto. Fukumitsu, (2016) coloca que o contato inicial com a notícia dessa morte provoca um choque que causa uma sensação de anestesia. A sobrecarga é maior para o primeiro a encontrar o corpo da pessoa querida, a imagem do corpo morto e da morte personificada na pessoa amada impregna na mente e, por mais que o enlutado tente se afastar dessa visão, não consegue. A pessoa em que vivenciou essa perda na sua vida tem q vida irremediavelmente marcada por um evento externo- o suicídio.

A culpa é um dos fatores que torna esse processo de luto ainda mais doloroso (FUKUMITSU, 2016; FIGUEIREDO *et al.*, 2012; FRANCO; MAZORRA, 2007). A culpa por não ter notado os sinais, por não estarem no momento do ato do suicídio para impedir, por não terem valorizados certos momentos com a pessoa amada, dificulta que o enlutado se reorganize, pois, a sua energia psíquica está sempre voltada para lidar com as consequências emocionais da ideia ilusória de que a situação poderia ser totalmente diferente do desfecho do suicídio. Essa culpa pode ser intensificada em familiares que mantinha vínculos afetivos conflituosos com o suicida.

O suicídio é tabu, uma morte que carrega estigma. Os sobreviventes compartilham a vergonha de apontar a causa da morte por isso preferem esconder esse tipo de morte. Os familiares de quem se mata podem se sentir julgados: ouvem que não foram capazes de perceber os sinais de que a pessoa se mataria que são doentes ou loucos por causa do suicídio. O sobrevivente sente vergonha, pois além dos remorsos enfrenta o preconceito. A tipologia do funcionamento familiar pode influenciar a maneira como os seus membros vivenciam e experienciam o processo de luto e vice-versa. Para corroborar com este assunto, Fukumitsu e Kovács (2016) apresentam que o modo de lidar com o fato depende do auto e do heterossuporte do enlutado, ou seja, dos recursos internos e das inúmeras inter-relações e ajustamentos criativos, que ele possa realizar conforme a interação com o meio ambiente.

Delalibera *et al.* (2015) aponta evidências de que as famílias disfuncionais manifestam maior sintomatologia psicopatológica, maior morbidade psicossocial, pior funcionamento social, dificuldade para recorrer aos recursos da comunidade, menor capacidade funcional no trabalho, e um processo de luto mais complicado. Os conflitos familiares também foram destacados como um fator que pode contribuir para o desenvolvimento de um luto complicado, assim como a coesão, a expressão de afeto e uma boa comunicação nas famílias pode ser considerado como atenuantes nos sintomas de luto.

Dessa forma, Osmarin (2015) em seu estudo ressalta a importância dos familiares e amigos receberem apoio e aconselhamento para evitarem a instalação de sentimentos de culpa, raiva, responsabilização pelo ato suicida, possíveis pensamentos suicidas e nível de perturbação emocional. Vale ressaltar, a importância de recursos a serem desenvolvidos para

lidar com essas reações, sendo de grande importância o suporte, aconselhamento e psicoterapia. Corroborando com essa ideia, Miranda (2014) reitera sobre a importância do suporte oferecido em grupo, casal, família ou individual, podendo também ser oferecido por e-mail e por telefone.

CONCLUSÕES

Através do presente artigo, pode-se compreender que o suicídio não afeta somente o indivíduo que tira a própria vida, mas todas as pessoas que estão a sua volta, que são os sobreviventes. Os estudos apontam que o luto por suicídio é considerado como um luto não reconhecido socialmente, por ser carregado de estigmas e preconceito sociais, causando uma alteração na dinâmica familiar e gerando uma série de fatores complicadores a elaboração do luto pelos sobreviventes. O sentimento de culpa é bastante presente, mais intensificado naqueles que possuía conflito com a pessoa na qual tirou a própria vida. Dessa forma, os estudos indicam a importância do suporte, aconselhamento e psicoterapia para os familiares.

Com isso, acredita-se na relevância da temática deste artigo no aspecto social e científico, uma vez que muitas são as pessoas impactadas com pela morte de um ente querido por suicídio e por ter poucos estudos relacionados, se fazendo necessárias a produção e publicações sobre a temática que esta cada dia mais recorrente. Este trabalho contribui para ciência, uma vez que se refere a uma temática atual e necessária, além de se fazer importante a compreensão desse fenômeno para poder promover o suporte necessário a esses familiares.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO NETO, C. H. **O Luto de um Suicídio**. In: SANTOS, Franklin S.; org. *Tratado brasileiro sobre perdas e luto*. São Paulo: Atheneu Editora, 2014.

DELALIBERA, M.*et al* . A dinâmica familiar no processo de luto: revisão sistemática da literatura. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 4, p. 1119-1134, Apr. 2015 .

FRANCO, M. H. P.; MAZORRA, L. Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 24, n. 4, p. 503-511, Dec. 2007

FUKUMITSU, K. O.; KOVACS, M. J. Especificidades sobre processo de luto frente ao suicídio. **Psico (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 03-12, 2016.

FIGUEIREDO, A. E. B. *et al.* Impacto do suicídio da pessoa idosa em suas famílias. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 1993-2002, Ago. 2012.

SPIES, P. C.; COSTA, C. B. Suicídio: a percepção familiar sobre aquele que deu fim a própria vida. **Revista Psicologia em Foco** (URI. Frederico Westphalen), v. 6, p. 78-95, 2014.

Organização Mundial da Saúde. **Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária**. Genebra, 2014.

OSMARIN, V. M. **Suicídio: o luto dos sobreviventes**. Rio Grande do Sul: Psicologia.Pt, 2015.

KOVÁCS, M. J. “**Morte, separação, perdas e o processo de luto**”. In KOVÁCS, M. J. (Org.), *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992, p. 149-164.

MIRANDA, T. G. **Autópsia psicológica: compreendendo casos de suicídio e o impacto da perda**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e cultura). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

O LUTO MATERNO EM SITUAÇÃO DE MORTE DECORRENTE DO CÂNCER INFANTIL¹

Isis Belém Gomes dos Santos Sobreira²

Wendy Helen Salazar Costa³

Sttephanyde Sousa Araújo⁴

Ana Gabriela Campos Fontinele⁵

Taynan Mateus Sousa Gonzaga⁶

Kaio Vitor Gonçalves Fernandes⁷

Patricia Melo do Monte⁸

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

A morte causada por câncer infantil provoca forte repercussão na família, por se tratar de um final precoce da vida, e no que se refere à sobrecarga emocional do luto, a mãe comumente se torna a figura mais presente no período de adoecimento do filho, por se remodelar a situação, se ausentando dos demais papéis sociais e priorizando os cuidados continuados do filho. O artigo tem como objetivo compreender como as mães que perderam filhos decorrentes do câncer infantil vivenciam o luto, através da pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter exploratório. Os resultados revelam que as vivências parentais decorrentes do câncer infantil produzem imprevistas transformações com alterações emocionais de todos os participantes do processo. O luto materno é vivenciado de forma dolorosa onde algumas mães apresentam maior adaptação à situação, resignificando de maneira saudável, enquanto outras vivenciam o processo de perda de forma a sentirem-se culpadas. É importante compreender que toda experiência é subjetiva e singular. Destacam-se também a importância das redes de apoio durante o processo de adoecimento e perda do filho. Este trabalho contribui para a ciência abordando uma temática atual e necessária devido à pouca quantidade de produção científica a respeito do assunto e a importância do olhar compreensivo do sofrimento vivenciado pelas mães.

PALAVRAS-CHAVE: materno, luto, câncer.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduanda do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: isixsobreira@gmail.com

³Graduanda do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: wendyhellensc@gmail.com

⁴Graduanda do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: sttephanysousa@hotmail.com

⁵Graduanda do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: gabifontenele@hotmail.com

⁶Graduando do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: taynangonzaga@outlook.com

⁷Graduando do 10º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: kaio_fgv@hotmail.com

⁸Orientador- Professor doutor do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: patriciamelo2000@gmail.com

INTRODUÇÃO

A morte da criança em si já é inconcebível, mas, quando associada a um câncer, impregna ainda mais de angústia e temores aqueles que mantêm um vínculo com o ser doente (MAZE-GONÇALVES et al., 2016). De acordo com INCA (2018) assim como em países desenvolvidos, no Brasil, o câncer já representa a primeira causa de morte (8% do total) por doença entre crianças e adolescentes de 1 a 19 anos.

A morte causada por câncer infantil provoca forte repercussão na família, por se tratar de um final precoce da vida, e no que se refere à sobrecarga emocional do luto, a mãe se torna a figura principal devido, comumente, ser a figura mais presente no período de adoecimento do filho, por se remodelar a situação se ausentando dos demais papéis sociais e priorizando os cuidados continuados do filho. Essa remodelação resulta em transformações físicas, psicológicas, econômicas, sociais produzindo na vida materna fortes implicações.

Dessa forma, é importante ressaltar que o aprofundamento nesse tema possibilita entender de forma mais clara o luto vivenciado pelas mães em situação de morte por câncer infantil. Assim, o presente artigo levanta a problemática em relação ao luto vivenciado pelas mães em situação de morte por câncer infantil. Este artigo tem como objetivo através do levantamento bibliográfico, compreender como as mães que perderam filhos decorrentes do câncer infantil vivenciam este luto, com o intuito de amplificar os conteúdos acerca do assunto abordado para profissionais de Psicologia, e áreas afins que possam vir a trabalhar e/ou pesquisar sobre o tema.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, onde o levantamento bibliográfico foi realizado através das plataformas online como Scielo, Pepsic, Lilacs e Google acadêmico visando proporcionar maior clareza sobre o problema apresentado. Utilizaram-se como critério de inclusão os estudos com os descritores: Materno; Luto; Câncer. Artigos publicados e disponíveis na internet que abrangiam o tema, entre 2013 a 2018. E como critério de exclusão, definiu-se não utilizar artigos que não correspondiam ao objetivo de

estudo e que estivessem incompletos. Os textos encontrados foram lidos na íntegra e foram selecionados para compor esta pesquisa apenas aqueles que representavam o tema abordado, com destaque nas vivências parentais decorrente do câncer infantil e no luto materno decorrente do câncer infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alves *et al.* (2015) com o objetivo de compreender a vivência dos pais da criança com câncer na condição de impossibilidade terapêutica, realizaram um estudo fundamentado na fenomenologia existencial heideggeriana. A realização desse estudo verificou que na situação de impossibilidade terapêutica, a vivência se torna mais complexa e extrema, onde o consolo encontrado está presente na fé, religiosidade e na esperança pela providência divina, tomando-os como instrumento imprescindível no enfrentamento da perda.

De forma semelhante, Beneditti *et al.* (2015) realizaram um estudo baseado na fenomenologia existencial heideggeriana, que objetivou compreender as vivências de pais/mães de crianças e adolescentes com câncer. A pesquisa foi realizada com 13 pais de oito pacientes, atendidos por uma associação beneficente do noroeste do Paraná, onde foram indagados a respeito da vivência subjetiva relacionada à experiência de ter um filho com câncer. A partir da análise, emergiram três temáticas: experienciando o estar presente e o estar ausente de o ente querido; compartilhando a tristeza existencial do filho; e aprendendo com o filho doente. Foi possível evidenciar que estes pais experimentam imprevistas transformações no cotidiano, desencadeando incertezas, medos e angústias. Entretanto, a mesma angústia que os faz quedarem-se diante do mundo, fá-los compreender a condição existencial do filho e de si próprios. Dessa forma, é necessário que os profissionais, transponham o cuidado técnico-científico buscando compreender suas necessidades existenciais visando oferecer um dado integral e humanizado.

A morte de um filho produz impactos de alta magnitude na vida dos pais, principalmente quando ocorre a antecipação dessa perda, desencadeando vivências de luto antecipatório. No período de espera, as possibilidades de recorrência da doença promovem

nas mães a dificuldade em ter que conviver com a necessidade de viver uma nova jornada, assim como reconhecer que esse retorno, em sua grande maioria, exige um tratamento mais difícil e com possibilidades de vitória menores (MORELLI *et. al* 2013). Com o intuito de refletir sobre a vivência do luto materno na sociedade brasileira contemporânea, a partir da perspectiva fenomenológico-existencial, Freitas e Michel (2014) realizaram a pesquisa com três mães enlutadas e perceberam que há uma diferença qualitativa entre os constituintes decorrentes da vivência do luto. Em alguns se percebe a simples descrição de aspectos presentes na vivência do luto (dor ou culpa), em outros, nota-se a resignificação - a busca de uma nova forma de existir. Os autores pontuam que a grande dor que uma mãe sofre ao perder um filho também deve ser destacada, principalmente em nosso contexto social de sobrevalorização do papel da mãe associado à discrição na expressão das emoções; e que embora o luto se modifique ao longo do tempo, a perda de um filho jamais é superada, sendo este sofrimento compreendido não mais como uma condição patológica, mas como especificidades a serem compreendidas, já que cada experiência é única e envolve condições próprias.

Com o objetivo de compreender a experiência de uma mãe que perdeu seu filho em decorrência de câncer infantil, aproximando-se dos sentidos pessoais desta vivência por meio da perspectiva fenomenológico-existencial. Silva e Melo (2013) realizaram um estudo de caso, com a participação de uma mãe, desenvolvida em uma organização não governamental de apoio à criança com câncer, localizada na cidade do Natal-RN, sendo que a análise foi fundamentada na hermenêutica heideggeriana. Dessa forma, problematizaram o luto materno como uma experiência particular, auxiliando na compreensão de significados e sentidos atribuídos a essa perda vivenciada pelas mães que perderam filho por câncer infantil; expondo que o diagnóstico de câncer infantil como possibilidade da concretização da morte, impõe-se abruptamente na vida da mãe, afastando-a imediatamente do modo de ser constitutivo na impessoalidade e provocando à mãe um redimensionamento na sua forma de existir; sendo que a experiência do câncer infantil é capaz de aproximar cada mãe da ontológica sensação de desamparo humano, mobilizando mudanças, e que a garantia do cuidado, durante o processo de adoecimento e perda do filho, favorece uma vivência

autêntica do luto e a abertura de novas possibilidades em suas vidas. Destacando, a importância do papel da equipe de saúde no acompanhamento destas mulheres e a repercussão positiva da rede de apoio frente ao processo de luto materno.

Corroborando com isso, Mazer-Gonçalves *et al.* (2016) com o intuito de compreender os significados que mães, cujos filhos terminaram o tratamento do câncer infantil, atribuem à morte de outras crianças com câncer vivenciadas no contexto hospitalar. Através de uma pesquisa qualitativa com fundamentação fenomenológica, entrevistaram sete mães cujos filhos haviam concluído tratamento em hospital terciário do interior paulista. Como resultados obtiveram que as mães cujos filhos foram companheiros de tratamento de uma criança que morreu, são afetadas pela morte precoce de crianças que, assim como seus filhos, lutavam pela sobrevivência; evidenciou que, quando as mães recordavam a morte de uma criança com câncer no hospital, significavam esse acontecimento com intensos sentimentos de frustração, tristeza e sofrimento; as participantes relataram de forma explícita que sentiam medo diante da morte de uma criança no hospital, pois isso as fazia pensar na possibilidade de morte do próprio filho ou da recidiva da doença. Os autores relatam que a situação traz o significado de aproximar emocionalmente as mães e ao favorecer um laço de identificação, poderia ser aproveitado e trabalhado, contribuindo para transformação de sentimentos negativos. Validando o que foi citado por Silva e Melo (2013) sobre a importância da rede de apoio, o suporte como fator de proteção para mães que vivem a experiência de adoecimento e morte de um filho.

CONCLUSÕES

Através do presente artigo, pode-se compreender que a morte produz diversos impactos na vida da família do ente querido, onde é necessário um processo de ajustamento e adaptação à nova realidade. O luto decorrente do câncer infantil acarreta mudanças sociais, emocionais e financeiras na vida dos familiares. Porém, a mãe por ser responsável pelos cuidados continuados com o filho sofre de maneira singular, tendo que se distanciar de

algumas atividades para promover dedicação peculiar ao filho doente. A criança com câncer necessita de uma dedicação em tempo integral, e assim, essas mães esquecem-se da própria vida com a finalidade de dedicar-se ao filho doente.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível compreender a vivência do luto materno em situações de perda decorrente do câncer. Quanto à vivência parental decorrente do câncer infantil, os pais experimentam imprevistas transformações no cotidiano familiar, alterações emocionais de todos os participantes do processo e a angústia vivenciada o fazem paralisarem diante do mundo possibilitando refletirem a respeito da condição existencial do filho e de si próprios. Além de ser imprescindível que haja a integração por parte dos profissionais com o acompanhante ao ambiente hospitalar a fim de promover uma maior facilitação ao processo de ajustamento, fazendo necessário o foco na assistência da humanização.

O luto materno é vivenciado de forma dolorosa onde algumas mães apresentam uma maior adaptação à situação, ressignificando de maneira saudável, enquanto outras vivenciam o processo de perda de forma a sentirem-se culpadas, no entanto, é importante compreender que toda experiência dolorosa é subjetiva e singular. A experiência do câncer infantil é capaz de aproximar cada mãe da ontológica sensação de desamparo humano, mobilizando mudanças, e que a garantia do cuidado, durante o processo de adoecimento e perda do filho, favorece uma vivência autêntica do luto e a abertura de novas possibilidades em suas vidas. Foi verificado que as mães cujos filhos foram companheiros de tratamento de uma criança que morreu, são afetadas pela morte precoce de crianças que, assim como seus filhos, lutavam pela sobrevivência; evidenciou que, quando as mães recordavam a morte de uma criança com câncer no hospital, significavam esse acontecimento com intensos sentimentos de frustração, tristeza e sofrimento. Dessa forma, vale destacar a importância do papel da equipe de saúde no acompanhamento destas mulheres e a repercussão positiva da rede de apoio frente ao adoecimento e processo de luto materno.

Acredita-se que esse artigo tem grande relevância social e científica, uma vez que reflete as implicações da morte decorrente do câncer infantil na vida dos pais, em especial das mães. Uma vez que a produção científica nessa temática são poucos e a maior parte analisados

a partir da fenomenologia. Este trabalho contribui para a ciência abordando uma temática atual e necessária, devido ao câncer representar no Brasil a primeira causa de morte por doença entre crianças e adolescentes, além de se fazer importante o olhar de compreensão a respeito do sofrimento gerado pelo luto materno e familiar decorrente do câncer infantil e a criação de redes de apoio para auxílio no enfrentamento do processo de adoecimento do filho e da perda.

REFERÊNCIAS

ALVES, Karine de Melo Cezar et al. A vivência dos pais da criança com câncer na condição de impossibilidade terapêutica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n2/pt_0104-0707-tce-25-02-2120014.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2018.

BENEDETTI, Gabriella Michel dos Santos et al. Vivências de pais/mães de crianças e adolescentes com câncer: uma abordagem fenomenológico-existencial Heideggeriana. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 554-562, Jun 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000200554&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

FREITAS, Joanneliese Lucas de; MICHEL, Luís Henrique Fuck. A maior dor do mundo: o luto materno em uma perspectiva fenomenológica. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 273-283, Jun 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 de maio 2018.

SILVA, Patricia Karla de Souza e; MELO, Symone Fernandes de. Experiência materna de perda de um filho com câncer infantil: um estudo fenomenológico. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 147-156, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 de maio 2018.

MAZER-GONCALVES, Sheila Maria; VALLE, Elizabeth Ranier Martins do; SANTOS, Manoel Antônio dos. Significados da morte de crianças com câncer: vivências de mães de crianças companheiras de tratamento. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 613-622, Dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000400613&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 de maio 2018.

SETEMBRO AMARELO E O IMPACTO DAS AÇÕES COLETIVAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Paulo Natanael Sousa Sales¹

Mateus Raimundo de Carvalho²

Patrícia Melo do Monte³

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde - OMS (2014), o suicídio é a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo. No Brasil, 11 mil pessoas cometem suicídio por ano, sendo o suicídio a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Diante desse fenômeno tão presente no Brasil e no mundo, surge em 2015 a campanha Setembro Amarelo, com o objetivo de desenvolver ações de conscientização acerca da prevenção do suicídio, considerado pela OMS como um grave problema de saúde pública. Este trabalho tem como objetivo analisar as intervenções referentes ao Setembro Amarelo em vários estados brasileiros. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental realizada em sites da internet sobre as ações desenvolvidas na campanha Setembro Amarelo em todo o Brasil nos anos de 2016 e 2017. Foram encontradas ações referentes ao Setembro Amarelo nos seguintes estados: Amazonas, Piauí, Bahia, Maranhão, Ceará, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Foi possível perceber de acordo com esta pesquisa que as ações do Setembro Amarelo se concentram mais nos estados da região Sul, visto que essa região está entre as regiões com maiores índices de suicídio do Brasil. Entre as ações que mais ocorrem em prol do Setembro Amarelo, destacam-se as palestras, mesas-redondas e distribuição de folhetos e laços amarelos.

PALAVRAS-CHAVE: Setembro Amarelo, Ações, Suicídio.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde - OMS (2014), o suicídio é a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo. No Brasil, 11 mil pessoas morrem por suicídio por ano, sendo o suicídio a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Diante desse fenômeno tão presente no Brasil e no mundo, surge em 2015 a campanha Setembro Amarelo, com o objetivo de desenvolver ações de

¹ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, E-mail: nathanael_paulo@hotmail.com

² Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, E-mail: mateus_raimundo95@outlook.com

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, E-mail: patriciamelo2000@gmail.com

conscientização acerca da prevenção do suicídio, considerado pela OMS como um grave problema de saúde pública. O Setembro Amarelo iniciou no Brasil pelo CVV (Centro de Valorização da Vida), CFM (Conselho Federal de Medicina) e ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) em 2015, realizando as primeiras atividades em Brasília. Este trabalho tem como objetivo analisar as intervenções referentes ao Setembro Amarelo em vários estados brasileiros.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental realizada em sites da internet sobre as ações desenvolvidas na campanha Setembro Amarelo em todo o Brasil nos anos de 2016 e 2017. Para a realização desta pesquisa, buscou-se no site de buscas Google as palavras “ações” e “setembro amarelo”, chegando a 3.660.000 resultados. Aplicou-se os critérios de inclusão e de exclusão, o que possibilitou aos pesquisadores chegarem a um total de 22 resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontradas ações referentes ao Setembro Amarelo nos seguintes estados: Amazonas, Piauí, Bahia, Maranhão, Ceará, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Na Bahia, o Sindicato dos Médicos (Sindimed) como forma de atingir os internautas, divulgou vídeos na Internet em 2017 com artistas baianos e profissionais da saúde discutindo sobre a importância da prevenção do suicídio. Esta ação do Sindimed é significativa, pois a Internet é um mecanismo eficaz, visto que atinge um grande número de usuários em um curto espaço de tempo. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (2014), o suicídio configura-se como a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo e essa faixa etária também compreende os grupos de idade que mais acessam a internet segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), realizada pelo IBGE. Em Imbituba (SC), ações relacionadas ao suicídio foram

desenvolvidas em 2017 para atingir a população. A gerente do CAPS afirmou que as equipes estão discutindo sobre a importância do acolhimento, orientando os pacientes e familiares e divulgando os principais fatores de risco. Gutierrez (2014 *apud* FREITAS, BORGES, 2017) assinala que um acolhimento de qualidade realizado no serviço de saúde pode determinar que o paciente aceite e dê continuidade ao seu tratamento.

CONCLUSÕES

Foi possível perceber de acordo com esta pesquisa que as ações do Setembro Amarelo se concentram mais nos estados da região Sul, visto que essa região está entre as regiões com maiores índices de suicídio do Brasil. Entre as ações que mais ocorrem em prol do Setembro Amarelo, destacam-se as palestras, mesas-redondas e distribuição de folhetos e laços amarelos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS: Revista do Corpo Discente do PPG – História da UFRGS**, v. 3, n. 8, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal**. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Preventing suicide: a global imperative**. Geneva: OMS; 2014.

SETEMBRO AMARELO. **História**. Disponível em:
<<http://www.setembroamarelo.org.br/historia/>> Acesso em 16 de Maio de 2018.

A VIVÊNCIA DA TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE SOB O OLHAR DOS PROFISSIONAIS EM FORMAÇÃO NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE DA UESPI¹

Nayara de Holanda Vieira – UESPI²

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger – UNIFSA³

Jordânia Ferreira Mesquita de Oliveira – UESPI⁴

RESUMO

Trata-se de um estudo analítico descritivo que tem como objetivo analisar o olhar dos profissionais em formação da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade – RMSFC, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, da cidade de Teresina – Piauí, a partir da vivência da territorialização através da experiência dos 16 (dezesesseis) residentes de diversas categorias profissionais, nos 3 (três) territórios adscritos às Unidades Básicas de Saúde. O estudo utiliza abordagem qualitativa, do tipo descritiva exploratória, realizada por meio da pesquisa de campo. Foi utilizado como instrumentos de construção de dados a observação participante, aplicação de questionários e realização de grupo focal. A análise e interpretação dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo, por meio da leitura dos discursos dos participantes do estudo até a compreensão do objeto estudado. Os resultados apontam que a territorialização em saúde é necessária para a elaboração do planejamento em saúde, a identificação dos determinantes e condicionantes no processo saúde-doença e que é uma estratégia metodológica de trabalho que ganha destaque para o conhecimento do território, suas potencialidades e fragilidades proporcionando ações em saúde mais efetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino na Saúde; Territorialização; Residência Multiprofissional

INTRODUÇÃO

Diante do contexto da Reforma Sanitária, que demanda um novo perfil profissional e tem como estratégias de aprimoramento uma alternativa para promover a mudança da

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Assistente Social. Residente/Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Universidade Estadual do Piauí. nayarahol@gmail.com

³ Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Mestre em Políticas Públicas (UFPI). Especialista em Administração de Recursos Humanos (UFPI). E-mail: izabel_herika@hotmail.com

⁴Assistente Social. Residente/Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Universidade Estadual do Piauí. jordaniadeoliveira@live.com

prática assistencial em saúde, a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (RMSFC) que constitui modalidade de ensino de pós-graduação *Lato Sensu*, é caracterizada como aprendizagem em serviço (UESPI, 2010).

Em vivências na Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, na cidade de Teresina (Piauí), tem-se percebido a importância do conhecimento do território de atuação, por meio do processo de territorialização, como identificação da população, dos condicionantes e determinantes à saúde, bem como para o planejamento de ações em saúde.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objeto de estudo a vivência da territorialização em saúde através da experiência dos profissionais em formação da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade – RMSFC, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, da cidade de Teresina – Piauí, com os 16 (dezesesseis) residentes de diversas categorias profissionais, nos 3 (três) territórios adscritos às Unidades Básicas de Saúde, tendo como objetivo analisar os olhares dos profissionais a partir da vivência da territorialização vivenciada pelos mesmos.

A relevância social da pesquisa é destacada pela contribuição que a territorialização em saúde traz para o fortalecimento dos processos de trabalho, especificamente na elaboração do planejamento em saúde, a identificação dos determinantes e condicionantes que interferem no processo saúde-doença, com destaque para as potencialidades e fragilidades proporcionando ações em saúde mais efetivas.

MATERIAL E MÉTODOS

O cenário da pesquisa foi o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade – RMSFC da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, que no biênio 2014-2016 contava com 16 (dezesesseis) residentes das seguintes profissões: Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, Educação Física, Nutrição e Serviço Social. O estudo em pauta, teve o universo de 16(dezesesseis) participantes na pesquisa, estes todos residentes da RMSFC. Foi pesquisado o universo total pois todos vivenciaram o processo de territorialização em três territórios distintos.

Para a obtenção de dados relevantes para a pesquisa, estes que foram coletados entre junho e agosto de 2015, foi aplicado inicialmente um questionário. Foi realizada a técnica de pesquisa qualitativa denominada grupo focal que aconteceu em 03(três) momentos com os residentes, estes subdivididos em momento para cada equipe em grupos com 06(seis) residentes, 5(cinco) residentes e outro grupo de 05(cinco) residentes, de acordo com o território de abrangência da residência adscrito à unidade básica de saúde. E ainda, foi utilizada a técnica da observação-participante em que ocorreu o contato direto da pesquisadora, por esta ser residente, com o fenômeno observado.

A pesquisa obedeceu aos aspectos éticos de acordo com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e os participantes consentiram mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias. O projeto de pesquisa foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí sob número de parecer 1.125.328 e CAAE 43762115.2.0000.5209.

A análise das informações construídas se condensaram pela análise de conteúdo constituída com base na leitura dos discursos dos participantes do estudo até a compreensão do objeto estudado como meio de conseguir respostas às indagações, procurando estabelecer as relações necessárias entre as informações construídas e os pressupostos teóricos, sendo que as respostas foram examinadas de acordo com suas similaridades e agrupadas por categorias até a construção dos resultados (MINAYO, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando aclarar o entendimento de forma geral, a partir dos grupos pesquisados, por meio dos grupos focais, os dados construídos foram agrupados em categorias, conforme as questões norteadoras, contendo as respectivas ideias centrais obtidas em cada uma destas, a saber: a compreensão da vivência da territorialização em saúde para os residentes e as percepções que os mesmos tiveram sob o olhar da territorialização para os processos de trabalho em saúde.

Para Pereira e Barcellos (2006), a territorialização é entendida como uma etapa de implantação da ESF, já que esse instrumento permite que a mesma coloque as famílias no

centro de sua atuação. Pois favorece o conhecimento dos dados demográficos, epidemiológicos, e de condições de vida inclusive ambientais, reorientando dessa forma as ações de saúde para as necessidades da população.

O processo da territorialização na saúde, e como forma de atender ao pressuposto de resolutividade, tem o planejamento, como ferramenta capaz de possibilitar ações efetivas e maior sintonia com as necessidades de atenção de grupos em particular. Portanto é a arte de elaborar o plano de um processo de mudança (BRASIL, 2001).

No entanto para Sousa (2000), o diagnóstico em saúde coletiva é parte deste processo de planejamento, identificando e caracterizando uma situação. Diagnosticar é então, analisar uma dada realidade com vistas a desenhar um quadro de necessidades e soluções. Por isso, é etapa fundamental no planejamento das ações de uma Equipe de Saúde da Família (ESF).

A concepção de território supõe movimento, isto é, não se confunde com uma área de abrangência, que embute a definição de um dado volume de população ou mesmo o estabelecimento de um espaço geográfico resultante de um dispositivo jurídico estatal. Neste sentido, é preciso ter claro que o território contém uma dimensão histórica, pois se constitui e constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. Assim, é o processo que define a trajetória do território, e esse processo se reflete na trajetória dos que nele vivem, mas também é demarcado pelas trajetórias dos sujeitos nele abairrados. (SPOSATY, 2013).

A partir desse entendimento que foi analisado, inicialmente foi identificado as percepções conceituais dos residentes acerca do olhar a partir da vivência da territorialização:

Eu diria que é o processo que você vai conhecer e reconhecer a área na qual vai atuar, não só no aspecto como já foi falado, físico, territorial de delimitação, mas também social, cultural, ver quais são as demandas daquela região que você vai ter que trabalhar, quais são as potencialidades e as fragilidades. É reconhecer os equipamentos sociais para fazer saúde como praças, escolas, associações de moradores, a própria unidade básica de saúde, entre outros espaços (Residente 1).

A territorialização em saúde é apreendida pelos participantes como possibilidade de transformação nos processos de trabalho em saúde. “A territorialização vai além de papel, de

estatísticas e mapas. É a aproximação do serviço com a comunidade. É conhecer toda a rede de atendimento para dá resolutividade ao usuário “(Residente 9).

Pensar a vivência da territorialização em saúde pela equipe multiprofissional da RMSFC, despertou anseios diversos, conforme os discursos apresentado por alguns dos residentes:

Eu senti aquela ansiedade inicial ao saber que tinha que entrar num território que você não conhece, assim como o anseio de conhecer a equipe na qual eu iria trabalhar, como seria o nosso próprio modo de trabalho enquanto equipe, além de saber que tinha que percorrer áreas muito grandes (Residente 3).

Pra mim tudo isso foi bem diferente pois a minha formação foi muito clínica, daí estamos acostumados a trabalhar em espaços mais restritos, não tendo muito contato com toda a comunidade, então quando eu recebi a proposta de que eu teria que fazer esse processo de conhecimento do território, eu pensei se eu deveria ter que fazer mesmo. Até nos critérios observacionais eu não tinha esse olhar que a territorialização nos propõe a ter (Residente 5, grifos nossos).

Algumas dificuldades estruturais como o sol, barreiras de acesso tanto por conta do relevo como da própria violência em alguns bairros. Ainda, precisamos contar com o apoio das equipes de saúde, principalmente dos agentes comunitários de saúde, que em algumas vezes não podem ou não se interessam em participar desse processo (Residente 11, grifos nossos).

Os discursos produzidos pelos residentes embora envoltos de anseios, disponha a importância do diagnóstico em saúde, e revelou ainda entraves para sua realização, por haver desconhecimento por parte da maioria dos residentes sobre o que seria a territorialização antes de adentrarem na residência, elencando aqui que na maioria das graduações não tiveram o conhecimento necessário para tal, e até mesmo por advirem de currículos acadêmicos voltados à formação profissional de nível superior, sendo estes a maioria com características do modelo biomédico de saúde, ademais as dificuldades inerentes à realizar a territorialização, até então desconhecida para a maioria dos profissionais.

Nunca ouvi falar nesse termo nem o seu conceito, nem no contexto da graduação, nem da pós graduação, nem depois de formado e mesmo trabalhando algum tempo na estratégia de saúde da família, mesmo assim não tive nenhum contato com a territorialização. Não participei e não

vivenciei isso. E somente na residência foi que eu aprendi o que era e vivenciei esse processo (Residente 6, grifos nossos).

É um termo novo pra mim, pois na minha graduação, por ser muito técnica, com aspectos bastantes clínicos, acho que ouvi falar mesmo sobre isso na residência. Aprendi sobre como manusear sistemas em saúde e de como se apropriar desses dados, e assim é que tínhamos informações sobre a realidade de saúde por meio de dados quantitativos. Tudo isso é muito novo e vejo o quão é mais rico, dinâmico, real e podemos fazer saúde com qualidade dessa maneira. Nos sistemas acredito que sempre há subnotificações e acabam que não podemos confiar totalmente nas informações para o planejamento em saúde, daí ir *in lócu* é sim mais real (Residente 9, grifos nossos).

Estas concepções se refletem, por exemplo, no cotidiano dos profissionais que atuam na estratégia de saúde da família, que na sua grande maioria por advirem de formações biomédicas, acabam que não conhecem os espaços nos quais atuarão, comprometendo o diagnóstico em saúde e diretamente os usuários que mais distantes estão dos serviços de saúde e assim ficarão. As realidades deixam de ser desveladas, compreendidas e por conseguinte compromete os diagnósticos em saúde e quando se trata da atenção básica, isso é mais preocupante haja vista a matriz basilar que são os processos preventivos através da educação em saúde.

CONCLUSÕES

A territorialização em saúde se coloca como uma estratégia metodológica capaz de operar mudanças no modelo assistencial e nas práticas sanitárias vigentes, desenhando novas configurações loco-regional, baseando-se no reconhecimento e esquadramento do território segundo a lógica das relações entre ambiente, condições de vida, situação de saúde e acesso às ações e serviços de saúde. Para alguns autores, “a territorialização nada mais é do que um processo de habitar um território” (KASTRUP, 2001, p. 215; TEIXEIRA *et al.*, 1998).

Compreender o território, seus determinantes e condicionantes que interferem no processo saúde-doença dos indivíduos e da comunidades a qual está inserido, torna-se um

artefato necessário para a elaboração do planejamento de ações em saúde que facilitarão o desenvolvimento do trabalho dos profissionais de saúde da atenção básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento da Atenção Básica. **Guia prático do programa de saúde da família**, Brasília: Ministério da Saúde, 2001. “Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/guia_pratico_saude_familia_psf1.pdf>” . “Acessado em: 14 de agosto de 2014”.

KASTRUP, V. **Aprendizagem, arte e invenção**. Psicol. Estud., v. 6, n.1, p. 215, 2001.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PEREIRA, M.P. B; BARCELLOS, C. O território no Programa de Saúde da Família. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. Uberlândia-MG, v.2, n.2, p.47-55, jun. 2006”.Disponível em: <<http://www.fcm.edu.br/internatomedicina/wp-content/uploads/2010/07/2.-O-TERRIT%C3%93RIO-NO-PSF1.pdf>>”. “Acessado em: 14 de agosto de 2014”.

SOUZA, H.M. Programa de Saúde da Família: entrevista. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v.53, dez.2000. “Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v53nspe/v53nspea02.pdf>>”. “Acessado em: 14 de agosto de 2014”.

SPOSATI, A. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social em Revista**. Londrina-PR, v.16, n.1, p. 5-18, jul./dez. 2013.

UESPI. Universidade Estadual do Piauí. **Regimento Interno da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade**. Teresina-PI, 2010

SUPER(AÇÃO) NA TERCEIRA IDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PIRACURUCA - PI: RE(CONSTRUINDO) O SENTIDO DE ENVELHECER¹

Johnatan da Silva Costa²
Centro Universitário Santo Agostinho

RESUMO

Essa produção textual científica apresentou a finalidade de analisar as mudanças na qualidade de vida do idoso ao ser inserido nos serviços de convivência no CRAS Fátima da cidade de Piracuruca- PI. Metodologicamente utilizou-se a modalidade de pesquisa relato de experiência, com isso, a análise de dados foi realizada por meio da análise de conteúdo para fundamentar através da revisão de literatura os depoimentos dos idosos do grupo “Viver a Vida” os quais participam do SCFV do CRAS. Para tanto, especificamente buscou-se concretizar os seguintes objetivos: apontou-se a função dos CRAS, explicitou-se o papel dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e caracterizou-se a construção da subjetividade no espaço das representações sociais. De acordo com os resultados obtidos, viu-se que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizado pelo CRAS transcende a concepção subjetivista terapêutica e o assistencialismo beneficente caritativo, já que a senescência nesse espaço ultrapassa o discurso do envelhecimento associado a submissão e postura passiva, uma vez que o SCFV fornecido pelo CRAS redesenha uma oportunidade para os idosos elaborar novos projetos de vida e valorizar novas perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE: CRAS, Idosos, Serviço de Convivência, Fortalecimento de Vínculos.

INTRODUÇÃO

Apresentou-se nesse estudo, um relato de experiência realizada na instituição (CRAS) Centro de Referência de Assistência Social situado no Bairro de Fátima da cidade de Piracuruca-Piauí. Dessa maneira, percebe-se que foi fundamental enaltecer a reconstrução da subjetividade dos idosos rompendo com a visão terapêutica da clínica tradicional, assim como a visão assistencialista paternalista ou caritativa, uma vez que os usuários (idosos) ao participarem das atividades através dos temas transversais no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos cujo grupo é intitulado de “Viver a Vida”, essas oportunizaram os

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Psicólogo do Centro de Referência de Assistência Social e Orientador de Trabalhos científicos, E-mail: johntandasilva@hotmail.com

mesmos a superar condições de isolamento, negligência familiar, depressão e outras situações de risco e vulnerabilidade social, pois o grupo da terceira idade ao compartilhar seus valores, sentimentos e experiências, edificam uma ressonância e sinergia entre eles, já que o envolvimento consolida o sentimento de pertença e permite a redescoberta de novos interesses, desejos e vocações.

Nessa perspectiva, para materializar essas ações utilizou-se o objetivo geral de analisar as mudanças na qualidade de vida do idoso ao ser inserido nos serviços de convivência no CRAS. Para concretizar essa finalidade, faz-se necessário apontar a função dos CRAS e dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos além de explicitar a construção da subjetividade no espaço das representações sociais.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizada a observação, entrevista e aplicação de questionários como instrumentos de coleta de dados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no bairro de Fátima da cidade de Piracuruca-PI. O procedimento técnico realizado foi o bibliográfico e de campo (GIL, 2012). Já na análise de dados optou-se pela análise de conteúdo (BARDIN, 2010) com o propósito de fundamentar os relatos verbais dos usuários (idosos) utilizando o braço epistemológico para garantir maior clareza, precisão e aplicabilidade das informações apresentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel do Centro de Referência de Assistência Social de acordo com as informações apresentadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016) é que o CRAS constitui-se como um espaço público e democrático de proteção social básica, o qual favorece a potencialização dos usuários com apoio dos serviços socioassistenciais no sentido de também promover a geração de renda e emprego por meio do fortalecimento de vínculos com os membros da família e comunidade através dos serviços de convivência. Dessa maneira, o CRAS garante acesso aos direitos de cidadania dos usuários, isto é, oportunidade de obter

concessão de benefícios tais como: Bolsa família, benefícios de prestação continuada (BPC) passe-livre, carteira do idoso, ID Jovem e outros.

Nessa perspectiva, a presente produção científica delimita-se a corroborar como propósito de analisar as mudanças na qualidade de vida do idoso ao ser inserido nos serviços de convivência no CRAS. Para tanto, faz-se necessário frisar que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos representa o direito do usuário em observar, analisar e reconhecer suas competências para tecer o enfrentamento das condições de vulnerabilidade e risco social (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017). Ao longo da realização do SCFV ocorre à materialização do sentimento de pertença por meio do acolhimento, escuta qualificada e convivência social que permite também os idosos superar as adversidades as quais comprometem a subjetividade dos mesmos que se configura como expressão da questão social, portanto, o bem estar social desse contingente é viabilizado pela estratégia de ação protetiva e preventiva para evitar o isolamento social, depressão, sedentarismo, negligência familiar e violação de direitos.

Diante dessa realidade, compreende-se que o CRAS por meio do SCFV se consolida o momento de partilha e construção para o reestabelecimento de vínculos, por conseguinte entende-se que a subjetividade é ressignificada pela representação social de seus membros (MOSCOVICI, 2015). O contato, comunicação, permuta de conhecimentos e experiências com os outros membros do grupo possibilita principalmente o idoso redefinir seu papel social e subjetividade no sentido de melhorar sua qualidade de vida, na perspectiva imbricada na autenticidade do ser e consciência de sua finitude, redescobrando assim, novos desafios e redesenhando novos caminhos para sua liberdade.

O envolvimento dos idosos nos SCFV favorece a prática testemunhal e a corporeificação, isto é, o movimento por meio de expressões verbais e não-verbais ocorre de forma indissolúvel, o falar e o fazer acontecem ao mesmo tempo, com isso, a linguagem se torna prático-sensorial em detrimento de ser abstrata, logo permite a valorização da subjetividade dos idosos no encontro com seu contexto social (FREIRE, 2011).

Logo abaixo serão apresentadas tabelas com perguntas, depoimentos dos idosos e a respectiva análise dos dados a luz dos pressupostos teóricos citados anteriormente, com a

finalidade de sistematizar as informações com a parcimônia exigida pelo método científico. As tabelas foram caracterizadas por variáveis fictícias para preservar o anonimato da amostra pesquisada.

Tabela 01: Como era sua vida antes de participar das atividades do CRAS?

AMOSTRA	PERGUNTA	DEPOIMENTOS	ANÁLISE DE DADOS
IDOSO A	Como era sua vida antes de participar das atividades do CRAS?	Eu trabalhava muito em casa, realizando os serviços domésticos. Passava o dia todo em casa.	Conforme os depoimentos dos idosos é preciso ressaltar a ideia de MOSCOVICI, 2015 e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017), pois observa-se a necessidade desse contingente em realizara troca de conhecimentos, experiências e vivências no grupo. Essa oportunidade auxilia o idoso a redefinir seu papel social e subjetividade, com isso o CRAS materializa o sentimento de pertença através do acolhimento, escuta qualificada e convivência conforme a representação social dos idosos, redesenhando uma nova face do envelhecer.
IDOSO B		Ficava em casa, ajudando nos trabalhos domésticos.	
IDOSO C		Sempre sentia falta de se movimentar, dançar e fazer caminhada.	

Fonte: Própria

Tabela 02: Você gosta de participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS? Por que?

AMOSTRA	PERGUNTA	DEPOIMENTOS	ANÁLISE DE DADOS
IDOSO A	Você gosta de participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS? Por que?	Sim, porque é diversão, acho muita graça e agente se distrai e deixa de pensar o que não deve.	O registro verbal dos Idosos reforça a concepção Freire (2011) e Ministério Do Desenvolvimento Social (2017), já que a satisfação do grupo da terceira idade em participar do Serviço de Convivência de Fortalecimento e Vínculos possibilita os idosos a observar, analisar e reconhecer seus pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, além de favorecer o desenvolvimento da expressão, comunicação, interação e proteção social por meio de atividades culturais, artísticas, esportivas e lúdicas as quais fundamentais para evitar o isolamento, sedentarismo, negligência familiar, ideação suicida e outras condições adversas as quais
IDOSO B		Sim, gosto muito. Amar as pessoas que freqüentam o grupo todas as quintas-feiras, tenho muito carinho pelos amigos que conheci aqui.	
IDOSO C		Sim, gosto dos encontros, pois	

		dançar também é muito bom, a capoterapia melhorou minha vida nas quintas-feiras.	se constituem como condição de risco e fragilidade social. Dessa maneira, a pessoa idosa que renova sua validade se torna nova para enfrentar novos desafios na vida .
--	--	--	--

Fonte: Própria

CONCLUSÕES

Conforme os resultados obtidos viu-se que o Centro de Referência de Assistência Social através do Serviço de convivência de Fortalecimento de Vínculos de acordo com os depoimentos dos idosos representa uma instituição fundamental para os mesmos redescobrirem um novo sentido de viver e fazer parte de um espaço democrático que valoriza e respeita os idosos como eles realmente são, isto é, segundo suas potencialidades e limites de maneira autêntica, coibindo assim, o risco de vulnerabilidade e fragilidade social desse contingente o qual necessita da proteção social básica para resgatar sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a prática educativa**. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2017.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GT 25

GRUPO TEMÁTICO

**FARMACOLOGIA CLÍNICA E EXPERIMENTAL:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUALIDADE**

GT 25 – FARMACOLOGIA CLÍNICA E EXPERIMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUALIDADE

Gisele Lopes Cavalcante (UFPI)¹

José Lopes Pereira Júnior (UNIFSA / UFPI)²

A farmacologia consiste em uma ciência que estuda como as substâncias químicas interagem com os meios biológicos, para saber quais serão os efeitos de um medicamento, hoje em dia, foi necessário muito estudo e muito investimento nessa ciência. Esta disciplina supracitada abrange todos os cursos da saúde, uma vez que a base dos tratamentos são medidas farmacológicas.

A farmacologia subdivide-se em várias áreas, esse grupo temático visa abordar a farmacologia experimental, que realiza experimentos com medicações e novas drogas e a farmacologia clínica que estuda a aplicação clínica das drogas na população, assim como seus efeitos, a relevância deste assunto abordado, justifica a realização deste Grupo Temático (GT), assim como a multidisciplinaridade envolvida neste eixo temático.

O GT tem como objetivo, a discussão de pesquisas realizadas sobre farmacologia clínica e experimental, focando nas perspectivas de tal abordagem, assim como as dificuldades e limitações encontradas pelos pesquisadores desse eixo temático.

¹ Graduada em Farmácia (Faculdade Integral Diferencial - FACID|DeVry, 2017), Mestranda em Ciências Farmacêuticas pela UFPI (2018-2019). Especializada em Farmacologia Clínica com ênfase em prescrição farmacêutica (2017-2018), pelo I-Bras. Atualmente coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Integrado da Saúde (G.E.P.I.S.)

² Mestre em Ciências Biomédicas - Universidade Federal do Piauí. Farmacêutico pelo Centro Universitário Santo Agostinho - Teresina- PI. Especialista em Farmacologia Clínica e Dispensação Farmacêutica pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação (I-BRAS). Especializando em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (Instituto Prominas). Professor do curso de Farmácia da Faculdade Pitágoras- Unidade Bacabal-MA e do curso de Enfermagem na Universidade Estadual do Maranhão Campus Coroatá. Membro parecerista da Revista do Grupo de Estudos na Utilização de Medicamentos da Universidade Federal do Piauí. Coordenador da Liga Acadêmica de Farmacologia e Terapêutica do Maranhão-LAFATEMA.

Será desenvolvimento através da análise dos trabalhos submetidos no grupo temático, nesta análise cada pesquisador inscrito irá apresentar seu trabalho e em seguida irá se iniciar um discussão sobre o mesmo, expondo pontos positivos e as limitações do estudo, os demais inscritos deverão ainda sugerir uma nova metodologia, alternativa para suprimir as limitações e relatar qual a contribuição do mesmo para a atualidade.

Os proponentes pretendem ainda realizar uma amostragem de seus trabalhos já realizados na o eixo temático abordado no GT, afim de demonstrar seus resultados e limitações, onde os participantes também devem propor novas tecnologias, bem como o aperfeiçoamento de metodologias, pelo trabalho cooperativo de técnicos e pesquisadores, tendo como produto a melhoria da relação e aprendizado dos participantes.

Vale ressaltar que devido a área se apresentar como multidisciplinar, espera-se participantes de ares distintas, podendo assim ampliar o leque de conhecimento e aprendizado do GT.

ESPERANÇA PARA PORTADORES DE ATROFIA MUSCULAR ESPINAL: EVIDÊNCIAS DA EFICÁCIA DO NUSINERSEN¹

Débora Cosse Silva²
Carla Kellen Lima Sousa³
Carmem Leide Viana da Silva⁴
Daniely Sousa de Oliveira⁵
Jadna Silva Franco⁶
Walicy Cosse Silva⁷
Karine de Magalhães Nogueira Ataíde⁸
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA



RESUMO

A Atrofia Muscular Espinal (AME) é tida como uma grave doença de origem genética responsável por causar mais mortes infantis principalmente por insuficiência respiratória. Desta forma, este estudo teve como objetivo identificar por meio de análise das publicações científicas as evidências da eficácia do nusinersen para o tratamento da AME. Realizou-se um estudo de revisão sistemática da literatura por meio dos sites de busca *online*BVS e PUBMED, com os descritores: Atrofia muscular espinal, Nusinersen e Tratamento. Adotou-se a Estratégia PICO para a busca dos artigos, incluindo apenas ensaios clínicos publicados nos últimos cinco anos, com texto completo, em português ou inglês. A partir da análise dos resultados foram selecionados 4 estudos para compor os resultados. Observou-se nos estudos que a administração do nusinersen por meio de punção lombar apresentou resultados positivos em crianças diagnosticadas com AME. Os pacientes apresentaram melhora da função motora, da sobrevivência, e poucos eventos adversos. A maioria dos eventos adversos como vômitos, cefaleia e dor lombar foram atribuídas à punção e não à droga. Conclui-se que o nusinersen é eficaz no tratamento de crianças com AME.

PALAVRAS-CHAVE: Nusinersen, Atrofia Muscular Espinal e Tratamento.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Discente do Curso de Bacharelado em Farmácia no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: deboracosse996@gmail.com

³ Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: carlakellenEnfermagem@gmail.com

⁴ Enfermeira obstétrica da Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER. E-mail: carmenleide@hotmail.com

⁵Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: danielysaude10@gmail.com

⁶Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: jadasfranco@outlook.com

⁷Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina – PI. E-mail: cosse.walicy174.wc@gmail.com

⁸Doutoranda em Biologia Molecular e Celular aplicada à Saúde pela ULBRA. E-mail: karine_nogueira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Atrofia Muscular Espinal (AME) é tida como a doença de origem genética responsável por causar mais mortes infantis por insuficiência respiratória. Sua frequência é estimada em 1 caso em cada 40 a 67. A apresentação mais comumente vista dessa patologia é resultante de mutação no gene de sobrevivência do neurônio motor I (SMN1), responsável pela funcionalidade dos neurônios motores. Essa mutação resulta em deficiência da proteína SMN. Já o gene de sobrevivência do neurônio motor II (SMN2) é responsável por produzir uma pequena quantidade de proteína SMN funcional, sendo reconhecido o principal modulador do fenótipo SMA (FARRAR *et al.*, 2016).

A ausência hemozigótica do gene SMN1 é responsável por levar a um processo de degeneração dos neurônios motores da coluna vertebral, com repercussões negativas na transmissão de sinais do sistema nervoso aos músculos. A atrofia muscular é a principal manifestação patológica dessa doença, com presença de fraqueza muscular (SEFARIAN *et al.*, 2015).

Sendo quase idêntico ao SMN1, O SMN2 é capaz de produzir uma pequena quantidade de proteína SMN, que está associada a uma menor gravidade da doença. Portanto, a partir dessa observação, estratégias farmacológicas têm sido propostas para tratamento da AME a partir do processo de estimulação da transcrição de SMN2 (KISSEL *et al.*, 2014). Assim, esse estudo tem como objetivo identificar por meio de análise das publicações científicas as evidências da eficácia do nusinersen para o tratamento da AME.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo configura-se em uma revisão sistemática da literatura, com abordagem qualitativa, tendo como problema de pesquisa: Quais as evidências científicas da eficácia do nusinersen no tratamento da Atrofia Muscular Espinal?

A busca de dados foi realizada no banco de dados *online* da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Publisher Medline* (PubMed), usando os descritores/palavras-chave Atrofia Muscular

Espinal, Nusinersen e Tratamento e seus correspondentes em inglês *Muscular SpinalAtrophy, Nusinersen e Treatment*.

Para a busca dos dados adotou-se a Estratégia PICO (P = população ou problema, I = intervenção, C = comparação, e O = resultados), por meio da qual foram construídas as equações de busca, como é possível observar no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Estratégia PICO para busca de dados nas bases de dados. Teresina, 2018.

Acrônimo	Descritor/palavras-chave	Equação de busca
P	Atrofia Muscular Espinal / <i>Muscular SpinalAtrophy</i>	(tw:(Atrofia Muscular Espinal)) / <i>Muscular SpinalAtrophy</i>
I	Nusinersen / <i>Nusinersen</i>	(tw:(Nusinersen)) / <i>Nusinersen</i>
C	-	-
O	Tratamento / <i>Treatment</i>	(tw:(Tratamento)) / <i>Treatment</i>
Equação geral de busca	BVS= (tw:(Atrofia Muscular Espinal)) AND (tw:(Nusinersen)) AND (tw:(Tratamento))	
	PUBMED = ((Spinal Muscular Atrophy) AND Nusinersen) AND Treatment	

Fonte: Pesquisa direta. 2018.

Após a busca inicial por meio das equações de pesquisa formuladas, foram encontrados 13 resultados na BVS, e 80 resultados na PubMed. Em seguida, foram aplicados os critérios de inclusão da pesquisa, a saber, artigos completos, publicados nos últimos 5 anos, do tipo estudo de ensaios clínicos, que propuseram a analisar a eficácia do medicamento para tratamento da AME. Apareceram então 10 artigos na BVS e 6 na PubMed. Após a análise dos resultados, foram excluídos os textos incompletos, artigos que não abordaram o problema da pesquisa e resultados duplicados. Assim, apenas 4 artigos se apresentaram em conformidade ao problema e objetivo deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos artigos com alguma referência ao uso do nusinersen para o tratamento da AME, observou-se a presença de apenas 4 ensaios clínicos para o estudo da

eficácia do medicamento, todos publicados em revistas internacionais. Desta forma, os 4 artigos selecionados estão dispostos no Quadro 2 abaixo, seguindo a linha de raciocínio dos autores Chiriboga *et al.* (2016), Finkel *et al.* (2016), Finkel *et al.* (2017) e Mercuri *et al.* (2018), respectivamente.

Quadro 2 – Caracterização dos ensaios clínicos selecionados para a pesquisa. Teresina, Piauí, 2018.

Título do estudo	População/Problema	Tratamento	Resultados
<i>Results from a phase 1 study of nusinersen (ISIS-SMNRx) in children with spinal muscular atrophy.</i>	Pacientes entre 2 e 14 anos com AME grau 2 ou 3.	Administração de quatro níveis ascendentes de dose única (1, 3, 6 e 9 mg) em coortes de 6 a 10 participantes.	Administração intratecal bem tolerado, farmacocinética prolongada, e melhoria da função motora dos pacientes.
<i>Treatment of infantile-onset spinal muscular atrophy with nusinersen: a phase 2, open-label, dose-escalation study.</i>	Pacientes de ambos os sexos entre 3 semanas e 7 meses de idade com sinais e sintomas da AME.	Administração intratecal feita através de punção lombar em concentração de 1-2 mg / mL (6mg) ou 2,4 mg / mL (12mg)	Segurança e tolerabilidade aceitáveis, e melhorias nos escores da função motor.
<i>Nusinersen versus Sham Control in Infantile-Onset Spinal Muscular Atrophy.</i>	Bebês de 7 meses de idade ou menos com manifestação de sinais e sintomas da AME até os 6 meses.	Administração de nusinersen em doses ajustadas para o líquido cefalorraquidiano para a idade (12mg). Grupo controle recebeu apenas simulação da administração, sem o medicamento.	Melhor taxa de sobrevivência e melhoria da função motora nos bebês que receberam a aplicação do medicamento.
<i>Nusinersen versus Sham Control in Later-Onset Spinal Muscular Atrophy.</i>	Pacientes entre 2 e 12 anos de idade com manifestação dos sinais e sintomas da AME a partir dos 6 meses de idade.	Administração intratecal de nusinersen a uma dose de 12mg (grupo nusinersen) ou um procedimento simulado (grupo controle).	As crianças que receberam administração de nusinersen apresentaram melhoria da função motora em comparação às crianças do grupo controle.

Fonte: Pesquisa direta.

A partir da análise dos 4 estudos incluídos na pesquisa, observou-se que os resultados se apresentaram como satisfatórios quanto à eficácia do nusinersen para tratamento da AME. Em todos os estudos o procedimento de administração do medicamento foi o mesmo, através

de punção lombar. Nos estudos de Finkel *et al.* (2016), Finkel *et al.* (2017) e Mercuri *et al.* (2018) foram trabalhadas dosagens de 12mg para as administrações, e no estudo de Chiriboga *et al.* (2016) dosagens de 1, 3, 6 e 9mg, mostrando pouca variação na concentração da droga. Quando à idade das crianças em cada ensaio, os estudos de Finkel *et al.* (2016), Finkel *et al.* (2017) trabalharam com crianças de até 7 meses de idade, enquanto os estudos de Chiriboga *et al.* (2016) e Mercuri *et al.* (2018) trabalharam com crianças entre 2 e 14 anos, e 2 e 12 anos respectivamente. Dessa forma, observou-se que os estudos trabalharam com crianças com perfis semelhantes, que fortalecem os resultados demonstrados.

Em todos os estudos foi observado melhoria da função motora das crianças que receberam a administração do nusinersen, com melhoria também da sobrevida. Os resultados dos estudos também foram semelhantes ao mostrarem que a droga apresentou boa tolerância e segurança nas concentrações administradas. Eventos adversos como cefaleia, dor lombar e vômitos foram atribuídos ao procedimento de punção lombar (CHIRIBOGA *et al.*, 2016; FINKEL *et al.*, 2016).

A AME evolui com diferentes graus de comprometimento, dependendo do nível de deficiência do SMN. Dessa forma sua classificação leva em consideração o tempo em que se manifesta a doença, o estado clínico e o possível prognóstico. A AME1 é a forma mais grave, manifesta-se entre os 2 a 6 meses principalmente, com a criança em estado de hipotonia grave, podendo ir a óbito ou permanecer vivo por cerca de 2 anos na ventilação mecânica. Na AME2 o tempo de surgimento é dos 6 a 18 meses, com fraqueza e incapacidade de andar sozinho, podendo viver até a idade adulta. Na AME3 as manifestações são menores, podendo o indivíduo viver normalmente, embora possa perder com o tempo a capacidade de andar. Já a AME4 é a que ocorre com menor grau de comprometimento, podendo o indivíduo viver normalmente (FARRAR *et al.*, 2016).

Dessa forma, o mecanismo proposto para a ação do nusinersen se dá através de ação sobre a proteína SMN, elevando suas concentrações, o que favorece o desenvolvimento neuronal mais adequadamente. Sua administração ocorre por via intratecal diretamente no líquido cefalorraquidiano (LCR), de onde se distribui pela medula e cérebro, estimulando a

produção de SMN funcional, de modo a contrabalancear o defeito genético do SMN1 (HACHE *et al.*, 2016; MESSINA *et al.*, 2017).

CONCLUSÃO

Portanto, conclui-se a partir do estudo, que a AME é uma doença genética grave que pode alterar severamente a vida do indivíduo acometido, podendo levar até mesmo ao óbito pela falta de funcionamento muscular e motor adequado.

Assim, em concordância com o objetivo estabelecido, evidenciou-se a partir da análise dos ensaios clínicos que o nusinersen, embora ainda muito novo no mercado, já apresenta estudos com alto nível de evidências, que descrevem seus efeitos positivos sobre a doença, a partir de conclusões em testes e pesquisas realizadas, como melhoria da força muscular e função motora, boa tolerabilidade e poucos eventos adversos.

REFERÊNCIAS

CHIRIBOGA, C. A. *et al.* Results from a phase 1 study of nusinersen (ISIS-SMNRx) in children with spinal muscular atrophy. **Neurology**, v. 86, n. 10, p. 890-97, 2016.

FARRAR, M. A. F.; *et al.* Emerging Therapies and Challenges in Spinal Muscular Atrophy. **ANNALS of Neurology**, v. 81, n. 2, p. 355-68, 2016.

FINKEL, R. S.; *et al.* Nusinersen versus sham control in infantile-onset spinal muscular atrophy. **New England Journal of Medicine**, v. 377, n. 18, p. 1723-32, 2017.

FINKEL, R. S.; *et al.* Treatment of infantile-onset spinal muscular atrophy with nusinersen: a phase 2, open-label, dose-escalation study. **The Lancet**, v. 388, n. 10063, p. 1-10, 2016.

HACHE, M.; *et al.* Intrathecal Injections in Children With Spinal Muscular Atrophy: Nusinersen Clinical Trial Experience. **Journal of Child Neurology**, v. 31, n. 7, p. 899-906, 2016.

KISSEL, J. T.; *et al.* Sma valiant trial: a prospective, double-blind, placebo-controlled trial of valproic acid in ambulatory adults with spinal muscular atrophy. **Muscle Nerve**, v. 49, n. 2, p. 187-92, 2014.

MERCURI, E.; *et al.* Nusinersen versus sham control in later-onset spinal muscular atrophy. **New England Journal of Medicine**, v. 378, n. 7, p. 625-635, 2018.

MESSINA, N.; *et al.* Expanded access program with Nusinersen in SMA type I in Italy: strengths and pitfalls of a successful experience. **Neuromuscular Disorders**, v. S0960-8966, n. 17, p. 31211-7, 2017.

SEFARIAN, A. M.; *et al.* Upper Limb Evaluation and One-Year Follow Up of Non-Ambulant Patients with Spinal Muscular Atrophy: An Observational Multicenter Trial. **PLOS ONE**, v. 10, n. 14, p. 1-16, 2015.

ANÁLISE DAS INTOXICAÇÕES POR MEDICAMENTOS EM PICOS-PI¹Gabriel Felício Gomes – UNIFSA²Maria Camila Leal de Moura – UNIFSA³Verônica Lorranny Lima Araújo – UNIFSA⁴Lala Thais de Sousa Morais – UNIFSA⁵Ingrid Maria Eustórgio Nascimento – UNIFSA⁶Vinicius Duarte Pimentel – UNIFSA⁷Gisele Lopes Cavalcante – UFPI⁸Paulo Sérgio da Paz Silva Filho – NASSAU⁹**RESUMO**

Introdução: Os medicamentos apesar de serem produtos com finalidade profilática e curativa, são potencialmente causadores de danos à saúde e constituem agentes responsáveis por intoxicações, constituindo-se de um grave problema de saúde pública visto que resulta no aumento de hospitalizações e óbitos. O objetivo desta pesquisa foi descrever o perfil de intoxicações exógenas por medicamentos na população da macrorregião de Picos. **Metodologia:** Realizou-se uma pesquisa documental, de caráter descritivo, transversal e retrospectivo. Os dados foram coletados através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e processados no Microsoft Excel. **Resultados e Discussão:** Avaliando-se as variáveis como faixa etária, sexo, circunstância, tipo de exposição da intoxicação no recorte temporal de 2007 a 2017. Os resultados demonstram que o ano com maior número de casos foi 2016 com 199 notificados onde a faixa etária de maior destaque foi a de 20-39 anos com 394 casos. No que se refere às circunstâncias, demonstrou-se que as intoxicações ocorreram principalmente por tentativa de suicídio com 468 casos, e estes podem ser ainda maiores devido a possíveis subnotificações. **Conclusões:** O estudo desses agravos contribui no planejamento de intervenções seja para controle, promoção do uso racional de medicamentos ou desenvolvimento de estratégias para minimizar esta problemática, corroborando com a discussão de medidas que devem ser tomadas sobre à questão do acesso aos medicamentos.

Palavras-chave: Intoxicação; Medicamento; Toxicologia; Saúde pública.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduando em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

³Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁴Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁵Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁶Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁷Graduando em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁸Mestranda em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Piauí – UFPI;

⁹Biomédico formado pela Faculdade Maurício de Nassau.

INTRODUÇÃO

Intoxicação é definida como a manifestação clínica dos efeitos nocivos produzidos em um organismo vivo como resultado de sua interação com substâncias químicas exógenas. Os medicamentos apesar de ser um produto farmacêutico com finalidade profilática e curativa são potencialmente causadores de danos à saúde do indivíduo e constituem um dos principais agentes responsáveis por intoxicações em diferentes países (SILVÉRIO; LEITE, 2010; MOTA *et al.*, 2012).

A grande utilização de medicamentos no Brasil favorece o surgimento de problemas relacionados a estes produtos. De 1993 a 2006, foram registrados no país, pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), 217.512 casos de intoxicação humana. Nesse período, os medicamentos se destacaram entre os agentes tóxicos, contribuindo com 27% dos casos registrados, ocupando o primeiro lugar nas estatísticas relativas a intoxicações. O crescimento desta problemática em todo o país, especialmente em cidades subdesenvolvidas, coloca as intoxicações medicamentosas como um grave problema de saúde pública (MOTA *et al.*, 2012).

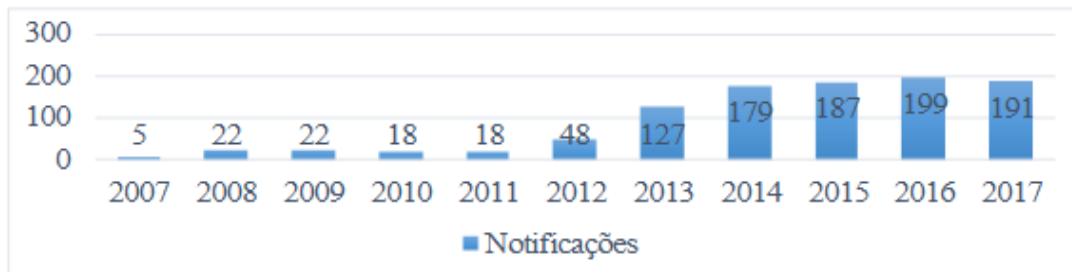
Mediante o exposto, o presente trabalho tem por objetivo descrever o perfil das intoxicações exógenas por medicamentos, na população da macrorregião de Picos entre 2007 e 2017 a partir de uma análise criteriosa dos dados do DATASUS.

MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa documental, de abordagem quantitativa, caráter descritivo, transversal e retrospectivo. Os dados de intoxicações por medicamentos foram coletados através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e processados no Microsoft Excel. As variáveis avaliadas foram: faixa etária e circunstâncias da exposição no recorte temporal de 2007 a 2017 delineando-se como local de estudo a macrorregião de Picos-PI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

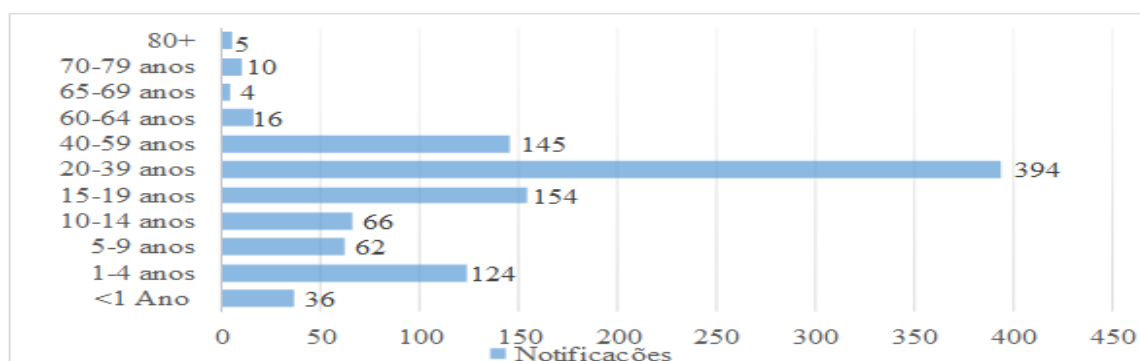
Gráfico 1. Total de notificações de intoxicações exógenas por medicamentos conforme ano na macrorregião de Picos-PI.



Fonte: DATASUS, 2018.

O gráfico 1 demonstra a totalidade quantificadora das notificações referentes ao número de intoxicações ocasionadas por medicamentos na macrorregião de Picos- PI na última década (2007 a 2017). Observa-se que o ano com maior número de casos foi 2016 com 199 casos. A evolução da incidência de intoxicações medicamentosas revelou-se ascendente visto que os últimos cinco anos representaram 86,90% (n=883) do número total de notificações (n=1016) apontando assim para o crescimento da problemática com um grave problema de saúde pública.

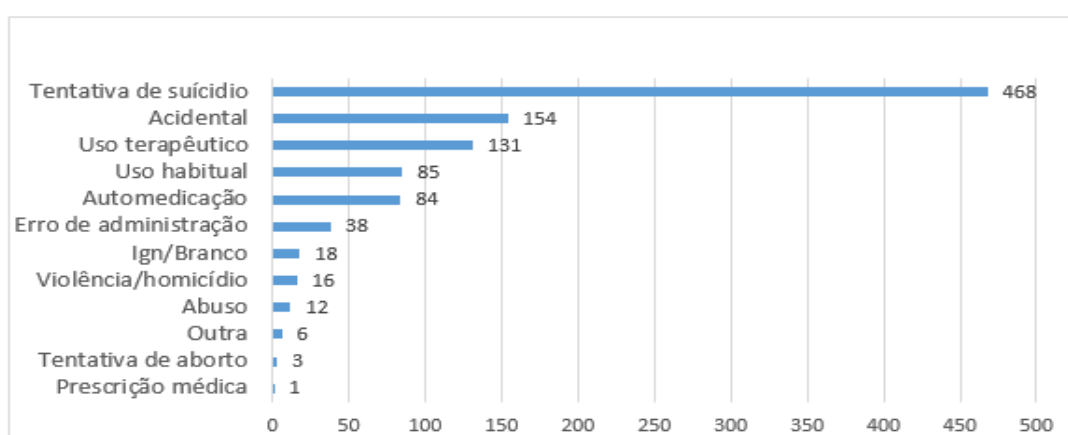
Gráfico 2. Intoxicações exógenas por medicamentos conforme faixa etária na macrorregião de Picos-PI (2007-2017).



Fonte: DATASUS, 2018.

Neste estudo, foi obtida uma maior proporção de intoxicações no grupo etário de 20-39 anos (38,77%) e 15-19 anos (15,15%). Em casos de intoxicações nas crianças a faixa etária predominante foi de ≤ 4 anos (12,20%), visto que nas mesmas há o fator da ingestão não intencional devido situações facilitadoras, além do próprio desenvolvimento infantil.

Gráfico 3. Intoxicações exógenas por medicamentos conforme circunstâncias na macrorregião de Picos-PI (2007-2017).



Fonte: DATASUS, 2018.

No Brasil a intoxicação exógena se encontra entre os três principais meios utilizados nas tentativas de suicídio no país, estando os medicamentos envolvidos em 70% dos casos. Neste estudo as principais circunstâncias em que ocorreram os eventos toxicológicos relacionados a medicamentos (Gráfico 3) foram tentativa de suicídio com 46,06% (n=468) e acidentes individuais com 15,15% (n=154). As causas relacionadas ao uso terapêutico representaram 12,89% (n=131) e o uso habitual 8,36% (n=85). Sabe-se que o panorama da mortalidade por intoxicação medicamentosa pode ser reflexo do padrão de consumo dos medicamentos no país, atrelado a fenômenos sociais, tais como desigualdades, pobreza e desemprego (MOTA et al., 2012). Estes dados demonstram a necessidade de um maior enfoque na prevenção de intoxicações sobre o uso racional de medicamentos, na promoção de práticas educativas para a conscientização da população.

CONCLUSÕES

As intoxicações exógenas por medicamentos constituem importante problema de saúde pública na macrorregião de Picos – PI e o conhecimento sobre os agravos estudados, que são preveníveis e se mostraram relevantes, pode contribuir para o planejamento de intervenções adequadas para seu controle, evitando assim complicações a saúde da população. Acresce que, a continuação de estudos nessa perspectiva serve de base para o aprimoramento das políticas públicas de saúde com foco na prevenção, orientação e medidas que minimizem este quadro, pois as estatísticas do perfil intoxicações por medicamentos são importante fonte de dados para conhecer o uma área, analisar tendências, indicar prioridades e avaliar programas.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, S. S; TURINI, C. A; MATSUO, T. Perfil das tentativas de suicídio por overdose intencional de medicamentos atendidas por um Centro de Controle de Intoxicações do Paraná, Brasil. **Cad. saúde públ.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 1366-1372, 2010.
- CARVALHO, F. S. A. *et al.* Intoxicação exógena no estado de Minas Gerais, Brasil. **C&D-Revista Eletrônica da FAINOR.** v. 10, n. 1, p. 172-184, 2017.
- MOTA, D. M. *et al.* Perfil da mortalidade por intoxicação com medicamentos no Brasil, 1996-2005: retrato de uma década. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1 p. 61-70, 2012.
- OLIVEIRA, J. F. M. *Internações hospitalares e mortalidade por intoxicação medicamentosa em São Paulo.* 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, S.A. *et al.* Tentativas de suicídio por intoxicação exógena no Rio de Janeiro, Brasil: análise das informações através de linkage probabilístico. **Cad Saúde Pública.** v. 30, n. 5, 2014.
- SILVÉRIO, M.S; LEITE, I. C. G. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: uma abordagem fármaco e epidemiológica. **RevAssocMed Bras.** v. 56, n. 6, p. 75-80, 2010.

TRATAMENTO DA ENXAQUECA COM A TOXINA BOTULÍNICA¹

Amanda Leticia RodriguesLuz – UNIFSA²

Iala Thais de Sousa Morais – UNIFSA³

Mikhael de Sousa Freitas – UNIFSA⁴

Lorena de Castro Barbosa Pereira Silva – UNIFSA⁵

Graziely Thamara Rodrigues Guerra – UNIFSA⁶

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho – UNINASSAU⁷

Joubert Aires de Sousa – UNIFSA⁸

RESUMO

A cefaleia é importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Os impactos gerados são de grande relevância para a sociedade, pois atrapalha o indivíduo em seu desenvolvimento pessoal. Como alternativa de profilaxia da enxaqueca a toxina botulínica produzida pela bactéria *Clostridium botulinum* tipo A obtendo resultados significativos. A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma revisão de literatura sobre o uso da toxina botulínica para o tratamento da enxaqueca através de um estudo descritivo exploratório em bases de dados como *Scielo*, *Science Direct* e *PubMed*, com recorte temporal de 2010 a 2017, utilizando os seguintes descritores: enxaqueca, toxina botulínica e tratamento, de modo isolado e associado, em inglês e/ou português. A toxina botulínica gera efeitos adversos toleráveis, direcionados a uma fraqueza muscular e dor no sítio da injeção, seu uso no tratamento da enxaqueca é vantajoso, pois sua atuação no organismo não é momentânea e seus resultados se mantêm até alguns meses, dessa forma, não é preciso que ocorra aplicação frequentemente. Sua eficácia supera o elevado custo do tratamento e apresenta um avanço considerável como um fim terapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: enxaqueca, toxina botulínica, tratamento.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Estudante da Graduação do 5º semestre do Curso de Farmácia do Centro universitário Santo Agostinho – UNIFSA. amandaleticialuz@gmail.com.

³Estudante da Graduação do 6º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. ialathaismorais@gmail.com.

⁴Estudante da Graduação do 6º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. mikhael2291@gmail.com.

⁵Estudante da Graduação do 6º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. lorenadecastro811@gmail.com.

⁶Estudante da Graduação do 6º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. grazielyguerra97@gmail.com

⁷Biomédico pela Faculdade Maurício de Nassau – UNINASSAU. pauloosergio1@outlook.com.

⁸Orientador do trabalho e professor do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Airesjoubert3@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A cefaleia é importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo, os impactos gerados são de grande relevância para a sociedade, pois atrapalha o indivíduo em seu desenvolvimento pessoal, além de gerar custos econômicos e reduzir a qualidade de vida (STEFANE *et al.*, 2012). A enxaqueca é uma cefaleia neurovascular que resulta em uma vasodilatação, provocando dor e ativação neuronal (CAMPESATTO; MARQUES, 2012).

As enxaquecas são caracterizadas por manifestações alérgicas de moderadas a intensas, associadas a outros sintomas tais como, fotofobia, náuseas, vômitos e aura enxaquecosa (KREUTZ, 2011).

Na terapêutica usada para crise fraca adotam-se medicamentos de primeira linha os analgésicos comuns assim como o uso dos anti-inflamatórios não esteroidais. Para tratamento da crise moderada recomenda-se o uso de derivados ergóticos. No tratamento da crise forte recomenda-se o uso dotriptanos, indometacina ou clorpromazina (CAMPESATTO; MARQUES, 2012).

A toxina botulínica é produzida pela bactéria *Clostridium botulinum*. São classificadas em: A, B, C, D, E, F, e G. Porém, somente os tipos A e B são utilizados, sendo o tipo A usado na profilaxia da enxaqueca, apresentado com o nome comercial de BOTOX[®] ou Onabotulinum toxin A (CARVALHO; GAGLIANI, 2014).

A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma revisão de literatura sobre o uso da toxina botulínica para o tratamento da enxaqueca.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, do tipo revisão de literatura. A realização das buscas consistiu no ano de 2018, do mês 7 ao mês 9. Utilizou-se as bases de dados *Scielo*, *ScienceDirect* e *PubMed*, utilizando os seguintes descritores: enxaqueca, toxina botulínica e tratamento, indexadas no DECS (Descritores em Ciências da Saúde), de modo isolado e associado, em inglês e/ou português, com o recorte temporal de

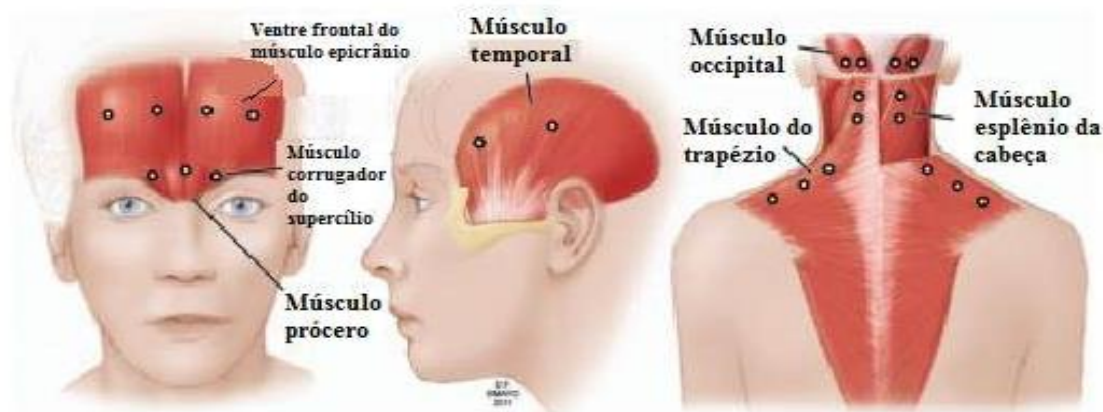
2010 a 2017, onde ocorreu uma seleção criteriosa na qual verificou-se os que possuíam maior relevância quanto a aplicação da toxina botulínica no tratamento da enxaqueca. Inicialmente foram encontrados 325 artigos, após aplicação dos critérios de exclusão restaram 09 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As enxaquecas provem de uma hipertrofia do músculo corrugador que obstringe os ramos trigeminais e região das têmporas. A ativação dos neurônios nociceptivos do trigêmeo, estimulam a excreção de CGRP (Peptídeo relacionado ao gene calcitonina), que durante uma crise de enxaqueca é elevada. A toxina botulínica age bloqueando esses neuropeptídios com intuito de inibir a liberação do CGRP nos trigêmeos, reduzindo a dor presente (CHEN, 2012).

Na figura 1 observa-se que as aplicações são feitas na zona frontal, nuca e músculo temporal (MARQUES, 2014). As injeções são administradas por via intramuscular, doses fixas entre 155U e 195U, executadas bilateralmente, divididas da cabeça e pescoço no lado direito e esquerdo.

Figura 1 - Locais de injeção da TBA.

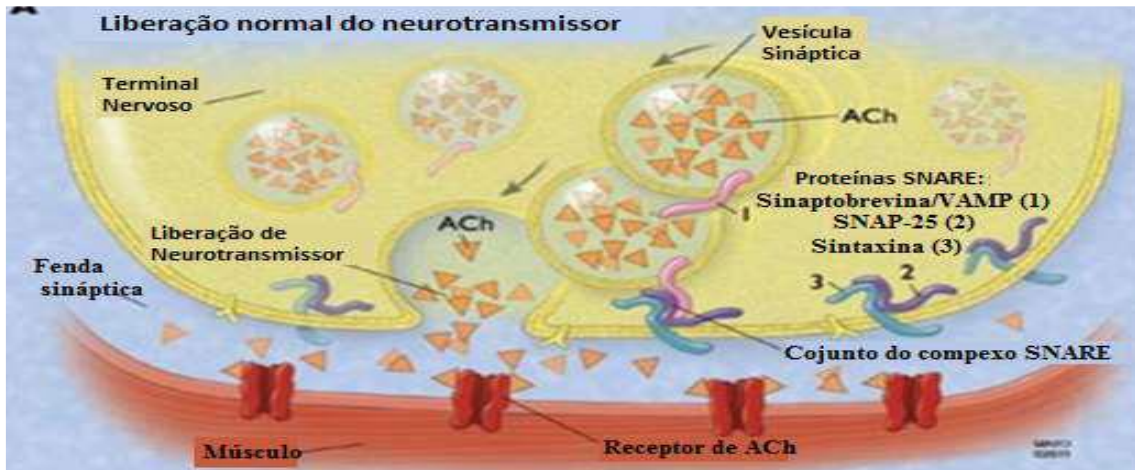


Fonte: Metelo (2014)

Fisiologicamente, o potencial de ação estimula a liberação da acetilcolina dos neurônios pré-sinápticos para o terminal pós-sináptico. A TBA liga-se aos receptores terminais

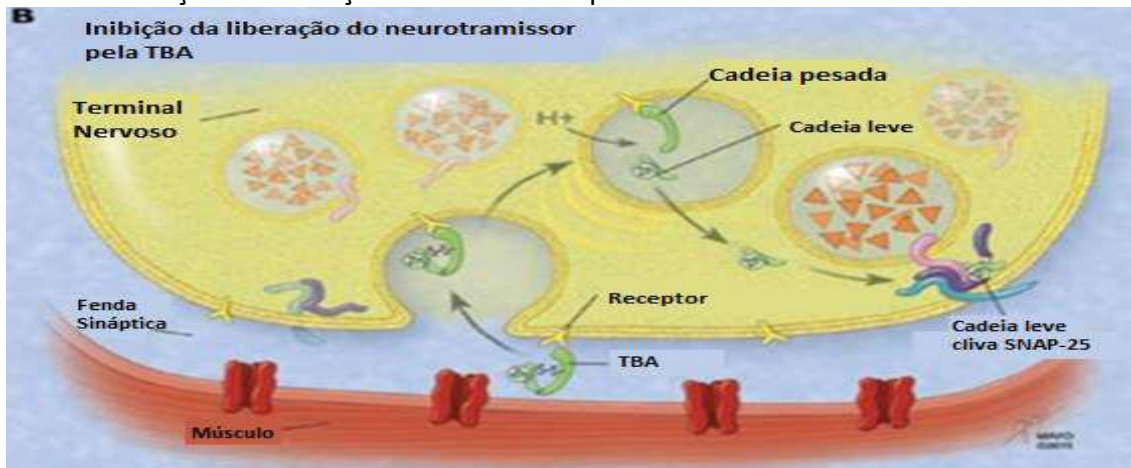
nos nervos motores, bloqueia a liberação de acetilcolina e impede que seja lançada na fenda sináptica, não permitindo a despolarização do terminal pós-sináptico, bloqueando a contração da musculatura, conforme demonstrado na figura 2 e 3 (RIBEIRO *et al*, 2014).

Figura 2 - Ação normal na junção neurovascular



Fonte: Metelo (2014).

Figura 3 - Presença da toxina botulínica na terminação nervosa, clivagem do complexo SNARE e inibição da liberação da acetilcolina para o músculo.



Fonte: Metelo (2014)

A toxina botulínica gera efeitos adversos toleráveis, usualmente de curta duração, direcionados a uma fraqueza muscular e dor no sítio da injeção (CHEN, 2012). Quando

injetados em grande quantidade, pode se abranger para os músculos mais próximos (MARQUES, 2014).

O uso da toxina botulínica o tratamento da enxaqueca é vantajoso, pois sua atuação no organismo não é momentânea e seus resultados mantem-se até alguns meses. Dessa forma, não é preciso que ocorra aplicação frequentemente (CHEN, 2012). Sua eficácia supera o elevado custo do tratamento que pode chegar a \$1.497,62 um frasco e meio, que corresponde ao tratamento de três meses (BRATZ; MALLET, 2015).

CONCLUSÃO

Diante da revisão de literatura realizada neste estudo, pode-se concluir que a toxina botulínica apresenta um avanço considerável como um fim terapêutico, principalmente nas doenças que se caracterizam por uma contração muscular exagerada como a enxaqueca, porém são necessárias futuras pesquisas para se estabelecer a eficácia desta toxina e seu exato mecanismo de ação no alívio da dor, bem como seu potencial em tratamentos, por isso é importante que protocolos sejam seguidos respeitando a dosagem correta e o intervalo de tempo entre uma aplicação ressaltando que a administração da toxina deve ser feita por um profissional qualificado.

REFERÊNCIAS

BRATZ, P. D. E.; MALLET, E. K. V. Toxina Botulínica Tipo A: abordagens em saúde. **Revista Saúde Integrada**, v. 8, n, 15-16, 2015.

CARVALHO, A. V. C.; GANGLANI, L. H. Toxina botulínica: tratamento para enxaqueca, 2014. **Revista UNILUS Ensino e Revista**. v. 11, n. 22, 2014.

CHEN, P. Z. *et al.*, Emerging opportunities for serotypes of botulinumneurotoxins. **Toxins**, v. 4, n. 11, p. 1196-1222, 2012.

KREUTZ, L. M. **O uso da toxina botulínica tipo A na profilaxia da enxaqueca**, 2011. 34f. Trabalho de Conclusão do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARQUES, C. E. B. S. CAMPESATTO, E. A. Uso de gabapentina no tratamento da dor neuropática e do topiramato na enxaqueca. **Saúde em Debate**. v., p.2012.

MARQUES, J. R. S. **A Toxina Botulínica: O seu uso clínico**, 2014. 59 f. Dissertação de Mestrado Ciências Farmacêuticas da Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2014.

METELO, C. S. **Aplicações Terapêuticas da Toxina Botulínica**, 2014. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Portugal, 2014.

RIBEIRO, I. N. S.; SANTOS, A. C. O.; GONÇALVES, V. M.; CRUZ, E. F. O Uso da Toxina Botulínica tipo A nas Rugas Dinâmicas do Terço Superior da Face. **Revista da Universidade Ibirapuera**. São Paulo, v. 7, p. 31-37, 2014.

STEFANI, T.; NAPOLEÃO, A. A.; SOUSA, F. A. E. F; HORTENCE, P. Influência de tratamentos para enxaqueca na qualidade de vida: revisão integrativa de literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, 2012.

AS INTERAÇÕES DOS FÁRMACOS ANTI-HIPERTENSIVOS COM OS NUTRIENTES: UM ESTUDO DESCRITIVO¹.

Daniela Teresa da Silva Carrias - UNIFSA²

Fernanda da Silva Miranda - UNIFSA³

Jardel Souza Costa - UNIFSA⁴

Naiara Costa Araújo - UNIFSA⁵

Rogelma Lima de Sá - UNIFSA⁶

Wendersom da Silva do Amaral - UFPI⁷

Adolfo Marcito Campos de Oliveira - UNIFSA⁸

RESUMO

Um medicamento pode trazer benefícios ou complicações de saúde, de acordo com sua utilização, e dentre os fatores que interferem em sua efetividade encontram-se as interações fármaco - nutrientes. O presente trabalho teve como objetivo investigar as possibilidades de interações entre os fármacos anti-hipertensivos e nutrientes. Foram revisados e analisadas publicações a partir de periódicos indexados nas bases de dados: Scielo, LILACS, PubMed, utilizando descritores: Anti-hipertensivo, interações fármacos, nutrientes, e combinação desses unitermos. Foram utilizados artigos completos, de acesso livre, nos idiomas português e inglês, e que tratavam do tema desse trabalho, publicados nos últimos 10 (dez) anos. Os resultados apontaram uma série de interações entre medicamentos anti-hipertensivos e alguns nutrientes, como o Anlodipino pode causar depleção de Potássio, Cálcio e Vitamina D, o Verapamil pode depletar Cálcio, Vitamina C e D, o Captopril pode causar perda de proteínas, sendo que Cálcio e Magnésio podem interferir na absorção desse medicamento. Diante do exposto, foi possível observar diversas possibilidades de interações entre os nutrientes e os anti-hipertensivos relatadas na literatura científica, o que demonstra a relevância do tema, e ainda, a necessidade de se continuar a investigar essas interações.

PALAVRAS-CHAVE: Anti-hipertensivo, Interações fármacos, Nutrientes.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduanda em Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho UNIFSA. E-mail: danny_carrias@hotmail.com

³Graduanda em Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. E-mail: fernandacat1978@hotmail.com

⁴Graduando em Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. E-mail: jardelsc2015@outlook.com

⁵Graduanda em Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. E-mail: naiaraujofarma@outlook.com

⁶Graduanda em Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

⁷ Mestrando em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI

⁸Docente do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. E-mail: amcoliveira2@hotmail.com.br

INTRODUÇÃO

A interação entre alimentos e medicamentos ocorre quando um alimento, ou um de seus componentes, interfere nos parâmetros farmacocinéticos e farmacodinâmicos. Também é considerado que há uma interação, quando um fármaco altera o uso de um nutriente pelo organismo. (LOPES *et al.*, 2013).

Os mecanismos farmacocinéticos correspondem a qualquer interação que ocorra durante a absorção, distribuição, metabolização ou excreção, podendo levar um aumento ou redução da concentração do fármaco. Os processos farmacodinâmicos estão relacionados com a resposta da droga nos receptores ou locais de atuação, sendo que a interação pode potencializar ou anular a resposta esperada (MATOS *et al.*, 2009).

É necessário que tanto o alimento quanto o medicamento desempenhem sua função, sem comprometer a saúde do usuário. Na administração do medicamento, é necessário observar dose e tempo de administração em relação à refeição, pois esses fatores podem ser determinantes na ocorrência de interação entre os medicamentos e alimentos (SANDRI *et al.*, 2016).

Os medicamentos utilizados por pessoas idosas podem ser mais ou menos absorvidos, de acordo com seu estado nutricional ou com as condições de consumo. O uso de anti-hipertensivos debilita diversos nutrientes, tais como: folato, vitamina B12, vitamina D, ferro, sódio, cálcio, entre outros (WEIGEL *et al.*, 2012).

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão quanto às interações dos fármacos anti-hipertensivos e os nutrientes.

METODOLOGIA

Esse artigo trata-se de uma revisão de literatura, cuja as bases de dados consultadas foram: Scientific Electronic Library (SciELO), Literatura da América Latina e do Caribe (LILACS) e Public Medline (PubMed) utilizando os descritores: Anti-Hipertensivo, Interação de fármacos, nutrientes e a combinação desses unitermos. Foram utilizados artigos completos,

de acesso livre, nos idiomas português e inglês, e que tratavam do tema desse trabalho, publicados entre 2010 e 2017. A busca gerou 110 resultados que, após a leitura dos resumos foram abordados apenas artigos que tratavam do tema proposto e excluídos os artigos incompletos que não coincidiam com o tema, e foram selecionados 10 para discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No quadro abaixo, há presença dos medicamentos com suas possíveis interações com os alimentos. Cujas suas classes são dos anti-hipertensivos, onde suas funções é diminuir a pressão arterial. Baseado nos estudos encontrou-se os seguintes resultados:

Quadro 1- Identificação de fatores antinutricionais nas possíveis interações entre alimentos/nutrientes e fármacos prescritos em pacientes anti-hipertensivos

Fármacos	Mecanismos das possíveis interações entre alimentos/nutrientes e fármacos/Recomendações
1. Amilorida	Medicamento depleta a absorção de cálcio (Ca). Evitar a administração com alimentos ricos em Ca (leite e queijo) e em fatores antinutricionais (leite, soja: fitatos, inibidores das proteases e saponina).
2. Captopril	Alimentos em geral diminuem a absorção do fármaco. Administrar 1 hora antes ou 2 horas após as refeições.
3. Carvedilol	Alimentos em geral diminuem a hipertensão ortostática. Administrar com alimentos.
4. Nifedipina	Alimentos em geral aumentam a biodisponibilidade do fármaco. Administrar com alimentos.
5. Propranolol	Leite aumenta a biodisponibilidade do fármaco. Administrar com alimentos hiperproteicos.

Fonte: CAMPOS, A. F. L. (2011)

Dos artigos analisados, os anti-hipertensivos como o Anlodipino pode causar depleção

de Potássio, Cálcio e Vitamina D. Estudos também apontaram que o Verapamil pode depletar Cálcio, Vitamina C e D. Também foi observado que o Captopril pode causar perda de proteínas, sendo que Cálcio e Magnésio podem interferir na absorção desse medicamento. Além desses, os diuréticos como a Hidroclortiazida pode reduzir Sódio, Potássio, Magnésio, Zinco e Vitamina B₂. Estudos demonstram que o captopril, pode ter sua ação potencializada em associação com o óleo rico em fibras de semente de abóbora (CAMPOS, 2011).

Em alguns casos, os medicamentos devem ser administrados longe das refeições, isso porque têm a capacidade de diminuir a velocidade de absorção dos fármacos por retardarem o esvaziamento gástrico ou provocar interações que induzam outros danos ao organismo. Porém, ressalta-se que alguns medicamentos devem ser ingeridos próximos às refeições, para que não agridam a mucosa gastrointestinal, possibilite aumento de sua absorção ou também seja usado como auxiliar no cumprimento da terapia. Cuidados com o intervalo de tempo entre a ingestão de fármacos e alimentos são determinantes na terapêutica, pois podem afetar principalmente a absorção dos mesmos, influenciando a velocidade e magnitude da biodisponibilidade das drogas (PEIXOTO *et al.*, 2012).

Segundo Matos *et al.* (2009) a hipertensão é um problema de saúde pública, cujo controle adequado da pressão pode requerer o uso de mais de um agente anti-hipertensivo, e além de poder ocorrer interação medicamento juntamente com outro medicamento, ocorre também a interação fármaco nutriente, que muitas vezes pode ser uma interação benéfica mas como também maléfica.

Essas interações são facilitadas pelo fato de que os medicamentos e alimentos são, em sua maioria, administrados por via oral. Os nutrientes podem modificar os efeitos dos fármacos por interferir em processos farmacocinéticos, acarretando prejuízo terapêutico. Já os medicamentos podem modificar o metabolismo de nutrientes resultando em uma alteração do estado nutricional do paciente. É comum, no tratamento de doenças, o uso prolongado de alguns medicamentos que provocam a perda de nutrientes (CAMPOS *et al.*, 2011).

Segundo GUIMARÃES *et al.* (2007) as classes farmacológicas com maior interação são os anti-hipertensivos, seguidas das que atuam no sistema nervoso central e por fim, a antimicrobiana que têm grande parcela das possíveis interações fármaco-alimento que

ocorrem rotineiramente não é conhecida nem advertida, podendo ocasionar efeitos adversos ou ainda a falta de efetividade terapêutica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas possibilidades de interações fármaco/nutrientes são possíveis, em especial por alterações no mecanismo de biodisponibilidades dessas substâncias. Essas alterações podem impactar, positiva ou negativamente na saúde das pessoas, o que torna necessário seu entendimento por parte dos profissionais da saúde.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. F. L.; TORRES, S. P.; LOPES, E. M.; CARVALHO, R. B. N. de.; FREITAS, R. M. de.; NUNES, L. C. C. Identificação e análise dos fatores antinutricionais nas possíveis interações entre medicamentos e alimento/nutrientes em pacientes hospitalizado. Picos, PI. P.319. 2011.

GUIMARÃES, G. V.; BRITO, G de C.; BARBOSA, L. de. M.; AGUIAR, P. M.; BALISA-ROCHA, B. J.; JÚNIOR, D. P. de L. Perfil Farmacoterapêutico de um Grupo de Idosos assistidos por um programa de Atenção Farmacêutica na Farmácia Popular do Brasil no município de Aracaju – SE. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**. Aracaju, SE. P. 307-312. 2012.

HELDT, T.; LOSS, S. H. Interação fármaco-nutriente em unidade de terapia intensiva: revisão da literatura e recomendações atuais. **Rev Bras Ter Intensiva**. Porto Alegre (RS), v. P. 162-167 . 2013.

LOPES, E. M.; OLIVEIRA, E. A. R.; LIMA, L. de. O.; FORMIGA, L. M. F; FREITAS, R. M. de. F. Interações fármaco-alimento/nutriente potenciais em pacientes pediátricos hospitalizados. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**. Teresina, PI. P. 131-135. 2013.

MATOS, V. T. G. de.; VASCONCELOS, E. F. de.; AMARAL, M. S. do.; TOFFOLI-KADRI, M. C. Avaliação das Interações Medicamentosas em Prescrições Hospitalares de Pacientes Sob Uso de Anti-Hipertensivos. Mato Grosso do Sul, MS. P. 501-505. 2009.

PEIXOTO, J. S.; SALCI, M. A.; RADOVANOVIC, C. A. T.; SALCI, T. P.; TORRES, M. M.; CARREIRA, L. Riscos Da Interação Droga-Nutriente Em Idosos De Instituição De Longa Permanência. **Rev Gaúcha Enferm**. P. 156-164. 2012.

SANDRI, M.; GEWEHR, D. M.; HUTH, A.; MOREIRA, A. C. Uso de medicamentos e suas potenciais interações com alimentos em idosos institucionalizados. **Revista Scientia Medica**. Ijuí, RS. 2016.

VENTURINI, C. D.; ENGROFF, P. E; ELY, L. E.; TASCA, T.; CARLI, G. A. DE. Interações entre Antiparasitários e Alimentos. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**. Porto Alegre, RS. P. 17-23. 2014.

WEIGEL, J. A.; LEPPER, I. Resposta da Interação Entre Alimento e Medicamento em Idosos Hipertensos do Projeto Pet-Saúde, em Santa Cruz do Sul-RS. **UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde**. P. 141-148. 2012.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DO EXTRATO ETANÓLICO DAS FOLHAS DE *HIMANTANTHUS DRASTICUS* NA MOTILIDADE INTESTINAL DE *MUS MUSCULUS*¹

Maria do Carmo Rodrigues Neta²

Joubert Aires Sousa³

Verônica Lorranny Lima Araújo⁴

Ádine Gabriely Teles de Sousa Barros⁵

Carolina Francisca Alves de Jesus Sousa⁶

Ruy Gabriel Costa Sousa⁷

José Virgulino de Oliveira Lima⁸

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

Himatanthus drasticus (*H. drasticus*) é conhecido popularmente como janaúba no Ceará, pau-de-leite no Piauí, janaguba nos estados situados ao norte do Brasil. Estudos fitoquímicos e farmacológicos realizados permitiram a identificação dos iridóides presentes na casca de seu caule e no látex, sendo estes capazes de exercer atividade anti-inflamatória, efeitos antiúlcera, antitumoral e analgésica. Mediante o exposto, o presente trabalho teve como objetivo observar os possíveis efeitos do extrato da *H. drasticus* sobre a motilidade e secreção do trato gastrointestinal em *Mus musculus*. Para a realização dos testes de trânsito intestinal utilizou-se o óleo de rícino (0,1ml/animal) para indução da diarreia em três grupos contendo seis camundongos cada e administrou-se por via oral água destilada (1mL/kg), loperamida (2 mg/kg) para controle positivo e o extrato etanólico das folhas de *Himatanthus drasticus* (500 mg/kg) como tratamento. De acordo com os resultados obtidos, observou-se que, no teste de diarreia induzida pelo óleo de rícino o extrato diminuiu o número de defecações, contudo não diminuiu a motilidade no protocolo de trânsito intestinal. Contudo, sugere-se a realização de outros estudos com metodologias e protocolos diferenciados e específicos utilizando-se a *H. drasticus* a fim de elucidar o real mecanismo de ação desse extrato na inibição da motilidade intestinal.

Palavras-chave: janaguba; motilidade; diarreia.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduada em Farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: mariadocarmo-64@hotmail.com

³Doutor em Biologia molecular e celular na área farmacológica e toxicológica – UBRA E-mail: @airesjoubert3@gmail.com

⁴Estudante de graduação do 8º período do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: veronica.dks@hotmail.com

⁵Estudante de graduação do 8º período do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: ag.teles@live.com

⁶Estudante de graduação do 10º período do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: carolsinha095@gmail.com

⁷Estudante de graduação do 10º período do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: ruygabriel0509@gmail.com

⁸Estudante de graduação do 9º período do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: jvirgu@gmail.com

INTRODUÇÃO

A janaguba é uma planta do gênero *Himatanthus*, da família das Apocináceas. Esse gênero encontra-se distribuído nos trópicos e subtropicais da América do Sul, possui 13 espécies, compreendendo 8 variedades. Atualmente, estudos farmacológicos evidenciaram as atividades anti-inflamatória e analgésica dos iridóides presentes na casca de seu caule e no látex. Trata-se de uma planta arbórea, atingindo cerca de sete metros de altura, que produz um látex, um tipo de suco leitoso, de cor branca, obtido do tronco e galhos, utilizado na medicina popular para o tratamento do câncer, vermes intestinais, febre, infertilidade feminina, sintomas da menopausa e úlceras gástricas (FETROW; AVILA, 2000; OKUDA, 2005).

Estudos já realizados com a *Himatanthus drasticus* demonstraram que a mesma possui efeito cicatrizante e uma baixa toxicidade reprodutiva e teratogênica em ratas, indicando assim que seu consumo é seguro na espécie humana e eficaz no tratamento de gastrites e hemorróidas (FRANÇA *et al.*, 2011). No entanto, a *Himatanthus drasticus*, como outras espécies do gênero *Himatanthus* foram escassamente relatadas em relação aos seus estudos fitoquímicos e suas atividades biológicas. Colares *et al.*, (2008a) demonstra algumas pesquisas que isolaram e identificaram no extrato etanólico da casca desta planta substâncias como o triterpeno lupeolcinamato, que possivelmente apresenta atividade antitumoral. Outro trabalho realizado demonstra que a maior ação farmacológica dessa espécie foi o efeito gastroprotetor do látex através de lesão gástrica induzida por etanol e indometacina (COLARES *et al.*, 2008b).

Portanto, mediante o uso medicinal da *H. drasticus* pela população e estudos sobre a atividade farmacológica do látex e cascas do gênero motivou a realização do presente trabalho com o intuito de avaliar se as folhas de *Himatanthus drasticus* apresentam ação farmacológica a nível gastrointestinal.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo se trata de uma pesquisa exploratória-descritiva, com análise qualitativa e quantitativa dos dados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A pesquisa é fundamentada na

realização de experimentos em laboratório, pois o pesquisador simula as situações que serão observadas e analisadas a fim de obter dados e resultados. A espécie de *Himatanthus drasticus* foi coletada no município de Buriti de Inácio Vaz, Maranhão no mês de julho de 2017 seguindo a metodologia de coleta de Lima *et al.*, 2007. As folhas foram limpas com água filtrada e postas para secagem. Para o preparo do extrato foram utilizadas 1000g das folhas e embebidas em 1000 ml de etanol a 98,8%.

O estudo foi submetido a um processo de avaliação pelo Comitê de Condução Ética para Uso de Animais Experimentais (CEUA) do Centro Universitário Santo Agostinho a fim de receber autorização para a realização do estudo, onde foi concedido através do protocolo de número 2791/17.

Estudo da motilidade intestinal, utilizando o modelo do trânsito intestinal e sobre a diarreia induzida por óleo de rícino em camundongos

Teste A – Três grupos de 6 (seis) camundongos cada foram tratados por via oral com água destilada (1mL/kg), loperamida (2 mg/kg) e o extrato etanólico das folhas de *Himatanthus drasticus* (500 mg/kg). Decorridos 30 (trinta) minutos após o tratamento, receberam 0,2mL (cada animal) de carvão ativado (10 %). Após uma hora (1h) do tratamento inicial, esses animais foram anestesiados com tiopental sódico (50 mg/kg) administrado via intraperitoneal e, posteriormente, eutanasiados por deslocamento cervical e, em seguida, removeu-se os intestinos delgados, para determinação da distância percorrida pelo carvão do piloro até a última porção do intestino que contiver pelo menos 1 (um) centímetro contínuo de carvão.

Teste B – Três grupos de 6 (seis) camundongos foram tratados por via oral com o veículo água destilada (1mL/kg) ou loperamida (2 mg/kg) ou extrato etanólico das folhas de *Himatanthusdrasticus* (500 mg/kg). Após 30 (trinta) minutos, foi administrado o óleo de rícino (0,1ml/animal) pela via oral e os animais foram colocados separadamente em caixas forradas com papel, onde foi-se quantificado o número de defecação de fezes totais em um período de 2 horas. Para a realização do controle, não administrou-se o óleo de rícino em um dos grupos.

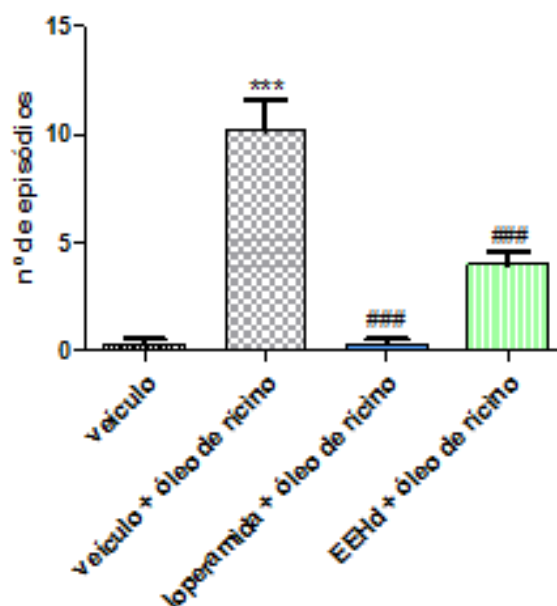
Análise de dados

Os valores experimentais obtidos foram expressos como média \pm erro padrão da média (E.P.M.). As análises estatísticas foram realizadas através da aplicação do teste de variância ANOVA (one-way) seguida do teste Tukey para análise de significância entre as médias, e em relação ao controle. Os valores foram considerados estatisticamente significantes quando $p < 0,05$, utilizando-se em seguida do programa estatístico GraphPadPrism, versão 6.0 (Prisma 6.0, USA) para construção dos gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O EEHd (500mg/kg) apresentou diminuição significativa nos episódios de defecação ($4 \pm 0,57$) de forma semelhante a loperamida 2mg/kg ($0,33 \pm 0,211$) no modelo de diarreia induzida por óleo de rícino, quando comparados ao grupo que recebeu apenas o óleo de rícino ($10,167 \pm 1,45$), conforme gráfico 1.

Gráfico 1. Efeito do extrato etanólico das folhas de *Himatanthus drasticus* (EEHd 500mg/kg) sobre a quantidade de fezes eliminada no modelo de diarreia induzida por óleo de rícino em camundongos.

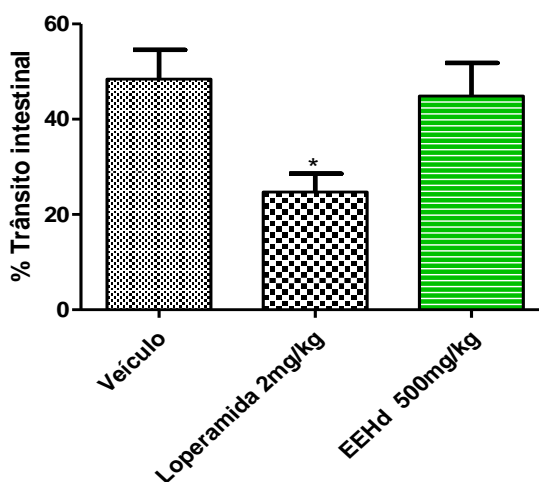


Fonte: Laboratório de Fisiologia do Centro Universitário Santo Agostinho, 2017.

N = 6 animais por grupo. ***p < 0.001 (diferença significativa em relação ao veículo), ### p < 0.001 ((diferença significativa em relação ao veículo + óleo de rícino).

No teste de trânsito intestinal o extrato não apresentou diferença significativa ($44,9 \pm 6,96$ %) em relação ao grupo que recebeu apenas o veículo ($48,4 \pm 6,2$ %), conforme gráfico 2. Assim sugere-se que o EEHd inibe a secreção intestinal induzida pelo óleo de rícino, não possuindo efeito direto na motilidade.

Gráfico 2. Efeito do extrato etanólico das folhas de *Himatanthus drasticus* sobre a motilidade intestinal, utilizando o modelo do trânsito intestinal.



Fonte: Laboratório de Fisiologia do Centro Universitário Santo Agostinho, 2017. N = 6 animais por grupo. *p < 0.05 (diferença significativa em relação ao veículo).

Estudos com as cascas de *Himatanthus drasticus* identificaram a presença de taninos e alcaloides, metabólitos secundários responsáveis por uma série de efeitos farmacológicos, inclusive efeitos inibidores da motilidade gastrointestinal (LUZ et al., 2014). Os testes de motilidade e diarreia foram utilizados a fim de verificar a possível ação do EEHd (500mg/kg) a nível intestinal. No modelo de diarreia, utilizou-se o óleo de rícino como indutor da diarreia, sendo o ácido ricinoléico o principal componente químico responsável pela ação laxante do óleo, pois reduz a absorção de líquido e eletrólitos e estimula o peristaltismo intestinal (BAGGIO, 2004). A Loperamida, controle positivo neste protocolo, é um ativo agente

antidiarreico, com atividade em receptores opioides μ , atuando através da diminuição da motilidade e aumentando o tônus do esfíncter anal, além de possuir atividade antissecretória. Esse ativo promove um aumento do intervalo de tempo de evacuações em ratos e inibe o peristaltismo do cólon, sendo considerado um modelo de constipação espática.

Os prováveis mecanismos responsáveis pela atividade farmacológica dos taninos, ainda não está bem claro, no entanto aponta-se que seriam resultado da formação de complexos com proteínas, polissacarídeos e íons metálicos como o ferro, além de exercer a atividade antioxidante (FETROW; AVILA, 2000; OKUDA, 2005). Dessa forma o EEHd que possui em sua composição química taninos, apresenta uma ação constipante onde seu mecanismo de ação ainda não é totalmente comprovado na literatura, conforme verificado no gráfico 1, sugerindo-se um possível efeito inibitório na secreção de líquidos no trato gastrointestinal, mas não diretamente na motilidade (gráfico 2).

CONCLUSÕES

Mediante os resultados obtidos no experimento, demonstrou-se que o extrato etanólico das folhas de *Himatanthus drasticus* possui efeito diminutivo na diarreia induzida por óleo de rícino em camundongos, exercendo efeito sob a secreção de fluidos, porém não possui interferência no peristaltismo, isto é, na motilidade intestinal. No entanto, sugerem-se outros testes, inclusive com o intuito de elucidar o real mecanismo de ação desse extrato na inibição motilidade intestinal, utilizando-se de outras metodologias, como protocolos de isquemia e repercussão.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, C.H.; FREITAS, C.S.; RIECK, L.; MARQUES, M.C.A. Gastroprotective effects of a crude extract of *Baccharis illinoensis* DC in rats. **Pharmacological Research**, v. 47, p.93-98, 2004.

COLARES, A.V. et al. Phytochemical and biological preliminary study of *Himatanthus drasticus* (Mart.) Plumel (Janaguba). **Pharmacognosy Magazine**, v. 4, n. 14, p. 73-77, 2008a.

FETROW, C.W.; AVILA, J.R.; **Manual de Medicina Alternativa para o profissional**. Guanabara Koogan, 2000.

FRANÇA, W.C.S.C.; SOUZA, A.C.R.L.A.; CORDEIRO, J.A.; CURY, P.M. Análise da ação da *Himatanthusdrasticus*na progressão do câncer de pulmão induzido por uretana em camundongos. **einstein**. 2011; 9(3 Pt 1):350-3.

LIMA, R. de L. S. de; FERREIRA, G. B.; Weber, O. B.; Cazetta, J. O. Diagnose foliar da gravioleira (*Annona muricata*L.): Efeito da posição de ramos e folhas. **Ciência e Agrotecnologia**, v.31, p.1320-1325, 2007.

LUZ, H.S., SANTOS, A.C.G.; LIMA; F.C.; MACHADO; K.R.G. Prospecção fitoquímica de *Himatanthusdrasticus* Plumel (*Apocynaceae*), da mesorregião leste maranhense. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.16, n.3, supl. I, p.657-662, 2014.

OKUDA, T. Systematics and health effects of chemically distinct tannins in medicinal plants. **Phytochemistry**, v.66, n.17, p.2012-31, 2005.

ESTUDO DA POSSÍVEL ATIVIDADE DO EXTRATO ETANÓLICO DAS FOLHAS DE HIMANTHUS DRASTICUS NA SECREÇÃO DO TRATO GASTROINTESTINAL DE MUS MUSCULLUS¹

Maria do Carmo R. Neta²

Luana Vitória de Andrade Ferreira³

Carolina Francisca Alves de Jesus Sousa⁴

Isabel Cristina S. de Almeida⁵

Francisco Assis dos Santos Moreira⁶

Carlos Eduardo da Silva Meneses⁷

Joubert Aires Sousa⁸

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

A janaguba (*Himatanthusdrasticus*) é uma planta muito utilizada na medicina popular. Estudos farmacológicos comprovaram seus efeitos, imunomodulador, analgésico e anti-inflamatório, porém ainda há estudos limitados sobre sua ação gastrointestinal. Diante disso, o objetivo do seguinte trabalho é avaliar o potencial gastroprotetor do extrato das folhas de *Himatanthusdrasticus*. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, com análise qualitativa e quantitativa dos dados. O estudo foi avaliado pelo CEUA gerando o protocolo 2791/17. Os animais foram divididos em três grupos, um grupo tratado via oral com veículo, outro com omeprazol, outro com *Himatanthusdrasticus* (EEHd) 500mg/kg. Úlceras gástricas foram induzidas em todos os animais através da administração de álcool. Os animais foram eutanasiados e tiveram seus estômagos retirados, abertos, fixados em placas de petri e desenhados em folhas de transparência, tendo as áreas de lesão analisadas pelo software ImageJ. Da mesma forma se procedeu no teste de lesão induzida por indometacina, sendo o etanol substituído por indometacina e omeprazol substituído por cimetidina. As análises estatísticas foram realizadas através da aplicação do teste de variância ANOVA seguida do teste Tukey. No modelo de úlcera induzida por etanol podemos verificar que o EEHb teve resultados significativos, diminuindo as lesões causados pelo etanol assim como o Omeprazol (controle negativo). Infere-se, portanto, que o EEHb 500mg/kg possui ação gastroprotetora podendo diminuir lesões induzidas por etanol, porém não reduz lesão induzida por indometacina.

PALAVRAS-CHAVE: janaguba; secreção; diarreia.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Bacharel em Farmácia pela UNIFSA;

³ Acadêmica do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁴ Acadêmica do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁵ Técnica em laboratório – UNIFSA;

⁶ Acadêmico do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁷ Acadêmico do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA;

⁸ Doutorado em Biologia Molecular e Celular – ULBRA-RS.

INTRODUÇÃO

A janaguba é uma planta do gênero *Himatanthus*, da família das Apocináceas. Esse gênero encontra-se distribuído nos trópicos e subtropicais da América do Sul (FRANÇA *et al.*, 2011). Trata-se de uma planta arbórea, que produz um látex, um tipo de suco leitoso, utilizado na medicina popular para o tratamento do câncer, vermes intestinais, febre, menstruações irregulares, infertilidade feminina, sintomas da menopausa e úlceras gástricas. Estudos fitoquímicos revelaram a presença de acetato de lupeol e proteínas; e estudos farmacológicos, os efeitos antiúlcera, antitumoral, imunomodulador, analgésico e anti-inflamatório (SOARES, 2015).

O tratamento das úlceras gástricas tem como objetivo reduzir a acidez gástrica, promover a cicatrização da mucosa, controlar a dor e prevenir recorrências. Os inibidores da bomba de prótons (IBP) são os mais potentes agentes disponíveis para inibição da secreção ácida do estômago. O omeprazol foi o primeiro IBP a ser lançado e vários estudos confirmaram sua eficácia em prevenir sangramento gastrointestinal (POMPILIO *et al.*, 2010)

Colares *et al.*, (2008a) isolaram e identificaram do extrato etanólico da casca o triterpenolupeolcinamato que provavelmente é uma substância com perspectivas de apresentar atividade antitumoral. Outro trabalho com ação farmacológica dessa espécie foi o efeito gastroprotetor do látex através de lesão gástrica induzida por etanol e indometacina (Colares *et al.*, 2008b). Diante do exposto, o objetivo do seguinte trabalho é avaliar o potencial gastroprotetor do extrato das folhas de *Himatanthusdrasticus*.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de um estudo exploratório-descritivo, com análise qualitativa e quantitativa dos dados. Para a obtenção dos dados a pesquisa é fundamentada na realização de experimentos em laboratório, pois o pesquisador simula as situações que serão observadas e analisadas.

A coleta da espécie de *Himatanthusdrasticus* foi realizada município de Buriti de Inácio Vaz (MA) no mês de julho de 2017 seguindo a metodologia de coleta de Lima *et al.*, 2007. As

folhas foram limpas com água filtrada e postas para secagem. Para o preparo do extrato foram utilizadas 1000g das folhas e embebidas em 1000 ml de etanol a 98,8%.

O estudo foi submetido a um processo de avaliação pelo Comitê de Conduta Ética para Uso de Animais Experimentais (CEUA) do Centro Universitário Santo Agostinho, recebendo a autorização concedida através do protocolo de número 2791/17. Amostra foi constituída por 42 (quarenta e dois) camundongos da linhagem *Swiss*, espécie *Mus musculus* do sexo masculino, sendo que todos envolvidos desta população foram utilizados na pesquisa. Utilizou-se o modelo de úlcera induzida por indometacina.

Após um período de jejum de sólidos de 18 horas, os animais (camundongos) foram tratados via oral, com veículo, cimetidina 100 mg/kg, ou *Himatanthus drasticus* (500 mg/kg), após 1 hora, úlceras gástricas foram induzidas em cada animal através da administração de indometacina (30 mg/kg sc), após 6h, os animais foram eutanasiados, seus estômagos retirados e abertos pela sua curvatura maior, fixados em placas de petri e desenhados em folhas de transparência. As lesões foram analisadas pelo software Image J. Da mesma maneira procedeu-se com o teste de lesão induzida por etanol, com a indometacina substituída por etanol e a cimetidina por omeprazol.

Fez-se a análise de dados de modo que os valores experimentais obtidos foram expressos como média \pm erro padrão da média (E.P.M.). As análises estatísticas foram realizadas através da aplicação do teste de variância ANOVA (one-way) seguida do teste Tukey para análise de significância entre as médias, e em relação ao controle. Os valores foram considerados estatisticamente significantes com o $p < 0,05$. Foi utilizado o programa estatístico GraphPadPrism, versão 6.0 (Prisma 6.0, USA), inclusive para construção dos gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

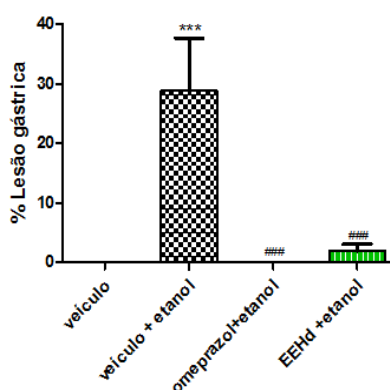
Os testes de úlceras induzidas por etanol e indometacina foram utilizados para verificar a possível ação do extrato etanólico das folhas de *Himatanthus drasticus* (EEHb) (500mg/kg) na secreção gástrica. No modelo de úlcera por etanol (gráfico 1) pode-se verificar que o EEHb

(500mg/kg) teve resultados significativos, diminuindo as lesões causados pelo etanol como o Omeprazol que foi utilizado como controle negativo.

Estudos com o látex identificaram um uso popular para úlcera, sendo que este tipo de amostra possui um triterpeno que possui atividade anti-inflamatória chamado acetato de lupeol (Lucettiet *al.*, 2010). No extrato hidroalcoólico das folhas da *Himatanthus drasticus* foi encontrado vários compostos secundários que possuem ação anti-inflamatória e antioxidante, como o ácido clorogênico, quercetina, isoquercetina, rutina, plumericin e plumeiride (Figueiredoet *al.*, 2017). Em modelos experimentais a formação de lesões gástricas envolve um desequilíbrio entre os fatores protetores, como as prostaglandinas (inibidos pela indometacina) e lesivos da mucosa gástrica (etanol) (Maityet *al.*, 2003).

Neste modelo de úlcera induzida por etanol foi utilizado o omeprazol como controle positivo, que é um inibidor da bomba de prótons, eficaz fármaco utilizado no tratamento de lesões gástricas. O EEHd diminuiu de forma significativa as lesões gástricas induzidas pelo etanol de forma similar ao omeprazol, conforme gráfico 1, isso pode ser justificado pelos possíveis compostos secundários presentes nessa planta.

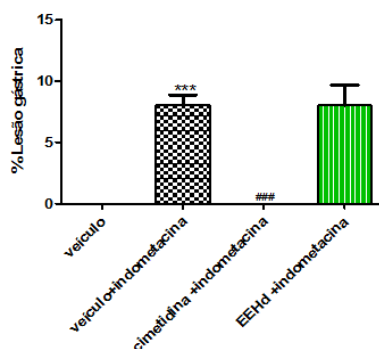
Gráfico 1. Efeitos do extrato etanólico das folhas de *Himatanthusdrascticus*sobre a secreção ácida gástrica em camundongo utilizando o modelo de úlcera induzida por etanol.



Fonte: Laboratório de Fisiologia do Centro Universitário Santo Agostinho, 2018. N = 6 animais por grupo. ***p < 0.001 (diferença significativa em relação ao veículo), ### p < 0.001 (diferença significativa em relação ao veículo + etanol).

Já no modelo de úlcera induzida por indometacina o extrato não apresentou resultados significativos no tratamento das lesões causadas pela indometacina 50mg/kg como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2. Efeitos do extrato etanólico das folhas de *Himatanthus drasticus* sobre a secreção ácida gástrica em camundongo utilizando o modelo de úlcera por indometacina.



Fonte: Laboratório de Fisiologia do Centro Universitário Santo Agostinho, 2018. N = 6 animais por grupo. ***p < 0.001 (diferença significativa em relação ao veículo), ### p < 0.001 (diferença significativa em relação ao veículo +indometacina).

As lesões gástricas causadas induzidas por anti-inflamatórios não-esteroidais (indometacina) envolvem mecanismos de inibição das ciclooxigenases I, reduzindo a produção de prostaglandinas, que atuam na síntese de muco e bicarbonato, na regulação da secreção ácida e do fluxo sanguíneo da mucosa gástrica (Curtis *et al.*, 1995; Halter *et al.*, 2001), que foram observados no gráfico 2.

A cimetidina, utilizada como controle neste protocolo de úlcera induzida por indometacina, inibe a produção de ácido no estômago, competindo de modo reversível com a histamina, pelos receptores H₂, presentes na membrana basolateral das células parietais (GOODMAN & GILMAN, 2006), o que foi observado com a administração da cimetidina 100 mg/kg, conforme gráfico 2.

Como o extrato hidroalcoólico das folhas da *Himatanthus drasticus* possuem compostos secundários que possuem ação anti-inflamatória e antioxidante, como a

quercetina e rutina (FIGUEIREDO *et al.*, 2017), pode-se sugerir que estes compostos podem estar envolvidos na ação gastroprotetora da EEHD em úlceras induzidas por etanol, embora no protocolo de indução de úlcera por indometacina não verificou-se o efeito protetor do extrato, quando inibida a produção de prostaglandinas pela indometacina.

O extrato não obteve ação no protocolo de úlcera induzida pela indometacina que pode ser explicada pela baixa concentração do extrato na qual os camundongos foram tratados e pelo fato que o uso popular da planta *Himatanthusdrascticusser* em através de chás que no momento da preparação do extrato etanólico perdeu-se componentes essenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com essa pesquisa demonstram que o extrato etanólico das folhas de *Himatanthus. drasticus* diminuiu as úlceras induzidas por etanol mas não as lesões induzidas por indometacina. No entanto, sugere-se outros testes, inclusive com o intuito de elucidar o real mecanismo de ação desse extrato na inibição das lesões gástricas, principalmente utilizando outras metodologias, como protocolos de úlceras induzidas por estresse ao frio.

REFERÊNCIAS

COLARES, A.V. et al Efeito gastroprotetor do látex de *Himatanthusdrasticus*(Mart.) Plumel (Janaguba). **Infarma**, v. 20, n. 11/12, p. 34-36, 2008b.

CURTIS, G.H.; MANNAUGHTON, W.K.; GALL, D.G.; WALLACE, J.L. Intraluminal pH modulates gastric prostaglandin synthesis. **Canadian Journal of Physiology Pharmacology**, v.73, p.130-134, 1995.

FIGUEIREDO, C. S. S. S.; SANTOS, J.C.B; CASTRO JUNIOR, J.A.A; WAKUI, V. G.; RODRIGUES, J. F. S.; ARRUDA, M. O.; MONTEIRO, A. S.; MONTEIRO-NETO, V.; BOMFIM, M. R. Q.; KATO, L.; SILVA, L. C. N.; GRISOTTO, M. A. G. *Himatanthusdrasticus* Leaves: Chemical Characterization and Evaluation of Their Antimicrobial, Antibiofilm, Antiproliferative Activities. **Molecules** 2017, 22, 910; doi:10.3390/molecules22060910, 2017.

FRANÇA, W.C.S.C.; SOUZA, A.C.R.L.A.; CORDEIRO, J.A.; CURY, P.M. **Análise da ação da *Himatanthusdrasticus* na progressão do câncer de pulmão induzido por uretana em camundongos.** *einstein*. 2011; 9(3 Pt 1):350-3.

GOODMAN & GILMAN, A. Pharmacotherapy of gastric acidity, peptic ulcers, and gastroesophageal. **The Pharmacological Basis of Therapeutics**, 11^ªed. Mc Graw Hill, 2006.

HALTER, F.; TARNAWSKI, A.S.; SCHMASSMANN, A.; PESKAR, B.M. Cyclooxygenase 2-implications on maintenance of gastric mucosal integrity and ulcer healing: controversial issues and perspectives. **Gut**, v.49, p.443-53, 2001.

LIMA, R. de L. S. de; FERREIRA, G. B.; Weber, O. B.; Cazetta, J. O. Diagnose foliar da gravioleira (Annonamuricata L.): Efeito da posição de ramos e folhas. **Ciência e Agrotecnologia**, v.31, p.1320-1325, 2007.

LUCETTI, D. L.; LUCETTI, E. CP.; BANDEIRA, M. A. M.; VERAS, H. NH.; SILVA, A. H.; LEAL, L. K. AM.; LOPES, A. A.; ALVES, V. CC.; SILVA, G. S.; BRITO, G.A.; VIANA, G. B. Antiinflammatory effects and possible mechanism of action of lupeol acetate isolated from *Himatanthus drasticus* (Mart.) Plumel. **Journal of Inflammation**, 7:60, 2010.

MAITY, P.; BISWAS, K.; Roy, S.; BANERJEE, R.K.; BANDYOPADHYAY, U. Smoking and the pathogenesis of gastroduodenal ulcer – recent mechanism update. **Molecular and Cellular Biochemistry**, v. 253, p.329-338, 2003.

POMPILIO, Carlos Eduardo et al. Profilaxia das úlceras associadas ao estresse. **ABCD. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva (São Paulo)**, v. 23, n. 2, p. 114-117, 2010.

SOARES, F.P.; FRAGA, A.F.; NEVES, J.P.O.; ROMERO, N.R.; BANDEIRA, M.A.M. Estudo etnofarmacológico e etnobotânico de *Himatanthus drasticus* (Mart.) Plumel (janaguba). **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.17, n.4, supl. II, p.900-908, 2015.

GT 26

**GRUPO TEMÁTICO
MEDICAMENTO E SAÚDE**

GT 26 – MEDICAMENTO E SAÚDE

Dra. Alessandra Camillo da Silveira Castello Branco¹ - UNIFSA

Dra. Carla Solange de Melo Escórcio Dourado² - UFPI

O grupo Temático “Medicamento e Saúde” será relevante para alunos de graduação, pós-graduação e demais profissionais de nível superior da área da saúde, pois promoverá aumento nas produções científicas e discussão interdisciplinar de temas relacionados ao medicamento, proporcionando aprofundamento e atualização na área. Atualmente, os medicamentos apresentam um papel fundamental na proteção e recuperação da saúde, pois auxiliam na manutenção e na melhoria da qualidade de vida, produzem curas, prolongam a vida e retardam o surgimento de complicações associadas a doenças. Por outro lado, cerca de um terço da população mundial tem dificuldade de acesso aos medicamentos devido aos elevados preço (LIRA et al., 2014). Entre os países mais consumidores de medicamentos, o Brasil ocupa a quinta posição, sendo o primeiro lugar da América Latina. O uso desnecessário, assim como a utilização de medicamentos em situações contraindicadas, pode trazer sérios danos à saúde, como intoxicações medicamentosas, fazendo com que no Brasil, assim como em diversos países, o medicamento seja o principal agente tóxico causador de intoxicações humanas (NUNES et al., 2017). Portanto, torna-se notório a importância da discussão de trabalhos relacionados com medicamentos para uma melhoria na qualidade de vida da sociedade.

¹ Mestrado e Doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos, na área de concentração: Farmacologia, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialização em Prescrição Farmacêutica e Farmácia Clínica, Graduação em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é docente no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

² Doutora em Biotecnologia (RENORBIO). Graduação em Farmácia - Análises Clínicas pela Universidade Federal do Piauí (2001) e mestrado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Ceará (2005). Professora de bioquímica clínica do curso de farmácia da Universidade Federal do Piauí.

OBJETIVOS: os trabalhos deste GT terão como objetivos avaliar o uso racional de medicamentos, interações medicamentosas ou alimento-medicação, intoxicações medicamentosas, erros no uso de medicamentos em hospitais, acompanhamento farmacoterapêutico como ferramenta para minimizar reações adversas, dificuldade de adesão farmacológica, problemas relacionados aos medicamentos e discutir o desenvolvimento de novas moléculas químicas através de programas computacionais.

METODOLOGIA: A Organização Mundial de Saúde definiu Atenção Farmacêutica (ATENFAR) como uma prática profissional na qual o paciente é o principal beneficiário das ações do farmacêutico. Esta prática compreende um conjunto de atitudes, comportamentos, compromissos, cuidados, valores éticos, funções, conhecimentos, responsabilidades e habilidades do farmacêutico na prestação da farmacoterapia, com o objetivo de obter resultados terapêuticos sustentados pelos indicadores de saúde e de qualidade de vida dos pacientes (GRUPO DE EXPERTOS, 2001). O AF pode ser realizado por meio de várias metodologias, dentre as quais se destaca o Método Dáder, desenvolvido em 1999 pelo Grupo de Pesquisa de Assistência Farmacêutica da Universidade de Granada, na Espanha (FAUS *et al.*, 2000; HERNÁNDEZ *et al.*, 2014). Este método apresenta-se como uma ferramenta útil, permitindo ao farmacêutico seguir normas claras e simples para realizar SF de forma sistematizada, com a concepção de um plano de atuação com o paciente que promova a continuidade do SF no tempo. Segundo Naves *et al.* (2010), as medicações provocam modificações em relação ao funcionamento do nosso organismo e restabelece-nos a saúde. Isto deve acontecer de maneira adequada e racional, a fim de evitar as interações medicamentosas, intoxicações, reações adversas e PRMs, maximizar a atividade terapêutica e proporcionar a adesão farmacológica, permitindo ao paciente receber a medicação apropriada para sua situação clínica, nas doses adequadas às necessidades individuais, pelo tempo necessário e ao menor custo possível. O uso do medicamento de maneira racional é iniciado com a prescrição médica após uma avaliação geral de saúde do paciente, obedecendo a suas necessidades particulares. Por isso, toda a equipe de saúde deve dispor destas informações clínicas e de todo o seu histórico farmacoterapêutico. Nas últimas décadas,

houve uma revolução no processo de descoberta de fármacos. Novos conhecimentos e tecnologias foram adicionados ao arsenal de métodos e técnicas, resultando em um processo mais proativo e dedutivo no desenvolvimento de fármacos. Neste contexto, o desenho de candidatos a fármacos seria orientado pela compreensão do sítio de reconhecimento molecular da enzima central ou alvo envolvido na fisiopatologia. Caso a estrutura do alvo não seja conhecida, o planejamento teria como base um ligante eficiente. Essa realidade da Química Medicinal proporcionou a análise das vias disponíveis para o planejamento de protótipos de fármacos. As pesquisas que visam o desenvolvimento de novos fármacos são de grande relevância, pois muitos medicamentos disponíveis apresentam efeitos adversos que limitam seu uso, como os utilizados para o tratamento do câncer. Para estes estudos, a molécula química tem sua estrutura 3D otimizada no programa ChemSketch, desenvolvido pela ACD/Labs, sendo inserido na aplicação online PreADMET desenvolvida pela BMDRC e disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://preadmet.bmdrc.kr/adme/>. Nesta aplicação são avaliados parâmetros toxicológicos e farmacocinéticos, a fim de se obterem fármacos que apresentem menos efeitos adversos e com melhor eficácia (JING et al., 2015).

REFERÊNCIAS

- FAUS, M.J.; MARTÍNEZ, F.; FERNANDEZ-LLIMÓS, F et al. **Programa Dáder de implantacion del Seguimiento del Tratamiento Farmacológico**. Granada: GIAF-UGR; 2000.
- GRUPO DE EXPERTOS. Consenso sobre Atención Farmacêutica. **Ars Pharm.** 42(3-4): 221-41; 2001. (disponível em <http://farmacia.ugr.es/ars/>).
- LIRA, C.A.B; OLIVEIRA, J.N.S.; MARÍLIA DOS SANTOS ANDRADE, M.S.A.; VANCINI-CAMPANHARO,C.A.; VANCINI, R.L. Conhecimento, percepções e utilização de medicamentos genéricos: um estudo transversal. **Eisten.** , v. 12, n.3, 267-273, 2014.
- HERNÁNDEZ, D.A.; CASTRO, M.M.S; DÁDER, M.J.F. **Método Dáder: Manual de seguimiento farmacoterapêutico**. 3. ed. Editora Universidade Federal de Alfenas, 2014. 128p.
- NUNES, C.R.M.; ALENCAR, G.O; BEZERRA, C.A.; BARRETO, M.F.R.; SARAIVA, E.M.S. Panoramas das intoxicações por medicamentos no Brasil. **Rev. e-ciência**, v.5, n.2, p. 98-103, 2017.
- JING, Y.; EASTER, A.; PETERS, D.; KIM, N.; ENYDY I. J. In silico prediction of hERG inhibition. **Future medicinal chemistry**, v. 7, n. 5, p. 571-586, 2015.

AVALIAÇÃO *in silico* DE SEGURANÇA TOXICOLÓGICA DE ANÁLOGOS DE ANTIVIRAIS DESENVOLVIDOS A PARTIR DO ZANAMIVIR¹

Viviane Leal Veloso²
Clailson da Silva Pinheiro³
Débora Cosse Silva⁴
Walicy Cosse Silva⁵
Charllyton Luis Sena da Costa⁶

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA



RESUMO

As doenças virais têm sido mundialmente preocupantes nos últimos anos, sendo as respiratórias um os alvos bastante estudados pelos cientistas para o desenvolvimento de medicamentos capazes de inibir a ação dos vírus. Neste cenário, o zanamivir é um dos antivirais desenvolvidos para o tratamento da influenza A e B. Este fármaco inibe seletivamente a neuraminidase, proporcionando a agregação viral na superfície da célula e redução do vírus no trato respiratório. Assim, o estudo teve como objetivo desenvolver e analisar dez análogos do zanamivir, a fim de encontrar um análogo com segurança toxicológica melhor em relação à molécula de referência. Trata-se de um estudo desenvolvido por meio de ensaios *in silico* por meio de três programas computacionais: ACD/ChemSketch, MarvinSketch e PreADMET. Dentre os parâmetros toxicológicos observados, pode-se observar que os análogos desenvolvidos apresentaram vantagens em relação a molécula de referência, com menor grau de toxicidade. Diante de todos os parâmetros avaliados e os resultados vantajosos apresentados pelos análogos desenvolvidos, conclui-se que estas moléculas apresentam potencial como candidatas a um novo fármaco.

PALAVRAS-CHAVE: Modificação molecular, Zanamivir, Desenvolvimento *in silico*.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Discente do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: velosoviviane98@gmail.com

³ Discente do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: clailson1995@hotmail.com

⁴ Discente do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: deboracosse996@gmail.com

⁵ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: cosse.wallyce174.wc@gmail.com

⁶ Doutor em Biotecnologia. Professor do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: charllyton@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Oliveira, Sá e Cruz (2004) e Greco, Tupinambás e Fonseca (2009) o vírus influenza é responsável por epidemias de doenças respiratórias e apresenta ampla distribuição mundial. Devido a constante variação genética que ele sofre, é responsável pela ocorrência frequente de surtos, epidemias e pandemias. Greco, Tupinambás e Fonseca (2009) afirmam que essas mutações ocorrem devido à fragmentação do material genético, que ao se dividir compartilha material com outros vírus, sendo formada uma nova cepa, com ou sem mais virulência. O vírus da influenza apresenta dois genes responsáveis pela codificação de proteínas virais de superfície, a hemaglutina–H e neuraminidase. Estas proteínas são responsáveis pelo reconhecimento celular e possibilitam a entrada do vírus influenza na célula.

Alguns antivirais foram desenvolvidos para o tratamento da influenza A e B. Entre eles pode-se citar o zanamivir. Segundo Cass, Efthymiopoulos e Bye (1999) este fármaco age inibindo seletivamente a neuraminidase, provocando a agregação viral na superfície celular e redução da disseminação do vírus no trato respiratório. No entanto, mesmo este fármaco apresentando ação biológica conhecida com resultados positivos, modificações em sua estrutura podem ser feitas gerando análogos do fármaco matriz com o intuito de apresentar características melhores em relação aos parâmetros físico-químicos, farmacocinéticos e toxicológicos. Diante disso, o objetivo deste estudo foi desenvolver dez análogos *in silico* do zanamivir, com menos características toxicológicas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo experimental explicativo com abordagem qualitativa. Os ensaios *in silico* foram realizados usando os seguintes programas: ACD/ChemSketch, Marvin Sketch e a aplicação PreADMET (<https://preadmet.bmdrc.kr>). Os análogos do zanamivir foram desenhados no ChemSketch, e posteriormente, através do Marvin Sketch realizou-se a análise de anterioridade, a fim de garantir moléculas inovadoras. A avaliação *in silico* da toxicidade das moléculas através do PreADMET incluiu os seguintes parâmetros: (a) Carcinogenicidade em camundongos; (b) Carcinogenicidade em ratos; (c) Teste de Ames; (d) Toxicidade aguda por algas; (e) Toxicidade aguda da dafina; (f) Toxicidade aguda dos peixes; (g) Resultados *in vitro* do teste de Ames na cepa TA100 (ativação metabólica pelohomogenato de fígado de rato); (h) Resultado *in vitro* do teste de Ames na cepa TA100 (sem ativação metabólica); (i) Resultado *in vitro* do teste de ames na cepa TA1535 (ativação metabólica)

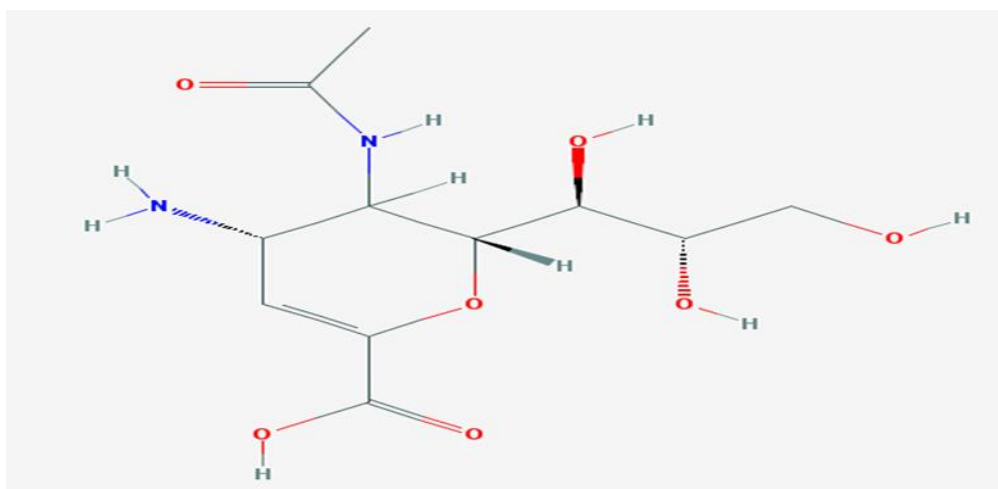
por homogenato de fígado de rato); (j) Resultado in vitro do teste de Ames na cepa TA1535 (sem ativação metabólica).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura orgânica do antiviral zanamivir possui vários grupos funcionais como ácidos carboxílicos, aminas e álcoois, que fazem parte do grupo farmacofórico da estrutura da molécula responsável pela atividade farmacológica do fármaco mediante ligação a seu sítio de ação, como proteínas, enzimas, receptores. Esses grupos funcionais fazem doações de hidrogênio, o que é crítico para a interação fármaco-receptor. Desta forma, a molécula só executa sua atividade farmacológica caso o número de doadores e aceptores esteja de acordo com o seu alvo, visto que esses grupos funcionais fazem parte de todo o grupo farmacofórico da molécula do zanamivir. Logo, esses pontos de ligação de hidrogênio não podem ser alterados para não prejudicar o grupo farmacofórico.

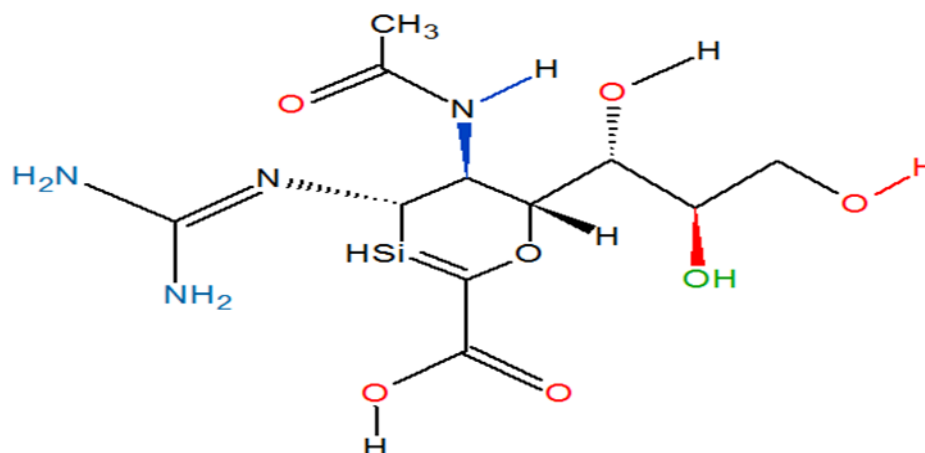
Através da ferramenta científica PreADMET os parâmetros toxicológicos de 10 análogos do Zanamivir foram avaliados. Nesse estudo *in silico* foi possível observar uma redução do potencial toxicológico de cada análogo *ME TOO* em relação à molécula de referência (Figura 1), a qual se mostra mais tóxica em alguns estudos já observados na literatura. O análogo 1 (Figura 2) desenvolvido com adição do silício foi o que mostrou menor potencial toxicológico em relação ao Zanamivir, essa diminuição da toxicidade é de extrema relevância para a absorção do análogo desenvolvido visto que quanto mais lipofílica for a molécula mais tóxica ela será.

Figura 1. Estrutura da molécula de referência do zanamivir. Teresina, 2018.



Fonte: PubChem, 2018.

Figura 2. Estrutura do análogo do zanamivir com adição de silício. Teresina, 2018.



Fonte: ChemSketch, 2018.

O elemento silício possui propriedades intermediárias a do carbono. Após modificação no ChemSketch ele foi adicionado no anel aromático da estrutura molecular do zanamivir. Através de sua adição foi possível melhorar a estrutura do fármaco, visto que o anel aceitou o elemento muito bem por possuir similaridade com as propriedades do carbono, o que é extremamente relevante para a estabilidade da molécula, não alterando tanto as suas propriedades físico-químicas, como o número de doadores e aceptores de hidrogênio que fazem parte do grupo farmacofórico no qual o mesmo é crítico para a atividade biológica. Desta forma, o silício mostrou-se o melhor análogo desenvolvido para fins de testes in vitro no PreADMET.

Portanto, após a análise realizada observou-se uma melhora na segurança e eficácia de cada análogo desenvolvido, conforme observa-se nos Quadros 1 e 2. No Marvin Sketch após as modificações moleculares feitas em cada análogo foi possível observar que cada uma tem potencial para uma molécula inovadora no tratamento do vírus influenza. As alterações feitas visaram manter a atividade farmacoterapêutica de cada análogo desenvolvido para um melhor acompanhamento de cada paciente no tratamento da patologia. No entanto, como os vírus são seres acelulares, cada análogo desenvolvido terá que passar por vários testes para avaliar o seu potencial farmacológico, ou seja, isso é limitante para cada uma das moléculas inovadoras

Quadro 1. Análise comparativa dos parâmetros toxicocinéticos a partir de análise realizada no programa base web PreADMET e Osiris Property Explorer (análogos do 1 ao 5). Teresina, 2018.

Parâmetros de análise toxicológica	Zanamivir	Análogo 1 com silício	Análogo 2 com cetona	Análogo 3 com As	Análogo 4 com P e H	Análogo 5 com N
Algas	0.469774	0,633957 **	0.454041	0.616086**	0.416001**	0.376129
Teste de Ames	Mutagênica	Não mutagênico	Mutagênico	Não mutagenico	Mutagênico	Mutagênico
Carcinogenicidade em ratos	Negativo	Negativo	Negativo	Fora de alcance	Negativo	Negativo
Carcinogenicidade em camundongos	Negativo	Negativo	Positivo	Fora de alcance	Negativo	Negativo
Daphnia (microcrustáceo)	55.3044	85,7587 **	36,9097	103.144**	51.2626**	42.8058
hERG (inibição) / tecido humano	Baixo risco	Baixo risco	Baixo risco	Medio risco	Medio risco	Baixo risco
Medaka (peixe)	3217.2	8781,09 **	1535,83	11075.4**	2797.99**	1952.49
Minnnow (peixe)	667.556	907,411 **	405,474	1049.84**	379.417**	443.13
TA100_10RLI	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Negativo	Negativo
TA100_NA	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo
TA1535_10RLI	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Negativo	Negativo
TA1535_NA	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo

Fonte: PreADMET. 2018.

Quadro 2. Análise comparativa dos parâmetros toxicocinéticos a partir de análise realizada no programa base web PreADMET e Osiris Property Explorer (análogos do 6 ao 10). Teresina, 2018.

Parâmetros de análises toxicológicas	Análogo 6 com At	Análogo 7 com Sn	Análogo 8 com Ge	Análogo 9 com CH3	Análogo 10 com Al
Algas	0,503878 **	0,469774	0,711292 **	0,363527	0,469774
Teste de Ames	Mutagênico	Mutagênico	Mutagênico	Mutagênico	Mutagênico
Carcinogenicidade em ratos	Fora de alcance	Negativo	Fora de alcance	Negativo	Negativo
Carcinogenicidade em camundongos	Fora de alcance	Negativo	Fora de alcance	Negativo	Negativo

Daphnia (microcrustáceo)	63,0106 **	55.3044	65,5697 **	32,8966	55.3044
hERG (inibição) / tecido humano	Risco médio	Baixo risco	Risco médio	Baixo risco	Baixo risco
Medaka (peixe)	4263,59 **	3217,2	5155,36 **	1201,31	3217,2
Minnow (peixe)	774,922 **	667,556	1146,59 **	358,203	667,556
TA100_10RLI	Negativo	Positivo	Negativo	Positivo	Positivo
TA100_NA	Positivo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo
TA1535_10RLI	Positivo	Positivo	Positivo	Negativo	Positivo
TA1535_NA	Positivo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo

Fonte: PreADMET. 2018.

CONCLUSÃO

Os estudos *in silico* contituem um dos métodos utilizados para obtenção de compostos mais eficientes e com efeitos indesejáveis diminuídos. Diante dos parâmetros toxicológicos avaliados e os resultados vantajosos apresentados pelos análogos desenvolvidos, conclui-se que estas moléculas tem potencial para serem candidatas à um novo fármaco.

REFERÊNCIAS

CASS, L. M. R.; EFTHYMIPOULOS, C.; BYE, A. Pharmacokinetics of Zanamivir After Intravenous, Oral, Inhaled or Intranasal Administration to Healthy Volunteers. **Clinical Pharmacokinetics**, v. 36, n. 1, p. 1–11, 1999. Disponível em:< <https://link.springer.com/article/10.2165/00003088-199936001-00001>>. Acesso em 3 jun. 2018.

GRECO, D. B.; TUPINAMBÁS, U.; FONSECA, M. Influenza A (H1N1): histórico, estado atual no Brasil e no mundo, perspectivas. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 19, n. 2, p. 132-139, 2009. Disponível em:<<http://rmmg.org/artigo/detalhes/467>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

OLIVEIRA, J. F.; SÁ, J. P. O.; CRUZ, M. E. M. Influenza virus A and B identification and monitoring in the population of Maceió. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 241-246, 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100023>. Acesso em 3 jun. 2018.

USO OFF-LABEL DE MEDICAMENTOS NO TRATAMENTO DA OBESIDADE¹

Lissandra de Sousa Rocha Barros²

Maithê Maria Lima Martins³

Milene Feliciano Barbosa da Silva⁴

Joubert Aires de Sousa⁵

RESUMO: Indicada como um dos grandes impasses de saúde pública mundial, a obesidade atinge proporções epidêmicas. Após análise do Índice de Massa Corpórea (IMC), o método de escolha para o tratamento do excesso de peso deverá ser atividades físicas, dietas e modificações comportamentais, e caso haja resultados não significativos ou insatisfatórios, justifica-se o tratamento farmacológico. Assim, existe o uso *offlabel* que consiste em tratamento experimental, sem qualquer evidência científica de sua eficácia, o que pode causar riscos à vida dos pacientes. O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, onde 16 artigos foram analisados, sendo que 9 destes foram utilizados para analisar o uso *off label* de medicamentos no tratamento da obesidade. Uma variedade de fármacos tem sido utilizada para perda de peso em pacientes obesos. Entre eles, o topiramato, metformina, fluoxetina e bupropiona. Entidades médicas não recomendam o uso *offlabel* de medicamentos aprovados para outras doenças para o fim exclusivo de perda de peso. Cabem ações de promoção à disseminação e divulgação do que é o uso, haja vista em alguns trabalhos poder ter-se observado à falta de informação, o que compromete a efetividade e eficácia de medicamentos, complicando mais ainda o quadro da doença.

PALAVRAS-CHAVE: Uso *off label*; Obesidade; Tratamento farmacológico.

INTRODUÇÃO

Indicada como um dos grandes impasses de saúde pública mundial, a obesidade atinge proporções epidêmicas. Dados revelam que no ano de 2015 o Brasil registrava 82 milhões de pessoas com excesso de peso, 14,9% superior ao calculado pelo IBGE no ano de 2003, dados

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Graduanda em Farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: lissrb@gmail.com milenecavalcante1410@gmail.com

³Doutor em BioSaúde pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA-RS. E-mail: airesjoubert3@gmail.com.

³Graduanda em Farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: maithemartins1998@gmail.com

⁴Graduanda em farmácia pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: milenecavalcante1410@gmail.com

⁵Doutor em BioSaúde pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA-RS. E-mail: airesjoubert3@gmail.com.

que preocupam, pois, a obesidade e o excesso de peso são fatores de risco para o desenvolvimento de doenças. (Ministério da Saúde, 2015).

O método de escolha para o tratamento do excesso de peso deverá ser atividades físicas, dietas e modificações comportamentais, e caso haja resultados não significativos, justifica-se o tratamento farmacológico (Deliberal, 2010). Contudo, seduzidos pelo marketing, médicos começaram a prescrever de forma indiscriminada medicamentos, sem evidências científicas comprovadas, para o tratamento e controle da obesidade, o que se nomina de “medicação off-label”.

Depois da sua aprovação para, pelo menos, uma indicação, o medicamento pode acabar sendo prescrito de forma *off label* para outra condição, em uma população diferente, ou dose diferente daquela que foi aprovada (Giglio & Malozowski, 2004).

No Brasil a ANVISA é o órgão responsável por avaliar a segurança e eficácia dos medicamentos para o uso que se propõe com informações que decorrem de estudos pré-clínicos e clínicos. Portanto, essa indicação diversa daquela autorizada pelo órgão regulatório caracteriza o uso off-label, podendo ainda se caracterizar como erro médico. (Silva Paula *et al.*, 2010).

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura com base em artigos científicos obtidos em bases de dados como o PubMed, Lilacs e SciELO e em sites de referência como o da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Na busca utilizaram-se os seguintes DeCs: uso *off label*, obesidade, tratamento farmacológico.

Foram encontrados e analisados 16 artigos, onde 9 artigos foram utilizados para avaliar o uso *off label* dos medicamentos no tratamento da obesidade. O critério de exclusão foi artigos que não fossem relevantes para a pesquisa, que não se enquadrassem ao tema e que não estivesse no período da pesquisa, que foi estimado um intervalo de tempo de 2004 a 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O debate acerca das opções para o tratamento farmacológico da obesidade continua, seja pela necessidade de tratamento dessa condição (que alguns consideram como uma epidemia em crescimento), seja pela retirada dos fármacos que eram aprovados para essa indicação (como anfepramona, femproporex e mazindol, que tiveram seus registros na Anvisa cancelados e até agora não foram apresentados novos pedidos de registro) (ZAROS, 2018).

Atualmente, aprovados para tratamento para perda de peso, temos no Brasil liraglutida, lorcasserina, orlistate, e sibutramina. Uma variedade de classes de fármacos aprovados para outras indicações tem sido utilizada *offlabel* para promover perda de peso em pacientes obesos. Entre esses fármacos, encontram-se anticonvulsivantes, como topiramato, fármacos utilizados no controle de diabetes, como metformina e liraglutida e antidepressivos, como fluoxetina e bupropiona (ZAROS, 2018).

Tabela 1. Dados da literatura sobre o uso para perda de peso com fármacos *off label*.

Fármaco	Mecanismo de ação
Fluoxetina	Fluoxetina é um agente serotoninérgico que tem sido prescrito para perda de peso. Resultados de estudos em animais indicam que a ação inibitória do apetite produzida por fluoxetina seja consequência do bloqueio de recaptção de serotonina e o aumento da disponibilidade desse neurotransmissor nas sinapses neuronais. Acredita-se que serotonina possa estar envolvida na regulação da saciedade, mas tem sido demonstrado também que aumenta a taxa de metabolismo basal e a temperatura basal corpórea.
Topiramato	A perda de peso tem sido associada com o tratamento com topiramato, sendo um efeito adverso relatado com incidência entre 4% e 21% em pacientes que fazem uso desse fármaco para tratamento de epilepsia ou prevenção de enxaquecas (indicações aprovadas). Apesar de não ser conhecido o mecanismo exato de sua ação no manejo da perda de peso, acredita-se que topiramato possa diminuir o apetite e aumentar a sensação de saciedade através de vários mecanismos, incluindo efeitos sobre receptores GABA, receptores excitatórios de glutamato ou anidrase carbônica.
Bupropiona	Bupropiona é um inibidor seletivo da recaptção de dopamina e, em menor grau, de norepinefrina. Foi originalmente aprovada para tratar

	depressão e para tratar dependência de nicotina, como adjuvante na cessação tabágica. Durante os estudos clínicos para seu uso em depressão maior (com duração de até um ano), suprimiu o apetite e conseguiu reduzir significativamente o peso corporal. Entretanto, esses mesmos estudos clínicos demonstram que bupropiona pode causar tanto diminuição quanto aumento de peso, embora com incidências diferentes.
Lisdexanfetamina	Lisdexanfetamina é um pró-fármaco de dextroanfetamina, que inibe a recaptação de dopamina e norepinefrina e promove a liberação de neurotransmissores de monoaminas. É aprovada para o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e, nos Estados Unidos, foi aprovada para o transtorno de compulsão alimentar periódica moderada a severa (que é caracterizado por episódios recorrentes de consumo de grande quantidade de alimento, com a sensação de perda de controle). Entretanto, não são mais utilizadas para o tratamento de obesidade, por causa de seus intensos efeitos estimulantes e potencial para abuso e dependência. É possível ocorrer morte súbita e eventos cardiovasculares sérios, como infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral (AVC).
Metformina	A literatura traz relatos de anorexia como efeito adverso de metformina, sendo provavelmente a responsável pela perda de peso notada com o fármaco. Como resultado, essa redução de peso é considerada benéfica em diabéticos não dependentes de insulina, os quais frequentemente são obesos e levando-se em consideração que a obesidade está associada com resistência à insulina. Entretanto, outros mecanismos de perda de peso podem estar envolvidos, incluindo um efeito direto do fármaco no centro da saciedade; além disso, a diminuição da hiperinsulinemia observada com metformina pode também estar envolvida.

Fonte: ZAROS (2018)

CONCLUSÃO

Entidades médicas internacionais não recomendam o uso *offlabel* de medicamentos aprovados para outras doenças para o fim exclusivo de perda de peso. No Brasil, a prática não é proibida desde que seja justificada por meio de estudos comprovados sobre a segurança, eficácia e efetividade na indicação e com o controle da Vigilância Sanitária. Quanto aos conselhos profissionais que regulamentam as práticas de médicos, enfermeiros e farmacêuticos, estes preveem a prática *offlabel*, desde que haja a responsabilização por parte do profissional, a autorização por parte do paciente, no consentimento e ciência de fazer parte

do experimento, com as possibilidades de sucesso ou não, e quando o paciente for considerado incapaz, deve-se ter o consentimento e autorização do responsável desse.

Cabem ações por partes das instituições da saúde, bem como do governo, de promoção a disseminação e divulgação do que é o uso *off label*, haja vista em alguns trabalhos poder ter-se observado a falta de informação pelos agentes da saúde e pela população, o que compromete seriamente a efetividade e eficácia de medicamentos que podem ser benéficos, ou podem complicar mais ainda o quadro da doença, inclusive, levando a óbito.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Registro de Medicamentos: Como a ANVISA vê o uso offlabel de medicamentos.** Elaborado por Gerência de Medicamentos Novos, Pesquisa e Ensaios Clínicos. 23 mai. 2005. Disponível em:. Acesso em: 31 ago. 2018.

EL-ARABEY A.A. Update on offlabel use of metformin for obesity. **Primary Care Diabetes**, v.12, n.3, p.284-285, 2018.

GAZARIAN, M; KELLY, M; MCPHEE, J. R; GRAUDINS, L. V; WARD, R. L; CAMPBELL, T. J. Off-label use of medicines: consensus recommendations for evaluating appropriateness. **The Medical Journal of Australia**, Austrália, v. 185, n.10, p.544-547, 2006.

GIGLIO, N. D; MALOZOWSKI, S. Prescripciones fuera de prospecto. **Arch. Argent. Pediatr.** Buenos Aires, v. 102, n.2, p.121-124, 2004.

HENDRICKS, E. Fármacos off-label para controle de peso. Diabetes, Síndrome Metabólica e Obesidade: Alvos e Terapia, v.10, p.223-234, 2017.

NETO, D. C. O Uso OffLabel de Psicotrópicos no Tratamento da Obesidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v.16. p.308-320, 2017.

STAFFORD, R. S; Regulating Off Label Drug Use — Rethinking the Role of the FDA. **The New England Journal of Medicine**, United States, v.358, n.14, p.1427-1429, 2008.

WITTICH C. M; BURKLE C. M; LANIER W. L. Dez perguntas comuns (e suas respostas) sobre o uso de drogas off-label. **MayoClin Proc**, v.87 n.10, p.82-90, 2012.

ZAROS, K.J.B. O uso offlabel de medicamentos para obesidade. **Boletim do Centro de Informação Sobre Medicamentos**, Paraná, v.02, n.2, p.01-07, 2018.

A TERAPIA MEDICAMENTOSA NO IDOSO: CUIDADOS NA MEDICAÇÃO¹

João Wictor Bezerra dos Santos
José Leandro de Sousa Costa
Luiz Felipe Pires Lima
Maria Clara de Jesus Mendes
Francisco Honeidy Carvalho Azevedo
Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

A literatura médica reconhece que o envelhecimento predispõe a um consumo aumentado de medicamentos prescritos e não-prescritos. No entanto, mudanças fisiológicas relacionadas ao envelhecimento, tais como a modificação da composição corporal e a redução das funções renal e hepática, podem alterar em muito a farmacocinética e a farmacodinâmica de diversos fármacos, fazendo com que indivíduos idosos estejam suscetíveis com maior frequência a efeitos adversos ou terapêuticos mais intensos. Neste cenário, a literatura médica tem sido constantemente enriquecida com estudos que apontam explicitamente para medicamentos específicos ou categorias de medicamentos cujo consumo por indivíduos idosos deve ser evitado ou utilizado com cautela. Este trabalho se propõe a descrever brevemente algumas informações consensuais acerca destes medicamentos impróprios para idosos, ressaltando alguns fármacos que se encontram disponíveis à população brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Uso de medicamentos; Farmacologia; Idoso.

INTRODUÇÃO

A parcela de idosos na população brasileira vem crescendo muito nas últimas décadas. Entre as décadas de 1940 e 1970, houve um grande aumento da expectativa de vida da população, devido, sobretudo, às ações de saúde pública, como vacinação e saneamento básico; e devido aos avanços médico-tecnológicos. Além disso, os processos de urbanização e planejamento familiar que marcaram a década de 1960 acarretaram uma significativa redução da fecundidade, resultando em um aumento da proporção de pessoas com 65 anos ou mais (Fonseca & Carmo, 2000; Chaimowicz, 1997). Estima-se que em 2025, a população brasileira

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

terá aumentado cinco vezes em relação à de 1950, ao passo que o número de pessoas com idade superior a 60 anos terá aumentado cerca de 15 vezes (Fonseca & Carmo, 2000), o que demandará melhorias no modelo de atenção à saúde prestado no país, sobretudo no tocante às deficiências da assistência farmacêutica prestada à população (KARNIKOWSKI *et al.*, 2004).

Sendo marcado por uma elevação da frequência de doenças crônico-degenerativas, o processo de envelhecimento é acompanhado por uma maior demanda pelos serviços de saúde e por medicamentos, o que predispõe grandemente a população geriátrica aos riscos da prática de polifarmácia e aos efeitos adversos dos medicamentos (Anderson & Kerluke, 1997). No entanto, deve-se atentar para o fato de que o organismo idoso apresenta mudanças em suas funções fisiológicas que não devem ser desconsideradas, pois podem levar a uma farmacocinética diferenciada e maior sensibilidade tanto aos efeitos terapêuticos quanto adversos das drogas. O presente estudo tem por objetivo analisar a terapia medicamentosa no idoso, observando assim os cuidados na medicação e na prescrição.

MATERIAL E MÉTODOS

Estudo bibliográfico, descritivo e retrospectivo sobre a terapia medicamentosa no idoso: cuidados na medicação e na prescrição. Inicialmente houve a escolha do tema, em seguida, foi realizada a busca de artigos nos bancos de dados PubMed, LILACS e SciELO. Os descritores utilizados foram: Uso de medicamentos; Farmacologia; Idoso, no idioma: português e inglês. Assim, foram pré-selecionados uma quantidade *x* para estudos e após leitura do título e resumo foram selecionados 11. Os artigos foram lidos de forma integral, e todos os artigos selecionados foram para análise detalhada, por atenderem diretamente aos objetivos da pesquisa. Foram priorizados os estudos realizados no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De todos os parâmetros farmacológicos, talvez a distribuição e a metabolização sejam os mais afetados pelo envelhecimento do organismo. A biodisponibilidade de drogas

hidrossolúveis administradas por via oral, por exemplo, pode estar aumentada, haja vista que o idoso possui menor teor de água no organismo, o que acarreta redução em seu volume de distribuição (Beyth RJ & Shorr RI, 2002). Além disso, o fluxo sanguíneo hepático costuma estar diminuído, por vezes reduzido quase à metade, com conseqüente redução do metabolismo de primeira passagem dos fármacos (Fonseca & Carmo, 2000; Beyth RJ & Shorr RI, 2002; ThornBurg, 1997).

Drogas lipossolúveis, como o diazepam, por exemplo, apresentam maior volume de distribuição no idoso, pois a proporção de tecido adiposo nesses indivíduos é maior (Beers *et al.*, 1991). Duas outras condições que freqüentemente se apresentam no idoso podem contribuir para uma distribuição irregular dos medicamentos: a) a concentração plasmática de albumina tende a ser menor, o que faz com que a ligação das drogas a essas proteínas também esteja reduzida, resultando maior fração livre da droga no plasma e maior volume de distribuição; b) a eliminação renal pode estar prejudicada, prolongando a meia-vida plasmática dos fármacos e aumentando a probabilidade de causar efeitos tóxicos (Beyth&Shorr, 2002; ThornBurg, 1997; Beers *et al.*, 1991).

Neste contexto, algumas categorias de medicamentos passaram a ser consideradas impróprias para o idoso, seja por falta de eficácia terapêutica ou por um risco aumentado de efeitos adversos que supera seus benefícios quando comparadas com outras categorias de medicamentos, devendo ter seu uso evitado.

CONCLUSÕES

Diante do trabalho executado, foi possível observar que é importante uma prescrição adequada para o idoso, considerando assim, o estado clínico geral do paciente, minimizar o número de drogas a serem administradas para evitar interações medicamentosas e maiores possibilidades de reações adversas, ser iniciada a medicação com pequenas doses e adequada conforme a resposta, evitar ao máximo o uso de medicamentos considerados impróprios pela literatura médica e científica e em situações em que os mesmos não possam ser evitados, que seu uso se dê com cautela e monitoramento constante. O uso racional de medicamentos pelos

idosos é fundamental para evitar gastos excessivos com múltiplos medicamentos e prevenir internações desnecessárias, de modo a desonerar o sistema público de saúde bem como assegurar boa qualidade de vida a esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, GM; Beers MH & Kerluke K. 1997. Auditing prescription practice using explicit criteria and computerized drug benefit claims data. **J EvalClinPract** 3(4):283-94.

BEERS, MH *et al.* 1991. Explicit criteria for determining inappropriate medication use in nursing homes. **ArchInternMed** 151:1825-1832.

BEYTH, RJ & SHORR, RI. 2002. Uso de medicamentos. In Duthie EH & Katz PR. **Geriatría prática** (3ª ed.). Ed. Revinter, Rio de Janeiro.

CHAIMOWICZ, F. 1997. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Revista de Saúde Pública** 31(2):184-200.

FONSECA, JE & CARMO, TA. 2000. O idoso e os medicamentos. **Saúde em Revista** 2(4):35-41.

KARNIKOWSKI, MGO; Nóbrega OT, Naves JOS & Silver LD 2004. Access to essential drugs in 11 Brazilian cities: a community based evaluation and action method. **Journal of Public Health Policy** 25(3/4):288-298.

THORN, BJE. 1997. Farmacologiageriátrica. In Brody TM, Larner J, Minneman KP, Neu HC. **Farmacologia humana – da molecular a clínica** (2ª ed.). Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro.

USO DE METILFENIDATO PELA POPULAÇÃO ACADÊMICA: REVISÃO DE LITERATURA¹

João Wictor bezerra dos Santos

JoséLeandro de Sousa Costa

Luiz Felipe Pires Lima

Maria Clara de Jesus Mendes

Francisco Honeidy Carvalho Azevedo

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O Objetivo deste artigo foi descrever o uso de metilfenidato, por estudantes, abordando a prevalência de uso, assim como os principais fatores associados ao consumo destacando-se as motivações e as formas de obtenção do medicamento. Fontes dos dados: revisão de literatura por busca de artigos online nas bases Pubmed, LILACS e SciELO. Os artigos foram lidos de forma integral, e foram escolhidos para análise detalhada. A prevalência de uso de metilfenidato variou de 0% a 60% com média de 15,8%. Não houve diferença significativa em relação ao gênero. Evidenciou-se uma prevalência maior de uso de outras substâncias psicoativas entre os estudantes que usaram metilfenidato. As principais motivações foram a melhora do rendimento escolar e aumento da concentração, além de elevação da autoconfiança e perda de peso para os indivíduos do sexo feminino. Dentre os estudantes analisados, os maiores consumidores eram do curso de medicina. Conclusões: o uso não terapêutico da droga mostrou-se elevado, como “ampliador de desempenho”, o qual pode ser perigoso, por predispor ao uso de outras drogas e por seus efeitos colaterais. Os resultados apontam para uso abusivo e disseminado de metilfenidato. Atenta-se para a medicalização desnecessária dos distúrbios de atenção.

PALAVRAS-CHAVE: Universitários; metilfenidato; psicoestimulantes.

INTRODUÇÃO

O metilfenidato, conhecido no Brasil como ritalina, é o estimulante mais consumido no mundo, mais que todos os outros estimulantes somados. Sua vinculação ao diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem sido fator predominante de justificativa para tal crescimento (Itaborahy, 2009; Caliman, 2006; Lima, 2005). Além do

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

tratamento do TDAH, o metilfenidato também é indicado para tratamento da narcolepsia e obesidade, com restrições.

O crescimento da produção mundial de 1990 a 2006 representa um aumento de mais de 1200%. No Brasil, seguindo a tendência, o uso vem crescendo ao longo dos anos. No ano 2000, o consumo nacional foi de 23 kg (Lima, 2005). Apenas seis anos depois, o Brasil fabricava 226 kg de metilfenidato e importava outros 91 kg (ONU, 2008). Embora seja o estimulante mais consumido, no Brasil e no mundo, a maior parte dos dados e pesquisas sobre o metilfenidato se refere à realidade de outros países, especialmente os EUA.

Destaca-se que os efeitos do uso de um estimulante, tais como; provocar a vigília, diminuir a fadiga e atuar como anorexígeno não se restringem às pessoas com diagnósticos específicos, como TDAH, mas produzem efeitos em qualquer organismo, sendo ele sadio ou não.

Esta revisão objetivou descrever o uso de metilfenidato, por estudantes, abordando a prevalência de uso, assim como os principais fatores associados ao consumo destacando-se as motivações para o uso e as formas de obtenção do medicamento.

MATERIAL E MÉTODOS

Estudo bibliográfico, descritivo e retrospectivo sobre o uso do metilfenidato por estudantes. Inicialmente houve a escolha do tema, em seguida, foi realizada a busca de artigos nos bancos de dados PubMed, LILACS e SciELO. Os descritores utilizados foram: psicoestimulantes e estudantes/ou universitários; metilfenidato e estudantes /ou universitários, no idioma: português. Assim, foram pré-selecionados uma quantidade x para estudos e após leitura do título e resumo foram selecionados 21. Os artigos foram lidos de forma integral, e 10 foram escolhidos para análise detalhada, por atenderem diretamente aos objetivos da pesquisa. Foram priorizados os estudos realizados no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A biologização das dificuldades escolares é bastante comum na escola, fazendo com que a responsabilidade pelo fracasso escolar recaia sobre as doenças. Segundo Nazar (2011), ao biologizar as questões sociais, todo o sistema social se torna isento de responsabilidades.

O ambiente escolar, sobretudo as universidades estimulam cada vez mais o aprendizado e isto requer um alto nível de trabalho e dedicação dos alunos. Nestas circunstâncias, os estudantes saudáveis acabam utilizando substâncias psicoativas para estudar mais horas aumentando o nível de energia e concentração, diminuindo a necessidade de descanso, criando expectativas de aperfeiçoar sua eficiência acadêmica.

Os resultados deste estudo mostram que o uso de metilfenidato entre os estudantes, sobretudo os universitários ocorre com uma frequência que coloca este grupo da população em risco de comprometimento à saúde. Os artigos avaliados em nosso estudo mostram uma população pesquisada de 36588 estudantes universitários de diferentes cursos com predominância do curso de medicina.

Para Pessanha & Mota (2014) a conscientização dos universitários que fazem a utilização do metilfenidato sem prescrição é de grande importância, pois, muitas vezes, eles visam aos benefícios e esquecem os malefícios que tal medicação pode trazer. Brant & Carvalho (2012) comentam que além dos universitários, empresários e profissionais da área de saúde são também um importante grupo de usuários.

CONCLUSÕES

Com o presente estudo, conclui-se um uso preocupante do metilfenidato por estudantes universitários, visando principalmente o aumento do rendimento na universidade. Não houve diferença relevante entre os gêneros e quanto ao curso, o de medicina foi o mais prevalente, talvez pela grande cobrança de rendimento e o fato de ser um curso muito exigente comparado aos outros.

Observa-se ainda que o uso de metilfenidato para aprimoramento cognitivo é disseminado, apesar dos riscos que o uso não médico pode gerar, visto que os artigos selecionados mostram dados de diversas localidades. Os dados encontrados apontam para a necessidade de investigar a alta prevalência de uso de metilfenidato encontrada, a fim de propor medidas preventivas e/ou de oferecer apoio psicológico para os estudantes, proporcionando uma melhor formação profissional sem correr riscos.

REFERÊNCIAS

CALIMAN, L.V. A Biologia moral da atenção: a construção do sujeito desatento. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

BRANT, LC, Carvalho TRF. Methylphenidate: medication as a “gadget” of contemporary life. *Interface - Comunicação, Saúde e Educ.* 2012; 16 (42):623-36

ITABORAHY, C. A ritalina no Brasil: uma década de produção, divulgação e consumo. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

LIMA, C. Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2005.

NAZAR, TRN. Representações sociais de professores dos anos finais do ensino fundamental sobre transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Rio de Janeiro. Dissertação [Mestrado em educação] - Universidade Estácio de Sá; 2011.

PESSANHA, FF; MOTA, JS. Prevalência do uso de metilfenidato por universitários de Campos dos Goytacazes, RJ. *Vértices.* 2014; 16(1):77-86.

ONU. International Narcotics Control Board. Psychotropic substances: statistics for 2006: assessments of annual medical and scientific requirement. 2008. Disponível em: Acesso em: 2 dez. 2008.

RINITE MEDICAMENTOSA PELO USO INDISCRIMINADO DE DESCONGESTIONANTES NASAIS¹

Iala Thais de Sousa Morais²

Amanda Leticia Rodrigues Luz³

Mikhael de Sousa Freitas⁴

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho⁵

Jeremias Morais Ribeiro⁶

Manoel Pinheiro Lucio Neto⁷

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O uso irracional de medicamentos é um problema de saúde pública que engloba várias classes de medicamentos, dentre eles estão os descongestionantes nasais, que usados indiscriminadamente podem causar alterações morfológicas na mucosa nasal. A rinite medicamentosa é uma forma de rinite não alérgica crônica causada pelo uso excessivo de descongestionantes nasais tópicos. O presente trabalho tem como objetivo relatar os efeitos do uso indiscriminado dos descongestionantes nasais, visando que a atuação do farmacêutico é importante para orientar as pessoas sobre essas reações a fim de se evitar usos prolongados do medicamento. Para a realização dessa revisão integrativa utilizou-se um estudo exploratório em bases de dados como Scielo, ScienceDirect e PubMed entre o período de 2010 a 2017. O descongestionante nasal causa um alívio momentâneo em quadros de inflamação, sinusite ou crise alérgica, com isso tem-se a necessidade de usar o medicamento em um intervalo cada vez mais curto podendo ocasionar a rinite medicamentosa.

PALAVRAS-CHAVE: rinite; automedicação; farmacêutico.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante da Graduação do 6º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. ialathaismorais@gmail.com.

³ Estudante da Graduação do 5º semestre do Curso de Farmácia do Centro universitário Santo Agostinho – UNIFSA. amandaleticialuz@gmail.com.

⁴ Estudante da Graduação do 6º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. mikhael2291@gmail.com.

⁵ Biomédico pela Faculdade Maurício de Nassau – UNINASSAU. pauloosergio1@outlook.com.

⁶ Estudante do 7º período do curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. jere.morais69@gmail.com.

⁷ Orientador do trabalho e professor do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. manoelplucio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o uso irracional de medicamentos é um problema recorrente, é reflexo da utilização de medicamentos inapropriados, em doses inadequadas as necessidades individuais, por períodos inadequados de tempo. A automedicação engloba várias classes de medicamentos, entre os medicamentos utilizados de maneira irracional podemos citar os descongestionantes nasais (Fernandes, 2015).

O uso indiscriminado de descongestionantes pode causar alterações morfológicas da mucosa nasal. A inflamação e edema é consequência da ruptura do revestimento endotelial dos vasos sanguíneos. (LAGUE; ROITHMANN; AUSGUSTO, 2013). Pesquisas apontam que no Brasil os descongestionantes nasais pertencem à classe de medicamentos mais usados de forma irracional. Essa prática pode estar relacionada com o grau de instrução do usuário, com a facilidade de aquisição do medicamento (Lague, 2013).

O uso prolongado dos descongestionantes nasais leva à diminuição da sensibilidade dos receptores, conseqüentemente, os pacientes começaram a usar doses excessivas para alcançar o mesmo efeito, gerando dependência (Poachunkoon, 2012). Segundo Castro (2016), o uso de descongestionantes nasais para o tratamento da obstrução nasal normalmente é restrito de 3 a 5 dias para evitar o aparecimento do efeito rebote e a possibilidade de levar à rinite medicamentosa, a qual é uma forma de rinite não alérgica crônica causada pelo uso excessivo de descongestionantes nasais tópicos.

O presente trabalho tem como objetivo relatar os efeitos do uso indiscriminado dos descongestionantes nasais, visando que a atuação do farmacêutico é importante para orientar as pessoas sobre essas reações a fim de se evitar usos prolongados do medicamento que causam efeitos rebote.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é uma revisão integrativa de literatura do tipo descritivo, qualitativo de caráter exploratório e tem a finalidade de reunir o conhecimento científico já produzido sobre os descongestionantes nasais de uso tópico. Para a realização da pesquisa foi usado como fonte de dados os materiais bibliográficos constituídos por revistas, artigos científicos e publicações nas bases de dados *Scielo*, *ScienceDirect* e *PubMed*, no período de julho a Setembro de 2018, com recorte temporal de 2008 a 2017, onde ocorreu uma seleção criteriosa no que diz respeito a obras utilizadas para o

desenvolvimento desta revisão. Os descritores utilizados de modo associado e isolados foram: rinite medicamentosa, automedicação e atuação do farmacêutico.

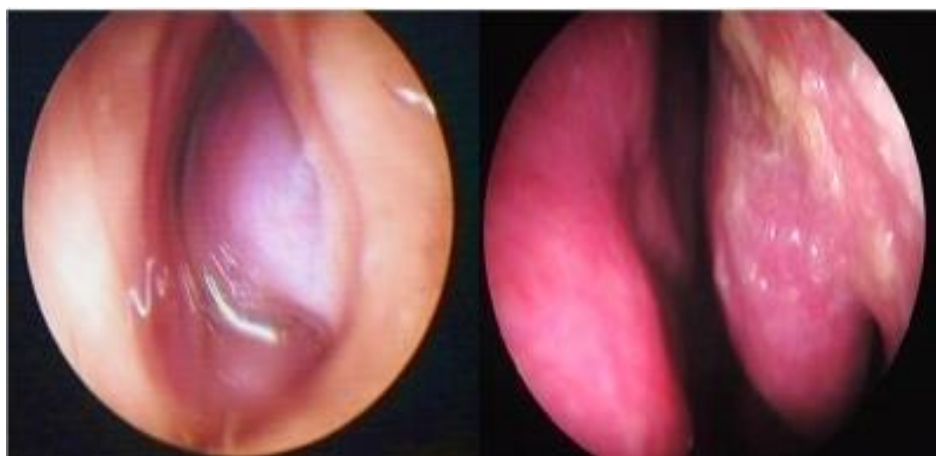
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O medicamento Neosoro tem como princípio ativo cloridrato de nafazolina de uso diretamente na mucosa do nariz, proporciona um rápido alívio devido a vasoconstrição dos vasos sanguíneos. Em pouco tempo alcança seu efeito prolongado, com duração de 2 a 6 horas. É adequado para o tratamento da congestão nasal, rinites, rinosinusites e quadros alérgicos nasais (SOTERIO, 2016).

As rinites alérgicas e medicamentosas, tais como sinusite, resfriados, inflamações nos seios paranasais e no nariz, são prevalentes na população em geral, levando a um incômodo, desconforto e a uma baixa qualidade de vida (MELLO JÚNIOR et al., 2013). A rinite é uma afecção comum, no entanto necessita-se de métodos de tratamento que atue diretamente nos vasos de capacitâncias das conchas nasais, que tenha o melhor efeito e aja mais rápido (FREITAS, 2014).

A principal característica de uma rinite alérgica é a inflamação das membranas nasais (lado direito da Figura 1). O diagnóstico é feito pelos sintomas como obstrução nasal, espirro, coriza, respiração oral e prurido nasal em excesso. Geralmente os pacientes com obstrução nasal apresentam cansaço e sonolência devido ao uso de anti-histamínicos de via oral e ao fato da respiração oral, assim esses pacientes recorrem ao uso de algum tipo de descongestionante nasal tópico para que haja a redução na congestão nasal e que traga sensação de alívio e bem-estar a ele. (CAMPANHA *et al.*, 2008). O lado esquerdo da Figura 1 mostra a concha nasal em condições normais.

Figura 1 concha nasal em condições normais



Fonte: sites.google.com/site/pstdorea/hipertrofia-de-conchas-nasais

O uso de medicamentos de forma irracional pode levar a sérios quadros de intoxicações. É comum o consumo indiscriminado, pois a maioria dos medicamentos é isenta de prescrição médica (ARRAIAS, 2016). Os descongestionantes nasais por sua rápida ação vasoconstritores pode-se acarretar consequência de seu efeito rebote, levando a um incômodo maior que o inicial (MELLO JÚNIOR et al., 2013).

Os medicamentos derivados imidazólicos como oximetazolina, xilometazolina e nafazolina são drogas simpatomiméticas que aliviam os sintomas de congestão nasal, porém possuem efeitos colaterais como arritmia cardíaca, hipertensão e principalmente o efeito rebote causando assim uma rinite medicamentosa, por isso seu uso deve ser limitadoas antigripais (NÓBREGA et al., 2015).

CONCLUSÃO

Diante tal situação nota-se que em quadros de: inflamação causada por resfriado, sinusite e/ou crise alérgica, levam ao uso de descongestionantes nasais na sua maioria sem prescrições medicas, havendo assim, um alívio momentâneo, fazendo com que o descongestionante nasal não trate a causa do problema, apenas a consequência. Com isso ocorre a necessidade de usar o medicamento num intervalo cada vez mais curto. Com os efeitos dos conservantes que estão associados aos descongestionantes nasais levam a irritação da mucosa, causando o quadro de rinite medicamentosa e o farmacêutico devido a sua formação é de grande importância para orientar e conscientizar os usuários desses medicamentos.

REFERÊNCIAS

- CAMPANHA, S. M.A.; FREIRE, L. M. S.; FONTES, M. J. F. O impacto da asma, da rinite alérgica e da respiração oral na qualidade de vida de crianças e adolescentes. **Rev CEFAC**, v. 10, n. 4, p. 513-9, 2008. Disponível
- CASTRO, L. D. N. D; MELLO, M. D; FERNANDES, W. S. Avaliação da prática de automedicação com descongestionantes nasais por estudantes da área da saúde. **Journal of the Heath Sciences Institute**. São Paulo, v. 34, n. 3, p. 163-167. Set, 2016.
- FERNANDES, W.S.; CEMBRANELLI, J.C. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. **RevUnivap**. 2015;21(37):5-12.
- FREITAS, P. S. **Eventos adversos relacionados ao uso de medicamentos descongestionantes nasais tópicos—Revisão bibliográfica**. 2014.

INTERATIVAS, F.R. **Soluções et al. Riscos no uso abusivo dos descongestionantes nasais.** 2014. Disponível em: <<http://www.minutofarmacia.com.br/postagens/2014/06/24/riscos-no-uso-abusivo-8dos-descongestionantes-nasais/>>. Acesso em: 08 de setembro 2018.

LAGUE, L. G; ROITHMANN, R; AUGUSTO, T. A. Prevalência do uso de vasoconstritores nasais em acadêmicos de uma universidade privada do Rio Grande do Sul. **Revista da AMRIGS.** Porto Alegre, v.57, n1, p.39-43. Jan/mar, 2013.

MELLO JÚNIOR, João Ferreira de et al. Brazilian Academy of Rhinology position paper on topical intranasal therapy. **Brazilian journal of otorhinolaryngology**, v.79, n.3, p.391-400,2013.

NÓBREGA, H. O. D. S. et al. Intoxicações por medicamentos: uma revisão sistemática com abordagem nas síndromes tóxicas. **Revista saúde e Ciência**, Campina Grande, v. 2, n. 2, p.109-119. Jun, 2015.

POACHUNKOON,O.Nanthapaisal S, Chaumrattanakul U. Pediatric acute and chronic rhinosinusitis: comparison of clinical characteristics and outcome of treatment. **AsianPac J AllergyImmunol.** 2012; 30(2):146-51.

SOTERIO, K. A; SANTOS, M. A. D. A automedicação no Brasil e a importância do Farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre: uma revisão. **Revista da Graduação**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 1-15, jul/dez,2016.

NEFROTOXICIDADE CAUSADA POR ANTI-INFLAMATÓRIOS NÃO ESTEROIDAIIS (AINE’S)¹

Jeremias Morais Ribeiro – UNIFSA²

Iala Thais de Sousa Morais – UNIFSA³

Wanderson Freitas Costa Sousa – UNIFSA⁴

Francisco Ítalo Viana Carvalho – UNIFSA⁵

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho – UNINASSAU⁶

Joubert Aires de Sousa – UNIFSA⁷

RESUMO

Os anti-inflamatórios não estereoidais (AINE’s) fazem parte das classes de medicamentos mais prescritas no mundo inteiro, por sua variedade em medicamentos, fácil administração e formas de atuação (anti-inflamatória, analgésica e antipirética). Tendo como principal mecanismo a inibição específica da COX e conseqüente redução da conversão do ácido araquidônico em tromboxanos e prostaglandinas. A presente pesquisa e análise foi realizada através de uma revisão bibliográfica, usando as bases de dados *Scielo*, *Science Direct* e *PubMed* selecionando artigos entre 2010 e 2016 com objetivo de demonstrar os efeitos nefrotóxicos dos AINE’s e seus fatores de risco na população mundial. A inibição da síntese de prostaglandina é responsável pela maior incidência dos casos em relação aos efeitos provocados no rim como: vasodilatação renal compensatória, além da liberação de citocinas pró-inflamatórias que causam lesão glomerular. A toxicidade renal é comum a todos os AINE’s, sendo eles seletivos ou não, a prescrição desses fármacos deve ser criteriosa principalmente em pacientes que tendem a ter problema renal.

PALAVRAS-CHAVES: insuficiência renal, rim, toxicidade.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

²Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. jere.morais69@gmail.com

³Estudante de Graduação do 6º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. ialathaismorais@gmail.com.

⁴Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. wandersonfreitas29@outlook.com.

⁵Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. italocarvalho99@hotmail.com.

⁶Biomédico pela Faculdade Mauricio de Nassau – pauloosergio1@outlook.com.

⁷Orientador do trabalho e professor no Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. airesjoubert3@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os anti-inflamatórios não esteroides (AINE's) encontram-se entre os medicamentos mais prescritos em todo o mundo. São utilizados principalmente no tratamento da inflamação, dor e edema, como também nas osteoartrites, artrite reumatoide, distúrbios do músculoesqueléticos e profilaxia de doenças cardiovasculares (BATLOUNI, 2010).

A frequência do uso de AINE's, incluindo os inibidores não-seletivos e os inibidores seletivos da COX-2, tem crescido bastante nos últimos anos. Dentre as principais causas para esse crescimento, destacam-se a grande facilidade de acesso ao fármaco e uma população mais idosa com comorbidades doenças reumatológicas (MELGAÇO et al., 2010).

Segundo Melgaço et al. (2010), o grupo de risco para as alterações renais causadas por AINEs inclui os pacientes com queda da taxa de filtração glomerular, por hipovolemia, insuficiência cardíaca congestiva, cirrose ou nefróticos com altos níveis de proteinúria.

O trabalho realizado tem como objetivo, fazer uma revisão bibliográfica sobre a nefrotoxicidade dos AINE's demonstrando os fatores de risco e as manifestações clínicas comuns na população mundial.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo trata-se de uma pesquisa exploratória do tipo revisão de literatura. As bases de dados utilizadas foram *Scielo*, *Science Direct* e *PubMed*, com o recorte temporal de 2010 a 2016, com os seguintes descritores indexados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) em português e/ou inglês de forma isolada e associadas: Toxicidade, Rim, Insuficiência renal. Ocorreu uma seleção criteriosa das obras utilizadas para o desenvolvimento desta revisão.

Inicialmente foram encontrados 559 artigos, após aplicação dos critérios de exclusão restaram apenas 5 artigos, onde foram incluídos porque melhor se enquadraram no objetivo proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A toxicidade renal provocada por AINE's tem sido muito estudada nos últimos anos, devido principalmente ao uso disseminado desses medicamentos, visto a facilidade de acesso a eles. No que diz respeito à nefrotoxicidade induzida por fármacos, 15,5% dos casos está associado à utilização de AINE's e estima-se que 1-5% dos seus utilizadores possam vir a manifestar toxicidade renal em algum momento. A toxicidade renal aguda dos AINE's parece estar dependente do tipo, da dose e da duração do tratamento, sendo a indometacina, a que apresenta um maior potencial de nefrotoxicidade, e o ácido acetilsalicílico, um potencial menor. Os AINE's, juntamente com os aminoglicosídeos e os contrastes radiológicos, são responsáveis por mais de 90% das insuficiências renais agudas causadas por drogas. (POUSINHO, 2014).

Os anti-inflamatórios não esteroides podem levar a alteração da filtração glomerular por dois mecanismos. O primeiro deles, o mais reconhecido e mais comumente implicado, tem a ver com a inibição da COX. Estudos clínicos recentes mostram que o papel funcional da COX-2 nos rins está principalmente associado à manutenção da homeostase hidroeletrólítica, enquanto a COX-1 parece estar mais relacionada à manutenção da filtração glomerular normal. Um segundo mecanismo pelo qual os anti-inflamatórios não esteroides podem desencadear lesão renal aguda é através do desenvolvimento de nefrite intersticial aguda. Além disso, a utilização desta classe terapêutica por longos períodos de tempos pode levar a nefrite intersticial crônica com fibrose progressiva. Os AINE's são também umas das reconhecidas causas de necrose papilar. (MELGAÇO et al., 2010).

A retenção hídrica induzida pelos AINE's é tipicamente benigna, sendo reversível com a descontinuação da medicação. A retenção de sódio ocorre em cerca de 25% dos pacientes que usam AINE's. A redução na excreção de sódio e, em consequência, de água, leva a uma expansão volêmica e à hipertensão. A hipercalemia é uma complicação menos frequente, provavelmente pela multiplicidade de fatores capazes de manter o balanço de potássio, mesmo na ausência de prostaglandinas. A hipercalemia ocorre mais em pacientes de risco como os portadores de insuficiência cardíaca, diabetes, mieloma múltiplo ou em pacientes

que receberam suplementação de potássio ou encontram-se em uso de inibidores da enzima de conversão da angiotensina (IECA). (POUSINHO, 2014).

Os AINE's podem levar a duas diferentes formas de insuficiência renal a hemodinamicamente-mediada e a nefrite intersticial aguda (que pode ou não estar acompanhada da síndrome nefrótica). As duas provavelmente estão associadas à redução na síntese de prostaglandinas pelos AINEs inicialmente, a síndrome renal induzida pelos AINE's apresenta-se com níveis séricos elevados de ureia, creatinina e potássio, e com uma produção de urina reduzida (oligúria). O aumento nos níveis séricos de creatinina é visto nos primeiros 3 a 7 dias de uso dos AINE's, tempo esse necessário para que a droga atinja seus níveis máximos e, portanto, uma máxima inibição da síntese de prostaglandinas (MELGAÇO et al., 2010)

Os AINE's podem ainda causar outro tipo de disfunção renal que está associada a vários níveis de dano e é caracterizado por síndrome nefrótica com nefrite intersticial aguda. As características clínicas, a ausência de fatores de risco e a fisiopatologia podem distingui-la de outras síndromes renais induzidas por AINE' se da clássica nefrite alérgica intersticial induzida por drogas (PINHEIRO, WANNMACHER, 2012).

O início da síndrome nefrótica causada por AINE's normalmente é tardio, cerca de 4 ou 5 meses após o início da terapia e durando de 2 semanas a 18 meses. Pode ser reversível após um mês a um ano da interrupção do tratamento. Durante a recuperação, alguns pacientes podem precisar de diálise. Essa síndrome tem sido mais comumente relatada após o uso de fenoprofeno (aproximadamente dois terços dos casos) do que com outros AINE's. Clinicamente, a síndrome pode se apresentar de formas bastante variadas. Os pacientes afetados evoluem com hematúria microscópica, piúria, proteinúria e níveis séricos elevados de creatinina. Febre, rash cutâneo, eosinofilia e eosinofílica não são achados comuns, mas também podem estar presentes. A regressão espontânea normalmente ocorre dentro de semanas a meses após a interrupção da terapia com o AINE (PINHEIRO, WANNMACHER, 2012).

A maioria dos pacientes com síndrome nefrótica causada por AINEs, que vão à biópsia renal, entretanto, apresentam doença de lesão mínima. Hoje se sabe que a glomerulopatia membranosa também pode ocorrer. Muitos dos pacientes que desenvolveram nefropatia

membranosa fizeram uso de um AINE específico: o diclofenaco. Entretanto, qualquer AINE pode estar envolvido com esse tipo de glomerulopatia. Deve-se levar em consideração que a fisiopatologia da nefropatia membranosa causada por AINEs não é conhecida, e nenhum antígeno depositado foi eluído e mostrado ter relação com os AINEs, apenas sugere-se uma relação causa-efeito (MELGAÇO et al., 2010).

Os AINEs parecem estar associados a casos de necrose da papila renal, principalmente em pacientes com doença renal latente pré-existente. Há geralmente história de ingestão excessiva de AINEs durante um período de severa desidratação. A fisiopatologia se dá pela necrose isquêmica do rim. A desidratação severa provoca vasoconstricção sistêmica compensatória. Nesse contexto, o fluxo sanguíneo renal papilar deveria ser mantido pela síntese local de prostaglandinas. Entretanto, essa síntese encontra-se reduzida devido à ingestão excessiva de AINEs, causando isquemia e posterior necrose das papilas renais. A histologia revela necrose congelativa consistente com infarto isquêmico, limitada ao segmento distal da pirâmide afetada (VONKEMAN, 2010).

As complicações renais induzidas pelos AINEs são reversíveis com a supressão desses fármacos. Entretanto, em presença de condições adversas associadas, podem, embora raramente, provocar disfunção renal aguda, síndrome nefrótica, nefrite intersticial ou necrose papilar renal. A prescrição dessa classe de drogas deve ser criteriosa, especialmente para os pacientes considerados de alto risco para desenvolver lesão renal, como idosos, hipertensos, diabéticos, pacientes hipovolêmicos ou em uso de diuréticos (BATLOUNI, 2010).

CONCLUSÃO

Os AINEs no geral não apresentam risco em pacientes com a função renal normal, no entanto em pacientes que apresentam alguma deficiência nessa função e ela se encontra diminuída pode acontecer diversos problemas como o comprometimento do fluxo sanguíneo renal vindo a causar uma isquemia no órgão, devido a inibição da ação vasodilatadora das prostaglandinas.

A toxicidade renal é comum a todos os AINEs, sendo eles seletivos ou não, sendo a indometacina, a que apresenta um maior potencial de nefrotoxicidade, e o ácido acetilsalicílico, um potencial menor, a prescrição desses fármacos deve ser criteriosa principalmente em pacientes que tendem a ter problema renal como por exemplo os idosos, hipertensos, diabéticos, que usam diuréticos e que são hipovolêmicos.

REFERÊNCIAS

BATLOUNI, M. Anti-inflamatórios não esteroides: Efeitos cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**. v.94, n.4, p.556-563.2010.

MELGAÇO, S. S. C.; SARAIVA, M. I. R.; LIMA, T. T. C.; G. B. da SILVA JÚNIOR; E. de F. DAHER. Nefrotoxicidade dos anti-inflamatórios não esteroidais. **Medicina**. Ribeirão Preto. v. 43 n. 4, 2010.

PINHEIRO, R. M.; WANNMACHER, L. Uso racional de anti-inflamatórios não esteroides. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Uso Racional de Medicamentos Temas relacionado**. Brasília: Editora MS. Cap. 5, p. 41-50. 2012.

POUSINHO, S. J. Detecção e análise de casos de nefrotoxicidade induzida por fármacos ou outras substâncias medicinais. Covilhã, Universidade da Beira Interior: **Dissertação de Mestrado**, 2014.

VONKEMAN H. E.; van de Laar M. A. Nonsteroidal anti-inflammatory drugs: adverse effects and their prevention. **Seminars Arthritis Rheumatism**.v. 39, p. 294-312. 2010.

ABORDAGEM INICIAL DO PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA DESCOMPENSADA¹

Leonardo Lopes de Sousa

Gabriel Sousa Silva

Gleicy da Silva Araújo

Lizia Rafaela Barros Rêgo

Karla Joelma Bezerra Cunha

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

A Insuficiência Cardíaca (IC) é considerada uma perda funcional da bomba cardíaca em ejetar sangue para atender as necessidades metabólicas e vem sendo responsável por internações e reinternações em todo o mundo e conseqüentemente, por elevados custos em saúde. Por esse contexto a pesquisa objetiva descrever a abordagem inicial do paciente com Insuficiência Cardíaca Descompensada. Trata de um estudo de revisão da literatura, para a busca foram utilizados os descritores Assistência, Insuficiência cardíaca e emergência nas bases de dados LILACS, MEDLINE e BDNF. Os estudos selecionados foram analisados e criticados considerando o rigor e as características dos mesmos, restando 6 artigos para análise. A abordagem da Insuficiência Cardíaca Descompensada é realizada em fases, sendo a fase imediata realizada na admissão do paciente visando à estabilidade clínica bem como a redução de danos aos órgãos-alvo, fase imediata quando há uma melhora do quadro clínico e dos sintomas e fase de pré-alta hospitalar onde há uma implementação de um plano de cuidados a longo período. Portanto fica nítido que a abordagem inicial deve dar prioridade a medidas de suporte básico e avançado de vida e requer avaliação clínica judiciosa, para as decisões terapêuticas corretas, sempre visando abreviar a internação e reduzir o risco de morbimortalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência, Insuficiência cardíaca, Emergência.

INTRODUÇÃO

A Insuficiência Cardíaca (IC), conhecida também na literatura como Insuficiência Cardíaca Descompensada (ICD), é considerada uma perda funcional da bomba cardíaca em ejetar sangue para atender as necessidades metabólicas do organismo e vem sendo responsável por internações e reinternações em todo o mundo e conseqüentemente, por elevados custos em saúde (ALVIM, 2014).

1

A prevalência ascendente está relacionada ao aumento da expectativa de vida, uma vez que a insuficiência cardíaca acomete de forma relevante as faixas etárias mais elevadas. Aproximadamente 23 milhões de pessoas são portadoras de IC, e 2 milhões de novos casos são diagnosticados a cada ano no mundo, constituindo a primeira causa de internação hospitalar em pacientes acima de 60 anos de idade no Brasil (POFFO, et al., 2017).

As manifestações clínicas dependem do grau, tipo e complexidade da doença, as mais comuns são falta de ar, fadiga, pernas inchadas e batimentos cardíacos acelerados.

Diante desse contexto essa pesquisa tem como objetivo: descrever a abordagem inicial do paciente com insuficiência cardíaca descompensada.

MATERIAL E MÉTODOS:

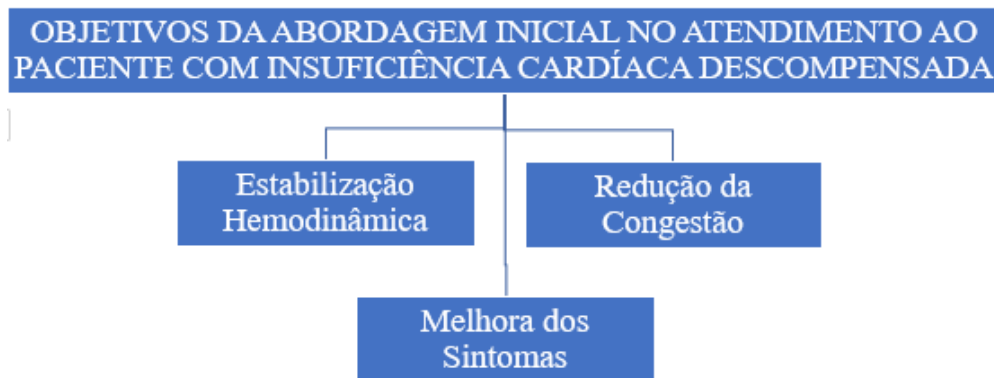
Trata-se de uma revisão da literatura. Foi utilizado para busca na biblioteca virtual em saúde o operador booleano AND com os descritores assistência, AND insuficiência cardíaca AND emergência, nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online e a Base de dados em Enfermagem. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados no idioma português, disponibilizados online na íntegra, publicados e indexados nos bancos de dados supracitados contemplando os últimos seis anos, de 2013 a 2018. Em relação aos critérios de exclusão foram retirados os documentos repetidos, que não abordassem sobre a abordagem inicial do paciente com Insuficiência Cardíaca Descompensada, aqueles que não estivessem disponibilizados na íntegra em meio eletrônico e as monografias, dissertações, teses ou outro tipo de documento. A primeira filtragem dos artigos na base de dados do LILACS, MEDLINE e BDEF atenderam aos critérios de inclusão e exclusão. Inicialmente foram selecionados 798 artigos e após a primeira filtragem foram reduzidos para 45 artigos. Com a leitura dos resumos dos artigos esse número diminuiu para 6 artigos selecionados para análise, sendo que a exclusão ocorreu em virtude de repetição e por não tratar especificamente da temática pesquisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Insuficiência Cardíaca é uma síndrome clínica complexa decorrente de uma anormalidade estrutural e/ou funcional que causa alteração do enchimento ou da ejeção

ventricular e resulta em um débito cardíaco diminuído e/ou elevadas pressões intracardíacas. É uma síndrome cujo diagnóstico baseia-se, sobretudo nos seus achados clínicos. O tratamento tem como objetivos melhorar a condição clínica, a capacidade funcional e a qualidade de vida do paciente (FREITAS; CIRINO. 2017).

Figura 1 - Objetivos iniciais no atendimento do paciente com ICC



Fonte: elaborado pelos autores.

Na estabilização hemodinâmica os pacientes devem ser monitorizados com eletrocardiograma contínuo, pressão arterial não invasiva e oximetria. A presença de hipóxia deve ser corrigida, buscando garantir oxigenação adequada e redução do trabalho respiratório. Para corrigir a instabilidade do paciente, faz-se necessário o uso dos vasodilatadores Nitroglicerina, vasodilatador endovenoso de ação rápida, Nitroprussiato de Sódio, potente vasodilatador arterial e venoso, e o uso dos vasopressores, Norepinefrina e Dopamina. Seus benefícios devem-se à dilatação venosa, com alívio da congestão pulmonar e aumento do fluxo coronariano (MESQUITA, et al. 2017).

Acredita-se que a congestão seja resultado da redução do retorno venoso da circulação periférica, devido à capacidade limitada do lado esquerdo do coração, que resulta em represamento sanguíneo pulmonar (ARAÚJO; NÓBREGA; GARCIA, T. R. 2013). Estratégias como pressão positiva contínua das vias aéreas, CPAP ou BIPAP, com aporte de oxigênio tem

como propósito manter a sua adequada saturação em valores acima de 90% (SOUSA; et al. 2014).

É possível definir o perfil clínico/hemodinâmico, visando orientar a terapêutica da ICC, bem como estratificar seu risco, utilizando parâmetros de congestão e perfusão. Além disso, outros alvos devem ser buscados, incluindo preservação e/ou melhora da função renal, prevenção de lesão miocárdica, modulação da ativação neuro-hormonal e/ou inflamatória, e manejo de comorbidades que podem causar ou contribuir para progressão da síndrome (MANGINI; et al. 2013).

O cuidado hospitalar do paciente com ICC deve ser contínuo, com fases consecutivas (fase imediata, intermediária e pré-alta hospitalar), cada uma delas composta por diferentes metas de tratamento, as quais processo envolve a utilização de equipe multidisciplinar e as recomendações devem aproveitar um momento de melhor receptividade do paciente e de seus familiares, para a implementação de um plano de cuidados de longa duração (MESQUITA; et al. 2017).

Quadro 1 - Fases da abordagem da Insuficiência Cardíaca Descompensada

FASES DA ABORDAGEM DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA DESCOMPENSADA	
Fase Imediata	Se inicia na admissão e tem como objetivos a estabilização clínica (oxigenação periférica, suporte ventilatório e perfusão adequada), a melhora dos sintomas (principalmente dispneia), a redução dos danos aos órgãos alvo (miocárdio, rins e fígado), a redução do risco de complicações precoces e a redução do tempo de permanência na unidade intensiva.
Fase Intermediária	Inicia quando o paciente tem o seu quadro estabilizado e a melhora dos sintomas, sendo então transferido para a enfermaria.
Fase pré-alta hospitalar	Constitui o início da transição hospital-casa. O processo envolve as recomendações para a implementação de um plano de cuidados de longa duração.

Fonte: elaborado pelos autores.

No cenário de tratamento de pacientes com ICD, através do adequado manejo da situação do indivíduo pela equipe multidisciplinar, a adesão ao tratamento é definida como o seguimento às orientações para uso correto e regular das medicações, dieta hipossódica, prática de exercícios físicos, engajamento em cuidados preventivos e automonitoração de sinais e sintomas que são componentes do autocuidado (LINN; AZOLLIN; SOUZA. 2016).

CONCLUSÃO:

Nesse sentido fica nítido que a abordagem inicial da Insuficiência Cardíaca Descompensada deve dar prioridade a medidas de suporte básico e avançado de vida e requer avaliação clínica judiciosa, para as decisões terapêuticas corretas, sempre visando abreviar a internação e reduzir o risco de morbimortalidade. Cabe ressaltar que a equipe de saúde deve estar preparada para a abordagem inicial que deve ser rápida e precisa no reconhecimento dos sintomas de congestão, e início de terapêutica imediata, para evitar maiores complicações que podem causar impacto na sobrevida do paciente.

REFERÊNCIAS

ALVIM, A. Manejo do paciente com insuficiência cardíaca em uma unidade de pronto atendimento: Relato de Experiência. Revista de Enfermagem UFPE, Pernambuco, 2014.

ARAÚJO, A. A de; NÓBREGA, M. M. L da; GARCIA, T. R. Diagnósticos e intervenções de enfermagem para pacientes portadores de insuficiência cardíaca congestiva utilizando a CIPE. Rev Esc Enferm USP 2013; 47(2):385-92.

FREITAS, A. K. E; CIRINO, R. H. D. Manejo Ambulatorial da Insuficiência Cardíaca Crônica. Rev. Med. UFPR 4(3): 123-136. Jul-set/2017.

LINN, A. C; AZOLLIN, K; SOUZA, E. N de. Associação entre autocuidado e reinternação hospitalar de pacientes com insuficiência cardíaca. Rev Bras Enferm [Internet]. 2016 mai-jun;69(3):500-6.

MESQUITA, E. T. et al. Entendendo a Hospitalização em Pacientes com Insuficiência Cardíaca. *International Journal of Cardiovascular Sciences*. 2017;30(1):81-90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ijcs/v30n1/pt_2359-4802-ijcs-30-01-0081.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.

MANGINI, S. et al. Insuficiência Cardíaca Descompensada. *Einstein*. 2013;11(3):383-91. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/eins/v11n3/a22v11n3.pdf>>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.

SOUSA, M. M. et al. Alterações Hemodinâmicas e Cuidados Intensivos ao Paciente Com Insuficiência Cardíaca: Estudo De Caso. *Rev Enferm UFPE On Line*. Recife, 8(6):1717-23, jun., 2014.

ANÁLISE DAS INTOXICAÇÕES MEDICAMENTOSAS REGISTRADAS NO PIAUÍ NO PERÍODO DE 2008 A 2017¹

Renato Santana Vieira da Silva²

Ruy Gabriel Costa Sousa³

Patricia dos Santos Lima⁴

Ingrid Maria Eustórgio Nascimento⁵

Patricia Nunes dos Santos⁶

Kallyne Zilmar Cunha Bastos⁷

Jeorgio Leão Araújo⁸

Centro Universitário Santo agostinho- UNIFSA

RESUMO

As intoxicações são causas frequentes de procura de atendimento médico nos serviços de urgência e emergência em todo o mundo. Várias circunstâncias podem levar a um quadro de intoxicação: exposição profissional ou acidental, abuso, tentativa de suicídio e homicídio. No Piauí, como na maioria dos estados brasileiros, os medicamentos vêm preocupando as autoridades e os profissionais de saúde, pois, se apresentam como o principal agente tóxico responsável pelos casos de intoxicações humanas. Diante desse contexto, o presente estudo se propôs analisar as intoxicações humanas por medicamentos notificadas no estado do Piauí no período de 2008 a 2017 e ainda elaborar um perfil epidemiológico dos casos colaborando com a racionalização das ações dos gestores da área saúde para prevenção desses agravos e consequentemente uma melhora na qualidade de vida da população. A pesquisa se constitui de um estudo transversal de abordagem quantitativa, caráter descritivo e retrospectivo de todas as intoxicações humanas por medicamentos notificadas e registradas no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

PALAVRAS-CHAVE: Medicamentos; epidemiológico; intoxicação.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Renato Santana Vieira da Silva, Graduando de Farmácia no Centro Universitário Santo Agostinho, rsantvieira@gmail.com.

³ Graduando do curso de Farmácia no Centro Universitário Santo agostinho, ruygabriel0509@gmail.com.

⁴ Graduando do curso de Farmácia no Centro Universitário Santo agostinho, ruygabriel0509@gmail.com

⁵ Graduando do curso de Farmácia no Centro Universitário Santo agostinho, ruygabriel0509@gmail.com.

⁶ Graduando do curso de Farmácia no Centro Universitário Santo agostinho, ruygabriel0509@gmail.com.

⁷ Graduando do curso de Farmácia no Centro Universitário Santo agostinho, ruygabriel0509@gmail.com

⁸ Docente da Facid Wyden, jeorgioleao@bol.com.br

INTRODUÇÃO

As intoxicações são causas frequentes de procura de atendimento médico nos serviços de urgência e emergência em todo o mundo. Várias circunstâncias podem levar a um quadro de intoxicação: exposição profissional ou acidental, abuso, tentativa de suicídio e homicídio. Considerando todo o universo de intoxicações das leves às graves, as mais comuns são provocadas por medicamentos, principalmente os neurolépticos. (MOTA, 2012)

Os medicamentos são utilizados, em todo o mundo, com a intenção de prevenir, curar e diminuir as manifestações clínicas de diversas doenças e são essenciais à vida de toda sociedade em função dos benefícios que proporcionam, minimizando o sofrimento, melhorando a qualidade e a expectativa de vida dos indivíduos. Contudo, o uso desnecessário, assim como a utilização de fármacos em situações contraindicadas expõe os pacientes a riscos de reações adversas a medicamentos (RAM) e intoxicações medicamentosas. (MORAIS, 2002)

No Piauí, como na maioria dos estados brasileiros, os medicamentos vêm preocupando as autoridades e os profissionais de saúde, pois, se apresentam como o principal agente tóxico responsável pelos casos de intoxicações humanas, constituindo, portanto, um grande desafio para os que trabalham com a Saúde Pública. Diante desse contexto, o presente estudo se propôs analisar as intoxicações humanas por medicamentos notificadas no estado do Piauí no período de 2008 a 2018 e ainda elaborar um perfil epidemiológico dos casos colaborando com a racionalização das ações dos gestores da área saúde para prevenção desses agravos e conseqüentemente uma melhora na qualidade de vida da população.

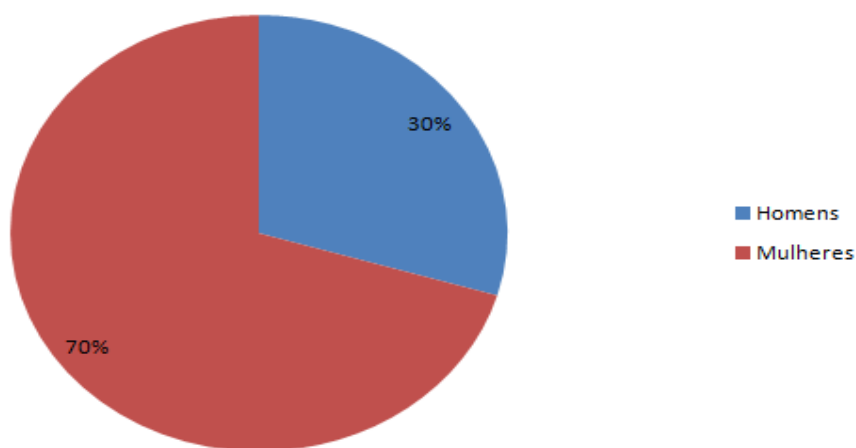
MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa se constitui de um estudo transversal de abordagem quantitativa, caráter descritivo e retrospectivo de todas as intoxicações humanas por medicamentos notificadas e registradas no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Os dados obtidos foram processados no Microsoft Excel. As variáveis de estudo analisadas e avaliadas foram: faixa etária, sexo e tipo de exposição no período de 2008 a 2017 delineando-se como local de estudo a macrorregião do Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período analisado, foram observados 2699 casos de intoxicação exógena provocadas por medicamentos, onde 70% se observou no gênero feminino, conforme pode ser visto no gráfico 1. Segundo Rapkiewicz (2013), por meio de seu estudo empregando o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) em 2013, pode observar que os principais agentes relacionados a intoxicação exógena se tratavam de medicamentos, onde a maioria estava relacionado a tentativas de suicídios, com predominância por pessoas do sexo feminino.

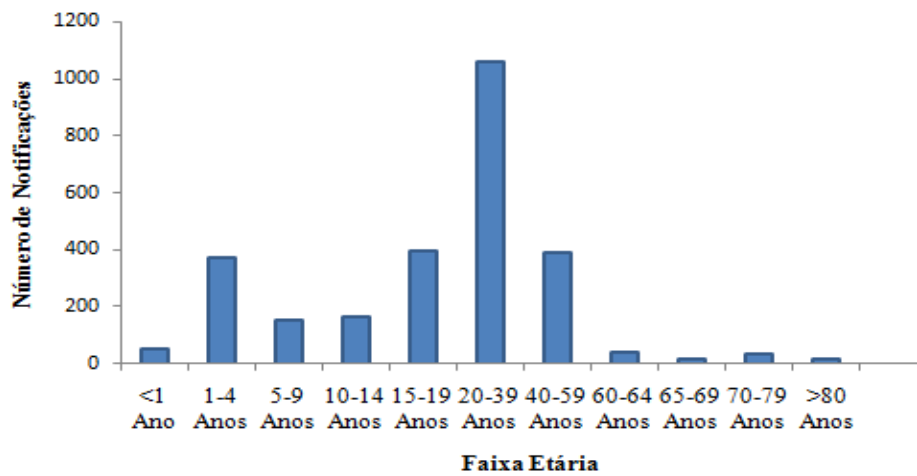
Gráfico 1- Notificações de Intoxicação Exógena por Sexo entre 2008 a 2017



Fonte: datasus.gov.br

Conforme observado no gráfico 2, a faixa etária com maior número de notificações é entre 20 a 39 anos de idade, fato este que caracteriza um sério problema para sociedade, uma vez que é nesta faixa etária onde se encontra o maior número de pessoas inseridas no mercado de trabalho.

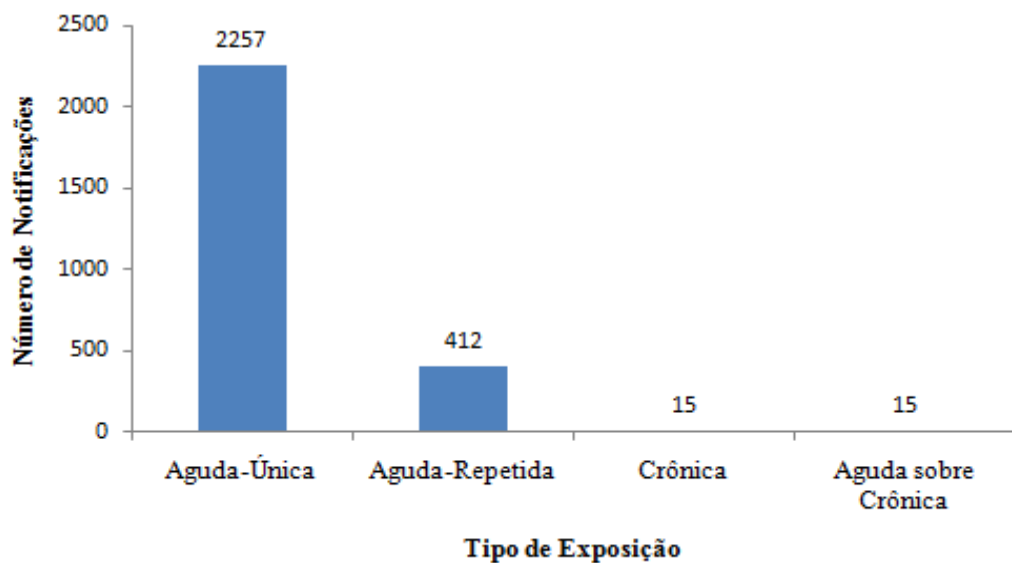
Gráfico 2- Notificação por Faixa Etária entre 2008 a 2017



Fonte: datasus.gov.br

A maioria dos tipos de exposição foram aguda única, o que se dá, muitas vezes devido a acidentes, porem quando são induzidas voluntariamente geralmente evoluem para óbitos.

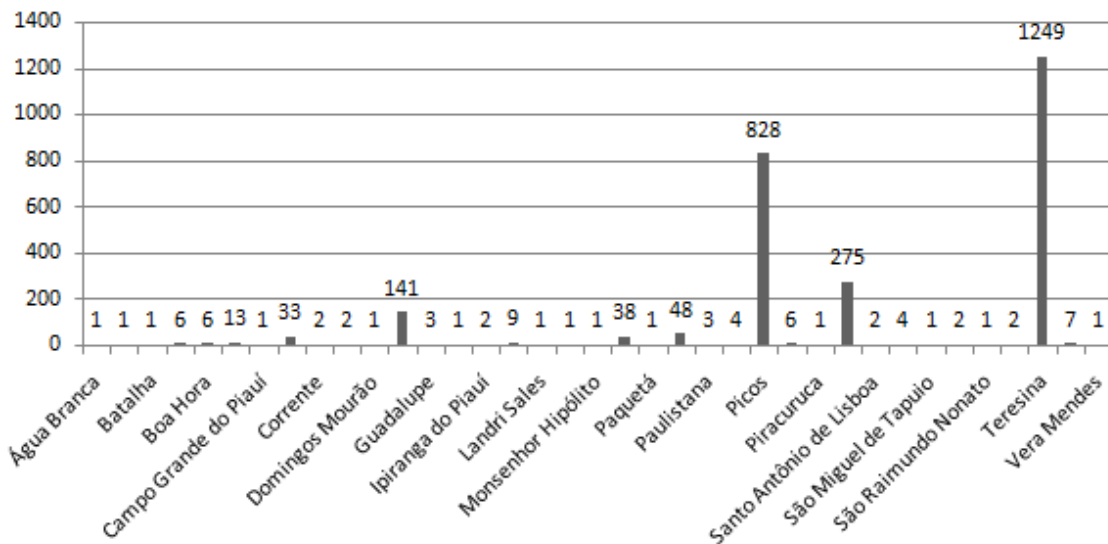
Gráfico 3- Número de Notificações por Tipo de Exposição entre 2008 a 2017



Fonte: datasus.gov.br

Segundo o gráfico 4, é possível observar que o maior número de notificações se deu em cidades de grande porte e com maior número de pessoas, o que justifica o resultado.

Gráfico 4- Notificações por Município no Estado do Piauí no período entre 2008 a 2017



Fonte: datasus.gov.br

CONCLUSÕES

As causas de intoxicação por medicamentos são variadas, porém as que mais se destacam são aquelas referentes a tentativas de suicídio, onde a exposição é aguda e muitas vezes letal.

REFERÊNCIAS

RAPKIEWICZ, J. C., GROBE, R. Intoxicações: Medicamentos continuam em primeiro lugar. **CENTRO DE INFORMAÇÃO SOBRE MEDICAMENTOS DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ**. 2013. Edição nº 01 - ANO XI

MORAIS, Isabel Cristina Oliveira de et al. Perfil epidemiológico das intoxicações medicamentosas registradas pelo Centro de Assistência e Informação Toxicológica de

Campina Grande (PB) no período de 2005 a 2007. **Rev. Bras. Farm**, v. 89, n. 4, p. 352-357, 2002.

MOTA, Daniel Marques et al. Perfil da mortalidade por intoxicação com medicamentos no Brasil, 1996-2005: retrato de uma década. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 61-70, 2012.

PAULA, Tatiana Cruz de; BOCHNER, Rosany; MONTILLA, Dalia Elena Romero. Análise clínica e epidemiológica das internações hospitalares de idosos decorrentes de intoxicações e efeitos adversos de medicamentos, Brasil, de 2004 a 2008. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, p. 828-844, 2012.

GT 27

**GRUPO TEMÁTICO
MUTAGÊNESE E GENÔMICA**

GT 27 – MUTAGÊNESE E GENÔMICA

Dra. Maria do Amparo Veloso Magalhães¹ - UNIFSA

Dr. Manoel Pinheiro Lúcio Neto² - UNIFSA

JUSTIFICATIVA: O GT intitulado “Mutagênese e Genômica Ambiental” tem um caráter importante na disseminação do conhecimento e formação de profissionais na área de Mutagênese, Carcinogênese e Genômica Ambiental, priorizando e incentivando a participação de alunos de graduação, pós-graduação e demais profissionais de nível superior, os quais terão a oportunidade de apresentarem os seus trabalhos científicos, bem como de discutirem com pesquisadores conceituados e de grande prestígio na área. Várias abordagens em pesquisa serão contempladas no evento, principalmente aquelas relacionadas à ação e efeitos de contaminantes ambientais (exposição ocupacional e acidental), bem como caracterização das respostas celulares e dos organismos, além de mecanismos estudados ao nível molecular. A exposição a muitos desses agentes tem sido associada ao risco a várias doenças e ao comprometimento da saúde humana e animal, o que também será abordado no evento. **OBJETIVOS:** Contribuir para a atualização e disseminação do conhecimento científico sobre temas relevantes no campo da pesquisa básica e aplicada em mutagênese, carcinogênese e genômica ambiental. Visa também oferecer aos seus pesquisadores participantes a oportunidade destes interagirem com conferencistas conceituados, o que poderá promover estudos colaborativos entre grupos de pesquisa, contribuindo desta forma para o aprimoramento de profissionais e desenvolvimento científico. **METODOLOGIA:** O teste do

¹ Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí (1992), graduação em Química pela Universidade Federal do Piauí (1985) e doutorado em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde pela Universidade Luterana do Brasil (2016). Atualmente é policial militar: oficial da saúde-cirurgiã do Centro Universitário Santo Agostinho de Teresina, estatutária - Polícia Militar do Piauí, colaborador da Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas - Seção Piauí e docente do Centro Universitário Santo Agostinho.

² Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí (2005), graduação em Radiologia pelo Instituto Federal do Piauí (2004), mestrado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Piauí (2011) e doutorado em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde pela Universidade Luterana do Brasil (2017). Atualmente é conselheiro regional do Conselho Regional de Farmácia do Piauí, professor da Associação de Ensino Superior do Piauí, professor do Centro Universitário Santo Agostinho, coordenador de estágio do curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho, coordenador da Farmácia Clínica do Hospital Getúlio Vargas e membro do Núcleo de Segurança do paciente do Hospital Getúlio Vargas.

micronúcleo (MN) oferece vantagens em relação aos demais testes de biomonitoramento incluindo baixo custo, procedimento técnico mais fácil, rapidez de análise para triagem de grande número de substâncias, além de diversos tipos celulares como linfócitos de sangue periférico, células epiteliais da mucosa oral, mucosa vaginal, entre outros poderem ser utilizados para a realização do teste (FENECH et al., 2003). O sistema teste de *Allium cepa* é frequentemente utilizado para avaliação do potencial genotóxico de extratos de plantas medicinais através da análise de células meristemáticas provenientes de pontas de raízes tratadas com infusões medicinais (chás) (LEME; MARIN-MORALES, 2009). O Ensaio Cometa é utilizado amplamente na genética médica, genética toxicológica ecotoxicológica, em diagnósticos e tratamentos médicos, medicina ambiental, ocupacional, biomonitoramento ambiental, além de outras aplicações (DA SILVA; ERDTMANN; HENRIQUES, 2003).

REFERÊNCIAS

DA SILVA, J.; ERDTMANN, B.; HENRIQUES, J. A. P. **Genética Toxicológica**. 1. ed. Porto Alegre: Alcance, 2003. 424p.

LEME, D. M.; MARIN-MORALES, M. A. *Allium cepa* test in environmental monitoring: A review on its application. **Mutation Research**, n. 682, 71-81. 2009.

FENECH, M. et al. Intra- and inter-laboratory variation in the scoring of micronuclei and nucleoplasmic bridges in binucleated human lymphocytes. Results of an international slide-scoring exercise by the HUMN project. **Mutat. Res.** 534, p. 45–64, 2003.

TESTE DE MICRONÚCLEO: O QUE MOSTRA ESSE BIOMARCADOR¹

Isabela Soares Uchôa²

Andyara Maria Rodrigues Veras³

Francisco Adalberto do Nascimento Paz⁴

Raimundo Nonato da Silva Júnior⁵

Raimunda da Silva Sousa Neta⁶

Francisco Ariel Paz Santos Freitas⁷

Matheus Fernandes de Castro⁸

Centro Universitário Santo agostinho - UNIFSA



RESUMO

Os micronúcleos são pequenos núcleos formados a partir da extrusão de cromossomos inteiros ou seus fragmentos durante a divisão celular, sendo uma porção de cromatina resultante de mitoses aberrantes, dessa forma células micronucleadas podem refletir a incidência de eventos genotóxicos. O teste de micronúcleos (MN) utilizando a citologia esfoliativa a partir do raspado de mucosas constitui-se de um método não invasivo, simples e de baixo custo, pode-se monitorar o efeito de exposições constantes, programas de intervenção com micronutrientes antioxidantes e, antes de tudo, avaliar, em indivíduos que já tiveram câncer na região de cabeça e pescoço, o comprometimento de outros sítios. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica afim de descrever as alterações avaliadas através dos testes de micronúcleos nos pacientes portadores de patologias.

PALAVRAS-CHAVE: micronúcleos, biomarcador, instabilidade genômica.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduando em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

³ Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁴ Doutorado em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde pela Universidade Luterana do Brasil- ULBRA;

⁵ Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁶ Graduando em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁷ Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA;

⁸ Graduando em Bacharelado de Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA.

INTRODUÇÃO

Conforme descreve Carrard et al. (2007), o teste de micronúcleos (MN) consiste na exposição de células previamente expostas a agentes químicos com o intuito de identificar, a partir do teste citogenético, possíveis aberrações cromossômicas baseando-se no aumento da frequência de eritrócitos policromáticos com micronúcleos. Diante disso, torna-se fundamental a compreensão do teste em si no quesito de biomonitoramento devido a viabilização de identificar possível aumento na frequência de mutações de células que são expostas a uma gama diversa de agentes genotóxicos.

Em concordância com Flores e Yamaguchi (2009), vale destacar as vantagens presentes que incluem o teste de micronúcleos, ressaltando o baixo custo, a rapidez de análise para triagem de grande número de substâncias, além do processo ser minimamente invasivo. Evidencia-se, ainda, em Andrade (2005), que outro fator a ser considerado é a capacidade de mensurar de maneira acurada a frequência de defeitos do DNA, além de demonstrar que o micronúcleo aparece com o dano antes mesmo de alterações pré-maligna, podendo inferir que o teste pode atuar na identificação precoce de cânceres. O objetivo do presente trabalho trata-se acerca de uma revisão bibliográfica com intuito de retratar as alterações analisadas através dos testes de micronúcleos nos pacientes portadores de doenças, bem como, demonstrar a importância e vantagens da utilização desse método, correlacionado com o seu custo-benefício, na identificação de alterações pré-malignas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura com vistas a responder à questão norteadora: que possíveis alterações celulares podem ser verificadas através do teste de micronúcleos? A busca dos dados foi realizada de agosto a setembro de 2018 na Biblioteca virtual de saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra gratuitamente em meio eletrônico, nos idiomas português, inglês e espanhol, entre os anos de 1999 a 2018. E, excluídos monografias, teses e dissertações.

Realizou-se a leitura dos títulos e resumos e foram identificadas 150 publicações, conforme o ano de publicação, indexação, descritores e tema. Os dados foram organizados em formulário adaptado da literatura, e para análise dos dados, adotou-se técnica de análise de conteúdo, modalidade temática. Das 150 publicações encontradas 42 estavam duplicadas. Restando 108 publicações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Micronúcleos são fragmentos de DNA que não foram incorporados ao núcleo durante a divisão celular apresentando relação com agentes mutagênicos ou clastogênicos. Com isso torna-se de grande importância o estudo desses para a identificação de possíveis formações cancerígenas e seus consequentes tratamentos.

O treinamento para o reconhecimento de micronúcleos é de fácil obtenção sendo seus materiais utilizados de fácil acesso, baixo custo e excelente reprodutibilidade e interpretação simples permitindo a informação do comportamento biológico da lesão (MENDES et al., 2011).

O teste de micronúcleos permite a identificação do aumento da frequência de mutações em células que são expostas a uma quantidade variada de agentes genotóxicos. Inúmeros estudos comprovam a eficácia do teste de micronúcleos como indicador de danos citogenéticos, em epitélios de revestimento oral, brônquio e esofágico. O mesmo teste é considerado rápido, barato, não invasivo e que pode ser repetido várias vezes para prevenção e monitoramento de indivíduos sobre riscos carcinogênicos (CARVALHO et al., 2002).

A habilidade de identificar células com defeito cromossômico possibilita ao micronúcleo a propriedade de ser utilizado como marcador biológico da exposição a carcinógenos. Além disso a vantagem desse teste é sua capacidade de observar, *in vivo*, o estado de uma mucosa que está em atual exposição a carcinógenos, co-carcinógenos e antioxidantes, condições essas difíceis de serem observadas *in vitro* (ANDRADE et al., 2005)

Vale ressaltar que, com base no exposto por Amar Ali et al. (2002), a utilização do teste de micronúcleos faz-se necessária devido ao fato dessa verificação está sendo aplicada em indivíduos expostos a agentes potencialmente genotóxicos e em protocolos de quimioprevenção do desenvolvimento de tumores, mostrando-se eficaz aplicação deste teste, indicador de danos citogenéticos em células do epitélio de revestimento oral, brônquico e esofágicos. Evidencia-se, ainda, que o aumento da frequência de micronúcleos na mucosa oral é sugestivo de desenvolvimentos de carcinomas da mucosa oral, logo, pode-se inferir que o teste de micronúcleo atua na detecção precoce de alterações genéticas em células, podendo-se evitar evoluções crônicas de carcinoma.

O teste de micronúcleos é útil também para o monitoramento de pessoas que foram expostas a agentes genotóxicos de natureza ocupacional ou ambiental. (GARRARD et al., 2007).

CONCLUSÃO

Conclui-se, a partir dos dados levantados e expostos, a tamanha importância e veracidade dos testes de micronúcleos, levando em conta também sua agilidade e praticidade em desenvolver as pesquisas tornando-se um instrumento de fundamental importância para a avaliação, acompanhamento e tratamento de patologias relacionadas ao à mutações celulares.

REFERÊNCIAS

AMAR, ALI et al. Correlação entre a evolução clínica e a frequência de micronúcleos em células de portadores de pacientes carcinomas orais e da orofaringe. **Rev Assoc Med Bras**, v. 48, n. 4, p. 317-22, 2002.

ANDRADE, Miguel Gustavo Setúbal et al. **Micronúcleo: um importante marcador biológico intermediário na prevenção do câncer bucal**. Revista Odonto Ciência, v. 20, n. 48, p. 137-141, 2005.

FLORES, Mônica; YAMAGUCHI, Mirian Ueda. **Teste do micronúcleo: uma triagem para avaliação genotóxica.** Saúde e Pesquisa, v. 1, n. 3, p. 337-340, 2009.

CARRARD, Vinícius Coelho et al. **Teste dos Micronúcleos: Um biomarcador de dano genotóxico em células descamadas da mucosa bucal.** Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre. Porto Alegre. Vol. 48, n. 1/3 (jan./dez. 2007), p. 77-81, 2007.

CARVALHO, Marcos Basilino de, et al. **“Correlação entre a Evolução Clínica e a Frequência de Micronúcleos em Células de Pacientes Portadores de Carcinomas Orais e Orofaringes.”** *Rev Assoc Med Bras*, 2002: 317-322.

MENDES, CF, Filho G GARDINALLI, RM FURONI, LVV MIRANDA, Filho J BOSCHINI, e Sampaio LF. NETO. **“Micronúcleos em células do colo uterino em mulheres HIV+ segundo sua condição de imunidade.”** *Rev Bras Ginecol Obstet*, 2011: 305-309.

AVALIAÇÃO DO TESTE DO MICRONÚCLEO EM CÉLULAS MUTAGÊNICAS DA MUCOSA UTERINA EM PACIENTES COM HPV¹

Rômulo da Costa Campelo²
Bianca de Oliveira Santos³
Breno Ramon do Nascimento Beserra Barbosa⁴
Jocilene Mesquita Batista⁵
Raimunda da Silva Sousa Neta⁶
Ruth Nunes da Silva Brito⁷
Nelson Jorge Carvalho Batista⁸
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O papiloma vírus humano (HPV) é um vírus cuja transmissão se dá pelo contato sexual, mas vai depender do tipo viral e do desenvolvimento das lesões para que a doença progrida ou não. Este estudo tem por objetivo descrever a produção científica acerca da avaliação do teste do micronúcleo em células mutagênicas da mucosa uterina em pacientes com HPV. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa. Realizado no período de julho a agosto de 2018, nas bases de dados: MEDILINE, LILACS e Pubmed. Utilizaram-se como descritores: Papiloma vírus Humano, Testes para Micronúcleos, Câncer do Útero, além dos descritores cadastrados no *Medical Subject Headings (Mesh)*: *Human Papillomavirus, Micronucleus Tests, Uterine Cancer*. Estudos publicados nos últimos 5 anos. Na realização do cruzamento dos descritores, obtiveram-se 70 estudos, após a filtragem, ficaram apenas 6 (8,6%), os micronúcleos são um potencial biomarcador do risco de câncer, porque o aumento das frequências binucleadas com micronúcleos tem demonstrado estar associado ao risco de câncer em adultos. Conclui-se que o objetivo do trabalho foi alcançado uma vez que ficou evidente que o teste do micronúcleo pode ser usado como um importante biomarcador na identificação da mutagênese celular no colo uterino em mulheres com infecção por HPV.

PALAVRAS-CHAVE: Útero, Papilomavírus, Testes de Mutagênese

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Discente de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, *E-mail*: romulocam14@gmail.com

³ Discente de Enfermagem da Faculdade Integral Diferencial – FACID -Wynden, *E-mail*: biasantos.96@hotmail.com

⁴ Discente de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, *E-mail*: bramon_19@hotmail.com

⁵ Discente de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, *E-mail*: jocilenembs@gmail.com

⁶ Discente de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, *E-mail*: raynettasousa@gmail.com

⁷ Discente de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, *E-mail*: ruthbrito.enfer@gmail.com

⁸ Orientador do trabalho. Biólogo. Professor do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Doutor em Biologia Celular Molecular Aplicada à Saúde - ULBRA/RS. *E-mail*: nelsonjcb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O papiloma vírus humano (HPV) é um vírus cuja transmissão se dá pelo contato sexual, mas vai depender do tipo viral e do desenvolvimento das lesões para que a doença progrida ou não. Existem mais de 200 tipos de HPV, os quais estão divididos em oncogênicos de alto risco, como o HPV 16, 18, 45, 31, sendo que o HPV 16 e 18 são mais comuns em mulheres com câncer. Existem também os oncogênicos de baixo risco, como o HPV 6 e 11, que causam as verrugas genitais (ALMEIDA *et al.*, 2015).

O câncer de colo do útero é muito comum em mulheres, e aparece após inúmeros sintomas, como o surgimento dos cancros em células descamadas no útero. Algumas mulheres, também, desenvolvem infecções persistentes, que podem resultar em lesões precursoras do câncer do colo do útero. A frequência de micronúcleos (MN) está diretamente vinculada a vários fatores de risco, tais como: idade, número de parceiros, números de gestações e abortos (CAMPOS *et al.*, 2008).

O teste do MN é usado como biomarcador, tendo a capacidade de detectar modificações cromossômicas durante a divisão celular, facilitando o método de identificação da lesão, o aumento da quantidade de MN torna-se um indicador de distúrbios cromossômicos de forma quantitativa e estrutural na célula (SETÚBAL *et al.*, 2005).

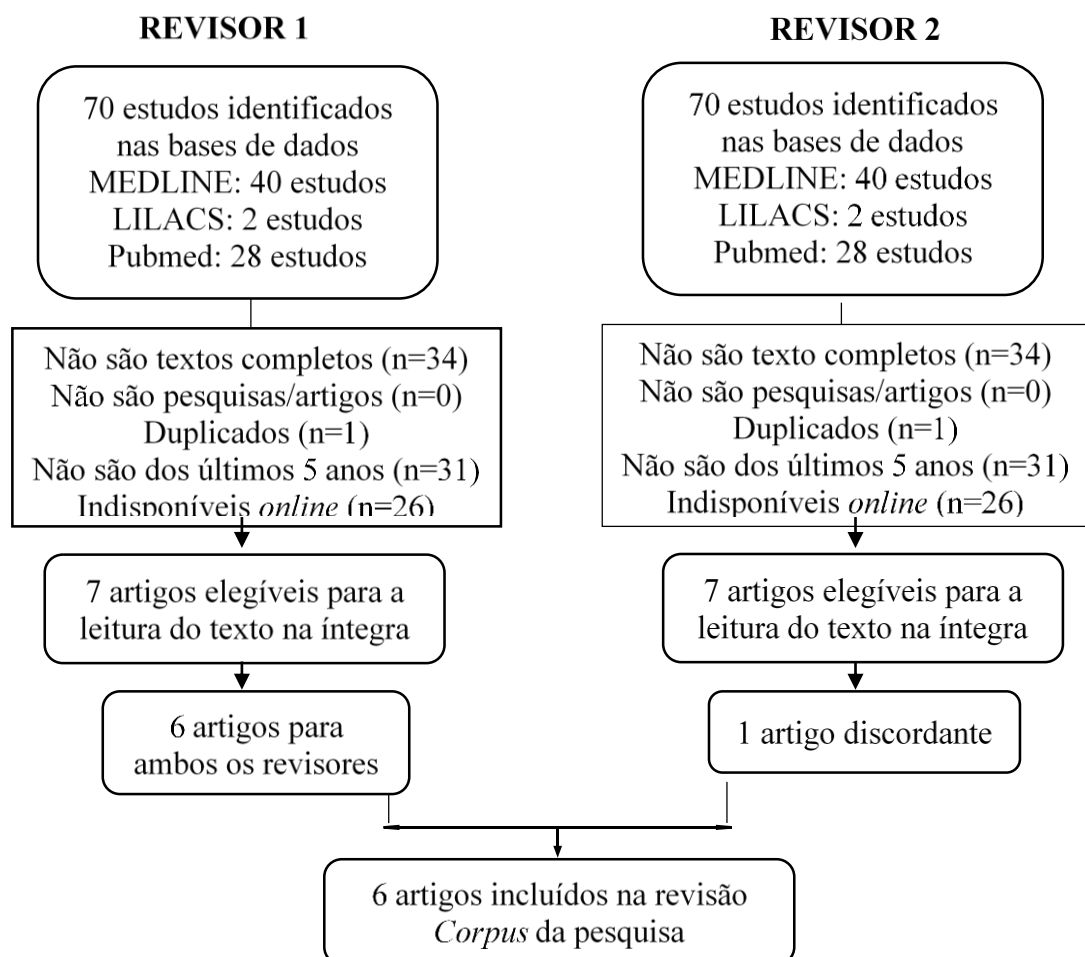
Este estudo tem por objetivo descrever a produção científica acerca da avaliação do teste do micronúcleo em células mutagênicas da mucosa uterina em pacientes com HPV.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa. Realizado no período de julho a agosto de 2018, por meio da plataforma da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados: MEDILINE, LILACS e Pubmed. Utilizaram-se como descritores: Papiloma vírus Humano, Testes para Micronúcleos, Câncer do Útero, além dos descritores

cadastrados no *Medical Subject Headings (Mesh)*: *Human Papillomavirus, Micronucleus Tests, Uterine Cancer*. Critérios de inclusão: artigos em português, inglês e espanhol que abordassem a temática em estudo; descritos na íntegra e publicados pelo menos nos últimos 5 anos. Como critério de exclusão: artigos que não correspondiam ao objeto de estudo, textos incompletos.

Figura 1. Fluxograma da seleção independente do *corpus* da pesquisa feita pelos pares do estudo de revisão integrativa da literatura. MEDLINE, LILACS e PubMed, 2013-2017.



Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde, 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os MN são um potencial biomarcador do risco de câncer, porque o aumento das frequências binucleadas com micronúcleos (MNBN) tem demonstrado estar associado ao risco de câncer em adultos. MN são pequenos corpos extranucleares que surgem na divisão de células causadas por quebra cromossômica e/ou perda cromossômica total (MERLO *et al.*, 2014).

Tabela 1. Distribuição das referências obtidas nas bases de dados MEDLINE, LILACS e PubMed, seguindo os descritores estabelecidos. Teresina, 2018.

Base de dados	Descritores cruzados	Referências obtidas	Referências selecionadas
MEDLINE	Câncer do Útero AND Testes para Micronúcleos	32	5
MEDLINE	Papilomavírus humano AND Testes para Micronúcleos	5	0
MEDLINE	Câncer do Útero AND Papilomavírus humano AND Testes para Micronúcleos	3	0
LILACS	Câncer do Útero AND Testes para Micronúcleos	2	0
LILACS	Papilomavírus humano AND Testes para Micronúcleos	0	0
LILACS	Câncer do Útero AND Papilomavírus humano AND Testes para Micronúcleos	0	0
PubMed	<i>Uterine Cancer AND Micronucleus Tests</i>	21	1
PubMed	<i>Papillomavirus AND Micronucleus Tests</i>	4	0
PubMed	<i>Uterine Cancer AND Human Papillomavirus AND Micronucleus Tests</i>	3	0
TOTAL		70	6

Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde, 2018.

Na realização do cruzamento dos descritores, obtiveram-se 70 estudos, após a filtragem, ficaram apenas 6 (8,6%). Na base de dados Medline foram encontrados 40 estudos (57,1%), após a filtragem, ficaram 5. No Lilacs foram encontrados 2 estudos (2,8%), após a filtragem não teve estudos. Na Pubmed, obtiveram-se 28 estudos (40%), após a filtragem, ficou apenas 1. Todos os estudos encontrados foram no idioma inglês e publicados por médicos. Os resultados provenientes da análise do estudo indicam que a avaliação da frequência de MN é uma tarefa fácil, simples, confiável e pode ser útil para identificar os casos verdadeiros de lesões intraepiteliais cervicais (NIC) que são rotulados como célula escamosa atípica de significado indeterminado (ASCUS) em esfregaço cervical (GONZALEZ *et al.*, 2013). Esses resultados mostraram ser semelhantes a outros, como ilustra o quadro 1.

Quadro 1. Resumo das conclusões de estudos sobre escore de MN. Teresina, 2018.

Estudos	Conclusões importantes
AMBROISE; BALASUNDARAM; PHANSALKAR (2013)	Não foi observada variação significativa na contagem de MN e BNC com fatores de risco como idade, tempo de vida conjugal, número de gestações e abortos. As contagens de MN e células BNC variaram significativamente apenas com NIC e carcinoma invasivo.
GONZALEZ <i>et al.</i> (2013)	A prevalência de micronúcleos nas células cervicais uterinas esfoliadas foi maior nos pacientes com um ou mais fatores de risco para câncer de colo de útero do que nos pacientes sem fatores de risco.
NERSESYAN <i>et al.</i> (2014)	Os ensaios com MN em UDC são uma abordagem promissora para detectar efeitos adversos à saúde em humanos que são causados pelos danos do material genético. A avaliação dos fatores de estilo de vida bem como exposições ambientais que causam câncer de bexiga podem ser detectados com esta abordagem não invasiva, que o teste do MN.
MERLO <i>et al.</i> (2014)	Maior frequência de MN no HSIL (não significativamente maior que a LSIL). Os pacientes com LSIL e HSIL podem estar correlacionados com a idade dos pacientes com LSIL, uma vez que a idade afeta a frequência MN.
SHI <i>et al.</i> (2015)	Maior frequência de MN em mulheres com tipos de HPV de alto risco em comparação aos tipos de baixo risco. Maior frequência de MN no HSIL em comparação ao LSIL em esfregaços do teste citológico.
HERD <i>et al.</i> (2016)	Os pacientes com câncer de colo uterino apresentaram valores mais elevados de MN do que os controles, sugerindo maior radiosensibilidade cromossômica. Evidências sugeriram que esses pacientes sofrem de efeitos colaterais induzidos pela radiação.

MN: Micronúcleo; BNC: Células binucleadas; NIC: lesão intra-epitelial cervical; HSIL: Lesão intra-epitelial escamosa de alto grau; LSIL: Lesão intra-epitelial escamosa de baixo grau; UDC: células derivadas de urina. *Fonte:* Dados da pesquisa, 2018.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o objetivo do trabalho foi alcançado uma vez que ficou evidente que o teste do micronúcleo pode ser usado como um importante biomarcador na identificação da mutagênese celular no colo uterino em mulheres com infecção por HPV, sendo assim, identificando pacientes com câncer ainda em na fase de divisão celular, assim como em outros tipos canceres, o teste ainda pode auxiliar na identificação de indivíduos que necessitem de papanicolau regular, o que pode reduzir as despesas médicas principalmente em países subdesenvolvidos, como o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.P.M. *et al.* Infecção por múltiplos tipos de Papilomavirus humano em mulheres jovens sexualmente ativas. **Medicina**, 2015; 48(6):573-579.

AMBROISE, M.M.; BALASUNDARAM, K.; PHANSALKAR, M. Predictive Value of Micronucleus Count in Cervical Intraepithelial Neoplasia and Carcinoma. **Turkish Journal of Pathology** 2013; 29(3): 171-178.

CAMPOS, L.M.F.R, *et al.* Prevalence of micronuclei in exfoliated uterine cervical cells from patients with risk factors for cervical câncer. **São Paulo Med J.** 2008; 126(6):8-323.

GONZALEZ, S.E.F. *et al.* Cytotoxic, pro-apoptotic, pro-oxidant, and non-genotoxic activities of a novel copper (II) complex against human cervical câncer. **Toxicology** 2013; 314 (1): 155-165.

HERD, O. *et al.* Chromosomal radiosensitivity of human immunodeficiency virus positive/negative cervical cancer patients in South Africa. **Molecular medicine reports** 2016; 13: 130-136.

MERLO, D.F. *et al.* Micronuclei in Cord Blood Lymphocytes and Associations with Biomarkers of Exposure to Carcinogens and Hormonally Active Factors, Gene Polymorphisms, and Gene Expression: The NewGeneris Cohort. **Environmental Health Perspectives.** 2041; 122 (2): 193-200.

NERSESYAN, A. *et al.* Micronucleus assay with urine derived cells (UDC): A review of its application in human studies investigating genotoxin exposure and bladder cancer risk. *Mutation Research/Reviews in Mutation Research*. 2014; 762, 37-51.

SETÚBAL, A.M.G. *et al.* Micronúcleo: um importante marcador biológico intermediário na prevenção do câncer bucal. *Rev. Odonto. Ciência-Fac*. 2005; 20(28):1-122.

SHI, Y. H. *et al.* Association between micronucleus frequency and cervical intraepithelial neoplasia grade in Thinprep cytological test and its significance. *Int J Clin Exp Pathol*. 2015; 8(7): 8426-8432.

GT 27

**GRUPO TEMÁTICO
MUTAGÊNESE E GENÔMICA**

GT 28 – NUTRIÇÃO CLÍNICA

Dra. Odara Maria Sousa Sá¹ (UNIFSA)

Ma. Ana Lina Sales² (HU-UFPI)

Considerando que grupos populacionais específicos têm necessidades nutricionais distintas, foi identificada a necessidade de se ampliar as discussões sobre o tema, visando contribuir para que os produtos oferecidos para tais grupos populacionais sejam cada vez melhor adaptados às necessidades específicas dos mesmos, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida destes grupos específicos e da população de uma forma geral.

a) Apresentação do(s) objetivo(s) do GT;

- Estimular a discussão de assuntos ligados às necessidades nutricionais de grupos populacionais com necessidades fisiológicas e dietoterápicas específicas.

- Colaborar com os órgãos governamentais, levando conhecimento científico para fomentar discussões regulatórias sobre o tema.

- Atuar como facilitador nas trocas de informações entre profissionais da saúde, academia, governo e empresas, contribuindo para que se chegue a um consenso em relação às recomendações nutricionais para os grupos específicos.

- Melhorar a qualidade de vida destes grupos populacionais.

- Ampliar Network nesta área.

b) Indicação de metodologia, aportes teóricos e/ou escolhas epistemológicas específicas ao referido grupo temático.

Trabalhos originais, revisão sistemática, estudo de caso, trabalhos experimentais- alimentos, animais e seres humanos.

¹ Doutorado em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo (2017). Mestrado em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo (2010). Graduação em Nutrição pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI (2007). Atualmente é palestrante, nutricionista - Clínica Odara Sá, núcleo docente estruturante graduação nutrição do Centro Universitário Santo Agostinho, coordenadora pós-graduação nutrição Clínica e Funcional do Centro Universitário Santo Agostinho, colegiado da pós-graduação do Centro Universitário Santo Agostinho, professor titular do Centro Universitário Santo Agostinho e professora da pós-graduação do Centro Universitário Santo Agostinho.

² Mestre em Alimentos e Nutrição e Doutoranda em Alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí. Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (2008), Especialista em Controle de Qualidade dos Alimentos pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí. Atualmente é chefe da Unidade de Nutrição Clínica do Hospital Universitário do Piauí e desenvolve trabalho nas áreas de Nutrição Humana e Nutrição Experimental.

CORANTES ALIMENTÍCIOS ARTIFICIAIS E OS RISCOS A SAÚDE INFANTIL¹

Valéria Magna das Chagas Moura²

Natiele Bezerra Silva³

Daniela Fortes Neves Ibiapina⁴

Keila Cristiane Batista Bezerra⁵

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA



RESUMO

A infância consiste no período mais importante para a formação e estabelecimento dos hábitos alimentares. Por se tratar de uma fase de crescimento e desenvolvimento, existe a grande necessidade de se promover uma alimentação adequada com o objetivo de suprir as demandas nutricionais, porém, estão ocorrendo modificações nos hábitos alimentares da população caracterizadas pela substituição dos alimentos naturais por alimentos ultraprocessados. Este estudo de delineamento transversal teve como objetivo analisar rótulos de alimentos ultraprocessados voltados à população infantil quanto à presença de corantes alimentícios artificiais, identificando na literatura científica os riscos que oferecem a saúde. Foram analisados 17 produtos alimentícios, sendo 3 marcas de cada, totalizando 51 rótulos. Para obtenção dos dados, realizou-se busca dos rótulos nos endereços eletrônicos das marcas selecionadas. Para relacionar os corantes alimentícios mais encontrados com os possíveis riscos à saúde realizou-se pesquisa nas plataformas Scielo, Pubmed e LILACS. Os corantes estavam presentes em 34 produtos (67%) e os três mais encontrados foram: Azul brilhante (47%), Vermelho 40 (32%) e Tartrazina (32%). O consumo em excesso desses alimentos pode ocasionar alergias, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, câncer a longo prazo, etc. É imprescindível que haja uma redução no consumo desses alimentos e um incentivo ao consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos ultraprocessados, Corantes artificiais, Saúde infantil.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. vmagna29@gmail.com

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. natielebezerra@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Nutrição na UNIFSA. daniela.fortes@hotmail.com

⁵ Co-Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Nutrição na UNIFSA. keilinhanut@gmail.com

INTRODUÇÃO

A infância consiste no período mais importante para a formação e estabelecimento dos hábitos alimentares. O contato com a família, o convívio em sociedade, a influência da mídia, as características genéticas são os responsáveis por influenciar as preferências e aversões em relação aos alimentos que irão repercutir de diferentes formas ao longo de toda à vida. Por se tratar de uma fase de intenso crescimento e desenvolvimento, existe a grande necessidade de se promover uma alimentação adequada com o objetivo de suprir as demandas nutricionais, porém, não é isso que se observa em boa parte dos casos. Gradativamente estão ocorrendo modificações nos hábitos alimentares da população, caracterizadas pela substituição dos alimentos naturais por alimentos ultraprocessados. A elevada diversidade e disponibilidade dos produtos industrializados e ultraprocessados levaram a um acréscimo no consumo dos mesmos no Brasil e om essas alterações no padrão alimentar, surge preocupações e questionamentos em relação aos aditivos químicos presentes nesses alimentos. Apesar da sua importância no processamento dos alimentos, segundo diversos estudos já publicados, a ingestão de algumas classes dos mesmos, como os corantes, está relacionada com o surgimento de diversos agravos a saúde. Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo identificar os principais corantes alimentícios presentes nos alimentos ultraprocessados oferecidos às crianças e verificar na literatura científica os riscos que estes podem trazer a saúde infantil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho trata-se de um estudo transversal, com caráter descritivo qualitativo e quantitativo, onde foram analisados os rótulos de produtos alimentícios ultraprocessados voltados ao público infantil quanto a presença de corantes artificiais, relacionando os mais encontrados com os riscos que podem trazer a saúde infantil. Para delimitar a amostra realizou-se uma pesquisa em 5 supermercados da cidade de Teresina-Piauí com o objetivo de conhecer os produtos ofertados e utilizou-se como critérios de escolha: produtos alimentícios

que atendiam a definição e exemplificação de “ultraprocessados” segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), que apresentavam em sua rotulagem e/ou marketing comercial, aspectos que caracterizam publicidade abusiva à criança conforme a RDC nº 163/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e produtos que apresentavam simultaneamente as 3 marcas escolhidas nos cinco supermercados. A partir disso, foram selecionadas 3 marcas de 17 alimentos ultraprocessados, totalizando 51 rótulos a serem analisados. Na coleta dos dados realizou-se busca dos rótulos nos endereços eletrônicos (sites) das marcas selecionadas. Para uma melhor disposição dos resultados, os 17 tipos de alimentos foram separados em 3 grupos descritos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Grupos de alimentos e produtos alimentícios analisados.

GRUPOS DE ALIMENTOS	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
Doces	Biscoitos recheado, biscoito tipo “waffle”, biscoito tipo “cookies”, bolo pronto, cereal matinal, gelatina, bala de goma, goma de mascar, pirulito e confeitos de chocolate.
Salgados	Salgadinho de milho e batata frita ondulada.
Bebidas industrializadas	Achocolatado, leite fermentado, iogurte, suco de caixinha e refrigerante.

Fonte: elaborado pelos autores.

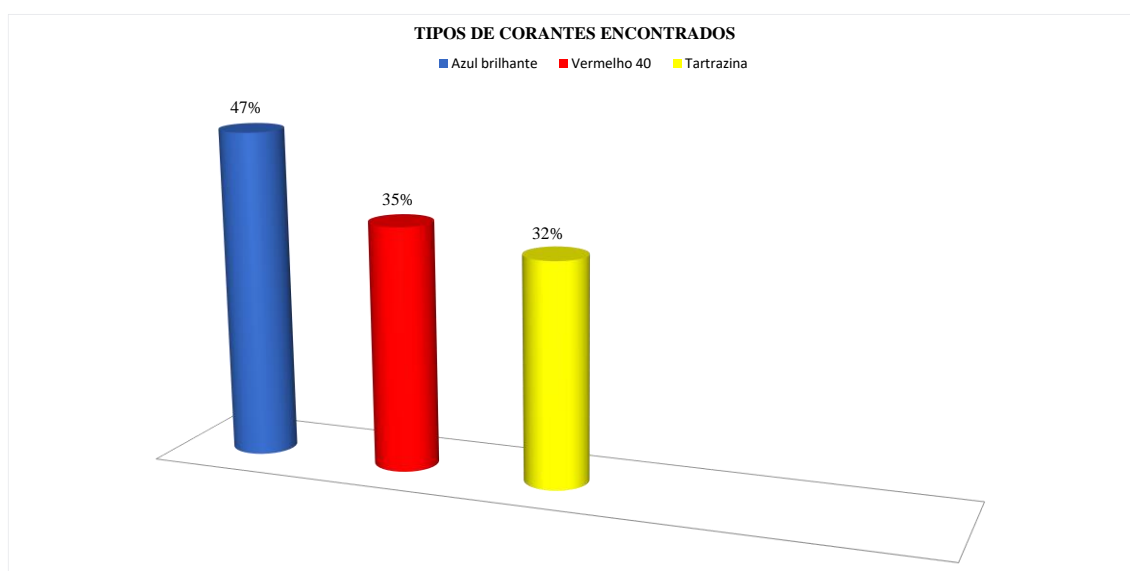
A relação dos **3** corantes artificiais **mais** encontrados nestes rótulos com os possíveis riscos à saúde foi feita através de pesquisa bibliográfica nas bases de dados do Scielo, PubMed e LILACS, utilizando-se os descritores: “consumo alimentar infantil” “corantes artificiais” e “riscos à saúde infantil”. Utilizaram-se como critério de inclusão os artigos datados de 2008 a 2018, os que tratavam sobre os corantes Azul Brilhante, Vermelho 40 e Tartrazina, visto que

foram os mais encontrados, e os que descreviam quais os riscos que os mesmos podem trazer a saúde infantil. Dessa forma, foram utilizados 15 artigos científicos. Em relação aos aspectos éticos utilizou-se como base as normas para trabalhos científicos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo assegurados todos os aspectos éticos de uma pesquisa bibliográfica. Para a análise estatística utilizou-se o programa *Excel* para organização e análise dos dados. As variáveis foram apresentadas por meio da estatística descritiva: números e proporções.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das rotulagens dos produtos, foi possível identificar os corantes alimentícios artificiais em 34 alimentos ultraprocessados (67%). Em relação aos tipos de corantes, observou-se que os três mais encontrados foram: Azul brilhante em 16 produtos (47%), Vermelho 40 em 12 produtos (35%) e Tartrazina em 11 produtos (32%).

Gráfico 1. Tipos de corantes presentes nos produtos ultraprocessados analisados.



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

No trabalho realizado por Pinheiro e Abrantes (2012), também foi possível verificar que dentre os corantes que mais constavam nos rótulos das balas consumidas pelas crianças estavam o Azul brilhante e o Vermelho 40. Porém, o que se observa é que os estudos sobre os possíveis danos causados por esses corantes artificiais ainda são bastante escassos. De acordo com Barros e Barros (2010), o corante Azul Brilhante pertence ao grupo dos trifenilmetanos e é muito utilizado em gelatinas, balas e chicletes coloridos, sendo proibido nos Estados Unidos, mas autorizado na Europa, fazendo parte de um grupo onde muito se discute quanto a sua real segurança, por isso seu uso é controlado em certos países. Segundo a revista Food Ingredients Brasil (2009), juntamente com o corante Vermelho 40, seu consumo pode causar hiperatividade em crianças, eczema e asma, hipótese também confirmada por Bateman (2004) e Polônio e Peres (2009). Acredita-se que esses efeitos adversos foram responsáveis pela suspensão do uso dos mesmos em sete países da Europa (IDEC, 2015).

De acordo com Freitas (2012), dentre os aditivos mais genotóxicos existentes estão os pertencentes ao grupo “Azo”, um derivado nitroso capaz de ocasionar reações de hipersensibilidade e tem sido foco de estudos de mutagênese e carcinogênese por produzir, após ser metabolizado pela microflora intestinal, compostos com alto potencial cancerígenos. Além disso, outro fator negativo causado pelo consumo de corantes azo é o desencadeamento de processos alérgicos. Segundo Gomes (2012), o Vermelho 40 e a Tartrazina estão entre os que fazem parte desse grupo e são encontrados principalmente em sucos artificiais, balas, gelatinas, iogurtes e refrigerantes. Em uma pesquisa realizada por Valente (2018), quando analisadas as dietas das crianças individualmente, dentre os corantes apresentados nos alimentos relatados, o Vermelho 40 teve sua Ingestão Diária Aceitável – IDA ultrapassada por algumas crianças. Segundo Feketea e Tsaouri (2017), em relação a reação alérgica nas crianças, não se tem sido reportado nenhum caso mediado por ele. Entretanto, um estudo efetuado com neutrófilos humanos notou que o aditivo aumenta a produção de mediadores inflamatórios através dessas células (LEO et al., 2017). Já Câmara (2017), afirma que o corante Vermelho 40 tem sido relatado como possível influenciador nos níveis de hiperatividade em crianças.

Em um trabalho realizado por McCann et al. (2007) que teve como objetivo observar o impacto do consumo de corantes artificiais sobre o comportamento de crianças, utilizando

bebidas feitas com misturas de vários corantes, majoritariamente da classe azo, foi possível concluir que, as crianças que consumiram os mesmos apresentaram-se mais hiperativas e menos atentas. Dentre os corantes “azo”, a tartrazina tem o maior respaldo sendo relacionada com diversas reações de hipersensibilidade como urticária, asma, náusea, anafilaxia, vômitos, dermatite, dor de cabeça, eczema. Em doses elevadas induz à lesão no DNA possibilitando o surgimento de câncer em longo prazo (FREITAS, 2012).

A Tartrazina, é um corante azoico utilizado para conferir a cor amarela a vários alimentos, tais como sorvetes, bolos, balas e confeitos, salgadinhos de batata, refrigerantes, bebidas alcóolicas, chicletes, gelatina, entre outros (AL-SHABIB et al., 2017). Uma pesquisa publicada por Stevenson et al (2007), mostrou que misturas de aditivos, comumente achadas em alimentos, que continham os corantes tartrazina e vermelho 40, quando administrada em alimentos infantis, causava aumento da hiperatividade nas crianças de 3 a 9 anos de idade e demonstraram que o uso destes aditivos acentua comportamentos como desatenção e impulsividade. Segundo Sá et al (2016), dentre os corantes alimentares relacionados ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em crianças, a tartrazina foi o mais implicado. A maioria das crianças inicia o consumo de produtos com a presença de tartrazina antes dos 2 anos de idade, e o pó para gelatina era introduzido até 1 ano em 95% dos casos. Pesquisas indicaram que, 60% das crianças, consumidoras de alimentos com alto teor desta substância têm maior tendência a desenvolver hiperatividade (GONÇALVES, 2008; MATSUO et al., 2013). No estudo realizado por Ward (1997), foi possível observar que 23 crianças que consumiram bebidas contendo tartrazina, destas, 18 aumentaram os níveis de hiperatividade, 16 se tornaram agressivas, 4 violentas, 2 diminuíram seus movimentos, 12 tiveram diminuição da coordenação motora e 8 desenvolveram asma.

CONCLUSÕES

Neste estudo foi possível observar que em boa parte dos produtos alimentícios analisados foram encontrados diversos tipos de corantes artificiais e que o consumo em excesso desses alimentos pode sim ocasionar diversos problemas de saúde nas crianças, já que são as principais consumidoras e possuem imaturidade fisiológica. Entre os principais agravos a saúde podemos destacar as reações alérgicas, com a presença de urticária,

angioedema, broncoespasmo e choque, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e câncer a longo prazo. Porém, nota-se que para estes corantes analisados, o número de pesquisas abordando os efeitos que o consumo dos mesmos pode ocasionar a saúde infantil ainda é bastante escasso. Sendo assim, fica evidente a necessidade de investimentos em pesquisas nesta área e torna-se imprescindível que haja um incentivo para redução no consumo desses alimentos e aumento do consumo de alimentos *in natura*, tendo em vista as evidências já relatadas no meio científico e por estes serem saudáveis e contribuir para um adequado crescimento e desenvolvimento nessa fase tão importante da vida que é a infância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos**. 2. ed. Brasília, 2015.

FREITAS, A. S. Tartrazina: uma revisão das propriedades e análises de quantificação. **Acta Tecnológica**. v. 7, n. 2, p. 65-72, 2012;

BARROS, A. A.; BARROS, E. B. P. A química dos alimentos: produtos fermentados e corantes. Paulo: **Sociedade Brasileira de Química**, 2010.

GOMES, L. M. M. **Inclusão de carotenoides de pimentão vermelho em ciclodextrinas e avaliação da sua estabilidade, visando aplicação em alimentos**. 2012. 108p. Dissertação. Niterói, 2012.

POLÔNIO, M. L. T. **Percepção de mães quanto aos riscos à saúde de seus filhos em relação ao consumo de aditivos alimentares: o caso dos pré-escolares do município de Mesquita**. Tese Doutorado. 129p. Rio de Janeiro, 2010.

SCHUMANN, S.P.A; POLONIO M.L.T; GONÇALVES, E.C.B.A. Avaliação do consumo de corantes artificiais por lactentes, pré-escolares e escolares. **Ciência e Tecnologia dos Alimentos**. Campinas-SP, v. 28, n.3, p.534-539, jul /set. 2008.

NUTRIENTES ANTIOXIDANTES: CORRELAÇÃO ENTRE O ESTRESSE OXIDATIVO E INFLAMAÇÃO EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA¹

Amanda Leticia Rodrigues Luz/ UNIFSA²

Iala Thais de Sousa Morais/ UNIFSA³

Mikhael de Sousa Freitas/ UNIFSA⁴

Maria Camila Leal de Moura/ UNIFSA⁵

Veronica Lorranny Lima Araújo/ UNIFSA⁶

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho / UNINASSAU⁷

Tacyana Pires de Carvalho Costa/ UNINASSAU⁸

RESUMO

A insuficiência cardíaca é uma condição em que o coração é incapaz de bombear sangue na corrente sanguínea em quantidade suficiente para dar resposta às necessidades do corpo. O tratamento a base de nutrientes antioxidantes eleva o quadro de melhora desses pacientes. A presente pesquisa objetivou em descrever por meio da revisão de literatura sobre o papel dos nutrientes antioxidantes correlacionando o estresse oxidativo e inflamação em pacientes com insuficiência cardíaca. O presente estudo trata-se do tipo revisão de literatura. Utilizou-se as bases de dados Scielo, ScienceDirect e PubMed com o recorte temporal de 2013 a 2018. Sabe-se hoje que um adequado suporte nutricional, com modulação dos micronutrientes com atividade antioxidante ou que funcionem como cofatores para elementos antioxidantes, é capaz de reduzir o estresse oxidativo e o processo inflamatório, principalmente por modular fatores de transcrição gênica responsáveis pela geração de resposta a estímulos extracelulares ou de modificação do meio interno da célula. É de grande importância que a restauração de uma ingestão adequada de antioxidantes seja considerada como estratégia terapêutica na IC.

PALAVRAS-CHAVE: antioxidante; nutrientes; Inflamação;

INTRODUÇÃO

A insuficiência cardíaca (IC) é uma doença na qual o coração não consegue mais bombear sangue suficiente para o resto do corpo, não conseguindo suprir as suas necessidades (PERCÁRIO, 2012). Representa importante problema de saúde pública, considerando-se a prevalência crescente e os índices de hospitalização associados à alta morbimortalidade (TEIXEIRA et al., 2014; MICHELS, 2014).

É importante considerar o papel do suporte nutricional como um coadjuvante no tratamento de pacientes com IC visto que esses pacientes são propensos a problemas nutricionais, pois são usualmente idosos; mostram redução da ingestão de alimentos em função de alterações orgânicas que levam à anorexia (PERCÁRIO, 2012; DIONÍSIO et al., 2018). Devido conhecimentos sobre os mecanismos imunológicos e inflamatórios, bem como do estresse oxidativo e fisiopatologia da doença, o tratamento tem sido focado em terapias, principalmente medicamentosas (MICHELS, 2014).

Contudo, sabe-se hoje que um adequado suporte nutricional, com modulação dos micronutrientes com atividade antioxidante ou que funcionem como cofatores para elementos antioxidantes, é capaz de reduzir o estresse oxidativo e o processo inflamatório, por modular fatores de transcrição gênica responsáveis pela geração de resposta a estímulos extracelulares ou de modificação do meio interno da célula (BARBOSA, 2014).

A presente pesquisa objetivou em descrever por meio da revisão de literatura sobre o papel dos nutrientes antioxidantes correlacionando o estresse oxidativo e inflamação em pacientes com insuficiência cardíaca.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo tratar-se de uma pesquisa exploratória do tipo revisão de literatura. A pesquisa exploratória visa a proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema em estudo. Este tipo de pesquisa tem como meta tornar um problema complexo mais explícito ou mesmo construir hipóteses mais adequadas. A realização das buscas consistiu entre abril a junho de 2018, utilizou-se as bases de dados Scielo, ScienceDirect e PubMed com o recorte temporal de 2012 a 2018, onde ocorreu uma seleção criteriosa no que diz respeito a obras utilizadas para o desenvolvimento desta revisão. Com os descritores utilizados de modo associado e isolados foram “nutrientes”; “Antioxidantes”; “Estresse oxidativo”; “Inflamação” e “Insuficiência cardíaca”, em inglês e português.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro dessas buscas foram encontrados 205 artigos, porém, após a exclusão de achados duplicados e incompletos, 6 artigos foram incluídos na revisão, onde possuíam os descritores inclusos no tema e/ou resumo e foram incluídos porque melhor se enquadraram no objetivo proposto.

A insuficiência cardíaca é uma doença crônica de longo prazo, embora possa, às vezes, se desenvolver repentinamente. Ela pode afetar apenas um dos lados do coração, sendo chamada, dependendo do caso, de insuficiência cardíaca direita ou insuficiência cardíaca esquerda. Mesmo que ela se desenvolva em somente um lado do coração, ambos os lados acabam sendo afetados conforme o tempo vai passando (TEIXEIRA et al., 2014; MICHELS, 2014).

A ativação do sistema imune na IC pode ser decorrente da ativação direta por estímulo antigênico (vírus, endotoxinas) ou ativação secundária à injúria cardíaca, associada principalmente à isquemia, EROS e ERN, neurohormônios e estímulo mecânico por dilatação ventricular (MICHELS, 2014).

Junto à ativação do sistema imune ocorre a ativação do sistema inflamatório como resultado da produção e liberação de citocinas, ativação do sistema complemento, produção de auto-anticorpo, superexpressão de moléculas classe II do complexo maior de histocompatibilidade, assim como de moléculas de adesão (BARBOSA, 2014; MICHELS, 2014).

Além disso, estes pacientes apresentam elevado estresse oxidativo (caracterizado pelo aumento na liberação de espécies reativas de oxigênio - EROS - e nitrogênio - ERN - em detrimento da capacidade orgânica de ação antioxidante) e uma amplificação das atividades pró-inflamatórias, o que favorece um estado hipercatabólico, aumentando o risco da dieta não suprir suas demandas metabólicas (BARBOSA, 2014).

O estresse oxidativo gera efeitos sobre a estrutura e a função do miocárdio, dentre eles: estimula a hipertrofia cardíaca e a apoptose de miócitos, contribuindo assim para a remodelação cardíaca; contribui para alterações nas concentrações intracelulares de cálcio iônico e para a expressão e/ ou atividade de proteínas carreadoras de cálcio, favorecendo a

ocorrência de disfunções contráteis na IC; altera a expressão gênica para a síntese de colágeno pelos fibroblastos cardíacos e a expressão gênica e a atividade das metaloproteinases de matrix, enzimas que promovem a degradação do colágeno (DIONÍSIO et al., 2018; TEIXEIRA et al., 2014).

Em nossas células existem fatores de transcrição (FT) gênicas sensíveis a sinais extracelulares e/ou modificações no meio interno capazes de regular a expressão dos genes, gerando respostas aos estímulos. Dentre estes FT estão o NFkB (fator nuclear KappaB) e a AP-1 (proteína ativadora 1). Os FT podem ser modulados por estresse oxidativo, estados redox (processos de redução/oxidação) e agentes inflamatórios e anti-inflamatórios (DIONÍSIO et al., 2018).

O estresse oxidativo, via sinalização dos FT e lesão celular, gera modificações gênicas no núcleo das células, agindo como um potente indutor da resposta inflamatória, por alterar a síntese de citocinas, prostaglandinas, tromboxano, leucotrienos, moléculas de adesão e quimiocinas. Já foi demonstrado que uma gama de antioxidantes capazes de detoxificar EROS e ERN podem bloquear a ativação de NFkB, reforçando a hipótese que os oxidantes apresentam papel-chave na regulação de FT (DIONÍSIO et al., 2018; PERCÁRIO, 2012).

Visto isso, o sistema de defesa antioxidante tem como principal função inibir ou reduzir os danos causados às células pelas EROS/ERN. Alguns antioxidantes desse sistema vêm ganhando destaque em estudos que avaliam a importância dos micronutrientes na IC. Chamam-se antioxidantes às substâncias capazes de desarmar os radicais livres. Algumas são nutrientes essenciais conhecidos, como a vitamina A e o betacaroteno, e as vitaminas C e E (MICHELS, 2014; DIONÍSIO et al., 2018).

Em recentes estudos, nos pacientes suplementados, houve um declínio do volume sistólico e diastólico final do VE e uma melhora da fração de ejeção, indicando uma melhora da função ventricular e um aumento do escore de qualidade de vida, o que foi associado à melhora da função ventricular. Em relação à capacidade física e níveis séricos de citocinas, as diferenças entre os dois grupos não foram significantes (DIONÍSIO et al., 2018).

Para conseguir obter os antioxidantes importantes para pacientes com IC e em doses adequadas, é preciso que o nutricionista tenha o conhecimento das fontes alimentares desses

nutrientes, buscando introduzi-las na dieta (FERNANDES et al., 2012). Em estudo realizado observaram os efeitos da CoQ10 em pacientes com insuficiência cardíaca congestiva (ICC) sobre parâmetros cardíacos hemodinâmicos, percebendo que 73% dos pacientes melhoraram a função cardíaca; 87% melhoraram o índice cardíaco; 88% melhoraram o índice de volume diastólico final e 92% melhoraram a fração de ejeção de sangue, concluindo que a CoQ10 pode atuar como adjuvante no tratamento da ICC (PERCÁRIO, 2012).

CONCLUSÕES

É de grande importância que a restauração de uma ingestão adequada de antioxidantes seja considerada como estratégia terapêutica na IC. É necessário citar que, ao decidir pela suplementação, o profissional deve se preocupar com: as doses de antioxidantes utilizadas nos estudos e consideradas efetivas na IC; as doses seguras de utilização dos antioxidantes; a existência dos co-antioxidantes; a interação entre os antioxidantes e as individualidades dietéticas e bioquímicas de cada paciente.

REFERÊNCIAS:

- BARBOSA, N. B. H. **Influência do treinamento resistido no estresse oxidativo em indivíduos com insuficiência cardíaca**. 2014.
- DIONÍSIO, L. M., LUVIZOTO, M. J., GRIBNER, C., CARNEIRO, D., CARVALHO, **Biomarkers of cardio-renal syndrome in uremic myocardiopathy animal model**. Brazilian Journal of Nephrology, n. AHEAD, p. 0-0, 2018.
- FERNANDES, M., PAES, C., NOGUEIRA, C., SOUZA, G., AQUINO, L., BORGES, F., **Perfil de consumo de nutrientes antioxidantes em pacientes com síndrome metabólica**. Revista de Ciências Médicas, v. 16, n. 4/6, 2012.
- MICHELS, M. **Interação entre o receptor de membrana CD40 e o seu ligante CD40L sobre mecanismos neuroinflamatórios e comportamentais associados à sepse**. 2014.
- PERCÁRIO, S. **Prevenção do estresse oxidativo na síndrome de isquemia e reperfusão renal em ratos com suplementação nutricional com antioxidantes**. Revista de Nutrição, 2012.
- TEIXEIRA, M. G. **Associação Entre Consumo de Antioxidantes e Risco de Doenças Coronarianas em Participantes do Elsa-brasil**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

DESENVOLVIMENTO E ACEITABILIDADE DE BOLO ENRIQUECIDO COM FARINHA DA SEMENTE DE ABÓBORA SEM GLÚTEN E LACTOSE¹

Amanda Coelho Dias²Inaiara Silva Pinheiro³Keyla Cristiane Batista Bezerra⁴Gilberto Araújo De Araújo Costa⁵

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O estudo objetivou desenvolver um bolo isenta de glúten e lactose para intolerantes enriquecido com farinha de semente de abóbora. Trata-se de um estudo experimental, descritivo, quali-quantitativo realizado com base na Resolução 466/2012 sob o parecer CAAE 80542917.4.0000.5602. Realizado em uma Instituição de Ensino Superior privada. O preparo do bolo foi realizado no Laboratório de técnica Dietética. Foi avaliado aproximadamente 60 pessoas que freqüentam a instituição, não treinados. Para verificar a aceitabilidade empregou-se os testes escala hedônica, análise descritiva quantitativa as amostras foram servidas em bandejas, dentro de copinhos descartáveis brancos com uma amostra de 52 g realizados em cabine individual, no laboratório de análise sensorial. Os macronutrientes presentes no bolo enriquecido com farinha da semente de abóbora apresentou 36,6kcal, 22,6g de carboidratos, 5,31g de proteínas, 22,34g de lipídeos, fibra 7,61g. O bolo é classificado como fonte de 8,7g de cálcio, 23,52g, potássio, 14,6g, fósforo e 7,39g, magnésio, atributo sabor o bolo apresentou maior percentual em “Agradável” que Foi 98,2%, quanto a textura “Macia” 90,9% sobre saiu ao “Duro” 5,5%. Diante das análises demonstrou que o bolo enriquecido com a semente de abóbora sem glúten e lactose obteve uma boa aceitabilidade em relação aos atributos sensoriais avaliados.

PALAVRAS-CHAVE: alimentos, intolerância a lactose, celíacos.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica do 8 semestre do Curso de Nutrição do Centro Universitário Santo Agostinho -UNI FSA. email: amandinhacoelho36@gmail.com

³ Acadêmica do 8 semestre do Curso de Nutrição do Centro Universitário Santo Agostinho -UNI FSA. email: inaiarasilva20@gmail.com.

⁴ Mestre em Alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí–UFPI; Professora do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: keilinhanut@gmail.com

⁵ Mestre em economias de empresas –Universidade Federal do Ceará- UFC; Professor do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: gilbertodearaujocosta@gmail.com

INTRODUÇÃO

A intolerância alimentar é causada por reações de alimentos reconhecidos como estranhos ao organismo, pois a maioria tem sua origem no intestino. Atualmente é comum ouvirmos falar que alguém tem intolerância à lactose ou a glúten, ou as duas juntas. O glúten é a principal proteína presente no trigo, aveia, centeio, cevada, malte e cereais, portanto pode-se conceituar a doença celíaca como uma desordem autoimune envolvendo a resposta imune tanto inata como adaptativa a alimentos que contenham glúten em indivíduos pré-dispostos geneticamente. Aos intolerantes o glúten é uma substância prejudicial ao intestino e pode causar uma indisposição no organismo. A intolerância a lactose também é bastante comum e conhecida, ela acontece quando o organismo não possui a enzima que digere a proteína do leite a lactase, e assim como no caso dos celíacos é preciso mudar a dieta e os hábitos alimentares (GASPARI; TELES; ARAÚJO, 2010; GREEN; LEBWOHL; GREYWOODE, 2015). O estudo objetivou desenvolver um bolo isento de glúten e lactose para intolerantes enriquecido com farinha de semente de abóbora.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de estudo experimental, descritivo, quali-quantitativo. Realizado em uma Instituição de Ensino Superior privada. Essa receita foi adaptada de uma receita tradicional de bolo comum. Ingredientes: farinha de arroz integral sem glúten, açúcar mascavo, ovos, óleo de coco, fermento, leite zero lactose, farinha triturada da semente de abóbora. Modo de preparo: Para a formulação da massa foi misturado todos os ingredientes (ovos: primeiro às claras, em seguida as gemas, após esse processo será acrescentado a farinha de arroz, logo depois que a massa estiver em uma consistência pastosa, acrescentar a farinha da semente de abóbora, o açúcar, e por último o fermento, deixar bater bem por no máximo 10 minutos. Em seguida levado ao forno médio (180 °C) por 40 minutos. Foi avaliado por aproximadamente por 60 pessoas que freqüentam a instituição, não treinados. Utilizou-se os testes afetivos para verificar a aceitabilidade os testes escolhidos foi a escala hedônica

estruturada de nove pontos (variando de desgostei muitíssimo a gostei muitíssimo), o teste de análise descritiva quantitativa (avaliando tonalidade da cor, impacto do aroma, sabor, textura) para descrever os atributos sensoriais foram servidos as amostras em bandejas, dentro de copinhos descartáveis brancos com uma amostra de 52 g. Realizou-se os testes em cabine individual, no laboratório de análise sensorial. Codificou-se em 3 dígitos diferentes, em copinhos descartáveis branco com amostra de 52 g no laboratório de técnica dietética, os testes aplicados no Laboratório de Análise Sensorial da instituição Ensino Superior

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 01 apresenta a quantidade de calorias e dos macronutrientes presentes no bolo enriquecido com farinha da semente de abóbora, apresentando no total de 36,6 kcal, 22,6g de Carboidratos, 5,31g de proteínas, 22,34g de lipídeos e 7,61 g de Fibra para cada fatia de 52g do bolo. O bolo é pouco calórico.

Tabela 01 - Composição Nutricional dos Macros nutrientes presentes em 52g, segundo a Tabela Brasileira de composição dos alimentos, 2018.

INGREDIENTES	QUANT	KCAL	CHO	PROT	LIP	FIB
Fermento	0,19	0,08	3,60	0,14	0,02	-
Farinha de Arroz	15,43	29,1	6,86	0,01	0,02	0,04
Açúcar mascavo	3,25	6,22	1,59	0,01	0,00	0,37
Leite zero lactose	1,9	0,29	4,5	3,1	1,2	-
Óleo de coco	2,22	0,13	-	-	18,7	-
Farinha da semente de abóbora	18,5	0,20	2,28	3,1	1,2	-
Ovo	4,48	0,35	3,8	1,28	2,2	7,2
Total	52g	36,3	22,6	5,31	22,34	7,61

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

* QUANT= Quantidade; * KCAL= quilocalorias; *PROT= Proteínas; *LIP= Lipídios;

* CHO= Carboidrato, FIB= Fibra.

Em relação ao teor de calorias, a formulação apresenta baixo valor, ressaltando que sua adição na alimentação não refletiria em aumento importante no valor energético. Silva et al., (2010) encontrou em 100 gramas do biscoito teores de fibras entre 29,78 e 30,08 g. Lopes et al., (2008) que utilizaram 20% de farinha da semente de abóbora na elaboração de pão francês obtendo 3,0 de fibras totais. De com Moura et al., (2010) o produto com no mínimo 3 %de fibras pode ser considerado como fonte de fibras, e ao ultrapassar o mínimo de 6 % será considerado com alto teor de fibra. Em 52 gramas do bolo enriquecido com a farinha da semente de abóbora apresentou 7,2g de fibra, podendo ser considerada farinha com alto teor de fibras. De acordo com a ANVISA 2017 referente à informação nutricional, o produto com no mínimo 2,5 g de fibras pode ser considerado como fonte de fibras, e ao ultrapassar o mínimo de 5 g será considerado com alto teor de fibras.

A tabela 02 apresenta a quantidade de calorias e dos Micronutrientes presentes no Bolo Enriquecido com Farinha da Semente de Abóbora, apresentando no total de 8,7g de Cálcio, 23,52 g de Potássio, 14,6 g de Fósforo e 7,39g de Magnésio para cada 52 g do bolo.

Tabela 02 Composição Nutricional dos Micronutrientes presentes em 52g, segundo a Tabela Brasileira a Tabela Brasileira

Ingredientes	QNT	Cálcio	Potássio	Fósforo	Magnésio
Fermento	0,19	0,12	0,51	0,03	0,07
Farinha de Arroz	15,43	2,82	3,3	9,1	0,10
Açúcar Mascavo	3,25	0,48	1,72	1,16	0,78
Leite Zero Lactose	1,9	1,85	-	-	-
Óleo de Coco	2,22	-	-	-	-
Farinha da semente de abóbora	18,5	-	17,0	3,40	4,84
Ovo	4,48	3,5	0,99	0,91	1,6
Total	52	8,7g	23,52g	14,6g	7,39

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018. Taco *composição dos alimentos, 2018.

O mineral que mais se destacou foi o potássio apresentando em seu total 23,52g quanto ao que se encontra em menor quantidade é o magnésio com 7,39g.

De acordo com ILSI Brasil (2010) ingestão de potássio adequada é de 4,7g, para todos os adultos e jovens. Esse nível de ingestão dietética parece ser suficiente para manter os níveis pressão arterial, reduzir o risco de recorrência de cálculos renais e possivelmente diminuir a perda óssea. Os minerais são essenciais à manutenção dos tecidos do corpo humano é muito importante que seja ingerido em quantidades adequadas, especialmente, durante a infância. O cálcio é e essencial para construção e manutenção dos dentes e ossos, encontrado em grande quantidade em alimentos como: o leite e seus derivados.

A tabela 03 encontra-se os resultados da avaliação dos diferentes atributos do bolo enriquecido com farinha da semente de abóbora, segundo a escala da análise descritiva quantitativa (ADQ), ao analisar a tonalidade o maior percentual obtido foi de “Muito Escuro” (83,3%) e menor percentual de “Muito Claro” (12,7%) provando que a tonalidade está de acordo com esperado. Quanto ao impacto do Aroma, observou que os (52,7%) dos participantes marcaram “Intenso” e (30,9%) “Pouco Intenso”.

Tabela 3 Avaliação dos diferentes atributos do bolo enriquecido com farinha da semente de abóbora, segundo escala da análise descritiva (ADQ) Teresina-PI, 2018.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO			N total %
	Muito Claro	Muito Escuro		
Tonalidade	7 12,7%	48 83,3%		55 100,0%
Aroma	Pouco Intenso 17 30,9%	Intenso 29 52,7%	Muito Intenso 9 16,4%	55 100,0%
Sabor	Agradável 54 98,2%		Pouco Doce 1 1,8	55 100,0%
Textura	Macio 50 90,9%	Duro 3 5,5%	Granulado 2 3,6%	55 100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Quanto ao atributo sabor o bolo apresentou maior percentual em “Agradável” que Foi (98,2%) e pouco doce que foi (1,8%) totalizando em 100% dos participantes mostrando que o sabor estava notável. Quanto ao último atributo textura observou-se que a opção “Macia” (90,9%) sobre saiu ao “Duro” (5,5%) isso mostra. A coloração do bolo está relacionada principalmente com os ingredientes da formulação, sendo a farinha de semente de abóbora e o açúcar mascavo mais escuro. Assim, maior teor desses dois ingredientes na formulação dos bolos provoca escurecimento. Perez; Germani (2007) avaliaram biscoitos com farinha de berinjela e verificaram que os biscoitos com maior teor de fibras apresentaram coloração mais escura.

Tabela 4 Avaliação da aceitabilidade de bolo enriquecido com farinha da semente de abóbora, de acordo com escala hedônica (n=55) Teresina, 2018.

Variáveis	Percentual (%)
Gostei ligeiramente	3,6
Gostei regularmente	10,9
Gostei muito	34,6
Gostei muitíssimo	50,9
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Amorim et al., (2012) elaborou biscoito tipo cookie e tartalete de frango produzidos a partir do aproveitamento da semente da abóbora, ambos foram avaliados pela escala hedônica estruturada de 9 pontos, assim como a pesquisa acima, os resultados foram satisfatórios uma vez que as médias variaram entre 7,48 e 7,97, entre “gostei moderadamente” e “gostei muitíssimo” indicando um bom índice de aceitabilidade

CONCLUSÕES

Diante das análises dos resultados pode-se concluir que este estudo demonstrou que o bolo enriquecido com a semente de abóbora sem glúten e lactose obteve uma boa

aceitabilidade em relação aos atributos sensoriais avaliados. Em relação a alimento saudável e nutritivo o bolo enriquecido com a farinha da semente de abóbora apresenta teores de macro e micronutrientes superiores a um bolo padrão tradicional do mercado.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, G .et al. Elaboração e avaliação sensorial de produtos (biscoito tipo cookie e tartaleta de frango) produzidos a partir do aproveitamento da semente da abóbora (cucurbita maxima) .**VII CONNEPI P**,2012. Disponível em:<file:///C:/Users/pc/Downloads/FARINHA%20DA%20SEMENTE%20DE%20AB%C3%%20QUISER%20AM%C3%89M%20SENHOR.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- GIMENO, S.G.A. et al. Padrões de consumo de alimentos e fatores associados em adultos de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: projeto OBEDIARP. **Caderno de Saúde Pública**, v.27, p.533-545, nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v27n3/13.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- GREEN, H.R.; LEBWOHL F.R, GREYWOODE J, A. CeliacDisease. *JournalofAllergyandClinicalImmunology*. **Am J Gastroenterol**; v.2 set. 2010. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?+Journal+of+Allergy+and+Clinical+Immunologsdt=0&as_vis=1&oi=scholart>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- MOURA, F. A. *et al*. Biscoitos tipo “cookie” elaborados com diferentes frações de semente de abóbora (Curcubitamaxima). **Alimentos e Nutrição**, v.21, p.579-585, set. 2010. Disponível em: < <http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/1356/a11v21n4> Acesso em: 4 out. 2017.
- SILVA, J. S. **Barras de cereais elaboradas com farinha de sementes de abóbora**. Dissertação (Mestrado em Agroquímica) - Universidade Federal de Lavras, Lavras: 2012. Disponível em: < <88/1/DISSERTAÇÃO%20Barras%20de%20cereais%20elaboradas%20com%20farinha%20de%20sementes%20de%20abóbora.pdf> >. Acesso em: 20 set. 2017.
- PINTO, A. S. O. et al. Desenvolvimento de biscoitos tipo cookie utilizando farinha dos resíduos da abóbora (curcubita spp.) Em substituição parcial à farinha de trigo. **XXV Congresso de Ciência e Tecnologia de alimentação**: a árvore que sustenta a vida. Gramado, RS. 2016 P.1-7. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sbctars-eventos/xxvcbcta/anais/files/765.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

A UTILIZAÇÃO DA ANACARDIUM OCCIDENTALE L. (CAJU) NO TRATAMENTO DA DIABETES: UMA REVISÃO¹

Eliana da Silva

Francisca Alessandra Ferreira Leal

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão - UniFacema

RESUMO

A diabetes mellitus é um distúrbio crônico, que afeta o metabolismo de carboidratos, gorduras e proteínas, ocasionando hiperglicemia, em virtude de redução da sensibilidade ou da produção insuficiente de insulina. Espécies vegetais são frequentemente utilizadas pela população como tratamento complementar da diabetes, dentre elas a espécie mais citada está a Anacardium Occidentale L. Este trabalho objetivou realizar um estudo de revisão sistêmica da literatura científica, sobre a Anacardium Occidentale L., utilizada como hipoglicemiante. Foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica, a busca foi conduzida nas seguintes bases de dados eletrônicas: PubMed, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Science Direct, Google Acadêmico, Medical Literature Analysis and Retrieval System (MEDLINE), Portal de Periódicos da CAPES. Foram encontrados 38 artigos publicados entre os anos de 1999 a 2016, após aplicados os critérios de inclusão e exclusão resultaram 16 artigos que estavam relacionados com a temática deste trabalho. A Anacardium occidentale L. é uma planta abundante na caatinga do Brasil e bastante utilizada pela população com diversos fins. Em seu uso foi observado a ação anti-inflamatória bastante divulgada pela literatura além da presença de potencial efeito hipoglicemiante pouco estudado. Após realização dessa revisão observa-se o efeito hipoglicemiante tanto das folhas quanto do suco de Anacardium occidentale L. sendo bastante usado pela população.

PALAVRAS-CHAVE: Anacardium Occidentale, caju, diabetes.

INTRODUÇÃO

O diabetes, caracterizado por elevadas concentrações de glicose no sangue é atualmente, uma das doenças mais importantes que afetam a humanidade. A organização mundial da saúde (OMS) tem estimulado nas últimas décadas, a investigação de plantas

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

medicinais para o tratamento desta enfermidade visto que, de acordo com a Sociedade Brasileira de Diabéticos (SBD) em 2002, existiam cerca de 173 milhões de diabéticos no mundo e a projeção é atingir 300 milhões de diabéticos em 2030 (Sociedade Brasileira de Diabéticos, 2008).

O diabetes mellitus constitui atualmente um dos principais problemas de saúde, que se refere tanto ao número de pessoas afetadas, gerando incapacidade e mortalidade quanto ao elevado investimento do governo para o controle e o tratamento de suas complicações, sendo já a quarta causa de morte no Brasil (IALLO, 2012). O diabetes mellitus é uma enfermidade assinalada por possuir hiperglicemia, ou seja, aumento da taxa de glicose no sangue, e também pelo excesso de açúcar na urina. Os dois tipos de diabetes mais comuns são DM1 e DM2 onde DM2 é caracterizado por ser insulinoresistente, no entanto os dois mostram falhas na regulação da taxa de açúcar no sangue por atuação da insulina (ALMEIDA, 2009).

A sociedade Brasileira de Diabetes ressalta que o gerenciamento adequado da taxa de glicemia, reduz drasticamente o risco de desenvolver uma das complicações, porém, altas taxas de glicose no sangue podem desenvolver diversas complicações, as quais incluem: doença renal, formigamento, dor, fraqueza e perda de sensibilidade nos pés, glaucoma, catarata, retinopatia, problemas cardíacos (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2015).

Anacardium Occidentale L. pertencente a família Anacardiaceae, é conhecida popularmente como Cajueiro, é uma arbórea nativa originária do Brasil, é utilizada na medicina tradicional, principalmente no Nordeste brasileiro como efeitos fitoterápicos, tais como: alivia dor de dente, anti-inflamatório para gengiva e garganta, bronquite, artrites, icterícia, e no tratamento do diabetes (MOTA,2004, MORAIS,2008, ABPA et al, 2007).

O presente artigo tem como objetivo através da revisão bibliográfica, avaliar o efeito hipoglicemiante da *Anacardium Occidentale* L. no tratamento do diabetes.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória bibliográfica. Os dados foram coletados após um levantamento das produções científicas e demais materiais

produzidos no território nacional e internacional. Foram pesquisados os artigos constantes nos seguintes bancos de dados: PubMed, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Science Direct, Google Acadêmico, Medical Literature Analysis and Retrieval System (MEDLINE), Portal de Periódicos da CAPES. Usando como critérios de inclusão: trabalhos que se encontram disponíveis na íntegra para leitura; publicação no formato de artigo científico e publicações relacionadas aos objetivos propostos pelo tema estudado. Foram excluídos do estudo as produções previamente identificadas a partir dos descritores estabelecidos, os que não estavam relacionados a temática, e artigos cujos textos completos não se encontrassem acessíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diversos usos medicinais têm sido atribuídos a *Anacardium Occidentale* L., entre as quais encontram-se a ação anti-inflamatória, adstringente, antidiarreica, antiasmática, podendo agir no combate à diabetes. As cascas e as folhas do caju são adstringentes, tônicas e antidiabéticas, as complicações químicas da casca e das folhas do caju ainda são mal conhecidas. Existem nestas partes uma goma-resina denominada de Acajunica e taninos, havendo na casca a presença de cordol e ácido anacádico (COSTA et al, 1958).

FAGBOHUM e ODITUMA (2010) concluíram que o extrato obtido das folhas de *Anacardium Occidentale* L. apresenta habilidade similar para baixar a glicose de diabéticos moderados quando comparado com o medicamento alopático tolbutamida utilizado comumente para estimar a produção de insulina pelas células β -pancreáticas.

As classes de metabolitos secundários que se mostraram presentes corroboram com a literatura, mostrando a identificação de açúcares redutores, ácidos orgânicos e fenóis, onde mostram a importância dos mesmos, e na economia e comercialização do caju (EMBRAPA-CNPAT, 1995).

DOMINGUES et al (2012) conduziram pesquisas em humanos administrando suco de *Anacardium Occidentale* L. à pacientes diagnosticados com diabetes tipo 2, foi observado uma queda significativa na glicemia após 120 minutos da ingestão de carboidratos com o suco

enquanto comparado com a ingestão de carboidratos com água, além disso, foi observado um aumento da resposta insulínica quando houve o consumo do suco.

ARDUINO e SOARES (1951) mostraram, em um estudo clínico os efeitos hipoglicemiantes da casca de *Anacardium Occidentale* L. em uma revisão bibliográfica realizada por GEOVANE, HOWES e EDUARDES (2016), apresentou que a família Asteraceae consta com uma das mais utilizadas para o manejo do diabetes, sendo a espécie *Anacardium Occidentale* L. utilizada em forma de cascas e folhas para tratar diabetes.

Em um experimento conduzido por DKPASKI, BAYIM e OBIARBOG (2014) incrementou os resultados obtidos por FAGBONUM e ODUFANEVO (2010), uma vez que foi observado que o uso do extrato da folha de *Anacardium Occidentale* L. na concentração de 250 mg/kg e quando administrado em conjunto com *grobulus* se fez mais eficiente na administração das taxas de triglicerídeos do que a administração de dose mais baixa (100 mg/kg) ou não administração. Outros também podem ser avaliados levando a conclusão de que as administrações de *Anacardium Occidentale* L.; tem efeitos positivos nas melhorias de complicações do diabetes e nos níveis de glicose no sangue quando comparado com o medicamento glibidamido.

CONCLUSÕES

A *Anacardium occidentale* L. é uma planta abundante na caatinga do Brasil e bastante utilizada pela população com diversos fins. Seu uso principal se faz por meio das cascas e das folhas, além do consumo da chamada “castanha-de-caju”, sendo observada a ação anti-inflamatória bastante divulgada pela literatura além da presença de potencial efeito hipoglicemiante pouco estudado. Após realização dessa revisão observa-se o efeito hipoglicemiante tanto das folhas quanto das cascas de *Anacardium occidentale* L. Além disso, a utilização dessa planta se faz comum pela população, sendo registrado uso para pessoas com diabetes no Maranhão. Apesar dos experimentos realizados se fazem-se necessários mais estudos com o intuito de estabelecer dose hipoglicemiante definitiva, além de mensurar o efeito hipoglicemiante de maneira mais efetiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.N. **Avaliação da atividade hipoglicemiante e isolamento de alguns triterpenóides** de *Bumelia sartorum* Mart. 2009. 183p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- ARDUINO, F.H. et al. SOARES, M. 2. **Ação hipoglicemiante do cajueiro em indivíduos normais**, *Brasil médico*, 65: 305-8, 1999.
- CENTRAL AMÉRICA; **A review journal of ethnopharmacology**. *Eva*, v. 184, p 58-71, jun, 2016.
- COSTA, C.S. **Comprovação in vitro inicial development of brundina graminifalite in threee diferente culture** mídia- comunncation inplant sciences, v. 2, p. 125-127. 2012.
- DOMÍNGUEZ, M. J. R. et al. **Efectos del consumo de una bebida de cajuil (anacardium occidentale) sobre la respuesta glucémica e insulínica en pacientes con diabetes mellitus tipo 2. Perspectivas en nutrición humana**, Medellín, colombia, v. 14, n. 1, p. 11-21, jan./jun. 2012
- DKPASKI, BAYIM e OBIARBOG, et al. **Plantas medicinais de uso comum no nordeste do Brasil**. 2 ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2014. 33 p.
- EMBRAPA, **Centro Nacional de Pesquisa de solo. Sistema Brasileiro de classificação de solo**. Brasília, 1995. 412 p, 11 (EMBRAPA/CNPJ-RJ. Documento, 5).
- FAGBOHUN, T R; ODUFUNWA, K T. Hypoglycemic effect of methanolic extract of *anacardium occidentale* leaves in alloxan-induced diabetic rats . **Niger journal physiological society**, Nigeria, v. 25, n. 1, p. 87-90, nov. 2010
- GIOVANNINI, Peter; HOWES, Melanie-jayne R.; EDWARDS, Sarah E.. Medicinal plants used in the traditional management of diabetes and its sequelae in central america: a review. **Journal of ethnopharmacology** , *Eua*, v. 184, p. 58-71, jun. 2016.
- IALLO, A. et al. Management o fdiabetes in guine an traditional medicine: anethnobotanical investigation in the coast allowlands. *Journal of ethnopharmacology*, *Eua*, v. 144, p. 353-361, set. 2012
- MOTA, MORAIS; J. A. M. REZENDE; A. BERGAMIM FILHO; L. E. A. Camargo
Manual de Fitopatologia 4. Ed., São Paulo: Agronômica Ceres, 2007.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Conheça o diabetes**. Disponível em: . Acesso em: 15 de agos. 2018
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Complicações do diabetes** . Acesso em: 18 de agos. 2018

INCIDÊNCIA DE COMPULSÃO ALIMENTAR PERIÓDICA E SÍNDROME DO COMER NOTURNO E FATORES ASSOCIADOS EM ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE¹

Jéssica Layane de Carvalho Oliveira²

Luiza Marly Freitas de Carvalho³

Laissa de Sousa Silva⁴

Salma Coimbra Gomes⁵

Klelma Teixeira da Cunha⁶

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

O presente estudo visa analisar a incidência do transtorno da compulsão alimentar periódica e a síndrome do comer noturno e os fatores associados em estudantes do ensino superior da área da saúde. Trata-se de um estudo descritiva, exploratório e explicativo e com abordagem quantitativa. Constituída por 90 estudantes dos cursos da área da saúde dos sexos feminino e masculino, de uma Instituição de Ensino Superior, foi aplicado os questionários da Escala de Compulsão Alimentar Periódica, Hábitos do comer Noturno e avaliado o estado nutricional por meio dos dados antropométrico e as dobras cutâneas. 78,88% era sexo feminino, e 21%, do sexo masculino, verificou que ambos os sexos estava no nível adequado do IMC com 68,6% e 70,0%, respectivamente em relação a Massa Gorda observou que 51,4%, das mulheres e 65% dos homens estava com nível alto, 85% dos homens e 91,4% das mulheres está normal na escala de compulsão alimentar, aos hábitos de comer noturno, 80% das mulheres e 90% dos homens não tem esse habito. Diante disto o estudo revelou que ambos os sexos apresentaram IMC dentro dos padrões de normalidade porém a maioria apresentaram níveis elevados de massa de gordura. Apenas uma pequena parcela dos participantes estão em risco ou sofrem de compulsão alimentar periódica e síndrome do comer noturno.

PALAVRAS-CHAVE: Transtornos Alimentares, estado nutricional, imagem corporal.

¹Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica do 8 semestre do Curso de Nutrição do Centro Universitário Santo Agostinho -UNIFSA. email: jess_lay100@hotmail.com.

³ Mestre em Alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí–UFPI; Professora do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: lumarnaid@gmail.com.

⁴ Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA; Pós Graduando em Nutrição Clínica, estética, esportiva e prescrição de fitoterápicos no instituto da pós graduação e graduação - IPOG. E-mail: laissa_sousa1993@hotmail.com

⁵ Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA; Pós Graduando em nutrição clínica funcional e estética pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI. E-mail: nutrisalmacoimbra@gmail.com.

⁶ Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina-PI. E-mail: klelmateixeira@outlook.com.

INTRODUÇÃO

A alimentação constitui-se em uma das atividades mais importantes para o homem. Sua ligação aos aspectos da saúde dos indivíduos vem sendo estudada há anos pela ciência, a qual cada dia encontra maiores evidências e inter-relações para questões (SANTOS et al.; 2012). O hábito alimentar é determinado pela acessibilidade e pela disponibilidade dos alimentos, pelo nível socioeconômico, entre outros fatores. Dificilmente variáveis associadas apenas ao indivíduo explicam as escolhas alimentares (SALVATTI et al.; 2011).

O comportamento alimentar do ser humano é um dos fatores condicionantes mais próximos do seu estado nutricional. Corresponde não apenas aos chamados “Hábitos alimentares”, como também a todas as práticas relativas à alimentação desse indivíduo, como seleção, aquisição, conservação, preparação e consumo efetivo de alimentos. A conduta alimentar, normalmente, tem suas bases fixadas na infância e adolescência, transmitidas pela família, sustentadas pela tradição, crenças, valores e tabus, que passam através de gerações (SANTOS et al.; 2012).

O estudo objetivou investigar a incidência do transtorno da compulsão alimentar periódica e a síndrome do comer noturno e os fatores associados em estudantes do ensino superior da área da saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de campo de cunho descritivo, exploratório e explicativo e com abordagem quantitativa. A amostra desta pesquisa constituiu-se por 90 estudantes dos cursos da área da saúde que cursam do primeiro ao último semestre, dos sexos feminino e masculino, de uma Instituição de Ensino Superior (IES), onde foi aplicado questionários onde foram respondidos individualmente pelos estudantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, após breve explicação sobre a investigação, no qual foram expostos os objetivos da pesquisa que ocorreu em horários previamente escolhidos e respeitando a disponibilidade dos alunos que aceitaram participar

da pesquisa. Os questionários utilizados foram a Escala de Compulsão Alimentar Periódica (Freitas, et al, 2001), e *Night Eating Questionnaire* (Hábitos do comer Noturno) (Harb Caumo e Hidalgo, 2008). O questionário *Night Eating Questionnaire* (Hábitos do comer Noturno) é composto por 14 questões e cada questão apresenta cinco possibilidades de resposta (0-4). O escore total varia de 0 a 56. Resultado menor que 25 não há indicativo da síndrome; de 25 a 30, há risco de desenvolver a SCN e escore maior que 30 sugere a síndrome.

Para avaliar se o estado nutricional influencia na ocorrência de TCAP e SCN, foi utilizado o IMC, que é obtido pela divisão do peso mensurado utilizando uma balança calibrada, na qual o indivíduo é posicionado em pé, descalço, pela altura mensurada utilizando um estadiômetro estável em uma superfície lisa onde o indivíduo é posicionado em pé de costas de forma ereta, com os calcanhares próximos e olhando para a frente.

Também foi utilizada a aferição das dobras cutâneas para assim determinar as reservas gordurosas utilizando um adipômetro, as dobras aferidas foram: do tríceps que é realizada na face posterior do braço direito, paralelamente ao eixo longitudinal, no ponto que compreende a distância média entre o acrômio e o processo do olécrano da ulna, do bíceps realizada no ponto médio na face anterior do braço, entre o processo acromial da clavícula e o processo do olecrano da ulna, da subescapular realizada obliquamente com relação ao eixo longitudinal do corpo, seguindo a orientação dos arcos costais, e localizada abaixo do ângulo inferior da escápula e da suprailíaca realizada obliquamente com relação ao eixo longitudinal, na metade da distância entre o último arco costal e a crista ilíaca. A classificação da quantidade de gordura ideal em percentual é de 15% para homens e 23% para mulheres, sendo assim considerados com baixa quantidade de gordura aqueles que apresentarem valores menores apresentarem quantidades de gordura acima dos valores normais. Estudo foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Santo Agostinho, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) com o número do parecer 2.609.082.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva através de médias de desvio padrão e frequência simples e relativas com auxílio de planilhas do Excel expressos em gráficos e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliados 90 estudantes de cursos da área da saúde de uma Instituição de ensino superior (IES) dos quais 71 eram do sexo feminino, representado 78,88% do universo amostral, e 19 do sexo masculino, representado 21% do universo amostral, e com idades variando entre 20 e 22 anos.

Tabela 1 Característica do IMC, segundo sexo dos participantes, Teresina, PI, 2018.

Variável	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
IMC				
Magreza G. III	1	1,4	0	0,0
Magreza G. I	8	11,4	2	10,0
Eutrofia	48	68,6	14	70,0
Excesso de peso	12	17,1	2	10,0
Obesidade G. I	1	1,4	2	10,0
Total	70	100,0	20	100,0

Fontes: Dados da pesquisa, 2018.

Conforme esperado, a caracterização de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC) demonstrou que a maioria dos participantes apresentam IMC dentro dos padrões de normalidade, representado por 68,6 % do universo amostral no sexo feminino e 70% do universo amostral para o sexo masculino, em contra partida a maioria dos participantes do sexo masculino apresentou magreza grau I, sobrepeso e obesidade grau 1 ambos com 10% da amostra enquanto que apenas 1,4% dos participantes do sexo feminino apresentaram obesidade grau I. Verifica-se ainda a predominância de sobrepeso 17,1% no sexo feminino contrastados com o perfil de magreza grau 1 e 3, representando 16,9% e 12,66%, respectivamente, dos participantes comparado com o sexo masculino ambos representando 10,52% dos participantes da pesquisa.

De acordo com Guerra e colaboradores (2016), que analisaram os dados de 888 alunos de uma Instituição de Ensino Superior verificaram que a prevalência de sobrepeso e obesidade

foi de 29 % e 14 % respectivamente. A distribuição destes indicadores por faixa etária mostrou um aumento das prevalências de sobrepeso e obesidade com o aumento da faixa etária, ao passo que, a distribuição por gênero mostrou que as prevalências de sobrepeso e obesidade foram maiores nos homens em comparação com as mulheres, 38 % e 17 % e 27 % e 13 %, respectivamente.

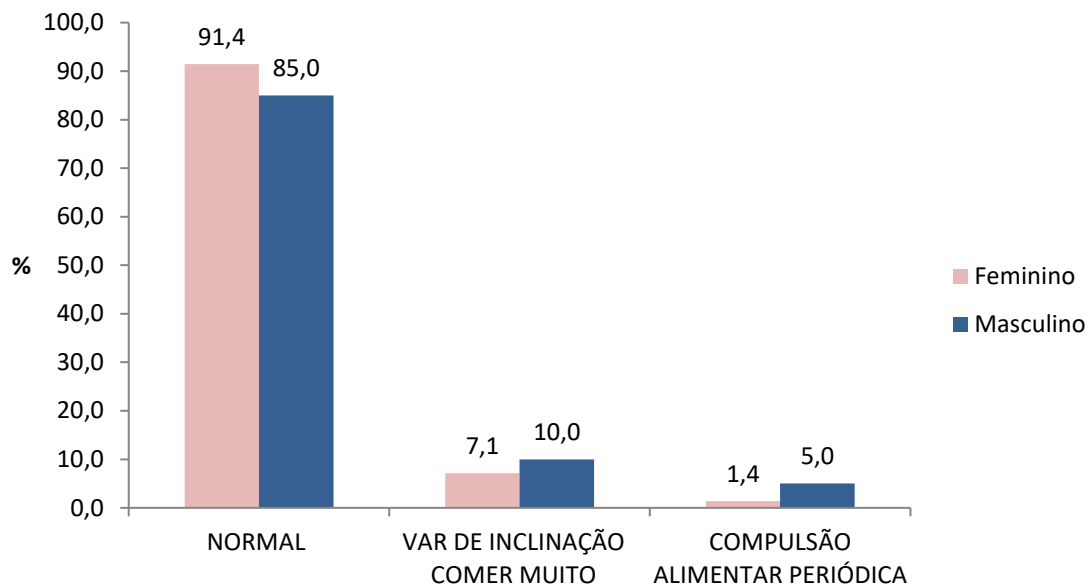
Tabela 2 Distribuição dos estudantes de cursos da área da saúde de uma Instituição de ensino superior (IES) de acordo com o percentual de massa de gordura corporal, Teresina (PI), 2018.

Variável	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
MG %				
Bom	0	0,0	1	5,0
Dentro da média	17	24,3	3	15,0
Regular	17	24,3	3	15,0
Alto	36	51,4	13	65,0
Total	70	100,0	20	100,0

Fontes: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 2 apresenta característica da Massa Gorda dos participantes. Observa-se que mais da metade das mulheres está com nível alto de MG (51,4%), a mesma tendência ocorre para os homens (65%). A classificação de acordo com o percentual de massa de gordura demonstrou que a maioria dos participantes da pesquisa apresentaram quantidade de gordura corporal alta, principalmente dos participantes do sexo masculino representado por 65%, 51,4% correspondeu aos participantes do sexo feminino, sendo acompanhado por 5% do sexo masculino com um perfil de gordura corporal bom, em contra partida o sexo masculino apresentou um menor número com quantidade de gordura dentro da média e regular representando ambos 15% deste universo amostral, em comparação com o sexo feminino apresentando ambos 24,3% da amostra.

Figura 1 Distribuição dos estudantes de cursos da área da saúde de uma Instituição de ensino superior (IES) de acordo com o diagnóstico da Escala de Compulsão Alimentar Periódica. Teresina (PI), 2018.



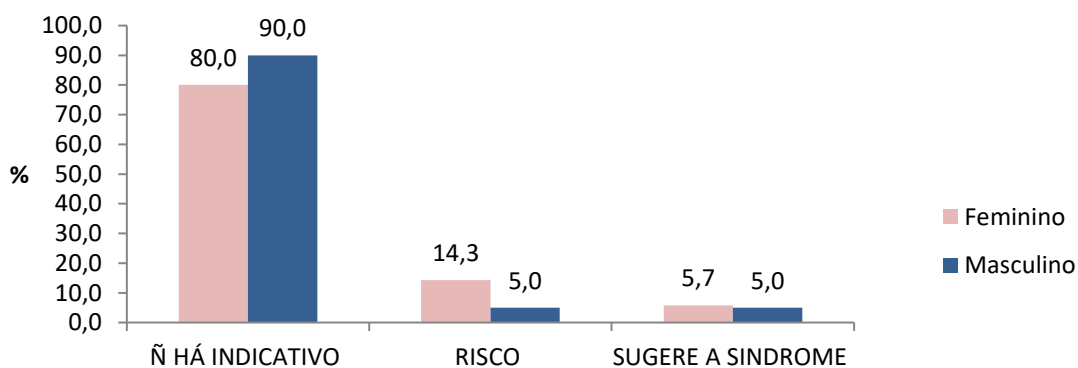
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em relação a Figura 1, a grande maioria dos homens e mulheres está na escala normal de compulsão alimentar, 85% e 91,4% respectivamente.

O estudo de Silva; Sousa (2016) realizado com 100 indivíduos realizado por meio de uma entrevista para triagem da compulsão alimentar periódica (CAP) e submetidos a uma avaliação antropométrica (peso, altura) entre os entrevistados, 3% foram diagnosticados com CAP grave, 20% com CAP moderada e 77% não tinham Compulsão Alimentar Periódica resultado inferior ao encontrado nesse estudo no qual 91,4% no sexo feminino e 85% masculino.

Figura 2 - Distribuição dos estudantes de cursos da área da saúde de uma Instituição de ensino superior (IES) de acordo com o diagnóstico do questionário de hábitos de comer noturno.

Teresina (PI), 2018.



Fontes: Dados da pesquisa, 2018.

Souza et al., (2017) em um estudo semelhante avaliaram 81 estudantes de ambos os sexos, com predominância do sexo feminino. Não houve associação significativa entre a síndrome do comer noturno ou a compulsão alimentar. Como características prevalentes da SCN o fato de ocorrer mais no sexo feminino; na amostra, o sexo feminino teve 6% de risco de SCN e o sexo masculino teve 0% de presença/risco resultado diferente desse estudo em que 14,3% do sexo masculino apresentou risco.

CONCLUSÕES

O presente estudo revelou que a maioria dos participantes tanto do sexo feminino, como do sexo masculino apresentaram IMC dentro dos padrões de normalidade, a maioria destes participantes também apresentaram níveis elevados de massa de gordura. Verificou-se ainda que a maioria dos estudantes não estão sendo influenciados pelo convívio social e muitas vezes conturbado que a vida acadêmica decorre na vida dos jovens apenas uma

pequena parcela dos participantes estão em risco ou sofrem de compulsão alimentar periódica e síndrome do comer noturno.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, M. A.; RESENDE, F. M. A Compulsão Alimentar No Ambiente Acadêmico. **Revista de Educação, Dourados, MS, n.3, v2, jan.\jun. 2014.** Disponível em: [file:///C:/Users/pc/Downloads/3225-11800-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pc/Downloads/3225-11800-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

GUERRA, C. G. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em discentes de uma instituição de ensino superior da região metropolitana paulista. **Saúde em Foco, n. 8, 2016.** Disponível em:

<http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2016/001_sobrepeso_obesidade.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MARQUES, S. I. P. **Perturbação de ingestão compulsiva, alimentação emocional e síndrome do comer noturno:** um estudo comparativo entre sujeitos com peso normal, excesso de peso e obesidade. 2013.121p. Dissertação (Mestrado em Psicologia clínica) -

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/5578>>. Acesso em: 22 set. 2017.

SOARES, L. M. et al. Presença de transtornos alimentares em universitárias dos cursos de nutrição, educação física e psicologia. **Omnia Saúde, v.6, n.1, p. 1-13, 2009.** Disponível em: <http://www.fai.com.br/portal/ojs/index.php/omnia_saude/article/view/35/pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

COMPOSTOS BIOATIVOS NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA ATEROSCLEROSE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Myllena Amanda Carvalho de Almeida²
Daniele Alves de Sousa³
Camila Paes dos Santos⁴
Miriã Gonçalves Feitosa⁵
Cleriza Teixeira de Moura⁶
Cláudia Nunes da Silva⁷
Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO:

As doenças cardiovasculares (DCV) são consideradas um problema de saúde pública, embora que nos últimos trinta anos observaram-se declínio razoável da mortalidade nos países desenvolvidos. Contudo, o objetivo do artigo foi investigar, na literatura, evidências científicas dos compostos bioativos na prevenção e tratamento da aterosclerose. Como método de pesquisa realizou-se buscas bibliográficas nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe (LILACS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde e Biomédica (PubMed/ MEDLINE), Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO) e outras fontes impressas (livros) de relevância no tema. Os compostos bioativos modulam enzimas de detoxificação, reduzindo desse modo a agregação plaquetária e alterando o metabolismo das frações do colesterol, bem como, na redução da pressão sanguínea. A ingestão de alimentos contendo esses compostos bioativos aliados a um estilo de vida saudável atuará tanto na prevenção como no tratamento da aterosclerose, visto que, estes minimizam as causas etiológicas da aterosclerose.

Palavras-chave: Aterosclerose, Doenças Cardiovasculares, Compostos Bioativos.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. myllena333@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. dani.04sousa@hotmail.com

⁴ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. camila-paes18@hotmail.com

⁵ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. miriafeitosa08@hotmail.com

⁶ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. clerizamoura@gmail.com

⁷ Orientadora do trabalho. Nutricionista. Especialista em Administração Hospitalar. Supervisora de Estágio do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. nunespp@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Durante os últimos trinta anos presenciamos declínio razoável da mortalidade por causas cardiovasculares em países desenvolvidos, enquanto elevações relativamente rápidas e substanciais têm ocorrido em países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, esta tendência de elevação na doença cardiovascular tende a persistir, agravando ainda mais o quadro de morbidade e mortalidade elevadas nestes países (DE MATOS et al., 2016).

A patogênese mais encontrada nas DCV é a aterosclerose. É uma doença inflamatória crônica de origem multifatorial que ocorre em resposta à agressão endotelial, acometendo principalmente a camada íntima de artérias de médio e grande calibre. A formação da placa aterosclerótica inicia-se com a agressão ao endotélio vascular devido a diversos fatores de risco como elevação de lipoproteínas aterogênicas (LDL, IDL, VLDL, remanescentes de quilomícrons), hipertensão arterial ou tabagismo relacionados o estilo de vida e os hábitos alimentares inadequados (FALUDI et al., 2017).

Quanto à alimentação cabe mencionar que a adoção de escolhas alimentares saudáveis representa um importante fator protetor, sobretudo no caso de frutas e hortaliças que contêm compostos bioativos (CBAs). Destaca-se que estes compostos podem ter ação antioxidante, especialmente por causa do potencial de óxido-redução de determinadas moléculas, inibe a peroxidação de lipídios e, assim, prevenir o aparecimento de aterosclerose, infarto do miocárdio, dentre outras doenças (DAIMIÉL; VASGAS, 2012). Assim, considerando o potencial dos compostos bioativos na promoção da saúde, o presente artigo teve o objetivo investigar, na literatura, evidências científicas dos compostos bioativos na prevenção e tratamento da aterosclerose.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, de natureza integrativa, descritiva, método de pesquisa amplo, pois permite incluir literatura teórica bem como estudos com

diferentes abordagens metodológicas (quantitativa e qualitativa) e análise crítica, através de busca em publicações científicas sobre o tema abordado.

A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe (LILACS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde e Biomédica (PubMed/MEDLINE), Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO) e outras fontes impressas (livros) de relevância no tema, utilizando-se os seguintes descritores: aterosclerose, doenças cardiovasculares, compostos bioativos.

A amostra foi formada por 17 artigos científicos que se enquadraram dentro dos critérios de elegibilidade, atendendo aos objetivos demonstrados pela pesquisa: artigos originais, com datas de publicação entre 2012 e 2018, em periódicos nacionais e internacionais, disponibilizados na íntegra (texto completo), em língua portuguesa ou inglesa, e que respondam a temática do estudo.

Para escolha dos artigos foi realizado uma leitura minuciosa de cada artigo e livro selecionado para observar a adequação ao tema, sua relevância, originalidade e profundidade. Os dados foram agrupados, avaliados, comparados e categorizados a fim de possibilitar sua análise. A análise das evidências ocorreu a partir da análise do conteúdo dos dados coletados e discutidos à luz da teoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processos Oxidativos e Inflamatórios Envolvidos na Aterosclerose

A aterosclerose é caracterizada pelo estreitamento ou oclusão da artéria por um ateroma, o qual é constituído por diversos elementos, como lipídios, elementos fibrosos, plaquetas, monócitos e cálcio (SÉFORA-SOUSA; DE ANGELIS-PEREIRA, 2013). Em geral, as lesões iniciais, denominadas estrias gordurosas, formam-se ainda na infância e caracterizam-se por acúmulo de colesterol em macrófagos.

Segundo Faludi et al. (2017), a formação da placa aterosclerótica inicia-se com a agressão ao endotélio vascular por diversos fatores de risco, como consequência, a disfunção endotelial aumenta a permeabilidade da íntima às lipoproteínas plasmáticas, favorecendo a retenção destas no espaço subendotelial. Retidas, as partículas de LDL sofrem oxidação,

causando a exposição de diversos neoepítomos, tornando-as imunogênicas. O depósito de lipoproteínas na parede arterial, processo-chave no início da aterogênese, ocorre de maneira proporcional à concentração destas lipoproteínas no plasma.

Os Compostos Polifenóis na Prevenção da Aterosclerose

Os compostos fenólicos são fitoquímicos que apresentam atividade antioxidante, impedindo a formação de radicais livres ou retardando o processo da oxidação em seres vivos e plantas, por meio da neutralização da estrutura química e/ou sua ação redutora. Os carotenoides, o ácido ascórbico e os tocoferóis são compostos fenólicos encontrados, em grande parte, nas hortaliças. A partir disso, a ingestão de compostos fenólicos traz benefícios ao organismo humano, com relação inversamente proporcional entre o consumo desse grupo de metabolitos com ação antioxidante e a prevalência de doenças crônicas degenerativas, como as DCV (ACHKAR et al., 2013; LOCATELI, KOEHNLEIN, 2015).

Os compostos fenólicos possuem atividades antioxidantes, modulam enzimas de detoxificação, reduzindo desse modo a agregação plaquetária e alterando o metabolismo das frações do colesterol, bem como, na redução da pressão sanguínea (HITZ et al., 2018).

Ainda, os alimentos fontes em fenólicos reparam os danos do estresse-oxidativo nos tecidos, o que reduz significativamente inflamação e também o peso corpóreo, com isso, índice de massa corporal, a pressão arterial e a circunferência abdominal, considerados fatores de risco para enfermidades cardiovasculares (PORTELA et al., 2014).

Mecanismos moleculares de ação de polifenóis de uvas e vinho tinto contra os processos oxidativos

Segundo Portela et al. (2013), já foi demonstrado que os polifenóis (catequina, epicatequina, quercetina e resveratrol) presentes no vinho tinto podem atuar diretamente contra as espécies reativas de oxigênio (ERO) e nitrogênio (ERN) em macrófagos de murinos. Em aortas de ratos, a suplementação com resveratrol (50 mg /L na água de beber durante 21 dias) provocou inibição da NADPH-oxidase e diminuição na produção de superóxido.

Associada à atividade *scavenger*, polifenóis podem quelar metais, como ferro e cobre, e assim inibir a formação de radicais livres por meio da reação de Haber–Weiss/Fenton.

Portela et al. (2013) verificaram que o consumo do vinho tinto (360ml) durante 28 dias por indivíduos saudáveis (n=40) resultou em diminuição nos níveis sanguíneos de fibrinogênio (-10%), IL-1 α (-21%), VCAM-1(-17%), ICAM-1 (-9%) e PCR (-21%), bem como suprimiu a expressão do antígeno 1 associado à função leucocitária (LFA-1) (“27%), da integrina Mac-1 dos leucócitos (“27%), do antígeno de ativação muito tardio (VLA-4) (“32%) e MCP-1 (“46%).

Efeito hipotensor dos Flavonoides

O estudo de Asgary et al. (2018) teve como objetivo examinar os efeitos da ingestão de 2 semanas de suco de romã (*Punica granatum L.*) fresca sobre a pressão arterial, dilatação mediada por fluxo, perfil lipídico sérico e concentrações de biomarcadores de função inflamatória e endotelial. Vinte e um pacientes hipertensos, com idade entre 30 a 67 anos foram recrutados e receberam 150 ml / dia em uma única ocasião entre o almoço e jantar.

O consumo foi associado a reduções significativas na PAS ($p = 0,002$) e PAD ($p = 0,038$). Os níveis séricos de molécula de adesão endotelial vascular (VCAM-1, $p = 0,008$) foram significativamente reduzidos, enquanto os da E-selectina foram elevados ($p = 0,039$). “O consumo por 2 semanas tem efeitos hipotensores efetivos e pode melhorar a função endotelial pela diminuição das concentrações séricas de VCAM-1. Esses achados sugerem a *Punica granatum L.* como um suplemento cardioprotetor benéfico para indivíduos hipertensos” (ASGARY et al., 2018).

A redução da pressão arterial através de uma dieta com efeitos hipotensores (rica em frutas, verduras e teor reduzido de sal), aliada a prática de exercícios físicos e obtenção de peso adequado, são condutas fundamentais para a manutenção e normalização da pressão arterial. Os principais agentes hipotensores são os polifenóis (chá, vinho, uva) e a arginina (oleaginosas), que tem a capacidade de elevar a produção de óxido nítrico (vasodilatador) e inibir a endotelina-1, fator que promove a contração endotelial e aumenta a pressão (BRAGA; BARLETA, 2017, p.10).

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto percebe-se a relevância de se ter uma alimentação equilibrada a base de frutas, verduras, legumes e fibras, dentre outras. A ingestão desses alimentos fornecerá os compostos bioativos que irão amenizar as possíveis causas as quais leva o indivíduo ter patologias crônico-degenerativas como aterosclerose. Vale ressaltar que, cada grupo de alimentos possuem suas finalidades naturais e específicas, para que o organismo possa estar prevenido contra patologias ou agir de forma mais eficaz contra as mesmas. É importante destacar que além da alimentação adequada é de suma importância à execução de atividade física regularmente, assim contribuindo para diminuição de agentes etiológicos das doenças cardiovasculares.

REFERÊNCIAS

- ACHKAR, M. T.; NOVAES, G. M.; SILVA, M. J. D.; VILEGAS, W. Propriedade antioxidante de compostos fenólicos: importância na dieta e conservação de alimentos. *Revista da Universidade do Vale do Rio Verde. Três Corações*, v. 11, n. 2, p. 398-406, 2013.
- ASGARY, Sedigheh et al. Clinical evaluation of blood pressure lowering, endothelial function improving, hypolipidemic and anti-inflammatory effects of pomegranate juice in hypertensive subjects. *Phytotherapy Research*, v. 28, n. 2, p. 193-199, 2014.
- BRAGA, Adriana D’Auria Aparecida; BARLETA, Valéria Calmeto Noronha. Alimento funcional: uma nova abordagem terapêutica das dislipidemias como prevenção da doença aterosclerótica. *Cadernos unifoa*, v. 2, n. 3, p. 100-120, 2017.
- ČÍŽ, M. et al. The Influence of Wine Polyphenols on Reactive Oxygen and Nitrogen Species Production by Murine Macrophages RAW 264.7. *Physiol. Res.*, v.57, p.393-402, 2008.
- DAIMIEL, L.; VASGAS, T.; MOLINA, A. R. Nutritional genomics for the characterization of the effect of bioactive molecules in lipid metabolism and related pathways. *Electrophoresis*, v. 33, p. 2266–89, 2012.
- DE MATOS, Livia Serrato et al. Gênese da aterosclerose em crianças e adolescentes: artigo de revisão. *CONNECTIONLINE*, n. 14, 2016.

DUARTE, Ana Amélia Machado et al. A single dose of dark chocolate increases parasympathetic modulation and heart rate variability in healthy subjects. **Revista de Nutrição**, v. 29, n. 6, p. 765-773, 2016.

FALUDI, André Arpad et al. Atualização da diretriz brasileira de dislipidemias e prevenção da aterosclerose–2017. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 109, n. 2, p. 1-76, 2017.

HITZ, Débora et al. AÇÃO DOS COMPOSTOS FENÓLICOS NA ATEROSCLEROSE: UMA REVISÃO. **Visão Acadêmica**, v. 19, n. 1, 2018.

LOCATELI, G.; KOEHLEIB, E. A. Ingestão Dietética de Fenólicos e Subclasses por Adultos Brasileiros e a Importância do Consumo de Frutas e Hortaliças. *Anais do SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS*, v.5, n.1, 2015.

LUZ, P.L.; COIMBRA, S.R. Wine, alcohol and atherosclerosis: clinical evidences and mechanisms. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v.37, p.1275-1295, 2004.

PORTELA, A. S.; MONTENEGRO NETO, A. N.; SILVA, P. D. C. et al. Estatinas x ácido lipóico na prevenção e tratamento das doenças cardiovasculares. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, v.35, n.1, p. 09-15, 2014. Disponível na *Rev. Bras. Pl. Med.*, Campinas, v.15, n.4, p.617-626, 2013.

R O D R I G O, R.; M I R A N D A, A.; V E R G A R A, L. Modulation of endogenous antioxidant system by wine polyphenols in human disease. **Clínica Chimica Acta**, v. 412, p. 410–424, 2011.

SÉFORA-SOUSA, M.; DE ANGELIS-PEREIRA, M. C. Mecanismos moleculares de ação anti-inflamatória e antioxidante de polifenóis de uvas e vinho tinto na aterosclerose. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 15, n. 4, p. 617-626, 2013.

SOYLEMEZ, S. et al. The effect of long-term resveratrol treatment on relaxation to estrogen in aortae from male and female rats: role of nitric oxide and superoxide. **Vasc. Pharmacol.**, v.49, p.97–105, 2008.

SOYLEMEZ, S.; SEPICI, A.; AKAR F. Resveratrol Supplementation Gender Independently Improves Endothelial Reactivity and Suppresses Superoxide Production in Healthy Rats. *Cardiovasc. Drugs Ther.* v.23, p.449–458, 2009.

VIDAL, A. M.; DIAS, D. O.; MARTINS, E. S. M. M. et al. A ingestão de alimentos funcionais e sua contribuição para a diminuição da incidência de doenças. **Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 1, n.1, p. 43-52, 2012.

COMPOSTOS BIOATIVOS NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA ATEROSCLEROSE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Myllena Amanda Carvalho de Almeida²

Daniele Alves de Sousa³

Camila Paes dos Santos⁴

Miriã Gonçalves Feitosa⁵

Cleriza Teixeira de Moura⁶

Cláudia Nunes da Silva⁷

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

As doenças cardiovasculares (DCV) são consideradas um problema de saúde pública, embora que nos últimos trinta anos observaram-se declínio razoável da mortalidade nos países desenvolvidos. Contudo, o objetivo do artigo foi investigar, na literatura, evidências científicas dos compostos bioativos na prevenção e tratamento da aterosclerose. Como método de pesquisa realizou-se buscas bibliográficas nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe (LILACS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde e Biomédica (PubMed/ MEDLINE), Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO) e outras fontes impressas (livros) de relevância no tema. Os compostos bioativos modulam enzimas de detoxificação, reduzindo desse modo a agregação plaquetária e alterando o metabolismo das frações do colesterol, bem como, na redução da pressão sanguínea. A ingestão de alimentos contendo esses compostos bioativos aliados a um estilo de vida saudável atuará tanto na prevenção como no tratamento da aterosclerose, visto que, estes minimizam as causas etiológicas da aterosclerose.

Palavras-chave: Aterosclerose, Doenças Cardiovasculares, Compostos Bioativos.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. myllena333@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. dani.04sousa@hotmail.com

⁴ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. camila-paes18@hotmail.com

⁵ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. miriafeitosa08@hotmail.com

⁶ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. clerizamoura@gmail.com

⁷ Orientadora do trabalho. Nutricionista. Especialista em Administração Hospitalar. Supervisora de Estágio do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. nunespp@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Durante os últimos trinta anos presenciamos declínio razoável da mortalidade por causas cardiovasculares em países desenvolvidos, enquanto elevações relativamente rápidas e substanciais têm ocorrido em países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, esta tendência de elevação na doença cardiovascular tende a persistir, agravando ainda mais o quadro de morbidade e mortalidade elevadas nestes países (DE MATOS et al., 2016).

A patogênese mais encontrada nas DCV é a aterosclerose. É uma doença inflamatória crônica de origem multifatorial que ocorre em resposta à agressão endotelial, acometendo principalmente a camada íntima de artérias de médio e grande calibre. A formação da placa aterosclerótica inicia-se com a agressão ao endotélio vascular devido a diversos fatores de risco como elevação de lipoproteínas aterogênicas (LDL, IDL, VLDL, remanescentes de quilomícrons), hipertensão arterial ou tabagismo relacionados o estilo de vida e os hábitos alimentares inadequados (FALUDI et al., 2017).

Quanto à alimentação cabe mencionar que a adoção de escolhas alimentares saudáveis representa um importante fator protetor, sobretudo no caso de frutas e hortaliças que contêm compostos bioativos (CBAs). Destaca-se que estes compostos podem ter ação antioxidante, especialmente por causa do potencial de óxido-redução de determinadas moléculas, inibe a peroxidação de lipídios e, assim, prevenir o aparecimento de aterosclerose, infarto do miocárdio, dentre outras doenças (DAIMIEL; VASGAS, 2012).

Assim, considerando o potencial dos compostos bioativos na promoção da saúde, o presente artigo teve o objetivo investigar, na literatura, evidências científicas dos compostos bioativos na prevenção e tratamento da aterosclerose.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, de natureza integrativa, descritiva, método de pesquisa amplo, pois permite incluir literatura teórica bem como estudos com diferentes abordagens metodológicas (quantitativa e qualitativa) e análise crítica, através de busca em publicações científicas sobre o tema abordado.

A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe (LILACS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde e Biomédica (PubMed/MEDLINE), Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO) e outras fontes impressas (livros) de relevância no tema, utilizando-se os seguintes descritores: aterosclerose, doenças cardiovasculares, compostos bioativos.

A amostra foi formada por 17 artigos científicos que se enquadraram dentro dos critérios de elegibilidade, atendendo aos objetivos demonstrados pela pesquisa: artigos originais, com datas de publicação entre 2012 e 2018, em periódicos nacionais e internacionais, disponibilizados na íntegra (texto completo), em língua portuguesa ou inglesa, e que respondam a temática do estudo.

Para escolha dos artigos foi realizado uma leitura minuciosa de cada artigo e livro selecionado para observar a adequação ao tema, sua relevância, originalidade e profundidade. Os dados foram agrupados, avaliados, comparados e categorizados a fim de possibilitar sua análise. A análise das evidências ocorreu a partir da análise do conteúdo dos dados coletados e discutidos à luz da teoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processos Oxidativos e Inflamatórios Envolvidos na Aterosclerose

A aterosclerose é caracterizada pelo estreitamento ou oclusão da artéria por um ateroma, o qual é constituído por diversos elementos, como lipídios, elementos fibrosos, plaquetas, monócitos e cálcio (SÉFORA-SOUSA; DE ANGELIS-PEREIRA, 2013). Em geral, as lesões iniciais, denominadas estrias gordurosas, formam-se ainda na infância e caracterizam-se por acúmulo de colesterol em macrófagos.

Segundo Faludi et al. (2017), a formação da placa aterosclerótica inicia-se com a agressão ao endotélio vascular por diversos fatores de risco, como consequência, a disfunção endotelial aumenta a permeabilidade da íntima às lipoproteínas plasmáticas, favorecendo a retenção destas no espaço subendotelial. Retidas, as partículas de LDL sofrem oxidação, causando a exposição de diversos neoepítomos, tornando-as imunogênicas. O depósito de

lipoproteínas na parede arterial, processo-chave no início da aterogênese, ocorre de maneira proporcional à concentração destas lipoproteínas no plasma.

Os Compostos Polifenóis na Prevenção da Aterosclerose

Os compostos fenólicos são fitoquímicos que apresentam atividade antioxidante, impedindo a formação de radicais livres ou retardando o processo da oxidação em seres vivos e plantas, por meio da neutralização da estrutura química e/ou sua ação redutora. Os carotenoides, o ácido ascórbico e os tocoferóis são compostos fenólicos encontrados, em grande parte, nas hortaliças. A partir disso, a ingestão de compostos fenólicos traz benefícios ao organismo humano, com relação inversamente proporcional entre o consumo desse grupo de metabolitos com ação antioxidante e a prevalência de doenças crônicas degenerativas, como as DCV (ACHKAR et al., 2013; LOCATELI, KOEHNLEIN, 2015).

Os compostos fenólicos possuem atividades antioxidantes, modulam enzimas de detoxificação, reduzindo desse modo a agregação plaquetária e alterando o metabolismo das frações do colesterol, bem como, na redução da pressão sanguínea (HITZ et al., 2018).

Ainda, os alimentos fontes em fenólicos reparam os danos do estresse-oxidativo nos tecidos, o que reduz significativamente inflamação e também o peso corpóreo, com isso, índice de massa corporal, a pressão arterial e a circunferência abdominal, considerados fatores de risco para enfermidades cardiovasculares (PORTELA et al., 2014).

Mecanismos moleculares de ação de polifenóis de uvas e vinho tinto contra os processos oxidativos

Segundo Portela et al. (2013), já foi demonstrado que os polifenóis (catequina, epicatequina, quercetina e resveratrol) presentes no vinho tinto podem atuar diretamente contra as espécies reativas de oxigênio (ERO) e nitrogênio (ERN) em macrófagos de murinos. Em aortas de ratos, a suplementação com resveratrol (50 mg /L na água de beber durante 21 dias) provocou inibição da NADPH-oxidase e diminuição na produção de superóxido. Associada à atividade *scavenger*, polifenóis podem quelar metais, como ferro e cobre, e assim inibir a formação de radicais livres por meio da reação de Haber–Weiss/Fenton.

Portela et al. (2013) verificaram que o consumo do vinho tinto (360ml) durante 28 dias por indivíduos saudáveis (n=40) resultou em diminuição nos níveis sanguíneos de fibrinogênio (-10%), IL-1á (-21%), VCAM-1(-17%), ICAM-1 (-9%) e PCR (-21%), bem como suprimiu a expressão do antígeno 1 associado à função leucocitária (LFA-1) (“27%), da integrina Mac-1 dos leucócitos (“27%), do antígeno de ativação muito tardio (VLA-4) (“32%) e MCP-1 (“46%).

Efeito hipotensor dos Flavonoides

O estudo de Asgary et al. (2018) teve como objetivo examinar os efeitos da ingestão de 2 semanas de suco de romã (*Punica granatum L.*) fresca sobre a pressão arterial, dilatação mediada por fluxo, perfil lipídico sérico e concentrações de biomarcadores de função inflamatória e endotelial. Vinte e um pacientes hipertensos, com idade entre 30 a 67 anos foram recrutados e receberam 150 ml / dia em uma única ocasião entre o almoço e jantar.

O consumo foi associado a reduções significativas na PAS ($p = 0,002$) e PAD ($p = 0,038$). Os níveis séricos de molécula de adesão endotelial vascular (VCAM-1, $p = 0,008$) foram significativamente reduzidos, enquanto os da E-selectina foram elevados ($p = 0,039$). “O consumo por 2 semanas tem efeitos hipotensores efetivos e pode melhorar a função endotelial pela diminuição das concentrações séricas de VCAM-1. Esses achados sugerem a *Punica granatum L.* como um suplemento cardioprotetor benéfico para indivíduos hipertensos” (ASGARY et al., 2018).

A redução da pressão arterial através de uma dieta com efeitos hipotensores (rica em frutas, verduras e teor reduzido de sal), aliada a prática de exercícios físicos e obtenção de peso adequado, são condutas fundamentais para a manutenção e normalização da pressão arterial. Os principais agentes hipotensores são os polifenóis (chá, vinho, uva) e a arginina (oleaginosas), que tem a capacidade de elevar a produção de óxido nítrico (vasodilatador) e inibir a endotelina-1, fator que promove a contração endotelial e aumenta a pressão (BRAGA; BARLETA, 2017, p.10).

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto percebe-se a relevância de se ter uma alimentação equilibrada a base de frutas, verduras, legumes e fibras, dentre outras. A ingestão desses alimentos

fornece os compostos bioativos que irão amenizar as possíveis causas as quais leva o indivíduo ter patologias crônico-degenerativas como aterosclerose. Vale ressaltar que, cada grupo de alimentos possuem suas finalidades naturais e específicas, para que o organismo possa estar prevenido contra patologias ou agir de forma mais eficaz contra as mesmas. É importante destacar que além da alimentação adequada é de suma importância à execução de atividade física regularmente, assim contribuindo para diminuição de agentes etiológicos das doenças cardiovasculares.

REFERÊNCIAS

- ACHKAR, M. T.; NOVAES, G. M.; SILVA, M. J. D.; VILEGAS, W. Propriedade antioxidante de compostos fenólicos: importância na dieta e conservação de alimentos. *Revista da Universidade do Vale do Rio Verde. Três Corações*, v. 11, n. 2, p. 398-406, 2013.
- ASGARY, Sedigheh et al. Clinical evaluation of blood pressure lowering, endothelial function improving, hypolipidemic and anti-inflammatory effects of pomegranate juice in hypertensive subjects. ***Phytotherapy Research***, v. 28, n. 2, p. 193-199, 2014.
- BRAGA, Adriana D’Auria Aparecida; BARLETA, Valéria Calmeto Noronha. Alimento funcional: uma nova abordagem terapêutica das dislipidemias como prevenção da doença aterosclerótica. ***Cadernos unifoa***, v. 2, n. 3, p. 100-120, 2017.
- ČÍŽ, M. et al. The Influence of Wine Polyphenols on Reactive Oxygen and Nitrogen Species Production by Murine Macrophages RAW 264.7. ***Physiol. Res.***, v.57, p.393-402, 2008.
- DAIMIEL, L.; VASGAS, T.; MOLINA, A. R. Nutritional genomics for the characterization of the effect of bioactive molecules in lipid metabolism and related pathways. *Electrophoresis*, v. 33, p. 2266–89, 2012.
- DE MATOS, Livia Serrato et al. Gênese da aterosclerose em crianças e adolescentes: artigo de revisão. *CONNECTIONLINE*, n. 14, 2016.
- DUARTE, Ana Amélia Machado et al. A single dose of dark chocolate increases parasympathetic modulation and heart rate variability in healthy subjects. ***Revista de Nutrição***, v. 29, n. 6, p. 765-773, 2016.
- FALUDI, André Arpad et al. Atualização da diretriz brasileira de dislipidemias e prevenção da aterosclerose–2017. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 109, n. 2, p. 1-76, 2017.

HITZ, Débora et al. AÇÃO DOS COMPOSTOS FENÓLICOS NA ATEROSCLEROSE: UMA REVISÃO. **Visão Acadêmica**, v. 19, n. 1, 2018.

LOCATELI, G.; KOEHLEIB, E. A. Ingestão Dietética de Fenólicos e Subclasses por Adultos Brasileiros e a Importância do Consumo de Frutas e Hortaliças. Anais do SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, v.5, n.1, 2015.

LUZ, P.L.; COIMBRA, S.R. Wine, alcohol and atherosclerosis: clinical evidences and mechanisms. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v.37, p.1275-1295, 2004.

PORTELA, A. S.; MONTENEGRO NETO, A. N.; SILVA, P. D. C. et al. Estatinas x ácido lipóico na prevenção e tratamento das doenças cardiovasculares. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada, v.35, n.1, p. 09-15, 2014. Disponível na Rev. Bras. Pl. Med., Campinas, v.15, n.4, p.617-626, 2013.

R O D R I G O, R.; M I R A N D A, A.; V E R G A R A, L. Modulation of endogenous antioxidant system by wine polyphenols in human disease. **Clínica Chimica Acta**, v. 412, p. 410–424, 2011.

SÉFORA-SOUSA, M.; DE ANGELIS-PEREIRA, M. C. Mecanismos moleculares de ação anti-inflamatória e antioxidante de polifenóis de uvas e vinho tinto na aterosclerose. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 15, n. 4, p. 617-626, 2013.

SOYLEMEZ, S. et al. The effect of long-term resveratrol treatment on relaxation to estrogen in aortae from male and female rats: role of nitric oxide and superoxide. **Vasc. Pharmacol.**, v.49, p.97–105, 2008.

SOYLEMEZ, S.; SEPICI, A.; AKAR F. Resveratrol Supplementation Gender Independently Improves Endothelial Reactivity and Suppresses Superoxide Production in Healthy Rats. **Cardiovasc. Drugs Ther.**v.23, p.449–458, 2009.

VIDAL, A. M.; DIAS, D. O.; MARTINS, E. S. M. M. et al. A ingestão de alimentos funcionais e sua contribuição para a diminuição da incidência de doenças. **Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 1, n.1, p. 43-52, 2012.

FATORES ASSOCIADOS À SÍNDROME METABÓLICA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO¹.

Natanael Francisco da Silva²

Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim³

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

A síndrome metabólica (SM) é uma combinação de fatores de risco para doenças cardiovasculares e diabetes. É um transtorno de grande complexidade, dentre estes fatores estão inclusos glicemia alterada, pressão arterial elevada, níveis elevados de triglicerídeos, baixo HDL-colesterol (colesterol ligado à lipoproteína de alta densidade – high density lipoprotein) e obesidade abdominal. Diante disso, o objetivo da pesquisa, foi realizar um levantamento bibliográfico e descrever os fatores associados à síndrome metabólica. Trata-se de uma revisão de literatura. Para o desenvolvimento do estudo foi realizada pesquisa bibliográfica acerca do tema em sites de busca científica. A amostra foi composta por bases de dados da biblioteca Virtual PubMed, Scielo (Scientific Electronic Library Online), Com resumos disponíveis nos bancos de dados informatizados selecionados e texto disponível na internet. Foram utilizados os seguintes descritores para busca bibliográfica: “Síndrome metabólica” “Obesidade infantil” “Adolescência”. Portanto, embora seja baixa a prevalência de crianças e adolescentes com síndrome metabólica, faz-se necessária uma maior atenção, pois nessa faixa etária as condições de desenvolvimento dessa patologia são maiores.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome metabólica, Obesidade infantil, Adolescência.

¹ Trabalho submetido na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmico: Natanael Francisco da Silva, Bacharelado em Nutrição, UNIFSA, natanaelfrc@gmail.com.

³ Orientadora: Nutricionista Mestre Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim, Docente, UNIFSA, liejylandim@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A síndrome metabólica (SM) é uma combinação de fatores de risco para doenças cardiovasculares e diabetes. É um transtorno de grande complexidade, dentre estes fatores estão inclusos glicemia alterada, pressão arterial elevada, níveis elevados de triglicerídeos, baixo HDL-colesterol (colesterol ligado à lipoproteína de alta densidade – high density lipoprotein) e obesidade abdominal. A prevalência da Síndrome metabólica vem aumentando gradativamente no Brasil e atualmente é considerado um problema clínico e de saúde pública.

O avançado crescimento de ocorrências e diagnóstico tem sido bastante prevalente em algumas populações. Estes fatores têm sido atribuído às mudanças demográficas, o fácil acesso a alimentos gordurosos, com atenção para a urbanização crescente e o envelhecimento das populações, as alterações no estilo de vida, hábitos alimentares inadequados e, sobretudo o sedentarismo.

As ocorrências em crianças e adolescentes de síndrome metabólica estão diretamente associadas ao aumento de risco para doenças cardiovasculares, problemas psicossociais, metabolismo anormal, desregulação hormonal, entre distúrbios hepáticos e gastrointestinais. Sobretudo, ainda podemos ressaltar a apneia do sono, visto que há uma ligação direta com o aumento da diminuição do sono lento profundo e do sono REM (rapid eye movements), onde acontece a liberação do hormônio do crescimento e descanso mental. Além disso, a síndrome quando adquirida na infância e juventude tende a persistir na idade adulta, assim como seus riscos à saúde. Diante desses fatos, o objetivo da pesquisa, foi realizar um levantamento bibliográfico e descrever os fatores associados à síndrome metabólica.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo constitui uma revisão bibliográfica a respeito dos fatores associados à síndrome metabólica na infância e adolescência. Para o desenvolvimento do estudo foi

realizada pesquisas bibliográficas acerca do tema. A busca de dados foi efetivada por meio de consulta a periódicos de autores de referência na área e posterior leitura criteriosa dos títulos e dos resumos.

Como critérios de inclusão das referências bibliográficas, foram utilizados artigos e teses que respondia à questões do estudo, incluindo os que abordavam assuntos relacionados a síndrome metabólica e os principais agravantes da patologia como: Morbidade e mortalidade associadas à obesidade, Resistência à insulina como fator desencadeante do diabetes melito tipo 2 e das alterações metabólicas associadas, hábitos alimentares, publicados no idioma português, inglês e espanhol, nas bases de dados da biblioteca Virtual PubMed, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*). Com resumos disponíveis nos bancos de dados informatizados selecionados e texto disponível na íntegra na internet. Foram utilizados os seguintes descritores para busca bibliográfica: “Síndrome metabólica” “Obesidade infantil” “Adolescência”. No entanto, foram utilizadas adaptações para cada base de dados por diferenças nos mecanismos de busca e nos termos presentes em cada base no momento da busca.

A procura nas bases de dados apresentou 50 publicações na base de dados SCIELO, 6 publicações no PUBMED. Após leitura dos títulos e resumos, 25 textos foram selecionados para serem lidos na íntegra. Para análise dos trabalhos, foi elaborado um instrumento de categorização de análise que contempla as seguintes informações: dados de identificação do periódico (título, autores, titulação dos autores, nome do artigo, ano de publicação, volume e número), tipo do estudo, local do estudo, objetivo do estudo. No final da leitura crítica dos artigos na íntegra, 4 trabalhos permanecem como fonte de dados deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO**Quadro 1** – Estudos demonstrando, fatores associados à síndrome metabólica.

ESTUDO	OBJETIVO	FATORES DE RISCO
MORAES ACF et al. 2009.	- Foi revisar e analisar a literatura acerca da prevalência da síndrome metabólica e seus componentes em adolescentes entre 10 e 19 anos de idade.	-Hipertensão arterial, -Deposição central de gordura, -Dislipidemia (LDLcolesterol e triglicérides elevados -HDL-colesterol reduzido) -Resistência à insulina.
RODRIGUES JAL et al. 2017.	- Comparar índices de VFC em indivíduos classificados com e sem SM de acordo com a IDF.	-Alimentação inadequada -Perfil lipídico desfavorável, -Elevação na pressão arterial (PA) -Altos níveis de glicose -Resistencia a insulina.
NOBRE, R. S. et al. 2018.	-Foi predizer a síndrome metabólica em Adolescentes a partir de indicadores antropométricos por análise de sensibilidade e especificidade dos pontos de corte.	-Obesidade abdominal; Hipertigliceridemia -Baixo colesterol de alta densidade (HDL-c); -Pressão arterial elevada; -Glicemia de jejum alterada;
STABELINI NETO et al. 2014.	-Teve como objetivo determinar a prevalência de SM e sua relação com a prática de atividade física e fatores associados em adolescentes.	-Obesidade abdominal -Hipertigliceridemia -Baixa concentração HDL-C -Hipertensão arterial -Hiperglicemia

Fonte: Pesquisa direta

Os estudos apresentados sobre Síndrome Metabólica (SM) buscam descrever os fatores associados, predispostos ao desenvolvimento da síndrome. Para alguns autores, os estudos classificam fatores de risco em três ou mais alterações. Porém, os critérios aceitos no

Brasil como método de avaliação são estabelecidos da OMS e NCEP-ATP III, formulados atualmente para classificação de adultos. Ainda não há uma definição concreta que dispõe sobre a síndrome metabólica na infância e adolescência. Em um estudo de Cook et al. Adaptaram os critérios do NCEP-ATP III e propuseram definições de síndrome metabólica em população infantil a presença ou aparecimento de três ou mais destes seguintes itens: obesidade abdominal \geq percentil 80, glicemia de jejum \geq 110 mg/dl, triglicerídeos \geq 100 mg/dl, HDL-Colesterol $<$ 40mg/dl, pressão arterial \geq percentil 90 ajustados para idade, sexo e percentil de altura. Entretanto, ainda não há uma padronização amplamente aceita a respeito da medida de circunferência abdominal em adolescentes. Estimativas contemporâneas demonstram que, nos EUA, a SM afeta 22% de sua população adulta (COOK et al., 2003) e no Brasil aproximadamente 21,6% (SBC, 2005).

Em relação à população pediátrica, dados publicados previamente reportam taxas de prevalência de SM em adolescentes variando entre 1,3% a 14,1%, dependendo da população estudada e do critério adotado para diagnóstico da síndrome (COOK et al., 2003; DUBOSE et al., 2006).

Embora a síndrome metabólica seja um complexo de patologias interligadas, são escassos os estudos científicos que retratam a prevalência da SM no público infantil e adolescente brasileiro. Em estudos mais recentes, o perfil lipídico quando analisado é considerado o fator de risco mais prevalente para o desenvolvimento da síndrome, este também associado ao elevado consumo de alimentos gordurosos, *fast-foods*, consumido pela população mundial.

Considerando os fatores associados à SM, grande parte das evidências científicas coletadas nos últimos anos no que diz respeito à associação com a prática de atividade física tem demonstrado uma associação inversa em adolescentes independente da idade, sexo e adiposidade (NGUYEN et al., 2010; KELISHADI et al., 2008; OKOSUN et al., 2010; BRAGE et al., 2004). Adolescentes obesos tem maior probabilidade de desenvolver à síndrome. Portanto, é possível estimar que a ocorrência entre brasileiros esteja aumentando, já que existe uma relação direta com o excesso de peso.

CONCLUSÃO

Portanto, embora seja baixa a prevalência de crianças e adolescentes com síndrome metabólica, faz-se necessária uma maior atenção, pois nessa faixa etária as condições de desenvolvimento dessa patologia são maiores. Nesse sentido, intervenções de prevenção à síndrome metabólica SM podem ser consideradas como medidas profiláticas. Tendo em vista que as doenças crônicas não transmissíveis são as principais causas de morte atualmente, combater de forma agressiva com orientações a respeito dos maléficos a saúde junto às orientações nutricionais, aliado a uma alimentação saudável, prática de exercício físico, seria as medidas mais abrangentes contra as estatísticas de sobrepeso e obesidade, fatores agravantes da síndrome metabólica.

REFERÊNCIAS

NOBRE, R. S. et al. Indicadores Antropométricos como Preditores da Síndrome Metabólica em Adolescentes. **Texto Contexto Enferm**, Rio Grande do Sul. 2018; 27(1)

STABELINI NETO et al. Atividade física e fatores associados á prevalência de síndrome metabólica em adolescentes. **Rev. Educ. Fís/UEM**, v. 25, n. 4, p. 619-628, 4. trim. 2014.

MORAES ACF et al. Prevalência de síndrome metabólica em adolescentes: uma revisão sistemática. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(6): 1195-1202, jun, 2009.

RODRIGUES JAL et al. Caracterização da variabilidade da frequência Cardíaca em indivíduos com síndrome metabólica. **Rev Bras Med Esporte** – Vol. 23, No 3 – Mai/Jun, 2017.

GT 29

GRUPO TEMÁTICO

**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM SAÚDE
COLETIVA**

GT 29. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim¹ (UNIFSA/NASSAU)

Daniela Fortes Neves Ibiapina² (UNIFSA)

Este GT visa aproximar pesquisadores dessa ampla linha de pesquisa, possibilitando partilha e parcerias quanto aos conhecimentos atuais na área e possibilitar momentos de discussão e ampliação de conhecimentos científicos aos discentes, como também estimular a busca pela pesquisa.

Apresentação do(s) objetivo(s) do GT;

- Contribuir com a socialização do conhecimento entre pesquisadores e discentes iniciantes na pesquisa científica.
- Possibilitar momentos de discussão e refinamento das metodologias de pesquisa na área.
- Sensibilizar os discentes quanto à importância de ser pesquisador e contribuir para melhoria da sociedade.
- Promover divulgação da pesquisa científica na área e discussão sobre temas, como: agenda regulatória em alimentação e nutrição; aleitamento materno e alimentação complementar; alimentação e acessibilidade; alimentação, nutrição e saúde mental; alimentação, saúde e cultura; alimentação e nutrição de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade;

¹ Doutoranda em Alimentos e Nutrição (UFPI), Mestre em Alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialista em Nutrição Clínica nas Doenças Crônicas Degenerativas pela União das Escolas Superiores Campomaiorenses UNESC/ Faculdade São Gabriel e graduada em NUTRIÇÃO pela UFPI (2002). Áreas de atuação e interesse em pesquisa: Nutrição no esporte, nutrição clínica, nutrição nas fases da vida, quilombolas, segurança alimentar, desenvolvimentos de produtos, transtornos do comportamento alimentar. Trabalhou na UNINASSAU -FAP, Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão - FACEMA, Universidade Federal do Piauí (UFPI) no Campus de Picos- PI, da UESP/PicosI e do CEPROSP/ Picos, foi membro do Comitê de Ética em pesquisa da FACEMA e membro do Núcleo Estruturante do Curso de Bacharelado de Nutrição - FACEMA e da UNINASSAU- FAP,

²

alimentação e nutrição em sua interface com as Ciências Humanas e Sociais; alimentação e nutrição nos ciclos de vida; alimentação e relações de gênero; alimentação e transdisciplinaridade; alimentação e contemporaneidade; alimentação, nutrição e sustentabilidade; ambiente alimentar; arte, alimentação e cultura; aspectos psicossociais da alimentação; avaliação de intervenções nutricionais; cuidado em alimentação e nutrição na Rede de Atenção à Saúde; direito humano à alimentação adequada e saudável; educação alimentar e nutricional; epidemiologia nutricional; globalização, alimentação e nutrição; medicalização/ farmacologização/ famaceuticalização da alimentação; promoção da alimentação adequada e saudável; relação público-privado em alimentação e nutrição; soberania e segurança alimentar e nutricional; sistemas alimentares; vigilância alimentar e nutricional;

- Possibilitar discussão considerando os princípios da segurança alimentar respeitando as diversidades culturais regionais, sociais e ambientais no exercício da profissão;

- Identificar estratégias de segurança alimentar disponíveis e implantar ações de vigilância alimentar e nutricional na comunidade.

d) Indicação de metodologia, aportes teóricos e/ou escolhas epistemológicas específicas ao referido grupo temático.

- Painel eletrônico em sala, com discussão do tema apresentado.

AVALIAÇÃO DO FATOR DE CORREÇÃO DE HORTIFRÚTIS EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE TERESINA – PI¹

Natiele Bezerra Silva²Valéria Magna das Chagas Moura³Keila Cristiane Batista Bezerra⁴

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA



RESUMO

Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é um conjunto de áreas com o objetivo de operacionalizar o provimento nutricional de coletividades. A gestão da UAN deve preocupar-se com a gestão e controle das perdas em seu processo produtivo, pois, pode ocorrer desperdício, principalmente no pré-preparo. Este desperdício pode estar diretamente associado ao mau gerenciamento de recursos, sendo uma metodologia de intervenção no controle de custos e a utilização racional das ferramentas disponíveis, estratégias importantes para reduzir perdas. O Fator de Correção (FC) é um indicador para dimensionar a compra, o custo e o rendimento de alimentos e de preparações. Ele prevê as perdas inevitáveis durante a etapa de pré-preparo, no qual os alimentos são limpos, descascados, desossados e/ou cortados e é decorrente da relação entre Peso Bruto (PB) do alimento, conforme adquirido, e Peso Líquido (PL). Por ter essa importância na produção de alimentos, o Fator de Correção deve ser continuamente estudado, verificado e atualizado em cada UAN. Desse modo, este trabalho teve como objetivo determinar e avaliar o FC e o percentual de desperdício de hortifrúteis utilizados em uma UAN hospitalar e compará-los com a literatura, pontuando os principais motivos que contribuem para este desperdício e indicando potenciais medidas para a redução destes níveis.

PALAVRAS-CHAVE: Uan; Desperdício; Fator de correção.

INTRODUÇÃO:

Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é um conjunto de áreas com o objetivo de operacionalizar o provimento nutricional de coletividades (ABREU, 2013). Segundo Goes et al. (2013), a gestão da UAN deve preocupar-se com a gestão e controle das perdas em seu processo produtivo, pois, pode ocorrer desperdício, tanto no pré-preparo, quanto nas demais etapas de transporte, comercialização, sistema de embalagens e armazenamento. Este desperdício pode estar diretamente

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. vmagna29@gmail.com

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. natielebezerra@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Nutrição na UNIFSA. keilinhanut@gmail.com

associado ao mau gerenciamento de recursos, sendo uma metodologia de intervenção no controle de custos e a utilização racional das ferramentas disponíveis, estratégias importantes para reduzir perdas (KRAUSE; BAHLS, 2013). Segundo Domene (2011), o Fator de Correção (FC) é um indicador para dimensionar a compra, o custo e o rendimento de alimentos e de preparações. A sua avaliação serve para medir a qualidade dos gêneros adquiridos, eficiência e treinamento da mão de obra, qualidade dos utensílios e equipamentos utilizados (ABREU, PINTO, SPINELLI, 2013). Ele prevê as perdas inevitáveis durante a etapa de pré-preparo, no qual os alimentos são limpos, descascados, desossados e/ou cortados e é decorrente da relação entre Peso Bruto (PB) do alimento, conforme adquirido, e Peso Líquido (PL) (ORNELAS, 2013). Por ter essa importância na produção de alimentos, o Fator de Correção deve ser continuamente estudado, verificado e atualizado em cada UAN. Desse modo, este trabalho teve como objetivo determinar e avaliar o FC e o percentual de desperdício de hortifrúteis utilizados em uma UAN hospitalar e compará-los com a literatura, pontuando os principais motivos que contribuem para este desperdício e indicando potenciais medidas para a redução destes níveis.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado no mês de Maio de 2018, em uma UAN hospitalar no município de Teresina – Piauí e trata-se de um estudo transversal com caráter descritivo e quantitativo. Na referida UAN a distribuição é do tipo centralizada e são ofertadas em média 400 refeições/dia. Os diversos alimentos são adquiridos através de empresas terceirizadas que realizam a entrega dos mesmos semanalmente. Os hortifrúteis utilizados para esta pesquisa foram: Abacaxi, abóbora, acelga, alface, batata inglesa, beterraba, cebola, cebolinha, cenoura, coentro, chuchu, maçã, pepino, pimentão, quiabo, repolho e tomate. As pesagens foram realizadas na própria UAN pelas pesquisadoras antes (para obtenção do peso bruto) e após o pré-preparo onde ocorre a retirada das partes que são geralmente descartadas como talos, cascas e folhas (para obtenção do peso líquido), durante 10 dias, por meio de uma balança digital da marca Prix Toledo – 9094, com capacidade máxima de 30kg.

Para a determinação do FC, utilizou-se a fórmula desenvolvida por Araújo et al. (2007): $FC = PB/PL$, onde FC: fator de correção, PB: peso bruto, PL: peso líquido. Os dados foram tabulados em uma planilha no Excel para cálculo do FC e percentual de desperdício de cada alimento pesquisado para posteriormente serem comparados com os valores recomendados na literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os hortifrúteis eram empregados no preparo de saladas, visto que a unidade fornecia uma variedade de saladas semanalmente. Após a avaliação do desperdício e dos FC obtidos, observou-se que o quiabo, abacaxi, cebolinha, acelga, coentro, batata inglesa e abóbora foram os hortifrúteis que apresentaram os maiores percentuais de desperdício e conseqüentemente os maiores FC. Dentre esses, o quiabo foi o que apresentou maiores perdas na UAN entre as amostras (Tabela 1). Entre os hortifrúteis citados, somente o coentro e a abóbora ficaram dentro da média dos fatores de correção encontrados na literatura.

Tabela 1. Peso Bruto (PB), Peso Líquido (PL), Desperdício (g), Percentual de desperdício (%), Fator de Correção (FC) coletado e médias de FC encontrados na literatura dos hortifrúteis utilizados na UAN.

Alimento	PB (kg/g)	PL (g)	Desperdício (g)	Desperdício (%)	FC (coletado)	FC* (média)
Abacaxi	2,308kg	1,032kg	1,276g	55,2%	2,2	1,31 - 2,13
Abóbora	1,327kg	787g	540g	40,6%	1,6	1,15 - 1,64
Acelga	932g	484g	448g	48%	1,9	1,05 - 1,66
Alface americana	390g	314g	76g	19,5%	1,2	1,09 - 1,60
Batata inglesa	2,225kg	1,263kg	962g	43,2%	1,7	1,06 - 1,24
Beterraba	1,138kg	1,108kg	30g	2,6%	1,0	1,19 - 1,40
Cebola	784g	586g	198g	25,2%	1,3	1,03 - 2,44
Cebolinha	250g	116g	134g	53,6%	2,1	1,10 - 1,46
Cenoura	1,418kg	1,268kg	150g	10,6%	1,1	1,04 - 1,39
Coentro	234g	132g	102g	43,6%	1,7	1,46 - 2,22
Chuchu	2,209kg	2,107kg	102g	4,6%	1,0	1,27 - 1,47
Maçã	550g	484g	66g	12,0%	1,1	1,03 - 1,35
Pepino	2,075kg	1,417kg	658g	31,7%	1,4	1,00 - 1,42
Pimentão	640g	526g	114g	17,8%	1,2	1,13 - 1,36
Quiabo	888g	220g	668g	75,2%	4,0	1,14 - 1,22
Repolho branco	3,068kg	2,608kg	460g	14,9%	1,1	1,08 - 1,72
Tomate	1,418kg	1,369kg	49g	3,4%	1,0	1,01 - 1,25

Fonte: Dados coletados e *média dos valores encontrados em Ricarte *et al.* (2008), Barros, Garcia e Almeida (2010), Ornellas *et al.* (2013), Goes, Valduga e Soares (2013) e Azevedo e Costa (2017).

Nos estudos realizados por Ricarte et al., (2008), Barros, Garcia e Almeida (2010) e Ornellas et al., (2013), o abacaxi também esteve entre os alimentos com maiores fatores de correção. O fator de correção da acelga obteve destaque no estudo feito por Goes, Valduga e Soares (2013), além dos de Ricarte et al., (2008) e Ornellas et al., (2013), onde a cebolinha e o coentro também apresentaram valores acima dos demais. Já os da batata inglesa e da abóbora estiveram entre os maiores FC nos estudos de Goes, Valduga e Soares (2013) e Ornellas et al., (2013), respectivamente. Porém, em relação ao quiabo, nenhum estudo realizado apresentou um fator de correção próximo ao obtido na referida UAN, onde o mesmo se encontra bem acima dos valores médios. Além disso, é possível notar que este alimento teve seu peso reduzido em mais de 75% após passar pelo pré-preparo. O mesmo ocorreu com boa parte dos demais hortifrúteis que tiveram seus pesos reduzidos pela metade ou mais após passar por esse processo. Com isso, o desperdício nesta unidade torna-se um fator preocupante, visto que leva principalmente a prejuízos econômicos e ambientais. Segundo Hirschbruch (1998), a padronização de processos por meio da criação de rotinas e procedimentos técnicos operacionais, treinamento da equipe e controle das atividades por meio de análises deve ser levada em consideração para que perdas não ocorram durante o processamento. Fatores de correção elevados podem caracterizar desperdício das hortaliças dentro da UAN, que podem ter ocorrido devido a falhas no recebimento e nos processos de pré-preparo.

O aproveitamento máximo do alimento acontece quando é possível incluir cascas, talos, folhas, pois assim diminui o desperdício e aumenta o valor nutricional do alimento, conseqüentemente, diminui o FC, aumenta o peso líquido e o rendimento final (MONTEIRO, 2012). Durante a manipulação dos hortifrúteis na referida UAN, observou-se excessiva retirada de cascas e aparas, principalmente devido às más condições em que se encontravam, já que as mesmas apresentavam danos físicos e mecânicos, que ocorriam em grande parte, no transporte e recebimento. Além disso, a utilização de utensílios inapropriados e a falta de treinamento dos manipulados contribuíam drasticamente para o desperdício.

O manipulador tem bastante influencia no pré-preparo e eventualmente partes de alimentos que poderiam ser consumidas, são retiradas, mas que dependendo da preparação não podem ser utilizadas. O nutricionista deve estar atento quanto ao objetivo final informando e treinando seus funcionários (SCHNEIDER et al., 2012). No estudo de Lemos et al., (2011), que avaliou o fator de correção de hortaliças folhosas, foi possível analisar que as perdas determinadas pelo fator de correção estavam mais relacionadas ao manipulador e ao estado de conservação das hortaliças do que ao período de safra.

O armazenamento inadequado dos hortifrúti também pode levar à perda de peso e qualidade. Na UAN, boa parte ficava armazenada fora do refrigerador, por mais de 5 dias, visto que o recebimento era semanal. De acordo com o estudo de Pilon¹⁵, a vida útil das hortaliças e frutas é aumentada quando estas são armazenadas em baixas temperaturas e consequentemente, há uma redução do desperdício. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (ABERC, 2015), a temperatura de armazenamento dos hortifrúti pode ser até 10° C ou 5° C por 72h para os vegetais que já foram manipulados. O armazenamento inadequado favorece a deterioração do hortifrúti, perda das propriedades nutricionais, perda da qualidade e do peso ou perda total do alimento, deve-se levar em consideração o tempo e temperatura estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores (SOUZA et al. 2013). Em relação à compra e aquisição dos alimentos, de acordo com Degiovanni et al., (2010), é fundamental uma UAN elaborar uma lista de especificações no pedido de compra, pois isso irá garantir que os fornecedores entreguem matéria-prima de acordo com que foi previsto, evitando a entrega de produtos de baixa qualidade, pois isso iria aumentar o FC no caso dos hortifrúti. A mesma exigência deve existir durante o recebimento, pois nessa etapa que será possível verificar se a lista de especificação está sendo seguida. A exigência da qualidade da matéria-prima no ato da compra/recebimento é fundamental, pois o estado de maturação e as condições de acondicionamento e transporte a que o produto é submetido podem interferir significativamente no rendimento final do alimento.

O nutricionista responsável pelo planejamento dos cardápios deve fazer uma previsão do processo de reaproveitamento de modo que as perdas não se tornem custos para a unidade. Além disso, a organização da UAN depende, em grande parte, de técnicas e procedimentos de avaliação e mensuração das perdas ocorridas. É preciso analisar todos os processos pelos quais os alimentos são submetidos e determinar quais medidas devem ser tomadas, através de técnicas que permitam diagnosticar e definir a relevância de processos e também as perdas diretas e indiretas. Tais técnicas como, treinamento de manipuladores determinação de FC, determinação de fatores de cocção, controle de recebimento e estoque, vão servir de subsídio ao planejamento eficiente e adequado de cardápios e de refeições.

CONCLUSÕES

Visto as grandes quantidades de alimentos que são perdidos na etapa de pré-preparo nas UAN's torna-se necessário um monitoramento diário desses hortifrúti para verificar o estado de conservação que estes estão chegando às unidades, e se os colaboradores responsáveis estão

armazenando e manipulando de forma adequada esses alimentos. Na UAN analisada foi possível perceber que existem muitas falhas durante o pré-preparo desses alimentos o que contribui com o elevando percentual de desperdício. Outro fator que contribui com as perdas desses alimentos é a falta de conscientização e capacitação dos colaboradores envolvidos no processo o que pode resultar em prejuízo para o estabelecimento. Os funcionários da UAN devem ser esclarecidos sobre a importância da realização contínua de campanhas contra o desperdício e receber capacitações periódicas, para que realizem padronização dos processos envolvidos no preparo dos alimentos.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. S., SPINELLI, M. G. N.; PINTO, A. M. S. **Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer**. São Paulo: Metha, 2013.

AZEVEDO, A.M.F; COSTA, A.N.MD. **Determinação e Avaliação do Índice de Parte Comestível de Vegetais em uma Unidade de Alimentação e Nutrição de Fortaleza – Ceará**. Rev. Simbiologia, V. 9, n. 12, Dez/2017.

BARROS, R. M.; GARCIA, P. P. C.; ALMEIDA, S. G. **Análise e elaboração do fator de correção dos fatores de correção e cocção dos alimentos**. Brasília, Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente, v. 13, n. 16, p. 103-113, 2010.

BELLOT, P.E.N.R. **Determinação e avaliação de fatores de correção de carnes, ovos e leguminosas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de nutrição. Natal – RN, 2016.

GOES, V. F.; VADULGA, L; SOARES, B. M. **Determinação e avaliação do fator de correção de hortaliças em uma unidade de alimentação e nutrição de Guarapuava – PR. Paraná**. Unopar Científica Ciências Biológicas e da Saúde, v. 15(ESP), 339-42, 2013.

MONTEIRO, H. T. Técnicas de preparo e pré-preparo de alimentos. “In”: JAPUR, C. C.; VIEIRA, M. N. C. M. **Nutrição e Metabolismo: Dietética aplicada na produção de refeições**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 28-47p, 2012.

ORNELAS, L. H; et al. **Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos**. 8. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

RICARTE M.P.R; et al. **Avaliação do desperdício de alimentos em uma Unidade de Alimentação e Nutrição Institucional em Fortaleza-CE**. Saber Cient. (1): 158-75, 2008.

AVALIAÇÃO DO FATOR DE CORREÇÃO DE HORTIFRÚTIS EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE TERESINA – PI¹.

Natiele Bezerra Silva²

Valéria Magna das Chagas Moura³

Keila Cristiane Batista Bezerra⁴

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é um conjunto de áreas com o objetivo de operacionalizar o provimento nutricional de coletividades. A gestão da UAN deve preocupar-se com a gestão e controle das perdas em seu processo produtivo, pois, pode ocorrer desperdício, principalmente no pré-preparo. Este desperdício pode estar diretamente associado ao mau gerenciamento de recursos, sendo uma metodologia de intervenção no controle de custos e a utilização racional das ferramentas disponíveis, estratégias importantes para reduzir perdas. O Fator de Correção (FC) é um indicador para dimensionar a compra, o custo e o rendimento de alimentos e de preparações. Ele prevê as perdas inevitáveis durante a etapa de pré-preparo, no qual os alimentos são limpos, descascados, desossados e/ou cortados e é decorrente da relação entre Peso Bruto (PB) do alimento, conforme adquirido, e Peso Líquido (PL). Por ter essa importância na produção de alimentos, o Fator de Correção deve ser continuamente estudado, verificado e atualizado em cada UAN. Desse modo, este trabalho teve como objetivo determinar e avaliar o FC e o percentual de desperdício de hortifrúteis utilizados em uma UAN hospitalar e compará-los com a literatura, pontuando os principais motivos que contribuem para este desperdício e indicando potenciais medidas para a redução destes níveis.

PALAVRAS-CHAVE: Uan; Desperdício; Fator de correção.

INTRODUÇÃO

Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é um conjunto de áreas com o objetivo de operacionalizar o provimento nutricional de coletividades (ABREU, 2013). Segundo Goes et al. (2013), a gestão da UAN deve preocupar-se com a gestão e controle das perdas em seu

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. vmagna29@gmail.com

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. natielebezerra@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Nutrição na UNIFSA. keilinhanut@gmail.com

processo produtivo, pois, pode ocorrer desperdício, tanto no pré-preparo, quanto nas demais etapas de transporte, comercialização, sistema de embalagens e armazenamento. Este desperdício pode estar diretamente associado ao mau gerenciamento de recursos, sendo uma metodologia de intervenção no controle de custos e a utilização racional das ferramentas disponíveis, estratégias importantes para reduzir perdas (KRAUSE; BAHLS, 2013). Segundo Domene (2011), o Fator de Correção (FC) é um indicador para dimensionar a compra, o custo e o rendimento de alimentos e de preparações. A sua avaliação serve para medir a qualidade dos gêneros adquiridos, eficiência e treinamento da mão de obra, qualidade dos utensílios e equipamentos utilizados (ABREU, PINTO, SPINELLI, 2013). Ele prevê as perdas inevitáveis durante a etapa de pré-preparo, no qual os alimentos são limpos, descascados, desossados e/ou cortados e é decorrente da relação entre Peso Bruto (PB) do alimento, conforme adquirido, e Peso Líquido (PL) (ORNELAS, 2013). Por ter essa importância na produção de alimentos, o Fator de Correção deve ser continuamente estudado, verificado e atualizado em cada UAN. Desse modo, este trabalho teve como objetivo determinar e avaliar o FC e o percentual de desperdício de hortifrutis utilizados em uma UAN hospitalar e compará-los com a literatura, pontuando os principais motivos que contribuem para este desperdício e indicando potenciais medidas para a redução destes níveis.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado no mês de Maio de 2018, em uma UAN hospitalar no município de Teresina – Piauí e trata-se de um estudo transversal com caráter descritivo e quantitativo. Na referida UAN a distribuição é do tipo centralizada e são ofertadas em média 400 refeições/dia. Os diversos alimentos são adquiridos através de empresas terceirizadas que realizam a entrega dos mesmos semanalmente. Os hortifrúteis utilizados para esta pesquisa foram: Abacaxi, abóbora, acelga, alface, batata inglesa, beterraba, cebola, cebolinha, cenoura, coentro, chuchu, maçã, pepino, pimentão, quiabo, repolho e tomate. As pesagens foram realizadas na própria UAN pelas pesquisadoras antes (para obtenção do peso bruto) e após o pré-preparo onde ocorre a retirada das partes que são geralmente descartadas como talos, cascas e folhas (para obtenção do peso líquido), durante 10 dias, por meio de uma balança digital da marca Prix Toledo – 9094, com capacidade máxima de 30kg. Para a determinação do FC, utilizou-se a fórmula desenvolvida por Araújo et al. (2007): $FC = PB/PL$, onde FC: fator de correção, PB: peso bruto, PL: peso líquido. Os dados foram tabulados em uma planilha no

Excel para cálculo do FC e percentual de desperdício de cada alimento pesquisado para posteriormente serem comparados com os valores recomendados na literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os hortifrúteis eram empregados no preparo de saladas, visto que a unidade fornecia uma variedade de saladas semanalmente. Após a avaliação do desperdício e dos FC obtidos, observou-se que o quiabo, abacaxi, cebolinha, acelga, coentro, batata inglesa e abóbora foram os hortifrúteis que apresentaram os maiores percentuais de desperdício e consequentemente os maiores FC. Dentre esses, o quiabo foi o que apresentou maiores perdas na UAN entre as amostras (Tabela 1). Entre os hortifrúteis citados, somente o coentro e a abóbora ficaram dentro da média dos fatores de correção encontrados na literatura.

Tabela 1. Peso Bruto (PB), Peso Líquido (PL), Desperdício (g), Percentual de desperdício (%), Fator de Correção (FC) coletado e médias de FC encontrados na literatura dos hortifrúteis utilizados na UAN.

Alimento	PB (kg/g)	PL (g)	Desperdício (g)	Desperdício (%)	FC (coletado)	FC* (média)
Abacaxi	2,308kg	1,032kg	1,276g	55,2%	2,2	1,31 - 2,13
Abóbora	1,327kg	787g	540g	40,6%	1,6	1,15 - 1,64
Acelga	932g	484g	448g	48%	1,9	1,05 - 1,66
Alface americana	390g	314g	76g	19,5%	1,2	1,09 - 1,60
Batata inglesa	2,225kg	1,263kg	962g	43,2%	1,7	1,06 - 1,24
Beterraba	1,138kg	1,108kg	30g	2,6%	1,0	1,19 - 1,40
Cebola	784g	586g	198g	25,2%	1,3	1,03 - 2,44
Cebolinha	250g	116g	134g	53,6%	2,1	1,10 - 1,46
Cenoura	1,418kg	1,268kg	150g	10,6%	1,1	1,04 - 1,39
Coentro	234g	132g	102g	43,6%	1,7	1,46 - 2,22
Chuchu	2,209kg	2,107kg	102g	4,6%	1,0	1,27 - 1,47
Maçã	550g	484g	66g	12,0%	1,1	1,03 - 1,35
Pepino	2,075kg	1,417kg	658g	31,7%	1,4	1,00 - 1,42
Pimentão	640g	526g	114g	17,8%	1,2	1,13 - 1,36
Quiabo	888g	220g	668g	75,2%	4,0	1,14 - 1,22
Repolho branco	3,068kg	2,608kg	460g	14,9%	1,1	1,08 - 1,72
Tomate	1,418kg	1,369kg	49g	3,4%	1,0	1,01 - 1,25

Fonte: Dados coletados e *média dos valores encontrados em Ricarte *et al.* (2008), Barros, Garcia e Almeida (2010), Ornellas *et al.* (2013), Goes, Valduga e Soares (2013) e Azevedo e Costa (2017).

Nos estudos realizados por Ricarte et al., (2008), Barros, Garcia e Almeida (2010) e Ornellas et al., (2013), o abacaxi também esteve entre os alimentos com maiores fatores de correção. O fator de correção da acelga obteve destaque no estudo feito por Goes, Valduga e Soares (2013), além dos de Ricarte et al., (2008) e Ornellas et al., (2013), onde a cebolinha e o coentro também apresentaram valores acima dos demais. Já os da batata inglesa e da abóbora estiveram entre os maiores FC nos estudos de Goes, Valduga e Soares (2013) e Ornellas et al., (2013), respectivamente. Porém, em relação ao quiabo, nenhum estudo realizado apresentou um fator de correção próximo ao obtido na referida UAN, onde o mesmo se encontra bem acima dos valores médios. Além disso, é possível notar que este alimento teve seu peso reduzido em mais de 75% após passar pelo pré-preparo. O mesmo ocorreu com boa parte dos demais hortifrúteis que tiveram seus pesos reduzidos pela metade ou mais após passar por esse processo.

Com isso, o desperdício nesta unidade torna-se um fator preocupante, visto que leva principalmente a prejuízos econômicos e ambientais. Segundo Hirschbruch (1998), a padronização de processos por meio da criação de rotinas e procedimentos técnicos operacionais, treinamento da equipe e controle das atividades por meio de análises deve ser levada em consideração para que perdas não ocorram durante o processamento. Fatores de correção elevados podem caracterizar desperdício das hortaliças dentro da UAN, que podem ter ocorrido devido a falhas no recebimento e nos processos de pré-preparo.

O aproveitamento máximo do alimento acontece quando é possível incluir cascas, talos, folhas, pois assim diminui o desperdício e aumenta o valor nutricional do alimento, conseqüentemente, diminui o FC, aumenta o peso líquido e o rendimento final (MONTEIRO, 2012). Durante a manipulação dos hortifrúteis na referida UAN, observou-se excessiva retirada de cascas e aparas, principalmente devido às más condições em que se encontravam, já que as mesmas apresentavam danos físicos e mecânicos, que ocorriam em grande parte, no transporte e recebimento. Além disso, a utilização de utensílios inapropriados e a falta de treinamento dos manipulados contribuía drasticamente para o desperdício.

O manipulador tem bastante influencia no pré-preparo e eventualmente partes de alimentos que poderiam ser consumidas, são retiradas, mas que dependendo da preparação

não podem ser utilizadas. O nutricionista deve estar atento quanto ao objetivo final informando e treinando seus funcionários (SCHNEIDER et al., 2012). No estudo de Lemos et al., (2011), que avaliou o fator de correção de hortaliças folhosas, foi possível analisar que as perdas determinadas pelo fator de correção estavam mais relacionadas ao manipulador e ao estado de conservação das hortaliças do que ao período de safra.

O armazenamento inadequado dos hortifrúteis também pode levar à perda de peso e qualidade. Na UAN, boa parte ficava armazenada fora do refrigerador, por mais de 5 dias, visto que o recebimento era semanal. De acordo com o estudo de Pilon15, a vida útil das hortaliças e frutas é aumentada quando estas são armazenadas em baixas temperaturas e conseqüentemente, há uma redução do desperdício. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (ABERC, 2015), a temperatura de armazenamento dos hortifrúteis pode ser até 10º C ou 5º C por 72h para os vegetais que já foram manipulados. O armazenamento inadequado favorece a deterioração do hortifrúti, perda das propriedades nutricionais, perda da qualidade e do peso ou perda total do alimento, deve-se levar em consideração o tempo e temperatura estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores (SOUZA et al. 2013).

Em relação à compra e aquisição dos alimentos, de acordo com Degiovanni et al., (2010), é fundamental uma UAN elaborar uma lista de especificações no pedido de compra, pois isso irá garantir que os fornecedores entreguem matéria-prima de acordo com que foi previsto, evitando a entrega de produtos de baixa qualidade, pois isso iria aumentar o FC no caso dos hortifrúteis. A mesma exigência deve existir durante o recebimento, pois nessa etapa que será possível verificar se a lista de especificação está sendo seguida. A exigência da qualidade da matéria-prima no ato da compra/recebimento é fundamental, pois o estado de maturação e as condições de acondicionamento e transporte a que o produto é submetido podem interferir significativamente no rendimento final do alimento.

O nutricionista responsável pelo planejamento dos cardápios deve fazer uma previsão do processo de reaproveitamento de modo que as perdas não se tornem custos para a unidade. Além disso, a organização da UAN depende, em grande parte, de técnicas e procedimentos de avaliação e mensuração das perdas ocorridas. É preciso analisar todos os

processos pelos quais os alimentos são submetidos e determinar quais medidas devem ser tomadas, através de técnicas que permitam diagnosticar e definir a relevância de processos e também as perdas diretas e indiretas. Tais técnicas como, treinamento de manipuladores, determinação de FC, determinação de fatores de cocção, controle de recebimento e estoque, vão servir de subsídio ao planejamento eficiente e adequado de cardápios e de refeições.

CONCLUSÕES

Visto as grandes quantidades de alimentos que são perdidos na etapa de pré-preparo nas UAN's torna-se necessário um monitoramento diário desses hortifrútis para verificar o estado de conservação que estes estão chegando às unidades, e se os colaboradores responsáveis estão armazenando e manipulando de forma adequada esses alimentos. Na UAN analisada foi possível perceber que existem muitas falhas durante o pré-preparo desses alimentos o que contribui com o elevando percentual de desperdício. Outro fator que contribui com as perdas desses alimentos é a falta de conscientização e capacitação dos colaboradores envolvidos no processo o que pode resultar em prejuízo para o estabelecimento. Os funcionários da UAN devem ser esclarecidos sobre a importância da realização contínua de campanhas contra o desperdício e receber capacitações periódicas, para que realizem padronização dos processos envolvidos no preparo dos alimentos.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. S., SPINELLI, M. G. N; PINTO, A. M. S. **Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer**. São Paulo: Metha, 2013.

AZEVEDO, A.M.F; COSTA, A.N.MD. **Determinação e Avaliação do Índice de Parte Comestível de Vegetais em uma Unidade de Alimentação e Nutrição de Fortaleza – Ceará**. Rev. Simbiologias, V. 9, n. 12, Dez/2017.

BARROS, R. M.; GARCIA, P. P. C.; ALMEIDA, S. G. **Análise e elaboração do fator de correção dos fatores de correção e cocção dos alimentos**. Brasília, Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente, v. 13, n. 16, p. 103-113, 2010.

BELLOT, P.E.N.R. **Determinação e avaliação de fatores de correção de carnes, ovos e leguminosas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de nutrição. Natal – RN, 2016.

GOES, V. F.; VADULGA, L; SOARES, B. M. **Determinação e avaliação do fator de correção de hortaliças em uma unidade de alimentação e nutrição de Guarapuava – PR. Paraná**. Unopar Científica Ciências Biológicas e da Saúde, v. 15(ESP), 339-42, 2013.

MONTEIRO, H. T. Técnicas de preparo e pré-preparo de alimentos. “In”: JAPUR, C. C.; VIEIRA, M. N. C. M. **Nutrição e Metabolismo: Dietética aplicada na produção de refeições**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 28-47p, 2012.

ORNELAS, L. H; et al. **Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos**. 8. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

RICARTE M.P.R; et al. **Avaliação do desperdício de alimentos em uma Unidade de Alimentação e Nutrição Institucional em Fortaleza-CE**. Saber Cient. (1): 158-75, 2008.

PREVENÇÃO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NA COMUNIDADE ESCOLAR POR MEIO DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA¹

Vitória Régia de Freitas Veloso² – FMN,
Maria dos Milagres Farias da Silva³ – UECE,
Ana Maria Barradas⁴
Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso⁵ UFPI

RESUMO

A presente pesquisa visa relatar a experiência do estágio de nutrição social a partir das contribuições do programa saúde na escola na E.M.E. F Ney Rodrigues de Vasconcelos, localizada no bairro Mutirão, em Timon- MA. Essa experiência teve como tema gerador a hipertensão arterial, cujo objetivo foi promover o envolvimento dos pais e escolares na prevenção desta patologia na comunidade, já que a escola é considerada referência dentro das ações do PSE, articulando – se com os demais equipamentos de saúde pertencentes ao bairro. Trata - se de um relato de experiência, desenvolvido pelos discentes do Bacharelado em Nutrição, durante o mês de abril de 2018. Foram utilizadas diversas atividades de forma integrada e colaborativa como: cantinho de alimentação saudável, roda de conversa, verificação da pressão arterial e quizz, nas quais os familiares, alunos e funcionários participaram de forma ativa, não apenas como ouvintes. As ações foram mediadas pelos discentes e profissionais de saúde envolvidos. A parceria do programa saúde na escola reforça as ações articuladas entre saúde e educação, proporcionando envolver a escola e família na prevenção da hipertensão. Os casos de familiares com medidas acima do estágio I, foram encaminhadas ao posto de saúde. Diante dos resultados positivos, a gestão escolar e pedagógica sentiu- se motivada entre a parceria firmada do estágio de nutrição e fortaleceu o vínculo entre a família e escola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde, Nutrição, Saúde coletiva.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda em Nutrição/Faculdade Maurício de Nassau (Redenção). *E-mail:* vitoriarfveloso@gmail.com

³ Mestranda em Ensino na Saúde/UECE. Nutricionista. *E-mail:* milanutricionista.pi@gmail.com

⁴ Mestre em Alimentos e Nutrição /UFPI. Nutricionista. *E-mail:* am_barradas@yahoo.com.br

⁵ Nutricionista. Agente Técnica do CECANE/UFPI. *E-mail:* nutrisousa@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é a condição mais comum observada na atenção primária e, se não for detectada precocemente e tratada adequadamente, pode levar ao infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral, insuficiência renal e morte. (BRASIL, 2013; SBC, 2016).

A crescente prevalência de hipertensão arterial é atribuída ao crescimento populacional, envelhecimento e aos fatores de risco comportamentais: alimentação não saudável, uso nocivo de álcool, falta de atividade física, excesso de peso e exposição ao estresse persistente (WHO, 2013). Portanto, se faz necessário utilizar de estratégias para ampliar o conhecimento e o diálogo entre a escola, família e alunos na prevenção da hipertensão arterial sistêmica (HAS), já que alimentação é considerada peça fundamental desta patologia. O objetivo deste trabalho foi promover o envolvimento dos pais e escolares na prevenção da HAS na comunidade escolar, por meio de ações educativas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência, desenvolvido pelos discentes do Bacharelado em Nutrição, durante o mês de abril de 2018 por meio da vivência no estágio supervisionado de nutrição social. A escola E.M.E.F Ney Rodrigues de Vasconcelos sediada localizada no Bairro Mutirão, em Timon é participante das ações do Programa Saúde na Escola—PSE. Nessa estratégia, são trabalhados temas que permeiam ações de prevenção de alguns agravos de saúde mais prevalentes no país, levando-se em conta a singularidade de cada território. O tema gerador do PSE no mês de abril foi à hipertensão arterial.

Após um planejamento integrado entre a gestão escolar, preceptoria e estudantes sobre as necessidades da escola convencionaram - se utilizar de estratégias educativas com enfoque em três públicos alvos: pais, professores e alunos. Com os pais e professores proporcionaram - se roda de conversa, cantinho da alimentação saudável e verificação da pressão arterial, com os estudantes optaram-se com um jogo (quizz da alimentação).

Os materiais educativos utilizados nessa estratégia foram construídos pelos discentes com auxílio da preceptora e da coordenação pedagógica da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O evento ocorreu durante o turno da manhã, em um espaço privilegiado do pátio, onde foram concentradas essas atividades. A Unidade Básica de Saúde - UBS do território participou por meio da integração de enfermeiros, que participaram desta ação por meio da aferição, registro e encaminhamento dos familiares com alterações na pressão arterial. Segundo o Ministério da Saúde (2013), o adulto é considerado hipertenso quando através do valor médio da PA de três dias diferentes no intervalo de uma semana, o valor encontrado é maior ou igual a 140 mmHg (sistólica) e/ou maior ou igual a 90 mmHg (diastólica). Embora a aferição, estivesse sendo realizada apenas naquele momento, a inserção do enfermeiro da estratégia saúde da família nesta ação possibilitou aos pais e professores um encontro positivo fora de um equipamento de saúde (a UBS), proporcionado uma troca de saberes, além de reforçar o contato com aqueles que possivelmente haviam se afastado dos serviços básicos de saúde.

Resultado semelhantes foram descritos no trabalho realizado por Dias *et al.*, 2014, ao investigar a importância do enfermeiro nas ações do PSE em escolas do município de Sobral – CE, percebeu-se que há uma ótima aceitação do profissional de enfermagem por parte dos educadores e a importância da sua atuação na escola foi confirmada, de maneira que este profissional venha somar na qualidade de vida de todos aqueles que compõem a unidade escolar.

As rodas de conversas foram organizadas pelas discentes de nutrição aos pais e familiares, nesse momento foram discutidos o consumo de sal pela população brasileira e estratégias de prevenção e cuidados na alimentação de hipertensos. As rodas de conversa tinham o objetivo de problematizar ressignificar conhecimentos acerca da alimentação. Essa estratégia escolhida alia-se às proposições da Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012)

e a pedagogia problematizadora (FREIRE, 1996) e são produzidas e compreendidas como espaço de diálogo, valorização do saber do outro, fortalecimento do autocuidado em saúde.

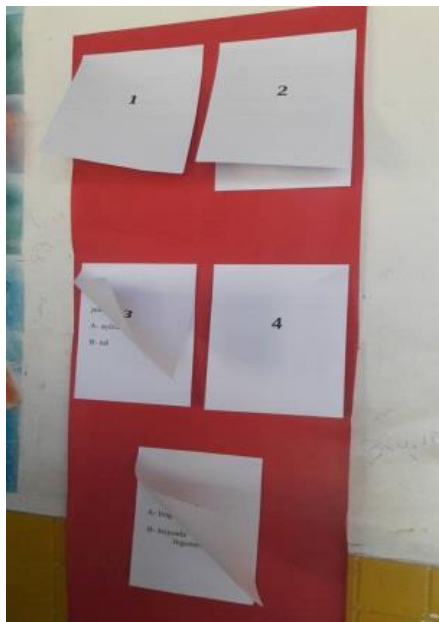
Ao final os pais eram estimulados a conhecer o cantinho da alimentação (Figura1), que contava com exemplo de alguns alimentos protetores como: frutas, hortaliças, temperos naturais. Neste momento os discentes, encontravam-se dispostos a responder alguma colocação feita pelos familiares.

Figura 1 – Estratégia: Cantinho da alimentação



Fonte: Arquivo pessoal.

Com os estudantes (idade entre 9 a 17 anos) foi utilizado um quizz (Figura 2) sobre alimentação, no qual continham cinco perguntas chaves. Nessa estratégia, havia a presença de um discente da nutrição, que atuava como mediador. O formato do quizz proporcionava o aluno jogar de maneira individual ou em grupos. O mediador além de explicar as regras do jogo, interagia com o aluno, abordando alguns questionamentos de tal modo a levar o estudante a refletir sobre aquela posição optada por ele.

Figura 2 – Estratégia: Quizz

Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Barlow (2012) intervenções voltadas a crianças e adolescentes, quando bem direcionadas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e acompanhadas do estímulo à prática de exercícios físicos podem desencadear mudanças marcantes e positivas, que podem se estender pela vida adulta, sendo, portanto, a forma mais efetiva para prevenção de doenças crônicas não transmissíveis hipertensão e doenças cardiovasculares.

Os sentimentos manifestados pelos alunos durante esta ação foram positivos, demonstrado que ações desenvolvidas foram da sala de aula, com estratégias que envolvam a comunidade, atraem esse público, e assim consegue alcançar desde cedo meios de prevenção à saúde.

CONCLUSÕES

Portanto as ações do PSE proporcionam a prevenção e promoção em saúde em uma fase fundamental da vida à infância e adolescência, mas também podendo atingir adultos aqui

representados pela família e professores. O empoderamento de todos os participantes os tornam seres mais críticos e possíveis agentes transformadores.

AGRADECIMENTOS

A SEMED pela parceria. A escola Ney Rodrigues de Vasconcelos e a diretora Girlene Adriano, em conjunto com a sua equipe pedagógica pelo apoio e incentivo. Aos profissionais de enfermagem que acolheram tão bem essa ação educativa. Sintam - se todos homenageados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

DIAS et al. A importância do enfermeiro junto ao PSE nas ações de educação em saúde em uma escola municipal de Sobral – CE. 11º Congresso Internacional da Rede Unida. **(Anais)** Suplemento Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online], supl. 3, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, São Paulo, v. 107, n. 3, supl.3, 2016. Disponível em: Acesso em: 11 ago. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Hearts: technical package for cardiovascular disease management in primary health care**. Geneva: WHO, 2016. Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2018.

CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DE COZINHA ESCOLAR¹.

Fabrcia Alves de Araújo²

Mariana Teixeira Almeida³

Natanael Francisco da Silva³

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

As escolas são consideradas como importante ambiente de ensino e aprendizagem. Por isso é fundamental que elas ofereçam refeições que atendam de forma eficiente os critérios nutricionais e sanitários estabelecidos. A ausência de qualificação das merendeiras para exercer a função adequada, adquire maior valor ao se considerar o baixo nível de instrução. Diante disso, o objetivo da pesquisa, foi realizar um levantamento e descrever as condições higiênico-sanitária da cozinha. Trata-se de uma pesquisa descritiva. Para o desenvolvimento do estudo foram realizadas pesquisa bibliográfica acerca do tema, observação de campo e do objeto a ser estudado. O estudo foi realizado em uma escola no bairro da zona sul, do município de Teresina-PI. Para a execução da pesquisa, realizou-se um Check List com o intuito de avaliar as condições higiênico-sanitária da cozinha e instalações. Tendo por base os textos da RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 da ANVISA- que dispõem sobre as Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Os dados demonstraram que a escola apresentou não conformidades quanto a, a higienização, manipulação, preparo e distribuição dos alimentos, e que os manipuladores não se encontravam preparados. Porém, para garantir uma merenda de qualidade deve-se implantar condições adequadas e a capacitação dos manipuladores, a fim de cumprir a promoção da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação escolar, Segurança alimentar, Controle sanitário.

INTRODUÇÃO

As escolas são consideradas como importante ambiente de ensino e aprendizagem. Por isso é fundamental que elas ofereçam refeições que atendam de forma eficiente os critérios nutricionais e sanitários estabelecidos. De modo a contribuir para o aprendizado do conteúdo ministrado no período letivo, além de promover ou manter a saúde do aluno,

¹ Trabalho submetido na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA.

³ Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA.

³ Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA.

possibilitando crescimento e o desenvolvimento humano. (DANELON; DANELON; SILVA, 2007).

Alimentação escolar é definida pelo PNAE como todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo. Portanto, o termo “Merenda escolar” é usado popularmente no ambiente escolar por alunos e funcionários para nomear a alimentação escolar.

Para fornecer uma alimentação de qualidade é preciso ter um bom planejamento do cardápio, pois é a partir dele que todo processo se inicia, sendo possível relacionar os ingredientes, selecionar os fornecedores, organizar as compras de gêneros alimentícios e proceder o pré-preparo e preparo das refeições que serão distribuídas.

A ausência de qualificação das merendeiras para exercer a função adequada, adquire maior valor ao se considerar o baixo nível de instrução. O despreparo, aliado a sobrecarga de atividades além da merenda escolar, fazendo com que os procedimentos tornem-se inadequados, comprometendo a qualidade da alimentação e também a saúde desses profissionais. Portanto, o controle da segurança alimentar, quando realizado dentro das normas técnicas, ajuda na prevenção das enfermidades. Podendo assim assegurar a qualidade dos alimentos. Diante desses fatos, o objetivo da pesquisa, foi realizar um levantamento e descrever as condições higiênico-sanitária da cozinha.

MATERIAL E MÉTODOS:

É uma pesquisa descritiva, utilizou-se da abordagem quantitativa para levantar as conformidades e não conformidades encontradas na escola de estudo. Para o desenvolvimento do estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca do tema, observação de campo e do objeto a ser estudado e entrevistas narrativas com as merendeiras. O estudo foi realizado em uma escola no bairro da zona sul, do município de Teresina-PI.

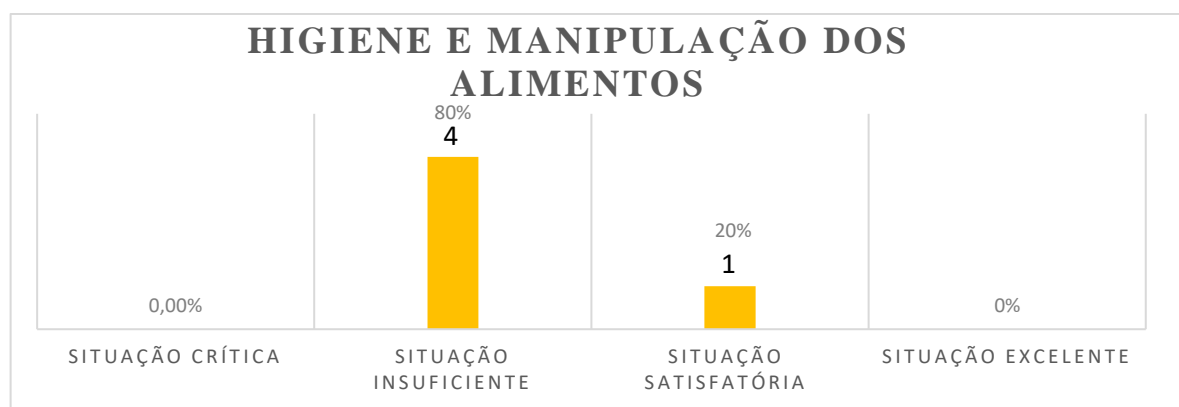
A escola possui 236 alunos, sendo 182 do Ensino Fundamental e 54 do Ensino Médio. Para a execução da pesquisa, realizou-se um Check List com o intuito de avaliar as condições higiênico-sanitária da cozinha e instalações. Tendo por base os textos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância

Sanitária – ANVISA- que dispõem sobre as Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Durante a coleta dos dados, também foram observadas as condições físicas do estabelecimento e o comportamento dos manipuladores referente à execução de suas atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Para a apresentação dos resultados obtidos, empregou-se uma comparação percentual estatística simples para cada item contido no roteiro integrado de observação (Check List). Os gráficos apresentados abordam os principais pontos críticos encontrados no campo de estudo.

Gráfico 1: Características do nível de higiene e manipulação dos alimentos da escola, Teresina, PI, 2018.

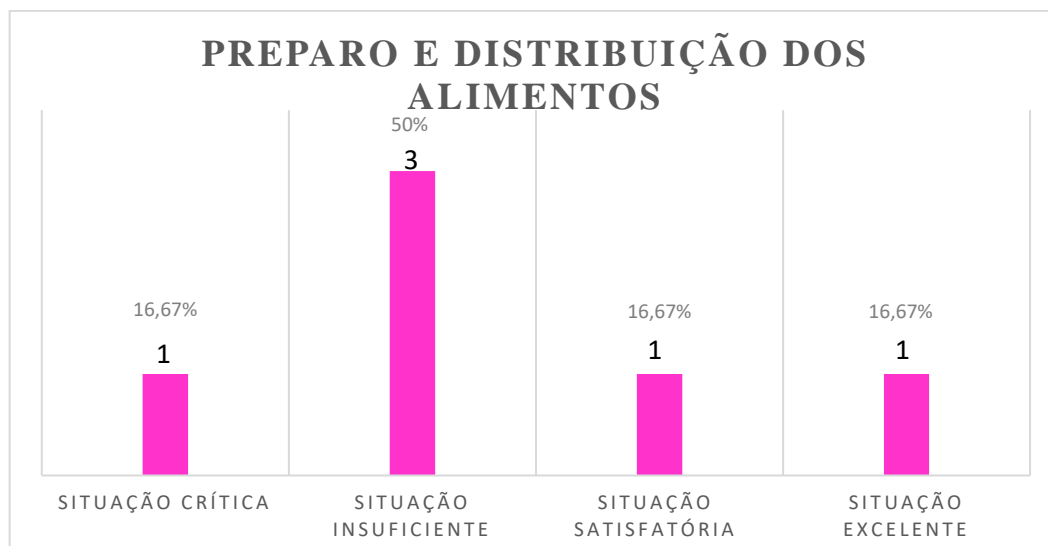


Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme no Gráfico 1, em relação ao grupo de higiene e manipulação de alimentos, notou-se que dos cinco itens analisados 4 (80%) apontam situação insuficiente, sendo que o estabelecimento não adotam medidas corretas de conservação dos gêneros alimentícios.

Para Santos (2006) o manuseio e a conservação adequada dos alimentos contribuem consideravelmente para a garantia de um alimento seguro e de qualidade por mais tempo.

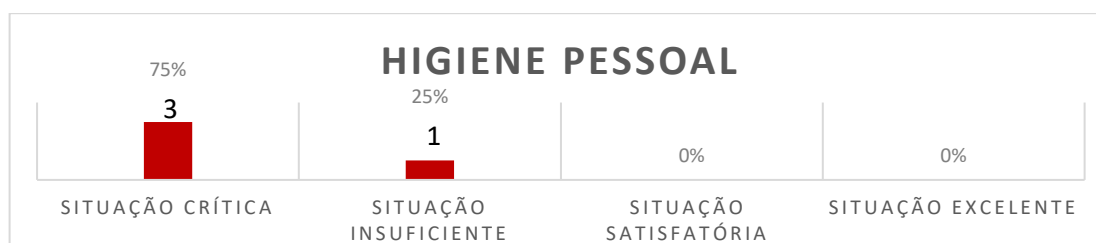
Gráfico 2: Características em relação ao preparo e distribuição dos alimentos na escola, Teresina, PI, 2018.



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do Gráfico 2, quanto ao grupo de preparo e distribuição da merenda, através dos seis itens analisados, 3 (50%) revelam que a escola apresenta situação insuficiente, pois muitas vezes as preparações são feitas muito cedo e quando servidas já se encontram em temperaturas inadequadas. Segundo Rosa (2014) a distribuição é a etapa onde ocorre maior multiplicação microbiana, por ficarem muito tempo expostas a temperaturas inferiores a 60°C no período de 6h entre o término do preparo e o consumo.

Gráfico 3: Características em relação a higiene pessoal dos manipuladores da escola, Teresina, PI, 2018.



Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode analisar, de acordo com o Gráfico 3, encontra-se em situação crítica 75% dos itens avaliados em relação a higiene pessoal dos manipuladores. Sendo os pontos críticos: não higienização das mãos antes da manipulação dos alimentos; todas as merendeiras fazem o uso de adornos durante seus serviços na cozinha e possuem uso de esmaltes nas unhas.

Procedimentos relacionados à capacitação do manipulador devem ser descritos, inclusive em higiene e boas práticas. Estabelecer um programa de capacitação, de modo a conscientizá-los de sua responsabilidade em suas atribuições, ações e atitudes com relação à garantia da qualidade do produto final, incluindo a segurança alimentar. (ROSA; MONTEIRO, 2014). A higiene adequada das mãos dos colaboradores é de fundamental importância, tendo em vista os processos de segurança alimentar, assim como o produto final oferecido ao consumidor. (ROSA; MONTEIRO, 2014)

CONCLUSÕES

Pode-se concluir por meio dos dados, que a escola avaliada no presente estudo teve como crítico, a higienização, manipulação, preparo e distribuição dos alimentos. Sendo estes, considerado insuficientes, porém é notório que a manipulação imprópria dos alimentos é um dos principais entraves, indicando a urgência de mudança para evitar a transmissão de doenças, em que a higiene precária das mãos é uma importante fonte de contaminação. Tendo em vista uma promoção da melhora na qualidade, ainda se faz necessário maiores investimentos no treinamento dos manipuladores e conscientização destes quanto a sua importância no preparo dos alimentos.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. S; SPINELLI, M. G. N; ZANARDI, A. M. P. **Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer**. São Paulo: Metha, 2003.

Brasil. Resolução ANVISA. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília (DF); 16 set 2004.

DANELON, M. S; DANELON, M. S; SILVA, M. V. Análise das condições higiênico-sanitárias das áreas de preparo e consumo de alimentos, disponíveis para alunos de escolas públicas e privadas. **Rev. Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 21, n. 152, p.25-30, jun. 2007.

ROSA, C. O. B; MONTEIRO, M. R. P. **Unidades Produtoras de Refeições**: uma visão prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2014.

SANTOS, E. **Segurança Alimentar e qualidade de vida**: meios de promoção da saúde dos alunos da rede pública municipal da cidade de Passos-MG. 2006. 94 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição), Faculdade de Nutrição de Passos, Universidade do Estado de Minas Gerais, Passos, 2006.

PERFIL NUTRICIONAL E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE TERESINA-PI¹

Larissa Sthefanny Da Silva Alves²

Gabryele Barbosa Dutra Duarte³

Ma. Adriana Barbosa Guimarães⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Perfil Nutricional e Qualidade de Vida de Idosos Residentes em Instituições de Longa Permanência de Teresina-PI. Os dias atuais estão sendo marcados por transformações que afetam a vida dos idosos, que são uma população em crescimento. Desse modo a pesquisa tem por objetivo avaliar o estado nutricional de idosos institucionalizados e a qualidade de vida. Trata-se de um estudo transversal descritivo e quantitativo, com coleta de dados parciais. A amostra foi composta por 20 idosos com idades entre 63 e 97anos de ambos os sexos, moradores de ILPS, sendo 55% do sexo feminino (n=11) e 45% do sexo masculino (n=9). Quando analisamos o IMC, uma variável que relaciona o peso corporal com estatura pode observar que não houve associação estatisticamente significativa com o gênero, onde 50% dos idosos apresentaram estado nutricional eutrófico, 35% com sobrepeso e 15% com magreza. Já a Análise da Qualidade de vida dos Idosos Institucionalizados pode se observar que 85 % dos idosos apresentaram uma qualidade de vida geral regular. Embora esses resultados encontrem-se dentro dos limites nutricionais determinados é possível considerar que o risco de desnutrição foi bem evidenciado em vários idosos institucionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso, Estado nutricional, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno que ocorre mundialmente e de maneira rápida principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil. A população idosa aumenta de forma rápida; mais em relação à condição de vida não melhora em nenhum aspecto.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Larissa Sthefanny Da Silva Alves, larissasthe96@gmail.com.

³ Gabryele Barbosa Dutra Duarte

⁴ Ma. Adriana Barbosa Guimarães, Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, larissasthe96@gmail.com.

Quando se trata do envelhecimento devemos ter muito cuidado, pois se tivermos fases da vida saudável consequentemente o envelhecimento será saudável, equilibrado e terá uma melhor qualidade de vida. Pois a Nutrição não está ligada apenas com a Terapia de Nutricional Clínica mais também a um estilo de vida saudável no qual se tem uma melhor prevenção de doenças e redução de riscos. A população idosa sofre determinadas alterações nutricionais, obtendo aspectos negativos em relação à saúde e doença, onde os níveis das doenças crônicas aumentam devido à má alimentação e as péssimas condições de vida.

Atualmente, os especialistas no estudo do processo de envelhecimento referem-se a três grupos de pessoas mais velhas: os idosos jovens de 65 a 74 anos que costumam serem ativos, os idosos de 75 a 84 anos e os idosos mais velhos de 85 anos. Desse modo a pesquisa tem por objetivo avaliar o estado nutricional de idosos institucionalizados e a qualidade de vida, a fim de conhecer e contribuir para uma melhor condição de vida, colaborando para um envelhecimento natural bem-sucedido.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata – se de um estudo transversal descritivo de cunho quantitativo, com coleta de dados parciais.

Amostra

A amostra foi composta por 20 idosos de ambos os sexos, residentes em duas instituições de longa permanência de Teresina-PI, que atenderam aos critérios de inclusão: institucionalizados, com idade igual ou superior a 60 anos e que aceitem e colaborem com a coleta de dados. Foram excluídos do estudo idosos acamados, com os dois membros inferiores amputados, e sem condições físicas e mentais para responder os questionários.

Critérios de inclusão

Idosos institucionalizados, com idade igual ou superior a 60 anos e que aceitem e colaborem com a coleta de dados.

Critérios de Exclusão

Idosos acamados, com os dois membros inferiores amputados e sem condições físicas e mentais para responder os questionários.

Riscos

Possibilidade de danos físicos, além de possíveis emoções por parte dos idosos avaliados, durante a coleta de dados. Em casos de ocorrência de risco no momento da pesquisa os pesquisadores tomaram as providencias cabíveis.

Benefícios

Aumentar o conhecimento da população científica da área de nutrição, colaborar com o conhecimento para a sociedade; identificar possíveis riscos aumentados para complicações crônicas associadas ao estado nutricional e fornecer informações para uma implementação do cuidado nutricional melhorando a eficácia da intervenção.

Coleta de dados

Os dados foram coletados através de entrevistas utilizando um questionário semiestruturado, bem como os instrumentos a seguir.

- a) Ficha de Anamnese
- b) Variáveis Antropométricas
- c) Whoqol – old

Aspectos Éticos

Os indivíduos que foram incluídos receberam informações sobre os objetivos do estudo e como seria aplicado o questionário. Todos assinaram um termo de consentimento antes de qualquer participação, sendo o estudo submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com o número do parecer: 2.473.621.

Para a coleta de dados foi utilizado uma ficha de identificação dos idosos, com questões fechadas, com a finalidade de guardar dados sobre o indivíduo pesquisado.

Avaliação Nutricional

Avaliou-se o estado nutricional dos idosos através de dados antropométricos IMC e para avaliar a qualidade de vida foi submetido o questionário Whoqol – old.

Antropometria

O peso corporal foi aferido em balança portátil digital da marca G-tech previamente calibrada, com capacidade de aferição de 150 Kg, instalada em local afastado da parede, com superfícies planas, firmes e lisas. Para a mensuração do peso a pessoa examinada foi orientada a utilizar vestimentas leves, retirar adereços e calçados, posicionar-se no centro da plataforma da balança, com o peso distribuído uniformemente entre os dois pés, mantendo-se ereta, sem movimentar-se e com os braços estendidos ao longo do corpo.

A altura foi obtida com a fixação da fita métrica em uma superfície vertical sem rodapés a um ponto médio de 50 cm do chão, com o auxílio de fitas adesivas. Foi aferida com os avaliados encostados na parede em posição vertical, descalços, com os pés unidos e

em paralelo, com os braços estendidos ao longo do corpo e a cabeça ereta olhando para o horizonte. Em alguns casos não foi possível aferir a altura no modo citado acima então utilizamos a fórmula para estimada pela altura do joelho segundo CHUMLEA et al, (1988).

Após obtenção do peso e altura, determinou-se o IMC pela razão entre o peso atual e a altura ao quadrado (Kg/m^2). Para os critérios de avaliação do IMC foram utilizados os pontos de corte de acordo com Lipschitz, onde se classificam os indivíduos idosos com IMC menor que $22 \text{ kg}/\text{m}^2$ magreza ou desnutrição, entre 22 e $27 \text{ kg}/\text{m}^2$ eutrofia e acima de $27 \text{ kg}/\text{m}^2$ sobrepeso.

Avaliação da Qualidade de Vida

Foi utilizado o questionário Whoqol – old, um instrumento específico complementar sobre qualidade de vida em idosos que contribui com informações adicionais sobre qualidade de vida nessa população específica, que tem como objetivo avaliar a qualidade de vida de idosos residentes em instituições. É composto por 24 perguntas e suas respostas seguem uma escala de Likert (de 1 a 5) atribuídos a seis facetas, que são: “Funcionamento do Sensório” (FS), “Autonomia” (AUT), “Atividades Passadas, Presentes e Futuras” (PPF), “Participação Social” (PSO), “Morte e Morrer” (MEM) e “Intimidade” (INT). Cada uma das facetas possui 4 perguntas; podendo as respostas oscilar de 4 a 20. O resultado pode ser apresentado em porcentagem % de 0 a 100. Quanto maior a porcentagem (mais perto de 100%) melhor a qualidade de vida. Basicamente, escores altos representam uma alta qualidade de vida, escores baixos representam uma baixa qualidade de vida. Os resultados foram feitos por média da qualidade de vida geral; sendo destacando os seguintes: necessita melhorar (quando for 1 até 2,9); regular (3 até 3,9); boa (4 até 4,9) e muito boa (5).

Análise Estatística

Para caracterização da população foi feito um estudo estatístico descritivo da amostra através das frequências absolutas (n) e relativas (%), medidas de tendência central (mínimo e máximo) e medidas de dispersão (e desvio padrão). Para verificar se as variáveis envolvidas são independentes (não relacionadas), ou se existe alguma associação entre elas será usado Teste Exato de Fisher. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica Microsoft Office Excel e analisados no programa IBM StatisticalPackage for the Social Sciences versão 20.0. O nível

de significância adotado foi de $\alpha = 0,05$. Para apresentação dos resultados, utilizaram-se tabelas e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra parcial é composta por 20 idosos com idades entre 63 e 97anos de ambos os sexos, moradores de instituições de Longa Permanência, sendo 55% do sexo feminino ($n=11$) e 45% do sexo masculino ($n=9$).

TABELA 1– Classificação do estado nutricional de idosos residentes em instituições de longa permanência segundo o Índice de Massa Corporal (IMC) em Teresina – PI.

IMC	Gênero						p-valor
	Feminino		Masculino		Total		
	n = 11	%	n = 9	%	n = 20	%	
Magreza	2	18,2	1	11,1	3	15,0	0,485
Eutrófico	4	36,4	6	66,7	10	50,0	
Sobrepeso	5	45,5	2	22,2	7	35,0	

FONTE: Pesquisa Direta, 2018.

Quando analisamos o IMC, uma variável muito utilizada em diversas idades para relação peso corporal com estatura pode observar que não houve associação estatisticamente significativa com o gênero, onde 50% dos idosos apresentaram estado nutricional eutrófico, 35% com sobrepeso e 15% com magreza.

Emed, Kronbauer e Magnoni (s.d.) e Sampaio e Figueiredo (2005) concordam em que a classificação do estado nutricional, a partir do IMC, não é a melhor escolha quando utilizado isoladamente, em razão de não refletir, principalmente, a distribuição regional de gordura. A favor disso, Cuppari (2005) considera que o IMC não distingue o peso associado ao músculo ou à gordura corpórea, tornando importante investigar a composição corpórea, sobretudo quando os valores de IMC estiverem nos limites ou fora da normalidade (<22 ou $>27\text{kg}/\text{m}^2$).

Na Análise da Qualidade de vida dos Idosos Institucionalizados pode se observar de acordo com a Tabela 2 que 85 %dos idosos apresentaram uma qualidade de vida geral regular relacionados com os aspectos de “Funcionamento do Sensório” (FS), “Autonomia” (AUT), “Atividades Passadas, Presentes e Futuras” (PPF), “Participação Social” (PSO), “Morte e Morrer” (MEM) e “Intimidade” (INT).

TABELA 2: Qualidade de vida dos idosos residentes em instituições de longa permanência, Teresina – PI.

Qualidade de Vida	Gênero						p-valor
	Feminino		Masculino		Total		
	n = 11	%	n = 9	%	n = 20	%	
Necessita melhorar	2	18,2	1	11,1	3	15,0	1,000
Regular	9	81,8	8	88,9	17	85,0	

FONTE: Pesquisa Direta, 2018.

Foi observada que a necessidade de melhorar a qualidade de vida teve maior ocorrência no sexo feminino em relação ao masculino. Tal ocorrência pode ser justificada na literatura, por vários motivos, dentre eles: a expectativa de vida das mulheres que é maior em relação aos homens; a viuvez é mais frequente para as mulheres; as idosas geralmente possuem grau de instrução e nível de renda baixa, fatores que favorecem o ingresso nas ILPI. Este resultado não se relaciona apenas com fato dos idosos residirem em ILPI mais também com as idades dos idosos estudados, com as condições de saúde e condições socioeconômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora alguns resultados encontrem-se dentro dos limites nutricionais determinados é possível considerar que o risco de desnutrição foi bem evidenciado em vários idosos institucionalizados. Esse estudo identificou a necessidade e ao mesmo tempo a dificuldade da definição do diagnóstico nutricional em idosos institucionalizados, empregando assim vários parâmetros para uma maior credibilidade dos resultados.

Levamos em consideração que o estado nutricional e a alimentação são condições que influencia diretamente na qualidade de vida e ao decorrer do processo de envelhecimento.

Diante do exposto, verificou-se que a gerontologia e a nutrição são indispensáveis no envelhecimento; pois uma nutrição adequada, contribui para a qualidade de vida proporcionando um envelhecimento saudável. Necessitando assim um acompanhamento periodicamente para a identificação precoce de problemas nutricionais e implementação de intervenções nutricionais adequada para suprir toda está constante mudança a fim de melhorar a qualidade de vida dessa população tão peculiar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-ANVISA. RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. **Regulamento técnico para o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos**. Brasília, 2005.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada, 283**, de 26 de setembro de 2005. Disponível em: <www.portalsaude.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

ALVES, D. F. **Estado Nutricional de Idosos Institucionalizados de Uberlândia**. 2011.

ANGELO; B. H. B. et al. **Avaliação das Instituições de Longa Permanência para Idosos do município de Olinda-PE**. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio De Janeiro, 2011; 14(4):663-673.

BAGNE, B. M., GASPARINO, R. C. **Qualidade de vida do cuidador do portador de Doença de Alzheimer**. Rev. de enfermagem. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. **Estatuto do Idoso. Lei nº 10.141**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Lei nº 2.528**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Decreto nº -1.948**. Regulamenta a **Política nacional do idoso** e dá outras providencias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 810, de 22 de setembro de 1989. **Normas e padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos, a serem observados em todo o território nacional**. Brasília, 1989.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil.** **Rev. Brasileira de estudos da população.** vol.27, n.1, pp. 232- 235. São Paulo. 2010.ISSN 0102-3098.

CAVALCANTI; Leite Christiane et al. **Prevalência de Doenças Crônicas e Estado Nutricional em um grupo de idosos brasileiros.** **Rev. salud pública.** 11 (6): 865-877, 2009.

CONVERSO; Maria Estelita Rojas & IARTELLI; Isabele. **Caracterização e análise do estado mental e funcional de idosos institucionalizados em instituições públicas de longa permanência.** Departamento de Fisioterapia da Universidade Estadual;2007.

BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DO EXERCÍCIO FÍSICO EM INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN¹

Maraysa Carvalho cordeiro²

Liejy Agnes Santos Raposo Landim³

Egídia Carolina Queirós Silva⁴

Aldenora Oliveira do Nascimento Holanda⁵

Rodrigo Barros Sousa⁶

Anael Queirós Silva Barros⁷

Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA

RESUMO

Investigar os benefícios da prática do exercício físico em indivíduos com síndrome de Down. A busca foi realizada em três bases de dados online: Medline/PubMed (*Medical Literature Analysis and Retrieval System*), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), aplicando-se os descritores em português, sendo utilizado o vocabulário estruturado DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): Trissomia do Cromossomo 21, Sedentarismo, Exercício Físico, Saúde e Síndrome de Down. Utilizou-se o operador “e” para associação dos descritores. Para a busca foram considerados os seguintes parâmetros limitadores: artigos publicados entre 2012 e 2017, seguindo os critérios de elegibilidade e exclusão adotados. De acordo com os resultados encontrados na literatura, os indivíduos com síndrome de Down que estavam inseridos em programas de exercício físico, tinham uma melhora no estado de saúde, como, o controle da pressão arterial, prevenção de doenças cardiovasculares, melhora do desenvolvimento neuropsicomotor, diminuição dos níveis de gordura corporal, manutenção do peso, fortalecimento muscular e controle postural. Verificou-se um baixo número de pesquisas com essa temática; dessa forma, recomenda-se que novos estudos sejam conduzidos, com o intuito de avaliar o nível de atividade física nesta população específica.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Down, Exercício físico, Promoção da saúde.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda em nutrição do centro universitário UNIFSA, maraysacarvalho_@hotmail.com

³ Nutricionista mestre em alimentos e nutrição, docente do centro universitário UNIFSA, liejyagnes@gmail.com

⁴ Educadora Física, egidiacarolinaq@gmail.com

⁵ Nutricionista e Educadora Física, Mestre em Ciências e Saúde, Hospital Geral Militar de Belém - PA, aldenoraoliveira1@hotmail.com

⁶ Médico, Especialista em Saúde da Família, SESMT Brasil, Rodrigobarros2013.1@gmail.com

⁷ Nutricionista, Mestre em Ciências e Saúde, Docente do Centro Universitário UNINTA, anaelqueiros@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A síndrome de Down é uma anomalia genética no vigésimo primeiro par de cromossomos, apresentando um cromossomo 21 extra (Trissomia do 21), que acarreta alterações físicas e mentais, tais como hipotonia muscular, cardiopatia congênita, baixa imunidade, distúrbios gastrointestinais, obesidade, atraso no desenvolvimento psicomotor e problemas neurológicos, auditivos e visuais (GRANZOTTI et al., 1995). A maioria das pessoas com síndrome de Down apresenta anormalidades determinadas por fatores genéticos, étnicos e nutricionais, tais como doenças no coração, hipotonia muscular e déficit no hormônio da tireoide. Parte das pessoas com síndrome de Down possui doenças associadas que, juntamente com um estilo de vida não ativo, as deixa suscetíveis a desenvolver uma série de doenças crônicas não transmissíveis.

A prevalência de sobrepeso e obesidade é maior nesta população comparada à população em geral sem síndrome (BÉGARIE et al., 2009; MIKULOVIC et al., 2011). Para Finesilver (2002) as características fisiológicas associadas à síndrome de Down acabam por ter impacto sobre as capacidades do indivíduo na prática de atividade física, pois alguns autores referem que esses indivíduos possuem déficits motores específicos que contribuem para limitações na prática de habilidades motoras, assim como ao nível do equilíbrio e da coordenação. Portanto, tendo em vista os benefícios de um estilo de vida ativo nesta população, o presente estudo teve como objetivo investigar os benefícios da prática do exercício físico em indivíduos com síndrome de Down.

MATERIAL E MÉTODOS

A busca foi realizada em três bases de dados online: Medline/PubMed (*Medical Literature Analysis and Retrieval System*), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Lilacs (*Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde*), aplicando-se os descritores em português, sendo utilizado o vocabulário estruturado DeCS (*Descritores em Ciências da Saúde*): Trissomia do Cromossomo 21, Sedentarismo, Exercício Físico, Saúde e Síndrome de Down. Utilizou-se o operador “e” para associação dos descritores. Para a busca foram considerados os seguintes parâmetros limitadores: artigos publicados entre 2012 e 2017.

Como critério de inclusão foi adotado os seguintes critérios: (1) a amostra deveria ser com indivíduos diagnosticados com a Síndrome de Down; (2) qualquer tipo de exercício físico; e (3) ser artigo original de pesquisa desenvolvida com seres humanos. Como critério de exclusão: estudos de revisão sistemática e/ou revisão da literatura; estudos que referirem-se a indivíduos com deficiência intelectual ou autismo; abordarem força e desempenho em tarefas cotidianas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos critérios de busca e seleção, foram identificados 30 artigos nas bases de dados. Destes, 10 foram excluídos com base na análise do título. Foram selecionados para leitura dos resumos 20 estudos e para leitura na íntegra apenas 10. Após a leitura dos artigos na íntegra, somente 5 artigos atenderam aos critérios de inclusão que contemplaram esta revisão. O Quadro 1 apresenta as características dos estudos selecionados, por autor, ano de publicação do artigo, título, periódico, tipo de estudo, e os principais resultados encontrados.

Quadro 1: Características dos estudos selecionados. Teresina- PI, 2018.

Autor/Ano de publicação/ Título	Periódico	Tipo de estudo	Principais resultados
Kalinowski et al., 2012 Prevalência de fatores de risco da síndrome metabólica em adultos com síndrome de Down na cidade de Pelotas (RS).	Rev. Bras. de Atividade Física e Saúde.	Transversal	A prática do exercício físico na população estudada apresentou valores satisfatórios. Esse fato é devido ao fato da população estudada estar participando de projetos de extensão e estarem em escolas. Pois, quando estes indivíduos estão na escola ou em projetos, as oportunidades são aumentadas, inclusive para a prática de atividade física.
Borssatti et al., 2017 Efeitos dos exercícios de força muscular na marcha de indivíduos portadores de Síndrome de Down	Rev. Fisioterapia e Movimento.	Longitudinal	Os valores obtidos neste estudo indicam que os exercícios lúdicos de força muscular não foram suficientes para alterar as variáveis lineares da marcha de indivíduos com Síndrome de Down.
Paez et al., 2013 Estado nutricional e prática de atividade física de pessoas com Síndrome de	Journal of the Health Sciences Institute	Transversal	O incentivo a realização do exercício físico, mostraram redução na prevalência de obesidade, manutenção do peso entre eutróficos e a musculação auxiliou na prevenção de lesões, desgastes articulares dos joelhos e fortalecimento muscular.

Down que frequentam escola especial na Grande São Paulo			
Seron et al., 2015 Pressão Arterial e Adaptações Hemodinâmicas após Programa de Treinamento em Jovens com Síndrome de Down	Arq. Bras. Cardiologia	Transversal	Por meio das intervenções realizadas, verificou-se que doze semanas de treinamento, seja ele aeróbio, seja resistido, provocou redução significativa na pressão arterial sistólica de jovens com síndrome de Down.
Matias et al., 2017 Efeitos dos exercícios psicomotores em ambiente aquático no equilíbrio de crianças com síndrome de Down.	Cadernos da Escola de Saúde.	Longitudinal	Os exercícios psicomotores aplicados em ambiente aquático foram capazes de promover melhora do desenvolvimento neuropsicomotor, além de proporcionar maior independência nas atividades da vida diária e melhorar a funcionalidade na amostra.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

De acordo com os resultados encontrados na literatura, os indivíduos com síndrome de Down que estavam inseridos em programas de exercício físico, tinham uma melhora no estado de saúde, como, o controle da pressão arterial, prevenção de doenças cardiovasculares, melhora do desenvolvimento neuropsicomotor, diminuição dos níveis de gordura corporal, manutenção do peso, fortalecimento muscular e controle postural (MATIAS et al., 2017). De acordo com Kalinoski et al. (2012) o nível de atividade física na população estudada apresentou valores satisfatórios. Esse alto índice se justifica, ao fato da população estudada estar participando de projetos de extensão e estarem inseridos em escolas. Pois, quando estes indivíduos estão inseridos no contexto escolar ou em projetos, as oportunidades são aumentadas, inclusive para a prática do exercício físico. Paez et al. (2013) ressaltaram em seu estudo que o estado nutricional deve estar ligado a prática do exercício físico para promover uma melhor qualidade de vida, diminuindo assim possíveis fatores de risco para as

doenças cardiovasculares. Assim, o incentivo para a realização da prática do exercício físico mostrou, uma redução na prevalência de obesidade, manutenção do peso, e auxílio na prevenção de lesões, desgastes articulares dos joelhos e fortalecimento muscular.

Nos resultados do estudo de Seron et al. (2015) os autores mostraram que o exercício físico pode ajudar de maneira significativa no controle da pressão arterial e na prevenção de risco no desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Com isso o mesmo defende a tese de implantação de programas de treinamento e a prática de exercícios físicos, tanto aeróbio quanto resistido, para jovens com síndrome de down, pois esse tipo de atividade ajuda na prevenção de riscos cardiovasculares. Esses programas podem auxiliar esses indivíduos na manutenção de um estilo de vida fisicamente ativo, podendo ser vista como uma estratégia que pode contribuir de forma significativa para a diminuição do sedentarismo e a obtenção de vários benefícios para a saúde.

No estudo Borssatti et al. (2017) observaram que a prática do exercício físico, com os exercícios lúdicos de força muscular não demonstraram resultados suficientes para identificar melhora nas variáveis lineares da marcha de indivíduos com a síndrome de down. Porém, os autores explicam essa negativa nos seus resultados pelos fatores extrínsecos de déficit cognitivo, o curto período para a realização dos exercícios (12 semanas) e até mesmo a falta de atenção dos indivíduos da amostra para realizar os exercícios. Kalinoski et al. (2012) relataram que o exercício físico, pode melhorar a qualidade de vida e auxiliar na manutenção dos fatores de risco para a síndrome metabólica. Tratando-se de síndrome metabólica sempre devemos levar em consideração as variáveis como genética, alimentação, ingestão de medicamentos e outros fatores que são fundamentais para a saúde.

Como forma de aumentar a prática do exercício físico em indivíduos com síndrome de Down, estabelecendo um estilo de vida ativo e saudável nesta população, sugere-se o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a saúde e o bem-estar em todas as faixas etárias. Reunindo assim, profissionais da área da saúde, educadores, familiares, que são os grandes incentivadores.

CONCLUSÕES

Portanto podem-se observar os inúmeros benefícios que a prática do exercício físico trouxe a esses indivíduos, como a melhora postural a partir da redução da oscilação corporal durante a manutenção da posição quase estática, o auxílio no desenvolvimento psicomotor, a contribuição para a prevenção e o tratamento da obesidade em jovens e adultos, tendo resultados significativos no controle da pressão arterial e na prevenção de fatores de risco cardiovascular. Verificou-se um baixo número de pesquisa com essa temática e desta forma, recomenda-se que novos estudos sejam conduzidos, com o intuito de avaliar a prática do exercício físico em pessoas com síndrome de Down.

REFERÊNCIAS

BEGARIE, J. et al. Overweight prevalence in preadolescents, adolescents and young adults with intellectual disability schooled in specialized institutions in Southeast of France: An exploratory study. **Revue d'épidemiologie et de sante publique**, v. 57, n. 5, p. 337-345, 2009.

BORSSATTI, Francieli; DOS ANJOS, Francine Batista; RIBAS, Danieli Isabel Romanovitch. Efeitos dos exercícios de força muscular na marcha de indivíduos portadores de Síndrome de Down. **Fisioterapia em Movimento**, v. 26, n. 2, 2017.

FINESILVER, C. A new age for childhood diseases. Down syndrome. **Rn**, v. 65, n. 11, p. 43, 2002.

GRANZOTTI, João Antonio et al. Incidência de cardiopatias congênitas na Síndrome de Down. **J Pediatr (Rio J)**, v. 71, n. 1, p. 28-30, 1995.

KALINOSKI, Angélica Xavier et al. Prevalência de fatores de risco da síndrome metabólica em adultos com síndrome de Down na cidade de Pelotas. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 17, n. 5, p. 396-402, 2012.

MATIAS, Laryssa Marques et al. Efeitos dos exercícios psicomotores em ambiente aquático no equilíbrio de crianças com síndrome de Down. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 1, n. 15, 2017.

MIKULOVIC, Jacques et al. Prevalence of overweight in adolescents with intellectual deficiency. Differences in socio-educative context, physical activity and dietary habits. **Appetite**, v. 56, n. 2, p. 403-407, 2011.

PAEZ, Aline Martinelli et al. Estado nutricional e prática de atividade física de pessoas com Síndrome de Down que frequentam escola especial na Grande São Paulo. **J Health Sci Inst**, v. 31, n. 4, p. 392-7, 2013.

SERON, Bruna Barboza et al. Pressão arterial e adaptações hemodinâmicas após programa de treinamento em jovens com síndrome de Down. **Arq Bras Cardiol**, v. 104, n. 6, p. 487-492, 2015.

INFLUÊNCIA DA INGESTÃO ALIMENTAR NO COMPORTAMENTO NO ESPECTRO DO AUTISMO: UMA REVISÃO¹

Letícia Paixão Silva França²

Ivaneide Vieira Batista³

Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), compreende um síndrome evasiva do desenvolvimento, é caracterizada como um transtorno do comportamento, onde indivíduos portador, tem manifestações como: déficit de atenção, comunicação, essas manifestações se tornam mais presentes, quando fazem uso de alimentos à base de glúten e caseína, essas proteínas não digerida, são transformada em peptídeos (gluteomorfinina e caseimorfina) que possui uma estrutura química semelhante. Tendo como objetivo conhecer a influência da ingestão alimentar do glúten e da caseína no comportamento do TEA. Este trabalho foi realizado por meio de uma revisão integrativa, com publicações do período de 2007 a 2017, além de publicações clássicas publicadas de anos anteriores. A amostra foi constituída de 57 publicações e organizada conforme a temática. As manifestações gastrointestinais mais presentes em portadores de TEA, foi: constipação, diarreia e alergias alimentares, essas constantes alterações no TGI, também foram associadas as manifestações clássicas do comportamento, presentes em portadores de TEA. Portanto, segundo relato dos pais dos portadores de TEA quando aderem a uma dieta SGSC (sem glúten e sem caseína) se tem uma melhora do nível de concentração no contato visual, diminuição do comportamento agressivo, além de diminuir as patologias do TGI, porém há uma ausência de evidencia científica efetiva, necessitando de mais estudos sobre o tema abordado.

PALAVRAS-CHAVES: Autismo, Glúten, Caseína.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Acadêmica: Letícia Paixão Silva França, Bacharelado em Nutrição, UNIFSA, let.sil1234455@gmail.com

³ Nutricionista: Ivaneide Vieira Batista, FACEMA, ivaneidebatista@outlook.com.br

⁴ Orientadora: Nutricionista Mestre Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim, Docente, UNIFSA, liejylandim@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro do autismo (TEA) compreende um desconcerto invasivo do desenvolvimento do indivíduo portador da síndrome, que foi descrita com diversificadas manifestações que envolvem a deficiência na interação social e comunicativa (ZANON; BARKES; BOSA, 2014). Dessa forma, o TEA está classificado, como: autismo clássico que apresenta sintomas desde o nascimento e continua durante toda a vida; autismo regressivo aquele em que a criança mesmo com as características autista tem ganhos em seu desenvolvimento, porém perde em algum momento, as habilidades adquiridas, e o autismo súbito, onde a criança não apresenta nenhum sintoma e de repente começa a manifestar (WERLING, 2016). No que se refere a prevalência do TEA, atualmente, o que se observa é uma variação entre os Países (14,6% Estados Unidos, 11,3% Canadá e 0,82% Brasil), além de exibir um aumento desta prevalência nos últimos anos (5 a 7 casos/1000 pessoas) (MEZZELANE et al., 2015). Dentro desta linha, Carvalho et al., (2012), concluiu que o autismo é uma circunstância delicada, e que à alimentação está diretamente ligada ao comportamento do indivíduo autista de sua saúde, sendo assim, é indiscutível a realização de estudos voltados a entender a relação da alimentação com o comportamento de indivíduos portadores do espectro do autismo, além de promover uma reflexão a respeito do consumo alimentar de certos alimentos, em especial caseína e glúten. Dentro desta perspectiva, o presente estudo teve como objetivo conhecer a influência da ingestão alimentar do glúten e da caseína no comportamento do TEA.

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado por meio de uma revisão integrativa. A busca de dados foi efetivada por meio de consulta a periódicos de autores de referência na área e posterior leitura criteriosa dos títulos e dos resumos. Como critérios de inclusão das referências bibliográficas, foram utilizados artigos e teses que respondia às questões do estudo, incluindo aos clássicos, que abordavam assuntos relacionados ao TEA, e suas principais manifestações

como: história da doença, hábitos alimentares, publicados no período de 2007 a 2017, no idioma português, inglês e espanhol, nas bases de dados da biblioteca Virtual PubMed, MEDLILINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), Scielo (Scientific Electronic Library Online), EBSCOhost, no período de 2007 a 2017, com resumos disponíveis nos bancos de dados informatizados selecionados e texto disponível na íntegra na internet. Foram utilizados os seguintes descritores para busca bibliográfica: “Autismo” “consumo alimentar” “glúten” “caseína” “transtorno” “espectro” “nutrição”.

No entanto, foram utilizadas adaptações para cada base de dados por diferenças nos mecanismos de busca e nos termos presentes em cada base no momento da busca. A procura nas bases de dados apresentou 40 publicações na base de dados PUBMED, 15 na SCIELO E 2 NA EBSCOhost, em um total de 57 publicações científica. Após leitura dos títulos e resumos, 25 textos foram selecionados para serem lidos na íntegra. Para análise dos trabalhos, foi elaborado um instrumento de categorização de análise que contempla as seguintes informações: dados de identificação do periódico (título, autores, titulação dos autores, nome do artigo, ano de publicação, volume e número), tipo do estudo, local do estudo, objetivo do estudo. No final da leitura crítica dos artigos na íntegra, 8 trabalhos permanecem como fonte de dados deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As manifestações gastrointestinais mais frequentes em portadores de TEA, encontrado nos estudos pesquisados para elaboração desse trabalho foi: constipação, diarreia e alergias alimentares, essas constantes alterações no TGI, também foram associadas, as manifestações clássicas presentes em portadores de TEA como mostra o quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Estudos demonstrando, alterações gastrointestinais em portadores de TEA.

ESTUDO	OBJETIVO	IDADE/DIA-GNÓSTICO	PREVALÊNCIA DE SINTOMAS INTESTINAIS
WILLIAMS et al., 2010	- Analisar as frequências das manifestações gastrointestinais em indivíduos com TEA; - Identificar características clínicas associadas com os sintomas.	1420 Crianças c/ TEA e Síndrome de Asperger:	Alta prevalência: constipação (32%), dor abdominal (12%) e outros (18%)
GORRINDO et al., 2012	- Caracterizar as disfunções TGI em indivíduo com TEA; - Avaliar os relatos dos pais sobre suas manifestações TGI.	Crianças com TEA: 121 (5 a 18 anos)	Constipação frequente e maior atraso no desenvolvimento da fala
PETERS et al., 2014	Avaliou as frequências em que ocorreram quadros de constipação e comportamentos rígidos e compulsivos do TEA.	2.957 crianças com TEA, (2 a 17 anos)	Avaliação dos comportamentos rígidos e compulsivos durante as manifestações de constipação e diarreia (n = 806)
BRESNAHAN et al., 2015	Comparou relatos de mães com crianças diagnosticada com ADS*, e DT**	Estudo de coorte prospectivo de 1999 a 2008. Com 114516 no total e 145 com TEA, e 4636 com ADS*, e 40295 com DT**.	TEA teve um maior prevalência de doenças no TGI, como constipação, alergias alimentares e diarreia

Fonte: Pesquisa direta.

Legenda: * ADS – atraso de desenvolvimento; ** DT – desenvolvimento atípico.

O quadro 2, a seguir, mostra os estudos relacionados com alguns comportamentos do TEA com a presença de glúten e caseína ressaltando que alguns pais oferecem para suas crianças uma dieta sem glúten e caseína, onde o plano alimentar isento desses nutrientes, não é fácil de ser implementada, principalmente em crianças com TEA.

Quadro – 2 Estudos com dietas sem glúten e caseína.

Estudo	Pacientes	Métodos utilizado	Variáveis independentes	Resultado
MILLWARD et al., 2014	10 crianças com TEA, 10 crianças atípicas	Dieta sem glúten e caseína/dieta normal	Crianças com TEA, apresentaram níveis normais de peptídeos do glúten e caseína na urina.	Não apresentaram melhora em seu comportamento
SEUNG et al., (2007)	10 meninos, 3 Meninas com idade de 2-16 anos com autismo	Dieta SGSC* durante 3 meses.	A observação direta de respostas verbais para perguntas, imitações verbais, diferentes Palavras produzidas e total de enunciados	Não teve nenhuma melhora significativa
PATEL; CURTIS, (2007)	5 com autismo	Dieta SGSC*	As concentrações de peptídeos na urina e o relatório dos pais de mudança de comportamento	Diminuição de peptídeos na urina. Melhora comportamental dos filhos.
Elder et al., (2006)	12 meninos, 3 Meninas com idade de 2-16. (Media = 7,32anos). Todos com autismo	Dieta SGSC* durante 6 meses	UPL (níveis de peptídeos urinários), comunicação, respondendo e utilização de palavras inteligíveis	Nenhuma significância estatística

Fonte: Pesquisa direta.

Legenda: * SGSC – Sem glúten e sem caseína.

A mudança na alimentação de pacientes com TEA deve ser gradual, para que se possa ter sucesso em sua retirada, após a retirada do glúten e da caseína, segundo relatos dos pais, o

que se percebe é a diminuição dos de sintomas e não a eliminação dos agravantes dessa patologia.

CONCLUSÃO

Portanto, o indivíduo autista não tem uma renovação adequada dos enterócitos, motivada pela presença de disbiose intestinal, mas uma intervenção na dieta de pessoas autistas demonstra um benefício metabólico e funcional. E segundo relato dos pais dos portadores de TEA quando aderem a uma dieta SGSC (sem glúten e sem caseína) se tem uma melhora do nível de concentração no contato visual.

REFERÊNCIAS

ELDER, J.H. The gluten-free, casein-free diet in autism: An overview with clinical implications. **Nutrition in Clinical Practice**, 23, 583–588.2008

CARVALHO, J. A.; SANTOS, S. C. S.; CARVALHO, M.P.; SOUZA, L. S. Nutrição e Autismo: Considerações sobre a Alimentação do Autismo. **Revista Científica do ITPAC**, V. 5. N. 1, 2012.

GORRINDO, P; et al. Gastrointestinal dysfunction in autism: parenteral, clinical evaluation, and associated factors. **Autism Res**.2012.

MEZZELANI, A.; LANDINI, M.; FACCHIANO, F.; RAGGI, M. E.; VILLA, L.; MOLTENI, M.; MARABOTTI, A. Environment, dysbiosis, immunity and sex-specific susceptibility: A translational hypothesis for regressive autism pathogenesis. **Nutritional Neuroscience**, v. 18, n. 4, p.145–161, 2015.

PATEL, K.; CURTIS, L. A comprehensive approach to treating autism and attention-deficit hyperactivity disorder: **A pre-pilot study**. **Journal of Alternative and Complementary Medicine**, v.13, p. 1091–1097.2007.

WERLING, DONNA M.; NEELROOP N. PARIKSHAK; AND DANIEL H.; GESCHWIND. “Gene Expression in Human Brain Implicates Sexually Dimorphic Pathways in Autism Spectrum Disorders.” **Nature Communications**, v.7, 2016.

WILLIAMS, Geoffrey R. et al. Colony Collapse Disorder in context. **Insights & Perspective**.2010.

DIAGNÓSTICO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE TERESINA - PI¹.

Luciana Carla dos Santos Silva²

Valéria Magna das Chagas Moura³

Natiele Bezerra Silva⁴

Letícia Paixão Silva França⁵

Thais Aline de Sousa Feitosa Guimarães⁶

Odara Maria de Sousa Sá⁷

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO:

A avaliação nutricional é um instrumento de diagnóstico, que analisa sob diversos ângulos as condições nutricionais do organismo. A adolescência é a fase da vida que culmina no processo de maturação sexual do indivíduo e mudanças no estado físico, emocional e social, onde o término da fase de crescimento e desenvolvimento morfológicos ocorre no período de 15 a 19 anos. O presente trabalho consiste em uma análise observacional de base individual utilizando uma amostra representativa, denominado Estudo Transversal no qual, realizou-se a avaliação através de índices e parâmetros antropométricos. Para análise dos dados utilizou-se os índices antropométricos (IMC) para Idade e Estatura para Idade. Assim como, alguns parâmetros aferidos, peso e altura, circunferência da cintura e dobras cutâneas (bicipital, tricipital, subescapular e suprailíaca), usadas para o cálculo da composição corporal dos adolescentes, determinando assim os percentuais de gordura. Portanto, conclui-se que a maioria dos indivíduos nos parâmetros analisados apresentou estado nutricional normal (eutrofia), além de peso e estatura adequados para a idade. O objetivo deste trabalho foi avaliar o estado nutricional e os parâmetros antropométricos de adolescentes pertencentes a uma escola da rede pública na faixa etária de 15 a 19 anos, no município de Teresina, no estado do Piauí.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação nutricional, diagnóstico nutricional, adolescentes.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. lucianacarlasilva2114@gmail.com

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. vmagna29@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. natielebezerra@gmail.com

⁵ Estudante de Graduação 8º semestre do curso de nutrição na UNIFSA. let.sil1234455@gmail.com

⁶ Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Nutrição na UNIFSA. tatahaline_@hotmail.com

⁷ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Nutrição na UNIFSA. odarasousa@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Segundo Mussoi (2015), a avaliação nutricional é um instrumento de diagnóstico, que analisa sob diversos ângulos as condições nutricionais do organismo, determinadas pelos processos de ingestão, absorção, utilização e excreção de nutrientes. Deste modo, pode se dizer que a avaliação nutricional determina o estado nutricional do indivíduo, que resulta do equilíbrio entre o consumo e utilização dos nutrientes.

Na avaliação nutricional de adolescentes, entre as metodologias utilizadas destaca-se a antropometria, que é um método sensível as alterações do crescimento, desenvolvimento e da composição corporal do público infanto-juvenil, é um método de fácil acesso, não invasivo e de fácil utilização. A adolescência é a fase da vida que culmina no processo de maturação sexual do indivíduo e mudanças no estado físico, emocional, social e mental, além de outras mudanças culturais, emocional e hormonal. Cronologicamente, a adolescência corresponde ao período de 10 a 19 anos. Esta fase caracteriza-se por um período de elevada demanda nutricional e por esse motivo, a nutrição desempenha papel fundamental no desenvolvimento do adolescente. (BERTIN et al, 2008).

O objetivo deste trabalho foi realizar avaliação nutricional e conseqüentemente determinar o estado nutricional de adolescentes de uma instituição pública de ensino com faixa etária de 15 a 19 anos de idade.

MATERIAIS E MÉTODOS

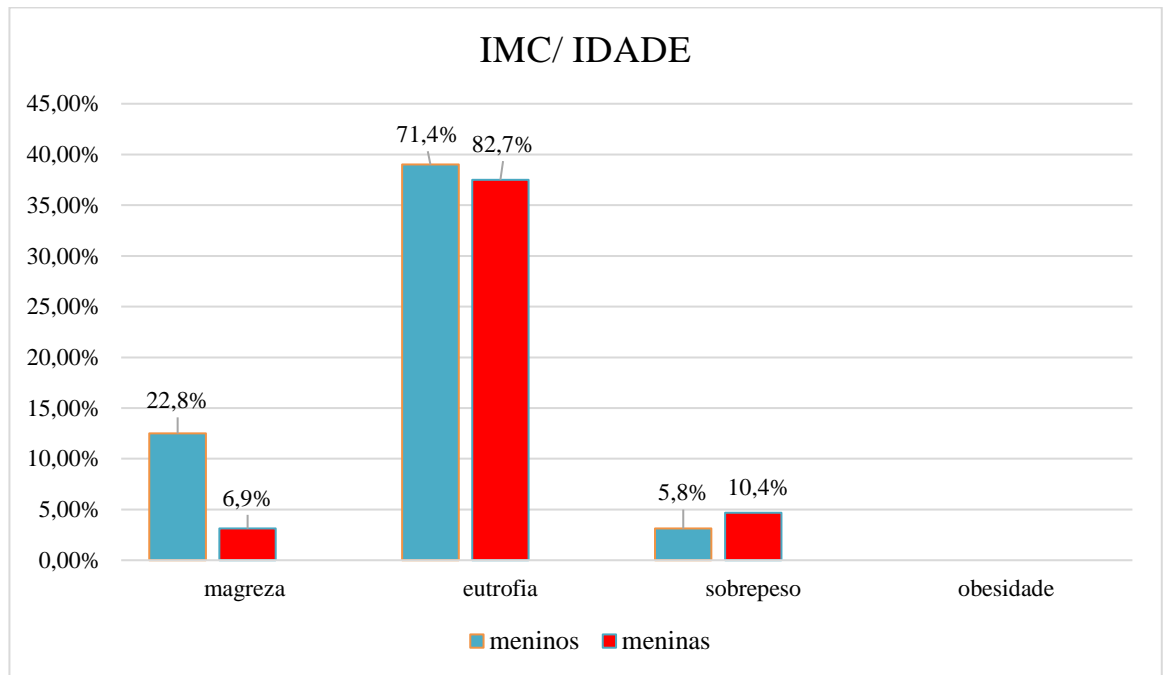
O presente trabalho consiste em uma análise observacional de base individual utilizando-se uma amostra representativa, denominando-se estudo transversal. A avaliação nutricional foi desenvolvida com adolescentes de uma instituição pública de ensino no município de Teresina, no estado do Piauí, onde foram utilizados como critérios de inclusão adolescentes com faixa etária de 15 a 19 anos e de exclusão adolescentes que possuíam alguma deficiência física que impossibilitava a realização da avaliação.

Para a execução das atividades foram elaboradas fichas de avaliação nutricional para a coleta de dados, onde ao todo foram avaliados 64 indivíduos, dentre eles, 29 do sexo feminino e 35 do sexo masculino. Os índices antropométricos utilizados foram Índice de Massa Corpórea (IMC) para Idade, e Estatura para Idade segundo as recomendações do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional- SISVAN (2011). Em relação aos parâmetros antropométricos aferiram-se o Peso e Altura, Circunferência da Cintura e Dobras Cutâneas (bicipital, tricipital, subescapular e suprailíaca) segundo os métodos descritos por MUSSOI (2015), utilizando os seguintes materiais, balança mecânica antiderrapante de cor cinza, adipômetros e fitas métricas.

A Circunferência da Cintura (CC) foi classificada de acordo com TAYLOR *et al* (2000). Já as Dobras Cutâneas aferidas foram utilizadas para o cálculo da composição corporal dos adolescentes, onde foram determinados os Percentuais de Gordura (%) segundo os critérios de DEURENBERG *et al* (1990). Por conseguinte, no processo de avaliação nutricional os estudantes analisados, juntamente com a instituição foram informados sobre os aspectos importantes da aferição das medidas corporais e antropométricas para o seguinte estudo e análise dos resultados, que estes, após quantificados e interpretados, serão passíveis de determinar o diagnóstico nutricional final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

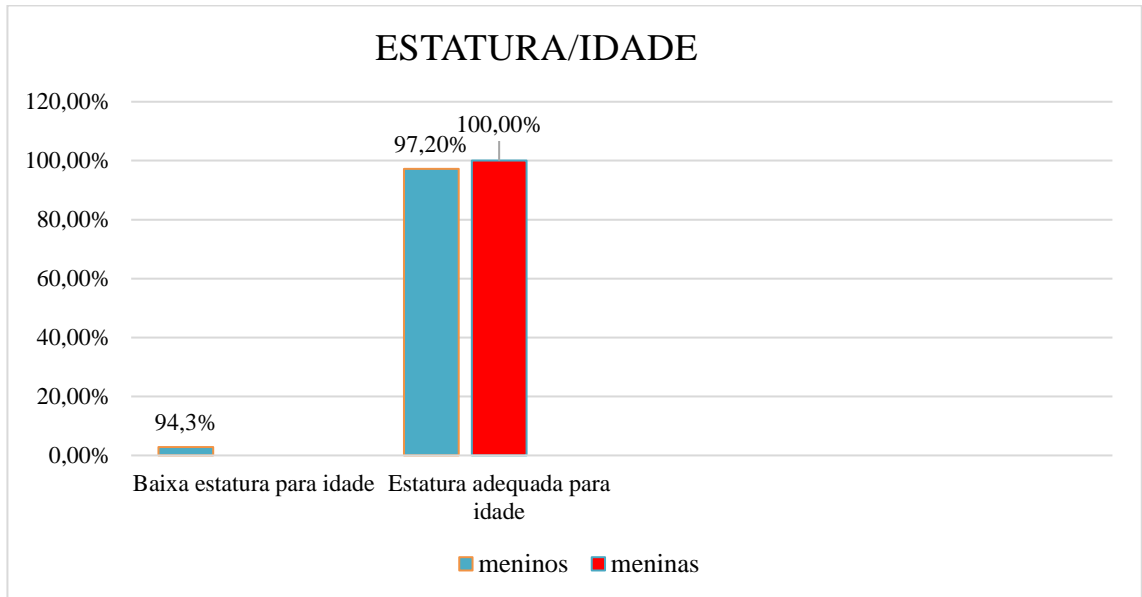
A intersecção da medida de IMC do adolescente com sua idade possibilita a identificação de seu atual estado nutricional. Pode-se observar que dos sessenta e quatro avaliados, mais da metade da amostra apresentou-se em estado de eutrofia em ambos os sexos, o que se caracteriza pelo equilíbrio entre o consumo em relação às necessidades nutricionais, como mostra o gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1. Índice antropométrico IMC/Idade dos adolescentes.

FONTE: Dados da pesquisa, 2017.

Com base nos dados observa-se uma maior predominância de eutrofia com 71,4% para os meninos e 82,7 para as meninas, já para a classificação de magreza os meninos apresentam 22,8% da amostra. E de acordo com Oliveira (2017), ao realizar um estudo em crianças (< 10 anos) e adolescentes (10-15 anos) o sexo feminino apresentaram maior percentual de sobrepeso e obesidade (25,2%), através da análise do índice antropométrico de IMC/Idade, pois ao se inserir no âmbito escolar este grupo populacional tende a aderir hábitos alimentares irregulares e com a socialização com outros colegas e amigos a adesão ao consumo de alimentos de alto valor calórico se torna maior. Em relação ao sexo masculino a predominância foi o baixo para idade (4,8% e 2,6%) levando ao estado de magreza.

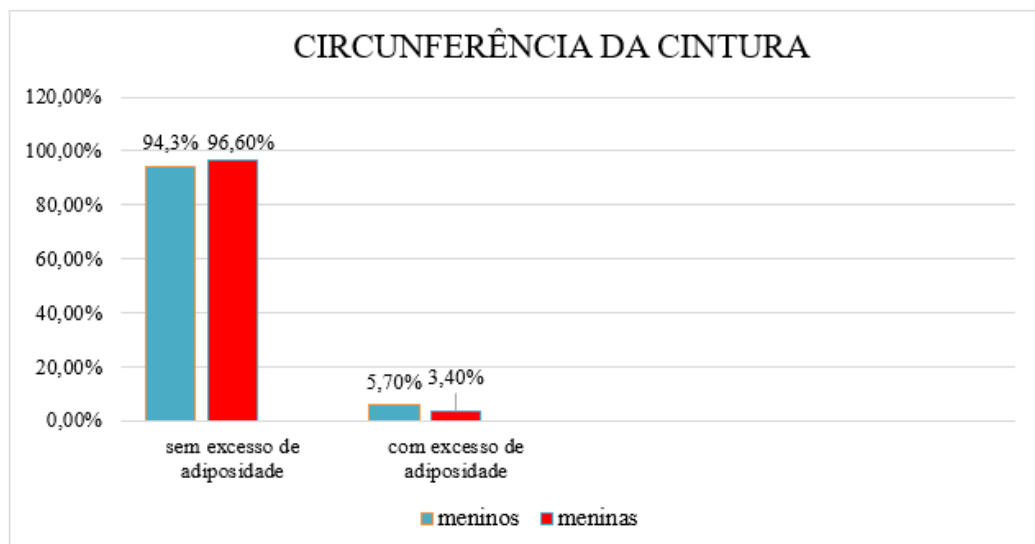
Gráfico 2. Índice antropométrico Estatura/Idade dos adolescentes.



FONTE: Dados da pesquisa, 2017.

Ao analisar os dados estatura por idade, é possível notar que 97,2% para os meninos e 100% das meninas estão com estatura adequada para idade. Em contrapartida um estudo realizado, os parâmetros dos meninos com relação a estatura/idade apresentaram um crescimento acima do recomendado, mostrando um desenvolvimento acelerado neste grupo

Gráfico 3. Classificação da circunferência da cintura dos adolescentes.

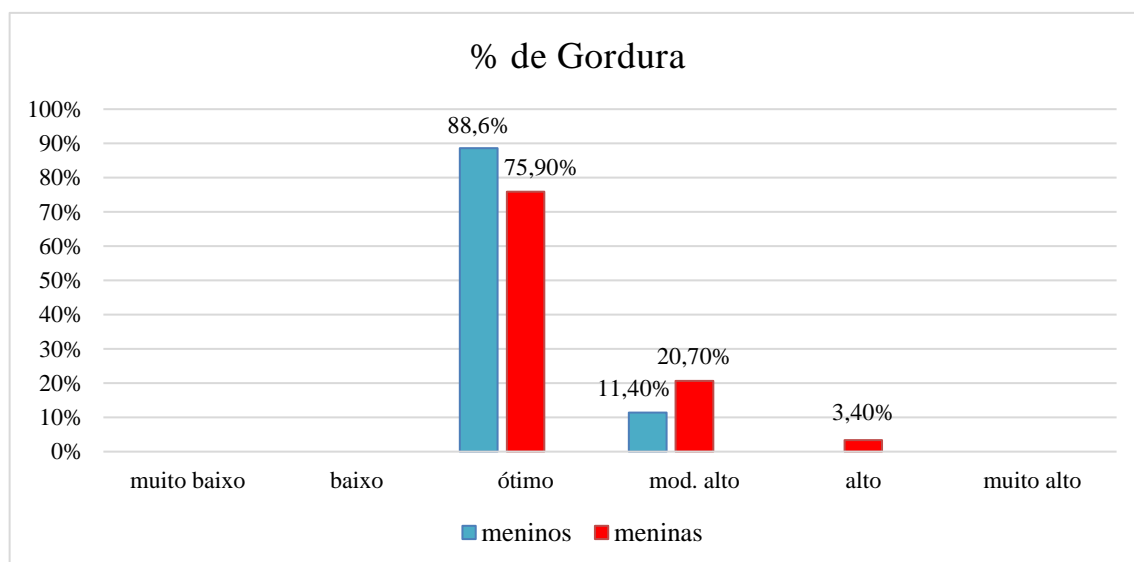


FONTE: Dados da pesquisa, 2017.

populacional, e com relação ao sexo feminino houve um déficit na estatura em comparação com sexo masculino (SILVA 2017).

Na presente amostra observa-se que quase a totalidade, 94,3% para os meninos e 96,6% para as meninas não apresentam excesso de adiposidade na região da cintura. Já Da Silva (2018), encontrou-se resultados semelhantes com base em uma avaliação feita em adolescentes do sexo masculino e feminino de uma rede pública o parâmetro de circunferência da cintura, ambos se encontraram dentro do recomendado. Não existindo qualquer alteração na sua composição corporal, não colaborando para desenvolvimento de dislipidemias e doenças cardiovasculares.

Gráfico 4. Classificação do percentual de gordura dos adolescentes.



FONTE: Dados da pesquisa, 2017.

Para a classificação do percentual de gordura em adolescentes nota –se que 88,6% dos meninos e 75,90% das meninas apresentam-se ótimo, 20,7% do sexo masculino e 11,4% do sexo feminino, classificam-se como moderadamente alto. Na pesquisa realizada em Florianópolis - SC em adolescente de 11 e 14 anos, 26,4% apresentavam-se com excesso de gordura corporal este índice prevaleceu mais no sexo feminino em comparação com o masculino isso é decorrente a vida sedentária e consumo de produtos industrializados com gorduras hidrogenadas e saturadas (D’AVILA, SILVA, VASCONCELOS, 2016).

CONCLUSÃO

Ao analisar todos os índices e parâmetros utilizados na Avaliação Nutricional, é possível notar que a maioria dos adolescentes estão eutróficos em relação ao peso e possuem estatura adequada em relação a sua faixa etária. Na composição corporal, verifica-se que, ao se tratar da gordura corporal, eles apresentam quantidades ideais, caracterizando o não excesso de adiposidade.

REFERÊNCIAS

BERTIN, R.L. et al. Estado Nutricional e Consumo Alimentar de adolescentes da rede pública de ensino da cidade de São Mateus do Sul, Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v.4, n.8, p.435-443,2008.

CASTRO, João Antônio Chula; NUNES, Heloyse Elaine Gimenes; SILVA, Diego Augusto Santos. Prevalência de obesidade abdominal em adolescentes: associação entre fatores sociodemográficos e estilo de vida. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 34, n. 3, p. 343-351, 2016.

DA SILVA, Brenda Monise et al. Dyslipidemia and its associations in adolescents from of public schools/Dislipidemia e suas associações em adolescentes de escolas públicas/Dislipidemia y sus asociaciones en adolescentes de escuelas públicas. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 7, n. 2, p. 35-40, 2018.

D’AVILA, Gisele Liliam; SILVA, Diego Augusto Santos; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Associação entre consumo alimentar, atividade física, fatores socioeconômicos e percentual de gordura corporal em escolares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1071-1081, 2016.

DE OLIVEIRA, Hellen Santos et al. Estado nutricional de crianças e adolescentes atendidos em um projeto socioassistencial e educacional. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 11, n. 3, p. 1335-1342, 2017.

MUSSOI, T. Durand. **Avaliação nutricional na prática clínica: da gestação ao envelhecimento**. Rio de Janeiro. 1.ed. Guanabara Koogan, 2015.

SILVA, Janine Pereira et al. Crescimento e estado nutricional de adolescentes da rede pública estadual de ensino. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 27, n. 1, 2017.

CONHECIMENTO EM NUTRIÇÃO ENTRE ESCOLARES¹

Laís Lopes Macedo²

Stela da Conceição de Freitas Matos Lima³

Jaqueline Carvalho de Almada Barros⁴

Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim⁵

Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

RESUMO

A fase escolar, refere-se a época de maior aumento das necessidades nutricionais e fisiológicas. O conhecimento em nutrição pode influenciar nas práticas alimentares e no estado nutricional de crianças na fase escolar. Avaliar as práticas alimentares, estado nutricional e o conhecimento em nutrição por crianças de escolas municipais. Estudo descritivo, quantitativo e transversal, aprovado pelo CEP da UNIFACEMA Plataforma Brasil (CAAE 56462016.8.0000.8007), desenvolvido com 64 escolares de 7 a 10 anos de idade, de ambos os sexos, matriculados na escola Municipal Lourdes Feitosa. Foram coletados dados antropométricos (peso, altura) para determinação do estado nutricional e aplicado um questionário para verificação do conhecimento em nutrição e práticas alimentares dos mesmos. A análise estatística foi feita pelo programa software R versão 3.2.2. Dentre os participantes, 54,7% e 45,3% tinham um bom e ótimo conhecimento em nutrição, respectivamente. Com relação às práticas alimentares, verificou-se que, 68,8% apresentaram boa prática alimentar diária e que 29,7% dos escolares afirmaram ter ótimas práticas alimentares. Com base nos resultados analisados, os escolares investigados compõem um grupo ao que tudo indica, saudável, pela relevante prevalência de eutrofia, percebendo-se boas práticas alimentares e bom conhecimentos em nutrição. Plataforma Brasil (CAAE 56462016.8.0000.8007).

PALAVRAS-CHAVE: Escolares, Conhecimento, Nutrição.

INTRODUÇÃO:

A ingestão alimentar inapropriada, em escolares a partir da infância, aumenta a chance do desenvolvimento precoce do sobrepeso e da obesidade, uma vez que, além de modificar a aparência pessoal, deixa o indivíduo exposto a outros problemas associados, tais como: respiratórios, cardiovasculares e metabólicos; diferentemente de crianças acostumadas a hábitos nutricionais ideais, onde se enquadram uma alimentação adequada e nutritiva

(consumo de frutas, verduras e legumes) permitindo atingir o seu crescimento normal e se tornarem adultos saudáveis (CARVALHO et al., 2015; DELWING; REMPEL; BOSCO 2010).

O conhecimento em nutrição também é capaz de influenciar os hábitos nutricionais em crianças, por isso propõe-se que a educação nutricional seja inserida no currículo escolar, envolvendo-os ativamente, sendo importante que uma prática alimentar saudável seja inserido de maneira gradual e preservado na idade escolar, privilegiando a formação de hábitos alimentares adequados por meio de métodos de educação nutricional (BERTIN et al., 2010). Sabe-se que a infância é a idade em que se constitui o padrão alimentar, sendo assim, a melhor fase para se ensinar hábitos saudáveis (OLIVEIRA; FIETZ; CARVALHO, 2015)

Considerando a infância como fase importante no crescimento do indivíduo, a influência do consumo alimentar no atendimento das necessidades fisiológicas que o crescimento demanda e a inexistência de trabalhos precisos quanto ao nível de conhecimento em nutrição entre escolares e a influência destes nos hábitos alimentares e, por conseguinte no estado nutricional desse grupo, foi o que motivou a realização desse estudo que teve como objetivo geral avaliar as práticas alimentares, estado nutricional e o conhecimento em nutrição por crianças de escolas municipais.

METODOLOGIA:

O estudo se caracterizou como descritivo, de abordagem transversal, onde foi realizado em escolas municipais de Caxias – MA. A escolha das escolas foi realizada por meio de sorteio aleatório e por obtenção do Termo de Consentimento da Instituição de rede municipal de ensino. Participaram 64 escolares, entre 7 e 10 anos de idade, de ambos os sexos.

A coleta de dados ocorreu durante os meses de abril e maio de 2016, com término após a saturação das informações, por meio de abordagem aos escolares matriculados nas escolas municipais sorteadas, dos quais, os responsáveis legais e os participantes aceitaram assinar respectivamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE); aplicou-se um formulário de coleta de dados pessoais e um questionário de frequência e consumo alimentar e avaliação do consumo alimentar. O

estudo foi realizado após ser aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa via plataforma Brasil com CAAE de nº54553816. 0.0000.8007.

Obteve-se os dados sobre o consumo alimentar das crianças por meio de um Questionário de Frequência e Consumo Alimentar (QFCA), adaptado de MONTEIRO (2009), verificou-se quais alimentos eram menos ou mais consumidos pelas crianças. Avaliou-se o consumo de alimentos por meio de questionamento a cerca de quantos dias na semana anterior o sujeito de pesquisa consumia cada um dos alimentos, utilizando uma escala de frequência com amplitude de 7 pontos, variando entre 0 = “nenhum dia” e 7 = “todos os dias”. Avaliou-se as normas sociais descritivas por meio de escala de frequência com amplitude de 5 pontos variando entre 1 = “nunca” e 5 = “sempre”, de modo a identificar qual a frequência que os sujeitos de pesquisa imaginavam que os colegas consumiam cada um dos alimentos. Avaliou-se as normas sociais subjetivas por meio de escala de frequência com amplitude de 5 pontos variando entre 1 = “nada importante” e 5 = “extremamente importante” a partir do questionamento sobre a importância dada pelo respondente acerca da opinião dos pais e dos colegas a respeito de sua alimentação, avaliados separadamente.

As análises estatísticas deste trabalho foram realizadas no software R versão 3.2.2. Os dados foram expressos como frequências e percentuais e medidas de tendência central e dispersão. Testou-se a associação entre as variáveis categóricas por meio do teste de qui-quadrado exato de Fisher. Os dados foram considerados significativos com valores de p abaixo de 0,05.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A associação entre a classificação do IMC e as variáveis do conhecimento em nutrição e das práticas alimentares é demonstrada na tabela 01. Onde 54,7% dos participantes apresentaram bom conhecimento em nutrição, destes, 74,3% eram eutróficos, e 11,4% tinham magreza acentuada, 45,3% demonstraram um ótimo conhecimento em nutrição, onde 69,0% estavam eutróficos 13,8% com sobrepeso. No quesito práticas alimentares, a grande maioria dos estados de eutrofia e 10,5% estavam com magreza acentuada. Dessa maneira, houve associação significativa entre a variável IMC e o variável conhecimento em nutrição e práticas alimentares ($p > 0,05$).

Tabela 01: Associação entre a classificação do IMC e as variáveis de classificação dos conhecimentos em nutrição e classificação das práticas alimentares, Caxias-MA, 2016.

Variável	Classificação	IMC								Total	p [‡]	
		Magreza acentuada		Eutrofia		Sobrepeso		Obesidade				
		n	%	n	%	N	%	n	%			
Conhecimento em nutrição	Ótimo	3	10,3	20	69,0	4	13,8	2	6,9	29	45,3	0,802
	Bom	4	11,4	26	74,3	2	5,7	3	8,6	35	54,7	
	Total	7	10,9	46	71,9	6	9,4	5	7,8	64	100,0	
Práticas alimentares	Ótimo	2	10,5	15	78,9	1	5,3	1	5,3	19	29,7	0,414
	Bom	4	9,1	31	70,5	5	11,4	4	9,1	44	68,8	
	Ruim	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,6	
Total	7	10,9	46	71,9	6	9,4	5	7,8	64	100,0		

FONTE: Dados da pesquisa, 2016.

Na tabela 02 os dados foram distribuídos de acordo com a classificação estatura para idade e comparadas com o variável conhecimento em nutrição e práticas alimentares. Do total de participantes, 45,3% referiram ótimo conhecimento em nutrição, sendo que, 96,6% apresentavam estatura adequada para idade e 3,4% baixa estatura para idade. Ótimas práticas alimentares foram observadas em 29,7% dos escolares, onde 94,7% estavam com estatura adequada para idade e 5,3% com baixa estatura para idade. Portanto, não houve associação significativa entre a variável estatura/idade e as variáveis de conhecimento em nutrição e práticas alimentares ($p > 0,05$).

Tabela 02: Associação entre a classificação da estatura/idade e as variáveis classificações dos conhecimentos em nutrição e classificação das práticas alimentares Caxias-MA, 2016.

Variável	Classificação	Estatura/Idade						Total	p [‡]
		Baixa estatura/idade		Estatura adequada para idade					
		n	%	N	%	n	%		
Conhecimento em nutrição	Ótimo	1	3,4	28	96,6	29	45,3	0,453	
	Bom	0	0,0	35	100,0	35	54,7		
	Total	1	1,6	63	98,4	64	100,0		
Práticas alimentares	Ótimo	1	5,3	18	94,7	19	29,7	0,312	
	Bom	0	0,0	44	100,0	44	68,8		
	Ruim	0	0,0	1	100,0	1	1,6		
Total	1	1,6	63	98,4	64	100,0			

FONTE: Dados da pesquisa, 2016.

O peso dos participantes da pesquisa foram relacionados as variáveis de conhecimento em nutrição e as práticas alimentares e demonstrados na tabela de número 03. Dentre os entrevistados que demonstraram um bom conhecimento em nutrição, 82,9% tinham peso adequado para a idade e 14,3% estavam com peso elevado. Dos que apresentaram um ótimo conhecimento em nutrição, 79,3% estavam com peso adequado para a idade, 13,8% com peso elevado e 6,9% com baixo peso. O total de escolares com boas práticas alimentares foi de 68,8%, onde 77,3% estavam com peso adequado e 18,2% com peso elevado para idade. Os que tinham ótimas práticas alimentares foram de 29,7%, onde 89,5% dos participantes apresentaram peso adequado para idade, as variáveis baixo peso e peso elevado para idade demonstraram valores iguais de 5,3%. Não houve associação significativa entre a variável peso/idade e o variável conhecimento em nutrição e práticas alimentares ($p > 0,05$).

Tabela 03: Associação entre a variável classificação do peso/idade e as variáveis classificações dos conhecimentos em nutrição e classificação das práticas alimentares, Caxias-MA, 2016.

Variável	Classificação	Peso/Idade						Total	P	
		Baixo peso/idade		Peso adequado para idade		Peso elevado para idade				
		n	%	n	%	n	%			
Conhecimento em nutrição	Ótimo	2	6,9	23	79,3	4	13,8	29	45,3	0,884
	Bom	1	2,9	29	82,9	5	14,3	35	54,7	
	Total	3	4,7	52	81,3	9	14,1	64	100,0	
Práticas alimentares	Ótimo	1	5,3	17	89,5	1	5,3	19	29,7	0,523
	Bom	2	4,5	34	77,3	8	18,2	44	68,8	
	Ruim	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	1,6	
Total	3	4,7	52	81,3	9	14,1	64	100,0		

FONTE: Dados da pesquisa, 2016.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados analisados, verificaram-se boas práticas alimentares e bom conhecimento em nutrição na maioria das crianças. Vale destacar que os resultados deste estudo, devem ser analisados com relação às suas deficiências, como a capacidade do indivíduo de oferecer informações corretas e explícitas. Independentemente dessas observações cabe salientar que o emprego da educação nutricional dentro e fora das escolas faz-se interessante para a conservação dos bons hábitos alimentares, estimulando uma conduta preventiva a ser adotada por toda a vida.

O presente trabalho abre caminhos para pesquisas posteriores, visto que, na cidade não havia tido estudos semelhantes que investigassem o conhecimento em nutrição, as práticas alimentares e sua relação com o estado nutricional de escolares, demonstrando assim, a grande importância de pesquisas que envolvam estatística, de modo que, os hábitos alimentares adquiridos na infância se consolidam na adolescência e se estendem à vida adulta, e quando inadequados acarretam danos à saúde do indivíduo, que podem se perpetuar durante toda a vida.

REFERÊNCIAS

BERTIN, Renata Labronici et al. Estado nutricional, hábitos alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Rev. Paul. Pediatr.**, v. 28, n. 3, p. 303-8, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Anderson_Ulbrich3/publication/262703274_Nutritional_status_knowledge_of_nutrition_and_food_habits_in_school_children/links/54e5ef0e0cf277664ff1b607.pdf. Acesso em: 03/06/16.

CARVALHO, A. P. et al. Hábitos alimentares e práticas de educação nutricional: atenção a crianças de uma escola municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. **J. Pediatr.**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 20-27, 2010. Disponível em: <http://www.pediatriasaopaulo.usp.br/index.php?p=html&id=1326>. Acesso em: 10/05/16.

MONTEIRO, R. A. **Influência de aspectos psicossociais e situacionais sobre a escolha alimentar infantil**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PADRÃO ALIMENTAR E FUNCIONALIDADE DO TGI EM CRIANÇAS PORTADORAS DE PATOLOGIAS RESPIRATÓRIAS¹

Raissa Bárbara dos Santos da Silva- UNIFSA²

Luiza Marly Freitas de Carvalho- UNIFSA³

RESUMO

Estudos recentes estão sendo desenvolvidos a fim de se demonstrar a influência da nutrição no desencadeamento destas patologias. O objetivo principal foi investigar o padrão alimentar e a funcionalidade do Trato Gastro Intestinal de crianças com patologias respiratórias. O estudo consistiu na coleta de dados antropométricos e aplicação de questionários, um de consumo alimentar, outro a respeito de dados socioeconômicos e demográficos, o QRM (Questionário de Rastreamento Metabólico) para avaliar sinais e sintomas de desequilíbrio no TGI e um último como uma complementação do QRM, que avalia a consistência das fezes através de uma escala visual. A amostra foi composta por 12 crianças, de idade entre 2 e 6 anos. A patologia mais presente foi a pneumonia, verificada em 100% dos casos. Em relação às condições socioeconômicas das crianças, verificou-se que 58,8% dos responsáveis haviam concluído o ensino médio e que 80% possuía uma renda de um a dois salários mínimos. Quanto ao estado nutricional 58,5% encontrava-se em estado de eutrofia e apesar deste resultado ser relevante, observou-se que houve uma parcela significativa de crianças com baixo peso (41,7%), fato este que merece atenção, haja vista que a desnutrição, está associada a um número maior de infecções respiratórias graves. O QRM mostrou uma pontuação >40 pontos em 50% dos casos demonstrando a existência de hipersensibilidade nesse público e o formato das fezes esteve em 50% dos casos normais, os outros casos dividiam-se em diarreia e constipação. Há poucos estudos na área, apesar do tema ser relevante. Confirmou-se evolução antropométrica, desequilíbrio no consumo de macronutrientes e elevada taxa de indicativo de hipersensibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: patologias respiratórias, estado nutricional, padrão alimentar

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas foi observado um aumento significativo na prevalência de patologias respiratórias, em diferentes pontos do mundo (CARREIRO; SANTOS; RODRIGUES. *et al*, 2013). Estas constituem um importante fator de morbimortalidade tornando-se, portanto, uma questão de saúde pública. Uma das doenças crônicas mais recorrentes durante a infância é a asma. Enquanto a bronquite e a pneumonia constituem duas importantes infecções.

Muitos estudos recentes estão sendo desenvolvidos a fim de se demonstrar a influência da nutrição no desencadeamento dessas patologias. Dentre as possíveis razões para

o aumento de crises estão as mudanças no estilo de vida e no padrão alimentar da sociedade. No entanto, há uma limitação pela carência de evidências na relação de causa-efeito. Quando há uma melhora na função intestinal, nota-se uma melhora generalizada das funções do organismo. Para que indivíduos com problemas respiratórios possam desfrutar de uma vida mais ampla a postura mediante aos alimentos deve ser mudada absorção.

Visando alertar os profissionais da área sobre a associação da alimentação e as patologias respiratórias, o principal objetivo desta pesquisa é realizar uma análise do padrão alimentar de indivíduos portadores de asma, bronquite e/ ou pneumonia, além de fazer um rastreio do funcionamento metabólico através de um questionário padrão para avaliar sinais e sintomas de hipersensibilidades alimentares e/ou ambientais.

MATERIAL E MÉTODOS:

O estudo tem uma abordagem quantitativa, caracterizado como uma pesquisa de campo descritiva e exploratória, sendo do tipo observacional transversal e foi desenvolvido em um hospital público localizado na zona Sul, na região urbana de Teresina (PI). A amostra foi composta por livre demanda, ou seja, pela notificação dos casos diariamente, que dependeu diretamente das condições climáticas na época da coleta de dados. Os indivíduos foram selecionados aleatoriamente e totalizaram-se em 12 participantes.

Foram coletados dados antropométricos incluindo o peso e altura. A análise foi feita utilizando os parâmetros dispostos nos gráficos das carteiras de saúde dos mesmos, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e foram adotados os gráficos de P/I, E/I, e IMC/I (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Como, além de especificar o estado nutricional dos participantes, pretende-se avaliar as questões dietéticas, foi aplicado o Questionário de Recordatório de 24 horas (R24h), um método que consiste em obter informações escritas sobre a ingestão alimentar das últimas 24 horas (Souza. *et al*, 2012).

Utilizou-se questionários para obter os dados socioeconômicos, o Questionário de Rastreamento Metabólico foi usado, juntamente a Escala de Bristol, para identificar sinais e sintomas de desequilíbrio e demonstrativos de hipersensibilidade no Trato Gastro Intestinal. Os resultados do questionário são interpretados por uma escala de pontuação de 0 a 4, na

qual 0 nunca ou quase nunca teve sintomas e a pontuação 4 teve sintomas frequentes e severos. Assim, sempre que houver 10 ou mais pontos em uma seção do QRM é um indicativo da existência de hipersensibilidade alimentar e/ou alimentares.

Quadro 2 – Interpretação do QRM, Teresina-PI, 2018

Pontos	Interpretação
<20 pontos	Pessoas mais saudáveis, com menor chance de terem hipersensibilidade
>30 pontos	Indicativo da existência de hipersensibilidades
>40 pontos	Absoluta certeza da existência de hipersensibilidades
>100 pontos	Pessoas com saúde muito ruim – alta dificuldade para executar tarefas diárias, pode estar associada à presença de outras doenças crônicas e degenerativas.

Fonte: Centro Brasileiro de Nutrição Funcional

Por último, solicitou-se do responsável pelo participante que identificasse na Escala de Bristol, a imagem que mais se aproximasse das características das fezes. O participante deve apenas selecionar o tipo de fezes que mais se assemelha a suas próprias fezes, de acordo com a consistência e forma. Os dados foram convertidos em gráficos e tabelas por intermédio do Microsoft Excel 2013, onde foi criado um banco de dados e exportados para o programa SPSS 16 for Windows versão 20, para a análise estatística.

Esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, pelo Comitê Nacional de Ética e Pesquisa, respeitando os preceitos legais da Resolução 466/2012 para pesquisar envolvendo seres humanos. Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após confirmarem participação na mesma e receberem esclarecimento dos objetivos, procedimentos de coleta de dados e direito de anonimato. O protocolo foi aprovado pelo Comitê de Ética, sob o número de CAAE 80424817.2.0000.5602.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Recentemente, fatores dietéticos estão sendo associados ao desenvolvimento, ao surgimento e/ou agravamento de doenças respiratórias. Apesar do interesse atual neste assunto, o entendimento sobre diversos tópicos desta associação ainda é limitado. Neste estudo procurou-se identificar uma possível associação entre aspectos nutricionais, incluindo o estado nutricional e os padrões de ingestão dietética, com a ocorrência de asma, bronquite e/ou pneumonia com as crianças assistidas na unidade de saúde onde este foi realizado.

A amostra foi composta por um total de 12 crianças (n), consideravelmente pequena, porém explicável pelo fato já mencionado de a amostra ter sido composta por livre demanda, além disso, as outras crianças presentes na unidade de saúde portando alguma das doenças aqui estudadas se encaixavam no critério de exclusão, pois possuíam idade inferior a um ano.

A descrição das variáveis apontou as razões de prevalências, com respectivos intervalos de 95% de confiança e foram conduzidas no SPSS 16.0.

A avaliação socioeconômica foi determinada pela aplicação de um questionário, no qual constavam informações, dentre outras, sobre renda, escolaridade dos responsáveis e raça. A história dietética foi determinada, por meio de entrevista com o responsável da criança, com o objetivo de se definir o respectivo hábito alimentar, através do Recordatório de 24 horas. Nesse momento, utilizou-se um catálogo contendo imagens de medida caseira a fim de auxiliar na estimativa e minimizar os erros, durante o processo de quantificação das porções de alimentos e preparações consumidas pela criança. Os resultados do consumo dietético das crianças foram analisados através do programa DietBox, obtendo-se assim os valores de carboidrato, proteína, lipídio e fibras.

Todos os entrevistados apresentam a pneumonia como patologia presente, e dentre os que apresentam asma (25%), 66% estão no estágio moderado.

Em relação às condições socioeconômicas das crianças, verificou-se que a maior parte (58,8%) dos responsáveis havia concluído o ensino médio. Com relação à renda, observou-se que 80% dos responsáveis das crianças possuíam de um a dois salários mínimos. Segundo o Franco (2017), a falta de estudo cria um forte ciclo de pobreza e fracasso, passado de pai para

filhos. Um relatório publicado pela USP em 2013, revela que o nível de instrução dos pais, dentre outros aspectos citados, influencia diretamente o modo como as crianças lidam com a própria alimentação.

A prevalência de excesso de peso neste estudo foi baixa ($n=0$), como já era esperado, haja vista que a população é predominantemente de baixa a média renda. Porém, a associação entre as patologias aqui estudadas e a asma não significa, necessariamente uma relação de causa e efeito, como mostra o estudo de SCHNEIDER (2007).

Por outro lado, 58,5% da amostra estavam em estado de eutrofia, isto é, adequado. Tanto nos resultados de Peso para Idade, quanto no de IMC para Idade, como mostra a tabela 3, este resultado pode ser explicado pelo fato das crianças estarem internadas a pouco tempo e manterem uma rotina um tanto quanto fixa de alimentação, além do fato de passarem grande parte de seu tempo nas creches ou escolas que possuem, geralmente um cardápio fixo.

Com base no questionário aplicado, sobre rastreamento metabólico, observa-se que, de acordo com a tabela 4, houve um resultado significativo, haja vista que o resultado do somatório do QRM correspondente à pontuação maior que 40 pontos, podem ser caracterizados com absoluta certeza da existência de hipersensibilidade, estes corresponderam a 50% da amostra.

Diante do exposto se faz necessário que estes sintomas sejam avaliados e o quadro de hipersensibilidade apresentado por estes pacientes seja solucionado, pois segundo Forte (2015) se não for tratado, pode evoluir para um quadro mais grave, levando a doenças crônicas. Enquanto 25% da amostra identificaram fezes tidas como normais, no entanto possuem fragmentações, o que segundo a literatura pode ser um indicativo de princípio de desregulação nos processos intestinais e principalmente falta de água e fibras na alimentação. Outros 25%, afirmaram que as fezes dos filhos assemelham-se ao formato de salsicha e com fendas na superfície, e como já citado esta parcela pode ser explicada pelo fato de estarem a pouco tempo em internação, isto implica em poucas mudanças na dieta habitual, além disso, o tempo de exposição as medicações é relativamente curto para gerar algum transtorno intestinal (ELIZALDI, 2017).

Apesar dos resultados a respeito da avaliação do estado nutricional estarem em sua maioria adequados, observa-se que houve grande desequilíbrio ao avaliar a ingestão alimentar, uma vez que grande parte da amostra consome os macronutrientes de forma desequilibrada, sobretudo carboidratos e lipídios o que pode corroborar para o futuro desenvolvimento de obesidade e doenças afins.

Os principais pontos deste estudo foram à inadequação do consumo com relação hábitos alimentares, haja vista que a amostra tinha a alimentação composta por basicamente excessos de carboidratos simples (arroz, batata inglesa, açúcar refinado, pães, sucos de pacotes, bolachas recheadas e refrigerantes) e gordura do tipo saturada (pasteis e salgadinhos fritos, carne frita em óleo vegetal dentre outros). O carboidrato foi o nutriente que teve a maior média percentual (54,2%), seguido do lipídio (29,3%), outro destaque é a grande oscilação da quantidade de fibra ingerida (entre 7,55g e 41,68g)

CONCLUSÕES

É preciso reforçar a importância da educação alimentar no ambiente hospitalar, a fim de equilibrar a alimentação e maximizar o desempenho metabólico de crianças doentes. Para tanto se sugere que mais estudos sejam realizados a cerca deste tema, contribuindo para que essa população não fique vulnerável aos riscos nutricionais.

REFERÊNCIAS

CARREIRO, A.; SANTOS, J.; RODRIGUES, F. **Impacto das Comorbidades num Programa de Reabilitação Respiratória em Pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica**. Rev Port Pneumol. 2013;19(3)

ELIZALDE-BEIRAS, I. **Factores asociados al asma en los niños y adolescentes de la zona rural de Navarra (España)**. Espanha, 2017.

FORTE, G. C. **Obesidade, Marcadores Nutricionais e Efeitos da Dieta na Asma**. Tese (Doutorado em Ciências Pneumológicas) – UFRGS. 2015.

FRANCO, R. G. S. Estudo da Relação dos Casos de Asma e Bronquite em Crianças Menores de 5 anos e Variáveis Meteorológicas no Município de Uberlândia-MG. **Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG. 2017.**

SCHNEIDER, A. P. **Associação entre Ingestão Dietética com Asma e Atopia em Escolares em Uruguaiana, RS.** 109 f. Tese (Doutor em Ciências da Saúde). Porto Alegre: PUCRS; 2007.

GT 31

GRUPO TEMÁTICO

CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO

GT 31 – CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO

Adolfo Macito Campos de Oliveira¹ (UNIFSA)

Keila Cristiane Batista Bezerra² (UNIFSA)

Aproximar pesquisadores nessa linha de pesquisa com foco nas inovações e contribuições da tecnologia industrial na área alimentar e sua influencia nos hábitos alimentares, saúde e ambiente, possibilitando partilha e parcerias quanto aos conhecimentos atuais na área e possibilitar momentos de discussão e ampliação de conhecimentos científicos aos discentes, como também estimular a busca pela pesquisa.

c) Apresentação do(s) objetivo(s) do GT;

- Contribuir com a socialização do conhecimento entre pesquisadores e discentes iniciantes na pesquisa científica.
- Promover a divulgação da pesquisa científica na área.
- Possibilitar momentos de discussão e refinamento das metodologias de pesquisa na área.
- Sensibilizar os discentes quanto à importância de ser pesquisador e contribuir para melhoria da sociedade.
- Integrar grupos de pesquisa na área de alimentação e nutrição;

¹ Mestrado em Alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (2011). Graduação em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba (2001); Graduação em tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002); Graduação em Análises Clínicas pela Universidade Federal do Piauí (2005). Atualmente é professor do Centro Universitário Santo Agostinho.

² Mestre em Alimentos e Nutrição (UFPI 2013), possui graduação em NUTRIÇÃO (UFPI 2006), com especialização em Alimentos e Nutrição (UFPI 2008). Foi professora do curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí (2009-2011), onde desenvolveu pesquisas com frutos do cerrado e do semiárido (jatobá e carnaúba). Também atuou como responsável técnica na UAN do grupo Ideal Ponto de Alimentação (2008-2010). Atualmente é professora e supervisora de estágios curriculares em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) do Centro Universitário Santo Agostinho, em Teresina-PI.

- Possibilitar discussão quanto ao desenvolvimento e avaliação de novas fórmulas ou produtos alimentares, visando sua utilização na alimentação humana;
- d) Indicação de metodologia, aportes teóricos e/ou escolhas epistemológicas específicas ao referido grupo temático.
- Painel eletrônico em sala, com discussão do tema apresentado.

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COM LASER DE BAIXA INTENSIDADE NO TRATAMENTO DE TRAUMAS MAMILARES EM LACTANTES¹

Maria Nillane da Silva²
Bruna Karinnay Da Silva Sousa³
Francisca Cindy de Sousa Albuquerque⁴
Larissa Raynara Bandeira Barros Costa⁵
Maria Merciane Medeiros do Nascimento Ferreira⁶
Marianne Raquel Bonfim Borges⁷
Karla Joelma Bezerra Cunha⁸
Centro Universitário Santo Agostinho



RESUMO

O aleitamento materno (AM) é a mais adequada forma de nutrição para o recém-nascido até o sexto mês de vida. O leite materno é rico em nutrientes importantes para o bom desenvolvimento do lactente, porém o desmame precoce é uma realidade brasileira. A presença de fissura mamilar está entre os principais empecilhos no processo de AM. O objetivo desse estudo é descrever as contribuições do uso do laser de baixa intensidade no tratamento do trauma mamilar. Revisão bibliográfica realizada durante o mês de Agosto de 2018. Foram pesquisados artigos nas bases de dados MEDLINE, CAPES, EBSCO e PUBMED, sendo utilizados como descritores: “Terapia com luz de baixa intensidade”, “Mama” e “Aleitamento materno”, foram selecionados artigos em português e inglês, disponíveis dos últimos 10 anos. O laser de baixa potência no tratamento da fissura mamilar, irá atuar biomodulando as células e os tecidos, provocando proliferação celular, neoformação tecidual e revascularização, diminuindo o edema e aliviando a dor. A compreensão desse tratamento pelo enfermeiro é necessária para melhorar a duração da amamentação exclusiva, abordando sistematicamente uma das dificuldades mais frequentes encontradas pelas mulheres que amamentam, pois a responsabilidade do tratamento e prevenção está ligada intrinsecamente ao seu cotidiano.

PALAVRAS- CHAVE: Terapia com luz de baixa intensidade, mama, aleitamento materno.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: marianillane12@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: karinnay@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: f_cindy@outlook.com

⁵ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: lraynara903@gmail.com

⁶ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: mercymed123@outlook.com

⁷ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: marianebonfim2@hotmail.com

⁸ Enfermeira obstetra e mestra em enfermagem- UNIFSA, email: Karlaenfa@yahoo.com

INTRODUÇÃO

Conforme Leal et al (2016) relata, o aleitamento materno (AM) é a forma mais completa e ideal de nutrição para os recém-nascidos, até o sexto mês de vida, pois fortalece o sistema imunológico diminuindo assim a incidência de mortalidade infantil. O leite materno contém todos os nutrientes em qualidade e quantidade ideais para o bom desenvolvimento do lactente, porém, apesar de tudo isso o desmame precoce é uma realidade brasileira. De acordo com o estudo de Vasquez, Dumith e Susin (2015), atualmente verifica-se que intervenções negativas fazem parte do cotidiano das lactantes, fato esse, que pode levar ao desmame precoce do lactente ou até mesmo a não amamentação. A depressão pós-parto, presença de fissura mamilar nas lactantes, falta de informações e condições socioeconômicas continuam sendo os principais empecilhos no processo de aleitamento materno.

Segundo Buck, Eckereder e Amir (2016), uma queixa muito comum entre as mulheres que amamentam, é a dor proveniente de lesões mamilares, iniciada nos primeiros dias após o parto, causadas por uma retenção inadequada do bebê, configurando-se como um obstáculo importante para o sucesso do aleitamento materno. Atualmente existe um número limitado de terapias eficazes na cicatrização de mamilos danificados durante a lactação, objetivou-se então com esse estudo, investigar e descrever as contribuições da terapia a laser nesse processo, por se tratar de um tratamento indolor e que ajuda na cicatrização e alívio da dor.

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada durante o mês de Agosto de 2018. Foram pesquisados artigos nas bases de dados MEDLINE, CAPES, EBSCO e PUBMED, sendo utilizados como descritores: “Terapia com luz de baixa intensidade”, “Mama” e “Aleitamento materno”, associados com o operador booleano AND. Foram selecionados artigos em português e inglês, disponíveis dos últimos 10 anos. Foram encontrados no total 21 artigos, porém após a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, apenas 06 corresponderam à

temática abordada (3- MEDLINE, 1- CAPES, 1-EBSCO e 1- PUBMED). Consideraram-se, para a busca das publicações científicas, os seguintes critérios de inclusão: artigo científico que citava de maneira clara a aplicação do laser no tratamento de traumas mamários ou teciduais, ou uso do laser pelo enfermeiro no tratamento de feridas e/ou lesões; disponibilizado na íntegra, de forma livre e gratuita, nos idiomas português ou inglês. Foram excluídos os artigos repetidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Dennis, Jackson e Watson (2014), muitas intervenções terapêuticas voltadas para a redução da dor nos mamilos em mulheres que amamentam foram avaliadas, porém ainda não está claro qual a mais eficaz. No entanto, é necessária a atuação eficaz do enfermeiro no tratamento de feridas, por meio da Sistematização da Assistência em Enfermagem, na avaliação do tecido em seu aspecto e dimensões, definindo a escolha da cobertura e do curativo adequado, avaliação de comorbidades e fatores que interferem no processo cicatricial. A laserterapia é considerada um procedimento privativo do enfermeiro dentro da equipe, porém o mesmo só poderá realizá-la mediante certificação de especialização.

Conforme Vasquez, Dumith e Susin (2015) relatam, fissuras são uma porta de entrada para bactérias, quando não tratadas levam a quadros de mastite, que é caracterizada como um processo inflamatório de um ou mais quadrantes da mama, podendo progredir para uma infecção bacteriana, formando abscessos. Em casos mais graves evoluir para uma septicemia. O diagnóstico da mastite é realizado a partir da anamnese e do exame físico que se baseiam na busca do detalhamento da história clínica, visando à investigação da presença de fatores de risco predisponentes e à observação dos sinais e sintomas sugestivos de infecção.

Segundo Schmidt e Pereira (2016), atualmente, a laserterapia se destaca entre os processos que favorecem a cicatrização. Trata-se de uma radiação eletromagnética que pode ser classificada em alta e baixa potência. A primeira opção atua no corte, remoção ou

coagulação de tecidos, e a segunda no processo de reparação tecidual. Utiliza-se o laser de baixa potência no tratamento da fissura mamilar, que irá atuar biomodulando as células e os tecidos, provocando proliferação celular, neoformação tecidual e revascularização, diminuindo o edema e aliviando a dor. Devendo este ser associado a realização do curativo adequadamente para resultados mais satisfatórios.

De acordo com o estudo de Santos, Filho e Nicolau (2012), o laser focaliza em pequenas áreas e emite altas densidades de energia, fazendo-o um instrumento de grande interesse e importância para aplicações na área da saúde, tanto no diagnóstico como na terapia. A energia é medida em Joule (J), ou seja, quantidade de radiação que será aplicada na lesão. O comprimento da onda é medida em nanômetro, indicando a potencialidade da penetração. A onda é aplicada nas bordas da lesão, sendo que doses entre 2 a 4 J/cm² fornece analgesia, 1 a 3 J/cm² há ação anti-inflamatória, entre 1 a 6 J/cm² têm ação terapêutica e entre 3 a 6 J/cm² ocorre reparação tecidual.

CONCLUSÃO

Este estudo permitiu que a compreensão das opções de tratamento de dor nos mamilos, é necessária para melhorar a duração da amamentação e as taxas de exclusividade, bem como para abordar sistematicamente uma das dificuldades mais frequentes encontradas pelas mulheres que amamentam, pois a responsabilidade do tratamento e prevenção está ligada intrinsecamente ao cotidiano do enfermeiro e fornece a autonomia de decisão.

O enfermeiro é protagonista no tratamento de feridas, porém observa-se uma deficiência de produção científica, tanto nacional como internacional, em relação à utilização da laserterapia por enfermeiros no tratamento de feridas, principalmente traumas mamários. No entanto, é importante o aprofundamento de conhecimento científico nesta área, a fim de se conhecer e promover a adesão a essa nova tecnologia de intervenção na reparação tecidual.

REFERÊNCIAS

BUCK, M. L; ECKEREDER, G; AMIR, L. H. Low level laser therapy for breastfeeding problems. **Breastfeeding Review**, v.24, n.2, p 27-31, 2016.

DENNIS, C. L; JACKSON, K; WATSON, J. Intervenções para o tratamento de mamilos dolorosos entre mulheres que amamentam. **O banco de dados Cochrane de revisões sistemáticas**, v.15, n.12, p 105-115, 2014.

LEAL, C. C. G. et al. Prática de enfermeiras na promoção do aleitamento materno de adolescentes brasileiras. **Ciencia y Enfermería**, v.22, n.3, p 97-106, 2016.

SANTOS, M. C. M; FILHO, F. C. G; NICOLAU, R. A. Efeitos terapêuticos do diodo emissor de luz - led em mastites lactacionais. **Revista Univap**, v. 18, n.32, p 42-51, 2012.

SCHMIDT, M. H; PEREIRA, A. D. A; LASERTHERAPY: The use of technology in nursing intervention. **Disciplinarum Scientia**, v.17, n.3, p 499-506, 2016.

VASQUEZ, J; DUMITH, S; SUSIN, L. R. O. Aleitamento materno: estudo comparativo sobre o conhecimento e o manejo dos profissionais da Estratégia Saúde da Família e do Modelo Tradicional. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.15, n.2, p 181-192, 2015.

A UTILIZAÇÃO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO EM CONCRETO PARA PAVIMENTOS¹.

Lucas Gamaliel Andrade Fialho²

Kamila Fontineles de Areia³

Sabrina Maria Barbosa Mota⁴

Cláudio Braga Campos Filho⁵

José Gouveia de Oliveira Júnior⁶

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

A tecnologia do emprego de fibras de polipropileno como elementos de reforço no concreto vem experimentando significativo crescimento de demanda nos últimos anos e vários são os motivos que explicam essa realidade. Este trabalho busca abordar a utilização de fibras de polipropileno como adição em concretos utilizados para construção de pavimentos, bem como verificar seu desempenho relacionado à fissuração no caso da construção de uma ciclovia localizada na cidade de Teresina-PI. O estudo se caracterizou como um estudo de caso unitário, exploratório e qualitativo, tendo sido realizado na obra de requalificação urbana e ambiental da Lagoa do Mocambinho. Nesta pesquisa as informações foram obtidas através de documentos, projetos e relatórios da obra, bem como visitas técnicas in loco. Conclui-se que, a fibra de polipropileno ao ser adicionada ao concreto, obteve resultados satisfatórios quanto ao objetivo proposto inicialmente.

PALAVRAS-CHAVE: pavimento rígido, fissuração, fibras de polipropileno.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de graduação 9º período do curso de Engenharia Civil no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, lukas.fialho70@gmail.com;

³ Estudante de graduação 9º período do curso de Engenharia Civil no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, kamilafontaineles@gmail.com;

⁴ Estudante de graduação 9º período do curso de Engenharia Civil no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, sabrii.maria@hotmail.com;

⁵ Estudante de graduação 9º período do curso de Engenharia Civil no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, claudio_bragacamposfilho@hotmail.com;

⁶ Estudante de graduação 9º período do curso de Engenharia Civil no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, josegouveia@gmail.com.

INTRODUÇÃO

De acordo com Figueiredo (2011), o concreto possui uma série de características que lhe garantem o posto de material estrutural mais utilizado no mundo. Entre as principais vantagens, pode-se citar o baixo custo e a capacidade de se adequar a variadas condições de produção, além de possibilitar infinitas variações de forma para as peças moldadas. Apesar disso, o concreto simples apresenta também várias limitações, como baixa relação resistência/peso e uma baixa capacidade de deformação antes da ruptura quando submetido à esforços de tração. Por essa razão, surgiram alternativas tecnológicas que permitiram que essas limitações fossem reduzidas, como o concreto com adição de aço, e mais recentemente a adição de fibras como reforço de concreto simples ou armado.

Segundo Rodrigues e Montardo (2002), a tecnologia do emprego de fibras plásticas de polipropileno como elementos de reforço no concreto vem experimentando significativo crescimento de demanda nos últimos anos e vários são os motivos que explicam essa realidade. No plano técnico, pode-se citar a compatibilidade mecânica, física e química existente entre o concreto e as fibras de polipropileno. Além do polipropileno ser quimicamente inerte, ele também não absorve água, é imputrescível e não enferruja.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a aplicação de fibras de polipropileno como adição em concretos utilizados para construção de pavimentos, bem como verificar seu desempenho relacionado à fissuração, considerando no caso a construção de uma ciclovia localizada na cidade de Teresina-PI.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de caso unitário, exploratório e qualitativo, tendo sido realizado na obra de requalificação urbana e ambiental da Lagoa do Mocambinho que encontra-se delimitada pelas margens da lagoa entre a Rua Cleanto Jales de Carvalho e Avenida Prefeito Freitas Neto, Teresina-PI. Coordenadas Geográficas: 05°01'26.82"S 42°49'03.35"W.

Os procedimentos para coletas de dados que foram utilizados neste estudo incluem a obtenção de informações através de documentos, projetos e relatórios da obra, bem como

visitas técnicas in loco, que auxiliaram na identificação e confirmação dos resultados. Segundo Lakatos e Marconi (2003) através da observação é possível obter as informações necessárias, sendo sua importância não só ao ato de contemplar e ouvir, mas também em explorar os acontecimentos e fenômenos que se desejam estudar.

A escolha da obra de requalificação urbana e ambiental da Lagoa do Mocambinho foi devida às características práticas do estudo e principalmente pelas relações dos pesquisadores para com a obra em questão, o que proporcionou um acesso às informações de modo mais amplo.

Essa obra contempla a construção de uma ciclovia com 03(três) quilômetros de extensão, na qual foi feita uma escavação de 20 cm, e preparação da base do terreno para execução de primeira camada da laje de concreto armado de FCK=20MPa com 07 cm de espessura, moldado in loco, sobre filme de plástico de espessura mínima 0.15mm, com a adição de pigmento na cor vermelha (Figura 01).

FIGURA 01 – Detalhe da execução da ciclovia.



(a) Detalhe do filme plástico e da armadura da laje de concreto armado.



(b) Detalhe concretagem da laje de concreto armado.

Fonte: O autor (2017).

Para Rodrigues (2011), o pavimento rígido é composto geralmente por uma única camada superior (laje) de concreto, usualmente de cimento *portland*, que funciona conjuntamente como camada de desgaste e de base. A elevada resistência à flexão do concreto armado faz com que o pavimento não sofra deformações acentuadas, mesmo quando sujeito a tráfego pesado e intenso, e em solos que possuam fraca capacidade de carga.

Conforme Figueiredo (2011), o concreto tem uma série de limitações, como o comportamento marcadamente frágil e baixa capacidade de deformação do material antes da ruptura. Conseqüentemente, em função de sua fragilidade a sua resistência à tração é muito reduzida quando comparada à resistência à compressão.

De acordo com Mehta e Monteiro (2008) pode-se associar a limitada capacidade de resistência à tração do concreto à sua grande dificuldade de interromper a propagação de fissuras, quando é submetido a este tipo de solicitação. Assim que se inicia cada nova fissura a área disponível para resistir o carregamento atuante é reduzida, causando um aumento das tensões presentes nas extremidades das fissuras. Esse comprometimento da resistência é muito maior quando a solicitação é de tração, do que quando o material é comprimido. Logo, a ruptura na tração é causada por algumas fissuras que se unem, e não por numerosas fissuras como ocorre quando o concreto é comprimido.

O caso da obra em estudo se enquadrou no aspecto supracitado, onde a pavimentação apresentou fissuração excessiva nas primeiras idades do concreto conforme apresenta na Figura 02:

FIGURA 02 – Imagem evidenciando a presença de fissuras no pavimento da ciclovia.



Fonte: O autor (2017).

Tendo em vista a problemática da fissuração apresentada, a empresa responsável pelo fornecimento de concreto da obra adotou como solução para tal patologia a adição de fibras de polipropileno ao traço do concreto utilizado na pavimentação. Foram utilizados 600g de FibroMac12[®] para cada metro cúbico de concreto.

Segundo Oliveira (2016), na atualidade, as fibras sintéticas como fibras de polipropileno, estão sendo recomendadas em estruturas onde existam grandes superfícies, como em pisos industriais e pavimentos em geral. Estas fibras podem ser produzidas em uma grande variedade de formas, possuem baixo módulo de elasticidade, grande deformação, resistência à alcalinidade e baixo custo, podendo auxiliar também no controle da microfissuração durante o endurecimento da pasta de cimento. Um efeito importante da adição deste tipo de fibra é o de aumentar a capacidade de absorção de energia em tração, isto possibilita ao material um melhor desempenho à flexão, principalmente na etapa posterior ao surgimento das primeiras fissuras.

Rodrigues e Montardo (2002) relatam que a propriedade mais notável no emprego das fibras de polipropileno no concreto de piso é o aumento da coesão da mistura fresca nas suas primeiras idades, de modo a minimizar a fissuração que ocorre no estado plástico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção da ciclovia em questão passou por três etapas, a primeira delas foi a construção de um trecho da ciclovia com pavimentação rígida sem adição de fibras de polipropileno. Após a primeira etapa, foi observado o surgimento de excessiva fissuração do pavimento (Figura 02), com isso, surgiu a necessidade da segunda etapa, que consistiu na demolição de 182,86m de pavimento devido à patologia supracitada (Figura03).

FIGURA 03 – Demolição da pavimentação sem adição de fibras.



(a) Detalhe da demolição do pavimento.



(b) Detalhe do bota fora da demolição do pavimento.

Fonte: O autor (2017).

Já na terceira etapa foi adotada a adição da fibra de polipropileno para construção de toda a ciclovia, visando sanar e reparar o problema da fissuração. Após a utilização de fibras de polipropileno na obra, pode-se observar o melhor desempenho do pavimento com relação à fissuração, onde o mesmo não apresentou fissuras aparentes ao longo de sua extensão (Figura 04). De modo a confirmar a eficiência das fibras podemos citar o caso de Padron e Zollo (Padron et al, 1990), que pesquisaram concretos e argamassas com reforços de fibras de polipropileno e acrílico, e obtiveram para o concreto que a redução da quantidade de fissuras variou entre 18% a 23%.

FIGURA 04 – Pavimento da ciclovia após a utilização de fibras de polipropileno.



(a) Trecho antes demolido não apresentou mais fissuras aparentes, após adição das fibras.



(b) Comunidade utilizando a ciclovia.

Fonte: O autor (2017).

CONCLUSÕES

A contribuição das fibras de polipropileno no combate/redução das fissuras tem sido amplamente difundida por diversos pesquisadores, contudo a forma como isso ocorre ainda não é tão conhecida, havendo linhas de estudo que defendem que o complexo mecanismo da pressão dos poros capilares desempenha importante papel na redução da retração e consequentemente das fissuras, enquanto outros atribuem às fibras o sucesso na redução dos efeitos danosos da retração. Nesse estudo foi observado que, a fibra de polipropileno ao ser adicionada ao concreto, obteve resultados satisfatórios quanto ao objetivo proposto

inicialmente pelos pesquisadores, o de minimizar os efeitos da retração (fissuração) na pavimentação rígida em questão.

REFERÊNCIAS

DAL PRA VASATA, A. C. et al. **Análise comparativa entre sistemas de pavimentação rígida e flexível quanto a sua viabilidade técnica e econômica para aplicação em uma via urbana.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

FIGUEIREDO, A. D. **Concreto reforçado com fibras.** 2011. Tese de Doutorado–Universidade de São Paulo.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEHTA, P. KUMAR; MONTEIRO, P. J.MELARAGNO. **Concreto: microestrutura, propriedades e materiais.** 3 ed. São Paulo: Ibracon, 2008.

OLIVEIRA, G. C. **Análise das propriedades mecânicas das fibras adicionadas ao concreto.** 2016. Dissertação (Graduação em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos.

PADRON, I; ZOLLO, R. F. **Effect of synthetic fibers on volume stability and cracking of Portland Cement Concrete and Mortar.** Journal of Materials, American Concrete Institute, July-August 1990.

RODRIGUES, J. L AZEVEDO.**Conceção de Pavimentos Rígidos.** 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto de Portugal, Porto.

RODRIGUES, P; MONTARDO, J. P. **A influência da Adição de Fibras de Polipropileno nas Propriedades dos Concretos para Pisos e Pavimentos.** In: 44º Congresso Brasileiro do Concreto. Belo Horizonte: Ibracon, 2002.

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DE UMA VARIEDADE DE GERGELIM PARDO (*Sesamum indicum*) PRODUZIDO NO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE¹

Gabrielle de Abreu de Abreu²

Andressa Salgueiro Silva³

Charllyton Luis Sena da Costa⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

O cultivo do gergelim em maior parte se destina a alimentação, possui alto valor nutritivo, além de baixo custo, facilidade e variedades nas formas de consumo, o que permite perceber a necessidade de investigar mais as propriedades dessa semente. O objetivo do estudo é analisar a composição nutricional do gergelim pardo cultivado na cidade de Pio IX na região do semi-árido piauiense. Sendo uma pesquisa experimental de cunho descritivo e explicativo e com abordagem quantitativa, as sementes de gergelim pardo foram trituradas, para posteriormente ser feita a análise de composição centesimal, (umidade, cinzas, proteínas, lipídeos, fibras, cálcio e carboidrato), feita de acordo com a metodologia aplicada pelo instituto Adolf Lutz. Quanto ao parâmetro umidade, as amostras de gergelim preto apresentaram valores médios (5,95%) maiores e significativos quando comparados respectivamente com as amostras de gergelim branco (4,95%) e pardo (4,59%). Os teores de cinzas revelaram que o gergelim pardo (0,32g) apresenta minerais, superior e estatisticamente significativos às amostras de gergelim branco (0,24g) e preto (0,24g). Os valores da análise do gergelim pardo apresentam valores de composição centesimal superiores aos encontrados na tabela de composição dos alimentos. O gergelim pardo se destacou sendo então um precursor para a posterior análise de cálcio para verificar seu enquadramento como um alimento fonte de cálcio. Em relação ao teor de umidade esteve dentro dos limites estabelecidos.

PALAVRAS CHAVES: Gergelim pardo. Composição centesimal. Alimentos funcionais.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Aluna do Curso de Nutrição, 8º período, Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. Email: gabylima.ev@gmail.com

³ Aluna do Curso de Nutrição, 8º período, Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. Email: andyzinha10@gmail.com

⁴ Orientador Professor Doutor e Coordenador do Curso de Farmácia do Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA. Email: charllyton@gmail.com

INTRODUÇÃO

Uma alimentação saudável é composta principalmente por alimentos em sua forma natural, sendo necessária a ingestão de todos os nutrientes presentes nesses alimentos para o bom funcionamento do organismo, pois são responsáveis por diversas reações que ocorrem no corpo humano como os alimentos naturais, plantas e sementes. Existem varias sementes que podem ser utilizadas na alimentação dentre essas sementes tem-se o gergelim (*Sesamum indicum*), seu cultivo ocupa todo território mundial e a maior parte se destina a alimentação. Possui alto valor nutritivo, pois apresenta teores consideráveis de fibras alimentares, vitaminas e minerais, além de baixo custo, facilidade e variedades nas formas de consumo, podendo ser empregada na elaboração de farinhas, produtos de panificação, doces, além de ser utilizado em preparações culinárias como em saladas ou consumidos *in natura*. Alguns estudos relatam os benefícios proporcionados pelo consumo do gergelim em decorrência da sua propriedade antioxidante, porém, seus efeitos na saúde vão além.

O termo alimentos funcionais foi introduzido no Japão em 1980 com o intuito de desenvolver alimentos que prolongassem a expectativa de vida da população e reduzir os gastos com saúde pública. **A quantidade do componente funcional presente nos alimentos é estabelecida por meio da análise de sua composição centesimal e por** ser uma semente rica em nutrientes, enfoque nas fibras e cálcio, o gergelim poderá ser considerado funcional, e a adoção do consumo de gergelim na alimentação pode auxiliar na prevenção da saúde da população. Diante disto, o artigo visa analisar a composição nutricional do gergelim pardo (*Sesamum Indicum*) produzido em região do semi-árido piauiense e a avaliar a presença de propriedades funcionais.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo será realizado por meio de uma pesquisa experimental de cunho descritivo e explicativo e com abordagem quantitativa e em razão da natureza do trabalho, as implicações de natureza ética ficam minimizadas, pois não se irá trabalhar diretamente com seres humanos ou animais.

Para a realização desta pesquisa foram utilizadas amostras (01 kg) de sementes de gergelim pardo (*Sesamum indicum*) adquiridas no município Pio XI no estado do Piauí, onde

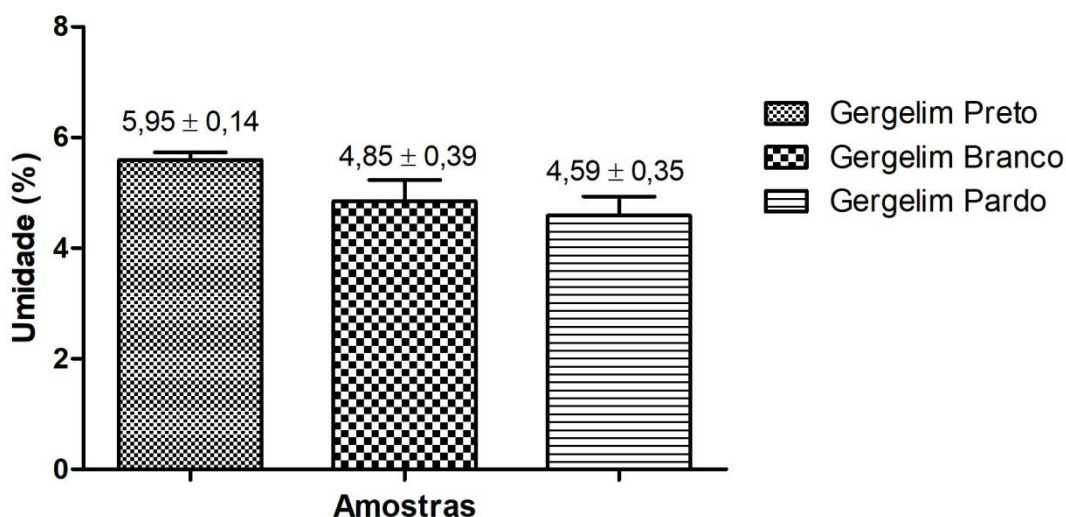
as mesmas foram produzidas e comercializadas de forma a granel, serão utilizadas amostras de gergelim preto (100g) e branco (100g) como padrão para as análises do gergelim pardo, obtidas no comércio de Teresina, Piauí. As amostras serão preparadas e analisadas de acordo com as instruções estabelecidas pelo Instituto Adolfo Lutz. As análises serão realizadas no laboratório de Bromatologia do Centro Universitário Santo Agostinho, pelo período de Fevereiro a Abril de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

6.1 Umidade

O teor de umidade é uma informação importante da composição de alimentos e está entre os parâmetros frequentemente determinados em rotina, podendo servir como um indicador da qualidade dos produtos, uma vez que apresenta influência direta no armazenamento (VALENTINI et al., 1998; AMOEDO & MURADIAN, 2002, Apud RASCHEN et al).

Figura 01. Percentual de umidade determinado em amostras de gergelim preto, branco e pardo.



Fonte: Pesquisa direta, 2018.

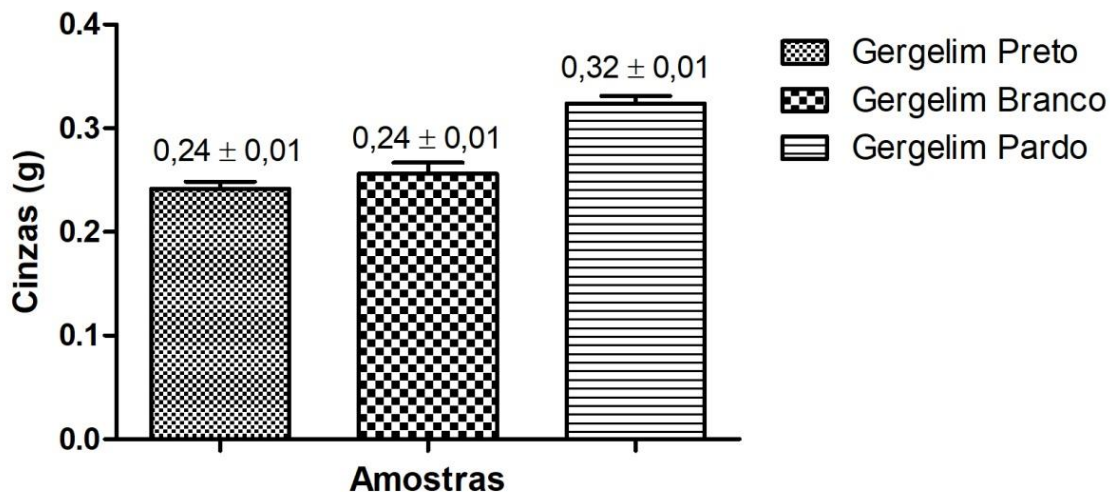
Quando se considera o parâmetro umidade, as amostras de gergelim preto apresentaram valores médios (Figura 01) maiores e estatisticamente significativos quando comparados respectivamente com as amostras de gergelim branco ($p < 0,01$) e pardo ($p < 0,001$). De acordo com estudo realizado por Queiroga et. al, 2010, os valores de umidade também variavam segundo a variedade de sementes analisadas, no qual os resultados se diferem da pesquisa em questão uma vez que o autor encontrou maiores resultados nas sementes intituladas cor creme (6,37%), as sementes de cor preta apresentaram menor resultado (5,50%) sendo inferior às amostras analisadas (5,95%) e as sementes de cor branca obtiveram resultado mediano (5,65%) quanto as amostras analisadas o resultado também foi mediano (4,85%).

Conhecer o teor de umidade é importante para a qualidade das sementes, sendo que o gergelim é uma das culturas mais tolerantes à seca do mundo, mas, as mais altas produtividades - 2,5 kg/ha ou mais - são obtidas quando a cultura se desenvolve sob condições irrigadas, principalmente nas regiões áridas (BRASIL, 2008 apud LANGHAM et al.,2006), pois, o clima quente e seco é mais favorável à cultura, uma vez que a baixa umidade reduz a incidência de doenças fúngicas. Para o armazenamento seguro no longo prazo, a semente de gergelim deve estar limpa e com o teor de umidade em torno de 6% (BRASIL, 2008).

6.2 Cinzas

Segundo Queiroga (2010) a composição mineral das sementes de gergelim tem uma especial importância por sua valorização comercial, principalmente quando o produto elaborado é destinado à alimentação de humanos. O alto nível de cinzas torna a semente oleaginosa uma boa fonte de nutrição mineral consumidor. (ZEBIB, BULTOSA, ABERA, 2015)

Figura 02. Teores de cinzas quantificados em amostras de gergelim preto, branco e pardo.



Fonte: Pesquisa direta, 2018.

A análise dos teores de cinzas (Figura 02) revelou que o gergelim pardo apresenta quantitativo de minerais, medidos como cinzas, superior e estatisticamente significativos às amostras de gergelim branco e preto ($p < 0,001$). O teor de cinzas em alimentos refere-se ao resíduo inorgânico, ou resíduo mineral fixo (sódio, potássio, magnésio, cálcio, ferro, fósforo, cobre, cloreto, alumínio, zinco, manganês e outros compostos minerais) remanescente da queima da matéria orgânica em mufla a altas temperaturas (500-600°C) (ZAMBIAZI, 2010).

Tais valores nos fazem perceber possa haver uma influencia da fertilidade do solo uma vez que PIOIX apresenta solos minerais formados de sedimentos carregados pelos rios e depositados por colmatagem, um processo de condução de águas que contêm detritos minerais e orgânicos para terras baixas, com o fim de aumentar a fertilidade dessas terras, além disso, as práticas culturais por serem artesanais vão preservar a composição química das sementes de gergelim pardo em comparação as sementes pretas e brancas. Em um estudo feito por (QUEIROGA, 2010) houve uma superioridade significativa no teor de cinza das sementes de gergelim de cor preta em relação às demais.

As variações encontradas nas variedades de sementes são explicadas pelas condições de plantio e o processo de armazenamento que estas sofreram, pois segundo (ZEBIB,

BULTOSA, ABERA, 2015) a composição química das sementes pode ser afetada não apenas pelo genótipo, mas também de condições agroclimáticas.

CONCLUSÕES

Conclui-se que de acordo com os parâmetros já obtidos as amostras diferem entre si, pois como já mencionado o solo, o clima e outros fatores como iluminação podem influenciar na composição destas. As sementes pretas se destacaram em relação à umidade enquanto por outro lado as sementes pardas tiveram um maior teor de cinzas, sendo então um precursor para a posterior análise de cálcio para sabermos se a semente do gergelim pardo pode ser considerada um alimento fonte de cálcio. É necessário, no entanto, fazer as outras análises de composição para então se obter os resultados conclusivos da diferença de composição destas amostras, com os diferentes tipos e com as tabelas de composição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. EMBRAPA ALGODÃO. Tecnologias Utilizadas no Cultivo do Gergelim Mecanizado, por Vicente de Paula Queiroga e Odilon Reny Ribeiro Ferreira da Silva. Campina Grande, 2008.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz:** Métodos químicos e físicos para análise de alimentos, São Paulo: IMESP, Ed. 3, p. 21-22, 1985.

QUEIROGA, Vicente de Paula; et al. **Qualidade fisiológica e composição química das sementes de gergelim com distintas cores.** Revista Agro@mbiente On-line, v. 4, n. 1, p. 27-33, jan-jun, 2010.

QUEIROGA, Vicente de Paula; et al. **Colheita manual e diferentes formas de aproveitamento de grãos de gergelim.** Revista Agro@mbiente On-line, v. 4, n. 2, p. 110-117, jul-dez, 2010.

ZAMBAZI, R.C. Análise Físico Química de Alimentos. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 202p. 2010.

ZEBIB Haftom; BULTOSA Geremew; ABERA, Solomon. **Physico-Chemical Properties of Sesame (Sesamum indicum L.) Varieties Grown in Northern Area, Ethiopia.** Agricultural Sciences, 2015.

RASCHEN, Matheus Rafael; et al. **Determinação do teor de umidade em grãos empregando radiação micro-ondas.** Ciência Rural, Santa Maria, v.44, n.5, p.925-930. Maio, 2014.

POTÊNCIA RMS E PMPO EM ALTO-FALANTES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.¹

Luiz Felipe Vieira dos Santos²

Geraldino de Sousa³

RESUMO

Este trabalho analisa as especificações de um alto falante Selenium de 15 polegadas tipo woofer, do ponto de vista técnico. Além disso, a pesquisa aborda pontos importantes relacionados à falta de atenção do consumidor quanto à classificação dos produtos que estão sendo anunciados. Empregou-se como método o estudo sobre como calcular a Potência RMS e PMPO e seu modo de ser analisada graficamente. Observou-se que não há parâmetros a serem seguidos para determinar a Potência PMPO de um alto falante, logo, são especificações técnicas que não condizem com a realidade e, portanto, não confiáveis segundo o INMETRO.

PALAVRAS-CHAVE: Woofer. Dados técnicos. Root Mean Square.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, o desenvolvimento tecnológico tem se tornado cada vez mais frequente no cotidiano das pessoas, uma vez que os avanços técnicos e científicos, oriundos de vários estudos, tem mantido a população mais confortável, cômoda e segura. A comercialização de produtos, principalmente eletrônicos, tem crescido de maneira significativa em virtude do grande processo de globalização, permitindo uma maior comunicação e poder de compra e venda entre diversos países distintos por intermédio, em sua maioria, da internet. Com isso, essa grande capacidade de negociação facilitada por uma conexão em rede mundial, oferece espaço para a publicidade dos produtos, que muitas vezes apresentam aos consumidores informações inautênticas.

O mercado de alto-falantes e aparelhos de sons tem confirmado esse inconveniente. A comercialização desses produtos tem apresentado aos consumidores dados técnicos referentes à

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica da Faculdade Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Estudante de Graduação do 6º semestre do Curso de Engenharia Elétrica na UniFSA. E-mail: felipeesh@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Especialista em Matemática. Especialista em Estatística. Graduado em Matemática. E-mail: geraldino.sousa@gmail.com

Potência RMS, Potência PMPO e Potência Média que não condizem com a realidade. Diante disso, nota-se a necessidade de uma análise técnica-científica com uma fundamentação teórico-prática do real funcionamento dos aparelhos. Entretanto, em caráter de estudo e aprendizado, foi elaborada uma pesquisa comparativa da real diferença entre Potência RMS e Potência PMPO de um alto-falante de 15 polegadas da marca Selenium.

2 MATERIAL E MÉTODOS:

2.1 Circuitos elétricos

A caracterização de um circuito elétrico é determinada pela disposição de uma fonte fornecedora de potência útil ao sistema (bateria, pilha, tomadas e etc.), conectados, por meio de um condutor elétrico, a componentes consumidores de carga (resistores, aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos e etc.) de maneira que haja o fechamento das conexões. As formas de como esses componentes estão dispostos em um circuito, determinam o seu comportamento. Desta maneira, é necessário verificar previamente o desempenho do circuito almejado para que posteriormente seja realizada a otimização exata. Além da maneira de como essas peças estão arrançadas, o tipo de fonte geradora também configura diferentes comportamentos ao circuito (fonte de corrente contínua e fonte de corrente alternada). Abaixo, estão representados alguns pontos importantes a serem considerados na criação da parte elétrica de um alto falante:

- a) Fonte geradora;
- b) Indutores;
- c) Conjunto magnético.

2.1.1 Fonte geradora

A fonte geradora é o aparelho que fornece potência ao conjunto através do processo de transformação de qualquer tipo de energia (potencial, elástica, química) em energia elétrica. Essas fontes apresentam-se das mais diversas formas de acordo com a maneira em que se dá o processo de transformação de energia. No entanto, os modos de como os elétrons se comportam em um circuito fechado, determina o tipo de corrente fornecida pela fonte.

São elas:

- a) Fonte geradora de corrente contínua;
- b) Fonte geradora de corrente alternada.

2.1.1.1 Fonte geradora de corrente contínua

Uma corrente é vista como contínua quando o fluxo de elétrons se mantém sempre em um mesmo sentido ao percorrer um condutor. Esse tipo de corrente não permite a sua utilização em sistemas de distribuição de energia, já que pelo fato de não haver alternância, o ganho de voltagem através de transformadores é algo inviável. Pilhas e baterias são alguns dos exemplos desse tipo de fonte.

2.1.1.2 Fonte geradora de corrente alternada

A corrente alternada é caracterizada por um fluxo alternado de elétrons, ou seja, em que os elétrons estão a todo o momento mudando de posição. Esse tipo de corrente permite transportar energia por longas distâncias devido aos ganhos de voltagem através de transformadores. Um exemplo desse tipo de fonte é a geração de energia elétrica através de indução de força eletromotriz.

2.1.2 Indutores

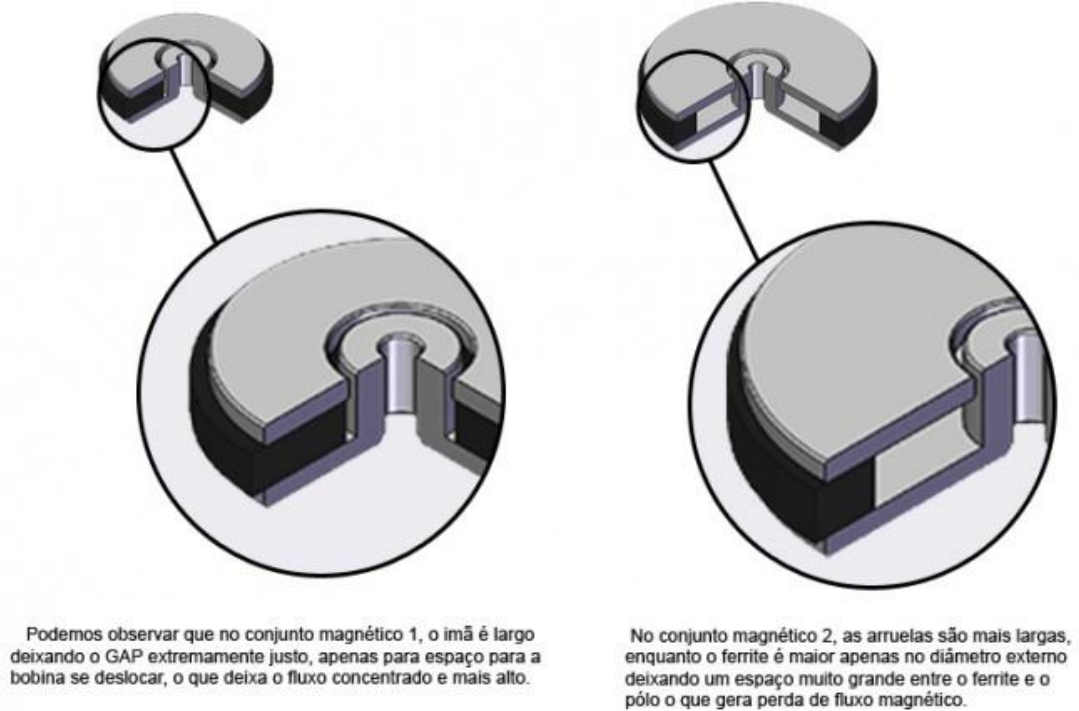
Estes aparelhos eletrônicos armazenam energia na forma de campo magnético gerado pela corrente que o circula. Também conhecido como bobina, possui extrema importância na construção de altos falantes, pois é a peça que irá interagir com o conjunto magnético (ímã permanente) do aparelho auditivo, uma vez que a corrente que o circula, segundo a Lei de Ampère, irá induzir um campo magnético ao redor do condutor, produzindo um ímã temporário que variará na mesma frequência que o sinal musical.

2.1.3 Conjunto magnético

O conjunto magnético do alto falante interage com a bobina de modo que faz com que ela vibre na mesma frequência do sinal musical, já que o campo magnético induzido em torno do condutor

varia também com essa mesma frequência. Neste conjunto, existe uma região chamada de gap ou entreferro que quanto mais justa, maior a interação do ímã com a bobina, produzindo um som mais potente. Veja a imagem a seguir:

Figura 1 – Gap do conjunto magnético.



Fonte: Som automotivo brasil (2012).

2.2 Impedância elétrica

Quando aplicada uma diferença de potencial (ddp) em um circuito de corrente contínua (CC), os componentes desse sistema apresentam uma capacidade de se opor a passagem da corrente elétrica, denominada de resistência elétrica, medida em Ohms (Ω). Já quando há a aplicação de uma ddp em circuitos de corrente alternada (CA), todas as partes e peças desse sistema também apresentam uma capacidade de se oporem a passagem de corrente elétrica, no entanto, conhecida como impedância elétrica ou simplesmente impedância. Essa capacidade, também medida em Ohms (Ω), é descrita através de um número complexo $Z = X + Yj$, em que X é a parte real da equação representando uma resistência e o Y é a parte imaginária representando uma reatância que pode ser capacitiva ou indutiva.

2.3 Potência Elétrica

A potência elétrica é definida como a medida do trabalho por uma unidade de tempo que, no caso de equipamentos elétricos, indica a quantidade de energia elétrica transformada em outro tipo de energia por uma unidade de tempo. Medida em watt (W), como mostrado na imagem abaixo, a potência pode ser descrita matematicamente como o produto da corrente I pela tensão U.

Figura 2- Cálculo da Potência.

$$P = U \times I$$

Onde:

- **P** é a Potência Ativa em W
- **U** é a Tensão expressa em V
- **I** é a corrente expressa em A

Fonte: Autor.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

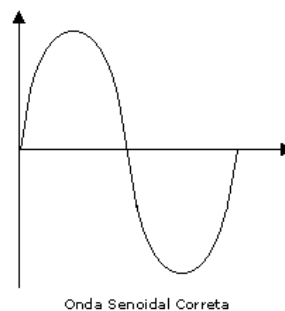
Em circuitos de corrente alternada, tanto a corrente quanto a tensão possuem uma forma de onda oscilante em que algumas características como frequência e amplitude, dependendo da região, podem apresentar diferenças. Quando multiplicadas essa tensão e corrente, assim como mostrado no item 2.3 desta pesquisa, será definido o valor de uma potência, porém, o modo como essa potência é analisada é que determina as especificações do produto.

No mercado dos altos falantes as potências RMS e PMPO são calculadas de maneiras diferentes e, portanto, apresentam valores distintos. Com isso, para o melhor entendimento da comparação realizada nesse tópico é importante saber que o nosso objeto de estudo é um alto falante da marca Selenium de 15 polegadas com 8 Ohms de impedância elétrica, 125 W RMS e 250 W PMPO.

3.1 Valor eficaz

Ao utilizar uma bateria de carro, é possível saber que a tensão nominal desta fonte é de 12Vdc e que qualquer circuito ou sistema que necessita dessa tensão DC para manter seu funcionamento, poderia ser alimentada por essa bateria. Neste caso, a tensão não sofre variação, pois se trata de uma fonte de corrente contínua. Contudo, em circuitos de corrente alternada, a forma de onda é semelhante a uma senóide e, portanto, oscilante. Neste caso, o sinal alternado possui valores máximos positivos e mínimos negativos em que a média de todos os valores que esta grandeza possa atingir é nula, uma vez que para cada valor do semiciclo positivo existe um correspondente do semiciclo negativo que o anula, assim como ilustrada na imagem a seguir.

Figura 3- Onda Senoidal.



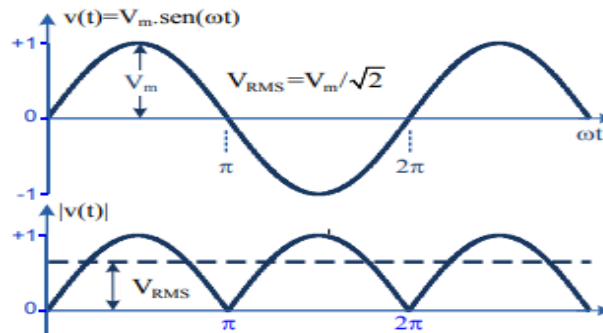
Onda Senoidal Correta

Fonte: Carinfo

A partir disso, se fosse possível alimentar o circuito ou sistema que necessita de 12Vdc, assim como citado no início deste tópico, com uma fonte de corrente alternada, qual seria o valor de tensão dessa fonte? Seriam utilizados os valores de pico? Um valor médio apenas no semiciclo positivo? Para responder esses questionamentos, foi que surgiu o conceito de valor quadrático médio ou RMS (do inglês root mean square). Também conhecido como valor eficaz, o seu cálculo é baseado na média do quadrado da função senoidal, para que a função que antes assumia valores negativos, agora apresentasse apenas valores positivos, evitando assim a obtenção de um valor médio nulo.

Observe a imagem abaixo:

Figura 4 – Valor eficaz.

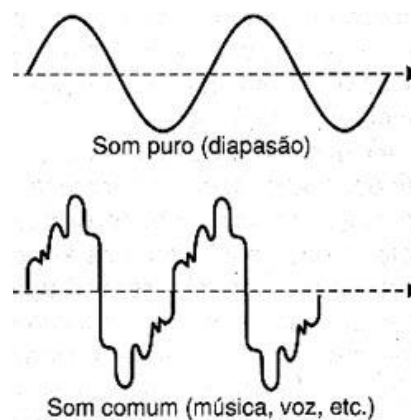


Fonte: Kazuo Nakashima.

3.2 Valor PMPO

Um sinal musical não é perfeitamente senoidal, mas formado por ondas com muitos picos e variações, assim como mostrado na figura a seguir:

Figura 5 – Onda de sinal musical.



Fonte: Newton C. Braga.

Quando o amplificador reproduz estes picos, a tensão e a corrente na carga atingem valores muito altos. Isso reflete uma potência instantânea muito elevada que, no entanto, não pode perdurar, pois o grande aumento da temperatura comprometeria o funcionamento do circuito. Esse pico momentâneo de potência ou potência de saída de pico musical (do inglês Peak Music Power Output - PMPO) dura milésimos de segundo e não corresponde a

quantidade de som real total que o equipamento pode suportar, pois se trata de um valor que é calculado numa condição em que o equipamento não se pode manter constante.

3.3 Potência RMS x Potência PMPO

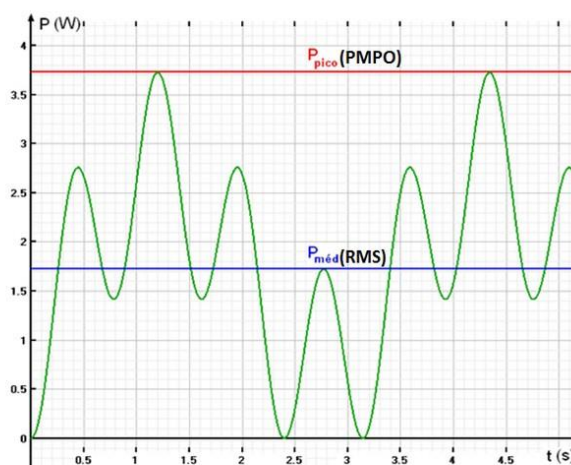
Enfim, temos que a Potência RMS evidencia mais proximidade com a realidade, uma vez que seu cálculo aponta valores correspondentes à verdadeira quantidade de som que pode ser produzido sem a distorção das ondas sonoras. Ademais, foi possível observar, através de testes realizados pelo INMETRO, que a Potência PMPO não possui normas ou regras para se obter esses valores, variando de acordo com o fabricante e prejudicando mais ainda o consumidor.

É importante ressaltar que [...] a potência P.M.PO [...] não é uma informação confiável e, conseqüentemente, útil para o consumidor, caracterizando-se como prática abusiva e propaganda enganosa (INMETRO, 2005).

4 CONCLUSÕES

Durante a realização da pesquisa, é possível perceber que a Potência PMPO, pelo fato de ser uma potência instantânea máxima que esse aparelho pode suportar ao emitir um som que pode ser extremamente distorcido e por um curto período de tempo (como mostrado na figura a seguir), é um dado técnico fornecido pelo fabricante que viola o artigo 37 do código do consumidor, uma vez que a divulgação desses valores representa uma propaganda enganosa do real funcionamento do produto, tornando a Potência RMS o parâmetro mais confiável como método de comparação.

Figura 6 – Como é medida a Potência RMS e PMPO.



Fonte: Wikipédia.

Além disso, observou-se que, segundo o fabricante, o alto falante estudado por esta pesquisa possui uma proporção de 1:2 em que para cada 1 Watt RMS há um correspondente de 2 Watts PMPO.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Paulo. **Leis de Ohm: Resistência elétrica, resistividade e leis de Ohm**. [São Paulo], [2006]. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/fisica/leis-de-ohm-resistencia-eletrica-resistividade-e-leis-de-ohm.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

INMETRO. **Aparelhos de som**. [Rio de Janeiro], [2005]. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/potSonora.asp>>. Acesso em: 04 set. 2018.

INSTITUTO NEWTON C. BRAGA. **Potência RMS X PMPO**. [s.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.newtoncbraga.com.br/index.php/como-funciona/1656-art239>>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. **Tensão de pico Eficaz e RMS**. [s.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.newtoncbraga.com.br/index.php/ideias-dicas-e-informacoes-uteis/177-ideias-praticas/12290-tensao-de-pico-eficaz-e-rms-ip1315>>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. **Como funciona a corrente alternada.** [s.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.newtoncbraga.com.br/index.php/como-funciona/12484-como-funciona-a-corrente-alternada-art2980>>. Acesso em: 04 set. 2018.

JÚNIOR, Joab Silas Da Silva. **O que são resistores?** [s.l.], [201-]. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/fisica/o-que-sao-resistores.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

MATTEDE, Henrique. **O que é corrente ou tensão eficaz?** [s.l.], [2018]. Disponível em: <<https://www.mundodaeletrica.com.br/o-que-e-corrente-ou-tensao-eficaz/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

MUNDA DA ELÉTRICA. **O que é um resistor?** [s.l.], [201-]. Disponível em: <<https://www.mundodaeletrica.com.br/o-que-e-um-resistor>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

NAKASHIMA, Kazuo. **Valor médio e eficaz.** [Minas Gerais], [2013]. Disponível em: <<http://professor.ufabc.edu.br/~jose.azcue/Circuitos%20Eletricos%201/rms.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

Saiba a diferença entre woofer e subwoofer. [s.l.], [2016]. Disponível em: <<http://dicas.itaro.com.br/2016/03/saiba-a-diferenca-entre-woofer-e-subwoofer/>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SANTIAGO, Emerson. **Impedância Elétrica.** [São Paulo], [2012]. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/eletricidade/impedancia-eletrica/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

SÓ FÍSICA. **Potência elétrica.** [s.l.], [20--]. Disponível em: <<https://www.sofisica.com.br/conteudos/Eletromagnetismo/Eletrodinamica/potencia.php>>. Acesso em: 04 set. 2018.

SOM SC. **Dicas sobre impedância e ligações em falantes.** [Santa Catarina], [201-]. Disponível em: <<http://www.somsc.com.br/dicas/bobinas>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

TODA MATÉRIA. **Leis de Ohm.** [s.l.], [2017]. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/leis-de-ohm/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

TODA MATÉRIA. **Resistencia elétrica.** [s.l.], [2017]. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/resistencia-eletrica/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

Valor eficaz ou rms. [s.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.handmades.com.br/forum/index.php?topic=6039.0;wap2>>. Acesso em: 04 set. 2018.

FISSURAS EM ALVENARIA ESTRUTURAL

João Lucas Sousa Lima
Kelvin Ramone Silva Machado
Thaymes Pereira de Sousa
Igor Meireles Vitor
Tiago Belarmino da Silva
Kassio Emanuel Carvalho Melo
Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

As fissuras são problemas patológicos que frequentemente ocorrem no sistema construtivo de alvenaria estrutural e acarretam sérios transtornos tanto no aspecto estético do empreendimento quanto no conforto do usuário, por isso a presente pesquisa visa identificar as origens, as causas e as medidas para prevenir as fissuras. Nesse trabalho será utilizada como procedimentos metodológicos a revisão de literatura. Durante a pesquisa verificou-se a configuração típica das fissuras quanto a sua forma, e possíveis medidas a serem adotadas para que não ocorram, além disso foi constatado que excesso de sobrecargas, variação de temperatura, uso de materiais inadequados e recalques de fundações são fatores que contribuem para o aparecimento dessas anomalias e que por sua vez podem ser prevenidas durante a fase de elaboração dos projetos e execução dos serviços.

PALAVRAS-CHAVE: fissuras, projetos, prevenção.

INTRODUÇÃO

No setor da construção civil, as empresas buscam cada vez mais métodos alternativos de construção, que resultem em uma economia de tempo de execução e também dos custos da obra, sem interferir na qualidade do empreendimento. Com isso a alvenaria estrutural tem sido mais utilizada neste setor, principalmente nos últimos anos (ROMAN et al., 1999).

Em meados da década de 60, iniciou-se o emprego dos blocos estruturais no Brasil, nessa época, a construção acontecia por meio da experiência do construtor, e hoje deve ser realizada em conformidade com normas técnicas, de projeto, execução e controle, porém, ainda assim, muitas obras de alvenaria estrutural não atendem os procedimentos necessários,

modulação dos blocos, execução das vergas e contravergas, prumo, alinhamento e esquadro das paredes, dessa forma provocando o aparecimento de fissuras.

O estudo das patologias no processo construtivo das alvenarias estruturais é bastante útil aos profissionais envolvidos, pois através dele é possível determinar as origens das manifestações patológicas e as consequências nas estruturas. Dessa forma, as pessoas que fazem parte da área da construção civil obterão conhecimento quanto aos procedimentos a serem adotados a prevenir as fissuras nas edificações (SOUZA; RIPPER, 1998).

Esta pesquisa tem como principal objetivo identificar os principais tipos de fissuras em alvenaria estrutural e como evitá-las.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi feita uma revisão bibliográfica, utilizando-se normas técnicas, livros, monografias e artigos publicados. Essas publicações foram buscadas nas normas da ABNT e em vários bancos de dados como os repositórios de universidades e bibliotecas digitais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

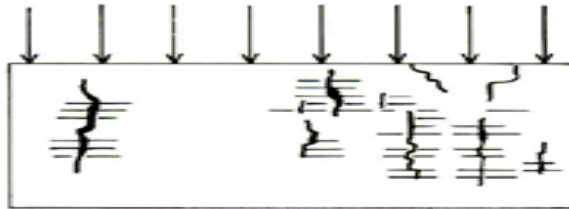
O estudo das patologias tem como finalidade identificar as origens, causas, consequências dos fenômenos que ocorrem nas estruturas de alvenaria estrutural, propondo soluções e divulgação dos resultados para contribuir à outras obras que serão construídas no futuro. A ocorrência das patologias produz falhas na edificação, entre elas, fissuras, na qual alteram significativamente a estética e requisitos pré-estabelecidos, gerando dessa forma transtornos aos usuários (JULIANI, 2015).

As fissuras em alvenaria estrutural são pequenas aberturas que tem a dimensão de até 0,5 mm, acima disso, denomina-se trincas. As causas prováveis das trincas são: movimentações da estrutura; atuação de cargas solicitantes superiores as resistentes; variação térmica; falta de amarração nas paredes e recalque de fundação (MAZZER, 2012).

As fissuras por excesso de compressão ocorrem, quando o carregamento que atua na estrutura supera o carregamento previsto no projeto. Então devido a fraca resistência a tração

na superfície das alvenarias e a deformação nas juntas de assentamento que provocam o tracionamento das unidades e por consequência o aparecimento de fissuras (VALLE, 2008).

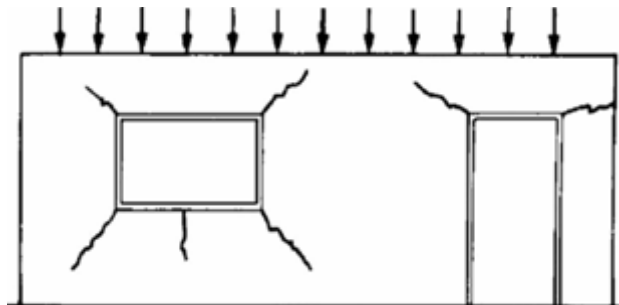
Figura 1- Fissuras causadas por carregamento excessivo de compressão.



Fonte: Thomaz (2000).

Nas paredes que tem aberturas há excesso de tensões nessas regiões, provocadas pelas solicitações verticais concentradas, por isso, faz-se necessário o uso de dispositivos, coxins, vergas, contravergas, nas quais permitem a transferência de cargas na estrutura (DUARTE, 1988).

Figura 2- Fissuras devido a concentração de tensões no contorno das aberturas.



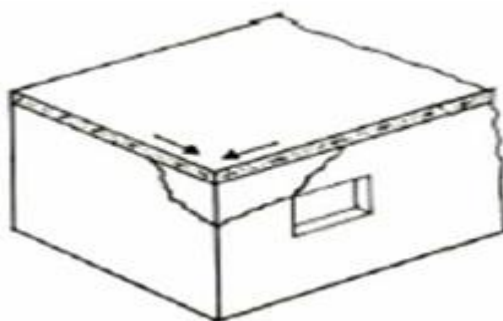
Fonte: Thomaz (2000).

Quando não utilizados os dispositivos de transferência de cargas, as fissuras se desenvolvem com inclinação a partir dos vértices das aberturas. Por outro lado, as fissuras horizontais podem ocorrer seja pela ruptura da junta de assentamento ou bloco, ocasionada pelo efeito de flexo-compressão das paredes, decorrente dos carregamentos de compressão que atua axialmente ao plano das paredes de trechos contínuos, agravando-se mais quando

a estrutura possui paredes com grandes dimensões e sem juntas estruturais, estas são responsáveis por facilitar a movimentação da estrutura (LIMA, 2015). Por isso, para prevenir o aparecimento de fissuras por excesso de carregamento se faz necessário o controle da execução em relação aos serviços de elevação das paredes de alvenaria estrutural respeitando os parâmetros de prumo, nivelamento e alinhamento de tal maneira a evitar o desenvolvimento de cargas excêntricas não previstas na fase de projeto. Já nas regiões com aberturas a medida preventiva é o uso de elementos estruturais, tais como vergas e contra vergas. Além disso, a edificação não poderá ter alteração de utilização sem prévia consulta ao engenheiro projetista.

A variação de temperatura é outro fator que interfere na ocorrência de fissuras, devido à exposição diária da estrutura ao sol, na qual se desenvolve contração e expansão da alvenaria em razão da restrição de vínculos na ligação com outros elementos. O elemento que mais está sujeito ao efeito térmico é a laje de cobertura com as paredes externas, pois absorvem muito calor, e cujas fissuras são proporcionadas pelas propriedades diferenciadas dos materiais, isto é, calor específico e dilatação térmica (EIDT, 2010).

Figura 3- fissuras devido à expansão térmica da laje de cobertura



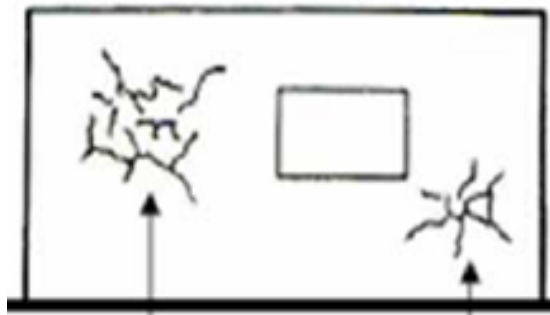
Fonte: Thomaz (2000).

Portanto, para minimizar o aparecimento de fissuras por variação térmica e movimentações na laje e paredes, alguns cuidados podem ser tomados: proteger as telhas com coloração mais claras que reduzem a absorção do calor; proporcionar a ventilação adequada entre cobertura e a laje, de modo a diminuir o calor passado para a laje; fazer

isolamento térmico da laje; utilização de juntas de dilatação nas lajes, tendo o cuidado na localização das mesmas; colocar aparelhos de apoio de borracha entre laje e parede para facilitar o deslocamento entre os elementos estruturais.

Além das fissuras causadas pela variação térmica na laje de cobertura existem também as fissuras mapeadas, causadas pela retração no revestimento da argamassa, cujos fatores que influenciam nessa patologia são o consumo de aglomerantes, porcentagem de finos existentes na mistura, teor de água de amassamento, má aderência entre argamassa e base e a perda de água de amassamento devido ao vento ou insolação (RICHTER, 2007).

Figura 4- Fissuras mapeadas.



Fonte: Thomaz (2000).

Diante disso, para minimizar o surgimento dessa patologia deve ser realizado o controle tecnológico dos materiais, como o consumo de aglomerantes; a correta lavagem de agregados para diminuição de finos e impurezas; o teor água/cimento. Além disso, deve-se ter cuidado com o preparo da base para melhorar a aderência do substrato da argamassa e respeitar o seu tempo de pega.

Já a causa das fissuras decorrentes do recalque das fundações está vinculada a falta de previsão dos movimentos dos solos; a ausência de investigação no subsolo, caracterizado por obras de pequeno e médio porte; a investigação insuficiente estando relacionadas à sondagem, profundidades, anomalias e análise inadequada de dados (BAUER, 2005).

Em razão das patologias originadas por recalques de fundações, alguns parâmetros devem ser implantados para evitar fissuras na edificação devido as deformações no solo, entre

eles, investigação do solo para identificar a tensão admissível do solo de tal maneira que os projetos de fundações sejam realizados em conformidade com os dados obtidos nessa fase, e como consequência, as cargas atuantes na estrutura não superarão a resistência do solo e nem produzirão excessivas deformações no terreno em que a obra venha a ser executada.

CONCLUSÕES

Concluimos que as edificações construídas em alvenaria estrutural têm possibilidade de ocorrência de fissuras e quando acontecem alteram a qualidade e a estética do empreendimento, no entanto, podem ser evitadas por meio de estudos preliminares para concepção dos projetos considerando todos os aspectos inerentes ao sistema construtivo, materiais, procedimentos, para posteriormente ser realizada a execução dos serviços em conformidade com os projetos.

REFERÊNCIAS

BAUER, R. J. F. **Patologias em Alvenaria Estrutural de Blocos Vazados de Concreto**. Caderno Técnico Alvenaria Estrutural – CT5. Revista Prima, 2005.

DUARTE, R. B. **Correção de fissuras em alvenaria**, In: SEMINÁRIO SOBRE MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS: ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE, PREFEITURA E PRÉDIOS PÚBLICOS EM GERAL, 1988, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1988.

EIDT, A. L. **Manifestações patológicas provenientes de movimentações em alvenaria estrutural de blocos: dispositivos de prevenção utilizados na região metropolitana de Porto Alegre**. Monografia (Engenharia Civil) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

JULIANI, M. A. **Análise de manifestações patológicas em condomínio construído com alvenaria estrutural: estudo de caso**. Monografia (Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

LIMA, B. S. **Principais manifestações patológicas em edificações residenciais multifamiliares**. Monografia (Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

MAZZER, R. C. **Características técnicas e execução racionalizada de alvenaria estrutural de blocos cerâmicos**. Dissertação (Mestrado em Habitação) - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 2012.

RICHTER, C. **Qualidade da alvenaria estrutural em habitações de baixa renda: uma análise da confiabilidade e da conformidade**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SOUZA, V. C. M.; RIPPER, T. **Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto**. São Paulo: Pini, 1998.

THOMAZ, E.; HELENE, P. **Qualidade no projeto e na execução de alvenaria estrutural e de alvenarias de vedação em edifícios**. São Paulo: EPUSP, 2000.

VALLE, J. B. S. **Patologia das alvenarias: causa, diagnóstico e previsibilidade**. Monografia (Especialização Construção Civil) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

ROMAN, H.R. MUTTI, C.N. ARAÚJO, H.N. **Construindo em alvenaria estrutural**, 1ª Ed Editora da UFSC, Florianópolis.1999.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MEMRISTORES DE DIÓXIDO DE TITÂNIO E POLIANILINA

Brenda Virna Sousa Rocha¹

Gabriel Messias Mamede Costa²

Marcielly dos Reis Macêdo³

Helder Alexander Santos e Costa⁴

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Este trabalho foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas e simulações no programa Octave, cujo objetivo foi elaborar uma análise comparativa entre dispositivos memristivos compostos por materiais diferentes: um de polímero polianilina (PANI) e o outro de dióxido de titânio (TiO₂). Em particular, o estudo enfatiza a comparação entre os comportamentos da curva de histerese de cada um dos dois dispositivos explorados na pesquisa. Nossos resultados indicam que o dispositivo de PANI apresenta curva de histerese de característica não linear mais evidente que o dispositivo de TiO₂, ou seja, apresenta característica memristiva mais acentuada em relação ao Dióxido de Titânio.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivos Memristivos, Curva de Histerese.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o memristor foi suposto como um elemento passivo, de modo a estabelecer uma relação entre fluxo magnético e carga elétrica. No entanto, atualmente é considerado um elemento com propriedades de comutação resistiva, que pode ser controlado através da tensão aplicada sobre ele.

Segundo Lu Wang & Dianzhong Wen (2017), a popularidade e a busca cada vez maior pelo conhecimento do Memristor, bem como sua vasta aplicação no armazenamento de informações, provocaram uma intensificação nos estudos acerca de materiais alternativos para a produção deste dispositivo. Entre os materiais estudados estão os biológicos, orgânicos, poliméricos entre outros.

No memristor de polímero, a memristância é adquirida a partir da dopagem de polímeros e materiais dielétricos inorgânicos, e assim surgem características de chaveamento e requerida retenção para a criação de células de memória não voláteis. Existe uma camada

passiva intermediária entre os eletrodos e os filmes finos ativos, que provoca uma redução de campo e a extração de íons do eletrodo. Já o Memristor composto por uma fina camada semicondutora de TiO_2 (Dióxido de Titânio), por sua vez, está inserida entre dois contatos de metal e de regiões de baixa resistência dopadas e de alta resistência não dopadas. O memristor possui o aumento de resistência em uma direção de corrente e diminui a resistência em outra direção. Quando o potencial externo aplicado é removido, então o memristor permanece no último estado, apresentando memória resistiva.

Neste contexto, o presente artigo tratará acerca de memristores formados por polímeros PANI e de memristores compostos por TiO_2 (Dióxido de Titânio). Serão obtidos os gráficos de Tensão versus Corrente de cada material, demonstrando suas diferenças comportamentais quanto ao armazenamento de memória.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas e artigos científicos acerca do tema. Inicialmente, foi realizado levantamento de dados sobre o polímero PANI e o dióxido de titânio (TiO_2). Em seguida, foram detalhadas as características físicas e comportamentais de memristores construídos com ambos os materiais, principalmente no que diz respeito à mobilidade e a curva de histerese.

Além disso, foram realizadas duas simulações de ambos os dispositivos apresentados na pesquisa, através do software Octave e por meio da programação, obteve-se os gráficos de histerese. Posteriormente, os gráficos obtidos foram analisados, modificando-se os valores de frequência e de mobilidade do mesmo, a fim de compará-los e identificar suas principais características.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma característica peculiar do memristor é sua capacidade de armazenar memória. Isso pode ser observado através do gráfico de tensão versus corrente ($V \times I$). Esse gráfico

corresponde a uma das principais diferenças entre o resistor e o memristor. No caso do resistor, obtém-se apenas um valor de corrente na aplicação de uma fonte de tensão nesse dispositivo, já no memristor, com a excitação de uma fonte, pode ser encontrado dois ou mais valores correspondentes à corrente elétrica, por haver uma variação da resistência do mesmo.

Dessa forma, no resistor, uma determinada tensão proporciona um único valor de corrente. Já no memristor, pode haver diferentes níveis de correntes para o mesmo valor de tensão. No caso do memristor baseado no polímero PANI (Polianilina) há uma diferença em sua característica estrutural em relação ao memristor de TiO_2 , pois ele é composto por três terminais de alimentação, se tornando semelhante à um transistor. Nesse caso, há um fluxo de cargas em direções perpendiculares, que é necessário para estabelecer uma conexão entre carga e fluxo magnético. O esquema do circuito memristor de Dióxido de Titânio utilizado para obter os resultados é ilustrado na Fig. 1. Neste esquema o memristor está conectado a uma fonte de tensão de corrente alternada com uma frequência de operação f .

Fig. 1. Memristor conectado a uma fonte de tensão de corrente alternada com uma frequência de operação f .

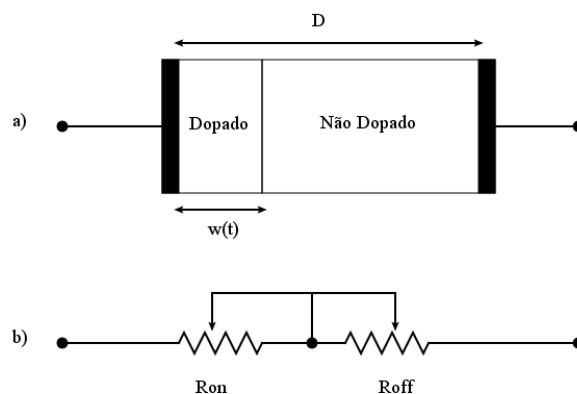
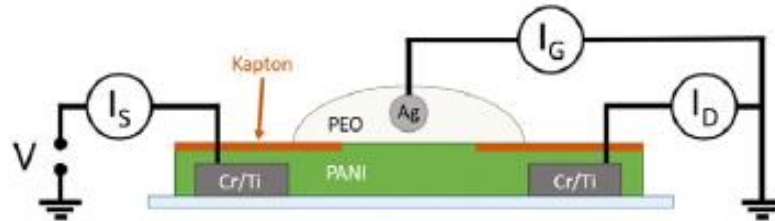


Figura1. a) Arquitetura de um dispositivo memristor, onde D corresponde a espessura da camada de TiO_2 e $w(t)$ representa o tamanho da camada dopada. b) Circuito equivalente de um dispositivo memristor, onde R_{on} e R_{off} são as resistências da camada dopada e da camada não dopada, respectivamente.

Fonte: Elaborada pelo autor

Na Fig. 2, pode-se observar o esquema do memristor PANI utilizado no estudo.

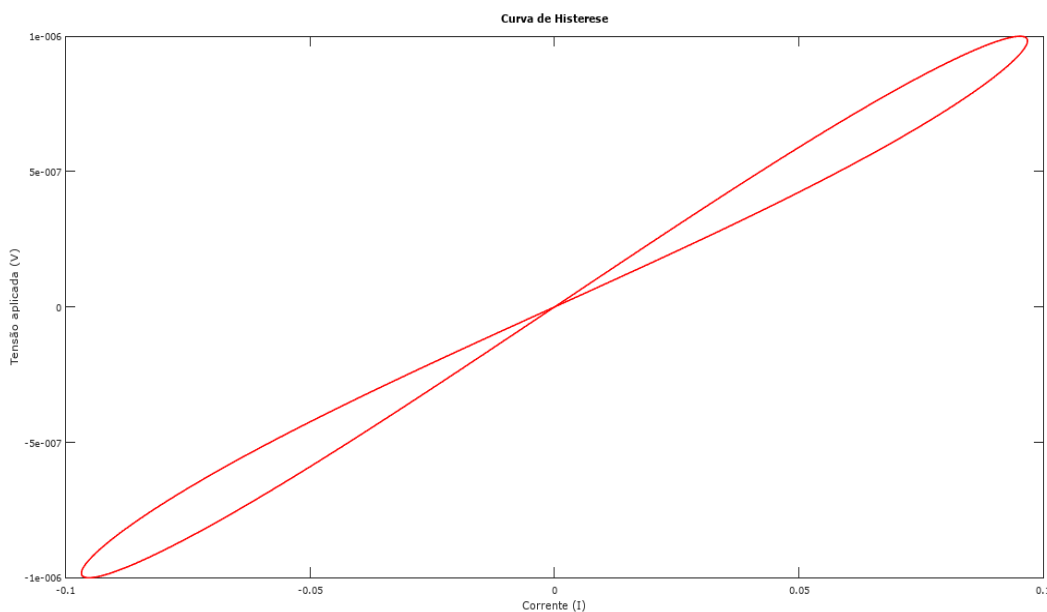
Figura 2 – Esquema do circuito memristivo de Polianilina.



Fonte: LAPKIN (2017).

Para a modelagem do material TiO₂ foram utilizados os seguintes parâmetros: largura da camada (D) de TiO₂ é da ordem de 10 nm, a largura da região dopada (w) é considerada da ordem de 5 nm, a resistência da região dopada é $R_{on} = 1$ e resistência da região não dopada é $R_{off} = 20 \mu\text{m}$. Já para o PANI foram adotados: a largura da camada (D) é de ordem de 50nm e condutividade = 10^{-6} S. A Fig. 3 mostra a curva de histerese do dispositivo de Dióxido de Titânio, que foi obtida com os valores de frequência de operação $f = 0,8$ Hz e mobilidade $\mu = 10 \times 10^{-6}$ [$\text{m}^2\text{s}^{-1}\text{V}^{-1}$] a partir da simulação no software Octave.

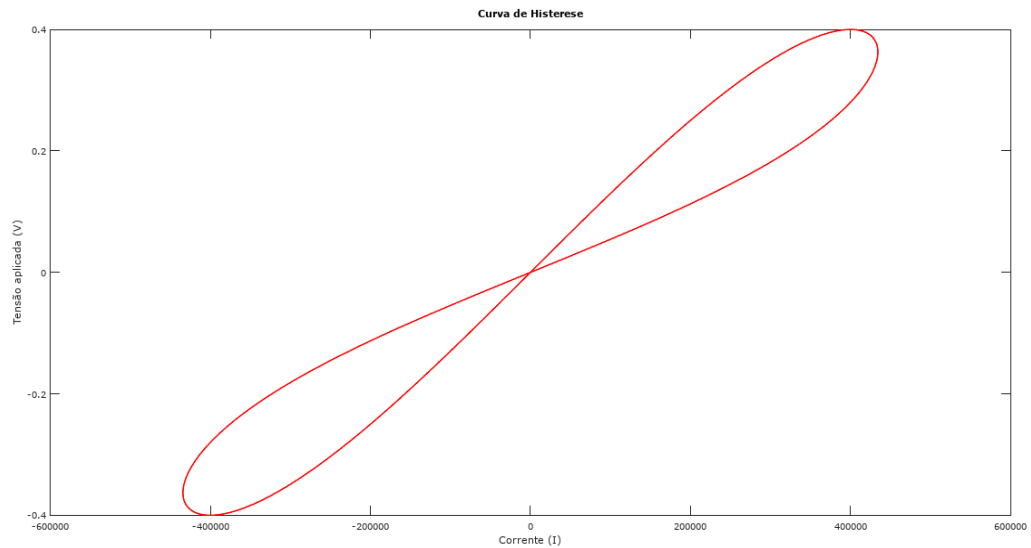
Figura 3 – Curva de histerese memristor de TiO₂.



Fonte: Elaborada pelo autor

A Fig. 4 mostra a curva de histerese do dispositivo de Polianilina, obtida com valor de condutividade $\mu = 10^{-6}$ S.

Figura 4 – Curva de histerese memristor de Polianilina



Fonte: Elaborada pelo autor

De acordo com os gráficos acima, pode-se verificar que o dispositivo de Polianilina possui uma curva de histerese mais característica, ou seja, com aspecto memristivo mais evidente quando comparado ao gráfico de histerese do dispositivo de Dióxido de Titânio. Em outras palavras, o memristor TiO₂ possui uma curva mais linear que o PANI.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, foi observado que as características de capacidade de armazenamento e não linearidade, que são peculiaridades de sistemas memristivos, estão presentes tanto no dispositivo de PANI quanto no dispositivo de TiO₂. A partir das simulações de ambos os dispositivos no programa Octave além das pesquisas bibliográficas realizadas, foram adquiridos os gráficos de curva de histerese de cada um deles. Com isso, foi constatado que o memristor de polianilina apresenta característica memristiva mais evidente que o memristor de Dióxido de Titânio, ou seja, este último apresenta linearidade mais próxima do resistor quando comparado ao primeiro.

REFERÊNCIAS

Types of Memristors. **Science & Advocacy Memristor**, 2018.

L. Chua, Memristor - the missing circuit element, IEEE Trans. **Circuit Theory**, 1971.

LAPKIN, D. A. et al. Spike Timing dependent plasticity of polyaniline based memristive element. **Microeletronic Engineering**, 2017.

STRUKOV, D. B. et al. The missing memristor found. **Nature**, 2008.

WANG, L.; WEN, D. Nonvolatile Bio-Memristor Based on Silkworm Hemolymph Proteins. **Scientific Reports**. Vol. 7, Article number: 17418 (2017).

WILLIAMS, R. S. How we found the missing memristor Spectrum, **IEEE** 45.12, 2008.

MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PAVIMENTOS FLEXÍVEIS: PORQUE AS ESTRADAS BRASILEIRAS NÃO DURAM?

Thaymes Pereira de Sousa
João Lucas Sousa Lima
Kelvin Ramone Silva Machado
Kássio Emanuel Carvalho Melo
Igor Meireles Vitor
Carlos Teodoro Borges Vieira
Natanael da Silva Lima

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

RESUMO

Desempenhar uma pesquisa sobre o motivo pelo qual as estradas brasileiras não têm durabilidade é de suma importância no contexto nacional, pois se faz necessário a análise em relação aos pavimentos rodoviários, que inevitavelmente, vem a ter degradações prematuramente. O trabalho tem como principal objetivo o estudo de dados para compreender o porquê de estradas não terem durabilidade. Neste trabalho adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica. Durante a pesquisa verificou-se que o Brasil emprega um processo de elaboração de projetos rodoviários obsoleto em relação a outros países, empírico e sem empregar o fator climático, que é altamente variável no país. O investimento e fiscalização nas obras de elaboração e recuperação é precário, obrigando a fazer alterações tanto no dimensionamento, quanto na fiscalização.

PALAVRAS-CHAVE: rodovias, patologias, manutenção.

INTRODUÇÃO

Um dos papéis desenvolvidos pela engenharia civil, é fornecer infraestrutura de transporte para comportar o crescimento de uma população e desempenha papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade. O transporte rodoviário foi implementado no Brasil devido a sua notada flexibilidade e segurança, avanço da indústria automobilística, expansão considerável da produção agrícola nacional, desenvolvimento econômico e urbano, entre outros (DNIT, 2010).

A qualidade dos pavimentos das rodovias, ruas e avenidas tem impacto direto no desempenho do transporte rodoviário e na economia do Brasil. Uma via com más condições

de pavimento aumenta o custo operacional do transporte, reduz o conforto e a segurança dos passageiros e das cargas (CNT, 2017). A pergunta que surge é: por que os pavimentos das estradas, avenidas e ruas não tem a durabilidade para os quais foram projetados?

Ao longo da sua vida útil, os pavimentos rodoviários são impostos a ações que auxiliam para uma diminuição do seu desempenho, traduzindo-se no surgimento de uma variedade de deteriorações, estando estes presentes na superfície e/ou na estrutura do pavimento. O clima colabora para que a deterioração do pavimento seja precipitada, uma vez que a chuva pode provocar queda de capacidade de suporte. O presente trabalho visa justificar o porque das estradas do nosso país não terem durabilidade, mostrando os agentes causadores e as suas soluções.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para esclarecer o motivo pelo qual as estradas têm deterioração antes do previsto será uma revisão bibliográfica e terá como fonte principal, uma pesquisa da Confederação Nacional de Transportes (CNT), que foi realizada em 2017. Essa pesquisa buscou identificar as principais causas do desgaste precoce dos pavimentos e as possíveis possibilidades de melhoria.

O quadro a seguir mostra as normas do DNIT que a pesquisa se baseou:

Norma DNIT nº. 005/2003 - TER	Define os termos empregados em defeitos que ocorrem nos pavimentos flexíveis e semirrígidos.
Norma DNIT nº. 006/2003 – PRO	Estabelece condições exigíveis para a avaliação objetiva da superfície de pavimentos rodoviários flexíveis e semirrígidos.
Norma DNIT nº. 008/2003 – PRO,	Institui procedimentos para o levantamento visual contínuo, exigíveis na avaliação da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos.
Norma DNIT nº. 009/2003 - PRO	Fixa procedimentos para a avaliação subjetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos com base no seu valor de serventia atual, indicando o grau de conforto e suavidade ao rolamento proporcionado pelo pavimento ao usuário.

Fonte: Adaptado de (CNT, 2017).

O método de dimensionamento utilizado no Brasil é o do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), e teve sua última revisão no ano de 1960. Tal método emprega os seguintes fatores no dimensionamento: tráfego, clima e capacidade de suporte CBR. Basicamente, constitui-se na determinação das camadas que integra o pavimento para que elas sejam capazes de resistir, transmitir e distribuir as cargas resultantes do tráfego, sem que ocorra deformações, rupturas ou desgastes superficiais prematuros (CNT, 2017). O quadro a seguir faz a comparação entre os métodos utilizados no Brasil, EUA, Japão e Portugal:

País	Brasil	EUA	Japão	Portugal
Método	Método DNER	MEPDG	Método TA	MACOPAV e Método da Shell
Ano da última revisão técnica	1960	2015	1992	1995
Tipo de método	Empírico	Mecanístico-Empírico	Empírico	Mecanístico-Empírico
Fatores considerados	<ul style="list-style-type: none"> . Tráfego . Clima (é considerado um fator único para o país inteiro) . Capacidade de suporte CBR 	<ul style="list-style-type: none"> . Tráfego . Clima . Capacidade de suporte . Propriedades dos materiais . Nível de confiabilidade do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> . Tráfego . Clima . Capacidade de suporte CBR da fundação . Nível de confiabilidade do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> . Tráfego . Clima . Capacidade de suporte CBR da fundação . Propriedades mecânicas dos materiais
Permite adaptação para o clima específico da localidade?	Não (FR=1 para todo o país)	sim	Não (Curva CBR adaptada para todo o país)	Parcialmente (O país é dividido em macrorregiões)
Utiliza apoio de software?	não	sim	não	sim
Período de dimensionamento	10 anos	25 anos	10 anos	20 anos
Eixo padrão considerado	8,2 t (aproximadamente 80,4 kN)	Não trabalha com eixo padrão, adota um espectro de carregamento por eixo para diferentes tipos de veículos	Roda padrão de aproximadamente 5 t (49 kN)	Aproximadamente 8,1 t (80 kN)

Fonte: Adaptado de (CNT,2017).

Em conjunto com outros ativos, as patologias dos pavimentos flexíveis envolvem informações importantes para medir a qualidade das estradas. Além disso, para priorizar áreas e estimar custos, é necessário realizar uma avaliação da estrada que inclua não só a presença de patologias, mas também o grau de degradação (FERNANDES; CIOBANU, 2014). De um modo geral, as patologias em pavimentos flexíveis se dividem em deformações de superfície, defeitos de superfície, panela, escorregamento do revestimento betuminoso, fendas, fissuras e trincas.

Os principais problemas encontrados nas rodovias brasileiras estão no quadro a seguir:

Manifestações patológicas	Descrição da Manifestação patológica
Trincas transversais e/ou longitudinais	Trinca isolada em direção perpendicular ao eixo da via. Se a extensão for de até 1m, é denominada curta. Quando é superior a 1m, denomina-se longa.
Afundamento plástico	Depressão da superfície acompanhada de pequena elevação lateral. Quando a extensão é de até 6 m, é denominado afundamento local. Para extensões maiores que 6 m e se for localizado ao longo de onde passam as rodas dos veículos, denomina-se afundamento de trilha de roda.
Desgaste	Efeito do arrancamento progressivo do agregado do pavimento, causando aspereza superficial do revestimento.
Remendo	Panela preenchida com uma ou mais camadas de pavimentação. Apesar de ser uma atividade de conservação, é considerado um defeito por apontar um local de fragilidade e por provocar impacto ao conforto no rolamento.

Fonte: Adaptado de (CNT, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O diagnóstico de um pavimento flexível deve ser feito minuciosamente, para evitar análises equivocadas. O passo-a-passo desta análise é:

- Inicialmente fazer uma visita no local onde se encontram as patologias;
- Fazer um levantamento dos dados disponíveis;
- Fazer uma inspeção estrutural, funcional e superficial;
- Definir os subtrechos homogêneos;

- Diagnosticar o pavimento e;
- Selecionar as medidas de restauração.

O quadro a seguir demonstra as possíveis causas das patologias mencionadas anteriormente:

Manifestações patológicas	Possíveis causas
Trincas transversais e/ou longitudinais	<ul style="list-style-type: none"> • Contração da capa asfáltica causada devido a baixas temperaturas ou ao endurecimento do asfalto; • Propagação de trincas nas camadas inferiores à do revestimento; • Má execução da junta longitudinal de separação entre as duas faixas de tráfego e desnivelamento para as trincas longitudinais.
Afundamento plástico	<ul style="list-style-type: none"> • Deformação de uma ou mais camadas do pavimento ou do subleito; • Falha na dosagem de mistura asfáltica – excesso de ligante asfáltico; • Falha na seleção de tipo de revestimento asfáltico para a carga solicitante.
Desgaste	<ul style="list-style-type: none"> • Falhas de adesividade ligante-agregado; • Presença de água aprisionada e sobreposição em vazios da camada de revestimento, gerando deslocamento de ligante; • Deficiência no teor de ligante; • Problemas executivos ou de projeto de misturas.
Panela ou buraco	<ul style="list-style-type: none"> • Trincas por excesso de uso; • Desintegração localizada na superfície do pavimento; <ul style="list-style-type: none"> • Deficiência na compactação; • Umidade excessiva em camadas de solo; • Falha na imprimação.
Remendo	<ul style="list-style-type: none"> • Excesso de tráfego; • Emprego de material de má qualidade; • Ação do meio ambiente; • Má construção.

Fonte: Adaptado de (CNT,2017).

A manutenção de pavimentos flexíveis é uma tarefa que deve ser executada frequentemente, com o propósito de mantê-lo o mais próximo possível de seu estado original, sob condições normais de tráfego, temperatura e clima (SILVA, 2008). O princípio fundamental da manutenção se fundamenta em determinar a causa do defeito e após isso soluções viáveis. Segundo a norma do DNIT de recuperação de pavimentos flexíveis (DNIT 154/2010 – ES), os serviços a serem executados antecederão à execução da camada de recapeamento. As recuperações locais serão feitas em locais que se encontram mais desgastados dos demais. As camadas que estiverem comprometidas precisarão ser retiradas e reconstruídas. As camadas do subleito também poderão ser substituídas. Caso haja água subterrânea aprisionada nas camadas da seção, será necessário a construção de valetas de drenagem transversais ao pavimento, com largura de 0,50m e profundidade igual a da base. Em algumas circunstâncias, se a base for considerada confiável, deve-se efetuar a remoção apenas do revestimento betuminoso.

CONCLUSÕES

Concluimos que, as estradas brasileiras possuem um método de dimensionamento defasado, empírico e sem a inclusão do fator climático, e tudo isso acarretando na ausência de técnicas de execução do pavimento. O país investe pouco na execução e principalmente na manutenção preventiva e corretiva das rodovias. A falta ou inadequada fiscalização faz com que muitas obras rodoviárias sejam entregues fora dos padrões mínimos de qualidade.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Pesquisa CNT de Rodovias 2010**: Relatório Gerencial. 2010.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria Executiva. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. **Manual de implantação básica de rodovia**. – 3.ed. - Rio de Janeiro, 2010.

Departamento nacional de Infraestrutura de Transportes. **Pavimentação asfáltica – Recuperação de defeitos em pavimentos asfálticos - Especificação de serviço**. Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, K.; CIOBANU, L. Pavement pathologies classification using graph-based features. In: **Image Processing (ICIP), 2014 IEEE International Conference on**. IEEE. p.793-797. 2014.

SILVA, P. F. A. **Manual de patologia e manutenção de pavimentos**. PINI, 2008.

A EFETIVIDADE DA INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSAS¹

Maisa Bastos Nunes²

Carlos Antonio Santos³

Faculdade Integral Diferencial - FACID WYDEN

RESUMO

O envelhecimento da população tem demandado iniciativas, como a inclusão digital de idosas, cuja efetividade vem sendo investigada, constituindo-se no objetivo principal desta pesquisa. Já os objetivos específicos buscaram analisar como o uso das tecnologias e da internet é percebido por idosos, verificar quais aspectos da vida podem ser melhorados, identificar a forma como os idosos percebem a inclusão digital e verificar como isso repercute na autoimagem dos mesmos. A pesquisa está respaldada pela sua atualidade e relevância no cenário da Era Digital e busca debater as possibilidades e limitações que a inclusão digital de idosos encontra, trazendo também a percepção dos envolvidos sobre esse processo. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa descritiva, com 10 idosas, participantes de um grupo de convivência de uma Instituição de Ensino Superior Privada que mantém um programa de desenvolvimento sócio educacional para idosos, que oferece, entre as atividades, aulas de informática. As participantes situaram-se na faixa etária entre 63 e 88 anos, sendo todas do sexo feminino. Os dados foram coletados através de uma entrevista semiestruturada e submetidos a uma análise de conteúdo complementada por um questionário sócio demográfico. Foi possível verificar que os idosos veem com certo receio o avanço das tecnologias, percebendo seus pontos positivos e negativos. Percebeu-se a divergência de opiniões referentes a inclusão digital, chegando até a visões opostas. Por fim, a efetividade da inclusão digital, neste caso, depende de melhorias no projeto, como o aumento do tempo voltado para as aulas de informática e também de questões externas, já que parte das participantes não tinha como praticar em casa ou em outro local.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias, Terceira idade, Inclusão.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é resultante da transição nas taxas de mortalidade e fecundidade de um determinado local. A nível nacional e mundial, tem-se observado que a expectativa de vida tem aumentado, ao mesmo tempo que o número de nascimentos tem

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

² Graduanda do curso de Psicologia da FACID WYDEN. E-mail: isabastos23@gmail.com

³ Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: carlo_santonio@yahoo.com.br

diminuído. A longo prazo isso resulta na modificação do número de pessoas em cada faixa etária, o que traz consigo novos desafios para uma sociedade com cada vez mais idosos (SOARES; ISTOE, 2015).

Envelhecer com qualidade de vida, manter-se ativo, adaptar às novas tecnologias e usufruir dos benefícios do mundo em rede tem sido apenas alguns dos pontos debatidos atualmente (SOARES; ISTOE, 2015). Ao se falar em inclusão digital é necessário pensar também em questões como: De que forma é percebido o uso das tecnologias e da internet? Quais aspectos da vida podem ser melhorados? Como os idosos percebem a inclusão digital? Como isso repercute na autoimagem do idoso?

Assim, justifica-se essa pesquisa com base em sua atualidade e relevância no cenário da Era Digital, debatendo-se as possibilidades e limitações que a inclusão digital de idosos encontra, trazendo também a percepção dos envolvidos nesse processo.

Esta pesquisa possui como objetivo geral: Investigar a efetividade da inclusão digital de idosos. E como objetivos específicos: Analisar como o uso das tecnologias e da internet é percebido, verificar quais aspectos da vida dessas pessoas podem ser melhorados, identificar a forma como as idosas percebem a inclusão digital e verificar como isso repercute na sua autoimagem.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e descritiva. A pesquisa de campo é utilizada para se conseguir informações ou conhecimentos sobre um dado problema ou hipótese investigada, novos fenômenos ou a relação entre eles (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa de abordagem qualitativa busca explicar as relações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu local ou contexto social, analisando-os segundo o ponto de vista dos próprios envolvidos (MINAYO, 2012). Em sua condição de descritiva, a pesquisa procurará descrever o fenômeno estudado, classifica-lo, explica-lo e interpreta-lo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O trabalho foi realizado com 10 idosas, participantes de um grupo de convivência de uma Instituição de Ensino Superior Privada, que oferecia entre as atividades, aulas de informática. As participantes tinham entre 63 e 88 anos, sendo todas do sexo feminino. A coleta de dados foi realizada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, mediante a leitura e assinatura do TCLE, em duas vias, sendo uma da participante e outra da pesquisadora, seguida da aplicação de um questionário sociodemográfico e de uma entrevista semiestruturada cujas respostas foram gravadas com a autorização das participantes, entre as quais 1 preferiu que suas respostas fossem apenas anotadas.

Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011) consiste em um agrupamento de técnicas de análise do discurso visando a obtenção, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, de indicadores que possibilitem a obtenção de informações referentes às circunstâncias de produção e recepção destas ideias. Assim, o procedimento envolveu a transcrição das entrevistas semiestruturadas, a sua leitura flutuante, o seu agrupamento em categorias iniciais, intermediárias e finais. Assim, chegou-se a 4 categorias, a saber: a percepção do uso das tecnologias e da internet, aspectos da vida melhorados, inclusão digital; e autoimagem e como é repassada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O uso das tecnologias e da internet

Esta primeira categoria envolve a percepção das participantes acerca da utilização das tecnologias e da internet. As mesmas relatam o avanço que têm percebido, como na fala de F. C. de 68 anos:

Hoje em dia tá muito avançado, as pessoas só querem se comunicar através do What's App, antigamente não tinha... tinha era um celular, era um tijolo. Duas coisas que tá muito avançado [a tecnologia] e a medicina. Antigamente não era assim.

Já outras, percebem os dois lados desse avanço, como representado na fala de F. C. S. A. de 71 anos:

É uma faca de dois gumes, né? Quando o ser humano é bem-intencionado ela tem muita utilidade. Quando não, é uma maldade, é uma coisa que prejudica, porque as pessoas mal-intencionadas marcam brigas, coisas que não deve, não deviam permitir, devia ser cancelado. Grupos, eles combinam brigas, desafetos que acontece até morte. É isso mesmo...

Percebem também a exposição de informações pessoais, como nas falas abaixo:

[...] Qualquer coisa pode ser jogado na internet, uma coisa até que lhe prejudique, que não é bom pra você nem pra ninguém, né? [...] (M. E. S. O., 68 anos).

[...] A vida da gente agora ficou vazada porque até foto de vez em quando é um escândalo das pessoas divulgando coisas que vê da gente, dá é medo desse avanço [...] (M. P. S. L., 73 anos).

Outra cita ainda outros pontos negativos, como os rackers e os roubos. Percebe-se assim a cautela e receios que as idosas têm diante das novas tecnologias, em especial, a internet. Além disso, um aspecto a se destacar é que das 10 participantes, 8 não tem Wi-Fi ou modem em casa, 7 utilizam internet de outra maneira, sendo a primeira finalidade a de pesquisa, a segunda a de usar as redes sociais e última de assinatura de TV; metade não tem computador em casa ou mesmo celular digital e 9 não acessam todos os dias. Se formos traçar uma relação, muito do que as idosas sabem sobre a internet é por terem ouvido falar, por verem as notícias, já que quase não possuem acesso ou poder aquisitivo para tal.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), tão valorizadas na produção e compartilhamento de informações, também exclui aqueles que não tem acesso a tal ferramenta. O que tem sido feito para modificar esse cenário são estudos e iniciativas de inclusão digital, impulsionados por uma maior conscientização de idosos interessados em incluir-se (FERREIRA; NEVES, 2011).

Aspectos da vida melhorados

Nessa categoria foram colocados os aspectos de vida que melhoraram. Como o grupo de convivência participa de várias atividades, entre elas de áreas da psicologia, da fisioterapia

e da informática, deixou-se em aberto para que as participantes pudessem falar tanto do projeto que faziam parte, quanto apenas da inclusão digital. Assim, a maioria preferiu falar do projeto como um todo, relatando melhorias na convivência, na relação interpessoal, no humor, no aprendizado, na autonomia com a ferramenta de busca e etc. Seguem abaixo algumas falas que demonstram isso:

Sim, eu me soltei um pouco mais. Convivo melhor com as pessoas, é uma relação bem legal (F. C. S. A., 71 anos).

Todos que tão aqui falam a mesma coisa, são muito bem que a gente vive aqui. Ser mais feliz, com mais saúde, mais ânimo, mais tolerância, mais sabedoria. Aqui aprendi coisas que deveria ter aprendido na adolescência, mas nunca é tarde para aprender, hoje tô aprendendo também a informar as palestras que escuto aqui. O que a gente deve fazer, o que não deve, o que deve comer, o que não comer, como a gente deve viver, tratar os outros. Muito bom, muito, muito bom, minha participação aqui com todos os meus amigos (J. C. N., 67 anos).

Totalmente, mudou, eu até aprendi a falar mais em público, que eu não falava, eu era o tipo de pessoa que eu não gostava muito de falar, agora, depois que eu entrei nesse projeto, melhorou 100% (M. N. S. M., 69 anos).

Eu gosto, que se quiser pesquisar uma coisa, eu entro no Google... Como quando eu pesquisei sobre a bomba e a artrite (M. P. S. L., 73 anos).

Ele [o projeto] é importante sim, aqui na faculdade nós somos bem respeitados pelos alunos, pelos professores. Assim aquela questão que você tem que valorizar o ser humano, um dia você vai ficar velho também, né? E nós idosos, nós temos muita riqueza intelectual, entendeu? Então vale a pena a inclusão do idoso, envelhecer é uma benção (M. J. P. S., 63 anos).

Muito se creditou ao projeto como um todo, pois os grupos de convivência para idosos melhoram a qualidade de vida e o aspecto cognitivo destes, ao promoverem atividades que os mantêm ativos, física e mentalmente (LEITE et al, 2012).

Inclusão digital

Segundo Silveira et al. (2010, p. 5) “a inclusão digital é a democratização do acesso ao mundo da informática” e pode ser vista também como uma forma de inclusão social, pois a partir do acesso às TIC’s abrem-se novas possibilidades de participação social, de inclusão

desses sujeitos em costumes e usos que não faziam parte de sua época, mas que estão presentes atualmente.

Quando perguntadas se percebiam alguma diferença na inclusão digital de jovens e idosos as opiniões divergiram bastante, indo desde a igualdade na hora do aprendizado até o sentimento de inferioridade, como mostrado abaixo:

Não tem diferença, a gente aprende do mesmo jeito que os jovens, as monitoras são pacientes, ensinam com calma (F. C., 68 anos).

O jovem tem mais experiência, já o idoso não tem aquela experiência que o jovem tem, mas eu entro de frente. Vamos pra frente. Meu pensamento é positivo, nada de negativo (F. M. N., 72 anos).

É diferente sim, muito diferente, até porque os jovens já têm uma mente melhor, já tem uma visão melhor, e a gente não. Eu, por exemplo, que cheguei agora, que agora que tô começando a pegar no computador. É muito diferente. Mas um dia eu chego lá (M. E. S. O., 68 anos).

Serve para todo mundo, porque os jovens sabem mais, mas vocês passam para gente de um jeito que a gente não chega lá como vocês, mas chega perto como eu. A menina me ensinou a passar as fotos para o pen drive, que já era algo que eu não sabia e agora aprendi (M. P. S. L., 73 anos).

O jovem está bem a frente. Parece que a tecnologia foi feita para o jovem, para as crianças, nós idosos estamos sempre um passo atrás (M. J. P. S., 63 anos).

Como pode ser notado nas falas, as participantes percebem limitações suas e do tempo que é dedicado para o computador:

Às vezes eu fico pensando assim que os jovens parecem que aprendem mais ligeiro do que a gente, né? Porque quando chego lá no computador eu digo assim: “oh meu Deus, na segunda-feira eu sabia de tudo e hoje tô aqui e não sei mais de nada e vou aprender tudo de novo”. Aí é desse jeito que a gente se sente, aí eu e a maioria dos meus amigos também vive nesse dilema, aprende hoje e depois que chega aqui a gente se esquece porque um dia é muito pouco (J. C. N., 67 anos).

Autoimagem e como é repassada

Foi-se questionado também sobre como as idosas se viam, o que sentiam e como repassavam isso para a sociedade. Considerando as vivências de cada uma, cada participante queria deixar a sua mensagem, à sua maneira. Assim, estas relataram:

Melhorou a autoestima, melhorou porque vai tendo mais conhecimento, aí não vai tendo depressão (F. C., 68 anos).

De tranquilidade, sabedoria, com paz e com amor (F. C. S. A., 71 anos).

Mudou sim, agora eu me amo muito mais, me cuido, resolvo minhas coisas tudo. Olha, muito, muito bom mesmo. Eu me sinto diferente (M. N. S. M., 69 anos).

De uma pessoa moderna, me considero moderna, acompanhando a evolução. Uma imagem boa, tem que colocar a pessoa para cima como me colocaram porque eu tava lá em baixo. O que eu aprendo eu gosto de passar para quem quer, eu ensino. Falo aqui do projeto, elogio porque é bom mesmo (M. P. S. L., 73 anos).

Agora eu sou mais otimista [...]. Onde eu passo eu sou potência [...]. A pessoa sempre se sentir segura, sou mais eu, não se abalar, porque eu sou negra, mas nunca na minha vida eu tive um problema, porque não me sinto negra, eu me sinto uma cidadã inteligente, culta, que trabalhei através dos meus concursos, meus méritos, da minha inteligência, da minha garra. Sou psicopedagoga, não tô exercendo na área, mas eu pretendo quando minha irmã se formar para gente montar uma salinha e trabalhar em Goiânia [...] porque eu tenho 63 anos, mas eu não sinto que tenho 63 anos, para lhe dizer eu nunca nem me senti adulta, é uma coisa minha, eu não sei (M. J. P. S., 63 anos).

Eu queria passar para elas que eu sou sincera e gosto de todas e são minhas colegas e a cada dia me apego a elas, quanto mais o tempo passa mais a gente tem intimidade e vai conhecendo melhor umas às outras (M. M. S. F., 88 anos).

Não sei se é porque eu sou depressiva, a minha imagem é tão fraca [...]. Eu não passo o que eu sinto, eu passo alegria mesmo sem eu ter, eu passo bondade mesmo sem eu ter, eu passo tudo de bom, mas eu não tenho. Tudo de bom eu passo, porque eu não vou passar tristeza pra ninguém, porque eu não quero ninguém triste como eu. Eu quero todo mundo alegre, nem que seja fingindo, eu finjo alegria pra pessoa (M. E. S. O., 68 anos).

A autoimagem reflete a maneira como os idosos são vistos na sociedade, como este sujeito enxerga a si mesmo partindo de sua concepção de mundo, o que na velhice está entrelaçado com a qualidade das relações sociais que estes mantêm, o que fazem do seu tempo livre e etc. (MOURA; SOUZA, 2012).

CONCLUSÕES

A partir da pesquisa realizada foi possível verificar que os idosos veem com certo receio o avanço das tecnologias, percebendo seus pontos positivos e negativos. Ao se falar dos aspectos melhorados, não foi possível separar apenas os que estavam relacionados à inclusão digital, já que isto era apenas um aspecto trabalhado no grupo de convivência e na fala das participantes se atribuiu grande parte desses aspectos ao projeto como um todo. Percebeu-

se a divergência de opiniões referentes a inclusão digital, chegando até a visões opostas. A autoimagem não é algo passível de generalização, já que depende da vivência de cada pessoa, mas neste grupo especificamente pôde-se observar que a depressão despertava nas participantes uma “autoimagem fraca” e que muitas modificaram essa imagem desde que entraram no projeto. Por fim, a efetividade da inclusão digital, neste caso, depende de melhorias no projeto, como o aumento do tempo voltado para as aulas de informática e também de questões externas, já que parte das participantes não tinha como praticar em casa ou em outro local.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimpressão. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

LEITE, M. T. et al. Qualidade de vida e nível cognitivo de pessoas idosas participantes de grupos de convivência. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 2012, p. 481-92.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. [s. l.]. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 2012.

MOURA, G. A.; SOUZA, L. K. Autoimagem, socialização, tempo livre e lazer: quatro desafios à velhice. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2012.

PEREIRA, C.; NEVES, R. Os idosos na aquisição de competências TIC. **Educação, Formação & Tecnologias**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2011, p. 15-24.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVEIRA, M. M. et al. Educação e inclusão digital para idosos. **Novas tecnologias na educação**. Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2010.

SOARES, Márcia Regina Pacheco; ISTOIE, Rosalee Santos Crespo. Alfabetização e inclusão de pessoas idosas: uma proposta interdisciplinar mediada pelas tecnologias da informação e da comunicação. **Revista Científica Interdisciplinar**, [s. l.], v. 2, n. 3, 2015, p. 165-175.

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COM LASER DE BAIXA INTENSIDADE NO TRATAMENTO DE TRAUMAS MAMILARES EM LACTANTES¹

Maria Nillane da Silva¹
Bruna Karinnay Da Silva Sousa²
Francisca Cindy de Sousa Albuquerque³
Larissa Raynara Bandeira Barros Costa⁴
Maria Merciane Medeiros do Nascimento Ferreira⁵
Marianne Raquel Bonfim Borges⁶
Karla Joelma Bezerra Cunha⁷
Centro Universitário Santo Agostinho

RESUMO

O aleitamento materno (AM) é a mais adequada forma de nutrição para o recém-nascido até o sexto mês de vida. O leite materno é rico em nutrientes importantes para o bom desenvolvimento do lactente, porém o desmame precoce é uma realidade brasileira. A presença de fissura mamilar está entre os principais empecilhos no processo de AM. O objetivo desse estudo é descrever as contribuições do uso do laser de baixa intensidade no tratamento do trauma mamilar. Revisão bibliográfica realizada durante o mês de Agosto de 2018. Foram pesquisados artigos nas bases de dados MEDLINE, CAPES, EBSCO e PUBMED, sendo utilizados como descritores: “Terapia com luz de baixa intensidade”, “Mama” e “Aleitamento materno”, foram selecionados artigos em português e inglês, disponíveis dos últimos 10 anos. O laser de baixa potência no tratamento da fissura mamilar, irá atuar biomodulando as células e os tecidos, provocando proliferação celular, neoformação tecidual e revascularização, diminuindo o edema e aliviando a dor. A compreensão desse tratamento pelo enfermeiro é necessária para melhorar a duração da amamentação exclusiva, abordando sistematicamente uma das dificuldades mais frequentes encontradas pelas mulheres que amamentam, pois a responsabilidade do tratamento e prevenção está ligada intrinsecamente ao seu cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia com luz de baixa intensidade, mama, aleitamento materno.

¹ Trabalho apresentado na XVI Semana Científica do Centro Universitário Santo Agostinho – SEC 2018, evento realizado em Teresina, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018.

Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: marianillane12@gmail.com

² Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: karinnay@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: f_cindy@outlook.com

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: lraynara903@gmail.com

⁵ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: mercymed123@outlook.com

⁶ Graduanda do Curso de Enfermagem- UNIFSA, email: marianebonfim2@hotmail.com

⁷ Enfermeira obstetra e mestra em enfermagem- UNIFSA, email: Karlaenfa@yahoo.com

INTRODUÇÃO

Conforme Leal et al (2016) relata, o aleitamento materno (AM) é a forma mais completa e ideal de nutrição para os recém-nascidos, até o sexto mês de vida, pois fortalece o sistema imunológico diminuindo assim a incidência de mortalidade infantil. O leite materno contém todos os nutrientes em qualidade e quantidade ideais para o bom desenvolvimento do lactente, porém, apesar de tudo isso o desmame precoce é uma realidade brasileira. De acordo com o estudo de Vasquez, Dumith e Susin (2015), atualmente verifica-se que intervenções negativas fazem parte do cotidiano das lactantes, fato esse, que pode levar ao desmame precoce do lactente ou até mesmo a não amamentação. A depressão pós-parto, presença de fissura mamilar nas lactantes, falta de informações e condições socioeconômicas continuam sendo os principais empecilhos no processo de aleitamento materno.

Segundo Buck, Eckereder e Amir (2016), uma queixa muito comum entre as mulheres que amamentam, é a dor proveniente de lesões mamilares, iniciada nos primeiros dias após o parto, causadas por uma retenção inadequada do bebê, configurando-se como um obstáculo importante para o sucesso do aleitamento materno. Atualmente existe um número limitado de terapias eficazes na cicatrização de mamilos danificados durante a lactação, objetivou-se então com esse estudo, investigar e descrever as contribuições da terapia a laser nesse processo, por se tratar de um tratamento indolor e que ajuda na cicatrização e alívio da dor.

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada durante o mês de Agosto de 2018. Foram pesquisados artigos nas bases de dados MEDLINE, CAPES, EBSCO e PUBMED, sendo utilizados como descritores: “Terapia com luz de baixa intensidade”, “Mama” e “Aleitamento materno”, associados com o operador booleano AND. Foram selecionados artigos em português e inglês, disponíveis dos últimos 10 anos. Foram encontrados no total 21 artigos, porém após a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, apenas 06 corresponderam à temática abordada (3- MEDLINE, 1- CAPES, 1-EBSCO e 1- PUBMED). Consideraram-se, para a

busca das publicações científicas, os seguintes critérios de inclusão: artigo científico que citava de maneira clara a aplicação do laser no tratamento de traumas mamários ou teciduais, ou uso do laser pelo enfermeiro no tratamento de feridas e/ou lesões; disponibilizado na íntegra, de forma livre e gratuita, nos idiomas português ou inglês. Foram excluídos os artigos repetidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Dennis, Jackson e Watson (2014), muitas intervenções terapêuticas voltadas para a redução da dor nos mamilos em mulheres que amamentam foram avaliadas, porém ainda não está claro qual a mais eficaz. No entanto, é necessária a atuação eficaz do enfermeiro no tratamento de feridas, por meio da Sistematização da Assistência em Enfermagem, na avaliação do tecido em seu aspecto e dimensões, definindo a escolha da cobertura e do curativo adequado, avaliação de comorbidades e fatores que interferem no processo cicatricial. A laserterapia é considerada um procedimento privativo do enfermeiro dentro da equipe, porém o mesmo só poderá realizá-la mediante certificação de especialização.

REFERÊNCIAS

- BUCK, M. L; ECKEREDER, G; AMIR, L. H. Low level laser therapy for breastfeeding problems. **Breastfeeding Review**, v.24, n.2, p 27-31, 2016.
- DENNIS, C. L; JACKSON, K; WATSON, J. Intervenções para o tratamento de mamilos dolorosos entre mulheres que amamentam. **O banco de dados Cochrane de revisões sistemáticas**, v.15, n.12, p 105-115, 2014.
- LEAL, C. C. G. et al. Prática de enfermeiras na promoção do aleitamento materno de adolescentes brasileiras. **Ciencia y Enfermería**, v.22, n.3, p 97-106, 2016.
- SANTOS, M. C. M; FILHO, F. C. G; NICOLAU, R. A. Efeitos terapêuticos do diodo emissor de luz - led em mastites lactacionais. **Revista Univap**, v. 18, n.32, p 42-51, 2012.
- SCHMIDT, M. H; PEREIRA, A. D. A; LASERTHERAPY: The use of technology in nursing intervention. **Disciplinarum Scientia**, v.17, n.3, p 499-506, 2016.

VASQUEZ, J; DUMITH, S; SUSIN, L. R. O. Aleitamento materno: estudo comparativo sobre o conhecimento e o manejo dos profissionais da Estratégia Saúde da Família e do Modelo Tradicional. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.15, n.2, p 181-192, 2015.



semana científica UNIFSA 2018

ANAIIS

CADERNOS DE RESUMOS EXPANDIDOS

ISSN 1807-3166 | ANO 2018 | nº 16 | Teresina-PI

VOL. 1

unifsa.com.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO